REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXX Nº 002 TERÇA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 2015

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente
Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente
Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)

2º Vice-Presidente
(Vago)

1º Secretário
Deputado Beto Mansur (PRB/SP)

2º Secretário
(Vago)

3ª Secretária
Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)

4º Secretário
(Vago)

Mesa do Senado Federal

Presidente
Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente
(Vago)

2° Vice-Presidente
(Vago)

1° Secretário
(Vago)

2º Secretário
(Vago)

3° Secretário
(Vago)

4º Secretário
(Vago)

Suplentes de Secretário

1º - (Vago)

2° - (Vago)

3º - (Vago)

4º - (Vago)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente
Eduardo Cunha (PMDB/RJ)

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão (PP/MA)

2° Vice-Presidente
Giacobo (PR/PR)

1° Secretário
Beto Mansur (PRB/SP)

2° Secretário
Felipe Bornier (PSD/RJ)

3ª Secretária
Mara Gabrilli (PSDB/SP)

4° Secretário
Alex Canziani (PTB/PR)

Suplentes de Secretário

1° - Mandetta (DEM/MS)

2° - Gilberto Nacismento (PSC/SP)

3° - Luiza Erundina (PSB/SP)

4° - Ricardo Izar (PSD/SP)

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS
Nºs 276 e 277/2014 4
1.2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 48/2014 (DECLARATÓRIO) 6
Nºs 1 e 2/2015 7
2 – ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA, SOLENE, EM 2 DE FEVEREIRO DE 2015
2.1 – ABERTURA 9
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO
Destinada à instalação dos trabalhos legislativos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura 9
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda dos Fuzileiros Navais.
2.2.2 – Leitura da Mensagem da Presidente da República (Deputado Beto Mansur, 1º Secretário) **(vide item 3.1)** 9
2.2.3 – Leitura da Mensagem do Poder Judiciário (Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal) **(vide itens 3.2 e 3.3)**
2.2.4 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Eduardo Cunha) 20
2.2.5 – Fala do Presidente do Congresso Nacional (Senador Renan Calheiros) 21
2.3 – ENCERRAMENTO 22
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL EM 02.02.2015 22
4 – DOCUMENTOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO
4.1 – MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO CONGRESSO NACIONAL REFERENTE À ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA EM 2015. 23
4.2 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES EM 2014 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 481
4.3 – RELATÓRIO ANUAL DE 2014 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. 583
5 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO
5.1 – REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL
Texto consolidado ao final da 54ª Legislatura

CONGRESSO NACIONAL

6 – COMISSÕES MISTAS
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 762
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 768
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 768
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 769
Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) 769
Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) 770
7 – CONSELHOS E ÓRGÃO
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) 771
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 772
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999) 773

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2014

Fixa o subsídio para os membros do Congresso Nacional, revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013; e dá outras providências.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º O subsídio mensal dos membros do Congresso Nacional, referido no inciso VII do art. 49 da Constituição Federal, é fixado em R$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais).

§ 1º É devida aos membros do Congresso Nacional, no início e no final do mandato, ajuda de custo equivalente ao valor do subsídio, destinada a compensar as despesas com mudança e transporte.

§ 2º A ajuda de custo de que trata o § 1º não será devida ao suplente reconvocado dentro do mesmo mandato.

Art. 2º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal regularão, em conformidade com suas competências, os efeitos decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão à conta das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos públicos, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2014.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 277, DE 2014

Fixa o subsídio para a Presidenta e o Vice-Presidente da República e para os Ministros de Estado e revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º O subsídio mensal da Presidenta e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, referido no inciso VIII do art. 49 da Constituição Federal, é fixado em R$ 30.934,70 (trinta mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta centavos).

Art. 2º O Poder Executivo regulará, em conformidade com suas competências, os efeitos decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão à conta das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos públicos, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2014.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2014

ATO DECLARATÓRIO

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional,** nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 654, de 12 de agosto de 2014, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor de R$ 1.304.652.399,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de dezembro do corrente ano.

Congresso Nacional, em 12 de dezembro de 2014.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2015

ATO DECLARATÓRIO

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional,** nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 655, de 25 de agosto de 2014, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 5.400.000.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 2 de fevereiro do corrente ano.

Congresso Nacional, em 3 de fevereiro de 2015.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2015

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 658**, de 29 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 30, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 3 de fevereiro de 2015.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 1ª Sessão Conjunta (Solene), em 2 de fevereiro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 29 minutos e encerra-se às 17 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Declaro aberta a Sessão Solene e instalados os trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Compõem a Mesa, com esta Presidência, os Exmos Srs. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha (*Palmas*.); Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski (*Palmas*.); Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante (*Palmas*.); Exmos Membros da Mesa do Congresso Nacional, 1º Secretário, Deputado Beto Mansur (*Palmas*.); e 3ª Secretária, Deputada Mara Gabrilli. (*Palmas*.)

Registro também, com muita satisfação, a presença de outras autoridades que nos honram bastante: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira (*Palmas.*); Ministro de Estado dos Transportes, Senador Antonio Carlos Rodrigues (*Palmas.*); Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Pepe Vargas (*Palmas.*); Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Nilma Lino Gomes (*Palmas.*); Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, Deputado Edinho Araújo (*Palmas.*); Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Deputado Eliseu Padilha (*Palmas.*); Comandante do Exército Brasileiro, General de Exército Enzo Martins Peri (*Palmas.*); Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato (*Palmas.*); Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante de Esquadra Wilson Barbosa Guerra (*Palmas.*); Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz (*Palmas.*).

Solicito a todos que permaneçam em posição de respeito, para cantarmos o Hino Nacional, executado pela Banda de Fuzileiros Navais.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convido o Exmo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senador Aloizio Mercadante, portador da Mensagem da Senhora Presidente da República, a fazer a entrega da Mensagem de Sua Excelência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Beto Mansur, irá proceder à leitura da Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidente da República.

O SR. BETO MANSUR (PRB – SP) –

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, o início de um novo ano legislativo é um momento especial, de confirmação da força da nossa democracia. Por isso, é com grande honra que me dirijo ao Congresso Nacional para, por meio desta Mensagem, cumprir o dever constitucional de prestar contas das principais atividades do Executivo Federal em 2014 e assinalar as prioridades para 2015.

Esta Mensagem se reveste de maior relevância por demarcar a transição entre o primeiro e o segundo mandatos que a população brasileira me conferiu. Contém, por isso, um balanço do que fizemos nos quatro últimos anos, com ênfase nas conquistas alcançadas em 2014, e as linhas estratégicas e prioridades que vamos perseguir neste novo mandato.

A economia mundial, em 2014, teve como marcas a instabilidade e a incerteza. Ainda que a economia brasileira também tenha sido afetada por este cenário, conseguimos, graças às medidas adotadas nos últimos quatro anos, minimizar seus impactos sobre a população e, ao mesmo tempo, preservar os nossos alicerces macroeconômicos.

A inflação, por exemplo, foi mantida em 2014, mais uma vez, dentro do intervalo admitido pelo regime de metas inflacionárias, assim como em todos os demais anos do meu mandato. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo terminou o ano com uma variação de 6,41%.

No mandato que se inicia, manteremos o controle da inflação como prioridade da gestão macroeconômica. Ainda que o IPCA tenha permanecido pelo 11º ano consecutivo dentro do limite definido, queremos resultados ainda melhores e vamos dedicar esforços para que a inflação convirja para o centro da meta nos próximos anos, o que resultará, em médio prazo, em maior bem-estar para a nossa população e em mais competitividade para a nossa economia. Para tanto, o Banco Central vem adotando as medidas necessárias para reduzir ainda mais a inflação.

O Brasil chegou a novembro de 2014 com uma dívida líquida do setor público correspondente a 36,2% do PIB, menor que a de dezembro de 2010 (39,2%), e muito inferior à de 2002 (60,4%). O perfil da dívida é, atualmente, melhor que no início do meu mandato em termos de composição e de maturidade: a parcela prefixada da dívida subiu de 36,6% para 40,8%, entre dezembro de 2010 e novembro de 2014, e o prazo médio cresceu de 3,5 anos para 4,5 anos no mesmo período.

Esses indicadores mostram o grande esforço fiscal que realizamos nos últimos anos.

No entanto, a economia brasileira vem sofrendo os efeitos de dois choques. No plano externo, a economia mundial sofreu uma redução expressiva nas suas taxas de crescimento, com a China apresentando as menores taxas de crescimento em 25 anos, o Japão e a Europa em estagnação, e os Estados Unidos da América só agora começando a se recuperar da crise. Além disso, há uma queda nos preços das commodities – uma queda de 58,8% do petróleo e de 53% do minério de ferro – e uma apreciação do dólar.

No plano interno, enfrentamos, em anos sucessivos, um choque no preço dos alimentos, devido ao pior regime de chuvas de que se tem registro. Essa seca teve, também, mais recentemente, impactos no preço da energia em todo o Brasil, bem como na oferta de água em algumas regiões específicas.

Diante destes eventos internos e externos, o Governo Federal cumpriu seu papel. Absorvemos a maior parte das mudanças no cenário econômico e climático em nossas contas fiscais para preservar o emprego e a renda. Reduzimos nosso resultado primário para combater os efeitos adversos desses choques sobre a nossa economia e proteger a nossa população. Atingimos um limite.

Estamos diante da necessidade de promover um reequilíbrio fiscal para recuperar o crescimento da economia o mais rápido possível, criando condições para a queda da inflação e da taxa de juros no médio prazo. Garantindo, assim, a continuidade da geração de emprego e renda. Os ajustes que estamos fazendo são necessários para manter o rumo e ampliar oportunidades, preservando as prioridades sociais e econômicas do nosso Governo.

Reafirmando o que disse na cerimônia de posse, as mudanças que o País espera para os próximos quatro anos dependem muito da estabilidade e da credibilidade na economia. Precisamos garantir a solidez nos nossos indicadores econômicos.

Tomamos algumas medidas que têm caráter corretivo, ou seja, são medidas estruturais que se mostram necessárias em quaisquer circunstâncias. Vamos adequar o seguro-desemprego, o abono-salarial, a pensão por morte e o auxílio-doença às novas condições socioeconômicas do País. Essas novas condições mostram que, nos últimos 12 anos, foram gerados 20,6 milhões de empregos formais.

A base de contribuintes da Previdência Social foi ampliada em 30 milhões de beneficiários. O valor real do salário mínimo, que é a base de todo o sistema de proteção social, cresceu mais de 70%. Além disso, a expectativa de vida dos brasileiros com mais de 40 anos aumentou, passando de 73,6 para 78,5 anos, ou seja, quase cinco anos a mais de vida.

Nesses casos, não se trata de medidas fiscais, trata-se de aperfeiçoamento de políticas sociais para aumentar a sua eficácia, eficiência e justiça.

Aliás, sempre aperfeiçoamos nossas políticas, e o Programa Bolsa Família é um excelente exemplo. No ano passado, ano eleitoral, 1 milhão 290 mil famílias deixaram o Programa por não mais se enquadrarem, seja por razões cadastrais, seja por aumento de renda.

Outro conjunto de medidas é o de natureza eminentemente fiscal, indispensáveis para a saúde financeira do Estado brasileiro. Contas públicas em ordem são necessárias para o controle da inflação, o crescimento econômico e a garantia, de forma sustentada, do emprego e da renda. Vamos promover o reequilíbrio fiscal de forma gradual. Nossa primeira ação foi estabelecer a meta de resultado primário em 1,2% do PIB. Essa meta representa um grande esforço fiscal, mas um esforço que a economia pode suportar sem comprometer a recuperação do crescimento e do emprego. Preservaremos as metas de todas as nossas políticas sociais, como, por exemplo, do Bolsa Família; do Minha Casa Minha Vida; do Mais Médicos; do Pronatec; das ações para garantir acesso ao ensino superior; do Ciência sem Fronteiras; do combate à violência contra a mulher, dentre outras, pois são elas e seus benefícios para a população a razão de ser da gestão responsável e consistente da política macroeconômica.

A razão de ser da gestão responsável e consistente da política econômica é estimular o crescimento e dar meios para a execução de políticas que melhoram o bem-estar da população.

Decidimos, também, reduzir previamente nossos gastos discricionários, enquanto o Congresso Nacional discute o Projeto de Lei Orçamentária de 2015. Por essa razão, reduzimos em 1/3 o limite orçamentário de todos os Ministérios, neste início de ano.

Estamos atuando também pelo lado da receita. Adotamos correções nas alíquotas das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustível e do IOF sobre o crédito pessoal. Também propusemos uma correção do PIS/Cofins sobre bens importados e do IPI sobre cosméticos.

Destaco, como ponto positivo, que as reservas internacionais fecharam 2014 em US$374,1 bilhões, montante 30% maior do que o existente no final de 2010 e dez vezes superior ao volume disponível no final de 2002. Esse patamar de reservas oferece segurança ao País para lidar com as incertezas e oscilações da economia internacional que ainda devem marcar o ano de 2015. Vale ressaltar também o estabelecimento, em julho de 2014, no âmbito dos BRICS (composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), do Arranjo Contingente de Reservas, com capital de US$100 bilhões. Esse fundo representa uma linha de defesa adicional para o Brasil, assim como para os demais países dos BRICS, em caso da ocorrência de crises de balanço de pagamentos.

O mundo confia no Brasil. O fluxo de investimento estrangeiro direto para o País mudou de patamar em meu primeiro mandato. Recebemos US$258,4 bilhões no quadriênio, sendo US$62,5 bilhões em 2014. São 19,5% a mais que no período 2003/2010, quando já havíamos recebido 32% a mais que no período 1995/2002, o que confirma termos transformado o Brasil em um mercado muito atraente e confiável para o investidor estrangeiro.

Manteremos, ao longo deste novo mandato, uma ação firme na economia para garantir a estabilidade e um ambiente favorável aos negócios, condições necessárias para continuarmos alcançando bons resultados na geração de emprego. Este é o mais importante indicador de sucesso que temos a compartilhar: geramos 5,28 milhões de empregos entre 2011 e 2014, o que garantiu a permanência do desemprego em patamares baixos, entre os menores da história recente do Brasil.

O expressivo saldo positivo do emprego e a manutenção do desemprego nas taxas mais baixas dos registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constituem diferenças marcantes do Brasil frente à maioria das economias desenvolvidas. Mais importante ainda é que atingimos esses resultados sem reduzir direitos dos trabalhadores brasileiros, orientação que continuaremos a perseguir. Vamos mostrar que é possível conciliar ajustes na economia, corrigindo excessos e distorções de alguns programas sociais, com a preservação de direitos trabalhistas e sociais.

Por tal razão, conto com a parceria do Congresso Nacional na aprovação do projeto de lei que dá continuidade à política de valorização do salário mínimo nos mesmos parâmetros vigentes até agora. O salário mínimo, que passou a corresponder a R$788 a partir de janeiro do corrente ano, é instrumento fundamental do bem-sucedido processo de redução da desigualdade no Brasil, ao qual daremos sequência.

A redução das desigualdades, a eliminação da pobreza e a ampliação dos direitos sociais são marcas fundamentais do meu Governo, às quais jamais poderemos renunciar. Ajustes fazem parte do dia a dia da política econômica, bem como do cotidiano de empresas e pessoas. Ajustes nunca são um fim em si mesmos. São medidas necessárias para atingir um objetivo de médio prazo, que, em nosso caso, permanece o mesmo: crescimento econômico com inclusão social. Não promoveremos recessão e retrocessos.

O meu Governo também tem compromissos fundamentais com o estímulo aos investimentos e com o aumento da competitividade econômica. Nesse sentido, o Plano Brasil Maior chegou ao final de 2014 com um conjunto expressivo de bons resultados. Além de ter contribuído para diminuir os impactos da crise sobre a indústria, o Plano implementou medidas fundamentais para a competitividade, ao estimular o investimento e a inovação tecnológica no setor.

Visando reduzir os custos de produção, promovemos extenso programa de desoneração.

Hoje, empresas de 56 setores industriais e de serviços se beneficiam da desoneração da folha de pagamentos, e recolheram, somente em 2014, R$24,07 bilhões a menos em tributos. Promovemos também a desoneração dos investimentos: o peso dos tributos no investimento em bens de capital diminuiu de 32% para 4,3%. O Reintegra, que restitui aos exportadores tributos cumulativos recolhidos ao longo da cadeia produtiva em montante correspondente a 0,1% a 3% da receita obtida com vendas externas, tornou-se permanente a partir de 2014.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) garantiu, em 2014, R$76,3 bilhões em crédito em condições favoráveis ao investimento produtivo. Os regimes especiais criados para estimular o desenvolvimento de cadeias produtivas também alcançaram bons resultados. Com o Inovar-Auto, 52 empresas

habilitadas assumiram compromissos com investimentos da ordem de R$9,43 bilhões. Em pouco mais de um ano, 50 empresas foram cadastradas como Empresas Estratégicas de Defesa, habilitando-se aos benefícios do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid).

O Plano Inova Empresa está em plena execução. A carteira total de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico chegou, ao final de 2014, com R$35,4 bilhões contratados e R$15,91 bilhões em processo de contratação. A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) também já está em plena atuação. Foram contratados 66 projetos cooperativos com empresas, em 2014.

Lançamos, em junho, o Programa Nacional das Plataformas do Conhecimento, para apoiar parcerias entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica, nacionais e internacionais, para a realização de encomendas tecnológicas e para obtenção de produtos ou processos inovadores, de bens ou serviços, que envolvam risco tecnológico.

Promovemos, em 2014, a universalização do Simples Nacional. Com isso, a partir de janeiro de 2015, todas as empresas do Brasil que tenham faturamento de até R$3,6 milhões, independentemente do setor de atividade, podem usufruir da redução da carga tributária, do pagamento simplificado de impostos em um único boleto e dispor de procedimentos especiais e simplificados para abertura, registro, alteração e baixa. Trata-se de verdadeira reforma tributária para um segmento fundamental para o crescimento da economia brasileira.

Vamos, neste novo mandato, aprimorar ainda mais o ambiente econômico para as micro e pequenas empresas. Encaminharei ao Congresso Nacional, ainda neste ano legislativo, projeto de lei criando um mecanismo de transição entre o Simples Nacional e os demais regimes tributários, para que os pequenos negócios não tenham medo de crescer.

A melhora da competitividade depende, entre outras coisas, da simplificação e da desburocratização do dia a dia das empresas e dos cidadãos. Para avançar nesta direção, lançaremos um grande Programa de Desburocratização e Simplificação das Ações do Governo. Trata-se de agilizar e simplificar o relacionamento das pessoas e das empresas com o Estado e do Estado consigo mesmo. Menos burocracia representa menos tempo e menos recursos gastos em tarefas acessórias e secundárias, mais produtividade e mais competitividade. Toda a sociedade ganha.

No que tange ao comércio exterior, lançaremos um Plano Nacional de Exportações para estimular o comércio externo. O foco de nossa política industrial, baseada na ampliação da nossa competitividade, será o aumento da pauta e dos destinos de nossas exportações. Se nossas empresas conseguirem competir no resto do mundo, elas conseguirão competir facilmente no Brasil, onde já desfrutam de vantagens locais.

Nossa agricultura continuou batendo recordes de produção. Em 2014, a safra de grãos alcançou 192,8 milhões de toneladas, 2,4% a mais que em 2013, segundo estimativa do IBGE.

O apoio do Governo Federal para o alcance desse resultado foi expressivo. Alocamos R$156 bilhões para o agronegócio e R$24 bilhões para a agricultura familiar, na safra 2014/2015.

Além dos recursos para crédito, os mais volumosos de toda a história do Brasil, também continuamos a aprimorar instrumentos importantes para a produção agrícola. Ampliamos os recursos disponíveis para o seguro do agronegócio e, para a agricultura familiar, criamos um novo seguro, em vigor desde 1º de janeiro, que garantirá até 80% da renda esperada. Ampliamos também a cobertura do Garantia-Safra, que atenderá 1,35 milhão de agricultores.

O Plano Nacional de Armazenagem, que terá continuidade em 2015, autorizou, até novembro de 2014, R$6,8 bilhões para financiar a construção de novos armazéns privados.

Cerca de 700 mil famílias de agricultores familiares receberam assistência técnica em 2014 e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural começou a operar.

No ano que se passou, criamos 145 projetos de reforma agrária, garantindo o assentamento de mais de 32 mil famílias. Encerramos o primeiro mandato com mais 2,9 milhões de hectares destinados à reforma agrária, e com a criação de 493 projetos de assentamentos em benefício de 107,4 mil famílias. Mais importante, graças à reorganização que promovemos nos critérios de seleção de terras e de oferta dos serviços de públicos, é que estamos conseguindo dar mais qualidade e sustentabilidade aos assentamentos e mais direitos aos assentados.

Neste novo mandato, manteremos o nosso compromisso de garantir, em todas as próximas safras, recursos em volume e condições adequados ao fortalecimento e expansão de nossa produção.

Os investimentos em infraestrutura avançaram ainda mais em 2014. Trata-se de uma ação primordial para o aumento da competitividade da economia e para a oferta de melhores condições de vida da população, que permanecerá no centro da nossa estratégia, ao longo do nosso mandato.

O investimento de R$1,6 trilhão pelo PAC, em suas duas edições, está mudando para muito melhor a infraestrutura brasileira. Com esses recursos, já concluímos até 2014 a modernização e a duplicação de 11 mil quilômetros de rodovias; a construção de 2 mil quilômetros de ferrovias; obras de expansão e modernização em 44 portos, 26 terminais hidroviários e em 47 aeroportos; e mais 4 mil obras de saneamento.

Temos, hoje, uma grande carteira de investimentos em mobilidade urbana, de R$143 bilhões, em 118 Municípios de grande e médio porte, em todos os Estados brasileiros. À medida que esses investimentos forem sendo concluídos ao longo dos próximos quatro anos, a população urbana brasileira passará a dispor de mais 658 quilômetros de transporte sobre trilhos, sendo 279 quilômetros de novas linhas de metrô, mais 2.242 quilômetros de corredores de ônibus e 924 quilômetros de BRTs, além de 21 quilômetros de transporte fluvial.

Neste e nos próximos anos do mandato, continuaremos apoiando Estados e Municípios na transformação do padrão de mobilidade das nossas cidades.

Na área de energia, a capacidade de geração foi ampliada em 21.832MW, e a rede de transmissão em 24.192 quilômetros, em meu primeiro mandato. O Luz para Todos realizou 546 mil ligações nesse período, elevando para 3,2 milhões o total de domicílios beneficiados pelo Programa desde a sua criação, em 2003.

Ressalto que conseguimos aumentar a nossa capacidade instalada de geração de energia elétrica de 80 mil megawatts em 2002, para 134 mil megawatts, em 2014. Concomitantemente, expandimos as redes de distribuição de 76 mil quilômetros para 125 mil quilômetros, no mesmo período.

Isso mostra que estamos fazendo os investimentos necessários para assegurar a oferta de energia em nível adequado ao desenvolvimento econômico do País e com maior solidez e segurança ao sistema de geração e distribuição de energia elétrica. Salientamos, além disso, os grandes esforços que estamos fazendo na diversificação das fontes de energia, com a incorporação de novas energias alternativas e limpas ao nosso sistema elétrico, tais como a solar e a eólica.

A produção de petróleo proveniente das reservas do pré-sal atingiu, em dezembro de 2014, a marca de 666 mil barris de petróleo por dia. Graças ao empenho e à eficiência da Petrobras, a empresa de capital aberto que mais produz petróleo no mundo, a riqueza do pré-sal já é uma realidade. Uma nova realidade que vai alavancar o desenvolvimento do País e mudar o patamar da educação brasileira.

A Refinaria Abreu e Lima já está em funcionamento e, em janeiro de 2015, realizou seu primeiro carregamento de nafta petroquímica. Com isso, vamos eliminar progressivamente os gargalos que ainda temos, no que tange ao refino do petróleo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Asseguro a palavra a V.Exª.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. BETO MANSUR (PRB – SP) –

Adotamos, também, medidas para fortalecer o mercado de biocombustíveis. Elevamos o percentual de mistura de biodiesel ao óleo diesel de 5% para 6%, a partir de julho, e para 7%, a partir de novembro. Alteramos, também, o limite máximo da mistura de etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5% e estamos aguardando a conclusão dos estudos científicos sobre tal alteração. Entregamos, em 2014, a segunda etapa do Sistema Logístico de Etanol, que agora se estende de Paulínia, em São Paulo, a Uberaba, em Minas Gerais, passando pelo Município paulista de Ribeirão Preto.

A carteira de investimentos em segurança hídrica correspondia, no final de 2014, a R$34 bilhões. O Projeto de Integração do São Francisco está avançando. Em 2014, as primeiras etapas foram entregues. A conclusão integral do projeto está prevista para 2016, com entregas parciais ao longo do corrente ano.

Além da integração do São Francisco, os investimentos para ampliar a oferta de água no semiárido nordestino têm sido expressivos. Concluímos obras como os trechos I e II do Canal do Sertão Alagoano, em Alagoas; a primeira etapa da Adutora do Algodão e os sistemas adutores Cafarnaum, Irecê e Pedro Alexandre, na Bahia; o Eixão das Águas e as barragens de Riacho da Serra, Missi e Figueiredo, no Ceará; o sistema adutor Congo, na Paraíba; a primeira etapa da Adutora do Pajeú, a Adutora do Oeste, e os sistemas adutores Agrestina, Belo Jardim, Sirigi e Limoeiro, em Pernambuco; o Sistema Piaus, no Piauí; e o sistema adutor Seridó, no Rio Grande do Norte.

No mandato que se inicia, muitas outras obras para ampliar a segurança hídrica do Nordeste, já contratadas e em implantação, serão entregues. Vale destacar que, entre 2011 e 2014, implantamos 781.847 cisternas em todo o semiárido do Nordeste, ultrapassando a meta que propusemos em 2011, de 750 mil. Somadas às cisternas implantadas no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atendemos um total de 1,1 milhão de famílias, que têm, hoje, acesso mais fácil à água.

No final de 2014, quando solicitados pelo Governo do Estado de São Paulo, que tem a responsabilidade constitucional pela gestão dos recursos hídricos, autorizamos investimentos para ampliar a oferta de água em São Paulo, esforço que terá continuidade neste ano. O Governo Federal está disposto a ser parceiro do governo de São Paulo na realização de obras que, nos próximos anos, possam afastar a insegurança hídrica hoje vivenciada pela população paulista.

A mesma disposição se estende às demais unidades da Federação, especialmente as da região Sudeste, fortemente afetada pela maior seca das últimas oito décadas.

Ao longo de meu primeiro mandato, aos investimentos do PAC somamos as parcerias com o setor privado no âmbito do Programa de Investimentos em Logística (PIL), para acelerar a expansão e a elevação da qualidade de nossa logística. Definimos novos modelos de concessão e alteramos regras regulatórias, buscando conciliar a oferta de infraestrutura de mais qualidade à nossa população e a nossos produtores com modelos atrativos ao investimento privado.

Como resultado, temos hoje seis aeroportos modernizados e sob gestão privada: Brasília/DF, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Galeão/RJ e Confins/MG, além de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte. Concedemos 5.350km de rodovias, nas quais serão investidos, ao longo do período de concessão, R$32,7 bilhões em obras de melhorias, dentre as quais a duplicação de 3.338km. Foram autorizados 34 novos Terminais de Uso Privado, os famosos TUPs, e quatro ampliações, o que resultará em R$11 bilhões de investimentos na estrutura portuária.

Em 2015, realizaremos a concessão de mais 2.625 quilômetros de rodovias, 2.282 quilômetros dos quais serão duplicados.

Vamos definir, neste ano, novas carteiras de investimento em infraestrutura para o PAC e para o PIL, combinando investimentos públicos e parcerias privadas. Adotaremos também novas medidas para potencializar ainda mais a complementaridade entre o investimento público e privado, como o aprimoramento dos modelos de regulação, a promoção do mercado privado de crédito de longo prazo, o desenvolvimento de instrumentos de garantias para financiamento de projetos de grande vulto e o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental.

Essas parcerias público-privadas e as concessões a elas associadas refundam a relação entre o Poder Público e a iniciativa privada no Brasil. Estamos utilizando a energia da iniciativa privada para suprir serviços de qualidade à população brasileira, mantendo sempre em vista o interesse nacional e o controle público de setores estratégicos.

Ampliaremos, em 2015, os investimentos em uma das infraestruturas mais importantes para o desenvolvimento do Brasil: a rede de internet de banda larga. Nosso objetivo será, nos próximos quatro anos, promover a universalização do acesso a um serviço de internet de banda larga barato, rápido e seguro, por meio do apoio à instalação de redes de fibra óptica, conectando 90% dos Municípios e 45% dos domicílios com redes de ultra banda larga.

Em dezembro de 2014, o Minha Casa Minha Vida atingiu a meta que havíamos proposto para o período 2011-2014 de contratar a construção de 2,75 milhões de moradias. Com isso, em menos de cinco anos, foi contratada a construção de 3,76 milhões de novas casas e apartamentos, parte expressiva destinada à população de baixa renda. Desse total, 2,076 milhões de moradias foram entregues até o final de 2014, realizando o sonho da casa própria para milhões de brasileiros que, sem esse apoio, dificilmente conseguiriam conquistar sua moradia.

Vamos lançar, em 2015, a terceira fase do Programa Minha Casa Minha Vida, que irá contratar mais 3 milhões de moradias, nos próximos quatro anos. Será mais um esforço de investimento do Estado para garantir moradias dignas com acesso a todos os serviços públicos e também para continuar estimulando o crescimento do emprego na indústria de construção civil, em todo o Território Nacional.

Investimos muito sem abdicar da sustentabilidade ambiental de nosso desenvolvimento. Um indicador desse compromisso é a evolução da taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal – nos quatro anos do meu primeiro mandato, foram alcançadas as quatro menores taxas de desmatamento da Amazônia desde 1988. Em 2014, foram desmatados 4.848 km2, 18% menos que no ano anterior.

Começamos a implantar as previsões do novo Código Florestal, com a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Até dezembro de 2014, cerca de 130 milhões de hectares haviam sido cadastrados no CAR, 40% da área rural cadastrável no Brasil.

Em 2015, vamos iniciar a modernização do licenciamento ambiental, essencial para que esse processo venha a ser praticado em bases mais técnicas, com mecanismos de tomada de decisão mais objetivos e rápidos. Queremos, em parceria com o Congresso Nacional, aprovar um novo marco legal para o acesso

a recursos genéticos e repartição de benefícios, que consolide nossos caminhos para a pesquisa e a inovação, e para o desenvolvimento da bioindústria em novas bases regulatórias.

O nosso País já realizou compromissos muito expressivos de reduções voluntárias de suas emissões de gases poluentes. Cumpriremos e até superaremos essas metas de reduções e continuaremos a ser um dos países líderes do imprescindível processo de equilíbrio do clima de nosso Planeta, preservando, no entanto, o espaço para o desenvolvimento econômico e social.

Compartilho com as senhoras e os senhores congressistas que cumprimos todas as metas propostas para o Brasil Sem Miséria, que lançamos em 2011 com o ousado, mas necessário, objetivo de garantir a superação da extrema pobreza no Brasil.

Aperfeiçoamos o Bolsa Família – com destaque para a criação do benefício do Brasil Carinhoso – e passamos a complementar a renda das famílias, o que permitiu que 22 milhões de brasileiros superassem a linha da extrema pobreza somente em meu primeiro mandato. Com essas medidas, superamos a miséria, do ponto de vista de renda, no universo do Bolsa Família.

Além da complementação de renda, o Plano Brasil Sem Miséria ofereceu oportunidades aos beneficiários do Bolsa Família. Matriculamos 1,5 milhão de jovens e adultos do Cadastro Único, em sua maioria mulheres, nos cursos de qualificação profissional do Pronatec. Mais de um milhão de microempreendedores do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) se formalizaram, sendo 406 mil deles beneficiários do Bolsa Família. Foram realizadas 5,6 milhões de operações do Crescer, programa de microcrédito produtivo orientado, com pessoas do Cadastro Único, das quais 3,6 milhões foram destinadas a pessoas do Bolsa Família.

Estamos prevenindo e tratando os males que mais afetam nossos meninos e nossas meninas na primeira infância, como anemias e asma – 4,1 milhões de crianças foram beneficiadas com a distribuição de sulfato ferroso ou receberam megadoses de vitamina A; e o medicamento gratuito para asma foi assegurado a 1,4 milhão de pessoas.

Foram matriculadas 702 mil crianças do Bolsa Família em creches, diminuindo a desigualdade no acesso entre as crianças de diferentes faixas de renda. Levamos o ensino em tempo integral a 35,7 mil escolas nas quais a maioria dos estudantes é beneficiária do Bolsa Família.

Continuaremos mobilizando as políticas em favor dos mais pobres, para que sua ascensão social e econômica tenha continuidade. Faremos da prática da busca ativa uma ação contínua para levar oportunidades aos mais pobres. Priorizaremos o acesso das crianças e jovens à educação, para romper, em definitivo, o ciclo da pobreza. Iniciativas de inclusão produtiva serão reforçadas e ampliadas, pois, como afirmamos em 2011, o fim da miséria é só um começo.

Nossa grande prioridade neste novo mandato será fazer do Brasil uma Pátria educadora. Perseguiremos obsessivamente o objetivo de universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis, democratizando o acesso ao conhecimento. Sabemos perfeitamente que só a educação de qualidade para todos, em todos os níveis, mudará, em definitivo, o patamar econômico, social e tecnológico do Brasil.

A determinação política de fazer da educação a prioridade das prioridades será acompanhada pela garantia de mais recursos e mais investimentos. Isso porque, neste novo mandato, os royalties do petróleo e os recursos do Fundo Social do Pré-Sal começarão a fluir em montantes expressivos para a educação.

Os resultados que alcançamos até 2014 também nos impulsionam a fazer mais. Contratamos a construção de 6.452 creches e pré-escolas em todo o Brasil, ultrapassando a meta proposta para o período de 6 mil unidades. Somadas às contratadas a partir de 2007, no Governo do Presidente Lula, chegamos a um total de 8.768 creches e pré-escolas, que foram ou estão sendo construídas.

Em 2015, perseguiremos duas grandes metas em relação à educação infantil: concluir a construção das 6.315 creches para as quais os recursos foram liberados; e pactuar, com prefeitos, a priorização de vagas nessas unidades para as crianças de 4 e 5 anos, de modo a garantir as condições de cumprimento da meta de universalizar o acesso a esse nível de ensino até 2016, prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado aqui, em 2014.

Ultrapassamos a meta proposta também para as escolas públicas que oferecem educação em tempo integral: chegamos, ao final de 2014, com 61 mil escolas garantindo a educação em tempo integral para crianças e adolescentes. Em 58% dessas escolas, a maioria dos alunos é de famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Continuaremos ampliando a oferta de ensino em tempo integral, priorizando a expansão da cobertura nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, em especial em regiões de alta incidência de violência.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) cumpriu, com antecedência, sua meta. Beneficiamos 8,1 milhões de brasileiros com cursos técnicos e de qualificação profissional, oferecidos por escolas técnicas federais e estaduais e, principalmente, pelas escolas do Sistema S.

O sucesso da primeira etapa do Pronatec e a importância da qualificação dos trabalhadores para o aumento da competitividade de nossa economia justificam a implantação de uma segunda etapa do programa, que irá oferecer, até 2018, 12 milhões de vagas. Dedicaremos atenção especial ao Pronatec Jovem Aprendiz, que permitirá às micro e pequenas empresas contratarem um jovem para atuar em seu estabelecimento, com a qualificação sendo custeada pelo Pronatec.

Noventa e dois novos institutos federais de educação profissional entraram em funcionamento em 2014. No meu primeiro mandato, foram entregues 208 novas unidades, o que permitiu que a Rede Federal de Educação Profissional atingisse 562 unidades. Isso demonstra nosso firme compromisso com a necessária expansão do ensino profissionalizante.

No ensino superior, a Rede Federal de Educação chegou ao final de 2014 com mais quatro universidades, 47 novos campi universitários e mais 208 campi de escolas técnicas federais. Cumprimos todas as metas anunciadas em 2011.

Fortalecemos, no quadriênio encerrado em 2014, todos os instrumentos e políticas de acesso ao ensino superior. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é hoje reconhecido como um procedimento de seleção nacional, republicano e equânime, tendo sido feito por 6,2 milhões de estudantes em 2014, 23% mais que no ano anterior. O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) também se consolida, a cada ano, como mecanismo nacional de acesso às universidades públicas.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), entre 2011 e 2014, concedeu 748,3 mil bolsas. No mesmo período, 1,81 milhão de contratos de financiamento educacional foram firmados por meio do Fies, o Fundo de Financiamento Estudantil – esses dois instrumentos.

O Ciência sem Fronteiras garantiu bolsas de estudo nas melhores universidades do mundo para 101.446 jovens brasileiros, que têm voltado dessa experiência mais bem preparados para produzir ciência, tecnologia e inovação no Brasil. No período 2015 a 2018, serão mais 100 mil bolsas, que continuarão sendo concedidas com base no mérito dos estudantes, medido pela nota no Enem e por seu desempenho acadêmico.

Tem centralidade, nesse grande esforço em prol de uma Pátria Educadora, a imprescindível valorização do professor. Tivemos o maior aumento do piso nacional dos professores ao longo dos últimos anos. Ademais, implantamos programas significativos de formação de professores, como os relativos à Alfabetização na Idade Certa e à Universidade Aberta do Brasil.

Ampliamos muito os nossos investimentos na saúde, com o propósito de oferecer cuidado mais humanizado e de mais qualidade às brasileiras e aos brasileiros. Entre 2011 e 2014, garantimos recursos para ampliar, reformar ou construir 24.911 postos e para construir 465 UPAs, as Unidades de Pronto Atendimento, que vão se somar às 391 já em funcionamento. A cobertura do Samu chegou a 75% da população, com as 185 centrais de regulação e 2.970 ambulâncias em atividade. Atendemos 23,2 milhões de brasileiras e brasileiros com medicamentos gratuitos para diabetes, hipertensão e asma, que puderam ser retirados em 32 mil farmácias da rede Aqui tem Farmácia Popular, em 4.282 Municípios.

Expandimos e qualificamos a infraestrutura, mas o grande salto de qualidade na saúde começou com a implantação do Mais Médicos, que garantiu atendimento básico de saúde a 50 milhões de brasileiros que não tinham acesso a serviços médicos nas áreas mais vulneráveis do nosso País.

O Mais Médicos será mantido e aprimorado. O Mais Médicos implica investimentos na formação e na valorização de médicos brasileiros. Por isso, persistiremos na ampliação das vagas em graduação e em residência médica. Até 2014, haviam sido autorizadas 4.393 novas vagas em cursos de graduação de medicina, de um total previsto de 17 mil até o ano de 2017.

A partir de 2015, começaremos a enfrentar, com o Mais Especialidades, o desafio de ampliar o acesso aos serviços especializados de saúde. Em conjunto com Estados e Municípios, vamos implantar, em cada região de saúde, módulos de cuidados integrais voltados para pacientes que necessitam de atendimento especializado e resolutivo ou de cuidado especializado continuado, que serão ofertados pelo SUS em serviços públicos e privados.

Em meu primeiro mandato, buscamos ampliar a nossa atuação na área de segurança pública, sempre respeitando as previsões constitucionais. Com o Plano Estratégico de Fronteiras, mobilizamos o Ministério da Defesa e os órgãos do Ministério da Justiça, em parceria com as forças estaduais de segurança, para garantir um controle mais efetivo das nossas fronteiras.

A Força Nacional de Segurança apoiou, a partir de demanda de governos estaduais, cerca de 120 operações em 21 Estados brasileiros.

Todas essas ações terão continuidade e serão reforçadas por novas iniciativas. Instalaremos centros de comando em todas as capitais, similares aos que implantamos nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, onde haverá equipamentos de elevado padrão tecnológico para ampliar a capacidade de ação das nossas polícias. Ampliaremos a integração dos órgãos de inteligência, para nos anteciparmos ao crime organizado e para sermos capazes de desorganizar os seus negócios.

Queremos, ademais, propor uma nova forma de atuação dos governos na área de segurança pública. Submeterei ao Congresso Nacional proposta de alteração da Constituição Federal de 1988 para que a segurança pública se torne atividade comum de todos os entes federativos.

É fundamental que a União assuma um novo e mais amplo papel na área de segurança pública. Pretendemos que a União possa estabelecer diretrizes e normas gerais válidas para todo o território nacional, para induzir políticas uniformes no País e disseminar a adoção de boas práticas na área policial. Vamos integrar todas as forças e agir de forma articulada, de modo a vencer o crime organizado e reduzir a criminalidade e os níveis de violência. Precisamos ter uma segurança pública eficiente, que enfrente os desafios da criminalidade urbana dentro de um estrito marco de respeito aos direitos humanos.

Ressalto que o enfrentamento da violência contra a juventude, especialmente a juventude afrodescendente, persistirá no centro de nossos esforços, bem como o combate à homofobia e à violência contra a mulher.

Realizamos, com grande sucesso, a Copa do Mundo FIFA 2014. Os 12 estádios preparados para a Copa sediaram 64 jogos e receberam 3,4 milhões de espectadores, o segundo maior público de todas as 20 edições da Copa do Mundo.

O Brasil recebeu pouco mais de um milhão de turistas estrangeiros de 203 nacionalidades, que deixaram, em divisas, cerca de US$1,6 bilhão. Um total de 3,1 milhões de brasileiros circulou pelo País durante a Copa do Mundo.

Os preparativos para esse grande evento mostraram-se adequados. A movimentação total nos 21 aeroportos durante a Copa foi de 17,8 milhões de passageiros, com índice de atraso similar ao observado na União Europeia e dentro do padrão internacional. Os torcedores e turistas se deslocaram nas cidades-sede sem enfrentar problemas de transporte coletivo.

O sistema de segurança funcionou como previsto, e não houve restrições quanto ao sistema de telefonia e de transmissão de dados pela Internet.

Realizamos uma grande Copa do Mundo. Contra os céticos e os derrotistas, mostramos que o Brasil é capaz de vencer quaisquer desafios.

Nos próximos 18 meses, estaremos totalmente engajados no processo de preparação das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. As obras já estão em curso, e, em parceria com os governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro, vamos implementar todas as ações necessárias para fazer desses eventos mais um sucesso de organização.

O ano de 2014 foi marcado por intensa agenda de relações internacionais, consistente com o nosso objetivo de manter forte presença do Brasil no mundo.

A IV Cúpula dos BRICS, realizada em Fortaleza, instituiu o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas. Reconhecidos entre as mais importantes iniciativas da economia global nas últimas décadas, esses dois mecanismos serão complemento essencial às atuais entidades de apoio ao desenvolvimento e à estabilidade macroeconômica do mundo. A Cúpula BRICS-Unasul, realizada por iniciativa do Brasil e prestigiada por todos os presidentes sul-americanos, aproximou ainda mais os países de nossa região das grandes economias emergentes.

Participamos da Cúpula União Europeia-Brasil, em Bruxelas, de reuniões do Mercosul, na Venezuela e Argentina, da Unasul, em Quito, e da Celac, em Havana. Em simultâneo a esta última, estivemos na inauguração do Porto de Mariel, empreendimento financiado pelo BNDES que gerou mais de 150 mil empregos em nosso País e uma receita de US$800 milhões para o Brasil, com exportação de bens e serviços.

Na Cúpula do G-20, na Austrália, o Brasil reiterou a necessidade de democratização das principais instituições financeiras internacionais, o FMI e o Banco Mundial. Da mesma forma, seguimos defendendo o papel insubstituível da OMC como promotora do comércio mundial.

A Reunião Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet (NETmundial) permitiu reafirmar o compromisso brasileiro com uma internet democrática, aberta e descentralizada. Por isso, foi com grande satisfação que vimos a Assembleia Geral da ONU aprovar, por unanimidade, a resolução que propusemos, em conjunto com a Alemanha, visando resguardar o direito à privacidade na era digital.

Após o cumprimento antecipado, pelo Brasil, de diversas metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o último ano desse ciclo foi marcado por uma conquista histórica: a Organização das

Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) atestou que erradicamos, em nosso País, o secular problema da fome.

Na abertura da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas, defendi, em consonância com a tradição brasileira, a estrita observância do Direito Internacional e a prioridade da solução pacífica dos conflitos. O uso da força, quando necessário, deve ser sempre autorizado pelo Conselho de Segurança, em respeito à Carta das Nações Unidas.

Ao longo de meu primeiro mandato, a integração regional aprofundou-se, com a ampliação do Mercosul, que formalizou o ingresso da Venezuela e deu início ao processo de acessão da Bolívia. Consolidaram-se a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Apoiamos também as negociações de paz na Colômbia e a retomada das relações entre os Estados Unidos e Cuba.

Em 2015, o Brasil dará especial atenção à integração latino-americana e caribenha e ao fortalecimento dos seus organismos. Prosseguirá em seu esforço de aproximação e cooperação com a África, países árabes e asiáticos. Concomitantemente, desenvolverá agendas positivas com os principais países desenvolvidos para beneficiar o comércio, os investimentos e a inovação. O Brasil quer ter relações amistosas e profícuas tanto com os países em desenvolvimento, quanto com os países desenvolvidos. Não temos de escolher entre um tipo de país ou outro. Esse é um falso dilema ao qual não circunscrevemos a política externa brasileira.

Em articulação com outros ministérios, o Itamaraty apoiará todas as iniciativas bilaterais e multilaterais que favoreçam a expansão de nosso comércio exterior. Nos foros econômicos globais prosseguiremos nossa luta por uma ordem mundial mais justa, inclusiva, livre do protecionismo e capaz de oferecer um novo dinamismo à economia mundial. Atuaremos firmemente no combate a todas as manifestações de violência, dentro dos marcos do Direito Internacional e com respeito aos Direitos Humanos.

Vamos acelerar a implementação e o acompanhamento dos Acordos de Complementação Econômica (ACEs) com países não membros do Mercosul, além de seguir ampliando o diálogo com a Aliança do Pacífico, com a qual já temos um expressivo livre-comércio. Na definição de estratégia conjunta de inserção internacional, buscaremos avançar nas negociações do acordo com a União Europeia. A proposta do Mercosul está pronta e aguarda apenas a oferta europeia.

Manteremos o esforço de democratização da governança global, notadamente a implantação da reforma do FMI e a ampliação do Conselho de Segurança da ONU. Atuaremos para institucionalizar rapidamente o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, bem como para fortalecer a OMC.

Levaremos à Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP 21), a realizar-se em Paris, nosso empenho na fixação de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e os elogiáveis resultados brasileiros nessa área. Também seguiremos participando das definições, no âmbito da ONU, da Agenda do Desenvolvimento Pós-2015, em seus três pilares: social, econômico e ambiental.

No período 2011-2014, atuamos em forte parceria com Estados e Municípios. Parte expressiva de nossas mais bem-sucedidas políticas – Bolsa Família, PMCMV, creches, Mais Médicos, investimentos em saneamento, para citar apenas alguns exemplos – contou com o apoio e o engajamento dos Estados e dos Municípios.

Como prometido, pagamos em abril de 2014 a segunda parcela de um auxílio financeiro a todos os Municípios brasileiros, no valor de R$1,5 bilhão, distribuídos de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Municípios. Com a sanção da Lei nº 148/2014, foram alterados os critérios de indexação das dívidas de Estados e Municípios, diminuindo os encargos e a capacidade de investimento futuro dos entes da Federação. Com a Emenda Constitucional nº 84/2014, o repasse de recursos da União ao Fundo de Participação dos Municípios será ampliado em 1% a partir de 2016, sendo que em 2015 o adicional será de 0,5%.

Neste novo mandato, persistiremos atuando em parceria não só com todas as esferas de governo, mas também com os demais Poderes do Estado. Em consonância com os Poderes Judiciário e Legislativo, pretendemos avançar em dois temas de imensa relevância para o Brasil e nossa população: no combate à corrupção e à impunidade, e na reforma política.

Temos combatido sem trégua a corrupção, com a criação de leis mais severas e pela ação livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência assegurada ao Ministério Público. Ao contrário do que acontecia até um passado recente, hoje o Brasil avança firme no combate à sua histórica impunidade. Por isso, a atuação contra a corrupção

será reforçada com as medidas contra a impunidade que enviarei, neste ano legislativo, à apreciação do Congresso Nacional.

São cinco medidas: I) transformar em crime e punir com rigor os agentes públicos que enriquecem sem justificativa ou não demonstram a origem dos seus ganhos; II) modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de caixa dois; III) criar uma nova espécie de ação judicial que permita o confisco dos bens adquiridos de forma ilícita ou sem comprovação; IV) alterar a legislação para agilizar o julgamento de processos envolvendo o desvio de recursos públicos; e V) criar uma nova estrutura no Poder Judiciário que dê mais agilidade e eficiência às investigações e processos movidos contra aqueles que possuem foro privilegiado.

Todas essas medidas têm o propósito de garantir processos e julgamentos mais rápidos e punições mais duras, o que representará um forte golpe na impunidade. Mesmo assegurando o amplo direito de defesa dos acusados e o contraditório, princípios básicos de justiça, queremos eliminar os procedimentos que permitem que processos e julgamentos se arrastem, indefinidamente, em nosso País.

Algumas dessas medidas podem aperfeiçoar – e agilizar – iniciativas em estudo pelo Congresso Nacional e pelo Judiciário. Outras são inteiramente novas. Juntos, os três Poderes da República poderão proporcionar ao Brasil melhores condições para enfrentar e vencer o desafio de combater com mais efetividade a corrupção e a impunidade.

Entretanto, esse esforço no combate à corrupção e à impunidade produzirá resultados apenas parciais caso o Brasil não enfrente a fonte principal dos desvios e dos desmandos: as insuficiências e as distorções do nosso sistema de representação política. Por isso, conto com o Congresso Nacional para realizarmos a tão demandada e sempre adiada reforma política, de responsabilidade constitucional do Poder Legislativo. Urge definir novas regras para a escolha dos representantes da população nas Casas legislativas e estabelecer novas formas de financiamento das campanhas eleitorais. Precisamos também aprimorar os mecanismos de interlocução com a sociedade e os movimentos sociais para reforçar a legitimidade das ações do Legislativo e do Executivo.

É nossa tarefa democratizar o poder para que a sociedade se sinta cada vez mais representada e para que as instituições representem, com ética e transparência, a vontade de todos os cidadãos.

Conto com esta Casa para, neste novo ano legislativo, atuarmos em parceria para dar início a um novo ciclo histórico de mudanças em nosso País. Um ciclo que manterá o Brasil no caminho do desenvolvimento, tornando-o, cada vez mais, uma nação que garante a todos os cidadãos as mesmas oportunidades e os mesmos direitos,

As brasileiras e os brasileiros escolheram mais mudanças, pois querem avançar ainda mais. O povo brasileiro quer mais e merece mais. O povo não quer retrocessos. Esse é o recado fundamental das urnas e das ruas.

A tarefa de atender a esses legítimos anseios será executada, com determinação, em cada um dos dias deste novo mandato. Tenho certeza de que, com o imprescindível apoio do Congresso Nacional, o Brasil vencerá todos esses desafios.

Carta enviada pela Presidente da República e assinada por Dilma Rousseff.

* A íntegra da mensagem encontra-se publicada no presente diário (Vide item 3.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Registro, com muita satisfação, a presença da Ministra de Estado, Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Senadora Ideli Salvatti. (*Palmas.*)

Passamos à segunda parte da sessão.

Convido o Exmo Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, a proceder à entrega da Mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional; e concedo a palavra a V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. Presidente Eduardo Cunha, eu tenho a honra de submeter ao Congresso Nacional o Relatório de Atividades de 2014 do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça e também as Metas desses dois órgãos para o ano de 2015.

Passo às mãos de V. Exªs. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado, Presidente. (*Palmas*.)

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Eu queria aproveitar, Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. Presidente Eduardo Cunha, para renovar o apreço e o respeito que os juízes brasileiros têm pelo Congresso Nacional, lídimo representante da soberania popular. (*Palmas*.)

Eu me permito, Srs. Presidentes de ambas as Casas, recordar as palavras de um ilustre Parlamentar, que já foi presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, atualmente Vice-Presidente da República, recém-

-eleito para o segundo mandato, palavras essas proferidas no Supremo Tribunal Federal durante uma determinada cerimônia. Dizia S. Exª que a Constituição consigna que os Poderes da República são independentes e harmônicos entre si e dizia, então, o Deputado, hoje Vice-Presidente, Michel Temer, que a independência é um corolário da autonomia que os Constituintes quiseram atribuir aos Poderes, mas a harmonia é um valor pouco conhecido, mas, se os Poderes viverem em desarmonia, o País estará numa situação de inconstitucionalidade.

Por esse motivo, Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. Presidente Eduardo Cunha, o Supremo Tribunal Federal está de portas abertas para entreter com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados um diálogo franco, aberto, institucional e republicano em prol do bem-estar do povo brasileiro. (*Palmas*.)

Eu desejo a todos os Parlamentares aqui presentes, especialmente aos gestores das duas Casas, um ano legislativo de 2015 pleno de êxito e de realizações.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

* A íntegra dos relatórios encontra-se publicada no presente diário (Vide itens 3.2 e 3.3 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha. (*Palmas*.)

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Exmo Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, Exmo Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, em nome de quem eu cumprimento todos os Ministros de Estado aqui presentes; 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, Deputado Federal Waldir Maranhão; 1º Secretário do Congresso, Deputado Beto Mansur; 3ª Secretária do Congresso, Deputada Federal Mara Gabrilli; Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz; Sr. Comandante do Exército, General Enzo Peri; Sr. Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato; Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante de Esquadra Wilson Guerra; Srªs e Srs. Embaixadores e demais membros do corpo diplomático; no momento em que iniciarmos o primeiro ano legislativo da Legislatura nº 55 do Congresso Nacional, quero cumprimentar os Srs. Congressistas, as Srªs e os Srs. Deputados Federais, as Srªs e os Srs. Senadores, que tiveram um terço da sua Casa renovada, associando-se aos dois terços existentes.

Srs. Congressistas, senhoras e senhores, no início dos trabalhos legislativos, depois de recebermos a mensagem do Poder Executivo, temos a consciência, ao iniciarmos a nova Legislatura, de que é um ano de muito trabalho. Para que todos os que estão aqui chegando possam exercer o seu bom trabalho, o primeiro cumprimento que eu quero fazer é: bem-vindos todos, que possamos estar em consonância com aqueles que os trouxeram aqui e que possamos realizar um trabalho profícuo em prol do nosso País.

Este início de Legislatura implica, com certeza, termos muitos desafios para, como disse o Presidente do Supremo Tribunal, com os poderes independentes e harmônicos, termos a condição de exercitar aquilo que diz a Constituição no que cabe ao Congresso Nacional.

Certamente, será um ano em que muitas matérias relevantes serão aqui apreciadas, não só as matérias derivadas das propostas do Poder Executivo, mas também as emanadas do Poder Judiciário e as do próprio Poder Legislativo, que certamente elegerão as suas prioridades. Podemos destacar como imediata prioridade para ser tratada pelo Poder Legislativo a reforma política, ponto que todos têm em mente que obrigatoriamente teremos que apreciar.

Urge, também, uma discussão – que teremos que iniciar – sobre o Pacto Federativo, para que possamos, em vez de falar em reforma tributária ou em reforma fiscal, falar simplesmente que isso é uma consequência de uma discussão maior que é a discussão do próprio Pacto Federativo, porque de nada adianta você tratar de divisão de tributos sem tratar das obrigações e dos direitos de cada um nesse bolo. É muito importante que isso seja tratado dessa forma.

Neste ano em que haverá muitas medidas importantes e impactantes, é um ano no qual a legislação eleitoral terá que ser tratada também até setembro, independentemente da reforma política, na medida em que haverá eleições no próximo ano de 2016, e nenhuma matéria poderá ser deliberada após vencer o prazo de um ano antes das eleições.

São medidas urgentes, fora as pautas que já sabemos que virão de demandas da sociedade e de demandas dos seus próprios representantes, que a Casa estará apta a apreciar a partir do início desta Legislatura.

Renovando os nossos cumprimentos para que possamos todos estar irmanados no princípio do bom processo legislativo de que cheguemos à conclusão de que possamos legislar sem que isso possa de qualquer forma afetar as minorias, mas fazendo valer sempre a vontade da maioria que aqui estará representada através do instrumento mais legítimo que possa haver que é o voto de cada um de vocês.

Bem-vindos e que tenhamos todos uma excelente legislatura.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exmo Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, dois cumprimentos: o primeiro, pela brilhante vitória, e, em seguida, cumprimentando-o, quero cumprimentar todos os Deputados, todos os membros desta Câmara Federal, de todos os partidos; Exmo Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski; Exmo Sr. Ministro Aloizio Mercadante; Srªs Senadores, Srs. Senadores, Congressistas; as eleições internas pertencem ao passado. Agora, como todos sabem, é hora de trabalhar.

A reabertura do Congresso Nacional é importante para o Parlamento, para o País e, sobretudo, para o fortalecimento da certeza de que vivemos plenamente em uma democracia.

É, portanto, momento de júbilo, mas também de reflexão. O sentimento é o da esperança. E a determinação mais firme é a de realizar um novo período de trabalho que intensifique as reflexões sobre o nosso País, aprimore as nossas decisões legislativas e traga efetivamente melhorias para a vida nacional. Diversos foram os avanços, mas ainda há muito que fazer.

No âmbito do Legislativo, todos acompanharam, as conquistas foram expressivas. Leis importantes foram aprovadas. Para reafirmar nossas prerrogativas, venceu a tese de que não é possível controle preventivo de projetos em tramitação e também de que o tamanho das Bancadas só pode ser fixado por lei complementar – portanto, uma competência do Congresso Nacional. De outro lado, criamos regras inovadoras para análise das medidas provisórias e criamos um novo critério para apreciação de vetos presidenciais. Devolvemos aos Parlamentares a última palavra sobre o processo legislativo.

Vamos trabalhar incessantemente para aprovarmos o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei de Licitações. E ainda vamos atualizar o Código do Consumidor. Temos que aprofundar a regulamentação do orçamento impositivo, incluindo, em vez de apenas as emendas parlamentares, as emendas coletivas e as emendas de comissão. Temos de implementar a cédula eletrônica, Presidente Eduardo Cunha, na votação dos vetos presidenciais e regulamentar o art. 52 da Constituição Federal, que irá permitir a esta Casa a fiscalização do sistema tributário.

É também nossa intenção trabalhar uma agenda integrada do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a fim de otimizar resultados e conquistas. Uma das metas com esse propósito será projetar – e me permitam pela primeira vez colocar isto aqui – a biblioteca do Congresso Nacional nos moldes da que existe nos Estados Unidos, para integrar os acervos das duas Casas.

No plano constitucional, é necessário reformas. Um dos maiores desafios e um dos assuntos mais prementes, como todos sabem, como aqui foi colocado, é a reforma política. Necessitamos de critérios claros e definitivos para o financiamento de campanha. Como disse ontem ao Senado Federal, é preciso melhorar a política para que a política ajude a melhorar o Brasil. Uma das nossas propostas é, sem dúvida alguma, a reforma política, que se arrasta neste Parlamento há 12 anos. Urge que sejam feitas as mudanças profundas no nosso sistema político para torná-lo moderno, funcional, eficiente, transparente. Pagaremos um alto preço se não formos capazes de enfrentar esse desafio. Por sua complexidade e por se tratar de uma prerrogativa do Legislativo, é recomendável que o Congresso Nacional trace as linhas mestras da reforma e as submeta a um referendo popular.

Estou convicto de que as consultas populares não debilitam a democracia representativa, mas a complementam. Se há uma lição que podemos tirar das manifestações ocorridas em 2013 e das eleições gerais de 2014, é a de que a sociedade está atenta, madura e exige ser ouvida com mais assiduidade.

A sociedade, Presidente Eduardo Cunha, exige mudanças. Aqui estamos todos nós – ouso mais uma vez falar isto em nome do Senado Federal e V. Exª, da Câmara dos Deputados – para protagonizá-las.

Quero aproveitar novamente a menção ao Deputado Eduardo Cunha para mais uma vez, em nome de todos os Senadores, parabenizá-lo pela brilhante vitória (*Palmas.*) e para anunciar, desde logo, que é meu desejo trabalharmos juntos, efetivamente juntos, em busca de um Brasil melhor.

É imprescindível colocar na agenda dos nossos trabalhos a reforma tributária, avançar no Pacto Federativo e discutir novas formas de cooperação entre a União e os demais entes federativos, sobretudo na segurança pública, que tem dizimado a nossa juventude.

Em todos esses anos, aprendi que é necessário saber conviver com as visões divergentes. A crítica é a primeira manifestação de quem deseja ajudar, de quem tem posições e quer defendê-las. As divergências, entretanto, não devem transbordar para retrocessos e para transgressões.

A missão de todos nós é trabalhar para atenuar os efeitos de qualquer crise que se anuncie. Haveremos de encontrar caminhos e soluções para realizar os nossos propósitos democráticos. É isso que a Nação brasileira exige de todos nós e foi para isso que a sociedade brasileira nos colocou aqui.

A mensagem que a Excelentíssima Senhora Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional na abertura desta Legislatura, como ela mesma afirma, marca a transição do seu primeiro para o segundo

mandato. E, ao mesmo tempo em que se mostra consciente das dificuldades que o País atravessa e atravessará neste ano, demonstra que existe uma série de medidas focadas no aumento da produtividade, da eficiência, do estímulo às micro e pequenas empresas e também das exportações. A Presidente mostra possuir um planejamento de como atuará o País nas diversas áreas em que há atuação do Estado, desde saúde e educação até o estímulo ao agronegócio e os investimentos em infraestrutura. E disse, destacando, que a prioridade das prioridades, como falou a Presidente, é mais recursos, mais investimentos.

E eu me permitiria, em nome do Congresso Nacional, neste ambiente de convergência democrática que esta sessão de abertura possibilita, eu ousaria acrescentar nessa frase da Presidente mais algumas palavras e dizer que a prioridade é mais recursos, com segurança jurídica, com estabilidade, com a manutenção das conquistas do nosso povo e mais investimentos.

O Congresso Nacional, consciente das dificuldades apontadas por Sua Excelência, estará à altura do desafio para colaborar com o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Ministro Aloizio Mercadante, mais uma vez, é uma honra muito grande tê-lo aqui no Congresso Nacional. Aproveito a oportunidade e peço que V. Exª transmita à Presidente Dilma Rousseff que o Congresso Nacional, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal, fará sua parte. E o Brasil pode continuar a contar conosco.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Antes de encerrar a sessão, agradeço às autoridades e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Maioria/PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 16 minutos.)

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

02/02/2015

Segunda-feira

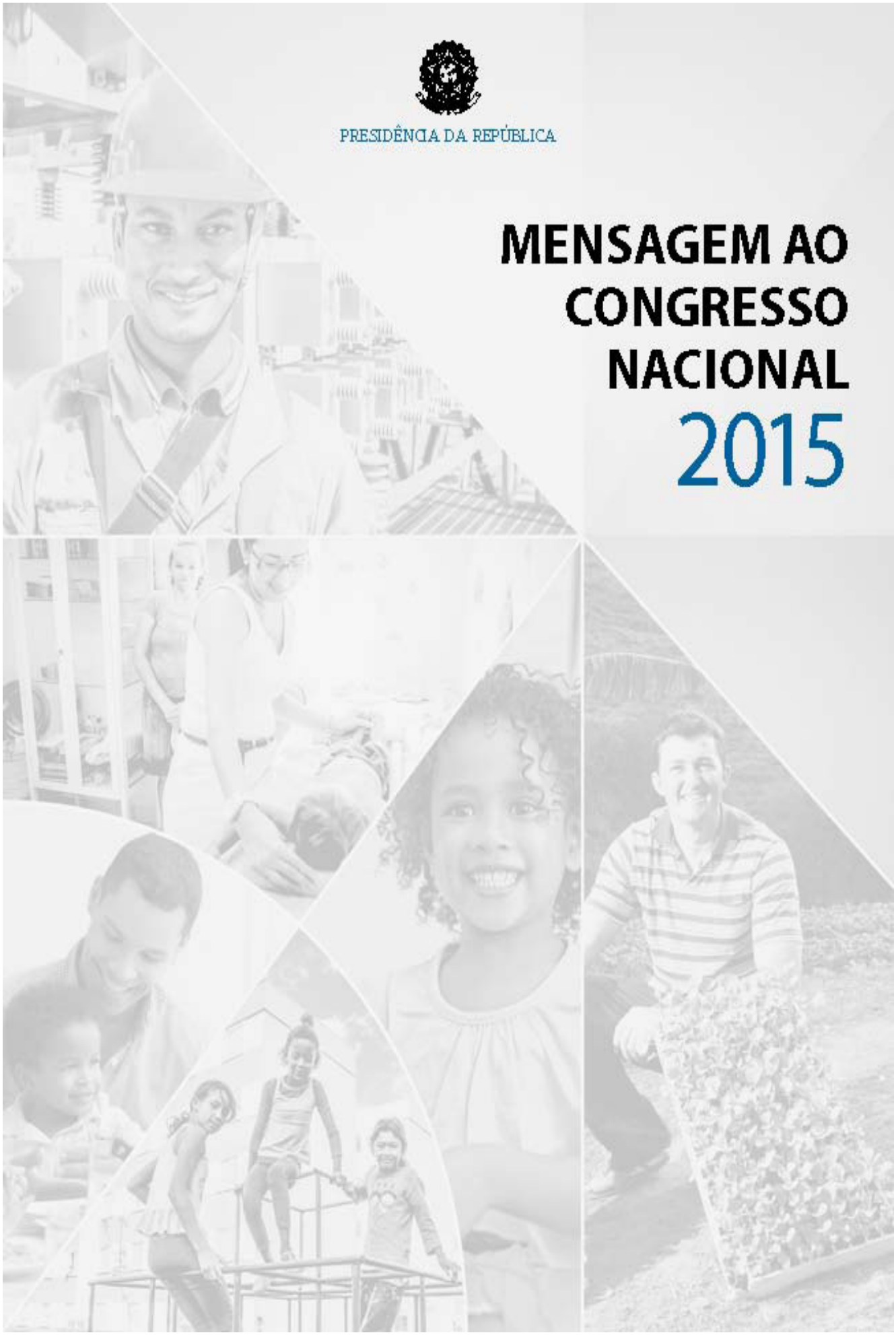
15h	**Sessão Solene destinada a inaugurar a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura** Plenário da Câmara dos Deputados

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL
2015

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

2015



Copyright © 2015 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Crédito das Fotos: Secom/Divulgação, Acervo Secretaria-Geral/PR, Agência Brasil/EBC e Ministério da Previdência Social.

Tiragem: 2.700 exemplares

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

Brasil. Presidente (2011- : Dilma Rousseff)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2015: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. – Brasília: Presidência da República, 2015.

468 p. : il. (Documentos da Presidência da República).

1. Mensagem Presidencial – Brasil, 2015. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil. 3. Infraestrutura – Brasil. 4. Igualdade de direitos – Brasil. 5. Superação da pobreza – Brasil. 6. Soberania nacional – Brasil. 7. Cidadania – Brasil. 8. Transparência na administração pública – Brasil. 9. Ética – Brasil. I. Rousseff, Dilma Vana, 1947- . II. Título. III. Série.

CDD 352.2380981

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Temer

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Aloizio Mercadante

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Defesa
Jaques Wagner

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Mauro Vieira

Ministro de Estado da Fazenda
Joaquim Levy

Ministro de Estado dos Transportes
Antonio Carlos Rodrigues

Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Kátia Abreu

Ministro de Estado da Educação
Cid Ferreira Gomes

Ministro de Estado da Cultura
Juca Ferreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado da Previdência Social
Carlos Eduardo Gabas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado da Saúde
Arthur Chioro

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro

Ministro de Estado de Minas e Energia
Eduardo Braga

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

Ministro de Estado das Comunicações
Ricardo Berzoini

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton

Ministro de Estado do Turismo
Vinicius Lages

Ministro de Estado da Integração Nacional
Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias

Ministro de Estado das Cidades
Gilberto Kassab

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Helder Barbalho

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Miguel Rossetto

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Advogado-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União
Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Pepe Vargas

Ministrado de Estado Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Thomas Traumann

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Ideli Salvatti

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Edinho Araújo

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Eliseu Padilha

Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O início de um novo ano legislativo é um momento especial, de confirmação da força de nossa democracia. Por isso, é com grande honra que me dirijo ao Congresso Nacional para, por meio desta Mensagem, cumprir o dever constitucional de prestar contas das principais atividades do Executivo Federal em 2014 e assinalar as prioridades para 2015.

Esta Mensagem se reveste de maior relevância por demarcar a transição entre o primeiro e o segundo mandatos que a população brasileira me conferiu. Contém, por isso, um balanço do que fizemos nos quatro últimos anos, com ênfase nas conquistas alcançadas em 2014, e as linhas estratégicas e prioridades que vamos perseguir neste novo mandato.

A economia mundial, em 2014, teve como marcas a instabilidade e a incerteza. Ainda que a economia brasileira também tenha sido afetada por este cenário, conseguimos, graças às medidas adotadas nos últimos quatro anos, minimizar seus impactos sobre a população e, ao mesmo tempo, preservar nossos alicerces macroeconômicos.

A inflação, por exemplo, foi mantida em 2014, mais uma vez, dentro do intervalo admitido pelo regime de metas inflacionárias, assim como em todos os demais anos de meu mandato. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminou o ano com variação de 6,41%.

No mandato que se inicia, manteremos o controle da inflação como prioridade da gestão macroeconômica. Ainda que o IPCA tenha permanecido pelo décimo primeiro ano consecutivo dentro do limite definido, queremos resultados ainda melhores e vamos dedicar esforços para que a inflação convirja para o centro da meta nos próximos anos, o que resultará, em médio prazo, em maior bem-estar para a população e em mais competitividade para a nossa economia. Para tanto, o Banco Central vem adotando as medidas necessárias para reduzir ainda mais a inflação.

O Brasil chegou a novembro de 2014 com uma dívida líquida do setor público correspondente a 36,2% do PIB, menor que a de dezembro de 2010 (39,2%), e muito inferior à de 2002 (60,4%). O perfil da dívida é, atualmente, melhor que no início de meu mandato em termos de composição e de maturidade: a parcela prefixada da dívida subiu de 36,6% para 40,8%, entre dezembro de 2010 e novembro de 2014, e o prazo médio cresceu de 3,5 anos para 4,5 anos no mesmo período.

Esses indicadores mostram o grande esforço fiscal que realizamos nos últimos anos.

No entanto, a economia brasileira vem sofrendo os efeitos de dois choques. No plano externo, a economia mundial sofreu uma redução expressiva nas suas taxas de crescimento, com a China apresentando as menores taxas de crescimento em 25 anos, o Japão e a Europa em estagnação, e os Estados Unidos da América (EUA) só agora começando a se recuperar da crise. Além disso, há uma queda nos preços das *commodities* – uma queda de 58,8% do petróleo (de junho/14 a 20 de janeiro/15) e de 53% do minério de ferro (de dezembro/13 a janeiro/14) – e uma apreciação do dólar. No plano interno, enfrentamos, em anos sucessivos, um choque no preço dos alimentos, devido ao pior regime de chuvas de que se tem registro. Essa seca teve, também mais recentemente, impactos no preço da energia em todo o Brasil, bem como na oferta de água em algumas regiões específicas.

Diante destes eventos internos e externos o Governo Federal cumpriu seu papel. Absorvemos a maior parte das mudanças no cenário econômico e climático em nossas contas fiscais para preservar o emprego e a renda. Reduzimos nosso resultado primário para combater os efeitos adversos desses choques sobre nossa economia e proteger nossa população. Atingimos um limite.

Estamos diante da necessidade de promover um reequilíbrio fiscal para recuperar o crescimento da economia o mais rápido possível, criando condições para a queda da inflação e da taxa de juros no médio prazo. Garantindo, assim, a continuidade da geração de emprego e renda. Os ajustes que estamos fazendo são necessários para manter o rumo e ampliar oportunidades, preservando as prioridades sociais e econômicas do nosso Governo.

Reafirmando o que disse na cerimônia de posse, as mudanças que o País espera para os próximos quatro anos dependem muito da estabilidade e da credibilidade na economia. Precisamos garantir a solidez nos nossos indicadores econômicos.

Tomamos algumas medidas que têm caráter corretivo, ou seja, são medidas estruturais que se mostram necessárias em quaisquer circunstâncias. Vamos adequar o seguro-desemprego, o abono-salarial, a pensão por morte e o auxílio-doença às novas condições socioeconômicas do País. Essas novas condições mostram que, nos últimos 12 anos, foram gerados 20,6 milhões de empregos formais.

A base de contribuintes da Previdência Social foi ampliada em 30 milhões de beneficiários. O valor real do salário mínimo, que é a base de todo o sistema de proteção social, cresceu mais de 70%. Além disso, a expectativa de vida dos brasileiros com mais de 40 anos aumentou, passando de 73,6 para 78,5 anos, ou seja, quase cinco anos a mais de vida.

Nestes casos, não se trata de medidas fiscais, trata-se de aperfeiçoamento de políticas sociais para aumentar sua eficácia, eficiência e justiça.

Aliás, sempre aperfeiçoamos nossas políticas, e o Programa Bolsa Família é um excelente exemplo. No ano passado, ano eleitoral, 1 milhão 290 mil famílias deixaram o Programa por não mais se enquadrarem, seja por razões cadastrais, seja por aumento de renda.

Outro conjunto de medidas é o de natureza eminentemente fiscal, indispensáveis para a saúde financeira do Estado brasileiro. Contas públicas em ordem são necessárias para o controle da inflação, o crescimento econômico e a garantia, de forma sustentada, do emprego e da renda. Vamos promover o reequilíbrio fiscal de forma gradual. Nossa primeira ação foi estabelecer a meta de resultado primário em 1,2% do Produto Interno Bruto.

Esta meta representa um grande esforço fiscal, mas um esforço que a economia pode suportar sem comprometer a recuperação do crescimento e do emprego. Preservaremos as metas de todas as nossas políticas sociais, como, por exemplo, do Bolsa Família; do Minha Casa Minha Vida; do Mais Médicos; do Pronatec; das ações para garantir acesso ao ensino superior; do Ciência sem Fronteiras; do combate à violência contra a mulher, dentre outras, pois são elas e seus benefícios para a população a razão de ser da gestão responsável e consistente da política macroeconômica.

A razão de ser da gestão responsável e consistente da política econômica é estimular o crescimento e dar meios para a execução de políticas que melhoram o bem-estar da população.

Decidimos, também, reduzir previamente nossos gastos discricionários, enquanto o Congresso Nacional discute o Projeto de Lei Orçamentária de 2015. Por essa razão, reduzimos em 1/3 o limite orçamentário de todos os Ministérios, neste início de ano.

Estamos atuando também pelo lado da receita. Adotamos correções nas alíquotas das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre combustível e do IOF sobre o crédito pessoal. Também propusemos uma correção do PIS/COFINS sobre bens importados e do IPI sobre cosméticos.

Destaco, como ponto positivo, que as reservas internacionais fecharam 2014 em US$ 374,1 bilhões, montante 30% maior do que o existente no final de 2010 e dez vezes superior ao volume disponível no final de 2002. Esse patamar de reservas oferece segurança ao País para lidar com as incertezas e oscilações da economia internacional que ainda devem marcar 2015. Vale ressaltar também o estabelecimento, em julho de 2014, no âmbito dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), do Arranjo Contingente de Reservas, com capital de US$ 100 bilhões. Esse fundo representa uma linha de defesa adicional para o Brasil, assim como para os demais países dos BRICS, em caso da ocorrência de crises de balanço de pagamentos.

O mundo confia no Brasil. O fluxo de investimento estrangeiro direto para o País mudou de patamar em meu primeiro mandato. Recebemos US$ 258,4 bilhões no quadriênio, sendo US$ 62,5 bilhões em 2014. São 19,5% a mais que no período 2003-2010, quando já havíamos recebido 32% a mais que no período 1995-2002, o que confirma termos transformado o Brasil em um mercado muito atraente e confiável para o investidor estrangeiro.

Manteremos, ao longo deste novo mandato, uma ação firme na economia para garantir a estabilidade e um ambiente favorável aos negócios, condições necessárias para continuarmos alcançando bons resultados na geração de emprego. Esse é o mais importante indicador de sucesso que temos a compartilhar: geramos 5,28 milhões de empregos entre 2011 e 2014, o que garantiu a permanência do desemprego em patamares baixos, entre os menores da história recente do Brasil.

O expressivo saldo positivo do emprego e a manutenção do desemprego nas taxas mais baixas dos registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constituem diferenças marcantes do Brasil frente à maioria das economias desenvolvidas. Mais importante ainda é que atingimos esses resultados sem reduzir direitos dos trabalhadores brasileiros, orientação que continuaremos a perseguir. Vamos mostrar que é possível conciliar ajustes na economia, corrigindo excessos e distorções de alguns programas sociais, com a preservação de direitos trabalhistas e sociais.

Por tal razão, conto com a parceria do Congresso Nacional na aprovação do projeto de lei que dá continuidade à política de valorização do salário mínimo nos mesmos parâmetros vigentes até agora. O salário mínimo, que passou a corresponder a R$ 788 a partir de janeiro do corrente ano, é instrumento fundamental do bem-sucedido processo de redução da desigualdade no Brasil, ao qual daremos sequência.

A redução das desigualdades, a eliminação da pobreza e a ampliação dos direitos sociais são marcas fundamentais do meu governo, às quais jamais poderemos renunciar. Ajustes fazem parte do dia a dia da política econômica, bem como do cotidiano de empresas e pessoas. Ajustes nunca são um fim em si mesmos. São medidas necessárias para atingir um objetivo de médio prazo, que, em nosso caso, permanece o mesmo: crescimento econômico com inclusão social. Não promoveremos recessão e retrocessos.

O meu governo também tem compromissos fundamentais com o estímulo aos investimentos e com o aumento da competitividade econômica. Nesse sentido, o Plano Brasil Maior chegou ao final de 2014 com um conjunto expressivo de bons resultados. Além de ter contribuído para diminuir os impactos da crise sobre a indústria, o Plano implementou medidas fundamentais para a competitividade, ao estimular o investimento e a inovação tecnológica no setor.

Visando reduzir os custos de produção, promovemos extenso programa de desoneração. Hoje, empresas de 56 setores industriais e de serviços se beneficiam da desoneração da folha de pagamentos, e recolheram, somente em 2014, R$ 24,07 bilhões a menos em tributos. Promovemos também a desoneração dos investimentos: o peso dos tributos no investimento em bens de capital diminuiu de 32% para 4,3%. O Reintegra, que restitui aos exportadores tributos cumulativos recolhidos ao longo da cadeia produtiva em montante correspondente a 0,1% a 3% da receita obtida com vendas externas, tornou-se permanente a partir de 2014.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) garantiu, em 2014, R$ 76,3 bilhões em crédito em condições favoráveis ao investimento produtivo. Os regimes especiais criados para estimular o desenvolvimento de cadeias produtivas também alcançaram bons resultados. Com o Inovar-Auto, 52 empresas habilitadas assumiram compromissos com investimentos da ordem de R$ 9,43 bilhões. Em pouco mais de um ano, 50 empresas foram cadastradas como Empresas Estratégicas de Defesa, habilitando-se aos benefícios do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid).

O Plano Inova Empresa está em plena execução. A carteira total de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico chegou ao final de 2014 com R$ 35,4 bilhões contratados e R$ 15,91 bilhões em processo de contratação. A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) também já está em plena atuação. Foram contratados 66 projetos cooperativos com empresas, em 2014.

Lançamos, em junho, o Programa Nacional das Plataformas do Conhecimento, para apoiar parcerias entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica, nacionais e internacionais, para a realização de encomendas tecnológicas e para obtenção de produtos ou processos inovadores, de bens ou serviços, que envolvam risco tecnológico.

Promovemos, em 2014, a universalização do Simples Nacional. Com isso, a partir de janeiro de 2015, todas as empresas do Brasil que tenham faturamento de até R$ 3,6 milhões, independentemente do setor de atividade, podem usufruir da redução da carga tributária, do pagamento simplificado de impostos em um único boleto e dispor de procedimentos especiais e simplificados para abertura, registro, alteração e baixa. Trata-se de verdadeira reforma tributária para um segmento fundamental para o crescimento da economia brasileira.

Vamos, neste novo mandato, aprimorar ainda mais o ambiente econômico para as micro e pequenas empresas. Encaminharei ao Congresso Nacional, ainda neste ano legislativo, projeto de lei criando um mecanismo de transição entre o Simples Nacional e os demais regimes tributários para que os pequenos negócios não tenham medo de crescer.

A melhora da competitividade depende, entre outras coisas, da simplificação e da desburocratização do dia a dia das empresas e dos cidadãos. Para avançar nesta direção, lançaremos um grande Programa de Desburocratização e Simplificação das Ações do Governo. Trata-se de agilizar e simplificar o relacionamento das pessoas e das empresas com o Estado e do Estado consigo mesmo. Menos burocracia representa menos tempo e menos recursos gastos em tarefas acessórias e secundárias, mais produtividade e mais competitividade. Toda a sociedade ganha.

No que tange ao comércio exterior, lançaremos um Plano Nacional de Exportações para estimular o comércio externo. O foco de nossa política industrial, baseada na ampliação da nossa competitividade, será o aumento da pauta e dos destinos de nossas exportações. Se nossas empresas conseguirem competir no resto do mundo, elas conseguirão competir facilmente no Brasil, onde já desfrutam de vantagens locais.

Nossa agricultura continuou batendo recordes de produção. Em 2014, a safra de grãos alcançou 192,8 milhões de toneladas, 2,4% a mais que em 2013, segundo estimativa do IBGE.

O apoio do Governo Federal para o alcance desse resultado foi expressivo. Alocamos R$ 156 bilhões para o agronegócio e R$ 24 bilhões para a agricultura familiar, na safra 2014/2015.

Além dos recursos para crédito, os mais volumosos de toda a história, também continuamos a aprimorar instrumentos importantes para a produção agrícola. Ampliamos os recursos disponíveis para o seguro do agronegócio e, para a agricultura

familiar, criamos um novo seguro, em vigor desde 1º de janeiro, que garantirá até 80% da renda esperada. Ampliamos também a cobertura do Garantia Safra, que atenderá 1,35 milhão de agricultores.

O Plano Nacional de Armazenagem, que terá continuidade em 2015, autorizou, até novembro de 2014, R$ 6,8 bilhões para financiar a construção de novos armazéns privados.

Cerca de 700 mil famílias de agricultores familiares receberam assistência técnica em 2014 e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) começou a operar.

No ano que se passou, criamos 145 projetos de reforma agrária, garantindo o assentamento de mais de 32 mil famílias. Encerramos o primeiro mandato com mais 2,9 milhões de hectares destinados à reforma agrária, e com a criação de 493 projetos de assentamentos em benefício de 107,4 mil famílias. Mais importante, graças à reorganização que promovemos nos critérios de seleção de terras e de oferta dos serviços de públicos, é que estamos conseguindo dar mais qualidade e sustentabilidade aos assentamentos e mais direitos aos assentados.

Neste novo mandato, manteremos o nosso compromisso de garantir, em todas as próximas safras, recursos em volume e condições adequados ao fortalecimento e expansão de nossa produção.

Os investimentos em infraestrutura avançaram ainda mais em 2014. Trata-se de uma ação primordial para o aumento da competitividade da economia e para a oferta de melhores condições de vida da população, que permanecerá no centro de nossa estratégia, ao longo do novo mandato.

O investimento de R$ 1,6 trilhão pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em suas duas edições está mudando, para muito melhor, a infraestrutura brasileira. Com esses recursos, já concluímos, até 2014, a modernização e duplicação de 11 mil km de rodovias; a construção de 2 mil km de ferrovias; obras de expansão e modernização em 44 portos, 26 terminais hidroviários e em 47 aeroportos; e mais de 4 mil obras de saneamento.

Temos, hoje, uma grande carteira de investimentos em mobilidade urbana de R$ 143 bilhões em 118 Municípios de grande e médio portes, em todos os Estados brasileiros. À medida que esses investimentos forem sendo concluídos ao longo dos próximos quatro anos, a população urbana brasileira passará a dispor de mais 658 km de transporte sobre trilhos, sendo 279 km de novas linhas de metrô, mais 2.242 km de corredores de ônibus e 924 km de BRTs, além de 21 km de transporte fluvial.

Neste e nos próximos anos do mandato, continuaremos apoiando Estados e Municípios na transformação do padrão de mobilidade de nossas cidades.

Na área de energia, a capacidade de geração foi ampliada em 21.832 MW e a rede de transmissão em 24.192 km, em meu primeiro mandato. O Luz para Todos realizou 546 mil ligações neste período, elevando para 3,2 milhões o total de domicílios beneficiados pelo Programa desde sua criação, em 2003.

Ressalto que conseguimos aumentar nossa capacidade instalada de geração de energia elétrica de 80 mil megawatts (MW), em 2002, para 134 mil MW, em 2014. Concomitantemente, expandimos as redes de distribuição de 76 mil quilômetros para 125 mil quilômetros, no mesmo período. Isso mostra que estamos fazendo os investimentos necessários para assegurar a oferta de energia em nível adequado ao desenvolvimento econômico do País e com maior solidez e segurança ao sistema de geração e distribuição de energia elétrica.

Salientamos, além disso, os grandes esforços que estamos fazendo na diversificação das fontes de energia, com a incorporação de novas energias alternativas e limpas ao nosso sistema elétrico, tais como a solar e a eólica.

A produção de petróleo proveniente das reservas do pré-sal atingiu, em dezembro de 2014, a marca de 666 mil barris de petróleo por dia. Graças ao empenho e à eficiência da Petrobras, a empresa de capital aberto que mais produz petróleo no mundo, a riqueza do pré-sal já é uma realidade. Uma nova realidade que vai alavancar o desenvolvimento do País e mudar o patamar da educação brasileira.

A Refinaria Abreu e Lima já está em funcionamento e, em janeiro de 2015, realizou seu primeiro carregamento de nafta petroquímica. Com isso, vamos eliminar progressivamente os gargalos que ainda temos, no que tange ao refino do petróleo.

Adotamos, também, medidas para fortalecer o mercado de biocombustíveis. Elevamos o percentual de mistura de biodiesel ao óleo diesel de 5% para 6%, a partir de julho, e para 7%, a partir de novembro. Alteramos, também, o limite máximo da mistura de etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5% e estamos aguardando a conclusão dos estudos científicos sobre tal alteração. Entregamos, em 2014, a segunda etapa do Sistema Logístico de Etanol, que agora se estende de Paulínia, em São Paulo, a Uberaba, em Minas Gerais, passando pelo Município paulista de Ribeirão Preto.

A carteira de investimentos em segurança hídrica correspondia, no final de 2014, a R$ 34 bilhões. O Projeto de Integração do São Francisco está avançando. Em 2014, as primeiras etapas foram entregues. A conclusão integral do projeto está prevista para 2016, com entregas parciais ao longo do corrente ano.

Além da integração do São Francisco, os investimentos para ampliar a oferta de água no semiárido nordestino têm sido expressivos. Concluímos obras como os trechos I e II do Canal do Sertão Alagoano, em Alagoas; a 1ª etapa da Adutora do Algodão e os sistemas adutores Cafarnaum, Irecê e Pedro Alexandre, na Bahia; o Eixão das Águas e as barragens de Riacho da Serra, Missi e Figueiredo, no Ceará; o sistema adutor Congo, na Paraíba; a 1ª Etapa da Adutora do Pajeú, a Adutora do Oeste, e os sistemas adutores Agrestina, Belo Jardim, Sirigi e Limoeiro, em Pernambuco; o Sistema Piaus, no Piauí; e o sistema adutor Seridó, no Rio Grande do Norte.

No mandato que se inicia, muitas outras obras para ampliar a segurança hídrica do Nordeste, já contratadas e em implantação, serão entregues. Vale destacar que, entre 2011 e 2014, implantamos 781.847 cisternas em todo o semiárido do Nordeste, ultrapassando a meta que propusemos em 2011, de 750 mil. Somadas às cisternas implantadas no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atendemos um total de 1,1 milhão de famílias, que têm, hoje, acesso mais fácil à água.

No final de 2014, quando solicitados pelo governo do Estado de São Paulo, que tem a responsabilidade constitucional pela gestão dos recursos hídricos, autorizamos investimentos para ampliar a oferta de água em São Paulo, esforço que terá continuidade neste ano. O Governo Federal está disposto a ser parceiro do governo de São Paulo na realização de obras que, nos próximos anos, possam afastar a insegurança hídrica hoje vivenciada pela população paulista. A mesma disposição se estende às demais unidades da Federação, especialmente as da região Sudeste, fortemente afetada pela maior seca das últimas oito décadas.

Ao longo de meu primeiro mandato, aos investimentos do PAC somamos as parcerias com o setor privado no âmbito do Programa de Investimentos em Logística (PIL), para acelerar a expansão e a elevação da qualidade de nossa logística. Definimos novos modelos de concessão e alteramos regras regulatórias, buscando conciliar a oferta de infraestrutura de mais qualidade à nossa população e a nossos produtores com modelos atrativos ao investimento privado.

Como resultado, temos hoje seis aeroportos modernizados e sob gestão privada – Brasília/DF, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Galeão/RJ e Confins/MG, além de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte. Concedemos 5.350 km de rodovias, nas quais serão investidos, ao longo do período de concessão, R$ 32,7 bilhões em obras de melhorias, dentre as quais a duplicação de 3.338 km. Foram autorizados 34 novos Terminais de Uso Privado (TUPs) e quatro ampliações, o que resultará em R$ 11 bilhões de investimentos na estrutura portuária.

Em 2015, realizaremos a concessão de mais 2.625 km de rodovias, 2.282 km dos quais serão duplicados.

Vamos definir, neste ano, novas carteiras de investimento em infraestrutura para o PAC e para o PIL, combinando investimentos públicos e parcerias privadas. Adotaremos também novas medidas para potencializar ainda mais a complementaridade entre o investimento público e privado, como o aprimoramento dos modelos de regulação, a promoção do mercado privado de crédito de longo prazo, o desenvolvimento de instrumentos de garantias para financiamento de projetos de grande vulto e o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental.

Essas parcerias público-privadas e as concessões a elas associadas refundam a relação entre o Poder Público e a iniciativa privada no Brasil. Estamos utilizando a energia da iniciativa privada para suprir serviços de qualidade à população brasileira, mantendo sempre em vista o interesse nacional e o controle público de setores estratégicos.

Ampliaremos, em 2015, os investimentos em uma das infraestruturas mais importantes para o desenvolvimento do Brasil: a rede de Internet de banda larga. Nosso objetivo será, nos próximos quatro anos, promover a universalização do acesso a um serviço de Internet de banda larga barato, rápido e seguro, por meio do apoio à instalação de redes de fibra óptica, conectando 90% dos Municípios e 45% dos domicílios com redes de ultra banda larga.

Em dezembro de 2014, o Minha Casa Minha Vida atingiu a meta que havíamos proposto para o período 2011-2014, de contratar a construção de 2,75 milhões de moradias. Com isso, em menos de cinco anos, foi contratada a construção de 3,76 milhões de novas casas e apartamentos, parte expressiva destinada à população de baixa renda. Desse total, 2,076 milhões de moradias foram entregues até o final de 2014, realizando o sonho da casa própria para milhões de famílias que, sem este apoio, dificilmente conseguiriam conquistar sua moradia.

Vamos lançar, em 2015, a terceira fase do Programa Minha Casa Minha Vida, que irá contratar mais 3 milhões de moradias, nos próximos quatro anos. Será mais um esforço de investimento do Estado para garantir moradias dignas com acesso a todos os serviços públicos e também para continuar estimulando o crescimento do emprego na indústria de construção civil, em todo o território nacional.

Investimos muito sem abdicar da sustentabilidade ambiental de nosso desenvolvimento. Um indicador desse compromisso é a evolução da taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal – nos quatro anos de meu primeiro mandato, foram alcançadas as quatro menores taxas de desmatamento da Amazônia desde 1988. Em 2014, foram desmatados 4.848 km², 18% menos que no ano anterior.

Começamos a implementar as previsões do novo Código Florestal, com a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Até dezembro de 2014, cerca de 130 milhões de hectares haviam sido cadastrados no CAR, 40% da área rural cadastrável no Brasil.

Em 2015, vamos iniciar a modernização do licenciamento ambiental, essencial para que esse processo venha a ser praticado em bases mais técnicas, com mecanismos de tomada de decisão mais objetivos e rápidos. Queremos, em parceria com o Congresso

Nacional, aprovar um novo marco legal para o acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios, que consolide novos caminhos para a pesquisa e a inovação, e para o desenvolvimento da bioindústria em novas bases regulatórias.

Nosso País já realizou compromissos muito expressivos de reduções voluntárias de suas emissões de gases poluentes. Cumpriremos e até superaremos essas metas de reduções e continuaremos a ser um dos países líderes do imprescindível processo de equilíbrio do clima de nosso planeta, preservando, no entanto, o espaço para o desenvolvimento econômico e social.

Compartilho com as senhoras e os senhores congressistas que cumprimos todas as metas propostas para o Brasil Sem Miséria, que lançamos em 2011 com o ousado, mas necessário, objetivo de garantir a superação da extrema pobreza no País.

Aperfeiçoamos o Bolsa Família – com destaque para a criação do benefício do Brasil Carinhoso – e passamos a complementar a renda das famílias, o que permitiu que 22 milhões de brasileiros superassem a linha da extrema pobreza somente em meu primeiro mandato. Com essas medidas, superamos a miséria, do ponto de vista da renda, no universo do Bolsa Família.

Além da complementação de renda, o Plano Brasil Sem Miséria ofereceu oportunidades aos beneficiários do Bolsa Família. Matriculamos 1,5 milhão de jovens e adultos do Cadastro Único, em sua maioria mulheres, nos cursos de qualificação profissional do Pronatec. Mais de um milhão de microempreendedores do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) se formalizaram, sendo 406 mil deles beneficiários do Bolsa Família. Foram realizadas 5,6 milhões de operações do Crescer, programa de microcrédito produtivo orientado, com pessoas do Cadastro Único, das quais 3,6 milhões foram destinadas a pessoas do Bolsa Família.

Estamos prevenindo e tratando os males que mais afetam nossos meninos e nossas meninas na primeira infância, como anemias e asma – 4,1 milhões de crianças foram beneficiadas com a distribuição de sulfato ferroso ou receberam megadoses de vitamina A; e o medicamento gratuito para asma foi assegurado a 1,4 milhão de pessoas.

Foram matriculadas 702 mil crianças do Bolsa Família em creches, diminuindo a desigualdade no acesso entre as crianças de diferentes faixas de renda. Levamos o ensino em tempo integral a 35,7 mil escolas nas quais a maioria dos estudantes é beneficiária do Bolsa Família.

Continuaremos mobilizando as políticas em favor dos mais pobres, para que sua ascensão social e econômica tenha continuidade. Faremos da prática da busca ativa uma ação contínua para levar oportunidades aos mais pobres. Priorizaremos o acesso das crianças e jovens à educação, para romper, em definitivo, o ciclo da pobreza. Iniciativas de inclusão produtiva serão reforçadas e ampliadas pois, como afirmamos em 2011, o fim da miséria é só um começo.

Nossa grande prioridade neste novo mandato será fazer do Brasil uma Pátria Educadora. Perseguiremos obsessivamente o objetivo de universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis, democratizando o acesso ao conhecimento. Sabemos perfeitamente que só a educação de qualidade para todos, em todos os níveis, mudará, em definitivo, o patamar econômico, social e tecnológico do Brasil.

A determinação política de fazer da educação a prioridade das prioridades será acompanhada pela garantia de mais recursos e mais investimentos. Isso porque, neste novo mandato, os *royalties* do petróleo e os recursos do fundo social do pré-sal começarão a fluir em montantes expressivos para a educação.

Os resultados que alcançamos até 2014 também nos impulsionam a fazer mais. Contratamos a construção de 6.452 creches e pré-escolas em todo o Brasil, ultrapassando a meta proposta para o período de seis mil unidades. Somadas às contratadas a partir de 2007, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chegamos a um total de 8.768 creches e pré-escolas que foram ou estão sendo construídas.

Em 2015, perseguiremos duas grandes metas em relação à educação infantil: concluir a construção das 6.315 creches para as quais os recursos foram liberados; e pactuar, com prefeitos, a priorização de vagas, nessas unidades, para as crianças de 4 e 5 anos, de modo a criar as condições de cumprimento da meta de universalizar o acesso a esse nível de ensino até 2016, prevista no Plano Nacional de Educação, sancionado em 2014.

Ultrapassamos a meta proposta também para as escolas públicas que oferecem educação em tempo integral: chegamos ao final de 2014 com 61 mil escolas garantindo a educação em tempo integral para crianças e adolescentes. Em 58% dessas escolas, a maioria dos alunos é de famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Continuaremos ampliando a oferta de ensino em tempo integral, priorizando a expansão da cobertura nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, em especial em regiões de alta incidência de violência.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) cumpriu, com antecedência, sua meta. Beneficiamos 8,1 milhões de brasileiros com cursos técnicos e de qualificação profissional, oferecidos por escolas técnicas federais e estaduais e, principalmente, pelas escolas do Sistema S.

O sucesso da primeira etapa do Pronatec e a importância da qualificação dos trabalhadores para o aumento da competitividade de nossa economia justificam a implementação de uma segunda etapa do programa, que irá oferecer, até 2018, 12 milhões de vagas. Dedicaremos atenção especial ao Pronatec Jovem Aprendiz, que permitirá às micro e pequenas empresas contratarem um jovem para atuar em seu estabelecimento, com a qualificação sendo custeada pelo Pronatec.

Noventa e dois novos institutos federais de educação profissional entraram em funcionamento em 2014. No meu primeiro mandato, foram entregues 208 novas unidades, o que permitiu que a Rede Federal de Educação Profissional atingisse 562 unidades. Isso demonstra nosso firme compromisso com a necessária expansão do ensino profissionalizante.

No ensino superior, a Rede Federal de Educação chegou ao final de 2014 com mais quatro universidades, 47 novos *campi* universitários e mais 208 *campi* de escolas técnicas federais. Cumprimos todas as metas anunciadas em 2011.

Fortalecemos, no quadriênio encerrado em 2014, todos os instrumentos e políticas de acesso ao ensino superior. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é hoje reconhecido como um procedimento de seleção nacional, republicano e equânime, tendo sido feito por 6,2 milhões de estudantes em 2014, 23% mais que no ano anterior. O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) também se consolida a cada ano como mecanismo nacional de acesso às universidades públicas.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), entre 2011 e 2014, concedeu 748,3 mil bolsas. No mesmo período, 1,81 milhão de contratos de financiamento educacional foram firmados por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Esses dois instrumentos, decisivos para ampliar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior, terão continuidade no novo mandato.

O Ciência sem Fronteiras garantiu bolsas de estudo nas melhores universidades do mundo para 101.446 jovens brasileiros, que têm voltado dessa experiência mais bem preparados para produzir ciência, tecnologia e inovação no Brasil. No período 2015-2018, serão mais 100 mil bolsas, que continuarão sendo concedidas com base no mérito dos estudantes, medido pela nota no Enem e por seu desempenho acadêmico.

Tem centralidade, nesse grande esforço em prol de uma Pátria Educadora, a imprescindível valorização do professor. Tivemos o maior aumento do piso nacional dos professores ao longo dos últimos anos. Ademais, implantamos programas significativos de formação de professores, como os relativos à Alfabetização na Idade Certa e à Universidade Aberta do Brasil.

Ampliamos muito nossos investimentos na saúde, com o propósito de oferecer cuidado mais humanizado e de maior qualidade às brasileiras e aos brasileiros. Entre 2011 e 2014, garantimos recursos para ampliar, reformar ou construir 24.911 postos de saúde e para construir 465 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que vão se somar às 391 já em funcionamento. A cobertura do Samu chegou a 75% da população, com as 185 centrais de regulação e 2.970 ambulâncias em atividade. Atendemos 23,2 milhões de brasileiras e brasileiros com medicamentos gratuitos para diabetes, hipertensão e asma, que puderam ser retirados em 32 mil farmácias da rede Aqui tem Farmácia Popular, em 4.282 Municípios.

Expandimos e qualificamos a infraestrutura, mas o grande salto de qualidade na saúde começou com a implantação do Mais Médicos, que garantiu atendimento básico de saúde a 50 milhões de brasileiros que não tinham acesso a serviços médicos nas áreas mais vulneráveis do nosso País. O Mais Médicos será mantido e aprimorado.

O Mais Médicos implica investimentos na formação e na valorização de médicos brasileiros. Por isso, persistiremos na ampliação das vagas em graduação e em residência médica. Até 2014 haviam sido autorizadas 4.393 novas vagas em cursos de graduação de medicina, de um total previsto de 17 mil até 2017.

A partir de 2015, começaremos a enfrentar, com o Mais Especialidades, o desafio de ampliar o acesso aos serviços especializados de saúde. Em conjunto com Estados e Municípios, vamos implantar, em cada região de saúde, módulos de cuidados integrais voltados para pacientes que necessitam de atendimento especializado e resolutivo ou de cuidado especializado continuado, que serão ofertados pelo SUS em serviços públicos e privados.

Em meu primeiro mandato, buscamos ampliar nossa atuação na área de segurança pública, sempre respeitando as previsões constitucionais. Com o Plano Estratégico de Fronteiras, mobilizamos o Ministério da Defesa e os órgãos do Ministério da Justiça, em parceria com as forças estaduais de segurança, para garantir um controle mais efetivo das nossas fronteiras.

A Força Nacional de Segurança apoiou, a partir de demanda dos governos estaduais, cerca de 120 operações em 21 Estados.

Todas essas ações terão continuidade e serão reforçadas por novas iniciativas. Instalaremos centros de comando em todas as capitais, similares aos que implantamos nas Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, onde haverá equipamentos de elevado padrão tecnológico para ampliar a capacidade de ação de nossas polícias. Ampliaremos a integração dos órgãos de inteligência, para nos anteciparmos ao crime organizado e sermos capazes de desorganizar seus negócios.

Queremos, ademais, propor uma nova forma de atuação dos governos na área de segurança pública. Submeterei ao Congresso Nacional proposta de alteração da Constituição Federal de 1988 para que a segurança pública se torne atividade comum de todos os entes federativos.

É fundamental que a União assuma um novo e mais amplo papel na área de segurança pública. Pretendemos que a União possa estabelecer diretrizes e normas gerais válidas para todo o território nacional, para induzir políticas uniformes no País e disseminar a adoção de boas práticas na área policial. Vamos integrar todas as forças e agir de forma articulada, de modo a vencer o crime organizado e reduzir a criminalidade e os níveis de violência. Precisamos ter uma segurança pública eficiente, que enfrente os desafios da criminalidade urbana dentro de um estrito marco de respeito aos direitos humanos.

Ressalto que o enfrentamento da violência contra a juventude, especialmente a juventude afrodescendente, persistirá no centro de nossos esforços, bem como o combate à homofobia e à violência contra a mulher.

Realizamos, com grande sucesso, a Copa do Mundo FIFA 2014. Os 12 estádios preparados para a Copa sediaram 64 jogos e receberam 3,4 milhões de espectadores, o segundo maior público de todas as 20 edições da Copa do Mundo.

O Brasil recebeu pouco mais de um milhão de turistas estrangeiros de 203 nacionalidades, que deixaram, em divisas, cerca de US$ 1,6 bilhão. Um total de 3,1 milhões de brasileiros circulou pelo País durante a Copa do Mundo.

Os preparativos para esse grande evento mostraram-se adequados. A movimentação total nos 21 aeroportos durante a Copa foi de 17,8 milhões de passageiros, com índice de atraso similar ao observado na União Europeia e dentro do padrão internacional. Os torcedores e turistas se deslocaram nas Cidades-sede sem enfrentar problemas de transporte coletivo. O sistema de segurança funcionou como previsto e não houve restrições quanto ao sistema de telefonia e de transmissão de dados por Internet.

Realizamos uma grande Copa do Mundo. Contra os céticos e os derrotistas, mostramos que o Brasil é capaz de vencer quaisquer desafios.

Nos próximos 18 meses, estaremos totalmente engajados no processo de preparação das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. As obras já estão em curso e, em parceria com os governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro, vamos implementar todas as ações necessárias para fazer desses eventos mais um sucesso de organização.

O ano de 2014 foi marcado por intensa agenda de relações internacionais, consistente com nosso objetivo de manter forte presença do Brasil no mundo.

A IV Cúpula dos BRICS, realizada em Fortaleza, instituiu o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas. Reconhecidos entre as mais importantes iniciativas da economia global nas últimas décadas, esses dois mecanismos serão complemento essencial às atuais entidades de apoio ao desenvolvimento e à estabilidade macroeconômica do mundo. A Cúpula BRICS-Unasul, realizada por iniciativa do Brasil e prestigiada por todos os presidentes sul-americanos, aproximou ainda mais os países de nossa região das grandes economias emergentes.

Participamos da Cúpula União Europeia – Brasil, em Bruxelas, de reuniões do Mercosul, na Venezuela e Argentina, da Unasul, em Quito, e da Celac, em Havana. Em simultâneo a esta última, estivemos na inauguração do Porto de Mariel, empreendimento financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que gerou mais de 150 mil empregos em nosso País e uma receita de US$ 800 milhões para o Brasil, com exportação de bens e serviços.

Na Cúpula do G-20, na Austrália, o Brasil reiterou a necessidade de democratização das principais instituições financeiras internacionais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Da mesma forma, seguimos defendendo o papel insubstituível da Organização Mundial do Comércio (OMC) como promotora do comércio mundial.

A Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet (NETmundial) permitiu reafirmar o compromisso brasileiro com uma Internet democrática, aberta e descentralizada. Por isso, foi com grande satisfação que vimos a Assembleia Geral da ONU aprovar, por unanimidade, a resolução que propusemos, em conjunto com a Alemanha, visando resguardar o direito à privacidade na era digital.

Após o cumprimento antecipado, pelo Brasil, de diversas metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o último ano desse ciclo foi marcado por uma conquista histórica: a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) atestou que erradicamos, em nosso País, o secular problema da fome.

Na abertura da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas, defendi, em consonância com a tradição brasileira, a estrita observância do Direito Internacional e a prioridade da solução pacífica de conflitos. O uso da força, quando necessário, deve ser sempre autorizado pelo Conselho de Segurança, em respeito à Carta das Nações Unidas.

Ao longo de meu primeiro mandato, a integração regional aprofundou-se, com a ampliação do Mercosul, que formalizou o ingresso da Venezuela e deu início ao processo de acessão da Bolívia. Consolidaram-se a União de Nações Sul-americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac). Apoiamos também as negociações de paz na Colômbia e a retomada das relações entre EUA e Cuba.

Em 2015, o Brasil dará especial atenção à integração latino-americana e caribenha e ao fortalecimento de seus organismos. Prosseguirá em seu esforço de aproximação e cooperação com a África, países árabes e asiáticos. Concomitantemente, desenvolverá agendas positivas com os países desenvolvidos para beneficiar o comércio, os investimentos e a inovação. O Brasil quer ter relações amistosas e profícuas tanto com os países em desenvolvimento, quanto com os países desenvolvidos. Não temos de escolher entre um tipo de país ou outro. Esse é um falso dilema ao qual não circunscreveremos a política externa brasileira.

Em articulação com outros ministérios, o Itamaraty apoiará todas as iniciativas bilaterais e multilaterais que favoreçam a expansão de nosso comércio exterior. Nos foros econômicos globais prosseguiremos nossa luta por uma ordem mundial mais justa, inclusiva, livre do protecionismo e capaz de oferecer um novo dinamismo à economia mundial. Atuaremos firmemente no combate a todas as manifestações de violência, dentro dos marcos do Direito Internacional e com respeito aos Direitos Humanos.

Vamos acelerar a implementação e o acompanhamento dos Acordos de Complementação Econômica (ACEs) com países não membros do Mercosul, além de seguir ampliando o diálogo com a Aliança do Pacífico, com a qual já temos um expressivo livre-comércio. Na definição de estratégia conjunta de inserção internacional, buscaremos avançar nas negociações do acordo com a União Europeia. A proposta do Mercosul está pronta e aguarda apenas a oferta europeia.

Manteremos o esforço de democratização da governança global, notadamente a implementação da reforma do FMI e a ampliação do Conselho de Segurança da ONU. Atuaremos para institucionalizar rapidamente o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, bem como para fortalecer a OMC.

Levaremos à Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP 21), a realizar-se em Paris, nosso empenho na fixação de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e os elogiáveis resultados brasileiros nessa área. Também seguiremos participando das definições, no âmbito da ONU, da Agenda do Desenvolvimento Pós-2015, em seus três pilares: social, econômico e ambiental.

No período 2011-2014, atuamos em forte parceria com Estados e Municípios. Parte expressiva de nossas mais bem-sucedidas políticas – Bolsa Família, PMCMV, creches, Mais Médicos, investimentos em saneamento, para citar apenas alguns exemplos – contou com o apoio e o engajamento dos Estados e Municípios.

Como prometido, pagamos, em abril de 2014, a segunda parcela de um auxílio financeiro a todos os Municípios brasileiros, no valor de R$ 1,5 bilhão, distribuídos de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Com a sanção da Lei nº 148/2014, foram alterados os critérios de indexação das dívidas de Estados e Municípios, diminuindo os encargos e a capacidade de investimento futuro dos entes da Federação. Com a Emenda Constitucional nº 84/2014, o repasse de recursos da União ao Fundo de Participação dos Municípios será ampliado em 1% a partir de 2016, sendo que em 2015 o adicional será de 0,5%.

Neste novo mandato, persistiremos atuando em parceria não só com todas as esferas de governo, mas também com os demais poderes do Estado. Em consonância com os poderes Judiciário e Legislativo, pretendemos avançar em dois temas de imensa relevância para o Brasil e nossa população: no combate à corrupção e à impunidade, e na reforma política.

Temos combatido sem trégua a corrupção, com a criação de leis mais severas e pela ação livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência assegurada ao Ministério Público. Ao contrário do que acontecia até um passado recente, hoje o Brasil avança firme no combate à sua histórica impunidade. Por isso, a atuação contra a corrupção será reforçada com as medidas contra a impunidade que enviarei, neste ano legislativo, à apreciação do Congresso Nacional.

São cinco medidas: i) transformar em crime e punir com rigor os agentes públicos que enriquecem sem justificativa ou não demonstram a origem dos seus ganhos; ii) modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de Caixa 2; iii) criar uma nova espécie de ação judicial que permita o confisco dos bens adquiridos de forma ilícita ou sem comprovação; iv) alterar a legislação para agilizar o julgamento de processos envolvendo o desvio de recursos públicos; e v) criar uma nova estrutura no Poder Judiciário que dê mais agilidade e eficiência às investigações e processos movidos contra aqueles que possuem foro privilegiado.

Todas essas medidas têm o propósito de garantir processos e julgamentos mais rápidos e punições mais duras, o que representará um forte golpe na impunidade. Mesmo assegurando o amplo direito de defesa dos acusados e o contraditório, princípios básicos de justiça, queremos eliminar os procedimentos que permitem que processos e julgamentos se arrastem, indefinidamente, em nosso País.

Algumas dessas medidas podem aperfeiçoar – e agilizar – iniciativas em estudo pelo Congresso Nacional e pelo Judiciário. Outras são inteiramente novas. Juntos, os três Poderes da República poderão proporcionar ao Brasil melhores condições para enfrentar, e vencer, o desafio de combater com mais efetividade a corrupção e a impunidade.

Entretanto, esse esforço no combate à corrupção e à impunidade produzirá resultados apenas parciais, caso o Brasil não enfrente a fonte principal dos desvios e dos desmandos: as insuficiências e as distorções do nosso sistema de representação política. Por isso, conto com o Congresso Nacional para realizarmos a tão demandada, e sempre adiada, reforma política, de responsabilidade constitucional do Poder Legislativo. Urge definir novas regras para a escolha dos representantes da população nas casas legislativas e estabelecer novas formas de financiamento das campanhas eleitorais. Precisamos também aprimorar os mecanismos de interlocução com a sociedade e os movimentos sociais para reforçar a legitimidade das ações do Legislativo e do Executivo.

É nossa tarefa democratizar o poder para que a sociedade se sinta cada vez mais representada e para que as instituições representem, com ética e transparência, a vontade de todos os cidadãos.

Conto com esta Casa para, neste novo ano legislativo, atuarmos em parceria para dar início a um novo ciclo histórico de mudanças em nosso País. Um ciclo que manterá o Brasil no caminho do desenvolvimento, tornando-o, cada vez mais, uma nação que garante a todos os cidadãos as mesmas oportunidades e os mesmos direitos.

As brasileiras e os brasileiros escolheram mais mudanças, pois querem avançar ainda mais. O povo brasileiro quer mais e merece mais. O povo não quer retrocessos. Esse é o recado fundamental das urnas e das ruas.

A tarefa de atender a esses legítimos anseios será executada, com determinação, em cada um dos dias deste novo mandato. Tenho certeza de que, com o imprescindível apoio do Congresso Nacional, o Brasil vencerá todos esses desafios.

Dilma Rousseff
Presidenta da República

SUMÁRIO

I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 29

II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUPERAÇÃO DA POBREZA 39

1. **Desenvolvimento Produtivo e Competitividade** 39
   - a) Plano Brasil Maior 39
     - a.1) Redução dos Custos do Trabalho e Capital 39
     - a.2) Estímulos ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas 40
     - a.3) Estímulos às Exportações e Defesa Comercial 41
     - a.4) Perspectivas para a Indústria 41
   - b) Fomento, Inovação e Comércio Exterior 41
     - b.1) Financiamentos e Investimentos 41
     - b.2) Comércio Exterior 42
     - b.3) Comércio e Serviços 45
     - b.4) Micro e Pequenas Empresas 46
       - b.4.1) Ações para Ampliação dos Serviços do Portal Empresa Simples 48
     - b.5) Inovação 48
   - c) Metrologia, Qualidade e Tecnologia 49
     - c.1) Promoção da Justa Concorrência e Proteção ao Cidadão 49
     - c.2) Infraestrutura Técnica para a Qualidade e Metrologia 50
     - c.3) Apoio à Competitividade Sistêmica 51
   - d) Propriedade Industrial 51
   - e) Desenvolvimento Regional da Amazônia 52

2. **Agronegócio** 54
   - a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização 55
     - a.1) Crédito Rural 55
     - a.2) Apoio à Comercialização 56
     - a.3) Abastecimento 56
       - a.3.1) Políticas de Apoio ao Abastecimento Destinado ao Atendimento do Consumidor 56
       - a.3.2) Posição atual de Estoques Públicos 57
     - a.4) Plano Nacional de Armazenagem 57
     - a.5) Apoio à Cafeicultura 57
   - b) Gerenciamento de Riscos Climáticos 58
     - b.1) Zoneamento Agrícola de Risco Climático 58
     - b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural 60
   - c) Defesa Agropecuária 61
     - c.1) Ações de Saúde Animal 61
     - c.2) Ações de Sanidade Vegetal 62
     - c.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários 63
     - c.4) Sistema Laboratorial 65
     - c.5) Vigilância Agropecuária 65
   - d) Fomento e Organização da Produção 66
   - e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio 69
     - e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais 69
     - e.2) Promoção Comercial do Agronegócio 69
     - e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio 70
   - f) Pesquisa Agropecuária 71

3. **Turismo** 72
   - a) Planejamento e Gestão da Política Nacional do Turismo 73
   - b) Normatização e Ordenamento Turismo 73
   - c) Promoção de Investimentos e Financiamentos para o Turismo 74
   - d) Estruturação de Destinos 74
   - e) Infraestrutura Turística 75
   - f) Qualificação e Certificação em Turismo 76
   - g) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Local 76
   - h) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Nacional 77
   - i) Relações Internacionais do Turismo e Promoção Internacional do Turismo 77

4. **Trabalho e Emprego** 78
   - a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal 78
   - b) Valorização do Salário Mínimo 79

c) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda 79
d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores 81
e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho 82
f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social 83
g) Estímulo à Economia Solidária 85

5. Inclusão Bancária e Microcrédito 85
a) Crédito 85
b) Acesso a Serviços Bancários 86
c) Microcrédito e Microfinanças 86

6. Aquicultura e Pesca 87
a) Incentivo à Aquicultura e Pesca 87
a.1) Crédito 88
b) Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros 89
c) Registro, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira 89
d) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola 90
e) Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola 90
f) Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação 90
g) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira 91
h) Estímulo ao Consumo e à Comercialização de Pescado 92
i) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira 92

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária 93
a) Políticas Agrícolas para a Agricultura Familiar 93
a.1) Plano Safra da Agricultura Familiar 93
a.2) Seguro e Garantia Safra 93
a.3) Assistência Técnica e Extensão Rural 94
a.4) Compras Governamentais e Acesso a Mercados 94
a.5) Agroecologia 95
a.6) Política Internacional para a Agricultura Familiar 95
b) Reforma Agrária e Gestão Fundiária 95
b.1) Desenvolvimento de Assentamentos da Reforma Agrária 96
b.2) Obtenção de Terras e Novos Projetos de Assentamento 98
b.3) Mediação de Conflitos Agrários 98
b.4) Crédito Fundiário 98
b.5) Gestão Fundiária 98
c) Desenvolvimento Rural 99
c.1) Política de Desenvolvimento Territorial 99
c.2) Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais 100

8. Desenvolvimento Regional 100
a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional 100
a.1) Aplicação dos Recursos dos Fundos Constitucionais 102
a.2) Fundos de Desenvolvimento Regional e Fundos Fiscais de Investimento 103
b) Segurança Hídrica e Obras Estruturantes para Abastecimento de Água 103
c) Gestão de Riscos e Respostas a Desastres 105

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável 108
a) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas 108
a.1) Bioma Amazônia 108
a.2) Bioma Cerrado 109
a.3) Focos de Calor 110
b) Fundo Amazônia 111
c) Política e Plano Nacionais sobre Mudança do Clima 112
c.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima 112
c.2) Estratégia Nacional de Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal 113
d) Florestas 113
e) Recursos Hídricos 114
e.1) Programa de Dessalinização da Água no Semiárido 114
e.2) Planos de Recursos Hídricos 114
e.3) Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos 115
e.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas 115
e.5) Programa de Desenvolvimento do Setor Água 117
e.6) Modernização da Rede Hidrometeorológica Nacional 117
f) Licenciamento e Qualidade Ambiental 118
f.1) Licenciamento Ambiental 118
f.2) Qualidade Ambiental 119

SUMÁRIO

g) Proteção da Camada de Ozônio 120
h) Resíduos Sólidos 120
h.1) Política Nacional de Resíduos Sólidos – Logística Reversa 120
h.2) Plano Nacional de Resíduos Sólidos 121
i) Biodiversidade 121
i.1) Espécies Ameaçadas 121
i.2) Unidades de Conservação 122
j) Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais 123
j.1) Bolsa Verde 123
k) Zoneamento Ecológico-Econômico 124
l) Produção e Consumo Sustentáveis 124
m) Cidadania e Responsabilidade Socioambiental 125
n) Educação Ambiental 125
o) Conselho Nacional de Meio Ambiente 126
p) Agenda Internacional 126
q) Regularização Ambiental Rural 127
r) Gerenciamento Costeiro 128
s) Gestão Ambiental Urbana 128
t) Combate à Desertificação 129

10. Ciência, Tecnologia e Inovação 129
a) Inovação Tecnológica 129
b) Infraestrutura 131
c) Inclusão Social 132
d) Difusão 132
e) Mar e Antártida 133
f) Área Nuclear 133
g) Área Espacial 135

III - IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES 139

1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional 139
a) Redução da Pobreza e das Desigualdades 139
b) Plano Brasil Sem Miséria 140
c) Programa Bolsa Família 141
d) Ampliação dos Serviços e Equipamentos Socioassistenciais 142
d.1) Proteção Social Básica 142
d.2) Proteção Social Especial 143
d.2.1) Média Complexidade 144
d.2.2) Alta Complexidade 145
d.3) Benefício de Prestação Continuada 145
d.4) Programa de Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes 146
d.5) Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho 146
e) Segurança Alimentar e Nutricional 146
e.1) Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 146
e.2) Programa de Aquisição de Alimentos 147
e.3) Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos 147
e.4) Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional 147
f) Avaliação e Gestão da Informação 148

2. Juventude 148

3. Educação 150
a) Planejamento, Financiamento e Articulação 150
b) Educação Básica 151
b.1) Ampliação do Acesso e Permanência 151
b.2) Educação de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão 154
b.3) Valorização e Formação de Professores 155
b.4) Avaliações e Pesquisas Educacionais 157
c) Educação Profissional e Tecnológica 158
d) Educação Superior 160
d.1) Ampliação do Acesso e Permanência 160
d.2) Aprimoramento da Formação Médica 162
d.3) Avaliação, Regulação e Supervisão 162
d.4) Pós-Graduação e Mobilidade Internacional 163

4. Saúde 164

SUMÁRIO

SUMÁRIO

a) Atenção Básica ... 164
a.1) Mais Médicos ... 164
a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança ... 165
a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de *Crack* e Outras Drogas ... 166
a.4) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa ... 167
a.5) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza ... 167
b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade ... 168
b.1) Atenção Ambulatorial e Hospitalar ... 168
b.2) Transplantes ... 169
b.3) Sangue e Hemoderivados ... 169
b.4) Atenção às Urgências e Emergências ... 169
b.5) Atenção Domiciliar ... 170
b.6) Política Nacional de Assistência Oncológica, Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas ... 170
c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde ... 171
d) Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Complexo Industrial da Saúde ... 171
e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde ... 172
f) Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde ... 173
g) Ações de Promoção e Vigilância em Saúde ... 174
h) Alimentação e Nutrição ... 175
i) Vigilância Sanitária ... 176
j) Relações de Trabalho com Profissionais e Trabalhadores da Saúde ... 177
k) Combate ao Desperdício, Transparência, Gestão Participativa do SUS, e-Saúde e Informação ... 178
l) Atuação Internacional ... 179
m) Saúde Suplementar ... 180

5. Políticas Afirmativas ... 181
a) Igualdade Racial ... 181
a.1) Ações Afirmativas e Promoção de Direitos para a Igualdade Racial ... 181
a.2) Povos de Cultura Cigana, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Comunidades Quilombolas ... 182
a.3) Comunidades Quilombolas ... 183
a.4) Cooperação Internacional ... 186
b) Políticas para Mulheres ... 186
b.1) Programa Mulher: Viver sem Violência ... 186
b.2) Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres ... 188
b.3) Autonomia Econômica, Direitos e Cidadania das Mulheres ... 189
b.4) Ações Temáticas e Articulação Institucional ... 191
b.5) Ações Internacionais ... 192
c) Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas ... 192

6. Direitos Humanos ... 196
a) Pessoas com Deficiência ... 196
a.1) Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite ... 196
a.2) Centrais de Intérpretes de Libras ... 198
a.3) Acessibilidade ... 198
a.4) Aposentadoria para a Pessoa com Deficiência ... 198
a.5) Plano Internacional ... 199
b) Criança e Adolescente ... 199
b.1) Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes ... 199
b.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ... 200
b.3) Sistema de Garantia de Direitos ... 200
b.4) Convivência Familiar e Comunitária ... 201
b.5) Ações de Articulação ... 201
c) Programas de Proteção ... 202
d) Erradicação do Trabalho Escravo ... 202
e) Combate à Tortura ... 203
f) População em Situação de Rua ... 203
g) Direitos da Pessoa Idosa ... 203
h) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais ... 204
i) Centros de Referência em Direitos Humanos ... 204
j) Registro Civil de Nascimento ... 204
k) Diversidade Religiosa ... 205
l) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos ... 205
m) Direito à Memória e à Verdade e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos ... 206
n) Atuação e Cooperação Internacional ... 206
o) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos ... 208

p) Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos 209

7. Previdência Social 209

a) Promover Ações de Inclusão e Permanência nos Sistemas Previdenciários 209
a.1) Aprimorar as Informações sobre o Perfil do Cidadão e o Mercado de Trabalho 210
a.2) Fortalecer a Educação Previdenciária com Foco na Inclusão e Fidelização 211
b) Promover a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários 212
b.1) Promover o Reconhecimento Automático de Direito 212
b.2) Aperfeiçoar as Decisões e Minimizar as Ocorrências de Litígios 213
b.3) Garantir o Pagamento de Benefícios com Qualidade 214
b.4) Promover o Acesso à Informação de Forma Transparente e Tempestiva 214
b.5) Ampliar e Modernizar a Rede de Atendimento da Previdência Social 215
c) Fomentar Políticas e Ações de Sustentabilidade dos Regimes Previdenciários 215
c.1) Aprimorar e Mitigar os Efeitos da Incapacidade Laboral 215
c.2) Otimizar a Supervisão, Fiscalização e Licenciamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e dos Regimes Próprios 216
c.3) Fortalecer os Controles Internos, o Combate às Fraudes, a Gestão de Riscos e a Segurança Institucional 217
c.4) Promover Políticas de Sustentabilidade do Sistema Previdenciário 217

8. Cultura 219

a) Audiovisual 219
b) Centros de Artes e Esportes Unificados 220
c) Internacionalização da Cultura Brasileira 220
d) Livro e Leitura 221
e) Preservação e Memória 221
f) Fomento à Produção e Difusão Cultural 223
g) Cidadania e Diversidade Cultural 223
h) Economia Criativa 224
i) Vale-Cultura 224

9. Esporte 225

a) Esporte e Inclusão Social 225
b) Futebol 226
c) Controle Antidopagem 226
d) Lei de Incentivo ao Esporte 227

10. Grandes Eventos Esportivos 227

a) Copa do Mundo FIFA 2014 227
b) Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 231

11. Programa Luz para Todos e Tarifa Social de Energia Elétrica 233

12. Inclusão Digital 234

a) Conexão à Internet para Inclusão Digital 234
b) Cidades Digitais 235
c) Projeto Computadores para Inclusão 235

13. Segurança Pública, Cidadania e Justiça 235

a) Segurança Pública 235
b) Segurança nas Rodovias 237
c) Sistema Penitenciário Brasileiro 238
d) Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual 240
e) Cidadania e Acesso à Justiça 241
f) Cooperação Internacional 243
g) Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários De Crack, Álcool e Outras Drogas 244

IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA 249

1. Energia 249

a) Energia Elétrica 249
a.1) Geração e Transmissão 250
a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão 251
a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão 252
a.4) Planejamento do Setor Energético 253
a.5) Eficiência Energética 254
a.6) Emissão de Gases Efeito Estufa no Setor Energético 255
a.7) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico 255
a.8) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico 256
b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis 257

SUMÁRIO

SUMÁRIO

b.1) Implantação do Modelo de Partilha de Produção e 1ª Rodada de Licitação do Pré-Sal 257
b.2) Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios na Modalidade de Concessão 257
b.3) Estudos e Planejamento no Setor de Petróleo e Gás Natural 258
b.4) Arcabouço Institucional, Legal e Regulatório do Setor de Petróleo e Gás 258
b.5) Reservas, Exploração e Produção 259
b.6) Contrato de Cessão Onerosa 260
b.7) Refino, Petroquímica e Logística 260
b.8) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural 261
b.9) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito 261
b.10) Fertilizantes Nitrogenados 261
b.11) Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural e Conteúdo Local de Bens e Serviços 262
b.12) Biocombustíveis 262
b.13) Fiscalização do Setor de Petróleo e Gás Natural e Combustíveis Renováveis 264
c) Geologia e Recursos Minerais 264
c.1) O Novo Marco Regulatório da Mineração 265
c.2) Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral 265
c.3) Promoção do Desenvolvimento Sustentável na Mineração 266

2. Transportes 266
a) Planejamento 267
b) Transporte Rodoviário 268
b.1) Expansão da Malha e Adequação de Capacidade 268
b.2) Manutenção de Rodovias 273
b.3) Operação Rodoviária 273
b.4) Programa de Investimentos em Logística – Concessões Rodoviárias 274
b.5) Transporte de Cargas 276
b.6) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros 277
c) Transporte Ferroviário 277
c.1) Expansão da Malha 277
c.2) Adequação da Malha 278
c.3) Regulação 279
c.4) Concessão 279
c.5) Transporte de Cargas e Passageiros 280
d) Transporte Hidroviário 280
d.1) Manutenção e Adequação das Hidrovias 281
d.2) Construção de Terminais Fluviais 281
e) Fomento à Indústria Naval 282
f) Incentivos para Investimentos no Setor Transportes 282

3. Portos 283
a) Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Institucional Portuário 283
a.1) Investimentos Privados nos Portos 283
a.2) Planejamento Integrado do Sistema Portuário Nacional 286
a.3) Revisão de Poligonais Portuárias 286
a.4) Inteligência Logística Portuária 287
a.5) Modernização da Gestão nas Companhias Docas 288
b) Gestão Ambiental Portuária 288
b.1) Saúde Pública nos Portos: Questão do Vírus Ebola 289
c) Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura e da Superestrutura dos Portos e Terminais Portuários Marítimos 289
c.1) Investimentos do PAC e PAC Copa 289
d) Sistema de Custos de Obras em Implantação 292
e) Regulação e Fiscalização do Setor Portuário 292
e.1) Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura dos Transportes Aquaviários 293

4. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária 294
a) Gestão Aeroportuária e dos Serviços Aéreos 294
b) Segurança, Fiscalização e Capacitação 295
c) Outorgas a Aeródromos Civis Públicos 295
d) Expansão da Infraestrutura Aeroportuária e Aviação Regional 296

5. Comunicações 298
a) Radiodifusão 298
a.1) Migração da TV Analógica para a TV Digital 298
a.1.1) VHF Alto e Multiprogramação 299
a.2) Migração das Emissoras de Rádio que Operam na Faixa AM para a Faixa FM 299
a.3) Digitalização do Rádio Brasileiro 300
a.4) Massificação dos Serviços de Radiodifusão 300
a.5) *Loudness* 301

a.6) Fortalecimento da Ação Fiscalizatória 301
b) Telecomunicações 302
b.1) Programa Nacional de Banda Larga 302
b.2) Serviços de Voz e Dados em Áreas Rurais e Remotas 303
b.3) Melhoria da Infraestrutura de Telefonia e Banda Larga Móveis 304
b.4) Desonerações Tributárias 304
b.5) Política Produtiva e Tecnológica 305
b.6) Desafios ao Setor de Telecomunicações 305
b.7) Avanços da Regulação de Telecomunicações 306
b.8) Acompanhamento, Controle e Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações 309
b.9) Projeto Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas 309
b.10) Rede de Fibra Óptica 309
b.11) Cabo Submarino Brasil – Europa 310
c) Universalização dos Serviços Postais 311
c.1) Exportação por Remessas Postais 311
c.2) Atuação no Âmbito Internacional 311
c.3) Serviços de Interesse Coletivo 312
d) Conteúdos Digitais Criativos 312

6. Saneamento 312
a) Melhorias da Gestão do Setor 313
b) Investimentos do PAC Saneamento 314

7. Habitação 316
a) Política Nacional de Habitação 316
b) PAC - Urbanização de Assentamentos Precários 317
c) Programa Minha Casa, Minha Vida 317
d) Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas 319
e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica 319
f) Qualidade e Produtividade na Produção Habitacional 320

8. Planejamento e Gestão Territorial Urbana 320

9. Mobilidade Urbana 322
a) Transporte Metroferroviário de Gestão Federal 327

10. Trânsito 328

V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO 333

1. Política Externa 333
a) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade 333
b) Integração Regional 337
c) Relações Bilaterais 338
d) Negociações Econômico-Comerciais 343
e) Cooperação Técnica, Esportiva e Humanitária 345
f) Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação e Diplomacia Cultural 346
g) Temas Consulares e Comunidades Brasileiras no Exterior 347

2. Soberania 348
a) Planejamento na Área de Defesa 348
a.1) A Base Industrial de Defesa 349
b) Proteção da Amazônia 349
b.1) O Programa Calha Norte 349
b.2) Projeto Cartografia da Amazônia 350
c) Defesa Terrestre 350
d) Defesa Aérea 351
e) Defesa Naval 354
f) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti e Outras Missões de Paz 355
g) Operações e Exercícios Conjuntos das Forças Armadas 356
h) Atividades de Comunicação, Comando e Controle 356
i) Atuação Subsidiária das Forças Armadas 356
j) Atividades de Inteligência 357
k) Segurança da Informação 357

VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA 361

1. Informação ao Cidadão 361

SUMÁRIO

2. Democracia e Diálogo 365
a) Avanços Normativos e Participação Social 365
b) Apoio e Fomento à Organização Produtiva de Catadores de Materiais Recicláveis 366
c) Conferências Nacionais, Mesas de Diálogo e Outros Diálogos com a Sociedade 367
d) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 369
e) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social 369

3. Relações Institucionais 370
a) Articulação com o Poder Legislativo 370
b) Articulação Federativa 372

VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO 377

1. Transparência na Administração e Controle Social 377

2. O Planejamento como Facilitador das Ações do Governo 379
a) Gestão do Plano de Aceleração do Crescimento 379
b) Plano Plurianual 380
c) Avaliação de Políticas 380
d) Orçamento, Investimento e Custeio 381
e) Previdência Complementar do Servidor Público 381
f) Gestão Pública 381
g) Logística e Compras Públicas 382
h) Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade 382
i) Acompanhamento das Empresas Estatais 383
j) Financiamentos Externos e Cooperação Internacional 383
k) Patrimônio da União 383
l) Gestão de Pessoas, Relações de Trabalho e Valorização dos Servidores 385
m) Tecnologia da Informação 386
n) Produção e Disseminação de Informações e Arquivo Público 387

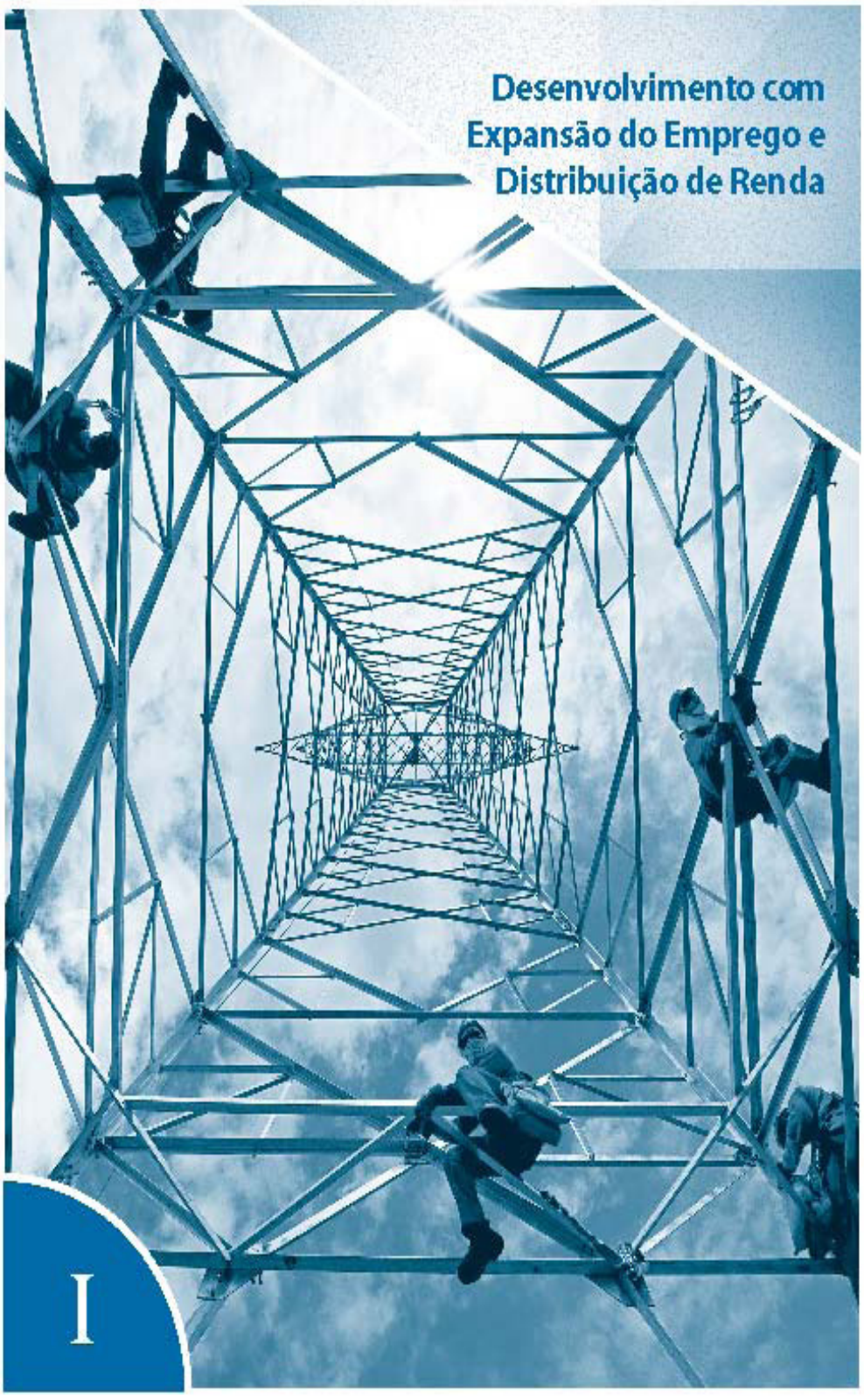
3. Regulação de Mercados 389
a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação 389
b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional 390
c) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro 391
d) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários 392
e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência 394
f) Defesa do Consumidor 395

4. Política Fiscal 396
a) Arrecadação Tributária Federal 396
b) Resultado Fiscal 397
c) Administração da Dívida Pública 397
d) Apoio aos Estados e Municípios 398
e) Arrecadação da Dívida Ativa da União 399
f) Programa Nacional de Educação Fiscal 399
g) Controle Aduaneiro 400

5. Prevenção e Combate à Corrupção 401
a) Ações de Prevenção da Corrupção 401
b) Ações de Controle 402
c) Ações de Correição 403
d) Ouvidoria 403
e) Combate à Lavagem de Dinheiro 404

6. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa da União 406
a) Defesa da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais 406
b) Consultoria e Assessoramento Jurídico 411
c) Atividades de Gestão na Área Jurídica 412

ANEXO – RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) 413


Desenvolvimento com
Expansão do Emprego e
Distribuição de Renda
I

I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Em 2014, a economia brasileira apresentou menor dinamismo frente ao ano anterior refletindo, em parte, o cenário internacional adverso caracterizado por elevado grau de incerteza e baixo crescimento das economias desenvolvidas e principais parceiros comerciais, além de fenômenos temporários, como a pior seca dos últimos anos, tanto em termos de severidade quanto de duração. Apesar disso, no mercado de trabalho brasileiro, os rendimentos reais cresceram em um cenário de pleno emprego.

Ao final do terceiro trimestre, a economia continuou mostrando crescimento (0,7%) na comparação de quatro trimestres acumulados, embora em desaceleração em relação ao segundo e primeiro trimestres de 2014 (1,4% e 2,5%, respectivamente). Do ponto de vista da oferta agregada, e na mesma base de comparação, dois dos três setores exibiram taxas positivas de crescimento. O setor de Serviços, que possui o maior peso na composição do Produto Interno Bruto (PIB) pela ótica da produção, foi o que mais cresceu (1,2%), seguido pela Agropecuária (1,1%). A exceção ficou por conta do setor Industrial, que apresentou queda de 0,5%.

No mesmo período, o consumo das famílias, componente de maior participação percentual na composição do PIB pela ótica da demanda agregada, cresceu 1,5% nos últimos quatro trimestres em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. O consumo da administração pública registrou expansão de 2,1% nessa mesma base de comparação. Já a Formação Bruta de Capital Fixo registrou a segunda variação negativa (-4,6%) consecutiva, após três períodos de forte expansão. As exportações apresentaram elevação de 3,5%, resultado expressivo diante do cenário de manutenção da desaceleração da economia mundial, enquanto as importações também mantiveram a trajetória de crescimento, registrando expansão de 1,1%.

Em janeiro de 2015, o Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve a estimativa de crescimento da economia mundial em 3,3%, para 2014, e revisou para baixo a projeção de crescimento para 2015, passando a projetar alta de 3,5%, recuo de 0,3 p.p. em relação à projeção de crescimento divulgada em outubro de 2014. Contudo, em face da acentuada queda do preço do petróleo, algumas instituições passaram a projetar um maior crescimento global em 2015, considerando que o impacto líquido do menor preço do petróleo seria positivo. Nesse cenário, o FMI apresentou exercícios – não projeções oficiais – apontando para um acréscimo de 0,3 p.p., no cenário mais pessimista, e 0,7 p.p., no otimista, com os efeitos se estendendo para 2016.

O crescimento anualizado da economia americana registrou aceleração no 3º trimestre, alcançando 5% contra o trimestre anterior, quando assinalou alta anualizada de 4,6%. Para o 4º trimestre de 2014, espera-se certa desaceleração do crescimento, eventualmente inferior a 3%. Em sua última atualização, de janeiro de 2015, o FMI estimou crescimento de 2,4%, em 2014, e projetou crescimento de 3,1%, em 2015, aumento de 0,5 p.p. em relação à última previsão. As perspectivas para a economia americana são positivas, reforçadas pelo elevado nível da confiança do consumidor, pela contribuição positiva do Governo para o crescimento nos últimos trimestres e pela redução do *déficit* comercial, a despeito da valorização do dólar. Por outro lado, a recuperação do mercado imobiliário permanece lenta, assim como o crescimento dos salários, segundo comunicações do *Federal Reserve*. Diante dos sinais positivos, espera-se alta de juros em meados de 2015, embora a inflação corrente esteja abaixo da meta de 2%.

Na Inglaterra, diante de eleições gerais em maio de 2015 e inflação abaixo da meta, é crescente a expectativa de que o processo de normalização monetária, anteriormente previsto para o primeiro semestre de 2015, tenha o seu início postergado. Segundo a última previsão do FMI, a economia britânica deve registrar crescimento de 2,6% em 2014, o maior dentre as economias avançadas, a despeito de certa moderação nos indicadores do nível de atividade referentes aos últimos meses de 2014. Para 2015, projeta-se crescimento de 2,7%.

Na Área do Euro, espera-se que o crescimento de 2014 alcance 0,8%. Após registrar crescimento interanual de 1% no 1º trimestre, houve recuo para 0,8% no 2º trimestre, logrando manter o mesmo ritmo no 3º trimestre. Os indicadores de atividades mais recentes apontam para virtual estagnação no último trimestre, com a expectativa atual oscilando em torno de 0,7% na comparação interanual. Para 2015, a última projeção oficial do FMI apontava para uma ligeira aceleração, com o crescimento do PIB atingindo 1,2%. O mercado de trabalho permanece com altas taxas de desemprego em diversos países, ainda que marcado por grande heterogeneidade. Em novembro de 2014, a taxa de desemprego na região permanecia em 11,5%, com a maior taxa sendo verificada na Espanha (23,9%) e a menor na Alemanha (5%).

Também tem sido alvo de preocupação o baixo nível da inflação na região, abaixo da meta de 2% desde janeiro de 2013 e alcançando - 0,2% na comparação interanual na primeira estimativa para dezembro de 2014. À luz do quadro de fraca atividade econômica e baixas taxas de inflação, o Banco Central Europeu (BCE) adotou diversas medidas de estímulo, como o corte na taxa de juros básica para 0,05% em setembro de 2014 e a instituição de programas de compras de títulos lastreados em ativos. Em janeiro de 2015, o BCE anunciou a ampliação do seu programa de compra de ativos, incluindo além da aquisição de ativos privados, a aquisição de títulos soberanos e de instituições oficiais da Área do Euro, projetando um volume de compras mensais da ordem de € 60 bilhões.

A economia japonesa entrou em recessão no 3º trimestre. Os efeitos do aumento do imposto sobre as vendas, de 5% para 8% em abril, mostraram-se mais permanentes do que o antevisto. O PIB japonês teve contração anualizada de 7,3% no 2º trimestre, seguida de recuo de 1,6% no 3º trimestre, com quedas do consumo e dos investimentos. Em face da divulgação dos números de recessão, o Primeiro-Ministro decidiu adiar a segunda parte da elevação do imposto sobre as vendas – de 8% para 10% – em 18 meses, agora agendado para implantação em abril de 2017. A política monetária sofreu nova rodada de expansão, denominada como a 2ª parte do programa de afrouxamento quantitativo e qualitativo. No âmbito da nova fase do programa, o ritmo de compras passará para 80 trilhões de ienes por ano, contra ritmo prévio de 60 trilhões a 70 trilhões de ienes por ano. O novo ritmo de compras equivale a cerca de US$ 700 bilhões por ano, em um esforço para aumentar a taxa de inflação no país, que se situa abaixo de 1% na comparação interanual, quando expurgados os efeitos da alta do imposto. Para 2015, a última projeção do FMI aponta para crescimento de 0,6%, uma leve aceleração em relação à estimativa de 0,1% para 2014. Espera-se que o país seja beneficiado pela queda do preço do petróleo, considerando que é importador.

Na China, os sinais são de desaceleração do crescimento. Após alcançar crescimento anual de 7,4% no 1º trimestre de 2014, o PIB teve expansão de 7,5% no 2º trimestre, recuando para 7,3% no 3º trimestre. A economia chinesa encerrou 2014 com crescimento de 7,4%, assinalando desaceleração frente à expansão de 7,7% observada em 2013. Para 2015, o FMI projeta que o crescimento deve recuar para 6,8%. A desaceleração vem sendo puxada pelo setor imobiliário, com forte queda dos preços dos imóveis. Por outro lado, a inflação permanece baixa, com os preços aos consumidores crescendo 1,5% na base anual em dezembro. Em novembro de 2014, a conjunção de inflação baixa e arrefecimento da atividade econômica motivou a queda da taxa de juros de empréstimos de um ano do Banco Central da China de 6% para 5,6%. Cogita-se a adoção de novas medidas de estímulo em 2015, via queda adicional dos juros ou redução dos compulsórios.

Na América Latina, várias economias apresentaram desaceleração, motivadas principalmente pela queda dos termos de troca, com a significativa queda do preço de *commodities*, consequência de desequilíbrios entre a oferta e a demanda em alguns mercados e desaceleração do crescimento da China. A queda do preço do petróleo deve ter impactos mistos na região, prejudicando os exportadores e beneficiando os importadores.

Persistem, portanto, importantes fontes de preocupação em relação à economia global em 2015. Incertezas oriundas de conflitos geopolíticos no Oriente Médio e entre Rússia e Ucrânia foram responsáveis por relevante moderação na atividade econômica

global em 2014, via diminuição de comércio e aversão ao risco. Adicionalmente, configuram como elementos importantes, no cenário econômico internacional, o quadro de demanda agregada reprimida na Europa e no Japão, além de riscos decorrentes de uma desaceleração mais acentuada da China, com as respectivas repercussões em preços relevantes para a economia brasileira.

Ademais, a forma de condução da política monetária nos Estados Unidos da América (EUA), em especial para as economias emergentes, pode ensejar episódios de aversão ao risco, eventualmente associados a contágios relacionados a uma desaceleração mais acentuada de países afetados negativamente pela queda do preço do petróleo. Cabe destacar, em que pese o impacto sobre algumas economias emergentes e a elevada dispersão dos efeitos nos países, que a queda do preço do petróleo tende a ser benéfica para a economia mundial. Ainda, são esperadas elevações de juros nos EUA e no Reino Unido ao longo do ano, e a continuidade de políticas acomodatícias na Europa e no Japão, caracterizando o ambiente de divergência nas trajetórias das principais economias desenvolvidas.

Não obstante o contexto internacional de dificuldades, antes exposto, os fundamentos macroeconômicos do Brasil têm permitido enfrentar a crise global e seus desdobramentos recentes. O tripé da política econômica – com base em metas para a inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal –, somado ao elevado nível de reservas internacionais, ao sistema financeiro doméstico sólido e ao mercado de trabalho robusto, compõe um quadro de solidez econômica.

Nos primeiros meses de 2014, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu pressão de efeitos climáticos adversos, a exemplo do ocorrido em 2013, o que afetou não apenas produtos agropecuários como também os custos de energia elétrica. O pico do choque de preços foi registrado em março, com o IPCA apresentando variação mensal de 0,92%, sendo que mais da metade (0,47 pontos percentuais) foi decorrente do impacto dos preços de alimentos. Apesar disso, o grupo Alimentação e Bebidas encerrou 2014 com variação abaixo da ocorrida em 2013 (8,03% contra 8,48%). Não obstante, a variação do IPCA de 2014 registrou alta de 6,41%, 0,50 p.p. acima do observado em 2013, o que reflete, em parte, o processo de realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais e o realinhamento dos preços administrados em relação aos livres.

O realinhamento dos preços administrados em relação aos livres foi observado não somente nos custos de energia elétrica, mas também, de forma mais ampla, na aceleração dos custos relativos à habitação e transportes durante o ano de 2014 e o início de 2015. Contudo, destaca-se que este ajuste tem sido realizado de forma gradual, de modo a minimizar o seu custo sobre a população. Ademais, com o propósito de prevenir que as pressões inflacionárias pontuais não sejam disseminadas, o Banco Central empreendeu nova elevação da taxa de juros Selic, de 11,75% para 12,25% em janeiro de 2015.

O cenário internacional adverso tem afetado o comércio exterior brasileiro, com a corrente de comércio recuando 5,7% em 2014. A crise na Argentina, o fraco crescimento na Área do Euro e a desaceleração da economia chinesa prejudicaram as exportações brasileiras, fazendo com que a balança comercial encerrasse o ano com um déficit de US$ 3,9 bilhões. Contudo, houve melhora na conta de petróleo e derivados e incremento das exportações para os EUA, compensando parte das adversidades. O déficit em transações correntes, afetado pela balança comercial, subiu para 4,17% do PIB, em 2014, ante 3,6% do PIB, em 2013. A maior parte desse déficit vem sendo financiada pelo ingresso de investimentos estrangeiros diretos, que têm se mantido em níveis elevados, atingindo US$ 62,5 bilhões, em 2014. As reservas internacionais continuam elevadas, finalizando 2014 em US$ 374,1 bilhões e constituindo-se em pilar fundamental da capacidade da economia brasileira de enfrentar choques externos.

A expectativa para 2015 é de que a taxa de câmbio mais depreciada e o cenário de maior crescimento mundial contribuam de forma positiva para o desempenho das exportações. Confirmando-se a recuperação norte-americana, a melhora nas economias europeias e uma desaceleração suave da China, a demanda pelos produtos brasileiros deve aumentar. Espera-se também que a melhora na conta de petróleo e derivados continue, reduzindo o que foi um fator de grande pressão na balança comercial

nos últimos dois anos. Com a melhora do saldo comercial, o déficit em transações correntes deve diminuir como proporção do PIB, situando-se em níveis mais confortáveis.

O mercado de crédito brasileiro continuou apresentando bom desempenho, atingindo, em novembro de 2014, o expressivo volume de R$ 3 trilhões, um crescimento de 11,8% no acumulado de 12 meses. Como proporção do PIB, alcançou a marca de 58%, ante 55,1% em novembro de 2013. Esse desempenho demonstra a robustez do mercado doméstico e a maior acessibilidade da população ao crédito. Nesse sentido, a atuação dos bancos públicos foi instrumental para manter a expansão creditícia, atingindo a marca de 53,5% do crédito total do Sistema Financeiro Nacional. Destaca-se ainda, nesse período, o forte crescimento de 27% no financiamento habitacional no acumulado em 12 meses. Adicionalmente, a taxa de inadimplência média das operações de crédito no sistema financeiro, de 3% em novembro de 2014, é uma das menores da série histórica iniciada em março de 2011. Os *spreads* bancários em 2014 mantiveram-se em um patamar relativamente baixo, atingindo 12,6 p.p. em novembro de 2014, 1,1 p.p. superior ao mesmo período de 2013.

Cabe ainda destacar que, em 2014, as emissões de debêntures incentivadas atingiram R$ 4,6 bilhões, promovendo o financiamento privado de mais longo prazo em diversos setores da economia.

Com o objetivo de fortalecer o mercado de crédito imobiliário, o Governo enviou a Medida Provisória nº 656/2014 (convertida na Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015) ao Congresso Nacional, que visa adotar o princípio da concentração de dados nas matrículas dos imóveis, mantidas nos Serviços de Registro de Imóveis. Trata-se de procedimento que contribuirá decisivamente para aumento da segurança jurídica dos negócios, assim como para desburocratização dos procedimentos dos negócios imobiliários e da concessão de crédito. Além disso, vai permitir redução de custos e celeridade dos negócios, pois, num único instrumento (matrícula), o interessado terá acesso a todas as informações que possam atingir o imóvel. Essa circunstância dispensa a busca e o exame de um sem número de certidões e, principalmente, afasta o potencial risco de atos de constrição oriundos de ações que tramitem em comarcas distintas da situação do imóvel.

Essa mesma Lei dispõe ainda sobre a criação da Letra Imobiliária Garantida (LIG) como instrumento de captação de longo prazo pelas instituições financeiras e como fonte alternativa de recursos para a expansão do crédito imobiliário. A importância estratégica da LIG está associada à criação de fonte alternativa de recursos para financiamentos de longo prazo a custos compatíveis, atualmente atrelados fortemente aos recursos da caderneta de poupança, que podem não ser suficientes para suprir a demanda futura do crédito imobiliário. Isso porque, nos últimos anos, o saldo de operações de crédito imobiliário cresceu a uma taxa significativamente maior que aquela associada às captações na poupança.

Outra medida aplicável ao mercado de capitais refere-se ao incentivo à captação de recursos por empresas pequenas e médias. Visando estimular a capitalização dessas empresas e produzir efeitos positivos sobre a atividade econômica e o nível de emprego, a Medida Provisória nº 651/2014 (convertida na Lei 13.043, de 13 de novembro de 2014) estabeleceu alterações em dispositivos da legislação tributária de modo a isentar de imposto sobre a renda o ganho de capital na alienação de ações emitidas dentro do programa de incentivo à captação de recursos por essas empresas. A alteração criou condições mais atrativas para aquisição de ações pelos investidores, viabilizando a captação de recursos em bolsa de valores e consequentemente novos investimentos por tais empresas.

O Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) completou quatro anos de existência, cumprindo o compromisso de: i) realizar a infraestrutura que eleva a competitividade do País; ii) gerar empregos; iii) resgatar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento; iv) incentivar os investimentos públicos e privados; e v) reduzir as desigualdades regionais do Brasil. O PAC 2 atingiu execução de R$ 1,066 trilhão até dezembro de 2014, o que representou 96,5% do seu orçamento previsto para

o período 2011-2014. As ações concluídas atingiram R$ 796,4 bilhões em obras nos seis eixos do Programa, 99,7% do total previsto até o final de 2014.

Além disso, os estados agora contam com maior limite de financiamento para investimento em infraestrutura e melhores condições financeiras por meio dos bancos públicos. Em 2014, foi ampliado o limite de financiamento para mobilidade, pavimentação e saneamento, áreas fundamentais para o bem-estar da população.

Na área de infraestrutura, em 2014, houve continuidade dos leilões de concessões, cujos investimentos projetados totais são de R$ 49,9 bilhões. O destaque dessas concessões para 2014 refere-se à geração e transmissão de energia elétrica, com estimativa de R$ 30,8 bilhões em investimentos futuros. Em relação a investimentos portuários, em 2014, foram autorizados diversos Terminais de Uso Privado (TUPs) e Estações de Transbordo de Carga (ETCs), cujos investimentos estimados são de R$ 8,4 bilhões durante o prazo da autorização. Em telecomunicações, os valores de investimentos previstos chegam a R$ 6,4 bilhões. Também houve a concessão da BR-153 (TO/GO) entre Anápolis/GO e Aliança de Tocantins/TO. São estimados R$ 4,3 bilhões em investimentos durante o prazo de 30 anos de concessão.

No setor Petrolífero, o pré-sal coloca o Brasil numa posição estratégica frente à grande demanda de energia mundial das próximas décadas. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as reservas recuperáveis de petróleo e gás na área são estimadas entre 8 bilhões e 12 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). A produção acumulada do pré-sal já ultrapassa 360 milhões de barris de óleo equivalente. De 2010 a 2014, a média de produção diária de petróleo e gás natural oriundo do pré-sal avançou de uma média de 42 mil barris por dia, em 2010, para 733,6 mil barris de óleo equivalente por dia em novembro de 2014, o que correspondeu a 25% da produção nacional no período. Em dezembro de 2014, a produção total de petróleo e gás natural da Petrobras, no Brasil, atingiu a média de 2,675 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe), melhor resultado já alcançado na história da empresa, 4,7% acima da produção de novembro. Em 2014, a produção média anual aumentou 6%, passando de 2,321 milhões boe, em 2013, para 2,461 milhões boe. A produção na camada pré-sal, em dezembro de 2014, atingiu a média de 666 mil barris de petróleo por dia (bpd), superando em 9,9% o recorde anterior, obtido em outubro do mesmo ano (606 mil bpd). Deve-se salientar também os transbordamentos tecnológicos que esta produção tem gerado para o País, com o desenvolvimento de tecnologia própria, por meio da parceria de empresas com fornecedores, universidades e centros de pesquisa.

No âmbito da gestão da política econômica, o Governo manteve também medidas de desoneração tributária com o objetivo de fortalecer a indústria, buscando promover a ampliação da capacidade produtiva da economia, fomentar a inovação e garantir emprego e renda aos trabalhadores da indústria. No caso da folha de pagamento, além da indústria, foram incluídos os setores do Comércio, Serviços e Exportações, beneficiando um total de 56 segmentos, com renúncia estimada de R$ 24,07 bilhões em 2014. A medida suprimiu a contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para os segmentos beneficiados, substituindo-a por contribuição de 1% sobre o faturamento, para setores em grande parte atrelados à indústria, e de 2% sobre o faturamento dos demais setores. Além disso, a medida foi acompanhada do aumento, em um ponto percentual, na Contribuição para o Financiamento da Previdência Social (Cofins) em produtos importados desonerados.

O Governo ainda manteve permanente a redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para materiais de construção e bens de capital (máquinas e equipamentos, caminhões e ônibus), além da continuidade de aplicação dos regimes tributários especiais, beneficiando, portanto, os diversos setores econômicos. Também tornou permanente o Reintegra (restituição do resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens industrializados exportados) e relançou o Refis, permitindo às empresas o parcelamento de seus débitos fiscais e melhorando, dessa forma, as condições financeiras dessas firmas.

No âmbito de medidas financeiras e creditícias, foi prorrogado o PSI-BNDES para até 31 de dezembro de 2015, com os subprogramas Ônibus, Caminhões e Procaminhoneiro; Inovação Tecnológica, Capital Inovador; Proengenharia – Inovação/ Produção; e Transformadores, Inovação, Máquinas e Equipamentos, ainda que o volume de desembolsos e as condições financeiras tenham sido ajustados à nova programação fiscal do Governo adotada ao final de 2014.

Do ponto de vista dos gastos, o Governo tem fortalecido as despesas sociais e os investimentos públicos. A negociação com o funcionalismo público permitiu estabelecer acordo de reajustes de salários dos servidores para 2013, 2014 e 2015, dando previsibilidade para os gastos com pessoal. As despesas com pessoal e encargos sociais foram de 4,27% do PIB no acumulado em 12 meses até novembro de 2014, sustentando os menores patamares da série histórica.

A política fiscal em 2014 promoveu estímulos contracíclicos, tanto na tributação, com expressiva renúncia de receitas, quanto nos gastos públicos, com vistas a atenuar os efeitos da desaceleração dos investimentos advindos das incertezas provenientes do contexto de desaceleração econômica global e do processo eleitoral, bem como seus reflexos sobre o emprego e a renda. Devido à política de sustentação da renda e do emprego, o resultado fiscal em 2014 deverá encerrar o ano em um nível inferior ao de 2013, com uma elevação da dívida líquida do setor público de 33,6% do PIB, em dezembro de 2013, para 36,2% do PIB, em novembro de 2014. Já o saldo da dívida bruta do Governo geral atingiu 63% do PIB acumulado em 12 meses, em novembro de 2014, em comparação com 56,7% do PIB, em dezembro de 2013.

Nos últimos anos a política fiscal teve este importante papel no processo de absorção de choques econômicos, que implicou a redução temporária do resultado primário. Entretanto, a retomada de superávits primários mais expressivos a partir de 2015, observado o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada em dezembro de 2014, será a base de um novo ciclo de crescimento. As primeiras medidas de contenção do gasto público, por meio da correção de distorções na concessão de benefícios e redução de subsídios, começaram a ser anunciadas no final de 2014. O volume de subsídios nos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a setores empresariais foi reduzido, a concessão de pensões por morte foi alinhada às melhores práticas internacionais, assim como os benefícios trabalhistas foram ajustados à nova realidade do mercado de trabalho brasileiro.

Com relação à gestão da Dívida Pública Federal (DPF), que evoluiu de R$ 2.122,8 bilhões, em dezembro de 2013, para R$ 2.209 bilhões , em novembro de 2014, destaca-se a queda da DPF como proporção do PIB de praticamente 0,5 p.p. entre 2013 e 2014. Apesar de todas as incertezas do ano de 2014, houve manutenção da tendência de melhora no perfil da Dívida Pública Federal, tanto em termos de composição quanto de maturidade. A parcela prefixada da DPF manteve-se acima de 40%, passando de 42,02% em dezembro de 2013 para 40,8% em novembro de 2014. No mesmo período, a parcela indexada a índices de preços subiu de 34,5% para 35,4%. Já a parcela de títulos indexada à taxa flutuante caiu de 19,1% para 18,9%. O prazo médio da dívida mobiliária federal manteve sua trajetória de alongamento, passando de 4,18 anos, em dezembro de 2013, para 4,51 anos, em novembro de 2014. Além disso, a atratividade dos títulos brasileiros continuou expressiva, como mostra o crescimento da parcela de estrangeiros entre os detentores de dívida doméstica, que subiu de 16,1% da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em dezembro de 2013, para 20,1% da DPMFi, em novembro de 2014.

Em 2014, permaneceu em vigor o regime automotivo Inovar-Auto, com o objetivo de estimular a produção, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no País e de promover a segurança e a eficiência energética dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças. Ainda em 2014, foram inauguradas dentro deste regime quatro novas montadoras de veículos no País. O prazo do regime estende-se até dezembro de 2017 e, com um investimento previsto de R$ 9,4 bilhões, pretende expandir a capacidade anual de produção de veículos em 580 mil unidades no período.

É dever do Estado criar as condições para a inclusão produtiva e social de todos os brasileiros. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico brasileiro apoia-se em ações em três dimensões: redução da pobreza, queda da desigualdade social e robustez do mercado de trabalho.

No que se refere à redução da pobreza, o Brasil tem dado passos importantes. Em 2011, lançou o desafio da erradicação da extrema pobreza no País com o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), voltado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R$ 70 mensais por pessoa. Naquele ano, havia 36 milhões de pessoas, beneficiárias do Bolsa Família, que estariam na miséria caso sobrevivessem apenas com sua renda familiar. Graças aos aumentos concedidos no âmbito do Brasil Sem Miséria, todas essas pessoas foram retiradas da extrema pobreza. Ressalta-se ainda que, em junho de 2014, as linhas da extrema pobreza foram reajustadas para R$ 77 mensais por pessoa, impactando diretamente o valor do benefício médio. Ou seja, em janeiro de 2011, o benefício médio mensal pago às famílias que permaneciam em extrema pobreza, após receberem o Bolsa Família, era de R$ 132. Com o Brasil Sem Miséria, o benefício médio mensal pago às famílias que superaram a extrema pobreza passou para R$ 242, em junho de 2014.

Além da erradicação da extrema pobreza, os outros dois eixos do Plano Brasil Sem Miséria obtiveram êxito. No eixo inclusão produtiva, cujo objetivo é promover a inserção desse público no mercado de trabalho, destaca-se a inscrição de 1,51 milhão de matrículas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), superando a meta inicial de um milhão de matrículas. Cabe salientar também a formalização de 405,9 mil beneficiários do Bolsa Família como Microempreendedor Individual (MEI), resultando em 3,6 milhões de operações de microcrédito produtivo orientado realizadas com bancos públicos, no âmbito do Programa Crescer. Por sua vez, o terceiro eixo do BSM leva os serviços públicos às pessoas e localidades mais pobres do País, especialmente os de saúde, assistência social e educação. Nessa seara, ressalta-se a ampliação da oferta de educação em tempo integral nas escolas onde a maioria dos alunos são de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Referida ênfase ampliou esse serviço de 5,3 mil escolas, em 2011, para 33,9 mil, em 2014.

No que tange à queda da desigualdade, outro pilar do modelo de desenvolvimento brasileiro, o maior aumento da renda dos grupos mais pobres em relação aos mais ricos foi determinante para que o Índice de Gini caísse de 0,535, em 2004, para 0,497, em 2013.

Por meio do maior acesso à educação e da elevação patrimonial das famílias mais pobres, o Governo tem tomado ações que dão sustentabilidade ao processo de mobilidade social ascendente em curso no País. Nessa linha, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) subsidia a compra de moradias para os grupos sociais mais carentes, o que não somente contribui para reduzir o déficit habitacional do País como também atua para garantir o patrimônio financeiro para as gerações futuras dessas famílias. Desde 2011, foram contratadas mais de 2,75 milhões de unidades habitacionais.

O fortalecimento da rede de proteção social também possibilita a elevação da produtividade do trabalho no longo prazo, haja vista o aumento do nível de escolaridade da população nos últimos anos. A proporção da população ocupada com mais de 11 anos de estudo saltou de 23,4% para 49% entre 2001 e 2013, o que significa maior disponibilidade de mão de obra qualificada no mercado de trabalho.

Além disso, observa-se que o aumento da renda *per capita* das famílias tem permitido o adiamento da inserção laboral dos mais jovens para que possam se dedicar aos estudos, o que é refletido pela diminuição da taxa de atividade entre os grupos de idade entre 10 e 17 anos, que passou de 23,3% da população economicamente ativa, em 2001, para 14,4%, em 2013.

Dessa forma, é perceptível que a elevação da escolaridade dos mais jovens tem propiciado a sua inserção em postos de trabalho com maiores possibilidades de progresso profissional. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

(Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1996, 17,2% dos admitidos com carteira assinada tinham pelo menos nível médio completo, enquanto em 2014, no acumulado em 12 meses até novembro, essa proporção alcançou 61,8%.

Resulta patente que os investimentos em educação, em especial em educação profissional, engenharias e áreas tecnológicas, são fundamentais para o aumento da produtividade do trabalhador brasileiro e a sustentação do crescimento econômico.

Quanto à oferta de educação profissional, o Pronatec alcançou a meta global de matricular oito milhões de alunos até o final de 2014. Anunciada em junho de 2014, a segunda etapa do Programa tem o objetivo de oferecer 12 milhões de vagas em 220 cursos técnicos de nível médio e 646 cursos de qualificação a partir de 2015.

Ainda sobre educação, o Programa Universidade para Todos (Prouni) concedeu 740,3 mil bolsas entre 2011 e 2014. Nesse mesmo período, foram firmados 1,81 milhão de contratos de financiamento educacional por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Ambos os instrumentos são decisivos para ampliar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior.

Soma-se a esses esforços, o Programa Ciência sem Fronteiras, com o objetivo, em sua primeira fase, de conceder 101 mil bolsas para jovens brasileiros estudarem em universidades estrangeiras com alto padrão acadêmico, sendo 75 mil custeadas com recursos do Governo Federal. Na segunda fase do Programa, lançada em junho de 2014, o objetivo é fornecer mais 100 mil bolsas de estudo a partir de 2015.

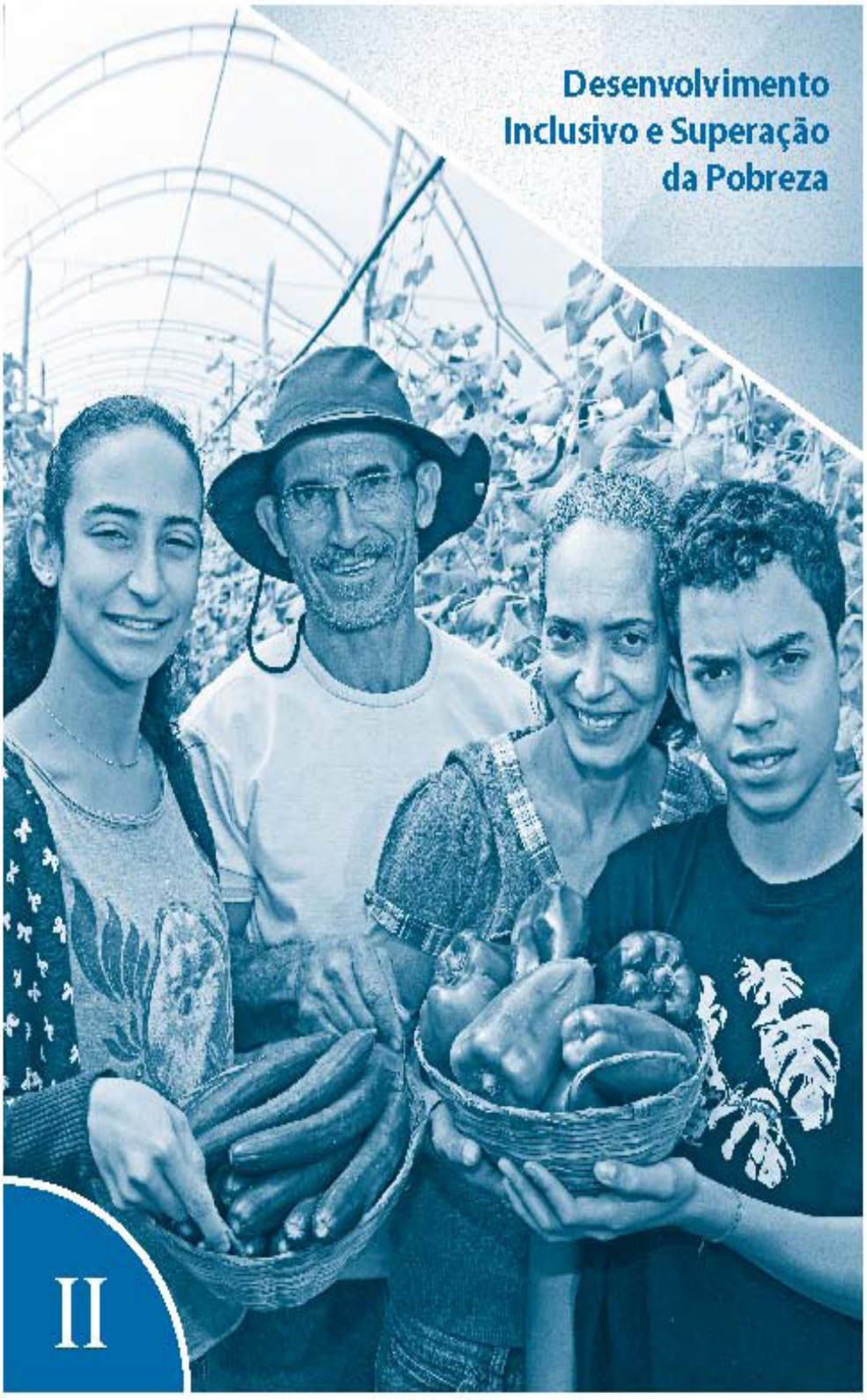
A robustez do mercado de trabalho teve papel chave como pilar para o crescimento inclusivo e sustentável. Nesse quadro, a taxa de desemprego brasileira atingiu 4,8% em novembro de 2014, menor patamar da série histórica para o mês. Houve também continuidade do crescimento da formalização: foram gerados 397 mil empregos celetistas, em 2014, segundo dados do Caged. No período de 2011 a 2014, foram criados 5,28 milhões de novos empregos formais.

No mesmo sentido, torna-se digno de nota a ampliação da cobertura previdenciária dos trabalhadores, que atingiu 76,1% da população ocupada. Esse resultado é reflexo inclusive do sucesso do Microempreendedor Individual (MEI), que já formalizou mais de 4,6 milhões de trabalhadores.

Os menores níveis históricos de desemprego são acompanhados por aumentos consistentes da renda real do trabalhador, que cresceu cerca de 2,8% no acumulado em 12 meses até novembro de 2014. Destaque também para a política de valorização do salário mínimo, que aumentou em mais de 76% o poder real de compra de trabalhadores e beneficiários da Previdência e Assistência Social no período entre 2003 e 2014. O novo valor do salário mínimo, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2015, é de R$ 788, o que representa aumento de 8,8% em relação a 2014 e incremento de renda de R$ 38,4 bilhões na economia, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Como visto, as políticas sociais implementadas pelo Governo e o vigor do mercado de trabalho brasileiro têm garantido a continuidade da ascensão de mais pessoas na pirâmide social brasileira, fortalecendo ainda mais a economia. A perspectiva é de que a classe C tenha atingido 60% da população em 2014, de acordo com as projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esse enorme potencial de consumo da população é condição fundamental para estimular o aumento da capacidade produtiva do País.

Em síntese, em 2014, foram adotadas novas medidas que, associadas à continuidade de políticas públicas já em vigor nos últimos 12 anos, permitiram reforçar as bases de um projeto de desenvolvimento inclusivo e sustentável, com avanços consistentes no bem-estar da população.


Desenvolvimento
Inclusivo e Superação
da Pobreza
II

II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUPERAÇÃO DA POBREZA

1. Desenvolvimento Produtivo e Competitividade

a) Plano Brasil Maior

A concepção do Plano Brasil Maior (PBM) – política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do Governo Federal durante o período de 2011 a 2014 – busca gerar inovação, desenvolvimento tecnológico e competitividade no setor produtivo nacional.

Em dezembro de 2014, chegou ao fim a vigência do PBM. Das 299 medidas desenhadas, 149 foram concluídas, 145 estão em andamento e apenas cinco não foram iniciadas. As medidas ainda em andamento, apesar do fim do cronograma de execução do Plano, possuem indicação de continuidade no próximo ciclo de política industrial. As diversas ações vinculadas a essas medidas são de natureza regulatória, creditícia e tributária. As ações de curto prazo são destinadas a reduzir entraves conjunturais e minorar os efeitos nocivos da crise internacional. As de longo prazo visam elevar o patamar de produtividade e competitividade do setor produtivo brasileiro.

As medidas podem ser organizadas em três grandes blocos: i) redução dos custos do trabalho e do capital; ii) estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas; e iii) estímulos às exportações e defesa comercial. Dentre as realizações em 2014, destacam-se as apresentadas a seguir.

a.1) Redução dos Custos do Trabalho e Capital

As Leis nº 12.794, de 2 de abril de 2013, e nº 12.844, de 13 de julho de 2013, possibilitaram a desoneração permanente da folha de pagamento de 56 setores industriais. A Medida Provisória nº 651, de 2014, convertida na Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, por sua vez, ainda incluiu nessa desoneração os seguintes setores: i) transporte ferroviário e metroviário de passageiros; ii) transporte ferroviário e rodoviário de cargas; iii) carga e descarga em portos; iv) construção de obras de infraestrutura; e v) empresa de jornalismo.

Destacam-se ainda: i) a elevação do número de empresas optantes pelo Simples Nacional, que alcançou 9,5 milhões de beneficiados até agosto de 2014, dos quais 48% são microempreendedores individuais (MEI); ii) a ampliação dos valores contemplados pelo Simples Nacional que proporcionou reajuste de 50% em todas as faixas de faturamento dos beneficiários; iii) a ampliação do MEI que elevou o limite de faturamento de R$ 36 mil para R$ 60 mil, alcançando o total de 4,3 milhões optantes registrados até agosto de 2014; iv) a publicação da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, que atualizou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, possibilitando a adesão das empresas prestadoras de serviços; v) a edição da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.300, de 30 de dezembro de 2013, que ampliou em R$ 50 bilhões o limite de financiamento subvencionado pela União ao Programa BNDES de Sustentação do Investimento (PSI) e estendeu o prazo para concessão de financiamentos até 31 de dezembro de 2014; e vi) a edição da Circular BNDES nº 01, de 2014, que definiu as novas condições do PSI, de taxas de juros entre 4% e 8% ao ano.

a.2) Estímulos ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas

As ações principais em 2014 foram as seguintes:

- Publicação do segundo edital do Programa Inova Petro, que visa ao fomento de fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural, o qual envolveu valor total de R$ 3 bilhões; e conclusão do edital destinado ao Plano de Apoio Conjunto à Inovação Tecnológica Agrícola no Setor Sucroenergético (Paiss Agrícola), com valor total de R$ 1,8 bilhão. Os editais conjuntos e programas integrados (parceiros públicos e privados) realizados no âmbito do Inova Empresa – plano de investimento em inovação que prevê apoio a empresas por meio de subvenção, crédito, financiamento não reembolsável e participação em capital – resultaram em: dez editais com estimativa de recursos na ordem de R$ 17,8 bilhões, com manifestação de interesse por parte de 2.020 empresas e demanda de R$ 69,6 bilhões; e seleção de 594 planos de negócios, referentes a 523 empresas;

- Publicação da Lei nº 12.966, de 18 de junho de 2014, que permitiu o estabelecimento de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) menores para os veículos que adotarem motores *flex* com relação de consumo entre etanol hidratado e gasolina superior a 75%, sem prejuízo da eficiência energética da gasolina nos veículos novos;

- Instituição de margem de preferência de até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e incorporem inovação, no âmbito das compras governamentais, para os seguintes produtos: i) fármacos e medicamentos (Decreto nº 8.225, de 3 de abril de 2014); ii) equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (Decretos nº 7.903, de 4 de fevereiro de 2013; nº 8.184, de 17 de janeiro de 2014; e nº 8.194, de 12 de fevereiro de 2014); iii) aquisição de licenciamento de uso de programas de computador e serviços correlatos (Decreto nº 8.186, de 17 de janeiro de 2014); iv) aeronaves executivas (Decreto nº 8.185, de 17 de janeiro de 2014); v) brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte (Decreto nº 8.223, de 3 de abril de 2014); e vi) máquinas e equipamentos (Decreto nº 8.224, de 3 de abril de 2014);

- Em 2014, o número de concessões do benefício de redução do Imposto de Importação (ex-tarifário) alcançou 3, 8 mil, com 50 consultas públicas realizadas e mais de 4.927 pleitos analisados;

- Publicação de 275 portarias de habilitação definitiva de empresas aos benefícios da Lei de Informática (Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991), totalizando 435 portarias de habilitação (entre habilitações definitivas e provisórias) contra 333 em 2013. O instrumento da habilitação provisória de empresas aos benefícios da Lei de Informática é um procedimento sumário que permite acesso mais rápido e simplificado aos incentivos da mencionada norma. O principal entrave da habilitação provisória era a "inspeção prévia de instalação produtiva", prevista pelo Decreto nº 8.072, de 14 de agosto de 2013, o qual ensejou a publicação da Portaria SDP/MDIC nº 48/2014, que criou as modalidades de inspeção prévia *in loco*, documental e por ratificação, desobstruindo o fluxo de processamento da habilitação provisória; e

- Foram desembolsados, em 2014, R$ 76,3 bilhões sob as condições financeiras do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Nas linhas de bens de capital do PSI, foram liberados R$ 70 bilhões, destacando-se R$ 31,3 bilhões em ônibus e caminhões; R$ 4 bilhões em financiamento à produção de bens para exportação; e R$ 2,4 bilhões nas linhas de inovação, projetos transformadores e Programa BNDES de Apoio à Engenharia (Proengenharia).

a.3) Estímulos às Exportações e Defesa Comercial

As medidas de destaque em 2014 foram as seguintes:

- Aprovação de recursos para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex Financiamento) da ordem de R$ 2,9 bilhões, sendo que já foram desembolsados US$ 456,2 milhões e alavancados US$ 514,3 milhões em exportações em 2014. Já na modalidade Proex Equalização, a dotação orçamentária para 2014 foi de R$ 1 bilhão, tendo sido realizados pagamentos no montante de US$ 286,8 milhões, alavancando exportações num total de US$ 6,3 bilhões em 2014; e
- Reinstituição do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) cujo prazo havia expirado em dezembro de 2013, e sua regulamentação pelo Decreto nº 8.304, de 12 de setembro de 2014. Pela nova regra, os resíduos tributários reintegrados à empresa podem variar de 0,1% a 3% da receita de atividades exportadoras e o Regime Especial tornou-se permanente a partir de 2014.

a.4) Perspectivas para a Indústria

A política industrial a ser formulada em 2015 dará prosseguimento a um conjunto de reformas institucionais ligadas aos grandes projetos de investimento do País, fundamentais para elevar a competitividade da indústria brasileira, cabendo destaque para:

- Concessões de serviços públicos para logística de transporte;
- Avanço nos ambientes tributários e regulatórios buscando a melhoria do ambiente de negócios por meio da desburocratização e simplificação de processos;
- Estabelecimento de política de comércio exterior mais ativa, com foco em parcerias estratégicas em três perspectivas: i) multilateral, no âmbito das rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC); ii) de integração comercial com parceiros estratégicos, com atenção especial para o acordo Mercosul-União Europeia e acordos bilaterais com os Estados Unidos da América (EUA) e a China; e iii) de integração produtiva, aprofundando os vínculos produtivos entre os parceiros do Mercosul e estreitando relações com os países da Aliança do Pacífico (Colômbia, Peru e Chile);
- Consolidação de uma política industrial por meio de medidas voltadas: i) à redução dos custos do trabalho e do capital para o adensamento produtivo; ii) à qualificação profissional; iii) à inovação tecnológica; e iv) ao aperfeiçoamento do sistema de governança para gerir a agenda de competitividade; e
- Desenvolvimento de ações estratégicas visando à renovação de máquinas e equipamentos industriais e também de equipamentos de transporte, bem como ao avanço na construção de regras de conteúdo local.

b) Fomento, Inovação e Comércio Exterior

b.1) Financiamentos e Investimentos

Ao longo de 2014, verificou-se contração nas expectativas em relação à economia mundial, com redução do ritmo de crescimento da China, deflação nos países desenvolvidos e crises geopolíticas envolvendo países produtores de petróleo. Nesse contexto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atuou buscando manter o patamar de desembolsos atingido em 2013.

Desembolsos do BNDES em 2013 e 2014 (R$ milhões)

ÁREA	DESEMBOLSOS	
	2013	2014
Área de Infraestrutura (AEI)	30.259	30.623
Área de Infraestrutura Social (AS)	17.829	19.585
Área de Insumos Básicos (AIB)	16.876	17.359
Área Industrial (AI)	14.533	21.149
Área de Operações Indiretas (AOI)	95.068	82.018
Área de Agropecuária e Inclusão Social (Agris)	370	7.196
Área de Comércio Exterior (AEX)	15.142	9.284
Outras	342	623
TOTAL	190.419	187.837

Fonte: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os principais destaques referentes aos desembolsos do BNDES, no período de janeiro a novembro de 2014, foram: i) operações no setor de Energia (R$ 18,8 bilhões), na área de infraestrutura; ii) operações com o setor público (R$ 17,6 bilhões), na área de infraestrutura social; iii) operações relacionadas ao setor de Petróleo e Gás (R$ 6,8 bilhões), na área de insumos básicos; iv) o setor de Tecnologia de Informação e Comunicação (R$ 4,9 bilhões), na área industrial; v) operações de financiamento à aquisição de bens de capital e equipamentos por meio dos produtos BNDES-Finame (R$ 64,8 bilhões), na área de operações indiretas; vi) programas automáticos com ênfase no setor agrícola (R$ 5,6 bilhões), na área de agropecuária e inclusão social; e vii) modalidades pré-embarque de apoio à fabricação (R$ 4,5 bilhões) e pós-embarque de apoio à comercialização (R$ 4,8 bilhões), na área de comércio exterior.

b.2) Comércio Exterior

No ano de 2014, a política de comércio exterior buscou prioritariamente iniciativas de facilitação comercial e de inserção brasileira no mercado internacional.

O comércio exterior brasileiro registrou cifra de US$ 454,2 bilhões em 2014, implicando retração de 5,7% sobre o ano anterior, cujo valor atingira US$ 481,8 bilhões. Esse resultado deu-se pela queda de 4,4% das importações, quando passaram de US$ 239,7 bilhões para US$ 229,1 bilhões, e recuo de 7% das exportações, de US$ 242 bilhões para US$ 225,1 bilhões. Tais resultados implicaram déficit de US$ 3,9 bilhões no acumulado de 2014 contra um superávit de R$ 2,3 bilhões anotados em 2013. Um dos fatores preponderantes para o registro de déficit na balança comercial brasileira, no período em análise, compreende a forte queda no preço das principais *commodities* agrícolas e minerais, que implicaram reduções nas vendas brasileiras ao exterior.

Construído segundo a abordagem de guichê único (*single window*), o Portal Único do Comércio Exterior visa modernizar, simplificar e harmonizar normas, rotinas e procedimentos relativos às operações de exportação e importação de mercadorias, assim como proporcionar maior previsibilidade, racionalização, segurança, integridade da informação e celeridade aos processos e fluxos de operações de comércio exterior. Espera-se, uma vez concluída sua implantação, uma redução de 13 para oito dias nas operações de exportação e de 17 para dez dias nas operações de importação.

Para maior utilização do regime aduaneiro especial de *drawback* pelo segmento exportador, foi lançado em dezembro de 2014 o sistema eletrônico para processamento do *drawback* isenção como uma das entregas do Portal Único de Comércio Exterior. Em 2015, deverá entrar em operação o sistema Catálogo de Produtos e Cadastro de Intervenientes, bem como deverá ser finalizada a especificação do novo fluxo das operações de exportação.

Em relação ao combate às práticas desleais de comércio, no ano de 2014 foram iniciadas 44 investigações de *dumping*, das quais três eram revisões anticircunvenção e uma investigação de subsídio. Nesse período, foram encerradas 42 investigações de *dumping* com aplicação de direito, das quais três consistiam em revisões anticircunvenção, e foram celebrados dois compromissos de preços. Foram encerrados 13 procedimentos sem aplicação de medidas, sendo dez de *dumping* e três de subsídios. Em 31 de dezembro de 2014, estavam em curso 56 investigações de *dumping* e uma investigação de subsídio. Das 133 medidas de defesa comercial em vigor, 131 são relativas a direitos *antidumping* definitivos, das quais cinco consistem em medidas anticircunvenção e duas são referentes a direitos *antidumping* provisórios. No tocante ao apoio ao exportador brasileiro investigado no exterior, foram atendidos 23 setores cujas exportações foram afetadas por procedimentos de defesa comercial.

No que concerne ao combate a práticas ilegais de comércio, foram concluídas seis investigações de origem não preferenciais em 2014 e outras 23 estão em curso. Em 2015, será editada nova Portaria da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC) regulamentando os procedimentos de investigação de origem não preferencial, dando a eles maior abrangência, transparência e celeridade.

Como reflexo das diretrizes estabelecidas pelo Plano Brasil Maior (PBM), as investigações originais de *dumping* amparadas pelo novo regulamento *antidumping* brasileiro (Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013) vêm apresentando avanços significativos no que se refere à redução dos prazos, com média de 40 dias entre o recebimento da petição e o início da investigação e de 117 dias entre o início da investigação e a publicação da determinação preliminar.

Ainda com o intuito de reduzir os prazos e os custos inerentes aos procedimentos de defesa comercial, avançou-se no desenvolvimento do Sistema Decom Digital (SDD), que consiste em sistema de informatização dos processos de defesa comercial para substituir os documentos impressos por eletrônicos. Ainda no âmbito de defesa comercial, foi aprovada a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, que inclui três artigos relativos à flexibilização de idiomas, prazos de ciência e processo administrativo eletrônico no âmbito de investigações.

Visando à maior inserção do Brasil no comércio internacional, o Governo concluiu em 2014 a oferta nacional em bens, serviços, investimentos e compras governamentais e sua convergência com as ofertas dos demais membros do Mercosul, para apresentação à União Europeia nas tratativas para celebrar um acordo de livre comércio com o bloco europeu. Para 2015, espera-se o intercâmbio das ofertas com os países europeus, dando seguimento à negociação do acordo de livre comércio com a União Europeia.

Na esfera regional, destacam-se a prorrogação do Acordo Automotivo com a Argentina e o aprimoramento do Acordo com o Uruguai, com vistas a ampliar mercados para as exportações brasileiras.

Para a agenda de 2015, constam: i) a renegociação dos acordos automotivos com México, Colômbia, Venezuela, Uruguai e Argentina; ii) o aprofundamento dos acordos de livre comércio com os países andinos; iii) a aproximação do Mercosul com a Aliança do Pacífico; iv) a adesão da Bolívia ao Mercosul; e v) o incremento dos acordos com a Guiana e com o Suriname.

Reconhecendo a importância da internacionalização de empresas brasileiras para o desenvolvimento do País, o Governo deu seguimento às negociações, iniciadas em 2013, do novo modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com Moçambique, Angola, África do Sul, Nigéria e Malaui. Estão em etapa avançada as negociações dos acordos com Moçambique e Malaui e em estágio inicial as negociações com Tunísia, Marrocos e Argélia, bem como foram feitas aproximações com Peru, Colômbia e Chile.

No tocante às organizações internacionais, o Governo defendeu a implementação do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a retomada imediata das negociações para a definição da agenda de trabalho após a Conferência Ministerial de Bali no G20.

Em relação ao Acordo de Facilitação de Comércio da OMC, o Governo encaminhou à Organização a notificação brasileira dos compromissos em "Categoria A" – implementação imediata.

No âmbito da promoção da cultura exportadora, em 2014 foram realizadas 196 atividades do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) em 24 Estados, enquanto o Programa Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior (Redeagentes) organizou 29 eventos em 12 Estados, como cursos, treinamentos e oficinas sobre como exportar. Para 2015, está prevista a realização de 50 atividades.

Em 2014, foram incluídos novos assuntos nos produtos da série "Aprendendo a Exportar". Para 2015, está previsto o lançamento do "Aprendendo a Exportar-versão 3". Foi também realizada edição do Encontro de Comércio Exterior (Encomex), em Jaraguá do Sul/SC, e para 2015 está prevista a realização de duas edições desse evento. Outra atividade foi o lançamento do Guia de Comércio Exterior e Investimento – Brasil Export (http://www.brasilexport.gov.br), que apresenta os principais produtos e serviços disponibilizados pelos órgãos brasileiros dedicados ao tema.

Em 2015, prevê-se a implantação do Sistema de Monitoramento de Barreiras Comerciais e do Sistema de Consulta aos Acordos de Preferências Tarifárias (Capta). O primeiro permitirá o levantamento, processamento e tratamento adequado às barreiras impostas a produtos brasileiros por seus parceiros comerciais. Já o Capta facilitará o acesso a informações relevantes para uma operação de comércio exterior, ao disponibilizar também as tarifas efetivamente aplicadas às exportações e importações do Brasil em relação aos seus principais parceiros comerciais, bem como os respectivos compromissos internacionais para o comércio de serviços.

No que se refere aos mecanismos de apoio às exportações, em 2014 foram aprovadas 44 operações amparadas pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex) ou pelo Fundo de Garantia às Exportações (FGE), que poderão alavancar até US$ 6,6 bilhões em exportações brasileiras de bens e serviços para Gana, Angola, EUA, Paraguai, Equador, Guatemala, Tanzânia, Uruguai, Senegal, Cuba, Reino Unido e Zimbábue.

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), criada por meio do Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013, entrou em efetivo funcionamento em julho de 2014, ao ser contratada para prestar assessoramento à União sobre o Seguro de Crédito à Exportação, coberto pelo FGE. Com a publicação da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, as regras aplicáveis para a cobertura de garantias contratuais pelo FGE foram alteradas, objetivando ampliação da utilização do

instrumento por empresas do setor de defesa. Foi criada nova modalidade de Seguro de Crédito à Exportação, garantido pelo FGE, que oferecerá cobertura de risco político e extraordinário para operações de financiamento de curto prazo a exportações para o continente africano. Ainda com vistas a fomentar as exportações brasileiras para a África, foi assinado acordo entre Brasil e Angola mediante o qual foi prevista estrutura de financiamento a exportações de micro, pequenas e médias empresas brasileiras, no âmbito do Proex Financiamento, a importadores privados angolanos. No âmbito do Programa Mais Alimentos Internacional, foram efetivadas as primeiras exportações de máquinas e equipamentos agrícolas para países africanos.

No tocante às alterações temporárias da Tarifa Externa Comum (TEC), foram concedidas: i) 3,8 mil reduções tarifárias, na condição de ex-tarifários de bens de capital e de bens de informática e telecomunicação vinculados a investimentos que somam US$ 47,4 bilhões; ii) reduções tarifárias por razões de desabastecimento relativas a 30 códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM); e iii) alterações tarifárias temporárias, no âmbito da Lista Brasileira de Exceções à TEC, devido à necessidade de aplicação de tarifas em níveis distintos da TEC.

No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), Brasil e EUA alcançaram solução mutuamente benéfica sobre o Contencioso do Algodão e assinaram acordo sobre o Memorando de Entendimento relativo ao Contencioso. Os EUA se comprometeram a efetuar ajustes no programa de crédito e garantia à exportação GSM-102, que passará a operar dentro de parâmetros bilateralmente negociados, e a realizar pagamento adicional ao Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) no valor de US$ 300 milhões, como compensação aos prejuízos dos produtores brasileiros de algodão.

Quanto ao contencioso sobre carnes bovina e de frango contra a Indonésia na OMC, o Governo autorizou o início do processo de consultas formais ao país asiático sobre as restrições impostas às importações desses produtos do Brasil.

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) foram criadas para fomentar o investimento produtivo de capital nacional ou estrangeiro e aumentar a competitividade das exportações brasileiras, além de contribuir para a agregação de valor à pauta de exportações, gerar empregos e renda, difundir novas tecnologias e promover o desenvolvimento econômico e social. O regime aduaneiro especial das ZPEs acompanha as diretrizes estabelecidas nas políticas industrial e de comércio exterior brasileiras, com o intuito de harmonizar as atividades do regime com as características do parque industrial instalado no País.

Atualmente, há 22 ZPEs distribuídas em 18 Estados. Dentre elas, três estão em estágio mais adiantado: Senador Guiomard (AC), Pecém (CE) e Parnaíba (PI). As duas primeiras já receberam a autorização da Receita Federal do Brasil (RFB) para funcionar (alfandegamento). Nas referidas ZPEs alfandegadas, encontram-se em implantação quatro projetos industriais.

b.3) Comércio e Serviços

Os serviços são cada vez mais demandados como insumo pelos demais setores da economia e mostram participação significativa no desenvolvimento e diversificação produtiva da economia brasileira. Até o terceiro trimestre de 2014, no acumulado de quatro trimestres, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor de terciário, formado por comércio e serviços, respondeu por 69,82% do valor adicionado do Produto Interno Bruto (PIB).

Devido a sua importância, o Governo tem adotado medidas para aperfeiçoar a formulação e o monitoramento de políticas para esse setor. Ressaltam-se em 2014: i) a conclusão da implantação do Submódulo Registro de Presença Comercial no Exterior; ii) o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv); e iii) o desenvolvimento e homologação do *Datawarehouse* (DW), ferramenta que possibilitará a disponibilização de dados acurados de forma ágil e segura.

O Siscoserv foi apresentado em setembro de 2014 na Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra, Suíça, como uma das melhores práticas no mundo para geração de estatísticas confiáveis e tempestivas. Em 2015, os dados obtidos pelo Sistema possibilitarão a aferição da efetividade das políticas vigentes e a formulação de novas políticas públicas de incentivo à exportação de serviços e à inteligência comercial de empresas e de outros órgãos de promoção comercial dos serviços brasileiros no exterior.

Em continuidade à Consulta Pública de 2013, que instituiu a versão 1.1 da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e suas respectivas Notas Explicativas (NEBS), prosseguiu-se em 2014 com a análise das propostas recebidas dos setores privado e público para atualização da NBS, refletindo a realidade de um setor em constante atualização. O objetivo é que este trabalho seja concluído em 2015 e que a versão 2.0 da NBS e da NEBS seja publicada em janeiro de 2016.

Dentre as medidas de estímulo à exportação de serviços e à internacionalização das empresas do setor terciário em 2014, destaca-se a elaboração do Guia Básico para Exportação de Serviços, material que detalha os mecanismos de apoio à exportação de serviços e intangíveis. A partir de 2015, serão estruturadas as bases para um programa de alavancagem das exportações brasileiras de serviços e de apoio à internacionalização das empresas do setor terciário.

Em 2014, foram empreendidas atividades de divulgação e construção de parcerias após o lançamento, no ano anterior, da 1ª edição impressa do Atlas Nacional de Comércio e Serviços, que constitui ferramenta pública de informações econômicas georreferenciadas sobre o setor terciário no País, para auxiliar a formulação de políticas públicas e as estratégias empresariais. Para 2015, está prevista a continuação das discussões para a construção de plataforma eletrônica do Atlas, bem como a atualização e expansão dos seus dados.

O uso de etiquetas inteligentes no Brasil tem demonstrado grande potencial para a modernização do varejo, o fortalecimento da logística e a construção de maior integração e competitividade das cadeias produtivas. Em 2014, foi consolidado o trabalho realizado em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), com a publicação de um "Estudo para o fomento do Uso de Etiquetas Inteligentes para os Setores de Comércio e Serviços Logísticos", que contém informações sobre o uso dessa solução no Brasil e em outros países, bem como recomendações para a formulação de políticas públicas. O resultado do Estudo foi apresentado em evento realizado em Brasília, em dezembro de 2014.

Outra ação importante realizada em 2014 está relacionada com a melhoria nas relações de consumo. Lançado no final de 2013, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), o Programa de Excelência em Serviços (Servir) busca identificar e disseminar boas práticas no atendimento prestado aos consumidores, provendo informações de qualidade para a busca da excelência nos serviços prestados pelos setores de comércio e serviços. O projeto-piloto desenvolvido em 2014 foi realizado com o setor supermercadista e, para 2015, pretende-se finalizar a avaliação dos resultados do projeto e promover ajustes.

No tocante ao incentivo às novas oportunidades de negócios e de investimentos, destacam-se: a edição anual do Calendário Brasileiro de Exposição e Feiras, que relaciona diversos eventos que ocorrem no País, e a 4ª edição do Catálogo de Oportunidades de Investimentos no Brasil, que reúne informações sobre projetos e obras públicas nas esferas federal, estadual e municipal, com o objetivo de atrair potenciais investidores e divulgar as oportunidades de investimentos no País.

b.4) Micro e Pequenas Empresas

Em 2014, nova e importante conquista voltada para o segmento de microempresa e empresa de pequeno porte foi realizada: a aprovação da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, que universaliza o Simples Nacional e introduz inovações no

Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Com a universalização, mais de 450 mil empresas serão beneficiadas e 142 novas atividades poderão, a partir de 2015, optar pelo regime simplificado de tributação.

Com a medida, o regime tornou-se mais atrativo e justo, incentivando a melhora no ambiente de negócios das micro e pequenas empresas (MPEs). Dentre os mais de 80 pontos de inovação da nova lei, merecem destaque os mecanismos a seguir explicitados.

Na esfera da simplificação, a nova lei possibilitou a criação de um cadastro nacional único de empresas, abrindo espaço para a implementação de sistema informatizado nacional que garanta a execução de processo único e sequencial de registro e legalização, o Portal Empresa Simples. Por meio desse Portal de serviços do Governo Federal, as empresas de qualquer porte poderão obter, em prazo reduzido e por meio eletrônico: i) a permissão da Prefeitura para exercício de suas atividades no endereço indicado; ii) o registro na Junta Comercial; iii) a inscrição no CNPJ e nos fiscos estaduais e municipais; e iv) as licenças de funcionamento. A entrada única permitirá o uso de contratos e declarações eletrônicos, isto é, com o processo realizado em sua totalidade pela Internet.

A obtenção da licença ou do alvará será simplificada para empresas que exerçam atividades de baixo risco nos aspectos sanitários, ambientais e de segurança contra incêndio e pânico, a partir do simples fornecimento de dados e declarações sobre o cumprimento de exigências, em substituição da comprovação prévia mediante vistoria. Para que tal avanço seja possível, deverão ser estabelecidas pelos entes públicos as listas de classificação de risco. Na ausência de normas estaduais ou municipais sobre a classificação de risco, será aplicada a norma nacional.

Também deve ser destacada a ampliação para a fiscalização, do uso e ocupação do solo, do critério da dupla visita para autuação. Sendo assim nenhuma multa poderá ser lavrada contra uma MPE se o empresário não for orientado antes de autuado, nos casos de baixo risco. Ressaltam-se ainda as novas normas das compras públicas, garantindo a obrigatoriedade de participação das MPEs nas licitações federais, estaduais e municipais com valor estimado de até R$ 80 mil.

As inovações legislativas permitiram também desburocratizar a vida das empresas em seus processos de registro empresarial. A Instrução Normativa nº 26/2014, do Departamento de Registro Empresarial e Integração da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (DREI/SMPE), dispensou os empreendedores da apresentação de certidões negativas tributárias, trabalhistas e previdenciárias em todos os atos levados a registro nas Juntas Comerciais.

Em outubro de 2014, considerando essas medidas de simplificação, foi inaugurado o módulo do Portal Empresa Simples para baixa de empresas no Distrito Federal, uma vez que a Junta Comercial do DF é a única sob a responsabilidade direta do Governo Federal. A ampliação do modelo integrado para a baixa e a abertura de empresas deve alcançar todo o Brasil em 2015. Até dezembro de 2014, 720 empresas foram encerradas por meio do Portal.

No âmbito do registro e legalização de empresas (RLE), o empresário, pessoalmente, baixa a sua empresa na Junta Comercial e na Receita Federal do Brasil num único processo, de forma simples e rápida. Com certificado digital, o procedimento pode ser feito pela Internet, sem necessidade de comparecimento em qualquer órgão público.

A efetividade das inovações na política pública dirigida à MPE depende de implantação dos comandos da LC nº 147/2014, em todos os âmbitos governamentais. Há um extenso rol de novos benefícios que demandarão intensa interlocução e articulação dos governos estaduais e municipais, bem como reiterados esforços de capacitação de gestores públicos.

Em 2014, foram abertas 529.759 empresas e registrados 993.350 microempreendedores individuais (MEI), totalizando 1.523.109 constituições de empresas no País.

O número de MEIs atingiu 4.653.131 de beneficiários registrados pelo Portal do Empreendedor, desde sua implantação em julho de 2007, com previsão de 5.646.061 beneficiários até dezembro de 2015.

Foi realizada, em 2014, Consulta Pública para que a sociedade se manifestasse sobre a criação de obrigação acessória única, congregando, em uma única declaração, todas as informações, formulários e declarações tributárias, previdenciárias e trabalhistas existentes atualmente. Esse debate inédito ajudará a conceber o sistema eletrônico de prestação das informações, pelo qual também será possível o recolhimento unificado das contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com os tributos do Simples Nacional, a partir de 2016.

Em 2014, foi lançado o Pronatec Aprendiz MPE, que permitirá aos pequenos negócios com um empregado a contratação de ao menos um aprendiz, o que aumenta o potencial do segmento para contribuir com a introdução do jovem no mundo do trabalho. O Programa custeará o curso de formação de jovens em situação de vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino.

No âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), destaca-se a realização de sete eventos de oportunidades de negócios, onde foram comercializadas cerca de 270 mil peças, com faturamento aproximado de R$ 5,7 milhões. Foram ainda firmados acordos durante a 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com objetivo de realizar ações conjuntas voltadas à promoção do artesanato quilombola; e com a Marinha Brasileira, com objetivo de promover atividades que valorizem o artesão, levando o artesanato brasileiro para países da Europa e da América. A parceria com o Ministério da Cultura viabilizou espaços de comercialização em sete Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

b.4.1) Ações para Ampliação dos Serviços do Portal Empresa Simples

Além dos serviços relacionados ao registro e legalização de empresas (RLE), cujo módulo de baixa empresarial está em funcionamento para o Distrito Federal desde outubro de 2014, o Portal Empresa Simples (PES) disponibilizará ao segmento empresarial brasileiro, especialmente à MPE, um conjunto de soluções voltadas à melhoria da competividade e expansão da lucratividade. Essas soluções compõem o serviço do Portal Empresa Simples denominado Praça Eletrônica de Negócios (PEN), ponto de encontro entre a MPE e seus parceiros comerciais no mercado interno e externo. Entre 2013 e 2014, foi realizada a especificação técnica dos sistemas que comporão a Praça Eletrônica de Negócios. A implantação dos sistemas está prevista para o segundo semestre de 2015.

A PEN foi concebida para integrar a empresa com seus compradores e fornecedores. Com a ferramenta, o catálogo da empresa poderá ser facilmente pesquisado pelos compradores usando os mesmos termos utilizados pelo vendedor para a caracterização. O comprador, por sua vez, também poderá demandar à rede de empresas que tenham catálogo com determinado produto ou serviço, solicitando fornecimento com a característica desejada. Em relação ao comércio exterior, a PEN promoverá a aproximação dos compradores estrangeiros, funcionando como instrumento de promoção comercial. A PEN disponibilizará também informações sobre as licitações de entes públicos, bem assim informações cadastrais e certificados requeridos no processo de habilitação para vender para esses entes, facilitando o cumprimento de exigências para participação em certames.

b.5) Inovação

O InovAtiva Brasil é um programa de capacitação e aceleração de negócios inovadores (*start-ups*) realizado por meio de uma plataforma *on-line*. O principal objetivo do Programa é capacitar empreendedores com boas ideias e negócios inovadores a estruturar seus projetos em empresas economicamente viáveis e atrativas para investidores. Em 2014, o InovAtiva registrou os seguintes resultados: 6,4 mil participantes na plataforma e 703 projetos submetidos para a segunda fase, de onde foram selecionados 128 para acesso à mentoria e *workshops*. Para o ano de 2015, pretende-se oferecer mentoria especializada para 100 desses projetos e promover a apresentação deles para grandes empresas e investidores.

A atração de centros e projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para o Brasil tem como principal objetivo atrair investimentos para o País que agreguem mais valor e tecnologia à indústria. Em 2014, foi concluído estudo que analisou as potencialidades do Brasil para atrair esses investimentos e identificou a oferta atual, o que precisa ser feito para atender melhor o setor produtivo e quais são as empresas e tecnologias de ponta que mais interessam ao Brasil. Em 2015, pretende-se: i) criar um sítio com conteúdo voltado à atração de centros e projetos de P&D, com informações sobre o Brasil e sobre os incentivos governamentais voltados à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I); ii) publicar relatórios setoriais para a atração de centros e projetos de P&D para o Brasil; e iii) visitar investidores pré-selecionados no Brasil e no exterior (missões de *outreach*) para apresentação da proposta de valor brasileira.

No âmbito da cooperação internacional para inovação, estabeleceu-se cooperação com diferentes países. Em 2014, foi lançado o 3º Edital de Cooperação em P&D com Israel e será publicado, em 2015, o 1º Edital de Cooperação com a França. Em 2015, pretende-se realizar cooperação tecnológica com a Alemanha e Reino Unido e estreitar relação com países prioritários, como Suécia e EUA.

Na área de biotecnologia, foi encaminhado o Projeto de Lei nº 7.735/2014, que trata do aprimoramento do marco legal do acesso ao patrimônio genético para estabelecer estratégias de regularização a empresas atuantes no setor e desburocratizar a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos.

No âmbito da área de nanotecnologia, o Governo coordenou o Grupo de Trabalho em Regulação no âmbito do Comitê Interministerial de Nanotecnologias, que resultou na decisão de inclusão do País no programa internacional NanoReg. Tal fato permitirá a construção de uma regulamentação técnica de produtos e processos nanotecnológicos cientificamente referenciada e compatível com as normas adotadas internacionalmente, promotora da inovação e da preservação dos interesses comerciais do País.

O Modervitis é um programa de parceria com o setor de Uvas e Vinhos, que visa diminuir a defasagem tecnológica na produção da uva e no processamento por parte de empresas vinícolas instaladas em polos tradicionais da vitivinicultura nacional. Dentre as metas previstas no Programa, está a modernização de vinhedos e o oferecimento de linhas de financiamento para modernização das vinícolas, além do aumento da capacidade de estocagem. Em 2014, instituiu-se o Comitê Gestor Nacional do Programa, realizaram-se seminários regionais com as entidades apoiadoras e publicou-se a chamada pública para seleção de entidades executoras do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para a promoção do Modervitis. Em 2015, haverá a continuidade das ações previstas na agenda estratégica do Programa.

c) Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Em 2014, as ações de metrologia, qualidade e tecnologia foram estruturadas em três eixos para atender à política industrial, dando apoio técnico ao processo de inovação, fortalecimento e modernização da indústria nacional e buscando continuamente a melhoria dos serviços ao cidadão.

c.1) Promoção da Justa Concorrência e Proteção ao Cidadão

Pelo convênio entre o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e a Receita Federal do Brasil (RFB), foram realizadas operações conjuntas, destacando-se as de vigilância na importação para coibir a entrada de produtos que não atendam aos requisitos dos Programas de Avaliação da Conformidade. A operação em cadeirinhas de carro para crianças verificou 37.820 unidades e outras operações verificaram 15.070 máquinas de cortar cabelo e 133.329 brinquedos.

O Inmetro iniciou a fase de testes de base de dados para cadastro de veículos e equipamentos de transporte de produtos perigosos, que possibilitará ao Governo, em 2015, maior controle e efetividade nas operações de fiscalização no transporte desses produtos.

Dentre as ações com o objetivo de aumentar a eficácia no controle das relações de consumo, na promoção da justa concorrência e na proteção do cidadão, destacam-se as seguintes: i) verificação de mais de 27 milhões de instrumentos de medição, tais como balanças, bombas de combustíveis e medidores de pressão arterial; ii) fiscalização de 126.236 empresas na conformidade de produtos regulamentados pelo Inmetro; iii) visita a 41.572 estabelecimentos para realizar 1.554.399 inspeções da indicação quantitativa de produtos pré-medidos, em especial os que compõem a cesta básica; iv) formação de 305 novos agentes fiscais para atuação em todo País; e v) realização de curso sobre fraudes eletrônicas em bombas medidoras de combustíveis e ampliadas ações de fiscalização nos postos de abastecimento.

Em 2015, será iniciado projeto de nova geração de bombas de combustíveis, criando dispositivo transdutor fisicamente selado, que fará uso de criptografia digital e publicará o resultado inequívoco da medição através de interface sem fio.

c.2) Infraestrutura Técnica para a Qualidade e Metrologia

Na área da metrologia, o Brasil saiu da 17ª posição, em 2010, para a 12ª posição, em 2014, dentre os 96 países-membros do *Bureau* Internacional de Pesos e Medidas, passando de 430 serviços de medição disponibilizados, naquele ano, para 560 serviços em 2014. Esse resultado reflete os investimentos do Governo em infraestrutura e capacitação de pessoal para os laboratórios do Inmetro como referência nacional.

No âmbito do Plano Brasil Maior, está sendo implantado o Centro de Tecnologia Automotiva com objetivo de desenvolver pesquisa e desenvolvimento para incrementar a segurança e qualidade dos carros produzidos no País. O projeto executivo está em fase final de elaboração, com previsão de entrada em operação até 2016. Paralelamente, está sendo finalizado o Programa de Formação de Recursos Humanos, da Escola Avançada de Tecnologia Automotiva, para promover a formação de núcleos de excelência e de inovação no País. O início está previsto para 2015 e abrangerá profissionais da indústria automotiva, das universidades e das escolas técnicas.

O Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular já conta com a adesão de 36 fabricantes, com 576 modelos que poderão exibir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) afixada em seus vidros, contendo informações quanto à eficiência energética, autonomia em quilômetros (km) por litro de combustível e emissão de gases poluentes.

Em 2014, foram acreditados nove organismos para verificação e validação em emissões de gases de efeito estufa, em programa que visa atestar a competência técnica em matéria de verificação de inventários de emissões, aumentando a inserção internacional das indústrias brasileiras.

Merece destaque a participação do País no projeto NanoValid, que consiste no esforço de 24 parceiros europeus de 14 países diferentes e de seis parceiros do Brasil, Canadá, Índia e EUA para o desenvolvimento de um conjunto de métodos e materiais de referência confiáveis para a fabricação, caracterização físico-química, identificação de perigos e avaliação quanto à exposição com relação a nanomateriais artificiais.

Em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Instituto de Criminalística de São Paulo, o Inmetro desenvolveu métodos rápidos de análise, por espectrometria de massa, capazes de diferenciar cédulas falsas de verdadeiras e identificar explosivos usados em detonações de caixas eletrônicos.

Com o objetivo de construir ampla base de apoio à inovação nas empresas, estimulando a conexão entre grupos científicos de alto nível e empresas demandantes de soluções inovadoras, está sendo ampliada a Rede de Laboratórios Associados ao Inmetro para Inovação e Competitividade (Relai), em parceria com universidades, centros de pesquisa e agências de fomento federais.

Até o final de 2014, foram implantados dois Laboratórios Associados, o de Nanoespectroscopia, ligado ao Departamento de Física da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), implantado em 2013, e o de Materiais Cerâmicos, ligado ao Instituto de Materiais Cerâmicos da Universidade de Caxias do Sul (UCS), implantado em 2014. Em 2015, serão implantados mais dez Laboratórios Associados.

Foi lançado edital para as obras de infraestrutura do Parque Tecnológico do Inmetro, com previsão de início em 2015, estabelecendo importante espaço, em ambiente próprio à inovação colaborativa, para atração de centros de PD&I; unidades produtoras de insumos para P&D; laboratórios de pesquisa para ações de controle de qualidade; empreendedores e negócios nascentes.

Foi realizada consulta pública de Análise de Impacto Regulatório (AIR) para equipamentos de *playground*. O caráter inovador dessa prática propicia mais transparência aos atos de governo e apoia os regulamentadores a conhecer a pluralidade de opiniões sobre os temas regulatórios.

c.3) Apoio à Competitividade Sistêmica

O Projeto Caminho da Escola, iniciado em 2008, de elaboração das especificações em avaliação da conformidade nas áreas de segurança e acessibilidade e de aprovação dos protótipos de ônibus escolares, ultrapassou a marca de 31,8 mil ônibus inspecionados, beneficiando mais de 4,6 milhões de crianças em 5.491 Municípios. Em 2014, foram inspecionados 3,5 mil ônibus.

Para conferir mais segurança ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), foi concluída a norma de segurança na produção gráfica, permitindo a atividade da acreditação de organismos de certificação e inspeção.

No âmbito do Projeto Saúde na Escola, foi efetuado o controle da qualidade para aquisição e distribuição de unidades de Consultórios Itinerantes Odontológicos e Oftalmológicos, com inspeções que aprovaram 34 consultórios odontológicos e 37 oftalmológicos.

d) Propriedade Industrial

Em 2014, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) recebeu 156.807 pedidos de registro de marca, cerca de 5% a menos que em 2013. O estoque total de pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame (*backlog*) caiu de 507.506, em dezembro de 2013, para 501.785, em dezembro de 2014.

Para atender à demanda atual e reduzir o *backlog*, os sistemas informatizados de pedidos de registro e de processamento foram aperfeiçoados e houve convocação de todo o cadastro de reserva do concurso público de 2013. Assim, o total de examinadores do INPI aumentou para 102 e a capacidade de análise de marca para 190 mil por ano. Estão previstas para 2015 a posse e formação de 36 novos examinadores do concurso iniciado em 2014, o que permitirá a redução do *backlog* e do tempo de resposta para novos pedidos de registro de marca que derem entrada no INPI.

Na área de patentes, o número de depósitos chegou a 33,1 mil, 2% a menos que 2013. O *backlog* totalizou, ao final de 2014, aproximadamente, 195 mil pedidos de patentes pendentes de decisão, 6% a mais que em 2013.

Diversas ações têm sido tomadas para reverter a situação do *backlog* e do atraso na concessão de patentes, tais como: i) o depósito eletrônico, que já alcançou 70% do total; ii) a estruturação de uma divisão especializada no exame de pedidos de patentes de modelos de utilidade, proporcionando maior velocidade de exame e beneficiando os depositantes que, em 90% dos casos, são residentes no Brasil; e iii) os programas de priorização, como o de Patentes Verdes e dos produtos estratégicos do Sistema Único de Saúde (SUS).

O INPI recebeu, em 2014, o depósito de 6.590 pedidos de registro de desenho industrial, sendo 3.692 nacionais e 2.898 estrangeiros, com a concessão de 4.339 registros. A implantação de ferramentas eletrônicas tornou possível o exame técnico de 9.267 pedidos, aumento de 137 em relação ao ano anterior. O *backlog* de desenho industrial cresceu 19%. Também foram registrados 1.544 programas de computador até dezembro, cerca de 5% a menos que em 2013.

Em 2014, houve três concessões de indicações geográficas (IG), todas nacionais, além de 12 depósitos. As IGs foram da espécie Indicação de Procedência, sendo: "Piauí" para a cajuína; "Microrregião de Abaíra" para cachaça, do Estado da Bahia; e "Rio Negro" para peixes ornamentais, do Estado do Amazonas, uma certificação inédita no mundo concedida a um organismo vivo. Outros resultados obtidos foram o lançamento da 4ª edição do Catálogo de Indicações Geográficas Brasileiras e a publicação de edições de produtos específicos (vinhos, café e artesanatos) no "I Seminário Internacional de Indicação Geográfica e Marca Coletiva no Setor do Agronegócio", realizado em 2014.

Até dezembro de 2014, a área de contratos de transferência de tecnologia analisou 2.957 solicitações, entre requerimentos de averbação, consultas simples e demais serviços. Em relação aos contratos averbados, os licenciamentos de direitos de propriedade industrial (patentes, desenho industrial e marcas) representaram 25% do total; os de aquisição de conhecimento (serviço de assistência técnica e fornecimento de tecnologia), 58%; os de franquia, 13%; e os de modalidades combinadas, 4%.

No que se refere à disseminação da propriedade intelectual, foram alcançadas mais de 13 mil pessoas em 2014 por meio de participação em congressos, seminários, comitês temáticos, palestras e atendimento em estandes em eventos científicos e técnicos realizados em todo o País.

Em 2014, o INPI aumentou para 43 os instrumentos de cooperação técnica internacional com escritórios congêneres, para intercâmbio de informações e de experiências nas áreas administrativa, de capacitação e de fomento ao uso estratégico de propriedade industrial. Destaque para a consolidação e o fortalecimento do Sistema de Cooperação Regional em propriedade industrial na América do Sul, denominado Prosul, cuja segunda fase foi iniciada em junho de 2014, contando com apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A expansão do acesso à informação tecnológica e o fomento ao seu uso estratégico integram os objetivos estratégicos do Governo para o tema. Para tanto, contrataram-se cinco novas bases de dados e ferramentas de buscas para os pesquisadores do INPI e desenvolveu-se o projeto de ambiente virtual de busca (e-Buscas), que contempla inicialmente uma nova máscara de busca e hospedagem de documentos de patente brasileiros no portal do Instituto. Houve o lançamento do novo Radar Tecnológico, um produto infográfico com base em patentes em áreas tecnológicas estratégicas para o setor industrial, a reestruturação do produto Calendário de Patentes em Domínio Público e a publicação de 11 estudos setoriais, em parceira com atores do Sistema Nacional de Inovação.

e) Desenvolvimento Regional da Amazônia

O modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) integra a Amazônia à economia do País por meio do estabelecimento de um polo de desenvolvimento comercial, industrial e agropecuário na cidade de Manaus; da extensão de incentivos fiscais às áreas da Amazônia Ocidental; e da criação das Áreas de Livre Comércio (ALC) de Tabatinga/AM, Guajará-Mirim/RO, Brasiléia/Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul (AC), Boa Vista e Bonfim (RR) e Macapá/Santana (AP).

Com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 83, de 5 de agosto de 2014, os incentivos fiscais da ZFM foram prorrogados por mais 50 anos, até 2073. Essa decisão representa uma significativa conquista para o desenvolvimento da região, contribuindo

para a redução das desigualdades regionais. Concomitantemente, os incentivos fiscais pertinentes às Áreas de Livre Comércio (ALC) também foram prorrogados até 2050, por meio do art. 3º da Lei nº 13.023, de 8 de agosto de 2014.

O setor industrial é a base de sustentação do modelo ZFM e alguns segmentos se destacam pela produtividade e pelo elevado nível tecnológico agregado aos seus produtos. A ZFM hoje abriga um dos mais expressivos polos eletrônicos da América Latina e o setor industrial tem se destacado na preservação do meio ambiente amazônico, contribuindo para a preservação da cobertura florestal do Estado do Amazonas.

Em 2015, em função da prorrogação dos incentivos fiscais, o grande desafio será rever, visando a esse novo horizonte, os seguintes temas prioritários: revisão tributária; marco regulatório; infraestrutura e logística do Polo Industrial de Manaus (PIM); fortalecimento das Áreas de Livre Comércio; Política de ocupação do Distrito Agropecuário da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); Processo Produtivo Básico (PPB), com destaque ao PPB Verde; e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica.

O sistema de indicadores socioeconômicos da Suframa – que abriga mensalmente os dados das empresas do PIM com projetos plenos aprovados pela autarquia – aponta para resultados positivos a partir das informações de mais de 480 empresas (média mensal) que alimentaram o sistema entre janeiro e dezembro de 2014:

- Faturamento de US$ 37,5 bilhões, sendo que os setores que mais contribuíram para esse resultado foram eletroeletrônico (33%); bens de informática (17,02%); duas rodas (16,07%); e químico (12,05%);
- Manutenção de 122.350 postos de trabalho (média mensal);
- Investimento acumulado total na área fabril de US$ 10,6 bilhões;
- Exportações da ordem de US$ 732 milhões, com destaque para os seguintes produtos: i) concentrados à base de edulcorante de bebidas não alcoólicas e extrato de aromáticos; ii) motocicletas; iii) aparelho de barbear; iv) cartuchos de lâminas para aparelhos de barbear; e v) telefones celulares, combinados ou não com outras tecnologias. Os principais países importadores do PIM são Argentina, Venezuela, Colômbia, EUA, México, Peru, China, Paraguai, Chile e Panamá; e
- Emissão de aproximadamente 2,2 milhões de notas fiscais eletrônicas, representando montante superior a R$ 23 bilhões.

Com relação à política de atração de novos investimentos e expansão do modelo ZFM, foram aprovados 111 projetos industriais, sendo 34 de implantação e 77 de ampliação, atualização e diversificação. A previsão é que, a partir do terceiro ano de implantação desses projetos, sejam gerados 1.605 novos empregos, com investimentos totais de US$ 1,06 bilhão. Cabe destacar em 2014 a inauguração da primeira fábrica de medicamentos do PIM.

No que diz respeito aos trabalhos de revisão e estabelecimento de Processo Produtivo Básico (PPB), indispensável às empresas do PIM, registra-se a publicação de 50 Portarias Interministeriais (PI), sendo 17 para novos produtos. A expectativa é que em 2015 o número de publicações de portarias chegue a 60, sendo 20 de novos produtos.

No âmbito da inserção internacional, destacam-se as seguintes iniciativas: i) defesa da ZFM junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) dos questionamentos feitos pela União Europeia (EU) sobre os incentivos fiscais: ii) retomada das discussões a respeito de programas de cooperação entre a ZFM e a Zona Franca da Terra do Fogo; iii) estreitamento das relações com o Peru, fornecendo uma gama de produtos que o Amazonas terá condições de importar, bem como a lista de produtos a serem exportados; iv) ações de inserção internacional dos produtos da ZFM em países da Pan-amazônia; e v) interação com o Suriname por meio de troca de informações.

Em 2015, com o intuito de promover os produtos e serviços da Amazônia Ocidental, a Suframa tem programada a realização da VIII Feira Internacional da Amazônia (Fiam), que se configura em evento multissetorial de grande importância para a região, com a geração de negócios e emprego e intercâmbio científico e tecnológico.

Com relação ao Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), em 2014 foi dada continuidade aos trabalhos desenvolvidos, com apoio ou parceria de outras Instituições de Pesquisa, entre os quais se destacam: i) bioprospecção de novos antibióticos; ii) desenvolvimento de bebidas fermentadas; iii) otimização de fermentação de celulose para produção de etanol; iv) extrusados com sabores da Amazônia; v) bioprospecção farmacológica orientada para novos protótipos medicamentosos em insumos inovadores para cosmética e alimentação funcional; vi) fitodermo (desenvolvimento de fitomedicamentos e dermocosméticos a partir da biodiversidade amazônica); vii) toxinas animais e criação de uma rede de pesquisa regional (identificação de peptídeos com potencial farmacológico); e viii) cultivo *in vitro* de plantas ornamentais tropicais.

2. Agronegócio

Em 2013, o agronegócio representou 22,5% do PIB nacional, sendo que as projeções para 2014 indicam crescimento em torno de 22%, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). Esses resultados têm colaborado para a garantia da segurança alimentar, estimulado a geração de emprego e o incremento da renda. O Brasil é um importante produtor e exportador de produtos agropecuários. Os aumentos na produção, além de atenderem ao abastecimento interno, resultaram em excedentes que impactaram positivamente a balança comercial brasileira.

O superávit na balança comercial do agronegócio em 2014 foi de US$ 80,13 bilhões, sendo que as exportações somaram US$ 96,75 bilhões nesse período. Esse resultado, pouco menor do que o obtido em 2013, decorre principalmente da redução de preços internacionais de diversos produtos importantes da pauta exportadora, como soja em grão, carne de frango, açúcar e milho. Mesmo assim, a participação do agronegócio nas exportações brasileiras aumentou de 41,3% para 43% no período.

O ano de 2014 foi também referência na ampliação de mercados. Como resultado das negociações internacionais, o Brasil está habilitado a ampliar suas relações comerciais com seus atuais e potenciais parceiros. As ações de defesa agropecuária, que garantem a qualidade e inocuidade dos alimentos, foram essenciais para a quebra das barreiras comerciais.

Adicionalmente, um conjunto de ações estratégicas de pesquisa e geração de novas tecnologias vem resultando em aumento da produtividade, inclusão tecnológica de pequenos e médios produtores, e adaptação da agropecuária às mudanças climáticas, possibilitando crescimento sustentável, agregação de valor e maior competitividade ao setor.

O Plano Agrícola e Pecuário da safra 2014/2015 disponibilizou recursos para os financiamentos de custeio, comercialização e investimento da agropecuária da ordem de R$ 156,1 bilhões. O Plano apresenta diversos programas de investimento voltados para o fortalecimento de agricultores de médio porte, apoio às cooperativas, investimentos em máquinas e equipamentos, e programas dirigidos à inovação tecnológica e ao meio ambiente, proporcionando condições de crescimento sustentável ao setor em longo prazo.

As previsões para a safra 2014/2015 indicam uma produção total de 202,1 milhões de toneladas, com crescimento de 4,5% em relação às 193,4 milhões de toneladas da safra anterior. Para tanto, estão previstos ganhos em produtividade das lavouras em 3,2% e um aumento no total da área plantada de 1,3%, passando de 56,9 milhões de hectares para 57,7 milhões de hectares.

a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização

a.1) Crédito Rural

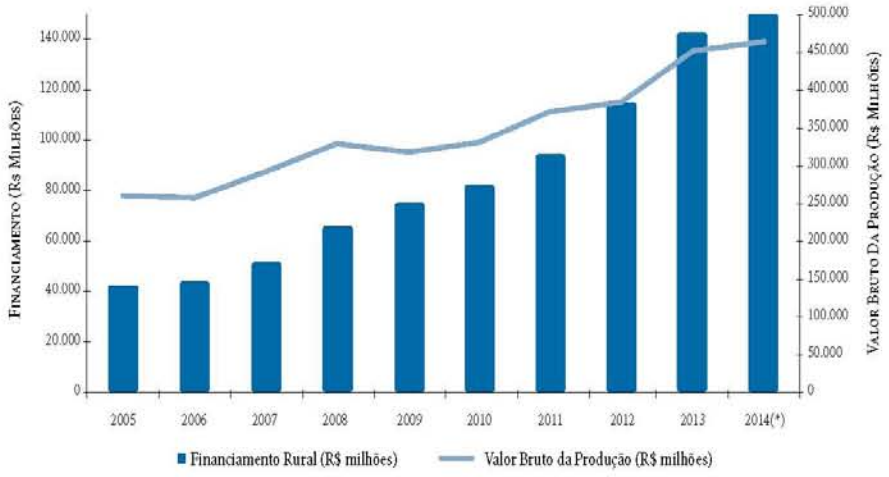
No intuito de contribuir para o esforço de ajustamento da economia brasileira aos efeitos da crise econômica internacional e para o controle do processo inflacionário, o Governo disponibilizou R$ 38,4 bilhões para o financiamento de investimentos na safra 2013/2014, um aumento recorde de 46% em relação à safra anterior (R$ 26,3 bilhões). Para custeio e comercialização, foram disponibilizados R$ 97,6 bilhões para a safra 2013/2014, valor esse 9,7% superior aos R$ 88,9 bilhões da safra anterior.

Ao encerramento da safra 2013/2014, em junho de 2014, foram aplicados R$ 157,3 bilhões, sendo R$ 115,5 bilhões em custeio e comercialização e R$ 41,7 bilhões em investimentos.

Dentre os programas de investimento, destaca-se o desempenho na safra 2013/2014 dos seguintes programas, em termos dos valores efetivamente aplicados: i) Programa para Ampliação e Construção de Armazéns (PCA) – R$ 3,8 bilhões; ii) Programa de Sustentação do Investimento (PSI-BK) – R$ 12,6 bilhões; iii) Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) – R$ 2,6 bilhões; e iv) Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (ABC) – R$ 2,7 bilhões. O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) também teve um excelente desempenho, com um desembolso total de R$ 16,7 bilhões, abrangendo os financiamentos para investimento, custeio e comercialização.

Em julho de 2014, foi lançado o Plano Agrícola e Pecuário da safra 2014/2015, que contemplou mais recursos para custeio, comercialização e investimento, com melhores condições de acesso ao crédito e atenção especial ao médio produtor rural. O Plano destinou R$ 156,1 bilhões para o crédito agropecuário, montante 14,7% maior que o da safra anterior. Do total de crédito, R$ 112 bilhões foram destinados ao custeio e à comercialização e R$ 44,1 bilhões ao investimento.

Financiamento rural total e valor bruto da Produção Agrícola e Pecuária - 2005 a 2014



Fonte: Financiamento Rural - Sicor - Dados de janeiro a dezembro de 2014.
Observação: Valor Bruto da Produção - CONAB; IBGE; CNA; UBA; ABIPECS e ABCS; IEA-ESALQ/CEPEA-IBGE.

a.2) Apoio à Comercialização

As políticas de apoio ao produtor destinam-se a assegurar seu nível de renda e são implementadas por meio de aquisições diretas (Aquisição do Governo Federal – AGF e Contrato de Opção de Venda), e subvenções (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural – Pepro; Prêmio de Escoamento de Produto – PEP; e produtos extrativistas). Esses mecanismos que apoiam a comercialização de produtos agropecuários contam com o suporte da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce papel relevante nas decisões de plantio dos agricultores, na medida em que reduz as oscilações de preços típicas do mercado agrícola.

Foram utilizados os instrumentos AGF e Contrato de Opção de Venda para a aquisição de produtos agrícolas. Entre janeiro e dezembro de 2014, foram adquiridas 153.050 toneladas de produtos, sendo 149.405 toneladas por meio de AGF e 3.645 toneladas por Contrato de Opção. Do total adquirido, milho correspondeu a 47,8%, feijão a 42,4% e trigo a 9,9%. As compras diretas de feijão por meio de AGF se intensificaram nos últimos meses em decorrência do excedente de safra. A intervenção governamental permitiu sustentar os preços e garantir a renda dos produtores.

Outros instrumentos de intervenção governamental também foram utilizados, em 2014. Para assegurar a renda do produtor rural e o abastecimento de regiões distantes das áreas de produção, foram realizados leilões de Pepro amparando um total de 8,3 milhões de toneladas de produtos e concedendo uma subvenção total no valor de R$ 630,2 milhões.

Para a recomposição dos estoques públicos, com o objetivo de venda direta a pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos, sediados nos Municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foi executada a compra, por meio de AGF Especial, de 49.355 toneladas de milho em grãos, no valor aproximado de R$ 39,6 milhões.

Até 31 de dezembro foram destinados R$ 811,5 milhões para apoiar a comercialização de 8.478.242 toneladas de milho, algodão, laranja, trigo, borracha, café e feijão por meio de AGF, Contrato de Opção, Pepro e AGF Especial de produtos.

O Pagamento de Subvenção aos Produtores Extrativistas foi da ordem de R$ 2,9 milhões a 7.095 famílias, promovendo renda, manutenção da atividade e consequente conservação dos biomas onde estão inseridas as comunidades extrativistas, para produtos como borracha (763 t), amêndoa de babaçu (846 t), fibra de piaçava (124 t) e pequi (13 t), totalizando 1.746 toneladas.

a.3) Abastecimento

a.3.1) Políticas de Apoio ao Abastecimento Destinado ao Atendimento do Consumidor

Visando atender os produtores de pequenos animais, foi utilizada uma parcela dos estoques públicos por meio do Valor de Escoamento do Produto (VEP), totalizando subvenções no valor aproximado de R$ 2,6 milhões para o escoamento de 17.075 toneladas de milho. O produto foi destinado a segmentos de avicultura, suinocultura, bovinocultura, ovinocultura, caprinocultura, cooperativas de criadores e indústrias de ração, estabelecidas exclusivamente nas regiões Norte e Nordeste, Norte de Minas Gerais e nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Para suprir a necessidade do abastecimento regular, foram vendidas por meio de leilão público 561.209 toneladas de produtos, com valor da operação de R$ 406,1 milhões.

O Programa de Vendas em Balcão viabiliza o acesso democrático dos criadores rurais de pequeno porte aos estoques de produtos agrícolas governamentais. Esse Programa tem beneficiado pequenos criadores de aves, suínos, caprinos e ovinos, que utilizam

o milho na ração animal, em regiões atingidas pela estiagem e escassez do produto. Em 2014, foram comercializadas 281.023 toneladas de milho, sendo 212.317 toneladas vendidas a preço subsidiado, para 234.980 atendimentos e 136.427 criadores dos Municípios que se encontram em estado de emergência na área da Sudene. Em 2015, estima-se que a demanda para atendimento aos clientes do Programa de Vendas em Balcão será de aproximadamente 400 mil toneladas de milho em grãos. Para complementar o abastecimento do milho nessa região foram disponibilizadas 293.158 toneladas do produto.

Para formação de cestas básicas a serem distribuídas às comunidades carentes ou sob risco, foram adquiridas, por meio de leilão público, 19.550 toneladas de produtos como açúcar, arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, flocos de milho, fubá e macarrão, além de 2.934 latas de óleo de soja. O custo das aquisições atingiu o montante aproximado de R$ 38,4 milhões, integralmente repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

a.3.2) Posição atual de Estoques Públicos

A posição atual dos estoques públicos atingiu 2.182.764 toneladas, sendo 25,38% menor que a verificada no final de 2013. Essa redução, sobretudo no estoque de arroz, decorreu dos leilões de venda simultânea para regulação de mercado, nos quais foram negociadas 557.627 toneladas do produto, e dos leilões de compra e venda simultânea, em que foram vendidas 28.690 toneladas de arroz em casca. Desses, foram recebidas 12,1 mil toneladas de arroz beneficiado para doação à Assistência Humanitária Internacional, direcionada a Nicarágua, Síria, Jordânia, Cisjordânia, Líbano e Gaza na Palestina. A redução nos estoques de milho deveu-se ao Programa de Vendas em Balcão Especial que ocorre na região da Sudene e também pela Venda em Balcão Normal, que ocorre nas demais regiões do País.

a.4) Plano Nacional de Armazenagem

Em 2014, foram destinados recursos orçamentários da ordem de R$ 225 milhões objetivando a reforma e modernização de 54 unidades armazenadoras já existentes; a construção de quatro novas unidades (Xanxerê/SC, Luís Eduardo Magalhães/BA, Itaqui/MA e Anápolis/GO); e a elaboração de projetos de construção e reforma das unidades armazenadoras. Para 2015, estão previstos recursos da ordem de R$ 200 milhões.

No âmbito do Plano de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), no Programa de Sustentação de Investimentos (PSI-Cerealistas) e no Programa Moderinfra, que visam aumentar em 65 milhões de toneladas a capacidade estática de armazenagem privada no prazo de cinco anos, foram investidos R$ 6,8 bilhões na safra 2013/2014, em financiamentos com juros de 4% ao ano e prazo de 15 anos para pagamento, incluindo três anos de carência. Para a safra 2014/2015, foram disponibilizados recursos da ordem de R$ 4,0 bilhões. Visando subsidiar o PCA, encontra-se em andamento o Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita e Transporte de Grãos, nos principais Estados produtores: GO, MS, MT, PR e TO.

Outra ação no âmbito do Plano Nacional de Armazenagem (PNA) é a certificação de armazéns que se tornou obrigatória desde janeiro de 2014. A certificação estabelece requisitos mínimos para a garantia e manutenção da qualidade dos produtos agropecuários armazenados. Atualmente o Brasil tem 147,9 milhões de toneladas de capacidade estática, dos quais 67,9 milhões de toneladas já estão certificadas.

a.5) Apoio à Cafeicultura

Em 2014, o Brasil manteve sua posição de maior produtor e exportador mundial de café e de segundo maior consumidor do produto. A produção nacional alcançou 45,35 milhões de sacas de 60 kg, com área cultivada de 2,25 milhões de hectares, representando uma produtividade média de 23,29 sacas/hectare, conforme levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

de dezembro de 2014. O café representou 6,9% das exportações, que chegaram a 36,73 milhões de sacas, gerando uma receita de US$ 6,66 bilhões e ocupando a 5ª posição no *ranking* de exportações do agronegócio brasileiro.

A cultura do café é explorada por aproximadamente 287 mil produtores/estabelecimentos, predominantemente mini e pequenos agricultores e abrange cerca de 1,9 mil Municípios, em 15 Estados, com destaque para Minas Gerais, que respondeu por 49,93% da produção nacional, seguido do ES, SP, BA, RO e PR.

Os investimentos em pesquisa tecnológica, melhoria dos tratos culturais, irrigação, renovação dos cafezais, com novas cultivares adaptadas a cada região, têm concorrido para o aumento da produtividade da cafeicultura brasileira. O consumo interno é estimado em torno de 21 milhões de sacas de 60 kg, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic).

Em 2014, foram disponibilizados, pelo Fundo de Defesa da Cafeicultura (Funcafé), R$ 3,82 bilhões para atender às linhas de financiamento setoriais com juros controlados e investidos R$ 6,5 milhões na Embrapa Café, líder do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), no âmbito do Consórcio Pesquisa Café (CBP&D/Café), com o objetivo de desenvolver tecnologias que promovam sustentabilidade, competitividade, inovação, transferência de tecnologias, dentre outros. O Consórcio é composto por 45 instituições de ensino, pesquisa e extensão rural. Desde sua instituição, os investimentos realizados pelo Funcafé, permitiram o desenvolvimento de aproximadamente mil projetos de pesquisa e de transferência de tecnologias.

Foram também realizadas ações para a promoção dos cafés brasileiros na Europa, EUA, Japão e Coreia do Sul, mediante parceria com a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), quando da realização das feiras: i) *26th Annual SCAA Exposition*, em Seattle, EUA; ii) *SCAE World of Coffee 2014*, em Rimini, Itália; iii) *SCAJ World Specialty Coffee Conference & Exhibition 2014*, em Tóquio, Japão; e iv) *The 13th Seoul Int'l Cafe Show 2014*, em Seul, na Coreia do Sul.

Para 2015, serão priorizadas as ações de investimentos em pesquisas, transferência de tecnologias, de capacitação de técnicos e agricultores, com foco no aumento da produtividade, na melhoria da qualidade e nos processos de gestão. Também serão priorizadas ações promocionais do café brasileiro e a concessão de linhas de crédito ao setor com recursos do Funcafé.

b) Gerenciamento de Riscos Climáticos

b.1) Zoneamento Agrícola de Risco Climático

A divulgação do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) tem por objetivo identificar e dimensionar os riscos climáticos inerentes à atividade agrícola, orientando o produtor rural quanto às datas mais adequadas para a semeadura de sua lavoura e as cultivares adaptadas e registradas para cada região de cultivo. O intuito é minimizar a exposição do produtor ao risco climático, reduzindo-se assim as perdas decorrentes de eventos adversos e, consequentemente, garantindo a sustentabilidade da atividade agrícola.

Os estudos de Zarc contemplam um total de 44 culturas, sendo 20 de ciclo anual (abacaxi, algodão, amendoim, arroz, aveia, canola, cevada, feijão phaseolus, feijão caupi, gergelim, girassol, mamona, mandioca, melancia, milheto, milho, consórcio entre milho e braquiária, soja, sorgo e trigo) e 24 culturas permanentes (açaí, ameixa, banana, cacau, café, caju, cana, citros, coco, dendê, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá, nectarina, palma forrageira, pera, pêssego, pimenta-do-reino, pupunha, seringueira, sisal e uva), distribuídas em 24 unidades da Federação. Em 2014 foram publicadas 228 portarias de zoneamento, identificando os Municípios aptos ao plantio e seus respectivos períodos de semeadura, com menor risco climático para os cultivos.

Encontra-se em desenvolvimento um sistema articulado de informações para acompanhamento sistemático do efeito do clima nas culturas agrícolas. Essa ferramenta vai auxiliar na construção de uma matriz de risco e monitoramento de safras, subsidiando de maneira consistente o próprio zoneamento agrícola, o seguro rural privado e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Além disso, o sistema também vai fornecer o suporte técnico para análises e julgamento de recursos do Proagro encaminhados à Comissão Especial de Recursos (CER).

A CER, órgão colegiado de instância recursal administrativa responsável pelo julgamento de recursos relativos à apuração de prejuízos e respectivas indenizações, no âmbito do Proagro, julgou 3.074 recursos em 2014, propiciando aos correspondentes mutuários a quitação de seus débitos de custeio agrícola. Para 2015, será implementado um sistema que permitirá maior agilidade na comunicação entre os agentes financeiros e a Comissão.

A modernização da Rede de Observação Meteorológica permite o aumento quantitativo de dados coletados, melhorando a acuidade das previsões de tempo e clima. A ampliação da capacidade de monitoramento da atmosfera propicia a antecipação de alertas e avisos de eventos meteorológicos severos, permitindo melhores condições para as ações governamentais de proteção e salvaguarda de vidas e para a redução de danos no agronegócio.

Para consecução dos objetivos de gerenciamento de riscos climáticos, a Rede Meteorológica Nacional conta com 761 unidades instaladas e operantes, sendo 478 Estações Automáticas, 275 Estações Convencionais e oito estações de Radiossondagem, que garantem a disponibilidade operacional da Rede com um percentual mínimo de 95%. Para 2015, serão instaladas mais 100 novas unidades automáticas visando à ampliação da Rede Meteorológica Nacional.

As principais ações em 2014 que contribuiram para o desenvolvimento de atividades que dão suporte ao zoneamento agrícola foram:

- Aquisição de 100 Estações Meteorológicas Automáticas, no âmbito do Convênio de Cooperação Internacional do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) com a Organização Meteorológica Mundial (OMM);
- Atualização do Banco de Dados Meteorológico do Inmet, por meio da digitalização e digitação de aproximadamente 3,7 milhões de documentos, correspondendo a 73,3 milhões de dados meteorológicos do acervo histórico do Instituto;
- Implantação do Projeto Centro Virtual de Aviso de Eventos Meteorológicos Severos (Alert-AS) em dez Distritos de Meteorologia. O sistema propicia a utilização de diversas informações meteorológicas disponíveis dentro de um viés de risco. Além de auxiliar os previsores em um exame mais acurado do cenário, ele aumentará a sinergia entre os centros operacionais de Previsão do Tempo do Brasil e a geração e disseminação de Avisos de Tempo Severo;
- Implantação do Sistema de Modelagem Numérica que permite elaborar previsões de tempo espacialmente mais detalhadas, resultando em maior acerto nas previsões de tempo e clima;
- Conclusão do processo de expansão da capacidade computacional de quatro para 55.6 Tflops (Teraflops), permitindo agora a realização de mais de 55 trilhões de cálculos por segundo e sendo considerado o maior salto na evolução da capacidade de processamento; e
- Implantação do Sistema de Apoio à Decisão na Agropecuária (Sisdagro), que disponibiliza amplo conjunto de informações agrometeorológicas derivadas do cálculo do balanço hídrico, fornecendo ainda índices de crescimento vegetativo derivados de imagens de satélites, bem como informações sobre o impacto do clima adverso na pecuária.

b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), ao longo de 2014, apresentou melhorias importantes, mantendo sua trajetória de busca de: i) universalização do acesso ao seguro rural privado pelos produtores rurais; ii) indução ao uso de tecnologias adequadas; e iii) aperfeiçoamento dos produtos de seguro oferecidos pelas seguradoras. Nesse ano, suprimiu-se o sistema de valores predefinidos de subvenção por seguradoras e o critério de distribuição de recursos passou a ser norteado por culturas. Iniciou-se estudo aprofundado quanto aos parâmetros mínimos de comercialização das apólices subvencionadas e revisão do estudo de áreas prioritárias, de forma a melhor adequar o Programa aos anseios do setor produtivo.

Como regra geral, o percentual de subvenção do seguro rural é de 40% sobre o valor do prêmio estipulado em apólice para todas as modalidades de seguro rural, independentemente da cultura/atividade subvencionável e da região produtora. Contudo, dentre as mais de 70 culturas subvencionáveis atualmente pelo PSR, especificamente para as culturas de soja, milho, arroz, feijão, algodão, tomate, caqui, ameixa, maçã, pêssego e uva, que estiverem localizadas em áreas caracterizadas como prioritárias para o PSR pelo Governo Federal, o percentual de subvenção será de 60%. Cabe ressaltar que as microrregiões abrangem áreas onde essas atividades possuem substancial importância econômica, ao tempo em que estão sujeitas a maior vulnerabilidade climática, conforme parâmetros extraídos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático e histórico de sinistros registrados no PSR.

O mesmo incentivo é oferecido para as culturas de inverno (milho 2ª safra, aveia, canola, cevada, centeio, girassol e triticale), para produtores orgânicos ou produtores do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e para a modalidade florestal, cujo percentual de subvenção é de 60%, independentemente da região produtora.

Modalidades de seguro rural no âmbito do PSR com percentuais de subvenção sobre o prêmio e limites anuais de subvenção por produtor

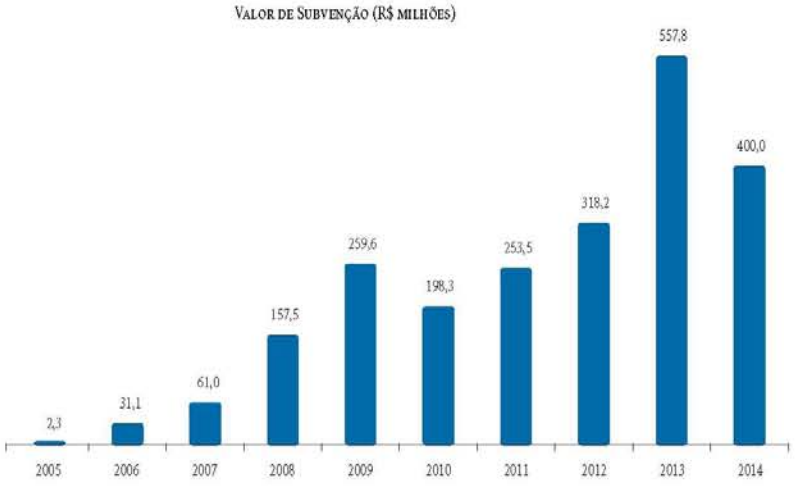
MODALIDADES DE SEGURO	GRUPOS DE ATIVIDADES	% SUBVENÇÃO	LIMITES ANUAIS (R$ MIL)
Agrícola	Trigo	70	96
	Milho 2ª safra, aveia, canola, cevada, centeio, girassol e triticale	60	
	Todas as demais em regiões prioritárias*	60	
	Todas as demais	40	
Pecuário	Aves, bovinos, bubalinos, caprinos, equinos, ovinos e suínos	40	32
Florestal	Silvicultura (Florestas plantadas)	60	32
Aquícola	Carcinicultura, maricultura e piscicultura	40	32
VALOR MÁXIMO SUBVENCIONÁVEL (CPF)			192

Fonte: SPA/Mapa.

Observação: (*) A lista com os Municípios/regiões prioritárias encontra-se no sítio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) na Internet, podendo ser acessada em: http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/seguro-rural/municipios-prioritarios

Em 2014, foram aprovados e executados recursos da ordem de R$ 400 milhões para o PSR, que permitiram beneficiar 39,6 mil produtores rurais, com contratação de 56,3 mil apólices para cerca de 4,8 milhões de hectares de lavouras por todo o País.

Evolução do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)



Fonte: SPA/Mapa

Para 2015, pretende-se ampliar o benefício do programa para cerca de 80 mil produtores rurais.

Também em 2015, deverá ser concluído o estudo que estabelecerá os parâmetros mínimos necessários para que os produtos de seguro estejam aptos a receber a subvenção federal e também a reformulação do estudo técnico que define as microrregiões prioritárias do Programa, medidas que visam otimizar a aplicação dos recursos do PSR.

c) Defesa Agropecuária

As atividades relacionadas à defesa agropecuária têm papel fundamental na economia do País e o poder público desenvolve, permanentemente, as atividades de: i) vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; ii) inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; e iii) fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias. As atividades de defesa agropecuária são regidas por legislação específica, que visa assegurar: i) sanidade das populações vegetais; ii) saúde dos rebanhos animais; iii) idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária; e iv) identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

c.1) Ações de Saúde Animal

Na área da saúde animal, as ações desenvolvidas objetivam proteger a produção pecuária, garantir a qualidade sanitária dos produtos e assegurar a manutenção da oferta interna de alimentos e das exportações de animais vivos e de produtos de origem animal. Destacam-se os seguintes programas: Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa; Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal; Programa Nacional de Controle da Raiva dos

Herbívoros e Prevenção das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis; Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica; e Programa Nacional de Sanidade Avícola.

A febre aftosa não é registrada no País desde abril de 2006. A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece o território do Estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação. Os Estados do AC, BA, ES, GO, MT, MS, MG, PR, RJ, SP, SE, TO, RS, RO, AL, PE, PB, RN, PI, CE, MA, além do DF e de quatro Municípios do Estado do Amazonas, são reconhecidos como áreas livres de febre aftosa com vacinação. A zona livre da doença no Brasil alcança 77,2% da área do território nacional e 99% da população de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos e caprinos.

Na área ainda não livre da febre aftosa, os Estados do Amazonas e Roraima são classificados nacionalmente como de risco médio para febre aftosa, o que significa que reúnem as condições básicas para buscar o reconhecimento de zona livre da doença. O Estado do Amapá ainda é classificado como de alto risco e, apesar de necessitar de maior atenção na sanidade animal, já desenvolve ações intensas para a evolução da condição sanitária.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) foi intensificado e atualmente já são mais de 1.223 propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose. Além disso, houve aumento da cobertura vacinal de fêmeas bovinas/bubalinas contra brucelose, com envolvimento de 5.398 médicos veterinários habilitados no Programa para a realização de testes de diagnóstico.

A doença da vaca louca (Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB) é zoonose de grande impacto no comércio internacional de produtos bovinos. O Brasil detém a melhor classificação de risco da doença junto à OIE: risco insignificante. As medidas de mitigação de risco adotadas visam impedir a propagação da vaca louca no País, na eventualidade da sua ocorrência.

Ações estaduais em 2014 no controle da raiva dos herbívoros foram realizadas com supervisão e apoio federal, em todo o País, visando controlar a ocorrência da doença e reduzir prejuízos econômicos na pecuária, além de contribuir na prevenção da saúde humana.

Houve reforço das ações de vigilância sanitária na zona livre de peste suína clássica (PSC) com reconhecimento nacional, com a realização de inquéritos soro-epidemiológicos em criatórios de suínos (subsistência) e monitoramentos sorológicos em granjas comerciais. A zona livre abrange 16 unidades federativas, correspondendo a cerca de 50% do território nacional, com 87% das matrizes alojadas e 93% das indústrias frigoríficas de suínos, sem registro de casos da doença desde 1998. Foi apresentado à OIE o pleito para o reconhecimento internacional dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina como livres de PSC.

Para a prevenção da doença de *Newcastle* e da influenza aviária, a aplicação de compartimentos na área da avicultura, com o respectivo reconhecimento pela OIE, é importante instrumento de gestão de doenças e objetiva facilitar o comércio de aves e produtos avícolas. Desse modo, foi submetido e aprovado pela OIE um projeto de norma, que resultou na publicação da Instrução Normativa SDA nº 21/2014, estabelecendo as normas de compartimentação na avicultura industrial brasileira.

c.2) Ações de Sanidade Vegetal

As atividades de defesa agropecuária na área de sanidade vegetal, desenvolvidas ao longo do ano de 2014, permitiram a manutenção da produção agrícola para uso doméstico e a exportação, sendo realizadas por meio de diferentes mecanismos de proteção fitossanitária, tais como: áreas livres de pragas, quarentena vegetal, análise de risco e programas de controle e erradicação.

O Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola objetiva controlar a praga *Bactrocera carambolae* nos Estados do Amapá e Roraima e a sua erradicação no território nacional, visto que a praga pode ser considerada como barreira fitossanitária grave para as exportações da fruticultura nacional. Segundo estimativas, o Brasil é o terceiro maior produtor de frutas, com 41 milhões de toneladas de frutas frescas, abrangendo 2,1 milhões de hectares e empregando cerca de 5,4 milhões de pessoas. Com o aumento da incidência da praga em mais dois Municípios em 2013, os monitoramentos foram intensificados nos Estados do Amapá e Roraima, em 2014. Também foram mantidos os monitoramentos preventivos e ações de educação sanitária nas áreas de alto risco de dispersão, como Amazonas e Maranhão, e os levantamentos de detecção nas demais unidades da Federação.

Após a identificação da praga *Helicoverpa armígera* em solo brasileiro, ações de contingência foram executadas com êxito nas safras 2013/2014, tendo como base o Plano de Manejo da *Helicoverpa armigera* projetado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Esse plano contém diversas medidas de convivência e supressão da praga, com autorização excepcional de produtos fitossanitários e ampla divulgação de estratégias de controle.

Erradicou-se plenamente no País a praga *Cydia pomonella*, lagarta que ataca frutas como maçãs e peras. Esse fato coloca o Brasil em situação favorável no cenário internacional, pois facilita o acesso a mercados internacionais que têm a praga como barreira fitossanitária. O Brasil é o primeiro país no mundo a erradicar totalmente a *Cydia pomonella* e a mudar o status fitossanitário para a cultura da maçã.

O estabelecimento da prática de Vazio Sanitário é uma estratégia de manejo fitossanitário de pragas nos vegetais, que pode levar à redução de custos em controle químico. No caso do Vazio Sanitário da Soja, a medida consiste em eliminar as plantas de soja do solo, inclusive as decorrentes de germinação espontânea, para reduzir a proliferação do fungo *Phakopsora pachyrhizi*, causador da ferrugem asiática, doença que já acarretou perdas de mais de R$ 4 bilhões nas lavouras brasileiras.

c.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários

A inspeção de produtos de origem animal prioriza trabalhos de parcerias interinstitucionais visando à modernização de procedimentos de fiscalização do Serviço de Inspeção Federal (SIF), por meio de: i) análise de risco de produtos de origem animal; ii) busca de equivalência de legislação com os países com os quais o Brasil mantém relações comerciais; e iii) contextualização das principais demandas da política agropecuária brasileira que estejam relacionadas com a definição de políticas e normas sobre inocuidade de alimentos de origem animal.

Foram analisados, por meio de princípios e testes científicos, dados da execução dos programas de controle de patógenos em produtos de origem animal, nos estabelecimentos registrados no SIF, de forma a permitir o estabelecimento de medidas de controle relativo à avaliação de riscos, como a regulamentação de normas sobre inocuidade de alimentos. Foram aprovados ainda os procedimentos do programa exploratório para coleta de amostra e pesquisa de *Salmonella spp*. em carcaças de suínos abatidos em estabelecimentos registrados.

Foram estabelecidos 31 temas considerados prioritários para regulamentação da legislação de inspeção federal de produtos de origem animal no biênio 2014-2015, remodelando-se os procedimentos regulatórios referentes à saúde pública, às melhorias de processo e à auditoria por órgãos de controle de fraudes.

O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA), parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), constitui-se em sistema estratégico para a área de inspeção sanitária de produtos de origem animal, contando atualmente com a adesão de sete Estados e do Distrito Federal. Para 2015, deverá ser aprovado normativo para

modernizar o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Riispoa), além da perspectiva de adesão de mais 15 Estados ao Suasa.

As ações na área de inspeção de produtos de origem vegetal foram direcionadas ao desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle, visando encontrar soluções operacionais para suprir as demandas da sociedade, bem como de organismos internacionais representantes de países com os quais o Brasil mantém relações comerciais. Como resultado do trabalho, foi alcançado o índice de 81,5% de conformidade dos produtos vegetais com a legislação vigente.

No âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), no que se refere aos produtos de origem animal, foram analisadas 10.696 amostras, encontrando-se um índice de conformidade de 98,77% em 2014. Na área vegetal, no que se refere aos produtos de origem vegetal, foram analisadas 817 amostras, encontrando-se o índice de conformidade de 93,02%. Serão intensificadas as ações continuadas de atendimento às Notificações Internacionais Europeias (RASFF – *Rapid Alert System for Food And Feed*), referentes aos produtos vegetais exportados do Brasil para os países da Comunidade Europeia, nos casos de constatação da presença de resíduos ou contaminantes acima dos limites permitidos em território europeu.

A representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) junto ao *Codex Alimentarius* inclui ações que visam organizar, compreender, propor posições e representar o Brasil nesse organismo internacional, de forma a defender os interesses do setor produtivo e consumidor nacionais. O Mapa fez-se presente nos Comitês do *Codex Alimentarius* de Frutas e Hortaliças Processadas e de Higiene de Alimentos, coordenando trabalhos sobre produtos vegetais desidratados e o código de práticas de higiene de frutas e hortaliças frescas, respectivamente. Em 2015, está programada a participação do Mapa nos Comitês do *Codex* de Frutas e Hortaliças Frescas e de Especiarias e Ervas Culinárias, assim como a continuação dos processos de atualização dos padrões de identidade e qualidade, inclusive daqueles já harmonizados no Mercosul.

No setor de bebidas e vinhos, as ações de inspeção e fiscalização contribuíram para que as empresas e os produtos apresentassem conformidade de 94% e 78%, respectivamente. Em 2014, foi realizada revisão da legislação, para permitir a atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras, a simplificação dos procedimentos de registro e a inclusão da produção de vinho familiar e artesanal. Para 2015, está prevista a continuação dos processos de atualização dos padrões de identidade e qualidade, inclusive daqueles já harmonizados no Mercosul.

Na área de insumos agrícolas, destaca-se a modernização do marco regulatório no segmento de fertilizantes, corretivos agrícolas e inoculantes, com a inclusão de duas novas categorias de produtos: os remineralizadores e os substratos para plantas. Somados à produção nacional, esses produtos contribuirão para a redução da dependência externa do País na importação de fertilizantes, insumo de fundamental importância na produção agrícola brasileira. A fiscalização de agrotóxicos e afins desenvolveu, em conjunto com as fiscalizações estaduais e municipais, mais de 160 mil ações fiscalizatórias nas fases que vão até a aplicação, uso e armazenamento dos produtos.

No âmbito das ações de fiscalização dos insumos pecuários (produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal), além de verificar o atendimento dos procedimentos de boas práticas de fabricação, a fiscalização objetivou assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos disponibilizados no comércio. Nesse contexto, foram realizadas 877 ações de fiscalização em estabelecimentos fabricantes e fornecedores, e 286 fiscalizações em estabelecimentos que industrializam e comercializam material genético animal.

No que se refere à febre aftosa, foram liberadas 130 partidas de vacinas, dentre as 153 testadas, totalizando 400.794.125 doses liberadas para os produtores brasileiros. Os demais produtos utilizados em campanha oficial e avaliados pelo Mapa somaram mais de 8,9 bilhões de doses liberadas.

O cultivo de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) está presente em 90% da área de soja, 80% da área de milho e 60% da área de algodão. A atividade com OGM é controlada no setor agropecuário por meio de ações de fiscalização oficial, com base nas normas e deliberações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Em 2014, foram realizadas 956 fiscalizações de atividades de pesquisa e uso comercial de OGM, distribuídas em 23 unidades da Federação, com um índice de conformidade de 90%. A atuação contribuiu para elevar a confiança da sociedade no sistema regulatório relacionado aos OGM, bem como garantir a disponibilização de uma tecnologia segura para os agricultores.

c.4) Sistema Laboratorial

As análises de amostras coletadas pela fiscalização foram executadas em 2014 pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, constituída por seis Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), pertencentes ao Governo Federal, e pelos 245 laboratórios credenciados, com base na Instrução Normativa Mapa nº 45/2013. A Rede Nacional de Laboratórios dá suporte às ações de saúde animal e de sanidade vegetal, e garante a qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal, além dos insumos agrícolas e pecuários.

O incremento da demanda por serviços laboratoriais, diretamente relacionados ao crescimento da produção agropecuária nacional, deu suporte para a renovação do parque instrumental e adequação das instalações dos Lanagros, possibilitando, dessa forma, a realização de 28,8 milhões de ensaios em 2014.

Em 2015, está prevista a ampliação do escopo acreditado na ABNT NBR ISO/IEC 17025, conferida pelo Inmetro, e a implementação de sistemas informatizados de gerenciamento de informações laboratoriais, notadamente o Sistema de Gestão Laboratorial (Sislab), com vistas à gestão integrada das atividades de análise laboratorial da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

c.5) Vigilância Agropecuária

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) é responsável pelos controles oficiais envolvidos nos procedimentos de exportação, importação e trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos, subprodutos, derivados ou partes, além de resíduos de valor econômico e insumos agropecuários utilizados nas diversas cadeias produtivas do agronegócio.

Atualmente, o Vigiagro executa suas atividades em 106 pontos de controle, sendo 28 em portos organizados, 26 em aeroportos internacionais, 28 postos de fronteiras e 24 aduanas especiais, com dois objetivos principais: i) impedir a entrada de doenças e pragas no Brasil, evitando prejuízos à agropecuária nacional; e ii) garantir qualidade e inocuidade dos produtos brasileiros exportados.

As principais ações em 2014 foram:

- Conclusão de anteprojeto de lei da Vigilância Agropecuária Internacional visando à modernização dos procedimentos e dos controles oficiais, e sua adequação à logística atual do trânsito e do comércio internacional de mercadorias agropecuárias;
- Conclusão do mapeamento dos processos de fiscalização da Vigilância Agropecuária Internacional e revisão da legislação, para integração ao Portal Único de Comércio Exterior;

- Instituição do Passaporte para Trânsito de Cães e Gatos, fornecido gratuitamente pelo Mapa como certificação sanitária para o trânsito nacional e internacional de animais de companhia;
- Participação no Plano de Ação Emergencial para escoamento da safra 2013/2014, no qual foi reforçada a capacidade operacional para atendimento da demanda em portos e fronteiras;
- Elaboração do projeto de implantação do uso de cães farejadores nas atividades de fiscalização da Vigilância Agropecuária Internacional; e
- Participação em fóruns de discussões e operações especiais, dentre eles: i) Comissão Nacional de Autoridades Portuárias (Conaportos); ii) Operações Ágata, que integram o Plano Estratégico de Fronteiras; iii) Grupo Técnico de Facilitação do Comércio Exterior (GTFAC), com interface no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex); e iv) Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública (GEI).

d) Fomento e Organização da Produção

O Governo tem buscado o aumento de produção e da produtividade balizadas no apoio ao produtor e na sustentabilidade ambiental. Para alcançar tais objetivos, são desenvolvidas ações de: i) organização da base produtiva (cooperativas e associações); ii) adequação da infraestrutura e logística; iii) incentivo à adoção de sistemas sustentáveis produtivos; iv) agregação de valor; v) indicação geográfica; e vi) adoção de boas práticas agropecuárias, agricultura orgânica, agroecologia e agricultura de precisão. Tais práticas estão alinhadas à implementação de ações estruturantes de fomento, desenvolvimento tecnológico e inovação nas cadeias agroindustriais e produtivas. Esse conjunto de atividades coordenadas é fator crítico de sucesso para o setor agropecuário.

O Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) objetiva dar cumprimento aos compromissos voluntários assumidos de redução de gases de efeito estufa (GEE) previstos pela Política Nacional sobre Mudança do Clima e adaptação do setor agropecuário, por meio do incentivo à adoção pelos produtores rurais de sistemas e tecnologias sustentáveis de produção, dentre as quais se destacam: i) a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF); ii) a recuperação de áreas de pastagens degradadas (RPD); iii) o aumento da área com florestas plantadas (FP); e iv) o sistema de plantio direto (SPD). Atualmente, existem 15 planos estaduais do ABC elaborados, com prioridade na capacitação de técnicos e produtores rurais. Para 2015, está previsto o estabelecimento de mais cinco planos estaduais, como também a revisão do Plano ABC e o estabelecimento do sistema de monitoramento das mitigações de Gases do Efeito Estufa (GEE).

No âmbito do Programa de Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (ABC), que se refere à linha de crédito em apoio ao Plano ABC, foram utilizados R$ 8,1 bilhões dos recursos disponibilizados, com 27.672 contratos firmados com produtores, no período 2010 a 2014. Somente no período do Plano Safra 2013/2014 foram aplicados R$ 2,7 bilhões dos recursos disponibilizados, e para o ano safra 2014/2015 foram disponibilizados R$ 4,5 bilhões.

A Produção Integrada, por sua vez, é um sistema de produção que tem como princípio básico a utilização das boas práticas agrícolas. Além disso, prevê a utilização de novas tecnologias sustentáveis para a geração de maior produtividade, melhor qualidade, sabor, aroma, durabilidade e aparência, com racionalização do uso de insumos e diminuição do custo de produção, sendo socialmente justo e ambientalmente correto. Para adequação ao Sistema de Produção Integrada, o produtor deve seguir um conjunto de requisitos específicos (normas técnicas construídas em unidades demonstrativas dos produtores), orientado por responsáveis técnicos capacitados e auditagem nas propriedades rurais por certificadoras, acreditadas pelo Inmetro, que aprovam e certificam os produtos, obtendo o selo da PI-Brasil.

Para a Produção Integrada Agrícola (PI-Brasil), destacam-se as seguintes atividades: i) capacitação de dois mil agentes do agronegócio em boas práticas agrícolas e produção integrada; ii) Acordo de Cooperação com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) para promover a capacitação de produtores rurais, técnicos, profissionais da área e supermercadistas, visando à redução e ao uso racional de agrotóxicos nos alimentos; e iii) publicação de Normas Técnicas Específicas (NTE) – em 2014, foram publicadas as de café, batata e tabaco, das 22 existentes para frutas, hortaliças, grãos e raízes, e apoiados quatro Termos de Cooperação para as cadeias produtivas de oliveiras, pimentão, citros e arroz.

Em 2015, pretende-se ampliar as capacitações a distância e presenciais de produtores, técnicos, profissionais da área e supermercadistas, abrangendo mais de dez mil agentes em todo o Brasil; publicar sete NTE; e apoiar e implementar projetos de produção integrada.

No que se refere às boas práticas pecuárias, destacam-se as seguintes atividades:

- Formalização de parcerias com os Estados de RS, SC, PR, GO, MG e MT para assistência técnica com foco na melhoria da qualidade e segurança do leite, abrangendo as principais bacias leiteiras do Brasil. A princípio com 4,5 mil médios produtores beneficiados diretamente, trata-se de um projeto previsto para 12 anos de trabalho, envolvendo 80 mil produtores rurais de médio porte, responsáveis por 80% do leite destinado à industrialização no País. Na região do semiárido, está em andamento projeto envolvendo 7,2 mil médios produtores dos Estados de AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN, SE, além da região semiárida de Minas Gerais, totalizando 58 mil capacitações nos dois projetos;
- Elaboração das NTE para a certificação voluntária em boas práticas pecuárias do leite e da carne suína, segundo o Regulamento de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada pelo Inmetro;
- Treinamento de técnicos em 450 frigoríficos para a adoção das boas práticas no manejo pré-abate;
- Finalização da proposta de regulamentação com a inserção das boas práticas e bem-estar animal (BEA) para o transporte de cargas vivas;
- Atualização de legislações (Instrução Normativa de Abate Humanitário) a ser publicada em 2015; e
- Estabelecimento de grupo de trabalho em parceria com representantes da Câmara Setorial de Equideocultura, para elaboração do Manual de bem-estar animal em competições equestres, com lançamento previsto para 2015.

No que se refere ao melhoramento genético animal, destaca-se a modernização da legislação de provas de desempenho zootécnico, em conformidade com o Decreto nº 8.236, de 5 de maio de 2014, buscando a disponibilização e o acesso de produtores rurais a material genético melhorador. A meta é disponibilizar 252 mil touros melhoradores por ano até 2023, estabelecendo um novo marco evolutivo na produtividade e no desempenho do rebanho nacional. Para 2015, a expectativa é a disponibilização de 60 mil a 70 mil touros melhoradores.

Ressaltam-se as seguintes atividades no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: i) implantação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade orgânica e controle social em venda direta; ii) desenvolvimento de atividades voltadas para divulgação, orientação e capacitação junto a entidades e agentes atuantes na rede de produção orgânica; iii) mecanismos de controle para garantia da qualidade orgânica; e iv) credenciamento de oito certificadoras com 8.505 unidades de produção controladas; 14 sistemas participativos de garantia, com 1.985 unidades de produção controladas; e 190 organismos de controle social, com 3.017 unidades de produção, perfazendo um total de 13.507 unidades de produção controladas, sendo 11.491 no Brasil e 2.016 no exterior, em 18 países.

Também foram desenvolvidas ações para o fortalecimento das cadeias de produtos com qualidade, vinculada à origem e às tradições para reconhecimento de indicações geográficas (IG) do setor agropecuário. Identificaram-se até o momento 230 regiões com potencial para registro e desenvolveram-se ações em 75 delas, abrangendo-se aproximadamente 600 Municípios. A atuação atendeu prioritariamente projetos voltados para regiões produtoras de queijos artesanais e produtos da sociobiodiversidade. Além dessas, os trabalhos também atendem às cadeias produtivas que apresentam maior número de diferentes origens no Brasil: café, queijo artesanal, cachaça, farinha de mandioca, mel, vinho, açaí, erva-mate, abacaxi e cacau.

Foram ainda promovidas capacitações sobre IG para multiplicadores, voltadas para mil participantes, produtores, técnicos, pesquisadores e extensionistas. As perspectivas para 2015 indicam aumento no número de projetos apoiados, tanto para novos processos de registro de IG quanto de acompanhamento no pós-registro daquelas regiões que já o possuem.

Foi implantado o Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural (Pisacoop), que objetiva promover a transformação da produção convencional em tecnológica e sustentável, e levar a consciência cooperativista à área rural, recompor famílias, sucessão familiar e melhorar a qualidade de vida da família dos produtores. Além disso, foi consolidada a Câmara Temática de Cooperativismo Agropecuário, formada por diversas instituições capacitadas para discutir políticas públicas para o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário, dentre outras ações destinadas ao segmento cooperativista.

Visando ao desenvolvimento das regiões cacaueiras, como forma de qualificação das metodologias de extensão rural, desenvolvimento territorial sustentável e de promoção da sucessão rural, foram adotadas as seguintes iniciativas:

- Implantação de Projeto-piloto "Barro Preto", na Bahia, que consiste na definição de modelo para conservação produtiva e adequação ambiental dos imóveis rurais estabelecidos nas regiões cacaueiras no País, tendo como referência o Sistema Agroflorestal "Cabruca" – cultivo de cacau em mata nativa;
- Assistência técnica em área cultivada de 2,84 milhões de hectares, destes 735,8 mil hectares nas cadeias priorizadas do cacau, seringueira e dendê, tanto em cultivo único quanto em sistemas agroflorestais (SAFs);
- Monitoramento e controle da doença vassoura-de-bruxa em 550 mil hectares de cacaueiros nos seis Estados produtores de cacau: AM, BA, ES, MT, PA e RO;
- Inserção de 33,9 mil trabalhadores e agricultores em atividades de qualificação profissional;
- Formação de 615 jovens rurais, realizada em cinco territórios rurais da Bahia, com vistas à promoção do protagonismo juvenil no campo e a sucessão rural;
- Produção e distribuição anual de propágulos de espécies diversas, com destaque para 20 milhões de sementes de cacau e essências florestais destinadas aos sistemas agrossustentáveis; e
- Incremento na produção nacional de cacau das 248,5 mil toneladas de 2011 para 280,9 mil toneladas em 2014 – estimativa segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Brasil elevou o *status* de sexto para quarto maior produtor, a partir de 2012, e garantiu autossuficiência no suprimento de matéria-prima para as indústrias processadoras de cacau.

Para 2015, estão previstas as seguintes ações para desenvolvimento das regiões cacaueiras: i) recuperação do parque produtivo da Bahia e do Espírito Santo; ii) expansão das áreas plantadas e colhidas nos Estados do Norte; iii) intensificação das parcerias com as Secretarias de Agricultura dos Estados produtores de cacau com objetivo de consolidar o plano de contingenciamento da moniliase do cacaueiro, visando mitigar os riscos econômicos, sociais e ambientais de possível entrada, dispersão e estabelecimento

dessa grave doença do cacaueiro, ainda não ocorrente em território brasileiro; e iv) desenvolvimento de produtos e processos de inovação e fortalecimento de parcerias com outras instituições públicas e privadas que incentivem ou demandem novas tecnologias para a região cacaueira.

e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio

e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais

No âmbito das negociações multilaterais, vale ressaltar os trabalhos de preparação de contencioso contra a Indonésia para acesso ao mercado de carne de frango, utilizando-se o sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial de Comércio (OMC), e, no âmbito bilateral, a assinatura do Memorando de Entendimento relativo ao Contencioso do Algodão entre o Brasil e os EUA, dando por encerrada, de forma exitosa, uma disputa que se estendia há mais de uma década. O entendimento bilateral incluiu pagamento adicional de US$ 300 milhões, pelo governo dos EUA, com maior liberdade para a aplicação dos recursos, o que contribuiu para atenuar prejuízos sofridos pelos cotonicultores brasileiros.

Foram priorizadas as negociações de abertura e manutenção de mercados com ênfase em questões sanitárias e fitossanitárias de produtos tradicionais. Dentre as negociações, na área de produtos de origem animal, destacam-se:

- Abertura do mercado russo, para produtos lácteos e miúdos bovinos. Ainda com a Rússia, realizaram-se negociações para a ampliação do número de estabelecimentos brasileiros habilitados para exportar carnes de aves, suínos e bovinos para aquele país;
- Início da exportação de carne suína para o Japão e de carne de frango para o México. Previsão da habilitação de grande número de estabelecimentos brasileiros para a exportação de carnes de peru e de suínos para o México;
- Suspensão pela África do Sul do embargo à exportação da carne suína brasileira;
- Habilitação do Brasil para exportação de couro bovino para a Colômbia, gelatina para a Coreia do Sul e bovinos vivos para o Iraque; e
- Suspensão do embargo da importação de carne bovina por parte do Irã, Egito, China e negociações em avançado estágio com Arábia Saudita e Japão, para o mesmo fim.

No contexto de negociações multilaterais, destaca-se a eleição do candidato brasileiro a um dos cargos de vice-presidente da Comissão do *Codex Alimentarius* (CAC), fórum internacional de normatização do comércio de alimentos estabelecido por ato da Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Organização Mundial de Saúde (OMS). Outra prioridade foi a negociação para o aprimoramento da utilização do Mecanismo de Consultas *Ad Hoc* no Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Comitê SPS) da OMC. Com esse mecanismo, será possível a utilização da mediação do Presidente do Comitê SPS de forma mais efetiva em casos de litígios nas áreas sanitárias e fitossanitárias, na tentativa da resolução no âmbito bilateral.

e.2) Promoção Comercial do Agronegócio

Mantida a estratégia de promover as exportações brasileiras por meio da diversificação de mercados e de produtos de maior valor agregado. Em 2014, destacaram-se as seguintes realizações:

- Ações comerciais nos EUA, Japão, Canadá, China, África do Sul, Rússia, Itália e Peru, nas quais foram promovidos e comercializados produtos brasileiros de mais de 20 setores: carne bovina, carne de frango, carne suína, pescados, café,

mate, chás, refrigerantes, energéticos, arroz, farináceos, lácteos, açúcar, adoçantes, frutas, polpas e sucos de fruta, castanhas, água de coco, cachaça, cervejas, vinhos e espumantes, chocolate, doces e confeitos, massas, biscoitos e outros produtos de panificação, produtos apícolas, refeições e sobremesas prontas e produtos de conveniência, conservas, molhos, temperos e condimentos, entre outros; e

- Ações de imagem no Brasil e na Organização Mundial da Saúde Animal e *Codex Alimentarius*, estes dois últimos abrangendo autoridades sanitárias de mais de 150 países. Continuidade de ações relativas ao Seminário do Agronegócio para a Exportação (Agroex), de sensibilização do setor produtivo para ampliação da base e da pauta exportadoras.

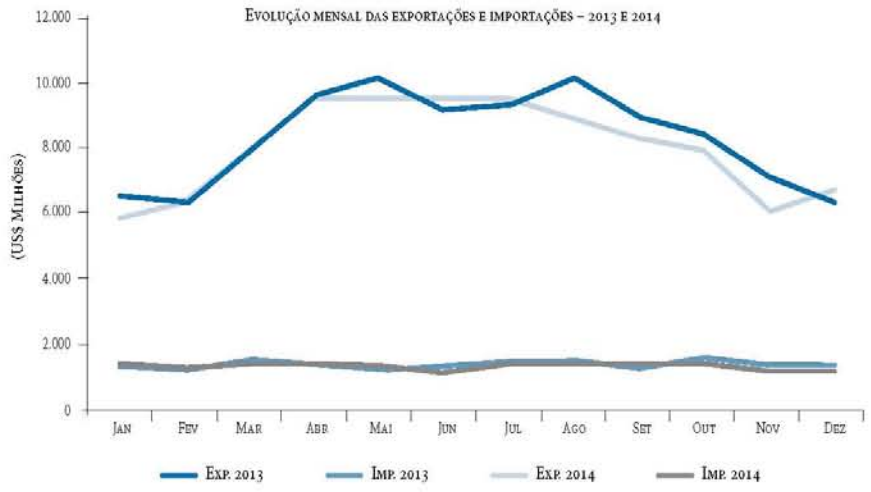
Para 2015, o calendário preliminar de ações de promoção internacional do agronegócio prevê a continuidade e o reforço das ações nos EUA, Japão, Canadá, China, África do Sul, Rússia e Peru, bem como a ampliação da atuação no Sudeste Asiático e Oriente Médio, além de ações de imagem que agreguem valor aos produtos brasileiros em mercados de referência, como Europa, EUA e Japão.

e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio

Em 2014, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US$ 96,75 bilhões, o que representou queda de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações, por sua vez, alcançaram US$ 16,61 bilhões, de modo que o saldo da balança comercial do agronegócio foi superavitário em US$ 80,13 bilhões.

Em relação ao valor exportado, o principal setor da pauta exportadora do agronegócio brasileiro foi o complexo soja, cujas vendas alcançaram a cifra de US$ 31,40 bilhões no acumulado do ano. Esse montante representou crescimento de 1,4% ante 2013. Em seguida, destacaram-se as vendas de carnes, com US$ 17,43 bilhões. Em comparação ao ano anterior, houve aumento de 3,7% em valor e 1,9% em quantidade.

Balança Comercial do Agronegócio



Fonte: AgroSat Brasil, a partir dos dados da Secex-MDIC.

Elaboração: Mapa/SRI/DPI.

Outros setores de participação expressiva foram: complexo sucroalcooleiro (US$ 10,37 bilhões), produtos florestais (US$ 9,95 bilhões) e café (US$ 6,66 bilhões).

As exportações para a China sofreram redução de 3,6%, alcançando US$ 22,07 bilhões, que correspondem a 22,8% do total da pauta de exportações do agronegócio. Os países que mais contribuíram para o crescimento das vendas externas do agronegócio brasileiro foram: Rússia Alemanha, Vietnã, Venezuela, Hong Kong e Tailândia.

Cabe destacar a participação do continente asiático como principal região de destino das exportações do agronegócio, tendo absorvido mais de 40% do total exportado em produtos do setor (US$ 39,32 bilhões). A União Europeia ocupou a segunda posição, com aquisições de US$ 21,47 bilhões, no período.

f) Pesquisa Agropecuária

Os principais resultados alcançados em 2014, na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), incluem: i) desenvolvimento de nova raça de fêmeas suínas, a Embrapa MO25C, visando à alta produtividade da matriz e desempenho zootécnico dos suínos de abate com melhoria na qualidade da carne; ii) melhoramento genético com o sequenciamento completo do genoma do café em cooperação com outros países, garantindo parte importante do conhecimento necessário para manter sua posição de maior produtor mundial desta *commodity*; iii) desenvolvimento de um novo esperfilhador que permite o manejo dos brotos de bananeira com eficiência superior (mais de 30 vezes) às práticas conhecidas, aumentando a produtividade da bananicultura; iv) lançamento de cultivares de Trigo BRS Sabiá – ideal para o fabrico do "pão francês", além de ser precoce e produtivo; v) Triticale BRS Harmonia – apresenta ciclo precoce para espigamento e ciclo médio para maturação; vi) seis novas cultivares de soja com potencial produtivo e resistência a doenças e a nematoides; vii) seis cultivares de frutas, sendo cinco de cupuaçu, com alta produtividade e resistência à vassoura-de-bruxa, e uma nova cultivar de pêssego, que possui doçura nos frutos, polpa firme, cor amarela e leve acidez; viii) nova cultivar de hortaliça, a abóbora BRS Estrela, com frutos que podem ser usados na alimentação e também na decoração de ambientes; ix) três novas cultivares de leguminosas forrageiras que, consorciadas com gramíneas ou sobressemeadas em campos nativos, fixam nitrogênio e melhoram o teor proteico e a digestibilidade do pasto; e x) nova cultivar de capim *Pannicum* BRS Zuri, de elevada produção e alto valor nutritivo.

Foram ainda disponibilizados, pela Internet, serviços e soluções tecnológicas geradas pela Embrapa com a descrição de problemas e possíveis soluções de forma acessível, com ilustrações, vídeos e publicações relacionadas. Também houve disseminação de tecnologias sociais para 267 comunidades e 890 famílias distribuídas em 126 Municípios do semiárido brasileiro, sendo 332 unidades de aprendizagem implantadas, 993 eventos de qualificação técnica realizados e 5.799 multiplicadores treinados (técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural, agricultores e estudantes).

Para o Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar, foram disponibilizadas 102 toneladas de sementes de milho e 67 toneladas de feijão-caupi.

No tocante à infraestrutura de pesquisa, foram executadas as seguintes ações:

- Início das obras de construção do laboratório da Unidade Mista de Pesquisa em Genômica Aplicada a Mudanças Climáticas, em Campinas/SP;
- Inauguração do terceiro maior banco genético do mundo e maior da América Latina, com capacidade de abrigar até 750 mil amostras de espécies vegetais, além de material genético de animais e microrganismos. Isso significa a garantia de disponibilidade de material aos cientistas para o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias de interesse da sociedade, como resistência a pragas e doenças, tolerância a estresses climáticos e maior teor nutricional, entre outras aplicações; e

- Implantação da Unidade Embrapa Quarentena Vegetal, com seis quarentenários (casas de vegetação ou estufas com características especiais), onde as plantas do Brasil e exterior ficarão em observação para verificação e garantia de sanidade, protegendo a agricultura brasileira das ameaças zoofitossanitárias.

Pesquisas realizadas pela Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac) tiveram foco definido em cultivos tropicais perenes, nas áreas de genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção, fertilidade e socioeconomia, entre outras concentrações, com 134 projetos geradores de tecnologias agroindustriais, 74 destes em cacau, dos quais se destacam:

- Projeto Rede de Cacau do Renorbio – Vassoura-de-Bruxa, objetivando revitalizar a cacauicultura nacional por meio do controle da doença vassoura-de-bruxa do cacaueiro (*Moniliophthora perniciosa*);
- Avanços no sequenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacau*, permitindo uma nova estratégia de controle de pragas do cacaueiro. Seleção de 603 clones com associação de genes de resistência, além de outros genes de interesse, para avaliação regional e 113 progenitores para constituição de novo ciclo de melhoramento genético para formação de novas populações;
- Validação de novos atributos de produtividade, precocidade e resistência à série de clones já disponibilizados aos produtores – atualmente 39 cultivares de cacau;
- Manutenção de bancos de germoplasma de cacau *(ex-situ)*, dispostos em estações experimentais localizadas nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia, contendo 5.538 acessos – 4.452 clonais e 1.086 seminais –, ocupando área total de 70 hectares;
- Geração de tecnologias de beneficiamento e processamento de chocolate fino e de equipamentos para pequenas plantas industriais;
- Desenvolvimento do híbrido da palmácea dendê, denominado Unauê, a partir do cruzamento da espécie de origem africana (*Elaeis guianesis*) e outras espécies (*Elaeis oifera*), que produz um azeite com baixíssima acidez e excelente sabor; e
- Avaliação dos clones de seringueira TP 875, FDR 4575, CDC 308 e FDR 5788, resistentes ao mal-das-folhas (*Microcyclus ulei* P. Henn).

3. Turismo

O turismo se consolida como atividade econômica com reflexos significativos na geração de emprego, renda e divisas. As ações governamentais buscam avanços na economia do turismo, por meio da melhoria em quatro eixos: inovação, competitividade, sustentabilidade e qualidade dos serviços.

Em 2014, a Copa do Mundo FIFA 2014 projetou a imagem do turismo brasileiro no Brasil e no mundo. Aproximadamente um milhão de turistas estrangeiros circularam no País, além dos próprios brasileiros que viajaram para assistir aos jogos do mundial. Apesar de ter sido sediada em 12 cidades, o Mundial atraiu turistas estrangeiros para 491 cidades.

O mundo aprovou a hospitalidade brasileira. O desafio que se faz presente é o de manter essa imagem e atrair mais turistas para os próximos anos e eventos, como as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. De acordo com pesquisa do Ministério do Turismo (MTur), 95% dos visitantes internacionais que vieram para a Copa têm intenção de retornar ao País.

De janeiro a novembro de 2014, os turistas estrangeiros gastaram no Brasil US$ 6,39 bilhões contra US$ 6,13 bilhões no mesmo período de 2013. A realização da Copa do Mundo no Brasil foi um dos fatores que ajudaram no bom desempenho verificado

em 2014. Em junho e julho, meses de disputa da Copa, os visitantes internacionais gastaram US$ 1,58 bilhão no País, segundo dados do Banco Central. Em julho, a entrada de divisas, recorde para o mês, somou US$ 789 milhões, valor pouco abaixo dos US$ 797 milhões de junho. Na comparação com o mesmo período de 2013, houve aumento de 60%.

De 2003 a 2013, o Brasil mais que dobrou a entrada de divisas geradas por turistas internacionais (170,63%). Nesse período, a média mundial ficou em 119%, segundo dados da Organização Mundial do Turismo.

No segmento de Negócios, Eventos e Incentivos, conforme dados divulgados, em maio de 2014, pela *Internacional Congress and Convention Association* (ICCA), o total de congressos e convenções de negócios realizados no Brasil passou de 82 para 317, de 2003 a 2013. No mesmo período, o número de cidades que sediaram esse tipo de eventos passou de 22 para 55. O *ranking* divulgado mostra que o Brasil permaneceu entre os dez países que mais recebem congressos e convenções corporativas.

a) Planejamento e Gestão da Política Nacional do Turismo

Em setembro de 2014, foi apresentado aos membros do Conselho Nacional do Turismo (CNT) o Documento Referencial Turismo no Brasil 2012-2015, orientação para a construção do novo Plano Nacional de Turismo.

Além da realização da I Conferência Nacional de Turismo, estão previstas para 2015: i) a realização de encontros e reuniões do Comitê Interministerial de Facilitação Turística e do CNT; ii) a elaboração de material didático e realização de seminários para a implantação, fortalecimento, organização e reorganização de colegiados participativos de turismo em âmbitos estadual, regional, macrorregional e municipal; e iii) a elaboração e proposição de marcos regulatórios para normatização do setor de turismo (revisão da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, do Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010, e dos marcos regulatórios para prestadores de serviços turísticos) com a participação da sociedade.

b) Normatização e Ordenamento Turismo

O Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no Setor do Turismo (Cadastur) tornou-se mais simples e inclusivo. Conforme a Lei nº 11.771, de 2008, o registro é obrigatório para algumas modalidades de serviços turísticos, como meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos e guias de turismo. Novas regras permitem que os microempreendedores individuais façam parte do cadastro de prestadores de serviço do setor em qualquer atividade. Com a facilitação, houve um incremento nos cadastramentos, que alcançou 11.058 novos cadastros.

O Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass) classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, resort, *flat*, pousada, hotel fazenda, hotel histórico e cama & café. O processo de classificação consiste na avaliação, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), das condições de infraestrutura, prestação de serviços e critérios de sustentabilidade. Atualmente, há 58 meios de hospedagem classificados e divulgados por meio do sítio eletrônico institucional.

Até dezembro de 2014, 452 Municípios utilizaram o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHos), com 14,4 milhões de Fichas de Registro de Hóspedes. Esse sistema armazena as fichas preenchidas pelos hóspedes no *check-in* para subsidiar o levantamento de estatísticas sobre o turismo no País, buscando também trazer maior segurança aos empreendimentos e aos turistas.

Outro destaque foi a fixação de normas técnicas relacionadas ao turismo de aventura, que garantem mais segurança e informação ao viajante, além de uma linguagem técnica unificada aos profissionais ligados ao setor. Elaborado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o texto dessas normas se baseia em padrões internacionais, e tem por objetivo garantir uma

experiência de aventura segura ao turista. Cabe ressaltar que as normas técnicas do Sistema Brasileiro de Certificação em Turismo de Aventura foram adotadas recentemente como referência internacional.

O Programa Viaja Mais Melhor Idade é uma iniciativa voltada para a promoção da inclusão social de pessoas a partir de 60 anos, aposentados e pensionistas. Os viajantes que se enquadram neste perfil têm acesso a descontos e vantagens exclusivos. O Programa oferece oportunidade de viajar e usufruir dos benefícios da atividade turística a um custo menor e com condições mais vantajosas, o que também contribui para fortalecer a economia do turismo no Brasil e combater a sazonalidade no setor. Em 2014, o Viaja Mais Melhor Idade foi ampliado, incluindo os segmentos de meios de hospedagem e clubes de férias, sendo disponibilizadas 118 ofertas, abrangendo destinos em 55 Municípios e 20 Estados.

Destacam-se também os lançamentos do sítio e aplicativo do Guia Turismo Acessível, guia colaborativo para turistas – com deficiência ou não – que podem cadastrar e avaliar estabelecimentos e atrações turísticas como meios de hospedagem, museus, praias e restaurantes quanto ao grau de acessibilidade. Componente do Programa Turismo Acessível, o Guia obteve desde o seu lançamento, em junho de 2014, mais de 332 mil acessos, totalizando 1.205 usuários cadastrados, 550 estabelecimentos cadastrados e 265 avaliações. Vale ressaltar que o sítio Guia Turismo Acessível foi premiado no 3º Prêmio Nacional de Acessibilidade na *Web*/ Todos@Web 2014, alcançando o segundo lugar na categoria Governamental.

c) Promoção de Investimentos e Financiamentos para o Turismo

Por intermédio das ações de fomento à iniciativa privada, o Governo buscou, ao longo de 2014, o fortalecimento e a constante adequação das linhas de crédito ao setor produtivo do turismo, assim como a promoção e o estímulo aos investimentos privados no setor.

No tocante às possibilidades de investimento, foi ampliada a participação em importantes fóruns especializados de fomento no setor de turismo, apresentando o Brasil a potenciais investidores e apoiando o setor empresarial brasileiro na participação em rodadas de negócio, com vistas a atrair parceiros estrangeiros para empreendimentos no País. Dentre os fóruns que o Brasil participou, estão: *International Hotel Investment Conference* (IHIF), em Berlim; *South American Hotel & Tourism Investment Conference*, em Quito; e *Brazilian Hotel Investment Conference* (BHIC), São Paulo/SP, além da promoção de seminários de atração de investimentos em São Petersburgo e Londres.

Foram criados e aperfeiçoados produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final do turismo e às empresas prestadoras de serviços turísticos. Até novembro de 2014, os desembolsos dos bancos públicos federais ao setor atingiram R$ 11,9 bilhões em operações de capital de giro e investimento, valores semelhantes aos observados em igual período de 2013.

O Fundo Geral do Turismo (Fungetur) viabiliza o financiamento, apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo MTur como de interesse turístico, concentrando-se no fomento e na provisão de recursos voltados à renovação do aparelhamento turístico existente, mediante processos de reforma, modernização e ampliação dos meios de hospedagem, centros de convenções, parques temáticos e empreendimentos destinados a feiras, exposições e assemelhados. No período de 2011 a 2014, o Fundo consolidou-se enquanto importante mecanismo de fomento ao setor ao financiar atividades econômicas no montante de R$ 42,33 milhões.

d) Estruturação de Destinos

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) foi reformulado e passa a ter como base oito eixos: i) gestão; ii) planejamento e posicionamento de mercado; iii) qualificação profissional; iv) empreendedorismo e promoção de investimento; v) infraestrutura; vi) informação ao turista; vii) promoção e apoio à comercialização; e viii) monitoramento.

O Mapa do Turismo Brasileiro, com foco nos novos territórios a serem trabalhados pelas políticas de turismo, foi concluído em dezembro de 2013, com a publicação da Portaria MTur nº 313/2013. Em 2014, os esforços foram direcionados para a construção da Matriz Diagnóstica, bem como do Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo. Esse sistema consolidará os dados do Mapa do Turismo e os dados levantados pela Matriz, assim como os relacionados à rede formada pelo PRT, que contempla gestores públicos municipais, regionais e estaduais.

Prevê-se para 2015 a continuidade as ações do PRT que já vem sendo implementadas: i) a realização de encontros e eventos para fortalecimento da rede de regionalização do turismo e preparação de gestores para categorização de destinos e regiões turísticas brasileiras; ii) a organização do evento de premiação de práticas inovadoras no âmbito do Programa; iii) a elaboração de material didático e realização de curso de ensino a distância (EAD) para preparar os gestores de turismo para implantação, gerenciamento, monitoramento e avaliação do programa; e iv) a realização de estudo para aferição de índices de competitividade de destinos brasileiros.

O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) organiza intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, por meio de ações voltadas para o planejamento de regiões turísticas. O Prodetur Nacional tem o objetivo de fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhar os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional. Para a consecução dos seus objetivos, o Prodetur Nacional prevê investimentos para financiamento internacional e contrapartida alocada pelos Estados e Municípios participantes.

No ano de 2014, encontram-se contratadas e em execução as operações de crédito entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os seguintes mutuários: Estado do Ceará – US$ 150 milhões; Estado de Pernambuco – US$ 75 milhões; Estado do Rio de Janeiro – US$ 112 milhões; Estado de Sergipe – US$ 60 milhões; Ministério do Turismo – US$ 15 milhões; e o Estado da Bahia – US$ 51 milhões, totalizando o valor aproximado do financiamento em US$ 463 milhões. Em fase de assinatura estão os seguintes Estados: Espírito Santo, Pará e Paraíba.

Ademais, encontram-se em fase de execução (projetos em andamento) as operações de crédito entre a Corporação Andina de Fomento (CAF) e os Municípios de Manaus/AM – US$ 21.5 milhões e Fortaleza/CE – US$ 50 milhões, totalizando US$ 71,5 milhões.

Para 2015, espera-se que os três contratos de financiamento em fase de assinatura, anteriormente mencionados, estejam firmados, o que possibilitará ao Prodetur intensificar os investimentos para o fomento das atividades turísticas nas áreas priorizadas pelo Programa.

e) Infraestrutura Turística

No exercício de 2014, foram apoiados 1.012 projetos de infraestrutura turística, no valor aproximado de R$ 428 milhões, abrangendo a implantação, melhoria e recuperação da infraestrutura turística no País. Desse total, destacam-se: i) Centros de Eventos, Centros de Convenções e Centros Culturais – 150 obras no valor de R$ 52 milhões; ii) Centros de Atendimento ou de Informação aos Turistas – oito unidades com custo da ordem de R$ 2,3 milhões; iii) Sinalização Turística – 29 obras apoiadas com recursos da ordem de R$ 11 milhões; iv) Portais e Pórticos – 90 obras apoiadas no valor de R$ 34 milhões; v) Infraestrutura Viária (pavimentações) – 114 obras no valor de R$ 68 milhões; e vi) Construção/Reforma de Praças – 312 obras no valor de R$ 124 milhões.

Além disso, foram disponibilizados R$ 10,5 milhões para o fortalecimento da atividade turística em 12 Parques Nacionais Brasileiros com sinalização, bases de apoio e informação ao turista, trilhas, banheiros, aquisição de equipamentos, portarias, dentre outras obras de melhorias.

Também foram liberados recursos financeiros do PAC Turismo, no montante de R$ 20 milhões, para pagamento de medições das obras de reforma do Autódromo de Interlagos (SP) e do Centro de Convenções de João Pessoa/PB.

f) Qualificação e Certificação em Turismo

A qualidade do produto turístico, mais do que uma vantagem competitiva, é pressuposto para o desenvolvimento e consolidação dos destinos. Em face dessa premissa, as ações de qualificação priorizam os profissionais, os gestores e os destinos turísticos, como estratégia para a elevação da qualidade da oferta turística nacional e para inserção do Brasil como destino turístico no cenário nacional e internacional de forma competitiva.

Nessa perspectiva, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Turismo (Pronatec Turismo) contemplou 120 cidades e três linhas de ação: i) Pronatec Copa, que visa atender à necessidade do setor de novos profissionais em 21 cursos do eixo turismo, hospitalidade e lazer; ii) Pronatec Copa na Empresa, tem por objetivo aperfeiçoar os profissionais que já atuam no setor de turismo. Foram ofertados 54 cursos do eixo turismo, hospitalidade e lazer, idiomas e outros eixos apoiadores, os quais foram ministrados no próprio local de trabalho ou nas instituições de ensino, de acordo com o horário adequado para o empregado e empregador; e iii) Pronatec Copa Social, parceria entre o MTur e Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi), que visa oferecer oportunidade de qualificação em 37 cursos nos eixos de turismo, hospitalidade e lazer e gestão, negócio e idiomas aos jovens egressos do Projeto Vira Vida e seus familiares, com o objetivo de melhorar a sua inserção no mercado de trabalho.

O Programa encontra-se atualmente com 180.561 matriculados e 105.214 concluintes. Em 2014, foram realizadas 44.563 matrículas e 21.119 concluintes. Para 2015, está prevista a inclusão de mais 94 Municípios no Pronatec Turismo, dos quais 81 localizados nos arredores de 12 Parques Nacionais.

g) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Local

A presença predominante da agricultura familiar no meio rural brasileiro e o expressivo número de empreendimentos e atividades turísticas a ela vinculadas proporcionou o surgimento de uma forma complementar de renda para os agricultores familiares, o turismo rural.

O Projeto Talentos do Brasil Rural procura fortalecer a relação entre a agricultura familiar e a atividade turística e está estruturado em dois eixos. No primeiro eixo, "Produtos da Agricultura Familiar, foram selecionados 89 empreendimentos (cooperativas, associações, redes) da agricultura familiar de todo o Brasil, para fornecerem produtos para empreendimentos turísticos (meios de hospedagens, bares, restaurantes, entre outros) das 12 Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Os produtos foram organizados em três linhas: *amenities* (cosméticos), alimentos e bebidas, decorativos e utilitários (artesanato, produção agroindustrial etc.). No segundo eixo, "Roteiros e Serviços Turísticos", foram selecionados 23 roteiros turísticos (compostos por 54 Municípios e cerca de 400 empreendimentos), localizados no entorno das 12 Cidades-sedes da Copa, compostos por pelo menos 10% de empreendimentos da agricultura familiar (propriedades).

As ações previstas para 2015 são: i) a elaboração de material didático para orientar os prestadores de serviços turísticos na implementação de práticas sustentáveis; ii) a realização de 27 seminários de sensibilização dos prestadores de serviços turísticos e dos gestores públicos para a elaboração e incorporação de práticas sustentáveis no turismo; e iii) a realização de três campanhas nacionais de sensibilização do consumidor turista para mudanças em seus padrões de consumo.

h) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Nacional

A promoção do turismo interno e do produto turístico brasileiro é realizada prioritariamente por meio da veiculação de campanhas promocionais, ações de publicidade e propaganda, além da produção de material institucional e de divulgação. Além das campanhas veiculadas em TV, revistas, jornais, painéis em aeroportos e mobiliário urbano, também são usadas mídias sociais e Internet para publicidades institucionais e dos destinos turísticos brasileiros.

Nesse sentido, houve continuação da Campanha Turismo Acessível, iniciada em 2013 e da Campanha do Viaja Mais Melhor Idade, iniciada em 2013. A Campanha "Celebração" – Copa do Mundo FIFA 2014 foi veiculada para mostrar que o turismo é um propulsor do crescimento do País e que a Copa iria sedimentar a imagem do Brasil no cenário mundial.

Em relação às ações de apoio à comercialização, destacam-se os seguintes eventos: i) Salão Paranaense de Turismo; ii) Salão Mineiro de Turismo; iii) Congresso de Guias de Turismo; iv) Evento *Brazil National Tourism Mart* (BNTM); v) Encontro Catarinense de Hoteleiros (Encatho); vi) Expotur Sul; e vii) WTM *Latin America*, dentre outros.

i) Relações Internacionais do Turismo e Promoção Internacional do Turismo

Com o objetivo de explorar o singular momento de visibilidade externa proporcionado pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014, diversas ações foram empreendidas a fim de ampliar e estreitar as parcerias institucionais, de fortalecer e consolidar a imagem internacional do País e, com isso, contribuir para atrair maior número de visitantes estrangeiros aos destinos turísticos brasileiros.

Em 2014, o Brasil participou dos seguintes eventos: i) XII Reunião de Ministros de Estado do Turismo do Mercosul, em Caracas, na Venezuela; ii) Conferência Internacional de Direito Privado de Haia, na Holanda; iii) 57ª Reunião da Comissão Regional da Organização Mundial do Turismo (OMT) para as Américas, concomitantemente com a Reunião de Ministros do Turismo da Unasul, ambas realizadas em Cartagena das Índias, na Colômbia; iv) 98ª Reunião do Conselho Executivo da OMT, em Santiago de Compostela, na Espanha; v) I Reunião do Arco Norte da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), em Manaus; vi) Reunião Conjunta da CDIF e dos Núcleos de Fronteira do Codesul, em Foz do Iguaçu; vii) 1ª Reunião da CDIF com os Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Central (Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), na cidade de Cuiabá/MT; viii) XXII Congresso Interamericano de Ministros e Altas Autoridades do Turismo, organizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em Bridgetown, Barbados; ix) 8ª Reunião de Ministros do Turismo da OMT/WTM, realizada em Londres, no Reino Unido; e x) XIII Reunião de Ministros de Estado do Turismo do Mercosul, que teve lugar em Buenos Aires, na Argentina.

Merece destaque também a conclusão do Projeto de Cooperação entre o Brasil e Portugal na Área de Qualificação Profissional em Hospitalidade e Turismo, iniciado em 2013. Essa experiência pioneira consistiu na concessão, pelo Ministério do Turismo, de 50 bolsas a estudantes brasileiros para curso profissionalizante de dois meses na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, em Portugal. Foi lançado, no segundo semestre de 2014, o Projeto de Qualificação Internacional em Hospitalidade e Turismo para o Reino Unido e a Espanha. Foram concedidas 110 bolsas de estudo a graduandos brasileiros das áreas de turismo e hospitalidade, selecionados por seu desempenho acadêmico, para cursos de qualificação em escolas de excelência na Espanha (60 bolsas) e no Reino Unido (50 bolsas).

Diversas foram as ações empreendidas, ao longo de 2014, pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) para a promoção do País no exterior. O principal instrumento utilizado para essa promoção foi o Plano Aquarela 2020 – *Marketing* Turístico Internacional do Brasil –, que traz ampla gama de ferramentas de promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior. A estratégia desenhada nesse Plano mostrou-se acertada, a julgar pelos resultados obtidos durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Os 13 Escritórios Brasileiros de Turismo em funcionamento têm por objetivo estabelecer um contato mais próximo com as operadoras dos países locais, tanto para diversificar os produtos oferecidos quanto para fornecer informações mais detalhadas sobre o turismo no Brasil. Na Europa, os escritórios estão localizados em Amsterdã (Holanda), Frankfurt (Alemanha), Madri (Espanha), Paris (França), Milão (Itália), Lisboa (Portugal) e Londres (Reino Unido). Na América do Sul, estão em operação o escritório com base em Buenos Aires (Argentina) e outro localizado em Lima (Peru). Além disso, nos EUA estão sediados o América do Norte I, com base em Nova Iorque, o América do Norte II, com sede em Los Angeles e o América do Norte III, fixado em Chicago. Para o mercado da Ásia, o Escritório Brasileiro de Turismo tem como base a cidade de Tóquio (Japão), promovendo também, além do Brasil, os demais países do Mercosul.

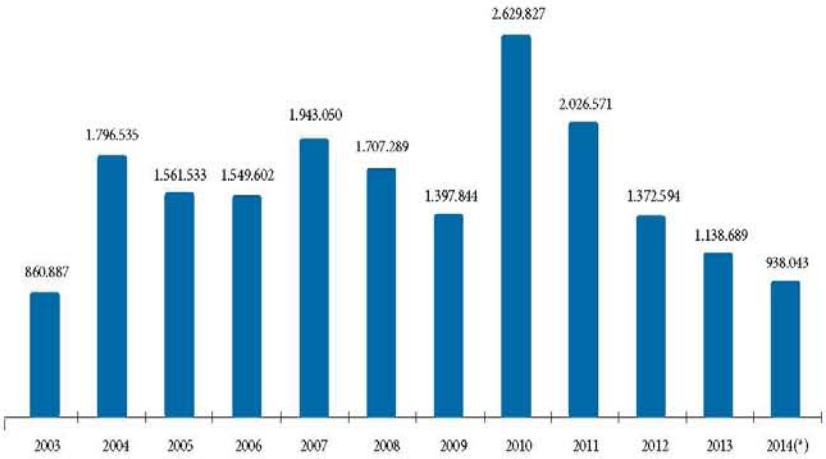
O cenário de expansão das linhas aéreas internacionais ligando o País com o mundo desenha um aumento contínuo do fluxo turístico no Brasil. Outro ponto de destaque é a participação do Brasil na Exposição Universal de Milão (Expo Milão 2015) durante seis meses de 2015, o que deverá incrementar a visibilidade do Brasil na mídia mundial.

4. Trabalho e Emprego

a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2014, no período de janeiro a novembro, foram gerados 938 mil postos de trabalho, equivalente ao crescimento de 2,31%, em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada de dezembro de 2013. Embora demonstre uma desaceleração no ritmo de crescimento do emprego em relação ao mesmo período dos anos anteriores, esse resultado tem possibilitado a manutenção da taxa de desemprego nos patamares mais baixos da série histórica do indicador. A média atingida nos 11 primeiros meses do ano ficou em 4,89%, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para o conjunto das seis áreas metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

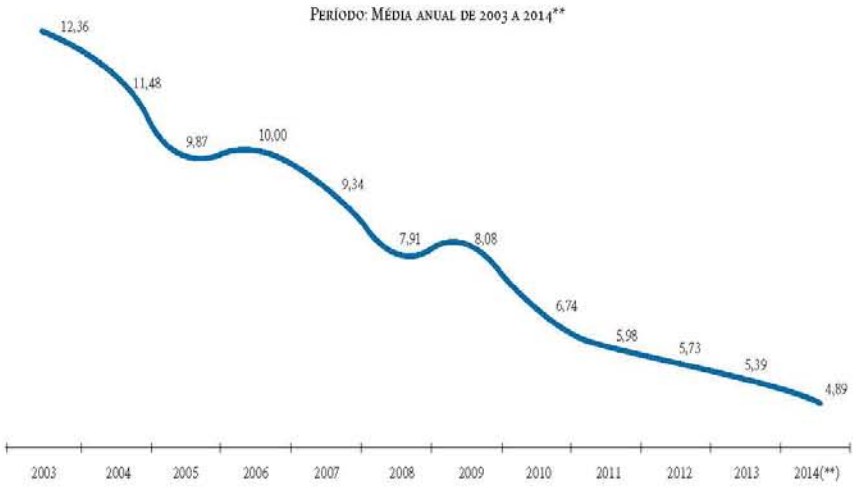
Evolução dos saldos do emprego formal nos anos de 2003 a 2014*



Fonte: Caged/MTE – Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965.
Observação: (*) Até novembro de 2014. Dados ajustados.

No período de janeiro de 2011 a novembro de 2014, foram gerados 5,8 milhões de empregos formais, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que abrangem os empregados celetistas e servidores públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, em conjunto com os dados do Caged para o ano de 2014, que contemplam somente os empregos celetistas.

Evolução da taxa de desemprego aberto - total das áreas metropolitanas*



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME)/IBGE.
Observações: (*) Áreas metropolitanas pesquisadas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.
(**) Até novembro de 2014.

O salário médio de admissão registrou aumento de R$ 1.169,36 em 2013 para R$ 1.181,60 em 2014, considerando os meses de janeiro a novembro. No recorte por gênero, o ganho real do salário médio de admissão obtido pelos homens foi de 0,95%, frente ao aumento de 1,52% para as mulheres. Em consequência, a relação entre o salário real médio de admissão feminino *versus* masculino aumentou de 85,76% em 2013 para 86,25% em 2014, indicando uma redução na diferença dos salários auferidos pelas mulheres frente aos percebidos pelos homens.

b) Valorização do Salário Mínimo

Em continuidade à política de valorização do salário mínimo, cujas diretrizes foram instituídas pela Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, o salário mínimo foi elevado de R$ 678,00 para R$ 724,00, em 2014, representando aumento real de 1,16%. A elevação contínua do valor do salário mínimo tem contribuído para o aumento real de outros indicadores de rendimentos, incidindo particularmente nas faixas de menor renda e, consequentemente, contribuindo para a redução da desigualdade.

Para 2015, o valor fixado pelo Decreto nº 8.381, de 29 de dezembro de 2014, é de R$ 788,00, representando aumento real de 2,49%.

c) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda

Alinhado à estratégia governamental de redução da pobreza e da desigualdade social, o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) está presente em mais de 3,6 mil Municípios. Com financiamento a partir de recursos dos depósitos especiais remunerados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), agrega um conjunto de programas e linhas especiais de crédito

dirigidos aos mais diversos beneficiários. O Proger destina-se à concessão de financiamentos focados principalmente no fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos, cooperativas, empresas do setor de turismo, inovação tecnológica e, ainda, para ações voltadas a melhoria da competitividade do País.

De janeiro a outubro de 2014, foram contratadas 136 mil operações de crédito, sendo investidos, aproximadamente, R$ 5,6 bilhões nos setores produtivos. Os financiamentos destinados às micro e pequenas empresas correspondem a mais de 90% do total do número de contratos firmados, sendo que o volume de recursos direcionados a elas representou mais de 50% do volume total investido.

Em 2014, foi concluído estudo para quantificar o efeito do crédito recebido pelas empresas financiadas no âmbito do Proger Urbano Investimento – Micro e Pequena Empresa. Para os 91,5 mil empreendimentos analisados, num montante de R$ 4,5 bilhões aplicados, o Proger teve um impacto de criação e manutenção, em 36 meses após o crédito, de 8,4% sobre o estoque de empregados inicial, perfazendo um incremento de 54,3 mil novos postos de trabalho em função do crédito.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tem por objetivo assegurar ao trabalhador, quando da demissão sem justa causa, ou em situações previstas em lei, a constituição de pecúlio, sob a forma de reserva financeira compulsória, paga pelo empregador. Além disso, o Fundo financia algumas necessidades da sociedade por meio de investimentos nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

A arrecadação das contribuições do FGTS somou, até novembro de 2014, R$ 94,05 bilhões, depositados mensalmente por aproximadamente 3,4 milhões de empresas, em 38,9 milhões de contas vinculadas dos trabalhadores. O setor de serviços foi responsável por 28,4% dessa arrecadação. Há de se destacar que, até novembro de 2014, a arrecadação líquida das contribuições do FGTS foi de R$ 16,07 bilhões, representando acréscimo de 0,26% sobre o mesmo período do ano anterior. O resultado da arrecadação líquida é obtido ao se deduzir dos recolhimentos ao Fundo o montante de cerca de R$ 77,97 bilhões dos saques efetuados pelos beneficiários.

Em 2014, o orçamento do FGTS para investimentos nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura está demonstrado no quadro a seguir:

FGTS – Orçamento disponibilizado em 2014

Em R$ mil

ÁREA	AUTORIZADO	EXECUTADO	%
Habitação	**56.273.700**	**52.912.470**	94,03
Financiamentos a Pessoas Física/Jurídica	44.773.700	42.517.752	94,96
Descontos*	8.900.000	7.893.221	88,69
Demais Operações**	2.600.000	2.501.497	96,21
Saneamento	**7.552.700**	**5.557.786**	73,59
Infraestrutura Urbana	**11.083.600**	**6.156.278**	55,54
TOTAL	74.910.000	64.626.534	86,27

Fonte: Caixa Econômica Federal, posição até 12/01/2015.

Observações: (*) Descontos concedidos em financiamentos para pessoa física com renda familiar mensal de até R$ 3.275,00, com posição em novembro de 2014.

(**) Operações de Mercado, Pró-Cotista e Fimac.

A maior parte dos recursos para descontos do FGTS é destinada a financiamentos enquadrados no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Até novembro de 2014, a população beneficiada com recursos provenientes do desconto concedido em financiamento para pessoa física com renda familiar mensal de até R$ 3.275,00 foi de aproximadamente R$ 1,5 milhão.

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, recebe aplicações de recursos do FGTS e investe nos setores de energia, portos, ferrovias, rodovias, hidrovias, saneamento e aeroportos. O valor subscrito no FI-FGTS, admitido pela legislação, corresponde a R$ 34,8 bilhões. O FGTS integralizou, desde a sua criação, R$ 22,88 bilhões ao FI-FGTS e autorizou o reinvestimento de cerca de R$ 5,38 bilhões, objeto do retorno das aplicações. Até novembro de 2014, foram contratados cerca de R$ 28,3 bilhões, em sua maior parte, no setor de energia.

d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores

No ano de 2014, foram realizadas 265 mil fiscalizações em empresas urbanas, rurais e de trabalho marítimo, portuário ou aquaviário. No curso dessas fiscalizações, foram formalizados os vínculos de emprego de 290 mil trabalhadores, que tiveram a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada. Foram lavrados 184,4 mil autos de infração pelo descumprimento da legislação trabalhista, em desfavor de 122 mil empregadores.

No tocante ao FGTS, foram empreendidas mais de 114 mil fiscalizações que resultaram em um montante de R$ 297,4 milhões de recolhimentos do FGTS e da Contribuição Social. Em adição, foram emitidas, no mesmo período, 18,5 mil notificações fiscais para recolhimento de débito fundiário, totalizando um valor de R$ 2,3 bilhões de FGTS notificado. As fiscalizações do FGTS alcançaram mais de 28 milhões de trabalhadores. Para o ano de 2015, estão programadas 445 mil ações fiscais urbanas, rurais e marítimas e espera-se atingir um montante mínimo de R$ 1,6 bilhão de FGTS recolhido ou notificado.

No mesmo período, a fiscalização em segurança e saúde no trabalho realizou 122 mil ações e concluiu 2,2 mil análises de acidentes de trabalho graves e fatais. Nessa área, foram lavrados 114,9 mil autos de infração e foi determinada a interrupção de trabalho (embargos e interdições) em 5,5 mil situações de risco grave e iminente. Espera-se para 2015 a realização de 130 mil ações focando itens de segurança e saúde no trabalho.

Os setores da construção civil, as obras de infraestrutura, o setor frigorífico e o transporte rodoviário de cargas mereceram atenção especial nas ações de fiscalização realizadas em 2014. Foram reestruturados os grupos móveis de fiscalização nas áreas de auditoria de obras de infraestrutura e de fiscalização do trabalho em transportes.

No âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), foram beneficiados, em 2014, cerca de 18,5 milhões de trabalhadores.

No que diz respeito à normatização em segurança e saúde, foram publicados regulamentos relativos a: i) condições de segurança de caldeiras; ii) vasos de pressão e tubulações; iii) requisitos para trabalho em altura por meio de acesso por cordas; iv) periculosidade dos motociclistas e dos trabalhadores que laboram com energia elétrica; e v) proteção à segurança e à saúde relacionada a vibrações. Foi ainda publicada a Lista Nacional de Agentes Carcinogênicos para Humanos (Linach), mediante Portaria interministerial dos Ministérios do Trabalho, da Saúde e da Previdência Social.

Materializando o comando constitucional ao direito à profissionalização dos jovens, na faixa etária de 14 a 24 anos, mediante ação da inspeção trabalhista, houve a inserção de 165,3 mil aprendizes no mercado de trabalho em 2014. Estima-se que em 2015 mais de 170 mil jovens sejam inseridos nessa mesma condição.

A ação de fiscalização para a inserção de pessoas com deficiência e reabilitadas no mercado de trabalho permitiu a inclusão de 42,6 mil trabalhadores, em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. É esperado para 2015 que sejam inseridos no mercado de trabalho outros 42,5 mil trabalhadores com deficiência por meio da fiscalização do trabalho.

Quanto à erradicação do trabalho infantil, a inspeção do trabalho realizou 9,8 mil fiscalizações, quando alcançou mais de 5,5 mil crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular. As informações decorrentes das ações de fiscalização foram encaminhadas às instituições que integram a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, num esforço articulado para que programas governamentais de proteção social, como o Programa Bolsa Família, possam alcançar as famílias das crianças e adolescentes afastados. O planejamento da fiscalização prevê 8,5 mil ações com esse objetivo em 2015. Há que se destacar que, como decorrência da III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, realizada em 2013, foram envidados esforços para que América Latina e Caribe avancem na erradicação do trabalho infantil. O empenho brasileiro culminou na assinatura da Declaração de Constituição da Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livre do Trabalho Infantil, por ocasião da XVIII Reunião Americana da OIT, realizada em outubro de 2014 em Lima, Peru.

Como resultado das fiscalizações de combate ao trabalho escravo, foram resgatados, em 2014, 1,4 mil trabalhadores submetidos à condição análoga à escravidão, em um total de 146 operações realizadas em desfavor de 241 empregadores fiscalizados, tanto em áreas rurais quanto em atividades desenvolvidas no meio urbano.

Em 2015, pretende-se continuar as ações fiscais em localidades não abordadas com habitualidade em anos anteriores e aprimorar as operações no meio urbano, sem esmorecer no combate ao trabalho escravo em áreas rurais.

Considerando a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, que instituiu novo marco regulatório para o setor portuário, foram realizadas, em 2014, ações relativas à segurança e à saúde no trabalho nos portos. A primeira dessas ações foi o estabelecimento de uma parceria com a Coordenadoria Nacional de Trabalho Portuário e Aquaviário do Ministério Público do Trabalho para a realização de estudos no Porto do Rio Grande/RS. Em uma ampla ação interinstitucional, envolvendo Governo e entidades públicas e privadas, foi organizado o III Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário, pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) e a Universidade do Vale do Itajaí. A unidade da Fundacentro em Santos/SP também voltará parte de suas ações para o atendimento a todos os aspectos de segurança e saúde no trabalho no Porto de Santos, principal porto brasileiro.

e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho

A democratização das relações de trabalho demanda ampliação dos espaços de diálogo social e fortalecimento das instituições e entidades da sociedade civil e de suas representações. No âmbito do trabalho, o Conselho de Relações do Trabalho (CRT), órgão colegiado tripartite, de natureza orientadora, é um exemplo de espaço permanente de diálogo e de construção de políticas públicas voltadas à democratização das relações trabalhistas.

Em 2014, foram estabelecidos diversos Grupos de Trabalho (GT) com a participação de empregadores, trabalhadores e Governo, dentre os quais vale ressaltar: aeroportuários, portos e estivas; promotores de vendas; regulamentação do trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos; servidores públicos; atos antissindicais; assistência à rescisão de contrato de trabalho; e Ordem dos Músicos.

Os compromissos para aperfeiçoar as condições de trabalho, assumidos pelos setores de Turismo, Hospitalidade e de Vigilância, além da continuidade da Mesa Nacional da Construção, demonstram avanços e maturidade dos atores envolvidos na Agenda

Nacional do Trabalho Decente. O Governo coordenou a implementação de uma série de ações focadas na promoção do trabalho decente, em 2014, especialmente nas Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Esse trabalho deverá continuar em caráter permanente, considerando a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

O Governo Federal tem também atuado no âmbito das Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para as empresas multinacionais, por meio do Ponto de Contato Nacional (PCN), cujo objetivo é a garantia de boas práticas de responsabilidade social corporativa. Composto por diversos Ministérios, seu principal meio de atuação tem sido na forma de mediação entre os atores sociais envolvidos. Destaque para as mediações ocorridas entre instituições financeiras e o sindicato dos trabalhadores do setor.

A Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (Cnatre), cuja coordenação cabe ao MTE, realizou várias reuniões com o objetivo de construir o Plano Nacional para Trabalhadores Rurais Empregados (Planatre). Cerca de 80% da demanda da pauta do plano nacional é relativa às relações de trabalho da categoria, contemplando ações a serem implementadas até 2016, capazes de atender reivindicações dos movimentos sociais para esse segmento.

O Sistema Mediador, com a função de concentrar as convenções e acordos coletivos firmados pelas entidades sindicais, registrou 50 mil instrumentos coletivos de trabalho (convenções, acordos coletivos e termos aditivos). Pelo mesmo sistema Mediador são registrados os pedidos de mediação de conflitos entre trabalhadores e empregadores, totalizando 12,3 mil mediações coletivas registradas em 2014. Vale ressaltar que a taxa de sucesso das mediações coletivas que terminaram em acordo superou os 90%.

O Homologne t é um sistema que permite ao empregador realizar o cadastro das informações relativas à rescisão do contrato de trabalho e ter acesso aos cálculos e gerar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), porém, ainda não é de utilização obrigatória em todo o País. O Ministério do Trabalho e Emprego homologou em 2014 o total de 424,8 mil rescisões de contratos de trabalho, considerando todas as formas de assistência à homologação.

Quanto aos contratos de trabalho temporário, o Sistema de Trabalho Temporário (Sirett), que registra os contratos firmados nos casos de necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviços, informa a incidência de 569,2 mil contratos em 2014.

f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social

O Programa Seguro-Desemprego – estabelecido pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 – tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, auxiliá-lo na manutenção e busca de emprego. Para tanto, promove ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

O benefício do seguro-desemprego é concedido em cinco modalidades: i) trabalhador formal; ii) empregado doméstico; iii) trabalhador resgatado de condição análoga à escravidão; iv) pescador artesanal; e v) bolsa qualificação para trabalhadores com contrato de trabalho suspenso.

De janeiro a meados dezembro de 2014, foram beneficiados: i) 8,5 milhões de trabalhadores formais; ii) 612,2 mil pescadores artesanais cujas espécies pescadas se encontravam em período de defeso; iii) 1,3 mil trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão em decorrência de ação de fiscalização; e iv) 21,8 mil empregados domésticos. Também receberam seguro-

desemprego, na modalidade bolsa qualificação, 18,2 mil trabalhadores com contratos de trabalho suspensos. Para essa execução, foram despendidos com o seguro-desemprego mais de R$ 34,1 bilhões, somando-se os recursos para todas as modalidades.

Para auxiliar na promoção desses direitos, o Governo conta com o Sistema Nacional de Emprego (Sine) mediante a celebração de convênios com Estados, Municípios com mais de 200 mil habitantes e entidades privadas sem fins lucrativos. O Sistema tem como uma de suas principais finalidades a promoção da intermediação de mão de obra, implantando serviços e agências de intermediação de vagas de emprego em todo o País.

No ano de 2014, foram registradas 694,4 mil colocações no mercado de trabalho por intermédio dos postos do Sine; 2,7 milhões de vagas foram captadas; houve 5,8 milhões de encaminhamentos às vagas de emprego; e 6,2 milhões pessoas foram inscritas nos postos de atendimento do Sistema.

A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) acrescentou artigo na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, o qual associa o recebimento do benefício do seguro-desemprego à matrícula e à frequência em curso de qualificação, fornecido gratuitamente aos trabalhadores dispensados sem justa causa. Dessa forma, 60% dos requerentes do seguro-desemprego são considerados parte do grupo prioritário aos cursos do Pronatec por serem reincidentes na habilitação do benefício. No ano de 2014, registrou-se o número de 119,8 mil pré-matrículas efetuadas.

A articulação da política de educação profissional e tecnológica às políticas de geração de trabalho, emprego e renda vem permitindo atuação coordenada do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) com o Pronatec, operado pelo Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, foram tomadas medidas para adequar as vagas disponibilizadas pela rede ofertante do Programa às demandas mapeadas pelo MTE. Encaminhado pela rede de atendimento do MTE, o trabalhador participa de cursos de qualificação profissional, aumentando sua empregabilidade.

No ano 2014, foram 220,9 mil vagas homologadas pelo MEC para atender à demanda apresentada pelo MTE, com base nas informações fornecidas pelos operadores do Sine (demanda identificada) e pelas Comissões Estaduais e Municipais de Emprego (demanda potencial). Estão sendo adotadas medidas de integração de sistemas do MEC e do MTE para aprimoramento dos processos de pactuação de vagas; matrícula dos trabalhadores nos cursos demandados e ofertados; acompanhamento e avaliação da execução das ações de qualificação profissional; e inserção dos concluintes no mercado de trabalho por meio do Sine.

No âmbito do PNQ, de 4,4 mil trabalhadores inscritos em cursos de qualificação objetos de convênios de exercícios anteriores a 2014, 703 (16%) foram admitidos no mercado formal de trabalho em 2014, de acordo com o Caged.

Dentre as ações e parcerias do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) em 2014, destaca-se o Projeto Migrações Transfronteiriças, cujo objetivo é fortalecer a capacidade do Governo Federal para melhor gerir os fluxos migratórios, com foco na assistência e integração laboral de grupos vulneráveis, como os retornados e as potenciais vítimas de tráfico de pessoas. Ressalta-se também o Projeto Observatório das Migrações Internacionais no Brasil (OBMigra), que tem como objetivo geral o desenvolvimento de ações relacionadas à execução de pesquisa e inovação social de políticas públicas que tragam valor agregado para o desenvolvimento do País.

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) concedeu, até setembro de 2014, 3,6 mil autorizações de vistos e permanências no Brasil. No mesmo período, foram concedidos 36,5 mil autorizações de trabalho a estrangeiro, por meio de solicitações à Coordenação-Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego. Atualmente, aproximadamente 85% das solicitações de autorização de trabalho a estrangeiro são enviadas por meio digital, através do Migranteweb.

g) Estímulo à Economia Solidária

Nas estratégias de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria, as ações de economia solidária beneficiaram diretamente 60 mil pessoas e contribuíram no fortalecimento e fomento de 3,6 mil empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação. Assim sendo, entre 2011 e 2014, foram beneficiadas 241 mil pessoas e apoiados 11 mil empreendimentos econômicos solidários que atuam na geração de oportunidades de trabalho e renda com pessoas em situação de pobreza extrema. Essas ações alcançaram 2,4 mil Municípios, com concentração dos investimentos na região Nordeste, onde há o maior percentual de pessoas em extrema pobreza no Brasil.

Em 2014, destacam-se os seguintes resultados:

- Na inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis, foram investidos R$ 42,3 milhões, beneficiando diretamente 16,7 mil pessoas e 315 empreendimentos econômicos solidários de catadores;
- Foram celebradas parcerias para a execução de ações voltadas à inclusão socioeconômica de quatro mil pessoas em situação de rua nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Distrito Federal, Salvador e Fortaleza;
- Na promoção e fomento às redes de cooperação solidária, constituídas por empreendimentos em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários, foram investidos R$ 13,8 milhões para apoiar 9,3 mil trabalhadores em 412 empreendimentos; e
- No fomento e fortalecimento das finanças solidárias, foram apoiados 111 bancos comunitários de desenvolvimento, 285 fundos solidários e 94 cooperativas de crédito solidário, enquanto instrumentos de promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da pobreza extrema.

Em 2014, foi ainda instituído o Comitê do Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo Social (Pronacoop Social), de acordo com o Decreto nº 8.163, de 20 de dezembro de 2013, com a finalidade de planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais.

Também foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária Nacional. Em sua preparação, foram promovidas 207 conferências territoriais e municipais e 26 conferências estaduais, além de cinco conferências temáticas, com a mobilização de 22 mil pessoas em 1,6 mil Municípios. Na etapa nacional da 3ª Conferência, participaram 1,6 mil pessoas, sendo 62% de mulheres.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

a) Crédito

O crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), computadas as operações com recursos livres e direcionados, alcançou saldo total de R$ 3 trilhões em novembro de 2014, equivalendo a 58% do Produto Interno Bruto (PIB). O mercado de crédito apresentou crescimento moderado ao longo do ano, condicionado pelo arrefecimento do ritmo da atividade econômica e pela elevação das taxas de juros, que acompanharam o ciclo de política monetária.

A expansão manteve-se mais acentuada no crédito direcionado, destacando-se o dinamismo dos financiamentos rurais e imobiliários, e nos bancos públicos, cuja representatividade correspondeu, em novembro, a 53,5% do total de crédito do sistema financeiro.

O crescimento anual das operações de crédito realizadas por cooperativas de crédito foi de 17,7%, considerando a data base de novembro de 2014, média superior ao crescimento de 15,9% do setor bancário privado nacional no mesmo período. O número de associados de cooperativas de crédito ultrapassou a marca de seis milhões. Essas instituições já possuem cerca de cinco mil pontos de atendimento em todo território. É relevante também a participação das cooperativas de crédito na concessão do crédito rural, que alcançou a marca de 20,7% dos contratos dessa natureza e de 11,3% do total de valores financiados, no montante de R$ 13,7 bilhões em operações nessa modalidade até novembro de 2014.

No crédito às pessoas físicas, que atingiu saldo de R$ 1,4 trilhão em novembro de 2014, a expansão foi impulsionada, principalmente, pelos financiamentos habitacionais, que somaram R$ 424 bilhões. Em sentido contrário, os financiamentos de veículos registraram recuo de 4,8% até o mês de novembro.

A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro, consideradas as operações com recursos livres e direcionados, situou-se em 21,3% ao ano em novembro, com elevação de 1,6 ponto percentual relativamente a dezembro de 2013. As taxas de inadimplência apresentaram relativa estabilidade, em níveis historicamente baixos. Em novembro, a inadimplência acima de 90 dias no SFN situou-se em 3%.

b) Acesso a Serviços Bancários

Banco Postal

A experiência brasileira com o Banco Postal tem sido alvo de citações e das atenções nos foros de discussões sobre essa matéria. Presente em 94% dos Municípios, dos quais 1.612 não contam com instituição financeira, e contando com mais de 6,1 mil unidades de atendimento, o Banco Postal realizou a abertura de mais 3,4 milhões de contas e 435 milhões de transações até dezembro de 2014.

Os Correios e o Banco do Brasil iniciaram, em 2013, estudos para um novo modelo de negócios para o Banco Postal. Em 2014, foi assinado um novo contrato de parceria que possibilitará ampliar o escopo de atuação do negócio, oferecendo novas linhas de crédito, seguros, capitalização, cartões pré-pagos, consórcios, entre outros.

c) Microcrédito e Microfinanças

No período de janeiro a novembro de 2014, a concessão de microcrédito pelos bancos públicos federais que atuam no segmento atingiu o montante de R$ 9,1 bilhões, representando um acréscimo de 35% ao observado no mesmo período de 2013. Esse volume corresponde a aproximadamente 86% da concessão total de microcrédito do Sistema Financeiro Nacional.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) destaca-se entre os programas de microcrédito do País. O PNMPO tem por finalidade universalizar o acesso ao crédito para os negócios populares de pequeno porte, estimulando o empreendedorismo e, com isso, representando importante ferramenta para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social. Desde a criação do Programa até o mês de setembro de 2014, o MTE habilitou 511 instituições ao PNMPO.

Do valor concedido pelo PNMPO, até o mês de setembro de 2014, cerca de R$ 8,3 bilhões, 89,53% foram destinados para capital de giro. Com relação à distribuição de clientes por gênero, revela-se a forte presença das mulheres como principal perfil atendido (63,09%). Observa-se, por fim, que 63,07% do valor total disponibilizado foram destinados ao ramo comercial.

As operações do Crescer estão inseridas no PNMPO e são direcionadas a empreendedores pessoa física, microempreendedores individuais (MEI), e microempresas com faturamento de até R$ 120 mil anuais. O valor máximo de financiamento é de R$ 15 mil, destinado a capital de giro ou investimento, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto de agentes de crédito com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. Os empréstimos do Crescer possuem taxa de juros diferenciada de 5% ao ano e taxa de abertura de crédito (TAC) de 1% sobre o valor financiado.

O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - Crescer contratou 10,77 milhões de operações, de setembro de 2011 a outubro de 2014, pelas sete instituições financeiras operadoras do Programa (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banrisul, Banestes e Agência de Fomento do Paraná), totalizando desembolso de R$ 15,52 bilhões. O *ticket* médio atual do Programa é de R$ 1,4 mil e o prazo médio das operações de sete meses.

6. Aquicultura e Pesca

A atividade pesqueira brasileira tem atingido resultados positivos durante os últimos dez anos, ampliando gradualmente sua participação como importante atividade econômica no Brasil. A estruturação de políticas voltadas ao setor pesqueiro e aquícola, e os incentivos à infraestrutura, comercialização e consumo do pescado são o alicerce para tornar o Brasil um país promissor na atividade pesqueira.

No ano de 2014, as ações de ordenamento e planejamento da pesca e aquicultura tiveram avanços em novas áreas como as da pesca e aquicultura ornamental e pesca amadora. A regulamentação do setor de ornamentais permitiu o reconhecimento da importância do setor para o País, tanto no que diz respeito às questões profissionais do produtor/pescador, quanto às questões legais de cultivo, pesca, comercialização e exportação desses organismos aquáticos. Da mesma forma, o reconhecimento legal da pesca amadora e o investimento em ações específicas permitiram a legalização dessa atividade de grande importância para a pesca e para o turismo de pesca no Brasil.

O estudo de demarcação de águas de domínio da União para fins de aquicultura também foi continuado, tanto na porção continental quanto na marinha. Grande progresso também ocorreu nas questões sanitárias que permitiram maior segurança e autonomia ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para lidar com problemas e soluções relacionados à sanidade pesqueira.

A oferta de cursos de qualificação para pescadores e aquicultores em 2014 permitiu o atendimento a 17 mil profissionais do setor pesqueiro e aquícola.

O Plano Safra da Pesca e Aquicultura (PSPA) 2012/2014, continuou a estimular o crescimento das atividades pesqueiras e aquícolas, com recursos de aproximadamente R$ 450 milhões no ano de 2014.

a) Incentivo à Aquicultura e Pesca

No âmbito do programa de cessão de águas de domínio da União para fins de aquicultura, foram realizados estudos para a demarcação de Parques Aquícolas continentais em seis reservatórios, sendo dois na região Sul (Salto Santiago e Salto Osório), dois no Sudeste (Itumbiara e Emborcação) e dois no Norte (Peixe Angical e São Salvador).

Existem ainda 78 Parques Aquícolas em 17 reservatórios em processo de regularização junto à Agência Nacional de Águas (ANA), à Marinha do Brasil e à Secretaria de Patrimônio da União (SPU): Água Vermelha, Boa Esperança, Canoas I, Canoas II,

Capivara, Chavantes, Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, Igarapava, Itaparica, Jaguara, Jurumirim (Armando A. Laydner), Rosana, Salto Grande, São Simão, Sobradinho, Taquaruçu e Xingó.

Em águas marinhas, houve a regularização de seis Parques Aquícolas, sendo três no Estado do Pará e três no Paraná.

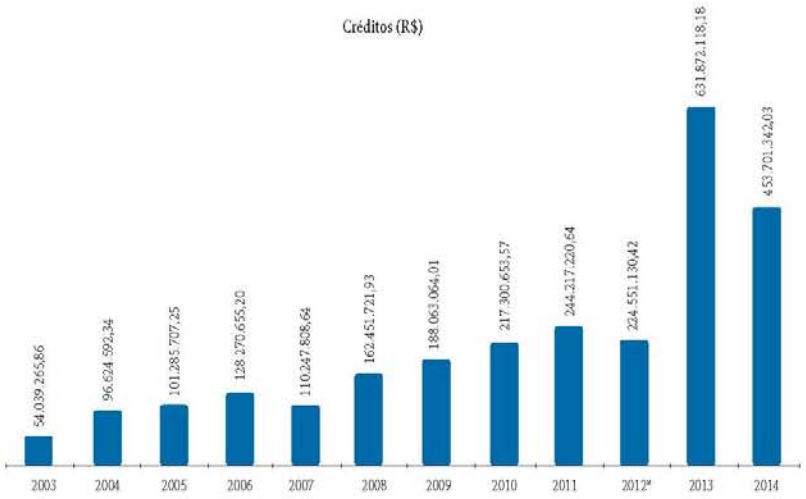
No que tange ao fomento da atividade pesqueira, o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais vem apresentando, desde 2012, um acentuado crescimento, devido ao aumento das embarcações artesanais que hoje representam cerca de 70% do total de beneficiários. Até 2014, o Programa habilitou 2.940 embarcações, de 15 unidades da Federação.

Além disso, para permitir um maior controle da inscrição no Registro Geral da Pesca (RGP) na categoria de Pescador Profissional e do Programa de Subvenção ao Óleo Diesel, está prevista, para o ano de 2015, a implantação de um projeto de integração e consolidação dos sistemas operacionais de registro, monitoramento e controle da atividade pesqueira, contemplando ações de combate à fraude no acesso e pagamento do seguro-desemprego do pescador artesanal (Seguro-defeso). O objetivo do Projeto é produzir e gerenciar informações consistentes, visando ao aprimoramento da Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura.

a.1) Crédito

O Plano Safra da Pesca e Aquicultura constituiu um grande avanço na inclusão da atividade pesqueira e aquícola no mercado de crédito. No período de janeiro a dezembro de 2014, o Plano Safra concedeu créditos no montante de R$ 453,7 milhões para a modernização do setor pesqueiro e aquícola, totalizando 14.334 operações de financiamento na rede bancária oficial. Destaca-se que, desde o lançamento do Plano Safra, em outubro de 2012, foi contratado um total de R$ 1,3 bilhão.

Valores de crédito contratados para a pesca e aquicultura de 2003 a 2014



Fonte: Banco Central do Brasil e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.
Observação: (*) Período de outubro a dezembro (Lançamento do PSPA).

Com o objetivo de adequar as linhas de crédito às necessidades do setor pesqueiro e aquícola, foi atualizado o Manual de Crédito Rural. Também foram realizadas ações de apoio à implementação do Plano Safra, como a criação da Caravana do Crédito e a realização de treinamentos para capacitação em educação financeira nas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura (SFPA) nos estados.

b) Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros

Durante anos, a aquariofilia brasileira foi uma atividade baseada no extrativismo, enviando ao exterior todo potencial genético brasileiro na forma de matrizes silvestres. Com a publicação da Instrução Normativa MPA nº16/2014, estabeleceu-se uma nova realidade para os produtores, que passam a poder cultivar mais de duas mil espécies nativas, podendo vir a colocar novamente o Brasil no rol dos maiores exportadores.

Durante o ano de 2014, as ações para o setor de organismos aquáticos vivos com fins de aquariofilia e ornamentação foram importantes para o ordenamento da atividade, ao estabelecer critérios e procedimentos para inscrição das empresas que comercializam organismos aquáticos vivos no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). Todo o processo de inscrição do RGP é feito *on-line* e, ao trazer o produtor para a legalidade, fortalece a cadeia produtiva de peixes ornamentais.

Um avanço a se realizar em 2015 será a homologação, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da ocupação de condutor de turismo de pesca como profissão no Código Brasileiro de Ocupações. Desta forma, o Condutor de Pesca se tornará uma categoria profissional.

c) Registro, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira

No âmbito do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (Preps), foram instalados, gratuitamente, aproximadamente 350 equipamentos de rastreamento nas embarcações da frota de lagosta com comprimento médio entre 10 metros e 15 metros. Além disso, foi finalizado o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Mapas de Bordo (SisBORDO) e do Sistema Informatizado do Regime Nacional de Certificação de Capturas (SisRCC), que permitirão maior celeridade e segurança na recepção, análise e disponibilização das informações sobre as pescarias e certificação dos produtos da pesca.

Na fiscalização da atividade pesqueira, o Governo atua no sentido de inibir as irregularidades que podem ocorrer no exercício da atividade pesqueira e aquícola, tais como fraude no processo de inscrição no RGP e crimes ambientais. Durante o ano de 2014, foram realizadas ações de fiscalização em empresas, armadores de pesca, parques aquícolas e pescadores profissionais nos Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rondônia, Pará e Amazonas.

Com o objetivo de melhorar o controle e aprimorar a operacionalização do RGP, foi instituído, por meio da Instrução Normativa MPA nº 15, de 11 de agosto de 2014, o Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira na categoria Pescador Profissional Artesanal, que possibilita avaliar o desempenho do pescador, as espécies e quantidades por ele capturadas, a comercialização e o destino da produção. Foi ainda concluído o recadastramento no RGP do Pescador Profissional, resultando em 78 mil pescadores com registros suspensos e 252 mil cancelados.

No ano de 2014, foram inscritos 20.380 aquicultores no RGP, o que representa um acréscimo de 31% sobre o total de inscritos. Na categoria de Pescador Amador, foram cadastrados 230.677 pescadores amadores e concedidas 126 licenças para torneio. Ainda no âmbito do RGP, foram autorizadas cerca de 59 mil embarcações nas modalidades de linha, emalhe, arrasto e cerco.

d) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola

O Governo vem realizando nos últimos anos esforços para melhorar e concluir as ações de infraestrutura pesqueira e aquícola, com a finalidade de atender às demandas de produção e alicerçar o crescimento pesqueiro no Brasil, com diversas unidades de beneficiamento de pescado em execução. As localidades atendidas foram: Presidente Castelo Branco/ SC, Anhembi/SP, Luís Eduardo Magalhães/BA e Iracema/RR. No caso dos Terminais Pesqueiros Públicos, estão sendo executadas obras, por meio de convênios e contratos, em Natal/RN e Belém/PA.

Em 2014, foi concluída a primeira etapa (obras civis) e o início da instalação dos equipamentos da unidade de beneficiamento de pescado de Dourados (MS). Foram concluídos, ainda, os projetos de adequação da unidade de beneficiamento de pescado de Dois Irmãos do Buriti (MS) e de Cássia (MG), e o aparelhamento da unidade de beneficiamento de pescado de Abelardo Luz (SC).

Outros empreendimentos em execução são a Estação de Piscicultura em Águas de Chapecó/SC, o Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão em Aquicultura em São Luís/MA, a reforma e aparelhamento de Estaleiro em Garopaba/SC, o Centro Integrado de Pesca Artesanal em Pedra Grande/RN, a fábrica de farinha de peixe e de ração em Balsas/MA e o Mercado de Peixe nos Municípios de Alenquer/PA, Cascavel/CE, Imperatriz/MA, Itajaí/SC e Jaguaruana/CE. Está em elaboração o projeto executivo do Centro de Estudos e Pesquisas em Aquicultura, Pesca e Ambientes Aquáticos, previsto para o Município do Rio de Janeiro/RJ.

Foi dada continuidade à construção de cerca de 10.420 hectares de viveiros escavados em 21 unidades da Federação (AC, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PR, RJ, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO), com capacidade de produção estimada em 104.200 t/ano de pescado, beneficiando, assim, 20.840 famílias.

e) Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola

Durante o ano de 2014, foram celebrados 20 contratos para a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (Atepa), resultantes de três chamadas públicas realizadas no ano de 2013, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), possibilitando o atendimento a 20.050 famílias de pescadores e aquicultores, principalmente das regiões Norte e Nordeste. Além disso, convênios e termos de cooperação celebrados em anos anteriores possibilitaram a capacitação de 82 técnicos e 2.135 pescadores e aquicultores durante o ano de 2014 e o atendimento de aproximadamente 2.653 famílias com ações de Atepa.

Em 2014, mil pescadores artesanais do Território Transamazônica no Pará passaram a receber assistência técnica diferenciada, com direito a acessar recursos de fomento não reembolsáveis no valor de R$ 2,4 mil, no âmbito do Programa Brasil sem Miséria.

Durante o ano de 2014, foram realizados 25 cursos de treinamento em 24 Municípios, nos principais Estados do Nordeste, com um total de 755 participantes, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Tecnológico com Boas Práticas de Manejo e Biossegurança para a Carcinicultura no Nordeste, que consiste na programação, execução e avaliação de um abrangente plano de capacitação e treinamento dirigido aos diversos públicos e atores que compõem a cadeia produtiva da carcinicultura.

f) Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação

De modo a apoiar projetos de pesquisa para o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura nacional no ano de 2014, foi priorizada a formalização de parcerias via Termo de Execução Descentralizada (TED).

Um dos projetos apoiados é a construção do Centro Nacional de Identificação Molecular de Pescado (Cenimp), que se configurará como o maior centro de referência em sequenciamento genético e identificação molecular de espécies nativas e exóticas de organismos aquáticos em território brasileiro. O Cenimp será sediado no Rio de Janeiro/RJ e ampliará a capilaridade dos trabalhos de órgãos de controle de comercialização de pescado, com a Receita Federal e Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (Mapa), em suas atividades de fiscalização.

Foram apoiados os projetos: "Construção de barco de pesca com sistema de propulsão híbrida com uso de fonte de energia renovável" e "Rede Viva: adoção de dispositivos tecnológicos para redução da captura de fauna acompanhante na pesca artesanal de arrasto de camarões no litoral do Paraná e de Santa Catarina".

Destaca-se, também, a execução das ações contempladas no âmbito do Memorando de Entendimento firmado com a Petrobras Biocombustíveis, com o objetivo de promover a pesquisa e a geração de novas tecnologias para o desenvolvimento de biodiesel a partir de resíduos de pescado, gerados tanto pela indústria processadora quanto pelos produtores de pequeno e médio portes.

Por fim, está em processo de contratação estudo retrospectivo, prospectivo e estratégico de PD&I para os setores da pesca e aquicultura no Brasil, de forma a contribuir para orientar o planejamento estratégico de médio e longo prazos para o financiamento de projetos de pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), bem como de investimentos em infraestrutura, nos mais diversos segmentos da cadeia produtiva pesqueira e aquícola.

g) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira

Com o objetivo de definir regras sanitárias próprias para a autorização de trânsito de formas jovens, bem como estratégias de controle ou erradicação de doenças ou infecções nos estabelecimentos de aquicultura, foi instituído o Plano Nacional de Certificação Sanitária de Estabelecimentos de Aquicultura Produtores de Formas Jovens de Animais Aquáticos (Plano Forma Jovem Segura), que será estruturado por meio de programas sanitários específicos. O primeiro programa colocado em consulta pública foi o Programa Nacional de Monitoramento Sanitário de Alevinos de Tilápias (Alevino de Tilápia Monitorado), que define os critérios básicos para o transporte nacional de formas jovens da tilápia. Diante da necessidade de se adotar um instrumento legal para amparar o trânsito do pescado (matéria-prima), foi determinado, por meio de instrumento legal, a obrigatoriedade de emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA) para o transporte de animais aquáticos vivos e matéria-prima de animais aquáticos provenientes de estabelecimentos de aquicultura e destinados a estabelecimentos registrados em órgão oficial de inspeção.

Ainda com o objetivo de estruturar os serviços de defesa sanitária de animais aquáticos que visam impedir a entrada ou disseminação de doenças na aquicultura, será instituído, no início de 2015, o Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo (Aquicultura com Sanidade). Esse programa irá assegurar a prevenção, o controle e a erradicação de doenças nos sistemas de produção de animais aquáticos, e contribuir para o aumento da produtividade e, consequentemente, da oferta de pescado para o abastecimento do mercado interno e externo.

Também está previsto, para o ano de 2015, o lançamento dos seguintes programas sanitários: i) Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Embarcações Pesqueiras e Infraestruturas de Desembarque de Pescado (Embarque Nessa); ii) Programa de Monitoramento de Resistência a Antimicrobianos em Recursos Pesqueiros; iii) Programa Nacional de Certificação Sanitária de Alevinos de Peixes Redondos e Bagres Nativos; iv) Programa Nacional de Certificação Sanitária de Pós-larvas de Camarão Marinho; e v) Programa Nacional de Certificação Sanitária de Sementes de Moluscos Bivalves.

h) Estímulo ao Consumo e à Comercialização de Pescado

As ações relativas à promoção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional se deram principalmente pela realização da já consagrada Semana do Peixe, que teve sua XI edição em 2014. O evento tem foco no incentivo ao consumo de pescado e foi uma importante iniciativa realizada com apoio de parcerias locais e a efetivação de eventos de sensibilização junto ao público consumidor, como os alunos das escolas públicas.

O Acordo de Cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que, desde 2013, vem permitindo a inserção cada vez maior do pescado na alimentação escolar, atingiu mais de 50% dos Municípios. Outra ação importante para estimular o consumo do pescado nas escolas é o convênio assinado com o Sesi, com vigência a partir de 2015, para capacitar manipuladores de alimentos de escolas públicas e entidades filantrópicas, visando aumentar a variedade de formas de preparo e melhorar as técnicas higiênico-sanitárias de manipulação e conservação de pescado nas cozinhas escolares.

Com o intuito de desburocratizar o trânsito interestadual de organismos ornamentais vivos e evitar mortalidade do recurso pesqueiro durante o transporte, foi estabelecida a Nota Fiscal Eletrônica como documento comprobatório de origem, trânsito e destino de espécimes de organismos aquáticos vivos com fins de ornamentação e aquariofilia. Desta forma, fica permitida a comercialização de organismos ornamentais entre os Estados de maneira desburocratizada e ágil.

Visando apoiar a melhoria nos processos de manipulação e comercialização de pescado, o programa Pequenos Empreendimentos da Pesca Artesanal teve sua fase final de execução em 2014, tendo beneficiado 63 entidades com a entrega de *kits* feira e *kits* cozinha comunitária.

i) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira

Na Região dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, em 2014, foram mantidos sete Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura (Cirpa) e o Centro de Referência em Aquicultura e Pesca do Vale do Parnaíba (Ceraqua-PHB), na Região dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Nesses Centros, foram produzidos cerca de 13 milhões de alevinos; realizadas 30 operações de transporte para introdução de espécies de peixes, e apoiadas cerca de 50 unidades demonstrativas de piscicultura em tanques-rede ou viveiros escavados, tendo como objetivo a capacitação e a formação de mão de obra qualificada. Além de ações voltadas para o crescimento da atividade piscícola, houve o fornecimento de tanques-rede, rações e alevinos provenientes dos Centros Integrados para os primeiros ciclos de produção; assistência técnica aos produtores; e incentivo ao associativismo e ao cooperativismo. Em 2015, os Cirpa têm como meta produzir cerca de 15 milhões de alevinos e realizar 45 peixamentos.

Nas áreas de atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em 2014, foram produzidos 45 milhões de alevinos que foram distribuídos e comercializados em ações de inclusão produtiva ou utilizados para repovoamento de corpos d'água.

Na Região do Complexo Nascentes do Pantanal, no Mato Grosso, está sendo desenvolvida a Cadeia Produtiva da Piscicultura, atrelada ao projeto Rotas de Integração Nacional, com previsão de aplicação de recursos no valor de R$ 5 milhões, visando gerar empregos e renda por intermédio da oferta de produtos de alta qualidade nutritiva nos Municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal.

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

a) Políticas Agrícolas para a Agricultura Familiar

A agricultura familiar, elemento fundamental da base produtiva, econômica e social do Brasil, desenvolve-se em pequenas propriedades, com utilização direta da mão de obra familiar, voltada principalmente para a produção de alimentos e o abastecimento do mercado interno.

A política governamental vem sendo ampliada e aperfeiçoada de tal forma a levar mais qualidade de vida, além de renda e produção, para as áreas rurais. Foram expandidos serviços e políticas públicas de acesso à terra, crédito, seguro da produção, garantia de preço, educação, saúde e moradia, a partir de investimentos em programas importantes como: Reforma Agrária, Pronaf, Garantia Safra, Mais Médicos, Pronatec Campo, PAC Equipamentos e Minha Casa Minha Vida Rural.

Atualmente, estão habilitados a acessar essas políticas 5,14 milhões de agricultores familiares identificados e qualificados pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). São cadastradas, também, 3,4 mil entidades que possuem a DAP para pessoas jurídicas. O número de DAP para pessoas físicas cresceu 48% em relação a 2010 e o de DAP-PJ é 162% maior do que há quatro anos. Isso significa muito mais acesso às políticas públicas.

a.1) Plano Safra da Agricultura Familiar

No Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, foram disponibilizados R$ 24,1 bilhões de crédito para financiar a produção da agricultura familiar. Esse valor é 14,7% maior do que o disponibilizado na safra passada e dez vezes maior do que o executado na safra 2002/2003. O Pronaf já está presente em mais de 5.400 Municípios. Atualmente, a carteira ativa do Pronaf é de R$ 56 bilhões, acumulando 3,5 milhões de contratos, beneficiando diretamente 2,6 milhões de famílias de agricultores.

Para o ano safra 2014/2015, destaca-se a aprovação do Pronaf Produtivo Orientado, pela Resolução nº 4.344 do Conselho Monetário Nacional, de 25 de junho de 2014. Essa nova linha de crédito visa disponibilizar aos agricultores localizados nas regiões atendidas pelos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, financiamento de investimento com tecnologias apropriadas para melhorar a convivência com cada bioma e gerar renda, por meio de uma assistência técnica intensiva, capacitada e supervisionada. Há de se destacar, ainda, que foram mantidas as taxas de juros do Pronaf, de 0,5% a 3,5% para agricultores e até 4% para cooperativas.

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) passou a amparar 51 produtos financiados pelo Pronaf, protegendo 95% dos contratos de financiamento, contra 43 produtos amparados em 2010. Outra novidade desta safra são os preços diferenciados para produtos da sociobiodiversidade.

a.2) Seguro e Garantia Safra

O Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), que cobre as perdas por eventos climáticos, deu cobertura a mais de 529 mil contratos de custeio e investimento do Pronaf e segurou R$ 7,9 bilhões na safra 2013/2014. Desse montante, 20.041 contratos receberam indenização, somando recursos de R$ 235,8 milhões. Em 2014, o seguro foi reformulado e, a partir de janeiro de 2015, passará a ter como referência de cobertura não somente o custo de produção, mas a renda esperada. Essa mudança vai aumentar a segurança dos agricultores.

O Programa Garantia Safra tem o objetivo de garantir renda mínima para agricultores familiares de baixa renda, sujeitos à perda sistemática de produção, por motivo de seca ou excesso de chuvas. Para a safra 2013/2014, foi disponibilizado 1,2 milhão de cotas e houve adesão de 1.176.990 agricultores, em 1.263 Municípios. Entre os meses de julho e novembro de 2014, já foram beneficiadas 684,4 mil famílias em 669 Municípios. Para a safra 2014/2015 foi disponibilizado 1,35 milhão de cotas.

a.3) Assistência Técnica e Extensão Rural

Em 2014, foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Por meio dela será possível apoiar mais agricultores, incorporar novas tecnologias e aumentar a produtividade, integrando pesquisa e extensão.

O orçamento do Governo para assistência técnica em 2014 chegou a R$ 1,1 bilhão, enquanto em 2003 eram R$ 56 milhões. Em 2014, foram beneficiadas 684.4 mil famílias, sendo 279,5 mil famílias em contratos de Ater para agricultores familiares e 404,9 mil assentados da reforma agrária, maior cobertura de assistência técnica na história da reforma agrária.

Dos assentamentos criados entre 2011 e 2014, 79% têm Ater garantida para o próximo período. Foram empenhados, em 2014, R$ 272 milhões para assistência técnica a assentados, dos quais R$ 139 milhões no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Do total de famílias assentadas atendidas em 2014, 93 mil possuem o perfil do público do PBSM. Dessas, cerca de 13 mil receberam os recursos não reembolsáveis do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

No período de 2011 a 2014, destaca-se a contratação de Ater para 39 mil famílias extrativistas, no âmbito do Programa Bolsa Verde, respeitando as especificidades produtivas e culturais das comunidades que desenvolvem o extrativismo e a conservação ambiental em Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento Agroextrativistas, localizadas nos Estados do Acre, Amazonas e Pará.

Atualmente, estão registradas junto ao MDA 689 entidades de Ater, sendo 637 privadas e 52 públicas.

O Programa Ater Mais Gestão – Assistência Técnica em Organização, Gestão, Produção e Comercialização para Empreendimentos da Agricultura Familiar, que tem o objetivo de profissionalizar e dar suporte às cooperativas e outras organizações econômicas da agricultura familiar, investiu, entre 2012 e 2014, cerca de R$ 60 milhões na capacitação de 471 cooperativas da agricultura familiar, com o intuito de inseri-las nos mercados institucionais de compra de alimentos da agricultura familiar. Dessas entidades, cerca de 20% trabalham com produtos orgânicos. Quase 100 mil famílias são associadas a essas organizações, que representam oportunidades de inclusão produtiva, agregação de valor a seus produtos e geração de renda. Em 2015, o MDA pretende alcançar mil organizações e iniciar os trabalhos na região Norte.

a.4) Compras Governamentais e Acesso a Mercados

O Governo dispõe de vários instrumentos para apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em ação conjunta, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e MDA investiram, até outubro de 2014, aproximadamente R$ 293 milhões na aquisição de alimentos da agricultura familiar, beneficiando cerca de 64 mil agricultores familiares. Especificamente na modalidade de formação de estoques, foram aplicados, até setembro, cerca de R$ 17 milhões, beneficiando aproximadamente 25 empreendimentos da agricultura familiar (associações e cooperativas). Em 2015, o orçamento previsto do PAA é de R$ 816 milhões, o que possibilitará a participação de um total estimado de 154 mil agricultores familiares.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), ação conjunta do Ministério da Educação, MDA e Prefeituras Municipais, proporciona que pelo menos 30% das aquisições da alimentação escolar sejam feitas diretamente da agricultura familiar. Além de melhorar a qualidade da alimentação escolar, esse programa amplia o mercado para a agricultura familiar, estimulando a economia local, especialmente dos Municípios de pequeno porte.

a.5) Agroecologia

O Plano Brasil Agroecológico tem por objetivo estimular e ampliar a produção agroecológica e ampliar a oferta de alimentos saudáveis à população brasileira. O plano tem 125 iniciativas e recursos no valor de R$ 8,5 bilhões, sendo gerido pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), composta pelo Governo e sociedade civil, e monitorado pela Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo).

O Plano Safra 2014/2015 contemplou o Pronaf Agroecologia, com taxa de juros reduzida. Além disso, a agroecologia e a agricultura orgânica receberam tratamento diferenciado no âmbito do Pronaf Produção Orientada, da assistência técnica especializada, do Seaf e do Pgpaf. Foi estruturado o Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar, com a aplicação de R$ 10,6 milhões para aquisição e distribuição de sementes e a criação da modalidade PAA Sementes, que será operacionalizada a partir de 2015. Houve, ainda, a ampliação dos mercados institucionais para a comercialização da produção orgânica: em 2014, foram R$ 7 milhões do PAA e R$ 104 milhões do Pnae. Por sua vez, a formação profissional para fomentar a transição agroecológica também tem merecido atenção: foram implantados 115 Núcleos de Agroecologia na Rede Federal de Educação e 45 mil matrículas foram efetuadas em cursos de agroecologia ou em cursos com enfoque agroecológico no Pronatec.

a.6) Política Internacional para a Agricultura Familiar

As Nações Unidas declararam 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (Aiaf), em reconhecimento às contribuições desse segmento para o combate à pobreza, a garantia da segurança alimentar, o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Diversas iniciativas foram realizadas para ampliar a visibilidade da agricultura familiar no Aiaf, destacando-se dois grandes eventos internacionais e o lançamento do Selo Comemorativo dos Correios.

A Conferência de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe reuniu representantes de governo e da sociedade civil de 25 países, e aprovou uma plataforma para impulsionar a promoção da autonomia e da igualdade de gênero na região.

A primeira reunião ministerial sobre agricultura familiar da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), com a presença de 20 países e representação de governos e sociedade civil, inaugurou um espaço de coordenação continental, reforçando o papel da agricultura familiar no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e Erradicação da Fome 2015, principal iniciativa da integração regional aprovada pelos presidentes e chefes de Estado da região.

Em 2014, o Programa Mais Alimentos Internacional, que combina cooperação para o fortalecimento dos serviços de assistência técnica, intercâmbio sobre políticas agrícolas diferenciadas e aquisição de máquinas e implementos agrícolas, registrou a entrega dos primeiros lotes de máquinas e equipamentos em Moçambique, Cuba e Zimbábue.

b) Reforma Agrária e Gestão Fundiária

As mudanças no Programa de Reforma Agrária, iniciadas em 2012, foram aprofundadas em 2014, gerando resultados positivos. As famílias beneficiadas com acesso à terra estão superando a pobreza, aumentando a produção e a produtividade, em sintonia

com a agroecologia, e reafirmando o compromisso com a conservação ambiental. As novas áreas reformadas têm garantia de que são viáveis para o desenvolvimento da agricultura de economia familiar.

b.1) Desenvolvimento de Assentamentos da Reforma Agrária

Infraestrutura

As ações de infraestrutura desenvolvidas pelo Incra nos assentamentos da reforma agrária atenderam mais de 166 mil famílias desde 2011. Nesse período, foram construídos ou reformados aproximadamente 14 mil km de estradas e atendidas 22,6 mil famílias com obras de abastecimento de água. Em 2014, foram finalizadas obras de infraestrutura que beneficiaram 28.268 famílias assentadas, sendo 19.787 atendidas com construção ou recuperação de estradas, 3.648 com obras de abastecimento de água e 4.833 com outras obras de infraestrutura.

O trabalho desenvolvido diretamente pelo Incra na área da segurança hídrica, com vistas a suprir as demandas ainda existentes por água para consumo humano e produção, nos assentamentos da reforma agrária, é complementar à execução da parceria firmada em 2012, com o Ministério da Integração Nacional, no âmbito do Programa Água para Todos, para beneficiar 32 mil famílias de 579 assentamentos situados na região do semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais. Foram empenhados cerca de R$ 42 milhões do orçamento do Incra, cuja execução vem sendo feita por meio de convênios celebrados entre o MI e os Governos Estaduais abrangidos pela região do semiárido brasileiro.

Em 2013, as demandas por construção de habitações em assentamentos começaram a ser atendidas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR), o que representou uma mudança significativa na forma como esse serviço era prestado. Até 2014, já foi entregue oficialmente, às entidades organizadoras do MCMVR, a relação de 73.169 famílias assentadas a serem beneficiadas pelo Programa e 5.339 famílias já assinaram contratos com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Além disso, entre 2013 e 2014, foram construídas ou recuperadas 16.326 casas, com recursos próprios do Incra, em obras de habitação, remanescentes do Crédito Instalação.

Outro destaque de inovação em 2014 foi a realização do Chamamento Público para Infraestrutura, com objetivo de firmar parcerias para realização de obras de implantação, complementação ou recuperação de estradas vicinais em assentamentos. O chamamento resultou na seleção de 73 projetos, em valor superior a R$ 110 milhões. Desse valor estão contratados 47, em convênios firmados com prefeituras, contabilizando R$ 82 milhões. Em 2015, está previsto o atendimento a cerca de 20,5 mil famílias, com R$ 201 milhões em obras de infraestrutura.

Plano Safra para Reforma Agrária e o novo Crédito Instalação

As famílias assentadas contam agora com a nova rota de financiamento da reforma agrária, anunciada no Plano Safra 2014/2015, com normatização da sistemática de concessão, aplicação e prestação de contas do Crédito de Instalação. Como resultado da Lei nº 13.001, de 2014, foram criados três ciclos de apoio financeiro, conforme as fases de implantação e desenvolvimento das famílias assentadas, que beneficiarão 255 mil famílias durante o atual ano-safra.

Já em 2014, estão em fase de execução 60 mil operações das modalidades Apoio Inicial I, Fomento e Fomento Mulher. Já receberam o valor inicial de R$ 2,4 mil, do Apoio Inicial I, 9.017 famílias, estando previsto para 2015 o atendimento a cerca de 180 mil famílias nas diversas modalidades, com um investimento de R$ 946 milhões. O novo crédito é operado via cartão bancário, emitido em nome da mulher de cada família assentada. Destaca-se, ainda, a implantação do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI), no Incra, para acompanhamento eletrônico dessa nova política.

Foi criada, também, a modalidade de microcrédito para reforma agrária, visando a beneficiar 80 mil famílias até 2015, e o Pronaf A Mais Alimentos Reforma Agrária, para assentados com possibilidade de expansão e estruturação das atividades produtivas, com limite de até R$ 25 mil por família, ampliado em relação aos R$ 20 mil anteriores.

Organização econômica

O Programa Terra Forte para os assentados da reforma agrária visa a apoiar a difusão de tecnologia e a geração de renda, por meio da agroindustrialização da produção. O Programa tem assegurado R$ 600 milhões, para o período de 2014 a 2017. Em 2014 foram selecionados, para um banco de projetos, 32 projetos em 331 assentamentos, envolvendo 25.776 famílias assentadas em todas as regiões. Desse total, dois projetos foram contratados e oito já estão qualificados, para contratação em 2015.

Outra ação complementar de organização econômica dos assentamentos da reforma agrária é o Programa Terra Sol, que priorizou o apoio a grupos produtivos de mulheres assentadas em 2014, por meio do lançamento de Chamada Pública Terra Sol Mulheres. O objetivo foi selecionar pré-projetos exclusivos de mulheres rurais nos segmentos de agroindustrialização e apoio à comercialização. Foram empenhados R$ 11 milhões, beneficiando 11,6 mil famílias com projetos concluídos em 195 assentamentos.

Cadastro Ambiental Rural

Instituído pelo Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o registro público eletrônico de informações ambientais do imóvel rural, obrigatório para todas as propriedades e posses rurais no território nacional, sendo fundamental para o monitoramento, o controle e o combate ao desmatamento. Sua implantação nos assentamentos de reforma agrária é de responsabilidade do Incra. Desde 2012, foi requerido o cadastramento de 187 assentamentos, sendo 104 em 2014.

Em 2014, destaca-se a formalização de parceria entre o Incra e a Universidade Federal de Lavras (Ufla), que possibilitará a inscrição no CAR de assentamentos e comunidades quilombolas tituladas no País. Serão investidos R$ 3,9 milhões, até meados de 2015, com vistas a capacitar servidores do Incra para manuseio do CAR; apoiar a inscrição de assentamentos rurais no CAR; e customizar o sistema CAR às especificidades dos assentamentos. A meta é inserir 7.664 projetos de assentamentos, atingindo 806.207 beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e perfazendo um total de 55 milhões de hectares. Também será realizado o cadastramento de 160 territórios quilombolas localizados em várias unidades da Federação.

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Para qualificação e formação no campo, em 2014 foram atendidos 14,1 mil alunos de assentamentos da reforma agrária na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), 2,1 mil alunos em nível médio e 1,3 mil alunos em nível superior.

Por meio do Residência Agrária, manteve-se o atendimento com bolsa de capacitação para graduação e pós-graduação a 1,6 mil alunos, em sua maioria provenientes dos cursos de nível médio e superior ofertados pelo Pronera. Ressalta-se que 65% dos cursos do Residência Agrária têm como foco a agroecologia e visam a formar profissionais especializados no desenvolvimento da assistência técnica e da extensão rural em áreas de agricultura familiar e de reforma agrária, com enfoque agroecológico.

Sala da Cidadania

A Sala da Cidadania Digital, portal criado em 2014, oferta serviços de renegociação de dívidas do Pronaf A e A/C, de atualização cadastral e de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Já foram instaladas 238 unidades, especialmente em prefeituras e sindicatos, contando com o suporte de mais de 600 técnicos capacitados. De abril a dezembro foram realizadas 112 mil atualizações de cadastro. No que se refere a dívidas, foram emitidos 12,3 mil boletos para renegociação e 22 mil para liquidações das dívidas, sendo 40% deles realizados por meio da Sala da Cidadania Digital.

Foram, também, editadas normas, em 2014, que estabelecem critérios de priorização na seleção de projetos de assentamento em que deverão ser implantadas obras de engenharia, assim como padronização da metodologia de acompanhamento e fiscalização desses trabalhos.

b.2) Obtenção de Terras e Novos Projetos de Assentamento

Em 2014, foram assentadas 32,2 mil famílias e criados 145 novos projetos de assentamento, com 431 mil hectares e capacidade para 11,4 mil famílias. Foram lançados R$ 235 milhões em Títulos da Dívida Agrária (TDA) para obter 65 imóveis, que somaram 87,3 mil hectares. Foram publicados 30 decretos de declaração de interesse social para fins de reforma agrária, somando 56,2 mil hectares. Outros 930 mil hectares foram vistoriados. Em 2015, o Governo avançará em parcerias para estabelecer novas modalidades de assentamentos, que aprofundem o compromisso com a agroecologia, permitindo que as novas áreas reformadas, além de trazer benefícios para as famílias assentadas, gerem impactos positivos em conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

b.3) Mediação de Conflitos Agrários

Os trabalhos da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo (CNVC), presidida pelo Ouvidor Agrário Nacional do MDA, resultaram, desde 2006, na especialização de vários órgãos agrários. Estão em funcionamento, no País, oito Varas Agrárias Federais; 12 Varas Agrárias Estaduais; 20 Promotorias Agrárias Estaduais; 15 Delegacias de Polícia Civil Agrárias; 16 Polícias Militares Agrárias; 32 Ouvidorias Agrárias do Incra em suas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas; duas Ouvidorias Agrárias Estaduais; e 15 Defensorias Públicas Agrárias Estaduais.

Dentre os resultados obtidos, destaca-se o fato de que 19 Tribunais de Justiça expediram orientações para que os magistrados ouçam o Ministério Público, o Incra e os Institutos de Terras antes de decidirem acerca de pedidos liminares de reintegração de posse de imóveis rurais em litígios coletivos.

Tais ações têm contribuído com o combate à violência no campo e com a garantia dos direitos fundamentais de todos os atores do meio rural, em especial as famílias de trabalhadores rurais sem-terra que demandam providências do poder público para acesso ao Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

b.4) Crédito Fundiário

Em 2014, foram atendidas 1.447 famílias rurais com o financiamento de 19 mil hectares de terra. Nesse ano, as ações implicaram investimentos de mais de R$ 58 milhões. Para 2015, a prioridade é a regulamentação das alterações realizadas pela Lei Complementar nº 145, de 15 de maio de 2014, no que diz respeito ao prazo de financiamento e critérios de elegibilidade dos beneficiários.

b.5) Gestão Fundiária

Regularização Fundiária na Amazônia Legal

O Programa Terra Legal, criado em 2009, vem sendo aperfeiçoado por meio de ferramentas de gestão eletrônica, consolidação do arcabouço normativo e criação da Câmara Técnica para Destinação de Terras Públicas. Como resultado, em 2014 foram georreferenciadas 41.691 parcelas (ocupações ou perímetro de glebas públicas federais), correspondentes a uma área de 18,5 milhões de hectares, e emitidos 5.662 títulos, correspondentes a uma área de 8,1 milhões de hectares. O prazo de vigência do Programa será renovado por mais três anos, além dos cinco anos inicialmente previstos. Em 2015, serão realizadas a qualificação

e ampliação dos mutirões de regularização fundiária e ambiental, e o desenvolvimento do módulo de destinação do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), o que permitirá acelerar a instrução processual e emissão dos títulos.

Certificação de Imóveis Rurais

Em 2014, foram certificados 55,3 mil imóveis em todo o País, acréscimo de 90% em relação ao ano de 2013. As emissões de 2014 abrangem uma área de 73 milhões de hectares, quase 36 milhões de hectares a mais do que foi verificado em 2013. O Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) permite a certificação, pela Internet, do perímetro georreferenciado das propriedades rurais, conferindo mais agilidade, transparência e segurança aos processos.

Apoio aos Estados para Regularização de Terras Estaduais

No ano de 2014, o Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária cadastrou mais 10 mil imóveis rurais, e alcançou a marca de 6.335 imóveis georreferenciados e 9.249 titulados, com área de 219.895 hectares. Investiu-se em tecnologia, consolidando-se o cadastro georreferenciado por meio da utilização de imagens de satélites e GPS. Essa tecnologia resultou em redução de custos e maior agilidade aos processos de regularização. Os resultados foram alcançados por meio das parcerias firmadas com os governos estaduais, via convênios.

c) Desenvolvimento Rural

c.1) Política de Desenvolvimento Territorial

A Política de Desenvolvimento Territorial, no período 2011 a 2014, registrou avanços significativos pela implementação de novas estratégias de participação social nos Colegiados Territoriais; pela integração e articulação de políticas; e pela inclusão produtiva. Essas estratégias resultaram na ampliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), que passou a contemplar 239 territórios, envolvendo 3.591 Municípios, onde vivem 76,8 milhões de habitantes (29,4% no meio rural).

Em 2014, foram implementados Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets) para apoio aos Colegiados territoriais. Já foram feitas parcerias com 51 Instituições de Ensino Superior para constituição de 137 novos núcleos (18 no Centro-Oeste, 67 no Nordeste, 24 no Norte, 13 no Sudeste e 15 no Sul), ampliando-se para 193 o número de territórios apoiados. Também para apoio à articulação dos Colegiados Territoriais foram realizados 26 encontros estaduais preparatórios para o Encontro Nacional de Colegiados Territoriais (Enrede), com a participação de mais de 400 representantes.

Programa Territórios da Cidadania

A execução do Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi uma ação prioritária em 2014. Com previsão de investimentos na ordem de R$ 8,5 bilhões, a matriz do PTC ofertou 68 ações de 13 órgãos do Governo, estruturadas em três eixos de atuação: i) apoio às atividades produtivas, ii) acesso a direitos e cidadania, e iii) infraestrutura. A integração das ações, o apoio à organização e mobilização dos Colegiados e o acompanhamento da execução do PTC ocorreram por meio dos 15 Comitês de Articulação Estaduais (CAE) implementados nos Estados de AL, BA, CE, PI, PB, GO, ES, MT, PA, RN, RS, RR, SC, TO e MG.

Apoio à Inclusão Produtiva nos Territórios

Investiu-se, também, no acompanhamento e gestão social das políticas públicas de desenvolvimento rural, com foco na inclusão produtiva, por meio da Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra (EGPTS), destacando-se os programas de microcrédito, assistência técnica, acesso a mercados institucionais, infraestrutura e agroindustrialização. Em 2014, foram

apresentadas 408 propostas por meio do Manual para seleção de entes públicos e 15 propostas pelo chamamento público para seleção de entidades privadas, resultando no total de 237 projetos aprovados e empenhados. Mantiveram-se os mecanismos para ampliação do acesso de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais aos recursos, que resultou no apoio a 178 projetos com metas específicas, sendo 93 projetos com metas especificas para mulheres; 43 para jovens e 42 para povos e comunidades tradicionais. De acordo com os dados declarados pelos proponentes, foram beneficiados diretamente: 18.079 mulheres, 7.443 jovens e 14.961 agricultores familiares pertencentes a povos e comunidades tradicionais.

Projeto Dom Helder Câmara

Em 2014, foi formalizado novo acordo de empréstimo com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida), garantindo-se a continuidade das ações e políticas integradas de inclusão produtiva no Semiárido brasileiro, envolvendo 27 mil famílias de oito Estados do Nordeste, no âmbito do Projeto "Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no semiárido do Nordeste do Brasil – Projeto Dom Helder Câmara".

c.2) Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais

Em 2013 e 2014, foram adquiridos e doados equipamentos destinados à abertura, manutenção e recuperação de estradas vicinais em Municípios com até 50 mil habitantes. Foram entregues 18.071 máquinas e equipamentos a mais de 5.071 Municípios: 5.071 retroescavadeiras, 5.060 motoniveladoras, 5.060 caminhões basculantes, 1.440 caminhões-cisterna e 1.440 pás-carregadeiras, totalizando um investimento de R$ 4,9 bilhões.

A ação beneficiou mais de 24 milhões de moradores de áreas rurais, dentre os quais 3,9 milhões de famílias de agricultores familiares. Além disso, todos os 18.071 equipamentos foram adquiridos da indústria nacional, com geração de emprego e renda no setor. Em 2013 e 2014, a ação teve relevante contribuição para minimizar as severas consequências da seca na região do Semiárido e nos Municípios da área de abrangência da Sudene, ao priorizar e ampliar a doação de equipamentos na região. Além do *kit* básico de equipamentos – retroescavadeiras e motoniveladoras –, os Municípios receberam caminhões-cisterna e pás-carregadeiras.

Para melhor desempenho dos Municípios nos controles relacionados ao uso e à conservação dos equipamentos doados no âmbito do PAC 2 – Equipamentos, foi editada norma que orienta a disponibilização de informações à sociedade quanto à utilização de equipamentos doados.

8. Desenvolvimento Regional

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A formulação da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tem sido parte do esforço participativo de buscar um desenvolvimento espacialmente mais equilibrado, respeitando e explorando a diversidade do País. O processo iniciado com a realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, precedida de conferências em todas as unidades federadas, com a participação de mais de 13 mil pessoas, teve continuidade em 2014 com a elaboração da primeira versão de Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Os principais instrumentos debatidos nas conferências e explicitados na proposta de marco legal versam sobre o financiamento da PNDR, o sistema de governança do desenvolvimento regional e a celebração de Pactos de Metas entre órgãos do Governo Federal em temas como meio ambiente, rede de cidades, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, dinamização produtiva e saúde.

Ainda no âmbito da PNDR, teve início o processo de implementação do Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional (SNIDR), cuja operacionalização dar-se-á por meio do Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR), lançado em 2013. No ano de 2014, foram analisados e aprimorados 409 indicadores, 124 ações governamentais e 60 recortes territoriais cadastrados no Sistema.

Para aumentar a transparência e tornar o Sistema mais acessível ao público em geral, foram realizados nove cursos de capacitação e cadastrados 900 usuários, além de publicada uma edição do Boletim ODR, contendo estudos e avaliações relativas a desenvolvimento regional.

Para 2015, prevê-se a implementação da nova infraestrutura do ODR e a publicação de mais três edições do Boletim ODR. Além disso, pretende-se a finalização e a disponibilização do Painel de Indicadores que retratará a situação, a trajetória e o grau de desigualdade das microrregiões brasileiras.

Em 2014, foi finalizado o Plano Estratégico de Consolidação dos Eixos Integrados de Desenvolvimento do Estado da Paraíba, realizado em parceria com o Governo do Estado, no valor de R$ 2,5 milhões, integrado pelos Planos Estratégicos de Micrologística do Transporte de Cargas, Desenvolvimento Industrial (PDI), Energia, Telecomunicações, Tecnologia da Informação e Capacitação. Têm sido apoiados também planos de desenvolvimento dos Estados de Alagoas, de Goiás e do Rio Grande do Sul.

De forma a promover o tema do desenvolvimento regional, foram abertas as inscrições para a 3ª edição do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, o qual teve 886 propostas apresentadas. A premiação ocorrerá em 2015.

O Programa Água para Todos, instituído por meio do Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, executado mediante parceria entre os órgãos da administração pública federal, concluiu em 2014 a meta de atendimento a 750 mil famílias residentes em áreas rurais em situação de vulnerabilidade social com acesso precário à água, beneficiando aproximadamente 190 mil famílias, principalmente no Semiárido brasileiro, que alcançou uma cobertura de 95% dos Municípios dessa região. O Ministério da Integração Nacional foi responsável pela instalação de 300 mil dessas cisternas no Semiárido e de outras 10 mil em outras partes do Brasil

O orçamento alocado no MI para o Programa Água Para Todos em 2014 foi de R$ 1,1 bilhão, que propiciou a contratação, nesse ano, de 114 mil cisternas de consumo, 1,8 mil sistemas de abastecimento e 595 pequenas barragens e barragens subterrâneas, o que beneficia 200 mil famílias.

Para 2015, prevê-se a disponibilização de mais R$ 450 milhões, o que permitirá a conclusão dos repasses previstos nos acordos e contratos em execução, complementando a aquisição e a instalação de mais 31 mil obras e equipamentos de acesso à água, tanto para consumo humano quanto para a pequena produção agrícola e alimentar.

Por meio da Portaria MI nº 162/2014, a iniciativa das Rotas de Integração Nacional, estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva, foi fortalecida. Nas ações de inclusão produtiva, foram empenhados R$ 116 milhões para apoio a 44 projetos e na manutenção de estruturas preexistentes importantes para as Rotas do Cordeiro, da Fruta, do Mel e do Peixe, beneficiando cerca de 13 mil famílias. Esses projetos incluem a multiplicação e transferência de manivas – semente de mandioca com qualidade genética e segurança fitossanitária (Projeto Reniva), apoio à cadeia leiteira, investimentos em serviços de infraestrutura que atendem a mais de uma cadeia produtiva, apoio à gestão e acompanhamento das rotas e apoio à agricultura familiar.

Além das quatro Rotas em estruturação – do Mel, do Cordeiro, do Peixe e da Fruta – também foram apoiados projetos em novas cadeias produtivas da sociobiodiversidade na região Centro-Oeste, como a da erva-mate no Mato Grosso do Sul, do açaí na região Norte – inserido na Rota da Fruta - e do leite nas regiões Sul e Centro-Oeste.

A PNDR confere tratamento prioritário à Faixa de Fronteira, apoiando ações como a implantação do Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã, em associação com o setor produtivo e acadêmico local, para disseminar a cultura empreendedora, associativismo, educação, ciência, tecnologia, inovação e tecnologias sociais.

Por meio da Portaria MI nº 125/2014, foram estabelecidos o conceito, os critérios de definição e a lista de cidades-gêmeas nacionais. A definição foi adotada como referência para a regulamentação da Lei dos *Free Shops* e outras políticas públicas específicas para a região de fronteira.

a.1) Aplicação dos Recursos dos Fundos Constitucionais

De janeiro a novembro de 2014, os recursos aplicados pelos Fundos Constitucionais totalizaram R$ 19,8 bilhões.

Com recursos do FNE, foram aplicados, na região Nordeste, R$ 11,2 bilhões, dos quais 50,1% para os segmentos prioritários de menor porte. Também para esse segmento foram aplicados 77,6% do montante de R$ 3,6 bilhões do FNO destinados para a região Norte; e 75,5% do total dos financiamentos, da ordem de R$ 5 bilhões, do FCO para a região Centro-Oeste.

Adicionalmente, foram tomadas as seguintes medidas:

- Publicação da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.304/2014, que definiu novos encargos financeiros e bônus de adimplência para as operações realizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, e a publicação de Resoluções do CMN que autorizaram a renegociação de operações de crédito contratadas ao amparo de recursos desses Fundos;
- Publicação da Portaria MI nº 123/2014, que institui Comissão responsável pela manifestação sobre processos relativos a repactuação de debêntures, adequação, cancelamento e emissão de Certificado de Empreendimento Implantado (CEI) aos projetos do Finam e Finor;
- Publicação da Lei nº 12.979, de 27 de maio de 2014 (conversão da MP nº 628/2013), que autoriza a União a encerrar o Funres e extingue o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Geres) e publicação da Portaria MI nº 363/2014, que encerra o Funres e transfere suas competências, direitos e deveres ao Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo (Fundes/ES);
- Publicação da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014 (conversão da MP nº 634/2013), que prorroga até dezembro de 2017 os prazos para a destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos; e
- Publicação da Portaria Interministerial MI/MF nº 1/2014, que estabelece critérios para estimar o Patrimônio Líquido do FCO, FNE e FNO e os impactos decorrentes de medidas em estudo que afetem o Patrimônio desses Fundos.

Para o exercício de 2015, estão programados recursos da ordem de R$ 24,3 bilhões, sendo R$ 5,3 bilhões para o FCO, R$ 5,7 bilhões para o FNO, e R$ 13,3 bilhões para o FNE. Desse total, 51% serão destinados para aplicação junto aos beneficiários de menor porte (microempreendedor individual, mini, micro, pequeno e médio).

a.2) Fundos de Desenvolvimento Regional e Fundos Fiscais de Investimento

Foram disponibilizados R$ 4,5 bilhões para o exercício de 2014. Dessa quantia, foram empenhados, R$ 4,4 bilhões e liberados aos projetos o montante de R$ 3,2 bilhões. Os novos encargos financeiros, definidos pela Resolução CMN nº 4.303/2014, variam de 6% a.a. até 7,5% a.a., para a concessão de financiamentos, a partir de 21 de janeiro de 2014. Para 2015, a dotação orçamentária deve ser mantida nos mesmos patamares, com a alocação de R$ 1,3 bilhão para o FDA, R$ 2,02 bilhões para o FDNE e R$ 1,1 bilhão para o FDCO.

Quanto aos Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor), no exercício de 2014, oito projetos foram contemplados com a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI).

b) Segurança Hídrica e Obras Estruturantes para Abastecimento de Água

Em 2014, o Ministério da Integração Nacional empenhou R$ 2,9 bilhões e pagou R$ 2,5 bilhões para execução de empreendimentos que objetivam suprir as necessidades de abastecimento humano nas regiões com déficit hídrico ou contemplar os usos múltiplos, de modo a atender às crescentes demandas da Indústria, do Turismo e da Agricultura. Tais investimentos integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Recursos Hídricos) e se adicionam aos investimentos do Programa Água Para Todos.

Foram concluídas as obras do Sistema Siriji – 1ª etapa em Pernambuco e do trecho V do Eixão das Águas no Ceará, beneficiando aproximadamente 4,3 milhões de habitantes. Foi iniciada a implantação de nove adutoras emergenciais do Ceará, das quais três (Adutora Jenipapeiro-Alcântaras, Adutora Figueiredo-Potiretama e Adutora Arneiroz II-Tauá) foram concluídas, bem como foi dado prosseguimento à construção do Canal do Sertão Alagoano, à implantação da Adutora do Agreste (que alcançou funcionalidade parcial), à construção do Canal Adutor das Vertentes Litorâneas e à implantação do Cinturão das Águas no Ceará, dentre outros.

Foi dada continuidade, pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf): i) à implantação de obras estruturantes para o abastecimento de água, em especial as Barragens Jequitaí I (MG) e Atalaia (PI) e à realização de estudos referentes à implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água nos Municípios de Delmiro Gouvêa, Pariconha e Água Branca, todos em Alagoas, ao Canal do Sertão Pernambucano, ao Canal do Xingó em Sergipe; ii) à Integração do Rio São Francisco - Eixo Sul (BA); e iii) à perenização da Bacia do Rio Jacaré (BA).

Também no âmbito do PAC, em 2014, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) deu continuidade, dentre outras, às obras complementares de reassentamento da Barragem Figueiredo (CE), já concluída e, ainda, às obras das Barragens Ingazeira (PE) e Oiticica (RN), que juntas beneficiarão cerca de 111 mil pessoas. Além disso, concluiu-se a primeira etapa da Adutora Pajeú (PE), que beneficia cerca de 177.500 pessoas, e foram iniciadas as obras da 2ª etapa.

Para 2015, estão previstos aproximadamente R$ 2,9 bilhões para o Programa Oferta de Água, com vistas à conclusão ou avanço significativo de diversas obras e estudos, com destaque para: Adutora São Francisco; Sistema Jacobina; Sistema Nova Camará; Sistema Coqueiro Seco; Sistema de Abastecimento de Água nas cidades de Campo Alegre de Lourdes/BA e de Congonhas/MG e nas barragens Atalaia (PI), Nova Algodões (PI), Fronteiras (CE).

No âmbito do PAC-Prevenção, no exercício de 2014 foram investidos R$ 321,3 milhões em empreendimentos especialmente selecionados para enfrentar a seca. Localizados em oito Estados do Nordeste, destacam-se: em Alagoas: Sistema Adutor da Bacia Leiteira; em Pernambuco: Sistema Adutor do Oeste/trecho Orocó-Ouricuri; na Bahia: Sistema Integrado de Abastecimento

de Cotegipe; no Ceará: Adutoras de Alto Santo e Água Bruta de Hidrolândia-Irajá; no Rio Grande do Norte: Sistema Adutor Integrado Pendências e Subadutora do Sistema Governador Dixsept Rosado; em Sergipe: Sistemas Integrados de Tomar do Geru, Alto Sertão e Sertaneja; na Paraíba: Sistemas Adutores do Congo - III Etapa, Boqueirão, Camalaú, Natuba, Aroeiras e Pocinhos; no Piauí: Sistemas Adutores Garrincho - concluído em 28/03/2014, Padre Lira e Bocaina/Piaus II.

Destacam-se ainda empreendimentos em execução pela Codevasf nessa carteira: Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água em localidades rurais de 22 Municípios em Alagoas, Bahia e Minas Gerais; adutoras nas cidades de Queimada Nova /PI, São Raimundo Nonato/PI, Dirceu do Arcoverde/PI, Lagoa do Barro do Piauí/PI e Vila Nova do Piauí/PI; 2ª etapa da Adutora de Algodão (BA); Sistema Adutor de Massapê do Piauí; Sistema Adutor do Sudeste Piauiense; barragem Pedregulho (PI); e Barragem Tinguís (PI).

No tocante ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), em 2014, R$ 1,35 bilhão foram aplicados nas obras destinadas à execução dos Eixos Norte e Leste, atingindo 69,2% de execução do Empreendimento. Encontram-se concluídos, no Eixo Norte, os segmentos de canais a partir da captação no rio São Francisco até o Reservatório Negreiros, a 1ª Estação de Bombeamento, os Reservatórios Tucutu, Serra do Livramento e Mangueira, os Aquedutos Logradouro, Saco da Serra, Mari e Terra Nova e, também, o Túnel Cuncas II. O Túnel Cuncas I, com 15 km, teve suas escavações concluídas em outubro.

Já no Eixo Leste, os testes das estruturas para recebimento das águas a partir da conclusão das obras civis da 1ª Estação de Bombeamento desse Eixo, seus canais e Aquedutos até o Reservatório Areias foram iniciados em agosto. Em outubro, foi iniciado o bombeamento na Meta 1 Leste que conduziu a água até o Reservatório Areias.

Para 2015, está prevista a aplicação de R$ 1 bilhão nos Eixos Norte e Leste e início das obras dos Ramais de Entremontes, Agreste e Apodi, além da recuperação de reservatórios estratégicos que se associarão ao Pisf, dentre outras intervenções.

As ações do Pisf também contemplaram as comunidades indígenas e quilombolas, com o início da construção de 529 melhorias sanitárias domiciliares e três postos de saúde para atender às etnias indígenas, e a entrega de 17 vilas produtivas rurais para o assentamento de 811 famílias afetadas pelo Projeto.

O Decreto nº 8.207, de 13 de março de 2014, que altera o Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, instituiu o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, estabelecendo a Codevasf como Operadora Federal do Sistema e atribuindo-lhe o exercício das funções necessárias à operacionalização e à manutenção da infraestrutura.

No âmbito do Programa Mais Irrigação, foram empenhados R$ 381 milhões e pagos R$ 279 milhões. Com esses recursos, tiveram continuidade as atividades de recuperação e revitalização de projetos considerados de interesse social, destacando-se o início das obras do projeto de irrigação no Município de Icó/CE – trecho Icó-Lima Campos e ações de regularização ambiental e fundiária de perímetros públicos de irrigação, condição necessária para que os irrigantes possam acessar financiamento bancário para a implantação de seus projetos.

Avançaram na modernização e na revitalização de suas estruturas de uso comum, os perímetros de irrigação em Alagoas: Boacica e Itiúba; na Bahia: Curaçá, Estreito, Formoso, Maniçoba e Mirorós; em Pernambuco: Bebedouro e Nilo Coelho; em Minas Gerais: Gorutuba e Jaíba - 1ª Etapa; e em Sergipe: Cotinguiba-Pindoba, Betume e Propriá.

De forma semelhante, a Codevasf deu prosseguimento à implantação das obras das infraestruturas de uso comum da etapa II do Baixio de Irecê e Salitre, na Bahia, e Pontal, em Pernambuco; e, no Piauí, à execução dos projetos Marrecas/Jenipapo e, em Sergipe, Jacaré-Curituba e Canindé de São Francisco.

Objetivando a identificação de novas áreas para a expansão da agricultura irrigada, foram aplicados R$ 470 mil nos projetos Iuiú Sul (BA), Mucambo-Cuscuzeiro (BA) e Projeto Eixo Norte - Trecho VI (PE).

c) Gestão de Riscos e Respostas a Desastres

Em 2014, as ações de proteção e defesa civil foram direcionadas principalmente para o fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, com ênfase no apoio aos Municípios que se encontram em áreas de risco.

A Lei 12.983, de 1º de junho de 2014, promoveu alteração relevante nos processos de transferência de recurso da União aos órgãos e entidades dos entes federados com vistas a agilizar o processo de resposta, tornando possível a solicitação de recursos antes mesmo do reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Outras melhorias, baseadas nas necessidades dos usuários, foram implantadas, sendo a abertura das contas do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) via sistema, a mais significativa. O CPDC garante a agilidade na liberação do recurso, possibilitando a abertura da conta corrente previamente à ocorrência dos desastres. O Portal da Transparência permite o controle social em 2.089 Municípios.

Foram implementadas também melhorias no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID). Essa ferramenta informatiza todo o processo de solicitação de reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública, garantindo maior agilidade.

Quanto à prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, até o ano de 2014, estão contabilizados 137 empreendimentos com um investimento da ordem de R$ 2,28 bilhões envolvendo a execução de projetos e obras de contenção de encostas, bem como a elaboração de planos de redução de riscos. Já foram iniciados 130 empreendimentos, o que representa 95% da quantidade de operações e 90% em recursos financeiros contratados, sendo que 25 desses foram concluídos.

Outras ações de prevenção foram articuladas para prevenir desastres provocados por inundações e deslizamentos. Em 2014, foram aplicados R$ 400,6 milhões do orçamento e R$ 118,1 milhões da conta de restos a pagar em diversas obras e estudos de contenção de erosão fluvial e prevenção de cheias. Sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, foram empenhados R$ 108 milhões do orçamento e pagos R$ 125 milhões. Destacam-se as seguintes ações: i) os estudos na porção mineira das Bacias do Rio Doce, Itabapoana e Paraíba do Sul; ii) a elaboração do Plano Diretor de Drenagem da Bacia Hidrográfica do Mearim, no Estado do Maranhão; iii) 25 obras no Estado do Amazonas; e iv) a construção de barragens voltadas para a contenção de enchentes nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Cabe destacar também que, em 2014, foi contratado empreendimento voltado para a desocupação de áreas de alto risco de deslizamentos de encostas em Petrópolis/RJ, no valor de R$ 75 milhões. Ademais, três empreendimentos com ações previstas em 18 Municípios do Estado do Espírito Santo, com vistas à elaboração de projetos e obras de contenção de encostas, encontram-se em processo de seleção.

A tabela abaixo indica o total de investimentos contratados do PAC, por ano de seleção:

Total de investimentos contratados do PAC, por ano de seleção

Em R$ milhões

MODALIDADE DO PAC	2011	2012	2013	2014
Contenção de Encostas	R$ 595,30	R$ 1.429,76	R$ 202,89	R$ 75,00

Fonte: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos.

Em parceria com Estados e Municípios, o Governo vem elaborando cursos de capacitação em Defesa Civil com foco na prevenção e na preparação para desastres naturais. Eventos que contribuem para criação de uma consciência de prevenção de riscos entre as comunidades capacitaram, no decorrer de 2014, 4.866 colaboradores.

No âmbito da Operação Carro Pipa para a população de Municípios assolados pela seca, o Governo contratou uma empresa de rastreamento para monitorar os veículos que fazem a distribuição da água. Assim, é possível ter conhecimento de onde está sendo coletada a água e onde está sendo entregue, contribuindo para a efetividade do Programa. O gasto médio mensal da Operação Carro Pipa é de R$ 70 milhões. Em 2014, mais de 6,5 mil carros pipa estiveram em operação, dos quais 4.714 foram monitorados.

Está em curso o levantamento de dados e a análise da vulnerabilidade a desastres naturais, com o objetivo de elaborar mapas de risco a inundações e movimentos de massa e apresentar propostas de intervenções para prevenção de desastres, a partir de mapeamentos da Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM). Foram definidos 821 Municípios prioritários até 31 de dezembro de 2014 e contratada a realização do mapeamento de 268 Municípios, estando os trabalhos concluídos em 179 deles.

Foram desenvolvidos cenários de disponibilidade hídrica (2011-2040) em apoio à alocação futura de água nas 12 Regiões Hidrográficas brasileiras e em Municípios prioritários definidos pela Política Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, e realizada avaliação das condições da infraestrutura de drenagem urbana a partir de cenários climáticos e hidrológicos, com vistas à formulação de medidas adaptativas pelo poder público.

O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) tem por objetivo desenvolver, testar e implementar um sistema de previsão de ocorrência de desastres naturais em áreas suscetíveis de todo o Brasil. Desde a sua criação, o Cemaden enviou mais de 2,3 mil alertas de desastres naturais. A partir de 2013, a nova rede de coleta de dados pluviométricos foi facilitada pela assinatura de acordos de cooperação técnica, permitindo a instalação dos pluviômetros automáticos em locais apropriados e protegidos, com monitoramento em tempo real. Entre abril de 2013 e novembro de 2014, foram entregues mais de 2,5 mil pluviômetros, dos quais 2.208 já estão instalados, junto com capacitações que envolveram 769 participantes comunitários de 217 Municípios. Para maior eficiência dos alertas de desastres naturais o Cemaden, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e a Agência Nacional de Águas (ANA) estabeleceram protocolo definindo níveis de alertas e ações específicas para casos de desastres hidrológicos.

Em 2014, a rede de radares meteorológicos para monitorar as chuvas na região Nordeste do País foi complementada com a instalação de sete radares de última geração. Os dados coletados pela rede são incorporados à plataforma de monitoramento e subsidiam a elaboração de alertas. Até 2014, foram monitorados 856 Municípios.

Foi também constituído o Grupo de Trabalho (GT) em Previsão Climática para orientar ações e decisões em vários setores governamentais e na sociedade em geral, frente a eventos climáticos extremos. O GT atuou em 2014 durante as intensas secas no Nordeste e no Sudeste e cheias na Amazônia, apoiando políticas de mitigação de seus impactos nos setores de abastecimento hídrico, de geração e transmissão de energia elétrica, produção de alimentos e subsistência de populações vulneráveis.

Também para apoiar o monitoramento dos eventos extremos de secas e de cheias, o Governo desenvolveu o Atlas de Vulnerabilidade a Inundações, disponível para *download* no sítio da ANA, no Portal http://www2.snirh.gov.br/home/. O Atlas reúne informações qualificadas sobre o grau de vulnerabilidade a inundação dos trechos dos rios avaliados em todas as unidades da Federação, podendo ser utilizado por gestores federais, estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de efeitos de eventos críticos, de uso e ocupação do solo, de planejamento de infraestrutura de controle de cheias e de medidas não estruturais, a exemplo de sistemas de alerta e mapeamento de riscos, além de possuir caráter informativo para a sociedade.

Foram disponibilizadas também aos entes federados Salas de Situação integradas à Sala de Situação da ANA, que funcionam como centros de gestão de situações críticas, coordenados pelos órgãos gestores estaduais e distrital de recursos hídricos e podendo contar, ainda, com a presença de representantes de órgãos regionais de meteorologia e de Defesa Civil Estadual. Essa iniciativa busca identificar ocorrências críticas com antecedência, permitindo a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. As Salas de Situação vêm sendo implantadas nos Estados desde 2011, por meio de acordos de cooperação técnica com os entes federados. Até o final de dezembro de 2014, 25 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontravam-se em operação, já estando todas as 27 implantadas (as salas do ES e DF deverão estar operacionais no início de 2015).

Nos Estados da Amazônia Legal, o monitoramento de desastres naturais foi intensificado com o TerraMA2, *software* desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para prever riscos de desastres naturais na Amazônia, possibilitando a emissão de alertas em tempo real, principalmente nas áreas de maior risco. A primeira etapa do projeto engloba os Estados do AP, AC, AM e PA. Na segunda, de atualização, serão englobados o MA RO, MT, RR e TO.

Em relação aos instrumentos de planejamento urbano para prevenção de desastres naturais, em 2014 foi iniciada a elaboração de sete cartas geotécnicas de aptidão à urbanização que, somadas àquelas iniciadas em 2013, totalizam 36 cartas geotécnicas em execução. Somam-se a esses números, dez já concluídas. A carta geotécnica constitui-se de um mapeamento que identifica a geotecnia da área estudada, o processo geodinâmico decorrente e traz recomendações com o objetivo de evitar a ocupação de terrenos, de forma a não criar áreas de risco.

Em cumprimento aos dispositivos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, foi estruturado, no âmbito do Ministério das Cidades, o Laboratório de Análises Urbanas Aplicadas (Lacau), com a viabilização de espaço físico, aquisição de *softwares* de geoprocessamento e sensoriamento remoto, e de *hardwares* para processamento dos dados.

Encontra-se em processo de desenvolvimento, em parceria com o Inpe, metodologia de análise de dados e imagens sobre a ocupação urbana nos Municípios, bem como alocação de recursos humanos especializados e capacitação de técnicos para operação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (Simou). Essa ferramenta tem como objetivo fornecer aos Municípios instrumental para apoiar a gestão da ocupação do solo em áreas de risco e suscetibilidade ou de fragilidade ambiental, com vistas à redução de perdas e danos decorrentes de desastres naturais em áreas urbanizadas.

No que se refere à modalidade manejo de águas pluviais e drenagem urbana, em 2014 foram selecionados oito empreendimentos no valor de R$ 788,1 milhões. Atualmente, há 330 empreendimentos selecionados com um valor total de R$ 15,7 bilhões, dos quais já foram concluídos 86, no valor de R$ 1,4 bilhão, sendo 16 em 2014, no valor de R$ 318,8 milhões.

Dentre os empreendimentos concluídos em 2014, destacam-se os seguintes:

- Macrodrenagem e Microdrenagem no Córrego da Servidão em Rio Claro/SP – Redimensionamento de canais abertos e ampliação da capacidade de vazão da travessia sob a ferrovia ALL, por meio da construção de um *tunnel liner*, beneficiando cerca de 57 mil habitantes;
- Manejo de Águas Pluviais na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, com: i) urbanização do complexo da Avenida Várzea da Palma e Vila do Índio – Obras de tratamento de fundo de vale e controle de cheias do complexo da Avenida da Várzea da Palma e da Vila do Índio, além de construção de unidades habitacionais, para benefício de mais de 100 mil habitantes; ii) ampliação da seção do canal do Córrego Ressaca em Belo Horizonte/MG – Empreendimento compreende o alargamento da seção do canal do Córrego Ressaca e obras de substituição de travessias, para benefício de aproximadamente 55 mil habitantes; e iii) tratamento de fundo de vale e implantação de bacias de detenção dos Córregos Jatobá e Olaria e drenagem do Bairro Urucuia em Belo Horizonte/MG – Obras de tratamento de fundo de vale e implantação de bacias de detenção dos Córregos Jatobá e Olaria, além da construção de 144 unidades habitacionais, beneficiando cerca de 90 mil habitantes;
- Canalização do Córrego Joaquim Cachoeira, em Taboão da Serra/SP – Obras de Canalização e Melhorias do Córrego Joaquim Cachoeira, incluindo obras de urbanização com execução de passeios e paisagismo, beneficiando mais de 43 mil habitantes de diversos bairros de Taboão da Serra/SP; e
- Programa de Recuperação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá no Rio de Janeiro/RJ (Lote 1A) – O empreendimento compreende obras de macrodrenagem – com a implantação e ampliação da calha de oito cursos d'água e implantação de avenida para preservação da faixa *non-aedificandi* –, reflorestamento, reassentamento de famílias e educação ambiental na Bacia de Jacarepaguá, beneficiando mais de 210 mil habitantes.

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

Em 2014, o Governo priorizou ações voltadas à redução do desmatamento, à conservação e ao uso sustentável da diversidade biológica brasileira, à melhoria da qualidade ambiental, à recuperação e à conservação de bacias hidrográficas.

a) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas

a.1) Bioma Amazônia

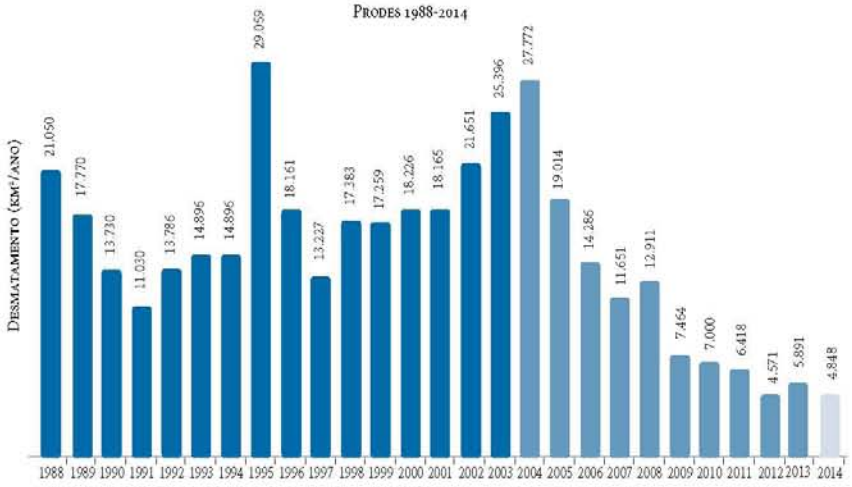
Desde 1988, o Governo vem monitorando, via satélite, os desmatamentos de áreas com vegetação nativa, com o objetivo de embasar ações de fiscalização, controle e combate aos desmatamentos ilegais. No que se refere à Amazônia brasileira, o monitoramento por satélite é fundamental para o entendimento da dinâmica do desmatamento e das queimadas e para a formulação das políticas públicas para o bioma.

Os principais sistemas em operação são o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes), o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) e o Sistema de Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira (Degrad). Todos esses sistemas são operados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Destaca-se como inovação no uso de imagens para detecção do desflorestamento o desenvolvimento do Deter AWiFS, Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, com base em imagens do sensor AWiFS a bordo do satélite indiano Resource Sat 1. O diferencial desse novo sistema é permitir o mapeamento de desmatamentos acima de 6,5 hectares (frente aos 25 hectares do sistema atual) e distingui-los entre corte raso e degradação florestal.

No âmbito das realizações do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), destaca-se a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal, em 2014, estimada em 4.848 km², contribuindo para que o Brasil já tenha alcançado 70% do compromisso assumido em Copenhague de reduzir, até 2020, 80% do desmatamento na Amazônia em relação à média de 19.625 km² observada entre os anos de 1996 e 2005.

Taxa de desmatamento na Amazônia Legal (km²) medida pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes) - Série Histórica do Desflorestamento (corte raso) na Amazônia Legal



Fonte: INPE.

a.2) Bioma Cerrado

Em 2014, foi concluída a revisão das ações do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), a fim de aprimorar o alcance de seus objetivos voltados para a redução do desmatamento e da ocorrência de queimadas e para busca de alternativas de uso sustentável dos recursos naturais do bioma Cerrado. A segunda fase do plano contempla 121 ações, organizadas em 12 macro-objetivos e distribuídas em três eixos: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis, Monitoramento e Controle, Áreas Protegidas e Ordenamento Territorial. O PPCerrado contém ações de curto prazo, para os anos de 2014 e 2015, e de longo prazo, com resultados estratégicos a serem alcançados até 2020.

Três iniciativas de cooperação internacional fazem parte da estratégia do PPCerrado para regiões com altas taxas de desmatamento e com alto grau de importância para a conservação do bioma:

- O Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado, voltado tanto para o desenvolvimento de sistema de detecção do desmatamento em tempo quase real (Deter do Cerrado) e de

áreas queimadas, quanto para o fortalecimento de instituições federais e estaduais que atuam no combate a incêndios florestais no mosaico de Unidades de Conservação da região do Jalapão e Municípios do entorno. Esse projeto é uma parceria entre o governo alemão, por meio da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), e o Governo brasileiro, com prazo de vigência até 2016;

- O Fundo Fiduciário de Mitigação de Mudanças Climáticas no Cerrado Brasileiro, estabelecido em dezembro de 2011, por meio de Acordo Administrativo entre o Banco Mundial e o *Department for Environment, Food and Rural Affairs* (Defra) do Reino Unido, tem por objetivo financiar a implementação de ações para redução do desmatamento e das queimadas no bioma. O fundo, com valor total da doação do governo britânico correspondente a US$ 16 milhões, foi dividido em quatro projetos a serem executados nos anos de 2014 e 2016; e
- O Programa de Investimento Florestal (FIP), que apoia a gestão sustentável de florestas e conta com um investimento de US$ 32 milhões em financiamento de projetos de regularização ambiental nos Estados que possuem o bioma Cerrado.

a.3) Focos de Calor

Em 2014, grandes esforços foram despendidos no controle dos incêndios florestais e das queimadas, por meio de operações complexas realizadas pelas Brigadas do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo). Em todo o País, foram registrados 183.528 focos de calor, quantitativo que, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), representa um aumento de aproximadamente 59% em relação a 2013 e redução de 5% em relação a 2012. Essas variações se devem, principalmente, a fatores climáticos, razão pela qual se justifica a redução significativa dos incêndios em 2013, ano considerado atípico pela elevada umidade.

Foram programadas, em 2014, três brigadas pronto emprego (brigadas de elite para atuar em grandes operações de combate); 12 brigadas especializadas em biomas; 33 brigadas indígenas; e 40 brigadas de assentamentos e quilombolas. Também foi instalado o Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional (Ciman Nacional), com o objetivo de coordenar as ações de combate, em conjunto com as instituições federais que possuem interface com a temática de incêndios florestais. Essas iniciativas possibilitaram evitar, em média, a queima de 84,57% das áreas monitoradas.

A página Ciman Virtual (http://sirc.dgi.inpe.br/ciman/) permite obter informações georreferenciadas da localização das brigadas federais, a visualização de recursos disponíveis para combate aos incêndios florestais e informações das operações em andamento. Assim, além de apresentar de maneira mais acessível informações sobre as ocorrências de fogo, a página passou a informar em tempo real as ações de controle desenvolvidas. A tabela a seguir demonstra as operações de combate aos incêndios florestais realizadas em 2014.

Operações de combate aos incêndios realizadas em 2014 e resultados

OPERAÇÃO	ACIONAMENTO	LOCAL	ÁREA ATINGIDA
Curuaés	Ibama/CGFis	Terra Indígena - TI Menkragnotire/PA	40.000 hectares protegidos no entorno da TI, que possui 4.914.225 hectares.
Areões	Funai	TI Areões/MT	17.454 hectares atingidos (90,31% protegidos)

Continua

Continuação

OPERAÇÃO	ACIONAMENTO	LOCAL	ÁREA ATINGIDA
Operação Tenharim/ PN Campos Amazônicos	ICMBio	PN Campos Amazônicos e TI Tenharim/AM	288.119 hectares atingidos dos 2.301.881 (88% protegidos)
Avá-Canoeiros	Funai	TI Avá-Canoeiro/GO	14.219 hectares atingidos (65% protegidos)
Serra da Canastra	ICMBio	PN Serra da Canastra/ MG	29.413 hectares atingidos dos 197.811 (85% protegidos)
Operação Bananal	ICMBio	PN Araguaia/TO	141.000 hectares atingidos (74,61% da área protegida)
Operação Veredas do Oeste Baiano	ICMBio	RVS Veredas do Oeste Baiano/GO	17.454 hectares atingidos (84% da área protegida)
Operação Chapada dos Veadeiros	ICMBio	PARNA Chapada dos Veadeiros/GO	8.554,81 hectares atingidos (86,79% da área protegida)
Operação Serra do Cipó	ICMBio	PARNA Serra do Cipó/RJ	1.279,23 hectares atingidos (95,95% protegidos)
Operação Serra dos Órgãos	ICMBio	PARNA da Serra dos Órgãos/MG	1.700 hectares atingidos (91,5% da área protegida)
Operação Lago Piratuba	ICMBio	RB do Lago Piratuba/ AP	5.028 hectares atingidos (1,28% da área protegida)

Fonte: Ibama e ICMBio.

No âmbito nacional, o Prevfogo intensificou ações de proteção nos dois biomas mais ameaçados por incêndios: Amazônia (42%) e Cerrado (41,7%). Para tanto, contou com o apoio dos Projetos "Fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais", financiado com recursos do Fundo Amazônia, e da cooperação alemã no Brasil. Desta forma, foi possível a realização de 38 ações com mais de 1,5 mil pessoas envolvidas.

b) Fundo Amazônia

Criado em 2008 por meio do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, o Fundo Amazônia é gerido pelo BNDES e tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas.

A carteira do Fundo soma 69 projetos apoiados, perfazendo mais de R$ 1 bilhão de investimentos em projetos que contribuem para a redução do desmatamento e para o desenvolvimento sustentável da região. Do total de projetos apoiados, 21 foram aprovados em 2014 e somam R$ 269 milhões.

Destaca-se para o ano de 2014, ainda, o apoio do Fundo a projetos estruturantes que contribuem para a implementação de políticas públicas correlatas ao PPCDAm, a exemplo da chamada pública de apoio à implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI) e do edital Ecoforte Extrativismo, realizado em parceria com a Fundação Banco do Brasil, de apoio à implementação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Além dessas iniciativas, cabe ressaltar a continuidade à implementação do CAR. Em 2014, o Fundo Amazônia aprovou investimentos no valor de R$ 67 milhões para aprimoramento e ampliação do monitoramento por satélite no bioma Amazônia.

c) Política e Plano Nacionais sobre Mudança do Clima

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) estabelece objetivos, diretrizes e instrumentos que permitiram ao Brasil cumprir o compromisso nacional voluntário de reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em relação ao que foi projetado para 2020. Dentre os seus instrumentos centrais, estão o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima) e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima).

Lançados em 2013, em continuidade à implementação da PNMC, os Planos Setoriais de Transportes (de cargas e mobilidade urbana); Indústria de Transformação (papel e celulose, alumínio, cimento, ferro-gusa e aço, química); Mineração e serviços de Saúde começaram a sua implementação ao longo de 2014.

Sobre o Plano Carvão Vegetal na siderurgia, destaca-se a aprovação, pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), do projeto "Produção de carvão vegetal renovável e sustentável para a indústria siderúrgica no Brasil". O objetivo desse projeto é reduzir as emissões de gases de efeito estufa na cadeia produtiva de ferro e aço no Estado de Minas Gerais. O comitê que coordena a implementação do projeto é composto pelos representantes do Governo Federal, do Governo de Minas Gerais e Pnud Brasil, englobando recursos da ordem de US$ 43,95 milhões, sendo US$ 7,15 milhões de recursos a fundo perdido do GEF.

A versão consolidada do texto de atualização do Plano Clima foi aprovada pelo Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx) e encaminhado à análise e aprovação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), para posterior submissão ao nível ministerial.

Para o monitoramento e acompanhamento das reduções de emissões de GEE, foi criado o Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento de Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa (SMMARE), que terá a implementação de alguns módulos em 2015. Os primeiros resultados do módulo do SMMARE, relacionado ao PPCDAM e obtidos em 2014, indicaram uma redução média superior a 650 milhões de toneladas de CO_2 entre 2010 e 2013.

c.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

O Fundo Clima é um dos principais instrumentos de promoção e financiamento de atividades vinculadas à Política Nacional sobre Mudança do Clima. Além de prover insumos financeiros para fortalecer a Política, o Fundo financia projetos voltados à mitigação da mudança do clima e à adaptação das populações mais vulneráveis a seus efeitos.

Na modalidade não reembolsável, estão em execução 184 projetos elaborados por órgãos do Governo Federal, Estados e Municípios e por entidades civis, cuja prioridade é a adaptação das populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças do clima. São projetos de manejo florestal comunitário; de difusão de tecnologias de combate à desertificação na região semiárida; de recuperação de áreas degradadas; de gestão costeira; de aquisição de imagens de satélite e de equipamentos para monitoramento de uso da terra; de estruturação do sistema de monitoramento de emissões de gases de efeito estufa

para floresta e agricultura; bem como a efetivação de apoio à estruturação do sistema de alerta contra desastres naturais, inclusive com o módulo "secas".

Nos últimos três anos, com recursos do Fundo, já foram construídos e instalados dois laboratórios de monitoramento de emissões e de risco; mais de dois mil equipamentos técnico-científicos, como pluviômetros, estações meteorológicas e hidrológicas, estações meteo-oceanográficas; desenvolvidas 12 metodologias científicas sobre modelos de avaliações de risco, de recuperação de áreas degradadas, de construção de cenários e de inventários; e implementados 250 sistemas agroflorestais, incluindo 402 equipamentos sociais como cisternas, poços e banheiros, o que beneficiou mais de 3,5 mil famílias.

Em 2014, o Fundo Clima lançou dois editais de seleção de projetos, a saber: projetos e estudos para aproveitamento energético do biogás e da energia solar; e serviços ecossistêmicos – recuperação, proteção e restauração de nascentes e de ambientes naturais. Tais editais geraram, até o momento, cinco projetos. Além disso, realizou as segundas parcelas relativas aos projetos de recuperação e sistematização da base de dados meteorológicos do País e do desenvolvimento de metodologia de impactos das mudanças do clima globais sobre os recursos hídricos do Cerrado. Apoiou, também, o sistema de coleta de informações oceanográficas, fortalecendo o Programa Nacional de Boias (PNBOIA), da Marinha do Brasil, bem como a construção de indicadores de vulnerabilidade da população como insumo para a elaboração das ações do Plano Nacional de Adaptação.

Na modalidade reembolsável, em 2014, o Fundo Clima apoiou os Planos Inova Sustentabilidade e Inova Energia. A seleção de projetos já alcançou o valor de R$ 730 milhões nas linhas de cidades sustentáveis e mudança do clima, mobilidade urbana, florestas nativas, gestão e serviços de carbono e resíduos sólidos.

c.2) Estratégia Nacional de Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal

Países em desenvolvimento que buscam obter o reconhecimento no âmbito da UNFCCC dos seus resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+), para serem elegíveis para pagamentos por *performance*, devem apresentar um nível de referência de emissões florestais, um sistema de monitoramento da cobertura florestal, um sistema de informação de salvaguardas e uma Estratégia Nacional para REDD+.

Assim, em 2014, o Brasil apresentou à UNFCCC, para avaliação, seu nível de referência de emissões florestais para o bioma Amazônia. Deverá também apresentar, no início de 2015, o Anexo REDD+ ao Relatório Bienal de Atualização com os resultados de redução de emissões do desmatamento entre 2006 e 2010 no bioma. Esse documento passará por processo de verificação pela UNFCCC em 2015. Outro requisito para o acesso ao pagamento por resultados REDD+ é o sumário de informações sobre a implementação das salvaguardas socioambientais, que será incluído na Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC a ser apresentada no início de 2015.

Além disso, em 2014, foi consolidado anteprojeto de Decreto que visa aprovar a Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil e criar uma Comissão Nacional para implementá-la, a qual tem como objetivo geral contribuir para a mitigação da mudança do clima por meio da eliminação do desmatamento ilegal, da recuperação dos ecossistemas florestais e do desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono.

d) Florestas

Atualmente o País detém um milhão de hectares sob concessão florestal, dos quais 480 mil em florestas nacionais, localizadas nos Estados do Pará e de Rondônia. Em 2014, foram produzidos mais de 50 mil metros cúbicos de madeira, extraídos de

forma sustentável e adequadamente fiscalizados pelo poder público. Para 2015, estão previstos mais 500 mil hectares em novas concessões federais.

O Inventário Florestal Nacional (IFN) abrange mais de 41 milhões de hectares de cobertura florestal inventariados e 250 milhões serão conhecidos em 2015.

Por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), em 2014, 150 instituições dos biomas Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado, com cerca de 7,3 mil beneficiários, receberam capacitação e assistência técnica em manejo florestal comunitário e familiar, restauração florestal, eficiência energética e gestão de negócios florestais de base comunitária.

O apoio ao manejo florestal comunitário constitui-se em importante estratégia de conservação dos recursos florestais, pois as áreas legalmente ocupadas por comunidades abrangem 152 milhões de hectares, que representam quase 50% das áreas de florestas públicas no País. Na Amazônia, foram apoiadas mais de 3,2 mil famílias, por meio de ações de assistência técnica e extensão rural e capacitação para o manejo de produtos madeireiros e não madeireiros.

c) Recursos Hídricos

e.1) Programa de Dessalinização da Água no Semiárido

O Programa de Dessalinização da Água no Semiárido (Água Doce) é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com diversas instituições federais, que estruturou metodologia inovadora para incorporar os cuidados ambientais e sociais à gestão de sistemas de dessalinização, em localidades rurais difusas do Semiárido brasileiro.

Com o fortalecimento dos dez Núcleos Estaduais e a capacitação de mais de 300 técnicos de diversas instituições, o programa inicia a descentralização de sua execução para os Estados, com ações direcionadas pelos Planos Estaduais de Gestão e de Implementação. Esses planos estão estruturados em um horizonte de dez anos, em duas etapas de cinco anos, de 2011 a 2015 e de 2016 a 2019.

Na primeira etapa, o Água Doce assumiu a meta de recuperar, implantar e gerir 1,2 mil sistemas de dessalinização, com investimentos da ordem de R$ 250 milhões, beneficiando cerca de 480 mil pessoas (média de 400 pessoas por sistema) até 2015. Para tanto, já foram diagnosticadas 2.947 comunidades de 232 Municípios nos Estados de AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN e SE.

Para o período de 2016 a 2019, a meta é implantar ou recuperar mais 4,8 mil sistemas de dessalinização ambientalmente sustentáveis e implantar 316 unidades produtivas, com custo estimado de R$ 933 milhões, buscando atender com água de qualidade à população rural residente no Semiárido brasileiro.

e.2) Planos de Recursos Hídricos

Os planos de recursos hídricos são iniciativas estruturantes de longo prazo que se desenvolvem nas escalas nacional, estadual e nas bacias hidrográficas. Assim, tanto o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) quanto os Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH) se configuram como processos de planejamento estratégico integrado para as águas, orientando a implementação da política e a estruturação dos sistemas de recursos hídricos.

O Governo Federal vem apoiando os Estados na elaboração dos seus PERHs, com o objetivo de atingir 100% do território nacional até 2017. Até o momento, o investimento na elaboração dos PERHs foi de aproximadamente R$ 13 milhões, beneficiando dez

Estados (AM, AC, GO, MA, MT, MS, PR, PA, RO e RS). Com essa ação, o Governo busca preencher a lacuna do planejamento de recursos hídricos em regiões e bacias que demandam cada vez mais uma gestão sustentável da água.

Com base nas prioridades do PNRH, em 2014 foi concluído o Plano Estadual do Rio Grande do Sul e iniciadas as tratativas para o apoio aos Estados do Pará e do Amazonas, cujos processos de elaboração deverão ter início em 2015. Também para 2015 está prevista a conclusão dos planos estaduais de Goiás e Maranhão e, para 2016, o de Rondônia. Os planos do Pará e do Amazonas deverão ser entregues até 2017.

Atualmente, 54% do território brasileiro já estão cobertos por planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas interestaduais. Inclui-se nesse percentual o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Piranhas-Açu (Paraíba e Rio Grande do Norte), que teve sua elaboração finalizada em 2014. Também foi iniciada a elaboração dos Planos das Bacias do Rio Grande (Minas Gerais e São Paulo), Paranapanema (São Paulo e Paraná) e da Região Hidrográfica do Paraguai (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), com finalização prevista para 2016.

e.3) Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos

Atualmente, estão em funcionamento nove comitês de bacias hidrográficas de rios interestaduais: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ); São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; Piancó-Piranhas-Açu; Grande e Paranapanema, tendo sido implementada a cobrança pelo uso de recursos hídricos pelos comitês nas quatro primeiras bacias hidrográficas. Em 2014, a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União ultrapassou o montante de R$ 54 milhões. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água, de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia.

A implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias dos rios Verde Grande (R.H. São Francisco) e rio Paranaíba (R.H. Paraná) está em processo de implementação e seu andamento depende da atuação dos próprios Comitês de Bacia. Encontra-se em fase final de elaboração o estudo para implementar a cobrança na Bacia do Rio Grande (Região Hidrográfica do Paraná).

e.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas

Considerando os avanços das ações integradas para a revitalização do rio São Francisco, está em fase de contratação a avaliação da implementação dos últimos dez anos do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), com a finalidade de identificar acertos, corrigir rumos, definir prioridades e orientar a continuidade do Programa como um modelo de atuação em bacias hidrográficas. O diagnóstico e o plano de ação serão realizados com base nos resultados alcançados até 2014.

Dentre as ações realizadas em 2014 na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, destacam-se: i) projetos de manejo integrado de microbacias que contemplam intervenções destinadas à conservação da água e do solo; ii) implementação das atividades dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD), que visam implantar e difundir modelos demonstrativos de restauração de ambientes florestais; iii) realização de Operações de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), com vistas a promover a recuperação da bacia e estimular práticas que reparem e previnam danos ambientais; iv) extensão das ações de saneamento contempladas com recursos do PAC, a partir da implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades ribeirinhas; v) realização de obras de esgotamento sanitário (ligações domiciliares, unidades sanitárias, coleta, elevação, tratamento e destinação final de efluentes); e vi) fundação de consórcios intermunicipais de sistemas de tratamento de resíduos sólidos.

Destaca-se, ainda, a realização de ações de recuperação e conservação ambiental na Região Hidrográfica do Alto Paraguai. Também encontra-se em andamento o projeto "Capacitação para o desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do rio Taquari", em parceria com o Estado de Mato Grosso do Sul. Aliado a repasses feitos pela Caixa Econômica Federal para ações nas áreas de resíduos sólidos, recomposição vegetal e recuperação de áreas degradadas, esse convênio possibilita capacitação de técnicos estaduais e municipais, de produtores rurais e da comunidade escolar de Municípios da região para gestão de resíduos sólidos.

No exercício de 2014, para revitalização das bacias hidrográficas do São Francisco e do Parnaíba, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) empenhou R$ 12 milhões e pagou R$ 5,7 milhões nas ações de controle de processos erosivos, tendo sido concluída a recuperação das margens do São Francisco no trecho da Hidrovia - Ilhas Tapera, no Estado da Bahia, e a implantação do Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas na região da Mata Seca, em Minas Gerais.

Para 2015, estão previstas:

- Obras de contenção de barrancas e implantação de infraestrutura para conservação e revitalização de sete sub-bacias na calha do Rio São Francisco;
- Obras de controle e estabilização de dunas na região do Delta do Parnaíba Ilha Grande no Estado do Piauí;
- Implantação de infraestrutura para conservação e revitalização de sete sub-bacias na calha do Rio São Francisco;
- Implantação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba;
- Implantação da rede de monitoramento qualitativo e quantitativo da água nos reservatórios da bacia do Rio Parnaíba, no Estado do Piauí;
- Implantação de viveiros de referência nas principais sub-bacias no Piauí;
- Implantação do Centro de Referência de Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia do rio São Francisco em Alagoas;
- Implantação de infraestrutura de produção de alevinos e aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros de Betume - Município de Neópolis/SE; e
- Elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Araripe.

Ainda com objetivo de revitalização, em 2014, foram empenhados R$ 10 milhões e pagos R$ 3,2 milhões que resultaram na conclusão de 1.407 ligações intradomiciliares de esgotos sanitários e módulos sanitários domiciliares nos Municípios de Catuti e Lagoa dos Patos, em Minas Gerais, sendo que, para 2015, está prevista a execução de 13.882 ligações intradomiciliares na Bacia do Rio São Francisco e do Parnaíba, em Municípios de Minas Gerais e Piauí.

Com vistas à implantação de sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, foram aplicados, em 2014, R$ 2,1 milhões em empreendimentos de encerramento dos lixões do Consórcio Ecotres, em Minas Gerais e a conclusão da execução das obras do Aterro Sanitário do Consórcio Cigres, em Alagoas.

Com relação ao abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do rio São Francisco, em 2014, foram concluídos os sistemas de abastecimento de água para atender a 17 localidades rurais no Estado de Pernambuco e cinco localidades no

Estado de Sergipe. Em 2015, pretende-se implantar Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (SSAA) em 49 localidades nos Estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe.

Também com foco na revitalização, foram concluídos, em 2014, sete sistemas de esgotamento sanitário, dois em Minas Gerais (Santa Fé de Minas e Lagoa da Prata) e cinco no Piauí (Ilha Grande, Murici dos Portelas, Porto Alegre do Piauí, Oeiras e Santa Filomena), beneficiando mais de 83 mil pessoas. Para 2015, estão previstas as conclusões das obras de esgotamento sanitário em 38 Municípios, o que beneficiará uma população de 665 mil pessoas nos Estados de AL, BA, MA, MG, PE, PI e SE.

e.5) Programa de Desenvolvimento do Setor Água

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas) tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País. Iniciado em 2012, o Acordo de Empréstimo firmado com o Banco Mundial propõe a integração de políticas setoriais que tratam do uso da água, envolvendo os Ministérios das Cidades, Integração Nacional e do Meio Ambiente na sua execução prevista para o período de cinco anos. O valor referente ao empréstimo é de US$ 107,33 milhões que, acrescentados aos recursos nacionais, perfazem um total de US$ 143,11 milhões.

Dentre as ações do Interáguas, destacam-se as atividades relacionadas à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Goiás, à Carta de Águas Subterrâneas do Estado do Paraná, ao Atlas de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos, ao Estudo de Modelagem de Bacias Críticas e ao Plano Nacional de Segurança Hídrica.

O escopo do Atlas de Despoluição, iniciado em fevereiro de 2014, consiste na análise dos sistemas de esgotamento sanitário de todas as sedes municipais do País e a proposição de ações e obras de coleta e tratamento de esgotos, com foco na proteção dos recursos hídricos, no seu uso sustentável para diluição de efluentes e na racionalização dos investimentos. Já o estudo de Bacias Críticas (Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas), a ser concluído em 2015, trata do refinamento das informações de balanço hídrico em áreas selecionadas de forma a subsidiar as ações de gestão de recursos hídricos.

O Plano Nacional de Segurança Hídrica, iniciado em setembro de 2014, é resultado de parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas (ANA) e tem como escopo a definição das principais intervenções estruturantes do País (Barragens, Sistemas Adutores, Canais e Eixos de Integração), de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas, bem como reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e cheias), para o horizonte de 2035. Os primeiros resultados do estudo serão apresentados no primeiro semestre de 2015. Já os produtos finais estão previstos para setembro de 2016.

e.6) Modernização da Rede Hidrometeorológica Nacional

A Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) tem como função levantar, tratar e disponibilizar informações sobre a capacidade, disponibilidade e qualidade da água de nossas bacias hidrográficas, além do regime das chuvas em todo o território nacional. Em 2014, foram modernizadas 170 estações da RHN, totalizando 1.175 estações modernizadas desde 2010.

A ANA iniciou entendimentos com a Agência Espacial Brasileira (AEB) no sentido de produzir estudos e estabelecer estratégias para acessar metodologias espaciais de recepção e transmissão de dados hidrológicos, por meio de nano-satélites específicos. Os

estudos deverão subsidiar as ações futuras de construção e lançamento desses equipamentos para incrementar as informações e baratear os custos logísticos de deslocamento em campo, em especial na Amazônia brasileira.

Em 2013 e 2014, a ANA adquiriu e repassou às instituições estaduais parceiras da Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade das Águas (RQNA) diversos equipamentos que permitem as análises de qualidade de água em campo e a realização das campanhas de monitoramento, caminhonetes adaptadas para a atividade de campo, barcos, sondas multiparamétricas e medidores de vazão acústicos, totalizando um investimento de cerca de R$ 10 milhões. A entrega desses equipamentos busca a padronização de procedimentos nos Estados e auxilia a logística das campanhas de coleta.

Além disso, foi criado o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (Qualiágua), por meio da Resolução ANA nº 1.040/2014, que tem como objetivos principais promover a implementação da RNQA, estimular a padronização dos critérios e métodos de monitoramento de qualidade de água no País e contribuir para o fortalecimento e estruturação dos órgãos gestores para que realizem o monitoramento sistemático da qualidade das águas e promovam a publicidade aos dados gerados.

f) Licenciamento e Qualidade Ambiental

f.1) Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental Federal (LAF) é uma obrigação legal prévia à instalação de atividades e empreendimentos utilizadores de recursos naturais ou que possam causar degradação ambiental. Atualmente, existem 1.866 projetos nas mais diversas fases do LAF, que compreendem desde a avaliação de viabilidade ambiental até o acompanhamento dos impactos da operação dos empreendimentos.

No ano de 2014, 9.207 pessoas foram diretamente envolvidas nos debates sobre a avaliação ambiental dos empreendimentos em 34 reuniões e audiências públicas relacionadas aos processos em licenciamento no Ibama. Até outubro de 2014, foram avaliados 812 pedidos de licença, havendo a devolução para readequação de sete estudos ambientais.

Número de licenças ambientais emitidas em 2014

TIPO DE LICENÇA	NÚMERO
Licenças Prévias	23
Licenças de Instalação	47
Licenças de Operação	70
Outras licenças e autorizações	665
TOTAL DE LICENÇAS	805

Fonte: Sistema de Licenciamento (SisLic/Ibama), consultado em 12/01/2015.

Com o objetivo de estabelecer procedimentos de atuação conjunta entre ICMBio e Ibama em processos de licenciamento que afetem unidades de conservação, cavidades naturais e espécies ameaçadas de extinção, foi editada a Portaria MMA nº 55/2014.

Trata-se de importante instrumento para normatizar a atuação dos órgãos com relação à interferência dos empreendimentos em ativos ambientais especialmente protegidos.

Por meio da Compensação Ambiental, os empreendimentos e atividades de significativo impacto ambiental são responsáveis por apoiar a criação e manutenção de unidades de conservação durante o processo de licenciamento. Desde 2011, já foram destinados R$ 847,1 milhões aos órgãos gestores das áreas protegidas do País. Somente no ano de 2014, o Comitê de Compensação Ambiental Federal deliberou pela destinação de R$ 487,2 milhões, oriundos de 36 diferentes licenciamentos, sendo 81,3% para o ICMBio, 18,2% para órgãos gestores estaduais e 0,5% para Municípios.

Em 2014, visando à modernização e ao fortalecimento do LAF, foram desenvolvidos estudos conceituais, para maior consistência técnica às análises do órgão. Tais estudos envolvem: elaboração de estudos comparativos internacionais sobre licenciamento e avaliação de impactos ambientais, e elaboração de proposta de matriz de impacto, por tipologia de empreendimento, para orientação e padronização da análise de impacto ambiental e gestão e acompanhamento dos programas ambientais; mapeamento de competências, habilidades e atitudes da área de licenciamento para capacitação dos servidores; e fortalecimento da infraestrutura para solução integrada em Tecnologia da Informação do Ibama.

f.2) Qualidade Ambiental

Com relação à qualidade ambiental, destaca-se que, em 2014, ocorreram avanços importantes na gestão dos produtos químicos e da qualidade do ar.

Para eliminar as liberações de poluentes orgânicos persistentes (POPs), foram concluídos cinco inventários e respectivos planos de ação – documentos que farão parte do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs a ser enviado ao Secretariado da Convenção, em 2015. Ainda com relação aos POPs, foi concluído um Estudo dos Poluentes Orgânicos Persistentes em leite materno no Brasil, uma vez que este é um dos indicadores da efetividade desse acordo internacional sobre segurança química global.

Outro avanço na gestão de produtos químicos foi a aprovação do Projeto de Desenvolvimento da Convenção de Minamata sobre Mercúrio – Avaliação Inicial no Brasil pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Constituem objetivos desse projeto: inventariar fontes de liberações de mercúrio; levantar capacidade analítica e laboratorial; incentivar produção científica; e propor a priorização de medidas de gestão e controle para as principais fontes de mercúrio.

Merecem destaque especial as ações voltadas para as emergências ambientais com produtos químicos perigosos, citando-se a conclusão do mapeamento das áreas de risco de acidentes com produtos químicos perigosos na Região Metropolitana de Recife/PE, com a finalidade de mitigar os danos causados por esses produtos ao meio ambiente e à saúde humana naquela região.

Foi lançado, em 2014, o Sistema Nacional de Emergências Ambientais (Siema), uma ferramenta *on-line* e transparente de comunicação de acidentes ambientais, incluindo acidentes com óleo e demais produtos perigosos. E será lançado, em 2015, o primeiro Plano de Área *Offshore*, para ampliar a capacidade de resposta aos incidentes de poluição por óleo no Brasil.

Em relação às emissões de poluentes por veículos, foram iniciadas importantes fases dos programas de controle de poluição veicular, o Proconve L6 (para automóveis) e o Promot M4 (para motocicletas). A partir de 2014, só foram vendidos no País modelos novos de veículos leves e motocicletas de acordo com os mais modernos padrões de motores, compatíveis com os

combustíveis de baixíssimo teor de enxofre já disponíveis no Brasil, que resultam em emissões muito baixas, com importantes impactos positivos no meio ambiente urbano e na saúde pública.

Destaca-se, ainda, que em outubro de 2014 publicou-se o primeiro Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas da Aviação Civil, importante ferramenta capaz de detalhar a evolução das emissões de poluentes atmosféricos do transporte aéreo ao longo dos últimos nove anos, o que permitirá a proposição de medidas que reduzam ou mitiguem o impacto ambiental da aviação civil no País.

g) Proteção da Camada de Ozônio

Em 2014, com o objetivo de reduzir os índices de vazamento e consequentemente a emissão de fluido frigorífico em sistemas de refrigeração e ar condicionado (HCFC-22) para atmosfera, foram executadas diversas atividades para o setor de serviços de refrigeração, dentre essas: i) contratação de cinco instituições para treinamento de 392 técnicos de refrigeração nos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, Minas Gerais e Amazonas; ii) treinamento de 55 instrutores; iii) criação de sítio "Boas práticas na refrigeração" para disseminação de informações e de conteúdo; iv)implantação do sistema *on-line* "ProOzonio", para administração, documentação e manutenção de sistemas de refrigeração; e v) seleção de três supermercados para realização de projetos demonstrativos sobre boas práticas na refrigeração. Para o setor de manufatura de espumas de poliuretano, foram concluídos dois projetos de conversão tecnológica, contribuindo para a eliminação de 7,99 toneladas de Potencial de Destruição do Ozônio do consumo de HCFC-141b de processos produtivos. Estão em andamento outros 21 projetos de conversão tecnológica, que deverão ser concluídos em 2015.

Em 2014, também foram iniciados os trabalhos de definição de estratégia e elaboração de documento referente à Etapa 2 do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs (PBH). Os trabalhos contam com o apoio do setor privado e de agências internacionais de implementação (Pnud, Unido e GIZ) e visam à solicitação de novos recursos ao Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal para as ações pós-2015. Vale ressaltar que a eliminação total dos HCFCs, estabelecida pelo Protocolo de Montreal, somente ocorrerá em 2040.

h) Resíduos Sólidos

h.1) Política Nacional de Resíduos Sólidos – Logística Reversa

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 – instituiu o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, obrigando os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a tomarem medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa.

Para a implementação do Sistema de Logística Reversa, deu-se prioridade às cadeias de produtos elencadas no artigo 33 da Lei, para as quais ainda não haja nenhum tipo de regulamentação relacionada à logística reversa. Priorizou-se, também, as cadeias de embalagens em geral e os medicamentos, dado o relevante impacto à saúde e ao meio ambiente. As cadeias em que foram iniciadas as negociações visando à assinatura de um futuro acordo setorial são: i) embalagens plásticas de óleo lubrificante (Acordo Setorial assinado em 19 de dezembro de 2012 e o respectivo primeiro relatório de monitoramento da implementação publicado em outubro de 2014); ii) lâmpadas mercuriais de luz mista e de vapor de sódio (Acordo Setorial assinado em novembro de 2014); iii) embalagens em geral (Acordo Setorial em processo de avaliação de resultados da consulta pública, prorrogada até 20/11/2014); iv) eletroeletrônicos e seus componentes (Acordo Setorial em negociação, a ser assinado em 2015); e v) medicamentos (Acordo Setorial em negociação, a ser assinado em 2015).

A PNRS apoiou, ainda em 2014, redes de economia solidária integrantes do Projeto Cataforte – Estruturação de Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias. Por meio do MMA, foi realizada seleção de propostas e entidades que seriam contratadas para tal finalidade, num total de 15. Somente em 2014, foram investidos cerca de R$ 2,18 milhões em atividades de promoção de catadores de materiais recicláveis.

h.2) Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Em 2014, iniciou-se a revisão quadrianual do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com a atualização dos dados da versão preliminar e ampliação do escopo do diagnóstico. A nova versão incorporará um balanço das ações já realizadas desde a promulgação da Lei nº 12.305, de 2010, notadamente quanto aos planos de gestão de resíduos sólidos e ao panorama dos consórcios públicos para a gestão de resíduos sólidos. A revisão será concluída no segundo semestre de 2015, com a realização de audiências públicas regionais e consulta pública nacional.

i) Biodiversidade

Dentre as ações de conservação da biodiversidade realizadas em 2014, destaca-se a elaboração do 5º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), documento que fornece uma análise dos avanços relacionados à conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade desde 2010.

O relatório demonstra a evolução do Brasil no tema biodiversidade, principalmente no que tange à internalização das Metas de Aichi, estabelecidas pela CDB. O Governo também está reavaliando sua Estratégia Nacional de Biodiversidade e Planos de Ação, que deverá ser concluída em 2015. Está em processo a definição de indicadores para o acompanhamento do grau de implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade, estabelecidas na Resolução nº 6, de setembro de 2013, pela Comissão Nacional de Biodiversidade. Para fortalecer esse processo, foi criado em 2014 o Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio), um painel multissetorial que tem como objetivo promover sinergia entre instituições e áreas de conhecimento, disponibilizar informação científica para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis, e subsidiar a tomada de decisão e as políticas públicas associadas às Metas Nacionais de Biodiversidade.

No âmbito da sua estratégia nacional, o Brasil está finalizando um Plano de Ação do Governo Federal, que busca reforçar as sinergias entre os ministérios e outros órgãos federais para encontrar soluções adequadas para enfrentar as causas da perda de biodiversidade, além de otimizar o uso dos recursos, o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual Federal 2012-2015, a manutenção de benefícios sociais, bem como a melhoria da compreensão pública a respeito dos serviços ecossistêmicos fornecidos pela biodiversidade.

i.1) Espécies Ameaçadas

Entre 2010 e 2014, foi avaliado o estado de conservação de 12.147 espécies da fauna e de mais 4.617 espécies da flora brasileira. As listas oficiais vigentes informam a ocorrência de 627 espécies da fauna e de 472 espécies da flora ameaçadas de extinção. As atualizações apontam que, com o aumento do número de espécies avaliadas, estima-se um acréscimo de 1,2 mil espécies da fauna e mais 2.118 espécies da flora ameaçadas de extinção. Foi realizado o diagnóstico do estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados da fauna brasileira e estão sendo promovidas ações para a recuperação de 472 espécies ameaçadas de extinção, por meio da implementação dos Planos de Ação Nacionais (PANs).

Dando continuidade ao levantamento e divulgação de informações sobre espécies exóticas invasoras atuais e potenciais no Brasil, em 2014 foi lançado o livro "Espécies Exóticas Invasoras de Águas Continentais no Brasil". A publicação da lista oficial dessas espécies no Brasil irá representar um grande avanço, uma vez que define as espécies exóticas invasoras prioritárias para as ações de manejo e controle.

i.2) Unidades de Conservação

O Brasil possui 1.930 Unidades de Conservação (UCs), de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), sendo 320 Federais. O total de UCs abrange a área de aproximadamente 1.550.854 km² do território brasileiro, ou seja, 17,7% do território continental e 1,5% do território marinho.

Em 2014, foram criadas sete novas UCs federais, sendo quatro de uso sustentável (Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba; Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo; Reserva Extrativista Marinha Cuinarana e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, localizada no bioma Cerrado) e três de proteção integral (Estação Ecológica Alto Maués, na região Amazônica; Parque Nacional da Serra do Gandarela e Parque Nacional Guaricana, no bioma Mata Atlântica). Além disso, foram ampliadas as Reservas Extrativistas de Araí-Peroba e Médio Juruá, localizadas respectivamente no Pará e no Amazonas, e criadas 17 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Assim, o total de incremento de área protegida em âmbito federal, no ano, foi de 9.327 km².

O Governo está aperfeiçoando o Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, com o objetivo de ampliar a política de conservação da biodiversidade nas áreas particulares. Destaca-se, ainda, a elaboração de 24 Planos de Manejo de UCs federais em 2014, incluindo 13 Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Outros 25 serão finalizados em 2015.

Para apoiar a consolidação das UCs, estão sendo implementados alguns projetos de cooperação internacional, tais como: o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), o Projeto de Consolidação das Unidades de Conservação na Terra do Meio, Projeto Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) - *Life Web*, o Projeto GEF-Terrestre – Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) e Ampliação da Proteção de Fauna e Flora, o Projeto GEF-MAR – Áreas Protegidas Marinhas e Costeiras e o Projeto Corredores Ecológicos.

O Governo trabalha para ampliar e aprimorar a infraestrutura, a variedade de atividades e serviços oferecidos aos visitantes nas UCs federais, buscando sempre o envolvimento das comunidades locais, como forma de estimular novas opções de trabalho e renda. Como fruto desse trabalho, destacam-se as ações voltadas para a estruturação de parques nacionais no Estado do Rio de Janeiro, tais como: melhorias nos serviços do setor Corcovado e no Parque Nacional da Tijuca e a inauguração do Centro de Visitantes do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

Ainda merecem destaque as iniciativas de organização de turismo de base comunitária, com a participação das populações locais, como a preparação e inauguração da trilha interpretativa Terra Rica, operada por uma das comunidades tradicionais residentes na Floresta Nacional do Tapajós, no Pará, e a trilha ecológica na Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre. Um número superior a seis milhões de visitantes foi registrado nas UCs federais em 2014.

Foram contratados 1.589 brigadas e suprimento dos meios logísticos para prevenção e combate a incêndios e elaborados ou atualizados planos de proteção para 13 UCs, totalizando 114 UCs com esse instrumento.

O País continua a avançar na geração de conhecimento sobre biodiversidade para responder aos desafios de conservação. Os números atingidos pelo Sistema de Autorização e Informação Científica em Biodiversidade (Sisbio), acumulados desde 2007, ilustram bem esse avanço: são 38.513 pesquisadores cadastrados e 14.732 pesquisas autorizadas, das quais 55% estão relacionadas a pesquisas em UCs federais, abrangendo 98% das existentes. As pesquisas realizadas resultaram no registro de 37.641 espécies.

Adicionalmente, iniciou-se em 2014 a execução do Programa de Monitoramento da Biodiversidade nas UCs federais, com a implantação de protocolos padronizados de coleta de dados em 26 Unidades. Esses dados permitirão avaliar, no médio prazo, a efetividade das UCs para a conservação da biodiversidade.

j) Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

Em 2014, foi estruturado Grupo de Trabalho composto pelos Povos e Comunidades Tradicionais e o IBGE para que o censo rural inclua a descrição das populações de povos e comunidades tradicionais brasileiras. O maior objetivo desta iniciativa é conhecer as populações e indicar quais políticas públicas necessitam ser priorizadas nos territórios.

Outras iniciativas, fruto da experiência de arranjos produtivos locais (APL) e do apoio ao processo de capacitação no manejo de produtos da sociobiodiversidade, foram consolidadas em publicações de "Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo Sustentável".

Para financiar empreendimentos de populações extrativistas em UCs federais na Amazônia, em setembro de 2014, foi lançado o edital "Ecoforte Extrativista". Ao todo serão destinados R$ 6 milhões a serem aplicados no beneficiamento e comercialização de produtos oriundos do uso sustentável da sociobiodiversidade.

Em um esforço de aproximação da agenda indígena com a agenda extrativista, foi desenvolvido o Programa de Projetos Demonstrativos Indígenas (PDPI), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas da Amazônia Legal brasileira, fortalecendo a sustentabilidade econômica, social e cultural, em consonância com a conservação dos recursos naturais de seus territórios. São 191 projetos apoiados com investimento total de R$ 35,6 milhões. Atualmente o PDPI apoia 16 projetos de elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das Terras Indígenas.

No âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), foi realizado curso de formação de 300 gestores para o bioma Mata Atlântica, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ampliando a capacitação indígena e não indígena, com cinco módulos de formação.

j.1) Bolsa Verde

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde (PBV) tem como objetivos: incentivar a conservação, manutenção e uso sustentável dos ecossistemas; promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

O PBV é um programa pioneiro de âmbito nacional, que investiu mais de R$ 145 milhões desde 2011. A meta de beneficiar 70 mil famílias, prevista para 2014, foi atingida. São abrangidos pelo PBV aproximadamente 5% da cobertura vegetal do território nacional em 942 áreas localizadas em 68 UCs federais (33% das famílias) e em 875 projetos de assentamento do Incra (59% das

famílias); além de famílias ribeirinhas, que vivem nas áreas sob responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (9% das famílias). 78% dos beneficiários do PBV vivem na Região Norte, com destaque para o Estado do Pará, com 42.717 beneficiários.

Paralelamente ao recebimento de benefícios, ações estruturantes estão em execução: i) a análise dos impactos socioambientais do programa nos territórios (monitoramento amostral); ii) a implementação da assistência técnica rural (Ater) extrativista, que atende 26 mil famílias nas áreas do PBV, em modelo voltado ao extrativismo; iii) os investimentos em capacitação das populações por meio do Pronatec; e iv) o fortalecimento das estruturas de governança com vistas à inclusão produtiva e geração de emprego e renda em contexto de desenvolvimento sustentável.

Mencione-se, também, o Programa Assentamentos Verdes, o qual reafirma o compromisso da reforma agrária com o meio ambiente. São 2.536 projetos de assentamento com monitoramento do desmatamento ilegal na Amazônia, em uma área de 41,2 milhões de hectares, onde estão 489.536 famílias assentadas. Para além do controle, há incentivos para acesso a um conjunto de políticas públicas às comunidades mais comprometidas com a preservação da floresta.

k) Zoneamento Ecológico-Econômico

Com o intuito de dar continuidade às agendas federais para o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE), no bioma Cerrado e na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (CCZEE) e o Consórcio ZEE Brasil iniciaram um processo de resgate e fortalecimento da gestão de ZEE, marcada pela cooperação institucional, técnica e financeira com as unidades da Federação. Nesse sentido, em 2014, foi intensificada a parceria com os Estados do Tocantins, Piauí, Goiás, Maranhão e com o Distrito Federal. Espera-se, para 2015, apoiar os colegiados responsáveis pela execução dos processos de MacroZEE do bioma Cerrado e do resgate do MacroZEE da bacia hidrográfica do rio São Francisco, bem como a continuidade da agenda de apoio às iniciativas estaduais de ZEE.

l) Produção e Consumo Sustentáveis

O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) articula as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do País. Os temas desenvolvidos durante o primeiro ciclo de implementação (2011 a 2014) referem-se às agendas da construção sustentável, consumo sustentável, contratações públicas sustentáveis, relatórios integrados, finanças sustentáveis e varejo sustentável. Em 2015, terá início o segundo ciclo de implementação do PPCS, para o período de 2015 a 2018. Esse ciclo deverá avançar nas experiências bem-sucedidas e no estímulo a novas iniciativas.

No que se refere à agenda da construção sustentável, em parceria com o Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS), será produzido o Livro Branco da Construção Civil, cujo objetivo é fornecer subsídios que permitam ao Governo Federal compor um quadro de orientações para a promoção da construção civil sustentável.

Com relação ao consumo sustentável, foi produzida uma série de cadernos de consumo sustentável com o apoio de parceiros estratégicos: "Consumismo infantil: na contramão da sustentabilidade"; "Moradias sustentáveis: economia e durabilidade"; e "Consumir sem desperdício – o lixo nosso de cada dia: cada um fazendo a sua parte". Foram distribuídas 100 mil cartilhas dessas publicações em todo o País, além da disponibilização no sítio www.consumosustentavel.gov.br.

Foram realizados dois cursos *on-line* sobre "Estilos de Vida Sustentável" e "Criança e o Consumo Consciente", em plataforma de ambiente virtual de aprendizagem (AVA), alcançando 2.964 alunos.

No âmbito das contratações públicas sustentáveis, foram analisados os Planos de Gestão de Logística Sustentáveis (PLS), publicados pelos órgãos e entidades do Governo Federal, para avaliar o compromisso com a sustentabilidade. Como resultado, foi produzido um guia para a elaboração dos Planos.

Ainda na área de contratações públicas sustentáveis, em parceria com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), está em curso estudo com o objetivo de identificar, descrever, catalogar e definir critérios socioambientais relativos aos produtos de limpeza e afins, mobiliários e informática, comprados pela administração pública federal (APF), para que possam ser utilizados como instrumentos operacionais efetivos das contratações públicas sustentáveis, no âmbito do sistema de catalogação de materiais (Catmat).

Quanto às Finanças Sustentáveis, foi publicada a Resolução Bacen nº 4.327/2014, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No que tange à adesão voluntária ao PPCS, renovou-se a parceria com a Associação Brasileira de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla), por meio de novo pacto setorial, visando à identificação de critérios de sustentabilidade dos produtos de limpeza e afins, os quais deverão ser utilizados como parâmetros das compras públicas sustentáveis do Governo Federal.

Destaca-se, também, o Acordo de Cooperação com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a ser firmado no primeiro trimestre de 2015, visando à criação do Fórum Permanente de discussão sobre temas centrais da agenda de Produção e Consumo Sustentáveis.

m) Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

Para promover a cidadania e a responsabilidade socioambiental, merecem menção inicial a instituição, em 2014, do Comitê de Acompanhamento das Deliberações da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente – composto por representantes do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial, para acompanhar e contribuir com a implementação das deliberações aprovadas – e a publicação da 1ª edição da Revista Juventude e Meio Ambiente, com o tema "Territórios, espaços para o exercício da cidadania" e do edital com a chamada pública para recebimento das matérias para a 2ª edição.

Além dessas ações, destaca-se a continuidade, em 2014, das ações do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) marco indutor da gestão socioambiental no âmbito da administração pública brasileira. Em 2014, o Programa implementou ações em 262 instituições públicas de todo o País. Foram priorizadas as ações de capacitação de gestores públicos, com a realização de 13 turmas presenciais, envolvendo 700 gestores públicos de mais de 230 órgãos e entidades. Na modalidade a distância, foram capacitados 3.727 gestores em duas turmas. Em comemoração aos 15 anos de lançamento do programa, foi lançado o Selo A3P de Sustentabilidade, que reconhece as iniciativas voluntárias que estão sendo desenvolvidas nas instituições públicas de todo o País. A quinta edição do prêmio A3P – Melhores Práticas de Sustentabilidade, realizada em 2014, contou com 88 projetos inscritos, o maior número registrado desde sua criação.

n) Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea) obteve avanços relevantes em 2014, por meio da implementação das seguintes iniciativas, dentre outras:

- No âmbito do Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar (Peaaf), foram realizados dois cursos para a formação de Agentes Populares de Educação a Distância na Agricultura Familiar e Apoio à Implementação do Programa, com alcance de aproximadamente 1,8 mil pessoas por meio do AVA - http://ava.mma.gov.br/;
- A Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação Social na Gestão de Resíduos Sólidos – Educares disponibilizou 90 práticas de referência em plataforma pública de registro (www.educares.mma.gov.br) e elaborou conteúdos para cursos de Educação a Distância (EAD), presenciais e semipresenciais nessa temática, voltados para gestores, educadores ambientais e catadores; e
- Realizada seleção, por meio do Projeto Sala Verde, de mais 110 novas salas, totalizando 358 salas verdes em todo o território nacional, para as quais foram enviadas 23.750 publicações. Essas salas funcionam em Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e Educação, associações civis, prefeituras, conselhos gestores de unidades de conservação, universidades e institutos federais, companhias e empresas públicas de saneamento, dentre outras.

o) Conselho Nacional de Meio Ambiente

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), principal instância de articulação interinstitucional e de normatização do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), aprovou e publicou, em 2014, cinco resoluções, sendo duas relativas a calendário de reuniões e três, com o seguinte conteúdo: i) Resolução Conama nº 462, de 24 de julho, que "Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre, altera o art. 1º da Resolução Conama nº 279, de 27 de julho de 2001, e dá outras providências"; ii) Resolução Conama nº 463, de 29 de julho, que "Dispõe sobre o controle ambiental de produtos destinados à remediação"; e iii) Resolução Conama nº 465, de 5 de dezembro, que "Dispõe sobre os requisitos e critérios técnicos mínimos necessários para o licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos".

O Conselho contou ainda com a continuidade dos Grupos de Trabalho de Energia Eólica; Avaliação e Monitoramento de Unidade de Conservação; Recuperação de Ambientes Hídricos; e Qualidade do Ar.

p) Agenda Internacional

O País foi representado em nível presidencial e ministerial na Cúpula do Clima da ONU, maior conferência sobre mudança do clima já organizada fora do processo de negociação formal da Convenção, realizada em Nova Iorque, em setembro de 2014. Por ocasião da 20ª Conferência das Partes (COP-20) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCC), realizada no Peru, o Brasil demonstrou empenho no cumprimento da Plataforma de Durban e voltou a defender acordo ambicioso e abrangente para o enfrentamento à mudança do clima e adaptação aos seus efeitos, aplicável a todos os países, de acordo com as suas respectivas capacidades e responsabilidades.

O Brasil também participou da 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), realizada na Coreia do Sul, em que tiveram destaque as discussões sobre a revisão da implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e das 20 Metas de Aichi. A Delegação brasileira manteve o argumento de que o alcance dos objetivos traçados depende, em grande medida, da disponibilização dos meios necessários, o que resultou no compromisso global de dobrarem-se, até 2015, os fluxos internacionais de recursos financeiros relacionados à biodiversidade para os países em desenvolvimento, mantendo-se esse nível até 2020, pelo menos.

Concluídos os trâmites internos de adesão ao Acordo Internacional de Madeiras Tropicais (AIMT-2006), o Brasil participou como membro da 50ª Reunião do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), no Japão. Ainda em âmbito dos debates internacionais sobre a questão florestal, foi exitosa a campanha para a escolha de brasileiro como Diretor do Foro das Nações Unidas para Florestas (UNFF).

Após 27 anos, o Brasil voltou a sediar uma Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (37ª ATCM), para tratar das questões ambientais e climáticas daquele continente. E a proposta de criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul, co-patrocinada pelo Brasil, obteve apoio sem precedentes na 65ª Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia, na Eslovênia, embora ainda insuficiente para sua aprovação.

Concluíram-se de forma exitosa os entendimentos para a 3ª fase do programa Arpa (Áreas Protegidas da Amazônia), intitulada "Arpa para a Vida", que prevê a alocação de US$ 215 milhões mediante doações internacionais em um fundo de transição com vistas a garantir, pelos próximos 25 anos, a manutenção permanente de 60 milhões de hectares de Unidades de Conservação na Amazônia brasileira, apoiadas pelo Programa.

Prosseguiram também os esforços de intensificação da cooperação com países tropicais de alta cobertura florestal, de que é exemplo o Projeto de Cooperação para o Desenvolvimento de Sistemas Nacionais de Monitoramento por Teledetecção Florestal, em execução nos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O projeto é apoiado pelo Fundo Amazônia e contribui para o treinamento de mais de 20 mil pessoas de 149 instituições públicas e privadas, para o uso de tecnologias de monitoramento de combate ao desmatamento ilegal, para o controle de incêndios florestais e para as práticas de gestão florestal sustentável.

A agenda de cooperação continuará a ser ampliada em 2015, com destaque para a possível implementação de parcerias com a FAO para o reforço das capacidades nacionais de monitoramento florestal nos países da bacia do Congo, na África, e para o fortalecimento de políticas agroambientais em países da América Latina e do Caribe, políticas essas voltadas para a redução da pobreza rural e da insegurança alimentar na região, por meio da promoção da agricultura em bases ecológicas.

q) Regularização Ambiental Rural

Para viabilizar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), lançado nacionalmente, por meio da IN/MMA nº 2/2014, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Lançamento e disponibilização do módulo de inscrição do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e desenvolvimento do módulo de análise do Sicar;
- Realizados investimentos na aquisição de novas coberturas de imagens de satélite de alta resolução para todo o País e na integração com os sistemas estaduais;
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Acompanhamento dos Acordos de Cooperação Técnica firmados com todas as unidades da Federação, permitindo acompanhar a implementação do CAR nas 27 unidades da Federação;
- Desenvolvimento e lançamento da plataforma de capacitação a distância para mais de 30 mil pessoas, sendo 20 mil capacitações realizadas em 2014, com o objetivo de formar multiplicadores para apoiar a realização do CAR dos imóveis rurais;

- Desenvolvimento do sistema Webambiente para promover a integração de ações e de informações para disponibilizar soluções tecnológicas para uso, recuperação e restauração de ambientes em áreas de reserva legal e de preservação permanente dos seis biomas nacionais;
- Captação de recursos internacionais na ordem de R$ 150 milhões para apoio à implementação do CAR e dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) em áreas prioritárias no Cerrado e na Amazônia; e
- Implementação dos Acordos de Cooperação Técnica com entidades públicas e privadas representativas dos produtores rurais e instituições bancárias visando à promoção e ao apoio à regularização ambiental de imóveis rurais, com foco no CAR. Também foram firmados sete convênios, para auxiliar na implementação do CAR, com os Estados do PE, TO, RS, RJ, AC e PA.

O ano de 2014 encerra-se com mais de 500 mil cadastros realizados e cerca de 130 milhões de hectares, quase 40% da área rural cadastrável no País. Para 2015, prevê-se a aceleração do processo de cadastramento, o monitoramento da implementação do CAR em todas as unidades da Federação e a implementação dos projetos para apoiar a validação dos dados e dos projetos de recuperação das áreas.

r) Gerenciamento Costeiro

Em 2014, foram intensificadas as ações do gerenciamento costeiro para a proteção da linha de costa ameaçada pelos efeitos erosivos causados pelas mudanças climáticas. Nesse sentido, destaca-se a conclusão exitosa do Projeto SMC-Brasil, cooperação com a Espanha para transferência de tecnologia de mapeamento da linha de costa.

Para 2015, além do avanço nos trabalhos sobre proteção da linha de costa, segue o desafio de concluir a elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima, com especificidades para a zona costeira, região bastante vulnerável e potencialmente impactada pelos fenômenos climáticos. Prevê-se também a realização de estudos técnicos e metodológicos para o monitoramento do lixo marinho no Brasil, visando à elaboração de planos de ação para a sua redução.

s) Gestão Ambiental Urbana

Para mitigar os impactos da urbanização no meio ambiente, notadamente no que se refere à biodiversidade e a recursos hídricos, foram desenvolvidas algumas ações em 2014, destacando-se, dentre elas:

- Mapeamento da cobertura vegetal e dos corpos d'água existentes nas áreas efetivamente urbanizadas em 732 Municípios, contemplando uma amostragem de todos os biomas nacionais;
- Elaboração de subsídios para consolidação de indicadores de qualidade ambiental urbana por meio da proposição de 47 indicadores principais e 35 suplementares com o objetivo de possibilitar a avaliação de vulnerabilidades e fragilidades ambientais em áreas urbanas;
- Elaboração de subsídios para desenvolvimento de metodologia de integração de instrumentos de planejamento urbano e territorial permitindo aos gestores estaduais, municipais e de regiões metropolitanas a aplicação de plano diretor, de forma integrada com os planos de habitação, saneamento, recursos hídricos e ZEE;
- Realização de tradução e impressão do documento "O Panorama das Cidades e da Biodiversidade" (*Cities and Biodiversity Outlook* – CBO), para contribuir com o cumprimento das 20 Metas da Biodiversidade de Aichi até 2020; e

- Iniciadas a elaboração de Cartas de Vulnerabilidades para nove regiões metropolitanas do Brasil e a construção de uma proposta de Política Nacional de Gestão Ambiental Urbana.

t) Combate à Desertificação

O Brasil adotou uma estratégia de combate aos principais vetores do processo de desertificação, apoiando iniciativas estruturantes para uma convivência sustentável com a semiaridez. Nesse sentido, destacaram-se, em 2014, as seguintes ações voltadas a implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN – Desertificação) em parceria com Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, cooperação técnica (IICA e Pnud), Fundo Nacional do Meio Ambiente e Fundo Clima: i) promoção do manejo florestal da Caatinga, principalmente o comunitário, possibilitando segurança alimentar (suporte forrageiro) para o rebanho e ofertando biomassa florestal para a matriz energética da região (40% do parque industrial); ii) iniciativas voltadas para a conservação do solo visando à segurança alimentar e hídrica; iii) melhoria tecnológica dos processos de calcinação industrial (cerâmicas e gesseiras) e a segurança energética familiar (fogões ecológicos); iv) articulação de pactos para sustentabilidade da matriz energética, setores cerâmicos e gesseiro, com vistas à sustentabilidade na construção civil, mediante uso de lenha proveniente de manejo florestal comunitário e de tecnologias para melhoria da eficiência energética. Por meio dos editais estão sendo apoiadas mais de 300 empresas (130 calcinadoras de gesso em Pernambuco e 170 cerâmicas em Sergipe, Paraíba e Ceará) e sendo implementados mais de 20 mil hectares com planos de manejo florestal em 70 assentamentos nos estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco e Ceará; v) desenvolvimento do Sistema de Alerta Precoce de Desertificação (SAP), em parceria com o Inpe; vi) fortalecimento da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD); vii) início da elaboração de guia de boas práticas para o combate a degradação e desertificação pela ABNT; e viii) elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Recuperação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais nos Ecossistemas das Áreas Susceptíveis à Desertificação (Prosperar).

Para 2015, devem ser trabalhadas as seguintes iniciativas no âmbito do PAN-Desertificação: i) implantação do Prosperar; ii) elaboração de proposta para melhoria dos processos de licenciamento ambiental nas áreas suscetíveis à desertificação; e iii) elaboração da Norma ISO/ABNT – para Degradação e Desertificação.

10. Ciência, Tecnologia e Inovação

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), que organiza e planeja a área para o período 2012-2015, demonstra e expressa a decisão de fortalecer a política de Ciência, Tecnologia e Inovação, além de realizar trabalho integrado com outras políticas públicas e articulado com a sociedade.

a) Inovação Tecnológica

O desafio em prol do fortalecimento da política de Ciência, Tecnologia e Inovação requer ações de envergadura como a que se empreendeu em 2014, com o lançamento do Programa Nacional das Plataformas do Conhecimento (PNPC), instituído pelo Decreto nº 8.269, de 25 de junho, para a realização de encomendas tecnológicas destinadas à solução de problemas técnicos específicos ou à obtenção de produtos ou processos inovadores, de bens ou serviços, que envolvam risco tecnológico. O cerne do Programa reside no estabelecimento de parceria entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica, nacionais e internacionais. O leque de setores a serem apoiados é amplo e, ainda em 2014, iniciou-se a preparação de Plataformas do Conhecimento nos setores aeroespacial, medicamentos e vacinas, equipamentos médico-hospitalares, serviços de saúde, bioenergia, petróleo e gás, defesa cibernética, agricultura de precisão, piscicultura e canal de transposição do rio São Francisco.

O apoio à inovação tecnológica por meio da formação de parcerias entre instituições científicas e tecnológicas e empresas vem sendo reforçado em outras linhas, a exemplo do projeto piloto da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Em dois anos de execução do projeto piloto, foram contratados 66 projetos cooperativos com empresas, envolvendo recursos financeiros da ordem de R$ 260 milhões. Após sua qualificação como organização social, a Embrapii, em 2014, credenciou 13 ICTs para desenvolvimento de projetos cooperativos com empresas.

O Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), por sua vez, é um dos principais instrumentos de integração de ICTs com empresas, proporcionando condições para ampliar os atuais índices de inovação, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME). O sistema é atualmente composto por 53 redes operacionais, sendo 13 relativas a Centros de Inovação, 18 de Serviços Tecnológicos e 22 de Extensão Tecnológica. De 2008 a 2014, as redes de Centros de Inovação contrataram 31 projetos cooperativos de empresas com ICTs, no valor total de R$ 56,3 milhões; as redes de Serviços Tecnológicos realizaram mais de 1,5 milhão de ensaios e calibrações de produtos para mais de 380 mil empresas; e as redes de Extensão Tecnológica atenderam mais de duas mil MPME.

O Programa Ciências sem Fronteiras (CsF) busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e o aumento da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O CsF representa êxito no estabelecimento de parcerias entre governo, setor produtivo e instituições brasileiras de ensino superior e pesquisa públicas e privadas. Em dezembro de 2014, foi superada a meta estabelecida de 101 mil bolsas concedidas (36.241 bolsas somente pelo CNPq), envolvendo mais de 30 países. O maior número de bolsistas teve como destino os EUA, seguidos pelo Reino Unido, Canadá e França. Do total de bolsas concedidas, 81% foram na modalidade "graduação sanduíche" e 19% nas modalidades de "doutorado pleno", "doutorado sanduíche" e "pós-doutorado".

O Programa Estratégico de *Software* e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior) contribui para o fomento à indústria de *software* e serviços de tecnologia da informação no Brasil. O Programa possui cinco pilares: Desenvolvimento Econômico e Social; Posicionamento Internacional; Inovação e Empreendedorismo; Produção Científica, Tecnológica e Inovação; e Competitividade.

Dentre os principais resultados das ações orientadas pelo TI Maior no ano de 2014, destacam-se: i) o Programa Start-Up Brasil, com vistas a acelerar o desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica do setor de *software* e serviços de TI, que já selecionou 161 empresas brasileiras e 27 internacionais, com investimentos de R$ 20 milhões em 2014; ii) o Programa Brasil Mais TI, que fornece formação gratuita de mão de obra especializada e recebeu aporte de R$ 3,5 milhões; iii) o programa de Atração de Centros Globais de Pesquisa e Desenvolvimento, que investiu R$ 8 milhões no apoio à instalação de dez centros de pesquisa de TI no País; iv) o programa Certificação de Tecnologia Nacional de *Software* e Serviços Correlatos (Certics), que concede benefícios a empresas brasileiras nas compras governamentais e já conta com 15 *softwares* certificados; e v) os Ecossistemas Digitais, que visam apoiar o desenvolvimento tecnológico para aumentar a competitividade em setores da economia, como petróleo e gás, aeroespacial, telecomunicações e agricultura, por meio de *software* e serviços de TI.

O Governo Federal atuou para catalisar e consolidar os ambientes propícios à inovação no País, por meio do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI) e da política de apoio aos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das Instituições de Ciência e Tecnologia. O investimento total nesses programas, no período de 2011 a 2014, ultrapassa R$ 200 milhões. No final de 2013, foram lançadas chamadas públicas de apoio a parques tecnológicos com recursos não reembolsáveis no valor de R$ 110 milhões e de apoio a incubadoras de empresas com recursos não reembolsáveis no valor de R$ 12,5 milhões. Em 2014 foram desembolsados recursos na ordem de R$ 20 milhões para apoio a parques tecnológicos e incubadoras de empresas. Hoje há mais de 900 empresas instaladas nos 30 parques em operação, gerando 32 mil empregos e um faturamento anual de R$ 3 bilhões por ano. As 400 incubadoras implantadas já graduaram 2,5 mil empresas que geram

um faturamento anual de R$ 4 bilhões. Os mais de 250 NITs implantados têm contribuído para a transferência de tecnologia entre as ICTs e o setor industrial, apoiando e orientando também as questões ligadas à propriedade intelectual.

Outro destaque importante é a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), tendo como alicerces a governança compartilhada proporcionada pelo Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN), a infraestrutura do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO) e a cooperação internacional. Em 2014, os 26 laboratórios do SisNANO passaram a receber financiamento do Governo para dar suporte à convergência entre a academia e as empresas, visando ao aumento da competitividade industrial, melhoria da infraestrutura, formação de recursos humanos e suporte ao processo de regulação da nanotecnologia. Nesse ano, a IBN incorporou ações objetivando a regulação da nanotecnologia, tendo sido iniciado o processo de colaboração com a Comissão Europeia no maior projeto mundial voltado para a regulação da nanotecnologia, o projeto NANoREG.

O desenvolvimento tecnológico tem se beneficiado tanto do fomento e de investimentos quanto de incentivos fiscais disciplinados na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), e regulamentados pelo Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006.

b) Infraestrutura

O Projeto Sirius, a nova fonte brasileira de Luz Sincrotron de terceira geração, com desempenho equiparado às melhores instalações desse tipo existentes no mundo, é destaque na área de infraestrutura para Ciência, Tecnologia e Inovação e abrirá novos horizontes para as técnicas de caracterização de materiais sintéticos e biológicos. A nova fonte substituirá a fonte atual, operada pelo Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) vinculado ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas. O investimento total é da ordem de R$ 1,3 bilhão e colocará o Brasil na vanguarda mundial em pesquisa de materiais.

Para apoio às pesquisas hidroceanográficas, foi adquirido o novo navio de Pesquisa "Vital de Oliveira", lançado ao mar, no estaleiro Hangtong, em Xinhui, na China, em setembro de 2014. O navio, uma das cinco mais avançadas plataformas de pesquisa oceânica do mundo, contará com equipamentos científicos de ponta que atenderão às necessidades dos pesquisadores, tais como medidores de gás carbônico, salinidade, instrumentos de geologia de fundo, e um submarino controlado pelo navio, dentre outros equipamentos. Além da tripulação, poderão embarcar mais de 40 pesquisadores para desenvolvimento de suas pesquisas no mar. O navio apresenta comprimento de 78 metros, autonomia de 30 dias de mar e velocidade de cruzeiro de 10 nós, e será equipado com o que há de mais avançado em termos de tecnologia, permitindo a condução eficaz de pesquisa oceanográfica de qualidade internacional no Atlântico Sul e Tropical e águas internacionais de interesse do País.

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) conectou, às redes de pesquisa, 946 campi de universidades e institutos federais, levando ao interior grande capacidade de conexão em 1 Gbps ou 100 Mbps. Cerca de 70% do total dos campi foram atualizados ou conectados em 2014, fazendo com que mais de quatro milhões de alunos, professores e pesquisadores possam acessar as bases de dados e informações e se conectar com seus pares no Brasil e no exterior. Ao inserir a comunidade acadêmica brasileira em redes globais de pesquisa, ampliam-se as possibilidades de qualificação e fixação de recursos humanos no território.

Com o apoio da RNP à Rede Universitária de Telemedicina (Rute), em 2014, foi interligado o 100º Núcleo de Telemedicina no Brasil, englobando todos os hospitais universitários federais, institutos nacionais de saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e demais hospitais de ensino públicos e privados. A Rute mantém alta qualidade na colaboração entre médicos e outros profissionais da Saúde por meio de sessões de videoconferências e transmissões de vídeo em alta definição para educação, pesquisa e segunda opinião formativa. Essa rede permite aumentar a qualificação da educação e formação em Saúde no interior.

Merece ainda destaque a coordenação, pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (Sinapad), que consiste numa rede de centros de computação de alto desempenho, geograficamente distribuídos, e com nove unidades denominadas "Centros Nacionais de Processamento de Alto Desempenho" (Cenapads), operadas por universidades públicas e unidades de pesquisa do MCTI.

Lançado em novembro de 2014, o Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr), é realizado em parceria com o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) e objetiva fornecer informações confiáveis e de qualidade, hoje dispersas em diversas instituições nacionais e estrangeiras, em um sistema *on-line* para seu uso em pesquisas científicas e na educação. O sistema pretende, ainda, garantir o uso de dados sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros na elaboração e na implementação de políticas, facilitando e integrando a informação com vistas à tomada de decisão e aos processos de desenvolvimento de políticas públicas.

Em 2014, o Governo incorporou, por meio do Decreto nº 12.954, de 5 de junho de 2014, quatro novas unidades de pesquisa: i) o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; ii) o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; iii) o Instituto Nacional de Águas; e, iv) o Instituto Nacional da Mata Atlântica.

c) Inclusão Social

No que se refere à tecnologia assistiva, o Governo conta com o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA), na forma de uma rede cooperativa de pesquisa, desenvolvimento e inovação, vinculada ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI/MCTI. Esta instituição atua nas seguintes atividades: i) planejamento, elaboração e implementação da Política Nacional de Tecnologia Assistiva e execução do "Plano Viver sem Limites"; ii) promoção de serviços de informação, divulgação, assessoria, formação e apoio sobre produtos e serviços de Tecnologia Assistiva; iii) incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação em Tecnologia Assistiva; iv) estímulo à utilização do desenho universal na fabricação de produtos e na implementação de políticas e serviços; v) fomento a metodologias e tecnologias que favoreçam a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; e vi) promoção da interação entre centros de pesquisa, setor produtivo e de serviços, órgãos de políticas públicas, entidades que trabalham com pessoas com deficiência e idosos, profissionais e usuários de TA.

O CNRTA também participa da articulação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, composta por Núcleos de Tecnologia Assistiva dispostos em 50 instituições de ensino superior em todo país. O CNRTA alcançou resultados pertinentes aos objetivos estabelecidos na Portaria MCTI nº 139, de 23 de fevereiro de 2012, ao prioritariamente coordenar a Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologia Assistiva, que, entre 2013 e 2014, ampliou sua atuação, passando de 29 núcleos inicialmente habilitados para 80 projetos realizados nas 50 instituições de ensino. Além disso, o CNRTA, por meio de sua equipe de pesquisadores, participou de mais de 40 eventos científicos e formativos, ministrando palestras, apresentando trabalhos e promovendo oficinas, de modo a prover formação e informação acerca da TA como área de conhecimento.

Por fim, o CNRTA tem mantido estreita relação com os *stakeholders* na área, atuando como um permanente observatório de oferta e demanda. Está prevista para o ano de 2015 a construção de uma nova sede para o CNRTA, que será localizada junto ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI-Renato Archer).

d) Difusão

Na área da Difusão e Popularização da Ciência, os esforços continuam se fixando no apoio à realização de eventos científicos, tais como a realização da XI Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Em 2014, o tema do evento foi "Ciência e Tecnologia

para o Desenvolvimento Social" e envolveu mais de 50 mil atividades distribuídas em 808 Municípios, coordenadas por mais de mil instituições em todas as unidades da Federação. Ocorreu, ainda, o apoio à realização da Feira de Ciências e, finalmente, o lançamento do quarto edital de Olimpíadas do Conhecimento.

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) é realizada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), e dirige-se aos alunos de 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos estudantes do ensino médio de escolas públicas municipais, estaduais e federais. Em 2014, a Olimpíada contou com 18 milhões de participantes de 46.711 escolas e 5.529 cidades. A OBMEP proporciona, aos medalhistas, capacitação e tutoria a distância em matemática, bem como uma bolsa de iniciação científica júnior, o que tem significado importante incentivo aos alunos na escolha de carreiras em ciências exatas e da computação e engenharias.

e) Mar e Antártida

O Plano de Ação da Ciência Antártica para o Brasil, período de 2013-2022, representa uma nova fase para a ciência antártica nacional. Este documento define áreas prioritárias de investigação pela apresentação de cinco programas temáticos de pesquisa, os quais deverão ser revisados cinco anos após a sua implementação. São eles: i) O papel da criosfera no sistema terrestre e as interações com a América do Sul; ii) Efeitos das Mudanças Climáticas na Biocomplexidade dos Ecossistemas Antárticos e suas Conexões com a América do Sul; iii) Mudanças Climáticas e o Oceano Austral; iv) Geodinâmica e história geológica da Antártica e suas relações com a América do Sul; e v) Dinâmica da alta atmosfera na Antártica, interações com o geoespaço e conexões com a América do Sul.

A implementação dos elementos contidos no documento "Ciência Antártica no Brasil - Um plano de ação para o período 2013-2022" contribuirá de forma expressiva para que o País tenha maior protagonismo no Sistema do Tratado Antártico, em particular, no *Scientific Committee on Antarctic Research* (SCAR), além das cooperações internacionais existentes entre países sul-americanos. Em 2015 haverá a implementação do Plano, por meio de projetos já selecionados por edital do CNPq.

Cabe ainda destacar que o processo de pesquisa geológica e ambiental da Elevação do Rio Grande finalmente permitiu ao País, em janeiro de 2014, submeter à Autoridade Internacional dos Fundos Marítimos (ISBA) a primeira proposta para exploração de crostas cobaltíferas no Oceano Atlântico. A aprovação para exploração pelos próximos 15 anos, ocorrida em julho do mesmo ano, evidenciou a capacidade científica brasileira para exercer essa exploração. Trata-se de uma excelente oportunidade de desenvolvimento de um programa robusto de pesquisa em mar profundo, a partir de 2015.

f) Área Nuclear

O Empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) teve o projeto básico concluído e consiste na implantação de uma infraestrutura fundamental para o desenvolvimento autônomo das atividades nucleares do Brasil, com capacidade para produzir os radioisótopos utilizados na medicina, indústria e agricultura atualmente dependentes de importação; realizar testes de irradiação de combustíveis e materiais para reatores e apoio à operação das usinas de geração núcleo-elétrica; e realizar pesquisas com feixes de nêutrons em várias áreas do conhecimento.

O projeto conceitual do Repositório de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação (RBMN) foi concluído e o processo para seleção do local de sua instalação está em andamento. O RBMN irá armazenar, de forma definitiva, os rejeitos radioativos de baixo e médio níveis de radiação gerados pelas usinas nucleares e demais atividades nucleares do País.

Em 2014, foram produzidos e comercializados radiofármacos para viabilizar a realização de mais de dois milhões de procedimentos de medicina nuclear para radiodiagnóstico e terapia, com ênfase para o Tecnécio-99 utilizado em mais de 80% das aplicações médicas.

As ações de proteção radiológica e de metrologia realizadas em instituições das áreas da Saúde e da Indústria resultaram na utilização segura das radiações ionizantes em nove milhões de procedimentos de radioterapia e na proteção de mais de 120 mil trabalhadores, do público, e do meio ambiente.

Na área de transporte radioativo, em 2014, finalizou-se o primeiro projeto nacional de embalagem para transporte e armazenamento de hexafluoreto de urânio, fabricado pela Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (Nuclep), sendo executados os testes de demonstração da conformidade com requisitos internacionalmente aceitos. Trata-se de importante marco tecnológico no projeto de nacionalização de equipamentos empregados nas instalações nucleares do ciclo do combustível nuclear.

Também foi atualizada a norma de Licenciamento de Instalações Radioativas, sendo incorporadas recomendações do novo documento internacional sobre proteção radiológica, emitido pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Com relação às licenças e autorizações concedidas pela área de segurança nuclear, em 2014, destacam-se: i) oito autorizações para concretagem de estruturas totais ou parciais, sendo sete para Angra 3, e uma para o Projeto do Submarino Nuclear; ii) autorização para operação de 110 novas instalações radiativas, sendo oito da área de Radioterapia, 21 da área de Medicina Nuclear, 25 da área de Pesquisa e 56 das áreas de Indústria, Comércio e Serviços; iii) prorrogação da autorização de operação inicial (AOI) para a primeira cascata da Planta de Demonstração Industrial para Enriquecimento de Urânio (Uside) e para o Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI) da Unidade de Enriquecimento de Urânio Almirante Álvaro Alberto (UEAAA); iv) autorização para operação permanente da Fábrica de Combustível Nuclear (FCN); e v) autorização de funcionamento da Unidade de Descontaminação e Estocagem de Rejeitos Radioativos (UDERR) da Unidade de Concentrado de Urânio (URA), em Caetité/BA.

Na área de Salvaguardas Nucleares, entrou em operação o Sistema e-Gamma – Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, aprovado para uso mandatório em todas as instalações que manuseiam material nuclear no Brasil. Este sistema inovador e de alta confiabilidade realiza, via Internet, as autorizações e outras transações envolvendo o material nuclear e permite o acesso em tempo real aos registros de material nuclear nas instalações pelos órgãos controladores.

Em 2014, cerca de 89 elementos combustíveis para as usinas termonucleares foram fabricados pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que também continua trabalhando para a concretização definitiva do projeto para implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio. Com o início de operação da primeira cascata do módulo 2, a 5ª cascata do empreendimento, alcançou-se a capacidade nominal instalada correspondente a 26% da demanda de uma recarga de combustível de Angra 1. Com isso, em 2014, a produção atingiu 2.615 kg de urânio enriquecido, que comporão parte da 22ª recarga de Angra 1, a ser entregue em 2015. Esta Usina proporcionará a redução do custo e a autossuficiência na principal etapa do ciclo do combustível nuclear.

Foram produzidas em Caetité/BA, no ano de 2014, cerca de 67,2 toneladas de concentrado de urânio da Mina da Cachoeira, além da continuidade do processo para a obtenção do licenciamento da primeira lavra subterrânea de urânio do Brasil.

No que concerne ao ciclo do combustível nuclear, para 2015, as metas são: intensificar os trabalhos de atendimento das exigências de licenciamento das atividades mineiras da INB em Caetité/BA; desenvolver o projeto de duplicação da Planta Química de Beneficiamento e Produção de Concentrado de Urânio; e iniciar as atividades de abertura de nova frente de lavra, a céu aberto,

na Mina do Engenho. Em Santa Quitéria/CE é prevista a continuidade do licenciamento ambiental e nuclear, visando às licenças de construção do novo Projeto de Mineração de Urânio consorciado com uma empresa de exploração de fosfato.

Finalmente, a Nuclep entregou, em 2014, para a Eletronuclear (ETN), Embutidos Especiais empregados na construção da Usina Nuclear de Angra 3, bem como a continuidade à fabricação de Condensadores e Acumuladores também para a Eletronuclear. Para a Marinha do Brasil, a Nuclep deu continuidade à fabricação dos cascos resistentes dos dois primeiros submarinos convencionais, SBR-1 e SBR-2 classe Scorpone (Francês); e às atividades de engenharia para a fabricação dos equipamentos Vaso de Pressão do Reator (VPR) e dois Geradores de Vapor (GV) do sistema de propulsão do submarino nuclear brasileiro.

Em 2014, foi dada continuidade, por meio do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), à modernização do Centro Nacional para o Gerenciamento de Situação de Emergência Nuclear (Cnagen), em Brasília/DF, com o objetivo de manter o alto grau de segurança das atividades nucleares no País. Estendeu-se, ainda, tal modernização aos demais Centros de Resposta a uma Emergência Nuclear, localizados nos Municípios do Rio de Janeiro/RJ e de Angra dos Reis/RJ. Nesse sentido, seguindo tendência mundial, o Sipron vem aprimorando a metodologia de avaliação das decisões a serem tomadas nas respostas a emergências nucleares, por meio do desenvolvimento de um *software* que emprega expertise de instituições nacionais, o que contribui para o desenvolvimento e fortalecimento da base tecnológica brasileira. Em 2015, visando à realização do exercício bianual, em Angra dos Reis/RJ, espera-se que tais modernizações estejam disponíveis para pronto emprego na atividade a ser executada naquela cidade fluminense.

g) Área Espacial

Dentre as principais realizações de 2014, destaca-se o importante trabalho de integração, testes, campanha de lançamento e lançamento do satélite sino-brasileiro CBERS-4, a partir do sítio de lançamento de Taiyuan na China, realizado em 7 de dezembro de 2014. O novo satélite deverá produzir dados e informações que serão utilizados pelo Governo para monitorar os setores agrícolas, florestal e controlar o meio ambiente, restabelecendo a capacidade nacional para a produção de imagens de sensoriamento remoto, interrompida em 2010 com o encerramento das atividades do satélite CBERS-2B.

Paralelamente, importantes esforços foram desenvolvidos com vistas à consolidação do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial 2013-2022, que propõe a continuidade do Programa da família CBERS. Neste sentido, a Agência Espacial Brasileira (AEB) firmou com a Administração Nacional Espacial da China (CNSA) uma Carta de Intenções, no dia 9 de dezembro de 2014, para a construção do satélite CBERS-4A, a ser lançado em 2017, realização de estudos para desenvolver nova geração de satélites, e cooperação nas aplicações de dados de satélites.

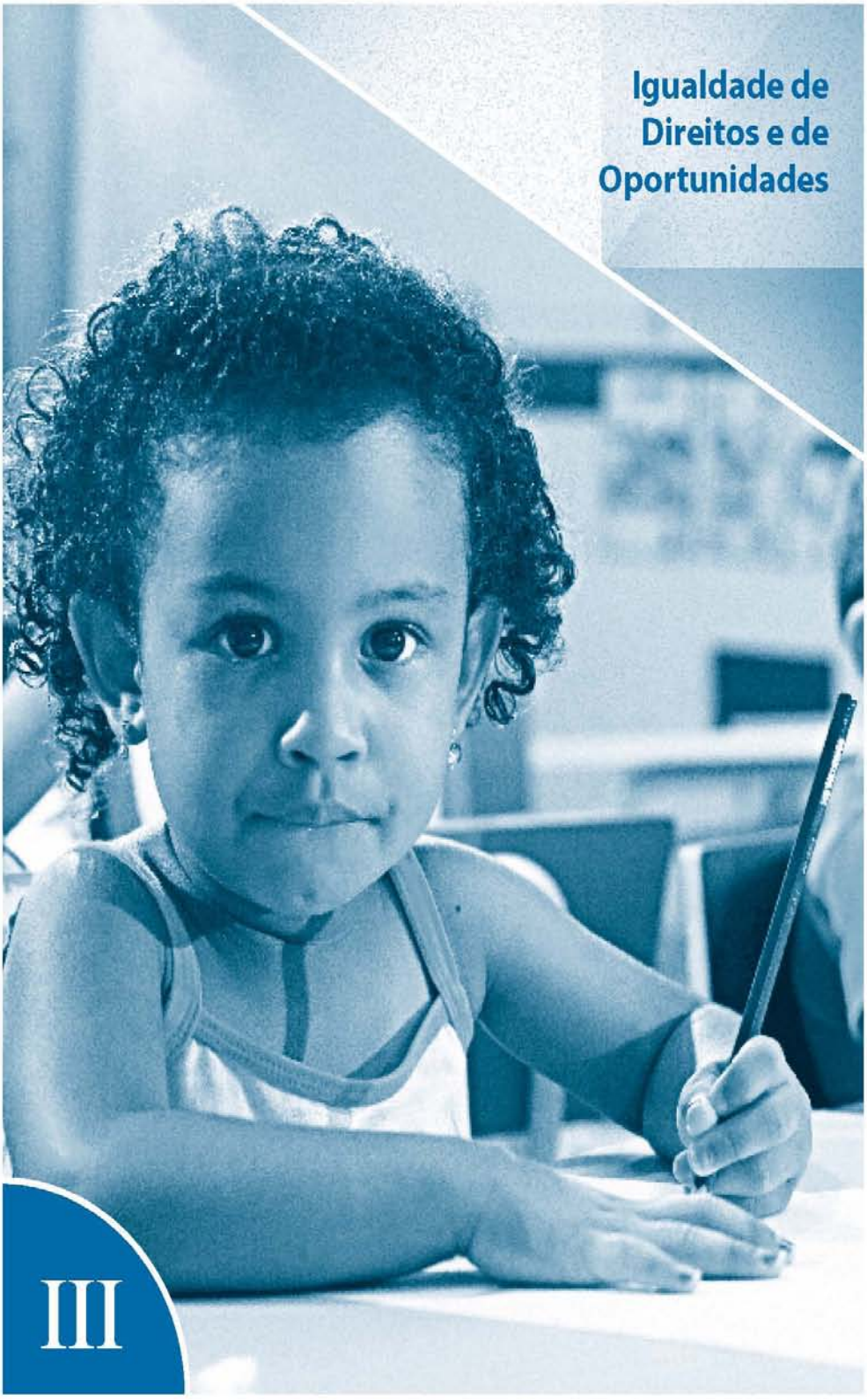
No campo do desenvolvimento de missões espaciais, destacam-se a conclusão dos estudos comparativos de soluções para o Sistema de Coleta de Dados Hidrometeorológicos (SCD-Hidro) e a aprovação, pelo Grupo de Trabalho Brasil-Argentina, da definição da Missão e o início do Projeto Preliminar do satélite SABIA-Mar. O SCD-Hidro é essencial para a modernização e ampliação de rede de coleta de dados hidrometeorológicos, necessária para apoiar as políticas nacionais para o setor hídrico e de prevenção de desastres naturais. O SABIA-Mar objetiva a observação dos oceanos, da zona costeira e de águas interiores da América do Sul, com aplicações principais no estudo do ciclo de carbono, da biosfera marinha, da identificação de zonas potenciais de pesca, e para a detecção de eventos como vazamento de petróleo, entre outros.

Quanto aos micro e nano satélites, em junho de 2014, lançou-se com êxito o primeiro Cubesat brasileiro, o NanosatC-Br1, com a missão de coletar dados do campo magnético terrestre, principalmente na região da Anomalia Magnética do Atlântico Sul

(Amas) e do setor Brasileiro do Eletrojato Equatorial Ionosférico. Destacam-se, ainda, o desenvolvimento dos satélites AESP-14, UbatubaSat, ITASAT, NanosatC-Br2 em continuidade ao Br1, e Serpens, todos com lançamentos previstos para 2015.

Nos esforços para a conquista dos meios de acesso ao espaço, destacam-se a efetivação de acordo espacial com a Agência Espacial Alemã (DLR), para que o Brasil atenda ao cronograma de lançamento do experimento alemão SHEFEX-3, e o apoio às atividades de desenvolvimento e preparação do VLS-1, com a Operação Santa Bárbara I (integração da rede elétrica e testes no Centro de Lançamento de Alcântara – CLA) e a Operação Santa Bárbara II (lançamento do protótipo VSISNAV do VLS-1, a partir do CLA), para 2015.

No domínio das tecnologias críticas, destaca-se a formação de profissionais brasileiros na França, como parte do Plano de Absorção de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).


Igualdade de
Direitos e de
Oportunidades
III

III - IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES

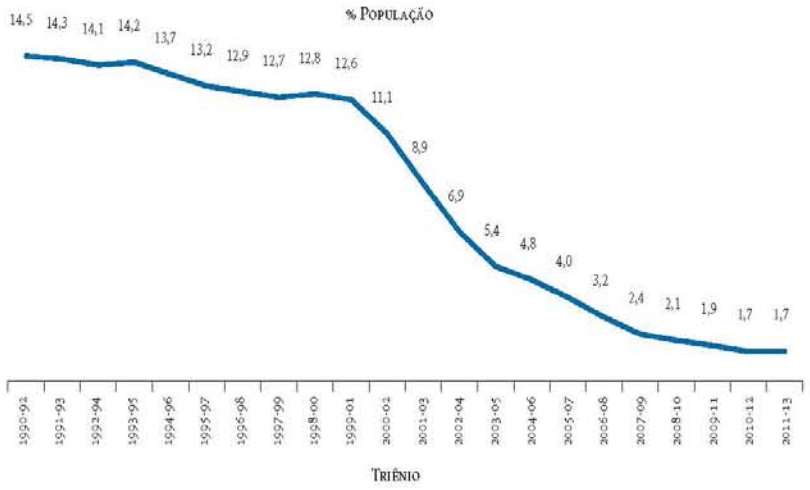
1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

a) Redução da Pobreza e das Desigualdades

De acordo com o Atlas Brasil 2013, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, quando figurava como Médio Desenvolvimento Humano. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, também apresentado pelo Pnud, passou de 0,612, em 2000, para 0,727, em 2010, demonstrando o contínuo incremento da qualidade de vida nos Municípios brasileiros.

O avanço das políticas sociais contribuiu, ainda, para que o País, a partir de 2014, tenha sido retirado do Mapa Mundial da Fome, de acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O relatório "O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo" demonstra que, entre 1990 e 2014, houve uma redução de 84,7% na taxa de brasileiros em situação de subalimentação, bem como expressa que 98,3% da população brasileira teve acesso a alimentos e segurança alimentar no ano de 2014. O gráfico abaixo mostra que o Brasil, no triênio 1990-1992 apresentava 14,5% de sua população em situação de subalimentação, decrescendo em 2011-2013 para 1,7% da população. Países com resultado do indicador abaixo de 5% não são mais listados na publicação anual da FAO, por esta razão o Brasil saiu da lista constante do Mapa da Fome publicado pela Organização.

Estimativa da proporção da população em situação de subalimentação (%) – Brasil, 1990-2013



Fonte: Relatório "O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo", FAO, 2014.

b) Plano Brasil Sem Miséria

Desde o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), 22 milhões de pessoas saíram da situação de extrema pobreza. De 2010 a 2014, houve um aumento real de aproximadamente 46% no valor das transferências totais do Programa Bolsa Família e o benefício médio mensal chegou, ao final de 2014, a R$ 170, reajuste aproximado de 88% nesse mesmo período.

Por meio da estratégia da Busca Ativa, que objetiva alcançar aqueles que estão fora da rede de proteção social, em 2014, conseguiu-se incluir aproximadamente 347 mil famílias extremamente pobres no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) e no Bolsa Família, totalizando, desde junho de 2011, 1,38 milhão de famílias.

Outra importante estratégia relativa à educação infantil, no âmbito do BSM, lançada em 2012, é a ação Brasil Carinhoso, que incentiva os Municípios a ampliar a oferta de vagas em creches e a melhorar o atendimento, oferecendo mais recursos às prefeituras a cada vaga ocupada por criança beneficiária do Bolsa Família. Em 2014, foram identificadas 707,7 mil crianças atendidas pelo Bolsa Família matriculadas em creches, o que significa aumento de 56% no número de vagas ofertadas em relação a 2013. Em 2014, 4.938 Municípios e o Distrito Federal receberam recursos adicionais do Governo Federal, no montante de R$ 765,6 milhões, beneficiando 580.981 alunos.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec Brasil Sem Miséria – oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional para o público de baixa renda. Em março de 2014, foi atingida a meta (revisada) de um 1,3 milhão de alunos, prevista para o período 2011-2014. Até dezembro, foram efetuadas 733,3 mil matrículas no ano, totalizando 1,6 milhão de matrículas no quadriênio. Do total de alunos matriculados no Programa, 48% têm entre 18 e 29 anos, 68% são negros e 68% são mulheres.

Na área rural, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde, criado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que alia conservação ambiental ao combate à pobreza, incluiu 20,7 mil famílias em 2014. Se inicialmente este Programa esteve mais focado na região da Amazônia Legal, atualmente possui abrangência nacional, direcionado a famílias em situação de extrema pobreza que exerçam atividades de conservação dos recursos naturais nas seguintes áreas: Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais), Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária, territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas, outras comunidades tradicionais e outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo. Atualmente 72,1 mil famílias são beneficiárias do Programa com a concessão trimestral de um benefício de R$ 300 às famílias.

No período 2011-2014, 354 mil famílias de agricultores familiares em situação de extrema pobreza receberam os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), incluindo assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores e extrativistas. Dessas famílias, 147,4 mil – entre 2012 e 2014 – foram apoiadas com recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Em 2014, 92,2 mil novas famílias fizeram parte do Programa que repassa o valor de R$ 2,4 mil por família, divididos em três parcelas, por meio do cartão do Bolsa Família ou pelo Cartão Cidadão, para executar um projeto de estruturação da unidade familiar elaborado em conjunto com responsáveis de assistência técnica e extensão rural, podendo receber sementes como insumo para produção.

Para aqueles que ainda não têm acesso à água, o Programa Água para Todos constrói cisternas no semiárido. O ano de 2014 foi recorde na entrega de cisternas, tanto de consumo (16 mil litros) quanto de produção (52 mil litros). Foram entregues 300,8 mil cisternas de água para consumo humano em 2014, totalizando 781,8 mil cisternas, alcançando antes do previsto a meta de entregar 750 mil cisternas de 2011 a 2014. O total de cisternas para produção entregues em 2014 foi de 60,8 mil, aproximando-se de 100 mil unidades desde 2011. Para 2015, está planejada a implementação de 67,5 mil novas cisternas.

Na linha do empreendedorismo, os objetivos são estimular a ampliação e o fortalecimento dos pequenos negócios e apoiar o Micro Empreendedor Individual (MEI) das famílias de baixa renda.

Com relação ao Microcrédito Produtivo Orientado dos bancos públicos federais no Programa Crescer, foram realizadas, entre janeiro e agosto de 2014, 1,6 milhão de operações de crédito com pessoas inscritas no Cadastro Único, sendo 900 mil beneficiárias do Bolsa Família, em que são oferecidos juros reduzidos e orientação dos agentes de crédito para a estruturação dos negócios. Do total de empréstimos com orientação já fornecidos desde sua estruturação até agosto de 2014 (10,3 milhões), 54% das operações realizadas são para pessoas inseridas no Cadastro, sendo que 35% são beneficiários do Bolsa Família, e sete milhões dessas operações foram realizadas no Nordeste.

No âmbito do Programa Luz para Todos, destinado a universalizar o acesso à energia elétrica, no período de 2011 a setembro de 2014, foram realizadas 267,2 mil ligações para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Apenas em 2014, até setembro, o Programa alcançou 89,8 mil famílias do Bolsa Família.

Quanto ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), 724,5 mil famílias de baixa renda inseridas no Cadastro Único foram beneficiadas e, dessas, 387,9 mil são beneficiárias do Bolsa Família.

Na área de saúde, dentre os principais resultados do BSM em 2014, destacam-se que mais 8,8 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família foram acompanhadas pelos serviços de Atenção Básica à Saúde no período de fevereiro a julho de 2014. A partir da campanha "Hanseníase, Verminoses e Tracoma têm Cura - 2014", 3,6 milhões de escolares responderam à ficha de autoimagem para hanseníase, 4,1 milhões foram tratados com albendazol para geo-helmintíases e 400 mil foram examinados para tracoma, impactando na redução das doenças relacionadas à pobreza. Desde janeiro de 2013, o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada nos Municípios mapeados, passando de 1.278 para 1.464 Municípios abrangidos pelo Programa, dos quais 12 são abrangidos somente pela Rede Própria.

c) Programa Bolsa Família

Em 2014, o volume de recursos destinado ao Programa Bolsa Família (PBF) foi de R$ 26,1 bilhões. Em novembro, 14,047 milhões de famílias beneficiárias receberam o valor médio de R$ 170. Em setembro de 2014, o PBF atendeu famílias quilombolas (128.104 cadastradas e 96.972 beneficiárias); famílias indígenas (141.839 cadastradas e 106.433 beneficiárias); famílias com componente resgatado de trabalho escravo (81.250 cadastradas e 49.660 beneficiárias); famílias de agricultores familiares (781.749 cadastradas e 608.034 beneficiárias); e famílias assentadas da reforma agrária (100.398 cadastradas e 62 mil beneficiárias).

Em junho de 2014, a linha que caracteriza a situação de extrema pobreza passou de R$ 70 mensais *per capita* para R$ 77 e, em relação à pobreza, o valor da linha subiu de R$ 140 para R$ 154. Na ocasião, também foram reajustados os valores dos benefícios do Programa. O benefício básico, pago a famílias extremamente pobres, passou de R$ 70 para R$ 77. O benefício variável, pago à gestante, à nutriz, à criança ou ao adolescente de até 15 anos, subiu de R$ 32 para R$ 35. Já o benefício variável vinculado ao adolescente entre 16 e 17 anos passou de R$ 38 para R$ 42 mensais. Os reajustes implicaram um aumento dos recursos na ordem de R$ 1,7 bilhão para 2014, com previsão de R$ 2,9 bilhões para os anos de 2015 e 2016.

Além das transferências financeiras, o Bolsa Família tem como objetivo o reforço aos direitos sociais básicos e a ampliação do acesso aos serviços de saúde e educação, operacionalizados por meio das condicionalidades do Programa. Na área de educação, o acompanhamento da frequência escolar atingiu aproximadamente 16 milhões de alunos, o que representa 89% do total de

crianças e adolescentes beneficiários do Bolsa Família em idade escolar. Já na área de saúde, foram cerca de nove milhões de famílias acompanhadas, o que corresponde a 19,8 milhões de beneficiários, sendo 5,1 milhões de crianças menores de sete anos com acompanhamento do calendário de vacinação, e cerca de 228 mil gestantes com acompanhamento do pré natal. Sobre a avaliação nutricional dos beneficiários, cerca de 4,7 milhões de crianças menores de sete anos e 196 mil gestantes tiveram dados de peso e altura coletados para vigilância do estado nutricional.

Os recursos federais transferidos aos entes subnacionais são calculados com base no Índice de Gestão Descentralizada, que mede o esforço realizado por Estados e Municípios na atualização de cadastros e no acompanhamento de condicionalidades, dentre outros fatores. Até o mês de dezembro de 2014, a União repassou R$ 23,05 milhões aos Estados e R$ 337,38 milhões aos Municípios, para serem aplicados na gestão descentralizada do Bolsa Família. Quanto ao Cadastro Único, em 2015, espera-se validar a consistência de aproximadamente 25 milhões de cadastros existentes e notificar 11,2 milhões de famílias para atualização cadastral, contribuindo para fortalecer os instrumentos de controle e garantir a qualidade das informações registradas no Cadastro Único, bem como o bloqueio ou cancelamento de pagamentos indevidos com a consequente inclusão de novos beneficiários.

d) Ampliação dos Serviços e Equipamentos Socioassistenciais

Em parceria com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, o Governo Federal tem implementado um conjunto de ações visando apoiar a proteção social ofertada pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Em 2014, o preenchimento do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (Cneas) começou a ser realizado por meio do Programa Aprimora Rede, levantando informações das entidades sobre suas ofertas socioassistenciais, seus trabalhadores e colaboradores, e público-alvo, dentre outras. O Cneas possui como base inicial dados sobre 16.839 entidades inscritas nos conselhos de assistência social (CAS), distribuídas em 2.414 Municípios. O processo de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) está sendo redesenhado visando alcançar maior celeridade, prevendo-se, como resultado, a finalização do passivo atual, de 7.312 processos, ainda em 2015.

Visando aperfeiçoar a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), foi instituído em 2012 o Programa Nacional de Capacitação do Suas (CapacitaSuas), por meio do qual o Governo Federal apoia os Estados e o Distrito Federal na execução de seus planos de capacitação de profissionais, gestores e técnicos que atuam no Sistema, articulados às agendas nacionais prioritárias. Até o final de 2014, no âmbito do CapacitaSuas, foram capacitados 25.640 técnicos e gestores do Suas, de um total aproximado de 37 mil vagas cofinanciadas a partir da pactuação realizada em 2012, primeira etapa do Programa. Para 2015, está prevista a execução de cinco novos cursos e a capacitação de aproximadamente 44,6 mil profissionais e membros do controle social, pelas 121 instituições de ensino atualmente credenciadas na Rede Nacional de Educação Permanente do Suas.

A capacidade de atendimento da rede instalada para operacionalizar o Suas no que se refere à quantidade de famílias em acompanhamento nos principais serviços ofertados pela Proteção Social Básica e pela Proteção Social Especial apresentou evolução significativa.

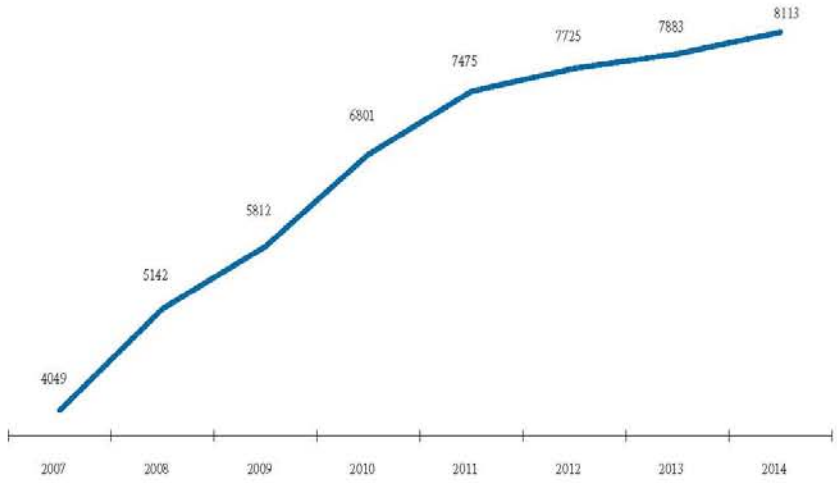
d.1) Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica articula um conjunto de ações voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade, visando prevenir situações de risco (abandono, negligência, violência, dentre outras), viabilizar o acesso à proteção socioassistencial e a outras políticas setoriais e fortalecer vínculos familiares e comunitários, a partir da acolhida, da convivência e da socialização de

famílias e indivíduos. Os principais serviços são o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O Paif atendeu, em 2014, mais de 16 milhões de indivíduos, com a inserção de 700 mil novas famílias apenas no primeiro semestre do ano.

O Censo Suas-2013 registrou a existência de 7.883 Centro de Referência em Assistência Social (Cras), em 5.394 Municípios e no Distrito Federal, responsáveis pela cobertura de mais de 26,7 milhões de famílias. Como parte do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), em 2014, os Municípios que não possuíam cofinanciamento federal para o Paif receberam a oferta para implantação do serviço, visando alcançar a universalização da sua cobertura no País. Com isso, o Governo Federal passou a cofinanciar unidades em 99,6% dos Municípios.

Evolução do quantitativo de Cras no período de 2007 a 2014, Brasil



Fonte: Censo Suas e CadSuas (11/2014), MDS.

Em áreas rurais ou de difícil acesso, em isolamento ou com dispersão populacional, o Cras pode contar com equipes volantes. Em 2014, o cofinanciamento federal para os serviços realizados por equipes volantes alcançou 1.085 Municípios, responsáveis por 1.256 equipes. Até 2014 foram entregues 123 lanchas da Assistência Social para áreas de navegação fluvial e pactuada a doação de outras 15 lanchas para áreas que envolvem águas oceânicas.

Visando à universalização da oferta e à equalização do cofinanciamento, foi implementado, em novembro de 2013, o reordenamento do SCFV, aceito por 5.038 Municípios. No último trimestre 2014, esses Municípios registraram no sistema de monitoramento do SCFV o atendimento de 1,47 milhão de usuários, dos quais 800 mil pertencentes ao público prioritário (crianças em trabalho infantil, situação de abuso e exploração sexual, crianças em situação de rua, pessoas com deficiência, idosos, dentre outros).

d.2) Proteção Social Especial

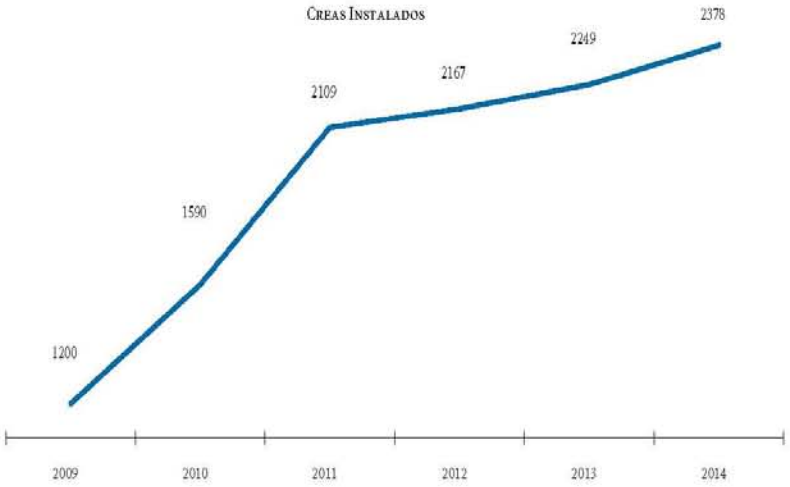
A Proteção Social Especial (PSE) se destina a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, em situação de ameaça ou violação de direitos. A PSE visa contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos vitimados por violência física, psíquica, negligência, abandono, violência

sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras situações. Suas ações são organizadas em dois níveis de complexidade, média ou alta, conforme as situações vivenciadas pelos indivíduos ou famílias.

No âmbito da Proteção Especial, estima-se em 2014 mais de 500 mil atendimentos no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), sendo que cada Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) acompanha, em média, 96 casos mensais.

Dados administrativos apuraram que, de 2009 a 2014, o número de Creas implantados, municipais e regionais, cresceu aproximadamente 100%, alcançando 2.378 Creas em 2014.

Evolução do quantitativo de Creas no período de 2009 a 2014, Brasil



Fonte: Censo Suas, CadSuas (11/2014), MDS.

d.2.1) Média Complexidade

A média complexidade oferta serviços de orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias em situações de risco ou com direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Nesse sentido, os serviços ofertados no Creas são o Paefi, a Abordagem Social e, mediante demanda, o de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE), de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), dentre outros.

Ao final de 2014, o Governo Federal cofinanciava a oferta dos serviços em 2.440 unidades do Creas, existentes sob a gestão de aproximadamente 2.080 Municípios e 21 Estados, resultando em uma capacidade de atendimento mensal a aproximadamente 141 mil famílias e indivíduos. O incremento da participação dos Estados decorreu da expansão e reordenamento da regionalização dos Creas, visando ampliar a cobertura a Municípios com população inferior a 20 mil habitantes. Para isso, o cofinanciamento federal atingiu 148 Creas Regionais, em 21 Estados.

Em 2014, também ocorreu a expansão e a qualificação do MSE, que resultou na ampliação do cofinanciamento federal de 894 para aproximadamente 1.050 Municípios. Esse processo envolveu a reconfiguração dos grupos de atendimento, que passaram

de 40 para 20 adolescentes, sendo mantido o valor de referência do cofinanciamento. Além disso, a meta de atendimento anual passou a ser de 48,4 mil adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em cumprimento de medidas socioeducativas.

Também merece destaque o cofinanciamento, no ano, de 503 equipes de Abordagem Social, em 265 Municípios; 301 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP), em 254 Municípios; e 27 Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas famílias (Centro Dia), sendo um em cada unidade federada. Além disso, são oferecidos serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos em 1.558 Municípios.

d.2.2) Alta Complexidade

Na alta complexidade são ofertados serviços de acolhimento a indivíduos e famílias afastados temporária ou definitivamente do núcleo familiar e comunitário de origem. Em 2014 houve expansão e reordenamento da oferta dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, cujo valor do cofinanciamento federal foi elevado de R$ 90 para R$ 500/mês, por criança e adolescente acolhido. Os entes parceiros aceitaram a oferta do cofinanciamento para 32.290 vagas, sendo 30.350 vagas aceitas por 1.166 Municípios e 1.940 vagas, para serviços regionais, prestados por 18 Estados. Esse processo de regionalização visa ampliar a oferta do serviço a Municípios com até 50 mil habitantes, até então sem cobertura.

Além disso, em 2014 foram cofinanciadas 32.240 vagas em 627 Municípios para o Serviço de Acolhimento para idosos e mulheres em situação de violência; 185 Residências Inclusivas, em 130 Municípios, para a oferta do Serviço de Acolhimento para Jovens e Adultos com deficiência em situação de dependência; e um conjunto de 28,7 mil vagas para o Serviço de Acolhimento institucional para Adultos e Famílias, destinado à população em situação de rua e migrantes, sob a gestão de 262 Municípios (incluindo o DF) e 16 governos estaduais. Vale salientar que 4.275 dessas vagas dizem respeito à expansão da oferta do Serviço para 51 entes federados com demanda de migrantes.

Por fim, em 2014 um conjunto de 21 entes federados receberam recursos do Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, que realiza trabalho social com indivíduos e famílias afetados por desastres, em complementaridade às ações de defesa e proteção civil, com provisão de atendimento psicossocial, apoio à manutenção de abrigos emergenciais e demais provisões necessárias à oferta do Serviço.

d.3) Benefício de Prestação Continuada

Em 2014, a cobertura do Benefício de Prestação Continuada (BPC) alcançou 4,12 milhões de beneficiários, sendo 2,25 milhões de pessoas com deficiência e 1,87 milhão de idosos, representando um investimento de R$ 35,8 bilhões. Para 2015, estima-se que o BPC beneficiará aproximadamente 2,39 milhões de pessoas com deficiência e 1,95 milhão de idosos, com investimentos de R$ 39,9 bilhões. A expansão do quantitativo de beneficiários reflete mudanças demográficas, sociais e legais, bem como os esforços para superação de barreiras de acesso ao benefício, visando à efetiva universalização para todos aqueles que atendam aos critérios estabelecidos legalmente. O Governo está aprofundando estudos para a definição de critérios complementares ao corte de renda familiar *per capita* como indicativos de vulnerabilidade para aferição da necessidade de acesso ao benefício.

O BPC na Escola tem como objetivo promover acesso e permanência na escola às pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, preferencialmente de zero a 18 anos, assim como o acompanhamento dessas crianças e jovens e de suas famílias, favorecendo seu desenvolvimento e a inclusão social. Até 2014, aderiram ao Programa mais de 4,6 mil Municípios, incluindo todas as capitais, contribuindo para a inclusão escolar de mais de 435 mil beneficiários. O cruzamento de dados entre os cadastros do BPC (Dataprev/MPS) e o Censo Escolar (Inep/MEC) aponta que mais beneficiários estão matriculados nas classes comuns do ensino regular – a proporção evoluiu de 29,53% (2007) para 70,16% (2012).

O BPC Trabalho visa promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência, prioritariamente na faixa etária de 16 a 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho. A partir de 2013, o BPC Trabalho foi expandido aos Municípios que aderiram ao Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), o qual tem os beneficiários do BPC entre seu público prioritário. Desse modo, em 2014, a cobertura a esse público já alcançava 1.383 Municípios. Adicionalmente, até novembro de 2014, mais de 25,8 mil beneficiários foram visitados e 1,3 mil foram matriculados em cursos de qualificação profissional do Pronatec – Brasil Sem Miséria.

d.4) Programa de Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes

Em resposta às mudanças na configuração do trabalho infantil no País, diagnosticadas a partir do Censo 2010, em 2013 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) foi redesenhado. Com isso, o atendimento desse público pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) teve a cobertura ampliada, de 3,6 mil para 5.038 Municípios. A partir de 2014, 958 Municípios e todos os Estados passaram a receber cofinanciamento federal para a estruturação de ações visando ampliar as condições de realização de diagnósticos territorializados, de identificação e busca ativa das situações de trabalho infantil e de monitoramento da efetividade desses esforços.

d.5) Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho

O Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) objetiva integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho. Nesse Programa, os usuários são encaminhados a oportunidades de qualificação profissional, ofertados no âmbito do Pronatec. Criado em 2012, o Programa foi implantado inicialmente em 292 Municípios, tendo atingido, em 2014, um conjunto de 1.383 Municípios, que se responsabilizarão pela mobilização para o preenchimento de 596 mil vagas, resultando na aplicação de recursos federais, no exercício, de R$ 64,3 milhões.

e) Segurança Alimentar e Nutricional

e.1) Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) conta com a adesão de todos os Estados e do Distrito Federal, além de 89 Municípios. O Mapeamento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN), implementado, em 2014, com a participação de 1.628 Municípios, reuniu informações sobre as ações e programas, equipamentos públicos e estruturas existentes relacionadas à garantia do direito humano à alimentação adequada.

Também em 2014, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional revisou o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan 2012-2015) e publicou um balanço de suas ações. Para 2015, ressaltam-se as seguintes ações estratégicas previstas: a elaboração do Plansan 2016/2019, a criação e funcionamento do Fórum Tripartite e a definição de uma proposta de financiamento tripartite para a gestão do Sisan, a realização do MapaSAN/2015 e a realização da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Foram continuadas, em 2014, a execução de ações permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), destacando-se o apoio a cursos voltados aos profissionais da Assistência Social, Saúde e Educação e às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; a publicação dos Cadernos de EAN para os serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social; a rede virtual Ideias na Mesa; e o curso a distância e o manual para os profissionais da rede socioassistencial para oferta de alimentação adequada e saudável no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

e.2) Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem duas categorias de beneficiários: os fornecedores de alimentos, aqueles aptos a vendê-los para o Programa, e os consumidores, que são as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

De 2012 a 2014, o PAA passou por um processo de aperfeiçoamento com a introdução do instrumento Termo de Adesão, que tornou mais simples a descentralização para Estados e Municípios quando comparada aos convênios, anteriormente utilizados. Nesse período, 714 Municípios, 24 Estados e o Distrito Federal aderiram a essa nova forma de operação, celebrada diretamente com o MDS.

A aquisição de alimentos por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em 2014, contou com o fornecimento de 240.572 toneladas de alimentos que beneficiaram 10.525 entidades, totalizando o investimento de R$ 293 milhões, envolvendo 88 mil agricultores familiares. Espera-se em 2015, atender aproximadamente 154 mil agricultores familiares. Pela modalidade Compra Institucional do PAA – a qual permite que órgãos e entidades dos poderes públicos dos entes federados adquiram alimentos da agricultura familiar, com recursos próprios, para atendimento às demandas de abastecimento alimentar – foram realizadas 19 chamadas públicas por órgãos estaduais, federais e por um Município, sendo adquiridos alimentos da agricultura familiar que totalizaram mais de R$ 29 milhões.

Para maior controle e acompanhamento das ações do PPA, a Conab e os demais órgãos federais envolvidos no Programa adotaram, em 2014, providências estruturantes, respondendo a fragilidades identificadas na execução dos projetos e fortalecendo mecanismos de transparência e fiscalização local, a exemplo da aproximação com entidades consumidoras e instâncias de controle social para que participem e acompanhem ativamente o projeto desde a fase de elaboração da proposta.

e.3) Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos

Segmentos populacionais que se encontram em situação continuada de insegurança alimentar e nutricional, tais como agricultores acampados, pescadores artesanais, agricultores atingidos por barragens, comunidades de terreiros, indígenas e quilombolas, contam com distribuição de alimentos de caráter emergencial e complementar. Essa ação também atende a demandas da Defesa Civil nas catástrofes ambientais. Para a aquisição dos produtos das cestas de alimentos, foram realizadas, em 2014, duas chamadas públicas na modalidade compra institucional de alimentos da agricultura familiar, no valor total de R$ 25,2 milhões, tendo sido distribuídas, até dezembro, cerca de 33,9 mil toneladas de alimentos em forma de cestas para aproximadamente 351 mil famílias. Para 2015, estão previstos recursos da ordem de R$ 82 milhões para essa ação.

Os povos e comunidades tradicionais são atendidos, desde 2005, por meio da ação emergencial de cestas de alimentos. De janeiro a dezembro de 2014, foram atendidas cerca de 260 mil famílias de povos e comunidades tradicionais, com 30 mil toneladas de alimentos em todos os Estados e no Distrito Federal.

e.4) Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

Atualmente existem em funcionamento, no País, 78 Bancos de Alimentos, 99 Restaurantes Populares e 158 Cozinhas Comunitárias e encontram-se em modernização aproximadamente 1,5 mil unidades de Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar. Foram apoiados aproximadamente 1,5 mil Municípios para modernizar as Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar e as Unidades de Apoio à Agricultura Familiar do seu território.

Destacam-se ainda, as ações em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o apoio à Modernização das Cozinhas nas Creches – Ação Brasil Carinhoso, que visa o desenvolvimento de ações direcionadas à instalação e modernização de cozinhas em creches públicas conveniadas em âmbito rural e urbano, a fim de promover a oferta de alimentação adequada e saudável. Desde 2012, foram investidos aproximadamente R$ 107 milhões em 776 Municípios, beneficiando aproximadamente 9,7 mil creches. Ressalta-se também o Programa Forças nos Esportes, parceria entre MDS e Ministério da Defesa, direcionada para o fornecimento de refeições a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica, participantes do Programa. Foram investidos, nos últimos cinco anos, aproximadamente R$ 30 milhões, com atendimento a 57 mil crianças em todo Brasil.

As principais iniciativas para o aprimoramento da rede de equipamentos públicos estão voltadas especialmente para um sistema de informação, com a qualificação dos processos de monitoramento pela construção de indicadores, e para a formação de uma rede estruturada de bancos de alimentos, com parceiros privados e organizações do terceiro setor, para diálogo e troca de experiências que potencializem a ação de combate ao desperdício de alimentos.

Em 2014, 129 unidades de equipamentos públicos foram fiscalizadas pelo Governo Federal, sendo 85 restaurantes populares e 44 cozinhas comunitárias, cujo relatório de avaliação foi publicado em janeiro de 2014. Destaca-se, como resultado das fiscalizações, a inclusão da obrigatoriedade, no processo de seleção dos editais, do envio da ata de aprovação da proposta do equipamento público pela instância local de controle social, reforçando a participação social no acompanhamento da execução dos recursos transferidos aos entes federais.

f) Avaliação e Gestão da Informação

O Data Social divulga boletins municipais, publicações, painéis de conjuntura e um conjunto de indicadores, em vinte temas diferentes, que permitem conhecer o panorama social, o perfil econômico e a estrutura demográfica de Municípios e Estados brasileiros. Também são empregados outros recursos eletrônicos para a disseminação da informação, a exemplo do Acervo Digital, plataforma *on-line* onde são disponibilizadas as publicações do MDS e de parceiros para livre *download*; e a Iniciativa *WWP - World Without Poverty*, resultante de parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Banco Mundial e o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, por meio da qual são prospectados, organizados, estruturados e disponibilizados ao público internacional, no sítio www.wwp.org.br, conteúdos sobre o desenho de políticas, programas e tecnologias sociais brasileiras.

2. Juventude

O Estatuto da Juventude, aprovado em 2013, decorre de luta histórica dos movimentos de juventude organizados e, além de reafirmar direitos previstos na Constituição, representa o primeiro marco legal brasileiro específico a reconhecer as pessoas com idade entre 15 e 29 anos como sujeitos de direitos. Nesse sentido, é prioridade, em 2015, a regulamentação de dois desses direitos: a meia-entrada em eventos culturais e esportivos e o transporte gratuito interestadual, o que beneficiará cerca de 15,5 milhões de jovens de baixa renda.

O Plano Juventude Viva é uma iniciativa que envolve 11 Ministérios e ações de 44 programas federais, para prevenir a violência contra os jovens, em especial, negros. Até 2014, o Plano Juventude Viva contou com a adesão pactuada de quatro Estados, do Distrito Federal e de 46 Municípios, além da adesão voluntária de outros dois Estados e 52 Municípios. Um importante avanço no referido ano foi o Protocolo de Redução de Barreiras para o Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência, firmado pelo Governo Federal com o Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público, para aperfeiçoar as

ações que visam à garantia do acesso à justiça para jovens negros. A articulação social em torno do Plano também se expandiu para mais de três mil lideranças de 1.158 instituições cadastradas na Rede Juventude Viva, que dialoga sobre as ações de prevenção à violência.

Foram realizadas, ao longo de 2014, 43 oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional nos Estados da BA, PB, ES e no DF. Nessa primeira fase, foram capacitados cerca de 850 servidores e gestores públicos. Em 2015, pretende-se realizar mais 38 oficinas para 750 pessoas.

Para a juventude do campo, em julho de 2014, foi lançado o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (Pajur), que investirá R$ 35 milhões até 2017. O Programa associa formação cidadã com base nos princípios agroecológicos e desenvolvimento sustentável. Desde 2011, cerca de cinco mil jovens do campo já participaram do edital de articulação de grupos de economia solidária, do Curso de Formação Agroecológica e Cidadã e de Projetos de Inclusão Digital. Como ação específica do Pajur, foi lançado o Edital do Programa de Residência Agrária Jovem, que selecionou 34 projetos de universidades públicas e institutos federais para apoiar jovens rurais do ensino médio e pós-médio para formação e desenvolvimento de projetos produtivos em seus territórios.

Do ponto de vista da participação dos jovens nas políticas públicas, há diversas iniciativas. Inspirado nas redes sociais, o Participatório – Observatório Participativo da Juventude – foi concebido como uma plataforma virtual, elaborada e desenvolvida em *software* livre, como um ambiente público de construção coletiva e divulgação de conhecimento. O Participatório chegou ao final de 2014 com mais de 12 mil usuários e recebeu o Prêmio ARede de Inclusão Digital 8ª Edição, modalidade "setor público", categoria conteúdo de "interesse público", como um reconhecimento importante do trabalho desenvolvido.

O ano de 2015 será o ano da realização da 3ª Conferência Nacional de Juventude. Em 2014, trabalhou-se na construção participativa da proposta do Plano Nacional de Juventude, que será tema desta conferência. O Plano vem sendo discutido com jovens lideranças em oficinas realizadas em todas as regiões do País. Além disso, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) realizou, em 2014, mobilização nacional pelo Pacto da Juventude, por meio do qual 66 Estados e Municípios se comprometeram a fortalecer a política de juventude.

A Estação Juventude é um equipamento para potencializar o acesso dos jovens às políticas públicas e, simultaneamente, disponibilizar para os gestores locais tecnologia para atuação pública na perspectiva de garantia dos direitos dos jovens. É desenvolvido por meio de convênio com Estados e Municípios, com duração de dois anos. Ao final de 2014, haviam sido firmados 72 convênios com Municípios, e 11 Estações Juventude já estavam em funcionamento.

Em 2014, destacou-se também a realização do Curto Circuito da Juventude, ambiente aberto às diversas expressões juvenis e tribos urbanas, e da Teia da Diversidade Cultural, encontro nacional dos Pontos de Cultura Viva e das Redes da Diversidade, que valorizou o exercício e a liberdade cultural dos jovens.

O ProJovem Trabalhador passou por profunda reformulação em 2014, com a participação da sociedade civil e do poder público das esferas municipais, estaduais e federal. A perspectiva para 2015 é utilizar novas ferramentas de execução, pactuar novas parcerias com as unidades da Federação tendo em vista a demanda atual de 688 mil vagas solicitadas, além de promover a articulação com as políticas de economia solidária e microcrédito.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de janeiro a novembro de 2014 foram celebrados 386,9 mil contratos de aprendizagem profissional. Dos admitidos no período, 202,9 mil aprendizes foram homens (52,44%) e 184 mil

foram mulheres (47,56%). Os setores do Comércio e da Indústria de Transformação foram os líderes no *ranking* de contratações (191,5 mil) e, juntos, representam 49,50% do total de admissões.

Para 2015, espera-se ampliar a diversidade da oferta de formação profissional, com o lançamento da modalidade Pronatec Aprendiz, que permitirá o financiamento da formação profissional do aprendiz contratado pelos empregadores não contribuintes do Sistema S, como pequenas empresas ou órgãos da administração direta.

Aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas são ofertadas oportunidades de formação profissional complementar, por meio do Projeto Soldado Cidadão, a fim de facilitar-lhes o ingresso no mercado de trabalho após conclusão do período de prestação do serviço Militar. Em 2014, foram qualificados 12.595 jovens e, para 2015, planeja-se a formação de cerca de mais de 7,5 mil.

3. Educação

a) Planejamento, Financiamento e Articulação

O novo lema de Governo: Brasil, Pátria Educadora, evidenciou a posição de destaque da educação como prioridade entre as ações de Governo a partir de 2015. Entre os compromissos assumidos, estão a valorização dos professores, a ampliação da oferta de vagas em creches, educação em tempo integral, reforma do ensino médio e fortalecimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Os esforços serão direcionados à superação das desigualdades pela educação.

As prioridades do Governo estão em consonância com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que constitui um importante marco para as políticas educacionais do Brasil para os próximos dez anos. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabeleceu dez diretrizes, vinte metas e uma série de estratégias as quais demandarão esforço conjunto dos entes federados e de toda a sociedade.

Dentre as diretrizes evidenciadas pelo PNE, destacam-se: i) a erradicação do analfabetismo; ii) a universalização do atendimento escolar; iii) a superação das desigualdades educacionais; iv) a melhoria da qualidade da educação; v) a formação para o trabalho e a cidadania; vi) a gestão democrática na educação pública; vii) a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica; viii) a valorização dos profissionais da educação e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental; e ix) o estabelecimento de meta para aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB.

Com relação ao financiamento, a meta 20 do PNE indica o investimento público em educação de 10% do PIB para o décimo ano de sua vigência. A evolução dos investimentos públicos totais em educação de 4,7% do PIB em 2000 para 6,6% do PIB em 2013, demonstra o esforço da União e dos entes federados para suprir as necessidades educacionais.

Nos últimos anos, a execução orçamentária da União em educação básica e superior cresceu de forma significativa. Entre 2003 e 2014, os recursos para a educação básica passaram de R$ 12,6 bilhões para R$ 52,4 bilhões, um aumento de mais de quatro vezes em termos reais. Com relação à educação superior, no mesmo período os recursos mais do que triplicaram em termos reais, passando de R$ 12 bilhões para R$ 38 bilhões. Essa evolução reflete as alterações ocorridas na forma de financiamento da educação nos últimos anos, dentre as quais podemos citar a extinção da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação; a substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); o aumento de 119,7% na arrecadação bruta em termo reais do salário-educação: de R$ 7,6 bilhões em 2004 para

R$ 16,7 bilhões em 2013; e o incremento dos recursos para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) de 2003 até 2013, passando de R$ 1,2 bilhão para R$ 7,9 bilhões em termos reais, quase cinco vezes mais.

O processo de alinhamento dos planos estaduais, distrital e municipais de educação ao PNE já está em curso, bem como a promoção de espaços de diálogo e formulação que possam subsidiar a instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE). Em 2014, foi lançado o sítio "Planejando a Próxima Década" (http://pne.mec.gov.br), que fortalece a assistência técnica para elaboração e adequação dos planos estaduais e municipais de educação em consonância com o PNE, conforme estabelece a Lei. O sítio oferece um conjunto de materiais de orientação composto por documentos, sistemas interativos com sugestões de metas intermediárias, além de indicadores educacionais e informações sobre programas que o Ministério da Educação já dispõe para apoiar os entes federados no cumprimento das metas nacionais.

b) Educação Básica

b.1) Ampliação do Acesso e Permanência

As ações para esse nível de ensino estão focadas em quatro eixos: apoio à infraestrutura física; apoio aos entes federados com ações de desenvolvimento da educação; formação e valorização de professores e profissionais; e gestão e avaliação.

Com relação à educação infantil, merece destaque a política de construção de creches e pré-escolas, além da aquisição de equipamentos e mobiliário, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), cujos investimentos visam ampliar o acesso, estimular a permanência e garantir o atendimento escolar adequado para crianças de zero a cinco anos. A meta de apoiar a construção de seis mil unidades de creches e pré-escolas, até 2014, foi superada, beneficiando 2.738 Municípios. Apenas em 2014 foram aprovadas para construção 958 unidades, com valor superior a R$ 1 bilhão para 717 Municípios.

Foram ainda atendidas 2.177 unidades em mais de mil Municípios e no DF com mobiliário e equipamentos, com recurso superior a R$ 220,5 milhões. Ainda com relação à política de ampliação do acesso a creches e pré-escolas, em 2014 foram destinados R$ 48 milhões a Municípios e ao Distrito Federal, a título de apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos federais e apoio à manutenção de novas matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb, em novas turmas de educação infantil.

Com relação ao PAC 2, também vale ressaltar a ação de construção de novas quadras esportivas cobertas nas escolas, bem como a de cobertura para quadras existentes. A proposta era atender, de 2011 até 2014, 10.116 escolas, sendo 6.116 com a construção de novas quadras cobertas e quatro mil com a cobertura de quadras já existentes. Nesse período, foram aprovadas a construção de 6.842 quadras e a cobertura de 3.346, totalizando 10.188 unidades. Desse montante, apenas em 2014, foram aprovadas para construção 806 quadras e a cobertura de 337 quadras já existentes, com um investimento superior a R$ 291 milhões.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) constitui-se em um importante instrumento de planejamento multidimensional da política de educação para um período de quatro anos, corroborando para a elevação da gestão pública escolar. Assim, após definir o seu Plano, além de elencar as ações sob sua responsabilidade, o ente fica apto a receber o apoio da União para a implementação de ações e programas que visam ao desenvolvimento do ensino, tais como ampliar e qualificar a infraestrutura escolar.

Em 2014, na esfera municipal, foram aprovadas 1.613 construções de escolas, sendo 953 no campo, 59 indígenas, 56 destinadas às áreas remanescentes de quilombo e 545 em áreas urbanas, beneficiando mais de 860 Municípios, com investimentos de cerca de

R$ 1,9 bilhão. Foram ainda aprovadas a ampliação e a reforma de 10 escolas no campo e 83 escolas em áreas urbanas, atendendo cerca de 70 Municípios, com recursos de R$ 35,8 milhões. Em âmbito estadual, foram 27 construções de escolas aprovadas, sendo 10 no campo e 17 urbanas, com valor superior a R$ 93 milhões, beneficiando seis Estados. Além das construções, na esfera estadual foram aprovadas a ampliação e a reforma de quatro escolas beneficiando três Estados, com recursos de R$ 2,1 milhões.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) destina recursos financeiros, de forma suplementar, para a aquisição de material permanente e de consumo, realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física, bem como o desenvolvimento de atividades educacionais para consolidação da estrutura pedagógica das unidades escolares. Os investimentos do PDDE em 2014 foram de R$ 2,55 bilhões, destinados a 133 mil escolas. Para 2015 está previsto orçamento de R$ 2,95 bilhões para o atendimento a 151 mil escolas.

O Programa Mais Educação (PME) constitui-se na estratégia para induzir a implementação da jornada escolar em tempo integral, de no mínimo sete horas diárias. Sua importância está relacionada à melhoria da aprendizagem, o que se refletiu na melhoria dos índices das escolas participantes da Prova Brasil, em especial daquelas cuja totalidade dos alunos participa das atividades pedagógicas em período integral. A adesão ao PME, em 2014, alcançou mais de 58 mil escolas, superando em mais de 18% o número de escolas do ano anterior. Destas, aproximadamente 46% são compostas em sua maioria por estudantes cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e mais de 30% são escolas rurais. A meta do PME para 2015 é alcançar 60 mil escolas do ensino fundamental.

Outra estratégia para ampliar o tempo dos estudantes na escola é o Programa Ensino Médio Inovador, que orienta o redesenho curricular a partir das linhas de Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa, Leitura e Letramento, Línguas Estrangeiras, Cultura Corporal, Produção e Fruição das Artes, Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias, diretamente ligadas a quatro grandes áreas de conhecimento: linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza. Em 2014, o Programa contou com a adesão de 7.291 escolas, superando em 28% o número de unidades escolares que haviam se cadastrado em 2013. A meta de 2015 é a adesão de 10 mil escolas.

Em parceria com o Ministério do Esporte, foi lançado em 2013 o Programa Atleta na Escola, voltado para o incentivo à prática de esportes nas escolas, democratização do acesso ao esporte, difusão de valores olímpicos e paraolímpicos e formação e identificação de atletas escolares talentosos entre 12 e 17 anos. Em 2014, o Programa obteve a adesão de 44.654 escolas, um aumento de quase 95% em relação ao ano anterior.

Já a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, concurso voltado para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio, com a finalidade de estimular o estudo da matemática entre alunos e professores de todo o País, totalizou, em sua 10ª edição, mais de 18 milhões de inscritos de 46.711 escolas e 5.533 Municípios. A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, por sua vez, promoveu, em 2014, a 4ª edição do concurso de produção de texto nos gêneros poema, memórias literárias, crônica e artigo de opinião, para alunos do ensino médio e ensino fundamental, a partir do 5º ano, das escolas públicas. Em 2014, mais de 100 mil professores, de 46.902 escolas, se inscreveram.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), maior programa público de distribuição de livros didáticos do mundo, alcança todos os anos do ensino fundamental e médio, e em 2016 será ampliado para a educação infantil. Em 2014, para o atendimento aos alunos da educação básica do País pelo PNLD 2015, foi investido o montante de R$ 1,1 bilhão na aquisição integral de 140,6 milhões de livros didáticos para os alunos dos ensinos fundamental e médio na modalidade regular. Serão beneficiados 28,9 milhões de alunos de 80,4 mil escolas públicas do País. Para o PNLD 2015, serão adquiridos livros impressos e livros digitais para alunos e professores do ensino médio. Além de edições específicas para a população do campo e os estudantes

da EJA e PBA, foi lançado, ainda em 2014, edital com vistas à aquisição de livros para o PNLD no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), para o atendimento aos alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) tem por objetivo avaliar, selecionar e distribuir acervos de literatura, obras teórico-metodológicas de apoio à prática pedagógica do professor e de periódicos de cunho pedagógico às bibliotecas das escolas públicas da educação básica. Em 2014, foram distribuídos 19,6 milhões de exemplares, com investimento em torno de R$ 94 milhões para atendimento de aproximadamente 22,2 milhões de alunos de 139,9 mil escolas públicas de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e educação de jovens e adultos. O PNBE Periódicos 2014 distribuiu 14,7 milhões de periódicos, beneficiando mais de 152,4 mil escolas da rede pública.

O PNBE do Professor distribui às escolas públicas da educação básica acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica. Os principais objetivos são o fomento à leitura e o apoio à formação de alunos leitores e à atualização e desenvolvimento profissional dos docentes. Foram distribuídos 12,1 milhões de livros, com o investimento de R$ 104,6 milhões.

Além disso, por meio do PNBE Temático, que compreende um acervo de 45 obras, serão adquiridos cerca de 3,9 milhões de livros para mais de 60 mil escolas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. As obras abordam nove temas: campo, direitos humanos, educação especial, indígena, juventude, quilombola, relações étnico-raciais, sustentabilidade socioambiental e educação de jovens e adultos.

O Programa Caminho da Escola tem por finalidade renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. Estados e Municípios participam do Programa: via assistência financeira no âmbito do PAR, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial. Em 2014 foram adquiridos 11.576 veículos com recursos do FNDE, sendo 2.128 ônibus rurais, 420 ônibus urbanos acessíveis e 9.028 bicicletas escolares, com investimento de R$ 554,7 milhões. Além disso, os entes federados adquiriram com recursos próprios 1.235 ônibus, sendo 967 rurais e 168 urbanos acessíveis, e 295 ônibus escolares rurais com recursos de linha de crédito especial do BNDES. Para 2015, está prevista a aquisição de 2.050 ônibus escolares e 300 embarcações.

Ressalta-se que, em 2014, foram disponibilizados recursos para a aquisição de 361 veículos para os 162 Municípios, no âmbito do Plano Viver Sem Limite, para atendimento dos que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social em idade escolar obrigatória e que estão fora da escola. Para 2015, está prevista a transferência financeira para a aquisição de 1.170 veículos acessíveis.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) tem por objetivo promover o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica residentes em área rural que utilizem transporte escolar, mediante a assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados. O Pnate consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com manutenção do veículo ou da embarcação. Em 2014, foram atendidos 5.284 Municípios com investimentos de R$ 501 milhões. Em 2015, a previsão é transferir R$ 594 milhões.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) visa contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Atende alunos da educação

básica nas etapas educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental e ensino médio e nas modalidades indígena, quilombola, atendimento educacional especializado e educação de jovens e adultos. Em 2014, o Pnae atendeu 42,2 milhões de alunos da educação básica com um investimento superior a R$ 3,6 bilhões. Cabe destacar que o investimento do Pnae no âmbito do Programa Mais Educação foi de R$ 295,8 milhões. Para 2015, a previsão é de um total de R$ 3,8 bilhões.

No que se refere à educação digital, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) tem como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica. O Programa é implementado em três frentes: distribuição de equipamentos, formação continuada de professores e produção e disponibilização de conteúdos digitais educacionais. Em 2014, foram entregues mais de dois mil laboratórios de informática para escolas públicas urbanas. Para o ano de 2015, está prevista a aquisição de mais 10 mil laboratórios de informática para as escolas públicas. Ainda em 2014, foram distribuídos 43.038 *notebooks* a serem utilizados pelos professores da educação básica de escolas públicas estaduais e municipais. Está prevista para 2015, por meio de ata de registro de preços, a aquisição de 250 mil computadores.

Foram ainda distribuídos 30 mil projetores interativos/lousas eletrônicas para 30 mil escolas públicas com recursos federais, promovendo a diversidade nas estratégias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. O uso de *tablets* no ensino público é outra ação do ProInfo. Em 2014, foi registrada uma ata de registro de preços de 1,3 milhão de *tablets* para uso dos professores do ensino médio e fundamental de escolas públicas. Desde 2012 os Estados e Municípios já solicitaram 472.321 *tablets*, com recursos do Governo Federal. A ata permanecerá disponível para adesões ao longo de 2015. Em relação à formação continuada de professores, em 2014 foram formados mais de 68 mil professores para o uso das tecnologias na educação.

b.2) Educação de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão

Com relação à educação dos jovens e adultos de 15 anos ou mais, não alfabetizados, destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), prioridade na agenda educacional do Brasil. De acordo com os dados da Pnad, verificou-se a redução da taxa de analfabetismo no País, que passou de 11,6%, em 2003, para 8,5% em 2013, considerando a população com 15 anos ou mais de idade, resultado que demonstra o empenho dos entes federados no avanço da política de alfabetização.

O ciclo do PBA 2013, com execução em 2014, teve a adesão de 25 Estados, do DF e de 1.029 Municípios, com uma meta de atendimento de 1,5 milhão de alfabetizandos. Já estão cadastrados 983.443 alfabetizandos, dos quais 735.036 em alfabetização e 248.036 aguardando o início do processo de alfabetização. Para esse atendimento, são necessários cerca de 96 mil alfabetizadores, 17 mil alfabetizadores-coordenadores de turmas e 1,5 mil tradutores intérpretes de Libras. Para 2015, a meta é atender 1,5 milhão de jovens, adultos e idosos não alfabetizados.

Dentre as ações desenvolvidas no sentido de fortalecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA), destaca-se a garantia do financiamento de novas turmas para alunos ainda não incluídos no Censo Escolar. Em 2013, Estados e Municípios receberam mais de R$ 443 milhões para financiar 264.466 matrículas, em 19 Estados e 1.170 Municípios. Já em 2014, foram solicitadas cerca de 850 mil novas matrículas de EJA. A previsão para 2015 é de 300 mil novas matrículas em 1.130 Municípios.

O público de jovens e adultos também foi beneficiado com o PNLD EJA, que distribuiu, em 2014, cerca de 15 milhões de livros aos alunos dessa modalidade em todas as etapas da educação básica. Para os anos de 2015 e 2016, o PNLD EJA prevê a complementação de exemplares para novos estudantes e reposições necessárias.

Merece destaque, ainda, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), nas modalidades ProJovem Urbano e ProJovem Campo - Saberes da Terra, que objetivam apoiar Estados e Municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos

que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época prevista, por meio da integração da formação básica, da qualificação profissional e ações de participação cidadã. O ProJovem Urbano na edição 2013, com término em 2015, contou com a adesão de oito Estados, que atenderam a 309 Municípios de seu território, além de 94 Municípios que aderiram diretamente ao Programa, totalizando o atendimento para mais de 100 mil jovens. Na concessão de auxílio financeiro aos estudantes do Programa foi executado o valor de R$ 38 milhões. Para a edição 2014-2015, o ProJovem Urbano prevê o atendimento a 105,2 mil jovens e conta com a adesão de 15 Estados e 116 Municípios. Já a edição 2014-2015 do ProJovem Campo – Saberes da Terra conta com a adesão de 15 Estados e 299 Municípios, sendo que a previsão de atendimento é de 45 mil jovens.

No que se refere à implementação da política de educação do campo, ressalta-se o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), organizado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Infraestrutura Física e Tecnológica. Em 2014, foram beneficiadas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), 4.621 escolas do campo com recursos para adequação e benfeitoria da infraestrutura física, e 1.567 escolas com recursos para a manutenção, conservação e construção de poços e cisternas. Em 2015, a previsão é aprovar mil projetos para a construção de escolas no campo, além de apoiar a educação em tempo integral em 25 mil escolas.

O PNLD Campo distribui livros didáticos e obras literárias que consideram as especificidades da organização pedagógica e a realidade sociocultural das populações do campo. Em 2014, mais de dois milhões de estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de 61.675 escolas do campo foram beneficiadas com a aquisição de 4,38 milhões de livros. A previsão para 2015 é atender, aproximadamente, 1,9 milhão de alunos de 60 mil escolas do campo com a distribuição de 4,5 milhões de livros.

Dentre as principais ações do Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais, destacam-se a construção de escolas e formação de professores. Em 2013, foi criada a Ação Saberes Indígenas na Escola para a promoção da formação continuada de professores indígenas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, implementada por 24 Instituições de Educação Superior (IES) organizadas em sete redes. Até 2014, essa ação contemplou 2.288 professores indígenas de 266 escolas, envolvendo 85 povos de 256 aldeias indígenas, falantes de 77 línguas, em 13 Territórios Etnoeducacionais. Para 2015, a ação deverá ser executada por mais três redes, envolvendo dez IES, com a participação de mais 700 professores indígenas.

Também são observados avanços na política de educação em Direitos Humanos, orientada pelos princípios da equidade, da valorização da pluralidade e do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação nas escolas. Entre 2011 e 2014, o Governo Federal apoiou a formação de professores e profissionais da educação, financiando mais de 32 mil vagas por meio de 137 ofertas de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização presenciais e semipresenciais em parceria com 43 instituições públicas de ensino superior. Apoiou também a formulação, publicação e distribuição de 40 obras de referência, entre materiais voltados para os cursos de formação, teórico-conceituais, de orientação pedagógica, além de materiais didáticos para uso em sala de aula na educação básica. Foram fomentadas, ainda, quatro pesquisas em âmbito nacional, e implementados mais de 50 programas e projetos de extensão sobre direitos humanos e cidadania. Foram distribuídos, ainda, materiais de orientação para gestores e professores sobre enfrentamento à violência, incluindo um Guia Escolar para identificação de sinais de abuso e exploração de crianças e adolescentes, beneficiando 45 mil escolas.

b.3) Valorização e Formação de Professores

O Governo Federal tem desenvolvido diversas ações com o objetivo de apoiar os entes federados na elaboração de políticas públicas de valorização dos profissionais da educação. Dentre essas ações, destacam-se a assistência técnica feita por meio de assessoria direta que visam a orientar sobre a elaboração de Planos de Carreira e a implementação do Piso Salarial. Destacam-

se, ainda, a realização de encontros e oficinas e o desenvolvimento de sistema informatizado para que os Estados e Municípios possam elaborar Planos de Carreira dos profissionais da educação. Com esta iniciativa, pretende-se estimular gestores e trabalhadores a procurarem acordos sobre planos que valorizem os profissionais e permitam o cumprimento do Piso Nacional.

Lançado em fevereiro de 2013, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) constitui um compromisso formal assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Em 2014, o PNAIC completou seu segundo ano de vigência, tendo agora como foco a formação continuada de professores em Matemática, complementando a capacitação em Língua Portuguesa, ofertada em 2013. Em 2014, o PNAIC teve a adesão dos 26 Estados e do Distrito Federal e de 5.421 Municípios, envolvendo 311.916 professores alfabetizadores e 15.072 orientadores de estudos, com concessão de bolsas que alcançou um montante superior a R$ 560 milhões. Ademais, cerca de seis milhões de alunos foram beneficiados pelo Pacto, em 108.733 escolas.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído em 2013, representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital, na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade desta etapa de ensino. As ações estratégicas de formação continuada, articuladas com o redesenho curricular, previstas no Programa Ensino Médio Inovador, tiveram início no primeiro semestre de 2014. Todas as 27 unidades federadas formalizaram compromisso com o o Ministério da Educação (MEC). Em 2014, o eixo da formação contou com 307.248 professores e 10.229 coordenadores pedagógicos que participaram do pacto como cursistas, em 52 IES. Foram pagos R$ 217 milhões em bolsas. Um total de 20.487 escolas foram beneficiadas, representando cerca de 75% do total de escolas públicas de ensino médio. A meta para 2015 é alcançar 310 mil professores das redes públicas estaduais.

Com relação à formação e aperfeiçoamento de professores da educação básica, destaca-se o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), o qual é destinado a professores em exercício na rede pública que não possuem a formação em nível superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 2014, matricularam-se no Parfor 8.541 professores e titularam-se 5.471. Participam do Plano, 99 instituições formadoras parceiras e estão vigentes 2.290 turmas, das quais 284 foram iniciadas e 485 concluídas no ano de 2014. Desde 2009, cerca de 8,6 mil professores atuantes na educação básica foram titulados pelo Parfor.

Voltado para a formação inicial de professores para a educação indígena, o MEC desenvolve o Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais que, em 2014, atendeu a 2.608 professores indígenas em cursos ofertados por 20 IES. Em 2015, o Programa pretende atender 610 novos professores indígenas, por meio de sete novas IES.

Instituído com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País e desenvolver a modalidade de educação a distância nas instituições de ensino superior públicas, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) é integrado por 104 IES e 684 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da Federação. Atendendo a um dos objetivos que é oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica, existem 1.235 cursos ativos, dos quais 347 de licenciatura e 709 de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, com destaque para os mestrados profissionais em Matemática em Rede Nacional, em Ensino de Física, Letras, Artes, História e Administração Pública. Em 2014, o Sistema UAB registrou mais de 243 mil matrículas, sendo que desde 2010, mais de 120 mil alunos se formaram. Além disso, cerca de 50 mil professores da rede pública da educação básica já concluíram a formação e outros 50 mil estão matriculados.

Ainda no âmbito da formação de professores para a educação básica, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) se destaca como ação de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes, o qual, em 2014, concedeu 90.254 bolsas, sendo 72.845 para alunos de licenciaturas e 11.717 professores da educação básica da rede pública de ensino. Participam do Programa 284 Instituições de Ensino Superior, distribuídas em 855 *campi* e organizadas em 2.997 subprojetos. O Pibid oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas, sob orientação, em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação.

Em 2013 foi iniciado um processo de reorganização dos cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização voltados aos profissionais das redes públicas de educação básica que culminou com a criação do Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada (SisFor), com o objetivo de conferir maior agilidade e transparência aos processos de acompanhamento e controle dos cursos e programas de formação continuada ofertados pela Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Em 2014, o SisFor registrou a participação de 71 IES com a pactuação da oferta de 186 mil vagas, com investimento de R$ 201,3 milhões.

Os projetos do Observatório da Educação têm por objetivo incorporar professores da educação básica e graduandos, vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu*, que desenvolvam linhas de pesquisa voltadas à educação, promovendo, simultaneamente, a formação de mestres e doutores em educação e o desenvolvimento de estudos e pesquisas. Em 2014, o Observatório concedeu 2.471 bolsas, apoiando 143 projetos de pesquisa, distribuídos em 212 programas de pós-graduação de 94 IES.

b.4) Avaliações e Pesquisas Educacionais

O levantamento realizado pelo Censo da Educação Básica de 2014 apurou que há cerca de 190 mil estabelecimentos de educação básica no País, em que estão matriculados mais de 49 milhões de alunos, sendo 81,7% em escolas públicas e 18,3% em escolas privadas. Ainda na educação básica há cerca de 2,2 milhões de funções docentes, mais de 2,1 milhões de turmas de escolarização, mais 267 mil turmas de atividades complementares e cerca de 74 mil turmas de atendimento educacional especializado. O histórico dos quantitativos de matrículas declarados no Censo Escolar aponta para uma redução do número de matrículas, o que ocorre devido a dois fatores: a melhora do fluxo escolar com redução de crianças repetindo a série combinada e o aumento do rigor técnico na coleta de informações do Censo, uma vez que atualmente é realizada a checagem de dados para se evitar matrículas duplicadas.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil), pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Cerca de 6,6 milhões de estudantes do ensino fundamental de todas as unidades da Federação fizeram as provas do Saeb em sua última edição, realizada em 2013. Em 2014, as escolas puderam analisar pedagogicamente seus resultados, por meio de boletins eletrônicos, que apresentam as médias de desempenho dos alunos da escola e o percentual de alunos posicionados em cada nível nas escalas de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática. A Anresc e a Aneb, compostas por exames de Leitura e Matemática, foram aplicadas em novembro de 2013 a mais de cinco milhões de estudantes, sendo 4,783 milhões de alunos que fizeram a Anresc e 246 mil a Aneb.

Em relação à alfabetização, em 2014 foram avaliados pela ANA cerca de 2,3 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas, das zonas urbana e rural, organizadas no regime de nove anos de duração. As 55.454 escolas onde se encontram esses alunos receberam os resultados por meio de um boletim próprio. A divulgação do Relatório Pedagógico da

ANA de 2013, ocorrida em 2014, para os sistemas de ensino estaduais e municipais, teve como objetivo oferecer a possibilidade de análise dos resultados pedagógicos, fomentando o debate de gestores, professores e comunidade escolar.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) sintetiza duas dimensões importantes para a qualidade da educação: rendimento escolar (aprovação) e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos por meio do Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil, obtidas ao final dos anos iniciais (5º ano), dos anos finais (9º ano) do ensino fundamental; e do 3ª ano do ensino médio.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nos últimos anos, se tornou a principal porta de entrada de estudantes em universidades públicas e privadas do País. Hoje, cerca de 90% das 63 universidades federais do Brasil utilizam o Exame. Algumas o usam como nota complementar, outras destinando a ele uma porcentagem de seu total de vagas, e ainda há aquelas que usam o exame como única forma de ingresso. A edição 2014 do Enem, realizada em novembro, contou com aproximadamente 8,7 milhões de inscritos, sendo aplicado em cerca de 1,7 mil cidades brasileiras. Em 2014, mais de cinco milhões de redações, da edição 2013, foram corrigidas por 7.121 avaliadores, os quais passaram por processo de capacitação com duração de 136 horas. Além disso, em 2014, foram criados três novos núcleos de estudos, cujos temas são: i) desenvolvimento de uma medida verdadeira de desempenho educacional e de diagnóstico cognitivo a partir dos resultados do Enem; ii) evidências psicométricas e proposta de testagem adaptativa do Enem; e iii) das variáveis cognitivas, econômicas e sociais da prova do Enem. Foi desenvolvido, ainda, indicador de nível socioeconômico das escolas e da qualificação do corpo docente para uso na contextualização das medidas de resultado.

O Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) tem a finalidade de aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos da educação básica na idade apropriada. Para brasileiros residentes no País, é ofertado somente para certificação de conclusão do ensino fundamental aos que possuírem no mínimo 15 anos completos até a data de realização do Exame. Já para os brasileiros residentes no exterior, além do ensino fundamental, o Encceja é ofertado em nível de conclusão do ensino médio para jovens e adultos com 18 anos completos até a data de realização do exame. Em 2014, 112.577 participantes se inscreveram para o Encceja Nacional; 34.001 participantes se inscreveram para o Encceja para as Pessoas Privadas de Liberdade e os jovens sob medida socioeducativa; e, por fim, 2.303 participantes se inscreveram para o Encceja Exterior.

O Exame de Certificação de Língua Portuguesa (Celpe-Bras) é o único certificado conferido aos estrangeiros com desempenho satisfatório em teste padronizado de português. No Brasil existem 22 postos de aplicação credenciados e no exterior há 59 postos de aplicação, distribuídos em 35 países. O Exame está em acelerado crescimento. De 2002 a 2014, o número de inscritos aumentou quase 260%: de 2.920 para 10.509.

c) Educação Profissional e Tecnológica

Uma educação profissional e tecnológica de qualidade, voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e alinhada com as necessidades do mercado de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. É na educação profissional e tecnológica que se tornam ainda mais evidentes os vínculos entre educação, território e desenvolvimento, elementos cuja articulação é indispensável.

Com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional foi criado, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O Pronatec é composto por cinco iniciativas: a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a Bolsa-Formação, a Rede e-Tec Brasil, o Acordo de Gratuidade com o Sistema S e o Brasil Profissionalizado. Até 2014, por meio do Programa já foram registradas mais de 8,1 milhões de matrículas em todas as suas iniciativas, superando a meta inicialmente estabelecida de oito milhões de vagas ofertadas. Somente em 2014, foram realizadas mais de 3,2 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Em relação à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 92 novas unidades entraram em funcionamento em 2014, perfazendo um total de 208 novas unidades entregues entre 2011 e 2014. A partir dessa expansão, a Rede Federal passou a contar com um total de 562 unidades em 512 Municípios, com investimentos de R$ 678 milhões apenas em 2014.

Outra iniciativa do Pronatec é a Bolsa-Formação, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. Por meio da Bolsa-Formação Trabalhador, no âmbito da qual são ofertados cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, foram 2,9 milhões de matrículas de 2011 a 2014. Já por meio da Bolsa-Formação Estudante, que oferta cursos técnicos, 1,2 milhão de matrículas foram registradas, totalizando 4,1 milhões de matrículas no período.

Ainda no âmbito da Bolsa-Formação Estudante, destaca-se a seleção realizada por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), que oferta vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para estudantes que concluíram o ensino médio e para participantes do Enem. A edição que ocorreu no primeiro semestre de 2014 alcançou, aproximadamente, 528 mil inscritos e ofertou mais de 291 mil vagas em 122 cursos técnicos, em 391 Municípios dos 26 Estados e no Distrito Federal. Já a edição que ocorreu no segundo semestre de 2014 atingiu cerca de 354 mil inscritos e ofertou mais de 289 mil vagas em 118 cursos técnicos e gratuitos em 466 Municípios de todas as unidades da Federação.

Algumas iniciativas estratégicas, envolvendo diversos Ministérios, foram intensificadas em 2014, no âmbito da Bolsa-Formação. Por meio do Pronatec Brasil Maior, foram atendidas demandas de vários setores produtivos estratégicos da economia nacional. O Pronatec Copa, por sua vez, realizou cursos nas 12 Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Foram atendidos, ainda, os entornos das Cidades-sede e destinos turísticos selecionados.

A Rede e-Tec Brasil, iniciativa do Pronatec que oferta educação profissional e tecnológica a distância, desde 2011, realizou 262 mil matrículas. A partir de 2014, o MEC passou a exigir o registro, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), do cadastro dos alunos e dos polos de apoio presencial, conferindo maior controle do número de matrículas que, até 2013, era fornecido por ato declaratório das instituições. Em 2014, foram 60 mil estudantes matriculados em 2.243 polos de apoio presencial, tendo sido criados 897 novos polos, com um investimento de R$ 161 milhões. Além disso, os Serviços Nacionais de Aprendizagem iniciaram sua atuação na Rede E-Tec Brasil, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

O acordo de gratuidade com o Senai e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por meio do qual são ofertadas vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores, alcançou em 2014 a meta estabelecida de 66,66% de aplicação dos recursos recebidos da contribuição compulsória em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional. Em 2009, quando da celebração do acordo, o percentual de oferta gratuita era de 50% no Senai e 20% no Senac.

A fim de avaliar o cumprimento das condicionalidades, os procedimentos de matrícula e os valores dos cursos, o Governo vem realizando ações de controle nos cursos do Pronatec ofertados pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Como resultado,

foram identificadas possibilidades de melhorias na operacionalização do Programa, tais como a adoção de critérios na escolha de alunos que se enquadrem no perfil do programa; instituição de rotinas para o pagamento de matrículas; e pagamento de cursos com preços de mercado.

Para o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, o Programa Brasil Profissionalizado apoiou obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos, desenvolvimento da gestão e das práticas pedagógicas, além de contribuir com a formação de professores. Desde 2011, no âmbito deste Programa, foram realizadas 330 mil matrículas, sendo 84 mil apenas em 2014. São 292 obras concluídas, sendo 70 construções e 222 ampliações. O investimento em 2014 totalizou R$ 61 milhões.

O Plano Nacional de Educação prevê, em sua Meta 11, "triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público". Para isso, será necessário fortalecer a integração entre educação profissional e setor produtivo, de forma a aperfeiçoar o processo de indução da oferta em função da demanda e promover a progressão dos estudos na educação profissional, por meio de itinerários formativos. Para o período 2015-2018, está prevista a realização de mais 12 milhões de matrículas por meio do Pronatec, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

d) Educação Superior

d.1) Ampliação do Acesso e Permanência

A expansão da educação superior pública está alicerçada nos pilares da interiorização, reestruturação e consolidação da Rede Federal de Ensino Superior. A meta de implantação de 47 novos campi, prevista para o período 2011-2014, foi atingida, sendo que todos já iniciaram suas atividades, totalizando 321 campi. Para 2015, estão previstos recursos da ordem de R$ 2,9 bilhões, somando-se os valores destinados a custeio e investimento para reestruturação, expansão e consolidação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Como resultado desses investimentos o Governo Federal espera consolidar a implantação dos 321 campi até o final de 2015, além de dar continuidade à implantação de quatro novas Ifes (Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Universidade Federal do Cariri e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), e a continuidade do processo de implantação das quatro instituições recentemente criadas (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Federal da Fronteira Sul e Universidade Federal do Oeste do Pará).

Em 2013, segundo dados do Censo da Educação Superior, foram ofertadas 246 mil vagas em graduação presencial e registradas 932,3 mil matrículas em universidades federais. Destaca-se também o número de matrículas de educação a distância nas Ifes, que, em 2013, atingiu a marca de 83,7 mil, totalizando mais de um milhão de matrículas em graduação.

Em relação ao Programa de Extensão Universitária (Proext), foram apoiadas 826 propostas de extensão, em 2014, em todo o território nacional, com um valor de R$ 84,3 milhões. Para o ano de 2015, projeta-se o apoio a 656 propostas de extensão universitária com um orçamento que totalizará R$ 85,4 milhões. Ainda em relação aos projetos especiais de graduação, o Programa de Educação Tutorial (PET) consolida-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor. No ano de 2014, foram apoiados 670 grupos nas universidades federais e 170 grupos em instituições não federais, totalizando 840 grupos. Para 2015, o orçamento será de R$ 71 milhões.

Com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) oferece assistência à moradia estudantil, à alimentação,

ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, à creche e ao apoio pedagógico. O Programa contou, em 2014, com um investimento de R$ 742,7 milhões para atender estudantes das 63 universidades federais do País e, para 2015, estão previstos investimentos na ordem de R$ 895 milhões.

O Programa Bolsa Permanência (PBP) concede auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais, e tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para os estudantes indígenas e quilombolas, é garantido pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições. Ademais, os estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de licenciaturas interculturais para a formação de professores também fazem jus a bolsa de permanência durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na Ifes, até o limite máximo de seis meses. Em 2014, o PBP concedeu bolsas para mais de 10.570 estudantes. Destes, 2.100 são indígenas e 510 são quilombolas. Para 2015, a previsão é que o PBP chegue a cerca de 20 mil estudantes.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Em 2014 foi lançado o primeiro edital do Programa e selecionadas 20 propostas de cursos de formação preparatória, que serão ofertadas em 2015, para pós-graduação de diferentes instituições de educação superior federais, estaduais, municipais e comunitárias, contribuindo para a institucionalização e solidificação de experiências de ação afirmativa. Em 2014, 510 estudantes quilombolas foram beneficiados.

O Programa Mais Cultura nas Universidades visa desenvolver e fortalecer a formação de cidadãos no campo da arte e da cultura no Brasil. Em 2014, foi publicado o primeiro edital do Programa, o qual apoiará as universidades e institutos federais na difusão e preservação da cultura brasileira e na construção e implementação de políticas públicas culturais. Para 2015, serão destinados R$ 20 milhões para apoiar os projetos selecionados no edital.

O Projeto Rondon tem como um dos principais objetivos estimular a participação do estudante universitário em projetos desenvolvidos em Municípios carentes do País, em parceria com as comunidades assistidas. Durante as férias escolares, os estudantes viajam para localidades isoladas ou de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para desenvolver atividades que visam à promoção da cidadania, à melhoria do bem-estar social, à capacitação para a gestão pública e à promoção do desenvolvimento local sustentável. Em 2014, participaram do Projeto 1.060 estudantes e professores universitários de 106 Instituições de Ensino Superior, que realizaram atividades nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, tecnologia e produção, dentre outras, em Municípios dos Estados de PE, PB, AL, MA e TO. Estão previstas para 2015 cinco operações, que serão desenvolvidas em 75 unidades dos Estados do CE, PB, MA, MT, PA e TO.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído em 2005, amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas, em contrapartida à isenção de impostos. Em 2014, o ProUni concedeu 223.488 bolsas, tendo alcançado 1,5 milhão de estudantes. Para 2015, ano em que completa 10 anos do seu primeiro processo seletivo, está prevista a oferta de 270 mil bolsas de estudo.

Integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um processo unificado que seleciona os estudantes para a educação pública do País, com base nas notas obtidas no Enem, por meio de um sistema informatizado. O Programa contou em 2014, com a participação de 120 instituições que ofertaram 222.813 vagas, em 4.723 cursos na edição do primeiro semestre e 1.447 cursos, na edição do segundo semestre.

Em consonância com a política de expansão da educação superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) possibilita a concessão de financiamento a estudantes de instituições privadas, em cursos com avaliação positiva. O Fies registrou, de 2010 a 2014, a assinatura de 1,9 milhão de novos contratos, superando a meta prevista de 1,5 milhão, dos quais 730 mil foram firmados em 2014, com valores desembolsados no total de R$ 28 bilhões. Desde sua criação, em 1999, o Fies já atendeu 2,45 milhões de estudantes e prevê, para 2015, a concessão de 450 mil novos financiamentos.

d.2) Aprimoramento da Formação Médica

O Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf) possibilita que os 46 hospitais universitários federais do País aprimorem sua inserção nas redes de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2014, foram investidos cerca de R$ 738,6 milhões para aquisição de equipamentos, realização de reformas, atividades de atenção à saúde, ensino e pesquisa.

Por meio do Rehuf foram realizadas compras nacionais de equipamentos, medicamentos e insumos médico-hospitalares que, com ganho de escala, garantiram economia de recursos financeiros, além de transparência nos investimentos e padronização dos produtos e equipamentos adquiridos. Por meio de pregões eletrônicos, a economia alcançada, no ano de 2014, foi de R$ 513,3 milhões, representando 26,4% de economia em relação ao valor de referência.

Visando colaborar com as instituições na melhoria da gestão, preservada a autonomia universitária, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) mantém relação contratual com as universidades federais que possuem unidades hospitalares. Em 2014, passou a administrar 27 hospitais universitários de 22 universidades federais: 10 na região Nordeste; quatro na região Centro Oeste, quatro na região Sudeste, uma na região Norte e três na região Sul. Também em 2014 foram realizados concursos públicos com a oferta de 19.710 vagas para admitir profissionais visando à reativação e ampliação dos serviços prestados à população no âmbito do SUS. Para 2015 estão previstas a reativação de leitos e a recomposição do quadro de pessoal para mais três hospitais, além da realização de concurso público para reposição de cerca de 550 vagas em 21 hospitais universitários.

d.3) Avaliação, Regulação e Supervisão

Com relação ao diagnóstico e à avaliação da educação superior, merecem destaque o Censo da Educação Superior e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O Censo da Educação Superior 2013, cujos dados foram coletados e divulgados em 2014, apurou que o número de matrículas de graduação foi de 7.305.977, um incremento de 3,8% em relação ao ano anterior, sendo que 1.153.572 dessas matrículas eram da modalidade a distância. Os cursos noturnos corresponderam a 63% das matrículas presenciais de graduação. Observou-se ainda o incremento de funções docentes de tempo integral, que correspondem a 48,8% de todas as funções em relação ao índice de 47,3% apurado no ano anterior.

O Sinaes abrange o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, tendo por finalidades, dentre outras, a melhoria da qualidade e a orientação da expansão da oferta de educação superior e das políticas de financiamento e de inclusão nesta etapa de ensino. Para implementar o processo de avaliação, em 2014, foram realizadas 5.469 avaliações *in loco*, as quais possuem alto impacto externo, tendo em vista a sua função de garantir a qualidade de cursos e instituições, bem como servir ao processo de regulação da atividade da educação superior no País.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), aplicado aos concluintes do ensino superior, em sua edição de 2014, avaliou 483.520 estudantes de 34 áreas de conhecimento, abrangendo 9.994 cursos ministrados em diferentes instituições. Prevê-se, para 2015, a aplicação do Enade para alunos concluintes de 18 áreas distintas, relacionadas ao campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas.

Em 2014, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) abrangeu 3.805 programas de pós-graduação, desdobrados em 3.164 cursos de mestrado, 1.943 doutorados e 579 mestrados profissionais, distribuídos em 393 instituições de ensino e pesquisa em todo o território nacional.

Em 2014, foram analisados diretamente na Plataforma Sucupira, por 450 consultores *ad hoc*, 859 propostas de cursos novos (275 de mestrados profissionais e 584 de mestrados acadêmicos e doutorados), e 165 projetos de mestrado e doutorados interinstitucionais. A expectativa para 2015 é de que haja um acréscimo significativo aos 5.686 cursos contabilizados em 2014.

A construção de novos conceitos para a regulação e a supervisão da educação superior tem gerado maior racionalidade aos processos em trâmite, com padrões decisórios claros, que conferem transparência aos procedimentos adotados. Em 2014, foram editados 7.152 atos regulatórios, destacando-se 1.537 autorizações de cursos, 4.262 reconhecimentos e renovação de reconhecimento de cursos e 295 atos de supervisão – instauração de processos, despachos para aplicação de penalidades.

Merece destaque também o trabalho de revisão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST). Essa atualização tem o propósito de aprimorar e fortalecer os Cursos Superiores de Tecnologia (CST) e é imprescindível para assegurar que a oferta desses cursos e a formação dos tecnólogos acompanhem a dinâmica do setor produtivo e as demandas da sociedade. A atualização resultou na revisão dos descritores dos 113 cursos já constantes do catálogo anterior, e no acréscimo de 32 novas denominações, totalizando assim 145 denominações de CST a integrarem a terceira edição do Catálogo.

d.4) Pós-Graduação e Mobilidade Internacional

O Governo Federal vem expandindo suas ações de apoio e fomento à pós-graduação *stricto sensu* e à mobilidade internacional no âmbito do ensino superior, contribuindo assim para prover o País de quadros de alto nível técnico e científico, condição necessária para o desenvolvimento sustentável e de longo prazo. Em 2014, foram concedidas 93.780 bolsas no País destinadas à pós-graduação *stricto sensu*, sendo 47.948 de mestrado, 39.112 de doutorado, 6.720 de pós-doutorado, além das bolsas para supervisão, iniciação científica e Professor Visitante Sênior.

No âmbito do Ciências sem Fronteiras (CsF), a meta era oferecer 101 mil bolsas de 2011 a 2014. No período, foi concedido um total de 101.446 mil bolsas de estudo, sendo 36.241 pelo CNPq e 65.205 pela Capes.

Com vistas a propiciar maior oportunidade de aprendizagem e aperfeiçoamento do idioma estrangeiro para o CsF, foi criado, em 2012, o Programa Inglês sem Fronteiras (IsF), cujas ações são: aplicação de testes de proficiência (TOEFL ITP), acesso a curso de inglês *on-line* auto instrucional (*MyEnglish Online*) e oferta de cursos presenciais em universidades federais brasileiras. Em 2014, foram aplicados mais de 150 mil testes em 116 instituições públicas de ensino superior em todos os Estados brasileiros. O *MyEnglish Online* já possui mais de 650 mil usuários e os cursos presenciais fomentados pelo Governo Federal, com recursos da ordem de R$ 4,5 milhões em 43 universidades federais, já conta com mais de 35 mil inscritos. Também em 2014, houve a distribuição de 1,5 mil acessos ao curso de francês *on-line*, em parceria com o governo francês e a Aliança Francesa.

Em novembro de 2014, foi lançado o Programa Idiomas sem Fronteiras com o objetivo de contribuir para a formação de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo de instituições de educação superior e de professores de idiomas da rede pública de educação básica. Com essa ampliação, o Programa, complementar ao CsF e às demais políticas públicas de internacionalização, ofertará, além da língua inglesa, os idiomas francês, espanhol, italiano, japonês, mandarim, alemão e português para estrangeiros. Em 2015 serão aplicados os testes de nivelamento e os acessos aos cursos *on-line* também serão disponibilizados para os alunos universitários e interessados em participar em programas de mobilidade no Brasil, conforme acordos estabelecidos com os diferentes países.

Em 2014, foi lançada a 3ª edição do Programa Jovens Talentos para a Ciência, o qual tem como principal objetivo preparar os estudantes que estão ingressando nos cursos de graduação das Ifes para participar dos diversos programas de concessão de bolsas, tais como: Programa Ciência sem Fronteiras, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Programa de Iniciação Científica, e Programa de Educação Tutorial, além de outros. Esse terceiro edital recebeu 29.757 inscrições válidas e serão selecionados até 11 mil estudantes.

Nos últimos anos, o Portal de Periódicos tem possibilitado o acesso à informação científica por meio eletrônico, tanto dos professores e alunos quanto dos pesquisadores brasileiros, buscando democratizar o conhecimento. Atualmente 424 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de Governo têm acesso ao Portal de Periódicos, que disponibiliza 37.216 periódicos em textos completos, 130 bases referenciais e de resumos, 256.910 mil livros eletrônicos e 11 bases de patentes. Em 2014, o Portal contou com investimentos da ordem de R$ 212,9 milhões, registrando mais de 53 milhões de acessos.

4. Saúde

a) Atenção Básica

A Estratégia de Saúde da Família alcançou cobertura de 62,37% da população brasileira, o que corresponde a 120,9 milhões de pessoas. Em dezembro de 2014, a Estratégia contou com 39,2 mil equipes atuando em 5.463 Municípios. Se comparados aos dados de dezembro de 2013, os números representam um crescimento de 4.513 Equipes de Saúde da Família (ESF) em mais 117 Municípios e de 1.131 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf). Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), são 265.698 contratados, representando uma cobertura de 63,35% da população brasileira.

Dando complementaridade à atuação em Atenção Básica, o poder público ampliou o número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) em 889 equipes, chegando a 24.039 equipes em operação em 4.992 Municípios, beneficiando 74,7 milhões de pessoas. No mesmo período, foram implantados 42 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), chegando a 1.030 centros em funcionamento. Em 2014 havia 1.954 Municípios habilitados com Laboratório Regional de Prótese Dentária, tendo sido ofertadas 550.497 próteses até novembro de 2014. A perspectiva para 2015 é de implantação de mil novas ESB.

No âmbito do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, cuja finalidade é aumentar a capacidade das gestões municipais, estaduais e federal, em conjunto com as equipes de saúde, foram constituídas 30.522 equipes (sendo 19.946 ESB), 1.813 Nasf e 860 CEO contratualizados em 2014, presentes em 5.070 Municípios.

O Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes está em funcionamento em 22 Estados, prestando apoio assistencial e educacional para profissionais de saúde da Atenção Básica de todo Brasil, incluindo os médicos do Programa Mais Médicos. Até novembro de 2014, foram realizadas no País 234 mil teleconsultorias, dois milhões de telediagnósticos (análise/laudo de exames de apoio a distância), 1,4 milhão de participações em atividades de tele-educação. Existem, ao todo, cerca de seis mil pontos de Telessaúde localizados em Unidades Básicas de Saúde (UBS) de 2,6 mil Municípios. Foram investidos, de 2011 a 2014, cerca de R$ 124 milhões para implantação do Telessaúde nos Estados e informatizações de UBS.

a.1) Mais Médicos

O Programa Mais Médicos tem por finalidade a redução da carência de médicos e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde nas regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), que inclui Municípios com alto percentual de população em situação de extrema pobreza, Municípios do grupo G100 e Municípios com alto percentual de população usuária do SUS.

Em 2014, foram alocados 7.786 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, atingindo um total de 14.462 médicos em atividade em 3.785 Municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) desde a sua criação. O Governo Federal superou a meta inicial estipulada de atender 46 milhões de pessoas, chegando a alcançar 50 milhões de beneficiados.

Os médicos integrantes do Mais Médicos recebem supervisão acadêmica conduzida por 148 tutores, sendo a maioria docente de medicina, integrantes de 49 IES, e por 1.741 supervisores médicos, que acompanham mensalmente o desempenho acadêmico e profissional dos médicos em exercício em articulação com tutores e gestores municipais de saúde. Para o ano de 2015, estão previstos a expansão do quadro de supervisores em regiões de difícil acesso e o aperfeiçoamento e padronização das ações pedagógicas integrantes da supervisão.

Ainda no âmbito do Mais Médicos, novos parâmetros estão em desenvolvimento para a formação médica no País, além da reordenação da oferta de cursos de medicina e de vagas de residência na rede federal de educação superior e em instituições privadas. Até 2017, as metas são as de ofertar 11.447 novas vagas de graduação em medicina e de universalizar as vagas de residência médica nas instituições federais e privadas. Em 2014, foram autorizadas 641 vagas em instituições federais de ensino e 2.151 vagas em instituições privadas. Desde o início do Programa Mais Médicos, foram autorizadas 1.343 novas vagas de graduação em medicina nas Universidades Federais, sendo 203 vagas em cursos já existentes e 1.140 novas vagas em 20 novos cursos em campi interiorizados. As instituições privadas foram autorizadas a ofertar 3.117 novas vagas de graduação em medicina.

a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança

A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher contou com vários avanços no período de 2011 a 2014, especialmente nos eixos da Atenção às Mulheres em Situação de Violência e da Atenção Obstétrica. Entre as ações realizadas para a Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência Sexual, destaca-se a implementação de 30 novos serviços de atenção à mulher em situação de violência sexual e interrupção legal da gestação em hospitais de ensino.

Todos os Estados já aderiram à Rede Cegonha, estratégia para efetivar a Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança na qualificação da atenção obstétrica e infantil em rede, contemplando 5.488 Municípios. Mais de 50% das regiões de saúde do País já elaboraram os Planos de Ação Regional, beneficiando mais de 2,5 milhões de gestantes. Além disso, mais de 1,7 milhão de unidades de Caderneta da Gestante foram disponibilizadas.

Como resultado de atuação em rede, em 2014 (janeiro a novembro) foram criados mais de dois mil novos leitos neonatais, sendo 993 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e 1.331 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal (UCI), e mais de quatro mil leitos receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal. Ainda foram qualificados mais de dois mil leitos de Gestação de Alto Risco. Atualmente, o Brasil conta com mais de sete mil leitos de UTI e UCI Neonatal, sendo mais de dois mil criados desde o início do Programa.

O Ministério da Saúde distribuiu para todos os Estados e o Distrito Federal, em 2014, no âmbito da Rede Cegonha, cerca de 1,35 milhão de testes rápidos de sífilis e 2,68 milhões de testes de HIV/AIDS para gestantes, atingindo mais de 25% dos Municípios que oferecem os testes rápidos. Desde maio de 2012, foram distribuídos 3,03 milhões de testes rápidos de sífilis e 3,82 milhões de testes de HIV/AIDS para gestantes.

Mais de 690 mil litros de leite humano com certificação de qualidade foram coletados de 2011 a 2014, sendo 527 mil litros distribuídos no período, beneficiando cerca de 695 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 667 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação. Em 2014, 172 mil litros de leite humano foram coletados, graças a participação de

152 mil mães doadoras. Foram beneficiados 165 mil prematuros, que receberam 134 mil litros de leite certificados. Foram ainda foram implementados 14 Centros de Referência de Bancos de Leite Humano.

Manteve-se também a triagem neonatal (teste do pezinho) para fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e doença falciforme (fase II), universalizada, em todo o Brasil, desde 2013, bem como a detecção da fibrose cística (fase III). Em 2014, 1,8 milhão de testes do pezinho foram realizados. Com relação à triagem neonatal para outras seis doenças, incluindo a hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase (fase IV), essa foi expandida para mais 15 Estados, alcançando todas as unidades da Federação.

Em 2015 será ampliado em 1.436 o número de leitos de unidade de cuidado intermediário neonatal e serão capacitadas 120 parteiras tradicionais.

a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de *Crack* e Outras Drogas

Em 2014, foram implantados 142 novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), totalizando 1.069 CAPS I, 476 CAPS II, 85 CAPS III, 201 CAPSi, 309 CAPS AD e 69 CAPS AD 24h em funcionamento no País. Os referidos CAPs possuem características distintas a depender do porte do município, variando assim os serviços ofertados conforme o público atendido (adultos, crianças e adolescentes e usuários de álcool e drogas), o período de funcionamento (diurno ou 24h) e a composição das equipes.

De 2012 a 2014 foram financiados pelo Governo Federal 858 leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, Municípios e Distrito Federal, com o repasse anual de cerca de R$ 67 mil por leito por ano. No mesmo período, estavam em funcionamento 61 Unidades de Acolhimento para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados a drogas, para residência temporária de até seis meses.

O processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o incentivo à abertura de 35 residências terapêuticas, além do aumento da rede CAPS já mencionado e do Programa de Volta Para Casa, que atingiu 4.349 pessoas com o benefício mensal de R$ 412.

Em 2014 foram ofertadas 256.985 vagas em capacitações relativas a abordagem dos problemas de saúde mental para alunos de graduação e profissionais da rede de saúde, com foco especial em transtornos relacionados ao uso de drogas como álcool e *crack*, totalizando 392.717 desde 2011. Para o ano de 2015, está prevista a oferta de mais 79 mil vagas em capacitações.

O Programa "Crack, é Possível Vencer" está em todos os Estados desde 2013. Desde então, foi ampliado para os Municípios com população acima de 200 mil habitantes. 118 desses Municípios, além do DF, realizaram adesão até o final de 2014, pactuando metas de expansão da rede de saúde, de segurança e de assistência social. As ações de saúde do pacto visam aumentar a oferta de tratamento e de atenção aos usuários de drogas, bem como ampliar as atividades de prevenção.

O projeto de Prevenção tem o objetivo de adaptar três programas de prevenção ao uso e abuso de álcool, *crack* e outras drogas, a serem implementados no contexto escolar e familiar em parceria com Educação e Assistência Social. Os programas são: #Tamojunto, Jogo Elos e Fortalecendo Famílias. Em 2014, o Fortalecendo Famílias abrangeu seis capitais e 150 famílias. Já o #Tamojunto atendeu oito capitais, 130 escolas e 12.834 estudantes. Por fim, o Jogo Elos alcançou cinco capitais, 21 escolas e 1.875 estudantes.

Para 2015, está prevista a publicação do Guia Estratégico de Cuidado em Álcool e Outras Drogas voltado aos trabalhadores do SUS; ampliação dos Programas de Prevenção ao Uso de Drogas em escolas e comunidade; continuidade de ações de educação

permanente; e ampliação da integração interfederativa entre as coordenações DST AIDS e Saúde Mental para ampliação do acesso ao tratamento de usuários de drogas soropositivos. Outra prioridade é expandir os investimentos, com a construção de CAPS e unidades de acolhimento e a aquisição de equipamentos de informática para a rede de atenção psicossocial.

a.4) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa

Em 2014, foi iniciada a implementação do Modelo de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, que preconiza a integração dessa atenção específica às redes de atenção à saúde e articula as áreas e programas estratégicos, como o acesso a medicamentos e insumos, além de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos.

A campanha nacional de vacinação contra a gripe em 2014 atingiu a marca de 86% de cobertura do público-alvo, o que representou mais de 17,9 milhões de idosos vacinados. Em 2014, foram capacitados 760 profissionais de saúde visando qualificar o cuidado ofertado pelo SUS à população idosa. Foi ainda celebrado convênio com a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) para a capacitação de quatro mil profissionais de saúde, com ênfase nas equipes da atenção básica, em temas sobre saúde da pessoa idosa e envelhecimento ativo, contendo também módulo específico sobre a utilização da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa como instrumento estratégico para qualificar o cuidado à pessoa idosa.

No campo intersetorial, destaque-se o convênio para realização de um levantamento censitário nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) registradas no Censo Suas (Sistema Único de Assistência Social), cujo projeto será executado pela Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FFMUSP).

Como prioridades para 2015, destacam-se: distribuição da 3ª edição da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e do Caderno de Atenção Básica Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa atualizado; capacitação de profissionais de saúde, especialmente da Atenção Básica, em envelhecimento e saúde da pessoa idosa; complementação das Diretrizes para o Cuidado das Pessoas Idosas no SUS com linhas de cuidado específicas; e elaboração de uma política nacional e intersetorial de cuidado, uma vez que este tema perpassa diferentes áreas, e é uma demanda crescente da população.

a.5) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza

Em continuidade às ações voltadas para a população em situação de extrema pobreza, em 2014 foram expandidos os programas para a prevenção e o controle das carências nutricionais, a exemplo do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, para crianças de 6-59 meses. Antes restrito à região Nordeste, e alguns Municípios da Amazônia Legal, foi ampliado para todos os Municípios da região Norte e Municípios das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e outros que solicitarem adesão voluntária, contemplando 3.325 Municípios. Até o final de 2014, 2.703 Municípios passaram a alimentar dados no sistema de gestão do Programa e 3,4 milhões de crianças de 6-59 meses receberam a megadose de vitamina A – 55 % da meta de 2014 de 6,2 milhões crianças.

Com relação ao Programa Nacional de Suplementação de Ferro, foi autorizada em 2013 a aquisição de 5,7 milhões de frascos de sulfato ferroso. Essa quantidade é suficiente para suplementar 50% das crianças brasileiras menores de dois anos (2.831.985 crianças) durante cinco meses. Os insumos abastecerão 5.442 Municípios que se manifestaram favoravelmente ao recebimento. Em 2014 os Estados de AC, AL, AP, BA, GO, MA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, SE e TO já receberam os insumos.

Em 2014, foram incluídas 6.864 creches na primeira fase de implantação da fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó adquiridos pelo Ministério da Saúde (NutriSUS), contemplando 330,3 mil educandos matriculados em creches em 1.717

Municípios. A estratégia consiste na adição de uma mistura de 15 micronutrientes em pó, diariamente, em uma das refeições oferecidas para as crianças com idade entre 6-48 meses com o objetivo de prevenir e controlar a anemia e outras carências nutricionais específicas, além de proporcionar o pleno desenvolvimento infantil.

O território mapeado pelo BSM foi priorizado para a ampliação da rede credenciada do Programa Aqui Tem Farmácia Popular.

Desde 2012, com o lançamento da Ação Brasil Carinhoso do BSM, o Programa Saúde na Escola passou a incluir educandos de creches e pré-escolas. O Programa é voltado à promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos e prevê a ida de profissionais de saúde às escolas, de forma articulada com as equipes de educação, para o acompanhamento das condições de saúde dos educandos e realização de ações de promoção de estilos de vida saudáveis. Na adesão referente ao ciclo 2014-2015, finalizada em junho de 2014, contou-se com a adesão de 4,7 mil Municípios (85,9%), alcançando uma cobertura de 18,3 milhões de educandos. Ainda foram pactuadas 19.999 creches, contemplando 1,1 milhão de educandos, e 40.598 pré-escolas, contemplando dois milhões de educandos, totalizando 3,1 milhões de educandos em creches e pré-escolas beneficiados.

No biênio 2013-2014, 1.087 Municípios atenderam aos requisitos de adesão e foram contemplados pelo Projeto Olhar Brasil. No período de janeiro a novembro de 2014, foram realizadas 10.388 mil consultas/mês, totalizando 114.266 consultas.

Em 2014, registra-se a conclusão de 2.091 obras de construção e 4.168 obras de reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Além disso, 2.922 obras de ampliação foram concluídas. Foram ainda habilitadas propostas para 725 construções, 728 ampliações e 378 reformas de UBS.

A campanha "Hanseníase, Verminose e Tracoma têm Cura", encerrada em novembro de 2014, resultou em mais de 4,1 milhões de escolares respondendo à ficha de autoimagem para hanseníase, 4,7 milhões tratados com albendazol para geo-helmintíases e 700 mil examinados para tracoma.

A Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente proporcionou que, em 2014, fossem inaugurados 13 centros de especialidades odontológicas em Municípios do BSM. Outros 22 receberam recursos e estão em fase de implantação.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

b.1) Atenção Ambulatorial e Hospitalar

A expansão dos procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase na Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, foi intensificada em 2014. Foram realizados mais de 2,35 milhões de procedimentos cirúrgicos eletivos, com destaque para as 567 mil cirurgias de catarata. Destaca-se ainda a produção de aproximadamente 427 mil próteses dentárias, um acréscimo de 30% se comparado ao mesmo período de 2013.

Os trabalhos de avaliação da execução dos programas de Governo na área da saúde, notadamente as ações desenvolvidas no âmbito dos procedimentos de média e alta complexidade, contribuíram para o aprimoramento dos normativos relativos à validação dos procedimentos de hemodiálise executados pelas unidades de saúde privadas que prestam serviços ao SUS. Como resultado, merece destaque a Portaria nº 706/2014, que instituiu a obrigatoriedade de utilização do Controle de Frequência Individual de Tratamento Dialítico para os tratamentos de diálise no âmbito do SUS, providência que aprimorou os mecanismos de controle sobre os procedimentos executados pelos prestadores de serviços.

b.2) Transplantes

Das cirurgias de transplante realizadas no Brasil, 95% são realizadas pelo SUS. Destaca-se em 2014 o crescimento do Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (Redome), com mais de 3,5 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o terceiro maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Cerca de 70% dos transplantes de medula realizados em 2014, cujos doadores eram brasileiros, são identificados no Redome . Até novembro de 2014 foram realizados 21,5 mil transplantes de órgãos sólidos e não sólidos.

As perspectivas para o ano de 2015 incluem: i) revisão do Decreto 2.268, de 30 de junho de 1977, que regulamenta a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, e do novo Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes; ii) finalização do processo de compra centralizada de líquidos de preservação; iii) ampliação de leitos para transplantes de medula óssea; iv) formulação e implantação da linha de cuidado para os doadores de órgãos; v) atualização da tabela de procedimentos para transplantes de tecidos; vi) implantação de dois bancos de sangue de cordão umbilical e placentário; vii) autorização de novos centros de transplantes; viii) ampliação dos projetos de tutoria; e ix) investimentos em transplantes de intestino delgado, multiviscerais e compostos (membros, face, e outros).

b.3) Sangue e Hemoderivados

Até dezembro de 2014 foi assegurada a disponibilidade de 3,28 UI per capita de Fator VIII e 0,55 UI per capita de Fator IX para o tratamento dos pacientes com hemofilia A e B, respectivamente, considerando os quantitativos armazenados e distribuídos pelo Ministério da Saúde e Hemobrás. Em 2014, ocorreu a formalização dos protocolos de uso de Imunotolerância para Hemofilia A e de Profilaxia Primária par Hemofilia Grave.

Foram coletadas 552.157 bolsas de plasma de uso industrial, que compõem um volume estimado de 121.475 litros de plasma. Foram ainda realizadas 138 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia em todo o País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede. Para 2015, prevê-se a disponibilização de 150 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.

b.4) Atenção às Urgências e Emergências

A Política Nacional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências tem como finalidade adequar as estruturas das unidades hospitalares dotadas de pronto-socorro para a composição da Rede de Urgências e Emergências (RUE). Em 2014 foram repassados recursos para a qualificação de 45 prontos-socorros dos hospitais componentes da rede, perfazendo um total de 278 portas hospitalares recebendo incentivo de qualificação de outubro de 2011 a dezembro de 2014.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192), um dos componentes mais importantes da RUE, conta com 185 Centrais de Regulação, das quais cinco foram implantadas em 2014, representando uma cobertura populacional de 75%, o que corresponde a mais de 150,7 milhões de habitantes. Em 2014, o Samu 192 operou com 3.292 Unidades Móveis habilitadas. Dessas, 2.484 (75%) são Unidades de Suporte Básico, 575 (18%) Unidades de Suporte Avançado, 218 (7%) Motolâncias, oito Equipes de Embarcação e sete Equipes de Aeromédico.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em outro importante componente da Política Nacional de Atenção às Urgências. De 2011 a 2014, registra-se a contratação de 966 UPAs, sendo que, desse quantitativo, 391 unidades foram concluídas. Essas unidades têm a possibilidade de resolver até 97% dos casos atendidos, reduzindo as filas nos prontos-socorros

dos hospitais. A capacidade diária de operação da rede é de 97,2 mil atendimentos e a mensal, de 3,1 milhões de atendimentos. No âmbito do PAC 2, até dezembro de 2014 foram contratadas 505 UPAs, em 399 Municípios, com investimento total de R$ 1 bilhão.

No âmbito do Programa SOS Emergências, em 2014, registrou-se 28 hospitais participantes do Programa e outros três em processo de adesão. Desses hospitais, dois tiveram suas adequações físicas concluídas, cinco unidades iniciaram reforma física e 23 já receberam os equipamentos. Desde o início do Programa, em 2011, foram disponibilizados 3.169 leitos de retaguarda para emergências desses hospitais e, em parceria com Hospitais de Excelência, 11.224 profissionais já foram capacitados.

No que tange aos leitos de retaguarda hospitalares (leitos clínicos, leitos de UTI adulto e pediátrico e leitos de cuidados prolongados) nos hospitais inseridos no plano da Rede de Urgência e Emergência, publicados até dezembro de 2014, foram implantados e pagos: leitos de retaguarda clínica – 4.958 leitos novos e 2.846 qualificados; leitos de UTI adulto – 709 novos e 3.673 qualificados; leitos de UTI pediátrico – 74 novos e 683 qualificados.

Para 2015, a implementação da RUE inclui: pactuação interfederativa para a organização da assistência e gestão – potencialização do papel das Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; construção de modelos de gestão de rede e componentes que possam ser replicados, tal como o SOS Emergências; redução da fragmentação do modelo de financiamento; ajuste nos parâmetros da necessidade de leitos hospitalares, considerando especificidades regionais e tecnologias fora do ambiente hospitalar (Hospital dia, Atenção Domiciliar e outros); e definição do novo modelo de apoio aos estabelecimentos de saúde.

b.5) Atenção Domiciliar

O Programa Melhor em Casa ampliou em 2014 a abrangência do atendimento do SUS fora do espaço hospitalar. Nesse âmbito, até dezembro de 2014, apresenta uma cobertura potencial de 25,6% da população, ou seja, estando ao alcance de 51,7 milhões de habitantes. A assistência multiprofissional gratuita é realizada no lar do paciente, que recebe o cuidado mais próximo da família, proporcionando um serviço humanizado e acolhedor.

Em 2014, foram constituídas 334 novas Equipes de Atenção Domiciliar, formadas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e fisioterapeutas, além de outros profissionais, totalizando 779 desde o início do Programa. Dessas, 510 são Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar e 269 Equipes Multiprofissionais de Apoio.

Em 2015, a previsão é de ampliação gradual e qualificada do programa, implantando cerca de 360 equipes e incentivando um cuidado progressivamente mais complexo, ao potencializar a desospitalização pré e e pós-hospitalar.

b.6) Política Nacional de Assistência Oncológica, Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas

No ano de 2014, foram habilitados cinco novos hospitais de alta complexidade em oncologia, atingindo um total de 283 hospitais habilitados. Os estabelecimentos de saúde habilitados como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia e Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia são responsáveis por ofertar o tratamento integral ao paciente com câncer, atuando no diagnóstico, estadiamento e tratamento.

No intuito de realizar o rastreamento de câncer do colo do útero e de câncer de mama no ano de 2014, de janeiro a novembro, foram realizados mais de 3,8 milhões de exames de mamografia bilateral, sendo 2,2 milhões na faixa etária preconizada de 50 a 69 anos e mais de 8,3 milhões de exames citopatológicos, sendo mais de 6,5 milhões realizados na faixa etária preconizada

para rastreamento, de 25 a 64 anos. Além das ações de rastreamento e visando garantir um tratamento adequado e em tempo oportuno, foram realizadas, no ano de 2014, de janeiro a novembro, 246,3 mil cirurgias oncológicas, 2,6 milhões de procedimentos de quimioterapia e 9,6 milhões de procedimentos radioterápicos.

No que se refere à Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero (QualiCito), 596 laboratórios foram habilitados. Espera-se para o ano de 2015 a ampliação de estabelecimentos de saúde habilitados como Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC) e como Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM).

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

Em 2014, no âmbito da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e em consonância com as prioridades definidas no documento Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde, foram investidos R$ 55 milhões em 12 chamadas públicas em parceria com instituições nacionais e internacionais. Foram contemplados 170 projetos estratégicos para o SUS nas seguintes temáticas: Leishmanioses (R$ 3 milhões), Medicina Regenerativa (R$ 5,6 milhões), Doenças Neurodegenerativas (R$ 6 milhões), Criação da Rede Nacional de Pesquisa em Doenças Cardiovasculares (R$ 6 milhões), Doenças de Chagas (R$ 3 milhões), Distúrbios Neuropsiquiátricos (R$ 6 milhões), Saúde da População Negra (R$ 2 milhões), Doenças Respiratórias (R$ 5 milhões), Helmintíases (R$ 3 milhões), Doenças Raras (R$ 5 milhões) e Doenças Renais (R$ 5 milhões). Nesse período, também ressalta-se a chamada em parceria com o *National Institute of Health* na área de câncer associado a infecções, alergia, imunologia, ou doenças infecciosas, incluindo HIV/AIDS e suas comorbidades no valor de R$ 5,5 milhões.

Outra parceira internacional importante resultou em chamada pública, no valor de R$ 10 milhões, que teve como tema "Grandes Desafios Brasil: Desenvolvimento Saudável Para Todas as Crianças", cujo objetivo é desenvolver intervenções efetivas para reduzir a incidência de parto prematuro, deficiências de crescimento e danos ao desenvolvimento cognitivo.

A expectativa para 2015 é fomentar 100 estudos estratégicos, alinhando as prioridades do Governo Federal na área de saúde com as atividades de pesquisa científica e tecnológica.

d) Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Complexo Industrial da Saúde

Tendo em vista a importância do fortalecimento dos Produtores Públicos e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e de suporte tecnológico, em 2014 foram contemplados dez Produtores Públicos e 13 ICTs, que receberam investimentos na ordem de R$ 143 milhões para o fomento a 49 projetos plurianuais voltados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação e qualificação da gestão da mão de obra.

Outra medida de destaque são as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), que envolvem a cooperação entre instituições públicas e entre instituições públicas e entidades privadas para o desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do País em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS.

Até o momento, foram formalizadas 104 PDPs, cinco delas destinadas a P&D, sendo que a parceria da vacina Influenza com o Instituo Butantan foi concluída em 2014. Esse consolidado compreende 97 produtos, sendo 66 medicamentos, sete vacinas e 24 produtos para saúde. Até dezembro de 2014, 33 PDPs possuíam produtos com registros na Agência Nacional de Vigilância Sanitária pelas instituições públicas, sendo que 28 já estão sendo adquiridos pelo Ministério da Saúde. Em 2014, o impacto das PDPs correspondeu a 30% do volume total de compras, considerando, inclusive, os processos de aquisição em andamento.

e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde

A promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio da expansão dos Programas Farmácia Popular do Brasil e Saúde Não Tem Preço, teve como prioridade o adensamento de unidades disponíveis nos Municípios constantes do mapa de extrema pobreza. Até dezembro de 2014, registra-se a operação de 33.264 farmácias credenciadas, atuando em 4.345 Municípios, além de 532 estabelecimentos da rede própria, operando em 422 Municípios.

O Componente Básico da Assistência Farmacêutica transferiu em 2014 aos Municípios e Estados cerca de R$ 968,9 milhões para aquisição de medicamentos para a Atenção Básica. Além disso, foram adquiridos de forma centralizada aproximadamente 23 milhões de frascos de insulina NPH regular e, para o Programa Saúde da Mulher, mais de 28 milhões de blísteres, ampolas, comprimidos e unidades de contraceptivos.

O Ministério da Saúde adquiriu 600 *kits* para atender pessoas atingidas por desastres de origem natural associados a chuvas, ventos e, no ano de 2014, aproximadamente 163,5 mil pessoas desabrigadas ou desalojadas receberam os medicamentos e/ou insumos (correspondendo a 109 *kits*, totalizando 21,8 toneladas). Para o ano de 2015 a previsão é de que sejam adquiridos e distribuídos 31 milhões de frascos de insulina, cerca de 52 milhões de blísteres, ampolas, e unidades de contraceptivo e 200 *kits* para o Programa de Calamidade Pública. Para a compra de medicamentos e insumos para atender a população privada de liberdade, a partir do ano de 2015, o recurso, de cerca de R$ 9,7 milhões, passa a ser descentralizado para os Estados e Municípios.

Com relação ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, que disponibiliza o tratamento, na forma de linhas de cuidado, para 79 doenças, em 2014 foram transferidos recursos aos Estados na ordem de R$ 735 milhões, além de R$ 4,15 bilhões executados em 47 processos de aquisição centralizada, pelo Governo Federal, de medicamentos que corresponderam a mais de 433 milhões de unidades de medicamentos adquiridas.

Em 2014, foram firmados 19 contratos entre o Ministério da Saúde e laboratórios privados, dois contratos com laboratório público, quatro termos de ajuste junto a organismo internacional e quatro termos de execução descentralizada com laboratório oficial de nível federal. Por outro lado, no mesmo período foram descentralizados cerca de R$ 160,7 milhões, equivalentes à aquisição de mais de 206 milhões de unidades de medicamentos.

O uso de plantas medicinais e fitoterápicos foi intensificado nos últimos anos. Em 2014, foram repassados, na modalidade fundo a fundo, R$ 7,2 milhões para 17 Secretarias de Saúde Municipais e duas estaduais, destinados ao: apoio à assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos; estruturação de arranjos produtivos locais em plantas medicinais e fitoterápicos; e desenvolvimento e registro sanitário de fitoterápicos da Rename (Relação Nacional de Medicamentos) por laboratórios públicos. Ao todo, desde 2012, estão em curso 66 projetos apoiados na área de plantas medicinais e fitoterápicos, totalizando investimento próximo a R$ 26 milhões.

Ainda com referência ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, constam 12 medicamentos fitoterápicos incluídos na Rename e, consequentemente, no elenco do componente básico da assistência farmacêutica. O processo de atualização da Rename foi iniciado em agosto de 2014 e avalia a incorporação de quatro novos medicamentos fitoterápicos.

Em 2014, foram divulgados os dados da Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos no Brasil (Pnaum). Os resultados mostram um acesso elevado a medicamentos pelos brasileiros para o tratamento das doenças crônicas investigadas (93,8% para hipertensão e 95,4% para diabetes). Para o tratamento da hipertensão e diabetes, mais de 70%

dos medicamentos foram obtidos de forma gratuita pela população, prioritariamente nas unidades de saúde do SUS. A obtenção de medicamentos gratuitos para as doenças respiratórias crônicas foi de 27%. Para o primeiro trimestre de 2015, a Pnaum apresentará os dados da segunda etapa da pesquisa relacionada à caracterização da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica.

O Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS apoia 1.582 Municípios constantes do Plano Brasil Sem Miséria até 100 mil habitantes (70% desses Municípios), o que corresponde a uma cobertura de mais de 26 milhões de pessoas, com prioridade para a estruturação dos serviços farmacêuticos na Atenção Básica, com investimento de mais de R$ 17 milhões. Para 2015, espera-se apoiar 100% dos Municípios elegíveis, atingindo 2.257 Municípios.

Para contribuir no planejamento, monitoramento, controle e avaliação da gestão da Assistência Farmacêutica, o Governo Federal ampliou a implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus), que conta com a adesão de mais de 2,9 mil Municípios e 20 Estados. Além disso, o Sistema também é utilizado em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, 47 Casas de Saúde Indígena e 68 Polos Base do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Mais de seis mil profissionais, de 2.438 Municípios, foram capacitados para utilização do sistema, na modalidade a distância.

f) Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde

No ano de 2014, 55 tecnologias foram incorporadas ao SUS, destacando-se: i) alfataliglicerase para o tratamento da doença de Gaucher; ii) clorafenicol suspensão e doxiciclina injetável para febre maculosa; iii) fingolimode para esclerose múltipla; iv) risperidona no transtorno do espectro do autismo; v) raltegravir como antirretroviral para uso pediátrico; vi) avaliação diagnóstica, procedimentos laboratoriais e aconselhamento genético para doenças raras; vii) PET CT para estadiamento do câncer de pulmão de células não pequenas potencialmente ressecável, detecção de metástase de câncer colorretal, exclusivamente hepática e potencialmente ressecável e Linfoma de Hodgkin e Linfoma não Hodgkin; viii) procedimentos relativos ao processo transexualizador; ix) procedimentos relativos à assistência hospitalar à saúde auditiva (implante coclear e prótese auditiva ancorada no osso); e x) *stent* farmacológico para o tratamento da doença arterial coronariana e suplemento alimentar em pó com múltiplos micronutrientes para fortificação da alimentação infantil, no âmbito do Programa NutriSUS.

Desde a criação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), em 2012, foram incorporadas 115 tecnologias. Dentre as 380 demandas de incorporação de tecnologia, 240 foram referentes à solicitação de inclusão no rol do SUS de medicamentos; 60 de produtos; 76 de procedimentos e quatro de protocolos. Em relação à procedência, foram 200 demandas internas ao SUS, 180 demandas externas, provenientes da indústria farmacêutica, de órgãos do Poder Judiciário, de associações de pacientes e sociedades médicas. A maioria das demandas foi relacionada a especialidades de oncologia, reumatologia, infectologia e pneumologia.

Em 2014, foram publicadas durante o processo de avaliação das demandas de incorporação tecnológica, 28 consultas públicas e mais de 2,3 mil contribuições foram recebidas de instituições de saúde, associação de pacientes, empresas, instituições de ensino, sociedades médicas, entre outros, sobre as tecnologias analisadas.

Para 2015, estão previstas atividades com vistas a ampliar e qualificar a participação social nas consultas públicas da Conitec; dar visibilidade ao processo de gestão e incorporação de tecnologias no SUS por meio da divulgação e disseminação das atividades; aperfeiçoar os procedimentos para elaboração e a revisão dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas; e subsidiar tecnicamente os operadores do direito e os gestores de saúde em relação a demandas judiciais.

g) Ações de Promoção e Vigilância em Saúde

A Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em 2014 em parceria com o IBGE, coletou informações sanitárias, de acesso e uso de serviços, de ações preventivas, da continuidade dos cuidados e do financiamento da assistência de saúde, além de estilo de vida de 63 mil domicílios, com a finalidade de apresentar resultados que venham a subsidiar a formulação das políticas públicas em saúde nas áreas de promoção, vigilância e atenção à saúde.

Os dados coletados e analisados serão lançados em quatro volumes. O primeiro volume, cujo lançamento ocorreu em dezembro de 2014, contém informações sobre estilo de vida (alimentação, atividade física, consumo de álcool e tabagismo), doenças crônicas não transmissíveis e percepção do estado de saúde. Em 2015, planeja-se a divulgação dos demais volumes, além dos cruzamentos e análises possíveis.

Para o aprimoramento da vigilância da dengue, em 2014, o Brasil começou a adotar a nova classificação de casos de dengue, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), quais sejam: dengue, dengue com sinais de alarme e dengue grave. Em 2014 ocorreram 587.815 casos prováveis de dengue (casos notificados, excluindo os descartados), 684 casos de dengue grave, 8.137 casos de dengue com sinais de alarme e 405 óbitos. Em comparação com 2013, houve uma redução de 40% nos óbitos (674). Visando ao aprimoramento da vigilância e ao enfrentamento de epidemias de dengue e *chikungunya* no Brasil, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo uma série de ações preparatórias, tais como: repasse de R$ 363,4 milhões a todos os Municípios para qualificação das ações de prevenção e controle da dengue em dezembro de 2013 e R$ 150 milhões em dezembro de 2014; distribuição de inseticidas para controle vetorial e *kits* para diagnóstico de dengue; elaboração do Plano de Contingência Nacional de Resposta ao Vírus *Chikungunya*, do Manual de Preparação e Resposta à Introdução do Vírus *Chikungunya* no Brasil, do Guia de Manejo Clínico de *Chikungunya*, de procedimentos de vigilância e capacitação de laboratórios centrais de saúde pública para a realização dos testes de diagnóstico de *chikungunya*; dentre outras.

No período de janeiro a novembro de 2014, foram diagnosticados e registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação 54.660 casos novos de tuberculose. Em 2014, foi incorporado um novo método de diagnóstico da tuberculose (teste molecular rápido), previsto para ser implantado em 94 Municípios prioritários, sendo que 41 deles já estão em funcionamento.

Quanto à hepatite C, foram tratados 15.812 portadores, estimativa realizada a partir dos dados de consumo médio mensal dos medicamentos, enviados pelos Estados. O novo Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Hepatites Virais, que simplifica e amplia o acesso ao tratamento para hepatite C, deverá ser colocado em consulta pública em 2015.

Ainda em 2014, o Governo Federal introduziu a vacinação contra a Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de um ano. Essa iniciativa encontra-se implantada em todo o território e já foram adquiridas mais de cinco milhões de doses.

A mobilização nacional no combate à poliomielite e de seguimento contra o sarampo utilizou-se em 2014 de ampla campanha nacional para vacinar aproximadamente 12,7 milhões de crianças de seis meses a menores de cinco anos, além de 10,9 milhões de crianças de um ano a menores de cinco anos, respectivamente. No combate à gripe também foi realizada campanha nacional de vacinação de população específica, com distribuição de mais de 53,5 milhões de doses, resultando no alcance de 86,7% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis.

A vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela), introduzida no Calendário Nacional de Vacinação em 2013 para substituir a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças entre 15 meses e dois anos de idade, alcançou em 2014 uma cobertura de 72,63% dessa clientela específica, com mais de 3,7 milhões de doses adquiridas.

A segunda dose da vacina contra o vírus HPV, que protege do câncer do colo de útero, começou a ser aplicada em meninas de 11 a 13 anos a partir de 1º de setembro de 2014, em todo o País. Em 2015, será ofertada para meninas na faixa etária de 9 a 11 anos e, em 2016, de 9 anos de idade. A estratégia mobilizará investimentos de R$ 468 milhões para aquisição de 15 milhões de doses.

Em 2014, foi iniciada a oferta da dose tripla combinada dos medicamentos Tenofovir (300 mg), Lamivudina (300 mg) e Efavirenz (600 mg) para o tratamento dos pacientes com AIDS. Essa combinação de medicamentos integra o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Manejo da Infecção do HIV em Adultos, e está sendo disponibilizado como tratamento inicial para os pacientes soropositivos. Em 2014, 2.942 pessoas vivendo com HIV/AIDS tiveram dispensação do medicamento 3 em 1, sendo a maioria do Rio Grande do Sul.

No que se refere à incidência da malária, de janeiro a outubro de 2014, observou-se redução de 21% (121.778) nos casos na Região Amazônica quando comparado com o mesmo período de 2013 (154.305); e de 24% nas internações por malária, passando de 1.737 (2013) para 1.326 (2014).

Dados preliminares de julho de 2014 demonstram que houve uma pequena redução no coeficiente de prevalência da hanseníase do primeiro semestre de 2014 (1,47/10.000 habitantes) em relação ao mesmo período de 2013 (1,5/10.000 habitantes), o que corresponde a 29.841 casos de hanseníase em tratamento no País.

As violências e os acidentes, pelo número crescente de vítimas e pelas sequelas físicas e emocionais que causam, se tornaram um problema de saúde pública. Até dezembro de 2014, houve uma ampliação de 10.004 unidades de saúde registrando notificações de violência doméstica, sexual e outras, representando um total de 169.361 notificações em 3.379 Municípios.

Dados da pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico revelaram uma redução de 55%, em sete anos, na frequência de condutores dirigindo após consumo abusivo de álcool. A pesquisa, com resultados divulgados em 2014, entrevistou 52,9 mil pessoas maiores de 18 anos durante o ano de 2013.

Como estratégia de promoção à saúde e redução dos fatores de risco para as doenças e agravos crônicos não transmissíveis, o Programa Academia da Saúde vem ampliar o acesso à ações referentes à promoção da saúde e produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população. De 2011 a 2014, foram habilitados para construção 3.772 polos de academia da saúde em todas as regiões do País. Até dezembro de 2014, foram 986 obras concluídas. Em relação ao custeio, até dezembro de 2014, são 279 polos custeados pelo Governo Federal.

A ampliação das ações de vigilância em saúde do trabalhador desenvolvidas nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador foi aferida por meio da avaliação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador. Encontram-se habilitados 209 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, dentre os quais, dez voltados prioritariamente para a saúde do trabalhador rural. Além disso, a Rede Sentinela conta atualmente com mais de 7,5 mil serviços para diagnóstico de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho e para notificação ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

h) Alimentação e Nutrição

Após o acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos, firmado em 2013, o monitoramento da redução do sódio, com dados de análises laboratoriais, rotulagem nutricional e retirada de sódio na produção de massas instantâneas, pães de forma e bisnaguinhas, mostrou que as metas foram alcançadas por 94,9% das massas instantâneas, 97,7% dos pães de forma e 100% das bisnaguinhas.

Para o consumo mais adequado de alimentos que preencham as necessidades nutricionais da população, foi regulamentada a alteração da forma de uso de termos como *light*, baixo, rico, fonte, não contém, entre outros, nos rótulos de todos os alimentos produzidos no País e o estabelecimento de critérios para o uso das alegações de fonte e alto teor de proteínas. A medida adequou as normas brasileiras às regras do Mercosul, o que facilita a circulação dos alimentos entre os países integrantes do bloco.

A situação alimentar e nutricional nacional é acompanhada por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), onde são registrados os dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Esse acompanhamento permite a estratificação de risco nutricional da população e o planejamento do cuidado em saúde. A média da cobertura municipal do Sisvan em 2014, segundo dados parciais, foi de 15,5% e o número de indivíduos com acompanhamento nutricional registrado no sistema é de 16,8 milhões.

A estratégia de enfrentamento da anemia ferropriva, delineada em 2013, teve as diretrizes operacionais e logísticas implementadas em 2014 no âmbito das creches do Programa Saúde na Escola (PSE), por meio da fortificação de uma das refeições oferecidas para as crianças durante 60 dias por semestre (NutriSUS). A prescrição passou a fazer parte dos cuidados previstos para as crianças matriculadas em creches do PSE. Em 2014, houve a adesão de 1.717 Municípios e 6.864 creches, com 330.376 crianças matriculadas. Para abastecimento dos Municípios, em 2014, foram importados 20 milhões de sachês, que foram distribuídos aos Municípios brasileiros que solicitaram adesão ao NutriSUS. A próxima etapa será, no âmbito das Unidades Básicas de Saúde, com o público beneficiário do Bolsa Família, testar a substituição do sulfato ferroso isolado pelo sachê com múltiplos micronutrientes. As Equipes de Atenção Básica serão responsáveis pela orientação das famílias sobre o uso do produto em domicílio.

Em 2015, deverão ser intensificadas as estratégias para promoção da alimentação adequada e saudável a partir das recomendações do Guia Alimentar para População Brasileira, visando ao enfrentamento do quadro crescente de sobrepeso e obesidade nas diferentes faixas etárias da população. Mas também deverá ser dada atenção aos grupos populacionais específicos que ainda são acometidos por carências nutricionais específicas e desnutrição nas diferentes regiões do País.

i) Vigilância Sanitária

Foi aprovado, em novembro de 2014, o registro de uma nova vacina contra a gripe ainda inédita no País, a vacina influenza tetravalente. A nova vacina é indicada para imunização ativa de adultos e crianças acima de três anos. Assim, pacientes e médicos terão uma nova opção de prevenção contra a gripe, a partir do momento em que a vacina chegar ao mercado.

Em 2014, foram aprovados o registro de 22 medicamentos genéricos inéditos. Um desses produtos é o genérico da substância temozolomida, utilizada no tratamento de tumores e que apresenta efeitos logo nas primeiras doses. Sua indicação é para o tratamento de tumores cerebrais em tratamento combinado com radioterapia ou em caso de reincidência ou progressão após o tratamento padrão. A temozolomida também é indicada no tratamento de pacientes com melanoma maligno.

Outro genérico inédito aprovado é a cópia da substância ertapeném sódico, antibiótico muito importante no tratamento de infecções de nível moderado a grave. Entre suas indicações, estão infecções de pele, incluindo pé diabético, infecções do trato urinário, septicemia bacteriana, dentre outros. Destaca-se, ainda, o voriconazol, fármaco indicado no tratamento de infecções invasivas causadas por fungos, como a cândida e aspergilose, doença que ataca o pulmão e que pode ser fatal em pacientes debilitados.

A lista de substâncias sujeitas a controle especial foi atualizada em 2014 e incorporou 14 novas substâncias, totalizando 35 produtos que passam a ter o seu uso e comercialização vedados no Brasil. Todas são substâncias produzidas sinteticamente e sem qualquer utilidade terapêutica. A medida permite que os órgãos policiais e judiciais possam agir mais rapidamente.

Em 2014, foram recebidos 359 pedidos de importação do canabidiol para uso pessoal, por meio do pedido excepcional de importação de medicamentos de controle especial e sem registro no Brasil. Destes, 333 foram autorizados, 19 aguardam o cumprimento de exigência pelos interessados e sete estão em análise pela área técnica. Ocorreram, ainda, arquivamentos de processos por interesse da família ou caso de falecimento de paciente, logo após a entrada do pedido na Anvisa. O prazo médio das liberações em 2014 foi de oito dias, mas atualmente esse prazo se encontra reduzido para quatro dias. A redução de prazo foi possível devido à simplificação nos procedimentos adotados pela Anvisa a partir de 19 de dezembro de 2014.

Encontra-se em fase de implantação, no País, o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos (SNCM), que visa garantir a procedência do medicamento e seu correto fluxo na cadeia de produtos farmacêuticos, permitindo o controle e o desenvolvimento de ações mais eficazes de vigilância sanitária, bem como a ampliação dos parâmetros de segurança ao consumidor final. Até dezembro de 2016, todos os medicamentos registrados no País deverão conter os elementos de identificação exclusivos que permitam o seu rastreamento por todos os elos da cadeia, via captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados no SNCM.

Com a publicação do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, tornou-se possível eleger, com base em critérios de risco, quais produtos e em que momentos do ciclo de avaliação seria exigido o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) ou outros documentos. Na área de produtos para saúde, a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC 15/2014) alterou o escopo de produtos para os quais é exigido o CBPF e permitiu o aceite de relatório de auditoria válido, emitido por organismo auditor terceiro, conforme programas específicos, ambos reconhecidos pela Anvisa, para emissão de CBPF. Considerando o disposto na referida Resolução, a Anvisa participa, desde janeiro de 2014, do projeto piloto do Programa de Auditoria Única de Produtos para Saúde. O objetivo do Programa é permitir que os organismos terceiros realizem auditorias em fabricantes de produtos para a saúde, conforme requisitos exigidos pelas autoridades regulatórias atualmente participantes, quais sejam: Anvisa (Brasil), *Health Canada* (Canadá), *Therapeutic Goods Administration* (TGA – Austrália) e a *U.S. Food and Drug Administration* (FDA - Estados Unidos da América).

j) Relações de Trabalho com Profissionais e Trabalhadores da Saúde

Até dezembro de 2014, o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica contou com 3.293 médicos e 1.078 profissionais nas áreas de enfermagem e odontologia, totalizando 4.371 profissionais inseridos. Para 2015, está prevista a inserção de 3,5 mil profissionais médicos.

O Programa Pró-residência tem como objetivo principal a avaliação das necessidades de profissionais de saúde no País, com a finalidade de abertura de novas vagas de residência em regiões priorizadas pelo baixo contingente em atuação e pela identificação de especialidades estratégicas. Para dar apoio ao Programa, em 2014, foram investidos R$ 112 milhões em bolsas de residência médica, e R$ 75 milhões em bolsas de residência multiprofissional.

Por meio dos programas de residência em saúde, busca-se a formação dos médicos do País mais adequada às necessidades do SUS. Em 2014, foram 5.011 programas ofertados por 550 instituições distribuídas em todos os Estados. Estão matriculados atualmente 30.407 médicos residentes, sendo que 11.571 recebem bolsas. Em 2015, está prevista a ampliação de mais 850 bolsas de residência médica.

Além dessas, foram ofertados, pelas universidades federais, 1.180 programas de Residência Médica e 242 programas de Residência Multiprofissional, com financiamento de 8.238 bolsas para os estudantes residentes em Medicina e 3.324 bolsas para estudantes residentes em outras áreas da saúde.

A residência multiprofissional ofertada em 14 áreas profissionais de saúde conta com 3,2 mil residentes matriculados e beneficiados com bolsas do Ministério da Saúde. A previsão para 2015 é a ampliação para 3,8 mil bolsas de residência multiprofissional.

O Programa de Reorientação da Formação Profissional (Pró-Saúde) e o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) financiaram em 2014 um total de 902 grupos PET-Saúde, contabilizando, em média, 15,3 mil bolsas/mês. Esses programas têm o papel indutor na transformação do ensino de saúde no Brasil para os cursos de graduação, na perspectiva de formar profissionais capazes de responder às necessidades de saúde da população.

Em 2014, o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS (Progesus) realizou cursos de especialização e de aperfeiçoamento em políticas de gestão do trabalho e educação na saúde, dos quais, até dezembro, 1,1 mil trabalhadores foram qualificados e mais 2.170 serão qualificados por meio dos cursos em andamento, sendo que destes 1.110 estão em processo de seleção, 406 já foram selecionados e 654 estão matriculados.

Buscando fortalecer as relações de trabalho na área da saúde, o poder público mantém a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS), que, em 2014, teve como meta principal o fomento à criação de novos espaços de negociação e interlocução. Nesse campo, foram instaladas dez Mesas, a saber: Municipais de Curitiba/PR, Vespasiano/MG, e Gravataí/RS; Coxim/MS e Navarai/MS e Estaduais do Mato Grosso, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Espírito Santo. Há, ainda, oito Mesas locais de negociação em processo de instalação.

Para 2015, prevê-se a ampliação da formação continuada para gestores e o fomento e apoio técnico à implementação de Planos Regionais, Estaduais ou Municipais de Carreiras, Cargos e Salários, na busca da redução dos vínculos precários na saúde.

Está prevista também a ampliação da plataforma de Recursos Humanos – Plataforma RH - integrando com outros sistemas da saúde, disponibilizando qualificação a distância, módulo Mercosul, módulo rede de negociadores, e desenvolvimento de sistema gerencial de gestão do trabalho.

Com relação às ações desenvolvidas pela MNNP-SUS, para 2015 as prioridades são: i) ampliar o apoio técnico prestado aos Estados, DF, Municípios e regiões de saúde para a instalação e fortalecimento de espaços de negociação; ii) fortalecer o Sistema Nacional de Negociação Permanente do SUS integrado à rede de negociadores do SUS; iii) pactuar dois novos protocolos da Mesa e as Diretrizes da Agenda Nacional do Trabalho Decente do SUS; e iv) integrar nas pautas da MNNP-SUS as pautas prioritárias que dizem respeito à gestão do trabalho e aos trabalhadores do SUS.

k) Combate ao Desperdício, Transparência, Gestão Participativa do SUS, e-Saúde e Informação

Levando em conta o caráter participativo da gestão, foram realizadas, em 2014, iniciativas voltadas para sua potencialização, destacando-se as que seguem.

- Estão em funcionamento Comitês Técnicos Estaduais de Política de Promoção da Equidade e de Educação Popular em Saúde, com a participação de representantes das secretarias de Saúde e de movimentos sociais nas seguintes unidades da Federação: dois na Bahia (LGBT e População em Situação de Rua), um no Pará (LGBT), um em Mato Grosso do Sul (Política de Promoção de equidade e Educação Popular em Saúde), um no Rio de Janeiro (LGBT), três no Rio Grande do Sul (População em Situação de Rua, Campo e Floresta e das Águas, e Educação Popular em Saúde). O processo de articulação com Estados e Municípios para a criação de comitês de Educação Popular e Equidade é um trabalho contínuo e há que se registrar que comitês municipais também têm se formado em apoio aos processos de participação social do SUS;

- Apoio à implantação de ouvidorias com sistema informatizado nas três esferas de governo. Em 2014, já são 1.524 ouvidorias implantadas. Com a finalidade de expansão e aperfeiçoamento das ouvidorias estaduais e municipais, foram ofertadas capacitações para a implantação do OuvidorSUS, sistema específico para ouvidoria. Foram capacitadas 266 localidades para implantação do sistema informatizado. Dessas, 190 já entraram em produção no nível 1 do OuvidorSUS;

- A Carta SUS, correspondência enviada aos cidadãos que passaram por internação hospitalar ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade em hospitais ou unidades de saúde públicas ou contratualizadas com o SUS, tem como objetivo fiscalizar a utilização dos recursos públicos de saúde, fortalecer a participação da população na gestão, monitorar as ações de saúde e avaliar a qualidade do atendimento prestado pelo SUS. A estratégia, em operação desde 2012, até o final de 2014 totalizou 37,5 milhões de correspondências. No que se refere à pesquisa de satisfação do usuário, em 2014, foram recebidos mais de dois milhões de cartões-resposta, por correio, Internet e telefone. Outro canal de comunicação explorado com intenções semelhantes, porém com maior amplitude, trata-se do Disque Saúde 136, que recebeu, em 2014, 29.632 mil manifestações entre denúncias, reclamações, elogios, informações, solicitações e sugestões, das quais 7.945 referiram-se a denúncias;

- Com objetivo de avaliar a implantação do Programa Rede Cegonha, é realizada uma pesquisa por telefone com mulheres que tiveram partos pelo SUS, abrangendo questões relativas ao pré-natal, parto e pós-parto. A pesquisa foi iniciada em 2012, contabilizando mais de 260 mil questionários aplicados até 2014; e

- A Pesquisa de Avaliação da Internação do cuidado pós-alta de Acidente Vascular Cerebral e Infarto Agudo do Miocárdio foi iniciada em 2013, com o objetivo de avaliar o atendimento recebido nos serviços públicos de saúde durante a internação e verificar o acompanhamento médico pós-alta do paciente. Até o final de 2014 foram mais de 130 mil questionários aplicados. Para a aplicação dos questionários, foram realizados mais de 300 mil contatos.

Vale destacar que as principais ações de controle realizadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) foram: i) Saúde toda hora – SAMU 192; ii) Saúde da Mulher – CA de colo de útero; iii) Saúde da Mulher – Rede Cegonha; iv) Saúde Não Tem Preço – Farmácia Popular; v) ações de controle interno realizadas em Cirurgias Eletivas; vi) CartaSUS; Programa Requalifica UBS; vii) Sistema Penitenciário; viii) Saúde do Trabalhador; e ix) Relatório de Gestão. Essas atividades totalizaram aproximadamente 40% das ações de 2014. Em um total de R$ 3,387 bilhões auditados, houve a proposição de devolução de R$ 277,1 milhões.

No âmbito da Articulação Interfederativa, com vistas a fortalecer a relação entre os entes na organização e na gestão do SUS, foi desenvolvida a ferramenta eletrônica Mapa da Saúde, com o objetivo de facilitar o diagnóstico e análise da situação de saúde e subsidiar o processo de planejamento no âmbito do SUS, além do aprimoramento de outras ferramentas para a gestão do Sistema, tais como o Sargsus, que auxilia os gestores na elaboração do relatório de gestão e dá mais transparência às ações desenvolvidas por Estados e Municípios, bem como a atualização do Sispacto, para o registro das metas pactuadas entre os gestores de saúde. Outra importante ação foi viabilizar a capacidade de comunicação entre as Comissões Intergestores Bipartite, por meio do Projeto de Inclusão Digital, desenvolvido em parceria com o Datasus, mediante a disponibilização de equipamentos de videoconferência em todas essas instâncias colegiadas do Sistema de Saúde.

l) Atuação Internacional

Em 2014, no campo da cooperação fronteiriça, cabe ressaltar a Assinatura do Memorando de Entendimento Brasil-Venezuela e início de sua implementação para a eliminação da oncocercose na região yanomami, única área ainda com casos na região das Américas. Além disso, destaca-se a cooperação com o Mercado Comum e Comunidade do Caribe (Caricom) para resposta

a emergências como ebola e *chikungunya*, ações de apoio para a região das Américas, através da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS), além de doações de *kits* de medicamentos e insumos estratégicos para combater o avanço da epidemia de ebola na Guiné, Libéria e Serra Leoa.

Destaque para a finalização da primeira etapa de Projeto Trilateral em Saúde – Brasil - Cuba - Haiti e o início do funcionamento dos três hospitais Comunitários de Referência (do tipo UPA), e do Instituto Haitiano de Reabilitação, com a possibilidade de seguimento de ações para os próximos anos, especialmente no fortalecimento da saúde mental. Cooperações com Peru e El Salvador foram fortalecidas, com vistas a aprofundar a cooperação em ações como a experiência brasileira do "Aqui tem farmácia popular". Parcerias com a França em áreas como urgência e emergência e com a Espanha em transplantes foram também marcos positivos no transcurso de 2014.

Na OMS, foram pontos liderados pelo Brasil: i) o fortalecimento do papel dos sistemas de saúde no marco de uma resposta intersetorial para o enfrentamento da violência interpessoal, em particular contra mulheres, meninas e meninos; ii) a incorporação da Declaração Política sobre Recursos Humanos de Saúde, aprovada em Conferência em Recife, como documento global; iii) o fortalecimento das autoridades regulatórias, melhoria do acesso a medicamentos essenciais e, também, a biotecnológicos; iv) a criação de nova estratégia e metas globais para tuberculose e fortalecimento dos programas de vacinação contra as hepatites A e B; e v) medidas de controle da infecção nos serviços de saúde.

No âmbito da Organização Pan-Americana da Saúde, a presidência brasileira na discussão do Plano Estratégico 2014-2019 tornou a experiência um modelo para outras regiões, conduzindo o processo de maneira inclusiva e participativa.

Pela primeira vez na América Latina, a Anvisa, juntamente com a OMS, realizou a 16ª Conferência Internacional de Autoridades Reguladoras de Medicamentos no Brasil, favorecendo e promovendo a inclusão das autoridades reguladoras de medicamentos da Região nas discussões do futuro das atividades de regulação de produtos sujeitos à vigilância sanitária. A segunda reunião do Fórum das Agências Reguladoras de Medicamentos do Espaço Lusófono, coordenada pela Anvisa e a Infarmed, agência reguladora de medicamentos de Portugal, teve como objetivo intensificar a cooperação na área de medicamentos entre os países-membros, além da sistematização de experiências de iniciativas bilateral ou multilateral bem-sucedidas, realizadas entre os parceiros. A Anvisa também realizou a Conferência Internacional de Insumos Farmacêuticos Ativos para aprimorar o conhecimento e compartilhar experiências sobre regulamentação de insumos farmacêuticos. Esse evento auxiliou na revisão e elaboração de marcos regulatórios e permitiu observar critérios e parâmetros internacionais em uso para harmonização das regras nacionais com a legislação internacional.

Foi realizado o 1º Seminário sobre Regulação de Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos, com o objetivo de compartilhar experiências relacionadas a serviços médicos eficientes e de alta qualidade e fortalecer a aproximação estratégica entre as autoridades sanitárias do Brasil e do Japão.

Após participar por um ano na condição de observadora, a Anvisa foi aceita como Membro do ICCR (*International Cooperation on Cosmetic Regulation*), participando ao lado das autoridades reguladoras dos Estados Unidos da América (EUA), Canadá, União Europeia e Japão na elaboração do marco regulatório de referência regional na área de cosméticos.

m) Saúde Suplementar

No âmbito da saúde suplementar, em janeiro de 2014, passou a vigorar o novo Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. Foram incluídos 87 novos itens, dentre eles, nova técnica de radioterapia (IMRT), cerca de 30 cirurgias por vídeo e procedimentos

odontológicos. Além disso, foram incluídos 37 medicamentos orais para tratamento de cânceres com grande prevalência entre a população – como estômago, fígado, intestino, rim, mama, útero e ovário. No decorrer do ano, oito terapias para tratamento de efeitos colaterais do câncer também foram incorporadas.

Em 2014, a ação pública regulatória suspendeu a operação de 260 planos de 44 operadoras. A medida se encaixa nos critérios estabelecidos para a suspensão dos produtos que já foram reincidentes pelo descumprimento da Resolução Normativa nº 259, que determina a garantia de atendimento do beneficiário e dos prazos máximos desse atendimento para consultas, exames e cirurgias.

Já o aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS pelos atendimentos em rede pública de consumidores com planos de saúde gerou, até dezembro de 2014, um valor arrecadado de R$ 390,93 milhões, com a conclusão de 858.812 processos de ressarcimento, sendo 439.919 em 2013 e 418.893, em 2014.

A regulamentação da Lei nº 13.003, de 24 de junho de 2014, que torna obrigatória a existência de contratos escritos entre operadoras e prestadores de serviços de saúde, deverá garantir a partir de 2015 serviços de melhor qualidade para o consumidor, com a definição de percentual de reajuste de honorários pela ANS em casos nos quais não houver acordo entre as partes. O incentivo à mudança do modelo assistencial, por meio da adoção de planos de cuidado e da reorganização da rede de prestação de serviços, deverá aprimorar o atendimento e permitir alteração do modelo de remuneração dos profissionais de saúde, com redução dos custos totais. Com relação à sustentabilidade do setor, será desenvolvida política de incentivo à comercialização dos Planos Individuais e realizado o monitoramento da sustentabilidade econômico-financeira das operadoras e impactos no setor.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

O aperfeiçoamento da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial tem como elemento estruturante o fortalecimento institucional de Órgãos, Conselhos, Ouvidorias e Fóruns, municipais e estaduais, para assegurar os direitos das pessoas negras, que constituem a maioria da população brasileira.

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) é uma iniciativa do Governo Federal para fortalecimento e ampliação da efetividade da Política de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios. No ano de 2014, foram celebrados sete novos convênios para a implementação do Sinapir: com o Estado da Bahia e os Municípios de Ibipeba/BA, Vitória da Conquista/BA, Contagem/MG, Rio Claro/SP, Londrina/PR e Itajaí/SC, os quais totalizam R$ 1,02 milhão. Outros oito convênios, celebrados entre 2012 e 2013 com o mesmo propósito, permanecem em execução: Distrito Federal e Estados do Tocantins, Ceará, Minas Gerais e Mato Grosso; e Municípios de Rio Branco/AC, Uberlândia/MG e Goiânia/GO, totalizando R$ 2,43 milhões. Cerca de 60% são recursos orientados para investimentos e 40%, para custeio.

a.1) Ações Afirmativas e Promoção de Direitos para a Igualdade Racial

Em 2014, as políticas de ação afirmativa tiveram relevante conquista, em função da Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014, Lei de Cotas no Serviço Público, que destina 20% das vagas para negros nos concursos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Federal. Essa Lei é um dos principais avanços de ações afirmativas para a promoção da igualdade racial, pois vai impactar diretamente no acesso da população negra a postos mais valorizados no mercado de trabalho, ampliando, assim, o acesso à renda, além de proporcionar maior diversidade à composição dos quadros do serviço público.

Na implementação da Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior, em 2014, 56% das universidades já atingiram, em seu conjunto, a meta de ter 50% de suas vagas ocupadas por alunos oriundos de escola pública e, dentro deste percentual, ter uma quantidade de alunos pretos, pardos e indígenas correspondente aos dados demográficos de cada unidade federativa. Em 2014, foi realizado o I Simpósio de Avaliação da Lei das Cotas.

O Programa de Extensão Universitária, por meio da Linha Promoção da Igualdade Racial, destina-se a potencializar e ampliar ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial. Em 2014, foi realizado o seminário "O papel da Extensão na Política de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial" com os coordenadores dos 16 projetos em execução, que integrou a programação do VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, realizado na Universidade Federal do Pará. O objetivo em 2015 é estreitar o diálogo com as 17 novas propostas selecionadas para execução, com vistas a favorecer ainda mais sua vinculação com as políticas de promoção da igualdade racial.

Deu-se continuidade ao Projeto "A Cor da Cultura", que visa à valorização da contribuição da população negra para a formação social brasileira, traduzindo tal conteúdo em materiais didáticos e práticas pedagógicas disponíveis para a rede escolar. Em sua Fase III, foram concluídas as formações dos 2.052 educadores em cinco Estados: RS, ES, GO, MA e PA, iniciadas em 2013, e produzidos novos episódios das séries audiovisuais. Para 2015, propõe-se a adaptação de todo o conteúdo do Projeto para o ambiente virtual de aprendizagem a fim de oferecê-lo por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores.

Duas importantes iniciativas de formação e capacitação são o curso "Gênero e Diversidade na Escola (GDE)", destinado à formação continuada de professores, e o "Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR)", destinado a servidores dos três níveis da administração pública, integrantes dos Conselhos de Direitos da Mulher, do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, dos Conselhos de Educação, dirigentes de organismos não governamentais ligados à temática de gênero e da igualdade étnico-racial. Em 2014, foram oferecidas 2,5 mil vagas do GDE e 200 vagas do GPP-GeR.

Em 2014, foi realizado o "Prêmio Lélia Gonzalez", cujo principal objetivo é promover o protagonismo e o reconhecimento das mulheres negras como sujeitos de direitos e protagonistas de ações de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. A iniciativa reconheceu e agraciou 13 organizações de mulheres negras de diferentes Estados do Brasil, tendo sido premiados três projetos de âmbito nacional, seis de âmbito estadual e quatro municipais.

No que se refere à Agenda Nacional do Trabalho Decente, houve ênfase, em 2014, ao Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente nos Grandes Eventos, tendo sido garantida a inclusão do recorte de promoção da igualdade racial no documento levado às diversas oficinas que aconteceram ao longo do ano, em cidade-sedes da Copa do Mundo FIFA 2014.

a.2) Povos de Cultura Cigana, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Comunidades Quilombolas

Os dados oficiais sobre a população cigana no País ainda são muito incipientes. Estima-se que haja mais de meio milhão de brasileiros pertencentes a pelo menos três etnias – Calon, Rom e Sinti, com diversos subgrupos, presentes em 21 Estados, grande parte vivenciando situação de vulnerabilidade socioeconômica e cultural.

Em 2014, foram implementadas ações com foco na perspectiva da inclusão social e cultural, dentre as quais destacam-se: a reedição do Guia de Políticas Públicas para Ciganos, cujo objetivo é subsidiar os gestores públicos e as lideranças ciganas sobre as políticas públicas federais existentes e formas de acesso, e o lançamento do Relatório Executivo do Brasil Cigano – I Semana Nacional dos Povos Ciganos, de 20 a 24 de maio de 2013, que reuniu aproximadamente 300 ciganos, além da celebração do Dia Nacional dos Povos Ciganos, durante a Teia da Diversidade, em Natal/RN.

Relevante registrar também as ações de valorização da cultura cigana e de humanização do atendimento pelo SUS e a ampliação do número de famílias ciganas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), tendo sido realizados mutirões específicos para o cadastramento de famílias ciganas em 11 Estados da Federação. Até outubro de 2014, 3.195 foram identificadas no Cadastro Único como ciganas, 91% delas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

No tocante aos Povos de Matriz Africana (PMAFs), visando implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, o ano de 2014 marcou o debate em torno da Convenção nº 169 da OIT e a implementação de projetos para o fortalecimento institucional, por meio de convênios com instituições de matriz africana.

Parceria com o PNUD permitiu a elaboração de um guia para orientar mapeamentos socioeconômicos e culturais dos PMAFs; a celebração de convênio com a Prefeitura de Rio Branco/AC para o mapeamento do Município e, ainda, a publicação de processo seletivo para contratar mapeamento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O cruzamento de dados de mapeamentos já realizados com PMAFs com o banco de dados da Secretaria de Patrimônio da União abriu a possibilidade de articular estratégias para processos de regularização fundiária de casas tradicionais de matriz africana.

No campo do patrimônio cultural, o edital de premiação de Preservação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, com recurso de R$ 1 milhão, contemplou 31 projetos.

Foi formalizada nova parceria com a Universidade de Brasília, no valor de R$ 240 mil, para apoiar a realização da segunda edição do Mestrado Profissional de Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável.

O Pnud e a UNFPA apoiam a produção de conhecimento e diagnósticos com o panorama dos conflitos fundiários, da situação da saúde e da produção agrícola das comunidades quilombolas e de mapeamento sociocultural e econômico dos povos de matriz africana. Em 2014, tiveram início as atividades de produção e sistematização de dados e informações socioeconômicas sobre Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Por meio do mapeamento participativo das casas tradicionais, o Projeto pretende subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas, em especial no campo da segurança alimentar e nutricional, contribuindo para o fortalecimento do segmento. Com vigência até 2016, o recurso total do projeto é de R$ 5,5 milhões.

Também em 2014, teve início a implementação do Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o Fundo de População das Nações Unidas para execução do projeto Fortalecendo as Ações da Seppir nas áreas de Saúde, Políticas para Juventude e Políticas para Comunidades Quilombolas, no valor de R$ 956 mil. Essa pactuação, firmada no final de 2013 e com vigência até 2015, visa fortalecer ações de enfrentamento ao racismo institucional a partir da gestão, acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e do Plano Juventude Viva, bem como da realização de diagnóstico de conflitos fundiários em comunidades quilombolas.

a.3) Comunidades Quilombolas

No eixo Acesso à Terra do Programa Brasil Quilombola (PBQ) destaca-se, em 2014, a certificação de 155 comunidades remanescentes de quilombos e a entrega de títulos parciais equivalentes a 2.942,44 hectares, beneficiando 1.322 famílias de sete comunidades quilombolas (um título em Rincão dos Martinianos, um em Jatobá, um em Invernada dos Negros e quatro em Conceição das Crioulas).

Para acelerar as titulações das comunidades quilombolas, o Incra institucionalizou a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola como espaço de diálogo entre sociedade civil e Governo para a pactuação

de estratégias voltadas à solução de casos de complexidade fundiária. No total, foram quatro Mesas Nacionais em 2014, existindo atualmente 20 Superintendências com Mesas Estaduais de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola em diversos Estados, que se reportam à Mesa Nacional, o que tem facilitado a interlocução dos quilombolas com outras entidades públicas locais, possibilitando maior eficiência na conciliação de interesses de Estado, considerando as especificidades de cada caso.

Além disso, 2014 marcou o avanço da estratégia de delimitação simplificada em terras federais e em glebas da União, com delegação de competências da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ao Incra, visando dar maior celeridade ao acesso a terras públicas em benefício das comunidades.

No eixo Infraestrutura e Qualidade de Vida, a meta do PBQ é a realização de obras de saneamento em 375 comunidades quilombolas até 2015, sendo que até o momento foram contempladas 162 comunidades totalizando R$ 44 milhões, investidos, desde 2012, pela Funasa. No exercício de 2014, duas comunidades foram atendidas com obras de Sistema de Abastecimento de Água (SAA). Cabe ressaltar que, em 2012, 123 comunidades foram atendidas e, em 2013, 37 comunidades.

Em relação às ações do Programa Água para Todos, de 2010 a maio de 2014, 7.167 domicílios quilombolas situados no semiárido brasileiro foram beneficiados com cisternas de placa, com água para consumo humano, e foram construídas 1.236 cisternas para produção, totalizando 8.403 cisternas entregues.

No âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, foi estabelecida a meta de construção de dez mil Unidades Habitacionais (UH) até 2015 em comunidades quilombolas. Em 2014, já haviam sido contratadas 5.853 UH para comunidades quilombolas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural, com investimento, entre 2011 a 2014, de R$ 334 milhões, correspondendo a 11.466 UH.

No Programa Luz para Todos, foram realizadas, nas cinco regiões do País, 11 oficinas de capacitação sobre o benefício da Tarifa Social e o uso seguro da energia elétrica, com o objetivo de formar 440 multiplicadores em comunidades quilombolas, além de realizar estudos para diagnosticar o potencial produtivo das comunidades. Como resultado desse diagnóstico, formou-se um banco de projetos de inclusão produtiva, tendo sido selecionados, em 2014, 22 projetos em 11 Estados, os quais entrarão no planejamento de 2015.

No eixo Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local do PBQ, para acessar uma gama de políticas públicas de inclusão produtiva rural as famílias têm que ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), instrumento que identifica os agricultores e viabiliza o acesso não só ao Pronaf, mas também a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Minha Casa Minha Vida, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outros. Em 2013, havia 29 mil DAPs emitidas para quilombolas. Em 2014, este número subiu para 48 mil DAPs quilombolas, em duas mil comunidades.

Em 2014, foi concluída e publicada a Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas, aplicada em 169 comunidades tituladas até 2011. Os resultados deverão subsidiar o aprimoramento das ações implementadas para esse público específico.

No eixo Direitos e Cidadania, cabe destaque para as ações nas áreas de educação e saúde, além do incremento do número de quilombolas no Cadastro Único, público prioritário do Plano Brasil Sem Miséria. Em 2013, 84 mil famílias quilombolas estavam inscritas, sendo que cerca de 73,6% em situação de extrema pobreza. Até outubro de 2014, dado o esforço de busca ativa do Governo, foram inscritas mais 44 mil famílias, chegando a mais de 128 mil famílias quilombolas, sendo 72% em extrema pobreza.

Por meio da Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, foi alterada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para fazer constar exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas quilombolas, indígenas e rurais, favorecendo o funcionamento dessas unidades. Em 2014, estavam em funcionamento 2.219 escolas quilombolas.

Em 2014, foram inscritas 19 ações de infraestrutura para construção, reforma e ampliação de escolas quilombolas, mediante adesão dos entes federados ao Plano de Ações Articuladas, do Ministério da Educação. Desses, 18 foram deferidos, representando um montante de R$ 42 milhões a serem repassados pelo FNDE em 2015.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar repassa recursos diferenciados para a alimentação escolar em escolas quilombolas (R$ 0,60 *per capita*). Além disso, há percentuais de nutrição diferenciados para alimentação escolar quilombola, de modo a atender às especificidades culturais locais. O quadro a seguir descreve a evolução nos recursos repassados pelo programa e a quantidade de alunos e de escolas atendidas.

Programa Nacional de Alimentação Escolar para quilombolas (2011-2014)

ANO	ESTUDANTES ATENDIDOS EM ESCOLAS QUILOMBOLAS	RECURSOS DA MODALIDADE QUILOMBOLA	QUANTIDADE DE ESCOLAS QUILOMBOLAS ATENDIDAS
2011	207.079	R$ 24.599.616,00	1.879
2012	208.737	R$ 25.158.900,00	1.945
2013	201.371	R$ 23.642.094,40	1.950
2014	225.101	R$ 28.283.245,60	2.219

Fonte: FNDE/MEC

No âmbito do Programa Mais Médicos, 541 médicos atuavam em Equipes de Saúde da Família que atendem quilombos. Na Estratégia Saúde da Família, em 2014, cerca de 1.548 equipes estiveram voltadas para o atendimento de comunidades quilombolas, o que corresponde a um incremento no número de equipes de cerca de 18% em relação ao ano de 2013.

Total de equipes da Estratégia Saúde da Família e profissionais do Programa Mais Médicos em territórios quilombolas (2010-2014)

ANO	QUANTIDADE DE EQUIPES ESF EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS DO MAIS MÉDICOS EM ESF EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS
2010	643	-
2011	712	-
2012	1.067	-
2013	1.283	139
2014	1.548	541

Fonte: Ministério da Saúde.

O instrumento avaliativo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica foi adaptado de modo a contemplar as especificidades dos povos e comunidades tradicionais. Esse instrumento vai possibilitar melhor análise quantitativa e qualitativa do atendimento das comunidades quilombolas. Foi ainda realizado um seminário de capacitação de 200 lideranças quilombolas.

a.4) Cooperação Internacional

No âmbito das Nações Unidas, cabe destacar a 12ª sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental para a Implementação da Declaração e do Programa de Ação de Durban, em Genebra. Na ocasião, deu-se início às negociações do Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015 a 2024), com base, sobretudo, em documentos preparados pelo GT sobre Afrodescendentes (Plano de Ação para a Década), no Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre os afrodescendentes e nas sugestões encaminhadas pelo Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial.

O Brasil apresentou a Declaração Final da Reunião Regional da América Latina e Caribe sobre a Década dos Afrodescendentes, realizada em Brasília, em março de 2014, com o objetivo de articular os países da região para uma agenda comum no contexto do tema. A Declaração, acordada por 22 países, organizações da sociedade civil, especialistas e organismos multilaterais da América Latina e Caribe, apresenta ações consideradas prioritárias para a população afrodescendente. O Brasil sediou a 1ª reunião do Grupo de Trabalho encarregado de elaborar um Programa de Trabalho para a Década dos Afrodescendentes da América Latina e Caribe.

Ainda no plano multilateral, no processo de discussão sobre a Agenda de Cairo, o Brasil participou da 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas, realizada em abril de 2014, em Nova Iorque. A atuação da delegação brasileira propôs incluir proposta de singularização de meta relativa ao combate ao racismo e à promoção da igualdade racial, bem como de contemplar a questão racial no conjunto das atividades do Plano de Ação de Cairo.

No âmbito regional, ocorreu a terceira Reunião Extraordinária da Rede Iberoamericana de Organismos e Organizações contra a Discriminação, na cidade de Buenos Aires. Em novembro, por ocasião da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Países Associados, a Comissão Permanente Discriminação, Racismo e Xenofobia decidiu sobre a criação de uma estrutura autônoma no Mercosul para tratar de assuntos afrodescendentes. Os estados-membros e associados comprometeram-se a encaminhar propostas para a criação de um Mercosul Afrodescendente, por ocasião da Presidência *Pro Tempore* do Brasil no Mercosul e Estados associados.

b) Políticas para Mulheres

b.1) Programa Mulher: Viver sem Violência

O Programa Mulher: Viver sem Violência está estruturado nos seguintes eixos: i) Casa da Mulher Brasileira; ii) ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; iii) organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; iv) Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca; v) Campanhas continuadas de conscientização; e vi) Unidades Móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta.

A Casa da Mulher Brasileira constitui-se em um espaço de acolhimento e atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, concentrando em um mesmo espaço físico os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento.

No ano de 2014, após as adesões realizadas pelos Governos Estaduais, Prefeituras das Capitais e dos Municípios de Fronteira Seca, dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Ministério Público e Defensorias Estaduais, foram iniciadas as obras das Casas da Mulher Brasileira em quatro capitais: Brasília, Campo Grande, Vitória e Curitiba. Além dessas, 21 unidades da Federação já iniciaram o processo de implementação das Casas no que se refere às obras.

Outra iniciativa foi o lançamento do Disque Denúncia Nacional da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, em março de 2014. A partir de então, o Ligue 180 assumiu a atribuição de receber, tratar e encaminhar denúncias de todas as formas de violência cometidas contra mulheres aos órgãos competentes da Segurança Pública e aos Ministérios Públicos de cada unidade da Federação. Desse modo, a Central Ligue 180 deverá buscar o serviço, não mais a cidadã. Mediante solicitação das usuárias, a Central fará o encaminhamento dos relatos ao órgão responsável pela investigação do ocorrido no Município.

Contando com a parceria de 21 Estados – AC, BA, CE, GO, MT, MS, MA, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RN, RS, RO, RR, SC, SE, SP e TO, além do DF –, no primeiro semestre de 2014 o Ligue 180 atendeu a 3.853 Municípios.

Quanto aos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca, os Municípios de Foz do Iguaçu/PR, Oiapoque/AP, Pacaraima/RR, Bonfim/RR, Brasiléia/AC, Corumbá/MS, Jaguarão/RS, Ponta Porã/MS, Santana do Livramento/RS e Tabatinga/AM já realizaram a adesão ao Programa para a adequação ou construção de novos espaços para atendimento. Esses serviços têm como principal objetivo ampliar o atendimento a mulheres migrantes em situação de violência, enfrentar o tráfico de pessoas e a exploração sexual, orientar a regularização de documentação, prestar atendimento psicossocial, disponibilizar assistência jurídica e fazer o encaminhamento à rede de serviços especializados.

Já no eixo da organização e humanização no atendimento dos serviços de saúde e no da melhoria na qualidade da coleta de vestígios de crimes sexuais, foi elaborada a Norma Técnica de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual. Também foram realizados, nos Estados de MG, PA, TO, AM, AC, AL, MS, PI, SE, RR, PR, BA, MA e ES, três cursos de capacitação envolvendo profissionais de saúde e de segurança pública para a implementação de serviços de referência. Hoje o Brasil conta com 273 serviços de saúde inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde para o atendimento à violência sexual.

Outro marco do ano de 2014 foi a entrega de mais 24 unidades móveis, totalizando 54 unidades, ampliando assim o atendimento às mulheres do campo e da floresta. Dentre as ações desenvolvidas por essas unidades móveis – envolvendo equipes multidisciplinares da Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Segurança Pública, Deams, Assessoria Jurídica, assistentes sociais, psicólogos, equipes de Cras e Creas – estão campanhas preventivas, palestras informativas e rodas de conversa sobre a violência contra a mulher e sobre a Lei Maria da Penha, atendimentos individuais e recebimento de denúncias, totalizando mais de 20 mil mulheres atendidas, em 2014.

Destaca-se também a instalação dos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e Floresta nos Estados do AC, AL, AM, AP, BA, CE, GO, ES, MA, MG, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RR, RS, SC, SE, SP e TO, além do DF. Compostos por representantes do governo e da sociedade civil, os Fóruns promovem ação conjunta no combate à violência contra as mulheres para acompanhar e viabilizar a implementação das Diretrizes para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, bem como planejar, articular e monitorar as ações das Unidades Móveis para o atendimento às mulheres do campo, da floresta, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e pescadoras.

Para chegar ainda mais próximo das mulheres das águas, desde janeiro de 2014, as mulheres da mata, do campo e das praias de água doce do Marajó/PA são atendidas pelo Programa Mulher: Viver sem Violência, por meio da agência barco da CAIXA. O percurso abrange oito dos 16 Municípios presentes na Ilha e, ao longo de 2014, foram realizadas oito viagens visando tanto o

diagnóstico da situação das mulheres e o oferecimento de acesso aos serviços públicos de proteção e combate a todas as formas de violência, quanto à articulação com gestores locais e movimentos sociais, em prol da formação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

b.2) Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

São eixos do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres:

- Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha;
- Ampliação e fortalecimento da Rede de Serviços para Mulheres em Situação de Violência;
- Garantia da segurança cidadã e acesso à justiça;
- Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e
- Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

Em 2014, foram estabelecidos 39 convênios com 35 entes federados para o fortalecimento de centros especializados por meio do fornecimento de equipamentos para Deams, Juizados, Núcleos Especializados dos Ministérios Públicos e das Defensorias Estaduais, fortalecendo políticas como a Patrulha Maria da Penha, no Estado do Rio Grande do Sul, destinada a fiscalizar o cumprimento da medida protetiva e acompanhar mulheres que foram vítimas de agressão.

Em 2014, a rede conta com: 235 Centros Especializados de Atendimento às Mulheres; 77 Casas Abrigo; 42 Núcleos de Atendimento Especializado da Defensoria Pública; 497 Delegacias de Atendimento à Mulher, 27 Núcleos e 105 Sessões em Delegacias Comuns, totalizando 573 serviços; 101 Juizados, Varas Especializadas e Varas Adaptadas; e 58 Núcleos de Ministérios Públicos Estaduais Especializados em Violência e Promotorias.

Outra ação que merece destaque no ano de 2014 é a campanha "Compromisso e Atitude: pela Lei Maria da Penha - a Lei é mais forte", com adesão de empresas públicas e privadas. Essa ação tem como principal objetivo unir e fortalecer os esforços no âmbito do sistema de justiça e de segurança pública, dar celeridade aos julgamentos dos casos de violência contra as mulheres e garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha.

No que se refere à discussão sobre o feminicídio, no primeiro trimestre de 2014, em parceria com o escritório brasileiro da ONU Mulheres, foi elaborado plano de trabalho para atividades a serem desenvolvidas ao longo de 2014 e 2015. O referido plano de trabalho está centrado em três eixos de ação: i) produção de conhecimento e ampliação do debate sobre feminicídio no Brasil; ii) adaptação do modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero; e iii) proposta de alterações legais sobre feminicídio.

Dentre as prioridades para 2015, estão: i) fortalecer as ações e estratégias do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Programa Mulher Viver sem Violência, garantindo maior capilarização das ações, ampliação, integralidade e humanização do atendimento a todas as mulheres; ii) dar continuidade à implementação das Casas da Mulher Brasileira nas demais capitais do País; iii) implementar os centros de fronteira seca nas dez cidades pactuadas; e iv) ampliar as unidades móveis de atendimento às mulheres do campo e da floresta, bem como de regiões metropolitanas.

Pretende-se também ampliar a Central 180, fortalecendo, assim, o seu alcance e reafirmando o seu papel de porta de entrada das mulheres aos serviços da Rede; adequar o Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres, assegurando melhores informações e

maior articulação com os sistemas de saúde, segurança pública e justiça; reformular os cursos e os materiais educativos utilizados para capacitação, formação e aperfeiçoamento da equipe de atendentes e de colaboradoras do Ligue 180. Há expectativa ainda de avançar na criação de mecanismo interinstitucional de monitoramento da aplicação das diretrizes para a investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, bem como para a produção de dados quantitativos sobre feminicídio no Brasil e de pesquisa com análise de mídia sobre feminicídio no País. Serão ainda desenvolvidos os acordos binacionais entre o Brasil e os demais países nessas regiões de fronteira seca, ampliando, assim, a parceria pelo fim da exploração sexual e do tráfico de mulheres, além da realização do Fórum Hemisférico – 20 anos da Convenção de Belém do Pará.

b.3) Autonomia Econômica, Direitos e Cidadania das Mulheres

O reflexo da garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas já vem se expressando em vários âmbitos, mesmo antes da sua plena regulamentação. Aumentou a adesão ao FGTS de trabalhadores domésticos, passando de 100 mil em 2013 para 170 mil registros, em 2014. A partir de agosto de 2014, passou a ser aplicada multa ao empregador que não assinar Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado doméstico, em função da Lei nº 12.964, de 8 de abril de 2014.

No Programa de Microcrédito, as mulheres são 64,10% do público tomador de crédito. Elas receberam 61,98% do valor total concedido no período (segundo trimestre de 2013) e 62,65% entre os clientes ativos do microcrédito produtivo orientado. No âmbito das políticas de microcrédito produtivo orientado articuladas ao Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Crescer oferece microcrédito produtivo orientado com taxas reduzidas e com orientação de agentes de crédito para a estruturação dos negócios. Entre os tomadores de crédito do Cadastro Único, 73% são mulheres (novembro de 2014). Elas correspondem a 53% dos microempreendedores Individuais inscritos no Cadastro.

No Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), na faixa de financiamento destinada à renda familiar de até R$ 1.600,00 por mês, mais de 80% dos contratos foram firmados diretamente com mulheres.

No Programa Minha Casa Minha Vida Rural (Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR), dos 77.183 contratos assinados desde sua criação, em 2009, 59.626 foram realizados no nome da mulher, que figura como participante principal, representando 77,25% do total de operações contratadas. As mulheres são 86% dos titulares de contratos no Programa.

Outra conquista foi a ampliação do número de donas de casa de baixa renda filiadas à Previdência Social, com 552.524 mulheres contempladas. Esse direito atende a uma reivindicação histórica do movimento de mulheres para garantir mais direitos e proteção social às mulheres que não entraram no mercado de trabalho em função do trabalho doméstico e de responsabilidades familiares.

No âmbito das ações de água para consumo, cerca de 70% dos beneficiários do Programa Cisternas são mulheres (dados de 2012 a maio de 2014); já para a ação de água para produção, o percentual é de 73% de mulheres beneficiárias (dados de 2012 a novembro de 2014).

O Programa Luz para Todos também levou à zona rural brasileira uma nova esperança para as mulheres das comunidades beneficiadas. 81,8% das entrevistadas consideraram que houve um aumento de segurança com a chegada do Programa em suas comunidades; 309.178 mulheres retomaram ou iniciaram os estudos, inclusive no período noturno; e 244.559 mulheres foram inseridas no mercado de trabalho ou iniciaram uma atividade produtiva, auxiliando nas despesas familiares.

Durante a Copa do Mundo FIFA 2014, promoveu-se o fomento de iniciativas para favorecer a inserção das mulheres no mundo do trabalho, incentivá-las a participar dos esportes e dar visibilidade às ações para a promoção da igualdade entre mulheres e

homens. O Pronatec Turismo, que buscou potencializar as oportunidades criadas pela Copa, ofertou 240 mil vagas em cursos em Hotelaria, Turismo e Lazer, Produção Alimentícia, Desenvolvimento Educacional e Social, entre outros. A participação das mulheres nesses cursos foi expressiva, preenchendo cerca de 72% das 166 mil matrículas. O processo de capacitação também criou condições para avançar em áreas como Gestão de Negócios, Informação e Comunicação, Segurança e outras tradicionalmente ocupadas por homens. A ampliação da presença das mulheres na Construção Civil é exemplo desses avanços, uma vez que a ocupação de 5% das posições de trabalho nas obras relacionadas aos estádios da Copa representou 75% a mais do que a média nacional.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, cujo objetivo é dirimir desigualdades e opressões e alterar o padrão discriminatório das relações de trabalho, em sua quinta edição tem a participação de 83 instituições e empresas públicas e privadas, alcançando quase um milhão de pessoas. Os participantes estão na fase de implementação do plano de trabalho acordado. A entrega do selo Pró-Equidade de Gênero e Raça está prevista para o segundo semestre de 2015. Em fevereiro de 2014, foi lançado o Manual de Práticas de Igualdade, para a divulgação das ações desenvolvidas pelas empresas participantes do Programa, sobre temas como: ampliação de benefícios, mudança na cultura organizacional das empresas, políticas de ascensão profissional, dentre outros. O objetivo foi incentivar mais organizações a participarem do Programa, além de registrar e divulgar a importância de ações de promoção da igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho.

Outro ponto relevante no desafio de ampliar a autonomia econômica das mulheres foi a realização da nova modalidade do Prêmio Apex na sua 5ª Edição, chamada de Igualdade de Gênero nos Negócios, que premia empresas brasileiras por seus posicionamentos e ações que melhor representem a geração de negócios em consonância com o respeito à igualdade de gênero e combate ao preconceito. A edição do "Prêmio Sebrae Mulher de Negócios 2013", cuja premiação ocorreu em fevereiro de 2014, reconheceu nove mulheres que conseguiram transformar seus projetos em histórias de sucesso. Criado em 2004, o Prêmio Sebrae Mulher de Negócios conta com a participação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil e da Fundação Nacional da Qualidade.

A série "Encontro com Mulheres Sindicalistas: Diálogos sobre o Mundo do Trabalho – Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres" contou com dois seminários, em 2014. Reunindo representantes da direção de sindicatos de todo o Brasil, as discussões e debates focaram nos avanços e desafios para a autonomia econômica das mulheres e nos caminhos para a criação de mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens e para coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural. Na mesma linha, foram realizados Seminários de Autonomia Econômica para aprofundar a análise sobre a situação das mulheres no mundo do trabalho e no processo de desenvolvimento do País.

Destaca-se que, em 2013, foi alterada a metodologia do Pronaf Mulher, ampliando para até R$ 150 mil o valor do contrato para propostas de crédito de mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção. As operações de crédito para mulheres no Plano Safra 2013/2014 atingiram 370.901 contratos. No Plano Safra de 2014/2015, foram assinados 160 mil contratos nestes últimos três meses, o que corresponde a R$ 1,13 bilhão, representando um aumento de 33% em relação ao período anterior.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem-se constituído como uma grande oportunidade para as mulheres agricultoras familiares. A participação das mulheres no PAA passou de 11,5%, em 2009, para 47,26%, em 2013. No exercício de 2014, de janeiro a junho, o número de mulheres beneficiárias fornecedoras do PAA já chega a 36% do total. Dados de 2013 apontam que 35% das mulheres acessaram a modalidade Cédula de Produto Rural (CPR) Doação/MDS e 50% acessaram a modalidade Cédula de Produto Rural (CPR)-Estoque/MDS/MDA. Porém, a participação geral das mulheres no PAA (CONAB/MDS/MDA), no ano de 2013, foi de 48%.

De 2011 a 2014, destacam-se como resultados das políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais o apoio a 6.720 mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) específica – com foco na produção agroecológica – e a capacitação de 82 técnicos de entidades executoras desses serviços de Ater. Nesse período, foram contratados 26 projetos, com investimento superior a R$ 21 milhões. Estratégias vêm sendo adotadas para ampliar e qualificar o atendimento das agricultoras familiares pela Ater mista por meio da garantia de que pelo menos 30% das equipes técnicas de Ater sejam compostas por mulheres; da garantia de que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres agricultoras; e da oferta de recreação infantil em todas as atividades coletivas de formação.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), além de disponibilizar a emissão gratuita dos documentos, promove ações de conscientização sobre a importância da documentação civil e trabalhista, e de orientação para acesso a políticas públicas nas áreas de reforma agrária, agricultura familiar e previdência social. Em 2014, até outubro, o PNDTR realizou 702 mutirões, atendendo 96.594 mulheres e emitindo 217.453 documentos. Em julho, foi entregue a carteira de identidade para a milionésima trabalhadora rural atendida pelo programa do Governo Federal.

b.4) Ações Temáticas e Articulação Institucional

Em parceria com o Ministério da Cultura, foi promovida a 2ª edição do Edital "Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais", lançada em meados de 2014. O valor do prêmio é de R$ 70 mil para contemplar os dez melhores projetos.

Na área educacional, foram aprovadas 21 propostas para o ano de 2015, referentes a Mulheres e relações de gênero no âmbito do Programa de Extensão Universitária, que financia ações de extensão e pesquisa-ação em universidades públicas, incentivando também a incorporação dessas temáticas na formação inicial.

Foi realizada a premiação da 9ª edição do "Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero", concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos para estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres e sensibilizar a sociedade para tais questões. Também foi lançada a 10ª edição do Prêmio, quando foram selecionadas as universidades que farão a avaliação externa do Prêmio. Destaca-se também o primeiro "Prêmio Rose Marie Muraro: Mulheres Feministas Históricas", destinado a mulheres com mais de 75 anos que contribuíram para a consolidação dos direitos das mulheres no Brasil. Foram selecionadas seis mulheres, dentre 11 concorrentes.

Promovendo uma agenda para o fortalecimento dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM), foram realizados cinco Encontros Regionais de Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres. Belém, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia foram as sedes desses Encontros, que contaram com a participação de 353 gestoras de OPM. Em 2014, o número de OPM chegou a 683, sendo 25 estaduais e 658 municipais. Dos 5.570 Municípios, 12,26 % possuem estes Organismos. A Região Nordeste foi a que mais se destacou na criação de OPM, proporcionalmente ao número de Municípios existentes (19,34%).

No intuito de contribuir para a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), foi elaborado o Instrumento de Monitoramento e Acompanhamento da PNAISM e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM 2013-2015), em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde. O instrumento permitirá identificar os resultados das atividades das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde em relação aos objetivos gerais e específicos desta Política e deste Plano, assim como contribuir para reflexões sobre a pertinência de manter ou modificar as estratégias inicialmente planejadas.

Em parceria com o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi realizada uma análise do Censo Demográfico 2010 a partir de indicadores sociodemográficos e socioeconômicos até o nível geográfico municipal, disponível no *link* http://www.ibge.gov.br. Também organizou-se o Sistema Nacional de Indicadores de Gênero. Os temas abordados são: população; famílias; migração; pessoas com deficiência; habitação; educação; mercado de trabalho; e rendimento. Os indicadores foram construídos a partir do questionário do Censo de 2010 e, sempre que possível, há comparação desses indicadores com o Censo de 2000.

b.5) Ações Internacionais

Destaca-se a participação ativa de delegações brasileiras em foros internacionais, como a 58ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, que teve como tema prioritário Desafios e Avanços na aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para Mulheres e Meninas.

Em resposta às recomendações feitas pelo Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher ao 7º Relatório Periódico Nacional foram apresentadas as ações desenvolvidas pelo Governo brasileiro nos últimos dois anos, relacionadas ao tráfico de pessoas e ao acesso das mulheres a serviços de saúde, bem como de redução da mortalidade infantil. O Governo elaborou o Relatório Beijing + 20, que relata os avanços na implementação da Plataforma de Ação de Beijing nos últimos cinco anos.

O Brasil também tem atuado nos foros regionais no sentido de fortalecer as instâncias de representação dos mecanismos governamentais de políticas para as mulheres. No primeiro semestre de 2014, participou da oficina "As mulheres e a igualdade de gênero na área socioprodutiva do Mercosul", que integrou diferentes instâncias do bloco em busca de soluções de trabalho conjunto.

Em 2014, foi reativada a Reunião de Ministras de Igualdade de Gênero e Empoderamento da Mulher da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que, em seu terceiro encontro, realizado em Maputo, sob o tema Os Desafios na Prevenção e Eliminação da Violência Baseada em Gênero, lançou a campanha contra a violência "Eu Dou a Cara".

No âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, o Brasil participou, na qualidade de Vice-Presidente, da 50ª Reunião da Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe. O Brasil tem participado ativamente das negociações de uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e na elaboração de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na defesa da inclusão de um objetivo específico de gênero, assim como da transversalidade do tema em toda a agenda.

c) Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

O Governo Federal tem avançado na construção e implementação de uma política de Estado que respeite a diversidade cultural dos povos indígenas. Nesse sentido, o diálogo entre Governo e povos indígenas foi aprofundado por meio da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e dos 33 Comitês Regionais instalados desde a reestruturação da Funai, com previsão de instalação dos quatro restantes em 2015.

No ano de 2014, foram pactuados 37 projetos indigenistas alicerçados nas diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 e convocada a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, a se realizar em 2015.

Também tiveram continuidade em 2014: o projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Gati); o curso de formação continuada em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) para gestores indígenas e não indígenas;

e a elaboração e a implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs), com editais para os biomas amazônico, caatinga e cerrado. Os Planos de Gestão para Terras Indígenas situadas na Mata Atlântica e nos Pampas Sulinos serão objetos de edital em 2015.

Quanto aos projetos e processos de etnodesenvolvimento que visam à implementação desses planos, foi ampliada a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural por meio de chamadas públicas, em parceria com o MDS e o MDA, aliadas ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Espera-se lançar sete chamadas específicas para atender algumas das regiões mais vulneráveis do País, em 10 Estados (AC, AM, RR, MT, MS, RS, BA, AL, PE e CE).

Vêm sendo apoiadas as cadeias produtivas prioritárias no Brasil indígena com destaque à cadeia do Pirarucu (*Arapaima gigas*) na bacia do Rio Purus, que vem ganhado visibilidade entre os indígenas e suscitando intercâmbios e interesse de cooperação mútua entre os povos *Paumari* e *Apurinã*. No campo da agregação de valor dos produtos indígenas, iniciativas como o Guaraná *Sateré-Mawé*/AM e o Mel do Xingu/MT destacam-se, respectivamente, pelos avanços na certificação no comércio justo internacional e no comércio de produtos orgânicos para redes de supermercados brasileiros.

Nesse contexto, foi publicada, no ano de 2014, a Portaria Interministerial MJ e MDA que institui o selo de origem dos produtos indígenas, visando, ao identificar a origem étnica dos produtos, agregar valor a esses produtos no contexto do desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas.

Busca-se organizar uma estratégia institucional de enfrentamento a situações de arrendamento em terras indígenas mediante pactuação de metas conjuntas, além do apoio a processos de turismo de base comunitária em terras indígenas e do mapeamento das boas práticas nas cadeias produtivas prioritárias.

No tocante ao licenciamento ambiental, buscou-se garantir a defesa dos direitos dos povos e terras indígenas impactados por empreendimentos de grande relevância, tendo sido acompanhados mais de 821 processos com diferentes graus de complexidade. Em 2015, tem-se como desafio o aprimoramento institucional e a sensibilização de outros setores no que concerne ao componente indígena nos processos de licenciamento ambiental, bem como a promoção da participação dos povos indígenas em todas as etapas, em consonância com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.

No âmbito do Programa Bolsa Permanência do MEC foram apoiados financeiramente 879 estudantes indígenas no ensino superior. Também foram concedidos apoios técnico e financeiro a projetos educativos comunitários de valorização da cultura e da língua indígena e de promoção da sustentabilidade quanto à construção de projetos político-pedagógicos de escolas indígenas, elaborados junto a secretarias estaduais e municipais de educação e instituições parceiras. Nesse contexto, cabe especial atenção ao Projeto Ibaorebu, desenvolvido pela Funai e Instituto Federal do Pará junto aos Munduruku. As atividades de implantação dos territórios etnoeducacionais, sob responsabilidade do MEC, foram acompanhadas pela Funai, com particular atenção para territórios com presença de povos indígenas de recente contato (*Yanomami*/*Yekuana* e Rio Negro).

Em articulação com Estados e Municípios, realizaram-se mutirões para acesso à documentação básica que proporcionaram a emissão de cerca de 13 mil documentos civis em 2014. Só de Registros Civis de Nascimento indígenas, foram mais de seis mil emissões. O acesso dos povos indígenas ao Registro Civil de Nascimento, em 2014, foi impulsionado mediante ações de qualificação, por meio de oficinas, da rede de atendimento que presta serviços de documentação, incluindo cartórios, Centros de Referência em Assistência Social e Conselhos Tutelares.

O Cadastro Único registra atualmente o cadastro de mais de 139 mil famílias indígenas, 105 mil das quais beneficiárias do Programa Bolsa Família. Parceria entre Funai, Conab e MDS, a Ação de Distribuição de Alimentos para indígenas entregou, entre janeiro e outubro de 2014, 175.363 cestas básicas.

No âmbito do Minha Casa Minha Vida Rural (Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR), autorizou-se a construção de 2.271 casas, envolvendo mais de 15 Terras Indígenas. Foram enviados recursos para a manutenção de 100 km de estradas vicinais e autorizada a construção de dez Unidades Básicas de Saúde, cinco quadras de esporte, um campo de futebol e um Centro de Referência de Assistência Social em terra indígena.

Quanto à promoção de direitos territoriais indígenas, foram aprovados Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação das Terras Indígenas *Herarekã-Xetá*/PR e *Xacriabá*/MG. O Ministério da Justiça declarou a Terra Indígena Paquiçamba/PA de posse permanente do povo indígena Juruna. Foram demarcadas fisicamente, ainda, três Terras Indígenas no Estado de Santa Catarina: *Pindoty, Piraí* e *Tarumã*. No processo de indenização de benfeitorias consideradas de boa-fé, foram indenizadas 124 ocupações nas Terras Indígenas: Apurinã do Igarapé São João (AM), Arara da Volta Grande do Xingu (PA), Arara do Rio Amônia (AC), Boa Vista (PR), Morro dos Cavalos (SC) e Nonoai (RS).

Além da desintrusão integral da Terra Indígena *Yanomani*, resolvendo uma pendência histórica do Estado brasileiro, foi realizada, em atendimento à decisão judicial, a extrusão de não índios da Terra Indígena *Awá* (MA), além do desfazimento das benfeitorias existentes, garantindo ao povo *Awa-Guajá* a posse plena sobre seu território demarcado.

No intuito de garantir a proteção territorial das terras indígenas, foram realizadas pela Funai, em parcerias com a Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal, Batalhões Ambientais, o Ibama e o ICMBio, 376 ações voltadas à fiscalização e monitoramento territorial da terras indígenas, atuando em 238 Terras Indígenas. Dentre as operações de combate aos ilícitos ambientais, cabe destaque às operações de retirada de garimpeiros ilegais e desfazimento de pistas de pouso clandestinas das terras indígenas *Yanomami* (RR e AM) e *Kayapó* (PA), focos históricos de atuação de garimpeiros ilegais.

As ações de fiscalização realizadas pela Funai em parceria com outros órgãos públicos, bem como ações de prevenção e capacitação realizadas em parceria com os indígenas, foram fundamentais para que as terras indígenas continuem sendo as áreas mais protegidas ambientalmente, segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes), tendo apresentado inclusive diminuição da taxa de desmatamento, com uma média de redução de aproximadamente 16% ao ano, no período de 2008 a 2013.

Por meio de Termo de Cooperação Técnica com o Ibama, foram realizadas 70 ações conjuntas de prevenção, monitoramento e combate a incêndios florestais, incluindo a formação de Brigadas Federais Indígenas, culminando com a significativa redução da degradação e do desmatamento em razão de incêndios florestais.

As Frentes de Proteção Etnoambiental que atuam na Amazônia Legal realizaram atividades permanentes e ininterruptas de proteção territorial e monitoramento de 26 grupos indígenas isolados confirmados, assim como sete expedições de confirmação da presença de índios isolados.

Na política de proteção dos povos indígenas isolados, a Funai participou do Programa Marco Estratégico para Elaboração de uma Agenda Regional de Proteção de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Ainda na perspectiva de proteção de povos indígenas isolados em região de fronteira, foi firmado Termo de

Cooperação junto ao Vice Ministério de Interculturalidade do Peru, por meio do qual foi elaborado plano de trabalho com vistas a responder situações de crises.

A fim de minimizar impactos socioculturais e conter surtos epidêmicos, foram executados dois Planos de Contingência, em virtude do contato realizado com dois povos isolados, *Korubo* e *Xinane*, nos Estados do Acre e Amazonas, cuja população de 40 indivíduos, até o momento, não registrou óbitos nem conflitos no processo de contato.

No que diz respeito às políticas de valorização cultural dos povos indígenas, dentre as principais ações desenvolvidas, em 2014, estão: i) realização de campanha de sensibilização dos direitos dos povos indígenas; ii) conclusão de 50% das obras de construção do Centro Audiovisual de Goiânia; iii) implementação do projeto de digitalização do acervo textual da Fundação e do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), garantindo o resgate da história do indigenismo no Brasil; iv) consolidação dos trabalhos no âmbito do projeto de documentação de línguas, culturas e acervos indígenas, sobretudo a capacitação e formação de pesquisadores indígenas, que já se estende hoje a 130 aldeias situadas em 45 Municípios de 13 Estados, beneficiando, direta ou indiretamente, uma população de 35 mil pessoas, pertencentes a 37 etnias distintas; v) preservação, conservação, documentação e divulgação de 41.700 bens culturais existentes e novos adquiridos durante o ano, para a formação de coleções contemporâneas de cultura material; vi) promoção e processamento, em termos de apoio financeiro e técnico, de 60 atividades de valorização das culturas indígenas; vii) desenvolvimento de 35 projetos de pesquisa e documentação, em parceria com populações indígenas de todas as regiões do País; viii) capacitação de 47 pesquisadores indígenas; e ix) produção editorial de 25 publicações voltadas para a divulgação dos resultados dos trabalhos de pesquisa e documentação.

Para 2015, pretende-se dar continuidade à política de divulgação da cultura indígena por meio de publicações bibliográficas e exposições itinerantes; entregar às comunidades indígenas dossiês, elaborados com a participação dos pesquisadores de cada etnia, contendo o conjunto de materiais referentes às suas culturas; dar continuidade ao trabalho de digitalização da documentação indigenista oficial, bem como do acervo etnográfico; e finalizar as obras de construção do Centro Audiovisual Goiânia.

A Funai empreendeu esforços em 2014 para incrementar o controle dos ingressos nas Terras Indígenas, buscando estabelecer e atualizar protocolos de intenções com instituições de pesquisa e de controle, como CNPq/MCTI e CONEP/MS, com a finalidade de embasar os processos com informações ainda mais qualificadas e o devido monitoramento dessas pesquisas científicas em terra indígena. Nesse sentido, em 2014, foram emitidas cerca de 90 autorizações de ingresso nessas terras.

Na área da educação, a Funai executou 25 projetos em parceria com instituições de direito público e privado, voltados ao etnodesenvolvimento, à implantação dos territórios etnoeducacionais, à elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs), bem como ao estabelecimento de cadeias produtivas com a consolidação de suas boas práticas.

No contexto internacional, o ano de 2014 propiciou maior inserção dos temas relacionados aos direitos dos povos indígenas em espaços de debate, como o Foro Permanente da ONU e a Conferência Mundial dos Povos Indígenas. Além disso, houve avanços em discussões multilaterais sobre os direitos dos povos indígenas em áreas de fronteira, espaços regionais (OTCA e Mercosul), mudanças climáticas (COP-20 da UNFCCC), conservação da biodiversidade (Conferência Mundial de Parques, da IUCN, e intercâmbios no exterior), bem como no contexto da agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015.

Como perspectivas para 2015, estão previstas a elaboração de normativas que regulamentem a atividade de etnoturismo em terras indígenas e a implementação da Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência e Promoção de Segurança Pública aos Povos e Terras Indígenas. Também estão previstas ações com a finalidade de promover maior inserção da temática indígena

em políticas públicas e a constituição de Grupo de Trabalho Interministerial visando à qualificação do Programa Minha Casa Minha Vida para povos indígenas.

No campo da saúde, as Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena realizaram, em todos os 34 Distritos Especiais de Saúde Indígena (Dsei), 304.624 atendimentos médicos, 1,5 milhão de atendimentos de enfermagem, 454.290 atendimentos odontológicos e 2,8 milhões de atendimentos por técnicos de enfermagem. No tocante às ações de atendimento para grupos prioritários, foram realizados 35.932 atendimentos a gestantes e 65.167 atendimentos a crianças menores de um ano de idade. Com relação à atuação dos agentes indígenas de saúde, foi realizado 1,4 milhão de atendimentos aos 305 povos indígenas. Além das ações de atenção básica, foram realizadas duas expedições clínico-cirúrgicas, com a realização de 501 cirurgias de médio porte, incluindo oftalmológicas e odontológicas, 2.699 atendimentos médico-odontológico e 5.278 exames e procedimentos. Quanto às ações de imunização, em 2014, 36.497 crianças menores de sete anos completaram o esquema vacinal, o que corresponde a 70,7 % da população-alvo. Durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 146.646 doses de vacina em 120,2 mil indígenas.

Com o intuito de aprimorar o atendimento à saúde nas áreas indígenas, foi ampliado o contingente de profissionais, tendo sido incorporados 311 médicos, sendo seis originários do Programa de Valorização dos Profissionais de Atenção Básica e 305 do Projeto Mais Médicos para o Brasil. Foram qualificados, ainda, 863 profissionais em diversas áreas de atuação na atenção à saúde indígena, saneamento e edificações, controle social e gestão.

Quanto ao Controle Social, foram realizadas seis reuniões do Fórum de Presidentes de Conselho Distrital de Saúde Indígena, 105 de Conselhos Distritais de Saúde Indígena, 468 de Conselhos Locais de Saúde Indígena, quatro reuniões da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e capacitados 2.152 conselheiros de saúde indígena.

Para 2015, estão previstas as seguintes ações: i) ampliação do percentual de população indígena menor de sete anos com esquema vacinal completo para 80%, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde; ii) inserção de 14 DSEI na participação das unidades componentes dos Planos de Ação da Rede Cegonha; iii) implantação de 220 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas; e iv) entrega de 13 Casas de Apoio à Saúde do Índio reformadas ou construídas.

6. Direitos Humanos

a) Pessoas com Deficiência

a.1) Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite

Ao todo, 25 Estados, o Distrito Federal e mais de mil Municípios aderiram ao Plano Viver sem Limite, como resultado da articulação intergovernamental e da indução das ações federais aos demais entes para a consolidação de políticas públicas de promoção dos direitos das pessoas com deficiência. As adesões ao Plano, aliadas à ação de fortalecimento de conselhos empreendida pelo Governo Federal desde 2011, resultaram num processo de expansão de conselhos estaduais e municipais dos direitos da pessoa com deficiência, cujo número saltou de pouco mais de 200 para 580.

No eixo Acesso à Educação do Plano Viver sem Limite, entre 2011 e 2014, destacam-se: i) entrega de mais de 15 mil novas salas de recursos multifuncionais, com equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos para atendimento educacional especializado; ii) entrega de 14.851 *kits* de atualização de salas de recursos multifuncionais; iii) destinação de recursos a mais de 40 mil escolas para a adequação arquitetônica; iv) aquisição de 2.304 ônibus para o transporte escolar acessível; v) realização de mais de

17 mil matrículas de pessoas com deficiência no Pronatec; vi) destinação de recursos a 59 universidades federais para garantia da acessibilidade; vii) autorização para contratação de 606 intérpretes de Libras nas instituições federais de ensino; viii) criação de 20 cursos de Letras e Libras previstos; ix) criação de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue; e x) ampliação, por busca ativa, do número de crianças e adolescentes beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) matriculadas na escola.

O Censo Escolar 2013 apurou, na educação básica, 843.342 matrículas de estudantes público-alvo da educação especial, dentre as quais 648.921 são em classes comuns do ensino regular, o que equivale a uma taxa de 77% de inclusão. Considerando apenas as matrículas na rede pública de ensino, obteve-se uma taxa de 92% de inclusão.

No eixo Atenção à Saúde, destacam-se: i) extensão da Fase IV do Teste do Pezinho (triagem neonatal) para todos os Estados; ii) qualificação de 75 maternidades para o teste da orelhinha (triagem auditiva neonatal); iii) publicação de Diretrizes Terapêuticas: triagem auditiva neonatal, síndrome de down, pessoa amputada, lesão medular, paralisia cerebral, transtorno do espectro do autismo, traumatismo crânio-encefálico, acidente vascular cerebral, saúde ocular na infância e síndrome pós-poliomielite; iv) habilitação e funcionamento de 123 Centros Especializados em Reabilitação, com aquisição de 108 veículos de transporte acessível; v) implantação de 24 oficinas ortopédicas, com capacitação de 3.486 profissionais em órteses e próteses de nível superior; vi) qualificação de 484 Centros de Especialidades Odontológicas para atender pessoas com deficiência; vii) entrega de equipamentos a 81 hospitais para implantação dos Centros Cirúrgicos; e viii) capacitação de 5.674 técnicos em saúde bucal.

Em 2013, foram concedidas 3,6 milhões de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM) e, entre janeiro e novembro de 2014, foram concedidas 4.056.040 de OPM para pessoas com deficiência. Destaca-se, ainda, a inclusão de 15 novos procedimentos à Tabela de Procedimentos do SUS, tais como manutenção e adaptação de OPM, novos modelos de cadeiras de roda, como cadeira de rodas motorizada (adulto e infantil), cadeira de rodas monobloco e cadeiras de rodas para pessoas acima de 90 kg, além de *kit* sistema FM para pessoas com deficiência auditiva, com uma produção de 39.823, de janeiro a novembro de 2014. Ainda no final do ano de 2014, por meio da Portaria MS nº 2.723/2014, foram incorporadas sete novas OPM, sendo elas: materiais elásticos para reabilitação; tábua (prancha) para transferência; cinta para transferências; mesa de atividades para cadeira de rodas (tábua mesa); almofada de assento com células de ar interconectadas; almofada de assento para cadeira de rodas para prevenção de úlceras de pressão (simples); bengala de 4 pontas.

No eixo Inclusão Social do Plano Viver sem Limite, destacam-se: adesão de 1.379 Municípios ao Acessuas – integração dos usuários da assistência social ao mercado de trabalho; implantação de 74 Residências Inclusivas em funcionamento, que oferecem proteção integral a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência; e implantação de 12 Centros-Dia de Referência, para oferta de cuidados durante o dia a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, em apoio aos cuidados familiares.

No eixo Acessibilidade, destacam-se: i) contratação de 954.005 unidades adaptáveis e entrega de mais de 11 mil *kits* de adaptação no Minha Casa, Minha Vida; ii) implantação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, com apoio a 91 núcleos; iii) concessão de microcrédito com juros subsidiados, pelo Banco do Brasil, para aquisição de produtos de tecnologia assistiva, da ordem de R$ 156 milhões; e iv) implantação do Centro Tecnológico Cães-Guia de Camboriú/SC e avanços na construção de outros seis (Muzambinho/MG, Urutaí/GO, Alegre/ES, Limoeiro do Norte/CE, Manaus/AM e São Cristóvão/SE).

O Plano também foi inovador ao disponibilizar o Observatório do Viver sem Limite, portal que permite a consulta, por todos os cidadãos, sobre os equipamentos e serviços entregues à população, com organização das informações por Estado e Município.

Em 2015, o Programa Viver sem Limite promoverá a continuidade das ações para implementação e consolidação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, além de ampliar o acesso ao cuidado integral à pessoa com deficiência.

a.2) Centrais de Intérpretes de Libras

O objetivo da implantação das Centrais é garantir o atendimento de qualidade às pessoas com deficiência auditiva, por meio de serviços de tradução e interpretação; viabilizar o acesso a serviços públicos e informações diversas; e ampliar a comunicação e a interação entre ouvintes e surdos.

O modelo de unidade da Central de Intérprete de Libras prevê vinculação a órgãos dos governos locais, que devem fornecer recursos humanos, espaço físico e infraestrutura para o funcionamento de cada unidade, facilitando a disponibilização de informações sobre serviços públicos.

Em 2014, são 53 Centrais em implantação em 24 Estados e no Distrito Federal. Há previsão de equipagem de mais 50 Centrais de Intérprete de Libras, em 2015, com carros, computadores, impressora, *webcam*, telefone e mobiliário.

a.3) Acessibilidade

Em 2014, entraram em vigor as exigências de acessibilidade no transporte aéreo, com novas obrigações para aeroportos e empresas aéreas, conforme Resolução da ANAC nº 280/2013. Inovações mundiais em acessibilidade, como o premiado Sistema Elo, da Infraero, também foram resultado do empenho do Governo Federal com a inclusão de pessoas com deficiência no transporte aéreo.

O ano de 2014 também marcou diversas melhorias da acessibilidade no turismo. O Guia Turismo Acessível (http://turismoacessivel.gov.br), portal colaborativo, informa turistas com deficiência sobre a acessibilidade de meios de hospedagem, restaurantes e outros estabelecimentos, compondo o Programa Turismo Acessível. Além disso, a Portaria MTur nº 119/2014 dispõe sobre a exigência do cumprimento das normas de acessibilidade do Inmetro e da ABNT, por todos os prestadores de serviços de transporte turístico.

Nas telecomunicações, o tempo de legenda oculta obrigatória na TV digital aberta passou de 12h para 16h/dia em julho de 2014 e, nas eleições, passou a ser obrigatória, em todos os debates televisionados, a veiculação de legendas ou janelas de Libras, expressivas conquistas para os cerca de 10 milhões de pessoas com deficiência auditiva no País. No âmbito da cultura, foram realizadas consultas públicas para instituir a exigência de audiodescrição e legenda descritiva em todas as produções audiovisuais apoiadas com recursos do Governo Federal e se estuda forma de induzir distribuidores e exibidores a disponibilizarem produções acessíveis a todo o público do cinema nacional.

Para o ano de 2015, pretende-se estabelecer requisitos mínimos de acessibilidade para terminais rodoviários e pontos de parada; ampliar a exigência de audiodescrição na TV digital aberta de 4 para 6 horas semanais; e impulsionar as ações necessárias ao legado de acessibilidade dos Jogos Rio 2016, principalmente nos centros de treinamento e nos aeroportos.

a.4) Aposentadoria para a Pessoa com Deficiência

Desde fevereiro de 2014, a avaliação multiprofissional para a concessão da aposentadoria especial por tempo de contribuição e por idade ao trabalhador com deficiência afiliado ao Regime Geral da Previdência Social vem sendo agendada e realizada em todo o Brasil. Esta ação é resultado da Lei Complementar nº 142, de 2013, que regulamentou a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e demais normativos. Até agosto de 2014, foram feitas 31.511 solicitações de análise documental para concessão desse benefício, que resultaram no agendamento de 9.157 perícias.

Em 2015, será dada continuidade aos esforços para a aprovação e regulamentação do projeto de lei que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência.

a.5) Plano Internacional

O Brasil tem assumido maior protagonismo na construção da agenda internacional de promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Inicialmente, cabe registrar a indicação de nosso país durante a realização da 7ª Conferência dos Estados Partes (COP) da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência para compor o Bureau Executivo da COP.

No campo da cooperação internacional, deve ser destacado o engajamento do Brasil na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mediante cooperação técnica estabelecida pelo projeto de fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais dos países da CPLP, cujo marco inicial foi a visita técnica a Moçambique, em novembro de 2014, com o intuito de preparar os atores envolvidos para capacitações que serão realizadas em 2015. Também foi estabelecido mecanismo permanente de diálogo bilateral e cooperação técnica entre Brasil e Portugal, com a assinatura de Memorando de Entendimento para intercâmbio de boas práticas na promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Cabe ressaltar a atuação brasileira junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), como membro do Comitê encarregado de monitorar a implementação da Convenção Interamericana para a Erradicação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência e acompanhar o cumprimento do Plano da Década das Américas pelo Direito e a Dignidade das Pessoas com Deficiência (2006-2016). No contexto regional, merece nota o fortalecimento da Comissão Permanente de Promoção e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados, por meio da articulação de metas comuns a serem cumpridas de 2015 até 2016.

Em 2015, o Brasil deverá reforçar sua atuação no cenário internacional nos principais foros internacionais (ONU - Bureau Executivo da COP, OEA - Ceddis Comitê Interamericano, e Mercosul - Comissão Permanente sobre Deficiência). No campo da cooperação internacional, será dada continuidade ao projeto de cooperação com a CPLP, com a conclusão da etapa referente a Moçambique e o início das etapas para Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Timor Leste e Guiné Bissau. Além disso, serão mantidas as iniciativas no campo das tecnologias da informação e da comunicação e seu papel para a inclusão da pessoa com deficiência.

b) Criança e Adolescente

b.1) Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

Em 2014, foram desenvolvidas oficinas e encontros que priorizaram a disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, incidindo na elaboração ou atualização dos Planos Estaduais e Municipais.

Nesse ano, a Comissão Intersetorial, formada por órgãos governamentais e não governamentais e que tem como objetivo a articulação das ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, buscou garantir: a disseminação do Plano Nacional Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; e o monitoramento da Matriz 2 da Carta de Estratégia que trata da Estratégia Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual e outras Violências Contra Crianças e Adolescentes.

Dentre as principais ações de 2014, compreende-se a ampliação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (Pair), cuja presença já é registrada em todos os Estados e em 177 Municípios. O acompanhamento

das ações diretas do Pair foi realizado, também, no âmbito da Agenda de Convergência Grandes Eventos, onde foram instituídas comissões locais nos Estados do CE e RS e criado um Grupo de Trabalho para a construção da Agenda de Convergência Grandes Obras e Empreendimentos, com foco na proteção de direitos humanos de crianças e adolescentes em continuidade à cooperação firmada com 163 empresas brasileiras, que assumiram sua responsabilidade social, por meio de Declaração de Compromisso.

Para 2015, está prevista a apresentação dos resultados de mais uma edição do Projeto Mapear, que tem como foco a identificação de pontos vulneráveis à violência sexual nas rodovias federais. Outra meta é a elaboração de Protocolo Padrão de Procedimentos para Atuação em Casos de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, resultante do Grupo de Trabalho para a Proteção das Crianças e dos Adolescentes Vítimas de Violência Sexual, formalizado em 2014.

O programa Turismo Sustentável e Infância visa à prevenção e ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo brasileiro. Uma série de encontros de mobilização contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo mobilizou cerca de 1,5 mil multiplicadores, entre guias de turismo, agentes de saúde, estudantes, policiais, educadores, representantes de organizações, empresários de hotéis, bares e restaurantes, dentre outros.

Entre 2013 e 2014, foram distribuídos 728.839 materiais publicitários relacionados à campanha de proteção à infância durante o período de Carnaval e Copa do Mundo FIFA 2014. Em 2014, até outubro, já foram capacitadas 1.645 pessoas, em 16 Estados, na temática de prevenção à exploração de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas e trabalho infantil. Ações como o lançamento do Manual do Multiplicador são fortalecidas com palestras sobre a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes em diversas cidades, incluindo capitais que não foram sede da Copa do Mundo.

b.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

O reordenamento do sistema socioeducativo e a desativação das unidades consideradas impróprias são importantes para proporcionar infraestrutura digna no atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Com esse foco, durante o ano de 2014, foram formalizadas três novas parcerias para a construção de Centros de Atendimento Socioeducativo para Internação em GO, MG e SE. Para formalização em 2015, já estão em análise sete novos projetos, sendo quatro para construção de Núcleos de Atendimento Integrado, em SC, TO, AC e BA, uma Unidade de Semiliberdade em TO e dois Centros Socioeducativos no RS.

Além disso, em atendimento ao previsto no Plano Nacional, foram pactuadas 10.834 vagas em cursos de formação inicial e continuada para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, no âmbito do Pronatec.

Em maio de 2014, foi publicada Portaria MS nº 1082/2014, que redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei para o atendimento aos adolescentes em medidas socioeducativas. A partir disso, foram promovidos seminários em 20 Estados, com representações de diversos Municípios, para apresentação e pactuação da Política.

b.3) Sistema de Garantia de Direitos

Uma das prioridades na política de fortalecimento de conselhos é a criação de conselhos tutelares em 100% dos Municípios, visando à universalização dos serviços e garantindo, assim, os direitos de crianças e adolescentes.

Para garantir melhores condições de funcionamento e infraestrutura para o trabalho desses órgãos colegiados, o Governo Federal vem, desde 2013, trabalhando para repassar aos conselhos tutelares um conjunto de equipagem contendo: carro, computadores, impressora multifuncional, refrigerador e bebedouro. Em 2014, 855 conselhos tutelares foram contemplados.

A meta para 2015 é a aquisição de dois mil conjuntos de equipamentos para distribuição aos conselhos tutelares. Também para 2015 prevê-se que todas as capitais do País possua um Conselho Tutelar de Referência, com base em projeto arquitetônico que garanta um espaço seguro, confortável e também sustentável para o atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias.

O Programa de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares – Escola de Conselhos vem proporcionando a esses atores a formação e aperfeiçoamento para o exercício de suas funções enquanto defensores de direitos humanos. Atualmente, existem 13 escolas de conselhos: AL, BA, ES, MG, PA, MT, PE, RO, SE, SC, TO, PR e MS. A meta para 2015 é implementar uma Escola de Conselho em cada Estado e no Distrito Federal.

b.4) Convivência Familiar e Comunitária

Em 2014, foi realizada a capacitação dos conselheiros estaduais dos direitos da criança e do adolescente de todas as unidades federadas para a elaboração e formulação dos Planos Estaduais de Convivência Familiar e Comunitária. Oito Estados contam com planos estaduais elaborados e 19 encontram-se em processo de elaboração (CE, ES, RN, AC, PA, MT, GO, RR, PE, RJ, RS, BA, SC, AL, TO, AM, SP, PR e RO).

No contexto do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres, foi realizada, em 2014, Conferência Livre, em que foi possível promover a integração das políticas públicas de proteção integral desses grupos à Política de Proteção e Defesa Civil, tendo em vista novos paradigmas propostos pela 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil. Além disso, formalizaram adesão ao Protocolo os Estados da BA, ES, GO, MG, PB, RS, SP, o Distrito Federal e os Municípios de Campinas/SP e Jaboatão dos Guararapes/PE.

Destaca-se, ainda, a aprovação da Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, "Lei Menino Bernardo", para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.

Em 2015, buscar-se-á: i) efetivar a implementação dos Planos Estaduais de Convivência Familiar e Comunitário já lançados e apoiar a elaboração dos planos nos demais Estados; ii) promover o atendimento de famílias com crianças e adolescentes submetidos a castigos físicos e tratamento cruel e degradante e à realização de campanhas de divulgação da Lei nº 13.010, de 2014; iii) elaborar a Política Nacional de Promoção dos Direitos da Crianças e Adolescentes em Situação de Rua; iv) aprimorar o cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos; e v) elaborar o Plano Operativo do Plano Nacional da Primeira Infância.

b.5) Ações de Articulação

Em 2014, no âmbito da Agenda de Convergência para Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e da População em Situação de Rua, no contexto dos Megaeventos, foram criados Comitês Locais de Proteção à Infância em seis Cidades-sede do mundial, que se somaram às seis em que já haviam sido implementados por ocasião da Copa das Confederações. Assim, nos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, a Agenda mobilizou mais de 2,5 mil profissionais para realizar ações de proteção a meninos e meninas, atuando em Plantões Integrados, Espaços de Convivências e Equipes Itinerantes que percorriam os estádios e os locais das *Fan Fests*.

Paralelamente, foram criadas estratégias de articulação com foco na repressão a todos os tipos de violência contra crianças e adolescentes, como: mobilização da Polícia Civil em oito Estados (CE, BA, SP, RJ, MT, AM, RS, PR) e o DF; Operação Proteja Brasil I, junto à Polícia Federal; Operação Ágata 8 nas fronteiras, realizada pelo Ministério da Defesa; e publicação da Portaria Interministerial MJ/SDH nº 876/2014, que proíbiu a entrada no País de estrangeiros cujos nomes constem em bases de dados internacionais de pessoas

c) Programas de Proteção

Em 2014, no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Provita) foram atendidas cerca de 700 vítimas e testemunhas de crimes por meio dos programas do Distrito Federal e de 16 Estados, além do Programa Federal. Destaca-se, também, a consolidação dos dados de proteção referentes aos anos de 2011 a 2013, com elaboração de indicadores referentes a dados sociodemográficos, ao fluxo de atendimento dos casos de proteção, ao perfil dos crimes mais associados à proteção, dentre outros.

Para 2015, tem-se como metas do Provita: i) criação de Fórum de Gestores dos Programas de Proteção, composto por representantes das Secretarias Estaduais convenentes, com o objetivo de compartilhar responsabilidades pela gestão do Programa, ampliar a atuação institucional e aprimorar articulações locais para a execução, incluindo questões de segurança e inserção social; e ii) retomada da elaboração do Sistema de Informações de Vítimas e Testemunhas, plataforma virtual sigilosa para gestão das informações do Programa, com a garantia da preservação da identidade dos usuários, do sigilo de sua localização geográfica, dentre outros aspectos essenciais à sua integridade física.

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) foi executado, em 2014, em seis Estados, por intermédio de convênios com os governos estaduais do CE, BA, PE, ES, MG e RS. O Programa federal atende os demais Estados por meio de convênio com entidades da sociedade civil organizada. Atualmente, estão incluídos no Programa 418 lideranças de direitos humanos, em especial lideranças indígenas e quilombolas, defensores do meio ambiente, representantes LGBT e defensores da liberdade de expressão e comunicação.

Em 2015, pretende-se implantar sistema de integração de dados sobre defensores e defensoras incluídos no PPDDH, a fim de contribuir com a modernização da forma de armazenamento dos dados referentes ao Programa.

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) está implantado em 13 Estados e também possui um Núcleo Técnico Federal que realiza o atendimento nos Estados em que o Programa não está instalado. O Programa protege 495 indivíduos, sendo 217 crianças e adolescentes ameaçados de morte, e 278 familiares.

No ano de 2014, os Grupos de Trabalho de Segurança, Convivência Familiar e Comunitária, Mídia e Saúde Mental deram continuidade aos avanços metodológicos do Programa, com participação de representantes das equipes técnicas dos Estados. Ocorreram dois encontros nacionais do Programa, com a participação de equipes técnicas e parceiros gestores governamentais e não governamentais, a fim de compartilhar avanços e ações das equipes e debater boas práticas desenvolvidas. Outro objetivo desses encontros é a promoção da unificação de procedimentos que garantam a execução eficaz do Programa, aperfeiçoando fluxos operacionais, metodológicos e de gestão. Para o ano de 2015, além da continuidade das ações já desenvolvidas, as ações prioritárias são a expansão do Programa para os Estados do RN e do MA.

d) Erradicação do Trabalho Escravo

No âmbito legislativo, a principal ação da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo em 2014 foi a promulgação da Emenda Constitucional nº 81, de 2014, conhecida como a PEC do Trabalho Escravo e, no âmbito internacional, a participação na 103ª Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Cabe destacar o aumento do número de Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae), totalizando 13 Comissões Estaduais e uma Comissão Municipal. Foi realizado, ainda, o terceiro Encontro de Comissões Estaduais para

a Erradicação do Trabalho Escravo, em parceria com a Coetrae/SP. Na ocasião, foi agendada para 2015 a realização do IV Encontro de Comissões Estaduais.

e) Combate à Tortura

Durante o primeiro semestre de 2014, o Governo Federal promoveu chamamento público e dos membros do Comitê Nacional de Combate à Tortura (CNPCT), que possibilitou a participação de diversos movimentos, fóruns, redes e entidades que trabalham com distintos enfoques da temática de tortura e privação de liberdade. No dia 25 de julho de 2014, houve a instalação do CNPCT, com a posse dos membros do Comitê, responsáveis por definir metodologia de escolha dos membros do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura que, por sua vez, foram empossados em dezembro de 2014. Foi ainda realizado o Seminário de Perícia Independente em Direitos Humanos, que retomou as discussões da perícia como elemento fundamental para a investigação de crimes de tortura.

Em 2015, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura fortalecerá as redes, difundindo boas práticas, experiências e promovendo ações e projetos de prevenção e combate à tortura. No âmbito internacional, será apresentado o relatório do Estado brasileiro à Convenção Contra Tortura, Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes no Comitê Contra Tortura da ONU.

f) População em Situação de Rua

Em 2014, os Municípios de Juiz de Fora, Porto Alegre e Florianópolis tornaram-se signatários do Termo de Adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua e três entes federados instituíram Comitês Locais de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, totalizando 23 Comitês em funcionamento desde 2010.

Durante a Copa do Mundo Fifa de 2014, por meio da Agenda de Convergência para Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e da População em Situação de Rua no Contexto dos Megaeventos, garantiu-se que a população em situação de rua não tivesse seus direitos violados e que fosse envolvida nas atividades realizadas ao longo do Mundial. Outra ação de destaque foi a implantação de turmas exclusivas do Pronatec para a população em situação de rua no Distrito Federal e em São Paulo, com a oferta de 980 vagas.

g) Direitos da Pessoa Idosa

Em 2014, foi lançado o Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa e houve continuidade da campanha de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa "Respeito. Direito da Pessoa idosa. Responsabilidade de todos", com a distribuição de cartazes e *folders* com a tipologia e orientações sobre enfrentamento à violência. Ressalta-se também a conclusão da pesquisa sobre o perfil da pessoa idosa no Brasil de 1950 até 2013, em parceria com o Pnud. Ainda em 2014, foi realizado o II Encontro de Promotores, Delegados e Defensores que atuam no Enfrentamento à Violência contra a População Idosa, e o III Fórum Nacional de Gestores Estaduais em Direitos da Pessoa Idosa.

Em âmbito internacional, o Governo participou das discussões no processo negociador da Convenção Interamericana sobre os Direitos das Pessoas Idosas, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), e reafirmou a importância de uma convenção abrangente sobre os direitos da população idosa no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

No que se refere ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, cinco Estados assinaram o Termo de Adesão em 2014: AL, BA, MS, RS, TO e o DF. Além disso, a Comissão Interministerial de monitoramento da implementação do Compromisso realizou o mapeamento dos programas e ações para promoção de direitos da população idosa realizadas pelos Ministérios.

Em 2015, pretende-se: i) concluir o mapeamento dos serviços, programas e projetos estaduais voltados às pessoas idosas; ii) elaborar o Manual do Cuidador; iii) ampliar a adesão dos Estados e Municípios ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo; iv) lançar o livro "Perfil da Pessoa Idosa no Brasil"; e v) organizar o IV Fórum Nacional de Gestores Estaduais em políticas públicas da pessoa idosa.

h) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Em 2014, foi lançada a terceira versão do Relatório sobre a Violência Homofóbica consolidando-se como uma importante ferramenta de diagnóstico dos crimes de ódio e intolerância sofridos pela população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Brasil. Além disso, foram instalados, dois novos Comitês de Enfrentamento à homofobia no Distrito Federal e no Maranhão, somando nove Comitês Estaduais em funcionamento. No que se refere aos Centros de Promoção e Defesa de Direitos da População LGBT, quatro estão em funcionamento nos Estados de Alagoas, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, com o objetivo de acolher, atender e encaminhar demandas das vítimas LGBT sobre violação de direitos humanos, oferecendo atendimento jurídico e psicossocial para a população LGBT, seus amigos e familiares.

No mês de abril, foi aprovada, no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, resolução conjunta estabelecendo os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Ainda em 2014, foi instalado o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, com objetivo de promover, a partir de uma interlocução com gestores LGBT, políticas para essa população nos âmbitos estadual e municipal e de cobrar a aplicação do Sistema Nacional LGBT. Outra ação realizada durante o ano foi o II Seminário de Negras e Negros LGBT, população mais vulnerável à violência homofóbica, de acordo com os dados apresentados nos Relatórios sobre Violência Homofóbica no Brasil. Também em 2014, de forma inédita, o Exame Nacional do Ensino Médio autorizou o uso do nome social dos travestis e transexuais inscritos.

No ano de 2015, o Governo se propõe a: i) investir na prevenção e enfrentamento à violência homofóbica; ii) realizar a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT; e iii) fomentar a adesão de Municípios e Estados ao Sistema Nacional LGBT.

i) Centros de Referência em Direitos Humanos

Os Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH) têm como objetivo: i) informar direitos e serviços; ii) encaminhar cidadãos para emissão de documentação civil básica; iii) realizar atendimento jurídico, social e psicológico; iv) realizar mediação de conflitos; v) receber e encaminhar denúncias; e vi) realizar formação em direitos humanos e cidadania. A rede oferece serviços gratuitos, para toda a população, e é hoje composta por 33 CRDHs. Em 2015, pretende-se, além da manutenção dos CRDHs já existentes, a implantação de novos em capitais e regiões com alto índice de violação em direitos humanos, que possibilitarão a continuidade e a ampliação da ação de modo a minimizar as violações em direitos humanos.

j) Registro Civil de Nascimento

Em 2014, foi firmado Acordo de Cooperação entre Fundação Nacional do Índio (Funai) e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) prevendo a realização de mutirões para emissão do Registro Civil de Nascimento a povos indígenas em dez Municípios de sete Estados (AC, AM, BA, MA, PA, MT e MS) e a realização de oficinas em 49 Municípios

de cinco Estados (AM, MS, PR, SC, RR) visando à: i) construção de fluxos de acessibilidade dos povos indígenas aos serviços de registro civil de forma constante; ii) promoção do diálogo de lideranças indígenas com os órgãos locais; iii) pactuação de estratégias com estabelecimento de responsabilidades e iv) capacitação dos profissionais envolvidos.

Destaca-se a criação do Sistema Nacional de Informação de Registro Civil (Sirc) e o seu Comitê Gestor. O Sirc visa captar as informações de registros civis de nascimento, casamento e óbito geradas pelas serventias de registro civil, utilizando procedimentos informatizados e padronizados, com armazenamento em uma base de dados centralizada, disponível para fins de subsídio às políticas públicas. Além disso, foi realizado levantamento dos 150 Municípios prioritários para realizações de ações de promoção do Registro Civil de Nascimento, a fim de contribuir para o alcance da meta de eliminação do subregistro de nascimento no País.

Ressalte-se, como resultado dos esforços da política de promoção do registro civil de nascimento, a constante queda da taxa de subregistro na última década, tendo decrescido de 18,8% em 2003 e 12,7% em 2009 para 5,1% em 2013, no patamar da erradicação. Importa destacar ainda a redução na proporção de registros extemporâneos no Brasil, de 17,4% em 2003 para 4,9% em 2013.

Em 2015, pretende-se: i) realizar estudo de indicadores de população não registrada a partir das informações dos cadastros das políticas sociais de saúde, educação e assistência social; ii) implementar projetos de promoção de Registro Civil de Nascimento, em parceria com Defensorias Públicas, para atender comunidades de difícil acesso aos serviços de registro civil e documentação básica e públicos que necessitam de assistência jurídica; iii) realizar mais seis oficinas regionais de estabelecimento de fluxos para a promoção continuada do Registro Civil de Nascimento à população indígena, em parceria com a Funai; e iv) realizar mutirões para a promoção do Registro Civil de Nascimento entre as comunidades ciganas e ribeirinhas.

k) Diversidade Religiosa

Em 2014, foi empossado o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, com a finalidade de promover o reconhecimento e o respeito à diversidade religiosa; a defesa do direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas; e a disseminação de uma cultura de paz, justiça e respeito às diferentes crenças e convicções. A criação desse Comitê estimulou, no País, a implementação de dois comitês estaduais (RJ e RS), e o fortalecimento das articulações para a criação de comitês em outros 11 Estados (TO, ES, PB, BA, SP, MG, AC, RN, CE, PB e GO) e no DF.

Atendendo ao disposto no terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), foi lançada a Campanha "Abrace a Diversidade Religiosa" para divulgar informações e promover a sensibilização sobre o tema, incluindo estratégias de apoio ao desenvolvimento de campanhas similares em todas as regiões brasileiras.

Ainda em 2014, foi realizada capacitação de atendentes do Disque Direitos Humanos (Disque 100) ampliando o conhecimento sobre casos de violência e intolerância religiosa à luz da legislação nacional e das convenções internacionais. Além disso, foram promovidas Oficinas Deliberativas que debateram a inserção e a contribuição dos grupos religiosos em um diálogo nacional sobre diversidade religiosa e direitos humanos. Em 2015, será priorizada a capacitação e sensibilização em direitos humanos e diversidade religiosa, com foco em agentes públicos de atendimento à população, como profissionais de saúde, educação, assistência social e segurança pública, entre outros.

l) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Em 2014, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e o Disque Direitos Humanos (Disque 100) realizaram 310.142 atendimentos, sendo 116.865 deles (37,68%) denúncias de violações de diretos humanos. Dessas, 68,38% foram denúncias relacionadas a

crianças e adolescentes; 20% à pessoa idosa; 6,21% à pessoa com deficiência; 3% a pessoas em restrição de liberdade; 0,75% à população LGBT; e 0,38% a pessoas em situação de rua. Em 2015, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos pretende: i) executar o projeto de equipagem das Ouvidorias de Polícia integrantes do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia; ii) construir o Mapa do Observatório da Rede de Atendimento a Violações de Direitos Humanos; iii) produzir o Relatório Nacional de Letalidade e Vitimização Policial; e iv) implantar a nova versão do Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

m) Direito à Memória e à Verdade e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Instalada em maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada para apurar e esclarecer graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 (o período entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras), com o objetivo de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Ao longo de sua existência, a CNV colheu cerca de 1,2 mil depoimentos, realizou 80 audiências e sessões públicas pelo País, percorrendo o Brasil de norte a sul, visitando 20 unidades da Federação.

A CNV realizou centenas de diligências investigativas, entre elas dezenas de perícias técnicas e identificou um desaparecido: Epaminondas Gomes de Oliveira, camponês que militava no Partido Comunista e morreu em dependência do Exército em Brasília/DF. Esclareceu ainda, mediante identificação das impressões digitais, o destino final de dois outros desaparecidos políticos: Joel Vasconcelos Santos e Paulo Torres Gonçalves.

Tendo concluído suas atividades no dia 10 de dezembro – com a entrega de seu relatório à Presidenta da República –, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) se extinguiu oficialmente em 16 de dezembro de 2014, por disposição expressa do art. 11 da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que a instituiu.

Dividido em três volumes, com mais de três mil páginas dedicadas às atividades realizadas pela CNV, aos fatos por ela examinados, assim como a suas conclusões e recomendações, o relatório é resultado de dois anos e sete meses de trabalho intenso. O acervo documental e de multimídia resultante dos trabalhos da CNV será catalogado e transferido para o Arquivo Nacional.

n) Atuação e Cooperação Internacional

O Brasil sediou, em 2014, dois eventos internacionais de destaque, em parceria com órgãos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 9 de dezembro, foi realizada a Consulta Nacional sobre a criação de Relatoria sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). De 9 a 12 de dezembro, aconteceu a 21ª edição do Congresso Pan-americano da Criança e do Adolescente, que reuniu delegações de 34 países membros da OEA, em nível técnico e ministerial, promovendo o intercâmbio de experiências dos Estados na temática da infância e adolescência. No mesmo período, ocorreu o 2º Fórum Pan-americano da Criança e do Adolescente, contando com a participação de adolescentes desses mesmos países.

Em 2014, o Estado brasileiro celebrou três acordos de solução amistosa com peticionários e pagou duas indenizações a herdeiros de vítimas da Guerrilha do Araguaia, em cumprimento à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que totaliza 67 indenizações pagas desde 2011. Ademais, encaminhou à CIDH e à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) 21 relatórios sobre casos de violações de direitos humanos admitidos por esses órgãos, prestando contas sobre os fatos alegados e apresentando ações concretas para evitar a repetição dessas violações.

O Brasil participou da segunda edição do Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH), no Marrocos. Idealizado pelo Governo brasileiro, em parceria com a sociedade civil, o FMDH tem como objetivo promover o intercâmbio de experiências nacionais para implementar políticas de Estado visando à promoção dos direitos humanos. Os eixos centrais do evento foram Justiça; Economia, Sociedade e Cultura; Saúde; Necessidades Especiais; Mulheres; Educação e Juventude; Migração; Meio Ambiente; e Comunicação.

Em 2014, com vistas à transparência internacional, foram respondidas seis consultas de relatores especiais, grupos de trabalho e órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre iniciativas brasileiras e situações de potencial violação de direitos humanos. O Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou, em setembro de 2014, resolução – apresentada por Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai – que condena qualquer tipo de discriminação ou violência motivada por orientação sexual ou identidade de gênero.

Ainda em 2014, foi lançada a primeira etapa do Observatório de Recomendações Internacionais sobre Direitos Humanos, uma plataforma *on-line* que compila todas as recomendações emitidas ao Brasil por órgãos internacionais.

Bilateralmente, deu-se continuidade às ações de cooperação Sul-Sul com El Salvador, com o compartilhamento de conhecimentos e de tecnologias para a criação de um serviço de recebimento de denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, sob inspiração do Disque Direitos Humanos (Disque 100) e do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Adicionalmente, o Governo Federal contribuiu com a customização e implantação de plataforma informatizada para registro e monitoramento de denúncias encaminhadas ao Serviço de Informação, Orientação e Referência para o enfrentamento às violações de direitos humanos de crianças e adolescentes de El Salvador.

No plano regional ou da cooperação com blocos regionais, destacam-se iniciativas de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul e com a União Europeia.

Junto à União Europeia, realizaram-se, no âmbito da cooperação para promoção e defesa dos direitos de Defensores de Direitos Humanos, cinco encontros estaduais para lançamento da publicação conjunta "Dez faces da luta pelos direitos humanos no Brasil"; além do Encontro Brasil – União Europeia nos dez anos do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. Realizou-se também o Projeto Futuro em Jogo, em cooperação trilateral entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Delegação da União Europeia no Brasil e o Governo do Distrito Federal, que promoveu capacitação de alunos e professores do ensino fundamental de 32 escolas da rede de ensino público do DF em direitos humanos, encerrando suas atividades com a Copa Mirim, voltada à sensibilização dos jovens sobre questões de direitos humanos e não discriminação.

Deu-se continuidade ainda à cooperação jurídica internacional com base na Convenção de Haia de 1993, relativamente à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional; na Convenção de Haia de 1980, sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças; e na Convenção Interamericana de 1989, sobre Restituição Internacional de Menores.

Em 2014, foi instituída a Comissão Permanente sobre Subtração Internacional de Crianças, órgão consultivo interinstitucional criado com o objetivo de propor medidas para implementar cooperação jurídica e desenvolver iniciativas para prevenir a subtração internacional de crianças. Além disso, foram realizados dois seminários de capacitação dos operadores do direito e de psicólogos que atuam nas ações judiciais envolvendo essa temática. O objetivo é dar maior celeridade à cooperação prestada pelo Brasil nos casos de subtração.

O Governo deu seguimento ainda à cooperação no âmbito da adoção internacional de crianças. O diálogo com o Poder Judiciário foi fortalecido por meio do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras. O Conselho debateu e implementou procedimentos administrativos padronizados que visam permitir maior acesso de crianças aptas à adoção aos pretendentes previamente habilitados. O Grupo de Trabalho criado em 2013 para propor melhorias ao Cadastro Nacional de Adoção teve seu mandato renovado e encaminhará sugestões e propostas parciais ao Conselho Nacional de Justiça, à partir dos debates já realizados.

Em 2015, prevê-se o lançamento da segunda etapa do Observatório de Recomendações Internacionais sobre Direitos Humanos, com a descrição das ações realizadas pelo Brasil para cumpri-las. Será concluída e divulgada ainda pesquisa nacional sobre a implementação dos Princípios Orientadores da ONU sobre Negócios e Direitos Humanos, documento que define parâmetros para a atuação empresarial, no que se refere ao respeito aos direitos humanos.

Também em 2015, o Brasil receberá a visita do Relator Especial da ONU sobre Tortura e da Relatora Especial da OEA sobre Direitos das Pessoas LGBT . Também está prevista a realização de nova edição do Concurso Nacional do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, exercício de simulação de casos cujo propósito é disseminar conhecimento sobre o funcionamento da CIDH e da Corte IDH.

Por fim, em decorrência dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, enquanto signatário de vários tratados internacionais de direitos humanos, serão entregues às Nações Unidas os seguintes relatórios, já finalizados: i) Relatório do Estado brasileiro ao Comitê contra a Tortura e outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; ii) Relatório Documento Básico Comum; e iii) Relatório do Estado brasileiro ao Comitê de Direitos Humanos quanto ao cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Encontram-se em processo de construção os seguintes relatórios: i) Relatório do Estado brasileiro à Convenção sobre os Direitos da Criança; ii) Relatório do Estado brasileiro ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; iii) Relatório de meio-termo ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos; e iv) Relatório do Estado brasileiro ao Segundo Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança.

o) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos

Em 2014, foram realizadas 22 Caravanas de Educação em Direitos Humanos, como parte da estratégia de convergência de redes, movimentos e entidades que se dedicam à afirmação dos direitos humanos como elemento central da sociedade e do Estado brasileiro.

Além disso, ocorreu, em 2014, em todas as Capitais e no Distrito Federal, a 9ª edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos, com a temática Memória e Verdade, em alusão ao marco dos 50 anos do Golpe Militar. No âmbito do projeto da referida Mostra, foram distribuídos mil *kits* do "Democratizando", circuito itinerante que tem o objetivo de ampliar o público e o alcance territorial da Mostra e que consiste em promover a exibição de parte da sua seleção de filmes em Municípios, em comunidades em vulnerabilidade social e em locais com pouco acesso a bens culturais.

Outro projeto iniciado em 2014 foi o "Inventar com a Diferença", que consiste na capacitação de educadores para utilização de técnicas de audiovisual na abordagem da temática dos direitos humanos em sala de aula. O Projeto ocorreu em dez escolas públicas de cada Estado e do Distrito Federal, atingindo cerca de 5,4 mil educandos do ensino fundamental, todos tendo contato com o cinema e produzindo vídeos em torno dos direitos humanos.

Esse ano também contou com a 20ª edição do Prêmio Direitos Humanos, que vem a ser a mais alta condecoração do Governo a pessoas e entidades que se destacam na defesa, na promoção e no enfrentamento às violações dos direitos humanos. Foram

agraciadas 21 pessoas no âmbito de categorias que refletem a diversidade de temas e agentes envolvidos na promoção e defesa dos direitos humanos, incluindo: grupos vulneráveis, comunicação, educação, direito à memória e à verdade, segurança pública, defensores de direitos humanos, igualdade de raça e gênero e cultura.

Em 2015, pretende-se: i) estimular o fortalecimento dos Comitês de Educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios; ii) estimular a implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos nos sistemas educacionais municipal e estadual; e iii) dar continuidade à Mostra, ao Prêmio e às Caravanas de Educação em Direitos Humanos.

p) Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos

Em 2014, a atualização do Cadastro Nacional de Fundos Municipais e Estaduais da Infância e Adolescência, que reúne dados fiscais e bancários encaminhados à Receita Federal, para inclusão no Programa Gerador da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, apontou aumento de 63% dos fundos cadastrados com situação regular de CNPJ (de 996 para 1.628 fundos). No ano de 2013, esse aumento foi de 40% (de 708 fundos para 996). Essa ação, que possibilitou mais de R$ 42 milhões em doações para tais fundos, será reproduzida e ampliada para incluir fundos financiadores de outro segmento vulnerável, a exemplo da pessoa idosa.

Ressalte-se que 2014 foi marcado pelo lançamento do Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos nas áreas de Trabalho e Alimentação Adequada, composto por indicadores existentes na área de direitos humanos no Brasil e no mundo e por novos indicadores. Destaca-se ainda a consolidação e divulgação de indicadores sobre beneficiários de pensões especiais concedidas a pessoas atingidas pela hanseníase e submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia.

Também foi incluído um Bloco de Direitos Humanos nas Pesquisas de Perfil dos Municípios e Estados Brasileiros de 2014, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Bloco contém seção específica sobre Conselhos de Direitos Humanos e outras instâncias participativas municipais, estaduais e do Distrito Federal.

Por fim, ao longo de 2014, deu-se continuidade ao monitoramento participativo do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), por meio, principalmente, do Grupo de Trabalho de Monitoramento e Acompanhamento do PNDH-3. Para 2015, está previsto o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento do Programa, a partir do cruzamento das ações do PNDH-3 com os programas e iniciativas do Plano Plurianual.

7. Previdência Social

a) Promover Ações de Inclusão e Permanência nos Sistemas Previdenciários

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) a preços de novembro de 2014, a arrecadação líquida previdenciária acumulada de janeiro a novembro foi de R$ 299,8 bilhões, um aumento real de 4,4% em comparação com o mesmo período de 2013. O valor acumulado com pagamento de benefícios previdenciários, incluindo sentenças judiciais e pagamento da compensação previdenciária entre o regime geral e os regimes próprios, foi de R$ 359,3 bilhões, incremento real da ordem de 3,5% em relação à 2013. Dessa forma, a necessidade de financiamento no período de janeiro a novembro de 2014, em valores corrigidos pelo INPC, foi de R$ 59,5 bilhões, queda de 0,6% em relação ao ano anterior. Em valores nominais, a arrecadação líquida, de janeiro a novembro de 2014, ficou em R$ 293,8 bilhões, um aumento de 10,7% em comparação com o mesmo período de 2013. Já a despesa com benefícios cresceu 9,8%, alcançando R$ 352,3 bilhões no período de janeiro a novembro de 2014. A necessidade de financiamento

do RGPS totalizou, de janeiro a novembro de 2014, R$ 58,5 bilhões em valores nominais. Cabe destacar que, no período de janeiro a novembro de 2014, no setor urbano, houve um superávit de R$ 16,2 bilhões em valores nominais, decorrentes de uma arrecadação de R$ 287,8 bilhões e uma despesa da ordem de R$ 271,5 bilhões.

A cobertura previdenciária da população ocupada na faixa dos 16 aos 59 anos chegou a 72,5% em 2013, com incremento de 1,2% em relação aos 71,13% registrados em 2012. Quanto ao indicador de Cobertura Previdenciária das Trabalhadoras/Mulheres Ocupadas, também houve avanço: em 2013, alcançou 72,3%, contra 70,6% em 2012. Para os homens, a cobertura previdenciária aumentou de 71,8%, em 2012, para 72,6% em 2013. Cabe salientar que os dados da Pnad de 2014 serão disponibilizados apenas em 2015. Ainda de acordo com cálculos elaborados a partir dos microdados da Pnad, a proteção social da população idosa, com idade de 60 anos ou mais, foi de 81,9% em 2013, praticamente o mesmo percentual observado em 2012 (82%).

A continuidade do processo de incremento da cobertura previdenciária, observada desde 2003, reflete o bom desempenho do mercado formal de trabalho e também do resultado positivo de várias ações de inclusão previdenciária desenvolvidas pelo Governo.

No âmbito da previdência social do servidor público, destaca-se a importância dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para o desenvolvimento econômico e social do País. Atualmente, existem 2.050 RPPS instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelas Capitais e por aproximadamente um terço dos demais Municípios, sobretudo os de maior porte, que dão cobertura a cerca de dez milhões de beneficiários, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

O Regime de Previdência Complementar fomenta a execução de programas de educação financeira por parte das entidades fechadas de previdência complementar, haja vista a importância e os reflexos positivos desses programas para a inclusão e permanência de trabalhadores nos sistemas previdenciários.

a.1) Aprimorar as Informações sobre o Perfil do Cidadão e o Mercado de Trabalho

Relacionado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), em 2014 foram divulgadas a 1ª e a 2ª edições do Boletim Quadrimestral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade, contendo algumas evidências quantitativas, perspectivas e análises que ajudam a entender os atuais estágios de adoecimento e afastamento de trabalhadores, e a repercussão financeira dessas ocorrências na previdência social brasileira, incluindo análise de perfil de adoecimento no trabalho entre homens e mulheres.

Com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), pretende-se consolidar todas as informações da vida laboral do filiado, promover o reconhecimento automático de direitos e minimizar a necessidade de o filiado arcar com o ônus de comprovar tais informações. Em 2014, os principais avanços foram: i) realização do módulo centralizador das ações do sistema, para permitir maior agilidade nos processos do cadastro; ii) finalização da implantação dos processos destinados a validar a contribuição do filiado facultativo de baixa renda; iii) finalização do módulo de comprovação de atividade de segurado especial; e iv) continuidade do processo de interoperabilidade das bases governamentais para comprovação da atividade rural.

Para 2015, está prevista a realização de investimento em melhorias na arquitetura e plataforma cadastrais, para prover maior eficiência aos processos que dependam de informações cadastrais; finalização do módulo sobre vínculos e remunerações, para implantação nacional; e desenvolvimento de módulo de integração com o monitor operacional.

Em 2015, prevê-se a continuidade do projeto de Escrituração Digital das Informações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais (eSocial) com a implementação de diversas ações para garantir a qualidade dos dados de entrada no CNIS: i) reduzir a informalidade;

ii) aprimorar o tratamento dos dados captados, com redução da incidência de erros e fraudes; e iii) suprimir a vulnerabilidade no controle da transmissão da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), para garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários de forma mais segura e ágil. A previsão é de que o sistema esteja em produção, em âmbito nacional, no ano de 2016.

O Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), instituído pelo Decreto nº 8.270, de 26 de junho de 2014, capta informações de Registro Civil de nascimento, casamento e averbações, e permite melhorar as informações do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi), com vistas a: i) aprimorar a rotina de cessação de benefícios nos casos de óbito; ii) disponibilizar dados do Registro Civil para o CNIS e para os processos de reconhecimento e manutenção de direitos aos benefícios; e iii) ser utilizado como uma das bases para o Registro de Identidade Civil (RIC).

No tocante ao RPPS, no contexto de informações relacionadas ao servidor público, está em desenvolvimento o Projeto Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS). O Sistema tem o propósito de possibilitar a manutenção de bancos de dados atualizados e consistentes, além de permitir a geração de informações advindas de tratamento e cruzamento de dados relativos a vínculos do servidor com outras bases de dados sobre: óbitos, benefícios, aposentados e pensionistas, e respectivos dependentes, vinculados aos RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e fundações, no âmbito dos três poderes. No escopo da construção do cadastro dos servidores públicos, o Siprev/Gestão constitui-se em imprescindível ferramenta disponibilizada aos entes federativos para a gestão do passivo dos seus RPPS, permitindo a redução dos riscos de pagamentos indevidos e melhor dimensionamento dos compromissos atuariais dos planos. Para 2015, serão realizados estudos para desenvolvimento de módulo específico do projeto de Escrituração Digital das Informações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais (eSocial), para contemplar as informações relativas aos entes federativos instituidores de RPPS.

Em 2014, foi realizada pesquisa com empregados participantes de planos de benefícios do Regime de Previdência Complementar com o objetivo de aprimorar as informações sobre o perfil e o nível de conhecimento financeiro e previdenciário desses participantes. Os dados coletados serão utilizados para investigar a percepção e o nível de conhecimento dos participantes sobre a previdência complementar e subsidiarão a formulação de políticas e o aperfeiçoamento da educação previdenciária.

a.2) Fortalecer a Educação Previdenciária com Foco na Inclusão e Fidelização

Apesar da evolução favorável do nível de emprego formal e da cobertura previdenciária, milhões de trabalhadores estão ainda sem proteção previdenciária do RGPS. Em determinados grupos, como trabalhadores por conta própria e domésticos, dois em cada três trabalhadores estão desprotegidos. Segundo os microdados da Pnad/IBGE 2013, ainda restam cerca de 24,2 milhões de trabalhadores desprotegidos, sem considerar aqueles em situação de desemprego ou fora da População Economicamente Ativa (PEA), por desalento ou precariedade.

A ampliação do limite máximo de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI), de R$ 36 mil para R$ 60 mil, permitiu que esse grupo de segurados já atingisse o número de 4,6 milhões de trabalhadores inscritos, em novembro de 2014. Em relação às donas de casa, ou contribuintes segurados facultativos de baixa renda, que tiveram sua contribuição reduzida à alíquota de 5% desde meados de 2011, espera-se atingir o primeiro milhão de contribuintes até o final de 2015. No mês de dezembro de 2014, 425 mil segurados facultativos de baixa renda já haviam realizado sua contribuição simplificada. O perfil dos contribuintes tem sido predominantemente de pessoas do sexo feminino.

A busca constante de incluir e fidelizar cidadãos ao RGPS exige ações continuadas que promovam o desenvolvimento de uma cultura previdenciária. O Programa de Educação Previdenciária (PEP) estimula o fortalecimento do diálogo social e a

inclusão de conhecimentos para a inserção do tema Previdência Social de forma transversal na educação básica, no ensino profissionalizante e no ensino de jovens e adultos.

Em 2014, foram ampliadas as parcerias com órgãos públicos e com a iniciativa privada, ante a necessidade de inclusão e permanência de novos segmentos do setor informal da economia no sistema previdenciário. Até dezembro, foram realizadas 5,7 mil ações de educação previdenciária, beneficiando mais de 601 mil pessoas; e formaram-se 3,4 mil pessoas para atuar como disseminadores de conhecimento e das informações previdenciárias.

Seguindo as diretrizes definidas no PEP, foi realizada oferta em 2014, na modalidade de ensino a distância, do curso "Noções Básicas em Previdência Complementar", com alcance de 1.624 participantes. Oferecido gratuitamente, o curso tem o objetivo de divulgar, esclarecer e conscientizar o público em geral sobre os diversos aspectos da previdência complementar operada pelos fundos de pensão sobre os planos de benefícios e sobre as vantagens oferecidas aos participantes e assistidos e à sociedade.

O ano de 2014 foi marcado por diversas ações envolvendo a temática "Educação Financeira e Previdenciária", dentre as quais destacam-se: i) a realização de seminários com participantes e dirigentes dos fundos de pensão; ii) a promoção de oficinas de suporte à elaboração dos projetos de educação previdenciária; e iii) a realização de estudos e pesquisas na busca da transparência na divulgação de informações relevantes aos participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores. Os programas e as ações de educação financeira e previdenciária passaram a ser objeto de acompanhamento pela fiscalização previdenciária, e incluídos como critérios afirmativos nos Programas Anuais de Fiscalização (PAF).

Em 2015, o Regime de Previdência Complementar pretende desenvolver e dar continuidade às ações que versam sobre educação previdenciária, com o objetivo de ampliar a cobertura previdenciária e a divulgação de informações, focando principalmente na inclusão e na permanência dos participantes e assistidos e no conhecimento do cidadão em relação à Previdência Complementar.

b) Promover a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários

b.1) Promover o Reconhecimento Automático de Direito

O Sistema Integrado de Benefícios (Sibe), que irá substituir todos os atuais sistemas de benefícios, abrange um conjunto de processos para reconhecimento de direitos previdenciários. Os principais avanços no desenvolvimento do Sibe foram: i) ajustes no sistema para permitir a implantação nacional dos benefícios por incapacidade; ii) integração com outros sistemas para estabelecer um processo único de reconhecimento de direitos, desde o agendamento até o reconhecimento, incluindo o cadastro e o monitoramento operacional e de cobrança; e iii) revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

No que concerne à Compensação Previdenciária, a Previdência Social desembolsou R$ 1,8 bilhão relativo ao fluxo de compensação previdenciária, até dezembro de 2014. Esse valor corresponde, aproximadamente, a 332 mil requerimentos de compensação previdenciária pagos. Em sentido inverso, os entes federativos pagaram à Previdência Social (RGPS como regime instituidor), o valor de R$ 97 milhões referente a 28 mil requerimentos.

No que se refere aos valores de estoque, pagos somente aos Municípios, foram desembolsados R$ 168 milhões restando um saldo devedor para 2015 de R$ 401 milhões, correspondente a aproximadamente 49 mil requerimentos. Em contrapartida, os entes federativos pagaram à Previdência Social cerca de R$ 485 mil.

Em 2014, houve a regulamentação da aposentadoria especial da pessoa com deficiência, instituída pela Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, e foi instituído o Índice de Funcionalidade Brasileiro (IF-BrA) como instrumento pericial para avaliação da deficiência para fins de concessão da aposentadoria. Em dados preliminares, consolidados até dezembro de 2014, foram registradas 39.766 solicitações administrativas, das quais 13.592 se enquadraram nos critérios de marcação de perícia. Destas, foram realizadas 12.478 avaliações, que resultaram em 7.736 pedidos de aposentadoria deferidos e 4.742 indeferidos. Em 2015, pretende-se concluir a validação do IF-BrA como instrumento pericial, mediante a constituição de instância técnica específica para revisão do instrumento. Espera-se também concluir o modelo de aposentadoria por condições especiais do trabalho.

b.2) Aperfeiçoar as Decisões e Minimizar as Ocorrências de Litígios

Em 2014, com vistas a subsidiar a defesa da União em processos judiciais, no âmbito da Previdência do Servidor Público, em ações relacionadas ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), foram elaboradas cerca de 250 informações em processos judiciais e 135 pareceres em resposta a consultas recebidas, visando orientar os entes federativos.

No tocante ao RGPS, o aperfeiçoamento das decisões administrativas e a busca pacífica da resolução dos conflitos na esfera administrativa foram levadas a efeito no exercício de 2014.

Como medidas estruturantes para aproximação da atuação administrativa da Previdência Social com o Poder Judiciário, pode-se destacar a promoção da conciliação administrativa como instrumento legal utilizado na busca da pacificação na fase do recurso do processo administrativo previdenciário. Um dos aspectos relevantes nessa prática foi a redução de concessões na esfera judicial.

Quanto ao Regime de Previdência Complementar, a Previdência Social, em cooperação com outros órgãos, preparou memorial técnico contendo os fundamentos, princípios e regras gerais de funcionamento dos fundos de pensão em face das discussões acerca da aplicação dos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor e da prescrição, em análise e julgamento na 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Essa ação teve como objetivo a sensibilização dos ministros sobre as características dos fundos para a revisão da Súmula STJ nº 321, genericamente aplicada nos julgamentos de litígios no âmbito do sistema de previdência complementar.

Com o advento das comissões temáticas de caráter consultivo constituídas com o objetivo de apresentar propostas de procedimentos para reorganização societária, cisão, fusão, incorporação, transferência de gestão e saldamento de planos de benefícios, foram apresentadas propostas de novas soluções para fomento ao Regime de Previdência Complementar: i) ajuste nas regras de governança e de certificação de dirigentes das entidades; ii) análise sobre a regulamentação do art. 16 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, sobre o processo de inscrição simplificada; e iii) avaliação das normas de precificação de ativos e passivos dos planos de benefícios.

No âmbito da previdência complementar fechada, a minimização da ocorrência de litígios ocorre principalmente mediante a realização de exame prévio de legalidade, quando a decisão se der pelo uso do instrumento de conciliação e arbitragem previsto na Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009. Neste diapasão, a Previdência Complementar buscou revigorar a utilização da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, com a finalidade de incentivar as partes legitimadas a deflagrar o processo de mediação dos conflitos de interesse surgidos entre as entidades fechadas e seus participantes e assistidos, patrocinadores ou instituidores.

b.3) Garantir o Pagamento de Benefícios com Qualidade

Para efetivar o pagamento de 32 milhões de benefícios, que compreendem 27,7 milhões de encargos do RGPS, 4,3 milhões de benefícios assistenciais da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e 69 mil benefícios do Programa Encargos Previdenciários da União, a Previdência Social mantém, atualmente, contrato com 17 instituições financeiras, que dispõem de 45 mil órgãos pagadores distribuídos por todo o País. O montante financeiro desembolsado em outubro de 2014 superou os R$ 29,8 bilhões.

Para atender às novas necessidades da gestão da folha de pagamentos de benefícios, está em desenvolvimento o Sistema Integrado de Benefícios II (Sibe II) que, integrado aos produtos do Sistema Integrado de Benefícios (Sibe I) e do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), completará o processo de reconhecimento e manutenção dos direitos previdenciários, desde o requerimento até o pagamento do benefício. O novo sistema incorporará conceitos de melhor gestão da folha de pagamento, reduzindo prazos, ampliando controles e agregando as definições dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) com vistas à segregação da gestão da folha de acordo com a origem orçamentária dos benefícios do RGPS e da assistência social, dos Encargos Previdenciários da União e dos Pagamentos de Encargos Previdenciários do Exterior decorrentes do Acordo Multilateral do Mercosul.

Em decorrência, está sendo reestruturado o Protocolo de Pagamento de Benefícios firmado com a rede bancária pagadora, de modo a incorporar os novos conceitos buscando o aprimoramento da gestão dos benefícios e a ampliação das ações integradas.

Desde 2010, os bancos pagam pelo direito de efetuar o pagamento aos beneficiários da previdência social pelo mecanismo de Leilão da Folha de Pagamento. Em agosto de 2014, foi realizado novo pregão para estabelecer a ordem de preferência das instituições bancárias que efetuarão o pagamento dos benefícios concedidos no período de 1/12/2015 a 31/12/2019. A licitação, promovida em forma de pregão, foi dividida em 26 lotes, que correspondem a diferentes regiões do Brasil. O critério de julgamento foi o maior preço oferecido por lote. Ao todo 15 instituições bancárias participaram do certame. O valor máximo alcançado por lote foi de R$ 14,21 por benefício pago, enquanto que no anterior – leilão para o período 2010/2014 – o valor máximo foi de R$ 2,70, o que representa um incremento de 526,3%. Dessa forma, até dezembro de 2014, foi arrecadado mais de R$ 277 milhões.

Com relação ao crédito consignado e concessão e manutenção de empréstimo bancário ao segurado, até dezembro de 2014, 28,6 milhões de contratos estavam ativos, totalizando R$ 88,64 bilhões em créditos a serem descontados dos benefícios previdenciários, em até 72 prestações mensais.

Foram realizadas ações de monitoramento do mercado de previdência complementar fechada, por meio da análise completa dos planos de benefícios sujeitos a maior risco atuarial. Para o exercício de 2015, o foco permanecerá no aperfeiçoamento dos mecanismos de mitigação e compartilhamento de riscos e no avanço de novas modelagens de planos de benefícios.

b.4) Promover o Acesso à Informação de Forma Transparente e Tempestiva

Com o objetivo de reduzir a burocracia, as filas e o tempo de espera do atendimento, e para dar maior celeridade ao reconhecimento de direito, foram levadas a efeito a modernização e atualização tecnológica nos Sistemas de Agendamento e de Requerimento Eletrônico. A Central de Teleatendimento 135 teve sua capacidade de atendimento ampliada e a Agência Eletrônica vem permitindo acesso simplificado às informações e serviços previdenciários por meio do sítio da Previdência Social. Também foi dada continuidade à implantação de Projeto de Melhoria e Reconhecimento da qualidade das Agências de Previdência Social.

Em 2014, o Serviço de Informação ao Cidadão da Previdência Social (SIC-PS) alcançou a marca de 18.945 pedidos de informação registrados e atendidos. O tempo médio de resposta ao cidadão é de 5,2 dias, com baixo número de interposição de recursos, o que comprova a efetividade dos atendimentos realizados.

Está em curso desde 2012, na Previdência Social, o projeto de Gestão da Informação Corporativa (GIC), presente no Plano de Ação Brasil na Parceria para Governo Aberto (OGP), que prevê, entre outras ações, a realização do piloto do Sistema e-DOC, que, além de atuar na gestão de informações e documentação, promoverá a geração de documentos digitais natos.

No exercício de 2014, até o mês de setembro, foram cadastradas 133.024 manifestações na Ouvidoria da Previdência Social, média 14.780 manifestações por mês. Em relação às manifestações recebidas em 2014, foram respondidos, em primeira instância, aproximadamente 44% dos registros, em um tempo médio de 4,5 dias, de um total de 222.589 manifestações.

No âmbito do Regime de Previdência Complementar, com o objetivo de promover a transparência da gestão ao público interno e externo, foi elaborado o Informe da Previdência Complementar contemplando os principais números do segmento no ano 2012, que está em fase final de revisão para publicação com dados de 2013.

Em 2014, foi publicado no Portal Eletrônico da Previdência Social (www.previdencia.gov.br) as ementas, decisões, relatórios e votos de cada um dos recursos julgados pela Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC), conferindo maior transparência às decisões da instância recursal.

b.5) Ampliar e Modernizar a Rede de Atendimento da Previdência Social

Até dezembro de 2014, em continuidade ao Projeto de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), foram inauguradas 51 novas Agências da Previdência Social (APS). Dessa forma, já foram inauguradas 359 unidades das 720 previstas no PEX. A expansão da capacidade de atendimento ao cidadão também é feita por meio de parcerias, convênios e acordos com governos estaduais e municipais.

No âmbito do RGPS, houve avanços quanto à supervisão da reabilitação integral, com a assinatura de carta de intenções e a promoção de gestões junto ao Ministério da Saúde, com o objetivo de realizar parcerias na área de tecnologia assistiva e reabilitação profissional. Em 2015, deverão ser implementadas as propostas para reabilitação profissional, por força da Portaria Interministerial MPS/MTE/MS/MP nº 323, de 11 de julho de 2012, que instituiu Grupo de Trabalho responsável pela avaliação e proposição de políticas de saúde e segurança no trabalho.

c) Fomentar Políticas e Ações de Sustentabilidade dos Regimes Previdenciários

c.1) Aprimorar e Mitigar os Efeitos da Incapacidade Laboral

No âmbito do RGPS, até dezembro de 2014, foram concedidos 2.612.032 benefícios por incapacidade. Ações de gerenciamento visando à melhoria da qualidade do processo de reconhecimento de direito previdenciário resultaram na aferição, em 38 dias, em dezembro de 2014, do tempo de espera para a realização da perícia médica. Nesse mesmo período, foram reabilitados 16.628 segurados e concedidos 31.942 auxílios-acidente e 184.383 amparos sociais à pessoa com deficiência. Iniciou-se em alguns Estados a recepção administrativa dos atestados dos médicos assistentes.

No que se refere à reabilitação profissional, no ano de 2014 foi executado projeto que integra a previdência social a outros setores da seguridade social, com ações nas áreas de saúde, assistência social, educação, direitos humanos e trabalho e emprego, com vistas a promover o (re)ingresso de reabilitados e de pessoas com deficiência no mundo do trabalho e na sociedade.

A Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, coloca o Brasil em 2014 como o pioneiro na forma de conceder aposentadoria para o trabalhador com deficiência. Em cumprimento a essa Lei é reduzido o tempo de contribuição necessário para a aposentadoria, como compensação pelo maior esforço exercido para permanecer no mercado de trabalho.

Em 2015, continuará a organização de práticas multiprofissionais de saúde do trabalhador destinadas aos segurados em benefícios de longa duração. Equipes multidisciplinares avaliarão as necessidades do segurado e o seu potencial, buscando alternativas que melhor viabilizem seu possível reingresso ao trabalho.

c.2) Otimizar a Supervisão, Fiscalização e Licenciamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e dos Regimes Próprios

No âmbito da previdência social do servidor público, os 2.050 RPPS instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, administram, conforme dados de agosto de 2014, um patrimônio de mais de R$ 185 bilhões, dos quais R$ 92 bilhões estão aplicados nos mercados financeiros e de capitais e R$ 93 bilhões em outros bens, valores e direitos, em fundos constituídos por imóveis, direitos de créditos decorrentes de *royalties*, participações especiais e compensações financeiras e parcelamentos de débitos, dentre outros. A supervisão desses regimes é efetuada por meio de auditoria fiscal direta ou de ações de monitoramento interno.

Para intensificar a fiscalização dos RPPS têm sido implementados novos processos de trabalho nas auditorias diretas visando ao seu alinhamento aos pressupostos de uma supervisão baseada em riscos, com o desenvolvimento de ferramenta vinculada ao planejamento e auditoria prévia e à modernização do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (Cadprev). Essa modernização visa, dentre outros: i) promover a melhoria da qualidade das informações dos regimes próprios; ii) eliminar a sobreposição das informações que são produzidas pelos entes federativos; iii) proporcionar maior confiabilidade no acompanhamento e supervisão desses regimes; iv) reduzir custos mediante a realização de levantamentos prévios às auditorias diretas; e v) aprimorar os procedimentos de supervisão interna.

Em 2014, têm-se como exemplo do resultado dessa evolução dos mecanismos de supervisão, até o mês de dezembro, a realização de 370 auditorias diretas, e 56 representações administrativas enviadas a outros órgãos de controle e fiscalização, informando sobre algum indício de prática indevida de gestores e dirigentes. Dessas ações foram instaurados 227 processos administrativos e emitidas 647 decisões relativas a defesas e recursos. Sobre o acompanhamento e a supervisão da evolução do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, foram analisados 1.171 regimes e emitidas 761 notificações de irregularidades, das quais 558 foram objeto de regularização.

Para a modernização do Sistema de Informações dos Regimes Públicos (Cadprev), foram aprimorados os módulos para informações relativas às aplicações dos recursos dos RPPS, às receitas e despesas previdenciárias e ao cadastramento de termos de acordos de parcelamento. Atualmente encontra-se em fase de desenvolvimento um módulo com o objetivo de melhorar a captação das informações sobre a situação atuarial desses regimes. A intensificação da fiscalização dos RPPS também está sendo promovida por meio de acordos de cooperação técnica celebrados com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, de forma a potencializar a ação fiscalizadora e corretiva.

Em 2014, dentre os fatores que contribuíram para o aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização dos fundos de pensão, com o objetivo de zelar pelo cumprimento do contrato previdenciário, destaca-se a implementação dos princípios e métodos da Supervisão Baseada no Risco (SBR), que vem provocando mudanças positivas no comportamento do mercado supervisionado, envolvendo conselheiros, patrocinadores, instituidores, participantes, funcionários e prestadores de serviço.

Em relação aos procedimentos internos de fiscalização, atingiu-se em 2014 o cumprimento de 100% das metas relacionadas à fiscalização presencial dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas, em um total de 123 ações fiscais. Esse número representa um incremento de 10% em relação ao ano de 2013. Para 2015, projeta-se maior avanço nos processos de identificação e mensuração dos riscos aos quais os planos de previdência complementar estão expostos, permitindo uma postura proativa no processo com a adoção de ações que identifiquem as ameaças à saúde do sistema, para que elas sejam tratadas antes que os problemas se materializem.

c.3) Fortalecer os Controles Internos, o Combate às Fraudes, a Gestão de Riscos e a Segurança Institucional

O RGPS, no aspecto da missão institucional do reconhecimento de direitos, promove gestão compartilhada e participativa com foco em resultados. Dentro desse escopo, foi instituído o Comitê de Controle Interno Administrativo da Previdência Social destinado a fortalecer os controles internos. Para gerenciar as demandas oriundas dos órgãos de controle interno e externo, foi desenvolvido em 2014 o Sistema de Controle de Demandas Externas e Internas (Condex).

Em 2014, foram realizadas ações de inteligência e de convergência de esforços das instituições governamentais envolvidas no combate a fraudes previdenciárias, cada vez mais sofisticadas. Ao longo do ano, foram analisadas 273 denúncias que versavam sobre a atuação de grupo criminosos organizados. Nesse trabalho, foram elaborados 1.557 relatórios e identificados 151 casos de fraude.

As apurações realizadas em 2014 pela Força-Tarefa Previdenciária permitiram a deflagração de 44 ações de combate a fraudes previdenciárias. A maioria das fraudes está relacionada com a obtenção de benefícios por meio da falsificação de documentos públicos e da inserção de dados falsos nos sistemas corporativos da previdência social.

No âmbito da previdência complementar, o ano de 2014 foi marcado pelo fortalecimento da estrutura dos mecanismos de apuração disciplinar, por meio: i) do treinamento de servidores; ii) da elaboração e revisão de atos normativos específicos; e iii) da realização de encontros e palestras. Em 2015, será dada continuidade a essas ações.

c.4) Promover Políticas de Sustentabilidade do Sistema Previdenciário

Em 2014, no que tange ao RGPS, foi elaborada proposta para reestruturar o Seguro Contra Acidentes de Trabalho (SAT), a partir da extração, tratamento e avaliação dos dados disponíveis nos sistemas corporativos. Também foi apresentada nova proposta de cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), ação essa que terá continuidade em 2015. Em 2014, foram publicadas 1.412 decisões administrativas referentes ao julgamento eletrônico do FAP no período de 2011 e 2013.

No âmbito da previdência social do servidor público, foram realizadas várias iniciativas para promoção da sustentabilidade dos RPPS. Tendo como objetivo específico a implementação de mecanismos alinhados com a modernização da gestão dos RPPS, merecem destaque os estudos em andamento para a certificação institucional, que poderá contar com entidade reconhecida no mercado para certificar níveis de governança das unidades gestoras do RPPS.

Ao longo dos últimos anos os RPPS têm passado por mudanças estruturais decorrentes das reformas efetivadas pelas Emendas Constitucionais nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e nº 41, de 19 de dezembro de 2003, que resultaram, além de um processo de contínua evolução legislativa, em expressivos avanços na gestão previdenciária. Porém, um dos fatores que impactam o equilíbrio financeiro e atuarial e a sustentabilidade dos RPPS é a não efetivação em sua plenitude das ações de compensação financeira entre todos os regimes de previdência social, em decorrência da contagem recíproca do tempo de contribuição definida no § 9º do art. 201 da Constituição, procedimento efetivado atualmente somente entre o RGPS e os RPPS. A implantação CNIS/RPPS permitirá a formação de banco de dados dos servidores públicos em âmbito nacional, abrindo caminho para viabilizar a compensação entre os RPPS, prevista no art. 9º da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

No que tange ao Regime de Previdência Complementar, na trilha da promoção de políticas de sustentabilidade do sistema previdenciário, foi marcante o apoio técnico destinado aos Estados e Municípios com a finalidade de instituição de regime de previdência complementar, sobretudo para os entes que não têm escala para operar sua própria entidade fechada de previdência complementar.

Em 2014, foi realizado o III Seminário de Governança Corporativa nas entidades fechadas, com a finalidade de disseminar o real papel da governança corporativa e a importância da integração dos órgãos estatutários das entidades.

Ainda no Regime de Previdência Complementar, o ano de 2014 foi marcado pela intensificação do diálogo do órgão de supervisão com os diversos atores do sistema fechado de previdência complementar, no intuito de aprofundar debates sobre as necessidades mais prementes de medidas de desoneração e simplificação de procedimentos. Em consecução a esse objetivo, foi celebrado acordo de cooperação técnica com objetivo de difundir e dar perenidade à temática no mercado supervisionado, em especial, sobre a importância da adoção de melhores práticas de governança e os deveres e responsabilidades dos administradores.

Foram promovidos ainda: i) a simplificação de procedimentos para autorização de retiradas vazias de patrocínio, quando não há patrimônio e participantes no plano de benefício; ii) o licenciamento automático que possibilita a autorização prévia e expressa para aplicação imediata de regulamentos de plano de benefícios a serem administrados pelas entidade, e suas posteriores alterações de convênios e termos de adesão, atendendo às características definidas em normativo específico; e iii) a melhoria dos procedimentos de portabilidade entre entidades fechadas e abertas de previdência complementar.

Constam, em pauta para 2015, desafios que buscam conferir continuidade às medidas de sustentabilidade do sistema de previdência, além da revisão da instrução que trata da comunicação das entidades com seus participantes, visando ao aprimoramento do diálogo e fornecimento de informações confiáveis, além das ações de desoneração e simplificação.

A partir de auditorias nas bases de dados previdenciárias, foram realizadas ações que permitiram a interrupção do pagamento de mais de 47 mil benefícios irregulares, gerando uma economia anual de R$ 757 milhões. Foram recuperados ainda R$ 245 milhões relativos a pagamentos indevidos, enquanto que mais R$ 817 milhões foram inscritos em cobrança administrativa ou judicial.

Além do cruzamento de dados, foram realizadas pelo Governo auditorias em diversas Agências da Previdência Social com o intuito de avaliar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, em especial no que se refere à atividade de perícia médica, relacionada à concessão do benefício de auxílio-doença. As análises realizadas pelo órgão de controle geraram recomendações de providências a serem adotadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), destacando-se entre elas: i) a capacitação de peritos médicos; ii) a publicação de diretrizes técnicas; iii) a edição de atos normativos internos; iv) a implantação de instrumentos de monitoramento da prestação dos serviços de perícia médica; e v) a readequação dos fluxos de atendimento de benefícios por incapacidade. Ações que contemplam a operacionalização da compensação previdenciária entre os regimes próprios e o RGPS foram revistas. Como resultado efetivo da institucionalização do fluxo para viabilização da dedução de débitos federais

dos respectivos valores de compensação previdenciária, suspendeu-se ou descontou-se um total de R$ 39,4 milhões, relativos a contribuições previdenciárias não recolhidas.

8. Cultura

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um modelo de gestão das políticas culturais que objetiva garantir a todos os cidadãos brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais, de forma descentralizada (com base na cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e participativa (ouvindo a sociedade por meio da institucionalização de conselhos de política cultural e realização de conferências). Atualmente, todos os Estados e quase 50% dos Municípios estão integrados ao SNC.

Uma importante iniciativa para estimular a adesão e implantação do SNC foi o lançamento do I Edital de Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura, em março de 2014, que selecionou projetos de Estados que já possuem leis próprias de criação de seus respectivos sistemas estaduais de cultura (AC, BA, CE, PB, RS e RR).

a) Audiovisual

No setor audiovisual, o ano de 2014 foi marcado pelo lançamento do Programa Brasil de Todas as Telas. O Programa consolidou linhas de investimento do Fundo Setorial do Audiovisual da ordem de R$ 1,2 bilhão dos orçamentos de 2013 e 2014 para produção de conteúdos para cinema e TV e introduziu novas iniciativas tais como: i) a oferta de bolsas de capacitação profissional, por meio do Pronatec Audiovisual; ii) uma linha de produção para TVs públicas (comunitárias, universitárias, educativas e culturais) nas 27 unidades federativas; iii) o estímulo às políticas regionais de fomento, com o lançamento de 40 editais em parceria com Estados e Municípios; e iv) um módulo de ações específicas para o desenvolvimento de roteiros, projetos, marcas e formatos, com destaque para investimentos na formação de núcleos de criação nas produtoras independentes.

O Programa Cinema Perto de Você manteve o investimento para abertura e reforma de salas de cinema e aprovou a digitalização de 770 salas de exibição de empresas brasileiras. Desde o lançamento do Programa em 2012, já foi financiada a construção de 270 novas salas de cinemas gerando um incremento da ordem de 59 mil assentos. O Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade Cinematográfica beneficiou 1.524 salas apenas em 2014. Desde sua implantação em 2012, esse regime tributário desonerou investimentos de 90% das empresas de exibição em 2.757 salas.

Confirmando a importância dos investimentos, até dezembro de 2014, as salas de cinema do País receberam um público de 151,8 milhões – 3,3% superior ao mesmo período de 2013 – e tiveram aumento de receita bruta de 10,6%. Os filmes brasileiros atraíram 18,2 milhões de espectadores, correspondendo 11,2% do total de ingressos vendidos. Até o final de dezembro de 2014, foram lançadas 113 produções brasileiras nos cinemas.

No segmento de TV Paga, a base de assinantes no País, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), atingiu o número de 19,2 milhões de acessos em 2014, um crescimento anual de 9,98% em relação ao mesmo período de 2013. Atualmente, existem 98 canais de espaço qualificado em operação no País, conforme a classificação da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sendo 20 brasileiros. Na amostra de 17 canais de espaço qualificado monitorados, de programação predominantemente estrangeira, foram programadas 3.264 horas de conteúdo brasileiro no 1º semestre de 2014, aumento de 35% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os esforços para a internacionalização do audiovisual brasileiro apresentaram resultados significativos. Por meio dos programas de apoio, garantiu-se a participação de mais de 150 filmes brasileiros em festivais e *workshops* internacionais e mais de 130

representantes de empresas produtoras em eventos de mercado. Por meio de editais binacionais, foram investidos mais de R$ 2 milhões na coprodução de obras brasileiras.

O foco regulatório foi orientado para as empacotadoras, que ocupam mais de 90% do mercado e para as programadoras responsáveis pelos canais de maior audiência. Dessa forma, foram abertos 930 processos administrativos entre fiscais e sancionadores, no total de R$ 16,6 milhões. A arrecadação no período foi de R$ 8,2 milhões. Ainda no âmbito da arrecadação, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, em 2014, atingiu o valor de R$ 74,8 milhões para obras audiovisuais e R$ 702,3 milhões para os serviços de telecomunicações.

Foram lançados ainda, em 2014 para apoio em 2015, cinco editais de apoio à produção audiovisual, totalizando um aporte de R$ 32 milhões: i) uma nova edição do Curta-Afirmativo, para a produção de 21 curtas-metragens e 13 médias-metragens; ii) dois editais do Fundo Setorial do Audiovisual para a produção de longas-metragens documentais e longas-metragens de baixo orçamento; e iii) dois editais em cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para a produção e teledifusão de documentários e filmes de ficção de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Vale mencionar ainda a continuidade do Programa de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira, com o apoio à produção de 131 obras, a partir de projetos selecionados em seis editais lançados em 2012 e 2013, entre micros, curtas e longas-metragens. Dentre estas seleções, consolidou-se uma política afirmativa com o Curta-Afirmativo, que apoiou a produção de 30 curtas-metragens dirigidos ou produzidos por jovens negros, e o Carmen Santos, que incentivou a produção de dez curtas e seis médias-metragens dirigidos por mulheres. Editais temáticos também foram realizados em 2014: o Curta Animação, que apoiou a produção de 40 micrometragens com a temática ambiental; e o Curta Criança, que incentivou a produção de 12 curtas-metragens voltados ao público infantil. Houve também editais tradicionais: Curta-Metragem, que apoiou a produção de 25 obras; e o Longa DOC, que produziu oito longas-metragens documentais.

Para o ano de 2015, objetiva-se consolidar as diretrizes do Programa Brasil de Todas as Telas, com vistas a: i) ampliar a oferta de mão de obra capacitada; ii) desconcentrar o parque de infraestrutura do audiovisual; iii) fortalecer a diversidade e a regionalização da produção; e iv) estimular a parceria entre produtores independentes e a televisão.

b) Centros de Artes e Esportes Unificados

Os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) agregam num mesmo espaço físico programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. A iniciativa prioriza: i) comunidades de alta vulnerabilidade social com déficit de equipamentos culturais ou esportivos; ii) o funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social; iii) o atendimento à população de baixa renda; iv) os locais com alta densidade populacional; e v) a complementaridade a obras de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou do Programa Minha Casa, Minha Vida. Ao final de 2014, alcançou-se a marca de 342 CEUs em implantação, dos quais 56 foram concluídos.

c) Internacionalização da Cultura Brasileira

Com a aprovação do Plano Diretor de Internacionalização da Cultura, que visa estabelecer diretrizes e linhas de ação para a promoção e consolidação da imagem do País no plano internacional, aprofundou-se o diálogo bilateral com países como Alemanha, Argentina, Colômbia, Espanha, EUA, França, Itália, México, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido e Rússia. Foram

realizadas missões oficiais, visitas técnicas, participações em feiras, seminários, prêmios, congressos, exposições e assinatura de acordos e protocolos de cooperação.

No campo multilateral, destacam-se a implementação do Programa Ibero-Americano Ibercultura Viva, a aprovação do Programa CPLP Audiovisual, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e ainda a realização do Seminário Ibero-Americano de Diversidade Linguística, em parceria com a Universidade Federal de Integração Latino-Americana e o Parque Tecnológico de Itaipu.

Em 2014, o Brasil foi o Convidado de Honra na Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha, na Itália, onde participou com 50 escritores e ilustradores e 40 editoras e apresentou exposição com 63 ilustrações de 55 ilustradores. O Brasil foi ainda Convidado de Honra no XIV Festival Ibero-Americano de Teatro de Bogotá. Além disso, foram realizados os Dias do Brasil na Rússia 2014, em Moscou e São Petersburgo, com apresentação de mais de 30 eventos nas áreas de música, cinema, gastronomia, teatro, dança, artes plásticas, fotografia e literatura.

Dentre as ações prioritárias para 2015, encontram-se: i) o Salão do Livro de Paris, onde o Brasil será País Convidado de Honra; ii) a Presidência *Pro Tempore* do Bloco Mercosul Cultural, em que se dará ênfase às áreas de patrimônio, museus, diversidade cultural, economia criativa, sistemas de informações, contas satélites e fomento às artes; iii) o início da execução do Programa CPLP Audiovisual, que se estenderá até 2016; iv) a expansão das ações de internacionalização da cultura brasileira; v) o aprofundamento da cooperação e do intercâmbio bilateral e multilateral; e vi) a implementação do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, que visa identificar, resgatar e difundir documentação manuscrita de relevância histórica do Brasil Colonial e Imperial no Brasil e no exterior.

d) Livro e Leitura

Para fortalecer a ação de divulgação da literatura brasileira no exterior, em 2014, foram concedidas 178 bolsas de tradução e publicação de autores brasileiros e 30 bolsas de intercâmbio de autores brasileiros.

A política de leitura teve como destaque o avanço da Biblioteca Nacional Digital, que já conta com mais de 200 mil itens digitalizados e a hemeroteca digital, que já possui milhões de páginas de jornal disponíveis para a consulta gratuita, preservando a memória nacional. Destacam-se também a retomada da Revista do Livro da Biblioteca Nacional e lançamento de títulos raros e esgotados no mercado editorial.

A expectativa para 2015 inclui a conclusão das obras de restauração do prédio sede da Biblioteca Nacional, bem como de seu prédio anexo, além dos lançamentos de editais como: "Promoção da Leitura na Primeira Infância"; "Prêmio para Escritores e Narradores Indígenas e Negros"; e "Fomento à Pesquisa Acadêmica no campo do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas".

e) Preservação e Memória

Com vistas à formação e o aprimoramento de mão de obra especializada, em 2014 investiu-se: i) no aperfeiçoamento do conhecimento técnico e científico de 30 profissionais mediante a concessão de bolsas na área museológica e do patrimônio cultural; ii) na capacitação de profissionais na área de memória e informação em seis cursos com profissionais especializados e de notório conhecimento; e iii) no tratamento, preservação e difusão de obras literárias. No ano em tela, foi concluída também uma importante obra para a literatura luso-brasileira: o Vocabulário do Português Medieval.

Em três edições do Prêmio Pontos de Memória, 107 iniciativas foram beneficiadas com aporte de recursos para o desenvolvimento de suas ações, sendo 59 na edição 2014, em universo de 277 Pontos de Memória. Em 2014, realizou-se ainda a IV Teia da Memória, integrada à programação do 6º Fórum Nacional de Museus.

Pelo Programa de Fomento aos Museus e à Memória Brasileira, 32 unidades museais tiveram apoio para modernização ou implantação em 2014. Pelo Programa de Requalificação Arquitetônica e Expográfica dos Museus Ibram, 20 unidades museológicas estão em obras.

A 12ª Semana Nacional de Museus e a 8ª Primavera de Museus, ações permanentes de promoção e divulgação, mobilizaram, respectivamente, 1.337 e 761 instituições museológicas em 2014. O Projeto Conhecendo Museus, série televisiva sobre museus brasileiros, contemplou em sua terceira temporada 65 museus brasileiros.

No que se refere à preservação do Patrimônio Cultural, foram realizados investimentos de R$ 42 milhões em vários projetos e levada adiante a execução de 30 obras no âmbito do Programa PAC Cidades Históricas. Importante citar ainda:

- O reconhecimento de 86 bens pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como o tombamento do Terreiro baiano de Candomblé Ilê Axé Oxumaré e o Registro do Carimbó;
- O reconhecimento do Círio de Nossa Senhora de Nazaré como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade na Lista Representativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco);
- A inscrição de 249 bens oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário;
- A certificação das três primeiras línguas (Talian, Guarani-Mbyá e Assurini do Troncará) como Referência Cultural Brasileira no Inventário Nacional da Diversidade Linguística;
- A criação e o funcionamento de 19 Casas do Patrimônio;
- A edição de 30 novas obras técnicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural;
- A distribuição de 110 mil publicações a universidades, escolas e bibliotecas públicas;
- A digitalização dos principais acervos, livros e arquivos da instituição para disponibilização ao público; e
- A captação de R$ 470 milhões em projetos de preservação do patrimônio cultural via Leis de Incentivo Fiscal – Lei Rouanet, entre outras.

Para 2015, as expectativas são de: i) continuidade das 30 obras em execução em 12 Estados (AL, BA, CE, GO, MA, MG, PA, PE, RJ, RS, SC e SP) relativas ao PAC Cidades Históricas, totalizando a aplicação de R$ 206 milhões; ii) continuidade das atividades de identificação e reconhecimento do Patrimônio Cultural Brasileiro com previsão de registro de quatro bens culturais; iii) implantação do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão; iv) implantação do Sistema Informatizado de Fiscalização; e v) ampliação da ação de financiamento para recuperação de imóveis privados.

Ainda para 2015, está previsto o investimento de aproximadamente R$ 4 milhões para: i) renovações e concessões de bolsas nas áreas museológicas e do patrimônio cultural; ii) aquisições de novos acervos para a Biblioteca da Fundação Casa de Rui

Barbosa; iii) realização de cursos para qualificação de pessoas na área de memória e informação; e iv) disponibilização de novos itens do acervo na Internet. Além disso, serão realizadas ações de preservação do Museu Casa de Rui Barbosa, com o início da restauração de suas fachadas e da obra de revitalização de seu jardim histórico.

f) Fomento à Produção e Difusão Cultural

Na política de fomento cultural, diversos projetos de música, espetáculos, *shows*, oficinas, palestras, debates, exibição de vídeos, mostras fotográficas e outras atividades a preços populares foram promovidos nos teatros e salas da Fundação Nacional de Artes (Funarte) nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Também alcançaram destaques, ao longo do ano de 2014, a concessão de prêmios e a abertura de editais para promoção das expressões de teatro, circo e dança, como exemplo: o prêmio Carequinha (circo); Myriam Muniz (teatro); e o Artes na Rua (circo, dança e teatro), além do prêmio de Dramaturgia Brasileira para a produção teatral nas cinco regiões brasileiras e o Programa de Oficinas realizado nacionalmente, nas áreas do circo, dança e teatro.

Além disso, é importante registrar a produção de vídeo-documentos postados na área Brasil Memória das Artes do Portal das Artes, na Internet: i) Projeto Pixinguinha; ii) Projeto Almirante: Custódio Mesquita, por Marcos Sacramento; ii) Projeto Almirante: Wilson Batista, por Joyce Moreno; iii) Projeto Almirante: Ismael Silva, por Jards Macalé; iv) Acervo Walter Pinto: Eva Todor; e v) Acervo Walter Pinto: Íris Bruzzi. Destaca-se também a realização do vídeo-documento Dulcina – atriz e teatro, disponível no Portal das Artes, contando a história da atriz Dulcina de Moraes e do Teatro Dulcina a partir de depoimentos de Kalma Murtinho, Bárbara Heliodora, Emiliano Queirós, Antônio Grassi e Antônio Gilberto.

g) Cidadania e Diversidade Cultural

A Política Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva institucionalizada pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, é fruto de uma trajetória iniciada em 2004 com a criação dos Programas Cultura Viva e Brasil Plural. Após dez anos, essa Política está presente nos 26 Estados e no Distrito Federal, reconhecendo e fomentando Pontos e Pontões de Cultura, valorizando ações e iniciativas culturais de povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais.

Nesses dez anos, foram investidos R$ 835,9 milhões que, somados aos investimentos dos Estados e Municípios, totalizam aproximadamente R$ 1,06 bilhão. Com esses recursos foram reconhecidos e fomentados cerca de 3,6 mil Pontos de Cultura, que atuam em rede e estão presentes em todas as unidades da Federação e em 20% dos Municípios. Em 2014, esse incremento foi de 538 Pontos de Cultura. Também foram distribuídos prêmios e bolsas, beneficiando mais de 5,2 mil iniciativas da diversidade cultural do País. O desafio atual é qualificar a gestão e regulamentar a referida Lei, simplificando os instrumentos e procedimentos de acesso aos recursos públicos e de prestação de contas de sua utilização.

Realizada em 2014, a V Teia Nacional da Diversidade reuniu cerca de quatro mil representantes dos Pontos e Pontões de Cultura e das redes da diversidade e contou com a participação de conselheiros nacionais membros de colegiados setoriais e do Conselho Nacional de Políticas Culturais. Ação estratégica de formulação de políticas públicas, mobilização e articulação, a Teia foi precedida por 27 fóruns estaduais preparatórios, e sua programação incluiu o 1º Fórum Nacional da Diversidade e o IV Fórum Nacional de Pontos de Cultura.

h) Economia Criativa

Oferecer apoio e fomento aos profissionais, micro e pequenos empreendedores criativos brasileiros é um dos objetivos do Programa de Incubadoras Brasil Criativo, que oferta aos agentes culturais cursos e consultorias, planejamento estratégico, assessoria contábil, jurídica e de comunicação, formação em elaboração de projetos e captação de recursos, e acompanhamento contínuo. Em 2014, foram inauguradas oito incubadoras que compõem a Rede Incubadoras Brasil Criativo no AC, BA, GO, MT, PA, PE, RJ e RN. Em 2015, serão inauguradas 14 incubadoras no AM, CE, DF, MG, PR e RS. O Programa tem como princípios norteadores a diversidade cultural e a inclusão social.

Com intuito de promoção nacional e internacional de bens e serviços culturais brasileiros, foi criado o Programa Conexão Cultura Brasil, que conta com a parceria dos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores. Em 2014, 560 agentes culturais brasileiros realizaram intercâmbios em atividades de formação técnica, artística ou acadêmica, estágios, participação de eventos de arte e de negócios na área cultural e apresentações e residências artísticas.

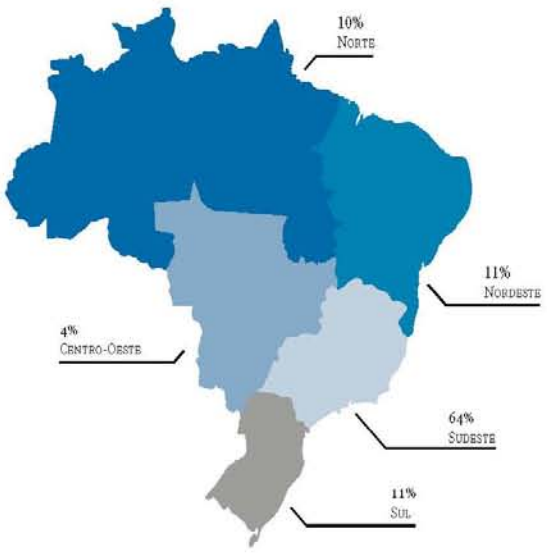
Além disso, houve a premiação de 20 ações de promoção da cultura brasileira. Cada um dos premiados recebeu R$ 90 mil para intensificar sua atuação na promoção internacional de cultura.

i) Vale-Cultura

Implementado em setembro de 2013, o Programa de Cultura do Trabalhador é a maior iniciativa de democratização do acesso à cultura criada no Brasil. Por meio do cartão Vale-Cultura, o Programa tem o potencial de injetar mais de R$ 25 bilhões ao ano na cadeia produtiva cultural, potencializando o acesso e a fruição de produtos e serviços culturais.

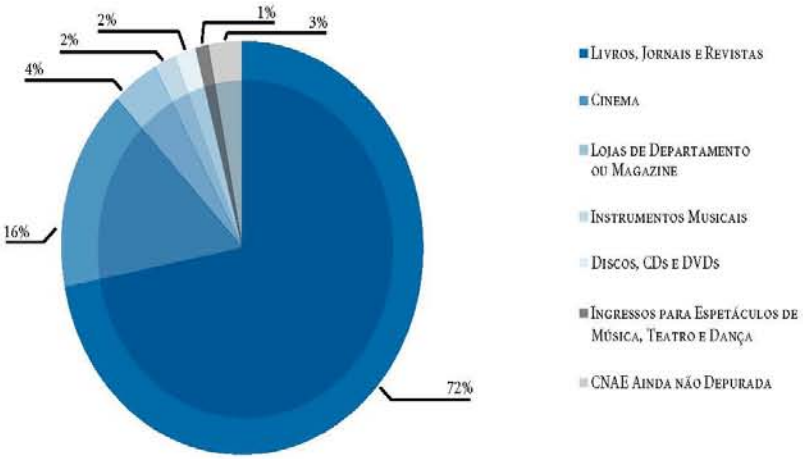
Mais de 340 mil trabalhadores já possuem o seu cartão Vale-Cultura, utilizando uma rede com mais de 24 mil recebedoras, ou seja, pontos que aceitam o cartão como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais. O consumo com o Vale-Cultura já supera a marca de R$ 48 milhões, que fomentam as cadeias produtivas da cultura, distribuídos em todo o território nacional, com se vê a seguir:

Consumo com o Vale-Cultura – por região e segmento cultura – 2014



Fonte: Ministério da Cultura.

Distribuição por segmento cultural – Vale-Cultura – 2014



Fonte: Ministério da Cultura.

9. Esporte

a) Esporte e Inclusão Social

O Programa Segundo Tempo (PST) visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, tendo beneficiado em 2014 cerca de 4,1 milhões de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Para tal, foram estabelecidas parcerias com o Ministério da Educação (MEC) por meio do Programa Mais Educação (Esporte da Escola); com entidades governamentais, para a implementação das diversas vertentes do PST (Padrão, Universitário, Navegar e Adaptado); e com o Ministério da Defesa (MD) pelo Programa Forças no Esporte (Profesp), que utiliza a infraestrutura de organizações militares e oferece, além atividades esportivas, reforço escolar, reforço alimentar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho. Para 2015, estima-se a continuidade das parcerias para o atendimento de seis milhões de beneficiários.

Ainda em parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Educação, foi lançado em 2013 o Programa Atleta na Escola, voltado: i) ao incentivo da prática de esportes nas escolas; ii) à democratização do acesso ao esporte; iii) à difusão de valores olímpicos e paraolímpicos; e iv) à formação e identificação de atletas escolares talentosos entre 12 e 17 anos. Em 2014, o Programa obteve a adesão de 44.654 escolas, um aumento de quase 95% em relação ao ano anterior.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) em 2014 beneficiou cerca de 268 mil jovens e adultos, tanto em áreas urbanas quanto em comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, populações rurais, dentre outras). Já o Programa Vida Saudável, que promove acesso de idosos acima de 60 anos à prática de atividades físicas, culturais e de lazer, beneficiou cerca de 46 mil pessoas em 2014.

Foi aprovada em 2014 a realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas para o ano de 2015 no Brasil, nos quais será assegurada a participação de 44 etnias (22 brasileiras e 22 de países convidados) e 2,2 mil indígenas.

b) Futebol

No âmbito do futebol feminino, foram realizados: i) o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, com a participação de 20 equipes esportivas; ii) a I Copa Brasil Escolar Universitária de Futebol Feminino, por meio de convênio com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário, envolvendo 24 Estados; iii) a VI Copa Libertadores de Futebol Feminino; e iv) a primeira chamada pública para promoção da Copa Brasil Feminina Escolar de Futebol de Campo.

Na promoção da defesa dos direitos do torcedor, foi realizado um ciclo de seminários "Uma Década do Estatuto do Torcedor e a Violência nos Estádios", nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná (com a participação de autoridades de Santa Catarina e Rio Grande do Sul). O objetivo central dos encontros é a criação de uma cooperação regular entre as instâncias do futebol, da Polícia e da Justiça.

Na prevenção da violência, foi realizado o III Seminário Nacional de Torcidas Organizadas, em Belo Horizonte, entre os dias 11 e 13 de dezembro. O foco do Seminário foi a estruturação de uma organização de torcedores em nível nacional visando à interlocução com órgãos e políticas públicas voltadas para construção de uma política de paz nos espetáculos esportivos. Também foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Justiça, visando criar um ambiente de coordenação integrado para planejamento e execução de ações conjuntas ao enfrentamento da violência nos estádios e em seu entorno.

Foi desenvolvido o cadastro de torcidas organizadas, com o objetivo de identificar os locais de atuação e os principais responsáveis pelas torcidas organizadas em todos os Estados. O principal objetivo do cadastro é o acompanhamento das torcidas organizadas, visando projetos de cunho social voltados para um segmento da juventude urbana (faixa etária entre 14 e 28 anos).

Com vistas às melhorias contínuas nas áreas de segurança, acessibilidade e conforto, a metodologia foi aplicada a 152 estádios de futebol. Os estádios foram avaliados de acordo com as normas e leis vigentes, classificados (com pontuação que varia de 1 a 5). Nas citadas avaliações, foram elencadas as diversas medidas a serem adotadas pelas administrações dos estádios para a melhoria de cada um deles.

Para 2015, o Ministério do Esporte pretende promover campeonatos de futebol feminino, nos segmentos escolares, universitários, de base, indígena, e profissional. Desenvolver projetos que incentivem a qualificação e requalificação de campos de várzea, aportando recursos para sua infraestrutura mediante chamada pública; e implantar, no Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o Ministério da Justiça, o Observatório de Apoio ao Futebol. Esse Observatório tem por finalidade: i) coletar e consolidar as informações relativas à segurança dos estádios e torcedores; ii) analisar e compartilhar informações entre os órgãos responsáveis por garantir a segurança nos estádios; e iii) estabelecer e monitorar indicadores. O Rio de Janeiro foi indicado para a implantação de um projeto-piloto que deverá ser multiplicado por todas as unidades da Federação.

c) Controle Antidopagem

A Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) apresentou, em 2014, importantes avanços contra a dopagem no esporte. As cinco edições das Jornadas ABCD de Formação para a Luta contra a Dopagem no Esporte capacitaram mais de 250 agentes em 2014. Os treinamentos contaram com a parceria da Agência Antidopagem dos EUA e da Agência Mundial Antidopagem, tendo sido realizadas 130 análises laboratoriais em atletismo, boxe, fisiculturismo, rúgbi e nas modalidades paraolímpicas – atletismo, halterofilismo e natação.

Para atender às demandas dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, serão lançadas novas edições das Jornadas ABCD de Formação para a Luta contra a Dopagem no Esporte e será implantado o Programa de Certificação de Agentes de Controle de Dopagem.

Dentre as ações regulatórias, teve destaque a alteração do Código Brasileiro de Justiça Desportiva, aprovada pelo Conselho Nacional do Esporte, que incluiu a ABCD em todos os julgamentos sobre casos de dopagem e que permite ao órgão e à Agência Mundial Antidopagem recorrerem nos processos em tramitação.

Em âmbito internacional, foram firmados acordos de cooperação técnica com as autoridades antidopagem de Portugal, Cuba, EUA, Espanha e Reino Unido e com a Unesco.

Para 2015, com a programada reacreditação do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD), está prevista a realização de cerca de 2,5 mil testes em competição e fora de competição, incluindo os que serão realizados nos eventos preparatórios do País para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Serão implementados programas de informação e educação contra a dopagem no esporte, beneficiando os mais de sete mil atletas do Programa Bolsa-Atleta, com ênfase nos que se preparam para os Jogos.

d) Lei de Incentivo ao Esporte

Regulamentada em 2007, a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) – Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 – permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. Em 2014, somaram 1.153 patrocinadores/doadores, com captação da ordem de R$ 117,4 milhões. Foram apresentados 1.253 projetos para análise, sendo 328 enquadrados na manifestação educacional, 274 em participação e 651 de rendimento. No mesmo ano, 303 projetos tiveram execução iniciada, correspondendo a R$ 201,4 milhões, investidos em 17 unidades da Federação, e beneficiando diretamente 480 mil pessoas.

Cabe ressaltar que as iniciativas de divulgação da LIE foram diversificadas e ampliadas, por meio de visitas coordenadas a grandes empresas que fazem uso de outros mecanismos de dedução fiscal e não investem no esporte. Também foram mantidas ações como o "Prêmio Empresário Amigo do Esporte" e "Café com Incentivo", iniciativas que buscam aproximar e fortalecer a relação entre o poder público e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento do esporte no Brasil.

Para 2015, serão engendrados esforços no sentido de revisar toda a legislação referente à LIE com vistas à atualização dos procedimentos, considerando o fim de prazo de vigência em dezembro de 2015. Nesse processo, pretende-se mobilizar o conjunto do segmento esportivo organizado, realizando dois seminários nacionais para discussão da atualização normativa da Lei. Também o desenvolvimento de um novo sistema de informação da LIE facilitará o acompanhamento dos projetos, afiançando o aumento da transparência e reforço da segurança da informação e dos procedimentos.

10. Grandes Eventos Esportivos

a) Copa do Mundo FIFA 2014

Em virtude da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, foram contratados R$ 27,1 bilhões em infraestrutura, compreendendo investimentos em estádios, portos, aeroportos, mobilidade urbana, segurança, telecomunicações e turismo.

Políticas na área de energia, hotelaria, qualificação e promoção também foram potencializadas pela Copa proporcionando a geração de emprego e renda para a população.

Doze cidades brasileiras receberam 32 seleções e 64 jogos nos estádios preparados para receber o evento. O Mundial contou com o segundo maior público de todas as 20 edições da Copa do Mundo. Foram 3,4 milhões de espectadores nos estádios, uma média de 53,5 mil por partida, além de cinco milhões de pessoas presentes nas *Fan Fest*, pontos oficiais de exibição pública gratuita nas 12 sedes. O Brasil recebeu pouco mais de um milhão de turistas estrangeiros de 203 nacionalidades, que deixaram, em divisas, cerca de US$ 1,6 bilhão. Os turistas estrangeiros, que permaneceram em média 15,7 dias, estiveram em 491 Municípios, incluindo as Cidades-sede, e 3,1 milhões de brasileiros circularam pelo País durante o evento.

Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, foram gerados para a Copa 14 milhões de postos de trabalho nos últimos quatro anos. A receita em impostos para o País-sede, como resultado dos investimentos da Copa do Mundo, deve chegar a USD 7,2 bilhões.

O Programa de Voluntariado para a Copa do Mundo FIFA 2014 conseguiu uma marca recorde dentre todas as edições do evento: 152.101 voluntários, o que representou o dobro de inscritos no Mundial realizado na África do Sul em 2010 (70 mil) e mais do que o triplo da Copa da Alemanha (45 mil).

Foram implementados os Planos Operacionais de Mobilidade Urbana em cada cidade-sede e o projeto que permitiu a fiscalização em tempo real em terminais rodoviários das 12 Cidades-sede da Copa do Mundo. Relatórios divulgados após o evento pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) indicam que cerca de 3,4 milhões de pessoas utilizaram linhas regulares de transporte rodoviário interestadual para as 12 Cidades-sede durante o Mundial.

Foram também realizadas obras e prestados serviços que visaram à melhoria das condições de conforto e segurança dos usuários do transporte marítimo e fluvial, com os empreendimentos nos Portos de Fortaleza/CE, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA e Santos/SP e a construção da estação de passageiros no Porto Organizado de Manaus/AM.

A movimentação total nos 21 aeroportos do Brasil durante a Copa foi de 17,8 milhões de passageiros. O índice médio de atrasos acima de 30 minutos foi de 6,94%. Tais resultados decorrem da coordenação dos diversos órgãos que atuam no setor aéreo, no âmbito da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (Conaero). A operação garantiu uma atmosfera de tranquilidade nos aeroportos, e se refletiu positivamente nas pesquisas de opinião realizadas com os passageiros quanto à qualidade do transporte aéreo no Brasil.

Das 158 obras de distribuição de energia previstas como reforço no suprimento de energia elétrica às 12 Cidades-sede, 123 foram concluídas antes do evento (78%), duas foram concluídas após a Copa, duas estão em finalização, e 31 (20%) foram replanejadas. Todas as obras com data de finalização readequada possuíram medidas operativas de contingência para o perfeito atendimento das demandas do evento. No contexto geral, as obras no sistema de distribuição proporcionaram um grau de confiabilidade perfeitamente seguro para a operação durante o evento.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) deliberou as medidas operativas preventivas a serem adotadas durante a Copa do Mundo FIFA 2014 pelos Agentes de Operação, sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema (ONS). Além disso, foi efetivado um plano de manutenção preventiva pelas empresas de transmissão e distribuição, para o aumento da segurança e confiabilidade no suprimento de energia às Cidades-sede.

Na área de telecomunicações, em função da Copa do Mundo FIFA 2014, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) expediu 319 autorizações de uso temporário de espectro, etiquetou o total de 17,3 mil equipamentos de telecomunicações, monitorou o espectro local e mitigou as possíveis interferências prejudiciais às entidades que participaram do evento. Além disso, fiscalizou a implementação das redes 3G e 4G do Serviço Móvel Pessoal (SMP), necessárias para atendimento do público do evento, e avaliou a atuação dessas redes para perscrutar eventuais falhas no atendimento à população. Também foi implantada estação terrena, localizada no Rio de Janeiro/RJ, para monitoração e fiscalização das comunicações por satélites. Por meio dos projetos executados, no valor de R$ 135 milhões, foi possível a transmissão de toda a competição sem incidentes prejudiciais e usufruto da população dos serviços de telecomunicações em geral, constituindo-se em importante legado.

Para a transmissão de imagens de alta definição (HDTV – vídeo e áudio) da Copa do Mundo FIFA 2014, foram utilizados cerca de 15 mil km de rede de fibra óptica ligando todas as sedes e centros de treinamento ao Centro Internacional de Coordenação de Transmissão (IBC) da FIFA no Rio de Janeiro. Ao todo, a Telebras transmitiu 166 terabytes de dados no anel óptico. Foram 517 horas de transmissão nos 64 jogos, sem nenhuma falha na prestação do serviço, entre as arenas e o IBC, de onde as imagens foram distribuídas para emissoras de TV de vários países. A implantação de 12 redes metropolitanas nas Cidades-sede dos jogos, com mais de 700 km de cabos ópticos lançados e 50 pontos de presença ativados, permanece como legado para a sociedade e possui qualidade muito superior à praticada hoje no mercado brasileiro.

No que tange à segurança pública, inteligência e defesa, foi possível implementar uma política inédita no País: o trabalho integrado das forças de segurança federais, estaduais e municipais, em conjunto com os efetivos federais de defesa e inteligência. No âmbito federal, o Mundial promoveu a reunião dos órgãos de segurança pública, tais como o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança Pública, com a Agência Brasileira de Inteligência, e com os órgãos de defesa nacional, Ministério da Defesa, Exército, Marinha e Aeronáutica.

Representantes desses órgãos estiveram de prontidão nos Centros Integrados de Comando e Controle Nacional (CICCN), durante todo o evento, interagindo com duas salas de situação, no Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF, criadas especialmente para permitir o monitoramento e acompanhamento diário das ações. Nas demais Cidades-sede, foram criados centros regionais de comando e controle, interligados, diretamente, aos nacionais. Durante o evento Copa do Mundo FIFA 2014, esses Centros funcionaram 1.368 horas, por 57 dias ininterruptamente. Em termos operacionais, foram realizadas 2.974 vistorias antibombas, 2.510 escoltas, 50 ações de proteção a Chefes de Estados, 1.007.109 fiscalizações de veículos, além de 700 horas de voo de helicópteros em uso pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional.

Com o objetivo de coordenar as atividades de segurança pública e inteligência na Copa do Mundo FIFA 2014, foram treinados aproximadamente 22 mil servidores desde 2012, entre policiais federais, rodoviários federais, militares, civis, bombeiros militares e profissionais de outros órgãos afins. Somente em 2014 foram capacitados mais de dez mil profissionais.

Na coordenação das atividades de inteligência, todo o evento foi monitorado de forma constante, por meio de câmeras e agentes posicionados em pontos estratégicos e as ações necessárias para garantir a segurança foram realizadas de forma preventiva e corretiva garantindo o sucesso do sistema de segurança proposto. Estruturas de comunicação segura e ágil foram implantadas, a exemplo do Painel de Grandes Eventos e o Athena. Essas ferramentas proporcionaram a tramitação segura de informações entre as diversas equipes, impactando direta e significativamente na consecução dos trabalhos, tanto no período que antecedeu quanto durante a Copa do Mundo FIFA 2014. Cabe salientar que esses aplicativos, cuja criptografia foi desenvolvida pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), foram incorporados ao fluxo de trabalho da Agência, assim como toda a expertise adquirida durante o Mundial.

Em apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, as Forças Armadas atuaram com base em dez eixos estratégicos, no cumprimento de missões típicas militares: i) defesa aeroespacial e controle do espaço aéreo; ii) fiscalização de explosivos; iii) segurança e defesa cibernética; e iv) prevenção e combate ao terrorismo. Cada uma das 12 Cidades-sede do torneio contou com um centro de coordenação de defesa aérea, integrado também por representantes dos órgãos de segurança pública, inteligência, defesa civil e segurança privada, os quais tiveram a responsabilidade de executar o planejamento efetuado para as ações de defesa.

A Operação de Segurança Copa do Mundo FIFA 2014, reconhecida como exitosa pelo grande público e também pela imprensa nacional e internacional, contou com cerca de 175 mil militares das Forças Armadas e profissionais das Forças de Segurança Pública, incluindo as polícias federal, rodoviária federal, civis e militares dos Estados, bem como bombeiros, defesa civil, guardas municipais e agentes de trânsito. De parte do Governo Federal, foram empregados 6.494 policiais federais, 3.772 policiais rodoviários federais e 1.335 integrantes da Força Nacional de Segurança Pública e 59,5 mil militares das Forças Armadas.

Ressalta-se, como grande legado da Copa do Mundo FIFA 2014, a ação conjunta entre os diferentes agentes públicos envolvidos com o planejamento de segurança e defesa, bem como os investimentos envolvidos na implementação e operação de 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais (CICCR), em cada Estado-sede, dois Centros Integrados Nacionais, um Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI), em Brasília/DF, e 36 centros de comando e controle em segurança cibernética. Os Estados-sede receberam ainda 27 Centros Integrados de Comando e Controle Móveis (CICCM), 13 imageadores aéreos, 22 Plataformas de Observação Elevada (POE), e equipamentos antibomba e antitumulto. O investimento médio por Estado foi de mais de R$ 74 milhões.

Cerca de dez mil profissionais na área da Saúde foram capacitados para atuar durante a Copa do Mundo. Foram mobilizadas 531 unidades móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), 66 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e 67 hospitais. O trabalho foi realizado de forma padronizada e integrada com a reestruturação dos processos de gestão, mapeamento dos riscos e normatização das ações de vigilância e assistência à saúde nos âmbitos federal, estadual e municipal – melhorias no Sistema Único de Saúde (SUS) que ficaram como legado para a população. Ainda na saúde, um grande legado conquistado foi a criação do plano de contingência para acidentes com múltiplas vítimas e para acidentes com produtos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares.

Ações voltadas à inclusão produtiva também foram realizadas promovendo a coleta seletiva solidária por cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis no entorno das arenas, nas Cidades-sede do evento e nas *Fan Fest*. Estima-se que 850 catadores participaram dos projetos sendo todo o material recolhido destinado às cooperativas e a renda dividida entre os cooperados.

A Campanha de Consumo Consciente foi implementada durante o evento com o objetivo de promover produtos orgânicos e a produção da agricultura familiar do País. A campanha atuou em duas frentes: distribuição de um *kit* de alimentos orgânicos não perecíveis para 14 mil voluntários participantes do Programa de Voluntariado do Governo Brasileiro (Brasil Voluntário), que atuaram fora das arenas; e a implantação de Quiosques de Comercialização de Produtos Orgânicos e da Agricultura Familiar nas Cidades-sede, com a participação de cerca de 60 grupos e associações de produtores, que representavam 25 mil famílias agricultoras de todo o País.

Por fim, ressalta-se que o evento propiciou de forma inédita a implantação do Projeto de Gestão de Carbono para a Copa do Mundo FIFA 2014, em parceria com as 12 Cidades-sede. O Projeto inovou no desenvolvimento de inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) para grandes eventos, estratégias de mitigação e compensação, com reconhecimento das Nações Unidas e FIFA. Participaram da campanha para compensação de emissões de GEE 16 empresas, totalizando a doação de 545,5

mil toneladas de CO_2eq, o que equivale a evitar o desmatamento de 1.124 campos de futebol. Aproximadamente 60% das emissões totais da Copa foram mitigadas ou compensadas de forma pioneira pelo Brasil.

b) Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

A realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 será uma oportunidade de fortalecimento dos direitos de cidadania dos brasileiros por meio do esporte. O crescimento esportivo do País será possível com a ampliação da prática esportiva e estruturação de modalidades olímpicas e paraolímpicas, com suporte em uma rede nacional de treinamento. O resultado almejado é a classificação do Brasil entre os cinco primeiros no quadro de medalhas dos Jogos Paraolímpicos e o posicionamento entre os dez primeiros nos Jogos Olímpicos.

O Governo Federal juntamente com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro se comprometeram em assegurar que sejam cumpridas exigências do Comitê Olímpico Internacional (COI) e do Comitê Paralímpico Internacional (IPC) para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Dessa forma, foi constituído o Consórcio Público denominado Autoridade Pública Olímpica (APO) para cumprir as exigências e articular a participação das três esferas de governo.

Para a integração interinstitucional e coordenação e gerenciamento das ações estratégicas, táticas e operacionais entre os três níveis de governo, a APO e o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, foi criado, em 2012, no âmbito do Governo Federal, o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que é auxiliado pelo Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (Geolimpíadas).

O Plano Brasil Medalhas destina-se a formar novas gerações de atletas das modalidades olímpicas e estruturar centros de treinamentos que atendam desde as equipes principais de alto rendimento até as categorias de base. Além dos recursos já disponíveis para o esporte de alto rendimento, o Plano Brasil Medalhas assegurou R$ 1 bilhão adicional aos esportes olímpicos e paraolímpicos em sua preparação para o Rio 2016. Uma parte desse montante, R$ 690 milhões, destina-se a apoiar as seleções nacionais, por diversas ações, entre elas a Bolsa Pódio, contratação de técnicos e equipes multidisciplinares, compra de equipamentos e materiais e viagens para treinamentos e competições. Os outros R$ 310 milhões estão sendo utilizados em construção, reforma e equipagem de centros de treinamento de várias modalidades e complexos multiesportivos.

As modalidades olímpicas apoiadas pelo Plano são: águas abertas (novo nome para maratona aquática), atletismo, basquetebol, boxe, canoagem, ciclismo BMX, futebol feminino, ginástica artística, handebol, hipismo (saltos), judô, lutas, natação, pentatlo moderno, *taekwondo*, tênis, tiro esportivo, triatlo, vela, vôlei e vôlei de praia. As paraolímpicas são: atletismo, bocha, canoagem, ciclismo, esgrima em cadeiras de rodas, futebol de 5, futebol de 7, *goalball*, halterofilismo, hipismo, judô, natação, remo, tênis de mesa e voleibol sentado.

Outra ação do Plano Brasil Medalhas 2016 é a destinação de recursos para construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento, selecionados em conjunto com os Comitês Olímpico e Paralímpico, as confederações nacionais, clubes, Estados e Municípios. Desses, 21 são centros de modalidades olímpicas e um para modalidades paraolímpicas, seguindo a recomendação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

As empresas estatais também fazem parte do projeto de apoio às modalidades esportivas por meio de patrocínios: Banco do Brasil – apoio à vela, vôlei de praia, vôlei de quadra e o pentatlo moderno; Banco do Brasil e Correios – handebol; Banco do Nordeste – triatlo; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – canoagem e hipismo; Caixa Econômica

Federal – atletismo, ciclismo, BMX, futebol feminino, ginástica, lutas, modalidades paraolímpicas e tiro esportivo; Correios – natação, águas abertas e tênis; Infraero e Petrobras – judô; e Petrobras – boxe e *taekwondo*.

Maior programa de patrocínio individual do mundo, o Programa Bolsa-Atleta beneficiou 7.620 atletas, em 2014. O público beneficiário é composto por atletas de alto rendimento que obtiveram 1ª, 2ª ou 3ª colocação em competições nacionais e internacionais de sua modalidade, com prioridade para modalidades que compõe os programas olímpicos e araolímpicos.

Desde sua criação em 2005, com o objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas, o Programa já ofereceu mais de 43 mil bolsas, com investimentos superiores a R$ 521 milhões. Atualmente, são cinco as categorias de bolsa oferecidas: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paraolímpico, além da categoria Atleta Pódio.

O Programa Atleta Pódio oferece apoio diferenciado aos atletas, com bolsas que variam de R$ 5 mil a R$ 15 mil. O principal ponto para entrada é o atleta figurar entre os 20 primeiros colocados no *ranking* mundial das respectivas modalidades olímpicas. O Programa define a forma, os critérios e os apoios para os atletas do Plano Brasil Medalhas, ou seja, aqueles que competem em modalidades individuais com maiores chances de conquista de medalhas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Desde 2013, quando entrou em vigor, já foram contemplados 220 atletas, sendo 157 em 2013 e 63 em 2014.

O Governo desenvolveu a concepção do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), no âmbito do PAC 2, integrando, num só espaço físico, atividades de iniciação e de formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis paraolímpicas e uma não olímpica. O objetivo é a construção de instalações esportivas com a adoção de parâmetros oficiais, para ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado e incentivar a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades, permitindo a identificação de talentos e a formação de atletas nos Municípios.

Foram aprovados 285 projetos que beneficiam 263 Municípios distribuídos nas cinco regiões: 19 no Centro-Oeste; 77 no Nordeste; 27 no Norte; 104 no Sudeste; e 36 no Sul. Do total aprovado, 269 assinaram o Termo de Compromisso.

Os entes selecionados já concluiram a primeira etapa do projeto, referente à entrega dos projetos de sondagem, fundação e implantação à Caixa. Os Municípios já estão na segunda etapa, referente ao inicío da obra. O prazo máximo de conclusão das obras é 180 dias, para os Modelos 1 (ginásio) e 2 (ginásio e quadra externa descoberta), e 210 dias para o Modelo 3 (ginásio e estrutura de atletismo).

A Rede Nacional de Treinamento está sendo estruturada pelo Governo Federal em parceria com os entes federados e universidades, para identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, tem a finalidade de: i) disseminar métodos de treinamento; ii) desenvolver e aplicar ciência e medicina do esporte; iii) capacitar profissionais e expandir conhecimento esportivo; iv) proporcionar encadeamento de carreira ao atleta; v) modernizar instalações esportivas; vi) viabilizar materiais adequados a cada fase de preparação do atleta; e vii) organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas.

Os projetos estão em diferentes estágios, desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, outras que estão com obras em andamento, e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas.

Em 2014, foram concluídas três instalações de alto rendimento para modalidade de atletismo em parceria com as universidades federais do Rio Grande do Norte, de Goiás e do Maranhão. Ainda na modalidade atletismo, estão em execução 14 instalações

em parceria com universidades federais e Municípios, além de outras dez instalações com operações contratadas – recursos empenhados –, executadas em parceria com Estados e Municípios. Somam-se a isso mais sete instalações, que atendem diversas modalidades, realizadas em parceria com universidades federais, governos estaduais e municipais.

A Rede Nacional conta com 31 universidades, três clubes, três instalações militares, três complexos multiesportivos, cinco instalações estaduais, sete instalações municipais e uma instalação federal, além da previsão de 168 Centros de Iniciação ao Esporte (CIE). Para o funcionamento da rede, são estabelecidas parcerias com outros programas de esporte educacional ou de iniciação esportiva do Governo Federal, de prefeituras, da Confederação e outras instituições. Dentre esses, destaca-se o Programa Atleta na Escola que, criado em 2013, obteve em 2014 a adesão de 44.654 escolas, um aumento de quase 95% em relação ao ano anterior.

Para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Brasil está programado para 2015 um elenco de ações, mediante a construção de novos equipamentos ou adaptação, e reforma de equipamentos já existentes, com destaque para: i) conclusão do Centro Nacional de Treinamento Paraolímpico em São Paulo, construído com recursos federais; ii) viabilização de um centro nacional de esporte de alto rendimento para cada modalidade olímpica; iii) viabilização em todos os Estados e no Distrito Federal de pelo menos uma pista de atletismo, um ginásio multiesportivo e um parque aquático em dimensões e qualidades oficiais; iv) conclusão da Rede Nacional de Treinamento de Atletismo e estruturação das redes de treinamento de judô, natação, vôlei e basquete; v) construção dos 285 Centros de Iniciação Esportiva (CIE) já aprovados e criação de novos modelos do CIE contemplando um ginásio e campo de futebol e outro ginásio e pista de *skate* vi) provimento de todos os CIEs com academia e outros equipamentos; vii) modernização dos ginásios dos Municípios que sediam equipes dos campeonatos brasileiros de vôlei, basquete, *futsal* e handebol; e viii) viabilização de uma quadra coberta em todas as escolas públicas com mais de 500 alunos.

Outras ações estão sendo desenvolvidas para o atendimento ao suprimento de energia elétrica, em especial no que se refere ao atendimento às cargas do Parque Olímpico da Barra da Tijuca e para a garantia da segurança do evento.

Em 2015, no que tange à segurança pública, estão previstos investimentos de mais de R$ 150 milhões, destinados ao aprimoramento do Sistema Integrado de Comando e Controle, com aquisição de novas soluções tecnológicas, ao reaparelhamento e modernização dos órgãos e entidades envolvidos com a segurança dos Grandes Eventos, bem como destinados a ações de capacitação e treinamento dos agentes de segurança pública que atuarão nas Olimpíadas e Paraolimpíadas, ofertando significativo legado às instituições e à sociedade. Sobre as ações de inteligência, serão realizados, a partir de julho de 2015, 45 eventos-teste de instalações. O repertório envolve iniciativas similares às empreendidas para a Copa do Mundo FIFA 2014.

11. Programa Luz para Todos e Tarifa Social de Energia Elétrica

Desde o lançamento do Programa Luz para Todos (LpT) em 2003, foi ofertada energia elétrica para cerca de 15 milhões de brasileiros, ou seja, 3,1 milhões de famílias na área rural no País. Os investimentos ultrapassam R$ 22,6 bilhões em mais de dez anos. Segundo dados do Programa, a iniciativa começou prevendo atender dois milhões de famílias, porém a partir de levantamento foi detectado que um milhão a mais de famílias também necessitavam da prestação desse serviço público essencial. Para concluir o atendimento a esse acréscimo na demanda pelo acesso à energia elétrica, foi editado o Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, que ampliou o período de vigência do Programa LpT para até o ano de 2018.

Das 257.602 famílias sem energia elétrica que se encontravam em situação de extrema pobreza, identificadas no Censo 2010, já foram atendidas 206.081 famílias, representando 80% de atendimento.

Desde o seu início até 2014, as obras do LpT utilizaram cerca de 7,9 milhões de postes, 1,1 milhão de transformadores e 1,5 milhão de km de cabos elétricos.

Para maior eficiência no atendimento das comunidades que habitam ilhas fluviais e oceânicas, o LpT vem adotando cabos subaquáticos. Cerca de 90 mil metros já foram utilizados em obras pelo Brasil, sendo 58 mil metros só no Estado do Amazonas. O uso do cabo subaquático possibilitou a substituição de motores a diesel, que antes eram a fonte geradora de energia dessas comunidades, pela energia firme da rede convencional.

Nova tecnologia também vem sendo utilizada para substituição dos postes tradicionais de concreto por postes feitos com resina de poliéster reforçada com fibra de vidro que pesa apenas 10% de um poste normal e, por flutuarem, podem ser transportados em canoas, facilitando seu deslocamento pelos caminhos inacessíveis. A utilização do poste de fibra já atingiu a marca de 38 mil unidades.

O acesso à energia elétrica tem proporcionado melhora significativa nas condições de vida da população permitindo a fixação do homem no campo, o funcionamento de escolas no período noturno, a utilização de irrigação para agricultura, além da possibilidade de utilização de eletrodomésticos.

Para o ano de 2015, o LpT deverá continuar atendendo às famílias que ainda não possuem energia elétrica, com foco nos domicílios localizados nas regiões remotas dos Sistemas Isolados, que não podem ser interligados ao Sistema Nacional.

A Tarifa Social de Energia Elétrica, ao final de outubro de 2014, beneficiava mais de 13,1 milhões de unidades consumidoras em todo o Brasil, número que representa, em termos médios, 20% do total de residências do País. Para a região Nordeste esse número é mais representativo, pois 43,87% das residências são beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica.

12. Inclusão Digital

a) Conexão à Internet para Inclusão Digital

O Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) tem por objetivo levar conexão para espaços e equipamentos públicos, entre telecentros, bibliotecas, órgãos governamentais, escolas, postos de saúde e postos de fronteira, localizados em áreas com dificuldades de acesso à Internet. De 2008 até julho de 2014, foram mantidos contratos de conexão, a maior parte via satélite, para mais de 13 mil pontos de presença.

Um novo contrato foi assinado em agosto de 2014, fruto de uma licitação que tomou por base uma Ata de Registro de Preços – opção escolhida por permitir que cada órgão federal interessado em conexão de espaços públicos em áreas remotas tivesse a oportunidade de aderir a essa ata e ao mesmo tempo formalizar e gerir seus próprios contratos. Por meio desse novo contrato há possibilidade de adesão à Ata para contratação de até 30 mil pontos de presença, diferentemente do contrato anterior, que vigorava até julho de 2014, no qual a gestão do orçamento era exclusiva do Ministério das Comunicações (MC). Houve também um aumento da velocidade de conexão média que passou de 512 Kb para 1 Mb.

O Ministério da Saúde aderiu à Ata, tendo contratado até dezembro 11.424 pontos de presença destinados à conexão de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O Ministério das Comunicações contratou até o final de 2014 o total de 7.918 pontos de presença mantidos em telecentros, bliblioteca, postos de fronteira e espaços diversos de uso público que desenvolvem ações de inclusão digital em áreas remotas ou em áreas de exclusão social com problemas de acesso à Internet.

b) Cidades Digitais

O Programa Cidades Digitais está voltado para a implementação de ações com foco na inclusão digital. Em 2012, foram selecionadas propostas de 80 cidades em todo o País, tendo sido contratadas empresas responsáveis pela implantação da infraestrutura nessas cidades. Até o momento, foram instaladas 33 Cidades Digitais, as quais se encontram em pleno funcionamento, devendo chegar a 79 até o final de 2015.

Com a inclusão do Cidades Digitais no PAC 2, no início de 2013, foi realizada a segunda chamada pública para o processo de habilitação e seleção de novas propostas para implantação do Programa, resultando na inscrição de 1.905 propostas, das quais, foram selecionadas 262 de Municípios com até 50 mil habitantes e com baixa densidade de acesso à banda larga.

Em 2014, foram contratadas as empresas que ficarão responsáveis pela instalação nessas Cidades. Está em andamento a elaboração de 91 projetos executivos. Pelo cronograma previsto, espera-se concluir a instalação de todas as 262 Cidades Digitais até o final de 2015.

c) Projeto Computadores para Inclusão

O Projeto Computadores para Inclusão tem por objetivo capacitar jovens em recondicionamento de computadores por meio do apoio a iniciativas da sociedade civil na implantação dos chamados Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC). Esses Centros recuperam e promovem a reutilização de equipamentos de informática que, de outra forma, iriam transformar-se em lixo eletrônico. A iniciativa envolve convênios com CRC de dez unidades da Federação. Em 2014, foram apoiados quatro CRC, tendo sido capacitados nesse ano 1.180 jovens até dezembro, totalizando 4,7 mil jovens no período entre 2011 e 2014.

13. Segurança Pública, Cidadania e Justiça

a) Segurança Pública

A concepção de segurança pública que orientou as ações governamentais em 2014 respeita os princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e de participação da sociedade. Os objetivos das ações relacionadas à segurança pública foram a promoção de uma cultura de paz, a prevenção à violência, a segurança para grandes eventos e a repressão ao crime.

É nesse contexto, por exemplo, que foram desenvolvidas soluções no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), como a disponibilização de estatísticas criminais públicas, e o desenvolvimento de três módulos de consulta no aplicativo para *smartphones* Sinesp Cidadão, com informações sobre mandados de prisão, pessoas desaparecidas e veículos. Somente em 2014, o aplicativo auxiliou na recuperação de mais de 92 mil veículos roubados. Em 2015, o Sinesp Cidadão ganhará o módulo de localização das unidades policiais. Será finalizada ainda a implantação dos sistemas Sinesp-PPE (Procedimento Policial Eletrônico), que unifica o registro de boletins de ocorrência e inquéritos, e o Sinesp-CAD (Central de Atendimento e Despacho), para prestar apoio às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares estaduais. No Portal Sinesp, também foram implementados sistemas de informação para Gabinete de Gestão Integrada (InfoGGI); Gestão das Comunidades Terapêuticas; DW Sinesp (ferramenta de *Business Intelligence* para tratamento de dados, geração de relatórios dinâmicos e análise estatística e criminal das informações sobre segurança pública); Rede Sinesp (Rede Social); e Sinesp Seguro (Ferramenta de Comunicação Segura para organismos de inteligência).

Ainda no ano de 2014, no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, que objetiva fortalecer a segurança pública nas regiões fronteiriças, foram capacitados 1.245 profissionais de segurança pública e entregues aos Estados de

fronteira 8.005 pistolas calibre .40. Prevê-se, para 2015, o apoio à construção, reforma e ampliação de unidades funcionais nos 11 Estados fronteiriços, contemplando a implantação de canis, estruturação dos Corpos de Bombeiros Militares e de espaços para a capacitação dos profissionais de segurança pública, incluindo ações para condicionamento físico.

Os esforços das forças policiais federais e estaduais empreendidos para o combate ao narcotráfico e ao tráfico de armas especialmente nas fronteiras brasileiras, no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras, resultaram na apreensão de 501.489,57 kg de drogas (cocaína, *crack*, maconha e outras drogas) e 6.012 armas de fogo.

Quanto às aquisições de 2014, houve renovação do armamento da Polícia Federal, com a compra de duas mil novas pistolas, 260 novos fuzis e dois mil coletes femininos, além da renovação da frota de viaturas, por meio do investimento de R$ 60 milhões, e a inauguração da nova sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá. Para 2015, na área de logística, pretende-se: i) concluir a renovação do armamento policial; ii) concluir as reformas das sedes das Superintendências Regionais da Bahia e Pernambuco; iii) iniciar os projetos de construção das delegacias e próprios nacionais residenciais localizados nas áreas fronteiriças; e iv) renovar a frota de embarcações dos Núcleos de Polícia Marítima.

No âmbito do Programa Brasil Mais Seguro, foram investidos nas perícias de todas as unidades da Federação mais de R$ 8,1 milhões somente em 2014. Além disso, foi firmado convênio no valor de R$ 4 milhões com o Estado de Sergipe, visando ao aprimoramento e à estruturação dos serviços de perícia daquele Estado. Por fim, instituiu-se processo seletivo para estruturação e fortalecimento de centrais de custódia de vestígios, no qual serão investidos cerca de R$ 20 milhões. No mesmo sentido, com o objetivo de implantar o policiamento ostensivo e de proximidade, serão investidos R$ 52,6 milhões em 20 Estados e no Distrito Federal. Já no âmbito da Campanha Nacional de Desarmamento, 16.565 armas de fogo foram entregues até 2014.

No âmbito do Programa Brasil Mais Seguro, foram investidos nas perícias de todas as unidades da Federação mais de R$ 8,1 milhões em 2014. Foi firmado convênio com o Estado de Sergipe, no valor de R$ 4 milhões, para o aprimoramento e estruturação dos serviços de perícia no Estado. Para a estruturação e fortalecimento de centrais de custódia de vestígios estão sendo investidos cerca de R$ 20 milhões, e para a implantação de policiamento ostensivo e de proximidade, serão investidos R$ 52,6 milhões em 20 Estados e no Distrito Federal. Já no âmbito da Campanha Nacional de Desarmamento, 16.565 armas de fogo foram entregues até meados de noveo final de 2014.

A Força Nacional desenvolveu, em 2014, um total de 46 operações em 20 Estados e no Distrito Federal. Para 2015, o objetivo é dar sequência às operações e manter um efetivo mínimo de 1,5 mil profissionais. Na área de investigação de desvios de recursos públicos e de crimes previdenciários, foram deflagradas 43 operações policiais, dentre as quais se destacam as operações Década e Granfaloon.

No combate às organizações criminosas de tráfico de drogas, destacam-se os investimentos para a ampliação e desenvolvimento das ações do Grupo Especial de Investigações Sensíveis e os altos índices de apreensão de entorpecentes. As apreensões de drogas refletem o segundo melhor resultado da Polícia Federal em todos os tempos, dando-se destaque para o total de patrimônio sequestrado ou apreendido com organizações criminosas de tráfico de drogas que atingiu R$ 160 milhões, entre dinheiro, bens móveis e imóveis.

Para realização de capacitações de profissionais de segurança pública, foram investidos mais de R$ 20 milhões em 2014. Aproximadamente R$ 6 milhões foram investidos na capacitação presencial de mais de 2,8 mil profissionais de segurança pública. No ensino a distância, foram capacitadas 82.909 pessoas, com um investimento de R$ 14,2 milhões. Por fim, a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública oferta 35 cursos de pós-graduação por 28 instituições em 19 Estados, abrangendo

1,4 mil alunos, com o investimento de R$ 8,85 milhões. Foi finalizado também o curso de pós-graduação que formou especialistas em inteligência policial, além de outros cursos que capacitaram analistas e operadores de inteligência policial a desenvolver suas atividades com a máxima eficiência. Estão previstos, para 2015, mais três ciclos de cursos e a publicação de mais cinco novos cursos, além da atualização de conteúdo de sete cursos.

No ano de 2014, houve também a aquisição de carros auto-bomba-tanque para os Corpos de Bombeiros Militares das 27 unidades da Federação, com expectativa de entrega de dois veículos por Estado.

Tem-se como objetivo para 2015 a conclusão e distribuição do manual da Doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública; a aquisição de equipamentos de proteção individual para 100% do efetivo dos profissionais bombeiros da região Norte; e a continuidade do financiamento a ações de prevenção à violência e criminalidade que se relacionam com as temáticas de enfrentamento à violência contra: i) a mulher, integrada ao Programa Mulher, Viver Sem Violência; ii) crianças e adolescentes; iii) a população em situação de rua; iv) a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT); e v) os negros, articulada ao Programa Juventude Viva.

Na área técnico-científica, em 2014 o Instituto Nacional de Criminalística obteve o Certificado de Acreditação na Norma Internacional ISO/IEC 17025:2005, fornecido pelo *ANSI-ASQ National Accreditation Board/FQS Forensic Accreditation*. Esse certificado ratifica a competência da perícia federal na realização de ensaios forenses referentes à identificação de perfis genéticos e à caracterização de substâncias proscritas e controladas, e de produtos químicos e apetrechos empregados na sua produção e manipulação. Os laboratórios da Área de Perícias em Genética Forenses e do Serviço de Perícias de Laboratórios são os primeiros laboratórios forenses do País acreditados na norma internacional e os primeiros da América Latina acreditados por um organismo estrangeiro.

Em paralelo, no âmbito da cooperação internacional, destacam-se as ações entre Brasil e Paraguai, impedindo que drogas fossem introduzidas no comércio ilegal. A cooperação internacional também se mostrou eficiente nas ações em conjunto com o Peru, especificamente no que se refere à Operação Trapézio, na fronteira entre os dois países. Dos resultados alcançados destaca-se a destruição, em solo peruano, de 34 laboratórios de processamento de pasta base de cocaína e a apreensão e destruição de quase 500 toneladas de produtos químicos. Para 2015, pretende-se estreitar outros laços de cooperação internacional, por meio das adidâncias policiais já estabelecidas, com vistas a reprimir outros tipos de crimes transnacionais.

Em 2014, o Governo Federal também deu prosseguimento aos trabalhos de reformulação do Projeto Registro de Identificação Civil (RIC), iniciados em 2009. Foram ainda concluídos os trabalhos sobre o 1º Diagnóstico da Identificação Civil no Brasil e os estudos científicos sobre as diferentes biometrias utilizadas no mundo, com indicação de suas vantagens e desvantagens. O estudo servirá como parâmetro para definição pelo Governo das biometrias que serão utilizadas na identificação de todo brasileiro nato ou naturalizado. Para 2015, espera-se aprofundar e concluir parte dos estudos e pesquisas que envolvem os diferentes projetos de identificação civil, levando em conta os trabalhos de identificação biométrica já realizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a perspectiva de redução de custos e a ampliação de esforços conjugados. Um marco previsto é a definição das biometrias e de ampliação dos procedimentos de coleta de dados biográficos e biométricos por diversos órgãos e entidades, o que contribuirá para a futura uniformização dos dados de identificação civil.

b) Segurança nas Rodovias

No âmbito do Plano de Enfrentamento à Violência no Trânsito, que tem como estratégia de atuação a utilização de análises estatísticas para reforço do policiamento e fiscalização nos pontos críticos das rodovias federais em 2014, houve redução de

15,5% nos números de acidentes ocorridos nessas rodovias, em relação à frota de veículos nacional, causando reflexo também na redução em 9,1% e 6% dos números de feridos e mortos, respectivamente.

O período que compreende a segunda quinzena do mês de dezembro e o mês de janeiro é característico pelo aumento do fluxo de veículos e de passageiros nas rodovias federais. Nesse período, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realiza a Operação Rodovida, que consiste em ações integradas e simultâneas, com o intuito de somar forças no enfrentamento à violência no trânsito. Essas ações contribuem para o Programa Década Mundial de Segurança Viária 2011/2020, da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja meta prioritária é reduzir em 50% o número de mortos e de feridos em decorrência de acidentes de trânsito, como resultado de esforço conjunto dos governos federal, estaduais e municipais para reduzir a violência do trânsito.

Também foram realizados programas de capacitação dos servidores em várias instituições de ensino. Foi realizado ainda o primeiro curso de formação profissional na recém-criada Academia Nacional de Polícia Rodoviária Federal, com a formação de 950 novos policiais, dos quais 500 já foram nomeados e empossados.

Foram implantados 36 pontos de monitoramento operacional do Sistema Alerta Brasil, que permite a identificação eletrônica de veículos por meio de câmeras de vigilância e a consulta automática da situação de cada veículo junto aos sistemas do Governo. Além disso, teve início a implantação na região de fronteira do Sistema de Radiocomunicação Digital, que proporciona uma comunicação operacional mais eficiente e mais segura; da Parte Diária Eletrônica, que consiste no registro eletrônico de todas as atividades realizadas no âmbito de circunscrição de cada unidade PRF; e do Sistema de Informações Criminais, que registra todas as ocorrências de crimes informadas no âmbito das rodovias federais.

Para facilitar a obtenção de informações e acesso aos serviços, foi disponibilizado o novo Portal PRF, possibilitando ao usuário envolvido em acidente de trânsito de pequena monta registrar as informações da ocorrência, liberando os policiais para as ocorrências de maior relevância.

Referente à infraestrutura, em 2014, foram inaugurados o complexo do Edifício Sede Nacional da PRF em Brasília/DF e do Edifício Sede Regional da PRF em Curitiba/PR. Encontram-se em andamento 49 obras em âmbito nacional, sendo prevista a conclusão de outras 11 obras. Para 2015, está prevista a execução de mais 40 obras.

Para 2015, complementando os sistemas móveis de informação, estão previstas as aquisições de *tablets* para todas as viaturas operacionais, além da implementação das soluções de radiocomunicação digital em toda a faixa de fronteira dos Estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Já para o Projeto Alerta Brasil está prevista a expansão de mais 180 pontos de monitoramento eletrônico.

c) Sistema Penitenciário Brasileiro

Tendo como pressuposto a humanização do Sistema Penitenciário, destacam-se os avanços obtidos no ano de 2014 pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, lançado em 2011, cujas principais metas são zerar o *déficit* de vagas para mulheres; e reduzir o número de presos em Delegacias de Polícia, transferindo-os para cadeias públicas.

Com esse propósito, foram financiadas 99 obras, totalizando investimento federal de R$ 1,2 bilhão. Desde 2011, já foram entregues mais de 10,2 mil vagas e contratadas outras 18,2 mil. Foram doados aos Estados seis tipos de projeto-referência de

arquitetura, três masculinos e três femininos, todos com espaços adequados para atividades laborais e educacionais. Por fim, foram entregues equipamentos de informática, sistema de circuito fechado de televisão, equipamentos de segurança e revista, coletes, *scanners* corporais e armamentos de baixa letalidade, além de terem sido doados 388 veículos-cela e ambulâncias, com investimento total de R$ 41,4 milhões.

No que tange ao recorte de gênero, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República instituíram a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas. Essa política orienta os governos estaduais na elaboração de ações para: i) atenção à gestação e à maternidade na prisão; ii) assistência material; iii) acesso à saúde, educação e trabalho; iv) assistência jurídica; v) atendimento psicológico; e vi) capacitação permanente de profissionais do sistema prisional feminino. Estima-se que o número de mulheres beneficiadas pela política será de 36 mil, até o final de 2015.

Além disso, objetivando a humanização do sistema prisional feminino, o projeto-referência de arquitetura das prisões femininas conta com módulo de berçário e ambientes adequados para a mulher gestante e em período de amamentação, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Além disso, foram elaboradas duas cartilhas sobre saúde das mulheres no sistema prisional: "Inclusão das Mulheres Privadas de Liberdade na Rede Cegonha" e "Aleitamento Materno para Mulheres Privadas de Liberdade". Por fim, no que tange ao aparelhamento, foram entregues 43 Centros de Referência Materno Infantil, beneficiando 14 mil mulheres atendidas por serviços de assistência integrados ao Programa Rede Cegonha.

Têm-se envidado esforços para a implantação do Projeto de Centrais Integradas de Alternativas Penais, destinadas ao acompanhamento local do cumprimento das alternativas penais nos Estados de AM, GO, SC e TO, com o valor de investimento total de R$ 1,76 milhão. Adicionalmente, está em andamento a implementação de centrais de monitoração eletrônica de tornozeleiras, com investimento de R$ 6,49 milhões, beneficiando sete unidades federadas (DF, ES, MA, MS, SC e TO).

Destaca-se a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, que já conta com a adesão de 24 Estados e 134 Municípios. O objetivo é que cada unidade prisional seja um ponto integrante da Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). O investimento do Governo Federal, só em 2014, atinge cerca de R$ 50 milhões. Já estão sendo distribuídos nas unidades prisionais do País aproximadamente três mil *kits* de medicamentos e insumos. Foram implantadas 247 Unidades Básicas de Saúde Prisionais (UBSp), com investimento em todos os Estados, totalizando R$ 5,5 milhões que beneficiaram 108 mil presos. Também foi criado o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, um novo dispositivo que servirá como conector entre o Sistema de Justiça Criminal, o SUS e o Sistema Único de Assistência Social (Suas), redirecionando o modelo de assistência à saúde mental para o sistema prisional. Esse serviço foi implantado nos Estados do Maranhão e Piauí.

No que tange à Política Educacional nos Presídios, em 2014 foram efetivadas mais de 12 mil matrículas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) em cursos de educação profissional e tecnológica para presos e egressos. Também têm sido ampliados os exames educacionais de certificação, que contam com mais de 30 mil participantes por ciclo no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e mais de 22 mil no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Destaca-se ainda o Programa Brasil Alfabetizado que visa erradicar o analfabetismo no Sistema Prisional brasileiro, já tendo beneficiado 14,5 mil presos. Foram aprovadas ações de assistência financeira para 17 Estados, garantindo: i) a implementação dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional; ii) a aquisição de acervos bibliográficos; iii) a formação de profissionais; iv) a elaboração de material didático específico; e v) a aquisição de material esportivo e de recursos

pedagógicos. Em 2014, foram contabilizadas 5.628 novas vagas do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) para os estabelecimentos penais e 3.675 para as unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, totalizando 9.303 alfabetizados.

Já nas penitenciárias federais, foi implementado o projeto Remição pela Leitura, que permite a redução da pena dos presos que participarem de atividades orientadas de leitura de livros – prática reconhecida internacionalmente como inovadora de reinserção social. No que se refere à política de trabalho, destaca-se a continuação do Programa de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes, com implantação de oficinas de construção civil, panificação e corte e costura industrial. Já foram beneficiadas 93 unidades prisionais em todos os Estados atingindo um total de 42 mil presos, com R$ 9 milhões em investimento.

Ressaltam-se ainda os esforços da Escola Nacional de Serviços Penais (Espen), criada em 2012, a qual deu apoio para a criação das escolas estaduais hoje existentes em todas as unidades da Federação. Além disso, a Espen oferta mais de 40 mil vagas em diversos cursos de capacitação para servidores estaduais e federais que trabalham nas prisões. Em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), também criou a pós-graduação em Saúde Prisional, com oferta de centenas de vagas.

Foi desenvolvido pelo Governo Federal, em 2014, o Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional (SisDepen). O objetivo do Sistema é unificar a gestão dos dados referentes à execução de penas, prisão cautelar e medida de segurança produzidos pelos órgãos de segurança pública, do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da administração prisional. Pelo menos 22 unidades federadas já aderiram ao SisDepen. O SisDepen, disponibilizado sem ônus para os usuários, será também utilizado como ferramenta de gestão prisional, permitindo maior controle, segurança, eficiência e economicidade operacional das correspondentes atividades.

Considerando fundamental a participação da sociedad civil nas atividades de promoção e controle da execução penal, foi criada a Comissão Nacional de Fomento à Participação e Controle Social na Execução Penal, com a promoção das seguintes ações: i) I Encontro Nacional dos Conselhos da Comunidade; ii) I Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais Penitenciários; iii) capacitação em parceria com o Ministério da Saúde no que tange à política sobre tuberculose; iv) implantação da matriz curricular de capacitação dos conselhos da comunidade, com encontros estaduais; e v) inspeções conjuntas à unidades prisionais.

Para 2015, o objetivo fundamental é o estreitamento da relação com as unidades da Federação. O tema prisional continuará a ser trabalhado em consonância com suas transversalidades, procurando integrar políticas de assistência para as pessoas privadas de liberdade. Além disso, será criada uma Missão Nacional de Apoio à Gestão Prisional, formada por servidores do sistema penitenciário federal e por servidores responsáveis por boas práticas nos Estados.

d) Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual

Em 2014, no Projeto Cidade Livre de Pirataria, deu-se prosseguimento à meta de estabelecer cooperação com as Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, firmando acordo de cooperação técnica com as prefeituras de Natal/RN e Fortaleza/CE.

Em outra frente, iniciou-se o mapeamento do consumo de produtos piratas e contrafeitos, por meio do Projeto Radiografia da Pirataria, conduzido em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em 2015, serão consolidadas as informações do Sistema de Informações de Percepções Sociais – vocacionado a dimensionar os hábitos de consumo do público-alvo.

Já no âmbito do Projeto Cidade Livre de Pirataria, estima-se ampliar o acordo de cooperação existente para outras cidades brasileiras. Relacionadas com o combate à pirataria no Brasil, serão empreendidas ações repressivas, econômicas e, especialmente, educativas, com previsão de ações especiais durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Também será realizado

seminário anual do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), fórum nacional de debates sobre enfrentamento à pirataria, defesa da propriedade intelectual e promoção da inovação e do desenvolvimento econômico.

e) Cidadania e Acesso à Justiça

Dentre as ações voltadas para democratização do acesso à Justiça e de promoção de alternativas à prevenção e resolução de conflitos, destaca-se o Projeto Atlas e o Aplicativo do Atlas para facilitar a difusão das informações de acesso à Justiça. Em dezembro de 2014, foi lançado o "2º Caderno de Indicadores Nacionais de Acesso à Justiça", o qual está disponível no endereço http:// www.acessoajustica.gov.br.

Também foi lançada a Estratégia Nacional de Redução de Litígios, instituída para formalizar articulação interinstitucional e multidisciplinar para desenvolver, consolidar e difundir procedimentos, mecanismos, instrumentos e métodos alternativos de solução de conflitos.

Ainda em 2014, referente ao Plano de Ação da Escola Nacional de Mediação foram capacitadas 7,5 mil pessoas nos cursos "Resolução Consensual de Conflitos Coletivos Envolvendo Políticas Públicas", "Resolução de Conflitos para Representantes de Empresas" e "Fundamentos de Mediação Comunitária". Em 2014, foram realizadas duas edições do curso "Resolução Consensual de Conflitos Coletivos Envolvendo Políticas Públicas" e três edições do curso "Resolução de Conflitos para Representantes de Empresas". Já o curso "Fundamentos de Mediação Comunitária" foi desenvolvido em 1ª edição.

Foi ainda instituída pelo Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça, a Comissão para o Desenvolvimento do IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, além de seis pesquisas, entre as quais: i) "Estudo sobre Resolução Extrajudicial de Conflitos dos Serviços Regulados por Agências Governamentais"; ii) "Estudo sobre Soluções Alternativas para Conflitos Fundiários Agrários e Tradicionais"; e iii) "Estudo sobre Atuação da Justiça nos Conflitos Fundiários Urbanos". Além das pesquisas, foi lançada a primeira edição da "Revista Diálogos sobre a Justiça".

No âmbito do Programa Brasil Mais Seguro, fomentou-se a articulação entre os órgãos de Segurança Pública e de Justiça Criminal, instituindo quatro Câmaras de Monitoramento nos Estados aderentes ao Programa (AL, RN, SE e PB). Na área da prevenção, foi estimulada a instalação de Núcleos de Justiça Comunitária e Casas de Direitos, que buscam facilitar a promoção de políticas e serviços públicos de acesso à Justiça e à cidadania nas comunidades em situação de vulnerabilidade. Já foram instalados cinco núcleos de Justiça Comunitária.

Foi lançado, também em 2014, o Programa Segurança sem Violência, fruto de parceria entre Ministério da Justiça (MJ), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conselhos Nacionais de Justiça, do Ministério Público, das Defensorias Públicas e de Secretários Estaduais que atuam nas áreas de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária. Para o acompanhamento das metas estabelecidas no Programa, foi criada a Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal, ação interinstitucional permanente.

Para 2015, prevê-se a manutenção e ampliação do Atlas de Acesso à Justiça, além de pesquisas sobre a desburocratização dos cartórios judiciais. Insta destacar ainda o fortalecimento de programas prioritários como o Brasil Mais Seguro, Justiça Comunitária e Casas de Direitos, para o aprimoramento do Sistema de Justiça, de modo a torná-lo mais acessível, ágil e efetivo.

Para subsidiar a formulação de propostas legislativas e institucionais, o Projeto Pensando o Direito promove pesquisas empíricas na área. Em outra frente, vêm sendo implementadas ações que visam ao uso de ferramentas tecnológicas, as quais permitirão a participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão de políticas públicas.

Destacam-se os avanços no aprofundamento do processo democrático brasileiro a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição. Em 2014, foram julgados 1.590 processos de anistia política. Desde 2001, a Comissão de Anistia recebeu aproximadamente 74 mil requerimentos, dos quais 64 mil foram apreciados.

No que tange à política de reparação moral, o Governo realizou em 2014 as seguintes estratégias:

- Ciclo 50 Anos do Golpe – programação que envolveu o lançamento e a exibição de filmes, peças de teatro, exposições, e a realização do "Congresso Internacional 50 anos do Golpe: a nova agenda da Justiça de Transição no Brasil";
- Marcas da Memória – execução de 16 convênios e termos de parceria com organizações da sociedade civil focadas na temática da anistia, além de quatro termos de cooperação com entidades públicas federais;
- Trilhas da Anistia – cinco monumentos foram inaugurados em Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Florianópolis;
- Clínicas do Testemunho – as quatro clínicas estabelecidas no ano de 2012 já somam: i) mais de três mil atendimentos terapêuticos a vítimas da violência de Estado; ii) mais de 350 horas de capacitação a profissionais de diversas áreas; iii) 14 publicações e materiais audiovisuais; e iv) 29 eventos de divulgação pública do projeto e sua metodologia;
- Caravanas da Anistia – 11 edições percorreram PE, BA, RJ, SP, PA, MG, RS, DF e SC;
- Pesquisas com vistas a subsidiar o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, bem como os relatórios de comissões de verdade estaduais, municipais e setoriais;
- No campo da cooperação internacional, destaque para as realizações da parceria estabelecida com a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, única rede com atuação global dedicada ao tema da memória pós-autoritarismo e episódios de violência em escala;
- Conclusão das etapas iniciais do projeto de implementação do Laboratório de Tecnologia para Pesquisa em Memória e Direitos Humanos, iniciativa de suporte ao acervo digital da Comissão de Anistia e a pesquisas dedicadas à temática da justiça de transição e áreas correlatas no campo dos direitos humanos; e
- Obras de reforma e novas edificações do complexo do Memorial da Anistia Política do Brasil, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais.

Em 2015, a apreciação dos requerimentos de anistia política continuará a ser priorizada, e espera-se implementar em sua integralidade o sistema gerencial de tramitação desses processos. Além disso, a Comissão pretende dar continuidade às ações de memória, consolidando e implementando projetos, tais como o Laboratório de Tecnologia para Pesquisa em Memória e Direitos Humanos.

Sobre o tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas, no ano de 2014 pode-se destacar o início da execução do Projeto Migrações Transfronteiriças, com a Comissão Europeia, o *International Centre for Migration Policy Development* e o Ministério do Trabalho e Emprego, que tem como objetivo fortalecer a capacidade do Governo brasileiro na melhoria do gerenciamento dos fluxos migratórios, com foco em potenciais vítimas de tráfico. Foram realizadas pesquisas em Municípios de fronteira para análise da viabilidade e necessidade da implementação de Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, bem como recomendações para a metodologia de atuação desses equipamentos nas fronteiras, com a implantação nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Porto de Manaus e Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas.

Para 2015, haverá a continuidade dos projetos em execução, sendo ainda previstos: i) capacitação de servidores em Municípios da fronteira, no âmbito do Projeto Migrações Transfronteiriças; ii) implantação do Observatório Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; iii) ampliação de campanhas de sensibilização sobre enfrentamento de tráfico de pessoas; iv) organização da 2ª Semana Nacional de Mobilização; v) fomento da constituição de novos Comitês Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; e vi) ampliação e fortalecimento da rede de Núcleos de Enfrentamento e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante.

Já no campo da Classificação Indicativa, no ano de 2014 destaca-se a realização do Projeto Classifique, com o objetivo de democratizar e ampliar o controle social e a transparência sobre a Política Pública de Classificação Indicativa. O Projeto fez com que cidadãos de todas as regiões do Brasil se tornassem classificadores voluntários e passassem a contribuir nas atividades de apoio ao monitoramento de programas de TV, de jogos e aplicativos, e à análise prévia de obras de cinema e DVD. O processo seletivo analisou 384 inscrições e escolheu 21 classificadores externos que passaram por um curso de formação.

Na acreditação de entidades sociais, podem ser mencionadas as seguintes ações: a implementação de práticas de desburocratização nos processos de qualificação e manutenção de entidades acreditadas; e a elaboração da proposta de regulamentação de todos os processos relacionados às entidades que desejem obter credenciamento junto ao Ministério da Justiça. Para 2015, projeta-se aprimorar as práticas de boa gestão processual e modernizar sistemas informatizados, dando continuidade à reestruturação do Cadastro Nacional de Entidades Sociais. Pretende-se ainda firmar acordos de cooperação técnica com órgãos interessados no tratamento e aproveitamento dos dados disponíveis. Também serão promovidas oficinas de treinamento, para os representantes das entidades, acerca de relatórios de atividades e da obtenção das qualificações.

f) Cooperação Internacional

No âmbito da cooperação jurídica internacional no ano de 2014, foram processados 3.780 pedidos de cooperação em matéria cível (ações de alimentos, investigação de paternidade, etc.) e 1.448 em matéria penal. Quanto aos casos de recuperação de ativos, somente em 2014 já foram bloqueados mais de US$ 30 milhões no exterior, além de imóveis e bens de valor cultural e histórico, fruto de crimes praticados no Brasil. Ainda há previsão da repatriação de mais de US$ 20 milhões oriundos de prática de corrupção no Brasil.

Ressalta-se ainda a ratificação da Convenção da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado sobre Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial e a negociação de outros acordos bilaterais de cooperação jurídica internacional em matéria civil, com Colômbia, Cuba, Peru e Ucrânia; e em matéria penal, com Belarus, Grécia e Indonésia. Foram ainda envidados esforços para atender às demandas emergenciais dos haitianos instalados na fronteira do Acre com a Bolívia.

Foi organizado ainda, juntamente com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o processo de concertação regional em matéria de refúgio, apatridia e proteção regional, denominado "Cartagena + 30", realizado em dezembro em Brasília/DF, ocasião em que foram homologados Declaração e Plano de Ação do Brasil, estabelecendo metas e desafios para os refugiados e apátridas na região da América Latina e do Caribe para os próximos dez anos.

Apoiou-se também a instituição do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados do Estado do Rio de Janeiro, trazendo para a atuação na temática dos refugiados a Cruz Vermelha do Estado, e a construção do Plano Estadual de Atenção ao Refugiado, primeiro a ser implementado no País. Outra realização se dá na iniciação do processo de modernização dos fluxos relacionados aos direitos dos imigrantes em geral, com destaque à simplificação dos pedidos de permanência.

Destaque maior se dá à parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) para a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar). A etapa nacional contou com a participação de 444 delegados eleitos e resultou na produção do Relatório Final da 1ª Comigrar.

Somente no primeiro semestre de 2014, foram concedidas 9.958 permanências e prorrogação de permanências, 924 naturalizações e 267 reconhecimentos de igualdade de direitos entre portugueses e brasileiros. Ao longo de todo o ano, foram entregues 893 protocolos provisórios de refúgio, somando 5.898 solicitações de refúgio, e apreciados 1.929, dos quais 1.791 foram reconhecidos como refugiados e 138 foram indeferidos. No segundo semestre, após modificações nos procedimentos de requerimentos de permanência que aceleraram sua tramitação processual, mais de 35 mil permanências foram concedidas.

Para 2015, vislumbra-se: i) a discussão para a revisão da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980; ii) a promoção da inserção de migrantes nas políticas públicas brasileiras; iii) a edição de lei sobre apatridia; iv) a ampliação do programa de reassentamento brasileiro a jovens congoleses; v) a assinatura de Acordos de Residência com países da África, Ásia e Américas para facilitação do ingresso e permanência de migrantes no Brasil; vi) a revisão de procedimentos para aplicação de critérios específicos e condicionantes para a execução da expulsão, com redução representativa do volume executado no Brasil; vii) a ampliação e execução das recomendações do programa de melhoria de qualidade dos procedimentos para determinação da condição de refugiado; e viii) a modernização das políticas relacionadas à nacionalidade, naturalização e igualdade de direitos, e continuidade do aperfeiçoamento de seus fluxos.

g) Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários De Crack, Álcool e Outras Drogas

O Programa *Crack*, é Possível Vencer, foi lançado em dezembro de 2011 e possui três eixos de atuação: prevenção, cuidado e autoridade.

No âmbito das capacitações, aproximadamente 143 mil profissionais de diversas áreas de atuação foram capacitados em cursos. Foram ainda ampliados e mantidos 45 Centros Regionais de Referência (CRR), que ofereceram capacitação para 13,5 mil profissionais em todo o País. Ampliou-se também a rede de capacitação por meio das universidades públicas, com a contratação de 21 novos CRR ao custo de R$ 7,5 milhões.

Em 2014, houve lançamento do edital Viva Jovem, que selecionou projetos de prevenção em áreas de maior vulnerabilidade em centros urbanos por todo o País. Foram selecionadas 58 propostas, com investimentos de R$ 13 milhões em mais de 30 Municípios de maior vulnerabilidade.

No que diz respeito ao Projeto VIVAVOZ, ocorreu a transformação da central telefônica de orientações e informações sobre drogas em serviço de utilidade pública, atendendo pelo telefone 132. O VIVAVOZ também passou a operar, durante 24 horas, todos os dias da semana, inclusive durante finais de semana e feriados. De 2012 a novembro de 2014, foram protocoladas 766.204 chamadas.

Já no eixo cuidado, houve aumento de mais de 100% das vagas contratadas em Comunidades Terapêuticas (CTs) para o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas em relação ao ano de 2013. Em 2014, foram contratadas mais 56 CTs e recebidas 172 propostas, com oferta de mais de duas mil vagas voltadas para o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de *crack* e outras drogas. Estima-se a oferta total de 8.037 vagas de acolhimento.

Merecem destaque as seguintes pesquisas em 2014: i) início do 3º Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, que dá sequência à série histórica iniciada em 2001, com investimento de R$ 8 milhões; ii) publicação do estudo Práticas Integrativas na Aplicação da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; iii) início do levantamento

sobre o uso de drogas no sistema carcerário; iv) início da primeira pesquisa de avaliação das comunidades terapêuticas; e v) início pesquisa para investigação de métodos e equipamentos de detecção de outras drogas além do álcool para uso em condutores de veículos automotores.

Com relação à comunicação com a população, o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas apresenta informações à sociedade referentes a serviços e equipamentos de atendimento à população e serve de repositório para pesquisas produzidas na área de dependência química, álcool e outras drogas.

No âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, foi discutido e aprovada proposta para o Marco Regulatório das Comunidades Terapêuticas no País, que determina regras para o funcionamento e as atividades dessas entidades.

Ainda em 2014, na temática de prevenção do uso de drogas, foram realizados eventos como: i) XIII Concurso Nacional de Monografias; ii) campanha "Bebeu, Perdeu", com temática voltada para o uso de álcool e direcionada para o público adolescente durante o período do carnaval; iii) I Congresso Internacional de Prevenção dos Problemas relacionados ao Uso de Drogas; e iv) Semana Nacional de Prevenção ao Uso de Drogas que, neste ano, teve como temática a Prevenção do Uso Precoce de Álcool.

Ao longo de 2014, foram estruturados núcleos em 21 Municípios que aderiram ao Programa *Crack*, é Possível Vencer, intensificando o Projeto Redes, que consiste na inserção de articuladores locais que fomentem espaços de discussão permanente sobre a temática e contribuam com a organização e articulação de redes intersetoriais de atenção ao usuário de álcool e outras drogas.

Por fim, em 2014 houve a capacitação de 3.173 profissionais de segurança pública para atuação nas bases móveis dos Municípios que aderiram ao *Crack*, é Possível Vencer, totalizando 7.538 profissionais capacitados desde o início do Programa em 2011. Também foram formados 1.202 instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, totalizando 2.703. Dos equipamentos adquiridos, foram entregues, em 2014, 62 bases móveis, totalizando 132 bases entregues ao longo do Programa; 140 veículos e 140 motocicletas, totalizando 280 veículos; e 280 motocicletas. Em 2015, prevê-se a entrega aos Municípios que fizeram a adesão ao Programa dos seguintes equipamentos: 70 bases móveis com videomonitoramento; 140 veículos; 140 motocicletas; e 2,8 mil pontos de videomonitoramento fixo. Serão também capacitados mais dois mil profissionais de segurança pública e desenvolvidas ações de acompanhamento e fortalecimento dos Comitês Locais de Articulação entre a rede de segurança pública e os demais parceiros do Programa, tais como as redes de saúde, de assistência social, de educação e o sistema de garantia de direitos.

Estão previstas para 2015: i) a manutenção de 47 CRRs com 21.252 profissionais das áreas de saúde, assistência social, sistema de justiça e segurança pública e implantação de outros 14 CRRs ii) o financiamento de 150 projetos de prevenção ao uso de drogas e de reinserção social para dependentes químicos por meio do VIVAJOVEM; iii) a ampliação dos núcleos de articulação da rede local de políticas sobre drogas por meio da ampliação do Projeto Redes para todos os 118 Municípios que aderiram ao Programa *Crack*, É Possível Vencer; iv) a contratação de dez mil vagas em comunidades terapêuticas para acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de *crack* e outras drogas; e v) a manutenção e ampliação do serviço telefônico 24 horas de informações sobre drogas (VIVAVOZ – 132).

Serão capacitados 50 mil profissionais das áreas de saúde, de assistência social, de segurança pública e do sistema de justiça e de lideranças comunitárias e religiosas. Pretende-se ainda criar a Escola Nacional de Adições para capacitação dos profissionais dos CRRs e gestores. Além disso, serão realizadas a pesquisa para Investigação do Uso de Substâncias Não Proscritas para o Tratamento da Dependência Química e o Segundo Levantamento Nacional sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários. Também será concluída a Primeira Pesquisa de Avaliação das Comunidades Terapêuticas. Há também a proposta de elaboração do 2º Relatório Brasileiro sobre Drogas e de criação da Rede de Pesquisa para cadastro, articulação e fomento aos pesquisadores de álcool, drogas e dependência química no Brasil.

Infraestrutura para Todos:
Desenvolvimento e
Qualidade de Vida
IV

IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

1. Energia

a) Energia Elétrica

A matriz energética brasileira, no ano de 2014, apresentou a proporção de 40% de fontes renováveis, contrastando com 9% da participação dessas fontes para os países ricos e 13% em relação à média mundial, o que caracteriza o Brasil como possuidor de uma matriz essencialmente limpa. Na matriz de oferta total de eletricidade, as fontes renováveis responderam, em 2014, por 75%, enquanto no mundo o indicador é de 21%. Essa configuração da matriz energética se traduz em baixos indicadores de emissão de CO_2 pelo uso de energia. Enquanto no Brasil o indicador é de 1,56 tCO_2 por tep (tonelada equivalente de petróleo) consumida, no mundo esse indicador é de 2,37 tCO_2/tep, ou seja, 53% superior.

No último biênio, o Setor Elétrico Brasileiro vivenciou condições hidrológicas desfavoráveis, observando-se redução no nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas – em especial, o início do período úmido do ano de 2014 foi caracterizado pela presença persistente de um sistema de alta pressão no oceano, próximo da região Sudeste, que impediu o avanço de frentes frias vindas do Sul, bem como a formação da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), ocasionando uma estiagem prolongada nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste. Com isso, não ocorreram chuvas previstas nas principais bacias hidrográficas, onde se localizam cerca de 70% dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Por exemplo, em fevereiro de 2014, as energias afluentes aos reservatórios das regiões Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e Sul, foram as menores observadas desde 1931, ano inicial do registro histórico.

Essa situação resultou em aumento expressivo do preço da energia no mercado de curto prazo (Preço de Liquidação de Diferenças – PLD) e necessidade de acionamento intenso do parque de geração termelétrico.

É importante registrar que todos os custos extras incorridos, inclusive os mais recentes, pelas concessionárias de distribuição, considerando o acionamento das usinas termelétricas ou a compra de energia no mercado de curto prazo para cobrir sua exposição involuntária, são repassados à tarifa, nos processos tarifários ordinários (reajustes ou revisões), uma vez por ano. Tal exposição ocorre quando a concessionária de distribuição não consegue atender à obrigação de estar totalmente contratada, sem que tenha dado causa a essa circunstância.

Nesse ínterim, esses custos são contabilizados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA), cujo saldo é reconhecido na tarifa nos processos tarifários. Todavia, podem ocorrer exposições financeiras pelo fato de as distribuidoras terem que fazer frente a dispêndios cuja cobertura tarifária ocorrerá somente a partir da data de reajuste ou revisão.

Assim, com o intuito de aliviar o descasamento do fluxo financeiro e evitar problemas de solvência das distribuidoras pelas despesas incorridas com a exposição involuntária e o acionamento das usinas termelétricas, foi criada a Conta-ACR, pelo Decreto nº 8.221, de 1º de abril de 2014, a qual possibilitou a contratação de duas operações de financiamento, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), totalizando R$ 17,8 bilhões. O objetivo dessa contratação foi otimizar os custos financeiros e propiciar menor ônus para o consumidor final, indo ao encontro da modicidade tarifária. Destaca-se que as operações têm prazo de amortização de 24 meses e prazo de carência até novembro de 2015.

Buscando ainda o aperfeiçoamento do modelo do setor elétrico, instituído pela Lei nº 10.848, de 2004, e considerando as frustrações de compra de energia para atender às necessidades das distribuidoras, constatou-se a necessidade de realização de leilão de energia existente para início de entrega no mesmo ano da licitação, para que as concessionárias não ficassem expostas, involuntariamente, ao preço do mercado de curto prazo.

Para a expansão do setor em 2014, até o mês de outubro foram incorporados mais 7.509,32 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN) atingindo-se o patamar de 133,9 mil MW de capacidade instalada de geração. Somente no período de 2011 a 2014 foram instalados cerca de 21,5 mil MW no SIN.

No período de 2011 a 2014, entraram em operação 24.937 km de linhas de transmissão e atualmente estão em licenciamento ou construção cerca de 37 mil km de novas linhas de transmissão.

a.1) Geração e Transmissão

Geração

No ano de 2014, dentre os empreendimentos que entraram em operação, destacam-se:

- A UHE Santo Antônio (RO) onde, dos 3.568 MW previstos na usina, 2.286,08 MW já entraram em operação, sendo 1.157,84 MW somente em 2014;
- A UHE Jirau (RO), com 1.500 MW em operação comercial, de um total de 3.750 MW previstos na usina. Só em 2014 foram liberados 1.425 MW;
- A UHE Batalha (MG), com 52,5 MW, que entrou em operação comercial e foi concluída em 2014. Destaca-se a importância dessa UHE, uma vez que a sua entrada em operação comercial permitiu agregar ao SIN 2% na cascata onde se localiza;
- A UHE Santo Antônio do Jari (AP/PA), com 373,4 MW, a qual teve liberada a operação comercial de suas 4 unidades geradoras, foi concluída em 2014;
- A UTE (Usina Termelétrica) Baixada Fluminense, movida a gás natural, que entrou em operação comercial com 344 MW dos 530 MW instalados;
- Os Parques Eólicos Morro dos Ventos I, III, IV, VI e IX, que possuem capacidade instalada de 145,2 MW distribuídos em 91 aerogeradores;
- Os Parques Eólicos Santa Clara I a VI, que somam 90 unidades geradoras, totalizando 180 MW instalados; e
- Os Parques Eólicos União dos Ventos 1 a 10, que totalizam 169,6 MW de potência instalada em 105 aerogeradores.

Em 2014 tiveram início as obras de 125 usinas, sendo cinco UHEs, dez PCHs, oito UTEs e 102 UEEs (Usinas de Energia Eólica), destacando-se: i) as UHEs Cachoeira Caldeirão (219 MW AP) e Baixo Iguaçu (350,2 MW – PR); ii) a UTE Eldorado (141 MW); e iii) os Parques Eólicos Asa Branca I a III (90 MW), Baixa do Feijão I a IV (120 MW) e Ventos de Santa Joana (330 MW).

Para 2015 está previsto o acréscimo de mais 6.410 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica no País, sendo 3.738 MW de fonte hídrica, 690 MW de térmica e 1.982 MW de eólica.

Dentre os principais empreendimentos de geração previstos para 2015, destacam-se:

- A conclusão da UHE Santo Antônio do Jari (AP) com a entrada em operação de toda a capacidade instalada;
- A entrada em operação de novas unidades geradoras das UHEs Jirau (1.425 MW) e Ferreira Gomes (252 MW), além do início de operação da UHE Teles Pires (1.820 MW);

- A conclusão da UTE Mauá 3 (583 MW); e
- A operação dos Complexos Eólicos Calango (150 MW), Vento de Santa Joana (330 MW), Vento de Santo Onofre (90 MW), e Chuí (100 MW).

Transmissão

O Sistema Interligado Nacional (SIN) alcançou a marca dos 125 mil km instalados em 2014, com a implantação, até 31 de dezembro, de mais 8.876 km de linhas de transmissão. Já no período de 2003 a dezembro de 2014, foram incorporados ao SIN um total de 49,6 mil km de linhas de transmissão com incremento de 65% em relação ao existente em 2002. Este reforço nas instalações da Rede Básica permite maior confiabilidade, segurança e flexibilidade operacional, além do aumento da capacidade de transferência de energia entre as regiões, e melhor otimização da diversidade hidrológica.

No ano de 2014, dentre os empreendimentos concluídos, são destaques:

- Conclusão das obras do segundo bipolo de corrente contínua (+/- 600 kV), a LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 C2, com 2.382 km de extensão, planejada para transportar a energia proveniente das usinas hidrelétricas do rio Madeira para os grandes centros de consumo na região Sudeste;
- Energização da LT 500 kV Mesquita - Viana 2 e da LT 345 kV Viana 2 – Viana, planejadas para ampliar a capacidade de suprimento ao Estado do Espírito Santo; e
- Energizações das novas Subestações (SE): SE Santa Quitéria (400 MVA), no Paraná; SE Cerquilho III (400 MVA), em São Paulo e SE Igaporã (300 MVA), na Bahia.

a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Foram outorgados 135 empreendimentos de geração de energia elétrica em 2014, decorrentes dos leilões de energia nova e reserva:

- 19º Leilão de Energia Nova (A-3/2014): realizado no dia 6 de junho de 2014, com o objetivo de suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2017, contratou 395,2 MW médios de energia elétrica, com capacidade instalada total de 968,6 MW, provenientes de 21 usinas eólicas (265,6 MW médios) e da ampliação da UHE Santo Antônio, localizada no Estado de Rondônia, representando um acréscimo de 417,6 MW à capacidade instalada da usina e totalizando, assim, 3.568 MW de potência instalada e 2.424,2 MW de garantia física, tendo sido comercializados 129,6 MW médios ao preço de R$ 121,00/MWh. O preço médio ao final do certame foi de R$ 126,18/MWh, alcançando um deságio médio de 1,37%. As 22 usinas serão instaladas nos seguintes Estados: Ceará (5), Pernambuco (11), Rio Grande do Norte (3), Rio Grande do Sul (2) e Rondônia (1), com investimentos previstos da ordem de R$ 3,74 bilhões;
- 6º Leilão de Energia de Reserva (Leilão de Energia de Reserva 2014): realizado em 31 de outubro de 2014, resultou na contratação de 31 usinas eólicas (333,4 MW médios) e 31 usinas solares (202,3 MW médios), totalizando uma capacidade instalada de 1.658,8 MW, com início de suprimento em outubro de 2017. O preço médio da energia contratada foi de R$ 169,82/MWh, alcançando um deságio médio de 9,94%. As usinas serão instaladas nos Estados de Bahia (30), Ceará (2), Goiás (1), Minas Gerais (3), Paraíba (1), Pernambuco (3), Piauí (3), Rio Grande do Norte (10) e São Paulo (9), e os investimentos previstos são da ordem de R$ 7,11 bilhões. Por fim, destaca-se a negociação inédita de energia proveniente de empreendimentos de fonte solar, representando a viabilização de mais uma fonte de energia limpa e renovável;
- 20º Leilão de Energia Nova (A-5/2014): realizado no dia 28 de novembro de 2014, com o objetivo de suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2019, contratou 2.742,5 MW médios de energia elétrica, com capacidade

instalada total de 4.980 MW, provenientes de três usinas térmicas a gás natural (1.699,5 MW médios), de uma usina térmica a carvão mineral (294,5 MW médios), de oito usinas térmicas a biomassa (309,7 MW médios), de três pequenas centrais hidrelétricas (23,7 MW médios), de 36 usinas eólicas (415,1 MW médios). O preço médio ao final do certame foi de R$ 196,11/MWh, alcançando um deságio médio de 1,72%. As 51 usinas serão instaladas nos Estados do Acre (1), Amazonas (1), Bahia (17), Goiás (2), Minas Gerais (1), Mato Grosso do Sul (1), Mato Grosso (3), Paraíba (3), Pernambuco (1), Piauí (9), Rio Grande do Norte (7), Rio Grande do Sul (2) e São Paulo (3). O investimento será da ordem de R$ 15,2 bilhões;

- 13º Leilão de Energia Existente (Leilão A 2014): realizado em 30 de abril de 2014, resultou na contratação de 2.046 MW médios de energia a um preço médio de R$ 268,33/MWh, com início de suprimento em 1º de maio de 2014. Destaca-se que este leilão reduziu significativamente a exposição involuntária das distribuidoras ao mercado de curto prazo; e
- 14º Leilão de Energia Existente (Leilão A-1 2014): realizado em 5 de dezembro de 2014, resultou na contratação de 622 MW médios de energia a um preço médio de R$ 197,09/MWh, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

Ressalta-se a licitação da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Destaca-se também que as usinas cujas concessões venceram e ainda não foram licitadas, ou estão sendo operadas temporariamente por seus responsáveis ou por entidade da administração pública federal até a assunção do novo concessionário, quando da licitação dessas concessões, garantindo, assim, a continuidade da prestação do serviço, conforme prevê o art. 9º da Lei nº 12.783, de 2013. Ademais, cabe salientar que a energia desses empreendimentos foi alocada em cotas de garantia física de energia e potência às distribuidoras do SIN, sendo remuneradas por tarifa definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), nos termos do art. 1º da referida Lei.

Também em 2014 foram realizados três leilões de linhas de transmissão, totalizando 7.048 km de linhas e 27 subestações, com acréscimo de 20.623 MVA de transformação, conforme dados abaixo:

- Leilão de Transmissão nº 11/2013: realizado em 7 de fevereiro de 2014, resultou na licitação do ELO HVDC ±800 kV de Belo Monte, com 2.092 km e duas estações conversoras, totalizando 7.850 MVA. As instalações de transmissão serão implantadas nos Estados do Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. A receita anual permitida foi de R$ 434,6 milhões, alcançando um deságio de 38% O investimento será de R$ 5 bilhões, permitindo a geração de 15.476 empregos diretos durante a fase de construção;
- Leilão de Transmissão nº 01/2014: realizado em 9 de maio de 2014, resultou na contratação de 2.377 km de linhas de transmissão e 18 subestações, que acrescentarão 7.776 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 500 kV, 230 kV, 138 kV e 69 kV, a serem implantados em onze Estados: Pará, Amazonas, São Paulo, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, Tocantins e Paraná. A receita anual permitida foi de R$ 350 milhões, alcançando um deságio médio de 13,18% O investimento será de R$ 3,4 bilhões, permitindo a geração de 13.396 empregos diretos durante a fase de construção; e
- Leilão de Transmissão nº 04/2014: realizado em 18 de novembro de 2014, resultou na contratação de 2.579 km de linhas de transmissão e nove subestações, que acrescentarão 5.081 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 500 kV, 230 kV, 138 kV e 69 kV, a serem implantados em seis Estados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Amapá e Pará. A receita anual permitida foi de R$ 377 milhões, alcançando um deságio médio de 12,88% O investimento será de R$ 3,6 bilhões, permitindo a geração de 21.051 empregos diretos durante a fase de construção.

a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

Com relação à expansão da geração, no ano de 2015, está prevista a realização de leilões para a compra de energia nova: A-5 (30 de abril), com início de suprimento em 2020; A-3 (24 de junho), com início de suprimento em 2018; para a contratação

de energia reserva; e já está marcado o Leilão de Fontes Alternativas para o dia 27 de abril de 2015, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2016 e 1º de janeiro de 2017. Além desses leilões, está prevista a realização de leilão para a contratação de energia existente. Há previsão também para realização da licitação das UHEs São Luiz do Tapajós (8.040 MW), Jatobá (2.338 MW), Tabajara (350 MW), Itaocara I (150 MW), Apertados (135 MW), Telêmaco Borba (109 MW), Ercilândia (96 MW) e Davinópolis (74 MW), totalizando 11.292 MW.

Relativamente à expansão da transmissão, para o ano de 2015 estão previstos leilões de linhas de transmissão e subestações para a implantação de aproximadamente 6.784 km de linhas de transmissão e 15.808 MVA de capacidade de transformação. Esses leilões estão de acordo com a programação de outorgas de transmissão e com o documento de Consolidação de Obras de Rede Básica - 2015, abrangendo todas as regiões brasileiras e ampliando a capacidade de transmissão do SIN, em especial das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Também está prevista a licitação do segundo bipolo em 800 kV Xingu - Terminal Rio, com extensão aproximada de 2.450 km e 4.000 MVA de transformação, o que permitirá o escoamento da energia da UHE Belo Monte.

No ano de 2015, o MME tem como meta a implantação de mais 7.120 km de linhas de transmissão licitadas e autorizadas, sendo que os principais destaques são:

- Na região Norte, a conclusão do 3º circuito da Linha de Transmissão Porto Velho - Jauru prevista para o primeiro semestre de 2015;
- Na região Nordeste, a conclusão das LTs Ceará Mirim II - Campina Grande III e LT Sobral - Acaraú, ambas em 230 kV e necessárias para ampliação de oferta da geração provenientes das usinas eólicas;
- Na região Sul, a conclusão da LT 230 kV Viamão 3 - Restinga - Porto Alegre 13, planejada para ampliar a capacidade de suprimento ao Estado do Rio Grande do Sul; e
- Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, a conclusão da Interligação Teles Pires, possibilitando o escoamento da energia gerada pela UHE (Usina Hidrelétrica) Teles Pires para o centro consumidor da região Sudeste.

Em 2015, o MME também tem como meta a implantação de mais 6.410 MW de capacidade de geração de energia elétrica, sendo que os principais destaques são:

- Na região Norte, a conclusão da UHE Ferreira Gomes com a entrada em operação da UG3 – 84,0 MW, a entrada em operação de 19 unidades geradoras da UHE Jirau – 1.425 MW, e a entrada em operação da UHE Teles Pires – 1.820 MW;
- Na região Nordeste, a entrada em operação de 59 usinas eólicas, somando cerca de 1.500 MW, dentre elas: o Complexo Eólico Ventos de Santa Joana – 270 MW e o Complexo Eólico Ventos de Santo Onofre – 90 MW;
- Na região Sul, a entrada em operação de 19 usinas eólicas, somando cerca de 450 MW, dentre elas o Complexo Eólico Chuí – 98 MW e o Complexo Eólico Verace – 96 MW; e
- Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, a entrada em operação da UTE Eldorado, a biomassa – 141,02 MW e a entrada em operação de 3 PCHs, somando 76,1 MW.

a.4) Planejamento do Setor Energético

Em 2014, foi elaborado o Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (PDE 2023), que foi publicado em 16 de dezembro de 2014. Submetido à consulta pública, o referido Plano indica os principais empreendimentos que devem entrar em operação

no horizonte decenal para manter a segurança energética nacional ao mínimo custo econômico e socioambiental, servindo como base para a melhoria na confiabilidade e qualidade do suprimento energético, bem como para a criação de um quadro favorável ao investimento no setor energético.

No tocante à expansão dos sistemas de transmissão de energia elétrica do SIN, destaca-se a licitação para o ano de 2015, do segundo bipolo, em 800 kV, entre as subestações de Xingu e Terminal Rio (nova), completando a interligação Norte - Sudeste. Juntamente com este sistema em corrente contínua está planejado um sistema de corrente alternada, em 500 kV, integrando a subestação Terminal Rio às subestações de Fernão Dias, Adrianópolis e Resende, no Rio de Janeiro. Ainda, serão licitados, no mesmo ano, linhas de transmissão que incrementarão a capacidade de intercâmbio entre as regiões Sul e Sudeste, por meio da linha de transmissão, em 500 kV, Campinas - Itatiba, segundo circuito. Não obstante, perseguindo a linha de estudos que busca ampliar a confiabilidade no atendimento às capitais das unidades da Federação, também está previsto, para licitação em 2015, reforços necessários ao atendimento advindo do crescimento do mercado de energia elétrica da região de Florianópolis, em especial, a ilha de Florianópolis, com dois circuitos submarinos, em 230 kV, interligando a subestação de Biguaçu a Ratones (nova) e, no lado continental, a subestação de São José (nova). Por fim, para 2015, com o intuito de ampliar a capacidade de escoamento do potencial eólico que tem comercializado produtos de forma frequente nos leilões de compra de energia, será licitada em 2015 a expansão da rede básica do SIN, nos níveis de tensão de 230 kV e 500 kV nos Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia e Rio Grande do Sul.

No ano de 2014 foram realizados debates técnicos e públicos necessários para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050). O PNE 2050 apresentará os estudos prospectivos de demanda e oferta de energia que permitirão construir as alternativas de políticas energéticas *vis-à-vis* a hipótese de esgotamento dos recursos energéticos atualmente conhecidos e a modicidade tarifária. Trata-se de um estudo de longo prazo, envolvendo todo o setor energético, e que inclui cenários demográficos, econômicos e de desenvolvimento tecnológico. O horizonte até 2050 permitirá indicar os melhores caminhos e estratégias para a evolução da matriz energética nacional.

Como subsídio ao planejamento setorial, em 2014 foi publicado o Balanço Energético Nacional, ano base 2013, contendo as estatísticas de oferta e demanda de energia e produzidos diversos boletins de energia, anuais e mensais.

a.5) Eficiência Energética

A meta de 10% de economia do consumo de energia elétrica projetado para 2030, estabelecida pelo Plano Nacional de Energia, deverá ser atendida por programas de eficiência energética. No ano de 2014, estima-se que a economia no consumo de energia tenha sido de mais de 4% com ações de eficiência energética, e para 2015 espera-se alcançar patamar de pelo menos 5%. Dentre as principais ações empreendidas em 2014, destaca-se a Instrução Normativa nº 02, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que obriga a aquisição, pela administração pública federal, de equipamentos consumidores de energia, classificados como mais eficientes, além de exigir que toda edificação pública a ser reformada ou construída possua a Etiqueta Nacional de Eficiência Energética para Edificações.

Em 2014, a Lei de Eficiência Energética, Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, completou 13 anos de existência, tendo sido responsável pela retirada do mercado de diversos produtos energeticamente ineficientes e pela gradual substituição das lâmpadas incandescentes por suas equivalentes fluorescentes compactas, halógenas e LEDs. Em 2014, a regulamentação retirou do mercado as lâmpadas de 60W, as mais comercializadas até então. Com esse processo, espera-se que, nos próximos vinte anos, os ganhos energéticos atinjam cerca de 10 TWh/ano, proporcionando uma economia de aproximadamente R$ 6 bilhões.

Cabe destacar ainda o Programa de Etiquetagem Veicular, que em 2014 abrangeu mais de 570 modelos, em 36 marcas diferentes, disseminando informação sobre o consumo de combustíveis dos automóveis vendidos no Brasil, e concedendo o Selo Conpet para aqueles mais eficientes. Até 2017, 100% da produção nacional deverá estar etiquetada.

a.6) Emissão de Gases Efeito Estufa no Setor Energético

Apesar do aumento conjuntural das emissões de gases de efeito estufa do setor de energia, muito em decorrência do período hidrológico desfavorável que motivou o incremento da geração termelétrica a combustível fóssil, o Brasil segue com uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta. Dados mais recentes da Agência Internacional de Energia (AIE) informam que o setor energético brasileiro emitiu no ano de 2012 o total de 440 milhões de toneladas de CO_2, montante significativamente menor do que os de países como Estados Unidos da América (EUA), China, Índia e da maioria dos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Comparando-se a emissão por habitante, o dado de 2012 (2,22 tCO_2/hab.) é metade da média mundial. Outros indicadores (1,56 tCO_2/tep e 0,39 $kgCO_2$/US$) também se mostram bastantes favoráveis ao Brasil em comparação aos demais países. Levando-se em consideração os planos estratégicos do setor energético, o Brasil reafirma o compromisso nacional assumido junto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de manter uma matriz energética com baixa emissão de gases de efeito estufa como uma contribuição real para o esforço mundial de assegurar o equilíbrio do sistema climático.

a.7) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

Em 2014, foram realizados 101 processos de reajuste tarifário de distribuidoras (63 concessionárias e 38 permissionárias) e 28 processos de revisão tarifária, sendo um de concessionária de distribuição, seis de permissionárias e 21 de agentes de transmissão de energia elétrica. Para 2015, pretende-se, segundo programação estimada até junho, realizar o reajuste tarifário de 31 concessionárias de distribuição, de 15 permissionárias e a revisão tarifária de uma concessionária.

Ainda para 2015 estão previstos estudos e consultas públicas referentes aos seguintes pontos: Aprimoramento da Metodologia de Revisão Tarifária Periódica das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica; Aprimoramento da Metodologia de Revisão Periódica das Receitas das Concessionárias Licitadas de Transmissão de Energia Elétrica; e Proposição de Metodologia de Revisão Tarifária Extraordinária.

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, de um total previsto de 929, em 2014, foram realizadas 1.322 fiscalizações, sendo: 500 de geração; 496 na área econômico-financeira; 225 de agentes de distribuição e 101 de transmissão. Para 2015, estão programadas 1.510 fiscalizações. As fiscalizações são realizadas principalmente pela Aneel, contando com serviços de apoio de empresas credenciadas e, por delegação, pelas agências reguladoras estaduais conveniadas.

Dentre as fiscalizações realizadas, destacam-se: fiscalização, *in loco*, de 44 usinas da expansão da oferta, tendo sido realizado o monitoramento a distância em todas as usinas por meio da análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes; fiscalização *in loco* de 45 usinas estratégicas no Sistema Interligado Nacional (SIN) em fase de operação, referentes ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção; fiscalização de oito usinas para o teste de *black start*; fiscalização *in loco* ou por monitoramento de 47 conjuntos de obras do programa de expansão da transmissão/plano de modernização de instalações; acompanhamento da apuração das causas e dos efeitos de perturbações no sistema elétrico nacional que provocaram desligamentos com repercussão sistêmica, sendo realizadas cinco fiscalizações de ocorrências; realização de 120 ações de fiscalização, com pessoal próprio, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica com vistas a averiguar o atendimento aos normativos que disciplinam a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Na área econômico-financeira, destaca-se a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais e de empreendimentos enquadrados na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), a fiscalização do controle patrimonial em 11 concessionárias de geração, transmissão e distribuição e a realização de 40 ações de fiscalização da Conta de Variações da "Parcela A" (CVA) em concessionárias de distribuição para apoio aos processos de reajuste tarifário. Ainda nesse campo, destacam-se as ações de fiscalização, por monitoramento contábil, econômico e financeiro de todos os agentes de distribuição e transmissão.

Para 2015, registra-se o desafio de elaborar um manual de procedimento de fiscalização a distância das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, de desenvolver novas metodologias para melhoria da qualidade e eficiência das fiscalizações de transmissão e de revisar o Manual de Contabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

No âmbito da Ouvidoria Setorial da Aneel, serão mantidos os serviços da central de teleatendimento aos consumidores e as atividades de análises técnicas realizadas, por delegação, pelas Agências Estaduais conveniadas, buscando sempre ampliar os índices de qualidade de atendimento. Em 2014, foram atendidas 1.050.565 ligações.

No mesmo ano, foram realizadas 91 audiências e consultas públicas à sociedade. Dentre os temas apresentados em audiência pública, estão: metodologias e critérios gerais para as revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição de energia elétrica; metodologia de definição de limites para os Indicadores de Continuidade Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) das distribuidoras de energia elétrica; definição dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD); simplificação do processo de análise dos projetos básicos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); editais de leilões de linhas de transmissão e de energia; cálculo de perdas na distribuição, dentre outros. Destaca-se, ainda, a realização de consulta pública com vistas a obter contribuições sobre regulamentação de critérios para a concessão de descontos na tarifa, em consonância com o princípio da isonomia, e diretrizes do processo de mediação na Aneel. Para 2015, estão previstas 85 audiências e consultas públicas.

a.8) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico

Com o objetivo de atender às metas de geração e transmissão de energia elétrica, há que se realizar a articulação intrassetorial e intersetorial necessárias à implementação de ações para equacionar questões socioambientais relativas a empreendimentos, além das atividades de acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos do setor elétrico. Essas atividades são desenvolvidas no âmbito do monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em conjunto com os órgãos que compõem o Grupo Executivo do PAC.

As ações de monitoramento alcançaram, em 2014, após a realização do Leilão A-5, em 28 de novembro, 680 empreendimentos, entre planejados, outorgados ou autorizados do setor elétrico. São apresentados, a seguir, os destaques:

- Geração de energia elétrica: i) emissão dos Termos de Referências para elaboração dos Estudos de Impactos Ambientais e respectivos Relatórios de Impactos Ambientais dos Aproveitamentos Hidrelétricos Garabi e Panambi, localizados no trecho do rio Uruguai limítrofe entre Argentina e Brasil e de seu afluente, o rio Pepiri-Guaçu; ii) protocolo do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), do Aproveitamento Hidrelétrico São Luiz do Tapajós; iii) emissão da Licença de Instalação e Autorização de Supressão de Vegetação (parcial) para a Usina Hidrelétrica São Manoel, projetada no rio Teles Pires, na divisa dos Estados do Mato Grosso e Pará; e iv) realização das Audiências Públicas da Usina Termelétrica de Pampa no Estado do Rio Grande do Sul e respectiva emissão de Licença Prévia; e

- Transmissão de energia elétrica: i) emissão da Licença de Operação do lote G – Linha de Transmissão Coletora Porto Velho - Araraquara 2, nº 2, Corrente Contínua em +-600 kV, circuito simples, com 4.327 torres em 2.430 km de extensão; ii) emissão da Licença de Operação da Linha de Transmissão 525 kV Salto Santiago - Itá - Nova Santa Rita, com 492 km de extensão; e iii) emissão da Licença de Operação da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal do Jari - Macapá, com 334 km de extensão.

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

b.1) Implantação do Modelo de Partilha de Produção e 1ª Rodada de Licitação do Pré-Sal

No âmbito do primeiro contrato sob o regime de Partilha da Produção, que envolve a área de Libra, localizada no pré-sal da Bacia de Santos, iniciou-se a perfuração, em 6 de agosto de 2014, do primeiro poço a ser perfurado no novo regime. O consórcio que explora a mencionada área é formado pela Petróleo Brasileiro S.A. (40% - operadora), Shell Brasil Petróleo S.A. (20%), Total S.A. (20%), CNPC *International* Ltda. (10%) e CNOOC *International Limited* (10%).

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estima que os volumes recuperáveis dessa área sejam de 8 a 12 bilhões de barris de óleo equivalente, possivelmente a maior reserva brasileira, cujo pico de produção esperado, a ser atingido em 2030, deverá alcançar 1,4 milhão de barris/dia. Esse consórcio ofertou o valor mínimo requerido de 41,65% do excedente em óleo para a União e foi responsável pelo pagamento de R$ 15 bilhões a título de bônus de assinatura, além de assumir o compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R$ 610,9 milhões. Cumprido o programa exploratório mínimo, a produção deve ser iniciada em até cinco anos.

A gestão dos contratos de partilha de produção celebrados e dos contratos para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos que sejam devidos à União, nas áreas do pré-sal, será realizada pela Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA). A Empresa foi efetivamente implantada em 2014 e já atua na defesa dos interesses da União em processos de Acordo de Individualização da Produção (AIP).

b.2) Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios na Modalidade de Concessão

Com vistas ao incremento do conhecimento geológico das bacias de novas fronteiras e à manutenção das atividades de produção nas bacias maduras, foram assinados, em 2014, 62 contratos referentes aos blocos da 12ª Rodada de Licitações. Os blocos localizam-se nas bacias do Recôncavo, Sergipe-Alagoas, Paraná e na faixa de fronteira, na Bacia do Acre, cujo foco é a descoberta de gás natural.

Em dezembro de 2014, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a recomendação para que seja realizada a 13ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural. Para essa Rodada, prevista para ocorrer em 2015, estão sendo realizados estudos para a definição de blocos exploratórios nas bacias sedimentares terrestres do Parnaíba, Potiguar e Recôncavo, bem como nas bacias marítimas de Sergipe-Alagoas, Jacuípe, Pelotas, Espírito Santo e Campos, fora do polígono do pré-sal. As bacias terrestres de Potiguar e do Recôncavo são classificadas como maduras, e as bacias Parnaíba, Jacuípe e Pelotas como de novas fronteiras, sendo aquelas de Sergipe - Alagoas, Espírito Santo e Campos como de elevado potencial petrolífero, em alguns de seus trechos.

Essa Rodada tem o objetivo de assegurar as atividades exploratórias em bacias maduras e atrair investimentos para a descoberta de novas jazidas em bacias de novas fronteiras. Visa também a assegurar o crescimento da produção no médio e longo prazos

a partir da oferta de algumas áreas de elevado potencial, além de estimular a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção, por meio da oferta de campos marginais.

b.3) Estudos e Planejamento no Setor de Petróleo e Gás Natural

Está prevista para 2015 a próxima publicação dos estudos integrantes do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, que constitui base de informações a serem utilizadas no processo de planejamento do setor petrolífero nacional, conforme Portaria MME nº 350/2013.

Esse estudo estabelece zonas de interesse para o aproveitamento racional do potencial brasileiro no setor de petróleo e gás natural, no âmbito da exploração & produção (*upstream*), e será utilizado para: i) a definição de áreas prioritárias para o desenvolvimento das atividades vinculadas à indústria do petróleo e gás natural; ii) as discussões sobre temas de ordenamento territorial e socioambientais; iii) a definição das áreas prioritárias para os estudos e pesquisas geológicas a serem desenvolvidas no território nacional; e iv) os estudos relacionados às Avaliações Ambientais de Área Sedimentar (AAAS).

A ANP vem realizando estudos nas bacias sedimentares do Acre/Madre de Deus, Solimões, Amazonas, Marajó, São Francisco, São Luis/Bragança - Vizeu, Parnaíba, Paraná, Parecis e Foz do Amazonas, totalizando nove empreendimentos. Esses levantamentos compreendem a realização de sísmica 2D e 3D, processamento sísmico, aquisição de dados magnetotelúricos e amostras geoquímicas, além de estudos de sistemas petrolíferos e perfurações de poços estratigráficos.

Estão, também, em andamento os projetos de processamento de dados sísmicos antigos realizados nas bacias do Solimões, Amazonas, Marajó, São Luis/Bragança - Vizeu, Parnaíba e Paraná, os levantamentos magnetotelúricos nas bacias do Paraná e Parecis, a perfuração dos poços estratigráficos nas bacias do São Francisco, Parecis e São Luis e os levantamentos sísmicos nas bacias dos Parecis e Paraná, além do levantamento geoquímico marinho na Bacia da Foz do Amazonas.

Até dezembro de 2014, foram concluídos os estudos geológico-geofísicos em cinco bacias sedimentares: Amazonas, Solimões, Marajó, Parnaíba e Foz do Amazonas. Além dessas, já foram concluídos nos anos anteriores os estudos nas bacias sedimentares de Santos, do Ceará, de Cumuruxatiba, de Pelotas, do São Francisco (fase 1), do Araripe, de Jacuípe e do Acre.

b.4) Arcabouço Institucional, Legal e Regulatório do Setor de Petróleo e Gás

Considerando o campo institucional, encontram-se em desenvolvimento, no âmbito do Comitê Temático de Meio Ambiente (CTMA) do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), projetos para regulamentação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013. Esses projetos tratam da utilização de métodos e técnicas de combate à poluição por óleo, tais como uso de dispersantes e outros agentes químicos e a queima controlada no local (queima *in situ*), os quais serão submetidos ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Ainda em relação às questões ambientais, em abril de 2014 foi emitida a Resolução ANP nº 21/2014 regulamentando as atividades de perfuração seguidas de fraturamento hidráulico em reservatório não convencional. Esse normativo tem como objetivo estabelecer requisitos para a exploração de gás não convencional dentro de parâmetros de segurança operacional que assegurem a proteção à saúde humana e ao meio ambiente.

Quanto à participação de Empresas de Pequeno e Médio Porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País, a Resolução ANP nº 32/2014 estabeleceu definições para efeito de enquadramento nas medidas específicas para fomentar esse segmento.

Dentre as atividades previstas para o ano de 2015 ligadas ao setor de gás natural, destacam-se: i) a proposta de Decreto que trata da contingência no suprimento de gás natural, referente ao Capítulo VII da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, visando a uma política de restrição à queima de gás natural; ii) a elaboração de estudos para identificação de potencial de gás metano em minas de carvão; e iii) a proposta de modelos para o aproveitamento do gás da parcela da União nos contratos de partilha da produção.

Em continuidade às iniciativas desenvolvidas ao longo de 2013, foram coordenados trabalhos com vistas a elaborar estudos acerca de Reserva Estratégica e Estoques de Operação, referentes ao exercício de 2014, compreendidos no Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis (Sinec), conforme estabelecem a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e o Decreto nº 238, de 24 de outubro de 1991. Com esse objetivo, a Portaria MME nº 250/2014, criou Grupo de Trabalho, composto por representante do MME, da ANP, da Petrobras e da EPE, por prazo indeterminado, com o objetivo de analisar e identificar ações necessárias para subsidiar anualmente o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) sobre o adequado funcionamento do Sinec.

b.5) Reservas, Exploração e Produção

Tendo em vista os projetos de desenvolvimento da produção em implantação no País, espera-se que a produção de petróleo e gás natural, que atualmente é de 2,76 milhões de barris de óleo equivalente por dia (média até outubro de 2014), atinja 6,2 milhões de boe/dia até 2023, o que representará um aumento de aproximadamente 125% em relação à produção atual. Para este cenário, o pré-sal responderá pela maior parte deste incremento na produção nacional, o que demandará elevados investimentos em exploração, produção e na indústria fornecedora de bens e serviços. Em outubro de 2014, as jazidas na área geológica do pré-sal contribuíram com a produção média de 607,1 mil barris de óleo (bbl) por dia de petróleo, o que representou 25,2% da produção nacional, cuja média diária foi 2.414 mil bbl/dia.

Em relação aos blocos exploratórios em atividade para petróleo e gás natural, em 2014, até outubro, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) registrou 69 notificações de descobertas, sendo 35 em terra e 34 em mar. No mesmo período, a Agência recebeu cinco declarações de comercialidade, ou seja, notificação escrita do concessionário à ANP declarando a jazida como descoberta comercial na área de concessão.

Concluiu-se, até outubro de 2014, a perfuração de 367 poços, entre exploratórios e de produção, com uma média de 119 de sondas atuando no País. Destaca-se, neste sentido, que a perspectiva de investimentos pela Petrobras, no período de 2014-2018, para exploração e produção de petróleo, é de US$ 154 bilhões, de um total de US$ 221 bilhões que a empresa pretende investir no setor no referido período.

No pré-sal, especificamente na Bacia de Santos, há nove plataformas em operação e, nas outras bacias, o destaque foi a entrada em operação de mais sete plataformas, construídas, no todo ou em parte, no Brasil. A capacidade de produção dessas plataformas é de 1.780 mil barris de petróleo por dia. A essas 16 plataformas em operação se somarão outras 17 até 2018, que estão em construção, cuja capacidade adicional de mais 2.350 mil barris por dia vai garantir o crescimento substancial da curva de produção do País nos próximos anos.

Quatro plataformas iniciaram a produção no ano de 2014, contribuindo para o aumento da produção neste ano. Em 17 de março, entrou em funcionamento a plataforma P-58, com capacidade para processar, diariamente, 180 mil barris de petróleo e 6 milhões de m³ de gás natural; em 12 de maio, a plataforma P-62, com capacidade para processar, diariamente, 180 mil barris de petróleo e 6 milhões de m³ de gás natural; em 14 de outubro, o navio-plataforma Cidade de Mangaratiba, instalado na área de Iracema Sul, com capacidade para processar, diariamente, até 150 mil barris de petróleo e 8 milhões de m³ de gás, além de armazenar 1,6 milhão de barris de petróleo; e, em 20 de novembro, o navio-plataforma Cidade de Ilhabela, instalado na área de Sapinhoá Norte, com capacidade para processar, diariamente, até 150 mil barris de petróleo e 6 milhões de m³ de gás.

b.6) Contrato de Cessão Onerosa

Em 3 de setembro de 2014, a Petrobras apresentou à ANP as declarações de comercialidade dos seguintes campos: Sul de Guará, Nordeste de Tupi e Florim. Os volumes contratados por meio da Cessão Onerosa, para essas três áreas, perfazem 1,214 bilhão de barris de óleo equivalente, que foram constatados na fase exploratória. Em 29 de dezembro, a Petrobras apresentou à ANP as declarações de comercialidade das acumulações de petróleo e gás das áreas de Iara e Entorno de Iara, cujos volumes recuperáveis estimados totais desses campos superam 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), comprovando o alto potencial das acumulações. Os reservatórios do pré-sal nessas áreas são portadores de óleo de boa qualidade, classificados como óleo médio, com grau API entre 26º e 29º.

Ainda em relação às áreas da cessão onerosa, o CNPE emitiu a Resolução nº 1/2014, que aprovou a contratação direta da Petrobras para produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos, em regime de partilha de produção, dos volumes que ultrapassarem os limites contratados sob o regime de cessão onerosa, das áreas de Búzios, antiga área denominada Franco, Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi. A contratação da Petrobras sem licitação está prevista na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu o regime de partilha de produção e considerou o fato de que, para essas áreas, a Petrobras já efetuou as necessárias atividades exploratórias previstas no âmbito do contrato de cessão onerosa. Com isso, os projetos para o desenvolvimento de cada uma dessas áreas poderão ser otimizados se elaborados para todo o volume a ser produzido e não apenas para a produção dos volumes contratados sob o regime de cessão onerosa.

Estimativas efetuadas, com base nos estudos realizados pela Petrobras, indicam que essas áreas possuem volumes recuperáveis de petróleo e gás entre 9,8 bilhões e 15,2 bilhões de barris de óleo equivalente. A União terá participação de 76,2% sobre o óleo extraído, incluindo as despesas de exploração, como pagamento de *royalties* e impostos.

b.7) Refino, Petroquímica e Logística

No setor de refino, vem sendo implementado um conjunto de projetos para melhoria da qualidade de produtos, modernização e ampliação do parque nacional de refino, bem como a implantação de novas refinarias. Esses empreendimentos visam capacitar o parque para processar a crescente produção de óleo brasileiro, aumentar a produção de derivados leves e médios e aprimorar a qualidade dos combustíveis produzidos. Dentre os projetos do setor de refino, destacam-se quatro novos empreendimentos: i) Refinaria Abreu e Lima (PE) - 230.000 bpd, com investimentos na ordem de R$ 37,4 bilhões com entrada em operação em dezembro (1º trem) e maio de 2015 (2º trem); ii) Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro/RJ, com investimentos de R$ 27,8 bilhões e partida prevista para 2016; iii) Refinaria Premium I (MA), com investimentos de R$ 37,4 bilhões, e partida prevista para 2018; e iv) Refinaria Premium II (CE), com investimentos da ordem de R$ 20,8 bilhões e previsão de entrada em 2019. Esses empreendimentos aumentarão a capacidade de refino do País em 1,46 milhão de bpd, ou seja, um acréscimo de 70%.

No setor petroquímico, destaca-se a conclusão, em janeiro de 2014, da Petroquímica Suape (PE), com investimentos de R$ 8,8 bilhões. A Petroquímica consiste em três plantas de produção: Ácido Tereftálico – PTA (700 mil ton/ano), polímeros (240 mil ton/ano) e PET (400 mil ton/ano).

O Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) vem desempenhando papel fundamental na indústria naval brasileira, uma vez que está propiciando a construção de 46 navios (petroleiros e de produtos) com capacidade total de cerca de 4,0 milhões TPB (Toneladas de Porte Bruto) fortalecendo a logística de transporte marítimo de petróleo e derivados do País. O Programa representa um acréscimo de 138% à capacidade da Transpetro (de 2,9 milhões de TPB). No ano de 2014, foram entregues dois navios petroleiros, o Henrique Dias (Suezmax) e o Anita Garibaldi (Panamax), e mais oito serão entregues em 2015, sendo que, atualmente, 15 navios estão sendo construídos. Os investimentos previstos são superiores a R$ 12 bilhões.

b.8) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural

Em março de 2014, foi lançada a primeira edição do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (Pemat) 2022, aprovada pela Portaria MME nº 128/2014. O documento contém o planejamento, em um horizonte de dez anos, para ampliação e construção de gasodutos. Está prevista para o ano de 2015 a publicação do Pemat 2024.

A primeira proposição de construção de um gasoduto de transporte nos termos da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, o Itaboraí-Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, foi realizada ainda em 2013. Esse empreendimento foi incluído no Pemat e sua licitação para concessão deverá ser realizada no primeiro semestre de 2015.

No que se refere à infraestrutura de gás natural, concluiu-se, em junho de 2014, a adequação da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA).

Adicionalmente, cabe destacar o andamento das obras do projeto de ampliação da capacidade de processamento do Terminal de Cabiúnas, com início de operação previsto para janeiro de 2016, além da construção da Unidade de Processamento de Gás Natural do Comperj, no Estado do Rio de Janeiro, com previsão para início de operação em outubro de 2016 e do Gasoduto GASFOR II, no Ceará, previsto para entrar em operação em novembro de 2016.

b.9) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito

No tocante à regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL), destaca-se o Terminal de Regaseificação da Bahia (TRBahia), cujas operações foram iniciadas em janeiro de 2014. O projeto do terminal é constituído por um pier e um gasoduto de aproximadamente 45 km interligando o terminal ao gasoduto Cacimbas-Catu, além de um navio com capacidade para regaseificar, diariamente, até 14 milhões de m^3 de gás natural.

b.10) Fertilizantes Nitrogenados

Entre os projetos de fertilizantes nitrogenados, destaca-se a conclusão da Unidade de Produção de Sulfato de Amônio, localizada em Sergipe, que se encontra em operação desde julho de 2014. Estão com obras em andamento a Unidade de Produção de Ureia e Amônia de Três Lagoas/MS (UFN III), que deverá iniciar operações em junho de 2015, e a Unidade de Produção de Amônia de Uberaba/MG (UFN V), com início de operação programado para março de 2017. Com a conclusão desses projetos haverá

uma expressiva diminuição da necessidade de importação e dependência externa de fertilizantes nitrogenados, atingindo 2/3 de produção nacional e, assim, alavancando a produção agrícola brasileira.

Para viabilizar a construção de fábricas de fertilizantes nitrogenados no País, foi instituído o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (Reif), pela Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013. O Regime beneficiará pessoas jurídicas que tenham projetos aprovados para implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos. O processo de regulamentação desse Regime está em andamento.

b.11) Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural e Conteúdo Local de Bens e Serviços

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) instituído pelo Decreto nº 4.925, de 19 de dezembro de 2003, caracteriza-se por um conjunto de medidas visando ampliar a participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços, e colocá-la em um patamar de competitividade de classe mundial, de forma a traduzir os massivos programas de investimentos do setor em geração de emprego e renda para o País.

No ano de 2014, algumas ações do Prominp merecem destaque: i) apoio à nacionalização de equipamentos para os segmentos naval e *offshore*, por meio de parcerias com entidades de fomento à internacionalização de empresas, Secretarias Estaduais de Desenvolvimento e organismos empresariais e de classe; ii) apoio a arranjos produtivos locais, ao desenvolvimento de micro, pequenos e médios fornecedores e a ações estruturantes para fomentar a competitividade de territórios estratégicos na cadeia de petróleo, gás natural e naval; iii) qualificação de 98.431 alunos no Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), de 2007 a 2014, em categorias profissionais para atuação na Indústria de Petróleo e Gás Natural; e iv) atração de empresas estrangeiras de alta tecnologia, em especial de equipamentos submarinos, navais e industriais e também na cadeia secundária de suprimento.

b.12) Biocombustíveis

O Brasil continua em posição de destaque no cenário internacional, como segundo maior produtor de biocombustíveis, superado apenas pelos EUA. No contexto interno, a participação dos biocombustíveis é decisiva para manter o alto índice de renováveis na matriz energética nacional. Aproximadamente 25,4% de toda a energia ofertada internamente é originária da agricultura (sendo 16,1% de cana e derivados, 8,3% de lenha e carvão vegetal e 1% de biodiesel), segundo o Balanço Energético Nacional 2014

Particularmente na matriz veicular, o Brasil está na vanguarda mundial na utilização de biocombustíveis, na qual o etanol e o biodiesel são responsáveis por cerca de 22% do total de combustíveis utilizados no País. Um passo incremental importante, decorrente da Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, foi o aumento do percentual da mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel, de 5% para 6%, a partir de julho de 2014; e de 6% para 7%, a partir de novembro de 2014, e elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina, de 25% para 27,5%, desde que comprovada a viabilidade técnica da adoção do novo percentual.

Na safra 2014/2015, a produção nacional de etanol deverá atingir 28,7 bilhões de litros, volume 2,5% superior em relação à safra 2013/2014. O aumento da produção não foi ainda maior em função principalmente da falta de chuvas na última safra. O País deverá consumir cerca de 24 bilhões de litros como uso combustível, mercado semelhante ao de 2013, devendo as exportações ficarem no patamar de cerca de 1,1 bilhão de litros.

Com o objetivo de melhor assegurar o abastecimento interno e manter o diálogo com os produtores, distribuidores e revendedores, o Governo tem acompanhado permanentemente o mercado de biocombustíveis. Numa perspectiva de médio e longo prazos, o Governo também acompanha e apoia o desenvolvimento de biocombustíveis de segunda geração e novos produtos (bioquerosene e biogás).

Etanol

A lavoura de cana-de-açúcar teve a sua área plantada expandida em 2% na safra 2014/2015, o que representa um aumento de 193 mil hectares, aproximadamente. Isso é reflexo da continuidade das medidas governamentais iniciadas em 2012 para estimular a renovação de canaviais e a expansão do cultivo da cana-de-açúcar.

No elenco das medidas de fomento à produção desse biocombustível, em 2014 foram reeditados o Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol, objetivando regularizar a oferta deste biocombustível, e o Programa de Renovação e Implantação de Novos Canaviais, objetivando estimular o aumento da produção e da produtividade.

Em 2014 foi dado seguimento ao Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (Paiss), instituído em 2012, cujo objetivo é estruturar, a médio e longo prazos, o crescimento sustentável da produção, com foco em ganhos de produtividade, redução de custos e aumento do fator de utilização. Os recursos previstos, da ordem de R$ 2,8 bilhões, financiarão 24 iniciativas para a produção de etanol de segunda geração, novos produtos de cana-de-açúcar e gaseificação, produzidos a partir da biomassa da cana-de-açúcar. Destacam-se, dentre os projetos beneficiados pela iniciativa, as duas primeiras unidades de produção de etanol 2G, das empresas GranBio e Raizen – a primeira já em operação desde setembro de 2014, enquanto a segunda deve iniciar sua operação no primeiro trimestre de 2015.

Também com visão de médio e longo prazos, foi dada continuidade ao Plano de Apoio Conjunto à Inovação Tecnológica Agrícola no Setor Sucroenergético (Paiss Agrícola), instituído em 2011, com foco em planos de negócio com inovações que promovam o desenvolvimento, a produção pioneira e a adaptação de sistemas industriais nas cadeias produtivas da cana-de-açúcar e de outras culturas energéticas compatíveis, complementares ou consorciáveis com o sistema agroindustrial da cana-de-açúcar. O Programa teve 35 planos de negócio selecionados de um total de 61 planos propostos, os quais absorveram recursos da ordem de R$ 1,8 bilhão.

Para o ano de 2015, além de priorizar a continuidade dos programas de Financiamento à Estocagem de Etanol, e de Renovação e Implantação de Novos Canaviais, serão analisadas novas medidas para retomar os investimentos na expansão da produção de etanol.

Em 2015 também deverá ser acompanhada a evolução da operação das duas primeiras unidades de produção de etanol de 2ª geração, iniciadas em 2014, para, eventualmente, propor medidas de apoio a essa inovação, que permitirá aumentar a produção de etanol com a utilização da mesma área plantada de canaviais e potencializar ainda mais a posição do Brasil no mercado de biocombustíveis.

No âmbito das obras de infraestrutura do PAC 2, para 2015 destaca-se o início da operação do segundo trecho do Sistema Logístico de Etanol GO-MG-SP que liga a cidade de Uberaba/MG a Ribeirão Preto/SP. Esse trecho terá capacidade para movimentar 12 bilhões de litros de etanol por ano, numa extensão de 342 quilômetros de dutos. A iniciativa faz parte de parceria formada pela Petrobras com empresas privadas. A operação completa do Sistema Logístico deverá ocorrer a partir de dezembro de 2017.

Biodiesel

A mistura obrigatória do biodiesel ao diesel fóssil ocorre desde janeiro de 2008. Nesse período, a meta de mistura de 5% de biodiesel ao diesel (B5) foi antecipada em três anos, para janeiro de 2010. Com a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014,

que estabeleceu novos percentuais de mistura de biodiesel ao óleo diesel (B6 e B7), a expectativa de produção em 2014 é de 3,1 bilhões de litros, cerca de 6,9% acima da produção registrada em 2013, que foi de 2,9 bilhões de litros. Esse avanço reforça a posição de destaque do Brasil no cenário mundial do biodiesel, atrás apenas dos EUA (maior produtor e consumidor).

Tal aumento da mistura é fundamental para o melhor aproveitamento da capacidade de produção de biodiesel no País e beneficia agricultores familiares, com geração de renda, uma vez que o biodiesel necessário à adição obrigatória ao óleo diesel deve ser fabricado preferencialmente a partir de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar.

Em 2014, a capacidade nominal instalada atingiu 7,5 bilhões de litros, com 55 usinas autorizadas a produzir e a comercializar biodiesel nos leilões públicos. Embora, atualmente, 43 usinas sejam detentoras do selo Combustível Social, o que representa 91% da capacidade produtiva do setor, destaca-se que 99% do total de biodiesel comercializado nos leilões públicos foram oriundos de usinas detentoras desse certificado.

O selo Combustível Social representa importante mecanismo do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), propiciando a inserção de cerca de 85 mil agricultores familiares e 77 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, com a aquisição de matérias-primas que somam mais de R$ 3 bilhões. A expectativa para 2015 é que o Programa atenda 90 mil famílias e 80 cooperativas da agricultura familiar, todos contando com o suporte de assistência e capacitação técnica por parte dos produtores de biodiesel.

Outro destaque diz respeito à qualidade do biodiesel consumido no País. Em 2014, a ANP publicou a Portaria nº 45, atualizando a especificação do biodiesel. A especificação brasileira está em linha com as especificações da União Europeia e dos EUA. Para vários parâmetros, o Brasil é o País que apresenta os mais rígidos requisitos de qualidade.

b.13) Fiscalização do Setor de Petróleo e Gás Natural e Combustíveis Renováveis

Em 2014, no âmbito das atividades de movimentação e transferência de petróleo, seus derivados e gás natural e das atividades de exploração e produção em plataformas, foram realizadas, até o mês de dezembro, 7.236 ações de fiscalização de um total previsto de 5.060, principalmente, por meio do Termo de Cooperação com a Diretoria de Portos e Costas (DPC), do Comando da Marinha. Para 2015, estão previstas 3.025 ações de fiscalização.

As atividades de distribuição e revenda foram alvo, até dezembro, de 18.208 ações de fiscalização, superior à meta anual de 15 mil ações.

No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, até novembro o percentual de não conformidade ficou em torno de 1,85%, tendo sido analisadas 204.689 amostras de combustíveis.

c) Geologia e Recursos Minerais

Em 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) do setor mineral atingiu US$ 85,6 bilhões, o que corresponde a um aumento de 0,7% em relação a 2012 com participação de 3,8% no PIB nacional. Já o valor da produção mineral nacional, no mesmo ano, foi de US$ 39,4 bilhões, o que mantém o Brasil entre os maiores produtores de bens minerais do mundo.

O setor mineral é um dos mais importantes para a balança comercial brasileira. Em 2014, a balança comercial mineral apresentou superávit de US$ 23,3 bilhões. A participação das exportações do setor mineral (mineração e transformação mineral) no total

das exportações brasileiras foi de 22,9%. Se considerarmos apenas o minério de ferro – responsável por 50% das exportações do setor –, a participação no total das exportações do País foi de 11,5%.

c.1) O Novo Marco Regulatório da Mineração

As ações do Governo para o setor mineral estão voltadas para incentivar o aumento de investimentos, ampliar a participação do setor na economia brasileira e a competitividade da indústria mineral, contribuindo para o desenvolvimento regional e sustentável. Nesse sentido, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 2013, o Projeto de Lei nº 5.807/2013 que dispõe sobre a atividade, cria o Conselho Nacional de Política Mineral, a Agência Nacional de Mineração, bem como trata dos encargos financeiros do titular do direito minerário, como a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o pagamento pela ocupação ou retenção de área e a parcela do proprietário do solo nos resultados da lavra.

Além da apreciação do PL na Comissão Especial, criada para discutir e analisar o Novo Marco da Mineração, o tema foi também objeto de debate em outras Comissões Técnicas, como a de Minas e Energia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Tendo em vista a proposta de novo marco para o setor, a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) prevê a contratação, em 2015, de consultoria para desenvolvimento de estudo propositivo para um arranjo institucional aderente às suas novas funções.

Uma vez que a promoção de conhecimento geológico do território e potencial mineral do Brasil é essencial ao setor mineral, em 2014, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram investidos em conhecimento geológico mais de R$ 80 milhões. Os investimentos permitiram realizar, por exemplo, levantamentos aerogeofísicos, com a cobertura de aproximadamente 364 mil km², superando a meta prevista para o ano.

Em 2015, serão destaque as fiscalizações, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), de empreendimentos de minerais estratégicos. Ademais, o órgão manterá como ação prioritária a redução do passivo em análise processual de demandas na fase de lavra e de relatórios finais de pesquisa apresentados.

c.2) Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Em 2014 foram desenvolvidas atividades para aprimorar a gestão dos recursos minerais no País. Nesse sentido destacam-se:

- Contratação e início da realização de estudos e projetos visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs), que envolvem a avaliação de parâmetros técnicos, econômicos, socioambientais e demográficos de geração de renda e riqueza a partir dos bens minerais e de seus impactos em outros setores econômicos;
- Elaboração, pelo Grupo Interministerial de Trabalho para a Normatização da Rochagem no Brasil, da regulamentação da Lei nº 12.890, de 10 de dezembro de 2013, que inclui os remineralizadores na categoria de insumo destinado à agricultura, com a edição do Decreto nº 8.384, de 29 de dezembro de 2014;
- Instituição da Comissão de Acompanhamento do Programa de Elementos Terras-raras, no âmbito do Comitê Executivo da Indústria da Mineração do Plano Brasil Maior, que tem promovido a articulação das diversas partes interessadas com o objetivo da implantação e desenvolvimento da cadeia produtiva integrada dos elementos terras-raras no País;
- Início dos projetos referentes ao Edital MCTI/CNPq/Fundo Setorial Mineral – CT Mineral para pesquisa e qualificação profissional na área dos minerais terras-raras;

- Conclusão, pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), da recuperação ambiental da primeira área (Beluno) e início da recuperação ambiental da segunda área (Ex-Patrimônio) da bacia carbonífera de Santa Catarina, sob responsabilidade da União, e início do processo de licitação para contratação dos serviços de recuperação ambiental de três outras áreas da bacia carbonífera de Santa Catarina, sob responsabilidade da União; e
- Realização do projeto piloto de aplicação da metodologia de prospectiva estratégica ao planejamento de médio e longo prazos para o desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Cerâmica Vermelha do Norte Goiano; do XI Seminário Nacional de APLs de Base Mineral; e do VIII Encontro da Rede APL mineral, em Criciúma/SC.

Para 2015, está previsto o estabelecimento de políticas de incentivo à implantação de uma cadeia de terras-raras no País; a replicação, em dois Arranjos Produtivos Locais (APLs), da metodologia de prospectiva estratégica ao planejamento em médio e longo prazos para o desenvolvimento de APLs de Base Mineral; a continuidade e conclusão de estudos e projetos visando à implantação das ZPTMs; e a elaboração de instruções normativas e portarias que definam procedimentos de registros dos remineralizadores no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

c.3) Promoção do Desenvolvimento Sustentável na Mineração

Questões ambientais demandam um forte compromisso do Governo quanto à sustentabilidade das atividades produtivas. Ao mesmo tempo, dirimir conflitos sociais no entorno das áreas de mineração surge como um desafio cada vez mais importante para o sucesso da indústria mineral extrativa. Nesse sentido, foi realizado, em dezembro de 2014, o evento global "Diálogo sobre Setor Extrativo e o Desenvolvimento Sustentável", em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), buscando fortalecer a cooperação público-privada-comunitária.

No que concerne à mineração em pequena escala, em 2014 foi dado início às tratativas para a contratação de consultoria para realizar o "Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil", com financiamento do Banco Mundial. Também em 2014 foram desenvolvidas ações para a promoção de Acordo de Cooperação Técnica entre a SGM, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), que visa ao estabelecimento de uma atuação capaz de agregar conhecimento, qualidade de vida, valor e fortalecimento legal e institucional do público-alvo envolvido. Destaca-se ainda a participação na negociação conduzida pelo Comitê Intergovernamental de Negociação do Programa da ONU para Meio Ambiente (Pnuma), que resultou na Convenção de Minamata sobre o uso e comércio de mercúrio.

Ainda como suporte às políticas estruturantes de Governo, a SGM tem desenvolvido ações para mitigação de conflitos na região do Tapajós, relacionadas às atividades de garimpo de ouro. Trata-se de ações que visam à regularização e formalização da atividade dos garimpeiros com repercussão nos projetos de instalação das hidrelétricas na bacia do rio Tapajós.

Para 2015, prevê-se a continuidade das ações voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável na mineração com base no estudo "Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil".

2. Transportes

O Governo tem atuado para o alcance da boa governança no setor de transportes, o que inclui o estabelecimento e a busca pela consecução de metas permanentes para o ajuste da matriz de transportes, voltadas para o aumento da malha viária, com o consequente aumento da capacidade de escoamento da produção nacional, o incremento ou manutenção dos níveis de segurança das vias trafegáveis, a redução de custos logísticos e da emissão de gases poluentes, e, em última instância, a melhoria da competitividade do setor em âmbito nacional e internacional.

A médio e longo prazos, os investimentos no setor objetivam aumentar a eficiência produtiva de áreas consolidadas, induzir o desenvolvimento sustentável dos setores agrícola e mineral, reduzir desigualdades regionais e incentivar a integração nacional e sul-americana.

a) Planejamento

Dentre as principais ações de planejamento, desenvolvidas em 2014 no âmbito da Política de Transportes, destacam-se:

- Elaboração de estudos e pesquisas para desenvolvimento de metodologia para implantação de Centros de Integração Logística (CIL), com o objetivo de subsidiar políticas públicas voltadas à promoção da intermodalidade no transporte de cargas;
- Realização de estudos para a reimplantação de trens de passageiros, em diferentes etapas de desenvolvimento: estudos, concluídos em 2013, com audiências públicas realizadas em 2014, trecho Capão do Leão - Pelotas - Rio Grande/RS, e trecho Conceição da Feira - Salvador – Alagoinhas/BA; e estudos concluídos em 2014: trecho Codó/MA - Teresina/PI - Altos/PI e trecho Itapecuru Mirim/MA, todos com previsão de realização de audiências públicas para 2015;
- Desenvolvimento da Infraestrutura de Dados Espaciais de Transportes (IDE-T), principal iniciativa do Plano Estratégico de Geoinformações (Pegeo). O IDE-T tem como objetivo integrar tecnologias e políticas, por meio de mecanismos, procedimentos, padrões e acordos, capazes de otimizar a produção, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento e a disseminação para maior utilidade da geoinformação produzida pelo setor transportes;
- Elaboração de estudos e pesquisas, de natureza tecnológica e econômica, como subsídio ao aprimoramento da política de outorgas das rodovias federais. Essa iniciativa reunirá o conhecimento histórico e atual das concessões rodoviárias para o aprimoramento da regulação das concessões rodoviárias federais;
- Ações relativas à elaboração do Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI): i) análise das informações sobre o transporte de mercadorias utilizando notas fiscais eletrônicas para a elaboração das Matrizes de Origem e Destino de Cargas; ii) pesquisa com embarcadores para identificação do perfil das empresas na contratação ou solicitação de um serviço de transporte de cargas; iii) pesquisa de origem e destino em rodovias com o objetivo de coletar informações sobre as viagens, tais como: carga transportada (tipo, valor e peso), frequência e quilometragem percorrida; iv) elaboração de Matrizes de Origem e Destino de Cargas para configurar um retrato atual da movimentação de cargas no Brasil e permitir a realização de projeções do fluxo de carga no território nacional; v) estruturação de um ambiente de simulações para redes de transporte visando à construção de um modelo logístico destinado a analisar a interação entre a demanda e a oferta de transporte com intuito de propor soluções de curto, médio e longo prazos; e vi) elaboração de um Portfólio Preliminar de Ações para apresentar indicativos de intervenções na infraestrutura de transporte com o objetivo de melhorar a qualidade e propiciar melhor integração dos modos de transporte;
- Produção de relatório com *benchmarking* das experiências internacionais e seleção de opções básicas para a regulação do novo Modelo Ferroviário Brasileiro; e relatório com a "definição dos objetivos" referentes aos estudos de identificação e proposição de padronização dos sistemas de comunicação e sinalização em linhas ferroviárias de cargas do Brasil; e
- Desenvolvimento de uma metodologia de cálculo dos custos do transporte hidroviário, aplicável às diferentes situações de transporte fluvial no Brasil, e que vai permitir comparar os custos totais do transporte hidroviário com os dos modais ferroviário e rodoviário.

Para o exercício de 2015, serão desenvolvidas, dentre outras, as seguintes ações:

- Três etapas que concluirão o estudo referente aos Centros de Integração Logística (CIL): i) desenvolvimento da metodologia de localização dos CIL: proposição de um modelo matemático para a identificação de potenciais locais

prioritários para a instalação dos CIL; ii) apresentação de resultados do projeto piloto: seleção de uma estrutura prioritária, estabelecendo um modelo básico de anteprojeto, concepções teóricas e funcionais e estimativas de orçamento, bem como indicadores de desempenho-chaves para avaliações operacionais e econômicas de desempenho; e iii) entrega de relatório final do estudo: esta etapa está baseada na proposição de diretrizes estratégicas com vistas ao fomento das políticas de integração modal;

- Estudos e pesquisas para desenvolvimento e análise de modelos de exploração, operação e regulação de hidrovias, instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4), eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis;
- Implementação de Grupos de Desenvolvimento Regional (GDR), etapa do Plano Hidroviário Estratégico (PHE), que têm como objetivo viabilizar um gerenciamento mais eficaz das hidrovias em nível regional e servir de suporte para garantir a perenidade das condições de navegação das hidrovias;
- Estudos e pesquisas para o desenvolvimento de metodologia para a implementação de documentos eletrônicos aplicados aos processos logísticos com vistas a incentivar o transporte de carga conteinerizada;
- Estudos e pesquisas para o desenvolvimento de estratégia para a implantação do Programa Nacional de Parcerias em Trens Regionais;
- Ações relativas à elaboração do Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI): o portfólio preliminar de ações será ajustado e submetido à apreciação de representantes da sociedade civil. O resultado desse trabalho levará ao desenvolvimento de projetos preliminares de engenharia (PPE) e projetos preliminares de serviços (PPS) para as intervenções logísticas selecionadas; e
- Conclusão dos estudos para propostas de definição e desenvolvimento da regulação ferroviária; propostas de regras e estrutura de gestão da segurança para circulação de trens e propostas de padronização de plataforma tecnológica de sinalização e comunicações ferroviárias.

b) Transporte Rodoviário

Os investimentos em obras de adequação e construção de rodovias visam a ampliar a capacidade de tráfego, ordenar o trânsito de passagem nos perímetros urbanos e garantir condições permanentes de circulação de veículos, segurança e conforto aos usuários.

b.1) Expansão da Malha e Adequação de Capacidade

Destacam-se as seguintes obras, por região:

Região Norte:

- BR-156/AP, construção, ponte internacional sobre o rio Oiapoque – obra concluída, com finalização das instalações de fronteira em 2014;
- BR-364/AC, construção, trecho Sena Madureira - Cruzeiro do Sul (504,8 km) – obra concluída em 2014;
- BR-163/PA, construção, trecho Divisa MT/PA – Santarém (947 km) – executados 58 km de pavimentação, além da conclusão de um lote de 103 km em 2014, com previsão de execução de 80 km em 2015;
- BR-230/PA, construção, trecho Divisa TO/PA - Rurópolis (855,0 km), incluindo o acesso a Mirituba (32,2 km) – executados 62 km de pavimentação em 2014, com previsão de execução de 150 km em 2015;

- BR-319/RO, construção, ponte sobre rio Madeira (1,8 km) – obra concluída em 2014;
- BR-364/RO, construção, ponte sobre o Rio Madeira em Abunã (1,2 km) – fase inicial de execução em 2014, com previsão de execução de 30% em 2015; e
- BR-429/RO, construção, trecho Presidente Médici - Costa Marques (304,3 km) – executados 20 km de pavimentação e 40% das obras de arte especiais em 2014, com previsão de execução de 20 km de pavimentação e conclusão das obras de arte especiais em 2015.

Região Nordeste:

- BR-101/AL, duplicação, trecho divisa PE/AL – Divisa AL/SE (248,5 km) – executados 32,9 km de duplicação em 2014, com previsão de execução de 40 km em 2015;
- BR-101/BA, duplicação, trecho Divisa SE/BA – Feira de Santana (169,2 km) – licitada por Regime Diferenciado de Contratação (RDC), sob o regime de contratação integrada, em 2014. Em fase de elaboração de projeto, com previsão de duplicação de 60 km em 2015;
- BR-116/BA, adequação, trecho Divisa PE/BA – Feira de Santana (427 km) – licitada por RDC, sob o regime de contratação integrada, em 2014. Em fase de elaboração de projeto, com previsão de adequação de 90 km em 2015;
- BR-135/BA, construção, trecho divisa BA/PI – Divisa BA/MG (321 km) – retomada em 2014 e licitada por RDC, sob o regime de contratação integrada. Encontra-se em fase de elaboração de projeto, com previsão de execução de 40 km em 2015;
- BR-235/BA, construção e pavimentação, trecho Divisa SE/BA – Divisa BA/PI (664 km) – Em execução 283,3 km correspondentes aos lotes 1, 2, 4 e 5, com 146 km e 35 km concluídos em 2014. Está prevista a execução de 140 km em 2015;
- BR-242/BA, adequação, Travessia Luís Eduardo Magalhães (8 km) – executados 5 km em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-242/BA, pavimentação, trecho Entroncamento BA-460 – Divisa BA/TO (49 km) – obra retomada em 2014, com execução de 2 km e previsão de conclusão em 2015;
- BR-418/BA, construção, trecho Caravelas – Entroncamento BR-101/BA (72,8 km) – executados 18,5 km em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-020/CE, duplicação, Contorno de Fortaleza (32 km) – executados 18 km em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-222/CE, adequação, trecho Entroncamento acesso ao Porto de Pecém – Sobral (194 km) – concluídas as obras de readequação em 2014;
- BR-304/CE, construção de nova ponte e recuperação de antiga ponte sobre o rio Jaguaribe, em Aracati/CE (3,1 km) – retomada das obras de acesso à nova Ponte em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-135/MA, duplicação, trecho Estiva – Bacabeira (27 km) – executados 7 km de duplicação em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-230/PB, duplicação, Contorno de Campina Grande/PB (2,86 km) – obra de duplicação concluída e 75% das obras de arte especiais em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-101/PE, duplicação, trecho Divisa PB/PE – Divisa PE/AL (191,6 km), incluída a restauração do Contorno de Recife – iniciada a recuperação do pavimento rígido no Contorno de Recife e a duplicação do trecho Palmares - Divisa PE/AL

em 2014. Está prevista a execução de 23 km de duplicação do trecho Palmares - Divisa PE/AL e a recuperação de 30 km de pavimento rígido no Contorno de Recife em 2015;

- BR-408/PE, adequação, trecho Carpina – Entroncamento BR-232 (41,9 km) – obra concluída em 2014;
- BR-235/PI, construção, trecho Bom Jesus - Divisa PI/BA (150,7 km) – obra iniciada em 2014, com execução de 2 km e previsão de execução de 50 km em 2015;
- BR-235/PI, construção, trecho Gilbués - Divisa PI/MA (Santa Filomena) (130,2 km) – executados 25 km de pavimentação, com previsão de conclusão em 2015, e concluídas as obras de arte especiais em 2014;
- BR-101/RN, duplicação, trecho Natal - Divisa RN/PB (81 km) – contrato das obras remanescentes foi assinado em 22/10/2014, com previsão de execução de 10 km das marginais e 50% do viadutos em 2015;
- BR-110/RN, construção, trecho Mossoró - Campo Grande (78 km) – obra concluída em 2014;
- BR-304/RN, duplicação e restauração, Contorno de Mossoró (17 km) – executados 2 km de duplicação, 13,2 km de restauração e 95% das obras de arte especiais em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-101/SE, duplicação, trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA (204,3 km), incluindo o Contorno de Aracaju – executados 13,92 km de duplicação em 2014, com previsão de execução de 21,6 km em 2015; e
- BR-101/SE - Ponte sobre o rio São Francisco, com previsão de conclusão em 2015.

Região Sudeste:

- BR-101/ES, construção, Contorno Rodoviário no Município da Serra (Mestre Álvaro) (18 km) – empreendimento contratado por RDC, sob o regime de contratação integrada, com previsão de início de obras em 2015;
- BR-262/ES, duplicação, trecho Viana - Vitor Hugo (52,6 km) – licitação homologada em 2014, com previsão de execução de 20 km em 2015;
- BR-050/MG, duplicação, trecho Uberlândia - Araguari – Divisa MG/GO (68,4 km) – obra concluída em 2014;
- BR-135/MG, construção e pavimentação, trecho Montalvânia – km 36,5 (18,4 km) – licitação por RDC homologada em 2014, com previsão de execução de 18,4 km de construção e pavimentação em 2015;
- BR-146/MG, construção e pavimentação, trecho Passos - Bom Jesus da Penha (44,3 km) – obra iniciada em 2014, com execução de 7 km de terraplanagem e previsão de execução de 25 km de construção e pavimentação em 2015;
- BR-154/MG, construção e pavimentação, trecho Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 (Ituiutaba) (50,8 km) – obra iniciada em 2014, com execução de 15 km de pavimentação, com previsão de execução de 30 km em 2015;
- BR-262/MG, adequação, Travessia Urbana de Nova Serrana (9,9 km) – executadas quatro obras de arte especiais, 1,5 km de terraplanagem e 5 km de pavimentação em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-262/MG, adequação de capacidade, Travessia Urbana de Uberaba (16,5 km) e marginais (11,3 km) – executado 1 km de pavimentação da pista marginal em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-364/MG, construção e pavimentação, trecho Entroncamento BR-153/MG - Gurinhatã - Divisa MG/GO (222,5 km) – até 2013 foram pavimentados 210,5 km e está prevista a contratação de 12 km e uma ponte, em 2015;

- BR-365/MG, duplicação, trecho Uberlândia - Entroncamento BR-153 (Trevão) (95,3 km), incluindo construção de obras de arte especiais – em 2014 foram executados 45% das obras do Trevão (Lote 4.3) e concluída uma passagem inferior no Lote 4.4. Para 2015, está prevista a conclusão do Trevão e a realização de uma nova licitação das obras de arte especiais do lote 4.2;
- BR-381/MG, duplicação, trecho Governador Valadares - Belo Horizonte (317 km) – obra iniciada em 2014. Foram executados 39,3 km de restauração dos lotes 1 e 2, 48,5% do túnel do Rio Piracicaba (lote 3.2) e 3,0 % do túnel Prainha (Lote 3.3), em 2014. Estão previstas, para 2015, a conclusão do túnel do lote 3.2, a restauração dos lotes 1, 2, 3.1 e 4, a execução de 50% do túnel do lote 3.3 e a execução de 20 km de duplicação (lote 7);
- BR-101/RJ, duplicação, Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, acesso ao Porto de Itaguaí (3 km) – obra concluída em 2014;
- BR-493/RJ, construção, Arco Rodoviário do Rio de Janeiro (97 km) composto pelo trecho Entroncamento BR-040/RJ - Entroncamento BR-101/RJ (71 km) – obras concluídas em 2014, e pelo trecho Entroncamento BR-101/RJ (Manilha) - Santa Guilhermina (26 km), com obra iniciada em outubro de 2014, com previsão de execução de 15 km em 2015;
- BR-116/SP, construção, Rodoanel de São Paulo, trecho Norte (44 km) convênio com o Estado de São Paulo – executados 21,5% da obra em 2014, com previsão de execução de 20% em 2015; e
- BR-153/SP, adequação, Travessia Urbana de São José do Rio Preto (17,8 km) – obra contratada em 2014, por RDC, sob o regime de contratação integrada, com previsão de início e conclusão das obras em 2015.

Região Sul:

- BR-153/PR, adequação, trecho Entroncamento BR-478/PR (B) - Divisa PR/SC (74,3 km) – obra concluída em 2014;
- BR-158/PR, construção, trecho Campo Mourão - Palmital (110,6 km) – obra com previsão de início e execução de 30 km de construção em 2015;
- BR-163/PR, duplicação, trecho Entroncamento BR-277/PR Cascavel - Marmelândia (74 km) – obra contratada por RDC, sob o regime de contratação integrada, em 2014, com previsão de início e execução de 30 km de duplicação em 2015;
- BR-163/PR, duplicação, trecho Toledo - Marechal Cândido Rondon - Guaíra (102,2 km), incluindo a construção da Travessia de Marechal Cândido Rondon – obra da Travessia de Marechal Cândido Rondon concluída em 2014, com extensão de 5,4 km. Obras contratadas, por RDC, sob o regime de contratação integrada, para a duplicação do trecho Toledo - Marechal Cândido Rondon em 2014, com previsão de início e execução de 30 km de obras em 2015;
- BR-277/PR, restauração e construção, Ponte Internacional sobre o rio Paraná, em Foz do Iguaçu – obra contratada por RDC, sob o regime de contratação integrada, em 2014, com previsão de início da obra, execução de 50% da ponte nova e a conclusão da restauração em 2015;
- BR-487/PR, construção, trecho Porto Camargo - Campo Mourão (101,7 km) – obra iniciada em 2014, com execução de 4 km de terraplanagem entre Tuneiras do Oeste e Nova Brasília e previsão de 30 km em 2015;
- BR-116/RS, adequação, trecho Dois Irmãos - Rua Gravataí (Viaduto Sapucaia) – obra concluída em 2014;
- BR-116/RS, duplicação, trecho Guaíba - Pelotas (211,2 km) – executados 60,2 km de terraplanagem, com previsão de conclusão de mais 100 km em 2015;

- BR-116/RS, adequação, trecho Porto Alegre - Novo Hamburgo (18,7 km), com construção e reforma de obras de arte especiais – licitação por RDC, sob o regime de contratação integrada, de obras de arte especiais homologado em 2014, com previsão de execução de 6 km da obra em 2015;
- BR-158/RS, adequação, trecho Travessia de Santa Maria (13 km) – obra contratada, por RDC, sob o regime de contratação integrada, em 2014, com previsão de início das obras e execução de 6 km em 2015;
- BR-290/RS, duplicação, trecho Eldorado do Sul - Pântano Grande (116 km) – obra iniciada em novembro de 2014, com previsão de execução de 40 km em 2015;
- BR-290-116/RS, construção, segunda ponte sobre o rio Guaíba e acessos – obra iniciada em outubro de 2014, com previsão de execução de 30% em 2015;
- BR-386/RS, duplicação, trecho Tabaí - Estrela (33,8 km) – executados 4,5 km de pavimentação em 2014, com previsão de conclusão da obra em 2015;
- BR-392/RS, duplicação, trecho Pelotas - Rio Grande (85,0 km), incluindo o Contorno de Pelotas – executados 29% do contorno rodoviário em 2014, com previsão de conclusão do Contorno em 2015;
- BR-448/RS, construção, trecho Sapucaia - Porto Alegre (22,3 km) – obra concluída em 2014;
- BR-101/SC, duplicação, trecho Palhoça - Divisa SC/RS (248,5 km) – executados 90% da ponte de Laguna, 4,5 km de terraplanagem e 1 km de pavimentação da travessia de Laguna e concluídos o túnel do Morro do Formigão, a quarta faixa do Morro dos Cavalos e a demolição da antiga ponte sobre o rio Tubarão, em 2014. A conclusão dessas obras está prevista para 2015, exceto a construção do túnel do Morro dos Cavalos;
- BR-163/SC, adequação, trecho São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR (61,1 km) – executados 20 km de terraplanagem e 13 km de pavimentação em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-280/SC, duplicação, trecho São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul (73,9 km) – iniciada em 2014, com previsão de execução de 30 km em 2015;
- BR-282/SC, adequação, trecho Travessia de Xanxerê (14 km) – executados 7 km e duas obras de arte especiais em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-282/SC, adequação, Travessia Urbana de Lages (5,9 km) – obra concluída em 2014;
- BR-285/SC, construção, trecho Timbé do Sul – Divisa SC/RS (20,4 km) – obra contratada por RDC integrado em 2014, com previsão de execução de 8 km em 2015;
- BR-470/SC, duplicação, trecho Navegantes - Blumenau (73,2 km) – obra iniciada em 2014, com execução de 10 km de terraplanagem em 2014 e previsão de execução de 20 km em 2015; e
- BR-480/SC – adequação, Contorno Norte de Chapecó (7,6 km) – obra concluída em 2014.

Região Centro-Oeste:

- BR-060/GO, duplicação, trecho Goiânia - Jataí (315,4 km) – obra concluída em 2014;
- BR-153/GO, adequação, Travessia Urbana de Anápolis - Viaduto do DAIA (25,5 km) – obra concluída em 2014;

- BR-158/MT, construção, trecho Ribeirão Cascalheira - Divisa MT/PA (481,3 km) – executados 23 km em 2014, com previsão de execução de 35 km de pavimentação em 2015;
- BR-163/364/MT, duplicação, trecho Rondonópolis - Cuiabá – Posto Gil (378,4 km) – executados 44,4 km em 2014, com previsão de execução de 110 km de duplicação em 2015; e
- BR-242/MT, construção, trecho BR-163/MT (Sorriso) – BR-158/MT (Querência) (481,1 km) – obra em licitação, com previsão de início em 2015.

b.2) Manutenção de Rodovias

Em 2014, os Programas de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Procrema), aliados às obras de restauração e serviços de conservação, contemplaram 46.443,5 km da malha rodoviária federal pavimentada, correspondendo a cerca de 89% da malha total, conforme a seguir:

- Procrema 1ª e 2ª Etapas: estão cobertos por este programa 30.325,8 km de rodovias pavimentadas, por meio de contratos de dois anos e de cinco anos de duração, que preveem a realização de obras de recuperação do pavimento e execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira durante todo o prazo contratual;
- Restauração de Pista em Contratos de Duplicação: essa modalidade de restauração aplica-se a trechos de rodovias que se encontram em obras de duplicação. A pista antiga, utilizada também como rota de serviço, é recuperada ao final da obra. Em 2014, foram restaurados 2.073,7 km de rodovias;
- Restauração Tradicional: em execução 2.520,4 km de obras de restauração do pavimento de rodovias, que preveem intervenções mais substanciais na pista existente, como a correção geométrica em 202,7 km; e
- Conservação Tradicional: cobertos 11.523,6 km de rodovias pavimentadas por meio da contratação de serviços de conservação preventiva e rotineira.

b.3) Operação Rodoviária

Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) – O PNCV tem como objetivo o aumento da segurança viária nas rodovias federais, com benefício aos núcleos urbanos adjacentes, por meio da utilização de equipamentos eletrônicos de fiscalização do trânsito. A partir de novas necessidades detectadas, a meta inicial do programa, que contemplava a instalação de 2.696 equipamentos eletrônicos, foi ampliada em 2014 para 3.341 equipamentos. Nesse ano entraram em operação 815 equipamentos, totalizando 2.755. Outros 586 encontram-se em fase de instalação.

Plano Nacional de Pesagem (PNP) – O controle do excesso de peso dos veículos de transporte de carga e de passageiros que trafegam nas rodovias federais teve como abordagem inicial a implantação e operação de 73 Postos de Pesagem de Veículos (PPV) até julho de 2014. O modelo de fiscalização do excesso de peso foi alterado para a constituição de Postos Integrados Automatizados de Fiscalização (Piaf), cuja proposta é baseada na coleta de dados de veículos pesados. Em 2014, foram licitados os serviços de coleta de dados de veículos pesados em 35 Piafs. Para 2015, está prevista a licitação de outros Piafs, incluindo a reforma dos atuais PPV que apresentarem viabilidade para operar de acordo com o novo modelo de fiscalização proposto.

Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal) – O Programa BR-Legal tem como objetivo implantar e manter, por meio de contratos por desempenho de cinco anos, a sinalização horizontal, vertical e suspensa, dispositivos

auxiliares de segurança viária e serviços relacionados à área de engenharia de trânsito, em aproximadamente 59 mil km de rodovias federais. Em 2014, foram assinados 90 contratos, o que corresponde a aproximadamente 50 mil km. Outros 21 contratos têm previsão de ser assinados em 2015, totalizando 59 mil km. A modalidade de licitação adotada é o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), na forma da Contratação Integrada. Já foram aprovados 28 mil km de projetos básicos de sinalização e 16,1 mil km de projetos executivos. Quanto à execução, foi implantada, em 2014, sinalização horizontal em 4.358 km, sinalização vertical em 1.260 km e 1.418 km de rodovias passaram a contar com dispositivos de segurança.

b.4) Programa de Investimentos em Logística – Concessões Rodoviárias

O Governo Federal administra atualmente 21 concessões rodoviárias, divididas em três etapas, totalizando 9.969,6 km. Há seis concessões referentes à Primeira Etapa (1.315,9 km), sete referentes à Segunda Etapa – Fase I (2.624,4 km), uma concessão referente à Segunda Etapa – Fase II (680,6 km) e uma referente à Terceira Etapa – Fase II (475,9 km). Por fim, as mais recentes concessões passaram a integrar o Programa de Investimentos em Logística (PIL). Uma corresponde à Terceira Etapa – Fase I (936,8 km) e cinco são referentes à Terceira Etapa – Fase III (3.936,0 km), perfazendo um total de 4.872,8 km.

O Programa de Investimento em Logística (PIL) é um programa de investimentos que se caracteriza pela participação da iniciativa privada em projetos de concessão que ampliem a capacidade de rodovias com duplicação e implantação de melhorias (vias marginais, passarelas, interseções em desnível e contornos). O início da cobrança de pedágio ocorrerá somente após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

As seis concessões rodoviárias integrantes do PIL correspondem aos lotes das BR-040/DF/GO/MG, BR-050/GO/MG, BR-060/153/262/DF/GO/MG, BR-153/TO/GO, BR-163/MS e BR-163/MT, que tiveram os leilões realizados e contratos assinados. Em 2014, o Programa de Investimentos em Logística se consolidou com a prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e o início de obras de duplicação em rodovias concedidas.

Foram publicados cinco editais de Chamamento Público, para que empresas interessadas em elaborar estudos técnicos, levantamentos e investigações, pudessem apresentar Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), de acordo com as disposições do Decreto nº 5.977, de 1º de dezembro de 2006. Os estudos que serão apresentados poderão, a critério do poder concedente, ser utilizados em modelagens de concessões de novos trechos rodoviários.

A atual concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio/Niterói (13,2 km), que se encerrará em 31/05/2015, ensejou a publicação de Edital de Chamamento Público. O processo de renovação dessa concessão exigiu a realização de novos estudos concluídos em 2014. O estudo escolhido foi submetido a audiência pública. A previsão é de realização do leilão em 2015, após aprovação dos estudos pelo Tribunal de Contas da União.

Foram também publicados Editais de Chamamento Público em fevereiro de 2014 que visam à concessão de quatro novos trechos:

- BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis (MT) - Jataí (GO) - Goiânia (GO) (703,7 km);
- BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 - Porto de Miritituba (PA) (976 km);
- BR-364/GO/MG, Jataí (GO) - Entroncamento BR-153/MG (Comendador Gomes) (439,2 km); e
- BR-476/153/282/480, Lapa (PR) – Divisa SC/RS, passando por Chapecó /SC (493,3 km).

As empresas autorizadas estão atualmente desenvolvendo os estudos, com previsão de entrega em 2015. Dentre as obras que estão sendo realizadas para melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto dos usuários nas rodovias já concedidas, destacam-se as seguintes:

- BR-116/BA, duplicação, trecho Feira de Santana - BR-242/BA (68,8 km) – executados 40,41 km em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-116/BA e BR-324/BA, duplicação, Contorno Sul de Feira de Santana (7 km) – executados 48,70 % em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-040/DF/GO/MG, duplicação (557,20 km), iniciada em 2014 nos Municípios de Valparaíso do Goiás/GO, Luziânia/GO, Cristalina/GO e João Pinheiro/MG, com execução de 6,28% em 2014, e previsão de execução de 55,7 km, em 2015;
- BR-060/153/262/DF/GO/MG, duplicação (647,80), iniciada em 2014 nos Municípios de Uberaba/MG e Campo Florido/MG, com execução de 5,8% em 2014, e previsão de execução de 64,8 km em 2015;
- BR-050/GO/MG, duplicação (218,90), iniciada em 2014 nos Municípios de Cristalina/GO e Ipameri/GO, com execução de 9,8% em 2014, com previsão de execução de 21,9 km em 2015;
- BR-163/MS, duplicação (806,3 km), iniciada em 2014 nos Municípios de Sonora/MS, Caarapó/MS e São Gabriel do Oeste/MS, com execução de 2,37% em 2014, e previsão de execução de 80,6 km em 2015;
- BR-163/MT, duplicação (453,60 km), iniciada em 2014 no Município de Rondonópolis/MT, com execução 4,15% em 2014, e previsão de execução de 45,4 km em 2015;
- BR-116/SP, duplicação, trecho Curitiba - Mandirituba (25,4 km) – executados 9,87 km em 2014, com previsão de execução de 5,87 km em 2015;
- BR-040/RJ, construção, nova subida Serra de Petrópolis (21,0 km) – executados 20,19% em 2014, com previsão de execução de 60% em 2015;
- BR-101/RJ, ampliação, Avenida do Contorno (2,4 km), foram executados 47,70% da obra em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-101/RJ, duplicação, trecho Macaé - Entroncamento RJ Via Lagos (176,6 km) – executados 38 km em 2014, com previsão de execução de 78 km em 2015;
- BR-290/ RS, execução da 2ª Etapa da implantação da 4ª Faixa (19,6 km), iniciada em 2014, com execução de 76% em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- BR-101/SC, construção, Contorno de Florianópolis (49 km), iniciado em 2014, com execução de 20,14% do subtrecho 3 e previsão de execução de 77,50% do subtrecho 3 e 48,30% do subtrecho 4 em 2015;
- BR-116/SP, duplicação, Serra do Cafezal, Rodovia Régis Bittencourt (30,3 km) – executados 6,6 km em 2014, com previsão de execução de 7 km em 2015; e
- BR-153/SP, duplicação (34,3 km) – executados 2,1 km em 2014, com previsão de execução de 9,6 km em 2015.

A partir da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), que indicaram a necessidade de 578 obras em oito concessões da 2ª Etapa – Fases I e II, no ano de 2014, 317 obras (54,84%) foram concluídas e 139 (24,05%) estavam em execução. Essas obras resultarão em uma melhora significativa da fluidez nas rodovias federais concedidas.

Com vistas a assegurar a prestação adequada do serviço público, foram introduzidos mecanismos de avaliação de desempenho do serviço, cabendo destacar os mecanismos de revisão e reajuste das tarifas de pedágio e a previsão de modicidade tarifária quando da não realização dos investimentos.

b.5) Transporte de Cargas

O transporte rodoviário autorizado de cargas, objeto da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, regulamentada pela Resolução ANTT nº 3.056/2009, atividade econômica realizada por terceiros mediante remuneração, depende de prévia inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC).

Estavam regularmente inscritos no RNTRC, em 2014, 1.017.291 transportadores, sendo 848.519 autônomos, 168.367 empresas e 405 cooperativas, com uma frota total de 2.239.158 veículos registrados para operar no Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) no território nacional.

O Pagamento Eletrônico de Frete (PEF), que formaliza o relacionamento entre embarcadores e transportadores rodoviários de cargas, tem como foco principal os Transportadores Autônomos de Cargas (TAC), as Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas (ETC) com até três veículos e as Cooperativas de Transporte Rodoviário de Cargas (CTC) cadastradas no RNTRC. Em 2014, 21 empresas estão habilitadas como administradoras de meios de Pagamento Eletrônico de Frete. No mesmo ano, foram cadastradas 6.402.659 operações de transporte. Com relação ao fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório, cinco empresas estão habilitadas a fornecer os modelos que devem ser aceitos em todas as praças de pedágio.

No âmbito do transporte rodoviário internacional de cargas, em 2014 foram concedidas, a empresas brasileiras, 177 habilitações e 194 renovações e, a empresas estrangeiras, 123 habilitações e 50 renovações. Atualmente, 617 empresas brasileiras estão autorizadas a transportar para território estrangeiro e 1.281 empresas estrangeiras estão autorizadas a transportar para o Brasil, com uma frota de 47.543 veículos brasileiros e 49.227 veículos estrangeiros.

Na área de atuação do Transporte Multimodal de Cargas, o exercício da atividade do Operador de Transporte Multimodal (OTM) depende de prévia habilitação e registro. Em 2014, foram habilitados 63 OTMs, dentre os quais quatro foram amparados pelo Acordo Sobre Facilitação do Transporte Multimodal entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decreto nº 1.563, de 19 de julho de 1995), integrando um total de 491 habilitados.

Quanto à fiscalização do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC), em 2014, foram realizadas 15.976.943 fiscalizações. Na modalidade Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC) foram realizadas 17.721 fiscalizações. Ressaltam-se ainda 3.945 fiscalizações referentes ao Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (TRPP). A partir dessas ações de fiscalização no TRC, foram lavrados 197.905 autos de infração, o que representa, em relação ao mesmo período de 2013, o percentual de acréscimo de 23,86%.

Além das fiscalizações rotineiras, destaca-se a Operação Safra com o objetivo de contribuir para a chegada programada de veículos de transporte rodoviário de cargas ao Porto de Santos, com ênfase na fiscalização do transporte de soja. Foram utilizados cinco pontos de fiscalização em Frutal/MG, Itiquira/MT, Alto Araguaia/MT, Paranaíba/MS e Igarapava/SP, tendo

sido realizadas 14.550 fiscalizações e lavrados 1.165 autos de infração em 2014. É importante destacar que a intensificação das fiscalizações contribuiu para o aumento do percentual de veículos agendados para descarga no Porto de Santos: de 50%, no início da operação, para cerca de 95% ao final de 45 dias de fiscalização, com impacto na redução do frete.

b.6) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

O projeto de dinamização da Rede Nacional de Transportes Rodoviários Interestadual e Internacional de Passageiros, denominado Propass, contempla a elaboração do plano de outorga de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Novas regras orientadas à qualidade e proteção dos usuários foram adotadas. Para maior agilidade nos processos de outorga, foi publicada a Lei nº 12.996, em 18 de junho de 2014, permitindo que os serviços interestaduais e internacionais rodoviários passem a ser delegados por meio de autorização. A partir do novo marco legal, está em desenvolvimento instrumento regulatório onde serão definidas as regras para o processo de delegação desses serviços.

Em 2014, na região do Distrito Federal e dos Municípios do Entorno, foi realizada licitação para selecionar as empresas que prestarão os serviços de transporte rodoviário coletivo regular interestadual semiurbano de passageiros. A homologação do resultado final desta licitação está prevista para o início de 2015. Ainda em 2014, outros serviços semiurbanos existentes no Brasil (Petrolina/PE - Juazeiro/BA e Teresina/PI - Timon/MA) tiveram seus estudos finalizados, com seus planos de outorga e minutas dos editais de licitação e contratos de permissão elaborados e submetidos à audiência pública para recebimento de contribuições.

Ainda em 2014, quatro importantes resoluções da ANTT dispuseram sobre: i) condições gerais relativas à venda de bilhetes de passagem nos serviços regulares de transporte terrestre interestadual e internacional de passageiros; ii) sistemática de identificação dos passageiros dos serviços de transporte terrestre; iii) critérios e procedimentos para autorização da utilização de terminal rodoviário adicional, dentro de um mesmo Município ou região metropolitana; e iv) definição do tipo, da estruturação, da coleta, do armazenamento, da disponibilização e do envio dos dados coletados pelo Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros.

Quanto à fiscalização do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP), foram realizadas 294.115 fiscalizações em 2014. Do total de fiscalizações do TRIIP, 258.984 referem-se a fiscalizações do Serviço Longas Distâncias (LD), 4.149 são referentes ao Serviço Semiurbano (SU) e 30.982 ao Serviço Internacional (SI). Essas ações resultaram na lavratura de 35.875 autos de infração.

c) Transporte Ferroviário

A consolidação de uma malha ferroviária capaz de promover a interoperabilidade com outros modais de transportes é condição necessária para a promoção de maiores fluxos de cargas e passageiros. Avanços neste setor podem conferir ao País ganhos econômicos com maior eficiência energética e menores custos operacionais, quando comparado ao modal rodoviário.

c.1) Expansão da Malha

Ferrovia Norte-Sul

- Trecho Palmas/TO - Anápolis/GO (855,0 km) – trecho concluído e em fase de operação assistida. Há previsão de conclusão de obras complementares e início de operação comercial em 2015.

Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul

- Trecho Ouro Verde/GO – Estrela d'Oeste/SP (681 km) – o empreendimento já possui 77% realizados, sendo que somente em 2014 foram executados 24% de infraestrutura, 71% de superestrutura e 16% de obras de arte especiais em 2014, com previsão de conclusão em 2015.

Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol)

- Trecho Ilhéus/BA - Caetité/BA (537 km) – o empreendimento já possui 61% realizados, sendo que somente em 2014 foram executados 20% de infraestrutura, 57% de superestrutura e 20% de obras de arte especiais em 2014, com previsão de conclusão em 2015; e
- Trecho Caetité/BA - Barreiras/BA (485 km) – executados 9% de infraestrutura em 2014. A baixa execução se deu em virtude do período de suspensão dos contratos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para que fossem feitas sondagens de verificação do solo.

Ferrovia Nova Transnordestina

- Trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE (96 km) – obra concluída em 2013, com execução de obras complementares em 2014;
- Trecho Salgueiro/PE - Trindade/PE (163 km) – obra com 99% realizados, onde foram executados 1% de obras de arte especiais e 29% de superestrutura em 2014, com previsão de conclusão em 2015;
- Trecho Trindade/PE - Eliseu Martins/PI (423 km) – executados 34% de infraestrutura, 28% de obras de arte especiais e 3% de superestrutura em 2014, com previsão de execução de 214 km em 2015;
- Trecho Salgueiro/PE - Suape/PE (544 km) – obras em execução em cinco lotes, com previsão de execução de 126 km em 2015; e
- Trecho Pecém/CE - Missão Velha/CE (526 km) – obra retomada nos lotes 1 a 3, com previsão de conclusão de 251 km em 2015.

c.2) Adequação da Malha

O Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (Prosefer) tem por objetivo expandir os investimentos em infraestrutura ferroviária contribuindo para o desenvolvimento do País. Esse programa proporciona uma visão geral da atual situação dos conflitos ferroviários, especialmente os urbanos, em aproximadamente 15 mil km de extensão da malha ferroviária, e tem como diretriz nortear os investimentos em contornos ferroviários e adequações.

Em 2014, foram aprovados os seguintes projetos executivos: transposição da via férrea nos Municípios de Cerqueira César/SP, Avaré/SP e Guararema/SP, contorno Ferroviário de Ourinhos/SP e interseção na linha férrea no perímetro urbano de São Carlos/SP, sendo que as transposições e o contorno têm previsão de licitação em 2015.

Destaca-se, em 2014, a conclusão do Contorno Ferroviário e Pátio de Tutóia, no Município de Araraquara/SP, a execução de 3,7% da construção de intervenções para eliminação dos conflitos rodoferroviários no Município de Juiz de Fora/MG e a retomada da construção do Contorno Ferroviário no Município de Três Lagoas/MS, com execução física acumulada em 73,51% e previsão de conclusão em 2015.

Com relação à obra de adequação ferroviária e pátio Anísio Braz, no Município de Barra Mansa/RJ, devido a processos de desapropriação e reintegração de posse encontra-se paralisada desde 2013. O terminal intermodal de Campo Grande/MS, que teve execução física acumulada em 90% em 2013, não pôde ser concluído em 2014 devido à paralisação imposta por processos de recuperação judicial da construtora.

No que se refere aos Pátios Ferroviários, pode-se destacar:

- Pátio de Estrela D' Oeste/SP (Ferrovia Norte-Sul – trecho: Ouro Verde - Estrela D'Oeste) – obras iniciadas em 2014, com mobilização e limpeza da área a ser construída, e previsão de conclusão em 2015;
- Santa Helena/GO (Ferrovia Norte-Sul – trecho: Ouro Verde de Goiás - Estrela D'Oeste) – realizados novos estudos para implantação, com previsão de início e conclusão da obra em dezembro de 2015;
- São Simão/GO (Ferrovia Norte-Sul – Ouro Verde - Estrela D' Oeste) – executadas 15% das obras do pátio em 2014, com avanço físico acumulado de 75% e previsão de término em 2015;
- Porangatu/GO (Ferrovia Norte-Sul – trecho: Palmas - Anápolis) – executada a linha principal do pátio de Porangatu. Em 2014 foram executados 30% dos ramais auxiliares, com avanço físico acumulado de 90% e previsão de conclusão em 2015;
- Uruaçu/GO (Ferrovia Norte-Sul – trecho: Palmas - Anápolis) – concluído em 2014; e
- Anápolis/GO (Ferrovia Norte-Sul – trecho: Palmas - Anápolis) – concluído em 2014.

c.3) Regulação

Como parte da agenda regulatória para o biênio 2013/2014 foram publicados o Regulamento de Segurança na Circulação de Trens; a Padronização dos Sistemas de Sinalização de Comunicações Ferroviárias; e o Regulamento do Operador Ferroviário Independente (OFI), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A Resolução ANTT nº 4.348/2014, que aprova o Regulamento do Operador Ferroviário Independente para a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas representou avanço significativo para o transporte ferroviário, visto que integra o conjunto de medidas decorrentes do marco regulatório para o novo modelo de ferrovias a ser adotado no Programa de Investimentos em Logística (PIL), conhecido como modelo horizontal ou "*open access*", no qual atuam um gestor de infraestrutura do trecho ferroviário, responsável por serviços como o de manutenção da via, e os operadores ferroviários independentes, que prestam o serviço de transporte aos clientes interessados. Com o novo regulamento, espera-se que haja um incentivo à concorrência no modo de transporte ferroviário, com consequente diminuição dos preços dos fretes.

Em atendimento à nova regra regulatória, que prevê metas anuais de produção e de redução de acidentes, as concessionárias de serviços de transporte ferroviário deram prosseguimento ao Plano Trienal de Investimentos (PTI) para o período 2015/2017, com previsão de investimentos privados na ordem de R$ 15 bilhões.

c.4) Concessão

Por meio das concessões de trechos ferroviários, pretende-se modernizar e garantir uma logística eficiente, com integração da malha ferroviária, reduzindo custos e ampliando a capacidade de transporte.

Atualmente, estão sendo realizadas as seguintes obras nos trechos concedidos por meio do modelo de concessão vertical praticado anteriormente à criação do novo modelo ferroviário horizontal ou "*open access*", a saber:

Malha Paulista

- Trecho Boa Vista-Nova/SP – Evangelista de Souza/SP (193 km) – executados 56 km de duplicação em 2014, com previsão de execução de 4 km em 2015.

Estrada de Ferro Carajás

- Duplicação da Linha Tronco (892 km) – duplicados 69 km em 2014, com previsão de conclusão da obra em 2015; e
- Construção do Ramal Sudeste do Pará (100 km) – construídos 30 km em 2014, com previsão de execução de 40 km em 2015.

Em 2014, no âmbito das concessões ferroviárias componentes do PIL, foram executados estudos, bem como publicados Editais de Chamamento Público a partir de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) para a realização de estudos para os seguintes trechos ferroviários: Açailândia/MA – Barcarena/PA; Anápolis/GO – Corinto/MG; Belo Horizonte/MG – Guanambi/BA; Estrela D´Oeste/SP – Dourados/MS; Sapezal/MT - Porto Velho/RO; e Sinop/MT – Miritituba/PA. A previsão é de que esses estudos sejam concluídos no primeiro semestre de 2015.

Destaca-se a inclusão, no escopo do PIL – Ferrovias, de projeto piloto para a implantação de sistemas de controle e operação ferroviária, tendo sido selecionado o trecho da Ferrovia Norte-Sul situado entre Porto Nacional/TO – Estrela D'Oeste/SP. Cabe ressaltar que o segmento Porto Nacional/TO – Anápolis/GO foi concluído e o segmento Estrela D'Oeste /SP – Anápolis/GO encontra-se ainda em fase de construção.

Em 2015, há previsão para conclusão dos estudos que subsidiarão os procedimentos licitatórios para os trechos das novas Concessões Ferroviárias:

- Trechos: Açailândia/MA – Barcarena/PA; Anápolis/GO – Corinto/MG; Belo Horizonte/MG – Guanambi/BA; Estrela D'Oeste/SP – Dourados/MS; Sapezal/MT – Porto Velho/RO; e Sinop/MT – Itaituba/PA; todos com Editais de Chamamento Público para a realização de estudos, por meio de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI);
- Trecho Lucas do Rio Verde/MT - Campinorte/GO, com projeto básico elaborado; e
- Trecho Rio de Janeiro/RJ - Campos/RJ - Vitória/ES, com estudo de viabilidade detalhado.

c.5) Transporte de Cargas e Passageiros

No âmbito do projeto de implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) Rio de Janeiro – Campinas, foram concluídos estudos preliminares para o licenciamento ambiental do empreendimento e realizados estudos urbanísticos das áreas das estações do TAV.

Concomitantemente, foram desenvolvidas atividades de nivelamento e aprimoramento da base de dados do projeto, que passou a incorporar restrições resultantes dos estudos geológico-geotécnicos regionais e restrições socioambientais anteriormente não disponíveis. Tal melhoria na base de dados ensejou a revisão e realização de ajustes do traçado referencial resultante dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) anteriormente elaborados.

Para 2015, está prevista a atualização do EVTEA e, em paralelo, a realização de estudos e ações preparatórias para a elaboração dos projetos de engenharia para implantação do sistema TAV Rio de Janeiro - Campinas.

d) Transporte Hidroviário

Com a aprovação da Lei nº 13.081, de 2 de janeiro de 2015, foi estabelecido o marco legal que disciplina a construção de barragens para a geração de energia elétrica em vias navegáveis ou potencialmente navegáveis. Tal marco define as responsabilidades entre os setores de energia e transporte permitindo, de forma concomitante ao barramento, a construção total ou parcial de eclusas ou de outros dispositivos de transposição de níveis para permitir a navegação da hidrovia. A Lei garante ainda a separação e

independência dos aproveitamentos de cada recurso hídrico, assim como seus custos, respeitando as áreas de competência de cada órgão responsável pelos usos destes recursos.

d.1) Manutenção e Adequação das Hidrovias

Para atender às diretrizes da Política Nacional de Transporte Hidroviário (PNTH), foram executadas, em 2014, ações de sinalização, balizamento, destocamento, dragagem, batimetria e elaboração de cartas náuticas, que visam à manutenção da navegabilidade em aproximadamente 6.000 km de hidrovias federais. Também foram realizados outros investimentos em 800 km de hidrovias estaduais, compreendendo a Hidrovia do Tietê.

Foram concluídos em 2014 três Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) em corredores hidroviários estratégicos: Madeira - Mamoré - Guaporé; Paraná – Tietê e Parnaíba. Outros seis EVTEA estão em andamento: Amazonas; Tapajós - Teles Pires - Juruena; Brasil - Uruguai (Mercosul); Paraguai; São Francisco; e Tocantins - Araguaia.

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para a Hidrovia do Tietê, de um investimento inicialmente previsto em R$ 923 milhões, foi repassado ao Governo do Estado de São Paulo o montante de R$ 13,68 milhões em 2014, perfazendo o total, a partir de 2011, de R$ 96,05 milhões. Esses investimentos foram destinados às obras de adequação de canais, adequação de pontes e melhorias em eclusas.

Ainda com recursos do PAC, há previsão de investimentos para ampliação, adequação e manutenção dos corredores do Madeira, Tapajós, São Francisco, Paraná, Paraguai e Brasil - Uruguai. Em 2014 foram investidos R$ 18,24 milhões.

No tocante às ações de manutenção de eclusas, foi mantido o contrato das eclusas de Tucuruí, no rio Tocantins (PA), e firmado contrato de cinco anos para a manutenção das eclusas de Três Irmãos, no rio Tietê (SP).

Dando sequência aos melhoramentos necessários para a navegabilidade da hidrovia Tocantins (PA), durante períodos de menores vazões fluviais, a jusante da Eclusa de Tucuruí, foi publicado, em novembro de 2014, o Edital de Licitação para a contratação das obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, em uma extensão de 43 km. Dado não ter havido interessados no certame, que previa contratação por meio do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), novo edital licitatório está previsto para o início de 2015. Os melhoramentos, orçados em cerca de R$ 452,3 milhões, darão segurança e confiabilidade ao transporte fluvial com integração logística entre os corredores Norte, Centro-Sul, Sul e Sudeste.

Para 2015, destaca-se a previsão de assinatura de contratos de manutenção para período de cinco anos que contemplarão serviços de dragagem, balizamento, levantamento hidrográfico e monitoramento ambiental nas hidrovias do Madeira, São Francisco, Paraguai, Paraná, Tapajós, Tocantins e Brasil - Uruguai (Lagoa-Mirim).

d.2) Construção de Terminais Fluviais

As construções das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) na região Norte, onde o modal hidroviário é preponderante, permitirão a circulação regional de pessoas, a melhoria do transporte de mercadorias e da qualidade de vida para a população local. Vale destacar a situação das seguintes IP4s, em 2014:

- Estado do Amazonas: i) em 2014, foi concluída a instalação portuária de Itamarati. Também em 2014, Itamarati e Ipixuna passaram por ajustes técnicos, em função de condições hidrológicas verificadas no rio Juruá. Há previsão de início e conclusão

das obras complementares em 2015; ii) encontram-se em fase de obras, com previsão de conclusão em 2015, as instalações portuárias dos Municípios de Itacoatiara (novo terminal), Eirunepé, São Gabriel da Cachoeira, Apuí, Japurá, Fonte Boa, Tonantins, São Paulo de Olivença, Novo Aripuanã, Borba e Autazes; iii) os terminais fluviais projetados para os Municípios de Anori, Anamã, Alvarães, Envira, Silves e Parintins (Vila Amazônia) tiveram edital de licitação publicado em 2014, porém serão publicados novos editais em 2015, dado que o certame resultou vazio; e iv) estão previstos editais para contratação em 2015 de obras complementares nos terminais portuários dos Municípios de Lábrea, Tabatinga, Itacoatiara e Manacapuru;

- Estado do Pará: i) a IP4 do Município de Santarém está em fase de obras com previsão de conclusão em 2015; ii) no exercício de 2014, foram contratadas empresas para elaboração do projeto executivo e para construção das IP4 nos Municípios de São Miguel do Guamá, Viseu, Augusto Correa (Distrito de Pirimirim), Belém, Juruti, Cametá, Abaetetuba e Oriximiná. A conclusão dos projetos está prevista para 2015; e iii) as instalações portuárias nos Municípios de Conceição do Araguaia, Tucuruí e Altamira tiveram edital de licitação publicado em 2014, sem interessados, com novo edital previsto para ser publicado em 2015;
- Estado de Rondônia: a IP4 no Município de Guajará-Mirim contará com novo edital previsto para 2015, dado que não houve interessados no certame realizado em 2014; e
- Estado de Roraima: foi concluída a IP4 no Município de Caracaraí.

e) Fomento à Indústria Naval

A carteira do Fundo da Marinha Mercante (FMM) alcançou, em 2014, 345 projetos contratados com os agentes financeiros. São 143 projetos em execução, abrangendo 136 embarcações e sete estaleiros. Os investimentos contemplam obras nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os 202 projetos restantes estão contratados, sendo três intervenções em estaleiros e 199 embarcações. Em 2014, o montante total de recursos repassados aos agentes financeiros foi de R$ 4,45 bilhões e foram concluídas 91 obras, sendo 89 embarcações e 2 obras em estaleiros — Estaleiro ERG 2, no Rio Grande do Sul, e a ampliação do Estaleiro Atlântico Sul (*Load Out*), em Pernambuco —, priorizadas pelo FMM, que desde o início da construção tiveram custo total de R$ 3,43 bilhões.

O Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef) entregou nove embarcações e conta com 14 embarcações atualmente em construção para o transporte de petróleo e derivados, todas financiadas pelo FMM. Ainda em 2014, no âmbito do Promef-Hidrovias com financiamento do FMM, foi entregue o primeiro comboio composto por um empurrador e quatro barcaças, para o transporte de etanol ao longo da Hidrovia do Tietê.

f) Incentivos para Investimentos no Setor Transportes

Projetos de investimento em infraestrutura e logística de transportes demandam financiamentos de longo prazo. Para tal, o Governo criou as debêntures incentivadas de infraestrutura, visando a uma maior participação do capital privado no processo de financiamento de parte de projetos com maior período de maturação. Por meio da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, esses títulos garantem isenção de imposto de renda sobre os rendimentos da pessoa física (estrangeira e nacional) e redução de alíquota para o investidor pessoa jurídica. De acordo com os procedimentos de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários no setor, foram aprovados, em 2014, sete projetos de investimentos para emissão de debêntures de infraestrutura, dos quais cinco realizaram a emissão com êxito na captação de R$ 1,85 bilhão.

Já o incentivo fiscal do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), criado pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, consiste na suspensão da incidência das Contribuições para o Financiamento da Seguridade

Social (Cofins) e do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) sobre as aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos novos e materiais de construção e também na prestação de serviços por pessoa jurídica estabelecida no País, para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura e destinadas ao ativo imobilizado da pessoa jurídica habilitada.

Foram aprovados no âmbito do Ministério dos Transportes, desde a criação do incentivo fiscal do Reidi, 31 projetos de investimentos para o enquadramento no Regime Especial. No ano de 2014, foram aprovados 17 projetos, sendo 16 referentes a rodovias e um a ferrovia. O valor estimado das obras previstas dos projetos aprovados em 2014 é de R$ 38,39 bilhões. A desoneração do Reidi implica uma redução de custo estimada em R$ 1,64 bilhão.

3. Portos

Os portos brasileiros, importantes instrumentos para o desenvolvimento interno e porta de entrada para o comércio internacional, são considerados imprescindíveis para o crescimento econômico do País. Diante disso, o Governo vem promovendo medidas para expansão e modernização em sua infraestrutura e gestão.

O desempenho do setor portuário revela movimentação de cargas nos portos organizados e terminais de uso privado (TUPs) que alcançou 686 milhões de toneladas brutas de janeiro a setembro de 2014, o que significa um aumento da ordem de 4% frente a igual período do ano anterior. Os TUPs foram responsáveis por 64% da movimentação total, enquanto os portos organizados movimentaram o equivalente a 36%.

a) Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Institucional Portuário

a.1) Investimentos Privados nos Portos

A partir do novo marco regulatório do setor – Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 – foram desenvolvidas três linhas de ação para a ampliação da capacidade do sistema portuário nacional, por meio de investimentos da iniciativa privada: o Programa de Arrendamentos Portuários; os Reequilíbrios e Prorrogações de Contratos de Arrendamentos Pós-1993; e o Processo de Autorização de Terminais Portuários.

Tendo como objetivos a expansão e modernização da infraestrutura dos portos brasileiros e a realização de parcerias estratégicas com o setor privado, o montante de recursos privados estimados a serem investidos durante o período de vigência dos contratos de arrendamentos celebrados nessas três linhas de ação nos portos brasileiros é da ordem de R$ 50,8 bilhões, com previsão de início até 2017.

O Programa de Arrendamentos Portuários, anunciado em dezembro de 2012, consiste na celebração de novos contratos de arrendamentos nas áreas dos portos organizados, antecedido por procedimento licitatório. As áreas passíveis de serem licitadas no referido programa têm origem em: contratos de arrendamentos vencidos; contratos de arrendamentos a vencer até 2017; ou áreas até o momento não exploradas para operação portuária – denominadas *greenfield*. Estima-se o investimento privado de cerca de R$ 15,8 bilhões por intermédio dessa linha de ação.

O referido Programa, organizado em quatro blocos de portos, conta com os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) das áreas passíveis de arrendamento concluídos desde novembro de 2013. Os blocos de portos e a situação atual de cada um são detalhados na tabela a seguir:

	BLOCO 1	BLOCO 2	BLOCO 3	BLOCO 4
Portos Contemplados	- Santos/SP - Vila do Conde/PA - Santarém/PA - Belém/PA - Miramar/PA - Outeiro/PA	- São Sebastião/SP - Salvador/BA - Aratu/BA - Paranaguá/PR	- Maceió/AL - Suape/PE - Recife/PE - Cabedelo/PB - Fortaleza/CE - Itaqui/MA - Santana/AP	- Rio Grande/RS - Porto Alegre/RS - Imbituba/SC - Itajaí/SC - São Francisco do Sul/SC - Rio de Janeiro/RJ - Niterói/RJ - Itaguaí/RJ - Vitória/ES - Manaus/AM
Nº de Terminais a Arrendar	29	16	22	18
Previsão de Investimentos	R$ 5,7 bilhões	R$ 3,9 bilhões	R$ 3,3 bilhões	R$ 2,9 bilhões
Posição (31/12/2014)	- Estudos concluídos - Consultas Públicas realizadas - Analisado pela área técnica do TCU - Aguardando decisão final do TCU	- Estudos concluídos - TCU determinou nova Consulta Pública	- Estudos concluídos	- Estudos concluídos

Fonte: SEP/PR e ANTAQ - Posição: 31/12/2014.

Já a linha de ação dos Reequilíbrios e Prorrogações de Contratos de Arrendamentos Pós-1993 tem sua implementação iniciada com a publicação de normativo, Portaria SEP/PR nº 349/2014, que regulamenta a possibilidade de prorrogação antecipada de contratos celebrados no âmbito do marco regulatório anterior (Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993), que possuam previsão expressa de prorrogação ainda não realizada.

O mecanismo de Reequilíbrios e Prorrogações de Contratos de Arrendamentos consiste na antecipação da realização de investimentos em arrendamentos vigentes, cujo prazo remanescente de contrato seria insuficiente para a amortização de novos investimentos. Os pedidos de reequilíbrios e prorrogações para o ano de 2014 constam da tabela abaixo:

Nº DE PEDIDOS	LOCALIZAÇÃO DOS PEDIDOS	PREVISÃO DE INVESTIMENTOS
19	- Antonina/PR - Aratu/BA - Salvador/BA - Itaguaí/RJ - Rio de Janeiro/RJ - Itajaí/SC; - Paranaguá/PR - Santos/SP - São Francisco do Sul/SC	R$ 11,8 bilhões

Fonte: SEP/PR e ANTAQ - Posição: 31/12/2014.

Por fim, o Processo de Autorização de Terminais Portuários, que abarca, dentre outras modalidades, os Terminais de Uso Privado (TUP), foi iniciado em julho de 2013 e estabelece que instalações portuárias localizadas fora das áreas dos portos organizados possam ser exploradas por agentes econômicos autorizados no processo de outorga, formalizado por meio do contrato de adesão. Tal processo de outorga é sempre precedido de anúncio ou chamada públicos. Os resultados dessa linha de ação estão demonstrados na tabela a seguir:

	2014	
	Nº DE TERMINAIS (ACUMULADO***)	PREVISÃO DE INVESTIMENTOS
Contratos de Adesão Celebrados*	38	R$ 11,0 bilhões
Processo de Autorizações em Curso **	47	R$ 12,2 bilhões
TOTAL	85	R$ 23,2 BILHÕES

Fonte: SEP/PR e ANTAQ - Posição: 31/12/2014

Observações: (*) Inclui 1 aditivo em 2013 e 2 aditivos em 2014.

(**) Inclui os pleitos dos agentes econômicos habilitados ou em processo de Anúncio Público.

(***) Desde o início da implementação dessa linha de ação em jul/2013. Novos Terminais (34) e ampliações (4).

a.2) Planejamento Integrado do Sistema Portuário Nacional

A partir do novo marco regulatório, a SEP/PR passou a ter o papel de órgão responsável pelo planejamento setorial. Destaque-se que a realização do planejamento de longo prazo para o setor já havia sido retomada pela Secretaria com a entrega do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) e de 15 Planos Diretores Estratégicos (Planos Mestres) dos principais portos públicos nacionais no primeiro semestre de 2012.

Em continuidade a esse processo de planejamento, a partir do segundo semestre de 2012, a SEP/PR iniciou a elaboração dos Planos Mestres para os demais 22 portos organizados, bem como de atualização dos 15 Planos Mestres concluídos na primeira fase do PNLP. O resultado da entrega dos documentos mencionados (Planos Mestres), novos ou atualizados, está discriminado a seguir segundo os respectivos portos e anos de conclusão:

- 2012 – São Francisco do Sul/SC, Imbituba/SC; e Ilhéus/BA;
- 2013 – Manaus/AM; Belém/PA; Santarém/PA; Vila do Conde/PA; Porto de Paranaguá/PR; Antonina/PR; Porto de Santana/AP; Cabedelo/PB; Porto Alegre/RS; Pelotas/RS; e Rio Grande/RS; e
- 2014 – Rio de Janeiro/RJ; Forno/RJ; Itaguaí/RJ; Porto Velho/RO; Estrela/RS; Laguna/SC e Recife/PE.

Em maio de 2014, após as mudanças introduzidas com o novo marco regulatório, o Governo deu início à revisão do PNLP a ser concluída no primeiro semestre de 2015.

Ainda com a finalidade de aperfeiçoar o planejamento integrado do setor, a SEP/PR publicou a Portaria SEP/PR nº 03/2014, que regulamentou a compatibilização entre o planejamento nacional (PNLP, Planos Mestres e Plano Geral de Outorgas – PGO), e o planejamento local, de responsabilidade das Autoridades Portuárias, realizado por meio do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

a.3) Revisão de Poligonais Portuárias

De acordo com o novo marco regulatório portuário – Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 –, a demarcação de áreas dos portos organizados deve ser definida por Ato do Presidente da República considerando a adequação dos acessos marítimos e terrestres, os ganhos de eficiência e de competitividade decorrentes da escala das operações e as instalações portuárias já existentes.

A SEP/PR realizou consulta pública com as propostas de revisão das poligonais de 18 portos organizados e Vila do Conde/PA. As propostas de revisão de 17 poligonais definidas por portarias do Ministério dos Transportes, que se referem aos portos de Angra dos Reis/RJ, Aratu/BA, Areia Branca/RN, Barra do Riacho/ES, Cabedelo/PB, Estrela/RS, Forno/RJ, Ilhéus/BA, Laguna/SC, Natal/RN, Niterói/RJ, Pelotas/RS, Porto Alegre/RS, Porto Velho/RO, Recife/PE, Salvador/BA, Santana/AP, foram colocadas em consulta pública entre os dias 6/6/2014 e 7/7/2014. Já a revisão da poligonal de Vila do Conde/PA, definida por decreto anterior à nova legislação, foi colocada em consulta pública entre os dias 3/10/2014 e 4/11/2014.

Com base nas contribuições obtidas nas consultas públicas, começaram os trabalhos de campo para demarcação das novas poligonais pelas respectivas administrações portuárias. Em 2015, há a perspectiva de revisar as poligonais dos outros portos organizados que foram definidos por decretos anteriores à nova legislação para que, caso seja necessário, sejam feitas as adequações pertinentes.

a.4) Inteligência Logística Portuária

O Programa Inteligência Logística Portuária é composto por quatro projetos: i) Sistema de Atendimento Portuário Unificado – Porto Sem Papel (PSP); ii) Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações (VTMIS); iii) Cadeia Logística Portuária Inteligente; e iv) Infraport – Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária.

O Porto Sem Papel (PSP) tem a finalidade de permitir a troca eletrônica de dados entre as entidades intervenientes na atividade portuária por meio de uma janela única. Em 2013, a implantação do PSP em 35 portos foi concluída. Em 2014, deu-se continuidade ao processo de aprimoramento do PSP sob a coordenação da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos), com o processo de integração entre o PSP e os sistemas de informação dos órgãos anuentes (Receita Federal do Brasil – RFB, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – Vigiagro e Marinha do Brasil). Para 2015, está prevista a ampliação do PSP para os Terminais de Uso Privado (TUPs) e a elaboração de projeto para sua integração com o Portal Único do Comércio Exterior.

O Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações (VTMIS) objetiva o monitoramento ativo do tráfego aquaviário, ampliando a segurança da navegação e a proteção do meio ambiente, além de aumentar a eficiência das operações portuárias. A primeira fase do projeto, iniciada em dezembro de 2011, atendeu seis portos: Salvador/BA; Aratu/BA; Vitória/ES; Itaguaí/RJ; Rio de Janeiro/RJ e Santos/SP. Em 2012, iniciou-se a segunda fase, que consistiu no desenvolvimento das ações preparatórias para o atendimento de mais 12 portos: Manaus/AM; Belém/PA; Vila do Conde/PA; Itaqui/MA; Suape/PE; Fortaleza/CE; Paranaguá/PR; Antonina/PR; São Francisco do Sul/SC; Itajaí/SC; Imbituba/SC; e Rio Grande/RS.

Atualmente o projeto encontra-se na fase de início da implantação nos portos de Santos/SP e Vitória/ES, bem como em fase de licitação para implantação no porto do Rio de Janeiro/RJ. Espera-se para 2015 a licitação para implantação do VTMIS no porto de Itaguaí/RJ. Quanto aos portos de Salvador e Aratu/BA, o projeto conceitual está sendo avaliado pela Marinha do Brasil, estando prevista sua implantação em 2015.

O projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente tem por objetivo o rastreamento e o monitoramento do veículo de transporte e da carga que têm por destino ou são provenientes dos portos públicos. Essa solução permite realizar o agendamento e o sequenciamento prévios do acesso terrestre de veículos, evitando congestionamentos, atendendo exigências e regulamentações internacionais de segurança e disponibilizando informações com antecedência para a comunidade portuária e os órgãos anuentes. O projeto foi desenvolvido para ser implantado em 12 portos: Santarém/PA; Itaqui/MA; Pecém/CE; Fortaleza/CE; Suape/PE; Aratu/BA; Vitória/ES; Itaguaí/RJ; Rio de Janeiro/RJ; Santos/SP; Paranaguá/PR; e Rio Grande/RS.

Em julho de 2014 foi publicado o edital para o Porto de Santos, sendo porém revogado para adequação no instrumento convocatório e republicado em novembro de 2014. Já o sistema de informação que representa o modelo de gestão do projeto, denominado Portolog, começou a fase de testes no Porto de Santos em novembro de 2014, com o objetivo de que a operação plena do sistema, para os granéis vegetais, seja iniciada conjuntamente com a safra de grãos, em fevereiro de 2015.

O projeto Infraport, no final de 2013, foi disponibilizado para uso pelas sete Companhias Docas vinculadas à SEP/PR. Trata-se de um sistema de apoio à gestão dos portos que auxilia a tomada de decisão dos dirigentes das Cias. Docas e subsidia o Governo com informações para acompanhamento de indicadores de desempenho do setor portuário. Em 2014, as companhias iniciaram sua utilização para apoiar seus processos de gestão, principalmente o módulo de gestão de contratos e o controle de receitas oriundas dos contratos de arrendamento. Para 2015, está prevista a geração de informações gerenciais sobre os indicadores de desempenho dos processos conduzidos pelas empresas, principalmente quanto à gestão financeira.

a.5) Modernização da Gestão nas Companhias Docas

A diretriz de aperfeiçoamento da gestão nas Cias. Docas vinculadas à SEP/PR vem sendo implementada por meio das seguintes ações: i) Programa Modernização da Gestão Portuária (PMGP); ii) estabelecimento do Compromisso de Metas e Desempenho Empresarial a ser pactuado com as companhias vinculadas; iii) introdução do honorário variável mensal dos diretores de Cias. Docas vinculadas à SEP/PR; iv) elaboração de um estatuto social padrão; e v) elaboração de um plano de contas contábil padrão.

O PMGP visa à reestruturação de gestão e de processos, em um primeiro momento, de três das sete Cias. Docas vinculadas à SEP/PR (Cia. Docas do Estado de São Paulo – Codesp, Cia. Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e Cia. Docas do Pará – CDP), e a implantação de melhorias nos processos de gestão organizacional e nos processos logístico-portuários que envolvem os demais órgãos anuentes da atividade portuária. A primeira fase dos trabalhos, de diagnóstico e mapeamento dos processos de negócios nas três empresas, foi concluída em dezembro de 2014. A conclusão do PMGP para Codesp, CDRJ e CDP está prevista para 2015.

A fase preparatória do estabelecimento do Compromisso de Metas e Desempenho Empresarial a ser pactuado entre a SEP/PR e as companhias vinculadas, conforme disposto no art. 64 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, foi iniciada em 2014. A fase de definição de metas e indicadores empresariais anuais encontra-se em andamento.

A introdução do honorário variável mensal dos diretores de Cias. Docas vinculadas à SEP/PR, permite que a remuneração do dirigente contemple o somatório de uma parcela fixa e outra parcela variável, a depender do atingimento de metas de gestão trimestrais. Tal mecanismo depende do andamento dos projetos e da implementação de políticas públicas estabelecidas pela SEP/PR para cada companhia.

Outra iniciativa de cunho administrativo e institucional foi a elaboração de estatuto social padrão para as Cias. Docas, cujo objetivo principal é adequá-las à nova legislação e introduzir boas práticas de governança, garantindo maior foco de atuação dos Conselhos de Administração nas questões estratégicas, definição de regras de alçada e estabelecimento de quórum mínimo para decisões colegiadas. Os novos estatutos foram tema de assembleias gerais de acionistas, realizadas em dezembro de 2014.

Em setembro de 2014 foi elaborado o plano de contas contábil padrão para todas as Cias. Docas vinculadas à SEP/PR, que exige a padronização de estruturação e critérios de lançamentos contábeis. A partir desse plano, será possível o estabelecimento de um sistema de custeio capaz de identificar com precisão as receitas tarifárias do porto com a respectiva alocação de custos, o que permite o aperfeiçoamento da gestão financeira das companhias. A implementação do plano de contas padrão iniciará a partir de janeiro de 2015.

b) Gestão Ambiental Portuária

Dentre as ações desenvolvidas pela SEP/PR relacionadas à Gestão Ambiental, destacam-se: o Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, que visa implantar, em 22 portos marítimos, o gerenciamento desses resíduos e efluentes, além de mitigar a fauna sinantrópica nociva; e o Programa de Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP), que objetiva a obtenção de licença ambiental de operação a portos administrados pelas Companhias Docas.

Em abril de 2014, foram aprovados os 22 Manuais de Boas Práticas Portuárias do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, os quais contêm perspectivas de gestão sustentável dos resíduos e efluentes e apresentação de uma proposta de mitigação da fauna sinantrópica nociva presente nesses portos. Além disso, em 2014, foi dada continuidade à Fase 2 do programa, que se destina a elaborar projetos de implementação das ações e detalhamento dos

procedimentos previstos nos manuais entregues. Para 2015, espera-se iniciar a implementação de algumas ações e obras previstas nos projetos entregues na Fase 2, de acordo com as características de cada porto.

Em prosseguimento ao PRGAP, foram protocolados, em junho de 2014, os respectivos Estudos de Regularização Ambiental dos Portos de Itaguaí/RJ e Rio de Janeiro/RJ nos órgãos ambientais competentes. Para 2015, é prevista a finalização dos estudos dos Portos de Maceió/AL e Areia Branca/RN.

b.1) Saúde Pública nos Portos: Questão do Vírus Ebola

Em resposta à declaração de Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional, feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no mês de agosto de 2014, sob a orientação técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Saúde, a SEP/PR tem atuado na revisão dos Planos de Emergência de Saúde Pública dos Portos Públicos e na elaboração de protocolos específicos para a Doença por Vírus Ebola (DVE). Em dezembro de 2014, foi realizado o primeiro "simulado prático" no Porto de Santos/SP, com o objetivo de validar os procedimentos de resposta perante a identificação de caso suspeito a bordo de navio de carga não atracado no Porto de Santos. As principais conclusões obtidas com o simulado serão inseridas no protocolo do Porto de Santos, o qual servirá como orientação para os demais portos.

c) Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura e da Superestrutura dos Portos e Terminais Portuários Marítimos

c.1) Investimentos do PAC e PAC Copa

Foram concluídas importantes obras para o setor portuário, todas inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor de R$ 1,88 bilhão, dos quais as obras de dragagem consumiram R$ 745 milhões e as de infraestrutura terrestre, R$ 1,14 bilhão.

Há atualmente obras em andamento que perfazem o montante de R$ 2,4 bilhões, dos quais as obras de dragagem perfazem o montante de R$ 160 milhões e as de infraestrutura terrestre, R$ 2,2 bilhões, incluindo nesta lista as obras inseridas no PAC para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Para este ano de 2015, há planejado para iniciar obras o montante de R$ 2,8 bilhões, dos quais as obras de dragagem perfazem R$ 1,5 bilhão e as obras de infraestrutura terrestre, R$ 1,3 bilhão, perfazendo um total de investimentos acima dos R$ 7 bilhões para o setor portuário nacional.

O Governo está promovendo diversos investimentos e ações no sistema portuário com destaque para as seguintes medidas implantadas no PAC e PAC Copa:

PAC:

- Porto Sem Papel 2ª fase;
- Porto de Suape/PE – construção do acesso rodoviário;
- Porto de Imbituba/SC – obra de dragagem de aprofundamento, da cota de 12,5 m para 15 m/15,5 m/17 m, a fim de obter um calado operacional de 15 m;
- Porto de Vitória/ES – estudos e projetos para implantação do Porto de Águas Profundas;

- Porto de Santos/SP – projeto de construção de um píer com dois berços de atracação e ponte de acesso no Terminal da Alamoa do Porto de Santos;
- Porto de Rio Grande/RS – projeto de dragagem de manutenção, compreendendo a readequação da geometria do canal de acesso ao Porto de Rio Grande/RS;
- Execução das obras de construção do terminal marítimo de passageiros do Porto de Salvador/BA;
- Execução das obras de construção do terminal marítimo de passageiros, ampliação e recuperação do cais, retroárea e dolfim de amarração, no Porto de Natal/RN; e
- Alinhamento do Cais de Outeirinhos, com 512 m de comprimento (Trecho Copa) para promover a atracação de navios de grande porte, inclusive de navios de passageiros, no Porto de Santos/SP.

Projetos e Obras em andamento:

PAC:

- Porto de Vitória/ES – obra de dragagem de aprofundamento do acesso aquaviário da cota de 11,4 m para 14 m - 42% realizados;
- Porto de Itaguaí/RJ, Ilha das Cabras - obra de dragagem de aprofundamento da cota de 14 m para 20 m concluída. 72% realizado. Obra em execução pelo Porto Sudeste, conforme Termo de Autorização expedido pela SEP/PR;
- Porto de Manaus/AM – Terminal de Passageiros da Manaus – 35% realizados;
- Porto de Itaqui/MA – construção do Berço 108 – 90% realizados;
- Porto de Fortaleza/CE – construção de Terminal de Contêineres – 24% realizados;
- Porto de Salvador/BA – ampliação do quebra-mar – obra em fase inicial;
- Porto de Vitória/ES – construção de berço nos dolfins do Atalaia com retroárea – obra em fase inicial;
- Porto de Santos/SP – reforço do píer de acostagem na Alamoa – 51% realizados;
- Porto de Santos/SP – alinhamento do Cais de Outeirinhos para promover a atracação de navios de grande porte, inclusive de navios de passageiros – 68% realizados;
- Porto de Santos/SP – reforço de cais para aprofundamento dos berços entre os armazéns 12 ao 23 – obra em fase inicial;
- Porto de Itajaí/SC – alinhamento e reforço do berço 4 – 40% realizados;
- Porto do Rio Grande/RS – modernização do cais público do Porto Novo – obra em fase inicial.
- Porto de Cabedelo/PB – dragagem de aprofundamento do canal de acesso e bacia de evolução para 11 m – 87% executados;
- Porto de Suape/PE – dragagem de aprofundamento do acesso aquaviário externo ao Porto – 83% realizados;
- Porto de Luís Correia/PI – conclusão da construção do Porto; e
- Porto de Fortaleza/CE – construção do Terminal Marítimo de Passageiros – 98% realizados.

Projetos em andamento e Empreendimentos em ação preparatória:

PAC:

- Porto de Natal/RN – construção do Berço 4 e Defensas da Ponte Newton Navarro;
- Porto de Maceió/AL – dragagem de aprofundamento do segundo berço (externo) do Terminal de Granéis Líquidos (TGL), da cota de 5 m para 10,5 m, e do canal de acesso e bacia de evolução do porto, da cota de 9 m/10 m para 10,5 m;
- Porto de Suape/PE – Terminal de Múltiplo Uso;
- Porto de Suape/PE – dragagem de aprofundamento de acesso e bacia de aproximação para a construção dos cais 6 e 7 para a cota de 15,5 m e Cocaia para a cota de 20 m;
- Porto de Vitória/ES – ampliação do pátio de estocagem para carga pesada no cais comercial
- Barra do Furado/RJ – execução de molhes e dragagens de aprofundamento;
- Porto de Santos/SP – Avenida Perimetral – Margem Direita - Trecho Alamoa/Saboó;
- Porto de Santos/SP – Avenida Perimetral – Passagem Inferior do Valongo;
- Porto de Santos/SP – Avenida perimetral - Margem Direita - Trecho Macuco/Ponta da Praia;
- Porto de Santos/SP – Avenida Perimetral – Margem Esquerda – Projeto Executivo da 2ª Fase;
- Porto de Santos/SP – dragagem de manutenção, compreendendo a readequação da geometria do canal de acesso aquaviário e dos berços de acostagem do Complexo Portuário de Santos/SP;
- Porto de Santos/SP – recuperação de cais na Ilha de Barnabé;
- Manaus/AM – terminal de passageiros da Manaus Moderna;
- Marabá/PA – projeto para implantação da plataforma intermodal de Marabá;
- Porto de Rio Grande/RS – recuperação do Molhe Leste;
- Porto de Porto Velho/RO – modernização e revitalização do Porto de Porto Velho/RO;
- Porto de Paranaguá/PR – dragagem de aprofundamento dos canais de acesso e bacia de evolução, nas áreas Alfa, Bravo1 e Bravo 2, para as cotas respectivas: 16 m /15 m/ 14 m e Áreas Charlie 1 a 3 para as cotas 11 m a 14 m;
- Porto de Fortaleza/CE – dragagem de aprofundamento no berço de atracação do terminal de passageiros para a cota de 12,7 m e adequação da entrada do canal de acesso, alterando sua largura de 160 m para 280 m e sua cota de 10 m para 14 m;
- Porto do Rio de Janeiro/RJ – dragagem de aprofundamento (2ª fase) do canal de acesso e bacia de evolução para a cota de 15 m e na área de atracação do cais para navios de passageiros para a cota de 11 m;
- Porto do Rio de Janeiro/RJ – reforço, recuperação e realinhamento do Cais da Gamboa;
- Porto de Itaguaí/RJ – projeto de dragagem de aprofundamento e derrocamento do canal de acesso principal da rota preferencial entre as Ilhas Guaíba e Marambaia, no Município de Mangaratiba, para a cota de 20 m;
- Porto de Santarém/PA – construção do terminal de múltiplo uso (TMU) 2 e recuperação do TMU 1;

- Porto de Barra do Riacho/ES – projeto da Dragagem de Aprofundamento;
- Implantação de áreas de apoio logístico portuário – elaboração de estudos, projetos e documentação de apoio necessários à implantação de 16 Áreas de Apoio Logístico Portuário (AAPL) no entorno de portos organizados: Santarém, Vila do Conde, Itaqui, Santos, Fortaleza, Pecém, Suape, Salvador/Aratu, Vitória, Rio de Janeiro, Itaguaí, Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí, Imbituba e Rio Grande;
- Desenvolvimento da Cabotagem no Brasil – estudo e proposição de políticas públicas para o incentivo do setor, a partir da realização de uma análise competitiva da cabotagem brasileira; e
- Modelo de Praticagem – Fase 2 – desenvolvimento do modelo e apoio à implantação para cada Zona de Praticagem (ZP) – modelagem da integração logístico-operacional entre a praticagem e o VTMIS, configuração do modelo de praticagem para cada ZP, desenvolvimento de metodologias e ferramentas de simulação e análise, prestação de apoio técnico à SEP em questões relativas à praticagem e ao controle do tráfego de embarcações.

d) Sistema de Custos de Obras em Implantação

Estão sendo desenvolvidas ações visando à implementação do Sistema de Custo Referencial de Obras Portuárias (Sicroport). Além das composições de custos unitários e pesquisa de preços dos materiais e insumos utilizados, o sistema compreenderá a metodologia de construção empregada em empreendimentos portuários. Por meio do Sicroport será procedida a análise e elaboração dos orçamentos de futuros processos licitatórios de obras, proporcionando maior segurança aos agentes públicos envolvidos na gestão desses investimentos e facilitando a fiscalização do processo desde a fase de contratação desses empreendimentos.

e) Regulação e Fiscalização do Setor Portuário

O processo de aperfeiçoamento e modernização das atividades finalísticas e do modelo de gestão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) foi intensificado em 2014 com vistas a conferir à Agência maior proatividade regulatória, maior produtividade e agilidade no atendimento das demandas do mercado regulado, atuando com transparência e estimulando a participação dos diversos atores do sistema aquaviário nacional. Nesse sentido, em agosto de 2014, a Diretoria Colegiada aprovou novo Regimento Interno para a Agência, com a organização das superintendências finalísticas por processos de trabalho (Outorga, Regulação, Fiscalização, e Desempenho e Sustentabilidade), ao invés da organização setorial (Portos, Navegação Marítima e de Apoio e Navegação Interior).

Em termos de novos investimentos para o setor portuário em 2014, destacam-se: a análise de sete processos que tratam da autorização de novos investimentos, da ordem de R$ 6,6 bilhões, em arrendamentos portuários nos Portos de Santos/SP, Itaguaí/RJ, Rio de Janeiro/RJ e Paranaguá/PR; e a abertura de 21 Anúncios Públicos para a exploração de Terminais de Uso Privado (TUPs) e Estações de Transbordo de Carga (ETCs), representando previsão de aporte de R$ 7,2 bilhões provenientes da iniciativa privada na operação e exploração desses empreendimentos.

Para 2015, espera-se a licitação dos arrendamentos portuários relativos às 29 áreas do Bloco I (Porto de Santos, nove áreas; Porto de Belém, Miramar e Outeiro, 12 áreas; Vila do Conde, quatro áreas; e Santarém, quatro áreas) e conclusão das análises relativas aos processos de arrendamento nos Blocos 2, 3 e 4. Realizadas as licitações, o setor portuário experimentará significativo aumento dos investimentos, tendo em vista que são 159 as áreas passíveis de arrendamento, acelerando o atingimento dos objetivos do novo marco regulatório portuário.

O número de outorgas no setor aquaviário reguladas e fiscalizadas pela Antaq, existentes em 31 de outubro de 2014, totalizou 1.179, sendo 374 de Instalações Portuárias; 473 de Navegação Marítima e de Apoio; e 332 de Navegação Interior.

Na atividade de afretamento da navegação marítima, a Antaq concedeu 3.314 Termos de Autorização para Empresas Brasileiras de Navegação, sendo 2.318 na navegação de cabotagem, 708 para uso na navegação de longo curso, 273 na navegação de apoio marítimo e 15 na navegação de apoio portuário.

No que concerne às atividades de fiscalização, foram instalados diversos Postos Avançados de Fiscalização em áreas portuárias públicas, cuja rotina de fiscalização acompanhará as operações realizadas *in loco* e em tempo real, e criada a Gerência de Planejamento e Inteligência de Fiscalização, com o objetivo de organizar, planejar e acompanhar melhor as fiscalizações empreendidas pelas Unidades Regionais distribuídas no território nacional. Para 2015, espera-se instalar os Postos Avançados restantes, bem como aperfeiçoar a fiscalização dos investimentos previstos nos contratos de arrendamento e terminais de uso privado.

O Plano Plurianual de Fiscalização teve por foco, em 2014, as atividades sobre os operadores com maior histórico de irregularidades, com vistas ao seu saneamento. Foram executadas 642 fiscalizações programadas (cerca de 80% do previsto para o exercício), das quais 41% foram realizadas sobre instalações portuárias, 38% sobre empresas de navegação interior de cargas e passageiros e 21% sobre empresas de navegação marítima.

Adicionalmente, foram realizadas 339 ações extraordinárias de fiscalização, oriundas de denúncias, representações e indícios de irregularidades, sendo 62% sobre instalações portuárias e 38% sobre empresas de navegação, reflexo das novas atribuições conferidas à Antaq pelo novo marco legal portuário.

A Resolução Antaq nº 3.259/2014 objetiva conferir maior celeridade e objetividade às ações fiscais e aos processos sancionadores, reduzindo o tempo de tramitação apuratório médio de 375 dias para aproximados 111 dias, segundo levantamento preliminar realizado por meio do Sistema de Fiscalização e Penalidades, que permite extração periódica de dados estatísticos sobre o cometimento de infrações no setor e penas aplicadas.

Para 2015, serão estabelecidas as diretrizes para a fiscalização dos contratos que serão celebrados em razão das licitações portuárias, baseadas nos novos parâmetros de desempenho previstos na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013.

c.1) Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura dos Transportes Aquaviários

Em 2014, deu-se continuidade às adaptações dos normativos da Antaq ao novo marco regulatório do setor portuário, com a aprovação das seguintes resoluções:

- Resolução nº 3.220, que trata dos projetos de arrendamento e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento;
- Resolução nº 3.274, que versa sobre a fiscalização da prestação dos serviços portuários e estabelece infrações administrativas;
- Resolução nº 3.290, que dispõe sobre a outorga de autorização de instalações portuárias;
- Resolução nº 3.285, que prescreve norma para outorga de autorização para a prestação de serviço de travessia por microempreendedores individuais; e

- Resolução nº 3.284, que aprova a revisão da norma de outorga de autorização para prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia.

Com a finalidade de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da regulação, foram realizadas, pela Antaq, as seguintes Audiências Públicas: i) Resolução nº 3.638, que objetiva aprovar proposta de norma para disciplinar o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação marítima; ii) Resolução nº 3.707, que regula a prestação de serviço portuário em bases não discriminatórias e disciplina a utilização excepcional de áreas e instalações portuárias, em conformidade com os artigos 7º e 13 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; e iii) Resolução nº 3.708, que regula a exploração de áreas e instalações portuárias no âmbito dos portos organizados.

Para 2015, destacam-se:

- A realização de estudos com vistas a diagnosticar o nível de satisfação dos usuários dos serviços pelas empresas brasileiras de navegação, além de outros que possam subsidiar formulação de políticas públicas no âmbito do sistema aquaviário nacional;
- A normatização do transporte de cargas perigosas, a implantação do Sistema de Desempenho da Navegação, a normatização das embarcações de obras de engenharia, a revisão da norma de outorga da navegação marítima e outras revisões necessárias para o desenvolvimento do transporte marítimo; e
- A regulamentação do fornecimento de dados para a formação de preços no serviço de travessia, juntamente com o manual de esclarecimento para os empresários; a normatização dos indicadores do serviço adequado e dos acordos operacionais entre empresas de transporte de cargas na navegação interior. Tais medidas visam estabelecer critérios qualitativos para mensurar e acompanhar o desempenho dos regulados na prestação de serviço de transporte de cargas e passageiros e propiciar a identificação de aumentos injustificados ou preços abusivos em prol da garantia da modicidade tarifária e defesa da concorrência.

4. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária

Em 2014, o volume de passageiros acumulado entre os meses de janeiro e novembro é 283,8% superior ao mesmo período observado em 2004. Na comparação com os 11 primeiros meses de 2013, o crescimento foi da ordem de 6,56%. O índice de ocupação das aeronaves em voos domésticos também apresentou forte crescimento nos últimos dez anos, tendo passado de 64,92% em 2004 para 76,13% em 2013, e nos 11 primeiros meses de 2014, chegou a uma média de 79,7%.

a) Gestão Aeroportuária e dos Serviços Aéreos

A Resolução Conac nº 1/2014 determinou que, de 6 de junho a 20 de julho de 2014, período de realização da Copa do Mundo FIFA 2014, o raio de cobertura das operações de voos do aeroporto de Congonhas fosse estendido. Ademais, foi regulamentada a autorização de voos *charter* e de fretamento, observadas, exclusivamente, as limitações de ordem técnica e operacional.

Em julho de 2014, também foi publicada a Resolução Anac nº 338, que definiu o procedimento de alocação de horários de chegadas e partidas (*slots*) em aeroportos, adequando-o aos padrões adotados mundialmente. A referida Resolução define os critérios para que um aeroporto seja declarado coordenado, conforme o seu nível de saturação, possibilitando ordenar e otimizar a utilização da infraestrutura aeroportuária. Tal medida adotada em Congonhas/SP, por meio da Resolução Anac nº 336, possibilitou a alocação de mais *slots* para empresas aéreas entrantes, permitindo maior concorrência entre as empresas e maior disponibilidade de serviços para os passageiros.

No segmento do transporte aéreo internacional de passageiros por empresas brasileiras, o ano de 2014 apresentou, no período de janeiro a novembro, uma redução de 2,59% na oferta (ASK) e um aumento de 4,35% na demanda (RPK). Dentre os fatores que contribuíram para o menor crescimento do transporte aéreo internacional de passageiros está a variação cambial do dólar norte-americano, que pressionou custos como o de querosene de aviação (QAv), bem como a impossibilidade de expansão do número de voos em rotas importantes como aquelas entre o Brasil e a Argentina.

Ainda no âmbito do transporte aéreo internacional, foram negociados novos acordos sobre serviços aéreos e renegociados acordos já em vigor, em conformidade com o novo marco regulatório para o setor aéreo. A negociação dos acordos visa expandir a oferta de serviços aéreos aos cidadãos brasileiros por meio do incremento de capacidade e frequência, ampliação das rotas e conquista de novos direitos de tráfego.

Considerando as concessões para exploração da infraestrutura aeroportuária e o aumento da capacidade previsto nos planos de exploração aeroportuária, especialmente no que se refere ao Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro, também foi aprovada a Resolução Conac nº 2/2014. A Resolução revoga a restrição à alocação, nos novos acordos bilaterais e multilaterais, de pontos relativos a frequências de voos internacionais no aeroporto de Guarulhos.

b) Segurança, Fiscalização e Capacitação

Visando à formação e à capacitação de recursos humanos especializados para atuar em aeroportos regionais, dentre outros resultados alcançados no ano de 2014, destaca-se a capacitação de 348 bombeiros de aeródromos em 56 aeroportos; 66 gestores básicos e 62 gestores intermediários de aeroportos regionais em 80 aeroportos; 13 gestores de serviço de proteção, salvamento e combate a incêndio em aeródromos civis em nove aeroportos; 28 fiscais de pista em 17 aeroportos; 21 gestores de manutenção aeroportuária em 16 aeroportos, totalizando 110 aeroportos atendidos.

Em 2014 houve a coordenação institucional para instalação e operação do Sistema de Pouso por Instrumento (*Instrument Landing System- ILS*) em aeroportos. Neste período, ocorreu a finalização dos processos do ILS CAT I dos Aeroportos de Uberlândia/MG, Joinville/SC e Vitória/ES e dos processos ILS CAT II do Aeroporto de Porto Alegre/RS. Essa ação resultou em elevado ganho operacional nesses aeroportos, por meio da redução das horas de fechamento devido ao mau tempo. Será dada prioridade à instalação do ILS CAT I em aeroportos do Programa de Investimentos em Logística (PIL), o que permitirá operar mesmo na presença de condições meteorológicas desfavoráveis. Foram pré-selecionados os aeroportos de Chapecó/SC, Macaé/RJ, Navegantes/SC, Ribeirão Preto/SP, Maringá/PR e Presidente Prudente/SP.

Em 2015, pretende-se continuar com as ações de coordenação institucional para a instalação e a operação do ILS em Campina Grande/PB, Londrina/PR, Manaus/AM, Curitiba/PR, Galeão (RJ) e Guarulhos/SP.

Em 2014, por meio de chamada pública, grupos de pesquisa de instituições de ensino superior tiveram a oportunidade de submeter propostas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de controle e gerenciamento de tráfego aéreo, para auxiliar a autoridade aeronáutica na sua responsabilidade de introduzir melhorias operacionais para o setor de aviação civil em diversas linhas de pesquisa.

c) Outorgas a Aeródromos Civis Públicos

Com a publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, o qual regulamentou o instituto da autorização para fins de delegação da exploração de aeródromos civis públicos, foram recebidos 15 requerimentos formais, dos quais oito já resultaram

na publicação de Plano de Outorga Específico (POE). O Plano Geral de Outorgas (PGO) foi aprovado, por meio da Portaria SAC nº 183/2014, constituindo-se em importante documento da política pública setorial, que estabelece diretrizes e modelos de exploração de aeródromos civis públicos em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC).

Em relação ao processo de delegação da exploração de aeródromos civis públicos aos Estados e Municípios, foram assinados 75 termos de convênio, incluindo os processos de modernização das delegações existentes, a regularização de aeródromos civis públicos explorados sem instrumento formal de delegação e a celebração de convênios de novos aeródromos em processo de homologação.

d) Expansão da Infraestrutura Aeroportuária e Aviação Regional

Concessões

Em abril de 2014 foram assinados os contratos de concessão dos aeroportos do Galeão e de Confins e a administração desses aeroportos foi transferida às concessionárias vencedoras das licitações. Previsões iniciais indicam investimentos da ordem de R$ 9,15 bilhões nesses dois aeroportos, sendo R$ 5,65 bilhões no Galeão e R$ 3,5 bilhões em Confins. Com isso, o Galeão deverá aumentar a capacidade de passageiros/ano de 17 milhões para mais de 60 milhões em 2038. Em 2043, o terminal de Confins, por sua vez, terá capacidade para receber mais de 43 milhões de passageiros/ano.

O Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN, concedido à iniciativa privada em 2011, começou a operar sete meses antes do previsto no contrato de concessão assinado pela concessionária e pelo Governo Federal, iniciando a sua operação comercial em 31 de maio de 2014 para atender à demanda da Copa do Mundo FIFA 2014.

Em relação ao acompanhamento das concessões dos aeroportos, o Aeroporto Internacional de Guarulhos recebeu R$ 2 bilhões de investimentos entre julho de 2012 e maio de 2014. O novo terminal de passageiros entrou em operação em maio, com capacidade inicial para receber 12 milhões de pessoas/ano, na primeira fase. Voltado para voos internacionais, o Terminal 3 tem uma área de 192 mil m² e conta com tecnologias e equipamentos comparáveis aos dos melhores aeroportos do mundo. Em outubro, iniciou-se a segunda fase de obras de infraestrutura, com a modernização dos Terminais 1 e 2, que deverão ficar prontos até o segundo semestre de 2016. A meta é que o aeroporto atenda a 60 milhões de passageiros/ano até 2022. Hoje, são quase 40 milhões. Áreas como *check-in*, restituição de bagagem e saguões de embarque e desembarque estão entre as prioridades nos dois terminais.

O Aeroporto de Campinas também passa por obras. Neste primeiro ciclo, o investimento realizado na construção de um novo terminal de passageiros com capacidade para receber 22 milhões de passageiros/ano foi da ordem de R$ 2 bilhões. O novo terminal tem uma moderna estrutura, conta com 28 pontes de embarque, sete novas posições remotas de estacionamento de aeronaves e um edifício-garagem com quatro mil vagas. O novo terminal atende a voos domésticos e, desde dezembro de 2014, a voos internacionais. Foi realizada ainda a ampliação das pistas de taxiamento de aeronaves.

Com relação ao Aeroporto Internacional de Brasília, destaca-se a construção dos píeres Norte e Sul, entregues em 2014, que dobraram a capacidade do aeroporto, que passou de 13 pontes de embarque para 29. Com as duas alas disponíveis, a capacidade do aeroporto poderá chegar a 25 milhões de passageiros/ano. O terminal aumentou a área em 83%, passando de 60 mil m² para 110 mil m². Além disso, as *taxiways* e as pistas de pousos e decolagens foram reformadas e ampliadas, somando juntas 300 mil m².

Aeroportos Regionais

O Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa), com recursos do fundo nacional de aviação civil (Fnac) tem por finalidade investir, em parceria com as unidades da Federação, em infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, de forma a atender a demanda atual e futura da aviação civil, com segurança e conforto aos usuários do transporte aéreo. São 19 convênios em andamento, com objetivo de construir, reformar e ampliar a infraestrutura dos seguintes aeroportos: Penedo/AL, Barreiras/BA, Vitória da Conquista/BA, Fernando de Noronha/PE, Linhares/ES, Caxambu/MG, Governador Valadares/MG, Cajazeiras/PB, Angra dos Reis/RJ, Cabo Frio/RJ, Resende/RJ, Cascavel/PR, Maringá/PR, Santo Ângelo/RS, Correia Pinto/SC, Araçatuba/SP, Marília/SP, Presidente Prudente/SP e São José do Rio Preto/SP. Por meio dos convênios, estão em obra os aeroportos de Cascavel/PR, Fernando de Noronha/PE, Santo Ângelo/RS e Vitória da Conquista/BA.

Ainda no âmbito do Profaa, existem 13 convênios para aquisição de Carros Contraincêndio de Aeródromos (CCI). Foram entregues, em 2014, 21 veículos para os aeroportos de Barreiras/BA, Vitória da Conquista/BA, Governador Valadares/MG, Ipatinga/MG, Araxá/MG, Varginha/MG, Bonito/MS, Dourados/MS, Alta Floresta/MT, Rondonópolis/MT, Sinop/MT, Fernando de Noronha/PE, Resende/RJ, Cacoal/RO, Ji-Paraná/RO, Vilhena/RO, Caxias do Sul/RS, Passo Fundo/RS, Araçatuba/SP, Ribeirão Preto/SP e Araguaína/TO.

No primeiro semestre de 2015 serão entregues 15 veículos para os aeroportos de Rio Verde/GO, Juiz de Fora/MG, Patos de Minas/MG, Diamantina/MG, São João del Rei/MG, Erechim/RS, Santo Ângelo/RS, Caçador/SC, Chapecó/SC, Joaçaba/SC, Bauru-Arealva/SP, Arealva/SP, Marília/SP, Presidente Prudente/SP, São José do Rio Preto/SP e Gurupi/TO.

Além do Profaa, no âmbito do Fnac há investimentos sendo executados com a finalidade de desenvolver infraestruturas aeroportuárias de interesse federal, mediante ações de construção, reforma, ampliação e aparelhamento de diversos aeródromos do País, em especial na Região Norte.

No âmbito do Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos (PIL Aeroportos), anunciado em dezembro de 2012, foi celebrado em 2013, contrato com o Banco do Brasil S.A., com objetivo de tratar da gestão e administração financeira dos recursos do FNAC, destinados à modernização, ampliação, reforma e construção de aeródromos, bem como a contratação de obras, serviços e compras, de acordo com planos de investimento. Para tal foram desenvolvidos em 2014 os projetos executivos padrão de seção contraincêndio, torre, terminal de passageiros, assim como a elaboração dos estudos de viabilidade técnica e estudos preliminares de aeroportos. Atualmente, o Programa se encontra em fase de conclusão dos anteprojetos, para, em 2015, iniciar as licitações de obras e aquisição dos equipamentos necessários.

Foram realizadas visitas técnicas a 18 aeroportos regionais nas cinco regiões do País. Essas visitas tiveram por finalidade o levantamento de dados e informações para aprimorar o processo de gestão dos aeroportos regionais e aproximar o Governo Federal dos operadores em nível local.

Outros investimentos de destaque em infraestrutura são: obras de recuperação, manutenção, revitalização ou ampliação de sistemas de pistas e pátios nos aeroportos de Confins/MG, Santos Dumont/RJ, Rio Branco/AC e Campina Grande/PB; obras de reforma de terminal nos aeroportos de Florianópolis/SC, Porto Alegre/RS, São Luís/MA e São José dos Campos/SP; e construção de infraestrutura de torre de controle em Macaé/RJ e instalação de sistema de torre de controle em Vitória/ES.

Destacam-se ainda os investimentos em equipamentos, com aquisição de 29 ônibus de transporte de passageiros para os seguintes aeroportos: Maceió/AL, Salvador/BA, Fortaleza/CE, Florianópolis/SC, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS, Santos Dumont

/RJ, Cuiabá/MT e Belém/PA; aquisição de oito raios x de carga aérea para os aeroportos de Confins/MG, Curitiba/PR, Salvador/BA, Vitória/ES, Galeão/RJ e Manaus/AM; e implantação de conectores modulares móveis para os aeroportos de Palmas/TO e Porto Alegre/RS.

5. Comunicações

Ao longo dos últimos anos, o Governo tem trabalhado para ampliar e melhorar as políticas públicas de comunicação, visando ao desenvolvimento econômico com inclusão social, assim como ao exercício pleno da cidadania e da democracia. Várias ações foram tomadas nesse sentido, nas áreas de radiodifusão, de telecomunicações, na universalização dos serviços postais e nos conteúdos digitais criativos.

a) Radiodifusão

Em matéria de radiodifusão, foi revisado o aparato infralegal, diminuindo o tempo de resposta do poder público aos anseios do setor e da sociedade, e proporcionando mais agilidade e transparência ao processo decisório e aos dados sobre o mercado. Como resultado, reduziu-se o número de processos em análise de cerca de 57 mil para 25 mil. Contribuiu para esses resultados a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que assegurou considerável ganho de agilidade, maior transparência e controle.

a.1) Migração da TV Analógica para a TV Digital

O processo de migração da TV analógica para a TV digital visa proporcionar o acesso da população à tecnologia digital, além de possibilitar a liberação da faixa de 700 MHZ para a expansão do acesso aos serviços de quarta geração de telefonia móvel.

O avanço da digitalização da TV aberta e gratuita ocorreu em três frentes:

Regulamentação

O processo de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para a digital obedece ao cronograma estabelecido pelo Ministério das Comunicações, conforme o Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, regulamentado por meio das Portarias MC nº 477 e nº 481, ambas de 2014. O marco inicial da transição da tecnologia analógica para a digital ocorrerá em 29 de novembro de 2015, na cidade de Rio Verde/GO, localidade escolhida como piloto para o desligamento.

As entidades detentoras de outorgas para a execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão poderão efetuar o desligamento analógico antes da data prevista no cronograma publicado na Portaria nº 481, desde que verificada a viabilidade técnica pela Anatel e as condições estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

A referida Portaria também estabeleceu que as entidades outorgadas para execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão devem informar em sua programação a data do desligamento do sinal analógico e o respectivo canal de veiculação de sua programação digital, sendo a forma e os prazos para tais obrigações de comunicação sido detalhados pela Portaria MC nº 3.205/2014.

Outrossim, com a edição da Portaria MC nº 925/2014, regulamentaram-se os serviços de sons e imagens e de retransmissão de televisão na tecnologia digital, e com a Portaria MC nº 932/2014, instituíram-se procedimentos para a autorização da execução

de serviços de retransmissão de TV e retransmissão auxiliar de TV em casos específicos de deficiências de cobertura e reuso de canal, ações adotadas com vistas à aceleração da implantação da transmissão digital no País.

Processos

Quanto ao processo de digitalização das emissoras e retransmissoras primárias analógicas em funcionamento no País, até 31 de dezembro de 2014, foram consignados 4.173 canais na tecnologia digital, correspondendo a 67%. Atualmente há 1.644 Municípios com pelo menos uma estação com outorga para operar com tecnologia digital, abrangendo aproximadamente 66% da população brasileira.

Cooperação Internacional e Capacitação

O Governo desenvolve atividades no âmbito da cooperação técnica internacional em TV digital, visando expandir o padrão nipo-brasileiro aos países da América do Sul, América Central e África.

Atualmente, além do Brasil e Japão, 15 países adotam o padrão ISDB-T (Serviço Integrado de Transmissão Digital Terrestre), resultando em uma convivência harmoniosa e livre de interferência nas fronteiras, bem como em ganho de escala e barateamento dos televisores adaptados ao padrão. O Brasil possui Memorandos de Entendimento bilaterais firmados com Japão, Argentina, Chile, Venezuela, Equador e Uruguai, bem como Acordos de Cooperação Técnica firmados com as administrações do Equador, Chile, Uruguai e Peru, abrangendo atividades de intercâmbio de experiências, apoio à implantação de laboratórios e capacitação técnica em TV digital.

Em 2014, foi concluído o apoio à montagem de laboratórios de pesquisa sobre o *middleware* Ginga no Equador e no Chile, bem como avançou o apoio à implantação de outros laboratórios, tanto de Ginga quanto de produção de conteúdos interativos, no Uruguai e no Peru.

a.1.1) VHF Alto e Multiprogramação

Dando continuidade aos estudos do funcionamento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) na faixa de VHF alto (174 a 216 MHz, canais 7 a 13 de televisão), houve a realização de testes, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), na região administrativa do Gama/DF, com apoio de vários colaboradores. O relatório com o resultado dos testes foi encaminhado pelo Inmetro no final de 2014.

Aproveitando os testes de campo do SBTVD na faixa de VHF alto, efetuaram-se transmissões de canais multiprogramados, em diferentes configurações, utilizando para tanto as taxas obtidas nos testes de multiprogramação realizados em 2013, que verificaram a taxa mínima necessária para a transmissão de programação com boa qualidade técnica visual em *Standard Definition – SD e Full High Definition – Full HD* no sistema de radiodifusão de sons e imagens digital. Os resultados confirmam que a decodificação do sinal independe de como a programação está dividida no canal, mas sim das condições de propagação no local.

a.2) Migração das Emissoras de Rádio que Operam na Faixa AM para a Faixa FM

O recebimento dos pedidos das emissoras de rádio que operam na faixa AM interessadas em migrar para a faixa FM teve início com o Edital nº 15, de 13 de março de 2014, de acordo com as regras da Portaria MC nº 127/2014, em cumprimento às diretrizes previstas no Decreto nº 8.139, de 8 de novembro de 2013.

Nesse sentido, já se encontram em análise os pedidos de migração para os Estados do Rio Grande do Norte, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Acre, Mato Grosso, Alagoas, Maranhão e Piauí. Para a finalização do processo de migração no ano de 2015, está em fase final o Estudo de Viabilidade Técnica para a precificação das outorgas.

a.3) Digitalização do Rádio Brasileiro

Em virtude da nova orientação da União Internacional de Telecomunicações (UIT) para a avaliação da área de cobertura para o tipo de prestação de serviço a que se propõe o atual modelo de rádio (recepção interna a edificações com antena do próprio receptor e recepção em mobilidade veicular), com impactos relevantes na área de cobertura do sinal, o Conselho Consultivo do Rádio Digital decidiu pela execução de novos testes, com a participação dos dois sistemas testados, DRM (europeu) e HD Rádio (americano).

Em 2014, avançou-se no planejamento dos testes propostos, além de se desenvolver metodologias para avaliação objetiva da qualidade de áudio das amostras a serem coletadas nas medições de campo. Foi iniciada ainda a montagem dos centros de transmissão experimental, em parceria com o Inmetro e a Universidade de Brasília (UnB), para a realização do teste denominado "de laboratório", com a finalidade de avaliar diversos parâmetros de planejamento dos sistemas, visando determinar os valores adequados às necessidades brasileiras de forma a subsidiar uma futura regulamentação dos serviços de radiodifusão sonora digital.

a.4) Massificação dos Serviços de Radiodifusão

Televisão e Retransmissão de Televisão (RTV)

No exercício de 2014, foram celebrados contratos de outorga com 37 emissoras de rádio e televisão, contemplando 37 localidades em 14 unidades da Federação.

Dando continuidade aos Avisos de Habilitação, publicados em anos anteriores, foram autorizadas sete emissoras de retransmissoras e homologadas as vencedoras em 47 localidades.

Embora em 2014 não tenha havido lançamento de novo Plano Nacional de Outorga (PNO) e de novos avisos de habilitação para RTV foram realizadas novas rodadas da força tarefa para outorga de RTVs secundárias no País.

Essa força-tarefa, instituída pela Portaria MC nº 282/2013, tem como objetivo possibilitar uma maior oferta dos sinais de televisão no interior do País mediante procedimento específico para outorga do Serviço de RTV em caráter secundário. Em 2013 e 2014 foram realizadas quatro rodadas (Minas Gerais, Bahia, Paraná e Pernambuco/Alagoas/Paraíba/ Sergipe), resultando, até 31 de dezembro de 2014, em 566 novas autorizações para a execução do Serviço de RTV em caráter secundário.

O lançamento de novo PNO para a radiodifusão comercial está condicionado à aprovação pelo Tribunal de Contas da União (TCU) da metodologia do cálculo do preço mínimo das outorgas. Essa metodologia atendeu recomendação do próprio TCU, e foi desenvolvida em 2014 por empresa de consultoria especializada, a qual forneceu subsídios para estudo de viabilidade econômico-financeiro das outorgas mais compatível com a realidade de mercado.

Com a aprovação dessa metodologia, espera-se para o ano de 2015 o lançamento de novo PNO para radiodifusão comercial.

Radiodifusão Pública e Educativa

No que tange à radiodifusão pública, em 2014, foram consignados mais 15 canais públicos para localidades do Norte, Sudeste e Sul. São serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, de retransmissão de sons e imagens e de radiodifusão de sons e imagens digitais.

Em relação à radiodifusão educativa, houve continuidade na análise dos processos relativos aos avisos de habilitação publicados em 2011 e 2012, tendo sido publicadas 53 homologações de resultado dos referidos avisos, sendo 52 de FME e um de TVE. Ademais, foram celebrados cinco contratos com emissoras educativas – dois de TVE e três de FME.

Para 2015, pretende-se avançar para que pelo menos 20% dos Municípios tenham uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos.

Radiodifusão Comunitária

Após a publicação do PNO 2012–2013, foi atendida, em 2014, toda a demanda reprimida por avisos de habilitação. Com isso, todos os Municípios foram contemplados com aviso de habilitação, visando à obtenção do serviço de radiodifusão comunitária. Além disso, foram autorizadas novas 51 entidades comunitárias para executar o serviço de radiodifusão comunitária. O percentual de Municípios brasileiros atendidos com pelo menos uma rádio comunitária é de aproximadamente 70%.

Canal da Cidadania

A primeira autorização para operar o Canal da Cidadania foi concedida ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), em Salvador/BA. O Irdeb poderá utilizar outras quatro faixas do mesmo canal digital em que opera para transmitir programação diversificada, sendo a primeira faixa de conteúdo destinada ao poder público municipal, a segunda ao poder público estadual e as outras duas para associações comunitárias, que ficarão responsáveis por veicular programação local. Para a seleção das associações comunitárias foi publicado o Aviso de Habilitação nº 01/2014, no qual cinco entidades demonstraram interesse em operar as duas faixas.

Entre janeiro e dezembro de 2014, 325 Municípios solicitaram autorização para operar o Canal da Cidadania. Após a conclusão dos processos de outorga solicitados pelos Municípios, pelo Distrito Federal, pelos Estados e pelas fundações e autarquias a eles vinculadas, o Governo deverá editar novos Avisos de Habilitação para selecionar as associações comunitárias que ficarão responsáveis pela programação em cada localidade.

a.5) *Loudness*

Em 2014 foram concluídos os testes realizados com a finalidade de verificar a variação de volume entre a programação de rádio e TV e os intervalos comerciais veiculados nos intervalos da programação das TVs abertas, conhecido mundialmente por *loudness*. Com isso, foi solicitado à Anatel que realizasse ações de fiscalização para avaliar a metodologia utilizada, com base na Portaria MC nº 354/2012.

Após a divulgação dos resultados dos procedimentos determinados pela Anatel para a verificação do *loudness*, deverá ser realizada Consulta Pública, a fim de que o modelo seja revisitado para fins de atualização da regulamentação vigente.

a.6) Fortalecimento da Ação Fiscalizatória

Dando continuidade às ações de fiscalização das emissoras de rádio e TV, em cumprimento ao Plano Plurianual 2012-2015, entre 2012 e 2014 houve a fiscalização 8,5 mil entidades, ou cerca de 77,7% das emissoras de radiodifusão licenciadas ou autorizadas a funcionar em caráter provisório. No mesmo período foram realizados 21 sorteios para acompanhamento da radiodifusão, dos quais 10 ocorreram somente no exercício de 2014, bem como foram fiscalizadas todas as emissoras localizadas nas capitais.

Como resultado do fortalecimento da ação fiscalizatória, foram publicadas 591 portarias de sanções administrativas. As sanções de multa, que totalizaram 565, representam mais de R$ 2 milhões em valores potencialmente arrecadáveis. Além das sanções de multa, foram aplicadas 52 advertências; sete suspensões; e três revogações de portarias de autorização. Esses totais não incluem a aplicação de sanções referentes a infrações de aspectos técnicos, que são de competência da Anatel.

O Plano Anual de Fiscalização, abrangendo ações do Ministério das Comunicações e da Anatel, tem como meta fiscalizar todas as estações de radiodifusão até 2015. Os aspectos fiscalizados compreendem as características técnicas de suas instalações; o conteúdo da programação transmitida, incluindo a veiculação de recursos de acessibilidade e adequação às finalidades educativas e culturais; e as obrigações contratuais firmadas com as emissoras.

b) Telecomunicações

b.1) Programa Nacional de Banda Larga

O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) foi instituído em maio de 2010 com o objetivo de expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade. Para alcançar este objetivo, nos últimos quatro anos foram priorizadas políticas voltadas à melhoria do ambiente de negócios no setor de telecomunicações, à modernização regulatória, à defesa do consumidor, à redução dos custos dos serviços de telecomunicações e ao incentivo à indústria nacional. Atividade que teve particular atenção foi a inserção das regiões rurais, remotas e carentes do Brasil no mapa da nossa infraestrutura de comunicações, com a implementação das principais ações desenvolvidas no âmbito do PNBL:

Marco Civil e Governança da Internet

Em 23 de abril de 2014 foi promulgada a Lei nº 12.965, mais conhecida como Marco Civil da Internet, estabelecendo princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Esse documento garante, entre outros, a proteção dos dados pessoais e a privacidade dos usuários, a liberdade de expressão (a retirada de conteúdos do ar só será feita mediante ordem judicial, com exceção dos casos de "pornografia de vingança"), a neutralidade de rede e a finalidade social da rede.

Também em 2014 o Brasil sediou o NETmundial – Encontro Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet, que resultou em um documento final com recomendações que tomaram por base mais de 180 contribuições recebidas de participantes ao redor do mundo. O documento final da conferência, além de estabelecer princípios gerais para a Internet, traçou um panorama dos próximos passos a serem dados em direção a uma nova governança da Internet, mais participativa, com a atuação de governos, empresas e sociedade civil. Espera-se que nos próximos anos o Brasil continue exercendo um papel de liderança na defesa de uma governança da Internet multissetorial, multilateral, democrática e transparente.

Universalização do Acesso à Internet

Entre dezembro de 2010 e novembro de 2014 os acessos de banda larga fixa – Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) – aumentaram 59%, passando de 15 milhões para 23,9 milhões. No mesmo período, a quantidade de banda larga móvel do Serviço Móvel Pessoal (SMP) cresceu 706%, passando de 18,9 milhões para 152,3 milhões. Considerando-se tanto as tecnologias móveis quanto as fixas, a banda larga passou de 33,9 milhões para 176,6 milhões de acessos, o que representa um crescimento de 421%, conforme apresentado no quadro a seguir. Cabe acrescentar ainda que em novembro de 2014 havia 19,8 milhões de acessos de TV por assinatura, 10,6 milhões a mais em relação a dezembro de 2010.

Evolução dos Acessos à Internet – Fixa e Móvel

Em milhões de acessos

ACESSOS À INTERNET	DEZ 2010	DEZ 2011	DEZ 2012	DEZ 2013	2014 **
Banda larga	33,9	55,6	79,0	125,3	176,6
Banda larga fixa	15,0	17,0	19,8	22,2	23,9
Banda larga móvel	18,9	38,6	59,2	103,1	152,3
Banda larga móvel 3G	18,9	38,6	59,2	101,8	146,5
Banda larga móvel 4G	0,0	0,0	0,0	1,3	5,5
M2M (*)	1,7	2,5	6,8	8,3	9,8

Fonte: Anatel; Elaboração: Ministério das Comunicações.
Observações: (*) Os acessos M2M não são classificados como banda larga.
(**) Até novembro de 2014.

A evolução do setor também se reflete nos indicadores de penetração domiciliar de equipamentos e serviços de telecomunicações. De acordo com dados do Censo e da PNAD, entre 2010 e 2013, a proporção de domicílios com microcomputador passou de 38,27% para 48,78%. Além disso, o percentual de domicílios com acesso à Internet passou de 30,70% para 42,33%. Cumpre notar que esse número não reflete a real penetração domiciliar da Internet, uma vez que só considera os acessos realizados por meio microcomputador, e, portanto, ignora acessos por telefone celular, *tablet* e outros equipamentos eletrônicos.

Plano de Banda Larga Popular

Termos de Compromisso entre o Ministério das Comunicações, a Anatel e as concessionárias de telefonia fixa estipularam a oferta de plano de banda larga popular de 1 Mbps por até R$ 35 mensais, em todos os Municípios até fim de 2014. Em setembro, a posição mais recente do monitoramento trimestral, a oferta já estava disponível em cinco mil Municípios (90% do total) e contava com 2,6 milhões de assinantes.

b.2) Serviços de Voz e Dados em Áreas Rurais e Remotas

A licitação das faixas de radiofrequência de 2,5GHz e 450 Mhz, ocorrida em 2012, destinou às vencedoras do certame obrigações de prestação de serviços de voz e dados em áreas rurais, em um raio de 30 km a partir da sede de cada Município. Em 2014, as obrigações de cobertura rural das operadoras atingiram 60% dos Municípios. Em dezembro de 2015, esse atendimento deverá estar concluído em 100% dos Municípios, o que significará a cobertura de 91% da população rural e de 96% do total de escolas rurais com serviços de voz e dados. Além disso, as operadoras assumiram a obrigação de atender todas as escolas rurais na área dos 30 km (cerca de 80 mil) gratuitamente, com serviços de voz e dados.

Foi prevista também a possibilidade, para as empresas vencedoras do leilão, de usar qualquer faixa de frequências para cumprir metas de abrangência vigentes, com a contrapartida de levar a banda larga móvel a localidades com mais de mil habitantes situadas a até 30 km dos limites da localidade sede municipal.

b.3) Melhoria da Infraestrutura de Telefonia e Banda Larga Móveis

Em 2014, diversas cidades passaram a contar com serviços de banda larga móvel de quarta geração (4G), provenientes da licitação das faixas de radiofrequência de 2,5 GHz e 450 Mhz, ocorrida em 2012. A implantação do serviço 4G começou pelas Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e em dezembro de 2014 o serviço já estava disponível em 147 Municípios, contando com sete milhões de assinantes.

Buscando a expansão contínua da infraestrutura de telecomunicações, e em decorrência da Portaria MC nº 14/2013, a Anatel realizou em setembro de 2014 o leilão da faixa de 700 MHz, que será usada para a ampliação dos serviços móveis de quarta geração (4G) no Brasil – atualmente os serviços móveis 4G têm sido prestados no Brasil na faixa de 2,5 GHz. Por suas características de propagação, propícias para a cobertura de grandes distâncias, a faixa de 700 MHz permitirá a oferta de conexões de dados com mobilidade, altas taxas de transmissão (Internet em banda larga de alta capacidade), níveis de qualidade satisfatórios, e a preços acessíveis, em todo o Brasil – inclusive áreas rurais e áreas remotas – com a otimização do custo operacional das redes de telecomunicações.

Como resultado do certame – no qual foram licitados com sucesso três lotes nacionais e um regional –, as empresas pagarão aproximadamente R$ 8,8 bilhões, dos quais R$ 5,2 bilhões correspondem ao valor pelo uso dessa faixa de radiofrequências pelo prazo de 15 anos, renováveis por igual período. Os R$ 3,6 bilhões remanescentes serão utilizados pelas empresas vencedoras do procedimento licitatório para atendimento ao compromisso de limpeza da subfaixa de 700 MHz, incluindo a distribuição de conversores de televisão digital (TVD) para famílias inscritas no programa Bolsa Família e de filtros de recepção e de mitigação de eventuais problemas de interferência, de acordo com o Regulamento sobre Condições de Convivência entre os Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão do SBTVD e os Serviços de Radiocomunicação Operando na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.

Nesse cenário, observa-se que a licitação contribuirá decisivamente para o desenvolvimento das telecomunicações, pois permitirá maior cobertura e velocidade de Internet móvel, criará as condições para a digitalização total da TV aberta no Brasil e incentivará a indústria nacional dedicada aos dois setores.

b.4) Desonerações Tributárias

Desde o início do PNBL, o Governo buscou a melhoria das condições de preço, cobertura e qualidade da banda larga. As desonerações tiveram especial papel nessa tarefa, atuando principalmente para incentivar investimentos em infraestrutura, a manutenção de emprego, a competitividade da indústria, e diminuir o custo dos terminais de acesso.

Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga

Para acelerar a implantação, ampliação e modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga, foi criado o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPNBL) pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012. A medida estimula a antecipação de investimentos, no decorrer da vigência do regime, por meio da suspensão dos impostos federais IPI, PIS/Pasep e Cofins na aquisição de materiais de construção, equipamentos e componentes de infraestrutura e de redes. De forma semelhante, a contratação dos serviços destinados às obras civis, no âmbito do projeto executado por pessoa jurídica beneficiária do REPNBL-Redes, também será desonerada de PIS/Pasep e Cofins, com concessão de incentivos fiscais para a construção, até 2016, de infraestrutura de telecomunicações.

Foram submetidos, até o final de 2014, R$ 13 bilhões em propostas de investimento. Tais projetos contemplam todas as regiões do Brasil, implantando novas redes de fibras ópticas e ampliando a cobertura da banda larga móvel. Foram também aprovados projetos de redes via satélite que, quando implantados, atuarão na inclusão das regiões mais remotas.

Com a redução dos custos de investimentos, o REPBNL permitirá que locais antes sem previsão de atendimento possam usufruir da banda larga até o final de 2016, prazo final para a realização do investimento. Importante destacar que a Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, prorrogou o prazo de submissão de projetos para o dia 30 de junho de 2015. Assim, espera-se receber novos projetos de investimento no Regime Especial, capazes de dobrar o investimento dos projetos já incluídos no Programa.

Debêntures para Infraestrutura

A Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, promoveu alterações na Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, reduzindo as alíquotas de Imposto de Renda nas emissões de debêntures que fossem voltadas para implantação de infraestrutura considerada prioritária para o Governo Federal, incluindo a que suporta banda larga. Sob a égide dessa Lei, foram recebidos e aprovados em 2014 três propostas de projetos que poderão captar até R$ 4,7 bilhões, a serem convertidos em investimentos no setor de telecomunicações.

Desoneração dos Equipamentos de Acesso Móvel

Para reduzir os preços dos terminais de acesso ao usuário final, foram desonerados tributos federais de *modens, tablets* e *smartphones* produzidos no Brasil. Para os *smartphones* exigiu-se dos fabricantes, para fazerem jus ao benefício, além de características mínimas de *hardware*, a presença de um pacote de aplicativos nacionais dentro de seus *smartphones*. Ao fim de 2014 eram 284 os modelos de *smartphones* desonerados, de 14 diferentes fabricantes, promovendo 340 aplicativos desenvolvidos no Brasil por 162 desenvolvedores distintos.

Comunicações Máquina a Máquina

O Decreto nº 8.234, de 2 de maio de 2014, definiu sistemas máquina a máquina (M2M) para fins da aplicação do artigo 38 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que reduziu as taxas de fiscalização de instalação e de funcionamento aplicáveis sobre tais sistemas. Estima-se que, com a diminuição das taxas de fiscalização, o estoque dos dispositivos de comunicação máquina a máquina aumentará em 33%. Com a criação da Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina, em outubro de 2014, novas iniciativas poderão ser propostas. Como resultado dessas medidas, várias operadoras já estão adaptando seus modelos de negócios, inclusive por meio da verticalização, que tem proporcionado o lançamento de produtos inovadores.

b.5) Política Produtiva e Tecnológica

Em 2014, o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) aplicou cerca de R$ 50 milhões do orçamento de fomento no apoio a projetos de pesquisa, inovação, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos em telecomunicações, e disponibilizou R$ 176 milhões em recursos de capital para empresas nacionais do setor. Iniciou também a contratação dos projetos aprovados pelo edital do Inova Telecom, chamamento público conjunto formado pelo Ministério das Comunicações, Ministério da Saúde, BNDES, Finep, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com previsão de investimentos da ordem de R$ 1,5 bilhão em quatro anos.

Para 2015, além da continuidade das ações de fomento, será dada ênfase à criação de polos de excelência, formados por universidades, Instituições Científicas e Tecnológicas e empresas da cadeia produtiva de telecomunicações, promovendo seu adensamento, estimulando sua competitividade e ampliando a geração de inovação.

b.6) Desafios ao Setor de Telecomunicações

Visando promover a universalização do acesso à banda larga no País, propõe-se, para o próximo período, o lançamento de um programa prevendo a criação de condições de instalação de redes de fibra óptica conectando 90% dos Municípios e 45% dos domicílios com redes de ultra banda larga. Para tal deverão ser propostos instrumentos normativos e medidas tais como

construção de novos cabos submarinos e o lançamento de um satélite geoestacionário de comunicação e defesa, a ser utilizado tanto para fins militares quanto para o atendimento da população em áreas de difícil acesso. Prevê-se também a realização de estudos de alternativas para readequação das atuais concessões de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para que incluam a prestação de serviços de voz e de dados banda larga. Outras medidas poderão vir a impulsionar o setor, a exemplo do PL de Antenas; da desoneração de tributos estaduais aplicáveis ao serviço de acesso à Internet em banda larga; e a possibilidade de utilização de créditos tributários para implantação de projetos de implantação de rede de transporte e de acesso à banda larga em alta velocidade.

b.7) Avanços da Regulação de Telecomunicações

Em 2014, avanços importantes foram alcançados na implementação das políticas estabelecidas para o setor de telecomunicações, em especial com relação ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), e na regulação dos serviços de telecomunicações, com destaque para questões referentes ao uso do espectro de radiofrequências, à universalização e ampliação do acesso aos serviços, à promoção da competição, à massificação do acesso a serviços de conexão banda larga, além de outros benefícios aos consumidores.

No ano, foram aprovadas 17 Resoluções pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), além de dois Editais de Licitação e vários outros atos de caráter normativo. As principais ações executadas são:

- Aprovação do Regulamento sobre Condições de Convivência entre TV Digital e Serviços de Radiocomunicação na Faixa de 700 MHz;
- Conclusão do replanejamento dos canais de Televisão Analógicos e Digitais para garantir a desocupação dessa faixa e sua futura utilização pelos serviços móveis de quarta geração;
- Ampliação do atendimento das necessidades de comunicação por satélite no Brasil por meio da licitação de quatro direitos de exploração de satélite brasileiro, pelo prazo de 15 anos, prorrogáveis por igual período, permitindo que novos satélites brasileiros possam entrar em operação nos próximos anos;
- Revitalização dos orelhões com o objetivo de tornar os telefones públicos mais atrativos para os usuários. As concessionárias de telefonia fixa poderão agregar funcionalidades e outros serviços de telecomunicações, bem como buscar novas aplicações, estimulando o uso desses aparelhos e, consequentemente, obtendo receitas adicionais, como por meio de ações publicitárias;
- Redução dos valores de referência para tarifas de remuneração de redes móveis, com redução de 13%, em média, nos valores cobrados para ligações locais e interurbanas realizadas de telefones fixos para terminais móveis (celulares). Com as mudanças, o preço médio das ligações locais de fixo para celular passou de R$ 0,45 para R$ 0,39 por minuto e o preço médio das ligações interurbanas realizadas de fixo para móvel com DDD iniciando com o mesmo dígito (exemplo: DDDs 61 e 62) passou de R$ 0,93 para R$ 0,80, enquanto o preço médio das demais ligações interurbanas de fixo para celular passou de R$ 1,05 para R$ 0,92. Essa redução abrangeu ligações locais e de longa distância originadas nas redes das concessionárias da telefonia fixa e destinadas às redes das operadoras de serviços móveis;
- Implementação da liberdade tarifária nas chamadas internacionais, prevista pela Resolução da Anatel nº 573/2011, para ocorrer a partir de janeiro de 2016 – foi antecipada para janeiro de 2014 por meio do Acordão nº 111/2013. A antecipação deveu-se ao entendimento da Anatel de que o mercado de telefonia fixa de longa distância internacional já havia alcançado patamar competitivo o suficiente para iniciar a implantação de um regime de liberdade tarifária;

- Fixação dos valores máximos das tarifas de uso de rede fixa do STFC, dos valores de referência de uso de rede móvel do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) com base em Modelos de Custos. Os novos valores estarão referenciados a custos e serão reduzidos gradativamente até o nível de custo eficiente de longo prazo. Eles entrarão em vigor em fevereiro de 2016. A orientação a custos dos valores e tarifas de interconexão é importante para diminuir os preços das chamadas realizadas entre operadoras diferentes, de modo que o consumidor não precise de vários aparelhos celulares ou vários *chips* em um mesmo celular para realizar chamadas para outras operadoras a preços mais próximos das chamadas *on-net* (dentro da mesma rede);

- Conclusão do Projeto do Modelo de Custos e início da implementação dos valores resultantes dos modelos de custos, a partir de 2016, com previsão de chegar aos valores dos modelos *Bottom Up* no ano de 2019;

- Aprimoramento do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (Snoa), em continuidade à execução do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), espécie de bolsa de valores virtual na qual são negociados insumos de telecomunicações, como torres, dutos, linhas dedicadas (EILD), interconexões, acesso local e *roaming* – infraestruturas essenciais, principalmente, para agentes que estão chegando ao mercado brasileiro. Todas as negociações de atacado são centralizadas nessa plataforma, o que traz ganho de transparência nas relações comerciais de produtos de atacado do setor de telecomunicações. Desde setembro de 2013 até dezembro de 2014, mais de 230 empresas já se habilitaram para adquirir produtos de atacado no sistema, tendo sido registrados no período mais de 31 mil pedidos inseridos na plataforma;

- Aprovação do Regulamento da Metodologia de Estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC), um parâmetro importante no processo regulatório, uma vez que afeta, por exemplo, processos de determinação de preços e tarifas, estudos de viabilidade econômico-financeira dos processos de outorgas de faixas de radiofrequências e processos de celebração e acompanhamento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Em março, a Agência disponibilizou em seu portal na Internet todas as estimativas de CMPC realizadas pela Anatel;

- Aprovação do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC) com os seguintes destaques: i) possibilidade de o usuário cancelar a assinatura do serviço sem falar com um atendente; ii) validade mínima de 30 dias para créditos pré-pagos, independentemente do valor da recarga; e iii) disponibilização de dados pelas prestadoras para que qualquer interessado possa promover a comparação de ofertas de serviços de telecomunicações, incluindo planos e promoções;

- Lançamento do Portal do Consumidor, em janeiro de 2014, que reúne e disponibiliza informações sobre o setor com linguagem simples e direta, sem o uso de siglas e nomenclaturas técnicas. O Portal explica quais são os principais direitos do consumidor em cada serviço e mostra, em números, o desempenho das prestadoras em suas relações com os consumidores;

- Ampliação da participação social no setor a partir de abril de 2014, com a exigência de as maiores empresas de telefonia fixa e móvel, TV por assinatura e banda larga fixa do Brasil passarem a ter a obrigação de manter Conselhos de Usuários (espaços de participação social) com função de avaliar os serviços e a qualidade de atendimento das prestadoras, apresentar propostas e sugestões para a melhoria dos serviços, bem como disseminar ações orientadas sobre direitos e deveres dos usuários. Até então, apenas as empresas de telefonia fixa precisavam manter conselhos deste tipo;

- Aprovação de requisitos técnicos para a certificação de equipamentos para telecomunicações com interfaces para as redes móveis e DOCSIS (*Data Over Cable Service Interface Specification*, padrão utilizado em telecomunicações por cabo, especialmente para prover acesso à Internet), com o objetivo de avaliar o suporte ao protocolo IPv6 (*Internet Protocol version 6*). A Anatel almeja, por meio deste processo de avaliação da conformidade, contribuir para acelerar a implantação do novo protocolo nas redes de serviços de telecomunicações do País;

- Acréscimo do nono dígito aos números dos telefones celulares nos Estados do Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará e Roraima na continuidade do Projeto que já atendeu os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O acréscimo do dígito nove à esquerda dos números de telefones celulares propicia o aumento da capacidade de numeração de 37 milhões para 90 milhões de números em cada código nacional. Para 2015, prevê-se a implantação do nono dígito nos números dos telefones celulares nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais e Sergipe;

- Manifestação oral nas reuniões do Conselho Diretor mediante a qual as partes interessadas, por meio de solicitação prévia, passaram a ter oportunidade de manifestar-se nas decisões da Anatel, independentemente da natureza da matéria a ser deliberada, ampliando a transparência;

- Vigência dos novos limites mínimos de velocidade contratada pelos assinantes de bandas largas fixa e móvel a partir de novembro de 2014. Dessa forma, as prestadoras deverão garantir mensalmente, tanto no *download* quanto no *upload*, uma velocidade média de conexão de, no mínimo, 80% da velocidade máxima contratada pelos assinantes e uma velocidade instantânea de conexão, em 95% dos casos, de no mínimo 40% dessa velocidade máxima contratada; e

- Aprovação de Resolução Conjunta entre Anatel e Aneel para estabelecimento de preço de referência para o compartilhamento de postes de energia entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações a ser utilizado nos processos de resolução de conflitos e regras para uso e ocupação dos pontos de fixação.

Sobre os Regulamentos em elaboração na Anatel em 2014 que terão continuidade em 2015, é importante destacar: i) proposta do Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações; ii) proposta de Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências e de alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências; iii) propostas do novo Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (PGMU – STFC) e de revisão dos Contratos de Concessão do STFC, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, ambas para o período de 2016 a 2020; iv) revisão do Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz e emissão de novo Regulamento sobre a designação e credenciamento de organismos para avaliação de estações quanto à exposição humana a campos eletromagnéticos, em observância à Lei nº11.934, de 5 de maio de 2009; e v) revisão do Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita, visando abarcar novas situações e modernizar a normatização aplicável.

Por fim, estão em estudo – com previsão de conclusão em 2015 – outros importantes instrumentos regulatórios, tais como: Regulamento do Compromisso de Aquisição de Produtos de Tecnologia Nacional que buscam fortalecer a indústria brasileira e promover a inovação tecnológica; Regulamento de Compartilhamento de Infraestrutura entre Prestadoras de Serviços de Telecomunicações; e Regulamento do Serviço Móvel Marítimo e do Serviço Móvel Aeronáutico utilizados em aplicações essenciais para a segurança marítima e aeronáutica.

Em 2015, está prevista ainda a realização de nova licitação de direitos de exploração de satélite brasileiro, tendo em vista o cenário favorável para o desenvolvimento de projetos de satélites para atendimento do mercado nacional; e no âmbito da implementação do PGMC, prevê-se a conclusão da revisão dos grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS).

b.8) Acompanhamento, Controle e Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações

Em 2014, entrou em funcionamento o Centro de Monitoramento de Redes de Telecomunicações, espaço onde será realizada a gestão de risco e o monitoramento das redes. O Centro contará com a plotagem de toda a topologia e receberá informações sobre capacidade, tráfego, qualidade e interrupções dos serviços.

Além da divulgação dos dados fiscalizados em seu sítio eletrônico, a Anatel lançou o aplicativo "Serviço Móvel" para celulares, por meio do qual os usuários podem consultar os resultados de cada operadora em seu Município, na forma de *ranking*, além da geolocalização de cada antena no seu Município.

O projeto "Mosaico para Sistema de Gestão e Controle do Espectro" avançou, com destaque para a entrega dos módulos para auxiliar nas atividades de controle de obrigações das operadoras e para alteração de plano básico e cálculo de cobertura do SMP. Também foram integrados equipamentos de medição para fornecer informações sobre nível de exposição humana a campos eletromagnéticos em diversos pontos do País.

Em 2014, foram 12.478 ações de fiscalização destinadas à verificação do cumprimento de normas e regulamentos, priorizando a garantia dos direitos dos usuários e a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados nos regimes público e privado e o controle do espectro. Foram interrompidas 734 estações de radiocomunicações que operavam de forma irregular. Nesse período, foram instaurados 3.054 Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados) e encerrados 4.470 Pados.

b.9) Projeto Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

A construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) teve avanço significativo em 2014, estando em fase de montagem na França, sob a supervisão da Visiona Tecnologia Espacial, *joint-venture* entre Embraer (51%) e Telebras (49%). Em setembro de 2014, a Telebras lançou a Licitação do projeto arquitetônico do Centro de Operações (Cope) do satélite com sedes em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ. O Satélite SGDC proverá a comunicação entre os órgãos e entidades da administração pública federal e trará total segurança às comunicações estratégicas do Governo e às comunicações militares, pois seu controle será realizado no Brasil em estações localizadas em áreas militares, sob a coordenação da Telebras e do Ministério da Defesa. Estima-se que o satélite servirá para atender a mais de dois mil Municípios, em complemento à rede terrestre da Telebras, oferecendo serviços de acesso à Internet em banda larga, em especial na região Norte do País, carente de infraestrutura.

b.10) Rede de Fibra Óptica

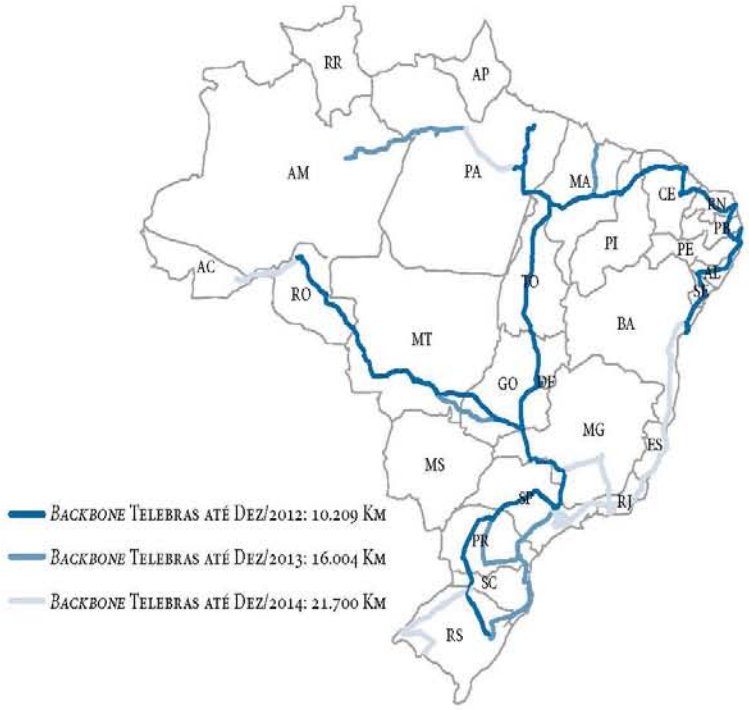
Nos quatro anos de existência do PNBL, a infraestrutura de rede da Telebras cresceu de 400 km, em 2010, para 21 mil km ao final de 2014, e completará 25 mil km no primeiro semestre de 2015, interligando todas as regiões do País, com investimentos de mais de R$ 415 milhões. Atualmente a empresa possui 1.325 provedores cadastrados na sua base de dados, com potencial de demanda de cerca de 1,5 terabits por mês.

Como pode-se ver no mapa a seguir, a rede é particularmente estratégica principalmente nas regiões Norte e Nordeste, chegando aos Municípios mais distantes e, com isso, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos e contribuindo para redução dos preços aos consumidores finais. Como exemplo desses projetos, destacam-se a ativação do cabo óptico na linha de transmissão (OPGW) entre

Tucuruí e Manaus e a parceria com o Governo do Amazonas, na interligação de Manaus a Coari, no coração da Floresta Amazônica. Também destacaram-se, em 2014, as negociações para conclusão das conexões terrestres com o Paraguai e com a Argentina, dando continuidade à primeira conexão terrestre para a criação de um anel óptico sul-americano estabelecida em 2013 com o Uruguai.

Para 2015, a Telebras pretende ampliar o *backbone* com fibra óptica iluminada para 28 mil km.

Rede de Fibra Óptica da Telebras



Fonte: Telebras.

b.11) Cabo Submarino Brasil – Europa

Atualmente, cinco cabos submarinos ligam o Brasil ao exterior: quatro para os EUA e um para a Europa, este já completamente esgotado em sua capacidade de transmissão de dados. Todos os cabos são de propriedade de empresas privadas, controladas por grupos estrangeiros.

O projeto Cabo Submarino da Telebras prevê a construção de um cabo que interliga o Brasil, a partir da cidade de Fortaleza/CE, a Lisboa, em Portugal. Para viabilizar esse projeto, a Telebras desenvolveu ao longo de 2014 uma série de negociações com a empresa espanhola Islalink, com vistas à formação da JVCo (*Joint-Venture Company*), em uma estrutura de capital que prevê o controle nacional.

A entrada em operação do cabo está prevista para o último trimestre de 2016. A capacidade total do cabo será de 30 terabits por segundo, iniciando a operação com 500 gigabits. O cabo submarino Brasil-Europa será interligado ao *backbone* da Telebras, que por sua vez terá conexão com a rede de fibra óptica dos países sul-americanos vizinhos.

c) Universalização dos Serviços Postais

As metas para a universalização e qualidade dos serviços postais a serem cumpridas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com a finalidade de expandir os serviços de atendimento e distribuição postal, consiste em levar a referida prestação dos serviços aos Distritos com população igual ou superior a 500 habitantes. Dependendo do tipo de unidade de atendimento e da infraestrutura, há a possibilidade de conjugação do atendimento dos serviços postais e financeiros, este último por intermédio do Banco Postal.

Até dezembro de 2014, a ECT propiciou atendimento a 263 distritos, cuja população atendida perfaz um total de 897.999 habitantes, conforme informações do Censo do IBGE 2010. Com isso, atingiu um percentual anual de 58,44 % e acumulado de 86,25%, com relação à meta global de 4.261 distritos a ser alcançada até dezembro de 2015. Distritos são unidades administrativas dos Municípios, cuja criação, desmembramento ou fusão dependem de Leis Municipais.

Além dos 263 distritos atendidos em 2014, a ECT atendeu outros 668 no período de 2012 a 2013, consideradas as localidades supridas por Agência de Correios Comunitária (AGC) e pela forma de atendimento Alternativo ou Compartilhado, o que perfaz um total acumulado de 919 distritos.

A ECT está presente em 9.354 localidades, ou seja, em 90,97% das localidades brasileiras, considerando toda a sua rede. Localidade é conceituada como sendo todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de habitantes e engloba desde a capital federal até aldeias e aglomerados rurais. Até dezembro de 2014, as agências da ECT totalizaram 12.200 unidades, entre próprias e terceirizadas, por meio das quais foram atendidas as demandas de serviços postais transportando mais de sete bilhões de objetos no período considerado.

Para 2015, considerando o alcance da meta em 2014, está prevista a expansão do atendimento a mais 586 distritos, de modo a atingir a meta global na prestação de serviço de atendimento postal básico a 4.261 distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

c.1) Exportação por Remessas Postais

A Declaração Simplificada de Exportação (DSE), utilizada para a exportação por via postal, possibilita que milhares de empresas, principalmente as microempresas e empresas de pequeno porte, tenham acesso ao comércio exterior. Segundo dados registrados no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), essa forma de exportação permitiu, em 2014, o envio de mais de 800 tipos de produtos brasileiros a cerca de 180 países. O processo, que conta com a facilitação do despacho aduaneiro e redução dos custos de embarque, viabilizou, no mencionado exercício, exportações de aproximadamente US$ 215 milhões.

c.2) Atuação no Âmbito Internacional

Em 2014, o Governo Federal participou ativamente dos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos organismos internacionais que regulam as relações intergovernamentais em matéria postal, destacando-se os temas de comércio eletrônico e facilitação da exportação: na União Postal Universal (UPU), em que coordena os trabalhos de três importantes Grupos, e na União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep), na qual o Ministério das Comunicações é membro do seu Comitê de Gestão e do seu Comitê Consultivo e Executivo.

c.3) Serviços de Interesse Coletivo

Dentre os serviços de interesse coletivo apoiados pela ECT, em 2014, cabe ressaltar: i) o programa Leve Leite, com distribuição de mais de 20 milhões de quilos de leite em pó, entregues para aproximadamente cinco milhões de alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino do Município de São Paulo/SP; ii) a operação Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que distribuiu 19,3 milhões de provas em mais de 17 mil locais de aplicação para 8,7 milhões de inscritos no Exame; iii) a operação Remédio em Casa, que realiza a logística de distribuição de medicamentos; iv) o programa de distribuição de livros didáticos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com envio de 137 milhões de livros para cerca de 38 milhões de alunos da rede pública de ensino; e v) o programa de assistência humanitária em situações de desastres naturais, com o serviço de armazenamento e entrega de *kits* assistenciais (alimentos, higiene pessoal, limpeza, dormitório, água mineral e barracas), em todo o território nacional. Ao longo do ano, enquanto vigorou o contrato com o Ministério da Integração Nacional (até julho), foram realizados 47 atendimentos, com o envio de mais de 230 mil *kits* em benefício da população atingida em 40 cidades.

d) Conteúdos Digitais Criativos

Como forma de promover a Política Nacional para Conteúdos Digitais Criativos (PNCDC) foi realizado, em 2014, concurso para seleção de projetos de desenvolvimento de aplicativos e de jogos sérios de interesse público – *INOVApps*. Foram selecionados 50 projetos, sendo 25 em cada categoria, que receberão prêmios nos valores de R$ 80 mil e R$ 100 mil, respectivamente, como forma de estimular o desenvolvimento nacional de novos *apps* e *games*. Os contemplados deverão apresentar o produto final no dia 17 de abril de 2015.

No âmbito do Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira (Ginga Brasil), foram capacitados 40 profissionais das emissoras públicas contempladas com laboratórios de testes de conteúdos interativos para TV Digital. Destaca-se também a implementação de melhorias no repositório de conteúdos digitais interativos, além da criação de um protótipo de uma rede experimental de distribuição de conteúdos que poderá abarcar, inclusive, o próprio repositório, podendo ser estendida também a outros órgãos e entidades do Governo Federal.

Foi iniciada a implantação de mais um centro de produção e pós-produção de conteúdos digitais criativos na cidade do Rio de Janeiro/RJ, além dos já existentes nas cidades de Recife/PE e Viamão/RS.

Para 2015, será dada continuidade à realização de concursos como o *INOVApps* e a implantação de um novo arranjo produtivo local de conteúdos digitais criativos. Está prevista, ainda, a realização de capacitações a fim de disseminar o Ginga na América Latina, e o desenvolvimento de novas funcionalidades para a rede experimental de distribuição de conteúdos e para o repositório de aplicações interativas.

6. Saneamento

Em conformidade com a Constituição Federal e com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento, o Governo Federal tem ampliado, ao longo dos últimos anos, os esforços dirigidos ao setor, especialmente, no apoio aos titulares e aos prestadores de serviços em ações de expansão e implantação das infraestruturas públicas, bem como na promoção do desenvolvimento institucional do setor.

Nesse sentido, a União tem promovido, em colaboração com os entes federados, diversas iniciativas com o objetivo de buscar a universalização do acesso e a melhoria dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais urbanas, com destaque para as medidas de melhoria de gestão do setor e investimentos em infraestrutura em ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

a) Melhorias da Gestão do Setor

Com o objetivo de aprimorar a gestão dos serviços de saneamento básico, o Governo Federal tem realizado e apoiado ações de planejamento, capacitação, regulação e outras, que possam melhorar a eficiência dos investimentos em infraestrutura relacionados ao setor. Nesse sentido, os principais instrumentos da política são: o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab); os Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides); e os Planos Municipais de Saneamento Básico.

O Plansab, aprovado pelo Decreto nº 8.141, de 20 de novembro de 2013, e pela Portaria Interministerial CC-PR/MF/MS/MP/MMA/MI/MCidades nº 571/2013, define as metas para o saneamento básico em todo o País, para o período 2014 a 2033, com investimentos estimados em R$ 508 bilhões.

Em relação aos Planos Regionais das Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides), foram iniciados, em 2014, os trabalhos relativos ao Diagnóstico do Saneamento Básico dessas Regiões no Distrito Federal e entorno; no Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA; e no Polo Grande Teresina/PI.

Em 2014, o Governo Federal deu prosseguimento ao apoio à elaboração de 87 Planos referentes a Municípios e a Consórcios Municipais. Além do apoio financeiro, teve continuidade a estratégia de capacitação, com a realização de novas edições de Seminários Regionais sobre Política e Planos de Saneamento. Esses Seminários contaram com a presença de mais de 400 participantes, entre gestores, técnicos dos poderes municipal, estadual e federal, além de representantes da sociedade civil e prestadores de serviços, totalizando no biênio 2013/2014 um público de cerca de 1.350 participantes. Em 2015 será mantido o apoio institucional à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento, bem como dada continuidade à realização de ações de capacitação.

Além dessas atividades de capacitação, realizou-se, também em 2014, a primeira edição do curso "Planos de Saneamento Básico", com certificação de 516 participantes, e duas edições dos cursos integrantes do "Programa de Capacitação: Acesso a Recursos de Saneamento", com capacitação de mais de 1,5 mil gestores e técnicos do setor, todos na modalidade Ensino a Distância (EAD). Para 2015 prevê-se nova edição dos cursos. No que diz respeito aos Municípios com população abaixo de 50 mil habitantes, o Governo Federal tem atuado por meio da capacitação e do apoio técnico na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento. Em 2014, foram realizados 15 cursos de capacitação que atenderam 913 técnicos de 404 Municípios, nos seguintes temas: "Estruturação e implementação de consórcios públicos"; "Política e Planos Municipais de Saneamento"; "Redução de Perdas em Sistemas"; e "Gestão Econômico-financeira do Setor". Ainda em 2014 foram realizadas parcerias com universidades federais para apoio e assessoria técnica a 600 Municípios para elaboração de seus planos de saneamento.

Um avanço a ser destacado foi a aprovação, em janeiro de 2014, do Manual de Instruções para Realização do Trabalho Social nos Empreendimentos do Ministério das Cidades. A ação social e a educação ambiental apresentam-se como elementos essenciais para o desenvolvimento e sustentabilidade dos investimentos no setor saneamento, com vistas ao desenvolvimento de valores e práticas que levem a mudanças culturais e sociais relevantes para as comunidades beneficiadas.

Outra ação que contribui para o aperfeiçoamento da gestão, ocorrida em 2014, foi a divulgação, em abril, dos Diagnósticos dos Serviços de Água e Esgotos e do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, ano de referência 2012, com base nos dados coletados por meio do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS). O SNIS constitui-se no maior e mais importante sistema de informações do setor saneamento no Brasil, apoiando-se em banco de dados que contém informações de caráter institucional, administrativo, operacional, gerencial, econômico-financeiro, contábil e de qualidade sobre a prestação de serviços de água, de esgotos e de manejo de resíduos sólidos urbanos. O Sistema contém informações e indicadores atualizados anualmente, de forma ininterrupta, sobre os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (desde 1995) e de manejo de resíduos sólidos urbanos (desde 2002), a partir de dados fornecidos pelos Municípios ou pelos prestadores de serviços de

saneamento. Ressalta-se que, ainda em 2014, deu-se início à coleta de dados do SNIS, ano de referência 2013, cuja publicação dos dados foi realizada em dezembro de 2014.

Com o objetivo de capacitar primordialmente técnicos de prestadores de serviços e de prefeituras municipais para utilizarem as ferramentas "SNIS – Coleta de Dados/Água e Esgotos" e "SNIS – Série Histórica", foram criados cursos a distância que são realizados no ambiente virtual do Portal Capacidades. No ano de 2014, foram certificadas 172 pessoas em ambos os cursos. Para 2015, está sendo desenvolvido o curso referente ao componente "Resíduos Sólidos do SNIS – Coleta de Dados".

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água – Interáguas, resultado de Acordo de Empréstimo firmado em 2012 entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), visa apoiar o Governo Federal em ações de assistência técnica no setor das águas. No âmbito do Ministério das Cidades (MCidades), o Programa busca implementar a política setorial por meio de ações de melhorias no planejamento e da gestão em saneamento, bem como pelo desenvolvimento de estudos, projetos e sistemas, e pela realização de assistência técnica à estruturação da gestão e revitalização dos prestadores de serviços, dentre outras medidas de apoio institucional.

No ano de 2014, foram iniciadas as ações de implementação do Interáguas, que terão continuidade em 2015: i) implementação de ações de gestão das perdas de água em sistemas de abastecimento financiados com recursos do PAC; ii) desenvolvimento do projeto técnico-conceitual e institucional do sistema nacional de informações em saneamento básico (Sinisa); iii) ampliação, atualização e fortalecimento do Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento (Gsan), disponibilizado aos prestadores de serviços de saneamento; iv) levantamento, estruturação e proposta de ações e programas para o apoio aos Municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento; e v) sistematização e análise dos modelos de regulação e fiscalização existentes, visando subsidiar as ações do Governo no apoio à atividade regulatória, dentre outros.

b) Investimentos do PAC Saneamento

Em 2014, o Governo Federal manteve o ritmo de investimento no setor por meio do PAC-Saneamento. Somente nesse ano foram contratadas 822 operações, totalizando, aproximadamente, R$ 9,71 bilhões. Desta forma, a carteira atual do PAC, sob a responsabilidade do MCidades e da Funasa, encontra-se com 9.943 empreendimentos contratados no valor de R$ 68,7 bilhões, conforme quadro a seguir:

Empreendimentos do PAC – Saneamento sob gestão do MCidades e da Funasa

Em R$ milhões

TIPO	SELECIONADOS		CONTRATADOS	
	QTDE.	VALOR SELECIONADO	QTDE.	VALOR CONTRATADO
Abastecimento de Água	6.997	52.298,2	6.062	47.558,8
Saneamento*	3.931	22.543,8	3.881	21.126,5
TOTAL	10.928	74.842,0	9.943	68.685,3

Fonte: 11º Balanço Externo do PAC 2 – Base de 31/10/2014.

Observação: (*) Inclui esgotamento sanitário, resíduos sólidos, saneamento integrado e desenvolvimento institucional.

Desses contratos, 3.827 já tiveram os empreendimentos concluídos, perfazendo um total de R$ 11,8 bilhões. No exercício de 2014 foram concluídos 1.036 empreendimentos no valor de R$ 2,4 bilhões, conforme quadro a seguir:

Empreendimentos do PAC – Saneamento sob gestão do MCidades e da Funasa já concluídos

Em R$ milhões

TIPO	CONCLUÍDOS EM 2014		TOTAL DE CONCLUÍDOS	
	QTDE.	VALOR DE INVESTIMENTO	QTDE.	VALOR DE INVESTIMENTO
Abastecimento de Água	604	1.819,6	1.957	8.415,1
Saneamento*	432	627,4	1.870	3.350,2
TOTAL	1.036	2.446,0	3.827	11.765,3

Fonte: 11º Balanço Externo do PAC 2 – Base de 31/10/2014.
Observação: (*) Inclui esgotamento sanitário, resíduos sólidos, saneamento integrado e desenvolvimento institucional.

Dentre os diversos empreendimentos do PAC concluídos em 2014, pode-se citar os seguintes:

- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) em Porto Alegre; Alvorada - Viamão; Esteio - Sapucaia do Sul; Guaíba e Canoas. Esses empreendimentos compreendem obras de diversas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs), emissários terrestres e subaquáticos de esgoto, além de significativa ampliação de rede coletora de esgotos; e beneficiando cerca de 3,2 milhões de habitantes na Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza, beneficiando a Zona Oeste da capital e o Município de Caucaia (2ª Etapa), consistindo na ampliação da Estação Tratamento de Água Oeste (ETA Oeste), elevando a atual capacidade de tratamento de 1,5 m^3/s para uma vazão de 5,0 m^3/s. Além da implantação de sistema de distribuição com 11,8 km, adutora de água tratada, reservatório, e estação elevatória de água tratada. A 2ª etapa da ETA Oeste beneficiará, em plena operação, uma população de 1,1 milhão de habitantes, nos Municípios de Fortaleza (Zona Oeste) e Caucaia;
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Aracaju/SE com a construção da barragem do Rio Poxim, com capacidade de armazenamento de 32 milhões de m^3, 5,2 km^2 de área superficial e uma profundidade média de 15 metros, que deverá assegurar o abastecimento de água na Região Metropolitana de Aracaju pelos próximos 20 anos, beneficiando uma população estimada de 833 mil habitantes;
- Ampliação de Sistema de Abastecimento de Água no Estado de Alagoas. O empreendimento é uma Parceria Público-Privada (PPP) para a implantação do Sistema Adutor do Agreste, atendendo 10 Municípios do Estado de Alagoas, universalizando o acesso desses Municípios aos serviços de abastecimento de água, beneficiando mais de 400 mil habitantes;
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Campinas/SP (SES Capivari II), composto por redes coletoras, emissários, EEEs e pela ETE Capivari II, com capacidade de 180 L/s, beneficiando mais de 114 mil habitantes e elevando em 23% o índice de coleta e esgoto tratado – o que universaliza os serviços de esgotamento sanitário em Campinas/SP;

- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água em Marabá/PA – Execução de obras de ampliação de ETA, da extensão da rede de distribuição e da captação de água feita no rio Tocantins, além de ações de melhoria da qualidade da água do Sistema, com benefícios a mais de 210 mil habitantes;
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Leme/SP, empreendimento composto pela implantação de interceptores, coletores-tronco, emissários, além da ETE Anselmo Luigi Faggion com capacidade de 430 L/s, atendendo aproximadamente 80 mil habitantes;
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário em Guarulhos/SP, composto por interceptores, coletores-tronco, linhas de recalque e EEEs, além da ETE Várzea do Palácio, com capacidade de 590 L/s, beneficiando mais de 100 mil habitantes; e
- Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário de Corumbá/MS, empreendimento que compreende a construção das ETEs Olaria e Maria Leite, com capacidade de tratamento de 40 L/s cada, 245 km de rede coletora e interceptora, 10 estações elevatórias, 1,1 km de emissário e 14 mil ligações prediais, beneficiando uma população estimada de 98 mil habitantes.

Com base na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com dados obtidos em 2013, o número de domicílios urbanos com acesso à rede geral de água com canalização interna é de 52 milhões de domicílios, e o número de domicílios urbanos com cobertura de rede coletora de esgotos é de 37 milhões de domicílios, não incluído o atendimento com fossa séptica ligada à rede coletora.

Isso representa acréscimos, em termos de números absolutos, de aproximadamente 20% e 32%, respectivamente, em relação aos domicílios que contavam com tais serviços em 2007, ano de criação do Programa.

Para 2015, os esforços do Governo Federal serão direcionados para a execução dos empreendimentos já contratados no âmbito do PAC Saneamento, bem como na ampliação dos investimentos por meio da realização de novas seleções de empreendimentos pelo Programa.

7. Habitação

a) Política Nacional de Habitação

A Política Nacional de Habitação, no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), tem como princípio a integração das políticas desenvolvidas nas três esferas de Governo, em um esforço conjunto para solucionar problemas habitacionais, com ênfase no segmento social com renda familiar mensal de até R$ 1.600,00. Já o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que expressa as orientações da Política Nacional de Habitação, tem como objetivo promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, em especial o segmento acima referido.

No enfrentamento das necessidades qualitativas e quantitativas de habitação, o Governo atua sobre dois eixos prioritários: o enfrentamento do passivo urbano por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Habitação - Urbanização de Assentamentos Precários, e o atendimento à demanda por habitação e produção de novas unidades, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Esses dois eixos, além dos investimentos existentes, possuem medidas de apoio ao desenvolvimento institucional dos integrantes do SNHIS e à cooperação técnica, buscando promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável das cidades. Além desses eixos prioritários, inseridos na política de habitação de interesse social, onde reside o maior déficit habitacional, existe também outro eixo de ação que é o financiamento habitacional, nas condições do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para pessoas físicas e jurídicas, por meio do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

O programa de urbanização de assentamentos precários, inserido no PAC (1 e 2), tem como objetivo atuar na parte do problema habitacional que não pode ser resolvida exclusivamente por meio da construção de novas unidades habitacionais em conjuntos dotados de infraestrutura e equipamentos coletivos. Isso porque se trata de territórios ocupados, em geral consolidados, e que em diversos casos já receberam investimentos públicos, além daqueles efetuados pelos moradores e por entidades promotoras de assistência social. Assim, dotar esses assentamentos de condições de habitabilidade se torna a forma mais justa e economicamente viável para garantir o direito à moradia digna de milhões de famílias.

Para tratamento da questão do deslocamento involuntário de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas em decorrência de grandes obras de infraestrutura, foi publicada em 2013 a Portaria MCidades nº 317, reconhecendo que a remoção das famílias das suas habitações pode colocá-las em situação de vulnerabilidade, pelo rompimento dos vínculos sociais e econômicos, ou seja, da sua rede de proteção.

b) PAC - Urbanização de Assentamentos Precários

A carteira do PAC Habitação conta com mais de 1,4 mil operações em execução e, junto com os projetos e as obras já concluídos, reúne mais de R$ 28,7 bilhões em investimentos. De acordo com dados de dezembro de 2014, somente os recursos aplicados em urbanização no PAC (considerando valores FNHIS-UAP, PAC-PPI, PMI e Pró-moradia-UAP) estão na ordem de R$ 26,5 bilhões, distribuídos em 890 operações (sendo 833 obras). Dessas obras de urbanização, 120 já foram concluídas (o que representa R$ 1,6 bilhão, isto é, 6% da carteira), atendendo pelo menos 140 mil famílias. Até a conclusão de todas as obras, 1,8 milhão de famílias devem ser atendidas.

Entre 2013 e 2014, foram selecionados projetos de urbanização em São Paulo e no Rio de Janeiro, cujas capitais e regiões metropolitanas concentram grande número de famílias moradoras de assentamentos precários. Em São Paulo, serão atendidas a capital e as cidades de Diadema, Mauá, Santo André e São Bernardo do Campo, com investimento da ordem de R$ 4,5 bilhões. Na cidade do Rio de Janeiro, três grandes complexos de favelas serão atendidos: Rocinha, Lins e Jacarezinho, e deverão somar R$ 2,6 bilhões ao que já vem sendo aplicado na cidade em urbanização.

As obras de urbanização de assentamentos precários têm como característica a complexidade, merecendo que se estabeleçam procedimentos operacionais para cada estágio de seu andamento. Diversas medidas de gestão vêm sendo adotadas para melhorar o desempenho na execução dessas intervenções, dentre elas a edição das Portarias MCidades nº 43 e 44, ambas de 2014, dando instruções aos executores que possuem obras paralisadas. Isso contribuiu para o avanço no andamento das operações de urbanização, tendo sido concluídas, no ano de 2014, 38 obras, ou cerca de R$ 413 milhões.

Na busca por sustentabilidade e qualificação dos resultados das intervenções financiadas pelos programas habitacionais, um ponto relevante foi a ênfase ao trabalho social, por meio da edição da Portaria nº 21/2014, que instituiu o "Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades". Além disso, foi publicado o *kit* metodológico "Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social", que apresentou os seguintes manuais temáticos para auxiliar os executores: "Conhecimento e planejamento integrados", "Fortalecimento das organizações da sociedade civil" e "Geração de trabalho e renda". Por fim, foi realizado o Curso de Capacitação a Distância "Trabalho Social em programas de habitação de interesse social".

c) Programa Minha Casa, Minha Vida

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado com o objetivo de facilitar o acesso das famílias de baixa renda à casa própria, instituiu mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais. Ao se concluir o ciclo de quatro anos da segunda fase do programa, pode-se afirmar que o desafio de atender essa parcela da população, não obstante sua amplitude e dispersão pelo território nacional, vem sendo alcançado.

A segunda fase do programa foi iniciada em 2011 com a meta de contratar, até dezembro de 2014, dois milhões de unidades habitacionais. Em 2012, foi ampliada para 2,4 milhões de unidades e, em 2013, para 2,75 milhões. Os resultados alcançados evidenciam o esforço por parte dos diversos intervenientes – Governo Federal, governos locais, instituições financeiras, construtoras e entidades organizadoras.

O Programa contabiliza, somente em sua segunda fase, mais de 2,75 milhões de unidades habitacionais contratadas em 5.329 Municípios atingindo a meta estabelecida. Desde 2009, são mais de 3,76 milhões de moradias contratadas e dois milhões de famílias que já residem em uma unidade proveniente do programa. Somente após 2011, foram entregues aproximadamente 1,6 milhão de moradias às famílias beneficiárias do programa. Os investimentos desde 2009 ultrapassam o valor de R$ 244,2 bilhões, dos quais quase 80% foram contratados a partir de 2011.

Para as famílias com renda até R$ 1.600,00, o PMCMV contribui com resultados positivos para públicos específicos, com mais de 80% dos contratos firmados em nome das mulheres. Além disso, a partir de 2011, as unidades habitacionais do Programa passaram a ser adaptáveis ao uso por famílias com pessoa com deficiência. Já foram entregues cerca de 11,6 mil unidades adaptadas, num total de mais de 950 mil unidades habitacionais adaptadas contratadas em 3.610 Municípios. Acrescenta-se que mais de 45 mil beneficiários do programa na Faixa 1 (famílias com renda de até R$ 1.600,00) são idosos, o que corresponde a mais de 6% das famílias beneficiadas, ou seja, o dobro do que é exigido pelo Estatuto do Idoso.

No ano de 2013, com vistas a ampliar a sustentabilidade dos empreendimentos, o Governo Federal promoveu o aprimoramento dos processos de seleção de beneficiários, de realização do trabalho social e da gestão condominial junto a esse público. Ademais, foi criado um Grupo Executivo Interministerial para receber e apurar denúncias e propor medidas preventivas e corretivas de condutas ilícitas nos empreendimentos dos programas habitacionais do Governo Federal.

Em 2015, a terceira etapa do programa será lançada com o compromisso de contratar mais três milhões de unidades habitacionais. Somando todas as fases do programa desde 2009, aproximadamente 25 milhões de pessoas serão atendidas.

PMCMV I e II - Unidades contratadas por faixa de renda

Em R$ bilhões

FAIXA DE RENDA	UNIDADES CONTRATADAS	UNIDADES ENTREGUES	VALOR DE INVESTIMENTO
Famílias com renda até R$ 1.600,00	1.908.494	840.892	98,3
Famílias com renda entre R$ 1.600,01 e R$ 3.275,00	1.401.330	994.124	110,1
Famílias com renda entre R$ 3.275,01 e R$ 5.000,00	453.775	190.813	35,7
TOTAL	3.763.599	2.025.829	244,1

Fonte: MCidades – Base de dados: 31/12/2014.

PMCMV I e II - Unidades contratadas por região

REGIÃO	FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ R$ 1.600,00	FAMÍLIAS COM RENDA ENTRE R$ 1.600,01 E R$ 3.275,00	FAMÍLIAS COM RENDA ENTRE R$ 3.275,01 E R$ 5.000,00	TOTAL
Centro-Oeste	174.823	198.445	47.327	420.595
Nordeste	733.555	275.130	78.766	1.087.451
Norte	218.497	36.718	22.778	277.993
Sudeste	535.512	533.843	240.987	1.310.342
Sul	246.107	357.194	63.917	667.218
TOTAL	1.908.494	1.401.330	453.775	3.763.599

Fonte: MCidades – Base de dados: 31/12/2014.

d) Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas

No quadriênio 2011/2014, previu-se que seriam contratados R$ 176 bilhões em financiamentos habitacionais, tendo sido contratados R$ 75,1 bilhões em 2011, R$ 76,5 bilhões em 2012, R$ 102,2 bilhões em 2013 e R$ 95,7 bilhões até o mês de novembro de 2014. Para o período entre 2011 e outubro de 2014, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinou R$ 84,2 bilhões para a contratação de financiamentos a pessoas físicas e, ainda, R$ 30,2 bilhões para a concessão de subsídios a famílias com rendimento mensal limitado a R$ 3.275,00.

e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

As ações de desenvolvimento institucional e cooperação técnica buscam fortalecer as capacidades administrativas do setor público e dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Para tanto, são apoiadas a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e a criação de conselhos e fundos de habitação de interesse social pelos Estados e Municípios além de fomentados estudos e iniciativas de cooperação técnica.

Em 2014, 5.436 Municípios (98%) já haviam aderido ao SNHIS, dos quais 2.676 (49%) já entregaram toda a documentação, mas alguns ainda necessitam fazer correções no sentido de atender à Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dessa forma, 1.149 Municípios (21%) já se encontram regulares, ou seja, cumprem todos os requisitos que os habilitam a receber recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Nas diversas chamadas públicas realizadas desde 2008, com o intuito de apoiar a elaboração de PLHIS com recursos do FNHIS, mais de dois mil contratos foram firmados com Municípios nos 26 Estados, totalizando investimento da ordem de R$ 275,4 milhões oriundos do FNHIS. Do total dos Municípios contratados, 1.277 concluíram seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social.

Aos Municípios com população menor que 50 mil habitantes e que não receberam apoio financeiro do FNHIS, foi facultada a possibilidade de elaborar seus planos na modalidade simplificada, sob a qual 1.019 Municípios concluíram seus PLHIS.

Em 2014, foram alocados R$ 359 milhões no FNHIS com o objetivo de servir de suporte às operações firmadas em exercícios anteriores no âmbito das ações Habitação de Interesse Social (HIS), Desenvolvimento Institucional, Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), Planos e Projetos e Assistência Técnica, além de ações voltadas ao fortalecimento da PNH.

Em 2014, foram realizadas iniciativas voltadas ao desenvolvimento de pesquisas e avaliações na área de habitação de interesse social, em continuidade de processos de parcerias estabelecidos em exercícios anteriores, dentre as quais se destacam: i) parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para realizar pesquisa de satisfação dos beneficiários do PMCMV, já em fase de editoração; ii) parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com o intuito de realizar serviços de capacitação técnica sobre Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social, pela modalidade de educação a distância; iii) parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para desenvolver curso de Pós-Graduação (*Master of Business Economy* – MBE) em Economia e Gestão da Sustentabilidade com ênfase em HIS, buscando capacitar agentes públicos na Região Metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro; iv) parceria com a Universidade Federal do ABC Paulista para produzir estudos e informações comparáveis sobre políticas e programas de habitação e assentamentos humanos no âmbito do Fórum de Diálogos IBAS (Índia - Brasil - África do Sul); v) promoção de Diálogos Setoriais com a União Europeia, com a realização de *workshops* e reuniões técnicas para aprimorar a sustentabilidade e a qualidade do PMCMV, contando com especialistas de centros de excelência nacionais e internacionais; vi) apoio ao lançamento de Chamada Pública pela Finep de subvenção econômica em apoio à inovação por empresas do setor da construção civil, abarcando também inovações de projetos; vii) realização de parcerias para viabilizar o PMCMV + Sustentável, que visa demonstrar os ganhos em eficiência energética, sustentabilidade e qualidade do ambiente construído a partir de soluções de projetos adequadas ao contexto urbano e bioclimático dos empreendimentos; e viii) chamada pública de pesquisas e estudos realizada pelo Termo de Cooperação com o CNPq, cujos relatórios conclusivos serão apresentados até 31 de março de 2015.

f) Qualidade e Produtividade na Produção Habitacional

As ações orçamentárias voltadas ao fomento da qualidade, produtividade e sustentabilidade no setor da construção civil, contempladas no Programa Moradia Digna, têm como objetivo principal elevar os padrões aplicados a estes atributos.

Em 2014, com a finalidade de atender à ABNT NBR 15.575 (Norma de Desempenho de Edificações Habitacionais) foram elaborados os seguintes documentos: um "Documento Base", um "Manual para o Proponente (empreendedor)", um "Manual para o Agente Financeiro" e uma versão inicial de um "Catálogo com as características de subsistemas" que já atendam à norma de desempenho.

8. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

A elaboração do Plano Diretor Participativo, instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, resgatou o papel do planejamento urbano como mecanismo de inclusão e de acesso à cidade formal. Em 2013, dos 2.388 Municípios, mais o Distrito Federal, com obrigatoriedade legal de elaborar o Plano Diretor Participativo por terem mais de 20 mil habitantes ou por estarem inseridos em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, 88,11% estavam com seus planos aprovados, em aprovação ou em processo de elaboração.

Em relação à capacitação, o curso a distância sobre Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade, disponível desde 2012 no Portal de Capacitação do Ministério das Cidades, já capacitou 2.251 pessoas, entre gestores públicos e demais profissionais da área de planejamento urbano. Outra iniciativa em andamento nesse tema é a elaboração de Cadernos Técnicos sobre instrumentos do Estatuto da Cidade.

Nesse ponto, em 2014 foram iniciadas pesquisas em parceria com universidades federais e com o Instituto Lincoln de Política do Solo para elaboração de Cadernos sobre Estudo de Impacto de Vizinhança; Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória e IPTU Progressivo; IPTU; Zonas Especiais de Interesse Social e Transferência do Direito de Construir. Além disso, iniciou-se a discussão de uma Campanha Nacional sobre Função Social da Propriedade, bem como a produção de uma série de vídeos com o tema "Planejamento e desenvolvimento urbano" para o programa "Sala de Notícias", do Canal Futura, realizados no âmbito de uma parceria com a Fundação Vale, cujos vídeos serão transmitidos a partir de abril de 2015.

Finalmente, em 2014, foram instalados dois Grupos de Trabalho com vistas a discutir e estruturar proposta de projeto de lei para o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e definir estratégias para auxiliar os Municípios na normatização, cobrança e utilização do IPTU como fonte de financiamento municipal, sobretudo para o desenvolvimento urbano.

Em relação ao planejamento interfederativo e metropolitano, para subsidiar o Governo no âmbito da Política Nacional de Planejamento Regional Urbano (Projeto de Lei nº 3.460/2004 – Estatuto da Metrópole), foram desenvolvidas, em 2014, as seguintes atividades:

- Pesquisa em parceria com a União Europeia para identificação e análise de estudos de caso e boas práticas em gestão e financiamento interfederativos, implementados em cidades da União Europeia; e
- Metodologia para elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrado em regiões metropolitanas e demais arranjos interfederativos.

Em 2015, prevê-se a realização de ações contínuas de assistência técnica e capacitação para o fortalecimento institucional dos Municípios com vistas à implementação de instrumentos e estratégias de planejamento e gestão voltados para a redução de desigualdades sociais, por meio de apoio tanto na elaboração e revisão de Planos Diretores Participativos quanto na implementação de instrumentos tributários, financeiros, jurídicos e políticos para a consolidação da cultura do planejamento e da gestão urbana democrática e participativa.

Para a implementação de atividades de regularização fundiária de assentamentos urbanos, o Programa Papel Passado vem apoiando ações de regularização com integração dos assentamentos à cidade e assegurando à população moradora segurança jurídica na posse. Em 2014, foram selecionadas 24 propostas habilitadas no processo de seleção do exercício de 2013, e empenhadas seis emendas parlamentares, totalizando R$ 11,7 milhões em repasse. Foi repassado ainda, por meio de termos de execução descentralizada firmados com universidades federais, R$ 1,64 milhão para o apoio a atividades de regularização fundiária em Municípios dos Estados do Pará e Rio Grande do Norte. Em 2015, o foco do Programa será no fortalecimento da articulação entre atores regionais responsáveis pela política e expansão da implementação das atividades de regularização fundiária por meio de parcerias com as universidades federais.

Quanto aos Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação Urbana, em 2014 foram apoiados 140 projetos de reabilitação de praças, parques e equipamentos públicos totalizando R$ 69,6 milhões em repasse. Em relação às atividades de capacitação, o curso a distância Reabilitação Urbana, disponível desde 2012, no Portal de Capacitação do Ministério das Cidades, já capacitou 3.534

pessoas, entre servidores da Caixa e agentes públicos e privados. Foram iniciadas duas atividades de pesquisa, que deverão ser finalizadas em 2015. A primeira pesquisa, intitulada "Retrato das Áreas Centrais no Brasil" tem como finalidade identificar as dinâmicas territoriais nas áreas centrais de 12 metrópoles nos últimos 20 anos, como o surgimento de novas centralidades e a existência de possíveis eixos de desenvolvimento dentro da malha urbana. A segunda pesquisa trata da utilização do instrumento Operações Urbanas Consorciadas no Brasil com a finalidade averiguar como os Municípios vêm utilizando o instrumento e quais são os desafios para sua utilização ampla, como estratégia de parceria com o setor privado para a viabilização de projetos urbanos, de forma alinhada aos objetivos do Estatuto da Cidade. Finalmente, foi consolidada uma estratégia de fomento à utilização do instrumento das operações urbanas consorciadas, através da publicação da Instrução Normativa nº 33, que regulamenta a aquisição, pelo agente operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs), de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorcidas. Esta linha de financiamento tem orçamento previsto, para 2015, da ordem de R$ 700 milhões.

Em relação à promoção da acessibilidade urbana, em 2014 foram habilitadas 44 propostas em processo de seleção pública realizada para elaboração de projetos de rotas acessíveis, totalizando R$ 11,7 milhões que deverão ser empenhados em 2015. Foram também apoiados 37 projetos de adaptação de calçadas e espaços públicos para acessibilidade, totalizando R$ 12,8 milhões em repasse, com recursos oriundos de emendas parlamentares. Foi estruturado ainda, para ser lançado em 2015, curso a distância em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea) sobre acessibilidade em projetos e obras de arquitetura e urbanismo. Para 2015, o foco da ação será regular procedimentos para verificação da acessibilidade em projetos e obras apoiados com recursos do Ministério das Cidades.

No âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), foram apoiados 19 projetos e 16 programas por meio do Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), com ênfase nas diversas áreas do desenvolvimento urbano. O Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br) disponibilizou 37 turmas em 11 áreas temáticas do desenvolvimento urbano, com 7.186 participantes no ambiente *moodle* e 40.241 cadastrados e que acessam diariamente as ferramentas e atividades de capacitação. Foi promovida ainda a capacitação de 1,8 mil técnicos e gestores municipais em cursos presenciais, em temas relacionados à política urbana. Prevê-se, para 2015, a continuidade das atividades do Portal Capacidades, por meio da veiculação de dez cursos a distância, e ao Proext, com a implementação de 16 projetos e 11 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais. Está prevista igualmente a continuidade do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, com a promoção de cursos e oficinas sobre projetos urbanos nas áreas de Habitação; Saneamento; Transporte e Mobilidade Urbana; Acessibilidade e Regularização Fundiária.

9. Mobilidade Urbana

Conforme a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), dentre os papéis da União cabe destacar a prestação de assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Para tal foram realizados, em 2014, Seminários de Sensibilização da PNMU, cursos de capacitação presenciais e a distância e concluída a proposta de implantação do Sistema de Informações da Mobilidade Urbana (SIMU), possibilitando ao Governo Federal dar início ao atendimento da atribuição da União estabelecida na PNMU de reunir e disponibilizar os principais dados e informações da área de mobilidade urbana, de forma a contribuir para a formulação de políticas públicas neste setor.

Dentre as iniciativas do Governo Federal, cabe destaque, em 2014, aos avanços do Pacto pela Mobilidade, anunciado pela Presidenta da República, em 2013. Essa pactuação protagoniza as ações mais recentes do Governo Federal, reforçando a

ascensão definitiva do tema Mobilidade Urbana à agenda prioritária de políticas públicas. O Pacto é composto por três eixos: Mais Qualidade; Menor Tarifa; Maior Participação e Controle Social.

No âmbito do Pacto pela Mobilidade, o Governo Federal tem feito um grande esforço para a desoneração dos impostos que impactam as tarifas do transporte coletivo. Com relação a esse objetivo, foram adotadas decisões e ações diversas que possibilitaram a manutenção ou redução das tarifas do transporte coletivo, destacando a desoneração que impactou na redução de 7,23% da tarifa de ônibus e 13,35% da de trens. Essas desonerações (IPI para ônibus, PIS/Cofins sobre serviços de transporte coletivo e desoneração de folha) somam um montante de R$ 3 bilhões por ano.

No que se refere à melhoria da qualidade dos serviços de transporte público coletivo, com as novas seleções e contratações, o total destinado a investimentos nesta área é de R$ 143 bilhões, incluindo recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e de financiamentos, acrescidos das contrapartidas dos Estados e Municípios.

Assim, o Governo Federal apoia, atualmente, a execução de empreendimentos de mobilidade urbana nas 27 unidades da Federação e em mais de 100 Municípios, assim considerado qualquer empreendimento em que o Governo Federal destine recursos do OGU ou de financiamentos públicos com juros subsidiados para sua execução.

O apoio do Governo Federal, no âmbito do Ministério das Cidades, perfaz mais de 3.900 km em obras de sistemas mais relevantes de transporte público coletivo urbano e intermunicipal, de caráter urbano e de diversos tipos de tecnologias, além de quase mil km em projetos e estudos que possibilitarão alavancar novos investimentos em obras de mobilidade no País.

Empreendimentos de Mobilidade Urbana do PAC 2 mais relevantes

TIPO	EXTENSÃO (km)
Aeromóvel	14
BRT	924
Corredor	2.242
Metrô	279
Monotrilho	67
Trem Urbano	121
VLT	256
Corredor Fluvial	21
TOTAL	3.924

Fonte: 11º Balanço do PAC (MCidades/MP).

São R$ 101,9 bilhões destinados aos empreendimentos com apoio do Governo Federal no PAC 2, distribuídos nas seguintes fontes: i) OGU: R$ 33,1 bilhões; ii) Financiamento com juros subsidiados: R$ 40,1 bilhões; e iii) Contrapartida: R$ 28,7 bilhões.

Investimentos do PAC 2 em Infraestrutura de Transporte Público Coletivo Urbano

EMBLEMA *	EMPREEN-DIMENTOS	VALORES EM R$ MILHÕES				%
		TOTAL	OGU	FINANCIA-MENTOS	CONTRA-PARTIDA	
PAC Copa	35	7.458	-	4.338	3.120	7,3
Outros Empreendimentos de Mobilidade Urbana[1]	15	2.543	1.478	727	338	2,5
PAC Mobilidade Grandes Cidades	32	25.962	7.363	8.769	9.830	25,5
Legado	16	5.128	-	2.695	2.433	5,0
PAC Mobilidade Médias Cidades	54	7.616	-	6.393	1.224	7,5
Pacto pela Mobilidade	209	48.927	20.805	16.694	11.427	48,0
Metrô	10	3.525	2.751	441	333	3,5
PAC Equipamentos	4	721	721	-	-	0,7
TOTAL	375	101.880	33.118	40.056	28.705	100

Fonte: 11º Balanço do PAC (MCidades/MP).

Observação: (*) Eixo do PAC ao qual pertence o empreendimento: PAC COPA, Legado (ex-Copa), PAC Mobilidade Grandes Cidades, PAC Mobilidade Médias Cidades, PAC pela Mobilidade.

PAC Mobilidade Grandes Cidades

Na modalidade Mobilidade Grandes Cidades, foram selecionados empreendimentos de Municípios com população acima de 700 mil habitantes e das oito maiores regiões metropolitanas, com o intuito de beneficiar os Municípios mais populosos, conforme informações a seguir:

- Ação preparatória (anterior à licitação a ser realizada pelo ente federado) de nove empreendimentos do total de 32, que somam R$ 2,11 bilhões, incluindo as contrapartidas;

1 Empreendimentos em caráter excepcional no âmbito do PAC - empreendimentos específicos, pontuais, de mobilidade urbana.

- Em licitação pelos entes federados, o total de R$ 12,85 bilhões, incluindo as contrapartidas, distribuídos em nove empreendimentos;
- Em obras, nove empreendimentos que correspondem a R$ 5,87 bilhões, incluindo as contrapartidas; e
- Em operação, um empreendimento, que representa R$ 761,39 milhões, incluindo as contrapartidas.

PAC Mobilidade Médias Cidades

Já no âmbito da modalidade Mobilidade Médias Cidades, foram selecionadas ações estruturantes para melhorias no sistema de transporte coletivo urbano por meio de qualificação e ampliação de infraestrutura de mobilidade urbana, em cidades entre 250 mil e 700 mil habitantes, selecionadas em 2013, que foram sendo gradativamente contratadas em 2014.

A expectativa é que sejam construídos 1.063,77 km de vias para o transporte coletivo, dos quais 27% são para BRTs, 70% para corredores exclusivos e 3% para sistemas sobre trilhos (aeromóvel e VLT).

Pacto pela Mobilidade

Seleção do Pacto pela Mobilidade visando à implantação de diversas tecnologias de sistemas de mobilidade urbana, compreendendo 209 empreendimentos com valor de recursos novos, perfazendo um total de R$ 32 bilhões, recursos do OGU e de financiamentos.

Estes investimentos referem-se a empreendimentos para implantação ou melhoria de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano, buscando torná-los mais eficientes, sejam eles sobre pneus – tais como Corredor de Ônibus, BRT (*Bus Rapid Transit*), sejam sobre trilhos – tais como Metrô, Trem Urbano, Monotrilho, VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), APM (*Automated People Mover* – ex. Aeromóvel); ou ainda hidroviário, nos seguintes Municípios: Aparecida de Goiânia/GO; Belém/PA; Belo Horizonte/MG; Bertioga/SP; Brasília/DF; Campinas/SP; Campo Grande/MS; Campos dos Goytacazes/RJ; Cubatão/SP; Curitiba/PR; Diadema/SP; Duque de Caxias/RJ; Florianópolis/SC; Fortaleza/CE; Franco da Rocha/SP; Goiânia/GO; Guarujá/SP; Guarulhos/SP; Itanhaém/SP; João Pessoa/PB; Luziânia/GO; Maceió/AL; Manaus/AM; Mauá/SP; Mongaguá/SP; Natal/RN; Niterói/RJ; Nova Iguaçu/RJ; Osasco/SP; Palmas/TO; Peruíbe/SP; Porto Alegre/RS; Praia Grande/SP; Recife/PE; Ribeirão Pires/SP; Rio Branco/AC; Rio de Janeiro/RJ; Rio Grande da Serra/SP; Salvador/BA; Santo André/SP; Santos/SP; São Bernardo do Campo/SP; São Caetano do Sul/SP; São Gonçalo/RJ; São Luís/MA; São Paulo/SP; São Vicente/SP; Serra/ES; Teresina/PI; e Vila Velha/ES.

No âmbito do Pacto pela Mobilidade, pode-se resumir a situação atual dos empreendimentos de acordo com as informações:

- Ação preparatória (anterior à licitação a ser realizada pelo ente federado) em 190 empreendimentos que somam R$ 29,25 bilhões, incluindo as contrapartidas;
- Em licitação R$ 16 bilhões, incluindo as contrapartidas, distribuídos em 11 empreendimentos; e

- Em obras, sete empreendimentos que correspondem a R$ 2,8 bilhões, incluindo as contrapartidas.

PAC Copa e Legado

O Governo Federal, nas atividades voltadas aos grandes eventos, em especial a Copa do Mundo FIFA 2014, contribuiu na seleção e contratação do PAC Copa, com recursos de financiamento, para implantação de projetos de mobilidade urbana visando melhorias dos deslocamentos nas Cidades-sede.

Dos 51 empreendimentos que compunham originalmente a Matriz de Responsabilidade da Copa do Mundo FIFA 2014, 35 permaneceram e são denominados como empreendimentos da Copa, e 16 empreendimentos permanecem no PAC para assegurar sua execução e entrega à população como legado.

Foram implantados 195,1 km de vias, das quais 82% são vias exclusivas para o Transporte Público Coletivo, 125 estações de embarque e desembarque, 70 obras de arte especiais (viadutos, pontes passarelas etc.), 32 km de ciclovias e dois Centros de Controle Operacionais (CCOs). Onze de um total de 47 empreendimentos encontram-se concluídos, e outros sete encontram-se com execução física superior a 90%.

PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas

Desde 2010, o Governo Federal vem alocando recursos para o eixo PAC Cidade Melhor por meio do Programa Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. Foram realizadas, desde então, três seleções de pavimentação, totalizando R$ 11,6 bilhões de recursos a serem investidos em obras deste tipo em 1.143 Municípios. Essas contratações objetivam proporcionar à população local beneficiada ambiente urbano dotado de infraestrutura completa da via e de saneamento, por meio da execução de pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas, sistemas cicloviários, medidas de moderação de tráfego, elementos que promovem a acessibilidade universal e sinalização viária.

Foram realizadas pavimentação e qualificação de 1.018 km de vias urbanas e execução de 1.012 km de calçadas associadas aos empreendimentos financiados do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas.

As perspectivas para 2015 incluem: i) promover e disseminar a Política Nacional de Mobilidade Urbana por meio de seminários e capacitação (cursos a distância) em todo o País; ii) desenvolver ferramenta computacional para implantação do Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (Simu); iii) elaborar o Plano Setorial de Adaptação ao Clima; iv) executar o programa de cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha na área de eficiência energética em mobilidade urbana e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com recursos do *Global Enviroment Facility* (GEF), para mobilidade urbana sustentável, visando à redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE); v) monitorar o processo de contratação dos empreendimentos e procedimentos para início e execução de obras e melhorar o monitoramento dos empreendimentos no Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos (Saci) e aperfeiçoar mecanismos de acompanhamento da execução da carteira, buscando agilizar os prazos dos trâmites técnicos, administrativos, orçamentários e financeiros, bem como implantar mecanismos complementares de execução e controle nos empreendimentos, especialmente nos projetos constituídos por PPP; vi) subsidiar os entes para dar celeridade à contratação dos empreendimentos sobre trilhos; vii) concluir as seleções dos empreendimentos vinculados à melhoria da qualidade do transporte público do Pacto pela Mobilidade; viii) propor, aos atores envolvidos no Pacto pela Mobilidade, novas ações que permitam implementar os três eixos: Mais Qualidade; Menor Tarifa; Maior Participação e Controle Social; e ix) apoiar financeiramente a elaboração de estudos e projetos para suprir a carência de projetos qualificados na área de mobilidade urbana.

a) Transporte Metroferroviário de Gestão Federal

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que opera sistemas de trens urbanos em Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, e atua na gestão de convênios com os sistemas de Salvador e Fortaleza, com recursos do Governo Federal, investe para expansão, recuperação ou modernização dos sistemas, propiciando melhoria na eficiência de qualidade dos serviços bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas. Em 2014, a demanda atingiu o total de 181,32 milhões de passageiros transportados, com uma média de 594.628 de passageiros por dia útil, representando um incremento de 5,3% em relação ao volume alcançado em 2013.

As principais realizações no ano de 2014 foram:

- Em Recife – Linhas Centro e Sul: i) na Linha Centro, já foram concluídas 99% das intervenções previstas; ii) as obras da Linha Sul atingiram em 2014 o acumulado de 98,5%, contemplando a modernização do trecho Cajueiro Seco - Cabo com a implantação de Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs); iii) foi concluído o contrato de fabricação e entrega dos 15 novos Trens Unidades Elétricos (TUEs); e iv) a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica está com avanço de 97%;
- Na Linha 1 – Eldorado - Vilarinho, de Belo Horizonte, foram entregues os dois primeiros TUEs, com previsão de entrada em operação do primeiro TUE em janeiro de 2015 e do segundo, em fevereiro. Em 2014 foram montadas todas as caixas dos TUEs com execução dos acabamentos e todos os conjuntos de truques foram disponibilizados para montagem;
- Em Fortaleza – Linha Sul, foram entregues os sete últimos TUEs, completando o total de 25 unidades previstas, das quais 16 já estão em testes e em operação assistida. A entrada em operação comercial de todas as unidades se concretizará somente após a conclusão do Sistema de Sinalização da Via, e foram concluídos 80% da implantação dos sistemas de energia do Centro de Controle Operacional - CCO e da Estação São Benedito;
- Projeto do metrô Lapa – Pirajá, de Salvador: com a transferência da Companhia de Transportes de Salvador (CTS), do Município de Salvador para o Governo do Estado, que passou a ser denominada Companhia de Transportes do Estado da Bahia (CTB), e a formação da Parceria Público Privada (PPP) para continuidade nos empreendimentos, encerrou-se a participação da CBTU no processo. Ainda na gestão da CBTU, foram emitidos os atestados de conclusão dos serviços previstos para o Tramo 1, trecho Lapa - Acesso Norte, tornando-o apto ao início da operação assistida;
- Sistemas de Trens Urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió: em 2014, com a inclusão dos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió no PAC - Grandes Cidades propiciou-se as modernizações dos sistemas de trens urbanos de passageiros, com a reforma da via permanente, reforma/reconstrução de estações e terminais de integração, com a finalidade de que os sistemas de trens urbanos de passageiros venham a se constituir no principal modo estruturador dos transportes públicos daquelas regiões:
  - Natal – estão sendo adquiridos equipamentos para manutenção/recuperação de locomotivas avariadas, equipamentos de oficina, adequação de prédios operacionais e aquisição de materiais para a via permanente.
  - João Pessoa – foram contratadas a aquisição de veículo rodoferroviário e a adequação do posto de combustível.
  - Maceió – foram licitadas a construção da nova estação Mercado, a recuperação de parte da via permanente e a construção da estação Bom Parto, incluindo trecho da via permanente; e
- Adequação à Acessibilidade dos Sistemas de Trens Urbanos: em 2014, foram contratados serviços em Belo Horizonte para adaptação das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping, e adaptação às normas de acessibilidade dos elevadores das estações e do prédio-sede da Unidade. Em Recife, os recursos foram aplicados em comunicação visual.

Para o ano de 2015, estão previstas as seguintes metas:

- Recife: instalação de mais duas escadas rolantes, conclusão do rebaixamento de lençol freático na estação Cosme e Damião, e duplicação da via permanente do trecho Cajueiro Seco - Cabo, Lote I e Lote II. São previstas a execução de 52% da obra da ponte sobre o rio Pirapama, 100% da obra da ponte sobre o rio Jaboatão, 67% das obras das estações Nova Cabo e Garapu, e 100% das adequações da estação Joana Bezerra. Para as obras do viaduto da 9ª Travessa de Cajueiro Seco, prevê-se a efetivação da desapropriação dos últimos 42 imóveis e conclusão das obras;
- Belo Horizonte: entrega e testes dos últimos oito TUEs até junho/2015, com a entrada em operação prevista para agosto/2015;
- Fortaleza: conclusão dos sistemas de energia do CCO e da Estação São Benedito, além da execução das obras do emboque e entorno do túnel, início e conclusão do sistema de ventilação dos túneis. Ainda, terão início as intervenções dos sistemas fixos referentes à sinalização, telecomunicações e bilhetagem eletrônica, estendendo-se até 2017; e
- Natal, João Pessoa e Maceió: construção de estações em João Pessoa e Natal. Também prevista a continuação da entrega da nova frota de material rodante e início das obras de recuperação dos sistemas, em Natal e João Pessoa.

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (Trensurb) obteve como uma das suas principais realizações a conclusão do projeto original da Linha 1 até o Centro do Município de Novo Hamburgo. A expansão envolveu a construção de mais 9,3 km da Linha 1, alcançando-se 43 km de extensão de Porto Alegre a Novo Hamburgo. Todo o trecho novo é estruturado em via elevada e comporta cinco novas estações, todas em operação comercial: Estação Rio dos Sinos, no Município de São Leopoldo, e as Estações Santo Afonso, Industrial, Fenac e Novo Hamburgo, no Município de Novo Hamburgo.

O sistema de veículos sobre trilhos elevados, Aeromóvel, com uma extensão de 814 metros, ligando a Estação Aeroporto ao Terminal 1 do Aeroporto Internacional Salgado Filho, encontra-se em funcionamento, já tendo transportado, de agosto de 2013 até 31 de dezembro de 2014, 1.036.975 passageiros com uma média diária útil de 3.252 passageiros.

O investimento que apresenta maior urgência e relevância, e está em fase de execução, é a aquisição de 15 trens modernos de quatro carros, para operação com frota mista – trens da série 100 (atuais) e série 200 (novos). Com esta aquisição de 60 carros, será ampliada a capacidade de passageiros transportados. São trens de alta tecnologia, sendo a mais impactante a do freio regenerativo, que permite uma economia de energia de tração em torno de 30% a 40%. Quatorze trens já foram entregues e, destes, oito já estão liberados para circulação comercial iniciada em 26/9/2014. Os trens restantes estão em fase de testes de comissionamento, que comprovam que os equipamentos estão de acordo com as especificações técnicas.

Os projetos de investimentos estão relacionados às seguintes metas: aumentar o número de passageiros transportados; tornar todo o sistema acessível; modernizar e expandir o sistema.

10. Trânsito

O Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito – Parada pela Vida, que tem como meta reduzir em 50% o número de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito até 2020, realizou em 2014 campanhas em sintonia com o Plano de Enfrentamento à Violência no Trânsito, com o objetivo de convidar a sociedade a fazer parte da mudança no trânsito, a saber: Campanha de Carnaval, Feriado da Semana Santa e a Campanha Semana Nacional de Trânsito.

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde e corroborados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) apontam queda na taxa de mortalidade por acidentes de trânsito nas rodovias federais, em decorrência das campanhas sazonais promovidas pelo projeto Parada pela Vida, o que demonstra a efetividade das ações empreendidas.

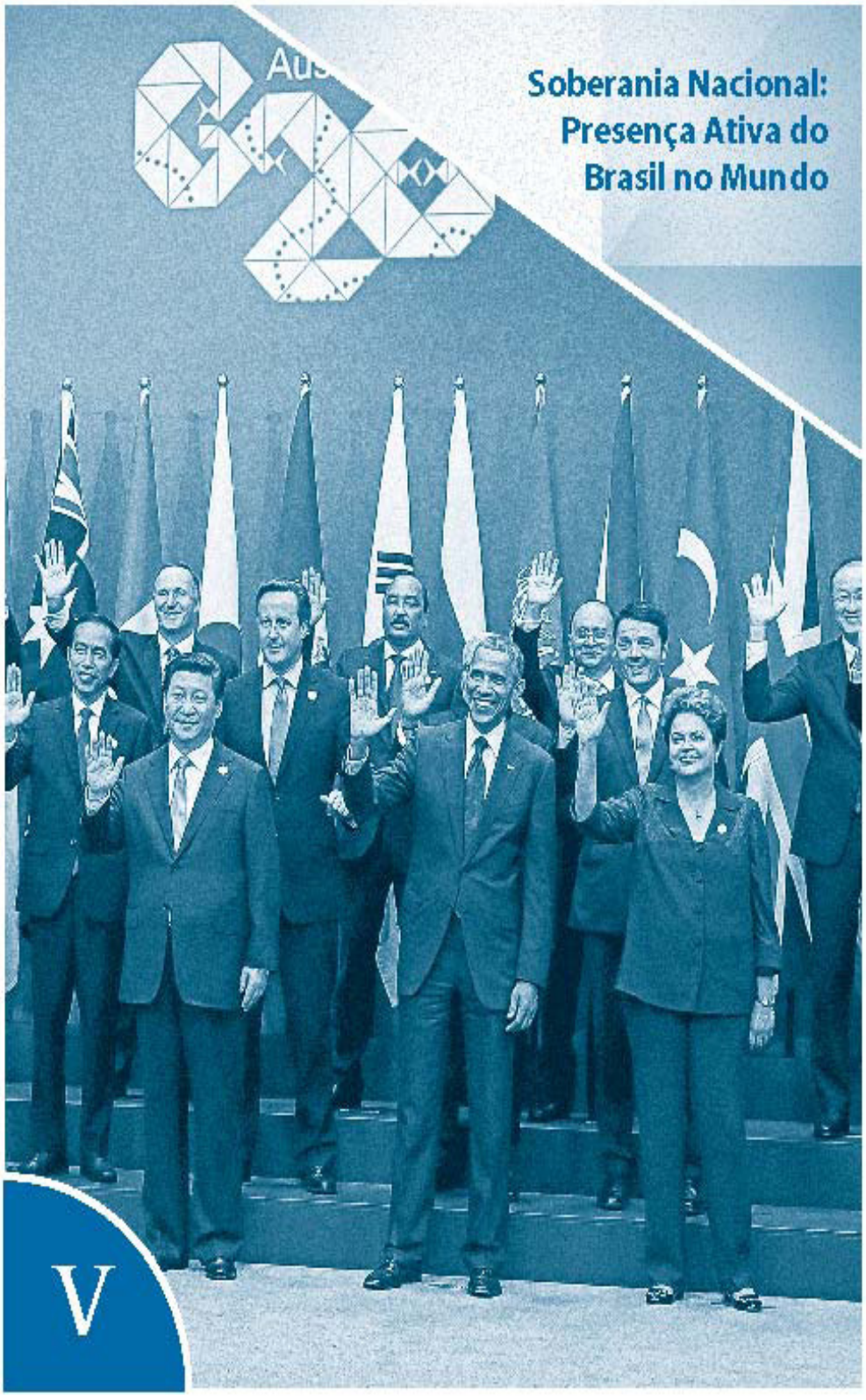
De acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Saúde, as mortes em acidentes de trânsito caíram 10% em todo o País, em 2013.

Foi firmado Termo de Cooperação entre o Denatran e a Universidade de Brasília para a formação de professores multiplicadores em Educação de Trânsito e para implementação das Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e Pré-Escola. O Projeto tem a parceria do Ministério da Educação (MEC) e visa implantar uma plataforma educacional virtual com o objetivo de introduzir a temática trânsito nas escolas, bem como capacitar e instrumentalizar professores da rede pública de ensino, profissionais que atuam nos Órgãos de Trânsito e examinadores de trânsito, adotando-se soluções baseadas na exploração pedagógica de novas tecnologias de informação, comunicação e expressão (NTICE).

Em 2015, prevê-se o desenvolvimento do Projeto do Observatório Nacional de Trânsito. Trata-se de uma plataforma que dará suporte a informações relacionadas ao universo de eventos do trânsito com o objetivo de prestar à sociedade informações que vão desde a legislação do trânsito, notícias e campanhas até dados estatísticos relacionados aos fatores do trânsito e artigos científicos. Essa mesma plataforma prestará suporte aos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no desenvolvimento de suas atividades, como na identificação de pontos críticos para intervenção de engenharia e aqueles onde se faz necessária intensificação de fiscalização, mediante exposição de dados que permitam o estudo aprimorado dos aspectos do trânsito brasileiro.

Foi firmado Termo de Cooperação entre o Denatran e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que obteve como produto, em 2014, um estudo mundial sobre o uso de simuladores de direção para formação de condutores. Esse estudo apresenta a especificação de *hardware* e *software* de simulação de direção para os Centros de Formação de Condutores (CFCs) na obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. Tal especificação serviu como base para regulamentação do uso de simuladores de direção no País. Para o ano de 2015 está prevista a aplicação das tecnologias de simulação para formação de condutores de motocicletas, com o propósito de melhorar o processo de treinamento e a qualificação desses condutores e a consequente redução de acidentes com esse tipo de veículo.

Dentro das perspectivas para 2015, destacam-se: i) implementar procedimentos técnicos e administrativos visando à ampliação do número de Municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT) por meio do Projeto Terceira Via; ii) implementar o Projeto de Governança da Municipalização do Trânsito; iii) implementar o Projeto Observatório de Trânsito; iv) fomentar a criação da Turma do Paradinha para prevenir acidentes com crianças no trânsito; v) desenvolver *software* educativo de trânsito para os alunos do Ensino Médio; vi) fiscalizar Empresas Credenciadas de Vistoria (ECVs); Instituições Técnicas Licenciadas (ITLs) e órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT); vii) realizar o Prêmio Denatran de Educação e Segurança para o Trânsito; viii) fomentar projetos de Segurança Viária; ix) promover cursos de capacitação para profissionais do Sistema Nacional de Trânsito e professores da Educação Básica e do Ensino Médio, por meio da Escola Virtual de Trânsito; x) implementar o Projeto Denatran Responde; e xi) desenvolver o banco nacional de questões para prova de primeira habilitação.


Soberania Nacional:
Presença Ativa do
Brasil no Mundo
V

V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO

1. Política Externa

O Brasil de hoje é um país mais próspero e mais justo. Sua política externa, componente fundamental do projeto de desenvolvimento nacional, reflete os avanços sociais e econômicos alcançados pelo povo brasileiro no decorrer dos últimos anos. Pela via da política externa, o Brasil busca, de forma permanente, novas e melhores condições para a consolidação e o aprofundamento das conquistas já obtidas no plano interno.

Ancorado nos princípios e valores que orientam sua política externa, como a solução pacífica dos conflitos internacionais, o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável, o Brasil vê expandir sua projeção internacional em meio a um cenário de crescente desconcentração do poder mundial. Ao longo de 2014, o Brasil manteve participação ativa nos debates regionais e multilaterais sobre o amplo espectro de temas que configuram a agenda internacional, ao mesmo tempo em que atuou de forma dinâmica no desenvolvimento pleno de suas relações bilaterais com países de todos os continentes.

O Ministério das Relações Exteriores conta com uma rede de postos estruturada em 227 repartições diplomáticas e consulares em todos os continentes. Brasília, com 133 embaixadas residentes, é hoje a 12ª capital em número de repartições diplomáticas instaladas. Desde 2011, o Brasil mantém relações diplomáticas com a totalidade dos membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

A modernização do sistema de administração da rede de postos teve continuidade em 2014 com integração de dez novos postos ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), elevando para 74 o número de unidades gestoras que utilizam diretamente o Siafi.

Em 2014, o Instituto Rio Branco realizou o 78º concurso para ingresso na Carreira de Diplomata. Foram aprovados 18 candidatos, que passaram a integrar o Serviço Exterior Brasileiro.

a) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade

Em setembro de 2013, a Presidenta da República abriu o debate da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, ocasião em que defendeu a realização de uma verdadeira reforma do Conselho de Segurança. Na oportunidade, salientou que a celebração dos 70 anos das Nações Unidas, em 2015, será o momento propício para a comunidade internacional alcançar avanços nesse processo.

O Brasil participou, em janeiro de 2014, da Conferência Internacional sobre a Síria (Genebra-II), que buscou promover uma solução política para o conflito naquele país. Na Conferência, que pela primeira vez reuniu representantes do governo e da oposição sírios, o Brasil sugeriu passos concretos para alcançar uma solução para o conflito, entre os quais: i) assegurar acesso seguro, pleno e desimpedido aos agentes humanitários e assistência a pessoas em estado de necessidade; ii) garantir que todos os responsáveis por violações de direitos humanos sejam trazidos perante a Justiça; iii) obter o compromisso de todas as partes sírias com o cessar-fogo, que poderia ser estabelecido de forma progressiva em diferentes áreas e ser monitorado por um mecanismo acordado mutuamente pelas partes envolvidas e pelas Nações Unidas; e iv) estabelecer um embargo de armas abrangente e efetivo.

No que tange à participação do Brasil em iniciativas relacionadas às operações de manutenção da paz da ONU, o País manteve presença militar e policial destacada em dez das 16 operações existentes atualmente. O Brasil é hoje o 21º maior contribuinte de tropas e participa das missões no Haiti (Minustah), no Líbano (Unifil), no Sudão do Sul (UNMISS), em Costa do Marfim (Unoci), na República Democrática do Congo (Monusco), na região de Abyei no Sudão-Sudão do Sul (Unisfa), na Libéria (UNMIL), na República Centro-Africana (Minusca), em Chipre (UNFICYP) e na missão para o referendo no Saara Ocidental (Minurso). Brasileiros exercem o comando militar das missões no Haiti e na República Democrática do Congo, e em composição de forças navais, a exemplo da Força-Tarefa Marítima da missão no Líbano. Em 2014, o Brasil participou ativamente da negociação da Resolução nº 2.180 do Conselho de Segurança sobre a situação no Haiti, a qual prorrogou até outubro de 2015 o mandato da Minustah.

No âmbito da Comissão de Consolidação da Paz, o Brasil manteve-se comprometido com os esforços internacionais dedicados à consolidação da paz em países egressos de conflitos. Em 2014, o Brasil ocupou a Presidência *Pro Tempore* da Comissão de Consolidação da Paz (CCP). Desde sua criação, em 2007, o Brasil preside a Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz, tendo sido o primeiro país em desenvolvimento a exercer essa função.

Em dezembro de 2014, o Brasil sediou a Reunião Ministerial "Cartagena+30", organizada em comemoração ao trigésimo aniversário da Declaração de Cartagena sobre os Refugiados. Durante o processo preparatório do evento, o País participou das quatro reuniões sub-regionais de consulta realizadas ao longo de 2014. O êxito da Reunião Ministerial "Cartagena+30" confirmou o papel de vanguarda desempenhado pela América Latina – e, em particular, pelo Brasil – na acolhida e na proteção de refugiados, deslocados internos e apátridas.

Ao longo de 2014, a diplomacia brasileira manteve participação ativa nos foros internacionais dedicados à promoção do desarmamento e da não proliferação nuclear. O Brasil esteve presente à Conferência de Nayarit (México) sobre o Impacto Humanitário do Uso de Armas Nucleares, realizada em fevereiro; tomou parte da terceira reunião do Comitê Preparatório da Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em abril; e da Sessão de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas para Celebração do Dia Internacional para a Eliminação das Armas Nucleares, em setembro. Em abril de 2015, o País participará da IX Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

O Brasil foi representado pelo Vice-Presidente da República na III Cúpula sobre Segurança Física Nuclear, na Haia, em março de 2014, evento que reuniu Chefes de Estado e de Governo de 53 países. Além de subscrever o Comunicado Conjunto emanado da reunião, o Brasil liderou exercício, integrado por outros 14 países, de elaboração de declaração conjunta a respeito da inter-relação entre segurança física e desarmamento nuclear.

No âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil foi coautor de iniciativa que promove o compromisso de cada Estado membro de não ser o primeiro a colocar armas no espaço exterior. Em linha com o princípio de que o espaço exterior deve ser utilizado exclusivamente para fins pacíficos, a proposta procurou definir disciplina para a matéria até que estejam reunidas condições para a negociação de um tratado internacional que proíba a corrida armamentista naquele ambiente.

O Brasil mantém-se comprometido com o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), criada em 1986 por iniciativa brasileira, bem como com o objetivo de consolidação do Atlântico Sul como Zona de Paz, livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa. Em 2015, o Brasil deverá prestar apoio à organização da VIII Reunião Ministerial da Zopacas, que será realizada em Cabo Verde.

O Brasil participou da III Conferência de Exame da Convenção de Ottawa sobre a Proibição de Minas Terrestres Antipessoal, em junho, em Maputo. Na ocasião, recordou-se o apoio prestado pelo Brasil a países afetados por esses armamentos, o que se

fez por meio de missões de desminagem humanitária na América Latina e na África, de oferecimento de cursos e treinamentos em técnicas de desminagem, bem como de aportes financeiros destinados a essas iniciativas.

Quanto à atuação do Brasil nos debates relativos a temas sociais e direitos humanos, o País participou, em setembro de 2014, em Nova Iorque, da Conferência Mundial dos Povos Indígenas, destinada a reforçar o compromisso dos Estados com a implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. A delegação brasileira foi integrada por representantes de seis Ministérios e por quatro representantes de povos indígenas.

Em setembro de 2014, realizou-se, em Nova Iorque, a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, que celebrou o 20º aniversário da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo. Na ocasião, o Brasil reafirmou seu compromisso com a saúde e com os direitos sexuais e reprodutivos de toda a população.

Realizou-se em dezembro de 2014, em Brasília, o XXI Congresso Pan-americano da Criança e do Adolescente. Elevado à condição de Conferência Especializada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, o Congresso permitiu a construção de consensos entre os países das Américas no combate à violência contra crianças e adolescentes.

O Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas lançou, em dezembro de 2014, a Década Internacional dos Afrodescendentes. Aprovada por iniciativa brasileira, a Década Internacional contará com uma programação de atividades voltadas para a promoção dos direitos dos afrodescendentes, que se estenderá de 2015 a 2024.

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou, por expressiva maioria, em setembro de 2014, a Resolução nº 27/32 sobre "direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero", de autoria de Brasil, Colômbia, Chile e Uruguai. A resolução em apreço aprofunda, no âmbito das Nações Unidas, o tratamento do combate à violência e à discriminação contra a população LGBT.

Em 2014, o Brasil participou ativamente do processo preparatório da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o problema mundial das drogas, que será realizada em 2016, em Nova Iorque. Em setembro de 2014, na Guatemala, o Brasil participou do 46º Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que tratou do mesmo problema. Presidiu também os grupos de trabalho sobre redução da demanda e lavagem de dinheiro da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicad).

No que diz respeito ao combate ao crime organizado transnacional, o Brasil participou ativamente das reuniões do Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), que atua no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. O Brasil sediou, em dezembro de 2014, a IV Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas, cujo objetivo é proceder à revisão do Plano Hemisférico contra essa atividade criminosa. No âmbito da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o Brasil atribuiu prioridade ao aprofundamento institucional do Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional.

No tocante à prevenção e ao combate à corrupção, merece destaque a reeleição do Brasil para mandato de três anos no Comitê Diretor da Parceria para o Governo Aberto (OGP). No âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil recebeu, em maio de 2014, missão de peritos do Grupo de Trabalho sobre Suborno em Transações Comerciais Internacionais, que avaliou o País quanto à implementação da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. No contexto do G-20, o Brasil participou ativamente das negociações do Plano de Ação 2015-2016 do Grupo de Trabalho Anticorrupção, nele tendo incluído temas de interesse do País nas áreas de transparência e cooperação internacional.

O Brasil contribuiu decisivamente para que a governança global da Internet tivesse, em 2014, seu marco histórico. Conforme anunciado pela Presidenta da República na abertura do debate da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2013, o Brasil adotou internamente o Marco Civil (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014), primeira legislação no mundo a estabelecer princípios e direitos para o uso e a gestão da Internet. Além disso, o Brasil sediou em São Paulo, em abril de 2014, o Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet (NETmundial), evento que reuniu os distintos setores interessados no tema (sociedade civil, setor privado, governos, comunidades técnica e acadêmica) e consagrou uma lista de princípios e um roteiro para a evolução futura da governança da Internet. "A Declaração Multissetorial da NETmundial" tornou-se o primeiro documento de governança da Internet aprovado por consenso em um contexto multissetorial.

Em setembro de 2014, em Istambul, realizou-se a IX edição do Fórum de Governança da Internet (IGF). O Fórum, que abriga amplo espectro de debates sobre temas afetos à governança da Internet, dedicou-se, em 2014, à discussão do legado da NETmundial e à transição das funções da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* – ICANN). Em 2015, será realizada a V Reunião Ministerial do Plano de Ação sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento da América Latina e Caribe (eLAC2015). Na ocasião, buscar-se-á estabelecer as bases para uma nova agenda digital na região, em harmonia com a agenda de desenvolvimento pós-2015 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Brasil participou dos foros de elaboração da Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas para o período Pós-2015 e integrou o Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia Geral sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Comitê de Peritos sobre Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável, ambos criados por mandato da Conferência Rio+20. Em julho de 2014, foi concluída, com ativa participação brasileira, proposta de ODS que deverá servir de base para o processo intergovernamental da Agenda Pós-2015. A posição brasileira para esse processo é coordenada entre 27 ministérios e incorpora contribuições da sociedade civil.

Em junho de 2014, em Nairóbi, o Brasil participou da Primeira Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea), no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A 1ª Sessão da Unea constituiu importante passo no processo de fortalecimento do PNUMA, ao promover a participação universal em seus trabalhos e efetivar decisão tomada na Conferência Rio+20.

No que tange ao regime internacional de combate à mudança do clima, o Brasil participou da negociação de novo instrumento jurídico ao amparo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Realizou-se em Lima, em dezembro de 2014, a 20ª Conferência das Partes (COP-20), que avançou na negociação dos elementos do referido instrumento. O Brasil trabalha para viabilizar a conclusão desse novo instrumento jurídico por ocasião da COP-21, em Paris, em 2015.

No campo da conservação e do uso sustentável da biodiversidade, o Brasil participou da 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que deu ênfase ao fortalecimento dos meios de implementação da Convenção e do Plano Estratégico 2011-2020. O Brasil também acompanhou, como observador, a Primeira Reunião das Partes do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa de Benefícios derivados de sua Utilização, adotado no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Em 2014, o Brasil logrou expandir seu Programa Antártico e o número de pesquisas realizadas na região, mesmo com as dificuldades ocasionadas pelo incêndio, em 2012, da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Em abril de 2014, em Brasília, o País sediou a XXXVII Reunião Consultiva do Tratado da Antártida, ocasião em que foram discutidos os principais

temas relativos à administração do continente antártico, com ampla participação da comunidade científica brasileira. Também em 2014, foi lançada licitação internacional para selecionar a empresa responsável pelas obras de reconstrução da Estação.

O Brasil teve aprovada, em 2014, pela Autoridade Internacional de Fundos Marinhos (Isba), proposta de Plano de Trabalho para a Exploração de Crostas Ferromanganesíferas Ricas em Cobalto na região da Elevação de Rio Grande (ERG). Com isso, o País poderá desenvolver atividades de pesquisa e exploração de recursos minerais na chamada "área internacional dos fundos marinhos". Além de assegurar a presença brasileira em uma área próxima às águas jurisdicionais nacionais, o Plano de Trabalho permitirá ao País aumentar seu conhecimento sobre o potencial estratégico e econômico dos recursos existentes na região, com vistas ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, coleta de dados ambientais e eventual mineração comercial.

A importância do Brasil no cenário mundial de energia, tanto por seu potencial energético quanto por possuir matriz diversificada e baseada em fontes limpas e renováveis, confere ao País papel de destaque nas discussões internacionais. Em 2014, o Brasil deu continuidade aos esforços destinados a transformar os biocombustíveis em *commodity* internacional. Em maio, o País promoveu em Moçambique, no âmbito da *Global Bioenergy Partnership* (GBEP), a II Semana da Bioenergia, atividade destinada à capacitação de países em desenvolvimento para a produção sustentável de bioenergia. Prosseguem, igualmente, as tratativas com a União Europeia, com vistas à celebração de um acordo de equivalência entre a legislação ambiental brasileira e os requisitos europeus de sustentabilidade dos biocombustíveis.

No ano de 2014, durante a 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas, foram propostos avanços adicionais aos compromissos contidos no Plano de Ação de Cairo, posteriormente ratificados na 29ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nas duas ocasiões, o Brasil esteve representado por membros do Governo e de instituições da sociedade civil engajados na agenda de população e desenvolvimento, tendo contado com o suporte técnico e organizacional da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD).

b) Integração Regional

O ano de 2014 foi marcado por avanços na institucionalidade dos mecanismos de integração regional. A Presidenta da República participou da II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), realizada em janeiro de 2014, em Havana, e da XLVI Cúpula dos Presidentes do Mercosul e Países Associados, em julho, em Caracas.

No âmbito do Mercosul, consolidou-se o pleno retorno do Paraguai ao bloco e a retomada dos trabalhos do Parlamento do Mercosul, após dois anos de interrupção. Também houve avanços nos trabalhos de adequação da Venezuela ao acervo normativo regional.

Com relação ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), destaca-se a implantação do primeiro projeto brasileiro de infraestrutura financiado com recursos do Fundo. A Ampliação do Sistema de Saneamento de Ponta Porã/MS contou com investimentos da ordem de US$ 6 milhões. A carteira do Focem conta atualmente com 39 projetos, no valor total de cerca de US$ 980 milhões. Desse total de projetos, oito contam com participação brasileira.

No marco do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul, foram aprovadas: i) a criação da Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas; ii) a implementação da Política de Igualdade de Gênero do Mercosul; e iii) a criação do Sistema Integrado de Mobilidade do Ensino Superior. Procedeu-se à revisão da Declaração Sociolaboral do Mercosul, bem como à aprovação do Plano Regional para Facilitação da Circulação de Trabalhadores. Outro ponto de destaque foi a definição das características comuns das placas de identificação de veículos, que abre caminho para que os países do bloco tenham uma "placa Mercosul" no futuro.

No que se refere à aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, o Brasil apresentou proposta de aceleração de cronogramas de desgravação tarifária dos Acordos de Complementação Econômica Mercosul-Peru (ACE-58) e Mercosul-Colômbia (ACE-59). Essa proposta também foi discutida na Reunião Informativa de Chanceleres do Mercosul e da Aliança do Pacífico, realizada em novembro de 2014, em Cartagena, a qual teve o objetivo de promover o diálogo entre os dois agrupamentos regionais.

Em agosto de 2014, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) designou como Secretário-Geral da entidade o ex-Presidente da Colômbia, Ernesto Samper Pizano, para cumprir mandato de dois anos. O novo Secretário-Geral anunciou que conferirá prioridade à redução de assimetrias sociais, a ações para reforçar a competitividade econômica e a iniciativas em matéria de segurança pública. Em dezembro de 2014, foi inaugurada a sede definitiva do Secretariado da Unasul, nos arredores de Quito, construída e doada pelo Governo equatoriano.

Na II Cúpula da Celac, foi estabelecido o Foro Celac-China, iniciando nova fase de cooperação entre a China e os países latino-americanos e caribenhos. O lançamento simbólico do Foro ocorreu em Brasília, em julho de 2014, durante a Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe. Em novembro, o Brasil sediou, em Brasília, a I Reunião Ministerial sobre Agricultura Familiar da Celac, com o objetivo de reforçar a cooperação em matéria de desenvolvimento rural.

Em outubro de 2014, a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) realizou a primeira edição da Expoaladi, encontro que reuniu empresas dos países-membros com vistas a promover o comércio regional. Realizou-se em Montevidéu, em agosto de 2014, a XVII Reunião do Conselho de Ministros da Aladi.

O Brasil atuou intensamente no aprofundamento da integração física sul-americana, imprescindível para viabilizar a integração produtiva e, assim, ampliar a competitividade das economias da região. Em especial, foi realizada com o Paraguai a I Reunião do Foro de Alto Nível sobre Infraestrutura, em julho de 2014, em Brasília; e com o Peru, acordou-se a realização, em parceria com a China, de estudos de viabilidade sobre projeto de ferrovia.

c) Relações Bilaterais

O Brasil manteve, em 2014, atuação diplomática intensa em todas as regiões do mundo, fortalecendo sua presença no plano internacional. As relações bilaterais com os países da América do Sul, da América Central e do Caribe continuaram a ocupar posição privilegiada na estratégia de inserção do Brasil no mundo.

Brasil e Argentina assinaram convênio que permitirá o pagamento em moeda local de benefícios previdenciários a nacionais vivendo no país vizinho. No campo aeronáutico, mereceu destaque a apresentação pública do primeiro protótipo da aeronave KC-390, produto de cooperação entre a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a *Fábrica Argentina de Aviones* (FAdeA), com participação de empresas de outros países. No âmbito da cooperação nuclear, destacou-se a conclusão do projeto básico do Reator Multipropósito Brasileiro, por meio da Comissão Bilateral de Energia Nuclear (Coben).

Com o Uruguai, destacou-se a realização, em Montevidéu, da II Reunião Plenária do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN), presidida pelos Chanceleres dos dois países. Na ocasião, foram assinados importantes acordos bilaterais nas áreas de facilitação do comércio entre os dois países e de aprofundamento da integração produtiva no setor de indústria naval. Também foi instalada a Comissão de Comércio Bilateral, responsável por acompanhar e aprofundar as relações comerciais entre os dois países. Cabe destacar a assinatura de convênio para o estabelecimento de Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), que permitirá aos importadores e exportadores brasileiros e uruguaios a realização de pagamentos e recebimentos em suas respectivas moedas, dispensando o contrato de câmbio. Também será possível a utilização do sistema para o pagamento de

aposentadorias e pensões, bem como para remessas de pequeno valor. O mecanismo objetiva aumentar o nível de acesso dos pequenos e médios agentes e reduzir custos de transação.

No relacionamento com o Paraguai, concluiu-se o processo licitatório para a construção da segunda ponte sobre o rio Paraná, importante marco de integração da infraestrutura regional de transportes.

No contexto das manifestações desencadeadas na Venezuela a partir de fevereiro de 2014, o Brasil integrou, junto com a Colômbia e o Equador, Comissão de Chanceleres designada pela Unasul que permitiu o estabelecimento de diálogo político entre representantes do governo e da oposição, com a descompressão do ambiente político e o fim da violência nas ruas.

Em relação à Bolívia, o Governo brasileiro prestou auxílio humanitário ao país, no contexto das enchentes que atingiram o Departamento de Beni em fevereiro de 2014, por meio de envio de helicóptero das Forças Armadas e militares do Exército às áreas atingidas.

Em julho de 2014, o Presidente do Equador, Rafael Correa, manteve reuniões em Brasília com os Ministros de Estado do Desenvolvimento Social e da Saúde sobre combate à fome, à miséria e à desnutrição infantil. Em seguimento, realizou-se missão do Ministério do Desenvolvimento Social a Quito, em setembro de 2014, com vistas a apoiar o Equador em políticas de transferência de renda às famílias em situação de extrema pobreza.

Brasil e Peru deram continuidade ao programa de cooperação na área de saúde, com destaque para a cooperação na produção de medicamentos e para a implantação de programa análogo ao "Farmácia Popular" no Peru. Dentre outros avanços alcançados nas relações bilaterais, destaca-se a reunião da Comissão Mista sobre Drogas, em Brasília, em setembro de 2014.

As relações com o Chile ganharam nova densidade em 2014. A Presidenta da República compareceu, em março de 2014, à posse da Presidenta Michelle Bachelet, que retribuiu com visita ao Brasil em junho. Na ocasião, foi firmado Memorando de Entendimento para intercâmbio de documentação sobre violações aos direitos humanos durante as ditaduras militares nos dois países. Foram definidas, igualmente, metas para aprofundar a cooperação em defesa, energia, ciência e tecnologia.

Em relação à Colômbia, tendo em conta a importância da questão agrária para a resolução do conflito colombiano, o Brasil iniciou, em 2014, projeto de cooperação para a capacitação de pequenos produtores, que terão preferência nas compras governamentais colombianas.

Em 2014, Brasil e Guiana continuaram empenhados em ampliar o bem-estar da população fronteiriça por meio de atividades do Comitê de Fronteira. Os dois países acordaram o início do programa piloto de Escola Intercultural de Fronteira, a primeira iniciativa em língua inglesa do programa brasileiro. Houve reuniões da Comissão Mista para Desenvolvimento de Infraestrutura, instância que avalia a possibilidade de pavimentar a conexão rodoviária entre os dois países, bem como de desenvolver projetos conjuntos no campo da energia.

Com o Suriname, oportunidades de negócios e de financiamento de projetos bilaterais foram tratadas em seminário realizado em Manaus, com a presença do Vice-Presidente surinamês. Registre-se ainda haver sido estreita a cooperação do Brasil com a Presidência *Pro Tempore* surinamesa da Unasul.

Na Nicarágua, foram concluídas as negociações para a construção da hidrelétrica de Tumarín que contará com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 2014, Brasil e Estados Unidos da América (EUA) mantiveram contatos de alto nível, iniciados com a visita a Brasília, em junho, do Vice-Presidente Joe Biden, que manteve encontros com a Presidenta da República e com o Vice-Presidente.

Brasil e EUA retomaram, em 2014, as negociações para a assinatura do Acordo de Previdência Social, instrumento de grande importância para a comunidade brasileira nos EUA e para o setor privado dos dois países. Em outubro de 2014, o Ministro das Relações Exteriores e o Chefe do Escritório Comercial da Casa Branca (USTR) assinaram o Memorando de Entendimento sobre o Contencioso do Algodão no âmbito da Organização Mundial do Comércio, encerrando disputa comercial que já durava mais de uma década.

No que diz respeito ao Canadá, realizou-se em Brasília, em maio de 2014, encontro entre os dois Vice-Chanceleres, o qual sinalizou a retomada do diálogo bilateral de alto nível. Em setembro de 2014, o Ministro das Relações Exteriores e seu homólogo canadense reuniram-se à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas para tratar da ampliação da agenda bilateral em temas econômicos, comerciais e educacionais.

No que se refere ao continente europeu, a Presidenta da República realizou, em 2014, visitas à Santa Sé e à Bélgica. Realizaram visitas oficiais ao Brasil os Chefes de Estado ou de Governo de Alemanha e Rússia, bem como os Ministros das Relações Exteriores de Reino Unido, Noruega, Rússia, Estônia, Suécia e Islândia, bem como o Presidente da Comissão Europeia. O Ministro de Estado das Relações Exteriores visitou Portugal, Espanha, França, Alemanha e Turquia.

Com a Alemanha, houve visita oficial da Chanceler Federal Angela Merkel ao Brasil, em junho de 2014. No encontro com a Presidenta da República, foram tratados temas afetos à intensificação da cooperação bilateral em ciência, tecnologia e educação.

Em 2015, prevê-se a realização, no Brasil, da primeira edição das Consultas Governamentais de Alto Nível entre Brasil e Alemanha, com a presença das duas Chefes de Governo, bem como de expressivas delegações ministeriais. A iniciativa ajudará a alavancar projetos bilaterais de interesse mútuo em áreas como ciência e tecnologia, educação, defesa, pequenas e médias empresas, meio ambiente e energias renováveis.

Com a França, merecem registro a execução do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), o dinamismo das relações econômico-comerciais e a profícua cooperação educacional (a França é o quarto destino de estudantes brasileiros no exterior). Destacou-se ainda a assinatura de três acordos para a promoção de maior integração e desenvolvimento na região fronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa: o Acordo de Transportes, o Regime de Circulação Transfronteiriça e o Acordo de Bens de Subsistência.

Com Portugal, houve avanços na área do reconhecimento de títulos, com a entrada em vigor, em janeiro de 2014, do acordo entre os Conselhos de Arquitetura de Brasil e Portugal. O acordo simplificará a inscrição de profissionais brasileiros e portugueses nos organismos profissionais respectivos, o que permitirá que possam executar trabalhos temporários nos dois países. No primeiro semestre de 2015, a XII Cimeira luso-brasileira deverá ser realizada no Brasil. A Cimeira contará com a presença dos Chefes de Governo de ambos os países e terá por objetivo passar em revista os principais temas das relações bilaterais.

Com o Reino Unido, foram ampliados o diálogo e a coordenação sobre temas do relacionamento bilateral, como a cooperação educacional por meio do programa Ciência sem Fronteiras, e temas da agenda internacional, como o conflito na Síria.

Em sua viagem à Santa Sé, em fevereiro de 2014, a Presidenta da República reuniu-se com o Papa Francisco e participou do Consistório em que foi oficializada a elevação do Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta, à posição de Cardeal.

Com os países nórdicos, merece registro a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Islândia, em outubro de 2014, a primeira de um Chanceler islandês ao Brasil. Na oportunidade, foi explorada a possibilidade de intensificação de parcerias no campo da pesca e aquicultura.

A parceria estratégica bilateral com a Rússia foi fortalecida com a visita oficial do Presidente Vladimir Putin ao Brasil, em julho de 2014, ocasião em que manteve reunião com a Presidenta da República. Durante a visita, foram firmados diversos acordos bilaterais.

Em fevereiro de 2014, a Presidenta da República foi recebida em Bruxelas pelos Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia para a realização da VII Reunião de Cúpula bilateral, ocasião em que as partes reiteraram seu compromisso em finalizar as negociações do Acordo de Associação Birregional Mercosul-UE. Em julho de 2014, a Presidenta da República recebeu o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, em Brasília. Em 2015, ocorrerá em Brasília a VIII Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia. O evento visa fortalecer a parceria estratégica bilateral, em particular nos temas de ciência, tecnologia e inovação, governança da Internet, e comércio e investimentos.

O engajamento do Brasil com a África constitui uma política de longo prazo. Nesse sentido, em 2014, continuou-se a promover a política externa brasileira para o continente.

Com relação à África do Sul, deu-se continuidade à Parceria Estratégica firmada em 2010, com avanços do diálogo bilateral nas áreas de turismo, ciência, tecnologia e defesa, entre outras. O Vice-Presidente da República esteve na África do Sul por ocasião das cerimônias de posse do Presidente reeleito sul-africano, Jacob Zuma, o qual, por sua vez, veio ao Brasil para participação na VI Cúpula do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em julho de 2014, em Fortaleza.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil acompanhou os desdobramentos da crise política na Guiné-Bissau, que se encerrou com a realização de eleições gerais em maio de 2014 e com a posse do governo eleito em junho. A regularização das relações entre a CPLP e a Guiné-Bissau e o ingresso da Guiné Equatorial como membro pleno da Comunidade foram os maiores destaques da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, celebrada em Díli, no Timor-Leste. Ainda na esfera da Comunidade, o Brasil enviou representantes para as Missões de Observação Eleitoral da CPLP em São Tomé e Príncipe e Moçambique, em outubro de 2014. Com relação à Guiné-Bissau, o Brasil enviou técnicos do Tribunal Superior Eleitoral para dar apoio às eleições gerais de 2014.

No que diz respeito a Angola, a Presidenta da República recebeu, no contexto da realização da Copa do Mundo FIFA 2014, a visita oficial de seu homólogo angolano, José Eduardo dos Santos, ocasião em que se assinou o Protocolo entre Brasil e Angola sobre Facilitação de Vistos. Com relação a Moçambique, deu-se continuidade ao diálogo em torno da cooperação bilateral, especialmente nas áreas de saúde pública, agricultura e educação.

Ao longo de 2014, o Brasil acompanhou a situação de segurança na Líbia, havendo decidido desativar temporariamente a Embaixada brasileira em Trípoli, transferindo-a para Túnis, em julho, onde permanece em operação.

Em 2014, o Brasil manteve fluido e constante diálogo político com os países do Oriente Médio. O País recebeu a visita do Chanceler do Líbano, Gebran Bassil, e manteve o comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas para o Líbano (FTM-Unifil).

A guerra civil síria já deixou mais de 200 mil mortos, cerca de 3,2 milhões de refugiados e mais de 6,4 milhões de deslocados internos. O Brasil tem defendido uma solução política para o conflito, opondo-se à sua crescente e contínua militarização.

O País apoia os esforços do Enviado Especial das Nações Unidas, havendo comparecido à Conferência de Genebra sobre a Síria, em janeiro de 2014. O Brasil tem feito doações humanitárias e recebido centenas de refugiados do conflito sírio.

No que tange ao conflito israelo-palestino, o Brasil manteve, em 2014, sua posição favorável à retomada das negociações entre as partes com vistas à implementação da solução de dois Estados, opondo-se à construção ilegal de assentamentos israelenses nos Territórios Palestinos Ocupados. No contexto do conflito na Faixa de Gaza, em julho e agosto, o Brasil condenou o uso desproporcional da força na ofensiva israelense e a morte de civis. No contexto posterior ao conflito, o Governo brasileiro anunciou contribuição adicional à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA).

O processo de intensificação dos vínculos do Brasil com os países da Península Arábica registrou novos e importantes progressos ao longo do ano de 2014. Em abril, teve lugar a histórica visita a Brasília do Primeiro-Ministro e Vice-Presidente dos Emirados Árabes Unidos, Xeque Mohammed bin Rashid al Maktoum. Essa foi a primeira visita de um Chefe de Governo daquele país ao Brasil. Em outubro, o Reino do Bareine abriu sua Missão diplomática residente junto ao Governo brasileiro, transformando Brasília na única capital do Hemisfério Sul a abrigar representações diplomáticas residentes dos seis países integrantes do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG).

Em cumprimento às decisões adotadas na III Cúpula América do Sul – Países Árabes (Aspa), foram realizadas, em 2014, as atividades previstas no calendário aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo: i) a I Reunião de Ministros da Saúde da Aspa (Lima, 2 a 4 de abril); ii) o V Festival Sul-Americano de Cultura Árabe, no período de 18 a 31 de março de 2014, simultaneamente em 14 cidades do Brasil e de outros Estados membros da Aspa; iii) a III Reunião de Ministros da Cultura da Aspa (Riade, 28 e 29 de abril); e iv) o I Fórum de Mulheres Líderes de Países Sul-Americanos e Árabes (Lima, 7 a 9 de abril).

Ao longo de 2014, o Brasil aprofundou suas relações com países da Ásia e da Oceania. A Presidenta da República manteve encontro bilateral com o Primeiro-Ministro da República da Índia, Narendra Modi, em Brasília, em julho de 2014, por ocasião da VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRICS. Na ocasião, foram assinados acordos nas áreas espacial, consular e ambiental, na presença dos dois mandatários.

A visita de Estado do Presidente da China ao Brasil, em julho de 2014, marcou nova etapa no aprofundamento da Parceria Estratégica Global, no ano em que se comemoraram 40 anos das relações diplomáticas entre os dois países. Na ocasião, foram assinados 56 instrumentos bilaterais em diversas áreas de cooperação, entre os quais: i) a conclusão dos entendimentos para a venda de 60 aeronaves da família EMB-190 da Embraer para a China; ii) o compromisso de lançamento do quinto satélite do Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS); iii) o anúncio do fim do embargo à carne bovina brasileira pela China; iv) o estabelecimento de cooperação em ferrovias; v) a criação de Institutos Confúcio nas Universidades Federais do Ceará, do Pará e na Universidade de Campinas; e vi) a decisão de atualizar o Plano de Ação Conjunta – PAC (2010-2014), a cargo das seções da Comissão Sino-Brasileira de Alto-Nível de Concertação e Cooperação (Cosban). Anteriormente, em abril de 2014, havia sido inaugurado, em Brasília, o Diálogo Estratégico Global (DEG) entre Chanceleres, mecanismo dedicado ao intercâmbio de posições sobre temas da pauta bilateral e da agenda internacional.

As relações Brasil-Japão alcançaram novo patamar a partir da visita ao País, em agosto de 2014, do Primeiro-Ministro Shinzo Abe, a primeira de um mandatário japonês em dez anos. Nessa ocasião, as relações foram elevadas ao nível de Parceria Estratégica Global, havendo sido concluídos entendimentos em várias áreas, com destaque para os setores de: i) construção naval; ii) mineração; iii) promoção de investimentos de pequenas e médias empresas japonesas no Brasil; iv) cooperação em ciências do mar; e v) cooperação na área da saúde.

Após a VI Cúpula do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), realizada em Fortaleza, em julho de 2014, os Líderes do BRICS reuniram-se com os Chefes de Estado dos países da América do Sul, em Brasília. As atividades do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) tiveram continuidade por meio de seus Grupos de Trabalho, da coordenação de posições em foros multilaterais e do Fundo Ibas para Alívio da Fome e da Pobreza. O Brasil, em 2015, será responsável por organizar a Reunião de Altos Representantes Responsáveis por Segurança Nacional do BRICS.

d) Negociações Econômico-Comerciais

Na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil atuou, ao longo de 2014, para a superação do impasse em torno da implementação do Acordo sobre Facilitação de Comércio e das outras decisões acordadas na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, em dezembro de 2013, com o objetivo de propiciar a retomada das negociações para conclusão da Rodada de Doha. O Brasil notificou à OMC seus compromissos de implementação imediata no âmbito do Acordo de Facilitação de Comércio, que vêm ao encontro de iniciativas do Governo brasileiro para reduzir custos, dinamizar e modernizar os procedimentos aduaneiros.

Na área de contenciosos comerciais, conforme já assinalado, o ano de 2014 foi marcado pela solução da controvérsia, entre Brasil e EUA relativa aos subsídios norte-americanos concedidos à produção e à exportação de algodão, o qual já durava 12 anos. O Brasil assegurou, nas negociações, modificações importantes na legislação questionada e compensação financeira adicional a ser paga pelos EUA ao Instituto Brasileiro do Algodão. Além disso, o Brasil iniciou contencioso na OMC com vistas a questionar restrições impostas pela Indonésia à importação de carne de frango brasileira, o que poderá representar importante oportunidade comercial para um dos mais dinâmicos setores do agronegócio do País.

Realizaram-se consultas com a União Europeia no marco do contencioso relativo a programas fiscais brasileiros, entre os quais o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto). Na ocasião, o Brasil prestou esclarecimentos sobre a compatibilidade das medidas brasileiras com as disciplinas da Organização Mundial do Comércio.

Como terceira parte interessada, o Brasil participou ativamente em 11 contenciosos e reservou direitos em outros seis novos casos.

O Brasil deu continuidade ao acompanhamento das iniciativas de diálogo sobre créditos à exportação no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da OMC e do Grupo de Trabalho Internacional de Créditos à Exportação (IWG). No âmbito do IWG, o País sediou a quarta reunião do grupo, realizada em janeiro de 2014, e tem tido papel importante nas discussões que podem levar ao lançamento de negociações para um novo instrumento plurilateral para a regulação da concessão de créditos oficiais à exportação.

Na OCDE, o Governo brasileiro participou, na qualidade de convidado, da Reunião do Conselho Ministerial da Organização, ocasião em que foram discutidos o tema "resiliência econômica global" e a implementação de políticas para promoção do crescimento inclusivo.

O ano de 2014 foi marcado pelas cerimônias de celebração do 50º aniversário da criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do G-77, eventos que contaram com a participação do Governo brasileiro. O Brasil participou da Reunião de Cúpula do G-77, realizada na cidade de Santa Cruz de La Sierra (Bolívia), em junho de 2014.

Na área fitossanitária, merecem destaque: i) a decisão da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) de confirmar o risco sanitário do País no nível mais baixo possível para a encefalopatia espongiforme bovina (EEB); e ii) o anúncio de que deverá ser reaberto o mercado chinês para as exportações brasileiras de carne bovina.

A Presidenta da República participou, em novembro de 2014, da Cúpula de Líderes do G-20 em Brisbane (Austrália), quando, entre outras ações, aprovou-se o Plano de Ação de Brisbane, que constitui somatório das estratégias nacionais para impulsionar o crescimento e criar empregos. A Cúpula lançou a Iniciativa Global para a Infraestrutura, um programa plurianual de atividades envolvendo governos, setor privado e bancos de desenvolvimento para promover melhorias na disseminação, no financiamento e na capacidade de execução de projetos.

Em julho de 2014, em Fortaleza, durante a IV Cúpula de Chefes de Estado e Governo do BRICS, foram assinados os acordos de criação do Novo Banco de Desenvolvimento, com capital inicial de US$ 50 bilhões, e do Arranjo Contingente de Reservas (CRA), no valor de US$ 100 bilhões tendo o Brasil se comprometido com US$ 18 bilhões. A fundação do Novo Banco de Desenvolvimento fortalece a cooperação entre os membros do BRICS e representa contribuição concreta aos desafios relacionados ao desenvolvimento internacional.

O CRA funcionará como uma rede multilateral de compromissos entre os países membros e contribuirá para a promoção da estabilidade financeira internacional, ao complementar a atual rede global de proteção financeira e reforçar a confiança dos agentes econômicos e financeiros mundiais, mitigando o risco de contágio de eventuais choques de liquidez externos sobre as economias dos membros do BRICS. O Acordo de Operacionalização do CRA (ICBA), que está sendo negociado pelas respectivas equipes técnicas, sob coordenação dos bancos centrais brasileiro e sul-africano, definirá os detalhes para a execução dos *swaps* e estabelecerá responsabilidades recíprocas.

A partir da Cúpula de Fortaleza, o Brasil assumiu a presidência rotativa do BRICS, que se estenderá até abril de 2015. Os líderes voltaram a reunir-se em novembro de 2014, na Austrália, à margem da IX Cúpula do G-20, em Brisbane.

O Brasil assinou, em setembro de 2014, instrumento com os EUA para a Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do *Foreign Account Tax Compliance Act* (Facta) – Lei de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras. Esse Acordo é parte de um esforço mundial, liderado pelo G-20, para reforçar as medidas de combate à fraude e à evasão fiscais, assim como para reduzir espaço para a prática de elisão fiscal, respeitadas as regras de sigilo fiscal pelos agentes tributários.

No contexto das negociações com a União Europeia, o Mercosul realizou, ao longo do primeiro semestre de 2014, trabalho de consolidação da oferta comum do Bloco relativo às condições de acesso aos mercados dos Estados partes. Encerrados os trabalhos no plano técnico, os Presidentes saudaram o acordo alcançado na oferta comum por ocasião da reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Caracas, em julho de 2014. Aguarda-se a conclusão do exercício de elaboração da oferta europeia, a fim de que seja possível fixar data para a troca das respectivas ofertas.

Foi desenvolvido, em 2014, o Guia de Comércio Exterior e Investimento Brasil Export, sítio que unifica, de modo gradual, os produtos e serviços de promoção comercial e de atração de investimentos. Lançou-se ainda o *Investment Guide to Brazil 2014*, primeiro guia para investidores estrangeiros produzido pelo Governo Federal.

Ao longo de 2014, o Itamaraty apoiou a realização de 50 missões de promoção comercial, bem como a vinda de delegações empresariais compradoras ao Brasil. Em 2014, o Programa de Feiras e Exposições do Itamaraty contemplou 74 eventos.

No que tange à promoção do produto turístico brasileiro, foram organizados 60 eventos. No âmbito sul-americano, o Itamaraty organizou missões no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importação ao Peru e à Colômbia.

De janeiro a novembro de 2014, registrou-se o ingresso de US$ 48 bilhões em investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil, um crescimento de 11,6% em comparação com o ingresso de IEDs em igual período do ano passado (US$ 43 bilhões de janeiro a novembro de 2013). O setor de serviços recebeu US$ 30 bilhões em IEDs, um crescimento da ordem de 43% em comparação com igual período de 2013 (US$ 21 bilhões). Destacaram-se, nesse contexto, os segmentos de telecomunicações, serviços financeiros e comércio.

A corrente de comércio exterior brasileira em 2014 atingiu o valor de US$ 454,2 bilhões, com decréscimo de 5,7% em relação a 2013. A América do Sul representou 14,7% do comércio exterior do Brasil, sendo que 78,8% de nossas exportações para a região foram compostas por produtos industrializados. O comércio exterior do Brasil manteve o equilíbrio na distribuição entre seus parceiros: em 2014, a União Europeia respondeu por 19,5% do total do comércio; a China, por 17,2%; e os EUA, por 13,7%.

c) Cooperação Técnica, Esportiva e Humanitária

Em 2014, o Brasil realizou 107 ações de cooperação técnica bilateral na América Latina e no Caribe, em benefício de 28 países, nos setores de agropecuária, defesa, desenvolvimento social, educação, meio ambiente, saúde, segurança pública, trabalho e emprego.

Na América do Sul, destacou-se a retomada do Programa de Cooperação Técnica Bilateral com o Paraguai, que resultou em novas iniciativas de cooperação nas áreas de saúde, vigilância sanitária, reflorestamento, pecuária, gestão fundiária e gestão de águas. O Governo brasileiro apoiou, ademais, a inauguração de duas estações meteorológicas no Uruguai, contribuindo para o desenvolvimento de um sistema de monitoramento e vigilância meteorológica com impactos sobre a eficiência da previsão e alerta antecipado de eventos meteorológicos severos em todo o Cone Sul.

No âmbito das ações desenvolvidas com a América Central e o Caribe, encontram-se em execução mais de 30 iniciativas com Cuba, El Salvador, Haiti, Honduras e República Dominicana.

A cooperação bilateral com os países de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) representou cerca de 40% dos recursos destinados à cooperação técnica internacional em 2014.

Em 2014, foram beneficiadas 25 nações africanas pelos projetos de cooperação nos setores de agricultura, pecuária, pesca, saúde e formação profissional, perfazendo um total de 56 projetos em execução.

No tocante à cooperação técnica trilateral, prestada conjuntamente com países desenvolvidos, em 2014 foram mantidos e executados 12 projetos em favor de países do continente africano e sete projetos em favor de países da América Latina. Os principais parceiros do Brasil em programas de cooperação trilateral são Japão, Alemanha, Itália e EUA.

No que tange à cooperação no domínio dos esportes, iniciativas bilaterais foram implementadas no ano de 2014 com países como China, Argentina, Rússia, Cuba, Índia, Angola, entre outros, com vistas à preparação de atletas de alto nível para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

No que se refere à cooperação humanitária, o Brasil empreendeu 54 iniciativas, totalizando aproximadamente US$ 13,3 milhões, em benefício de 30 países na América Latina, da África, da Ásia e do Oriente Médio.

No contexto da grave crise da epidemia de ebola na África Ocidental, o Brasil doou 24 *kits* de medicamentos. Foi anunciada ainda a expressiva doação de 11 mil toneladas de alimentos aos países mais afetados.

O Brasil doou também 11,5 mil toneladas de arroz à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), com o apoio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA).

No campo das emergências em saúde, foram respondidos apelos da Bolívia, de Cabo Verde, do Peru, da Síria, do Suriname, do Uruguai e da Venezuela, tendo sido enviadas aproximadamente nove toneladas de medicamentos a esses países. Por intermédio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), foram realizadas contribuições a Santa Lúcia e a São Vicente e Granadinas, na América Central, para contribuir na recuperação dos meios de produção das populações afetadas pelas fortes chuvas que atingiram a região em dezembro de 2013.

No que tange à dimensão estruturante, o Brasil reafirmou o compromisso com a estratégia do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No continente africano, o PAA África, que iniciou sua segunda fase em 2014, está sendo desenvolvido em cinco países da África Subsaariana (Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal) com o objetivo de promover compras locais de alimentos para assistência alimentar.

Na América Latina, foi iniciada a implementação do Programa PAA Colômbia de "Fortalecimento da Agricultura Familiar como Modelo Agroalimentar para Autossuficiência Alimentar e Geração de Excedentes Articulados a Mercados Institucionais e com o Apoio dos Governos Locais como Política de Estado", nos moldes do programa africano, por meio da FAO e do Programa Mundial de Alimentos, para a replicação da estratégia estruturante no contexto colombiano.

f) Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação e Diplomacia Cultural

Em 2014, foram realizados diálogos bilaterais na área de ciência, tecnologia e inovação com Chile, Colômbia, Coreia do Sul e Suíça, e diálogos específicos sobre inovação com Alemanha e França. Reuniram-se mecanismos nessas áreas no âmbito dos BRICS, da Celac, da Celac-UE, da CPLP, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), do Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focalal), do Mercosul e da Unasul.

Ao longo de 2014, foram consolidados os resultados da estratégia de difusão internacional do padrão ISDB-T de TV Digital, com a implementação de projetos bilaterais de cooperação na área de TV Digital com Chile, Equador, Peru e Uruguai e com a troca de missões técnicas com países que adotaram o padrão, com destaque para a vinda de missão ao Brasil de delegação da Botsuana, o primeiro país africano a anunciar escolha pelo padrão ISDB-T em 2013. O Brasil manteve ainda esforço de aproximação com outros países africanos e centro-americanos que estudam aderir ao padrão nipo-brasileiro.

Houve avanços importantes na cooperação com a França no campo da computação de alto desempenho, ou supercomputação. Em setembro, foi assinado convênio que prevê a aquisição de equipamentos com transferência de tecnologia e a instalação de dois centros de pesquisa, em Petrópolis e no Rio de Janeiro. A aquisição do supercomputador credencia o Brasil a um grande salto tecnológico, preparando o País para integrar o rol de nações – EUA, China, Japão, Coreia do Sul e a própria França – que possuem domínio da supercomputação petaflópica.

Em 2014, o Brasil avançou em seu processo de internacionalização acadêmica, em especial por meio do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). O Programa de Apoio a Estudantes Brasileiros (Paeb), de responsabilidade do Itamaraty, realizou ações de apoio e orientação aos bolsistas em 27 Embaixadas e Consulados.

No plano cultural, o Brasil participou de 37 feiras e festivais nas áreas de literatura, artes visuais, música e artes cênicas, em 22 países. Destaca-se a participação, como país homenageado, na Feira do Livro Infantil de Bolonha, no Festival Ibero-Americano de Teatro de Bogotá e na Feira do Livro de Gotemburgo, bem como a realização dos Dias do Brasil na Rússia. Em 2015, o País será homenageado no Salão do Livro de Paris e realizará diversos eventos culturais no Japão, em celebração aos 120 anos de relações diplomáticas entre os dois países.

Na área do audiovisual, foi apoiada a realização, no âmbito do Programa de Promoção do Audiovisual Brasileiro, de 115 eventos e iniciativas em 65 países distintos.

No contexto do forte interesse pela vertente brasileira da língua portuguesa, mais de sete mil matrículas foram registradas nos cursos oferecidos pelos 24 Centros Culturais e cinco Núcleos de Estudos que integram a rede cultural brasileira. Foram realizados 18 cursos de capacitação de professores de português como língua estrangeira e como língua de herança, que contribuíram para ampliar o número de profissionais empenhados na disseminação do idioma. Em 2014, 29 universidades estrangeiras receberam leitores brasileiros – professores universitários que permanecerão até quatro anos nessas instituições, onde contribuirão para consolidar o ensino da Língua Portuguesa e da cultura brasileira.

Publicou-se o primeiro volume da Biblioteca Sul-Americana, série bilíngue português-espanhol que pretende aprofundar o conhecimento cultural na região. A primeira edição trata do Barroco Sul-Americano. Estão em fase de produção números sobre Literatura e sobre Arquitetura sul-americanas.

Teve continuidade o Programa Formadores de Opinião (PFO), por meio do qual jornalistas, artistas, curadores e outros formadores de opinião estrangeiros são convidados a visitar o Brasil. Em 2014, os convidados foram oriundos da Argentina e da China.

g) Temas Consulares e Comunidades Brasileiras no Exterior

Em 2014, a rede consular brasileira no exterior, composta por 194 postos prestou atendimento aos aproximadamente 2,9 milhões de brasileiros residentes no exterior e àqueles que se encontram em trânsito, cerca de quatro milhões cidadãos. Além da assistência regular prestada em suas sedes, foram atendidos, em 2014, aproximadamente 30 mil nacionais em 15 países, por meio de 138 consulados itinerantes, em localidades distantes das sedes dos postos consulares.

Foram criados, em 2014, sete novos consulados honorários, nas cidades de Aarhus (Dinamarca), Alanya (Turquia), Bastia (França), Charleston (EUA), Manama (Kuaite), Marraqueche (Marrocos) e Tampere (Finlândia), alcançando o total de 216 consulados honorários brasileiros no exterior.

O atendimento ao cidadão também ocorreu por meio da Ouvidoria Consular, criada em 2009, para processar comentários referentes a toda atividade consular das repartições brasileiras no exterior.

Os postos no exterior prestaram assistência regular aos estudantes brasileiros no exterior, comunidade que continua a aumentar de forma significativa em função da implementação do Programa Ciência sem Fronteiras. Em 2014, foram criados cinco novos

Conselhos de Cidadãos/Cidadania, que deverão juntar-se aos 50 Conselhos que já fazem parte do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE).

A jornada de regularização migratória realizada em Pedro Juan Caballero (Paraguai), em agosto de 2014, resultou na emissão de documentos de residência temporária para brasileiros. Deu-se início, igualmente, ao novo processo de regularização migratória da comunidade brasileira no Suriname.

O Sistema Consular Integrado (SCI) ampliou sua rede de proteção ao cidadão brasileiro no exterior no decorrer de 2014, atingindo 188 postos com serviços consulares informatizados em 134 países, disponibilizando documentos de forma eletrônica, em material de segurança, controlados centralmente e acompanhados a distância.

As eleições presidenciais de 2014 foram realizadas em 135 cidades de 86 países, em cinco continentes.

O Brasil firmou, em 2014, acordos de Previdência Social com Bélgica, Canadá, França e Luxemburgo. Além disso, concluíram-se as negociações do acordo previdenciário com Israel e foi retomado o processo negociador com os EUA, cujo texto já foi acordado entre as partes.

No que concerne à negociação de acordos bilaterais sobre transferência de pessoas condenadas, foi celebrado instrumento com o Japão, efetuada a ratificação de tratado sobre a matéria com Suriname e Ucrânia e dada continuidade às negociações em curso com Equador e México. No que respeita à extradição, celebrou-se acordo com a Áustria, foi ratificado tratado com a China e registrou-se progresso nas negociações com Cuba, Irlanda e México. No âmbito multilateral, o Brasil aderiu à Convenção da Haia de 1970 sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil e Comercial.

No contexto da Copa do Mundo FIFA 2014, foram concedidos cerca de 92 mil vistos aos participantes do evento, de forma gratuita e prioritária conforme previsto na Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012. A experiência adquirida pelas Embaixadas e Consulados do Brasil no exterior contribuirá para o novo desafio de atender à demanda por vistos para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Em apoio à implementação do Programa Mais Médicos para o Brasil, foram concedidos, em 2014, aproximadamente 7,6 mil Vistos Temporários de Aperfeiçoamento Médico (VICAM) aos médicos estrangeiros selecionados.

2. Soberania

a) Planejamento na Área de Defesa

A Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Política Nacional de Defesa (PND) são documentos do mais alto nível do planejamento estratégico do País. Alinhadas a esses instrumentos, em 2014, foram elaboradas as primeiras políticas e estratégia setoriais de defesa, iniciativas que estão inseridas no âmbito do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (Sisped).

Também compõe as diretrizes brasileiras dos assuntos de defesa, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), com o objetivo de consolidar a legitimidade da defesa nacional dispondo sobre cidadania, conceitos, estruturas, objetivos, recursos financeiros e humanos, normas jurídicas, perspectivas estratégicas e os riscos e ameaças que a envolvem. Em 2014, o LBDN teve versões editadas e distribuídas em inglês e espanhol, além de ter sido divulgado eletronicamente.

Para 2015, estão previstas a atualização da PND, END, e nova edição do LBDN, de forma a atender à Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, que prevê o encaminhamento desses documentos à apreciação do Congresso Nacional na primeira metade da Sessão Legislativa Ordinária, a cada quatro anos.

a.1) A Base Industrial de Defesa

A indústria de defesa é estratégica para o Brasil, pois se constitui em fonte de inovação tecnológica que gera benefícios para diversas indústrias, como a de equipamentos médico-hospitalares, aeronáutica, espacial, automobilística, têxtil e alimentícia. Em 2014, o Governo teve como foco o fortalecimento da base industrial de defesa, por meio do incremento das exportações de produtos duais, cuja produção e comercialização permitem a sustentabilidade desse vetor da indústria nacional, gerador de tecnologias inovadoras e de postos de trabalho.

Visando aprimorar o planejamento, as políticas e as estratégias voltadas ao comércio exterior de produtos de defesa, foi implantado sistema integrado de inteligência comercial. O projeto terá como um de seus produtos finais a criação de um banco de dados que permitirá a tomada de decisões mais assertivas nas atividades relacionadas ao comércio internacional. Para 2015, o Governo almeja ampliar suas atividades de promoção comercial no exterior e aperfeiçoar o seu sistema de inteligência comercial.

Com o intuito de apresentar as principais soluções produzidas pela indústria de defesa nacional, em 2014, foi realizada a terceira edição da Mostra da Base Industrial de Defesa (III Mostra BID-Brasil). Participaram do evento, como expositoras, 89 empresas de defesa. Estiveram presentes também comitivas dos países África do Sul, Angola, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, França, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela e Tanzânia.

Para reafirmar o compromisso de fortalecimento de parceria estratégica em defesa, foi assinado um memorando de entendimento técnico entre Brasil e Angola, com destaque para cooperação a ser estabelecida no setor naval.

Em 2014, foi dada continuidade ao Programa Inova Aerodefesa com aprovação de 315 projetos, de 64 empresas, atingindo o valor de R$ 8,4 bilhões em créditos reembolsáveis.

b) Proteção da Amazônia

b.1) O Programa Calha Norte

Uma das prioridades da política de desenvolvimento do Governo tem sido integrar, efetivamente, a região amazônica ao restante do País, em particular, a grande área situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

Nesse sentido, o Programa Calha Norte (PCN) vem atuando em duas vertentes: i) soberania – que consiste na manutenção da presença do Estado, por meio da implantação, ampliação ou adequação de unidades militares das Forças Armadas; e ii) desenvolvimento regional – cujas iniciativas são realizadas em apoio aos Estados e Municípios, a fim de proporcionar melhores condições de vida à população local e promover o desenvolvimento social e ambientalmente sustentável.

Merecem destaque, no âmbito da vertente Soberania, em 2014: i) a construção, reforma e manutenção de embarcações para apoio às ações de fiscalização e segurança do tráfego aquaviário; ii) a reforma e ampliação de organizações militares e de próprios nacionais residenciais dos comandos do 9º e 4º Distritos Navais; iii) a criação do Centro Técnico de Formação de Fluviários da

Amazônia Ocidental; iv) a continuidade das obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos/AM; v) a adequação e manutenção dos pelotões especiais de fronteira, com destaque para o início do projeto de construção da micro central hidrelétrica, no Pelotão de Tiriós (PA); vi) a ampliação do setor fluvial do Comando de Fronteira Amapá – 34º Batalhão de Infantaria de Selva, em Clevelândia/AP; vii) a ampliação dos Aeródromos de Estirão do Equador (AM) e de Yauaretê (AM); e viii) a manutenção da aeronave C-105 Amazonas, dentre outras atividades de melhorias de infraestrutura de apoio ao Programa.

Na vertente Desenvolvimento Regional, em 2014, o PCN apoiou Municípios na realização de obras como as construções: i) do ginásio coberto na escola Daniel Conrado, em Careiro/AM, e de quadras cobertas nas Comunidades Indígenas de Kuatá, Foz do Canumã, nos Bairros de São Sebastião e Recreio, no Município de Borba/AM; ii) de praça na Vila Santa Luzia BR-364, no Município de Cruzeiro do Sul/AC; e iii) do prédio para portadores de câncer de mama, em Macapá/AP. O Programa também destinou recursos para aquisição de um micro-ônibus e de um automóvel destinados ao 4º Batalhão da Polícia Militar do Município de Santana/AP; de um ônibus para o Município de Cujubim/RO; e de um trator, pneus e implementos para mecanização agrícola no Município de Theobroma/RO.

Para 2015, está prevista a continuidade das reformas e ampliações de organizações militares e de próprios nacionais residenciais, bem como a celebração de convênios com Estados e Municípios nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, transporte, energia e comunicações.

b.2) Projeto Cartografia da Amazônia

As informações cartográficas auxiliam no conhecimento da Amazônia e no monitoramento de segurança e defesa nacional, em especial das áreas de fronteiras. As cartografias também têm auxiliado a região no planejamento e execução de projetos de infraestrutura como: i) rodovias, ferrovias, gasodutos e hidrelétricas; ii) demarcação de áreas de assentamentos; iii) mineração; iv) agronegócio; v) elaboração de zoneamento ecológico e econômico; vi) ordenamento e segurança territorial; vii) escoamento da produção; e viii) desenvolvimento regional. Em 2014, uma das principais contribuições do Projeto foi o fornecimento, aos Estados e Municípios mapeados, de instrumento de planejamento do uso e ocupação do território.

c) Defesa Terrestre

O Governo vem promovendo o aperfeiçoamento das estruturas operacionais do Exército Brasileiro com vistas a efetivar a prontidão da Força Terrestre em qualquer área de interesse estratégico do Brasil.

Para fortalecer a presença e a capacidade de atuação do Estado na faixa de fronteira, deu-se continuidade, em 2014, com a implantação do Projeto-Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), no Mato Grosso do Sul, por meio de: i) aquisição de equipamentos de alta tecnologia (sensores eletromagnéticos, radares de vigilância, rádios, terminais de satélites, dentre outros); ii) início da implantação de uma rede estratégica de comunicações fixas (infovia); iii) obtenção de viaturas especializadas e embarcações de emprego diverso, bem como contratação de serviços de elevada complexidade (aplicativos de apoio à decisão, integração de sistemas e suporte logístico integrado); e iv) construção e adequação de instalações militares. Para 2015, estão previstos o prosseguimento da implantação do Projeto-Piloto no Estado do MS e a conclusão do planejamento para extensão do Projeto para os Estados do MT, RO, AC, SC e PR.

O Projeto Proteger tem por objetivo dotar o País de um sistema integrado de proteção das estruturas estratégicas terrestres. É destinado à ampliação da capacidade do Exército para ações preventivas ou de contingência, na proteção da sociedade, quando da realização de grandes eventos, no apoio à defesa civil, na proteção ambiental, em operações de proteção contra agentes

químicos, biológicos, radiológicos, nucleares, contra atentados terroristas e em operações de garantia da lei e da ordem. Em 2014, deu-se continuidade às ações de proteção das unidades de geração e transmissão de energia, de mananciais de água e sistemas de transporte e de comunicações. Para tanto, foram adquiridas viaturas operacionais e instrumentos de pontaria e precisão para o armamento do Exército, além de equipamentos especializados para tropas antiterrorismo.

O Projeto Estratégico de Defesa Cibernética registrou como avanços, em 2014, a utilização de um computador de alto desempenho em pesquisas científicas na área de defesa cibernética e de um simulador de operações cibernéticas, assim como a continuidade da implementação do Projeto Rádio Definido por *Software*. Esse Projeto contribuirá para a interoperabilidade das Forças Armadas brasileiras e proporcionará um grande ganho na segurança das comunicações contra ataques de guerra eletrônica e cibernéticos, além de promover o desenvolvimento da indústria nacional nesse setor.

Outro projeto estratégico do Exército é o Projeto Guarani, que tem a finalidade de substituir as viaturas Urutu e Cascavel por equipamentos mais modernos. O Projeto prevê também a recuperação de viaturas blindadas, helicópteros e equipamentos. Dentre as ações promovidas em 2014, destacam-se: i) a entrega às organizações militares do Exército de 128 viaturas blindadas de transporte de pessoal modernizadas; ii) o início de várias obras de infraestrutura; e iii) a conclusão do desenvolvimento de aço balístico nacional, pela Empresa Usiminas, e de munição 30 milímetros pela Companhia Brasileira de Cartuchos. Essas atividades foram complementadas pela formação de recursos humanos com a capacitação de mão de obra civil para a prestação do suporte logístico.

O Projeto Astros 2020, inserido no Programa de Aceleração do Crescimento em 2014, tem como objetivo dotar o Exército de novos armamentos e munições com tecnologias militares de ponta, que possibilitarão à Força Terrestre dispor de um sistema de artilharia, com capacidade de empregar foguetes guiados e mísseis táticos de cruzeiro com alcance de 300 km. Um dos grandes avanços desse Projeto nesse ano foi o desenvolvimento tecnológico de produtos de defesa como o do Míssil Tático de Cruzeiro e do foguete guiado. Além disso, destacam-se o prosseguimento das atividades de aquisição e a modernização das viaturas do Sistema Astros. Ainda em 2014, foram iniciadas as obras de construção da infraestrutura civil e elétrica do Centro de Instrução, do Centro de Logística e do Paiol de Mísseis e Foguetes, além de obras de conclusão do 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes, que irão compor o complexo de organizações militares do Forte Santa Bárbara, em Formosa/GO. Para 2015, estão previstos o prosseguimento das atividades de implantação do Forte Santa Bárbara, assim como o desenvolvimento e a aquisição de produtos de defesa, com prioridade para a indústria nacional.

Por sua vez, o Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PEE DA Ae), tem como objetivos principais: i) recuperar e adquirir novos meios de artilharia antiaérea de baixa altura e ii) obter a capacidade de artilharia antiaérea de média altura, de forma a permitir a proteção das estruturas estratégicas terrestres, de áreas sensíveis e das unidades da Força Terrestre. Em 2015, o Projeto deverá receber as Viaturas Blindadas de Combate Gepard e suprimentos contratados. Também serão adquiridos 30 mísseis telecomandados, dez aparelhos de pontaria noturna e três simuladores. Em 2014, foram capacitados militares em defesa antiaérea e adquiridos: i) quatro radares e sete centros de comando e controle antiaéreos (de fabricação nacional); ii) 75 conjuntos de equipamentos de comunicações para o sistema de artilharia antiaérea; e iii) 11 viaturas para organizações militares. Também foram adequadas as instalações de outras seis unidades para o recebimento de simuladores dos equipamentos adquiridos.

d) Defesa Aérea

Para manter a soberania do espaço aéreo nacional, com vistas à defesa da pátria, o Governo vem promovendo a adequação da frota de aeronaves e dos meios empregados na área de segurança de voo e de controle do espaço aéreo brasileiro, e investindo no preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB), na qualificação da mão de obra e na estrutura de apoio, para suportar a execução de seus projetos e atividades.

No que se refere à revitalização e à modernização de aeronaves, em 2014, prosseguiu a execução dos Projetos F5-BR, A-1 (AM-X), E-99M e P-3BR, e C-95M. A incorporação progressiva dessas aeronaves à frota da FAB contribuirá para a recuperação da capacidade operacional da defesa aérea.

No âmbito do Projeto F5-BR, duas aeronaves F-5E foram recolhidas à Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), em 2014, para execução dos serviços de modernização e padronização. Em compensação, quatro das cinco unidades desse modelo, recolhidas à Embraer em 2013, retornaram para o acervo da FAB.

Da mesma forma, ocorreu no mês de outubro o recebimento da primeira aeronave do tipo F-5FM (modelo biposto), de um total de três entregues àquela empresa no exercício anterior. As demais serão recebidas até o final de 2015.

No que diz respeito ao Projeto A-1 (AM-X), ressalta-se que dois protótipos de aeronaves A-1 estão em fase de testes de desenvolvimento, sendo que as primeiras três unidades modernizadas foram recebidas no decorrer dos anos de 2013 e 2014, estando já em operação.

Em relação ao Projeto E-99M, ressalta-se que, devido à importância do emprego das aeronaves do tipo E-99 na defesa do espaço aéreo brasileiro, foi necessária a adequação de requisitos técnico-operacionais para disposição, no menor tempo possível, de uma versão intermediária da aeronave E-99M, dada a urgência requerida quando da realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Assim sendo, duas aeronaves E-99 foram equipadas com novos sistemas, para atender essa demanda, possibilitando análise mais detalhada quanto ao ganho operacional dessa adequação e uma avaliação mais precisa do Sistema Aeroembarcado, proporcionando diminuição dos riscos do Projeto, antes da versão final da aeronave.

Quanto ao Projeto P-3BR, a última aeronave do lote de 9 P-3 foi modernizada pela empresa EADS-Casa (*European Aeronautic Defence and Space Company – Construcciones Aeronáuticas S.A.*) e incorporada ao acervo da FAB no primeiro trimestre de 2014.

Ainda a respeito da modernização de aeronaves, cabe destacar que, em 2014, os esquadrões de transporte aéreo ganharam mais segurança com a incorporação à frota da FAB de mais 12 unidades modernizadas do tipo C-95M Bandeirante. Para 2015, há previsão de conclusão desse processo, com o recebimento de mais oito unidades da aeronave C-95M e nove do modelo P-95M Bandeirante-Patrulha.

A adequação da frota brasileira inclui também a aquisição de aeronaves e o desenvolvimento de novos equipamentos e sistemas, de modo a ampliar a sua capacidade operacional, com vistas a possibilitar o atendimento ao variado leque de demandas da sociedade brasileira.

No que tange à aquisição de aeronaves, ressalta-se que, em 2014, foi assinado o contrato com a Empresa Sueca *Svenska Aeroplan AktieBolaget* (Saab), que prevê a aquisição de 36 aeronaves caças Gripen NG (F-39), no âmbito do Projeto F-X2. O contrato inclui o treinamento de pilotos e mecânicos, o apoio logístico e a transferência de tecnologia para indústrias brasileiras. Além disso, prosseguem as negociações entre a FAB e a Saab para a cessão temporária de caças Gripen, modelo C/D, como solução temporária até a chegada das novas aeronaves.

No tocante ao Projeto CL-X2, foi concluída, em 2014, a negociação e assinado o contrato para aquisição de três aeronaves C-295, na sua versão de busca e salvamento, denominada como SC-105 Amazonas, fabricada pela empresa EADS-Casa. Paralelamente a esses acontecimentos, foi assinado o acordo de compensação (*Offset*). A primeira unidade deverá ser entregue no final do primeiro semestre de 2016.

Ainda em relação às aquisições de meios aeronáuticos, destaca-se a assinatura do contrato com a empresa Embraer S.A, referente ao Projeto I-X (anteriormente Projeto VU-Y), para o fornecimento de seis aeronaves Legacy 500 (EMB 550). Esse contrato proporcionará um avanço na qualidade e nas possibilidades da inspeção em voo no Brasil, devido à consolidação dos novos padrões de navegação, associados aos conceitos adotados pelo País.

O Projeto H-XBR prevê o recebimento de 50 helicópteros EC-725 de um consórcio constituído pelas empresas Helibras e Airbus Helicopter, sendo 16 helicópteros para cada uma das Forças e dois para a Presidência da República. Essas aeronaves inicialmente foram desenvolvidas e produzidas na França e, atualmente, prosseguem o processo de produção no Brasil, com gradativo acréscimo de nacionalização da produção, mediante a capacitação da indústria nacional de defesa para a efetiva transferência de tecnologia e ampliação da capacidade brasileira no campo aeronáutico. Até 2014, foram recebidos 15 helicópteros. Para o ano de 2015, há previsão de recebimento de mais sete helicópteros, todos totalmente produzidos no País.

No que concerne ao Projeto KC-390, que prevê a aquisição de aeronaves para transporte tático/logístico e reabastecimento em voo, foi assinado com a Embraer contrato de aquisição de 28 unidades. Em outubro de 2014, foi apresentado o primeiro protótipo da aeronave, produzido na fábrica de Gavião Peixoto (SP), das duas unidades que serão produzidas para as campanhas de desenvolvimento, testes de solo, de voo e certificação. A apresentação do segundo protótipo e os voos de ensaios e de certificação estão previstos para 2015.

Destaca-se ainda, em 2014, o recebimento de uma aeronave remotamente pilotada mais conhecida por Veículo Aéreo Não Tripulado (Vant), modelo Hermes 900, adquirido da empresa israelense AEL *Systems*, que será utilizada em missões de inteligência, proteção de fronteiras, infraestruturas e locais críticos.

Quanto ao míssil A-Darter, fruto de uma parceria entre Brasil e África do Sul, deu-se continuidade, em 2014, à etapa final da campanha de ensaios, para verificação de cumprimento de requisitos e avaliação de desempenho. O A-Darter está em seus estágios finais de desenvolvimento e a sua produção deverá ser iniciada em 2015, sendo que os primeiros mísseis devem estar em serviço em 2016. O Projeto tem contribuído decisivamente para o aumento da capacidade operacional da FAB, para o alcance da independência tecnológica e para o fortalecimento da indústria nacional de defesa.

No Campo Aeroespacial, em 2014, destaca-se o rastreamento remoto do veículo Ariane, cuja parceria do Brasil com a Agência Espacial Europeia (AEB) alcançou a expressiva marca de 199 veículos rastreados, o que confirmou o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) como peça importante do acordo de cooperação firmado com a AEB. Além disso, o CLBI alcançou a marca expressiva de lançamento de 31 foguetes em cinco dias.

O Projeto VLS-1 encontra-se em fase de construção e integração de sistemas de um protótipo denominado Vsisnav (Veículo Lançador do Sisnav – Sistema de Navegação), previsto para ser lançado no primeiro semestre de 2015. Esse evento terá como objetivo testar sistemas de propulsão e navegação, utilizados nas fases mais críticas de um voo espacial completo. Antes disso, o veículo passará por uma intensa bateria de testes em solo, tendo como objetivo garantir o sucesso da missão e a segurança nas operações.

Destaca-se na área de ciência e tecnologia espacial, o desenvolvimento da tecnologia de propulsão líquida. As pesquisas dessa área já proporcionaram o primeiro ensaio, a quente, do modelo de voo do estágio de propulsão líquida, passo importante em direção à consolidação do uso da tecnologia de propulsão líquida para foguetes. Atualmente, o País usa apenas a propulsão sólida. Em junho de 2014, foram realizados ensaios, a quente, do Gerador de Gás do Motor L75, realizados com êxito no banco de ensaios da Divisão de Propulsão Espacial.

No que diz respeito à segurança de voo e ao controle do espaço aéreo brasileiro, em 2014, deu-se continuidade ao processo de modernização do sistema de controle do espaço aéreo e das atividades de prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos. Tudo isso com o propósito de propiciar aos usuários dos serviços de transporte aéreo do País, melhorias contínuas na fluidez e na segurança das operações aéreas, destacando-se as seguintes ações: i) instalação de canais meteorológicos em radares de área terminal, que geraram informações relevantes aos órgãos de tráfego aéreo, quando da ocorrência de condições adversas de tempo; ii) elaboração de novos tipos de procedimentos de aproximação, subida e descida por instrumentos, decorrentes da adoção dos novos sistemas de comunicações, navegação, vigilância e gerenciamento do tráfego aéreo e da reestruturação do espaço e das rotas aéreas; iii) estabelecimento de acordos operacionais para o cumprimento de missões de busca e salvamento com Guiana Francesa, Guiana, Argentina, Peru e Venezuela; iv) implantação, modernização e substituição de equipamentos de navegação aérea e de aproximação e pouso de aeronaves, além de torres e salas de controle; e v) implementação do conceito e de procedimentos de navegação baseada em *performance*, nas áreas terminais do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que proporcionou o estabelecimento de trajetórias de voo mais acuradas, reduzindo as distâncias voadas.

e) Defesa Naval

Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima constitui-se em um dos objetivos do Governo por meio de investimentos em programas estruturantes do Poder Naval, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz).

O Prosub, criado em 2008 a partir de uma parceria celebrada entre Brasil e França, conta com a participação de mais de 600 empresas brasileiras, todas envolvidas no fornecimento de bens e serviços de três áreas específicas: i) implantação dos estaleiros de construção e de manutenção de uma Base Naval; ii) construção de quatro submarinos convencionais; e iii) projeto e construção de um submarino com propulsão nuclear. Uma das etapas do Prosub é a construção da base do estaleiro naval, cujas obras marítimas prosseguiram em ritmo acelerado em 2014. Nessa etapa foram concluídas as edificações e as estruturas metálicas dos prédios onde serão abrigados os profissionais de todas as atividades relacionadas com a construção dos submarinos. Além disso, 255 cursos de capacitação de pessoal foram concluídos e está prevista a realização de mais 54 em 2015.

O Sisgaaz foi idealizado para atender os aspectos de monitoramento e controle integrados, das águas jurisdicionais brasileiras, das áreas internacionais de responsabilidade para operações de socorro e salvamento e de áreas de interesse específico, para prover a capacidade de prevenir ou responder, prontamente, a qualquer ameaça, agressão ou ilegalidade. Esse Sistema atenderá às demandas da Marinha do Brasil no que se refere ao cumprimento das tarefas de segurança marítima, busca e salvamento e prevenção à poluição. Além disso, proporcionará flexibilidade para interoperação com sistemas das demais Forças, o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Após a conclusão da fase de conceituação do Sisgaaz, foi divulgada uma consulta pública para obtenção de propostas de soluções tecnológicas que atendam às funcionalidades definidas para o Sistema. Em 2015, será selecionada a proposta que melhor atender aos interesses da Marinha do Brasil e também será a elaborado o Projeto Básico.

Foi dada continuidade, em 2014, à construção do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira, na China, com entrega prevista para maio de 2015. Quando pronto, o navio estará entre os dez mais modernos do mundo. Será dotado de laboratórios e equipamentos científicos de última geração, com capacidade para acomodar 50 pesquisadores e operar com aeronaves de asa rotativa servindo para ampliar as pesquisas científicas nas águas jurisdicionais brasileiras.

Em 2014, o Governo manteve a incessante busca por uma Força Marítima moderna, equilibrada e balanceada, por isso investiu no desenvolvimento contínuo no Corpo de Fuzileiros Navais, prosseguindo o processo de aquisição de meios anfíbios e blindados,

tais como os Carros Lagarta Anfíbios e as Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8X8 Piranha IIIC. Esses meios, atualmente em uso por forças militares dos mais desenvolvidos países do mundo, proporcionam grande flexibilidade, mobilidade e proteção blindada aos fuzileiros navais. Destacam-se ainda as seguintes iniciativas relacionadas ao fortalecimento do Corpo de Fuzileiros Navais: i) aquisição de dois sistemas Radar Saber M-60 de Busca e Vigilância Aérea; ii) modernização do Carro de Combate Leve Sobre Lagarta modelo SK-105/A2S; e iii) aquisição de Viatura Oficina do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes.

O desenvolvimento da capacidade de projeção de poder, por meio dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, é fundamental para a defesa dos interesses do Brasil no Atlântico Sul. Esses Grupamentos garantem a capacidade de o Brasil realizar operações internacionais de paz e de assistência humanitária, bem como a proteção de nossas ilhas oceânicas e de nossas instalações e terminais portuários.

No tocante à obtenção de meios aeronavais, ressalta-se que do total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego MH-16 (S-70B *Seahawk*), quatro foram recebidos em 2012 e a entrega dos dois últimos está prevista para 2015. A incorporação desses meios à Marinha do Brasil amplia a capacidade de guerra antissubmarino da Força Naval.

No campo da segurança da navegação aquaviária, ao longo de 2014, a Marinha empreendeu inúmeros eventos visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio. Em abril de 2014, foi concluída a Operação Verão, iniciada em 2013, a qual promoveu a fiscalização de embarcações em todo o País. Nessa Operação foram emitidas 10.500 notificações e apreendidas 1.605 embarcações. Além das Operações Verão, o Governo, por meio da Marinha, vem empreendendo, em caráter permanente, outras ações visando elevar o nível de conscientização dos navegantes, condutores e passageiros quanto à preocupação com a segurança.

f) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti e Outras Missões de Paz

A participação de tropas brasileiras em missões de paz sob a égide da ONU tem contribuído para a busca da paz no cenário internacional. Além disso, ao integrar missões de elevado grau de complexidade logística e operacional, o Brasil dá sua contribuição para a solução de problemas, ao tempo em que proporciona elevado nível de adestramento a seus efetivos militares e assume um papel de protagonismo nas discussões afetas ao tema. Em 2014, o Governo prosseguiu com o apoio às Missões de Paz da Organização das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah) e à Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).

Integram a Minustah, atualmente, 1.343 militares das Forças Armadas do Brasil. É o maior efetivo entre os países que participam dessa missão. A presença brasileira no Haiti vem contribuindo de forma significativa para a estabilização político-institucional daquele país. Entretanto, em decorrência da Resolução nº 2.180, de 14 de outubro de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a partir de março de 2015, haverá redução do efetivo dessa Missão, o que culminará na diminuição de representantes brasileiros no Haiti.

O Brasil lidera a Força-Tarefa Marítima (FTM) que compõe a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), empenhada em negociar o estabelecimento conjunto de medidas de segurança marítima que reduzam as situações de confronto entre Israel e Líbano, com base em proposta do Comandante brasileiro da FTM.

No Continente Africano, a presença do Governo prossegue por meio da participação de um oficial general brasileiro no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (Monusco), além da presença de mais seis militares brasileiros no Estado-Maior daquele país.

g) Operações e Exercícios Conjuntos das Forças Armadas

As Operações Ágata são realizadas em pontos estratégicos localizados ao longo dos 16.886 quilômetros de fronteira do Brasil com dez países sul-americanos. A iniciativa faz parte do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), criado em 2011, com o objetivo de inibir a incidência de ilícitos na região de fronteiras.

A última Operação da sequência foi a Ágata 8, realizada em maio de 2014, cujas principais linhas de atuação foram os patrulhamentos aéreos, terrestres e fluviais e a instalação de postos de bloqueio na calha dos rios e nas principais rodovias, contando com 30 mil militares do Exército, Marinha e Aeronáutica. Em termos de resultados, houve recorde de apreensão de drogas em relação às edições anteriores, visto que, durante os 11 dias de ação, foram apreendidas cerca de 40 toneladas de entorpecentes. Está prevista, para 2015, a realização das Operações Ágata 9, 10 e 11, que abrangerão toda a fronteira terrestre do Brasil.

Além da Operação Ágata 8, as Forças Armadas também participaram, em 2014, da Operação Sentinela, cujo foco foram ações de inteligência, e da Operação Fronteira Blindada, realizada com o objetivo de coibir crimes correlatos ao tráfico de drogas e ao contrabando em áreas de fronteira.

Em relação aos exercícios conjuntos, destaca-se, em 2014, a participação das Forças Armadas Brasileiras no Exercício Felino, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para atingir, manter e otimizar a capacidade de intervenção em missões de apoio à paz e ajuda humanitária nos níveis operacionais e táticos. Em 2014, a finalidade do exercício foi o treinamento e a preparação de unidades em operações humanitárias e de apoio à paz, nos Países de Língua Portuguesa e no Exercício Multinacional Panamax, criado com o objetivo de garantir a defesa do Canal do Panamá. Atuaram na Operação Panamax 2014 mais de 500 militares e civis de 16 nações parceiras.

h) Atividades de Comunicação, Comando e Controle

A aquisição do direito de uso futuro da banda X do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC) das Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebras) ampliará os enlaces satelitais do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (Siscomis), o que permitirá a interligação de Sistemas como o de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), o de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz) e o Sistema de Defesa Aérea (Sisdabra). O Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted), atualmente em implantação, visa à padronização e parametrização das diversas plataformas de comunicação (navais, terrestres e aéreas) das Forças Armadas.

i) Atuação Subsidiária das Forças Armadas

As Forças Armadas, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, são aliadas do Governo na realização de ações de saúde, cívico-sociais, educacionais, defesa civil e de garantia da lei e da ordem, dentre outros. Nesse sentido, destacam-se: i) a coordenação do trabalho de atendimento clínico, cirúrgico e odontológico, nas comunidades indígenas dos Municípios de Barra do Garças e Sinop/MT, e nas regiões de Xingu e Xavantes (PA); ii) a intermediação da solução do conflito ocorrido em Humaitá/AM; iii) a participação no processo de desintrusão da Terra Indígena Awá Guajá, no Sudoeste do Maranhão; iv) o apoio ao processo eleitoral de 2014; e v) o apoio à realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), com a armazenagem e segurança das provas em diversos pontos do território nacional, assim como no transporte aéreo e fluvial de material para localidades de difícil acesso.

Com relação à defesa civil, destacam-se as ações no socorro às vítimas de inundações nos Estados do AM, RO, ES, RS, SC e PR, além da cidade de Itaoca/SP. Também foram utilizados helicópteros militares no combate ao incêndio ocorrido na Serra dos

Órgãos, nos Municípios de Petrópolis e Teresópolis/RJ. No semiárido nordestino, atuaram também em conjunto com demais órgãos governamentais na Operação Carro-Pipa assegurando o abastecimento de água para cerca de 3,6 milhões de pessoas.

Ainda no que diz respeito à garantia da lei e da ordem, destacam-se: i) a garantia da segurança nas negociações entre indígenas e posseiros na região de Ilhéus, no sul da Bahia e, nesse mesmo Estado, a ação das Forças Armadas no período da greve de policiais militares; e ii) o apoio aos órgãos de segurança pública do Rio de Janeiro, por meio de viaturas blindadas do Corpo de Fuzileiros Navais, na retomada das comunidades do Complexo da Maré, que estavam sob o domínio de facções criminosas.

j) Atividades de Inteligência

Além da coordenação das atividades de inteligência em apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, a Agência Brasileira de Inteligência (Abini) desenvolveu atividades legais de coordenação do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), tais como: i) a atualização de cerca de 700 cenários que integram o Mosaico de Segurança Institucional com fins de subsidiar decisões governamentais preventivas; e ii) a continuidade do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), do Programa Universidade e Inteligência (Unint) e do Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens).

No contexto da salvaguarda, foi reforçado o acompanhamento de atos de espionagem no espaço cibernético, bem como dado prosseguimento à pesquisa e ao desenvolvimento de soluções, baseadas em algoritmo criptográfico de Estado, voltadas para a segurança das comunicações de órgãos e entidades da administração pública federal (APF).

Em 2015, será dada continuidade às atividades de produção de conhecimentos e informações em subsídio ao processo decisório nacional, de proteção de conhecimentos sensíveis e de avaliação de riscos em infraestruturas estatais estratégicas, bem como em embaixadas brasileiras. Da mesma forma, serão expandidas as ações de contraespionagem, além das atividades de pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas à segurança das comunicações estatais.

k) Segurança da Informação

O Governo tem adotado medidas que asseguram a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações de interesse do Estado, em especial no que se refere à segurança da informação e comunicações e à segurança cibernética.

Nesse sentido, em 2014 foram aprovadas três novas Normas Complementares de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) para a APF e efetuadas duas revisões de Normas Complementares sobre "Controles de Acesso" e "Uso de Recursos Criptográficos". Estão em discussão normas a respeito de "Gestão de Pessoas", e "Infraestruturas Críticas da Informação". Dos 63 processos de credenciamento de segurança em andamento, 49 foram finalizados. Foram ainda capacitados 140 servidores públicos civis e militares da APF no curso sobre "Gestão de Segurança da Informação e Comunicações".

O Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de Computadores da Administração Pública Federal (CTIR Gov) promoveu intercâmbio técnico junto a outros centros nacionais e internacionais; apoiou órgãos e entidades da APF nas atividades de tratamento de incidentes; e monitorou e analisou tecnicamente cerca de 16 mil notificações de incidentes de segurança em redes de governo.

Em 2015, o Governo dará continuidade às atividades de: i) normatização da segurança da informação e comunicações; ii) segurança cibernética; iii) credenciamento de segurança; e iv) tratamento de incidentes de segurança de redes de computadores.

Diálogo Social
e Cidadania
VI

VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA

1. Informação ao Cidadão

No ano de 2014, o Poder Executivo Federal ampliou e aperfeiçoou canais de informação e de prestação de contas à sociedade sobre políticas, planos, programas, ações e projetos governamentais, nos termos do § 1º, do art. 37 da Constituição Federal. Diferentes ferramentas e canais de comunicação – tais como imprensa, publicidade, patrocínios, eventos e comunicação digital – foram utilizados, de forma integrada, para informar, orientar e estabelecer diálogo permanente com o cidadão.

Os temas de interesse da população foram divulgados por meio de 72 ações de publicidade institucional e de utilidade pública.

Entre as ações de utilidade pública, destacam-se as campanhas: i) Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes; ii) Atualização Cadastral do Bolsa Família; iii) Telefone Popular; iv) Microempreendedores Individuais; v) Imposto de Renda 2014; e vi) Aduana. Tais campanhas buscaram informar e orientar o cidadão sobre o acesso a políticas e programas do Governo.

No âmbito das campanhas institucionais, os destaques foram: i) Copa do Mundo FIFA 2014; ii) Comissão Nacional da Verdade; e iii) Prestação de Contas Regional, que divulgou informações sobre ações, programas, obras e medidas do Governo Federal, reafirmando o compromisso de promoção de um País mais competitivo, inclusivo e com amplas oportunidades para todos.

Importante ainda destacar que a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) instituiu, no segundo semestre de 2014, o Cadastro de Veículos de Divulgação (Midiacad). Disponibilizado em ambiente digital, o cadastro constitui importante ferramenta para os processos de planejamento das ações de publicidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom), conferindo maior segurança, agilidade e transparência ao processo, além de garantir a uniformidade das informações cadastrais e negociais de veículos dos diversos meios de divulgação.

Os patrocínios realizados pelas empresas estatais guardam consonância com as políticas públicas e diretrizes do Poder Executivo Federal, contemplando a promoção e a defesa dos direitos humanos; a geração de trabalho e renda; o desenvolvimento ambiental, produtivo e econômico; o incentivo ao esporte; e a preservação, promoção e ampliação do acesso à cultura.

Foram analisadas 3.804 propostas de patrocínio em 2014. Desse total, 36,6% da área de Esporte, com destaque para o patrocínio do Banco do Brasil à *Sauber F1 Team*, e da Caixa Econômica Federal a diversos clubes brasileiros de futebol.

Pode-se ainda destacar que, em 2014, os eventos institucionais propiciaram à sociedade maior visibilidade das ações e programas executados pelo Governo Federal, sobretudo em projetos de investimento relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como: i) as melhorias em mobilidade urbana; ii) a entrega de novas unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); iii) a entrega de máquinas e equipamentos; e iv) a entrega e expansão dos Centros Integrados de Comando e Controle.

Também foram realizados outros eventos importantes como a comemoração cívica do 7 de Setembro e as formaturas decorrentes da conclusão de cursos promovidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Destaca-se ainda a implementação do Centro Aberto de Mídia João Saldanha, da Copa do Mundo FIFA 2014, no Rio de Janeiro/RJ, que integrou ações do Governo Federal com o objetivo de otimizar o atendimento à imprensa e potencializar o relacionamento com jornalistas brasileiros e estrangeiros, contribuindo para a projeção da imagem do Brasil no mundo.

Além disso, foram concluídas 56 pesquisas quantitativas e quatro qualitativas, abordando temas de interesse da sociedade, como: i) avaliação dos serviços e políticas públicas; ii) avaliação da conjuntura econômica e social (retrospectiva e prospectiva); iii) manifestações públicas; iv) Copa do Mundo FIFA 2014; e v) programas das áreas de saúde, educação e transferência de renda.

Na área de imprensa, ampliou-se a transparência das ações do Governo em 2014. Foram feitos mais de 2,5 mil atendimentos presenciais, por telefone e por *e-mail*, sem contar *releases*, notas oficiais e degravações de entrevistas e de pronunciamentos.

O programa de rádio "Café com a Presidenta", transmitido via satélite pela Rede Nacional de Rádio – integrada por mais de seis mil emissoras – e também pela Internet, chegou a 26 edições. O cidadão teve oportunidade de ouvir da própria Presidenta notícias sobre o andamento de programas e políticas públicas relevantes. Ainda com a tarefa de levar à sociedade informações sobre as ações de Governo, a Secom contou de forma estratégica com o alcance da TV NBR, do programa "A Voz do Brasil", do *Twitter* (cujo perfil oficial @dilmabr está próximo a três milhões de seguidores) e da realização de 44 entrevistas, incluídas as coletivas concedidas a jornais e emissoras de rádio.

Além das 97 visitas a cidades brasileiras para a divulgação de ações governamentais, foram realizadas 18 entrevistas coletivas, com fontes do Governo e parceiros, para cerca de 200 veículos. Houve ainda envio de material informativo, referente a 42 ações de divulgação regional, dirigido a jornais, rádios, tevês, *blogs* e sítios das capitais e do interior.

Em 2014, a Presidenta da República concedeu 12 entrevistas a 21 emissoras de rádio, televisão e jornais de nove cidades, em oito Estados. Esses veículos tiveram oportunidade de tratar de assuntos de interesse local.

As 25 edições da coluna "Conversa com a Presidenta" foram distribuídas a 212 jornais no Brasil e no exterior. A ferramenta "Notícias do Governo" distribuiu, diariamente, informações a 23 mil veículos regionais – rádios, tevês e jornais –, totalizando 78 edições. Temas de interesse da sociedade foram abordados em 17 edições do programa "Bom Dia, Ministro" e 12 edições do programa "Brasil em Pauta", com entrevistas e perguntas ao vivo, de 81 emissoras de rádio, dirigidas a Ministros de Estado e dirigentes de entidades do Poder Executivo Federal.

A partir de um plano de comunicação estratégico, a área de imprensa buscou promover maior interação dos diversos ministérios com veículos da imprensa estrangeira e formadores de opinião internacionais, com vista a unificar o discurso do Governo no plano internacional. Foram realizados *briefings* com correspondentes estrangeiros, teleconferências, treinamento de porta-vozes, acompanhamento de viagens de jornalistas internacionais ao Brasil, publicação de artigos em jornais estrangeiros de grande circulação, produção de pautas especiais para a mídia internacional e ações de mídias sociais, entre outros.

O Centro Aberto de Mídia João Saldanha, que serviu para o atendimento de jornalistas nacionais e estrangeiros durante a Copa do Mundo da FIFA 2014, obteve os seguintes resultados:

- Total de visitantes – 4.281 jornalistas credenciados (2.089 só da imprensa internacional, oriundos de 88 países);
- Países com maior número de jornalistas visitantes – Brasil (incluindo correspondentes estrangeiros baseados no País), China, Argentina, Estados Unidos da América (EUA), Inglaterra, Colômbia, México, Alemanha, França e Peru;
- Repercussão na imprensa internacional – 3.666 matérias na imprensa internacional (veículos impressos e *on-line*), sendo 350 matérias originais e 3.316 reproduções;

- Repercussão na imprensa nacional – 1.014 matérias (veículos impressos e *on-line*), sendo 166 originais e 848 reproduções;
- Número de atendimentos à imprensa – 2.340, incluindo presencial, *on-line* e telefônico; e
- Programas e reportagens produzidas pela NBR – 29 reportagens, veiculadas na televisão e no programa de rádio "A Voz do Brasil".

Buscando maior aproximação do Brasil com outros países estrangeiros, as relações com a mídia internacional contabilizaram 8.288 matérias publicadas sobre o Brasil em diversos veículos internacionais. A Presidenta realizou ainda dois encontros com correspondentes estrangeiros, às vésperas do início da Copa do Mundo FIFA 2014, e concedeu entrevistas exclusivas a emissoras internacionais de notícias.

Além disso, para alcançar maior interação com o público internacional presente nas redes sociais, foram publicados, neste período, 2.164 *posts* no *Facebook* e no *Twitter* da Secom Internacional (*BrazilGovNews*). As políticas públicas tiveram ampla divulgação junto a públicos estratégicos no exterior, com a realização de: i) cinco teleconferências com porta-vozes do Governo Federal; ii) três encontros com correspondentes da imprensa internacional; iii) 20 participações em eventos internacionais; iv) sete viagens de familiarização de jornalistas estrangeiros; e v) 27 treinamentos de porta-vozes.

Em resposta à crescente demanda da sociedade por canais diretos de comunicação, intensificou-se o uso da Internet como meio para divulgação de informações oficiais e prestação de serviços de utilidade pública. Foi criado o Gabinete Digital da Presidência da República, com o fortalecimento do Portal Brasil. Houve ainda a criação de perfis do Portal e do Palácio do Planalto nas redes sociais e a Presidenta reativou seu perfil no *Twitter*, dando o tom do esforço do Governo para estreitar as relações com o cidadão no meio digital.

A Presidência da República passou a manter espaço em todas as mídias sociais, consolidando um rápido crescimento: i) 550 mil seguidores no *Twitter*; ii) 690 mil fãs no *Facebook*; e iii) 27 mil inscritos no *Youtube*, com dez milhões de visualizações dos vídeos. O *Blog* do Planalto teve 1,5 milhão de acessos e o Portal Brasil atingiu a marca de 42,5 milhões de visualizações de página em 2014.

Em 2014, a Identidade Padrão de Comunicação Digital do Poder Executivo Federal foi consolidada por meio do Portal Institucional Padrão e também em função do planejamento dos demais elementos que compõem a Identidade Digital. Destaca-se a construção da Barra Brasil – componente da identidade – que, por ser um elemento dinâmico, permitiu o lançamento simultâneo de campanhas temáticas como a da Copa do Mundo e a do Outubro Rosa em todos os sítios de Governo que adotaram a barra.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) concentrou esforços, em 2014, na consolidação das bases para a execução de suas estratégias com a implantação do novo modelo organizacional que privilegiou a produção integrada de conteúdos, segundo as tendências do setor de comunicação. A programação e o conteúdo produzido para os veículos da EBC tiveram como destaques eventos de grande repercussão.

Por meio da Rádio Nacional, a EBC adquiriu os direitos de transmissão dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, na liderança de uma rede de 25 emissoras públicas, que se organizaram para este fim, com veiculação de mais de 120 horas de programação.

Para as eleições, foram produzidos conteúdos de rádio, tevê e *web* com orientações e informações sobre o processo eleitoral, entrevistas com candidatos, além de conteúdo de serviço para o eleitor.

Além das grandes coberturas, a programação de televisão foi enriquecida com o lançamento de novos programas jornalísticos e artísticos com foco nos direitos humanos e cidadania. Vale ressaltar ainda a produção de programas voltados para o público infantil e infantojuvenil com reforço na valorização da diversidade cultural regional e também na ecossustentabilidade.

A EBC levou ainda comunicação pública por meio de suas emissoras de rádio e televisão aberta a 3.580 Municípios. A Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádios ganhou novos parceiros e houve a expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão, ampliando seu alcance para 55 geradoras, 728 retransmissoras terrestres de TV aberta. Juntas, as redes de rádio e televisão oferecem conteúdos a mais de 163 milhões de pessoas, 85,82% da população brasileira.

A programação da TV Brasil foi também disponibilizada por TV a cabo para 19 milhões de assinantes e para aproximadamente 20 milhões de domicílios que recebem o sinal por antena parabólica. A TV Brasil Internacional manteve a exibição de conteúdos para 65 países de quatro continentes, atendendo à demanda de informação dos brasileiros que residem no exterior e de países de língua portuguesa.

As pesquisas de audiência realizadas em seis das principais capitais brasileiras, em 2014, indicaram que cerca de 32 milhões de pessoas nessas localidades assistiram à programação da TV Brasil, via televisão aberta. A programação direcionada ao público infantil e infantojuvenil é assistida por sete milhões de telespectadores.

A TV Brasil ofereceu legendagem oculta da sua programação, atendendo às necessidades de pessoas com deficiência auditiva, além de cinco horas e meia por semana, em média, de audiodescrição – recurso direcionado às pessoas com deficiência visual –, superando a previsão legal de quatro horas semanais.

O projeto de digitalização do sistema de transmissão de televisão deu um importante salto, em 2014, com a transferência da operação de transmissão da rede do Rio de Janeiro/RJ para Brasília/DF. Assim, inaugurou-se a emissão do sinal digital, o qual possibilitará que a programação da TV Brasil e das emissoras da Rede Pública – já dotadas de condições tecnológicas – passem a chegar aos telespectadores com a qualidade digital HD em 2015.

O novo modelo organizacional da EBC permitirá, a partir de 2015, a produção de conteúdos para ambiente multiplataforma, de maneira integrada, favorecendo o consumo da comunicação pública. Também em 2015 começam a chegar os primeiros conteúdos financiados pelo Fundo Setorial do Audiovisual, especialmente desenvolvido para o campo público de televisão.

Destaca-se ainda o Projeto Brasil 4D, genuinamente nacional, desenvolvido por universidades brasileiras. Ao lado do Programa Nacional de Banda Larga, oferece a inclusão digital, por meio de canais de TV digital aberta interativa, com uso de tecnologia Ginga. Nessa plataforma de radiodifusão digital, 14 milhões de brasileiros cadastrados no Programa Bolsa Família estarão aptos a fazer uso de aplicativos para acessar diversos serviços públicos, promovendo melhoria da qualidade vida, da renda e da economia de recursos familiares.

Como ações de transparência ativa no âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI) destacaram-se a divulgação, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da remuneração de agentes públicos federais, da lista e dos ocupantes de imóveis funcionais, e da relação de imóveis dominiais. Ressalta-se também o lançamento do Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br), que oferece informações sobre investimentos e políticas públicas.

No campo do Governo Eletrônico, foi lançada a versão 3.1 do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (*eMAG*), com tradução para o português dos documentos oficiais do padrão internacional de acessibilidade. Para atendimento à comunidade

de surdos, foi iniciado projeto de construção do *VLibras* – ferramenta livre para tradução de conteúdos digitais para linguagem de sinais –, que virá acompanhado da criação de uma *Wikilibras*, dicionário colaborativo da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O sítio Mais Brasil (ppamaisbrasil.planejamento.gov.br) foi desenvolvido para divulgar o Plano Plurianual (PPA) e seus resultados, buscando uma linguagem de fácil entendimento. A área de acesso público do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) foi aperfeiçoada com novas possibilidades de pesquisa e relatórios direcionados ao interesse do cidadão por informações sobre os programas de Governo. Também foram disponibilizadas e distribuídas a cartilha "Sofinha e sua Turma" e a revista "Orçamento Cidadão".

2. Democracia e Diálogo

a) Avanços Normativos e Participação Social

O ano de 2014 foi marcado por avanços importantes no âmbito do compromisso de promover a participação social como método de governo. Entre eles, destaca-se a assinatura do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Construída a partir de um longo processo de consultas à sociedade, a PNPS estabelece um conjunto de diretrizes relativas às instâncias e aos mecanismos de diálogo e participação social existentes no Governo Federal, a saber: Conselhos; Comissões de políticas públicas e Fóruns Interconselhos; Conferências; Ouvidorias; Mesas de Diálogos; audiências públicas; consultas públicas; e ambientes virtuais de participação. A PNPS orienta os órgãos da administração pública a considerar os mecanismos de diálogo, de forma a tornar as políticas públicas mais efetivas e as instâncias de participação mais transparentes, abertas e acessíveis a todos os cidadãos.

Da mesma forma, foi lançado o Compromisso Nacional pela Participação Social. Os entes signatários comprometem-se a publicar planos de ação para ampliar a participação cidadã, com metas para um período de cinco anos. Até dezembro de 2014, dez Estados aderiram ao Compromisso. Em 2015, a meta é expandi-lo para novos Estados, a fim de promover a mobilização regional para implementação, monitoramento e avaliação dos planos de ação nacional e locais.

O Portal Participa.br, lançado oficialmente em 2014, firmou-se como um espaço de escuta e diálogo com a sociedade civil. A plataforma, desenvolvida em *software* livre, promoveu práticas inovadoras de participação via Internet e oferta de espaços de manifestação e debate para qualquer cidadão ou organização, permitindo a expressão de opiniões e a participação na formulação de políticas públicas. Atualmente, o portal tem 3.200 usuários, registrando cerca de 21 milhões de acessos. Já foram realizadas 15 consultas públicas sobre diversas políticas, com destaque para a consulta pública sobre os "princípios orientadores da Internet que queremos".

O monitoramento do Plano Plurianual (PPA) aperfeiçoou a interface com a sociedade por meio do V Fórum Interconselhos e dos relatórios de monitoramento das Agendas Transversais. Atualmente, existem nove Agendas, que retratam os objetivos e metas do PPA para segmentos específicos da população. No Fórum, a execução do Plano é apresentada e submetida à crítica da sociedade. Pelo segundo ano consecutivo, a população brasileira pôde apresentar contribuições na forma de emendas ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foram analisadas e respondidas individualmente. Também foi realizada audiência pública para apresentar as ferramentas de monitoramento do orçamento federal e receber sugestões às propostas orçamentárias. O Fórum Interconselhos foi agraciado com a distinção máxima na categoria "*Fostering Participation in Public Policy-Making Decisions*" no *United Nations Public Service Awards*. Em 2015, o Fórum Interconselhos novamente assumirá papel central na estratégia de participação social para elaboração do PPA 2016-2019.

A participação social também foi consolidada como princípio no novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, com a aprovação da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que instituiu regras próprias para as parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil. Essa lei permitirá construir uma nova arquitetura de fomento e colaboração com as organizações da sociedade civil. As administrações de todo o País terão a oportunidade de criar sistemas de gestão de parcerias informatizados, capacitar seu corpo técnico e cumprir um conjunto de regras de transparência.

Outro importante acontecimento, ocorrido em 2014, foi a Arena da Participação Social, voltada à discussão sobre a parceria entre Governo e organizações da sociedade civil a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O evento contou com mais de 2.500 participantes, incluindo gestores públicos, membros da iniciativa privada, organizações, cidadãos convidados e autoridades internacionais e nacionais. Na ocasião, foi realizado o 2º Seminário Internacional do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, além de diversas atividades, painéis e oficinas que contemplavam a temática da participação social.

A participação social e o fortalecimento do diálogo com a sociedade – destaques de 2014 – avançam neste mandato que se inicia na busca de novos métodos e caminhos para a democracia brasileira. É pilar fundamental da agenda permanente de diálogo, que envolve a incorporação dessa dinâmica em todos os ambientes do Governo Federal e a ampliação da capacidade do Governo para ouvir a sociedade e assumir o protagonismo em temas importantes como a necessária reforma política brasileira.

b) Apoio e Fomento à Organização Produtiva de Catadores de Materiais Recicláveis

O Programa Pró-Catador é uma iniciativa para integrar e articular ações do Governo voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Em 2014, foram realizados onze seminários estaduais para fomentar empreendimentos econômicos solidários, redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos e orientar sobre a inclusão de catadores no momento do encerramento de lixões. Como resultados, destacam-se:

- Oferta de duas mil vagas para catadores no Programa Brasil Alfabetizado e na Educação de Jovens e Adultos em Alagoas;
- Acompanhamento do encerramento do lixão do Aurá, no Estado do Pará, com realização de mutirão de cadastro dos catadores; e
- Realização de mutirão em Municípios da Bahia para regularização de documentação civil, atendimentos de saúde e inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), entre outros.

O Prêmio Cidade Pró-Catador teve edição extraordinária em 2014. Foram 87 Municípios que concorreram ao prêmio, cujo objetivo é incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas municipais que contribuam para a implementação de políticas de inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis.

O Programa Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias apoia a estruturação de redes de cooperativas e associações para que se tornem aptas a prestar serviços de coleta seletiva a prefeituras; participar no mercado de logística reversa; e realizar a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis. Fazem parte do Programa 33 redes formadas por 432 empreendimentos econômicos solidários compostos por catadores de materiais recicláveis.

c) Conferências Nacionais, Mesas de Diálogo e Outros Diálogos com a Sociedade

No debate com os Conselhos Nacionais de políticas públicas, buscou-se a convergência dos ciclos das Conferências Nacionais com o ciclo do PPA, para que as propostas da sociedade civil possam ser incorporadas ao planejamento e à gestão pública. As cinco Conferências Nacionais realizadas em 2014 envolveram cerca de 830 mil pessoas, entre etapas municipais, estaduais, regionais e nacionais, além de etapas livres e virtuais. Para 2015, estão previstas 15 Conferências Nacionais.

CONFERÊNCIAS REALIZADAS EM 2014	ETAPAS/ DATAS/ LOCAIS	TEMA CENTRAL
2ª Conferência Nacional de Educação	Etapa Nacional: 19 a 23 de novembro, Brasília/DF	O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular; cooperação federativa e regime de colaboração
2ª Conferência Nacional de Defesa Civil	Etapa Nacional: 27 a 30 de maio, Brasília/DF	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil: um novo paradigma para o Estado brasileiro
3ª Conferência Nacional de Economia Solidária	Etapa Nacional: 27 a 30 de novembro, Brasília/DF	Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável
1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio	Etapa Nacional: 30 de maio e 1º de junho, São Paulo/SP	Propiciar espaço para o diálogo social ampliado visando à formulação de propostas para subsidiar a construção de uma Política e de um Plano Nacionais sobre Migrações e Refúgio para uma gestão pautada pelos direitos humanos
4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador	Etapa Nacional: 26 a 29 de novembro, Brasília/DF	Saúde do trabalhador e da trabalhadora, direito de todos e todas, é dever do Estado

CONFERÊNCIAS PREVISTAS PARA 2015
1ª Conferência Nacional de Política Indigenista
1ª Conferência Nacional de Previdência Social
1ª Conferência Nacional de Turismo
2ª Conferência Nacional de Segurança Pública
3ª Conferência Nacional da Juventude
3ª Conferência Nacional LGBT
4ª Conferência Nacional do Esporte

Continua

Continuação

CONFERÊNCIAS PREVISTAS PARA 2015
4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
10ª Conferência Nacional de Assistência Social
10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos
15ª Conferência Nacional de Saúde

Em 2014, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção foi fortalecido pela adesão de mais empresas. Fazem parte do Compromisso 25 empresas, abrangendo 49 obras da construção civil e pesada e beneficiando aproximadamente 152 mil trabalhadores.

O Governo Federal avançou na negociação da proposta de consulta prévia com as comunidades quilombolas nos moldes da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A motivação foi o compromisso firmado pelo Estado brasileiro de respeitar e contemplar as necessidades e a representatividade política dos sujeitos de direito, buscando harmonizar os procedimentos de consulta prévia e informada. Em 2015, configuram-se como prioridades a implementação do mecanismo de consulta às comunidades quilombolas e a elaboração, em parceria com os povos indígenas, da proposta de mecanismo de consulta nos termos da Convenção.

Em 2014, houve continuidade no recebimento das pautas dos movimentos sociais na Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais. As demandas geraram Cadernos de Respostas aos Movimentos Sociais. No ano de 2014, foram recebidas 15 pautas dos movimentos sociais urbanos e rurais relativas a 30 entidades da sociedade civil. Tais pleitos estão agrupados, segundo as áreas nas políticas públicas, em dois Cadernos: um relativo às demandas do campo e da floresta e outro relacionado ao meio urbano. Foram identificados mais de 230 programas governamentais atinentes às demandas apresentadas.

No que diz respeito aos procedimentos de regularização fundiária das terras indígenas, foi concluída com êxito a desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão. Foram mobilizados 15 órgãos do Governo para garantir os direitos territoriais dos povos indígenas, assegurando a posse definitiva da terra e o reassentamento dos ocupantes não indígenas com perfil da reforma agrária.

A Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) tem liderado negociações relacionadas à delimitação da área da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, localizada nos Municípios de Simões Filho e Salvador/BA. Em agosto de 2014, foi publicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) o Relatório Técnico de Identificação de Delimitação, estabelecendo uma área de 301,3 hectares à comunidade, sendo 104 hectares destinados à regularização fundiária para 67 famílias remanescentes de quilombos da região.

Houve a consolidação dos Planos de Mobilização e Participação Social, que viabilizaram a participação da sociedade na formulação, implementação e no monitoramento de políticas públicas, programas e iniciativas prioritárias do Governo, como saúde, educação, mobilidade urbana, além de demandas objetivas da sociedade nas áreas de moradia, segurança, direitos humanos e participação. Nesse sentido, os seminários "Diálogos Governo-Sociedade Civil Copa 2014" foram realizados nos meses de abril e maio de 2014, nas 12 Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, contando com a participação de 3.101 pessoas inscritas e 808 instituições representadas, com a intervenção de cerca de 260 lideranças. Ademais, dando sequência aos trabalhos realizados desde 2011, foi realizada nova edição do evento "Diálogos Governo-Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria". Em sua 5ª edição, realizada no segundo semestre de 2014, estiveram em pauta os resultados do plano de superação da extrema pobreza e os desafios e perspectivas até o fim do ano.

Em 2014, teve continuidade a negociação intergovernamental sobre o texto normativo da Política Nacional de Atingidos por Barragens. Também foi desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) uma metodologia para a realização de levantamentos da situação social, econômica e cultural nessas regiões visando à elaboração de diagnóstico social, que auxiliará na formulação de ações, projetos e programas voltados à melhoria das condições de vida, ao desenvolvimento socioeconômico e à dignidade desse segmento.

No âmbito da Câmara Técnica de Inclusão Social e Cidadania do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu, foi desenvolvido o projeto Concurso Webcidadania Xingu para receber, por meio de plataforma digital de participação, ideias e projetos de transformação das realidades locais formuladas pelos próprios moradores. Durante sete meses, mais de 1,5 mil pessoas, de 15 Municípios, participaram de 75 oficinas e 109 reuniões com líderes locais, nas quais foram identificadas 416 demandas, por meio de cinco mil atividades interativas na plataforma digital. As prioridades definidas foram entregues aos órgãos públicos e empresas como prioridades de desenvolvimento territorial participativo.

d) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 2014, o Governo realizou a 5ª Edição do Prêmio ODM Brasil, criado para incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Também houve o Lançamento do 5º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM com vistas a prestar contas à sociedade sobre os avanços alcançados pelo País.

Dentre as atividades realizadas, destacam-se dois eventos: "Diálogos Sociais, Desenvolvimento sustentável da Agenda Pós-2015 – construindo a perspectiva do Brasil" em parceria com o Centro Rio+, realizado em fevereiro 2014; e "Diálogos sobre a Agenda Pós-2015 – a construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", realizado em maio de 2014. Ambos subsidiaram a construção do documento "Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: elementos orientadores da posição brasileira".

Os seminários de lançamento do Prêmio ODM revelaram que a sociedade civil tem trabalhado ativamente para que o País alcance as Metas do Milênio. Ao todo, foram realizados 34 seminários, reunindo aproximadamente 7.200 lideranças sociais e políticas, para debater as propostas expressas nos oito objetivos e as novas sugestões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, a serem implantadas pós-2015. Para 2015, estão previstos o lançamento da 6ª edição do Prêmio ODM Brasil e a realização da 2ª Edição da Arena da Participação Social.

e) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 2014, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES) deu continuidade aos trabalhos de debater e elaborar pareceres em relação aos grandes temas nacionais. Na primeira reunião plenária do ano foram

entregues os documentos referentes aos temas: reforma política; grandes eventos esportivos; e educação e investimentos. Também iniciou-se o debate sobre mobilidade urbana, cujo parecer foi entregue na segunda reunião plenária anual.

Além disso, o CDES atuou como um dos coordenadores da Rede Brasileira de Conselhos Econômicos e Sociais. Em 2014, a Rede Brasileira promoveu o seu 3º Encontro Anual, e um colóquio sobre mobilidade urbana para ajudar nos debates do tema de trabalho escolhido pelos Conselhos participantes. Na ocasião, promoveu ainda uma oficina de planejamento a fim de definir propostas e metodologias para o trabalho da Rede.

Em 2015, a disposição para o diálogo vem sendo ressaltada como um dos compromissos pilares deste Governo. Para o CDES, isso implicará seguir no aprofundamento e na intensificação da sua atuação como promotor do diálogo na busca pelo aprimoramento das políticas públicas, papel que vem cumprindo, há mais de dez anos, junto a lideranças empresariais, sindicais e movimentos sociais.

No âmbito internacional, deu-se continuidade ao trabalho de implantação da Rede de Conselhos Econômicos e Sociais da América Latina e do Caribe (Cesalc) tendo sido o Brasil escolhido coordenador do Comitê de Gestão da Rede, composto por outros quatro membros. Atualmente, o tema de trabalho da rede latino-americana é a superação da fome e da pobreza. Ainda na área internacional, o CDES continua sua participação na Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis), fazendo parte de seu Conselho de Administração.

3. Relações Institucionais

a) Articulação com o Poder Legislativo

A Secretaria de Relações Institucionais, órgão responsável pela interação do Governo com o Legislativo, adota o diálogo como principal instrumento para sua atuação, mediante a realização de reuniões periódicas com os líderes de bancadas partidárias da Câmara e do Senado. A mediação entre os relatores das proposições e os órgãos ministeriais, por sua vez, é essencial na melhoria e aprovação das proposições de autoria do Governo.

Como resultado da efetividade desta atuação, foi possível alcançar uma produção legislativa que contabiliza a conversão em lei de 19 medidas provisórias, a sanção de 19 projetos de lei de autoria do Poder Executivo e a confirmação de 37 autoridades indicadas pelo Poder Executivo, além da aprovação de sete acordos internacionais.

Na área social, destaca-se a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que – em sintonia com o art. 39 da Lei nº 12.288, de 12 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) – "reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal".

A partir da aprovação da Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, passou a ser exigida a manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Relevante também mencionar a Lei nº 12.989, de 6 de junho de 2014, que "reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior". Assim, ficam asseguradas as condições para que as entidades de ensino superior em grave situação econômico-financeira continuem desenvolvendo suas atividades, viabilizando a manutenção dos níveis de matrículas ativas de alunos; a qualidade do ensino; a ampliação da oferta de bolsas de estudo integrais para estudantes; bem como a recuperação dos créditos tributários da União.

Ainda na área social, destaca-se o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, composto por 20 metas e 254 estratégias a serem alcançadas no próximo decênio. Dentre as metas, está a destinação de, no mínimo, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública ao final do decênio, além da imposição de mecanismos de controle social.

Por meio da Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014, houve a transformação e a ampliação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana no Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Válido também sublinhar a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, que regulamenta linha especial de crédito voltada às famílias incluídas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Com a Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, busca-se coibir a violência contra crianças e adolescentes, garantindo-lhes o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel e degradante.

Outra importante iniciativa, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014), estabelece princípios, garantias e direitos dos usuários de Internet. Também delimita os deveres e responsabilidades a serem exigidos dos prestadores de serviços e o papel a ser exercido pelo poder público em relação ao potencial social da rede.

Cumpre ainda ressaltar a Lei nº 12.954, de 5 de fevereiro de 2014, que cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas. Tais medidas, para além do relevo na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação, são salutares para a área ambiental.

É de se destacar também a Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, que aperfeiçoa o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), possibilitando melhor e mais efetivo monitoramento de sua implementação.

Registre-se ainda a aprovação da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, que promove a renegociação da dívida dos Estados e Municípios.

No que diz respeito à ordem econômica e ao sistema financeiro, sublinha-se a aprovação de medidas de simplificação e estímulo produtivo, mediante, entre outras, alterações na legislação tributária federal promovidas, em particular, pela aprovação da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.

Por meio da Lei nº 12.999, de 18 de junho de 2014, ampliou-se o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2012/2013 e também do Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012. Além disso, foi autorizado o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2012/2013 de cana-de-açúcar da região Nordeste.

Já com a Lei nº 13.000, de 18 de junho de 2014, dentre outras medidas, concedeu-se subvenção econômica às unidades produtoras de etanol na região Nordeste, referente também à produção da safra 2012/2013.

Além disso, o Congresso aprovou algumas leis que fazem parte da agenda legislativa do Executivo, sendo válido destacar:

- Lei Complementar nº 145, de 15 de maio de 2014, que promove mudanças no crédito do Banco da Terra;
- Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, que traz importantes alterações para o designado SuperSimples, inclusive a ampliação do regime tributário diferenciado e favorecido para diversas outras atividades econômicas. Ademais, promove medidas de estímulos, nas contratações públicas, às microempresas e empresas de pequeno porte;

- Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que institui "piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias";
- Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que transforma o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva, já existente, em Política do Estado Brasileiro;
- Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;
- Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014, que versa sobre a expropriação e destinação das propriedades urbanas e rurais nas quais for localizada exploração de trabalho escravo; e
- Emenda Constitucional nº 84, de 2 de dezembro de 2014, que aumenta a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

Para o ano de 2015, outros desafios estão previstos com o objetivo de dar continuidade à interlocução com o Congresso Nacional.

É prioridade fortalecer o diálogo entre os poderes Executivo e Legislativo na elaboração e aprovação das Reformas Política e Tributária, assim como a revisão do Pacto Federativo.

Buscar-se-á também a aprovação das propostas de combate à corrupção e de fortalecimento da ação federativa na segurança pública que serão apresentadas pelo Governo e negociadas com o Parlamento. As iniciativas que incentivem o crescimento e desenvolvimento econômico com inclusão social terão também uma atenção especial.

b) Articulação Federativa

No âmbito federativo, foram instrumentos essenciais na produção dos resultados do período – a exemplo do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e do aperfeiçoamento do Portal de Convênios do Governo Federal (Siconv): i) a realização de encontros anuais de prefeitos; ii) a organização das atividades do Comitê de Articulação Federativa (CAF); iii) a instituição de Fóruns de Gestores Federais nos Estados; iv) a realização de reuniões do Sistema de Assessoramento Federativo (Sasf); e v) a articulação com as entidades representativas dos prefeitos.

O Governo tem atuado no fortalecimento dos espaços permanentes de diálogo como o CAF, que reúne, desde 2003, representantes da Associação Brasileira de Municípios (ABM), da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), além de diversos órgãos ministeriais.

O CAF contribuiu para articulação de avanços nos seguintes temas: i) desburocratização do processo de transferências voluntárias; ii) o Pacto pela Mobilidade Urbana; iii) aumento em 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); iv) alterações favoráveis aos Municípios na cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); e v) renegociação da dívida dos entes federativos. A atuação junto aos órgãos ministeriais resultou em avanços no diálogo federativo sobre o acesso aos programas federais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Brasil Sem Miséria e o Mais Médicos.

O Governo Federal propôs aos Estados e Municípios a construção de Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT). Elas buscam a identificação de convergências entre as estratégias dos diferentes atores que agem no território e visam uma gestão compartilhada para a promoção do desenvolvimento regional, com destaque para a ADT Tapajós.

A atuação junto aos prefeitos e suas entidades representativas por ocasião das marchas a Brasília/DF, realizadas anualmente pela Confederação Nacional dos Municípios, resultou na aproximação das posições do Governo Federal com as dos entes federativos sobre diversos temas da Agenda, tais como: i) *royalties* do petróleo; ii) Fundo de Participação dos Municípios; iii) papel dos Municípios no desenvolvimento local; e iv) elaboração dos Planos Municipais de Cultura e de Saneamento e Resíduos Sólidos.

O apoio aos entes federativos, por meio de acordo de cooperação técnica com a FNP, para a transferência de tecnologia e conhecimento na elaboração de Planos Plurianuais (PPAs) resultou na integração gradual entre o PPA federal e os PPAs estaduais e municipais. Também possibilitou a criação de instruções para a elaboração e gestão de Planos Plurianuais Regionais Participativos. Essas iniciativas beneficiaram os consórcios intermunicipais no planejamento integrado, articulando os planos do Governo Federal com os dos Estados e Municípios. A cooperação com a FNP também oportunizou a aproximação e o diálogo com Consórcios Públicos Intermunicipais Multifinalitários. Foram firmados Termos de Compromisso com 30 Consórcios Públicos Intermunicipais focando na melhoria da gestão dos serviços públicos.

O Portal Federativo consolidou-se como um meio virtual de relacionamento com a oferta de conteúdo de forma clara e acessível sobre os temas da agenda federativa.

A criação do *blog* Diálogos Federativos apoiou a construção de uma agenda nacional de desenvolvimento sustentável, compromisso firmado na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o tema.

Cabe destacar eventos importantes que definiram a agenda municipalista para 2014. Entre eles estão a XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela CNM; a 65ª e a 66ª Reuniões da FNP; e o Encontro Nacional de Municípios, promovido pela ABM.

Foram realizados ainda quatro encontros do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais do Planejamento, promovidos pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan), que envolveram temas como: i) acompanhamento orçamentário; ii) regionalização do gasto público; iii) detalhamento físico; iv) receita pública no processo orçamentário; e v) sistema de custos dos serviços públicos.

Destaca-se ainda o apoio ao fortalecimento da área orçamentária dos Governos estaduais por meio de ações de capacitação e transferência de tecnologia. Um dos principais resultados foi a implantação sem custos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) no Governo da Paraíba, permitindo ao Estado a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2014 no sistema, disponível no sítio siop.pb.gov.br.

No fortalecimento da ação federativa, ressalta-se a participação nos seguintes fóruns: i) Fórum Urbano Mundial; ii) Encontro Anual do Fórum de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico; iii) Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (Fonari); e iv) Fórum Nacional de Secretarias Municipais de Trabalho (Fonsemt).

Na agenda internacional, teve destaque a cooperação transfronteiriça, o Plano de Integração das Hidrovias do Mercosul e também a participação na XIV Reunião Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), realizada em Caracas, Venezuela. Importante ressaltar a filiação do Brasil ao Fórum das Federações, tendo sediado a reunião de seu Conselho Estratégico. Por meio desse Fórum, foram lançadas, em parceria com a *Oxford University Press*, publicações que apresentam os modelos internacionais para a gestão da saúde e da segurança.

A atuação propositiva no fortalecimento das relações intergovernamentais e na cooperação entre os entes federados será priorizada em 2015, bem como a coordenação da elaboração da proposta de Reforma Federativa por meio do diálogo social; e a reformulação da composição e o fortalecimento do CAF como principal instrumento de diálogo e pactuação federativa.

Também será implementada a Agenda de Apoio à Gestão Municipal com vistas a apoiar os Municípios na elaboração, execução e prestação de contas de projetos com recursos federais, assim como no acompanhamento das matérias em tramitação no Congresso e da regulamentação de políticas que causem impacto no orçamento e na gestão financeira de Estados e Municípios.

O Sistema de Assessoramento Federativo (Sasf) proporcionará a manutenção do diálogo das entidades federativas junto aos Ministérios, assim como o Fórum de Gestores Federais como instância de diálogo intersetorial e atuação conjunta dos Ministérios, nos Estados, em ações e temas comuns.

Ética, Transparência
e Qualidade nos
Serviços ao Cidadão
VII

VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

1. Transparência na Administração e Controle Social

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), garante às pessoas – físicas ou jurídicas – o direito de demandar informações públicas, de interesse coletivo e geral, a órgãos e entidades (transparência passiva). Também obriga a administração pública a publicá-las em seus sítios eletrônicos (transparência ativa).

Desde a entrada em vigor da LAI, em 18 de maio de 2012, pessoas de mais de 4.454 Municípios (cerca de 80% do total) utilizaram o e-SIC para solicitar informação ao Poder Executivo Federal.

Balanço de implementação da LAI no Poder Executivo Federal

Pedidos registrados	232.040	Acesso concedido	76,43%
Pedidos respondidos (98%)	229.335	Acesso negado	10,46%
Tempo médio de resposta	13 dias	Outras hipóteses de negativa*	12,97%

Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, dados extraídos em 31/12/2014.
Observação: (*) Pedido duplicado, informação inexistente, assunto de competência de outro órgão.

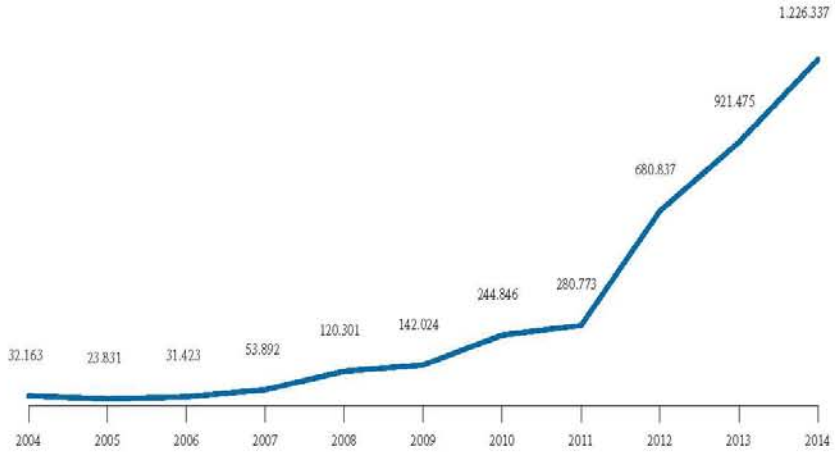
Em 2014, os dados do e-SIC foram disponibilizados para *download* em formato aberto, permitindo a análise estatística acerca da implementação da LAI no Poder Executivo Federal. Em 2015, a partir do sítio www.lai.gov.br, o cidadão terá acesso, de maneira acessível e aberta (sem necessidade de *login*), aos pedidos de informação e respectivas respostas registradas no sistema, com exceção daqueles que contêm informações pessoais ou protegidas por outras hipóteses de sigilo.

Objetivando apoiar órgãos e entidades no cumprimento da LAI e do Decreto nº 7.724, de 2012, em maio de 2014, foi lançada a RedeSIC, espaço destinado ao diálogo, à cooperação e ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) do Poder Executivo Federal.

Para garantir a melhoria contínua na implementação da LAI no Governo Federal, será desenvolvido, em 2015, painel de monitoramento com apresentação de indicadores e informações relativas ao cumprimento da Lei nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

O Portal da Transparência do Governo Federal (www.transparencia.gov.br) é a principal ferramenta de divulgação proativa de informações sobre receitas, despesas, contratos, convênios, com atualização diária. O volume de recursos disponibilizados para consulta no Portal superou R$ 14 trilhões em 2014. A média mensal de visitas atingiu 1,2 milhão de pessoas (incremento de mais de 30% em relação ao ano de 2013).

Portal da Transparência: média mensal de visitas por ano



Fonte: Portal da Transparência.

Está em desenvolvimento projeto de reformulação do Portal, a ser disponibilizado em 2015, para ampliar a oferta de informações e o número de usuários beneficiados. A ferramenta será adequada aos princípios de dados abertos, tornando-se mais interativa e acessível, com o compartilhamento de informações em redes sociais e acesso por meio de plataformas móveis como *smartphones* e *tablets*.

Visando apoiar Estados e Municípios na implementação das medidas de transparência governamental previstas na LAI, em 2013, foi criado o Programa Brasil Transparente. A participação é voluntária e realizada mediante assinatura de termo de adesão. Até o final de 2014, 1.434 entes aderiram ao Programa, incluindo Municípios e governos estaduais (AC, ES, MG, PI, RO, RS, SE e TO), além do Governo do Distrito Federal.

As ações do Brasil Transparente já alcançaram, por meio de capacitações presenciais, 800 Municípios e aproximadamente oito mil servidores estaduais e municipais. Na modalidade a distância, 9,4 mil pessoas, entre cidadãos e servidores públicos, obtiveram certificado de conclusão do curso sobre a Lei de Acesso à Informação. Em 2015, estão previstos o desenvolvimento do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente (MBT), para divulgação e monitoramento pela sociedade civil do avanço da transparência nos Estados e Municípios, e a disponibilização do e-SIC em formato livre, o que facilitará o cumprimento da LAI em todas as esferas federativas.

Com vistas à promoção da transparência, do controle social e da cidadania, em 2014, foram ampliadas as ações de capacitação realizadas por meio de cursos de educação a distância (EAD) do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública (FGP). Em 2015, está prevista a oferta de um curso sobre a modalidade de pregão e outro sobre a regulamentação da Lei de Acesso à Informação.

Ainda com relação à EAD, somente o curso "Controle Social e Cidadania", no âmbito do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, atingiu três mil cidadãos. O Programa Olho Vivo teve ainda suas ações de capacitação presenciais remodeladas e ampliadas, com a inclusão de oficinas direcionadas à população e a servidores públicos, além de mesa redonda sobre a importância do controle social e de vistorias para verificar a aplicação dos recursos públicos na localidade. As 24 ações realizadas, envolvendo cidadãos de 96 Municípios, capacitaram 3.138 conselheiros municipais, agentes públicos e lideranças locais para a prática do controle social.

Para a promoção da cidadania junto ao público infantojuvenil, destaca-se o Concurso de Desenho e Redação, envolvendo escolas e estudantes dos ensinos fundamental e médio, do projeto "Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania", em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa. Ao todo, 196 mil alunos foram mobilizados por essas ações.

Na esfera internacional, o Brasil foi eleito para o segundo mandato no Comitê Diretor da Parceria para Governo Aberto (OGP, do inglês *Open Government Partnership*), iniciativa internacional lançada em 2011, com o objetivo de difundir e incentivar práticas governamentais como transparência orçamentária, acesso público à informação e participação social. A Controladoria-Geral da União (CGU) irá representar o Brasil na parceria durante os próximos três anos e atuará ao lado de representantes governamentais de outros sete países. Além disso, foi criado um canal específico para acompanhamento das ações brasileiras frente à OGP por meio do sítio www.cgu.gov.br/governoaberto. Em 2015, terá início a elaboração, pelo Grupo Gestor do Comitê Interministerial Governo Aberto (CIGA), do terceiro plano brasileiro junto à OGP.

2. O Planejamento como Facilitador das Ações do Governo

O atual modelo de planejamento declara o Estado como indutor de um modelo de desenvolvimento organizado para promover o crescimento do País com redução de desigualdades. Tão importante quanto essa declaração são as práticas criadas pelo Governo Federal multiplicando experiências exitosas como as do PAC, do Brasil Sem Miséria e do Minha Casa, Minha Vida. Destacam-se como exemplos:

- O Plano Orçamentário (PO), instrumento gerencial que amplia a transparência ao mesmo tempo em que flexibiliza o orçamento;
- O Regime Diferenciado de Contratações (RDC), que reduziu em 50% o tempo médio para início de obras, em relação ao tempo dispendido nas contratações sob o amparo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- O novo modelo do Plano Plurianual 2012-2015, que inovou significativamente tanto em estrutura quanto linguagem;
- A centralização da aquisição de insumos comuns aos órgãos, por meio da Central de Compras; e
- A utilização de bens patrimoniais da União na promoção do desenvolvimento por meio da destinação para fins sociais, ambientais e econômicos.

a) Gestão do Plano de Aceleração do Crescimento

Os resultados do PAC revelam que o Programa é o grande plano de investimento público que orienta, fomenta e induz o investimento privado, promovendo melhorias na legislação tributária, estímulo ao crédito e fortalecendo a capacidade dos Ministérios. O PAC também é modelo de gestão porque induziu a qualificação das administrações públicas subnacionais; reduziu obstáculos burocráticos, normativos e jurídicos, que criavam restrições à execução das políticas públicas; e criou um processo de coleta, análise e tratamento da informação com foco em fazer acontecer as políticas públicas.

Os investimentos do PAC no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social atingiram R$ 57 bilhões no ano de 2014. Desse montante destacam-se os pagamentos de R$ 8,9 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e de R$ 5,4 bilhões destinados a ações do Ministério dos Transportes.

As ações finalizadas somam R$ 796,4 bilhões, ou seja 99,7% do valor global atualizado previsto para ser contratado até 2014. O resultado é 17,8% superior em relação ao último balanço, quando o volume de obras concluídas foi de R$ 675,8 bilhões.

Em apoio aos investimentos por parte dos entes federados, em 2014 foi ampliado em R$ 2 bilhões o limite de contratação de crédito para financiar contrapartida de obras do PAC, do MCMV e de projetos de mobilidade urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014. Ademais, os recursos autorizados para contratação de novas operações de crédito aumentaram em: i) R$ 3,2 bilhões para financiamento de projetos de pavimentação e qualificação de vias urbanas, por meio da linha Pró-Transporte – FGTS; ii) R$ 2 bilhões para empreendimentos de mobilidade urbana constantes no PAC 2; e iii) R$ 3,5 bilhões para esgotamento sanitário. Além disso, o prazo para contratação dos recursos do Programa Caminho da Escola foi estendido e a taxa cobrada foi reduzida em 2%.

Entre os anos de 2011 e 2014, o Governo Federal realizou 11 balanços do PAC2. Para cada um deles, foi elaborado e publicado na Internet (www.pac.gov.br) um Relatório Nacional por eixos, com a situação dos empreendimentos que compõem a carteira do Programa. Para 2015, será dada continuidade à política de priorização do investimento público em áreas estratégicas de infraestrutura.

b) Plano Plurianual

O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 trouxe inovações que permitiram explicitar um conjunto de objetivos e metas organizados em torno dos programas temáticos que expressam os principais compromissos do Governo para o período de quatro anos.

O monitoramento do Plano foi desenvolvido em três esferas concomitantes: Dimensão Estratégica; Dimensão Programática, na qual se faz o monitoramento e a avaliação dos objetivos e metas; e Agendas Transversais.

Em 2014, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação do Plano, contendo descrição dos resultados do ano-base 2013. O relatório informa à sociedade a situação dos objetivos e metas do PPA, bem como subsidia processos como a prestação de contas anual da Presidência da República e o relatório de gestão do Tribunal de Contas da União (TCU). Para o ano de 2015, está prevista a elaboração e o encaminhamento de novo relatório com os resultados do ano-base 2014.

Estudos prospectivos estão sendo desenvolvidos com vistas a subsidiar a construção do PPA 2016-2019, tais como "A segurança pública no Brasil em 2023: uma visão prospectiva" e "Cenários para o desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira no horizonte 2014-2034". Esse último, com conclusão prevista para 2015, visa traçar cenários para apoiar a tomada de decisão pública e privada em pesquisa e desenvolvimento no âmbito da agropecuária brasileira. Também neste ano está prevista a publicação do documento "Megatendências mundiais 2030 – O que organizações no mundo pensam sobre o futuro do mundo?", um compilado de tendências e incertezas críticas que permeiam a visão de futuro mundial, até 2030 ou mais, contemplando as dimensões: população e sociedade; geopolítica; ciência e tecnologia; economia; e meio ambiente.

Em 2014 foi lançado o Aplicativo Mais Brasil (www.ppamaisbrasil.planejamento.gov.br), o qual além de comunicar de forma mais direta e acessível as análises e dados da avaliação anual do PPA, também proporciona interface com a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde), que disponibiliza os dados georreferenciados de várias ações do Governo.

c) Avaliação de Políticas

Para aprimorar o entendimento e o uso de avaliações de impacto no País, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), em conjunto com órgãos governamentais, universidades e instituições do terceiro setor, vem elaborando o Protocolo de Brasília de Avaliação de Impacto que contém: uma caracterização da avaliação de impacto; suas utilidades; e os principais desafios a serem enfrentados para a sua execução. Também vem sendo realizadas avaliação de impacto das seguintes ações públicas: i) Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo/Pronasci); ii) Programa Ensino Médio

Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF); iii) Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (Rio Rural); e iv) oferta de serviços de creches na rede pública municipal do Rio de Janeiro/RJ.

d) Orçamento, Investimento e Custeio

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2015), enviado ao Congresso Nacional, estabelece que, em 2015, a prioridade do Governo Federal é reforçar investimentos sociais e em infraestrutura de forma a combinar crescimento econômico com justiça social.

No intuito de divulgar e estimular as pessoas a pensarem mais sobre o tema da orçamentação pública, o Governo Federal mantém uma escola virtual que já disponibilizou, de 2008 a 2014, mais de 15 mil vagas nos cursos de Orçamento Público, Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios e Federalismo no Brasil. Além disso, o Governo promove, desde 2007, um prêmio de monografias na área orçamentária que em suas sete edições já produziu centenas de monografias cujas propostas e reflexões têm inspirado iniciativas de mudanças no sistema orçamentário federal.

e) Previdência Complementar do Servidor Público

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe) garante aos atuais e futuros servidores um amanhã previdenciário sustentável. Entre as vantagens do novo regime, destaca-se i) o estímulo à poupança de longo prazo; ii) a proteção à renda após a aposentadoria; iii) a cobertura contra eventos de risco; iv) a dedução mensal de contribuições do servidor no imposto de renda; v) a reversão do déficit previdenciário; e vi) a abertura de espaço fiscal para investimentos estratégicos em áreas sociais.

Em 2014, a Funpresp aumentou em 32% o número de participantes, totalizando nove mil integrantes de 149 órgãos do Executivo e três do Legislativo. Os rendimentos da Funpresp-Exe atingiram 10,8% entre janeiro e 16 de dezembro de 2014, média superior a todos os índices de referência.

f) Gestão Pública

Os exemplos de boas práticas de gestão se multiplicaram em diversas áreas, tendo como foco o fortalecimento institucional e a prestação de serviços de qualidade à população. Nesse sentido, o Governo Federal vem atuando na criação de empresas públicas, organizações sociais e serviços sociais autônomos, conforme o tipo de serviço público a ser prestado, de forma a adaptar os instrumentos de gestão às particularidades de cada política.

A criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), em 2011, inaugurou um novo modelo institucional para cuidar dos hospitais de ensino das universidades federais. No período de 2011 a 2014, a EBSERH já havia incorporado 23 unidades hospitalares em 15 Estados e no Distrito Federal, além ter autorizado cerca de 40 mil contratações para toda a rede, sendo 5.507 em 2014. Já a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), foi instituída, por meio do Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014, como serviço social autônomo, modelo mais adequado à sua finalidade.

O novo modelo de gestão da folha de pagamento visa modernizar processos e aperfeiçoar os mecanismos de transparência e de controle, incorporando ações de prevenção e inteligência que proporcionem segurança para as unidades de gestão de pessoas e redução de custos para a administração pública federal (APF). A iniciativa já propiciou R$ 1,09 bilhão de economia entre junho de 2011 e dezembro de 2013, mediante cortes efetuados pela ação corretiva, e R$ 557,04 milhões de economia efetiva pela atuação preventiva no período de janeiro a dezembro de 2014.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) foi revitalizado com as seguintes ações lançadas em 2014: i) novo portal, mais amigável e com mais funcionalidades; ii) revisão do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP); iii) novo sistema de Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Serviços Públicos (e-IPPS); iv) publicação do Guia de Orientação para o Gerenciamento de Riscos e do Guia de *Benchmarking* Colaborativo; e v) revisão do Guia Metodológico para a elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão.

g) Logística e Compras Públicas

A criação da Central de Compras e Contratações do Governo Federal, pelo Decreto nº 8.189, 21 de janeiro de 2014, possibilitou a gestão estratégica e centralizada de itens necessários ao funcionamento de todos os órgãos de Governo, tais como vigilância e limpeza, manutenção predial e frota. Com a atuação da Central, objetiva-se conseguir melhores preços por ganhos de escala, utilizar o poder de compra do Estado para estimular práticas inovadoras, fomentar pequenas e microempresas, além de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento regional. A centralização também permite a padronização e o aperfeiçoamento de procedimentos, promovendo maior eficiência, qualidade, controle e fiscalização das compras públicas.

Em 2014, a Central iniciou projeto piloto para compra direta de passagens áreas junto às principais companhias. Com o novo modelo, o Governo pesquisa diretamente as ofertas e pode escolher o menor preço no momento da reserva. As passagens são pagas por meio eletrônico e registradas em um sistema único, o que facilita o acompanhamento e evita fraudes. Durante a execução do projeto, de 28/08/2014 a 20/10/2014, foi obtida uma redução média de 30,54% nos valores dos bilhetes em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Quanto ao serviço de telefonia fixa, licitado de maneira centralizada para 70 órgãos governamentais, obteve-se um desconto médio de 47,5% em relação aos preços praticados nos contratos anteriores. Já estão programadas aquisições centralizadas de imagens de satélite, videoconferência e ativos de rede. Também estão em estudo os serviços de manutenção predial, limpeza, reprografia e material de consumo, entre outros.

Foram editados atos estabelecendo regras e procedimentos, dentre os quais se destaca a alteração de regulamentação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), de forma a ampliar a eficiência nas contratações públicas, diminuindo riscos inerentes, e incentivar a inovação tecnológica. O Sistema de Registro de Preços (SRP) passou por modificação de regras para a contratação de serviços terceirizados e por nova definição de regras e procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços pelo órgão licitante. A Instrução Normativa SLTI/MP nº 4/2014, que trata dos procedimentos de contratações de soluções de tecnologia da informação, foi simplificada com maior foco no alinhamento estratégico e no Plano Diretor das entidades.

h) Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade

A continuidade da Agenda de Ações para Modernização e Melhoria da Gestão Pública vem permitindo que órgãos e entidades do Governo Federal melhorem os processos de maior impacto na vida dos cidadãos e das empresas e na competitividade do País.

Como resultados da referida Agenda em 2014, destacam-se: i) a implantação do Porto Sem Papel, que simplifica a atracação e liberação de embarcações nos portos públicos e elimina a necessidade de 140 formulários em papel; ii) a modernização da gestão portuária e do comércio exterior com revisão de processos em mais de 20 órgãos; iii) a desburocratização de abertura e encerramento de empresas, com simplificação de procedimentos e integração de sistemas federais, estaduais e municipais; e iv) modernização da gestão em mais de 30 órgãos, tais como a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), a Infraero, os Correios

e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), bem como nos Ministérios da Saúde, da Justiça, dos Transportes e da Cultura. Também foram realizadas sete edições do ciclo de eventos "Gestão em Destaque" com debates sobre inovações exitosas.

i) Acompanhamento das Empresas Estatais

Com intuito de desenvolver boas práticas de gestão e de governança corporativa, o Governo Federal monitora os investimentos, controla o endividamento, melhora a política de aplicação de instituições financeiras federais de fomento e coordena a política de pessoal das empresas estatais.

Somadas, as empresas contam com aproximadamente R$ 4 trilhões em ativos e mais de 540 mil empregados públicos. Em 2014, elas investiram R$ 107,3 bilhões, sendo que, desse montante, R$ 95,6 bilhões foram investimentos diretos, e R$ 11,7 bilhões realizados em empresas coligadas. O percentual de execução do Orçamento de Investimentos foi de 86,0%. Para 2015, foram aprovados investimentos da ordem de R$ 114,1 bilhões, dos quais R$ 105,7 bilhões em investimentos diretos, e R$ 8,4 bilhões por meio das empresas coligadas.

Destaca-se também a proposta de modernização de Estatutos Sociais para algumas das empresas estatais, como a Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Casa da Moeda do Brasil (CMB), aproximando-as dos ditames da Lei das Sociedades Anônimas.

No que diz respeito à governança corporativa, foi implantada política de remuneração variável para dirigentes de 21 empresas, visando ampliar os resultados e o desempenho dos gestores. A adoção do programa de Remuneração Variável dos Administradores (RVA) aumentou a transparência na remuneração e a valorização da eficiência nas estatais.

Mais de 25 mil vagas de emprego para estatais em setores estratégicos para o desenvolvimento do País foram autorizadas, permitindo assim a ampliação dos serviços públicos à população. Um exemplo foi a autorização de 15.285 vagas para nove hospitais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), propiciando a ampliação dos serviços hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), e 9.873 vagas para a Caixa Econômica Federal (Caixa).

j) Financiamentos Externos e Cooperação Internacional

O Governo Federal articula com instituições internacionais a disponibilização de financiamentos externos para projetos de desenvolvimento nos Estados e Municípios. Por meio da Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), em 2014, foram recomendados 39 projetos, no total de US$ 10,2 bilhões, tendo como principais beneficiários os Estados e Municípios. Em 2014, US$ 4 bilhões foram contratados por meio dos projetos aprovados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), à Corporação Andina de Fomento (CAF) e ao Banco Mundial.

No relacionamento com instituições financeiras internacionais de desenvolvimento, avanços foram obtidos com a participação ativa do Brasil nas formulações de políticas de desenvolvimento internacional, como a realização da Assembleia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Interamericana de Investimento (CII).

k) Patrimônio da União

A Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União está embasada no preceito constitucional da função social da propriedade e da garantia dos direitos individuais e coletivos.

No âmbito dos programas federais de provimento de habitação e regularização fundiária, foram disponibilizadas, em 2014: i) 18 áreas para a regularização fundiária da moradia de 24.065 famílias urbanas, totalizando 19,7 milhões de m²; ii) 3,5 mil hectares para a reforma agrária; e iii) 5,3 mil hectares ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a titulação direta a 347 famílias de comunidades remanescentes de quilombos que vivem em áreas da União. Ao todo, 80 áreas foram declaradas como de interesse público, por meio de Portarias de Declaração de Interesse do Serviço Público (PDISP), para garantir seu uso em projetos de políticas sociais.

Ação inédita possibilitou, em 2014, que duas glebas da União, com cerca de 250 hectares, fossem leiloadas e os recursos provenientes utilizados para aquisição de terras para comunidades indígenas da etnia Atikum, no Município de Nioaque/MS.

Ainda em 2014 foram destinadas 21 áreas para construção de residências do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), totalizando 1,7 milhão de m², beneficiando mais de 4,4 mil famílias. Foram intensificadas as atividades dos grupos de trabalho de habitação instalados nas unidades da Federação, ampliando a participação e o controle social na destinação de imóveis para atendimento às demandas dos movimentos organizados por moradia.

Como indução ao desenvolvimento econômico e social, a destinação de imóveis da União tem priorizado o apoio à execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo sido destinados para isso 135 imóveis da União em 2014. Destacam-se ainda a destinação de: i) dez áreas para implantação de Terminais Portuários de Uso Privado (TUP); ii) 12 áreas para Unidades de Conservação, equivalentes a três milhões de hectares; iii) 750 mil m² para universidades e institutos federais de educação; e iv) 224 imóveis para uso estatal, além do apoio prestado a 81 Municípios com ações de ordenamento territorial integrado da orla brasileira (Projeto Orla).

Foram destinados três imóveis nos Municípios de Curitiba (PR), Salvador (BA) e São Paulo (SP), com área total de mais de 25 mil m² para a construção das Casas da Mulher Brasileira em apoio à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Desde a criação do Programa Mulher: Viver sem Violência, em 13 de março de 2013, foram destinadas áreas em 13 localidades, totalizando mais de 100 mil m² de imóveis da União para esse Programa.

Em todas as sedes da Copa do Mundo FIFA 2014, foram disponibilizadas áreas da União, no âmbito do PAC, para complementação das ações de infraestrutura urbana, reduzindo o custo dos investimentos. Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 também contarão com a permissão de uso ou destinação de imóveis da União para sediar várias modalidades esportivas e equipamentos de apoio.

Na Amazônia Legal, a regularização fundiária de glebas públicas federais, por meio do Programa Terra Legal, possibilitou identificar como áreas inalienáveis da União 1,5 milhão de hectares, com vistas à destinação voltada ao interesse social e à preservação ambiental. Na região de fronteira em Roraima, foram identificadas 52 ilhas fluviais federais que subsidiaram políticas públicas locais e de interesse da defesa nacional.

A criação do Sistema de Requerimento Eletrônico – ferramenta que permite aos entes públicos e entidades privadas sem fins lucrativos a consulta e o requerimento de imóveis da União pela Internet – estabeleceu procedimento mais ágil, com perspectiva de redução do gasto público em aquisições e locações de imóveis. Sua implementação torna mais transparentes e seguras as solicitações de áreas para a implantação de escolas, creches, postos de saúde, habitação, entre outros.

A retribuição pelo uso privado de imóveis da União resultou, em 2014, na arrecadação de receitas patrimoniais da ordem de R$ 1 bilhão, o que corresponde a um aumento de 2,19% em relação ao ano de 2013. Isso foi possível pela modernização da forma de

cobrança via Arrecadação de Receitas Federais (e-Darf). Destaca-se o aumento na recuperação de créditos inadimplidos inscritos em Dívida Ativa da União, que registrou o montante de R$ 108,6 milhões, superando em 53,5% o arrecadado no ano anterior.

Com relação às ações de fiscalização, foram registradas 2.344 vistorias em de 2014, com prioridade para a preservação dos imóveis públicos e a contenção de irregularidades no uso, especialmente em áreas constitucionalmente definidas como de bens de uso comum do povo. Ampliando a transparência, o Governo Federal disponibilizou dados de mais de 300 mil imóveis diretamente no Portal da Transparência, incluindo os ocupados por servidores públicos federais. Em 2015, serão disponibilizadas as informações de toda a base de imóveis da União.

No tocante ao aumento da carteira imobiliária da União, em 2014 foram incorporados 1.602 imóveis, ampliando as possibilidades de apoio às políticas públicas governamentais.

l) Gestão de Pessoas, Relações de Trabalho e Valorização dos Servidores

Em 2014, foram autorizados concursos para o preenchimento de 12.263 cargos, o provimento de 21.103 cargos e a admissão de mais de 2,4 mil servidores em regime de contratação temporária. Dentre os provimentos autorizados, destacam-se os destinados à implementação das políticas nas áreas de educação, seguridade social e economia. No período de 2010 a 2014, foi priorizado o provimento de cargos de nível superior. Enquanto que em dezembro de 2010 esses cargos respondiam por 45,6% da força de trabalho, em 2014 esse percentual ficou próximo de 50%.

Dando continuidade ao processo de democratização das relações de trabalho, foram realizadas 70 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) para dialogar sobre os conflitos inerentes às relações de trabalho no serviço público. Em 2014, as negociações envolveram cerca de 15 mil servidores da Polícia Federal. Os reajustes acordados foram de 15,8%, parcelados em 2014 e 2015, para policiais federais (agentes, escrivães e papiloscopistas) que ainda não haviam sido contemplados nos anos anteriores.

No âmbito da Comissão Especial Interministerial (CEI) – instituída pelo Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, para revisão dos atos administrativos referentes aos anistiados de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994 –, foram julgados, no ano de 2014, 955 requerimentos e publicadas portarias de deferimento de retorno de 290 servidores.

O Governo Federal estimulou o acesso ao plano de saúde da Geap Autogestão em Saúde, participando na condição de patrocinador na prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores ou empregados ativos, aposentados e pensionistas que não contavam com os planos. Mais de 615 mil beneficiários hoje fazem uso dos planos da Geap, sendo a maior parte na faixa etária de 59 anos ou mais. As demais formas praticadas de assistência à saúde do servidor foram mantidas.

Na formação dos servidores públicos, destacaram-se as ações de capacitação nas áreas de: i) saneamento e projetos de mobilidade urbana; ii) avaliação socioeconômica de projetos de infraestrutura; iii) Regime Diferenciado de Contratações (RDC); iv) gestão de convênios; e v) Funpresp-Exe. Foi realizada a primeira edição do curso de especialização em "Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos". Foram capacitados 2.344 técnicos estaduais e municipais para elaboração de Planos Plurianuais. Ressalta-se ainda que a oferta de turmas presenciais de capacitação em desenvolvimento técnico-gerencial e de cursos de pós-graduação *lato sensu* passou a ser gratuita, elevando consideravelmente a procura por tais cursos.

Em outubro de 2014, foi ampliado de 60 para 96 meses o prazo máximo para operações de crédito consignado para os servidores e empregados que recebem pagamento pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).

m) Tecnologia da Informação

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) vem sendo aperfeiçoado com funcionalidades que permitem o registro detalhado das operações de crédito previstas para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa); a elaboração de pré-proposta orçamentária para órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário; e a criação de novo módulo para acompanhamento das emendas parlamentares.

Novas funcionalidades foram desenvolvidas no novo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg), como o cadastro das estruturas organizacionais e dos cargos e funções comissionados; e a ferramenta que possibilita, aos órgãos e entidades, elaborar suas propostas de revisão de estrutura organizacional e manter atualizados seus regimentos internos. O principal produto da segunda fase do projeto, que será concluído em 2015, será a gestão do fluxo de elaboração, análise e aprovação das propostas de estruturas organizacionais, cargos e funções por meio do sistema informatizado.

O Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe) pretende ser uma ferramenta completa de gestão de pessoas, abarcando todas as disciplinas da área e cobrindo o ciclo de vida funcional do servidor. Com o novo sistema, os processos eletrônicos substituirão o papel, com ganhos de produtividade, segurança e transparência. Vários módulos já foram disponibilizados e a conclusão do projeto está prevista para 2017.

No âmbito do Sistema de Informações das Estatais (Siest), foram implantadas também novas funcionalidades para acompanhamento de pessoal das estatais. Ao longo de 2015, serão desenvolvidos novos módulos, possibilitando o monitoramento das empresas e o acesso do cidadão aos gastos e investimentos das estatais.

Diversas melhorias foram realizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), como a integração com os sistemas financeiros existentes nos Estados e Municípios, melhorando a relação com as organizações da sociedade civil e o processo de prestação de contas, bem como subsidiando o monitoramento das emendas parlamentares.

Foi aprimorada a coordenação do uso dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por meio da maior integração entre os órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp); da participação conjunta em projetos de TIC; e da publicação do Guia do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e do *wikiSisp*, base colaborativa de conhecimento para o sistema.

Foi publicado também o plano de disseminação do uso do novo protocolo de Internet (IPv6) no Sisp, que permitirá a ampliação exponencial de endereços da rede, além de melhorar a *performance* e a segurança das redes e sítios dos órgãos governamentais. Para 2015, está previsto o lançamento do Modelo de Governança de TIC para o Sistema, direcionando as ações de TI no apoio à implementação das políticas públicas.

A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC) foi aperfeiçoada com metas e diretrizes estabelecidas até o final de 2015. A publicação vale para todos os órgãos integrantes do Sisp e possibilitará a definição da política estratégica de gestão de TIC do Poder Executivo Federal.

O Portal do Software Público Brasileiro (SPB) está em reformulação, com evoluções na estrutura tecnológica, de conteúdo e revisão dos processos de licenciamento. Atualmente, o SPB é utilizado em todo o País e a intenção é alcançar todos os Municípios.

n) Produção e Disseminação de Informações e Arquivo Público

A produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas permite que o Brasil se conheça melhor e contribui para as análises sobre as políticas públicas.

No âmbito do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), cabe registrar as seguintes ações: i) divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) sobre mercado de trabalho nos níveis Brasil e Grandes Regiões; e ii) continuidade da preparação de novos indicadores, o que permitirá, em 2015, a divulgação completa dos indicadores do mercado de trabalho, como também o início da divulgação contínua (mensal e trimestral) dos indicadores conjunturais e dos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS).

Em 2015, haverá o início da implantação do Sistema Contínuo de Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF Contínua), que prevê POFs Completas a cada cinco anos e POFs Simplificadas anualmente, com o início da coleta da POF Completa 2015-2016. Serão introduzidos, na PNAD Contínua, módulos sobre os temas migração, fecundidade, trabalho infantil e habitação.

Cabe mencionar ainda a publicação "Estatísticas de Gênero – uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010"; a estruturação do Sistema Nacional de Políticas de Gênero (SNIG); e a divulgação da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic 2013) que, além de temas gerais relacionados à gestão pública, introduziu bloco específico relativo à Política de Gênero nos Municípios.

A produção de indicadores socioeconômicos foi complementada pela PNAD. Em sua edição de 2014, com referência ao ano 2013, a pesquisa produziu dados sobre o tema segurança alimentar. Em 2015, serão divulgados dados sobre: i) acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único); ii) inclusão produtiva; iii) mobilidade sócio-ocupacional; e iv) qualificação profissional.

No âmbito da produção de informações da área econômica, vale destacar a continuidade do projeto de implantação da "Série de Contas Nacionais, – referência 2010", atendendo às recomendações internacionais do manual das Nações Unidas, "*System of National Accounts* – revisão 2008", e a gradativa incorporação de nova classificação de atividades e produtos, de novas fontes de dados disponibilizadas sobre a economia brasileira, bem como de resultados de pesquisas realizadas.

Na área de preços, destaca-se a expansão dos índices do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC) para a Região Metropolitana de Vitória/ES e para o Município de Campo Grande/MS. Prevê-se, no primeiro semestre de 2015, a divulgação dos primeiros resultados do Índice de Preços ao Produtor (IPP) para a Indústria Extrativa.

No campo das geociências, o Brasil expandiu a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) em 14% relativamente a 2013. Atualmente, a rede opera com 112 estações, com apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Incra e de instituições de ensino das esferas estadual e federal. Destaca-se ainda o aumento de 46% do número de estações transmitindo dados em tempo real, alcançando um total de 78% das estações operando em tempo real, além de 25% das estações contarem com sensores meteorológicos que registram temperatura, pressão e umidade relativa a cada minuto.

Foi divulgada a Base Cartográfica Contínua e integrada, na escala de 1:1.000.000 (um por um milhão), de 100% do território brasileiro, referência cartográfica para ações de planejamento, monitoramento e gestão territorial e para atualização das

informações dos recursos naturais do País. Também foram disponibilizados os mapas de 174 Municípios que sofreram alterações em seus limites territoriais, bem como a Malha Municipal atualizada 2014.

Destaca-se ainda a disponibilização de arquivos digitais sobre os recursos naturais do Brasil: i) informações da cobertura e uso da terra do Estado de Rondônia; ii) informações dos levantamentos de hidrogeologia e hidroquímica de superfícies e subterrâneas da região Nordeste; iii) informações geoespaciais temáticas de atributos referentes a geologia, geomorfologia, pedologia (solos) e vegetação de parte das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste; e iv) mapa intitulado Potencial de Agressividade Climática na Amazônia Legal.

Foram também divulgados os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic 2012), contribuindo para a consolidação e a ampliação de um sistema avançado de informações sobre gestão de políticas públicas, passando a abranger os níveis municipal, contemplado desde 1999, e estadual.

Quanto à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), os principais resultados, até 2014, foram: i) implantação do Diretório e do Portal Brasileiros de Dados Geoespaciais (DBDG), que dão acesso a dados e serviços geoespaciais na *web*; ii) oferta de 16 treinamentos nacionais e três regionais, com a participação de mais de 300 servidores e 75 instituições; iii) elaboração de proposta de Política Nacional de Geoinformação pelo Fórum de Gestores de Geoinformação; e iv) aquisição centralizada de imagens por meio da Central de Compras do Governo Federal, em fase de licitação. Também foram disponibilizados na INDE quatro cenários climáticos futuros regionalizados na escala de 20 km por 20 km, avanço significativo para a disponibilização de informação, visto que o Brasil, até então, dispunha apenas de um modelo climático regionalizado.

No âmbito da produção e disseminação de dados, destacam-se os seguintes estudos: i) "Assuntos Estratégicos – Social e Renda: A Classe Média Brasileira"; e ii) "Assuntos Estratégicos – Educação Profissionalizante: Determinantes e Motivações".

Foram lançados também o "Atlas das Regiões Metropolitanas" – plataforma *on-line* que permite a qualquer cidadão consultar facilmente a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e mais de 200 indicadores em quase dez mil unidades de desenvolvimento humano de 16 regiões metropolitanas – e a edição 2014 da série "Brasil em Desenvolvimento", reunindo diagnósticos, cenários prospectivos e propostas para a condução de políticas estratégicas visando ao desenvolvimento do País ao longo do próximo decênio.

Na cooperação internacional voltada para a produção de informações, destaca-se a produção da 5ª Publicação Estatística Conjunta dos Países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), lançada oficialmente durante a Cúpula dos Presidentes dos países BRICS, em Fortaleza/CE, e a realização no País da 5ª reunião técnica dos Institutos Nacionais de Estatística dos países que compõem o BRICS. Ainda no âmbito dos BRICS, foram realizados o 6º Fórum Acadêmico e a Reunião do Conselho de *Think Tanks* dos BRICS. Em fevereiro de 2015, o Brasil organizará o Encontro de Ministros Responsáveis por Questões Populacionais dos países membros do BRICS, por intermédio da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD).

No que se refere à disponibilização de informações de interesse público, em 2014, foram executadas campanha de fomento para criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais e pesquisa quantitativa e qualitativa da atual situação dos arquivos públicos estaduais. Foram aprovados importantes instrumentos normativos do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq): i) Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014, estabelecendo diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e o recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar); e ii) Resolução nº 42, de 9 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a análise do papel reciclado fabricado no Brasil para produção de documentos arquivísticos.

No âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga) da administração pública federal, o trabalho conjunto do Arquivo Nacional/MJ e da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MP, resultou na publicação, em 31 de dezembro de 2014, das Portarias Interministeriais nº 2.320, que institui o Sistema Protocolo Integrado no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal, e nº 2.321, que define os procedimentos relativos à utilização do Número Único de Protocolo (NUP) nos órgãos e entidades da administração pública federal. Para 2015, espera-se o cumprimento das seguintes ações: i) implementação do projeto de organização, descrição, conservação e digitalização de documentos, bem como aperfeiçoamento da infraestrutura de guarda do acervo de obras raras; ii) implantação de Banco de Matrizes, com salas-cofre para guarda e preservação de documentos que exigem condições especiais de estocagem; e iii) fortalecimento do Siga e aperfeiçoamento da capacidade de controle, tratamento e digitalização de documentos.

No âmbito internacional, o Brasil é a atual sede da *Asociación Latinoamericana de Archivos* (ALA), tendo sido indicado para promover a articulação com os arquivos nacionais da América Latina e do Caribe, no âmbito do Fórum de Dirigentes de Arquivos Nacionais (FAN) e do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos (ICA).

3. Regulação de Mercados

a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação

O Governo Federal por meio do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação (Pro-Reg) tem adotado práticas da maior relevância para a reforma e a melhoria da qualidade da regulação no Brasil, utilizando como referência as melhores experiências observadas no cenário internacional. Dentre essas práticas, ressaltam-se as que visam: i) identificar e difundir experiências e oportunidades de aperfeiçoamento da governança regulatória; ii) promover a coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório; iii) aprimorar os mecanismos de prestação de contas; e iv) apoiar a participação e o monitoramento por parte da sociedade civil sobre os avanços na qualidade da regulação de mercados.

Em 2014, foi dada ênfase à disseminação da ferramenta Análise de Impacto Regulatório (AIR) e à implementação de medidas de simplificação administrativa. Para tanto, foram planejados eventos de capacitação e atividades de cooperação e intercâmbio com organismos nacionais e internacionais, como: i) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); ii) Fundação Getúlio Vargas (FGV); iii) Instituto Serzedello Corrêa (ISC), vinculado ao Tribunal de Contas da União (TCU); iv) União Europeia, por intermédio do Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais; v) Comissão Federal de Melhora Regulatória (Cofemer/México); vi) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e vii) *Office of Information and Regulatory Affairs* (Oira/Estados Unidos).

Como resultado, foram realizados cursos e oficinas que capacitaram 909 servidores, oriundos de: Agências Reguladoras federais; de Ministérios; de Agências Reguladoras estaduais, do Distrito Federal e municipais; do TCU; da Procuradoria Geral da República (PGR); do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); além de representantes de entidades empresariais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Câmara de Comércio Brasil – Estados Unidos (*AmCham* Brasil).

Em 2015, com o Pro-Reg, o Governo Federal pretende: i) expandir, no âmbito da administração pública federal, o uso da AIR; ii) estimular a fiscalização e a supervisão mediante a gestão de riscos; iii) ampliar as ações para outros órgãos e entidades que também editam atos normativos, mas que não exercem, no sentido estrito, função regulatória; iv) instituir um concurso anual para selecionar iniciativas institucionais inovadoras voltadas para o aperfeiçoamento da qualidade da regulação; e v) dar sequência ao intercâmbio e à cooperação com o Oira/EUA, com a Cofemer/México e outros países latino-americanos, e com a União Europeia, por intermédio do Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais, para desenvolver ações para a consolidação e redução do estoque normativo, com vistas a promover a desburocratização, a simplificação administrativa e a redução dos encargos regulatórios no Brasil.

b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

Diversas ações foram adotadas em 2014 para assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente, cabendo destacar:

- A adoção do novo modelo de supervisão implementado em 2013, alinhado ao modelo internacionalmente denominado *Twin Peaks*, que possibilitou: i) aumento da intensidade da supervisão, em especial nas instituições com maior potencial sistêmico; ii) aperfeiçoamento da capacidade de avaliação horizontal, mediante comparação de comportamentos entre as diversas instituições; iii) aprimoramento na gestão dos recursos, com otimização de sua alocação, considerados os riscos aos quais estão expostas as instituições; iv) maior foco na visão prospectiva, com base na análise da viabilidade e no melhor entendimento dos modelos de negócio das instituições; v) intensificação do diálogo com as áreas responsáveis pela governança corporativa nas entidades supervisionadas, de modo a criar um ambiente mais propício à gestão de riscos e de controles; e vi) implementação de nova metodologia de supervisão remota, ampliando a capacidade de supervisão das atividades de inspeção realizadas em todo o universo fiscalizável;

- A análise feita pelo *Regulatory Consistency Assessment Programme* (RCAP), do Comitê de Basileia, da implementação da regulação de Basileia no Brasil, sua consistência e os resultados obtidos, atribuindo classificação máxima ao Banco Central (BC);

- O estabelecimento de procedimentos para que as instituições financeiras elaborem e divulguem o documento contábil denominado Conglomerado Prudencial, contendo informações relativas às posições contábeis consolidadas no País e no exterior das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC, além das posições contábeis primárias das entidades controladas não sujeitas à sua autorização para funcionar, mas que exerçam atividades de natureza financeira;

- O aprimoramento da regulamentação e dos procedimentos de supervisão das cooperativas de crédito e demais instituições não bancárias, com foco na racionalização de suas funções, na diversificação da oferta de produtos e serviços e na redução de custos de funcionamento e fiscalização, de forma a promover o aumento da concorrência, a redução de custos para os clientes, a desconcentração sistêmica e maior inclusão financeira da população;

- A prática de as cooperativas de crédito passarem a remeter informações sobre os cooperados fortalecendo os dados do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS). Outro resultado importante foi a adequação da regulamentação de capital aplicável às cooperativas de crédito, com a redução dos fatores de ponderação de risco aplicáveis às operações realizadas dentro de um mesmo sistema cooperativo e às operações contratadas por associados, além do estabelecimento de procedimentos operacionais para o início das atividades do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que passa a proteger depósitos e investimentos de cada associado às cooperativas singulares de crédito até o limite de R$ 250 mil;

- O aprimoramento da regulamentação sobre o registro de títulos e valores mobiliários e sobre a remessa de informações ao BC pelos sistemas de registro e de liquidação financeira, com vistas a proporcionar maior transparência às operações com esses ativos no mercado financeiro;

- A revisão das medidas macroprudenciais de crédito introduzidas no final de 2010, mediante: i) a redução dos fatores de ponderação de capital aplicáveis às operações de crédito de varejo; ii) a ampliação dos critérios máximos de exposição e de receita para classificação de operações como de varejo; e iii) a promoção de ajustes dos fatores de conversão de crédito aplicáveis às operações de comércio exterior e de garantia de *performance*;

- A modificação do conceito de cliente em relação à administração pública federal, no que concerne aos limites de exposição por cliente, tendo as entidades controladas direta ou indiretamente pela União passado a ser tratadas como um único cliente tão somente quando apresentam relação de dependência econômica entre si. Na mesma linha, a União passou a ser tratada como um cliente, independentemente das entidades que controla;
- A simplificação das regras de divulgação de informações sobre estrutura de capital de instituições financeiras;
- O aprimoramento da regulamentação relativa às aplicações de investidor não residente no Brasil nos mercados financeiro e de capitais do País;
- A regulamentação a política de responsabilidade socioambiental, estabelecendo que cada instituição financeira deve implementar sua própria política, compatível com a natureza da instituição e com a complexidade de suas atividades, seus serviços e seus produtos, observando-se o princípio da proporcionalidade. Por outro lado, a política deve considerar o grau de exposição ao risco socioambiental de suas ações e operações, em atenção ao princípio da relevância;
- A revogação de 96 resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), além de 64 circulares e 62 cartas circulares do Banco Central, todas sem função por decurso de prazo ou por regulamentação superveniente; e
- A decretação pelo Banco Central de seis regimes de liquidação extrajudicial no ano de 2014. No mesmo período, 14 regimes especiais foram encerrados e houve a atualização do regulamento aplicável aos inquéritos realizados pelo BC com vistas a apurar as responsabilidades pela quebra das instituições.

Para o ano de 2015, estão sendo desenvolvidas ações para aperfeiçoar a regulamentação atinente às cooperativas de crédito, estabelecendo novos critérios de segmentação e fixando novos requisitos prudenciais e de governança. Estão previstas a definição de novos limites mínimos de capital inicial e de Patrimônio de Referência (PR), além de adequações no processo de autorização para funcionamento. No segmento de micro e pequenas empresas (MPEs), estudos estão sendo iniciados com o propósito de viabilizar a criação de sociedades garantidoras de crédito, entidades privadas que congregam pequenos empresários locais e que concedem garantias às instituições financeiras nas operações de crédito contratadas com seus associados. Com essa iniciativa, pretende-se favorecer o acesso das MPEs ao crédito. Será também dada continuidade à agenda de estabilidade financeira – Basileia 3 –, por meio da implementação de medidas relacionadas à razão de alavancagem e ao índice de liquidez de curto prazo, além dos estudos sobre a implementação no País do *buffer* contracíclico (colchão de capital) e dos critérios de divulgação de informações e de requerimento de capital para as instituições sistemicamente importantes, tanto em nível global quanto nacional.

c) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro

O ano de 2014 pode ser considerado um importante marco para o setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta com as ações implementadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), visando aprimorar o processo de regulação e fiscalização desse mercado. Nos últimos anos, o setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta tem apresentado crescimento significativo e constante, com perspectivas de manter esse vigor por mais tempo, seja pelo espaço que ainda tem para se desenvolver no País, seja pela própria dinâmica da atividade.

A estimativa do mercado supervisionado aponta para uma receita total do setor, em 2014, próxima dos R$ 200 bilhões – pouco mais de 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) – e provisões técnicas acima de R$ 500 bilhões. Estão em operação 118 sociedades seguradoras, 140 resseguradoras, 19 sociedades de capitalização, 24 entidades abertas de previdência complementar e 89.364

corretores de seguros. A Susep vem trabalhando em várias frentes para colaborar com o desenvolvimento do mercado de seguros e permitir a consolidação da atividade no âmbito da economia brasileira.

Nesse sentido, foi elaborado um Programa de Ações composto por três linhas: Medidas Institucionais, Canais de Distribuição e Blindagem de Ativos. Na primeira etapa, foram discutidos o período de duração do mandato dos dirigentes da Susep e critérios técnicos para escolha do superintendente e diretores. Na segunda parte do Programa, foram discutidas diversas propostas para redução do custo final dos seguros populares. Por fim, na última parte, a blindagem dos ativos garantidores para evitar que façam parte da massa falida de empresas em processo de liquidação, garantindo os direitos dos segurados e beneficiários dos contratos de seguros.

O Laboratório de Produtos foi outra iniciativa de 2014, tendo como objetivo estimular o mercado com a criação de normas para produtos que ainda não estão sendo comercializados. Já se encontram em desenvolvimento quatro propostas que deverão ser colocadas em consulta pública e posteriormente servirão para o lançamento dos produtos: Seguro Auto Popular, *Universal Life* e Risco de Longevidade para Fundos de Pensão.

Nas ações preventivas, destaca-se a criação do Comitê Permanente de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Coibição ao Financiamento do Terrorismo nos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Privada Aberta (CPLD), com o objetivo de propor normas, procedimentos e estudos, novos padrões e novas tecnologias para aprimoramento das ferramentas disponíveis relativas ao tema.

No âmbito das decisões normativas, aprovou-se a exigência às empresas supervisionadas de adoção da auditoria atuarial independente, o que deverá conferir mais transparência, confiabilidade e solidez ao setor. Outro ato normativo, lançado em 2014, refere-se às coberturas obrigatórias do Seguro Viagem. Despesas médicas, hospitalares e odontológicas passaram a ser oferecidas aos consumidores na contratação desse seguro nas viagens ao exterior. Nas viagens nacionais, a cobertura é opcional. Anteriormente, o Seguro Viagem tinha apenas duas coberturas obrigatórias –casos de morte e invalidez permanente –, que não atendiam plenamente às necessidades dos consumidores.

Em 2014, foi aprovado também outro importante normativo relacionado ao ramo petróleo: o fator de redução de 60% dos prêmios desse seguro para efeito de cálculo da retenção global dos prêmios das sociedades seguradoras. A medida deverá estimular o interesse das empresas por essas operações pelo fato de diminuir as exigências de retenção de recursos, o que vinha sendo um impedimento para a atuação de seguradoras de menor porte no ramo.

d) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Em 2014, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) conferiu continuidade ao planejamento de suas atividades de supervisão segundo modelo baseado em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427/2006, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com base nesse modelo, a CVM destina maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

As ações preventivas de supervisão realizadas ao longo do exercício foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários, nos termos estabelecidos no Plano Bienal 2013-2014, divulgado no sítio institucional da entidade (www.cvm.gov.br), onde também podem ser encontrados os Relatórios Semestrais de execução e o Plano para o biênio 2015-2016.

No âmbito das emissões de valores mobiliários, merece registro o crescimento das ofertas públicas de títulos do agronegócio, com destaque para o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), cujo volume financeiro subiu de R$ 250 milhões, em 2013, para um montante superior a R$ 1 bilhão em 2014. Isso demonstra a importância do mercado de capitais como alternativa ao crédito bancário para o financiamento desse importante setor da economia brasileira.

A respeito das atividades de regulação do mercado, deve ser destacada a edição das Instruções CVM nºs 547, 548, 549, 551 e 552, e dos normativos destinados à aprovação de pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que dispuseram, entre outros assuntos, sobre a evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros.

As Instruções CVM nº 547 e nº 548, respectivamente, flexibilizaram o regime de divulgação de informação sobre ato ou fato relevante e dispensaram a publicação em jornal dos avisos obrigatórios em ofertas públicas, com o objetivo de facilitar e agilizar a disseminação de atos e fatos relevantes, bem como contribuir para a redução dos custos de acesso e manutenção das companhias abertas.

A Instrução CVM nº 549 criou os Fundos de Investimento em Ações – Mercado de Acesso (FMA), que têm como política de investimento aplicar pelo menos 2/3 do patrimônio em ações de companhias listadas no segmento, aprimorando o ambiente regulatório para que empresas de menor porte consigam acessar o mercado de capitais e se financiar por meio de emissões públicas de ações. Também com vistas ao segmento de empresas de menor porte, a Instrução CVM nº 551 inseriu as ações no rol de ativos que podem ser distribuídos publicamente com esforços restritos e estabeleceu novas regras relacionadas à distribuição e negociação de valores mobiliários por emissores em fase pré-operacional.

Ainda no âmbito das atividades de regulação do mercado de capitais, a Instrução CVM nº 552 atualizou vários dispositivos do formulário de referência previsto na Instrução CVM nº 480, de forma a racionalizar e aprimorar a prestação de informações pelas companhias. Além disso, disciplinou as informações que devem ser divulgadas ao mercado pela companhia sempre que for realizada uma transação entre partes relacionadas que se enquadre em determinados critérios, permitindo que os acionistas possam monitorar as transações mais relevantes de forma mais estreita e imediata.

Com relação às atividades de proteção e orientação aos investidores, em 2014, foi realizada a 1ª Semana Nacional de Educação Financeira (www.semanaenef.gov.br), sendo oferecidas gratuitamente ao público 170 iniciativas educacionais, como palestras, cursos, premiações e atividades por meio eletrônico.

Especificamente no âmbito da educação de investidores, a CVM lançou a terceira edição eletrônica do livro "Mercado de Valores Mobiliários". Também foi lançado o livro "Relações com Investidores – da pequena empresa ao mercado de capitais" e inaugurado novo curso de educação financeira a distância para jovens.

A fim de buscar soluções para fomentar mudanças de comportamentos financeiros prejudiciais ao indivíduo e estimular o hábito de planejamento financeiro e de formação de poupança, foram realizadas as seguintes ações: i) criação de Núcleo de Estudos Comportamentais; ii) organização de uma conferência internacional; e iii) lançamento de *blog* dedicado a essas reflexões (http://pensologoinvisto.cvm.gov.br/).

No que tange à atuação internacional, em 2014, a CVM conquistou um assento no *Monitoring Board da International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS). Por meio do *Monitoring Board*, as autoridades do mercado de capitais que endossam ou estabelecem a adoção dos padrões do IFRS em suas respectivas jurisdições – como é o caso da CVM – tornam-se aptas a cumprir seus mandatos de maneira mais efetiva no que diz respeito à proteção do investidor, à integridade de mercado e à formação de capital.

No segundo semestre do ano, a CVM sediou, no Rio de Janeiro/RJ, a 39ª Conferência Anual da Organização Internacional das Comissões de Valores (Iosco) tendo sido eleita para a Vice-presidência do *Growth & Emerging Markets Committee*.

Por fim, em termos de atividade sancionadora, a CVM instaurou, em 2014, 86 processos. No mesmo período, o Colegiado da entidade julgou 42 processos, que resultaram na aplicação de 128 multas, 16 advertências e cinco inabilitações. Outros 19 processos sancionadores (procedimentos investigativos) foram encerrados por meio do cumprimento de obrigações constantes dos Termos de Compromisso, bem como aceitas 39 propostas de Termo de Compromisso.

e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

Cabe ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) promover a concorrência em órgãos de governo e perante toda a sociedade, além de atuar na prevenção e na repressão às infrações contra a ordem econômica.

Nesse sentido, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF), responsável pela advocacia da defesa da concorrência, emitiu, em 2014, análises e pareceres sobre atos normativos relacionados a diversas áreas da economia.

Em 2014, no controle de condutas, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) julgou 57 processos administrativos de apuração de infrações à ordem econômica. Houve condenação em 39 processos e as multas aplicadas somam cerca de R$ 3,3 bilhões – correspondente a 13 vezes o valor das penalidades impostas em 2013. O vultoso crescimento no valor das multas aplicadas deve-se ao julgamento do PA nº 08012.011142/2006-79 (Cartel do Cimento), em que o Cade determinou a condenação das Representadas e aplicou multa no valor de R$ 3,1 bilhões. Ademais, foram assinados 36 Termos de Cessação de Condutas – acordos firmados com acusados por suposta infração à ordem econômica determinando o fim da prática investigada e de seus efeitos lesivos à concorrência – que totalizaram cerca de R$ 168 milhões em contribuições pecuniárias recolhidas ao Fundo de Direitos Difusos (FDD).

Tendo como prioridade o combate a cartéis, foram feitos investimentos em equipamentos, *softwares* e treinamento da equipe em técnicas de investigação e econometria para consecução do projeto de Estruturação do Laboratório de Inteligência do Cade. Foram ainda celebrados seis acordos de cooperação técnica com outros órgãos da administração pública para compartilhamento de informações.

Em 2014, foram assinados dez acordos de leniência, sendo seis novos e quatro aditivos. Foram realizadas ainda cinco operações de busca e apreensão, sendo duas cíveis (promovidas pelo Cade) e três criminais (em que o Cade atuou como parceiro), que cobriram mais de 150 alvos distribuídos em sete Estados.

No controle de estruturas, o Conselho analisou 397 Atos de Concentração (AC). Na agenda de cooperação internacional, o Cade celebrou três novos acordos com agências antitruste estrangeiras e renovou outros dois. Isso facilitou a instrução pelo Cade, em 2014, de 25 casos em cooperação com outras agências de defesa da concorrência, seja para o combate a cartéis internacionais, seja para o controle de fusões transnacionais.

Para 2015, a Seae/MF planeja formular um manual de crítica de normas governamentais para que os efeitos sobre os níveis de concorrência na economia possam ser analisados de forma mais facilitada, permitindo multiplicar, por diversos agentes públicos de outras esferas de governo, a análise da defesa concorrencial.

O Cade definiu como prioridades: i) continuar o fortalecimento da política de combate a condutas anticompetitivas e manter o desempenho na análise de atos de concentração; ii) melhorar a eficiência na instrução de processos de apuração de infrações à

ordem econômica; iii) fomentar a pesquisa e a elaboração de estudos em regulação e defesa da concorrência; iv) produzir guias para orientar a atuação do Cade e dos administrados; v) fomentar a solução de processos por meio de acordos; e vi) adotar as melhores práticas internacionais em defesa da concorrência.

Cabe destacar ainda que são projetos prioritários do Cade para 2015: i) o Cade sem Papel – adoção do processo eletrônico na Autarquia; ii) o ICN *Work Products* – estruturação da agenda de implementação dos produtos gerados pela rede internacional de defesa da concorrência; iii) o uso integrado de informações concorrenciais – cruzamento das bases de dados do Cade com as de instituições parceiras visando à realização de estudos setoriais e à análise de casos concretos; e iv) a revisão de indicadores – adequação das métricas de desempenho do Cade à nova legislação e criação de mecanismos de avaliação de efetividade da política de defesa da concorrência.

f) Defesa do Consumidor

Dentre as ações de 2014, destacam-se os avanços na implementação e consolidação do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), instituído pelo Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013.

No âmbito do Observatório Nacional das Relações de Consumo, criado pelo Plandec, a atuação foi pautada no enfrentamento dos problemas que mais atingem os consumidores de serviços regulados. Assim, deu-se continuidade à construção de uma Proposta de Análise de Impacto Regulatório sob a perspectiva dos direitos do consumidor e ao acompanhamento da implantação do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações. Além disso, foi instituído o Grupo de Trabalho Interinstitucional Consumo e Saúde Suplementar. Destacam-se ainda as atividades do Comitê de Consumo e Turismo, que atuou, em conjunto com as autoridades locais, com vistas à proteção dos consumidores-turistas nas cidades que sediaram os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014.

Ainda no âmbito do Plandec, merece destaque a continuidade das ações integrantes do Programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, tendo como foco, em 2014, o trabalho desenvolvido junto a organizações da sociedade civil para o fortalecimento da participação social na defesa do consumidor.

O lançamento do Programa de Educação Financeira para Consumidores também deve ser ressaltado com a realização das seguintes ações: i) 1º Seminário de Educação Financeira para Consumidores; ii) piloto do Curso presencial voltado ao cidadão sobre a temática; e iii) parceria inédita com a Secretaria Extraordinária de Proteção e Defesa do Consumidor do Município do Rio de Janeiro (Procon Carioca).

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) capacitou, ao longo de 2014, aproximadamente 3.250 técnicos e agentes de defesa do consumidor em todas as regiões do Brasil, propiciando debates sobre questões que afetam os consumidores brasileiros.

No ano de 2014, a partir da integração de novos Procons Estaduais e Municipais, o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) ampliou sua base nacional de dados sobre as demandas de consumo levadas aos Procons de 26 unidades da Federação (incluindo o Distrito Federal), que hoje contam com mais de 12 milhões de registros, integrando 424 Municípios.

O aprimoramento da transparência dos dados do Sindec constituiu ação presente no 2º Plano de Ação Brasileiro firmado no campo da Parceria para Governo Aberto. Ainda com o objetivo de fortalecer as políticas de prevenção e redução de conflitos pelo aprimoramento da transparência e incentivo à excelência no atendimento aos consumidores, em 2014, foi lançado o Portal Consumidor.gov.br, plataforma tecnológica para solução alternativa de conflitos de consumo monitorada pelos órgãos de

defesa do consumidor e pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon/MJ), com o apoio da sociedade. O serviço facilita e amplia o acesso do consumidor aos seus direitos, promove a conciliação entre as partes envolvidas, diminui conflitos judiciais e permite ao Estado acompanhar a realidade do mercado de consumo, em tempo real. O Portal conta com a adesão de mais de 200 empresas e 33 mil consumidores já cadastrados para utilização do serviço. A ferramenta permite avaliar o desempenho das empresas participantes por meio de indicadores como: i) quantidade de reclamações por empresa; ii) índice de resolução; iii) satisfação do consumidor com o atendimento dado; e iv) prazo médio de resposta.

Em 2014, a atuação fiscalizatória de âmbito federal, por meio da Política Nacional das Relações de Consumo, resultou na autuação de 12 grandes empresas que violaram dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, culminando na aplicação de multas que ultrapassaram R$ 13 milhões.

No âmbito da saúde e da segurança dos consumidores, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) acompanha e monitora a realização e a efetividade de aproximadamente 800 campanhas de *recall* realizadas pelos fornecedores.

No âmbito internacional, destaca-se a realização do III Seminário Internacional sobre Consumo Seguro e Saúde, sendo que o Brasil foi eleito para presidir a Rede Consumo Seguro e Saúde das Américas no biênio 2014-2015. Além disso, o Brasil tem contribuído para a discussão da reforma das Diretrizes das Nações Unidas para Defesa do Consumidor. O País também desenvolveu uma Proposta de Convenção Internacional sobre Proteção aos Consumidores Turistas e Visitantes, em discussão na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (CHDIPr). No Mercosul os órgãos de proteção ao consumidor do Comitê Técnico nº 7 têm trabalhado na criação de curso básico de formação voltado para os servidores dos Estados-membros.

Além da continuidade da execução do Plandec, para 2015 pretende-se consolidar, em conjunto com o Ministério da Saúde, o Sistema de Informações de Acidentes de Consumo (Siac), ampliando o número de clínicas e hospitais envolvidos, com vistas ao incremento da proteção da saúde e segurança do consumidor em âmbito nacional. Também são previstas as seguintes ações: i) implementar o Sistema Interamericano de Alertas Rápidos (Siar), em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA), com compartilhamento de informações entre os países da América, visando maior agilidade na tomada de medidas adequadas referentes a exposição da população a riscos provenientes de produtos inseguros; ii) implantar Câmaras Técnicas de Consumo e Turismo em todas as capitais do País; iii) criar, no âmbito da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, Grupo de Estudos para o desenvolvimento de Convenção Internacional sobre Proteção aos Consumidores Turistas e Visitantes; iv) intensificar os cursos presenciais e a distância da ENDC, com destaque para a implementação do Curso de Educação Financeira para Consumidores em sua plataforma virtual; e v) ampliar os estudos e ações de monitoramento de mercados regulados e não regulados, por meio dos instrumentos estabelecidos no Plandec.

4. Política Fiscal

a) Arrecadação Tributária Federal

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu, no período de janeiro a novembro de 2014, o montante de R$ 1.033,8 bilhões, o que representa uma variação real acumulada de - 1,13% quando comparada com o valor arrecadado em 2013, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) redução na arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (IRPJ/CSLL), em especial no item relativo à estimativa mensal em decorrência, principalmente, de menor lucratividade das empresas no ano de 2014; ii) desonerações tributárias, em especial, folha de pagamento, cesta básica e ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins – Importação;

e iii) decréscimo de 2,96% na produção industrial e de 1,06% na venda de bens e serviços, no período de dezembro de 2013 a outubro de 2014 em relação a igual período anterior, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As medidas de desoneração tributária com maior impacto na arrecadação de 2014 foram as seguintes: i) substituição da contribuição previdenciária patronal incidente sobre folha por contribuição incidente sobre faturamento (R$ 7,5 bilhões); ii) retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins – Importação (R$ 2,89 bilhões); iii) redução das alíquotas de PIS/Cofins, para os produtos da cesta básica (R$ 2,5 bilhões); e iv) desonerações sobre o setor de nafta e álcool (R$ 1,59 bilhão).

b) Resultado Fiscal

O ano de 2014 foi marcado por uma diminuição no crescimento econômico observado nas economias avançadas, levando organismos internacionais e analistas a revisar para baixo a estimativa de crescimento da economia mundial. Para as economias da América Latina e do Caribe, a redução foi ainda mais intensa. Essa frustração da retomada do crescimento global tem repercutido na economia brasileira.

Em resposta a esse cenário, o Governo Federal adotou uma política anticíclica baseada em medidas de incentivos fiscais (desonerações tributárias) e na manutenção do investimento como mitigadores dos impactos do cenário externo adverso, com o objetivo de promover a elevação da competitividade da economia brasileira e a retomada do crescimento da economia nacional no médio prazo, além da manutenção dos níveis de emprego.

Nesse contexto, a Lei nº 13.053, de 15 de dezembro de 2014, ampliou a possibilidade da redução da meta de resultado primário até o montante das desonerações de tributos e dos gastos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Inicialmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 previa que a meta de superávit poderia ser reduzida em até R$ 67 bilhões. O objetivo da alteração foi preservar as desonerações e os investimentos públicos e evitar o comprometimento das conquistas nos campos social e econômico alcançadas pela sociedade nos últimos anos.

Como consequência, até novembro de 2014, o Governo Federal obteve déficit primário de R$ 22,2 bilhões. Mesmo com este resultado fiscal, o Governo Federal logrou manter o patamar da dívida líquida do setor público em nível baixo, correspondente a 36,2% do Produto Interno Bruto (PIB) naquele mês.

Para 2015, a LDO – Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 – estabelece a meta de superávit primário do Governo Federal em R$ 55,3 bilhões, equivalente a 1% do PIB projetado, sendo que para o setor público consolidado não financeiro o superávit primário buscado poderá alcançar R$ 63,3 bilhões (1,2% do PIB). Tais valores são consistentes com a continuidade da trajetória de queda da dívida líquida do setor público não financeiro como proporção do PIB e confirmam o compromisso do Governo com a estabilidade macroeconômica e o crescimento sustentado.

c) Administração da Dívida Pública

O gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF) tem como objetivo suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do Governo Federal ao menor custo de financiamento no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Não menos importante, busca-se contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos, de forma a não apenas viabilizar o financiamento público, mas também criar referência para captações de empresas brasileiras e estimular a alocação de poupança em condições favoráveis para assegurar o crescimento do investimento de longo prazo no País.

Em 2014, todas as metas traçadas para os indicadores da DPF no Plano Anual de Financiamento foram alcançadas. Destaca-se a continuidade do processo de aumento da participação dos títulos remunerados a índices de preços e a redução do percentual de títulos flutuantes. A melhor composição da dívida – reflexo também do fato de o conjunto de títulos prefixados e indexados à inflação já responder por mais de 75% da composição total da DPF – reduz a exposição da dívida pública a oscilações na taxa de juros de curto prazo. A estrutura de vencimentos da dívida também apresentou avanços, com aumento do prazo médio e redução do percentual vincendo em 12 meses.

Merecem destaque também as três emissões externas de títulos realizadas ao longo de 2014. A primeira, ocorrida em março, foi de um título referenciado em euro e com prazo de vencimento de sete anos, o Euro 2021, no montante de € 1 bilhão. A taxa de retorno paga pelo papel ficou em 2,96% ao ano (a.a.) e serve como referência para empresas brasileiras que desejam acessar o mercado europeu, além de contribuir para a diversificação da base de investidores.

A segunda colocação, em julho, fez parte de uma operação de gerenciamento de passivo externo, que retirou do mercado papéis antigos, com taxas de retorno mais elevadas. O título emitido (Global 2045) – nova referência de 30 anos em dólar – atingiu o volume de US$ 3,55 bilhões. A taxa de retorno desse papel ficou em 5,13% a.a., a segunda melhor da história do Brasil para um título com esse prazo de vencimento.

Por fim, a terceira emissão externa refere-se à reabertura do título de referência de dez anos em dólar, o Global 2025, no valor de US$ 1,05 bilhão. A taxa de retorno paga ao investidor foi de 3,89% a.a., inferior à da última colocação desse mesmo papel. Todas essas emissões demonstram a capacidade do País de emitir títulos de longo prazo e refinanciar sua dívida a um baixo custo, além de manter referências líquidas e bem precificadas para empresas brasileiras que almejam captar recursos externamente.

Em 2015, será mantida a diretriz de aperfeiçoar ainda mais o perfil de endividamento do Governo Federal. Adicionalmente, dará continuidade ao processo de substituir, gradualmente, os títulos indexados a taxas flutuantes por instrumentos prefixados e remunerados por índices de preços e avançar no alongamento do prazo médio da DPF e na manutenção de vencimentos de curto prazo em níveis prudentes. Paralelamente, a interlocução com os diversos segmentos representativos do mercado financeiro, dentre outras iniciativas, visará ampliar e diversificar a base de investidores, conservar a transparência e assegurar a mais adequada oferta de títulos públicos.

d) Apoio aos Estados e Municípios

Até o mês de dezembro de 2014, a arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR) teve um crescimento nominal de 8,97%, enquanto a do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) apresentou uma variação de 8,79%, em comparação a 2013. Em razão disso, os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) apresentaram elevação de 9%, sendo que, para o período de janeiro a dezembro, o FPM (incluindo o adicional de 1%) alcançou o montante de R$ 79,4 bilhões em 2014 contra R$ 72,8 bilhões em 2013 e o FPE teve o montante de repasses da ordem de R$ 72,6 bilhões em 2014 contra R$ 66,6 bilhões no ano anterior.

O Fundo IPI-Exportação apontou crescimento de 8,8% em relação a 2013, sendo distribuído o montante de R$ 4,9 bilhões em 2014 contra R$ 4,5 bilhões em 2013, em valores nominais.

No que se refere à Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996) – com redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002 –, foi repassado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, até dezembro de 2014, o valor de R$ 1,95 bilhão.

No tocante à prestação de auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País, a União repassou R$ 1,95 bilhão em janeiro de 2014.

Em 2014, os Municípios receberam a 2ª parcela de R$ 1,5 bilhão do auxílio financeiro, conforme o art.7º da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, com o objetivo de incentivar a melhoria da qualidade dos serviços públicos, com critérios de distribuição iguais aos do FPM.

e) Arrecadação da Dívida Ativa da União

A atuação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para a arrecadação da Dívida Ativa da União (DAU), em dados consolidados até dezembro de 2014, alcançou o montante de mais de R$ 20,63 bilhões. Destaca-se que, do montante registrado, R$ 1,31 bilhão são provenientes de depósitos judiciais.

Por sua vez, a arrecadação regular por meio de pagamentos diretos e parcelamentos ordinários de créditos previdenciários, tributários e não tributários atingiu R$ 19,23 bilhões.

Em continuidade ao projeto de protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa, iniciado no ano de 2013, foram protestadas até dezembro de 2014, 313.859 certidões de dívida ativa, no valor total de R$ 1,23 bilhão, tendo sido recuperado o montante de R$ 224,36 milhões, o que representa 18% de recuperação sobre o total protestado, em termos de valor.

Por outro lado, o estoque da DAU, até novembro de 2014, atingiu o montante de R$ 1,38 trilhão. No comparativo com o mesmo período do ano anterior, houve um incremento de 7,08%.

Sob o enfoque do desempenho da atuação exclusiva em face dos grandes devedores da União, a recuperação dos créditos até outubro de 2014 atingiu R$ 10,24 bilhões.

Para 2015, será dado prosseguimento aos seguintes projetos no que tange à gestão da Dívida Ativa da União: i) normatização das atividades de envio de créditos para a PGFN – inscrição e administração; ii) uniformização dos conceitos estruturantes da DAU; iii) modernização dos sistemas de administração da DAU; iv) disseminação de dados gerencias para administração da DAU; v) aprimoramento da cobrança judicial; e vi) aprimoramento da cobrança indireta. Os projetos inseridos no programa de estratégias diferenciadas de cobrança em face dos grandes devedores são: i) disseminação do movimento falimentar e de recuperação judicial; ii) fator de insolvência fiscal; iii) aprimoramento dos meios de expropriação; iv) prevenção ao esvaziamento patrimonial; v) atuação diferenciada em face dos setores econômicos mais expressivos para a cobrança; e vi) parcerias estratégicas no âmbito da DAU.

f) Programa Nacional de Educação Fiscal

Desde sua implantação em 2002, o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) formou mais de 135 mil disseminadores, dos quais 9.735 no último exercício. Em 2014, a metodologia utilizada e o conteúdo dos cadernos do Programa foram ampliados e atualizados, com vistas a propiciar maior engajamento dos participantes. Também foi desenvolvido o Curso de Cidadania Fiscal, aberto à sociedade, do qual já participaram 1.576 cidadãos. Foram ainda realizados oito eventos de formação em Finanças Públicas e Educação Fiscal para servidores das prefeituras dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Tocantins, Pará e Goiás, perfazendo um total de 925 participantes.

Para o ano de 2015, serão mantidas ações do PNEF, além da oferta de cursos de extensão em Educação Fiscal para graduandos. Neste ano, entrará em funcionamento o sistema Siga-PNEF destinado ao monitoramento das ações realizadas pelos diversos entes integrantes do Programa.

g) Controle Aduaneiro

Em 2014, o controle aduaneiro processou aproximadamente 3,8 milhões de declarações de exportação e de importação. Mais de 83% das declarações aduaneiras na importação e 98% na exportação foram desembaraçadas em menos de um dia.

O tempo médio para a conclusão dos despachos aduaneiros de importação foi de 39 horas e 22 minutos, redução de 27% em relação ao tempo gasto em 2010 para essas ações. Na exportação, a média ficou em 2 horas e 24 minutos.

O processo de exportação foi aprimorado com a eliminação da necessidade de entrega física de documentos para as situações em que a análise de risco dispense o exame documental e a conferência física das cargas. A medida beneficiou 90,72% das exportações.

A Aduana consolidou a implantação do Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro (Cerad), desenvolvendo uma plataforma de comunicação e cooperação com o setor privado no combate a infrações aduaneiras com outras agências governamentais e administrações aduaneiras de outros países. Foi implantado também o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquina (Sisam), que adota soluções de inteligência artificial aplicada às técnicas de gestão de risco. Essas iniciativas permitiram menores níveis de seleção nos processos de importação e exportação com maior eficácia.

O Programa Portal Único do Comercio Exterior foi lançado para desenvolver uma plataforma única para recebimento das informações e documentos, integrando todos os atuais sistemas de controle fiscal, aduaneiro e administrativos e permitindo uma visão compartilhada a todos os anuentes e intervenientes do comércio exterior, públicos ou privados. Em 2014, foi implementada a Plataforma do Portal com a disponibilização de consultas estruturadas para acompanhamento das transações (Visão Integrada), inclusive por meio do aplicativo "Importador" para *smartphones* e *tablets* e da solução de Anexação Eletrônica de Documentos, que permite aos operadores a apresentação de todas as informações e documentos exigidos para o comércio exterior no ambiente do Portal e apenas uma única vez.

A Aduana controlou os bens de mais de 50 mil passageiros por dia nos aeroportos brasileiros, o que totaliza mais de 18 milhões de viajantes aéreos.

O processo de controle da bagagem de viajantes foi modernizado com a implementação da Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes (e-DBV), do aplicativo "Viajantes" para *smartphones* e *tablets*, e a possibilidade de pagamento do imposto de importação pelo *home banking*, inclusive antes da chegada ao País.

No controle das encomendas expressas e postais, foram fiscalizadas mais de 20 milhões de remessas internacionais e processados mais de dois milhões de volumes de remessas expressas. A Aduana ainda efetuou o controle aduaneiro de entrada e saída de fronteiras terrestres de cerca de 70 milhões de pessoas e 31 milhões de veículos.

O controle aduaneiro, em 2014, realizou mais de três mil operações de vigilância e repressão em todo o território brasileiro, e efetuou a apreensão de mais de R$ 1,6 bilhão em bens e mercadorias.

A atuação na área internacional envolveu várias iniciativas: i) o Projeto BEPS (*Base Erosion and Profit Shifting*), que visa o combate à erosão da base tributária e a transferência de lucros para fins de não pagamento de tributos, desenvolvido por meio de fóruns e grupos de trabalho no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); ii) a assinatura com os Estados Unidos da América (EUA) do Acordo para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do Fatca (*Foreign Account Tax Compliance Act* – lei norte-americana que tem como objetivo identificar atividades financeiras de contribuintes americanos no exterior), o que viabilizará o intercâmbio automático de informações entre os fiscos brasileiro e norte-americano, relativamente às movimentações financeiras de cidadãos brasileiros em instituições financeiras norte-americanas e vice-versa; iii) a participação em iniciativas pertinentes ao intercâmbio internacional de informações tributárias e aduaneiras, em especial no âmbito do Fórum Global de Transparência e Intercâmbio de Informações em Matéria Tributária; iv) o desenvolvimento de ações de cooperação técnica com organismos internacionais e a realização de eventos e visitas técnicas visando o intercâmbio de experiências e o compartilhamento de melhores práticas com outras administrações tributárias e aduaneiras; e v) a adoção de providências necessárias à implementação do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) de Bali, concluído em dezembro de 2013, durante a IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Bali, Indonésia, por meio do qual se pretende, simplificar, uniformizar, harmonizar e tornar mais transparentes, previsíveis e eficazes os procedimentos de comércio internacional, em especial os aduaneiros.

5. Prevenção e Combate à Corrupção

a) Ações de Prevenção da Corrupção

Como forma de aprimorar os mecanismos de implementação da Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813, de 16 de maio 2013) e o aumento da integridade no setor público, foi lançado, em julho de 2014, o Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses (SeCI), responsável por centralizar a gestão das consultas e dos pedidos de autorização para exercício de atividade privada feitos por servidor ou empregado público federal. Com o sistema, os agentes públicos encaminham, via *web*, as solicitações diretamente aos órgãos e entidades de exercício, que, por sua vez, fazem a análise preliminar e podem encaminhar os pedidos eletronicamente à Controladoria-Geral da União (CGU). O SeCI também permite o acompanhamento das solicitações em tempo real por todas as partes interessadas, bem como a interposição de recursos contra as decisões emitidas pela CGU.

Desde o início da vigência da Lei nº 12.813, em julho de 2013, já foram efetuadas 604 consultas, sendo 63 anteriores ao sistema e 541 via SeCI. Nesse mesmo período, a CGU respondeu a 102 consultas encaminhadas pelos órgãos sobre casos de potencial conflito de interesses.

No âmbito da promoção da integridade no setor privado, para aprofundar os avanços trazidos pela Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como a Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica, está sendo divulgada para as empresas a necessidade de adoção de mecanismos de *compliance* e integridade. Os mecanismos e padrões de avaliação de *compliance* serão também objeto do manual de integridade empresarial voltado a subsidiar empresas e órgãos públicos na aplicação da lei.

O Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Pró-Ética) é atualmente composto por 16 empresas de grande porte, tanto do setor público quanto do setor privado. Em 2014, a metodologia de avaliação do Cadastro Pró-Ética foi aperfeiçoada, com o objetivo de adequá-lo às inovações introduzidas pela Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica e às práticas que contribuem para um ambiente empresarial íntegro. O novo modelo de avaliação do Cadastro e a nova lista anual das empresas Pró-Ética serão lançados no início de 2015.

Ainda com foco no aumento da integridade no setor privado, foi lançado o projeto "Integridade: um grande negócio para micro e pequenas empresas". O projeto engloba ações de divulgação da Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica, de fomento e apoio às micro e pequenas empresas para adoção de mecanismos de integridade, além do desenvolvimento de materiais de orientação, cursos presenciais e a distância e de eventos de mobilização voltados aos micro e pequenos empreendedores.

No plano internacional, foi finalizada a terceira fase de avaliação do Brasil quanto à implementação da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O relatório de avaliação do Brasil destacou aspectos positivos da Lei nº 12.846, de 2013, e seu papel para o aprimoramento do marco jurídico brasileiro, especialmente no que se refere aos compromissos internacionais constantes da Convenção da OCDE e ao trabalho realizado pela CGU para divulgação para as empresas.

Em 2015, será encerrada a avaliação do Brasil pelo Mecanismo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. No marco do mesmo Mecanismo, o País também atuará como avaliador de Antígua e Barbuda. Ademais, em setembro de 2015, o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (Mesisic) iniciará sua 5ª Rodada de Avaliação. Por fim, o País deverá informar os avanços no cumprimento das recomendações emitidas pelo Grupo de Trabalho sobre Suborno da OCDE no relatório final da avaliação.

b) Ações de Controle

As ações de controle objetivam avaliar a execução dos programas governamentais e a gestão dos administradores, com o propósito de apoiar a correção de falhas e aprimorar o funcionamento das políticas públicas federais. Dentre os indicadores monitorados cabe destaque à mensuração dos benefícios financeiros decorrentes de recomendações do controle interno que alcançaram, em 2014, R$ 7,5 bilhões.

Foram realizadas, em 2014, mais de 6,5 mil auditorias e fiscalizações em órgãos federais, estaduais, municipais e entidades sem fins lucrativos que receberam recursos públicos federais.

Na avaliação da execução de programas do Governo, em 2014, foram acompanhadas 35 políticas públicas, dentre elas os programas Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida; e Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros. Os relatórios de avaliação referentes aos programas Restaurantes e Cozinhas Populares e Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres já se encontram publicados no sítio da CGU. Para isso, são realizadas auditorias e fiscalizações, tendo sido efetivadas 1.192 verificações *in loco* sobre a aplicação dos recursos públicos federais.

Em 2014, foi dada continuidade ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, o qual se encontra na 39ª edição, com 2.144 fiscalizações em Municípios, envolvendo recursos federais de aproximadamente R$ 21 bilhões.

No âmbito da avaliação da gestão dos administradores públicos, foram realizadas auditorias anuais de contas em 432 órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e mais de três mil auditorias de acompanhamento com foco: i) na avaliação dos controles internos administrativos; ii) na análise preventiva de editais; iii) no acompanhamento das determinações e recomendações dos controles externo e interno; e iv) na regularidade das transferências voluntárias e das licitações.

Ainda na linha de avaliação da gestão dos administradores, foram realizadas 123 auditorias em 72 operações de crédito externo e projetos de cooperação técnica internacional; 2.480 processos de tomadas de contas especiais, com potencial de retorno aos cofres do Tesouro Nacional da ordem de R$ 1,49 bilhão; e analisados 83.755 atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal.

Foram concluídas ainda 236 demandas externas oriundas de denúncias e representações, nas quais foram fiscalizados mais de 179 Municípios, e 18 operações especiais em parceria com demais órgãos.

Para orientação preventiva aos gestores, foram distribuídos manuais e cartilhas sobre diferentes temas e capacitados mais de 13 mil servidores públicos federais.

Para 2015, está prevista a ampliação das ações de controle da Controladoria sobre os programas e a gestão dos administradores, bem como o estímulo ao aprimoramento dos outros componentes do Sistema de Controle Interno, sejam as auditorias internas no âmbito da administração indireta, sejam os organismos responsáveis pelo controle primário dentro de cada Ministério.

c) Ações de Correição

A Lei nº 12.846, de 2013, tornou obrigatório, para todos os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de todas as esferas de governo, o registro em cadastro público de sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a administração pública e o registro das sanções aplicadas a pessoas jurídicas responsabilizadas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. A fim de viabilizar a determinação, foi criado sistema que pode ser utilizado diretamente por todos os órgãos e entidades públicas. Atualmente o sistema conta com 21.780 penalidades registradas (entre vigentes e não vigentes) e 20 órgãos e entidades participantes.

Em 2014, foram aplicadas 550 penalidades expulsivas, traduzidas em 423 demissões, 58 cassações de aposentadoria e 69 destituições de cargo em comissão, em todo o Poder Executivo Federal. Destaque-se que, dessas punições, 365 decorreram de ato relacionado à corrupção.

No ano de 2014, a CGU realizou 39 inspeções correcionais, além de manter o acompanhamento por amostragem de cerca de 10% dos processos disciplinares do Poder Executivo Federal; instaurou 36 procedimentos administrativos disciplinares; e aplicou 39 penalidades.

Relativamente à responsabilização de fornecedores, foram proferidas mais de 60 palestras e aplicadas 14 penalidades diretamente pela CGU.

Foram capacitados para atuar na área disciplinar mais de mil servidores. Destaca-se ainda a realização do III Encontro de Corregedorias.

d) Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral da União (OGU) tem a competência para estabelecer diretrizes que nortearão o funcionamento integrado das ouvidorias federais, trazendo coerência sistêmica às 286 unidades que compõem a atual malha de ouvidorias do Poder Executivo Federal.

A Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco) incrementou, em 2014, a oferta de cursos gratuitos na modalidade presencial e educação a distância para servidores que atuam em Ouvidorias públicas em todos os entes federados. Atualmente, participam do processo formativo 1.966 servidores e colaboradores de unidades de ouvidoria. Desse quantitativo, 221 concluíram cursos na modalidade presencial em 2014. A Profoco será fortalecida em 2015 com a realização de 20 cursos presenciais, com previsão de capacitação de mais 600 agentes públicos.

Com vistas ao fortalecimento da gestão das ouvidorias federais, dois instrumentos baseados na tecnologia da informação foram desenvolvidos no ano de 2014: o Portal Ouvidorias.gov e o novo Sistema Eletrônico integrado para a gestão das manifestações. Terão eles continuidade em 2015, com a disponibilização de novas funcionalidades e o aprimoramento dos serviços especialmente voltados para o cidadão.

Sob o aspecto da defesa do patrimônio público, foram recebidas, em 2014, 11.773 demandas, entre as quais 7.102 (60,3%) denúncias e 4.671 (39,7%) manifestações na forma de reclamação, elogio ou sugestão. Adicionalmente, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Controladoria atendeu a 1.135 pedidos de acesso à informação, em um tempo médio de 15,73 dias. Para 2015, espera-se um incremento expressivo nesse quantitativo, em razão da entrada em operação do sistema eletrônico de gestão de manifestações de ouvidoria e da diminuição do tempo de resposta, cuja expectativa é alcançar o tempo médio de 12,96 dias praticado no Poder Executivo Federal.

No desempenho da competência conferida pela Lei de Acesso à Informação, a CGU julgou 1.227 recursos direcionados por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). Desses, 420 resultaram na entrega da informação ao solicitante, sendo 267 recursos atendidos antes do julgamento, por força da reconsideração do órgão recorrido, obtida com a intermediação da CGU, e o restante (153) julgado e provido integral ou parcialmente. De outro modo, em 807 recursos decidiu-se pela confirmação da decisão do órgão ou entidade recorrida, sendo que 612 não ultrapassaram o juízo de admissibilidade e 195 foram julgados e desprovidos no mérito.

No âmbito internacional, em 2014, a CGU passou a integrar o Conselho Diretivo da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA), iniciativa regional que congrega órgãos e entidades de 12 países latino-americanos e dois organismos internacionais. No mês de novembro, o Brasil sediou o seu 8º Encontro, com inédita participação da sociedade civil.

O Portal da Ouvidoria do Servidor recepcionou 9.186 mensagens, com resolubilidade de 80% das demandas. A Rede de Ouvidores do Servidor teve sua expansão voltada para os órgãos da administração pública federal (APF) que atuam de forma descentralizada e possuem maior capilaridade territorial. O quadro de operadores contava, em 2014, com 169 servidores distribuídos em 90 unidades operacionais da Ouvidoria do Servidor no Executivo Federal. Em 2015, pretende-se implementar versão atualizada do Sistema de Ouvidoria (SISOuvidor) para tratamento e armazenamento das demandas dos servidores, bem como inaugurar novo portal na Internet e realizar as capacitações necessárias ao efetivo funcionamento da Ouvidoria.

e) Combate à Lavagem de Dinheiro

O Brasil presidiu o Grupo de Peritos sobre Lavagem de Dinheiro (Lavex) e o Grupo de Trabalho sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal, ambos da OEA, no âmbito da Reunião de Ministros da Justiça. Além disso, foram criadas as condições para que o País fosse bem avaliado quanto à implementação das recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi), da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, no âmbito da OCDE.

Em relação à temática, destacam-se os trabalhos realizados na coordenação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e na articulação para execução de ações previstas. Entre os resultados de 2014, ressaltam-se a publicação do Decreto nº 8.270, de 26 de junho de 2014, que instituiu o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) e seu comitê gestor, e a elaboração de anteprojeto de lei com o propósito de reformar o sistema recursal no processo criminal brasileiro, visando conferir maior efetividade no combate aos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro. Por fim,

foi iniciado, em agosto de 2014, o Projeto Bidal-Brasil, em parceria com a OEA e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), para desenvolvimento e melhoria da gestão de bens apreendidos e confiscados.

Foi institucionalizada a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-LAB) e intensificada a implantação da Rede de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), passando de 28 para 43 unidades. Até o fim de 2014, os laboratórios analisaram 1.196 casos e identificaram cerca de R$ 21,4 bilhões em ativos com indícios de ilicitude.

Foram capacitados ainda 1.050 agentes públicos que participaram dos cursos do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) e do Programa Nacional de Difusão de Cooperação Jurídica Internacional (Grotius Brasil).

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), em 2014, produziu 3.178 Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), os quais relacionaram cerca de 80 mil pessoas físicas ou jurídicas, e consolidaram mais de 100 mil comunicações de operações financeiras. Tais relatórios foram elaborados com base em 9,6 milhões de comunicações de operações financeiras disponibilizadas em banco de dados. Desse total, cerca de 1,2 milhão de novas comunicações foram recebidas em 2014, em cumprimento à determinação da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

O Conselho também realizou vários trabalhos temáticos, com destaque para os temas da corrupção e de possíveis ilícitos relacionados às Eleições 2014, assim como sobre as operações "Ararath", "Trevo", "Sustenido" e "Lava Jato", elaborando mais de 180 RIFs sobre esses três temas.

A atuação conjunta entre Coaf, Ministério Público e Polícias possibilitou, em 2014, o bloqueio judicial de cerca de R$ 300 milhões, relacionados a investigações sobre lavagem de dinheiro, corrupção e outros delitos. Para 2015, os esforços estarão direcionados para o fortalecimento da prevenção e do combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

No âmbito da supervisão operada pelo Coaf, foram concluídas 72 Averiguações Preliminares (AP) para verificação de conformidade das obrigações voltadas para a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, das quais 44 culminaram em Processo Administrativo Punitivo (PAP). Até 2014, a atuação do Coaf resultou na aplicação de R$ 5,3 milhões em multas pecuniárias.

Na esfera internacional, houve o empenho na defesa do quarto e quinto relatórios de seguimento do Brasil no processo de avaliação mútua conduzido pelo Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi), principal organismo internacional antilavagem de dinheiro, que congrega atualmente 34 países-membros. Nesse contexto, o Coaf apresentou perante o Gafi a relação de ações realizadas e os avanços alcançados pelo País na correção das deficiências identificadas.

Para o exercício de 2015, são prioridades: i) o aprimoramento e a consolidação da Enccla; ii) a articulação com os órgãos parceiros, intensificando o corte do fluxo financeiro das organizações criminosas, seu desmantelamento e repatriação dos ativos ilícitos desviados para o exterior; iii) a continuidade do Projeto Bidal-Brasil; e iv) o aprimoramento da capacitação de agentes públicos, especialmente nas regiões de fronteiras.

O fortalecimento da Rede-LAB é outra ação de destaque que agregará novos laboratórios de tecnologia, tais como: i) o LAB-Contas no Tribunal de Contas da União; ii) o LAB-RA na Advocacia-Geral da União; iii) o LAB-Cartéis no Conselho Administrativo de Defesa Econômica; e iv) o LAB-MDH na Comissão de Anistia. Também se iniciará a implementação de um LAB-LD na Bolívia e serão discutidas possibilidades de instalação desses laboratórios em outros países da América do Sul.

6. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa da União

a) Defesa da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais

A Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que tem por função precípua representar, judicial e extrajudicialmente, a União e suas autarquias e fundações, o que abrange os três Poderes da República e o Ministério Público da União, bem assim a competência de prestar consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

Na atividade de representação judicial da União, em 2014, a atuação da AGU, somente nos processos perante o Supremo Tribunal Federal (STF) em que foi possível quantificar o montante discutido, resultou na economia de aproximadamente R$ 6,2 bilhões, cabendo evidenciar os seguintes temas de importância para a defesa do interesse público:

- Concurso público para o preenchimento da vaga de titular de cartórios de notas e de registros;
- Constitucionalidade da Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012);
- Referendo pelo plenário do STF de decisão que determinou a suspensão de lei editada pelo Município de Santos/SP referente à atividade portuária naquela localidade, por invasão da competência legislativa da União para regular o tema;
- Defesa das normas que regulamentam a tabela do Imposto de Renda;
- Garantia da aplicação da Taxa Referencial (TR) nas condenações contra a Fazenda Pública até o julgamento definitivo da ação direta de inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 62, que trata dos precatórios;
- Defesa da constitucionalidade da utilização da TR na correção monetária dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Indeferimento proferido de inúmeros pedidos formulados em mandados de injunção, que visavam suprir omissão legislativa na regulamentação da revisão geral anual da remuneração de servidores públicos;
- Sustentação de que o Estado Brasileiro vem cumprindo os requisitos para a execução da sentença condenatória proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos na ação de Julia Gomes Lund e outros *vs.* Brasil (caso dos envolvidos na "Guerrilha do Araguaia");
- Defesa da observância, por servidores e ocupantes interinos de cartórios, do teto remuneratório fixado na Constituição para todo o funcionalismo público;
- Atuação para o cumprimento das exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em especial nos casos que envolvem a inscrição de entes federados no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc);
- Decisão do STF pela impossibilidade de liminar garantir a posse definitiva em cargo público, afastando a aplicação da teoria do fato consumado;
- Referendo pelo STF de decisão que acolheu novo calendário estabelecido pela administração pública para a implantação de recurso de audiodescrição por emissoras de televisão;
- Argumentação pela constitucionalidade de normas federais que alteram o piso salarial dos médicos e cirurgiões dentistas;
- Atuação para afastar a inconstitucionalidade de legislação que dispõe sobre a fiscalização do exercício da profissão contábil;

- Defesa de lei federal que caracteriza como títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas;
- Atuação pela conservação de normas que reestruturaram a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho;
- Defesa da constitucionalidade de norma que define o cancelamento do registro ou do cadastro da mão de obra do trabalhador no órgão gestor como início da contagem do prazo prescricional das ações relativas aos créditos decorrentes da relação de trabalho avulso;
- Defesa das regras sobre acesso gratuito ao rádio e à televisão, para fins de propaganda política;
- Coordenação na participação de expositores da União em duas audiências públicas sobre alterações no marco regulatório da gestão coletiva de direitos autorais e internação hospitalar com diferença de classe no Sistema Único de Saúde (SUS);
- Representação judicial da União como *amicus curiae* no julgamento de ações e recursos que teve por objeto a declaração de constitucionalidade e a legitimidade dos planos econômicos de estabilização monetária editados nas décadas de 1980 e 1990; e
- Suspensão do bloqueio de bens do Fundo Garantidor de Crédito para pagamento de clientes bancários, confirmando decisões já obtidas no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ademais, houve no STF o julgamento favorável em matéria fazendária de 1.981 recursos, com decisão de dois importantes temas constitucionais de natureza tributária: i) validade da incidência da contribuição social sobre a participação nos lucros; e ii) incidência de PIS e Cofins sobre os atos cooperativos, o que gerou também economia aos cofres públicos, com a devolução dos valores já recolhidos, da ordem de R$ 64,93 bilhões e arrecadação estimada em 2014 de R$ 6,74 bilhões.

Os mais relevantes julgados do STJ favoráveis à Fazenda Nacional durante o ano de 2014, com expressiva economia aos cofres da União, foram:

- Impossibilidade de extinção da execução fiscal ajuizada após o decreto de falência sem a inclusão da expressão massa falida (RESP nº 1.372.243/SE);
- Incidência de Imposto de Renda sobre a distribuição de juros de 12% ao ano por cooperativas sobre o capital integralizado pelos cooperados (RESP nº 1.344.146/CE e 1.362.995/AL);
- Incidência de Imposto de Renda sobre juros de mora decorrentes do pagamento de parcelas em atraso de benefício previdenciário (RESP nº 1.233.073/SC);
- Impossibilidade de creditamento de PIS/Cofins no regime monofásico (RESP nº 1.346.181/PE);
- Incidência de contribuição previdenciária sobre o repouso semanal remunerado (RESP nº 1.444.203/SC);
- Possibilidade de redirecionamento de execução fiscal para o sócio-gerente no caso de créditos não tributários (RESP nº 1.371.128/SC);
- Incidência de contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, licença-paternidade, licença T.R.E. eleição, licença casamento e férias gozadas (RESP nº 1.455.089/RS);
- Incidência de contribuição previdenciária sobre faltas abonadas (RESP nº 1480.640/PR);

- Prescrição para cobrança do crédito rural (RESP nº 1.373.292/PE); e
- Legitimidade para cobrança de astreintes (penalidade imposta ao devedor na execução de obrigações de fazer ou não fazer, consistindo em uma prestação que se integra ao montante devido) fixadas pela Justiça Eleitoral (RESP nº 1168-39.2012.6.16.0171).

A atuação contenciosa na defesa das autarquias e fundações públicas federais no ano de 2014 garantiu a viabilidade de políticas públicas responsáveis por investimentos de mais de R$ 47,4 bilhões, por exemplo:

- Acompanhamento do leilão das linhas de transmissão de Belo Monte (PA) e das linhas de transmissão dos Estados do AM, BA, CE, MA, MG, MT, PA, PI, PR, RN e SP, garantindo investimentos de R$ 9,4 bilhões;
- Acompanhamento em regime de plantão do leilão da tecnologia 4G, realizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), responsável pela arrecadação de R$ 5,2 bilhões e de investimentos da ordem de R$ 3,6 bilhões;
- Respaldo jurídico ao leilão da BR-153, nos Estados de Tocantins e Goiás, o qual gerará investimentos da ordem de R$ 4,3 bilhões;
- Acompanhamento da divulgação, em 2014, dos resultados da edição de 2013 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);
- Obtenção de decisão do STF reconhecendo como constitucional a obrigatoriedade de exigência de prévio requerimento administrativo referente aos benefícios previdenciários, autorizando que os juízes extingam processos judiciais nos casos em que o autor não tiver solicitado o benefício ao INSS antes de ajuizar a ação judicial, o que prevenirá litígios desnecessários;
- Acompanhamento de demandas judiciais referentes às obras de duplicação da BR-101, em Santa Catarina, assegurando continuidade do empreendimento;
- Garantia no STJ que a administração possa condicionar a expedição do licenciamento anual de veículo automotor ao pagamento de multa ambiental;
- Confirmação da validade dos estudos de impacto ambiental no rio Bacajá, assegurando a continuidade das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA);
- Assegurado o pregão realizado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) com o objetivo de adquirir iodo radioativo 125, utilizado no tratamento de câncer, com a cassação de liminar concedida a empresa estrangeira para suspensão do certame;
- Confirmada a obrigatoriedade de concessão de gratuidade de passagens interestaduais aos idosos pelas empresas associadas à Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati);
- Demonstrada a regularidade da construção da Barragem Ingazeira, na região do Sertão do Pajeú, no Estado de Pernambuco, permitindo a irrigação de uma área de 522 hectares, a geração de 1.050 empregos e o benefício direto a 36 mil habitantes;
- Garantida posse dos imóveis rurais Barra da Jurema e Itapoema, localizados no Parque Nacional do Gurupi, no Maranhão, em favor dos índios Urubu-Kapor e Guajá, assegurando a nulidade de títulos de propriedade particulares obtidos mediante fraude; e

- Edição de Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quanto ao Programa de Proteção do Nome e Imagem das Autarquias e Fundações Públicas Federais, vedando o uso de nomes de entidades e órgãos públicos pelos candidatos nos nomes de urna.

Além de assegurar essas e outras relevantes políticas públicas, a defesa das autarquias e fundações públicas federais no ano de 2014 também resultou em economia estimada em mais de R$ 54 bilhões, em razão de algumas ações exemplificadas a seguir:

- Decisão favorável ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em ação civil pública de âmbito nacional, provando que não há previsão legal para o pagamento de adicional de 25% a todos os aposentados e pensionistas que necessitem da assistência permanente de outra pessoa, o qual somente é devido na aposentadoria por invalidez, gerando uma economia de R$ 52 bilhões;
- Garantia das autorizações de lavra concedidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no entorno do território indígena da etnia Cinta Larga, evitando-se um prejuízo estimado em R$ 1,9 bilhão;
- Garantia no STJ de que a empresa Santo Antônio Energia, responsável pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no rio Madeira (RO), efetuasse um pagamento de R$ 594 milhões determinado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), evitando que esse valor fosse indevidamente repassado aos consumidores e às demais empresas do setor elétrico;
- Reconhecimento no STJ, em sede de recurso repetitivo, da possibilidade de se exigir a restituição de valores pagos por força de liminar posteriormente revogada, mesmo quando se tratar de pagamento de benefício previdenciário;
- Afastamento de pagamento indevido na Justiça do Trabalho no valor de R$ 20 milhões em relação aos servidores da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), a título de planos econômicos;
- Obtenção de decisão garantindo a desincorporação de um adicional indevido de 26,05% na remuneração dos servidores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) relativos à discussão do Plano Econômico Verão, adotado na década de 1980;
- Improcedência do pagamento de indenização de R$ 226,5 milhões cobrados em face do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em razão da ocupação por movimentos sociais dos imóveis rurais Seringal Novo Mundo e Seringal São Salvador, localizados em Rondônia;
- Suspensão judicial de precatório no valor de R$ 59,9 milhões cobrados pelo Ministério Público Federal em face do Ibama, na qual se exigia o repasse para um fundo coletivo de 50% da receita obtida com a venda de ingressos para acesso ao Parque Nacional do Iguaçu no período de novembro de 1989 a julho de 2000;
- Bloqueio de R$ 15 milhões de infrator que desmatou dois mil hectares na fazenda Bonsucesso, no Município de Maringá/MT; e
- Suspensão de pagamento irregular de R$ 46 milhões cobrados pelo Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência (Sindsprev) no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, indicando que tais valores deveriam ser pagos aos servidores, não ao Sindicato.

Ainda, acerca da defesa judicial e extrajudicial do interesse público federal, merecem destaque os seguintes temas:

- Copa do Mundo FIFA 2014 – A AGU: i) atuou para evitar a greve de cerca de 50 mil agentes públicos, bem como foi assistente nas ações contra as greves dos empregados da Eletrobrás, aeroviários do Rio de Janeiro/RJ e rodoviários de Natal/RN; ii)

viabilizou o ressarcimento de prejuízos causados à União pelas greves das Polícias Militares de Pernambuco e da Bahia; iii) atuou no processo judicial em Pernambuco para assegurar a liberação de rodovias federais e locais, próximas a estádios e aeroportos, cuja medida também foi estendida para Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe; iv) comprovou que os policiais militares podem atuar em torneio mundial para garantir a segurança da população; e v) trabalhou na comprovação da legalidade da campanha publicitária do Governo Federal "Copa das Copas";

- Infraestrutura – No setor energético, a AGU: i) garantiu o funcionamento da Usina Hidrelétrica (UHE) Três Irmãos, em São Paulo, evitando prejuízo de R$ 1,7 bilhão ao comprovar a legalidade do leilão para concessão do empreendimento; ii) demonstrou que a responsabilidade civil é exclusiva das concessionárias por eventuais danos causados com a instalação das UHEs de Aimorés e Mascarenhas, em Minas Gerais, evitando prejuízo de R$ 25,2 milhões aos cofres públicos; iii) garantiu a viabilidade jurídica do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Xingu, onde está sendo construída a UHE de Belo Monte; iv) obteve vitória em ações de reintegração de terras para garantir as obras de integração do rio São Francisco; e v) garantiu o funcionamento do Porto Seco de Suape (PE) e do Porto Federal de Maceió/AL;

- Mais Médicos e saúde – O trabalho da AGU confirmou a legalidade do Programa Mais Médicos para o Brasil, tendo atuado em 76 ações judiciais; e conseguiu a extinção de ações civis públicas em que os Conselhos Regionais de Medicina pretendiam se desobrigar de efetuar o registro dos médicos intercambistas. Também foi alcançada decisão judicial favorável ao Programa ao se comprovar que não há relação de trabalho entre a União e os médicos participantes, conforme alegava o Ministério Público do Trabalho (MPT);

- Trabalhista – A AGU contribuiu para evitar danos ao erário, na ordem de mais de R$ 7 milhões, atuando em ações que questionavam a responsabilidade subsidiária da União nos casos de não pagamento de verbas trabalhistas por empresas terceirizadas aos empregados; e atuou de forma estratégica na análise de processos na área trabalhista da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), gerando economia de mais de R$ 400 milhões;

- Direitos humanos e sociais – A AGU celebrou acordo judicial para resolução de conflitos entre agricultores e integrantes da comunidade indígena Tupinambás. Confirmou que foram adequados os procedimentos de demarcação da Terra Indígena Tupinambá e ajuizou 47 ações para a recuperação de 26 mil hectares de floresta Amazônica. Atuou em 247 processos em todo o País, dentre os quais para a manutenção de empresas na lista de empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão;

- Atuação internacional – O Brasil obteve êxito em foros estrangeiros em ações como a da empresa *Italplan Engineering Environment & Transport*, perante a Justiça da Itália, economizando para a União € 260 milhões, bem como para repatriar a Esmeralda Bahia, pedra avaliada em R$ 2 bilhões e enviada ilegalmente aos EUA em 2005;

- Combate à corrupção e defesa do patrimônio público – O grupo de combate à corrupção da AGU promoveu 1.546 ações judiciais, cujo o montante atinge R$ 1,4 bilhão. Ingressou ainda como assistente no polo ativo em 324 ações, promoveu 227 bloqueios e 259 penhoras de bens no montante de R$ 911 milhões. Celebrou 306 acordos para pagamentos em cobrança e recuperação de créditos, alcançando uma arrecadação efetiva superior a R$ 171 milhões em toda sua atuação. Dentre as principais ações da atuação de combate à corrupção, destaca-se a atuação do Grupo Proativo da Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso, que promoveu bloqueio de bens no valor de R$ 792 milhões no caso do Comendador João Arcanjo;

- Acordos e redução de litígios da União – No ano de 2014, foram feitas conciliações em cerca de 12 mil processos judiciais. Estima-se que esses acordos evitaram em torno de 180 mil decisões judiciais, gerando uma economia total de mais de R$ 70 milhões. A partir de julho de 2012 até o ano de 2014, o Programa de Redução de Litígios, somente na administração direta, promoveu 49.593 desistências ou abstenções em processos judiciais, evitando que o Judiciário proferisse cerca de

100 mil decisões. Esse maior rigor na seleção de decisões que serão recorridas já surtiu efeito no resultado dos processos que chegam ao STJ. O êxito da União em agravos regimentais subiu de 9% em 2010 para 24% em 2014;

- Cobrança e recuperação de créditos e ativos de autarquias e fundações públicas federais – A atuação resultou: i) na arrecadação de R$ 2,96 bilhões em contribuições sociais e R$ 257,30 milhões de Imposto de Renda cobrados na Justiça do Trabalho; ajuizamento de 389 ações regressivas previdenciárias, com expectativa de ressarcimento de R$ 74,71 milhões; ii) no ajuizamento de 353 ações no Dia Nacional de Combate ao Acidente de Trabalho, cobrando R$ 114,59 milhões; iii) na concessão de 3.959 parcelamentos ordinários, cujos valores dos débitos representam R$ 79,82 milhões; iv) na concessão de 1.576 parcelamentos extraordinários, cujos valores dos débitos representam R$ 46,92 milhões; v) no encaminhamento de 22.769 créditos para protesto, com recuperação de R$ 10,19 milhões; vi) na inscrição em dívida ativa de 58.907 créditos de autarquias e fundações, totalizando o valor de R$ 2,17 bilhões; e vii) no ajuizamento de 30.780 execuções fiscais, que totalizaram R$ 2,11 bilhões. A atuação do Banco Central nos processos administrativos decorrentes do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010 (parcelamento de dívidas), possibilitou o recebimento de R$ 1,53 bilhão referente a créditos não inscritos em dívida ativa, devidos principalmente por instituições financeiras em liquidação extrajudicial;

- Acordos e redução de litígios das autarquias e fundações públicas federais – Calcula-se uma economia de cerca de R$ 355,2 milhões na celebração de 101.725 acordos judiciais. Ademais, houve a edição de portarias autorizando a não interposição e a desistência de recursos especiais e extraordinários, em matérias já pacificadas pelo STF e pelo STJ, com estimativa de se evitar mais de 24 mil recursos. Foram editadas ainda três instruções normativas autorizando os advogados públicos federais a desistirem e a não apresentarem recursos contra decisões judiciais relacionadas à concessão de pensão especial de ex-combatente (IN nº 1, de 21 de fevereiro de 2014) e de benefício previdenciário de prestação continuada (IN nº 2, de 9 de julho de 2014), bem como relativa à remuneração de integrantes da carreira de Procurador da Fazenda Nacional (IN nº 3, de 29 de julho de 2014); e

- Atividade preventiva contenciosa – Com a finalidade de otimizar a resolução extrajudicial de conflitos entre órgãos e entidades públicas federais e entre essas e outros entes da Federação, foram instaladas Câmaras Locais de Conciliação (CLCs) em quase todos os Estados, com capacitação de conciliadores no âmbito da AGU e das Consultorias Jurídicas da União nos Estados. Ademais, foram realizadas 89 conciliações, com economia estimada em R$ 5 milhões.

b) Consultoria e Assessoramento Jurídico

Importantes pareceres foram emitidos na área de concessão de serviços públicos, abate de aeronaves hostis, embasamento para formulação da Orientação Normativa nº 55 (manifestações jurídicas referenciais) e remoções *ex officio* no Ministério das Relações Exteriores.

Na análise de operações financeiras internacionais, foram emitidas 200 manifestações, examinadas 28 contratações de operações de crédito externo, cujo montante ultrapassa US$ 4 bilhões, e mais o contrato de perdão e reescalonamento de dívida com países estrangeiros, que ultrapassa US$ 352 milhões, além de três lançamentos de títulos da República no mercado externo no montante de US$ 7,3 bilhões.

No âmbito da consultoria jurídica, destaca-se a emissão de parecer sobre o Tratado para o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) dos países que compõem o BRICS, a prestação de consultoria jurídica e emissão de parecer sobre o Tratado para o estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NBD). Por fim, também foi importante a participação nas negociações relativas ao Acordo Constitutivo do Centro de Solução de Controvérsias em Matéria de investimentos da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Houve ainda a formação de grupos permanentes com o escopo de uniformizar entendimentos jurídicos nas áreas temáticas: i) Ambiental, Indígena e Agrária; ii) Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico; iii) Saúde, Previdência e Assistência Social; iv) Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; e v) Convênios e Instrumentos Congêneres, Licitações e Contratos Administrativos, com a elaboração de sumários contendo todos os pareceres em matéria consultiva.

Também houve atuação estratégica consultiva em diversos casos, especialmente: i) concessão da ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos do Galeão (RJ) e de Confins (MG); ii) concessão da exploração de portos organizados, arrendamento das instalações portuárias, concessão da exploração de ferrovias e rodovias, além da licitação dos serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros (Trip); iii) concessão de área da União para ampliação, modernização, manutenção da exploração regular e eventual de serviços de transporte ferroviário de passageiros na Estrada de Ferro do Corcovado, no trecho Cosme Velho-Corcovado, no Rio de Janeiro/RJ; iv) conclusão do desenvolvimento e operação do Sistema de Dívida Ativa da União (Sapiens – Dívida), bem como a conclusão de seu módulo para protesto de certidões de dívida ativa eletronicamente integrado às centrais de recebimento dos tabelionatos; e v) desenvolvimento de sistema monitor das parcelas vincendas das ações regressivas.

c) Atividades de Gestão na Área Jurídica

O programa de rádio "AGU Brasil" foi o vencedor do XII Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, em 2014, contribuindo para transparência e difusão da atuação de consultoria e defesa das políticas públicas e atos administrativos. No sítio eletrônico da AGU, estão disponibilizadas minutas de editais, contratos, convênios e respectivos *checklists* e resultados dos trabalhos das Comissões Permanentes. Relativamente à capacitação na área jurídica, foram realizados 430 eventos alcançando 9.185 pessoas em cursos presenciais e 726 em cursos a distância. Houve também o credenciamento de Curso de Pós-Graduação da AGU junto ao Ministério da Educação. Deu-se ainda continuidade, em 2014, ao projeto de descentralização e aproximação das atividades correicionais da Advocacia da União nas cinco regiões, com inauguração do Escritório Avançado da Corregedoria na 4ª região, além dos já existentes nas 2ª e 3ª regiões.

As principais metas da Advocacia Pública Federal para 2015 são: i) o aperfeiçoamento das normas para dispensa de apresentação de defesa e para a desistência ou não interposição de recursos; ii) a construção do marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais; iii) a criação de mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, com vistas à revisão das teses adotadas; iv) a conclusão do desenvolvimento do sistema informatizado de apoio à produção de conteúdo jurídico e controle de fluxos administrativos (Sapiens), integrando-o com os sistemas de gestão documental do Poder Judiciário e dos órgãos do Poder Executivo; e vi) a elaboração de estudo sobre a organização da AGU com mapeamento, redesenho e melhoria dos processos de trabalho críticos.

ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Nossa missão:

Fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade, para uma atuação responsável e socialmente efetiva.

(Composição: Biênio 2013/2015)

PRESIDENTE
Rodrigo Janot Monteiro de Barros

CONSELHEIROS
Alexandre Berzosa Saliba
Antônio Pereira Duarte
Cláudio Henrique Portela do Rego
Esdras Dantas de Souza
Fábio George Cruz da Nóbrega
Jarbas Soares Júnior
Jeferson Luiz Pereira Coelho
Leonardo de Farias Duarte
Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Luiz Moreira Gomes Júnior
Marcelo Ferra de Carvalho
Walter de Agra Júnior

CORREGEDOR-NACIONAL
Alessandro Tramujas Assad

SECRETÁRIO-GERAL
Blal Yassine Dalloul

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO
Wilson Rocha de Almeida Neto

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi criado em 30 de dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45 e instalado no dia 21 de junho de 2005, com sede em Brasília/DF e atuação em todo o território nacional.

Com o objetivo de fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro para uma atuação responsável e socialmente efetiva, ao CNMP compete zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público e pela observância dos princípios que regem a administração pública, cabendo-lhe também o exercício do controle da atuação administrativa e financeira de todos os ramos do Ministério Público da União (MPU) e dos Estados (MPE) e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

O CNMP é composto por 14 Conselheiros, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Além de representantes do Ministério Público da União e dos Estados, o Conselho conta, em sua composição, com representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil e de cidadãos indicados pelas Casas do Poder Legislativo.

A estrutura do CNMP está organizada de modo a permitir o efetivo cumprimento da sua missão, qual seja, a fiscalização e orientação do exercício administrativo e financeiro do Ministério Público no Brasil e a promoção de sua integração e seu desenvolvimento.

A CF/1988, em seu art. 130-A, § 2º, inciso V, dispõe que compete ao CNMP a elaboração de relatório anual, propondo providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho. Ainda de acordo com a Carta Política, tal relatório deve integrar a mensagem de governo que compete ao Presidente da República, nos termos do art. 84, inciso XI, remeter ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

O presente relatório apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo CNMP durante o ano de 2014 – que, na linha do quanto definido em seu Planejamento Estratégico Institucional (2010-2017)[1], terão desdobramentos nos exercícios subsequentes – e aborda tanto as atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, quanto aquelas relacionadas ao aperfeiçoamento e à modernização de sua gestão.

Por meio dos dados e informações disponibilizados neste relatório, é possível que o cidadão acompanhe e fiscalize a atuação do Conselho, com o intuito de promover a integração e o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro, sempre respeitando a autonomia da Instituição, em atenção aos princípios da publicidade e da transparência da administração pública.

Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO

1 O Planejamento Estratégico Institucional e o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público brasileiro tiveram prazos de vigência prorrogados pelo Plenário, por unanimidade, durante a 21ª Sessão Ordinária de 2014, realizada em 17/11/2014 (cf. ata publicada no DOU, Seção 1, do dia 05/12/2014, p. 134/147).

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

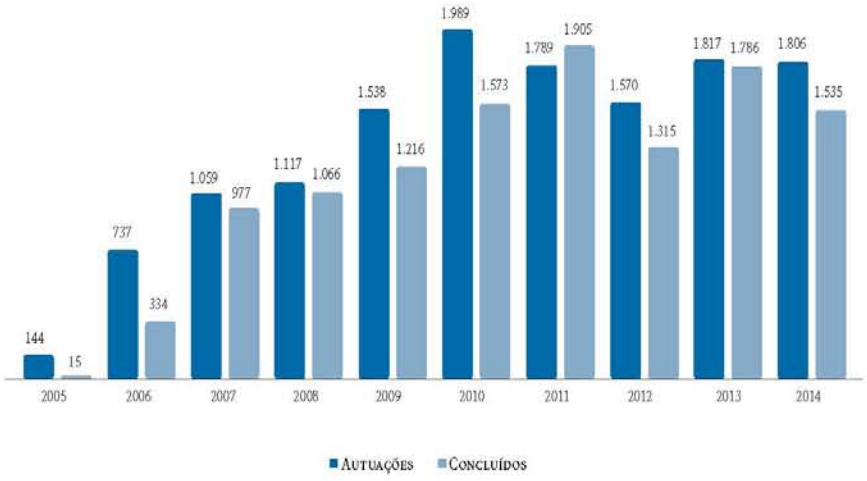
1. Movimentação Processual – Visão Geral

O CNMP é um colegiado que analisa e julga processos relativos à atuação funcional e administrativa do Ministério Público brasileiro.

Para melhor entendimento das análises que serão apresentadas neste relatório, destaca-se que são considerados processos concluídos aqueles que foram julgados, monocraticamente ou em Sessão Plenária, e que já estejam transitados em julgado, ou seja, são todos os processos atualmente classificados como "arquivado". Por conseguinte, são considerados "processos em andamento" todos aqueles que não transitaram em julgado.

No Gráfico 1, observa-se que, após uma acentuada tendência de crescimento no volume de processos autuados e concluídos no CNMP entre 2005 e 2010, houve uma relativa estabilização a partir de 2011, com variações mais significativas no número de processos concluídos nos anos de maior renovação da composição do Colegiado, períodos em que, extraordinariamente, concentram-se esforços para a conclusão dos processos distribuídos aos Conselheiros em fim de mandato. Nessa linha, verifica-se que, no ano de 2014, apesar de o número de autuações e conclusões ter sido menor do que em 2013 – ano em que houve a renovação de nove Conselheiros –, tal quantitativo revelou-se maior do que o de 2012, parâmetro mais adequado de comparação.

Gráfico 1 – Evolução anual dos processos autuados e concluídos no CNMP, 2005-2014



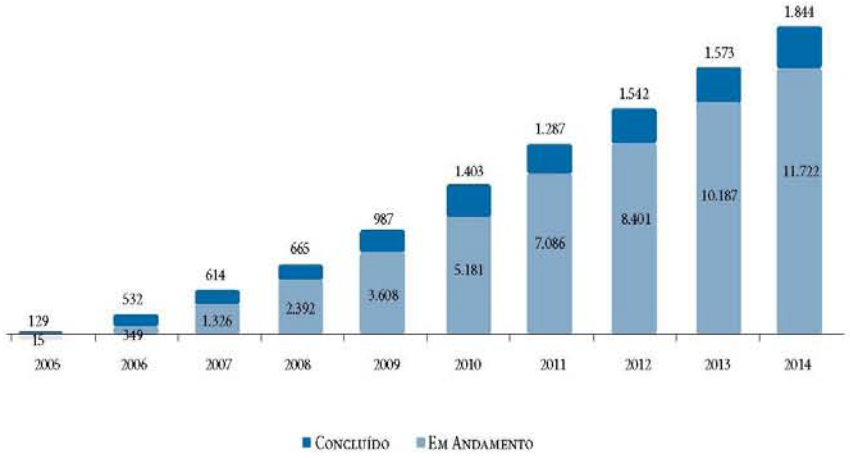
Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE). Data de corte: até 31/12/2014.

Observação: A não correspondência de alguns números de arquivamento com aqueles constantes do gráfico correlato retratado no relatório anual anterior deve-se ao processo, ainda não concluído, de depuração da base de dados do CNMP.

ANEXO

O Gráfico 2 mostra o volume acumulado de processos autuados concluídos e em andamento desde a criação do CNMP.

Gráfico 2 – Evolução acumulada dos processos autuados concluídos e em andamento no CNMP, 2005-2014

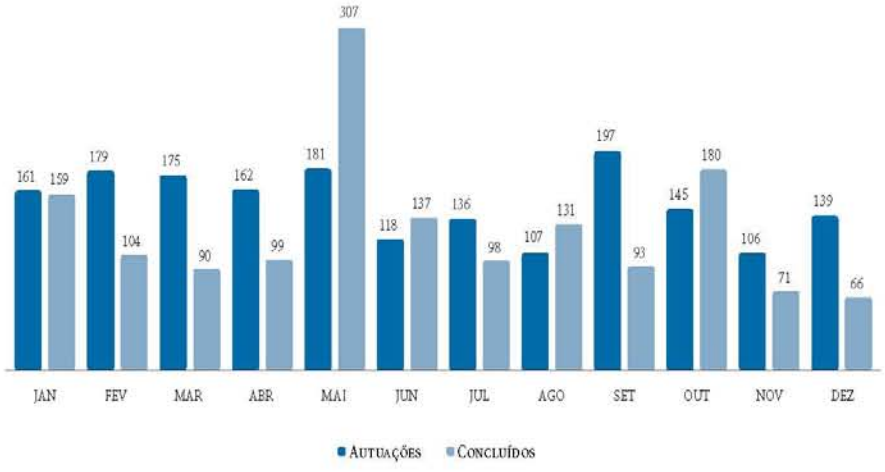


Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE). Data de corte: até 31/12/2014.

Observação: A não correspondência de alguns números com aqueles constantes do gráfico correlato retratado no relatório anual anterior deve-se ao processo, ainda não concluído, de depuração da base de dados do CNMP.

No Gráfico 3, para facilitar uma melhor visão da dinâmica dos processos no Conselho no ano corrente, apresenta-se o volume de processos autuados e concluídos mês a mês. Observa-se que o pico de processos autuados foi registrado no mês de setembro (197), seguido do mês de maio (181). Já em relação aos processos concluídos, os picos foram registrados em maio (307) e outubro (180).

Gráfico 3 – Evolução mensal das autuações e dos processos concluídos no CNMP, 2014

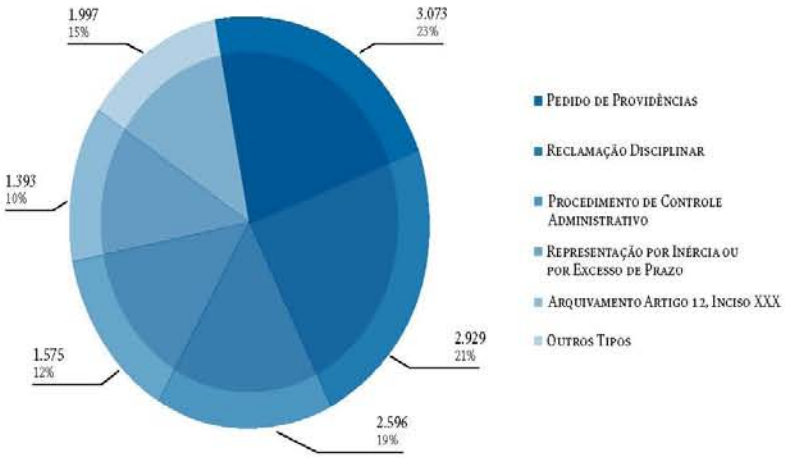


Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE). Data de corte: até 31/12/2014.

ANEXO

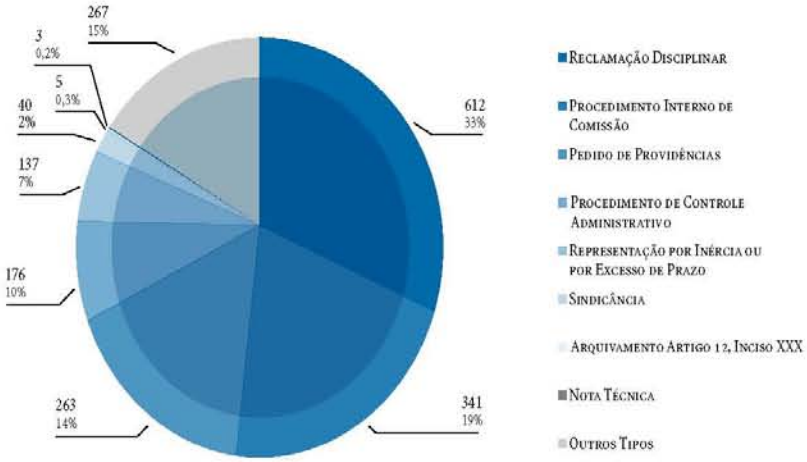
O Gráfico 4 apresenta uma visão geral dos principais tipos de processos autuados desde 2005, enquanto o Gráfico 5 traz a mesma distribuição para os processos em andamento.

Gráfico 4 – Processos autuados no CNMP por tipo processual, 2005-2014



Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE). Data de corte: até 31/12/2014.

Gráfico 5 – Processos em andamento no CNMP por tipo processual, 2005-2014



Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE). Data de corte: até 31/12/2014.

ANEXO

O Gráfico 4 demonstra que as classes processuais "Pedido de Providências", "Reclamação Disciplinar" e "Procedimento de Controle Administrativo" correspondem a cerca de 64% do volume processual autuado neste Conselho. Já o Gráfico 5 mostra que as mesmas três classes processuais supracitadas correspondem a cerca de 57% do volume processual em tramitação neste Conselho.

O Quadro 1 detalha os tipos processuais existentes no CNMP, com seus respectivos quantitativos e análises percentuais.

Quadro 1 – Distribuição de processos do CNMP por tipo processual, 2005-2014

TIPO PROCESSUAL	AUTUAÇÃO		DECISÃO		JULGAMENTO		CONCLUÍDOS		EM ANDAMENTO	
	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%
Acompanhamento de cumprimento de decisão	103	0,76	44	0,51	137	3,26	76	0,65	27	1,46
Anteprojeto de lei	17	0,13	0	0,00	18	0,43	17	0,15	0	0,00
Arguição de suspeição e impedimento	14	0,10	4	0,05	15	0,36	14	0,12	0	0,00
Arquivamento artigo 12, inciso XXX	1.393	10,27	135	1,57	1	0,02	1.388	11,84	5	0,27
Avocação	64	0,47	24	0,28	59	1,40	58	0,49	6	0,33
Consulta	18	0,13	9	0,10	4	0,10	12	0,10	6	0,33
Correição	16	0,12	8	0,09	10	0,24	10	0,09	6	0,33
Embargos de declaração (ED)	99	0,73	40	0,47	218	5,18	98	0,84	1	0,05
Inspeção	83	0,61	12	0,14	60	1,43	16	0,14	67	3,63
Nota Técnica	3	0,02	1	0,01	0	0,00	0	0,00	3	0,16
Pedido de providências	3.073	22,65	1.737	20,22	1.335	31,75	2.810	23,97	263	14,26
Procedimento avocado	42	0,31	20	0,23	40	0,95	24	0,20	18	0,98
Procedimento de controle administrativo	2.596	19,14	1.583	18,42	1.298	30,87	2.420	20,64	176	9,51
Procedimento interno de comissão	508	3,74	172	2,00	6	0,14	167	1,42	341	18,49
Processo administrativo disciplinar	91	0,67	63	0,73	76	1,81	64	0,55	27	1,46
Proposição	214	1,58	23	0,27	170	4,04	163	1,39	51	2,77
Reclamação disciplinar	2.929	21,59	2.518	29,31	77	1,83	2.317	19,77	612	33,19

Continua

Continuação

TIPO PROCESSUAL	AUTUAÇÃO		DECISÃO		JULGAMENTO		CONCLUÍDOS		EM ANDAMENTO	
	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%
Reclamação p/ preservação da autonomia do Ministério Público	85	0,63	50	0,58	45	1,07	78	0,67	7	0,38
Reclamação p/ preservação da competência e da autoridade das decisões do Conselho	142	1,05	89	1,04	62	1,47	122	1,04	20	1,08
Recurso interno (REC)	210	1,55	342	3,98	219	5,21	205	1,75	5	0,27
Representação por inércia ou por excesso de prazo	1.575	11,61	1.427	16,61	183	4,35	1.438	12,27	137	7,43
Restauração de autos	3	0,02	3	0,03	0	0,00	3	0,03	0	0,00
Revisão de decisão do conselho	11	0,08	11	0,13	1	0,02	9	0,08	2	0,11
Revisão de processo disciplinar	165	1,22	147	1,71	124	2,95	141	1,20	24	1,30
Sindicância	112	0,83	130	1,51	47	1,12	72	0,61	40	2,17
TOTAL GERAL	13.566	100	8.592	100	4.205	100	11.722	100	1.844	100

Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE). Data de corte: até 31/12/2014.

2. Organização Interna e Principais Realizações

A estrutura organizacional do CNMP contempla como órgãos de atuação: o Plenário, a Presidência, a Corregedoria Nacional, as Comissões, a Ouvidoria Nacional, a Assessoria de Comunicação Social, a Auditoria Interna e a Secretaria-Geral, esta última composta por cinco secretarias: Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão Estratégica, Secretaria de Planejamento Orçamentário, Secretaria Processual e Secretaria de Tecnologia da Informatização.

No decorrer do ano de 2014, ocorreu uma importante evolução da atuação do CNMP, cujos dados são apresentados neste relatório, destacando as atividades desenvolvidas em cada unidade.

2.1 Plenário

Nas sessões aludidas, o Plenário deliberou sobre diversos temas de relevância para o Ministério Público, vindo a julgar 338 processos, entre outras ações:

- Determinou a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como o seu afastamento cautelar, no prazo de 120 dias (Processo CNMP nº 0.00.000.001274/2013-49).

ANEXO

- Determinou a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho (Processo CNMP nº 0.00.000.001633/2013-68).

- Determinou a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na Corregedoria de origem (Processo CNMP nº 0.00.000.001692/2013-36).

- Determinou a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará (Processo CNMP nº 0.00.000.000376/2014-28).

- Determinou a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão (Processo CNMP nº 0.00.000.000294/2014-83 – Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001690/2013-47).

- Determinou a instauração de procedimento administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo (Processo CNMP nº 0.00.000.00648/2014-90).

- Determinou a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina e o seu afastamento cautelar pelo prazo de 90 dias (Processo CNMP nº 0.00.000.001617/2014-56).

- Determinou a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Paraíba e o seu afastamento cautelar pelo prazo de 90 dias (Processo CNMP nº 0.00.000.001618/2014-09).

- Determinou a instauração de sindicância em desfavor de membros do Ministério Público do Estado da Bahia (Processo CNMP nº 0.00.000.001517/2013-49).

- Determinou a instauração de sindicância em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de São Paulo, no âmbito da Corregedoria Nacional (Processo CNMP nº 0.00.000.000130/2012-94).

- Determinou a aplicação da pena de advertência a membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. No entanto, diante da ausência do quórum de maioria absoluta estabelecido no art. 63, do Regimento Interno do CNMP (RICNMP), absolveu-se o processado (Processo CNMP nº 0.00.000.000567/2014-90).

- Determinou a aplicação da pena de advertência a membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. No entanto, diante da ausência do quórum de maioria absoluta estabelecido no art. 63, do RICNMP, absolveu-se o processado (Processo CNMP nº 0.00.000.000568/2014-34).

- Determinou a aplicação da pena de censura a membro do Ministério Público do Estado do Piauí (Processo CNMP nº 0.00.000.000861/2013-11).

- Determinou a aplicação da pena de advertência a membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco (Processo CNMP nº 0.00.000.000562/2014-67).

- Determinou a aplicação da pena de censura a membro do Ministério Público do Estado de Tocantins (Processo CNMP nº 0.00.000.001626/2013-66).

- Determinou a majoração da pena de suspensão imposta a membro do Ministério Público do Estado de Goiás para 90 dias e aplicou a pena de suspensão por 45 dias (Processo CNMP nº 0.00.000.000197/2014-91).

- Determinou a aplicação da pena de censura a membro do Ministério Público do Estado do Paraná (Processo CNMP nº 0.00.000.001425/2013-69).

- Determinou a aplicação da pena de suspensão pelo prazo de 90 dias a membro do Ministério Público do Estado do Paraná (Processo CNMP nº 0.00.000.001354/2012-13).
- Determinou a aplicação de pena de advertência a membro do Ministério Público do Estado do Amapá (Processo CNMP nº 0.00.000.001354/2013-02 – Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000018/2013-34).
- Determinou a majoração da pena aplicada a membro do Ministério Público do Estado de Goiás para 60 dias de suspensão (Processo CNMP nº 0.00.000.000987/2013-95).
- Determinou a aplicação de pena de suspensão pelo prazo de 60 dias a membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco (Processo CNMP nº 0.00.000.001571/2013-94).
- Determinou pela aplicação da penalidade de suspensão a membro do Ministério Público do Estado de São Paulo por 15 dias (Processo CNMP nº 0.00.000.001194/2014-74 Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000750/2013-12).
- Aprovou a realização do concurso público para provimento de cargos do CNMP (Processo CNMP nº 0.00.000.001245/2014-68).
- Referendou o projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança do quadro de pessoal do CNMP (Processo CNMP nº 0.00.000.001224/2014-42).
- Respondeu positivamente à Consulta para considerar regular a participação de membro do Ministério Público em conselhos formadores de políticas públicas, federais, estaduais ou municipais, desde que em áreas afetas às suas funções institucionais e que tal colaboração se dê na qualidade de membro convidado sem direito a voto (Processos CNMP nº 0.00.000.000871/2012-75 e nº 0.00.000.001390/2012-87).
- Respondeu positivamente à Consulta para fixar o entendimento de que se aplica ao Ministério Público o parágrafo único, do artigo 21, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (Processo CNMP nº 0.00.000.001748/2013-52).
- Aprovou as propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público do Trabalho e da Escola Superior do Ministério Público da União para o exercício financeiro de 2015 (Processo CNMP nº 0.00.000.001096/2014-37).
- Aprovou a proposta orçamentária do CNMP para o exercício financeiro de 2015 (Processo CNMP nº 0.00.000.001017/2014-98).
- Emitiu pareceu favorável à solicitação de crédito adicional que envolve ações do Ministério Público do Trabalho, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 12.919/2013 (Processo CNMP nº 0.00.000.001286/2014-54).
- Emitiu parecer favorável à solicitação de créditos suplementares para complemento das despesas com auxílio-alimentação e com assistência pré-escolar, requeridos pelo Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal, conforme determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 12.919/2013 (Processo CNMP nº 0.00.000.000233/2014-16).
- Emitiu parecer favorável à solicitação de créditos adicionais que envolvem ações do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 12.919/2013 (Processo CNMP nº 0.00.000.000606/2014-59).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado de Santa Catarina (Processo CNMP nº 0.00.000.000968/2012-88).

ANEXO

- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina (Processo CNMP nº 0.00.000.000967/2012-33).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Processo CNMP nº 0.00.000.000966/2012-99).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado do Tocantins (Processo CNMP nº 0.00.000.001434/2013-50).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado do Tocantins (Processo CNMP nº 0.00.000.001435/2013-02).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público no Estado do Tocantins (Processo CNMP nº 0.00.000.001436/2013-49).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público no Estado de Rondônia (Processo CNMP nº 0.00.000.001510/2013-27).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado de Rondônia (Processo CNMP nº 0.00.000.001511/2013-71).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado de Rondônia (Processo CNMP nº 0.00.000.001512/2013-16).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado do Ceará (Processo CNMP nº 0.00.000.000348/2013-30).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público do Estado do Ceará (Processo CNMP nº 0.00.000.000349/2013-74).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público Militar no Estado do Ceará (Processo CNMP nº 0.00.000.000350/2013-07).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará (Processo CNMP nº 0.00.000.000357/2013-11).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público do Estado da Bahia (Processo CNMP nº 0.00.000.000962/2012-19).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado da Bahia (Processo CNMP nº 0.00.000.000963/2012-55).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado da Bahia (Processo CNMP nº 0.00.000.000964/2012-08).
- Aprovou relatório de Inspeção realizada no Ministério Público Militar no Estado da Bahia (Processo CNMP nº 0.00.000.000965/2012-44).
- Reconheceu devida a concessão de ajuda de custo a membro do Ministério Público da União que, em razão de remoção a pedido, passar a residir, em caráter permanente, na nova sede, fixando balizas para a concessão da vantagem, inclusive no que diz respeito aos membros dos Ministérios Públicos dos Estados (Processo CNMP nº 0.00.000.001415/2011-61).

ANEXO

2.2 Presidência

Nos termos do artigo 130-A, inciso I, da CF/1988, a Presidência do CNMP é exercida pelo Procurador-Geral da República e, em seus eventuais impedimentos e ausências, pelo Vice-Procurador-Geral da República ou pelo Corregedor Nacional do Ministério Público.

As atribuições da Presidência estão, basicamente, previstas nos artigos 12 e 13 da Resolução nº 92/2013, que instituiu o Regimento Interno do CNMP (RICNMP). Entre as competências ali previstas, convém destacar as seguintes: i) representar o Conselho e presidir as sessões plenárias (que ocorreram nas datas fixadas no calendário anual, definido na Portaria CNMP-Presi nº 338/2013[2]); ii) ordenar as despesas, podendo delegar atos específicos ao Secretário-Geral; iii) executar e fazer executar as deliberações do Conselho; iv) decidir as matérias relacionadas com os direitos e deveres dos servidores; v) prover, na forma da lei, os cargos do quadro de pessoal; vi) definir a organização dos órgãos internos; vii) celebrar contratos e convênios; e viii) apreciar liminarmente, antes da distribuição, os requerimentos anônimos, sem formulação de pedido ou estranhos à competência do Conselho, entre outras.

Neste contexto, o direcionamento da estratégia de gestão, a fixação de metas e objetivos organizacionais, o controle de recursos e a gestão dos resultados, bem como a indução de políticas institucionais para o fortalecimento e aprimoramento do Ministério Público, também integram o plexo de atribuições da Presidência.

Atualmente, a Presidência do CNMP é composta pelas seguintes unidades de apoio: Gabinete (CG/Presi); Assessoria de Segurança Institucional (Assi); Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (Ascom); Auditoria Interna (Audin); Assessoria de Articulação Institucional (Asai); e Unidade de Capacitação do Ministério Público (UCMP), tudo nos termos da Portaria CNMP-Presi nº 204/2013, e da Portaria CNMP-Presi nº 221/2013.

Desde 17 de setembro de 2013, a Presidência do CNMP é exercida pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, que tem como Vice-Presidente a Subprocuradora-Geral da República, Ela Wiecko Volkmer de Castilho.

Durante o ano de 2014, temas de grande relevância para a atuação uniforme e eficiente do Ministério Público foram analisados pelo Conselho. Como resultado desse trabalho, foram aprovadas pelo Plenário e publicadas pela Presidência, com fundamento no artigo 130-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal e no artigo 147 e seguintes do RICNMP, 13 Resoluções, uma Resolução Conjunta, duas Emendas Regimentais e três Recomendações, devendo-se conferir destaque às seguintes:

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução nº 105	Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente nos processos judiciais em que se requer autorização para trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos.	10/03/2014	24/03/2014, DOU, Seção 1, p. 106
Resolução nº 110	Dispõe sobre a divulgação obrigatória das listas com os processos distribuídos a cada membro do Ministério Público ou órgão da instituição.	09/06/2014	03/07/2014, DOU, Seção 1, p.108
Resolução nº 112	Altera a Resolução nº 26, de 17 de setembro de 2007, que disciplina a residência na Comarca pelos membros do Ministério Público e determina outras providências.	04/08/2014	22/08/2014, DOU, Seção 1, p. 141

Continua

ANEXO

2 Posteriormente, alterada pelas Portarias CNMP-Presi nº 031, de 17 de fevereiro de 2014; nº 111, de 30 de abril de 2014; nº 112, de 6 de maio de 2014; nº 120, de 19 de maio de 2014; nº 124, de 3 de junho de 2014; e nº 128, de 9 de junho de 2014.

Continuação

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução nº 113	Acrescenta o parágrafo único ao artigo 3º da Resolução nº 20/2007.	04/08/2014	22/08/2014, DOU, Seção 1, p. 141
Resolução nº 115	Altera o inciso VII do art. 7 º da Resolução nº 89, de 28 de agosto de 2012.	15/09/2014	1/10/2014, DOU, Seção 1, p. 104
Resolução nº 116	Estabelece regras gerais para a proteção pessoal de membros do Ministério Público e de seus familiares diante de situação de risco decorrente do exercício da função.	06/10/2014	21/10/2014, DOU, Seção 1, p. 78/79
Resolução nº 117	Regulamenta a ajuda de custo para moradia aos membros do Ministério Público.	07/10/2014	16/10/2014, DOU, Seção 1, p. 45

RESOLUÇÃO CONJUNTA	ASSUNTO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução Conjunta nº 4	Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público, os arts. 6º, inciso XI, e 7º-A, ambos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012 (autorizando ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, o porte de arma de fogo em todo território nacional).	28/02/2014	DJ-e nº 52/2014, em 24/03/2014

RECOMENDAÇÃO	ASSUNTO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Recomendação nº 23	Recomenda a alienação cautelar dos bens apreendidos, na forma de legislação respectiva, sempre que estes estejam a grande depreciação (perda do valor ou da função) ou a pena de perdimento pelo decurso do tempo. Recomenda o depósito das importâncias em dinheiro levantadas com a alienação antecipada em instituição bancária devidamente autorizada a realizar custódias judiciais.	03/02/2014	24/03/2014, DOU, Seção 1, p. 106
Recomendação nº 24	Traça parâmetros de proteção na excepcional hipótese de trabalho infantil artístico.	10/03/2014	24/03/2014, DOU, Seção 1, p. 106/107
Recomendação nº 25	Estabelece Recomendação para divulgação da Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência – Decreto nº 6.949/2009.	09/06/2014	03/07/2014, DOU, Seção 1, p. 108

Para além dos atos supracitados, também foram editadas pela Presidência do Conselho, com o auxílio da Secretaria-Geral, diversas portarias de caráter normativo, com o escopo de dar execução ao Regimento Interno e às deliberações do Plenário, bem como de disciplinar, em âmbito interno, matérias de sua competência, tudo com esteio no artigo 12 do RICNMP. A título exemplificativo, podem ser mencionadas, em face de sua relevância, as seguintes:

ANEXO

PORTARIA	ASSUNTO	DATA	PUBLICAÇÃO
Portaria CNMP-Presi nº 26	Disciplina o trâmite interno de propostas de acordos, convênios, termos de cooperação, cessões, permissões e ajustes congêneres, no âmbito do CNMP.	12/02/2014	BS nº 3/2014
Portaria CNMP-Presi nº 34	Aprova Instrução Normativa que define a tramitação interna de documentos oriundos do Tribunal de Contas da União e da Auditoria Interna do CNMP.	24/02/2014	BS nº 4/2014
Portaria CNMP-Presi nº 36	Regulamenta a concessão e o pagamento de diárias e passagens no âmbito do CNMP, e dá outras providências.	26/02/2014	BS nº 4/2014
Portaria CNMP-Presi nº 37	Regulamenta a concessão de ajuda de custo e auxílio-moradia aos membros do Ministério Público em exercício no CNMP e dá outras providências (referendada pela Resolução nº 114, de 29/07/2014).	26/02/2014	BS nº 4/2014
Portaria CNMP-Presi nº 70	Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Comitês, Fóruns, Representações, Grupos de Trabalho e congêneres no âmbito do CNMP e dá outras providências.	27/03/2014	31/03/2014, DOU, Seção 1, p. 94-96
Portaria CNMP-Presi nº 75	Dispõe sobre as descrições, as atribuições comuns e básicas, as áreas de atividade, as especialidades e os requisitos de investidura dos cargos de Analista e Técnico do CNMP e dá outras providências.	08/04/2014	14/04/2014, DOU, Seção 1, p. 116-120
Portaria CNMP-Presi nº 159	Altera o disposto no art. 7º da Portaria CNMP-Presi nº 75/2014, que trata das descrições, atribuições comuns e básicas, áreas de atividade, especialidades e dos requisitos de investidura nos cargos de Analista e Técnico do CNMP, e dá outras providências.	29/07/2014	30/07/2014, DOU, Seção 1, p. 88
Portaria CNMP-Presi nº 166	Altera o disposto no art. 7º da Portaria CNMP-Presi nº 75/2014, que trata das descrições, atribuições comuns e básicas, áreas de atividade, especialidades e dos requisitos de investidura nos cargos de Analista e Técnico do CNMP, e dá outras providências.	28/08/2014	29/08/2014, DOU, Seção 1, p. 103
Portaria CNMP-Presi nº 208	Regulamenta a concessão de ajuda de custo para moradia aos conselheiros do CNMP.	18/11/2014	19/11/14, DOU, Seção 1, p.76
Portaria CNMP-Presi nº 209	Regulamenta a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros do Ministério Público em exercício no CNMP.	18/11/2014	19/11/2014, DOU, Seção 1, p.76
Portaria CNMP-Presi nº 211	Regulamenta os critérios para o concurso público de provimento dos cargos de Analista e Técnico Administrativo do CNMP e procedimentos de inspeção médica oficial prévia à posse no cargo.	18/11/2014	19/11/2014, DOU, Seção 1, p.76
Portaria CNMP-Presi nº 212	Regulamenta critérios para o concurso público de Técnico de Segurança Institucional e procedimentos de inspeção médica oficial.	18/11/2014	20/11/2014, DOU, Seção 1, p.86

ANEXO

Para além dos atos reportados, no exercício de 2014, o CNMP também expediu duas notas técnicas, com fulcro no artigo 37, § 1º, inciso V, do RICNMP, sendo uma sobre Proposta de Emenda à Constituição Estadual de São Paulo nº 01/2013 e outra sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 63/2013.

Outrossim, por intermédio de sua Presidência, com o escopo de aperfeiçoar os serviços do Ministério Público brasileiro e contribuir com o aprimoramento do sistema de Justiça, estabeleceu diversas parcerias estratégicas, com fundamento no art. 12, inciso XXIV, do RICNMP, vindo a firmar acordos e termos de convênio e de cooperação técnica, merecendo destaques os seguintes:

CONVENENTES	ASSUNTO	ASSINATURA	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA
CNMP e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	Estabelecimento de condições para implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas em áreas de mútuo interesse, principalmente a respeito de temas concernentes à atuação do Ministério Público brasileiro.	20/03/2014	10/04/2014	Dois anos, a partir da assinatura, prorrogável mediante Termo Aditivo por igual período.
CNMP, Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público Federal	Implementação da Metodologia Integrada de Coleta e Análise de Dados e Informações sobre Tráfico de Pessoas, elaborada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 155, de 5 de outubro de 2012, doravante denominada "Metodologia Integrada".	1º/04/2014	08/05/2014	48 meses, a partir da assinatura, prorrogável mediante Termo Aditivo, por acordo entre os partícipes.
CNMP e Secretaria-Geral da Presidência da República	Inserção social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis.	30/04/2014	02/05/2014	12 meses, a partir da publicação, prorrogável mediante Termo Aditivo.
CNMP, Comitê Organizador Local (COL) e *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA)	Adoção de medidas necessárias a assegurar a presença do Ministério Público nos Juizados Criminais do Torcedor e da Infância e Juventude nas arenas esportivas onde se realizaram os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, com definição de procedimentos de acesso e credenciamento para esse fim.	09/05/2014	Não houve publicação	Até o término da Copa do Mundo FIFA 2014, contados da assinatura e somente podendo ser alterado por consenso dos partícipes.

ANEXO

No âmbito interno, foram arquivados, sumariamente, pela Presidência, 136 expedientes, com fundamento no artigo 12, inciso XXX, do RICNMP. Também foram expedidos 443 ofícios e editadas 240 portarias, sendo três conjuntas. Entre elas, convém mencionar as seguintes:

PORTARIA	ASSUNTO	DATA	PUBLICAÇÃO
Portaria CNMP-Presi nº 02	Designa comissão de servidores para análise e pronunciamento acerca da estruturação do quadro de pessoal do CNMP.	07/01/2014	08/01/2014, DOU, Seção 2, p. 41
Portaria CNMP-Presi nº 22	Designa membros do Ministério Público brasileiro para, sob a coordenação do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais comporem Grupo de Estudos sobre Negociação e Mediação para o Aprimoramento da Atuação do Ministério Público.	11/02/2014	17/02/2014, DOU, Seção 2, p. 63
Portaria CNMP-Presi nº 23	Designa membros do Ministério Público brasileiro para comporem Grupo de Estudos sobre Compromisso de Ajustamento de Conduta e Recomendação.	11/02/2014	17/02/2014, DOU, Seção 2, p. 63
Portaria CNMP-Presi nº 35	Altera a Portaria CNMP-Presi nº 212, de 26/7/2013, que dispõe sobre o Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas.	26/02/2014	28/02/2014, DOU, Seção 2, p. 76
Portaria CNMP-Presi nº 57	Institui o Plano de Providências do CNMP e aprova a Norma de Execução que regulamenta a sua elaboração e utilização.	10/03/2014	BS nº 5/2014
Portaria CNMP-Presi nº 65	Institui o Calendário de Contratações para aquisição de bens ou serviços no âmbito do CNMP.	25/03/2014	BS nº 6/2014
Portaria CNMP-Presi nº 66	Dispõe sobre a Limitação de Empenho e Movimentação Financeira e Estabelece o Cronograma Anual de Desembolso Mensal para o CNMP no Exercício Financeiro de 2014.	25/03/2014	31/03/2014, DOU, Seção 1, p. 93
Portaria CNMP-Presi nº 76	Institui Grupo de Trabalho destinado a elaborar formulário de inspeção das delegacias e órgãos de perícia previsto no art. 6º, §1º, da Resolução nº 20/2004.	08/04/2014	10/04/2014, DOU, Seção 2, p. 55
Portaria CNMP-Presi nº 95	Institui Grupo de Trabalho destinado a elaborar estudos, propostas e projetos visando à normatização nacional dos processos administrativos extrajudiciais do Ministério Público: notícia de fato e procedimento administrativo.	22/04/2014	23/04/2014, DOU, Seção 2, p. 43
Portaria CNMP-Presi nº 118	Constitui Comissão para coordenar a realização do 1º Concurso Público para provimento de cargos de Analista e Técnico do CNMP.	13/05/2014	16/05/2014, DOU, Seção 2, p. 64
Portaria CNMP-Presi nº 122	Institui Comissão Permanente de Licitação.	19/05/2014	02/06/2014, DOU, Seção 2, p. 85
Portaria CNMP-Presi nº 152	Altera a Portaria nº 147/2011, que regulamenta o Programa de Treinamento, Desenvolvimento e Educação do CNMP.	11/07/2014	BS nº 12/2014
Portaria CNMP-Presi nº 160	Institui, em substituição ao Comitê de Agenda, o Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia, bem como os Subcomitês Estratégicos de Tecnologia da Informação e de Gestão de Pessoas do CNMP e dá outras providências.	29/07/2014	BS nº 14/2014

Continua

ANEXO

Continuação

PORTARIA	ASSUNTO	DATA	PUBLICAÇÃO
Portaria CNMP-Presi nº 161	Homologa decisão referente ao Sistema de Processo Eletrônico do CNMP (Sistema ELO) e concede gratificação de projeto a servidores.	15/08/2014	18/08/2014, DOU, Seção 2, p. 157
Portaria CNMP-Presi nº 184	Institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do CNMP para o exercício de 2015.	06/10/2014	08/10/2014, DOU, Seção 1, p. 145
Portaria CNMP-Presi nº 200	Altera o disposto na Portaria CNMP-Presi nº 70, de 27 de março de 2014, para dispor sobre o Fórum Nacional de Saúde no âmbito do CNMP.	28/10/2014	30/10/2014, DOU, Seção 1, p.130
Portaria CNMP-Presi nº 202	Cria as especialidades de Engenharia Civil, Arquivologia e Gestão Pública na área de Apoio Técnico Especializado do cargo de Analista do Quadro de Pessoal do CNMP, altera os Anexos II, III, IV e V, da Portaria CNMP-Presi nº 75, de 8 de abril de 2014, e dá outras providências.	10/11/2014	11/11/2014, DOU, Seção 1, p.76
Portaria CNMP-Presi nº 205	Institui o Sistema de Transporte Ecológico do CNMP (Ecotransporte), e dá outras providências.	12/11/2014	14/11/2014, DOU, Seção 1, p.205
Portaria CNMP-Presi nº 215	Dispõe sobre rotinas administrativas no âmbito do CNMP e dá outras providências.	24/11/2014	BS nº 22/2014
Portaria CNMP-Presi nº 216	Institui o cronograma de elaboração do Plano de Gestão 2015 no âmbito do CNMP e dá outras providências.	24/11/2014	BS nº 22/2014
Portaria CNMP-Presi nº 220	Dispõe sobre o inventário de processos do CNMP.	02/12/2014	BS nº /2014
Portaria CNMP-Presi nº 222	Institui o Programa de Exames Periódicos de Saúde do CNMP e dá outras providências.	09/12/2014	12/12/2014, DOU, Seção 1, p. 141.
Portaria CNMP-Presi nº 224	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho destinado a elaborar formulário de inspeção das repartições de Polícia Militar, previsto no art. 6º, § 1º, da Resolução nº 20/2007.	09/12/2014	12/12/2014, DOU, Seção 2, p. 43
Portaria Interministerial MJ nº 1.021	Institui o Selo Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública	13/06/2014	16/06/2014, DOU, Seção 1 p. 42

Por fim, a Presidência, durante o ano de 2014, prestou informações em 29 ações instauradas contra atos praticados pelo Conselho no exercício de sua atividade finalística, conforme relacionado a seguir:

AÇÃO	JUÍZO	RÉU(S) OU INTERESSADO(S)	PROCESSO NO CNMP
MS 32.650	STF	CNMP e MPE/MT	0.00.000.000992/2012-17
MS 31.486	STF	CNMP	0.00.000.000436/2011-60
MS 32.722	STF	CNMP	0.00.000.000711/2012-32
MS 32.799	STF	CNMP	0.00.000.001439/2012-00

Continua

ANEXO

ANEXO

Continuação

AÇÃO	JUÍZO	RÉU(S) OU INTERESSADO(S)	PROCESSO NO CNMP
MS 32.788	STF	CNMP	0.00.000.000326/2013-60
MS 32.861	STF	CNMP	0.00.000.000145/2014-14
MS 32.848	STF	CNMP	0.00.000.001354/2013-02
MS 32.891	STF	CNMP	0.00.000.000509/2014-66
MS 32.672	STF	CNMP	0.00.000.001536/2010-22
MS 32.922	STF	CNMP	0.00.000.000225/2014-70
MS 32.831	STF	Corregedoria Nacional do Ministério Público	0.00.000.000226/2014-14
MS 32.950	STF	CNMP	0.00.000.000326/2013-60
MS 32.999	STF	CNMP	0.00.000.001799/2013-84
MS 32.995	STF	CNMP	0.00.000.000380/2012-24
MS 32.909	STF	CNMP	0.00.000.000766/2013-17
MS 33.052	STF	CNMP	0.00.000.001210/2012-67
MS 33.083	STF	CNMP	0.00.000.001811/2013-51
MS 33.149	STF	CNMP	0.00.000.001633/2013-68
MS 33.163	STF	CNMP	0.00.000.001464/2013-66
MS 33.303	STF	CNMP	0.00.000.000768/2013-14
MS 30.787	STF	CNMP	0.00.000.000710/2010-10
MS 33.010	STF	CNMP	0.00.000.000076/2013-68
MS 33.206	STF	CNMP	0.00.000.000356/2014-21
MS 33.185	STF	CNMP	0.00.000.000028/2014-51
MS 33.205	STF	CNMP	0.00.000.001151/2014-99
MS 33.333	STF	CNMP	0.00.000.000033/2013-82
MS 33.175	STF	CNMP	0.00.000.001274/2013-49
MS 33.332	STF	CNMP	0.00.000.001617/2014-56
ADI 5125	STF	CNMP	Ofício nº 224/2014/Presi-CNMP

2.3 Corregedoria Nacional do Ministério Público

A função de Corregedor Nacional do Ministério Público encontra-se prevista no § 3º do art. 130-A da CF/1988 e é regulamentada pelo RICNMP, cabendo-lhe, entre outras competências, o exercício da atividade investigativa e preparatória do poder disciplinar do CNMP e a atividade executiva de inspeção e correição.

As atividades do ano de 2014 encontram-se consolidadas nos quadros a seguir:

Quadro 2 – Processos autuados na Corregedoria (todos os tipos) no período de 1º/01 a 31/12/2014

TIPO	PROCESSOS	%
Reclamação Disciplinar	431	93,29
Sindicância	8	1,73
Inspeção	14	3,03
Correição	0	0
Procedimento Avocado	9	1,95
TOTAL	462	100

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.

2.3.1 Atividade Executiva

Quadro 3 – Inspeções realizadas em 2014

ESTADO	UNIDADES VISITADAS	RAMO	TOTAL DE ÓRGÃOS VISITADOS
Sergipe	MP Estadual	Ministério Público do Estado	142
	PRT/SE	Ministério Público do Trabalho	
	PR/SE	Ministério Público Federal	
Pernambuco	MP Estadual	Ministério Público do Estado	295
	PRT/PE	Ministério Público do Trabalho	
	PR/PE	Ministério Público Federal	
	PJM/PE	Ministério Público Militar	
Rio Grande do Sul	MP Estadual	Ministério Público do Estado	462
	PRT/RS	Ministério Público do Trabalho	
	PR/RS	Ministério Público Federal	
	PJM/RS	Ministério Público Militar	

Continua

Continuação

ESTADO	UNIDADES VISITADAS	RAMO	TOTAL DE ÓRGÃOS VISITADOS
Espírito Santo	MP Estadual	Ministério Público do Estado	223
	PRT/ES	Ministério Público do Trabalho	
	PR/ES	Ministério Público Federal	
Paraná	MP Estadual	Ministério Público do Estado	437
	PRT/PR	Ministério Público do Trabalho	
	PR/PR	Ministério Público Federal	
	PJM/PR	Ministério Público Militar	
Goiás	MP Estadual	Ministério Público do Estado	247
	PRT/GO	Ministério Público do Trabalho	
	PR/GO	Ministério Público Federal	
Maranhão	MP Estadual	Ministério Público do Estado	239
	PRT/MA	Ministério Público do Trabalho	
	PR/MA	Ministério Público Federal	
TOTAL			2.045

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.

2.3.2 Acompanhamento de Resoluções do CNMP

Quadro 4 - Acompanhamento de Resoluções do CNMP pela Corregedoria Nacional

RESOLUÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
36/2009	Dispõe sobre o pedido e a utilização de interceptações telefônicas e telemáticas no âmbito do Ministério Público, cabendo à Corregedoria Nacional receber informações sobre o quantitativo mensal de interceptações em cada Unidade.	Acompanhamento mensal por meio do sistema CNMP-Ind
43/2009	Institui a obrigatoriedade da realização de inspeções e correições no Ministério Público dos Estados e da União, ficando a Corregedoria Nacional responsável por receber os calendários anuais e os relatórios de tais atividades para análise dos trabalhos executados.	Calendários e Relatórios de 2014 em análise
73/2011	Dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício de magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados. A Corregedoria Nacional deve ser comunicada anualmente da relação de membros de cada Unidade que exercem atividades de docência.	Dados de 2014 em recebimento e análise
78/2011	Institui o Cadastro de Membros do Ministério Público. A Corregedoria Nacional, em conjunto com as Corregedorias-Gerais, será responsável por administrar esse sistema, além de participar de seu desenvolvimento e disponibilização.	Dados básicos inseridos Testes em *web service* para importar os demais dados

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.

ANEXO

2.4 Comissões

As Comissões Permanentes e Temporárias são órgãos do CNMP criados com o fim de permitir o aprofundamento de temas de relevância para o Ministério Púbico e o desenvolvimento de atividades específicas consideradas de interesse do Conselho. As Comissões são espaços institucionais voltados à discussão e ao estudo dos temas afetos ao aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público junto à sociedade. Trata-se de órgãos especializados em áreas temáticas, que buscam promover a integração do Conselho a outras instâncias administrativas e à sociedade em geral, viabilizar o aprofundamento das matérias discutidas em Plenário e ampliar os canais de comunicação institucional participativos.

As Comissões Permanentes, previstas no art. 31 do RICNMP, são as seguintes: i) Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; ii) Comissão da Infância e Juventude; iii) Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; iv) Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública; v) Comissão de Planejamento Estratégico; vi) Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; e vii) Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.

As Comissões Temporárias são instituídas conforme previsto no art. 30, § 2º, do RICNMP e, no ano de 2014, não houve constituição de Comissão Temporária.

2.4.1 Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) tem por objetivo a análise de atividades e temas relacionados ao papel constitucional do CNMP como órgão nacional de controle da atuação administrativa e financeira de todos os órgãos integrantes do Ministério Público brasileiro. A CCAF tem por linha de atuação o estudo e a implementação de ações voltadas à correção e à prevenção de deficiências de gerenciamento dos recursos materiais e humanos da administração pública ministerial. Norteia a atuação da Comissão o intuito de tornar viáveis as condições necessárias à implementação de uma gestão pública de excelência no âmbito do Ministério Público. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- Nota Técnica 1 – Processo nº 266/2013-85 – CCAF – Assunto: apreciação do Acórdão nº 117/2013 – TCU para orientação e controle do processamento do pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e do Adicional de Tempo de Serviço (ATS) nas unidades do Ministério Público.
- Nota Técnica 2 – Processo nº 1102/2013-75 – CCAF – Assunto: estudo sobre critérios de cálculo para a correção de passivos remuneratórios.
- Nota Técnica 3 – Processo nº 1081/2008-21 – CCAF – Assunto: terceirização em Tecnologia da Informação.
- Nota Técnica 4 – Processo nº 1888/2010-88 – CCAF – Assunto: análise sobre a percepção cumulativa de subsídio com as vantagens oriundas de função comissionada, tendo em vista o disposto na Resolução CNMP nº 09/2006.
- Nota Técnica 5 – Processo nº 1266/2013-01 – Assunto: apuração de sobrepreço em obras de Promotorias de Justiça em Chapadão do Sul e Bela Vista realizadas pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul.
- Consulta Técnica nº 01/2014 – Processo nº 1157/2014-66 – Assunto: consulta acerca da interpretação de situações que passaram a ser reguladas pelo CNJ após a reforma da sua Resolução nº 07/2005, levada a efeito em outubro próximo passado – Nepotismo.
- Consulta Técnica nº 02/2014 – Processo nº 1266/2013-01 – Assunto: visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, sobrepreço nas execuções das Promotorias de Justiça de Chapadão do Sul e Bela Vista.

- Consulta Técnica nº 03/2014 – Processo nº 1498/2014-31 – Assunto: proposição que visa recomendar a observância da Instrução Normativa nº 02/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), nas contratações de serviços, continuados ou não, pelos órgãos do Ministério Público.

- Consulta Técnica nº 04/2014 – Processo nº 122/2014-18 - Assunto: pedido de providências por supostas irregularidades na alocação da verba anual não gasta destinada ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

- Como resultado do trabalho da CCAF de acompanhar a implementação e manutenção do Portal da Transparência do Ministério Público brasileiro, sobreveio a criação do "Transparentômetro". Trata-se de um gráfico contendo a relação em ordem de cumprimento, pelas unidades ministeriais brasileiras, de 209 quesitos constantes do Manual do Portal da Transparência criado pela CCAF. Para dar lastro ao "Transparentômetro", foram desenvolvidos outros gráficos contendo todas as unidades ministeriais e todos os quesitos que deverão atender. A CCAF faz trimestralmente a verificação do atendimento aos referidos quesitos, pela consulta nos respectivos portais da transparência dos Ministérios Públicos Estaduais e da União e do próprio CNMP.

"Transparentômetro" do Ministério Público Brasileiro – setembro de 2014*

1º	CNMP	11º	SP	21º	RS
2º	RR	12º	GO	22º	MPF
3º	MT	13º	RN	23º	RJ
4º	MPM	14º	BA	24º	AL
5º	SE	15º	MG	25º	PA
6º	AM	16º	MA	26º	CE
7º	ES	17º	PI	27º	AP
8º	PR	18º	MPDFT	28º	TO
9º	PE	19º	AC	29º	MPT
10º	SC	20º	RO	30º	PB
				31º	MS

Observação: (*) Publicação Trimestral: Mês-Base Setembro/2014 – Publicação Outubro/2014.

- Publicação do "Manual do Ordenador de Despesas" com vistas a orientar os gestores do Ministério Público a desenvolver suas atividades de forma integrada e uniforme, em respeito às normas federais de controle.

- Realização de três Encontros Regionais com os responsáveis pelo Controle Interno das unidades ministeriais, cujo objetivo foi estabelecer tratativas visando à elaboração de Resolução do CNMP sobre a criação, organização e padronização dos Órgãos de Controle Interno do Ministério Público, os quais abrangeram, respectivamente, as regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

- Realização de pesquisa virtual, em todos os sítios das unidades ministeriais, para certificar o cumprimento da Resolução CNMP nº 89/2012, que determina a obrigatoriedade da existência de Sistema de Consulta Processual, de fácil acesso ao cidadão, na página principal na Internet de todas as unidades do Ministério Público. Desta pesquisa, restou constatado que mais da metade do *parquet* brasileiro tem sistema de consulta processual na sua página principal na Internet.

ANEXO

2.4.2 Comissão da Infância e Juventude

À Comissão da Infância e Juventude (CIJ) compete contribuir para o aperfeiçoamento constante da atuação do Ministério Público brasileiro na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que, conforme previsão constitucional (art. 227), têm prioridade absoluta. Para realizar esse intento, a CIJ tem procurado priorizar ações em cinco grandes áreas, quais sejam: i) sistema socioeducativo; ii) convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes; iii) erradicação do trabalho infantil; iv) enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; e v) saúde mental de crianças e adolescentes. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- Elaboração, publicação e distribuição do Guia "Diálogos e Mediação de Conflitos nas Escolas – Um guia para Educadores", para a campanha "Conte até 10 nas Escolas".
- Planejamento e execução de um total de 19 cursos sobre "Diálogos e Mediação de Conflitos para Educadores", destinados a profissionais da educação em dez Estados, que foram escolhidos prioritariamente entre aqueles que possuem Municípios entre os 100 mais violentos contra o jovem, conforme o Mapa da Violência.
- Realização de inspeções nas unidades de atendimento socioeducativo nos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Pará e Rio de Janeiro.
- Realização de mutirão no sistema socioeducativo no Estado do Piauí.
- Realização das Ações Estratégicas Nacionais sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e pela Educação Infantil, respectivamente, nas cidades de Goiânia/GO, em 06 e 07/05/2014, e Rio de Janeiro/RJ, nos dias 1º e 02/09/2014.
- Realização de 12 reuniões com os membros da Comissão Permanente da Infância e Juventude, do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), para atividades conjuntas e respectivos Grupos de Trabalho.
- Realização de 15 reuniões com os membros da Carta de Estratégias para a Infância e Juventude, da qual faz parte o CNMP, visando à realização de trabalhos conjuntos, elaboração de documentos, notas técnicas, recomendações conjuntas, entre outras.
- Elaboração do Manual sobre Convivência Familiar e Comunitária, a ser destinado a membros do Ministério Público da Infância e Juventude.
- Elaboração da 3ª edição do Manual de Implementação do Programa Adolescente Aprendiz.
- Elaboração do relançamento da 2ª edição do relatório "Um olhar mais atento sobre as unidades socioeducativas de internação e semiliberdade".
- Publicação do Manual de Aprendizagem e Qualificação Profissional de Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas e em Situação de Acolhimento Institucional.
- Organização do Seminário sobre Erradicação do Trabalho Infantil, realizado de 19 a 21/03/2014 em Goiânia/GO.
- Organização do seminário "Sistema de Justiça e o Combate ao Trabalho Infantil", realizado nos dias 06 e 07/11/2014, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado de Santa Catarina e Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

- Organização do seminário "Saúde Mental de Crianças e Adolescentes: Tecendo Redes para Garantir Direitos", realizado no dia 05/12/2014, no CNMP, em parceria com o Ministério da Saúde, que reuniu mais de 100 pessoas do Sistema de Justiça e da área da saúde.

2.4.3 Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP) destina-se à apreciação e ao estudo de situações e temas que possam caracterizar lesão à autonomia e à independência funcional do Ministério Público brasileiro. Visa, portanto, assegurar a garantia prevista no § 1º do art. 127 da Constituição Federal, por meio da análise de procedimentos de sua competência, estudos de questões controvertidas, adoção de medidas corretivas e eventual elaboração de instrumentos normativos de competência do CNMP. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- Mapeamento dos processos e rotinas de trabalho da CPAMP.
- Elaboração, apresentação e aprovação em Plenário da Recomendação CNMP nº 23, que recomenda a alienação cautelar dos bens apreendidos, na forma de legislação respectiva, sempre que estes estejam a grande depreciação (perda do valor ou da função) ou a pena de perdimento pelo decurso do tempo. Recomenda o depósito das importâncias em dinheiro levantadas com a alienação antecipada em instituição bancária devidamente autorizada a realizar custódias judiciais.
- Ingresso, como terceiro interessado, em procedimento administrativo em trâmite no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visa a alteração da Resolução CNJ nº 154/2012, sugerindo a inclusão do Ministério Público na análise das entidades beneficiadas com os valores depositados judicialmente em decorrência de transação penal.
- Encaminhamento ao Procurador-Geral de Justiça dos estudos relativos ao corte feito pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas no orçamento do Ministério Público do Estado de Alagoas, o que gerou o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- Realização das três reuniões ordinárias do Comitê de Políticas de Segurança Institucional do Ministério Público (CPSI-MP), nos termos da Portaria Presi-CNMP nº 70/2014. Cumpre registrar que, a partir da publicação de tal Portaria, a CPAMP passou a ser responsável pelo CPSI-MP, o qual tem por objetivo promover o direcionamento das ações de segurança do Ministério Público brasileiro, por meio de deliberações que promovam a uniformização, padronização e integração dos Planos de Segurança Institucional, dos Planos de Segurança Orgânica e das Ações de Segurança.
- Acompanhamento das investigações do homicídio de Promotor de Justiça do Ministério Público de Pernambuco ocorrido no Município de Itaíba/PE, bem como do Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) nº 5.
- Análise de outros processos em trâmite na Comissão, com a finalidade de garantir a autonomia funcional e a segurança dos membros do Ministério Público no exercício da função.
- Realização de outros estudos relativos à autonomia funcional e à segurança dos membros do Ministério Público.

2.4.4 Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública é destinada aos estudos e trabalhos voltados à busca por soluções para os graves problemas do sistema prisional brasileiro e à fiscalização das condições de encarceramento de presos. A Comissão ainda tem por atribuições promover estudos e ações voltadas ao regular desempenho das

funções institucionais, no que diz respeito ao aspecto disciplinar, e adotar medidas com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento e para o controle externo da atividade policial. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- Realização de Mutirões carcerários e visitas às unidades prisionais, conforme quadro a seguir:

UNIDADE	ESTADO	PERÍODO
Complexo Penitenciário de Ribeirão das Neves	MG	Fevereiro
Presídio Urso Branco	RO	Março
Complexo Penitenciário de Gericinó	RJ	Março
Unidades Prisionais de Guarulhos	SP	Março
Complexo Aníbal Bruno	PE	Março/Abril
Complexo de São Pedro de Alcântara	SC	Março/Abril
Mutirão Carcerário no Estado de Tocantins	TO	Abril/Maio
Mutirão Carcerário no Estado de Goiás	GO	Abril/Maio
Presídio de Pedrinhas	MA	Junho
Mutirão Carcerário no Estado de Mato Grosso	MT	Julho/Agosto
Mutirão Carcerário no Estado do Pará	PA	Agosto/Setembro
Mutirão Carcerário no Estado do Maranhão	MA	Agosto/Setembro

- Visita à Penitenciária da Região de Curitibanos, ao Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí (Canhanduba) e à Penitenciária Industrial de Joinville, localizados em Santa Catarina, atuais referências nacionais em termos de bom funcionamento nos dias 28 e 30/08/2014, respectivamente.

- Instituição do Programa Segurança sem Violência, que visa à integração de várias instituições na união de esforços para o aperfeiçoamento da infraestrutura, da gestão e da legislação pertinente ao sistema prisional, com representantes do CNMP, Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça e Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária.

- Criação da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal (Enasep), integrada pelas seguintes instituições: Conselho Nacional de Justiça, CNMP, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional de Defensores Gerais e Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, Departamento Penitenciário Nacional, Secretaria de Reforma do Judiciário/MJ, entre outras. Foram realizadas cinco reuniões da Enasep.

- Implementação do Sistema de Inspeção Prisional (SIP-MP), com a disponibilização de formulários mensais e anuais no sítio do CNMP para que as inspeções aos estabelecimentos prisionais pelos membros do Ministério Público brasileiro sejam uma atividade uniforme em todo o País, permitindo ainda a formação de um banco de dados nacional. Foi proposta a alteração da Resolução CNMP nº 56, de 22 de junho de 2010, que dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público. A proposta tem o objetivo de alterar a periodicidade dos relatórios, de mensal para trimestral, bem como adequar a resolução às especificidades das prisões militares federais, que, em muitos casos, situam-se a centenas de quilômetros do juízo.

ANEXO

- Realização do 1º Encontro da Ação Nacional de Multiplicação da Estratégia, nos dias 24 e 25/04/2014 no Estado de Mato Grosso do Sul, o qual reuniu membros do Ministério Público de vários Estados, com o objetivo de discutir e fomentar o Projeto "Execução Penal e Gestão: unidade institucional do Ministério Público com resultados para a sociedade e trabalho do reeducando como medida de ressocialização".

- Realização do V Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional, nos dias 21 a 23/10/2014, com a participação de aproximadamente 80 membros das unidades do Ministério Público brasileiro, que atuam na execução penal, com as deliberações aprovadas em reunião da Comissão do Sistema Prisional, realizada em 18/11/2014.

- Expedição da Carta de Brasília, elaborada pelos membros do Ministério Público brasileiro com atuação na execução penal, reunidos durante o 5º Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional.

- Realização de reuniões do Grupo de Trabalho constituído para elaborar os formulários de visita técnica às delegacias e órgãos de perícia, com a participação de membros com atuação do Controle Externo da Atividade Policial, previstos no § 1º do art. 6º da Resolução CNMP nº 20/2007, bem como visitas às delegacias e aos órgãos periciais para validação dos formulários de inspeção às delegacias e aos órgãos periciais.

- Cadastramento de todos os membros do Ministério Público brasileiro responsáveis pelo Controle Externo da Atividade Policial e de todas as delegacias de polícia e órgãos de perícia do Brasil para alimentação do sistema informatizado.

- Realização do IV Encontro Nacional de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial, realizado nos dias 25 e 26/09/2014, com a participação de quase 100 membros de todas as unidades do Ministério Público brasileiro, oportunidade em que foi aprovado o projeto "O Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial", dando concretude à Ação Nacional nº 15 e 18, do Planejamento Estratégico nacional do Ministério Público.

- Lançamento da cartilha "O MP no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial", no dia 9/12/2014, no Plenário do CNMP, com o propósito de orientar a atuação dos membros do Ministério Público ao tomarem conhecimento da ocorrência de morte em confronto com a polícia.

2.4.4.1 Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) tem por objeto aprimorar o Sistema de Justiça e Segurança Pública, por meio de ação conjunta e articulada dos órgãos, primando pelo planejamento e adoção comum de atividades e metas, compartilhando estratégias e boas práticas, de modo a implementar organização, agilidade e eficiência ao sistema.

Com o intuito de alcançar o objetivo proposto, foram eleitas ações prioritárias de execução em conjunto, condensadas em seis metas:

- Meta 1 – destina-se a identificar e combater as principais causas de subnotificação nos crimes de homicídio.

- Meta 2 – visa à conclusão das investigações deflagradas até dezembro de 2009.

- Meta 3 – destinada originalmente a superar a fase de pronúncia nas ações penais por crimes de homicídio ajuizadas até 31/12/2008, foi incorporada pela nova Meta 4.

- Meta 4 – o objetivo proposto pelo Grupo de Persecução Penal, no que tange à conclusão das ações judiciais insertas na competência do Tribunal do Júri, apresenta-se da seguinte maneira: i) Meta 4 (2007) visando o julgamento das ações

penais ajuizadas para apuração da suposta prática de homicídios dolosos e que tenham sido ajuizadas até 31/12/2007; e ii) Meta 4.1 (2008 e 2009), buscando o julgamento do referido crime e ações ajuizadas no período compreendido entre 1º/01/2008 a 31/12/2009.

- Meta 5 – busca aprimorar o programa de proteção às vítimas, testemunhas e depoentes especiais, de forma a aumentar o número de Estados aderentes, com o consequente aumento do número de pessoas assistidas e redução dos casos de abandono do programa.

- Meta 6 – corresponde à capacitação conjunta dos agentes do Sistema de Segurança e Justiça na persecução penal do crime de homicídio, mediante a instituição de curso, cuja metodologia e programa foram estabelecidos com a participação de delegados, promotores, peritos, juízes e defensores de todas as unidades federativas.

Dentre suas principais realizações da Enasp no ano de 2014, encontram-se:

- Semana Nacional do Júri (SNJ) – idealizada por meio da Recomendação CNJ nº 47, o evento aconteceu entre os dias 17 e 21/03/2014. Nesse período, dos 3.480 processos pautados, foram julgadas 2.403 ações penais em todo o País, totalizando 1.522 condenações, 751 absolvições e 140 desclassificações para crime de competência diversa do Tribunal do Júri. O objetivo da iniciativa foi o de contribuir para o cumprimento da Meta 4 da Enasp, que prevê o julgamento, até outubro de 2014, de todas as ações penais de homicídios dolosos cuja denúncia tenha sido recebida até 31/12/2009. Diante disso, embora sendo iniciativa do CNJ, por buscar o julgamento de processos de competência do Tribunal do Júri, inseridos ou não na Meta 4 unificada da Enasp, o CNMP contribuiu com apoio e incentivo aos Ministérios Públicos Estaduais, para que fossem designados membros necessários para a realização de todas as sessões de júri designadas para o esforço concentrado da SNJ.

- Coordenação da campanha "Conte até 10", que tem por objetivo prevenir os homicídios que ocorrem no Brasil por motivos fúteis ou por impulso. A campanha está baseada em estudos sobre as principais causas de homicídio, que apontam para um quadro alarmante de crimes de impulso ou por motivos banais. Conta com a adesão de todas as unidades do Ministério Público nos Estados e na União e das respectivas associações de classe, bem como de representantes da sociedade civil e de mais de 100 veículos de comunicação. Tem a parceria do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, compondo-se de ações de mídia e massa e outras voltadas a públicos específicos, relacionados às principais causas de homicídio.

- Lançamento da campanha "Conte até 10 nas Escolas" – dados oficiais alarmantes destacando a escalada de homicídios contra jovens no País e a demanda espontânea das unidades de ensino para direcionar a campanha "Conte até 10" aos estudantes brasileiros motivaram a criação de ação voltada especificamente para os adolescentes. A escolha pela vida e pela paz social impacta diretamente o ambiente do estudante (a sala de aula, a sua família e a comunidade). Propõem-se aos adolescentes, no contexto escolar, ações voltadas ao aprofundamento da compreensão sobre o crime de homicídio e as consequências da morte e ao debate e definição de regras e estratégias para a prevenção da violência nas escolas e na sociedade. Assim como o "Conte até 10", conta com a parceria do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, compondo-se de ações de mídia, de massa, além da disponibilização de cartilhas que serão trabalhadas diretamente pelo corpo pedagógico das escolas. Houve lançamento da campanha nas cidades de Natal/RN, no dia 24/02/2014, e Salvador/BA, no dia 09/04/2014.

- Curso Básico de Práticas Restaurativas – visando fortalecer o lançamento da campanha "Conte até 10" nos Estados, estimulando os docentes a efetivamente utilizarem a cartilha em sala de aula, a Enasp e a Comissão da Infância e Juventude do CNMP implementaram o Curso Básico de Práticas Restaurativas. O curso, desenvolvido por membro-auxiliar do CNMP junto à Comissão da Infância e Juventude, tem por escopo sensibilizar e levar aos profissionais da educação conceitos básicos sobre a utilização das Práticas Restaurativas nas Escolas (diálogo restaurativo, mediação escolar e mediação de pares, círculos de diálogo, círculos restaurativos, etc.), sendo destinado, entre outros, aos Secretários de Educação,

ANEXO

dirigentes de ensino, supervisores e diretores, professores, coordenadores pedagógicos, pais e alunos, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação dos Municípios. Além da sensibilização, o curso tem por objetivo a introdução a esses profissionais das ferramentas da Justiça Restaurativa, com vistas a auxiliá-los na proteção de comunidades escolares, de forma a permitir o gerenciamento positivo dos conflitos que surgirem na escola, melhorando o convívio, com reflexo positivo na qualidade de ensino e diminuição das ocorrências forenses oriundas das escolas. Foram realizados cursos na cidade de Anápolis/GO, nos dias 08 e 09/04/2014, e em Natal/RN, no dia 11/04/2014.

- Inqueritômetro – alimentação, pelos promotores gestores da Enasp nos Estados, do sistema informatizado, destinado a conferir transparência ao quantitativo de inquéritos existentes e movimentados mensalmente, em todas as unidades da Federação. É a ferramenta de monitoramento do cumprimento da Meta 2.

- Reuniões do Comitê Gestor da Enasp – composto por representantes do CNMP, Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça, este por intermédio da Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário, o Comitê Gestor da Enasp passou a se reunir a partir de setembro de 2013. No primeiro quadrimestre de 2014, o Comitê se reuniu em duas oportunidades: i) no dia 1º/04, quando deliberou sobre o texto da portaria que visa à implantação do Selo Enasp, destinado aos Tribunais de Justiça que obtiveram resultado satisfatório no cumprimento das metas de persecução penal; e ii) em 9/04, quando aventou-se a criação de meta para os processos de competência da Justiça Federal, sendo definido que seriam solicitados aos Tribunais Regionais Federais dados referentes aos processos de Tráfico Internacional de Drogas, tais como as varas e seções judiciárias vinculadas, número de processos em tramitação, ano de sua distribuição, etc.; e aprovou-se a proposta de inclusão do crime de latrocínio como Meta Enasp para 2015, a ser apresentada na reunião plenária seguinte.

- Gestão da Enasp no CNMP – com a finalidade de adequar a gestão da Enasp ao processo de Gestão Estratégica do CNMP, foram iniciados em abril de 2014 os trabalhos para a elaboração de um Plano Diretor para a Enasp no CNMP. O referido documento pretende elencar todos os projetos, iniciativas e ações da Estratégia, no âmbito do Conselho, de modo a facilitar a implementação e auxiliar nas transições de coordenação. Dessa forma, o Conselheiro que suceder o atual coordenador poderá inteirar-se facilmente do que já foi feito e do que o CNMP pretende que se faça, dentro das atribuições da Enasp, em um futuro próximo.

2.4.5 Comissão de Planejamento Estratégico

A Comissão de Planejamento Estratégico tem por objetivo atuar na estruturação da gestão estratégica da Instituição e na condução democrática do processo de planejamento, de longo e médio prazos, das diretrizes de ação do CNMP e do Ministério Público como um todo. Inclui também, em seu escopo de atuação, a condução dos trabalhos de formulação de indicadores de desempenho, a troca de experiências em gestão com as unidades do Ministério Público e a análise de indicadores e estatísticas institucionais. O empenho da Comissão volta-se ainda para o alcance dos recursos orçamentários, humanos e materiais necessários à realização dos projetos estratégicos do Conselho Nacional. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- Ação Nacional – Multiplicando a Estratégia – com lançamento em março de 2014, a terceira fase da Ação Nacional possibilitou a realização de Ações do Planejamento Estratégico Nacional, assegurando o estabelecimento de indicadores que propiciarão o cumprimento de diversos resultados institucionais estabelecidos no Mapa Estratégico Nacional, procurando aprimorar e integrar a atuação do Ministério Público brasileiro para enfrentar os desafios institucionais estabelecidos. No ano de 2014, foram realizados os seguintes eventos: i) Execução Penal e Gestão, nos dias 24 e 25/04/2014, em Campo Grande/MS; ii) Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, nos dias 6 e 7/05/2014, em Goiânia/GO; iii) Enfrentamento ao Racismo, nos dias 8 e 9/05/2014, em Recife/PE; iv) Atenção Básica em Saúde, nos dias 27 e 28/05/2014, em São Luís/MA; v) Combate ao Uso Indiscriminado de Agrotóxicos, nos dias 27 e 28/08/2014, em Salvador/BA; vi)

Educação Infantil, nos dias 2 e 3/09/2014, no Rio de Janeiro/RJ; vii) Defesa do Estado Laico e dos Direitos LGBT, nos dias 18 e 19/09/2014, em Brasília/DF; viii) Controle Externo da Atividade Policial, nos dias 25 e 26/09/2014, em Brasília/DF; ix) Ação Nacional – Estruturante – Gestão por Competências, realizado nos dias 20 e 21/11/2014, em Florianópolis/SC; e x) Transparência de Estados e Municípios, nos dias 25 e 26/11/2014, em Brasília/DF.

- Banco Nacional de Projetos – produto do Planejamento Estratégico Nacional, o Banco Nacional de Projetos (BNP) é a ferramenta responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Busca possibilitar que cada unidade institucional possa demonstrar suas atividades de sucesso em todo o território nacional e ser uma fonte de memória do trabalho amplo e eficaz dos Ministérios Públicos. De acordo com a sua aplicação, os projetos estarão alinhados ao Mapa Estratégico Nacional e constituirão os grandes eixos de mobilização para a geração de resultados institucionais. No ano de 2014, o BNP obteve a inserção de 116 projetos, atingindo a marca de 692 projetos cadastrados.

- Prêmio CNMP 2014 – implantado pela Resolução CNMP nº 94/2013, consiste em um estímulo à criação e à implantação de programas, projetos e ações alinhados à agenda estratégica nacional. O CNMP, ao premiar os melhores projetos e programas inscritos no Banco Nacional de Projetos, busca incentivar a ampla participação dos membros e servidores e, principalmente, reconhecer e divulgar os esforços e o sucesso dessas ações. A cerimônia de premiação ocorreu no dia 21/10/2014, durante o V Congresso Brasileiro de Gestão, reconhecendo 40 práticas como sendo exemplares para o Ministério Público brasileiro.

- Tabelas Unificadas – O Plano de Ação das Tabelas Unificadas para 2014 foi dividido em três eixos básicos: i) Aprofundamento da Compreensão das Tabelas Unificadas; ii) Regulamentação das Classes Processuais Notícia de Fato e Procedimento Administrativo; e iii) Criação das Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa para a área meio do Ministério Público. No que tange a tal assunto, cumpre destacar as seguintes ações no ano de 2014:

  - Realização do Curso de Capacitação em Tabelas Unificadas, abrangendo aproximadamente 300 servidores, lotados nas unidades do Ministério Público nos Estados do Amapá, Roraima, Maranhão, Sergipe e Paraná.

  - Criação de Grupo de Trabalho, composto por 11 membros do Ministério Público brasileiro, indicados pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público da União e dos Estados (CNCG) e CNMP, para elaboração de minuta de resolução, que regulamentasse as Classes Processuais Notícia de Fato e Procedimento Administrativo, consolidada na Proposta nº 1222/2014-53, pendente de aprovação pelo Plenário. A disciplina de ambas as Classes terá validade em todos os ramos do Ministério Público.

  - Criação das Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa para a área meio do Ministério Público – em reunião realizada na sede do Ministério Público Federal, em São Paulo/SP, o Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas (CGNTU) definiu a criação de subgrupo de servidores para elaborar as Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa. Foram realizadas quatro reuniões, na Procuradoria-Geral da República, para concluir o trabalho, que será enviado ao CGNTU para aprovação e implementação no início de 2015.

2.4.5.1 Fórum Nacional de Gestão

O Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP) tem por objetivo promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização, a articulação e a implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade fim do Ministério Público brasileiro. Criado pela Portaria CNMP/Presi nº 25/2012, o Fórum Nacional de Gestão (FNG) foi reestruturado em 2014, por meio das Portarias CNMP/Presi nº 70 e nº 144, passando a se constituir como instância superior de deliberação coletiva dos Comitês: i) de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (CPTI-MP); ii) de Políticas de Comunicação

Social do Ministério Público (CPCom-MP); iii) de Políticas de Gestão Administrativa do Ministério Público (CPGA-MP); iv) de Políticas de Gestão Orçamentária do Ministério Público (CPGO-MP); e v) de Políticas de Gestão de Pessoas do Ministério Público (CPGP-MP). Com a nova formatação, estiveram nos encontros de trabalho em média 150 participantes por reunião, além de especialistas em variadas áreas do conhecimento relativas à gestão, objetivando agregar valor a cada um dos encontros, sendo certo o acompanhamento e execução de 98 deliberações e encaminhamentos. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- Realização de três reuniões ordinárias, com a concentração de esforços para a execução do Plano Diretor (PDFNG), com validade entre 2012 e 2015, organizando-se em Grupos de Trabalho formados no âmbito de cada Comitê, para a entrega de produtos nos eixos Referências, Boas Práticas, Parcerias e Capacitação.

- A capacitação de membros e servidores do Ministério Público brasileiro continuou a ser priorizada, com a realização de cursos presenciais ("Gestão por Competência" e "Sistema de Custos" e a distância ("Gerenciamento de Projetos" e "Formação de Multiplicadores na Metodologia de Gestão de Processos"). Ainda nessa linha, foram realizadas ações que proporcionaram trocas de experiências entre os Ministérios Públicos: IV Mostra de Tecnologia e Mostra de Sistemas de Gerenciamento de Projetos.

- Celebração de Termos de Cooperação Técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). O primeiro objetiva estabelecer parceria entre o CNMP e o Ipea, visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concorrentes à atuação do Ministério Público brasileiro. O segundo contempla estabelecer cooperação técnica entre a Enap e o CNMP para a realização de ações conjuntas que promovam o intercâmbio de insumos, informações, experiências e conhecimentos de gestão educacional, visando à criação de uma rede de capacitação no âmbito do Ministério Público brasileiro e ao fortalecimento da atuação da Unidade de Capacitação do Ministério Público (UCMP), vinculada à Presidência do CNMP.

2.4.6 Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência

A Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência tem por objetivo acompanhar os projetos legislativos de interesse do Ministério Público em trâmite nas Casas Legislativas da União e dos Estados. Visa, além disso, aprimorar a transparência dos dados relativos ao CNMP de maneira a conferir maior visibilidade às ações do órgão perante a sociedade. Para tanto, a Comissão tem se voltado para o desenvolvimento de um sistema de jurisprudência e a criação, confecção e distribuição da revista de jurisprudência e doutrina do CNMP. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- Lançamento da 4ª edição da Revista do CNMP "Atuação do MP em defesa da sociedade", realizado no dia 15/09/2014 em Sessão Plenária.

- Cadastramento e organização do acervo de decisões monocráticas e plenárias, na esfera processual, normativa e procedimental, em cumprimento ao disposto no art. 2º, inciso II, da Resolução nº 41/2009.

- Distribuição do Informativo de Proposições Legislativas, atualizado até maio 2014.

- Acompanhamento, por meio do cadastramento do *e-mail* da Comissão (calj@cnmp.mp.br) no sistema *push* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de todas as proposições legislativas elencadas no informativo referido, na forma estabelecida no inciso VI, do art. 37, do RICNMP.

- Elaboração de pauta prioritária de proposições legislativas de interesse institucional e da sociedade, com base nas informações recebidas dos Ministérios Públicos da União e dos Estados e também das associações de membros.

- Reuniões com as Comissões do GNDH/CNPG, objetivando a criação de comissões temáticas com a finalidade de debater, orientar, explicitar temas e proposições legislativas para subsidiar eventual posição do CNMP.
- Visitas às lideranças governamentais, de partidos e Presidentes das Comissões do Senado e Câmara dos Deputados, com o comparecimento pessoal do respectivo Conselheiro e dos membros auxiliares da Comissão ao Congresso Nacional, para tratar de assuntos de interesse do CNMP, do Ministério Público brasileiro e da sociedade.
- Acompanhamento da criação do módulo de pesquisa de jurisprudência no Sistema ELO.
- Visita técnica junto ao Superior Tribunal de Justiça para conhecer, de modo mais aprofundado, o sistema de pesquisa de jurisprudência do Tribunal.

2.4.7 Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) possui quatro objetivos gerais: i) fomentar o aprimoramento da atuação extrajudicial do MP na defesa dos direitos fundamentais e sua interação com os movimentos sociais; ii) estimular e promover a difusão e inovação do conhecimento transdisciplinar sobre a atuação do MP na defesa dos direitos fundamentais; iii) contribuir para a formação de bancos de dados sobre a atuação do MP na defesa dos direitos fundamentais e sua análise qualitativa permanente; e iv) promover o conhecimento e estimular o exercício dos direitos fundamentais pelos cidadãos.

Na busca de consolidação de seus objetivos e em consonância com o planejamento estratégico do MP brasileiro, a Comissão desenvolve, desde dezembro de 2013, a Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais. Seu portfólio reúne os seguintes projetos, em desenvolvimento no ano de 2014: biomas, combate ao uso indiscriminado dos agrotóxicos, defesa da educação inclusiva, defesa do Estado laico, Diálogos/CNMP, Estratégia Nacional de Qualidade da Água e Esgotamento Sanitário (Equales), fortalecimento do controle social da saúde, fortalecimento do MP no combate à corrupção, interação com os movimentos sociais, inclusão social e produtiva de catadores de materiais recicláveis, Interdição parcial é mais legal, João Cidadão, Memórias, MP em defesa da população em situação de rua, MP em defesa do acesso e da qualidade da atenção básica em saúde, Praeservare: defesa do patrimônio cultural, proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar, Racismo: conhecer para enfrentar, Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos do MP (Sinalid) e Superando as desigualdades étnico-raciais na escola.

Os projetos são desenvolvidos diretamente pela equipe da Comissão, bem como mediante a colaboração dos membros de seus sete grupos temáticos. A gestão dos projetos baseia-se nos princípios da transparência, responsabilidade e prestação de contas, bem como na definição e divulgação dos resultados almejados. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- Elaboração e publicação da página da Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais, no sítio do CNMP. A página disponibiliza informações sobre a atuação da CDDF na execução dos projetos que integram a Ação.
- Realização do encontro nacional "Atuação do Ministério Público brasileiro na atenção básica à saúde", realizado em São Luís/MA nos dias 27 e 28/05/2014. Instalação do Comitê Gestor nacional do projeto e assinatura do acordo de resultados, com a participação de representantes dos diferentes ramos e unidades do Ministério Público brasileiro.
- Divulgação do Guia do Cidadão, material informativo que apresenta as funções do Ministério Público e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de temas como democracia, política, eleições, voto e cidadania. O guia é de iniciativa do Ministério Público do Estado do Paraná (MP/PR) e outras instituições parceiras.
- Proposta de Acordo de Cooperação com o objetivo de estabelecer mecanismos de cooperação entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e o CNMP, visando aprimorar a qualidade da informação e o compartilhamento de conhecimento

técnico relativo às áreas de prevenção da corrupção, participação social e transparência pública (Processo CNMP nº 0.00.002.000301/2014-27 – em fase final de tramitação).

- Contribuição com o desenvolvimento do Projeto "Ministério Público pela Educação (MPEduc)", em parceria entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público dos Estados, que visa estabelecer o direito à educação básica de qualidade como tema prioritário na atuação dos Procuradores da República e Promotores de Justiça.

- Realização do Encontro Nacional "Combate à Corrupção e Transparência de Estados e Municípios", nos dias 25 e 26/11/2014 em Brasília/DF. Instalação do Comitê Gestor nacional do projeto e assinatura do acordo de resultados, com a participação de representantes dos diferentes ramos e unidades do Ministério Público brasileiro.

- Divulgação do Mapa de Gestão Documental e de Divulgação e Preservação da Memória do MP brasileiro, publicado no sítio do CNMP. Levantamento de boas práticas relacionadas às unidades de preservação e divulgação da memória do Ministério Público, bem como às suas unidades de gestão documental, reunindo dados relacionados às boas práticas dos diferentes ramos e unidades do Ministério Público brasileiro.

- Realização das audiências públicas do Projeto Biomas, direcionadas ao acompanhamento da atuação do Ministério Público e dos demais órgãos do sistema de Justiça na defesa do meio ambiente nos diferentes biomas brasileiros. Realização de duas audiências púbicas: "Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais", em 19/08/2014, e "Pampa no Estado do Rio Grande do Sul", em 23/09/2014.

- Realização do Encontro Nacional sobre Uso Indiscriminado de Agrotóxicos, em Salvador/BA, em 27 e 28/08/2014. Instalação do Comitê Gestor nacional do projeto e assinatura do acordo de resultados, com a participação de representantes dos diferentes ramos e unidades do Ministério Público brasileiro.

- Levantamento de boas práticas relacionadas à atuação ministerial e ao fomento do controle social ao uso indiscriminado de agrotóxicos no território nacional, visando a uma atividade agrícola sustentável e à proteção do meio ambiente, da saúde do trabalhador e do consumidor no âmbito do MP brasileiro. Solicitação aos Centros de Apoio Operacional do Meio Ambiente de modelos de peças e documentos (Portarias, Termos de Ajustamento de Conduta, Ações Civis Públicas, etc.) para elaboração de um guia de atuação ministerial de caráter sugestivo.

- Realização de duas audiências públicas relacionadas ao enfrentamento ao racismo: "Políticas de ação afirmativa étnico-raciais nos concursos para membros e servidores do Ministério Público brasileiro: o papel do CNMP" e "Redução de barreiras de acesso à Justiça para a juventude negra em situação de violência", dias 16 e 17/09/2014 respectivamente, com 210 participantes.

- Realização do Encontro Nacional "Atuação do Ministério Público brasileiro no enfrentamento ao racismo". Instalação do Comitê Gestor nacional do projeto e assinatura do acordo de resultados, com a participação de representantes dos diferentes ramos e unidades do Ministério Público brasileiro.

- Elaboração e publicação do guia "Encerramento dos Lixões e a Inclusão Social e Produtiva das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis". A publicação tem o objetivo de apresentar subsídios sugestivos para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro em relação às questões voltadas ao encerramento dos lixões e fundamentar a constitucionalidade e a legalidade da gestão compartilhada de resíduos sólidos recicláveis entre Municípios, associações e cooperativas de catadoras e catadores.

- Celebração do Acordo de Cooperação técnica entre a Secretaria-Geral da Presidência da República e o CNMP com objetivo de conjugar esforços para promover a efetivação, no âmbito da competência dos partícipes, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com foco na inserção social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis.

- Fomento à instituição de diretrizes de atuação em defesa das pessoas em situação de rua durante o período de realização da Copa do Mundo FIFA 2014. O documento tem por objetivo a efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Presidencial nº 7.053/2009). O ato também visa desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos, entre outras medidas.

- Promoção da semana de mobilização nacional em defesa das pessoas em situação de rua. A iniciativa marca a adesão do CNMP à campanha "Sou morador de rua e tenho direito a ter direitos". Elaborada pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos das Pessoas em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH), em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a campanha tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação do Ministério Público brasileiro na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Foram realizadas ações em várias Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

- Celebração de Protocolo de Intenções entre o CNMP, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério Público Federal. O referido Protocolo de Intenções tem como objetivo a implementação da Metodologia de Coleta e Análise de Dados e Informações sobre Tráfico de Pessoas, elaborada pelo Grupo de Trabalho.

- Divulgação do Mapa Nacional dos Projetos do MP na área de Violência Doméstica e Familiar (disponível na página da Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais no sítio do CNMP).

- Realização da Oficina "Feminicídio: assassinato de mulheres por razões de gênero", realizada em parceria com a ONU Mulheres no Brasil e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. O primeiro dia da Oficina foi transmitido pelo canal do CNMP no *YouTube*, com 235 visualizações apenas nos dois primeiros dias de divulgação na Internet.

- Elaboração da publicação "MP em defesa do Estado laico". Originada de Chamada de Artigos, em versão impressa e eletrônica, a publicação reúne, em seus dois volumes, artigos científicos sobre a defesa do Estado laico e a respectiva atuação do MP, bem como disponibiliza uma compilação de peças e decisões judiciais paradigmáticas sobre o tema, oferecendo subsídios importantes para o incremento da atuação do Ministério Público direcionada à garantia da laicidade estatal.

- Realização do curso "MP em defesa do Estado laico", com duração de três dias, nas modalidades presencial e a distância. O curso foi transmitido ao vivo e conta com 2.244 acessos no canal do CNMP no *YouTube*.

- Elaboração de minuta de nota técnica apresentada ao Plenário do CNMP a fim de incentivar a criação e o efetivo funcionamento dos Comitês Estaduais de Enfrentamento à Homofobia, bem como a participação de membros do Ministério Público brasileiro nestes comitês. O objetivo é acompanhar e monitorar casos de homofobia, lesbofobia e transfobia, a fim de evitar a impunidade e o esquecimento, devendo guiar-se pelas diretrizes e preceitos relativos à garantia dos direitos humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena e o fortalecimento dos princípios democráticos.

- Pedido de Providências encaminhado ao CNJ visando edição de Provimento por aquele Conselho, por meio de sua Corregedoria Nacional de Justiça, que regulamente a possibilidade de substituição de prenome e de sexo nos registros de nascimento dos trans (transexuais e/ou travestis), por seus nomes sociais públicos e notórios, nos termos do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, independentemente da realização de procedimento cirúrgico de transgenitalização, visando adaptá-los à nova realidade, física, social e psíquica que se encontram e em cumprimento à atual ordem constitucional.

- Realização da campanha "Respeite a Diversidade e Levante a Bandeira da Igualdade", que divulgou conteúdos sobre os direitos da população LGBT nas redes sociais. O foco foi promover o debate em torno da violência de caráter homofóbico e transfóbico, da discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros. A divulgação pela Internet alcançou 72 mil pessoas pelo *Facebook*, resultando em 847 compartilhamentos dos *memes* da campanha, 890 curtidas e 36 comentários.

- Realização do encontro nacional "Em defesa do Estado laico", nos dias 18 e 19/09/2014, em Brasília/DF. Instalação do Comitê Gestor nacional do projeto e assinatura do acordo de resultados, com a participação de representantes dos diferentes ramos e unidades do Ministério Público brasileiro.

- Realização de seis *workshops* "Todos juntos por um Brasil mais acessível", coordenado pelo Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade, que integra a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, abordando assuntos dentro do contexto da acessibilidade, atendimento prioritário e concurso público, além das campanhas institucionais referentes à educação inclusiva e interdição parcial.

- Elaboração e publicação do guia de atuação ministerial "Pessoa com deficiência e o direito à acessibilidade, ao atendimento prioritário, de acesso ao concurso público, à educação inclusiva, ao apoio na curatela", que reúne sugestões de atuação visando à implementação dos direitos das pessoas com deficiência.

- Realização do curso e elaboração da cartilha "Interdição parcial é mais legal". Os dois instrumentos, que compõem a campanha "Interdição parcial", têm como objetivo fomentar a adoção da interdição parcial para pessoas com deficiência como regra nos processos de curatela, nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).

2.4.7.1 Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade

O Núcleo de Atuação Especial de Acessibilidade (Neace) tem por objetivo acompanhar o cumprimento pelo Ministério Público brasileiro dos termos da Resolução CNMP nº 81/2012, adotando as providências necessárias para tanto.

A Resolução CNMP nº 81/2012 orienta e determina a implementação da acessibilidade em todas as unidades do Ministério Público brasileiro de acordo com as normas constitucionais e legais (Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000; Decretos nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004), além da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, internalizados com equivalência de emenda constitucional pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009.

Na linha do quanto sugerido pelos participantes do II *Workshop* Nacional, realizado em Brasília/DF em dezembro/2013, deu-se continuidade à agenda de formação de membros e servidores em acessibilidade, instituindo-se a agenda anual de seminários estaduais, estruturados em palestras e atividades em plenária, preferencialmente nas sextas-feiras para permitir o acesso de promotores do Interior dos Estados, no final de cada mês. Contemplaram-se, primeiramente, os Estados das regiões Norte e Nordeste, seguidos das regiões Centro-Oeste e Sul.

Pautando-se nas informações constantes dos procedimentos de acompanhamento em acessibilidade em curso junto ao Neace, e com a participação dos conhecimentos técnicos dos servidores, foi possível estabelecer discussão qualificada quanto às questões referentes à acessibilidade dos projetos arquitetônicos e de atendimento prioritário e suas implementações. Os eventos foram realizados em Manaus/AM, no dia 28/03/2014; em Palmas/TO, no dia 25/04/2014; em Fortaleza/CE, no dia 23/05/2014; em Salvador/BA, no dia 29/08/2014; em Belo Horizonte/MG, no dia 26/09/2014; e em Curitiba/PR, no dia 24/10/2014.

O *workshop* em sua edição 2014 cumpriu com o objetivo principal de formar multiplicadores em acessibilidade, tendo atingido o número de 315 participantes certificados, dentre membros e servidores. Os temas abordados trataram da acessibilidade em seus aspectos jurídicos e técnicos, atendimento prioritário e concurso público, com duração em média de uma hora para cada tema. Ressalte-se que foram incorporados ao *workshop* os temas educação inclusiva e interdição parcial, correspondentes aos projetos do Grupo de Trabalho Direitos da Pessoa com Deficiência. Do material disponibilizado nos eventos pelo Neace/CDDF/CNMP, foram distribuídas 945 cartilhas de bolso "Acessibilidade"; 510 cartilhas "Pessoa com Deficiência"; 240 cartilhas "Interdição Parcial"; e 40 CDs contendo material apoio.

2.4.8 Fórum da Copa

O Fórum Nacional de Articulação das Ações do Ministério Público na Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e na Copa do Mundo FIFA 2014 foi lançado em novembro de 2012, com o objetivo principal de estimular a troca de experiências e de informações entre os vários ramos e unidades do Ministério Público brasileiro, no sentido de aprimorar, coordenar e otimizar a fiscalização de obras, serviços e todos os empreendimentos públicos voltados para a realização dos eventos, além de estudar e conceber ações necessárias à defesa de interesses sociais e individuais indisponíveis implicados.

A atuação dos promotores nas arenas da Copa decorreu do "Protocolo de Procedimentos de Credenciamento e Uso de Credenciais para a Copa do Mundo FIFA 2014", assinado pela Presidência do CNMP com a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e com o Comitê Organizador Local (COL).

Foram realizadas reuniões com a FIFA, o COL e a Advocacia-Geral da União (AGU) para ajustar questões relacionadas ao patrimônio público, à acessibilidade, à proteção das crianças e adolescentes e aos direitos do consumidor. Os encontros tinham como objetivo discutir temas como: i) horário de jogos; ii) saúde pública; iii) entrada de alimentos e bebidas nos estádios; iv) Estatuto do Torcedor; v) venda e consumo de bebidas alcoólicas – comercialização nos bares e fornecimento nos camarotes; vi) atividade de gandula por crianças e adolescentes; vii) detalhamento dos itens das estruturas temporárias e *Fan Fests*; viii) não oneração do poder público com estruturas temporárias; e ix) plano de ação de transporte de pessoas com deficiência e acompanhantes e com prioridade de atendimento (idosos, gestantes, etc.) no perímetro FIFA até o assento do torcedor, entre outros assuntos pertinentes. Assim, foram atingidos temas relativos à atuação do Ministério Público nas áreas de defesa do patrimônio público, acessibilidade, proteção das crianças e adolescentes e direitos do consumidor.

As ações preventivas, discutidas ao longo das reuniões do Fórum com a FIFA, o COL e a AGU, antes do evento, foram efetivas e eficazes. Houve alguns problemas pontuais nas áreas do consumidor, acessibilidade e infância e juventude, mas nenhuma reclamação foi registrada durante a realização dos jogos. A atuação preventiva evitou inúmeros problemas e propiciou a resolução dos casos concretos de forma célere. No relatório, os membros do Ministério Público destacaram ainda que, após o evento da Copa do Mundo, todas as ocorrências foram solucionadas e/ou devidamente encaminhadas.

Com relação ao patrimônio público, a atuação articulada resultou na adoção de soluções uniformes em todo o País, como a expedição de recomendações em todas as Cidades-sedes da Copa do Mundo FIFA 2014 para que o poder público não adquirisse onerosamente ingressos para as partidas do evento.

Nas situações em que não foi possível a solução extrajudicial, a articulação promovida pelo Fórum da Copa foi fundamental para o ajuizamento de ações civis públicas, discutidas e elaboradas no Mundial, em todas as Cidades-sede.

ANEXO

2.5 Ouvidoria Nacional do Ministério Público

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público encontra as definições de sua atuação na Resolução CNMP nº 95/2013, que dispõe sobre: i) as atribuições das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; ii) reconhece a importância desses órgãos de transparência ministerial; iii) estabelece uma estrutura mínima material, tecnológica e de pessoal permanente para o eficaz desempenho das suas atividades; iv) define regras para o provimento do cargo de ouvidor e do substituto; e v) estipula a necessidade de divulgação de relatórios de atividade periódicos. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- Integração das Ouvidorias locais (estaduais e federais). A fim de cumprir o seu papel de promover a integração das diversas Ouvidorias ministeriais (art. 34, II, do RICNMP), a Ouvidoria Nacional, junto às Ouvidorias locais, buscou formular uma linha geral de atendimento ao público. A integração das Ouvidorias locais passa também por regulares encontros com os ouvidores, para a troca de experiências e a apresentação de boas práticas, a serem replicadas/nacionalizadas.

- Verificação do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), por meio do encaminhamento periódico de "informação das decisões proferidas pelas unidades do Ministério Público que, em grau de recurso, negarem acesso a informações" (art. 34, VI, do RICNMP).

- Contribuição para o aperfeiçoamento institucional e o aprimoramento dos serviços prestados. As demandas atendidas pela Ouvidoria Nacional, assim como as solicitações encaminhadas às Ouvidorias locais passaram, recentemente, a ser classificadas por assunto. Após essa classificação, elas são submetidas a um estudo qualitativo. A análise desses dados estatísticos propicia a identificação e consolidação das principais demandas, assim como o mapeamento dos setores mais demandados. Noutras palavras, a análise desse banco de dados contribui significativamente para o desenvolvimento de políticas públicas e para a elaboração do planejamento estratégico do Ministério Público.

- Consolidação de dados estatísticos – até 31 de dezembro de 2014, 17 Ouvidorias ministeriais já encaminharam dados estatísticos contendo o número de solicitações recebidas mensalmente, a partir de dezembro de 2013, e classificadas por classes e temas relacionados à atividade finalística do Ministério Público.

- Realização do I Simpósio Nacional de Ouvidorias Públicas, no dia 26/10/2014, com a colaboração do Conselho Nacional de Justiça.

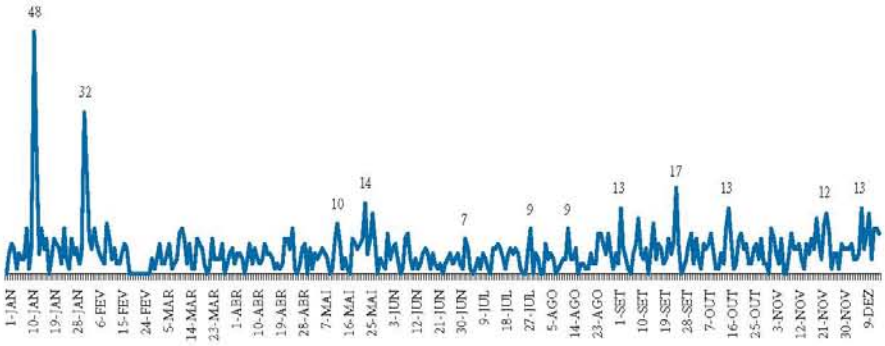
- Campanha de divulgação da Ouvidoria Nacional do Ministério Público, buscando divulgar o acesso aos serviços por ela prestados. Percebeu-se que a divulgação do papel das Ouvidorias – mais do que informar à sociedade acerca dos serviços por elas prestados – representa uma verdadeira necessidade institucional, na medida em que quanto mais demandadas forem as Ouvidorias, mais elas disporão de dados para análise. Tais dados, após estudados e sistematizados, podem constituir importante contribuição para a elaboração de políticas de aprimoramento do Ministério Público. Além disso, em pesquisa (qualitativa e quantitativa) de âmbito nacional realizada em 2013 pela Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, para avaliar a imagem do Ministério Púbico e do próprio Conselho, concluiu-se que a maioria da população não conhece o CNMP nem as funções por ele desempenhadas.

- Divulgação de questionário para aprimoramento das Ouvidorias ministeriais na XXIII Reunião do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público.

Durante o ano de 2014, foram recebidas e processadas 1.521 solicitações, com uma média de 4,16 solicitações por dia. No primeiro semestre, foram recebidas 783 solicitações, com uma média de 4,29 por dia. No semestre seguinte, foram recebidas 738, com uma média de 4,04 solicitações por dia. Nos gráficos a seguir, uma síntese dos dados estatísticos:

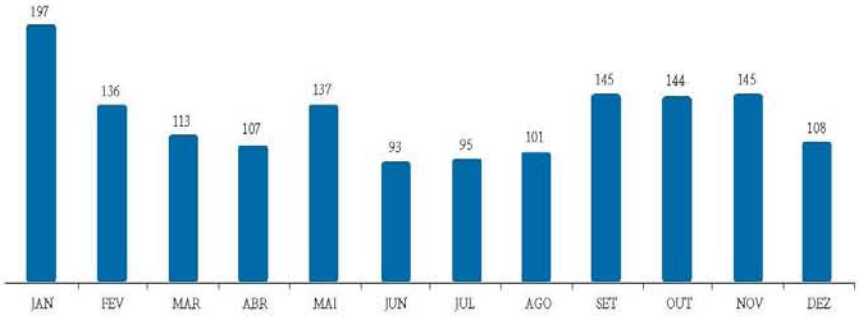
ANEXO

Gráfico 6 – Quantidade de solicitações recebidas por dia no ano de 2014



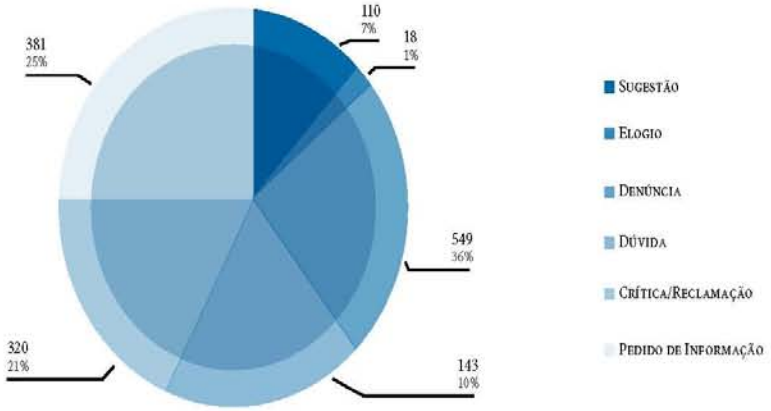
Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

Gráfico 7 – Quantidade de solicitações recebidas por mês no ano de 2014



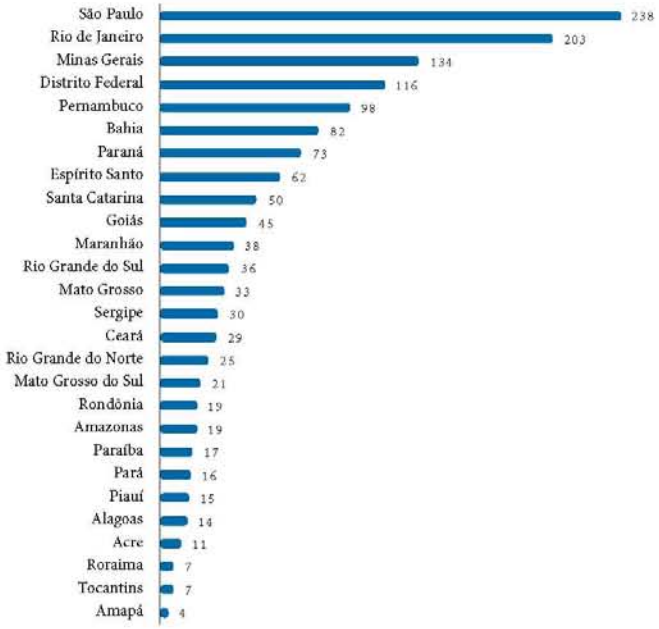
Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

Gráfico 8 – Quantidade de solicitações recebidas por categoria no ano de 2014



Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

Gráfico 9 – Quantidade de solicitações recebidas por UF no ano de 2014



Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

2.6 Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial

A Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial tem por objetivo: i) propor, executar e administrar a Política de Comunicação Social do CNMP; ii) planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar as atividades de comunicação social do Conselho, inclusive quanto à assessoria de imprensa e de jornalismo, ao cerimonial e ao protocolo, à comunicação digital, à publicidade institucional e de utilidade pública e à comunicação interna; e iii) promover a integração, o diálogo, a articulação e o intercâmbio de experiências entre as áreas de Comunicação Social do Ministério Público brasileiro. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- O portal do CNMP (www.cnmp.mp.br) recebeu, de janeiro a novembro de 2014, 630.349 acessos, com 358.297 visitantes únicos e 1.769.664 páginas visualizadas.
- Nas redes sociais, o CNMP alcançou 82.904 *likes* em sua página no *Facebook* (cnmpoficial), quando a página contava com 15.246 *likes* em 2013. Já a página do CNMP no *Twitter* (cnmp_oficial) registra 21.778 seguidores.
- Os vídeos postados no canal do CNMP no *YouTube* (www.youtube.com/conselhodomp) obtiveram 35.989 visualizações, com um total de 552.630 minutos assistidos.
- A Intranet do CNMP (www.cnmp.mp.br/intranet) recebeu 201.826 visitas, com 573.298 páginas visualizadas.
- A Ascom fez a cobertura jornalística das 25 sessões do Plenário, sendo 23 ordinárias e duas extraordinárias.
- Foram produzidas 21 edições do informativo "Direto do CNMP", boletim quinzenal que veicula as notícias sobre as atividades do Conselho e que é enviado para mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil.

- A Ascom acompanhou a realização de cinco inspeções da Corregedoria Nacional do Ministério Público, nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Goiás e Maranhão, com organização de coletiva, atendimento à imprensa local, cobertura das atividades para o sítio do CNMP e produção de *spot* sobre o atendimento ao público.

- Foram registrados 311 atendimentos à imprensa, que resultaram em 5.628 matérias relativas ao CNMP publicadas em veículos de imprensa de todo o Brasil (rádio, Internet e impressos).

- A equipe da Assessoria de Imprensa produziu 404 *releases* para a área de notícias do sítio do CNMP e envio à imprensa. A meta de publicação de ao menos uma nova notícia a cada dia útil, excluídos os meses de janeiro e julho, tem sido atingida, o que movimenta o sítio do CNMP na Internet e os canais da Instituição em redes sociais, atrai o interesse da imprensa e, em consequência, torna o órgão mais conhecido pela população.

- Foram publicadas 357 notícias na intranet e produzidas 31 edições do jornal "Mural Conexão". Foram realizadas as campanhas de segurança ("Bens para o seu Bem"), de combate ao câncer de mama ("Outubro Rosa") e ao câncer de próstata ("Novembro Azul"), de fomento ao Plano de Gestão 2015 e para divulgação da Pesquisa de Cultura e Clima Organizacional 2014. Destaque para a campanha "Valores", realizada pela Ascom em parceria com uma unidade do CNMP a cada mês, para promover, na instituição, "Mais Amor", "Mais Bom Dia", "Mais Cuidado", "Mais União", "Mais Gentileza", "Mais Família", "Mais Amizade", "Mais Dedicação", "Mais Elogios", "Mais Alegria", e "Mais Responsabilidade Social".

- Realização da Semana do Servidor 2014.

- A Ascom/CNMP realizou três reuniões do Comitê de Políticas de Comunicação do Ministério Público, para articulação com as Assessorias de Comunicação do Ministério Público, troca de experiências e discussão de pautas comuns. Os encontros aconteceram em abril, em agosto e em outubro, junto com as reuniões ordinárias do Fórum Nacional de Gestão. Dentre as deliberações referentes à comunicação, constam: a aprovação da minuta de Política de Nacional de Comunicação – cuja decisão foi tomada no sentido de que o documento seja publicado como recomendação do CNMP – e a aprovação do protótipo do Banco de Ideias, que deverá ser implementado no início de 2015.

- O Núcleo de Divulgação Institucional (NDI) trabalhou em 17 publicações lançadas até dezembro de 2014, com revisão, diagramação e impressão do material, com destaque para as revistas do 4º e do 5º Congressos de Gestão do Ministério Público; a 3ª edição do anuário "Ministério Público, um retrato"; o Manual do Ordenador de Despesas; o Relatório do Programa Segurança Sem Violência; dois volumes da coletânea "MP em defesa do Estado laico" e versões digitais da cartilha "Inovação por meio de projetos".

- Nas ações de divulgação institucional, foram lançadas duas campanhas digitais, uma de combate à homofobia e outra de enfrentamento ao racismo, com divulgação de *posts* especiais e leiautes com conteúdo específico na página oficial do CNMP no *Facebook*. O NDI também planejou, criou e executou ações de comunicação do Planejamento Estratégico Nacional e do Prêmio CNMP 2014; coordenou as ações de divulgação do 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público; e produziu todas as peças de apoio e sinalização do evento.

- O Núcleo de Cerimonial atuou em 35 eventos internos e externos do CNMP. A realização de eventos é uma das principais estratégias de articulação do Conselho, e os encontros realizados têm crescido em relevância política e institucional.

2.7 Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o setor responsável pela promoção do controle da legalidade, legitimidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do CNMP, tendo como missão fortalecer

e assessorar a direção do órgão, buscando agregar valor à gestão segundo os princípios constitucionais e legais. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- Implementação do Plano Anual de Atividades de Auditoria (Paint) 2014.
- Pesquisa e estudo de normas e decisões relacionadas às atividades de controle.
- Preparação e realização de trabalhos de auditoria de campo, relativos à gestão administrativa do CNMP em 2014, tais como: i) auditoria de gestão do CNMP (exercício 2013/TCU); ii) auditoria em processos de licitação e contratos; iii) auditoria de gestão patrimonial; iv) auditoria de tecnologia da informação (TI); v) auditoria operacional de licitações e compras; vi) auditoria em diárias e passagens; vii) auditoria de folha de pagamento; viii) auditoria de gestão de pessoas; ix) auditoria do Projeto de Lei Orçamentária anual 2013 (Ploa), avaliação dos indicadores de desempenho utilizados pelo CNMP; x) auditoria contábil; e xi) auditoria de convênio e termo de cooperação.
- Atividades de Setorial Contábil – acompanhamento e lançamento da conformidade contábil do CNMP, análise dos demonstrativos contábeis e envio das máscaras de análise e notas explicativas.
- Emissão de pareceres e notas técnicas demandados pela Secretaria-Geral do CNMP.
- Emissão de notas técnicas quanto à legalidade dos atos de admissão e desligamento de pessoal.
- Cessão de direito de uso à Audin do Sistema de Gestão de Auditoria (Siga) do Ministério da Integração Nacional.
- Elaboração do Plano de Providências Setoriais para as áreas auditadas.
- Mapeamento dos principais macroprocessos da Auditoria Interna.
- Apresentação à alta direção do estudo técnico sobre análise crítica das cotações de preços de mercado, sobre definição de preços de referência e de preços máximos em procedimentos licitatórios, elaborado pela Audin.
- Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) 2015.

2.8 Secretaria-Geral

De acordo com o art. 14 do Regimento Interno do CNMP – Resolução nº 92/2013 –, os serviços da Secretaria-Geral são dirigidos pelo Secretário-Geral, membro de qualquer dos ramos do Ministério Público, com o auxílio do Secretário-Geral Adjunto, ambos escolhidos e nomeados pelo Presidente do Conselho.

As atribuições da Secretaria-Geral, a despeito de estarem previstas de modo difuso no Regimento Interno do Conselho, foram regulamentadas, especificamente, por meio da Portaria CNMP-Presi nº 204/2013.

Assim, em consonância com o art. 66 do referido ato normativo, compete-lhe, em linhas gerais: i) zelar pela correta aplicação dos recursos orçamentários e financeiros; ii) aprovar a programação orçamentária e financeira do CNMP; iii) autorizar o cronograma orçamentário e financeiro mensal das despesas correntes destinadas à manutenção das unidades do Conselho, bem como a liberação de serviços, investimentos e inversões financeiras não integrantes do cronograma orçamentário e financeiro mensal, de acordo com a natureza da despesa, além da concessão de diárias e passagens aos servidores e colaboradores eventuais do CNMP; iv) apresentar ao Presidente a proposta orçamentária do CNMP, a ser submetida ao Plenário; v) determinar o arquivamento de processos administrativos instaurados em desfavor de licitantes e contratados; vi) viabilizar a prestação de contas do exercício anterior; vii) fixar diretrizes administrativas e implantar programas e projetos de caráter nacional;

viii) expedir instruções de serviços no âmbito da administração do CNMP; e ix) exercer outras atividades inerentes às suas atribuições determinadas pela Presidência.

Dentre as atividades de maior destaque da Secretaria-Geral, citam-se a direção, orientação, coordenação e supervisão de trabalhos das demais Secretarias do CNMP, além da atuação no Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia, bem como os Subcomitês Estratégicos de Tecnologia da Informação e de Gestão de Pessoas.

Atos praticados pela Secretaria-Geral

Atos Normativos

Para além de auxiliar a Presidência na edição de diversos atos normativos concernentes à sua esfera de deliberação – a exemplo dos atos expedidos no ano de 2014 que disciplinaram: i) a concessão e o pagamento de diárias e passagens; ii) o pagamento de auxílio-moradia; iii) as descrições, atribuições básicas e específicas e os requisitos de investidura em cargos das carreiras de Analista e Técnico do CNMP; iv) atuação em todas as fases (preparatória e executória), tanto em sua normatização quanto na operacionalização do processo, do processo de opção dos servidores entre os quadros do CNMP e do MPU; e v) a organização e o funcionamento dos Comitês, Fóruns, Representações, Grupos de Trabalho e congêneres –, a Secretaria-Geral editou 223 portarias, procedendo-se à regulamentação de temas relevantes para o Conselho, entre os quais convém destacar:

- Instituição do Calendário de Renovação de Contratações Anuais e de Natureza Continuada no âmbito do CNMP (Portaria CNMP-SG 116/2014).
- Instituição do Grupo de Trabalho para elaborar os instrumentos para implementação dos mecanismos de Cotação de Preços de Mercado e de Definição de Preços de Referência nos Processos Licitatórios (Portaria CNMP-SG nº 119/2014).
- Regulamentação da reserva dos espaços e dos equipamentos discriminados para a realização de eventos (agenda institucional – Portaria CNMP-SG nº 148/2014).
- Revisão do rol de áreas temáticas de interesse do CNMP para custeio de bolsas de pós-graduação (Portaria CNMP-SG nº 157/2014).
- Regulamentação dos procedimentos de solicitação, criação e produção gráfica de materiais de divulgação (Portaria CNMP-SG nº 162/2014).
- Regulamentação dos procedimentos para a utilização de berçário de órgão conveniado (Portaria CNMP-SG nº 222/2014).

Atos de Gestão

Dentre os atos administrativos ordinariamente praticados pela Secretaria-Geral ao longo do ano, convêm destacar os seguintes: i) acompanhamento, controle e análise do cumprimento das decisões do Plenário do CNMP em 81 processos, dos quais 54 foram considerados cumpridos e 27 baixados em diligência; e ii) elaboração e expedição de 807 ofícios, 21 ofícios circulares, 164 memorandos, 14 memorandos circulares, dois editais e uma instrução normativa.

Reuniões e Eventos

A Secretaria-Geral participou ativa e regularmente: i) das reuniões administrativas do Colegiado, prestando assistência ao Presidente e aos Conselheiros em matérias de sua esfera de competência; ii) da organização das pautas das sessões ordinárias e extraordinárias do CNMP, assessorando o Presidente na condução dos trabalhos; e iii) da lavratura das atas das sessões ordinárias e extraordinárias, em observância aos artigos 9º e 12, inciso X, do Regimento Interno.

De igual sorte, a Secretaria-Geral forneceu apoio administrativo, ao longo de 2014, para a realização de eventos e reuniões destinados ao aprimoramento do Ministério Público brasileiro, que contaram com a participação de membros e servidores de todo o País, a exemplo do 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, além de audiências públicas sobre temas relacionados à atuação do Ministério Público brasileiro.

Soma-se às realizações da Secretaria-Geral do CNMP, durante o exercício de 2014, a prática dos seguintes atos:

- Promoção de medidas para a melhoria da governança interna e busca de concretização dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico para o período de 2010-2015.
- Atuação para o aperfeiçoamento das atividades de comunicação do Conselho, que envolvem, em especial, reformulação da página do CNMP na Internet e ampliação da utilização das redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e *Flickr*) para divulgação de matérias de interesse do CNMP e alocação dos recursos necessários para 20 publicações lançadas até dezembro de 2014, com destaque para: i) as revistas do 4º e do 5º Congressos de Gestão do Ministério Público; ii) a 3ª edição do anuário "Ministério Público, um retrato"; iii) o Manual do Ordenador de Despesas; iv) o relatório do Programa Segurança Sem Violência; v) dois volumes da coletânea "MP em defesa do Estado laico"; e vi) versões digitais da cartilha "Inovação por meio de Projetos".
- Acompanhamento da execução do planejamento estratégico do CNMP, por meio do desdobramento dos objetivos para os níveis tático e operacional, a partir dos quais foi definido o portfólio de projetos e iniciativas para o Plano de Gestão de 2014, englobando também a área fim (Corregedoria Nacional, Ouvidoria Nacional, Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública e as Comissões Permanentes então existentes). Ao todo, foram definidos 342 projetos e iniciativas referente às 19 unidades participantes, sendo dez da área fim e nove da área meio, que são monitorados periodicamente, em reuniões de análise da estratégia nos níveis estratégico, tático e operacional. A Secretaria-Geral convoca e preside a Reunião de Avaliação Operacional (RAO) e a Reunião de Avaliação Tática (RAT), sendo que a Reunião de Avaliação Estratégica (RAE) é convocada pelo Presidente e conta com a participação de todos os Conselheiros do Órgão.
- Promoção de investimento na modernização tecnológica do CNMP, com a destinação de mais de R$ 2 milhões para a aquisição de equipamentos e *softwares*, e no avanço no processo de autonomia para o desenvolvimento e gerenciamento de sistemas informatizados, atividades antes realizadas pela Procuradoria-Geral da República.
- Condução da elaboração da proposta orçamentária do CNMP e das negociações com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF).
- Adoção de medidas para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas no âmbito do CNMP, entre as quais vale destacar: i) aquisição de sistema próprio de Gestão de Pessoas; ii) investimento para a melhoria do desempenho e desenvolvimento de novas competências dos servidores, visando ao alcance dos objetivos institucionais, que somaram 6.334 horas de treinamento durante o exercício de 2014, com destaque para a elevação do valor do custeio para a participação de servidores em cursos de pós-graduação (Portaria SG nº 157/2014); iii) provimento de cargos em comissão e funções de confiança, com observância estrita de critérios meritocráticos; iv) promoção do ajuste do quadro de pessoal às disposições do art. 4º da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011; v) organização do 1º Concurso Público para Analistas e Técnicos do CNMP; e vi) implementação de modelo de gestão mais participativa, incluindo a realização regular de reuniões setoriais e gerais para discussão ampla e democrática de temas de interesse geral.
- Coordenação de estudos e elaboração da proposta de reestruturação que culminou na formalização do PL nº 7921/2014.
- Participação nos estudos e elaboração da proposta alteração do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do MPU e do CNMP, que culminou na formalização do PL nº 7919/2014.

Outra iniciativa de fundamental importância para o Modelo de Gestão Integrada da Estratégia (MGIE) do CNMP foi a instituição, pela Portaria CNMP-Presi nº 160/2014, do Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE), bem como dos Subcomitês Estratégicos de Tecnologia da Informação (Seti) e de Gestão de Pessoas (SEGP), do CNMP. O CGCE substituiu o Comitê de Agendas, e é um órgão colegiado cuja finalidade é o assessoramento do Plenário, da Presidência e da Secretaria-Geral nas questões afetas à governança corporativa e da estratégia do Conselho, bem como nas questões que reclamam integração intersetorial. O colegiado é composto por representantes de 20 unidades da Instituição, e a partir destas há a designação dos componentes do Seti e do SEGP, que também assessoram a alta administração nas temáticas de sua abrangência. Todos os três colegiados são presididos pelo Secretário-Geral.

Em contraponto ao relatório referente ao exercício de 2013, e como fruto da reformulação estrutural decorrente da Portaria CNMP-Presi nº 70/2014, deixaram de ser coordenadas pela Secretaria-Geral as atividades do Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação e do Comitê de Políticas de Comunicação Social, que passaram a ser vinculados à Comissão de Planejamento Estratégico; e do Comitê de Políticas de Segurança Institucional, atualmente vinculado à Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público. Tal reformulação, de iniciativa da Secretaria-Geral, teve como escopo o aprimoramento das atividades institucionais do CNMP, tendo em vista a competência regimentalmente atribuída às mencionadas comissões para atuarem em matérias afetas a cada comitê em âmbito nacional.

2.8.1 Secretaria Executiva

Compete à Secretaria Executiva a prática de atos de gestão administrativa previstos na Portaria Presi-CNMP nº 94/2010, bem como assessorar o Secretário-Geral nos termos da Portaria CNMP-SG nº 24/2014.

A Ordenação de Despesa é atribuição do Secretário Executivo conforme determina a Portaria CNMP-Presi nº 14/2014. Na execução desta atribuição, autorizou a emissão de mais de 900 notas de empenho e 1.475 ordens bancárias que permitiram o pagamento de várias contratações no âmbito do CNMP, inclusive a folha de pagamento dos conselheiros, membros, servidores e estagiários. Foram homologadas 51 licitações e assinados 89 termos de contratos e aditivos que foram fundamentais ao adequado funcionamento da Instituição.

2.8.2 Assessoria Jurídica

A Assessoria Jurídica do CNMP presta assessoramento jurídico à Secretaria-Geral e suas unidades, especialmente quanto aos procedimentos administrativos de licitações, contratos, aditamentos contratuais, convênios, atos normativos de organização administrativa, processos relativos a atos e legislação de pessoal, e consultas diversas no âmbito do direito administrativo.

No ano de 2014, houve um esforço da administração para encaminhar demandas à Assessoria Jurídica que não fossem rotineiras, ocasionando uma mudança na qualidade das consultas respondidas pela Assessoria Jurídica. Atualmente, as demandas apresentadas são muito mais complexas e, em grande parte das vezes, sem precedentes no órgão. Ademais, a própria maturação das contratações administrativas do CNMP gera demandas diferenciadas, a exemplo das recentes licitações na área de Tecnologia da Informação, em decorrência das orientações contidas na Resolução CNMP nº 102/2013.

Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2014, foram recebidos e analisados 513 processos na Assessoria Jurídica, que tiveram média de tempo para análise de 8,25 dias corridos. No total, foram emitidos 349 pareceres, 107 despachos[3] e 25 memorandos.

ANEXO

3 Os despachos emitidos à mão, nas próprias folhas dos processos, não são contabilizados.

2.8.3 Biblioteca

Compete à Biblioteca do CNMP manter acessível a seus usuários o conjunto de conhecimentos e informações registradas nas obras que compõem seu acervo, bem como fornecer-lhes meios e técnicas de pesquisa, reunião e descrição de documentos de qualquer natureza, destinados a seu aperfeiçoamento funcional e cultural.

Principais realizações:

- Cadastro de todos os livros no sistema de automação da biblioteca (4,5 mil unidades).
- Disponibilização do Sistema Pergamum para consulta do acervo.
- Renovação da manutenção do Sistema Pergamum.
- Execução total do projeto de ambientação da biblioteca.
- Renovação de todos os computadores.
- Aquisição de dez códigos de ISBN e ISSN para as publicações do CNMP.
- Início da Biblioteca Digital do CNMP junto com o MPF.
- Renovação dos periódicos e bases de dados – Banco de Preços, Zênite Consultoria e Vlex Global.
- Aquisição de 1.702 livros.
- Elaboração do Regulamento da Biblioteca (em andamento)

2.8.4 Secretaria de Administração

Cabe à Secretaria de Administração planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à gestão de pessoas e à administração de serviços gerais, de compras, de contratos, de material e patrimônio, de transportes, de serviços de engenharia e manutenção predial, além da execução orçamentária e financeira.

Principais realizações:

- Encaminhamento para instrução de 189 processos, sendo 80 de aquisições, 61 de estudo de vantajosidade – que resultaram em aproximadamente 2,5 mil itens pesquisados – e 48 emissões de ordem de fornecimento.
- Registro da incorporação, emplaquetamento e controle de distribuição dos 590 novos bens adquiridos e acompanhamento da movimentação de 1.981 bens alocados nas diversas unidades do CNMP.
- Execução de despesa no valor de R$ 1,43 milhão para aquisição de passagens aéreas para os deslocamentos necessários a realização das atividades do Conselho. Em complemento, foi pago o valor de R$ 3,8 milhões com diárias, sendo 1.156 diárias para conselheiros, 709,5 para servidores e 2.998 para membros auxiliares e colaboradores.
- Gestão de atividades junto ao proprietário do imóvel alugado para a sede do CNMP, visando à adequação dos ambientes de modo a atender à NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- A Comissão Permanente de Licitações realizou até a presente data 49 pregões eletrônicos, um pregão presencial e uma concorrência, que resultaram no valor contratado de R$ 9,42 milhões.
- Transportes – foram registrados 5.569 atendimentos e percorridos 106.781 quilômetros.

Em matéria de Gestão de Pessoas, destacam-se as seguintes iniciativas: i) implantação do novo Sistema de Gestão de Pessoas (Mentorh), e migração do antigo Sistema GPS do Ministério Público Federal; ii) realização do processo de opção e redistribuição de servidores, em cumprimento às disposições do art. 4º da Lei nº 12.412/2011, que resultou na redistribuição de 60 servidores ao MPU; iii) contratação do agente de integração para execução do Programa de Estágio do CNMP; iv) proposição de Plano Diretor de Gestão de Pessoas; v) apoio à Comissão de Concurso nos trabalhos referentes ao 1º Concurso para provimento de Técnicos e Analistas; vi) mapeamento de seus principais processos; vii) levantamento de necessidades de capacitação e elaboração do Plano de Capacitação 2014; viii) acompanhamento do desempenho de servidores em estágio probatório; viii) averbação de treinamentos particulares e de adicional de qualificação por curso superior ou especialização, totalizando 152 treinamentos e uma carga horária de 5.955 horas; ix) promoção de participação de servidores em eventos de treinamento e desenvolvimento num total de 400 vagas com 6.334 horas de capacitação); x) proposição e implantação de bicicletário; xi) proposição e execução de convênio para utilização do berçário do TST; xii) proposição e implantação do Ecotransporte; e xiii) proposição do Programa de Exames Periódicos.

2.8.5 Secretaria de Gestão Estratégica

À Secretaria de Gestão Estratégica compete: i) coordenar e garantir a execução do Planejamento Estratégico do CNMP, definido para o período 2010-2017; ii) monitorar os projetos estratégicos do CNMP, padronizando procedimentos e documentos relativos à sua gestão, além de consolidar e publicar informações sobre o desempenho desses mesmos projetos; iii) coordenar tecnicamente o mapeamento e a otimização dos processos de trabalho das unidades do CNMP; iv) municiar o órgão com números e análises estatísticas relativas à tramitação processual e à atuação administrativa e funcional das unidades do Ministério Público; e v) subsidiar e apoiar tecnicamente as iniciativas da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP.

Principais realizações em 2014:

- Condução do Modelo de Gestão Integrada da Estratégia do CNMP, mobilizando o órgão e assessorando tecnicamente suas unidades no planejamento, execução, monitoramento e avaliação de suas ações. Nesse sentido, foram conduzidas 38 Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAO), três Reuniões de Acompanhamento Tático (RAT) e duas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) deste Conselho.

- Condução do modelo de governança do CNMP – instituição do Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE), em substituição ao antigo Comitê de Agenda, e condução e assessoria na realização de sete reuniões ao longo do ano.

- Realização de atividades de assessoramento estatístico para as publicações: i) "Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes" – Relatório da Resolução CNMP nº 67/2011; ii) "Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País" – Relatório da Resolução CNMP nº 71/2011; iii) "Ministério Público, um retrato" – 2014, com informações provenientes da Resolução CNMP nº 74/2011; e iv) Diagnóstico da Comunicação do Ministério Público nos Estados.

- Acompanhamento do cumprimento da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) que visa concluir os inquéritos policiais (IPs) de crimes de homicídios instaurados até o dia 31 de dezembro de 2007, de 2008 e de 2009.

- Acompanhamento do cumprimento, no âmbito do CNMP, da Resolução nº 86/2012, que dispõe sobre o Portal da Transparência do Ministério Público, com a participação e assessoria técnica ao Comitê Gestor Permanente do Portal da Transparência do Ministério Público.

- Elaboração mensal do relatório sobre a Estatística Processual do CNMP, além da permanente execução da crítica dos dados, que visa ao aumento da qualidade da informação processual do Conselho.

- Elaboração de relatórios piloto (Enasp e Estatística Processual) utilizando a ferramenta de *Bussiness Intelligence* adquirida pelo CNMP em 2014.

- Coordenação do Grupo de Trabalho de elaboração do Relatório de Gestão do CNMP referente ao exercício 2013, em atendimento à determinação do TCU.

- Participação no Grupo de Trabalho destinado à definição da metodologia de cálculo a ser utilizada nos processos licitatórios realizados pelo CNMP, com base no estudo apresentado no Relatório de Auditoria Interna nº 09/2013, e ao levantamento dos requisitos necessários ao desenvolvimento de sistema informatizado de "Cotação de Preços de Mercado e de Definição de Preços de Referência".

- Mapeamento de processos de trabalho – coordenação da execução do projeto estratégico "Mapeamento de processos de trabalho", por meio da contratação e fiscalização de empresas de consultoria contratadas para contribuir com projeto, tanto na área meio quanto na área fim. Realização de capacitação interna para servidores da Secretaria de Administração sobre a Metodologia de Gestão de Processos do CNMP e posterior mapeamento de processos de suas subunidades, com definição de indicadores de desempenho respectivos. Mapeamento dos principais processos de trabalho da Secretaria de Gestão Estratégica, englobando os escritórios de projetos, processos, informações e estratégia, englobando a revisão dos artefatos ligados ao processo, além de desenvolvimento de indicadores de mensuração de resultados na sua execução.

- Revisão de propostas de atos normativos internos, visando assegurar sua conformidade com os processos de trabalho executados no CNMP, com o alinhamento estratégico necessário, com as normas internas correlatas vigentes e a técnica legislativa aplicável.

- Elaboração de proposta de Reestruturação Organizacional – levantamento e consolidação de informações sobre a necessidade de crescimento organizacional, bem como elaboração de estudo e de anteprojeto de lei respectivo, posteriormente consubstanciado no Projeto de Lei nº 7.921/ 2014.

- Estudo para a criação do Diário Eletrônico do CNMP, englobando os assuntos que serão publicados nele, bem com acerca de sua estrutura formal.

- Coordenação da organização do 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, realizado de 21 a 23/10/2014, em Brasília/DF, com a participação de 652 congressistas, dentre membros e servidores do Ministério Público brasileiro e de órgãos públicos parceiros.

- Elaboração, em parceria com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, de minuta do Plano Diretor de Gestão de Pessoas do CNMP, documento destinado à apresentação do planejamento tático dessa temática, com a definição de seus objetivos de contribuição e seu desdobramento em ações a serem executadas em 2015 e 2016, além de atender às recomendações proferidas no acórdão do TCU nº 3023/2013.

- Coordenação da elaboração do Plano de Gestão do CNMP para o exercício de 2014, assim como início da elaboração do Plano de Gestão para o exercício de 2015 – etapas de desdobramento do Plano Estratégico com o objetivo de definir os projetos e processos trabalhados ao longo do ano e os indicadores utilizados para monitorá-los, visando alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos.

- Relatório Executivo de Resultados do Procurador-Geral da República – consolidação das ações de coordenação no CNMP, descrevendo a atuação do órgão em números, por temática, e principais resoluções aprovadas no período de setembro de 2013 a agosto de 2014 durante a gestão do atual PGR.

- Participação na Comissão Organizadora do 1º Concurso do CNMP.

ANEXO

- Assessoria técnica ao Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP) e demais iniciativas da Comissão de Planejamento Estratégico.

2.8.6 Secretaria de Planejamento Orçamentário

A Secretaria de Planejamento Orçamentário atua como órgão específico do Sistema de Planejamento e Orçamento da Administração Federal, orientando tecnicamente as unidades gestoras do CNMP no planejamento e na execução das atividades afetas à área de orçamento e finanças.

Principais realizações:

- Elaboração e encaminhamento da Proposta Orçamentária de 2015 à Secretaria de Orçamento Federal e à Presidência da República.
- Articulação, como Órgão Setorial de Orçamento, com outras unidades dos Poderes da República, em assuntos relativos à área de orçamento e finanças.
- Avaliação e condução da estratégia orçamentária e financeira do CNMP, com definição de procedimentos de acompanhamento do processo de planejamento e da execução orçamentária e financeira.
- Acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira, identificando e indicando soluções para as distorções entre a despesa prevista e a executada, com reprogramação e/ou solicitação de créditos adicionais.
- Pronunciamentos técnicos sobre assuntos inerentes à área de orçamento e finanças do CNMP.

2.8.7 Secretaria Processual

À Secretaria Processual compete i) o protocolo de documentos; ii) a autuação e distribuição de processos; iii) o atendimento ao público; iii) o processamento dos feitos de competência do Conselho; iv) os registros plenários; v) o acompanhamento do cumprimento das decisões e resoluções do CNMP; e vi) o apoio administrativo aos Gabinetes e Comissões.

Principais realizações:

- Atendimento das demandas processuais, notadamente na emissão de pareceres, minutas de portarias, consultas sobre questões administrativas e processuais, no âmbito dos Gabinetes, Comissões, Secretaria-Geral e Presidência.
- Atualização de procedimentos com vistas às melhorias no funcionamento do setor e dos setores correlatos às atividades desenvolvidas.
- Prestação de suporte à implementação do Sistema ELO, ao Congresso Brasileiro de Gestão, às sessões plenárias em todas as suas etapas, além de confecção de manual orientador de rotinas processuais e administrativas.
- Proposição e execução da realização de inventário anual de processos em trâmite no CNMP.
- Proposição e execução do Controle Eletrônico das Guias de Encaminhamento de Documentos pelo Fênix, visando à redução do volume físico de papel no Protocolo Jurídico e a Extração de Relatórios de Estatística Processual, que possibilitou a disponibilização dos dados de distribuição processual em diversos relatórios para atender a demanda de estatísticas de movimentação.
- Proposição de modelo de apresentação do Relatório Diário de Tramitação Processual, que passou a ser disponibilizado para consulta pública diariamente, desde 03/11/2014, no sítio do CNMP, em cumprimento à Resolução CNMP nº 110/2014.

- Proposição do Sistema de Acompanhamento de Decisões, a ser implementado em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação em 2015.
- Organização e participação em 23 Sessões Ordinárias e duas Sessões Extraordinárias do Plenário.
- Disponibilização e atualização dos atos normativos aprovados nas sessões plenárias no portal e no Diário Eletrônico do CNMP.
- Acompanhamento do cumprimento das Resoluções e Decisões Plenárias ou Monocráticas proferidas pelo CNMP, conforme os quadros a seguir:

Quadro 5 – Processos individuais por ano e movimentações

ATUALIZADO EM 26/11/2014	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Processos c/ Determinação	3	29	32	54	55	131	53	57	36	15	**465**
Processos Cumpridos	2	27	30	51	49	129	52	53	26	9	**428**
Suspensos/Anulados pelo STF	1	2	2	3	4		1	1	2		**16**
Aguardando Resposta do MP						1			4	6	**11**
Remetido ao Gabinete do Relator					1	1		3	2		**7**
Remetido ao Secretário-Geral											**0**
Abertura de RCA*					1				2		**3**
ÍNDICE (%) DE CUMPRIMENTO POR ANO	100	100	100	100	96	98	100	95	76	60	95
ÍNDICE (%) DE CUMPRIMENTO TOTAL	95,3										

Fonte: Coordenadoria de Acompanhamento das Decisões.
Observação: (*) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho.

Quadro 6 – Processos com determinação e cumpridos por Ministério Público

UNIDADE	Nº PROCESSOS C/ DETERMINAÇÃO	Nº PROCESSOS CUMPRIDOS P/MP	Nº PROCESSOS SUSPENSOS STF	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO (%)*
MP/AC	15	13	2	100
MP/AL	6	6		100
MP/AM	31	30	1	100
MP/AP	7	6		86
MP/BA	17	15		88

Continua

ANEXO

Continuação

UNIDADE	Nº PROCESSOS C/ DETERMINAÇÃO	Nº PROCESSOS CUMPRIDOS P/MP	Nº PROCESSOS SUSPENSOS STF	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO (%)*
MP/CE	21	19	1	95
MP/ES	19	17	1	94
MP/GO	9	9		100
MP/MA	5	4		80
MP/MT	5	5		100
MP/MS	6	5	1	100
MP/MG	19	19		100
MP/PA	16	12		75
MP/PB	6	6		100
MP/PE	17	13		76
MP/PI	41	39		95
MP/PR	11	11		100
MP/RJ	16	14	2	100
MP/RN	17	17		100
MP/RS	10	10		100
MP/RO	12	12		100
MP/RR	6	6		100
MP/SC	16	14	1	93
MP/SE	13	13		100
MP/SP	24	22	2	100
MP/TO	10	9		90
MPDFT	14	14		100
MPF	32	28	4	100
MPT	23	20		87
MPM	6	5	1	100
MPU	12	12		100
Todos MPs	3	3		100
TOTAL	465	428	16	95

Fonte: Coordenadoria de Acompanhamento das Decisões.

Observação: (*) Cálculo: Processos Cumpridos (Processos com determinação-Processos Suspensos pelo STF) x 100.

ANEXO

ANEXO

Quadro 7 – Cumprimento das Resoluções por Unidade do Ministério Público

RECOMENDAÇÃO	MP/AC	MP/AL	MP/AP	MP/AM	MP/BA	MP/CE	MP/DFT	MP/ES	MP/GO	MP/MA	MP/MT	MP/MS	MP/MG	MP/PA	MP/PB	MP/PR	MP/PE	MP/PI	MP/RJ	MP/RN	MP/RS	MP/RO	MP/RR	MP/SC	MP/SP	MP/SE	MP/TO	MPF	MPT	MPM	
REC. Nº 03	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	29/29
RESOLUÇÃO																															
RES. Nº 9/10	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	C	C	C	C	N	C	C	C	C	C	C	28/29
RES. Nº 13	C	C	C	C	C	C	C	A	A	A	C	C	C	C	C	C	C	A	C	A	A	C	C	C	C	C	C	A	*	C	22/22
RES. Nº 22	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	30/30
RES. Nº 23	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	30/30
RES. Nº 30	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	30/30
RES. Nº 27	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	30/30
RES. Nº 38	C	C	C	C	C	A	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	C	C	C	A	C	C	C	C	C	C	C	27/27
RES. Nº 40	C	A	A	C	C	C	A	C	A	C	A	C	C	A	C	C	P	C	C	A	C	A	A	A	C	C	A	C	C	C	18/19
RES. Nº 42	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	30/30
RES. Nº 37	C	C	A	C	C	A	C	A	C	C	A	A	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	C	C	C	C	C	C	A	C	22/22
RES. Nº 53	C	C	C	C	A	C	*	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	*	*	25/25
RES Nº 58	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	30/30
RES. Nº 64	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	29/29
RES. Nº 50	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	30/30
RES. Nº 63	A	A	A	A	C	A	A	A	C	A	A	C	A	A	A	C	A	A	A	C	A	A	A	A	A	A	A	C	A	A	05/05
RES. Nº 65	A	A	A	A	A	A	C	A	A	A	A	A	A	A	C	A	C	C	A	C	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	05/05
RES. Nº 70	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	30/30
RES. Nº 89	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P	A	C	A	C	C	A	24/27
RES. Nº 91	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	30/30
RES. Nº 93	P	P	P	P	C	C	C	C	C	P	C	C	C	C	P	P	C	P	P	C	P	C	P	P	C	C	P	P	*	P	13/29
RES. Nº 95	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	30/30
RES. Nº 102	P	C	C	P	P	P	C	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	C	P	P	C	P	P	P	P	P	05/30
RES. Nº 106	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	30/30
RES. Nº 110	P	P	P	P	P	P	C	C	P	P	P	C	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	C	P	P	C	P	P	P	05/30
RES. Nº115	P	C	C	C	P	C	C	C	C	C	C	P	P	C	P	P	P	C	P	C	C	P	C	C	C	C	C	C	P	P	19/30

Fonte: Coordenadoria de Acompanhamento de Decisões/Secretaria Processual.

Legenda: C: Resolução considerada cumprida, seja por decisão da Comissão de Controle Administrativo, seja pelo Plenário.

P: Pendente de julgamento acerca do cumprimento – Procedimento de Controle Administrativo (PCA) já distribuído a um Relator ou autuado como anexo à Proposta de Resolução.

N: PCA julgado com determinações – de posse do Núcleo de Acompanhamento das Decisões para verificação do cumprimento.

A: Processo arquivado sem julgamento de mérito.

Observação: (*) Não é alcançado pelas normas da Resolução.

2.8.8 Secretaria de Tecnologia da Informatização

A Secretaria de Tecnologia da Informatização (STI) tem por objetivos atuar no planejamento, na execução, no acompanhamento das ações relativas à tecnologia da informação (TI) e manter a infraestrutura e os serviços de TI necessários ao funcionamento do CNMP. Destacam-se dentre as ações executadas pela STI: i) a gestão dos recursos orçamentários e materiais; ii) o investimento no aprimoramento e na manutenção dos ativos de TI; iii) o desenvolvimento de novas aplicações e sustentação de aplicações e serviços existentes; e iv) o atendimento ao usuário dos recursos de TI do Conselho.

Principais realizações:

- Apoio aos processos de negócios, com destaque para as seguintes atividades:
  - Desenvolvimento e acompanhamento da homologação dos módulos de protocolo, da Secretaria Processual e de gabinetes de conselheiros do Sistema de Processo Eletrônico do CNMP (Sistema ELO).
  - Disponibilização para homologação pela Corregedoria Nacional do Sistema de Cadastro de Membros.
  - Aprimoramento do Sistema de Acompanhamento Processual da Corregedoria Nacional (Siscor).
  - Desenvolvimento de 11 instrumentos de coleta de dados de inspeções em delegacias (Resolução nº 20/2007) e dois para inspeções em presídios militares (Resolução nº 56/2010).
  - Publicação da nova versão das tabelas unificadas no Sistema de Gestão de Tabelas.
  - Implantação, em conjunto com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, do novo sistema de recursos humanos do CNMP.
  - Desenvolvimento e implantação do sistema para opção de servidores entre as carreiras do CNMP e do MPU.
  - Desenvolvimento e acompanhamento da homologação do Banco Nacional de Processos.
  - Liberação de nova versão do Banco Nacional de Projetos.
  - Implantação de ferramenta de apoio à decisão (*Business Intelligence*), incluindo a montagem do ambiente e o treinamento para o usuário final.
  - Preparação de ambiente de homologação para o Sistema de Auditoria cedido pelo Ministério da Integração.
  - Preparação de ambiente de homologação para o Sistema de Telefonia cedido pelo MPF.
  - Instrução de procedimento administrativo para aquisição de Sistema de Gestão de Almoxarifado e Patrimônio, Governança e Gestão.
  - Acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e do Plano de Gestão da STI do ano de 2014 e início da elaboração dos Planos para o ano de 2015.
  - Acompanhamento da execução orçamentária de TI do ano de 2014 e elaboração e revisão da proposta orçamentária de TI para o ano de 2015.
  - Adoção das providências para cumprimento do disposto na Resolução CNMP nº 106/2014 no tocante ao uso indevido do domínio "mp.br".
  - Consultoria técnica ao Coordenador do Comitê de Políticas de TI do Ministério Público (CPTI-MP).

- Mapeamento e aprimoramento de macroprocessos de trabalho da STI.
- Elaboração de documentos para instrução de procedimentos administrativos de aquisição de bens e serviços de TI e apoio técnico aos certames licitatórios.

– Modernização da infraestrutura de TI, com destaque para as seguintes atividades: i) aquisição de equipamento destinado a distribuir a carga entre canais de comunicação e entre equipamentos servidores, de forma a aumentar a disponibilidade e a *performance* dos serviços providos ao público interno e externo; ii) implantação de canais de comunicação redundantes para acesso à Internet; iii) instalação de equipamentos diversos para aprimorar o parque tecnológico disponível para o usuário final (microcomputadores, impressoras e *scanners*); e iv) montagem de painel eletrônico com indicadores para monitoramento dos sistemas gerenciadores de bancos de dados.

– Promoção da segurança da informação, com destaque para as seguintes atividades: i) instrução de procedimento administrativo para aquisição de equipamento com capacidade de correlacionar dados do ambiente operacional e produzir informações úteis para auditoria, prevenção e investigação de incidentes de segurança da informação; ii) aquisição e instalação de biblioteca de fitas para aprimoramento da rotina de cópias de segurança (*backup*) dos dados armazenados na rede local; iii) aquisição e emissão de certificados digitais para conselheiros, membros, servidores e equipamentos; e iv) estudo de solução para ofuscamento e criptografia de dados armazenados em banco de dados, sensíveis ao negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elevação da qualidade da gestão administrativa e financeira própria e de todo Ministério Público brasileiro – com a realização e a indução permanente nos âmbitos administrativo e finalístico de políticas de atuação eficiente – foi o desafio prioritário, proposto e aceito, que moveu as mais destacadas ações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no ano de 2014. Ações que, sem dúvida, foram impulsionadas pelas diretrizes estabelecidas pela alta administração para a gestão: transparência, profissionalismo, diálogo e unidade.

A definição dessa meta, sem descurar, em momento algum, de sua precípua atividade de órgão de controle externo, conferiu ao CNMP maior eficiência no cumprimento da sua tarefa constitucional de zelar pela ética, pela probidade e pela retidão dos membros e dos servidores do Ministério Público. O êxito dessa missão, consequentemente, contribuiu sobremaneira para o aumento da confiança depositada pela sociedade nas instituições essenciais à promoção da justiça. Nesse particular, muito colaborou o aumento das demandas disciplinares e das atividades correcionais desempenhadas pela Corregedoria Nacional, que contou com crescimento do número de membros auxiliares, de servidores requisitados e de novos sistemas sendo executados na área de tecnologia da informação.

Diversamente do que se verificou no ano anterior, a composição do Conselho não sofreu alterações em 2014. Todos os 14 Conselheiros, incluindo o Presidente, exerceram regularmente suas atividades durante todo o ano, estabelecendo rotinas e adquirindo experiências que, naturalmente, vieram a influenciar, de modo positivo, o resultado dos trabalhos do Órgão. Isso pode ser confirmado, por exemplo, a partir da evolução quantitativa da análise e do julgamento de processos das mais diversas naturezas. O aprimoramento constante do Sistema de Sessão Eletrônica foi outra ação estratégica que contribuiu para esse resultado, permitindo o considerável acréscimo de finalização dos processos.

Solidificou-se, no somatório das boas práticas desenvolvidas, o cumprimento da missão de fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro com edição de resoluções que se mostraram importantes no desenvolvimento mais coordenado das funções ministeriais em todo País. As atividades que permitiram, de fato, a construção da identidade institucional do Conselho

trouxeram um incremento da demanda sob sua responsabilidade, sem que se descurasse, o Órgão constitucional, de responder positivamente a tempos de maior exigência.

Afinal, de maneira sóbria, consciente e austera, o CNMP preparou-se para esses novos desafios. Em março de 2014, por meio da Portaria CNMP-Presi nº 70, organizou a estrutura e o funcionamento das Comissões Permanentes, dos Comitês, Fóruns, Representações e Grupos de Trabalho, promovendo profissionalismo com o estabelecimento da rotina de planejamento, com indicação das atividades, custos e cronograma, no Plano de Gestão Anual da instituição, dando transparência ao calendário de reuniões e praticando economicidade ao definir número e períodos das reuniões ordinárias dos colegiados.

Várias ações e projetos foram executados pelo Conselho no decorrer do ano, dentre eles: i) o processo de opção definitiva dos servidores pela carreira do Conselho ou do Ministério Público da União foi deflagrado e concluído; ii) o primeiro concurso público exclusivo do CNMP teve edital lançado e inscrições iniciadas; iii) o projeto de lei com o objetivo de aprimorar as atividades e adequar o quadro de pessoas às necessidades da Instituição foi encaminhado ao Parlamento; iv) diversas normas internas foram produzidas para alicerçar direitos e deveres de membros e servidores; v) sistemas para uso das mais diversas áreas foram desenvolvidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação e entraram em fase de teste final ou em funcionamento, com destaque para o processo eletrônico e a gestão de pessoas; e vi) o mapeamento e a padronização dos procedimentos de trabalho alcançaram praticamente todas unidades do órgão.

O CNMP pode dizer que, efetivamente, chegou ao momento de execução de sua estratégia, o que se reflete, de forma macro, na multiplicação dos eventos de ação nacional que aceleraram, em todo o País, o Planejamento Estratégico Nacional. A realidade é essa porque o Conselho, a despeito dos sensíveis e significativos desfalques no seu quadro de pessoal, não retrocedeu na compreensão da magnitude de sua missão constitucional de órgão indutor e modelador do Ministério Público brasileiro e seguiu firme e resistente na agenda de uma administração eficiente, participativa, transparente e integradora, exercendo com esses valores um papel institucional seguro, independente, técnico e construtivo.

Muito do que aqui está sendo apresentado foi exibido por ocasião do 5º Congresso Brasileiro de Gestão, realizado em outubro de 2014, cujo tema central foi "A Gestão por Resultados". O evento reuniu mais de meia centena de membros e servidores do Ministério Público brasileiro, além de convidados de destaque no cenário da gestão pública e privada nacional, e o que se pôde observar foi o resultado de um amadurecimento adquirido ao longo dos anos de existência do Conselho. O Congresso, além do amplo espaço concedido para os profissionais das áreas de gestão de pessoas, de tecnologia da informação, de prática orçamentária e de comunicação, permitiu o encontro de grupos da área finalística e a exibição de inúmeros projetos institucionais no Espaço MP, consolidando um modelo que permite conhecimento, em um só momento, de algumas das boas práticas adotadas pelo Ministério Público brasileiro.

A quinta edição do Congresso teve ainda cerimônia de entrega do Prêmio CNMP, com a premiação dos escolhidos dentre 655 projetos de sucesso, os quais trazem grande contribuição para o alcance da missão, da visão e dos objetivos estratégicos de todo o Ministério Público. É o CNMP, portanto, anunciando e realizando ações integrativas que visam ao fortalecimento da instituição.

O presente relatório, portanto, mostra que muito se fez, mas também que muito há por fazer. O ano de 2015 seguirá cobrando um CNMP preparado e capaz de processar as demandas crescentes que, certamente, baterão às suas portas. A expectativa não pode ser frustrada, razão pela qual segue necessitando o Órgão, para garantia da exitosa continuidade, do efetivo e inadiável apoio da Presidência da República e do Congresso Nacional na aprovação das propostas legislativas que postulam um plano de carreira digno e de reconhecimento para seus servidores e uma reestruturação administrativa proporcional à dimensão de suas atuais demandas e ingentes responsabilidades. Mais do que projetos, são instrumentos de absoluta necessidade para o cumprimento da relevante e grave missão institucional que consiste no fortalecimento e aprimoramento do Ministério Público brasileiro, forma de assegurar sua autonomia e unidade para uma atuação responsável e socialmente efetiva.

Presidência da República

Casa Civil

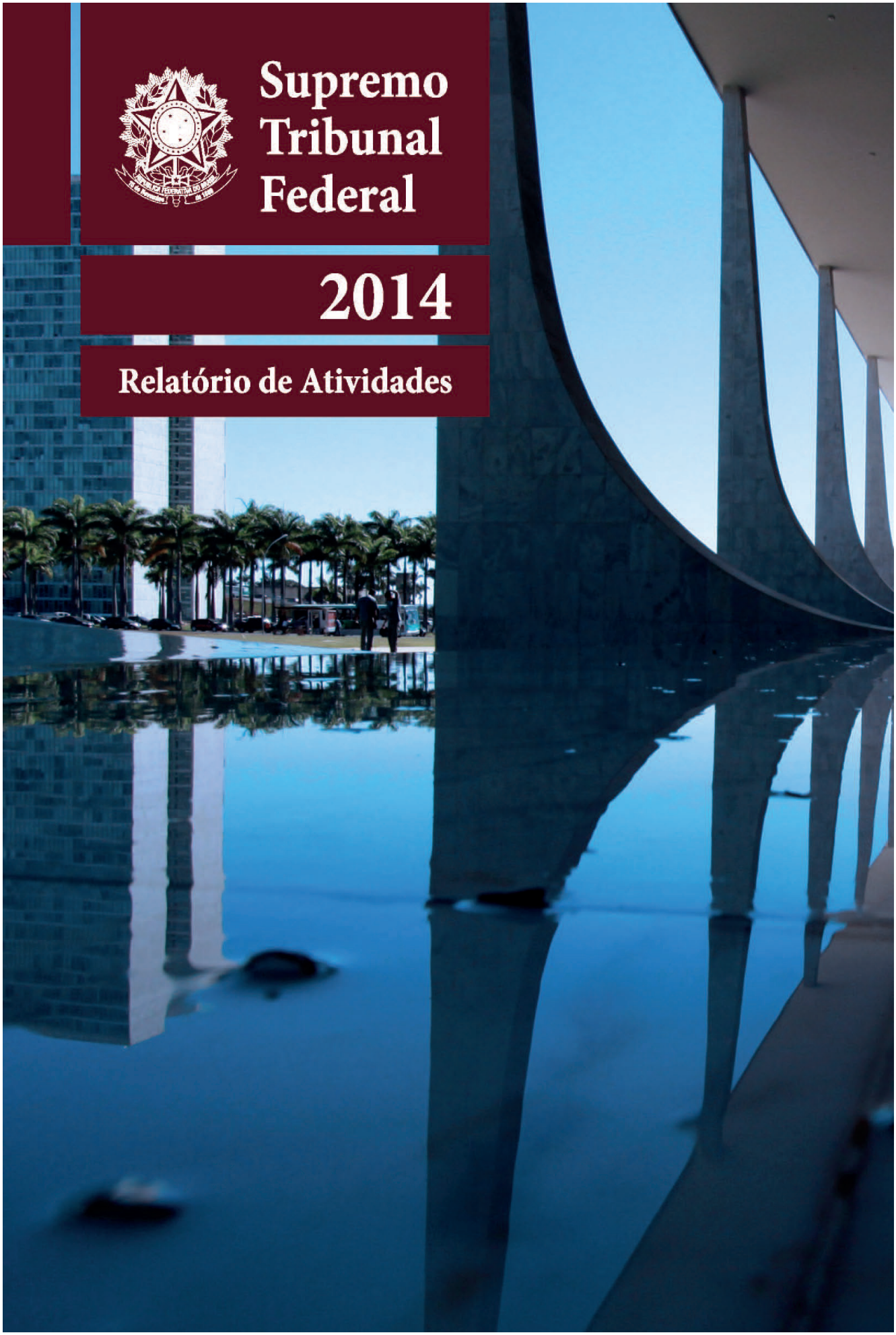
Este livro foi composto na família Minion
e impresso em offset sobre papel
Couchê Fosco 115g/m², em janeiro de 2015.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Supremo Tribunal Federal

2014

Relatório de Atividades



Relatório de Atividades 2014
Supremo Tribunal Federal

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
EXERCÍCIO – 2014

Plenário

MINISTRO **RICARDO LEWANDOWSKI** – PRESIDENTE
MINISTRA **CÁRMEN LÚCIA** – VICE-PRESIDENTE
MINISTRO **CELSO DE MELLO**
MINISTRO **MARCO AURÉLIO**
MINISTRO **GILMAR MENDES**
MINISTRO **DIAS TOFFOLI**
MINISTRO **LUIZ FUX**
MINISTRA **ROSA WEBER**
MINISTRO **TEORI ZAVASCKI**
MINISTRO **ROBERTO BARROSO**

Primeira Turma

MINISTRO **MARCO AURÉLIO** – PRESIDENTE
MINISTRO **DIAS TOFFOLI**
MINISTRO **LUIZ FUX**
MINISTRA **ROSA WEBER**
MINISTRO **ROBERTO BARROSO**

Segunda Turma

MINISTRO **TEORI ZAVASCKI** – PRESIDENTE
MINISTRO **CELSO DE MELLO**
MINISTRO **GILMAR MENDES**
MINISTRA **CÁRMEN LÚCIA**

GESTÃO 2014-2016

Chefe de Gabinete da Presidência
Ana Maria Alvarenga Mamede Neves

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Secretário-Geral da Presidência
Manoel Carlos de Almeida Neto

Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência
Luis Cláudio Queiroz Coni

Assessora-Chefe do Plenário
Fabiane Pereira de Oliveira Duarte

Assessor-Chefe de Assuntos Internacionais
Fernando Antônio Wanderley Cavalcanti Júnior

Assessora-Chefe de Gestão Estratégica
Amanda Flávio de Oliveira

Assessora-Chefe de Cerimonial
Maria Waleska Câmara Hitzschky Barreto

Assessor-Chefe de Articulação Parlamentar
Tarciso Dal Maso Jardim

Assessor-Chefe Processual
Daniel Soeiro Freitas

Secretária de Comunicação Social
Débora Santos Oliveira

Secretário de Documentação
Dennys Albuquerque Rodrigues

Secretário Judiciário
João Bosco Marcial de Castro

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Diretor-Geral
Amarildo Vieira de Oliveira

Coordenador do Gabinete do Diretor-Geral
Nelson Parucker Junior

Assessor Jurídico
Rubens André Gonçalves Dusi

Assessora de Administração
Cícera Fernanda de Araújo Magalhães

Secretário de Administração e Finanças
Armando Akio Santos Dói

Secretário de Gestão de Pessoas
Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes

Secretário de Serviços Integrados de Saúde
Marco Polo Dias Freitas

Secretário de Tecnologia da Informação
Márcio Pachioni Baeta

Secretário de Segurança
Murilo Maia Herz

Secretária de Gestão do STF-Med
Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Secretário de Controle Interno
Jacob Barreto de Sales

Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).
Relatório de Atividades 2014 / Supremo Tribunal Federal. – Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2015.

Modo de acesso: World Wide Web: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfRelatorio/anexo/relatorio2014.pdf

1. Poder judiciário, Brasil. 2. Tribunal supremo, relatório, Brasil. 3. Lewandowski, Enrique Ricardo, 1948-. I. Título.

CDD-341.4191

Sumário

Palavra do Presidente 6

O Supremo Tribunal Federal 8
Composição do Plenário do STF 9
Missão 10
Visão 10
Organograma 11

Destaques de 2014 12
Posses na Presidência do STF 13
Discurso de posse do Ministro Ricardo Lewandowski na Presidência do STF 16
Aposição de retrato 21
Hall dos Bustos 22
Aposentadoria 23

Prestação Jurisdicional 25
Prestação jurisdicional pelo STF 26

Relacionamento e Papel Institucional 56
Audiências públicas 57
Transparência e comunicação institucional 59
Visitação pública 68
Memória institucional e cidadania 69
Atuação internacional 73

Governança 79
Planejamento e controle 80
Responsabilidade socioambiental 85

Gestão 88
Organização administrativa 89
Recursos tecnológicos 90
Gestão de pessoas 90
Gestão orçamentária e financeira 95

Diretrizes da Gestão 97
Diretrizes da gestão para o biênio 2015-2016 98

Palavra do Presidente

Já tive a oportunidade de afirmar que, a meu ver, este é o século do Poder Judiciário, em que a humanidade, especialmente o homem comum do povo, não apenas descobriu que possui direitos, mas também está disposto a lutar para efetivá-los. No Brasil, a Constituição de 1988 foi pródiga na consagração de direitos fundamentais, em suas várias dimensões, e na ampliação dos meios de acesso à Justiça. Essas circunstâncias refletem-se claramente no acervo dos tribunais brasileiros, sempre crescente, o que propicia novos desafios aos gestores. Apenas para ilustrar, observo que, segundo o último levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, tramitam atualmente no País cerca de 100 milhões de processos.

Os números registrados no Supremo Tribunal Federal em 2014 não poderiam ser diferentes e apontam para um cenário de crescente judicialização das questões sociais e políticas. De outra parte, revelam a busca permanente por soluções administrativas e jurisdicionais que permitam enfrentar eficazmente o problema do excesso de feitos, de maneira a dar cumprimento ao novo direito dos cidadãos, correspondente à razoável duração do processo.

Os dados são esclarecedores: em 2013 ingressaram no Supremo Tribunal Federal 72.066 novos processos; em 2014, por sua vez, 79.943. Não obstante, o acervo global da Corte diminuiu de um ano para o outro. Em 2013, ele correspondia a 67.052 feitos, ao passo que, na última sessão do ano passado (19 de dezembro de 2014), havia 56.053 ações registradas. Em outros termos: embora tenha havido, em relação a 2013, um acréscimo de 10,90% na quantidade de processos novos, o acervo sofreu uma diminuição de 15,75%, comprovando o empenho de cada um dos eminentes julgadores desta Corte para a solução célere das questões.

Por sua vez, a taxa de congestionamento caiu de 51,77% para 38,86%, retração relevante e importante.

O número de decisões que aguardavam publicação diminuiu sensivelmente, com mais de 400 acórdãos publicados em um único dia, no fim de outubro, no *Diário da Justiça*. Ademais, houve a aprovação de 5 novas súmulas vinculantes e, em virtude da realização de uma força-tarefa especial, zerou-se a quantidade de processos que aguardavam distribuição.

Os dados positivos descritos refletem não apenas os esforços individuais dos eminentes Ministros e o empenho dos dedicados servidores, mas também a adoção de soluções institucionais que permitiram aprimorar a prestação jurisdicional da Corte.

Como se sabe, o Supremo ampliou a competência das Turmas, intensificou o julgamento de recursos extraordinários com repercussão geral, acelerou a edição de súmulas vinculantes, otimizou o uso do Plenário Virtual e passou a valer-se da mediação para a resolução de litígios. Penso que esses e outros instrumentos, aliados à racionalização da ação administrativa, contribuirão, em um futuro próximo, para melhorar os resultados positivos já alcançados.

Por essas razões, é possível concluir, com esperança, que este Tribunal haverá de manter-se como guardião da Carta Magna e dos direitos e liberdades fundamentais, distribuindo Justiça àqueles que batem à sua porta, de forma cada vez mais segura, célere e eficiente.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente

O Supremo
Tribunal Federal

Composição do Plenário do STF[1]

Ministro
Ricardo Lewandowski
Presidente
(16/3/2006)

Ministro
Celso de Mello
(17/8/1989)

Ministro
Marco Aurélio
(13/6/1990)

Ministro
Gilmar Mendes
(20/6/2002)

Ministra
Cármen Lúcia
(21/6/2006)

Ministro
Dias Toffoli
(23/10/2009)

Ministro
Luiz Fux
(3/3/2011)

Ministra
Rosa Weber
(19/12/2011)

Ministro
Teori Zavascki
(29/11/2012)

Ministro
Roberto Barroso
(26/6/2013)

1 O Supremo Tribunal Federal é composto por 11 Ministros, brasileiros natos (art. 12, § 3º, IV, da CF/1988), escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 101 da CF/1988). Com a aposentadoria do Ministro Joaquim Barbosa, em 2014, a composição encontra-se com uma vaga, que será preenchida a partir da nomeação pela Presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Missão

"Incumbe, ao Supremo Tribunal Federal, no desempenho de suas altas funções institucionais e como garantidor da intangibilidade da ordem constitucional, o grave compromisso – que lhe foi soberanamente delegado pela Assembleia Nacional Constituinte – de velar pela integridade dos direitos fundamentais, de repelir condutas governamentais abusivas, de conferir prevalência à essencial dignidade da pessoa humana, de fazer cumprir os pactos internacionais que protegem os grupos vulneráveis expostos a injustas perseguições e a práticas discriminatórias, de neutralizar qualquer ensaio de opressão estatal e de nulificar os excessos do Poder e os comportamentos desviantes de seus agentes e autoridades, que tanto deformam o significado democrático da própria Lei Fundamental da República."

Ministro **CELSO DE MELLO**

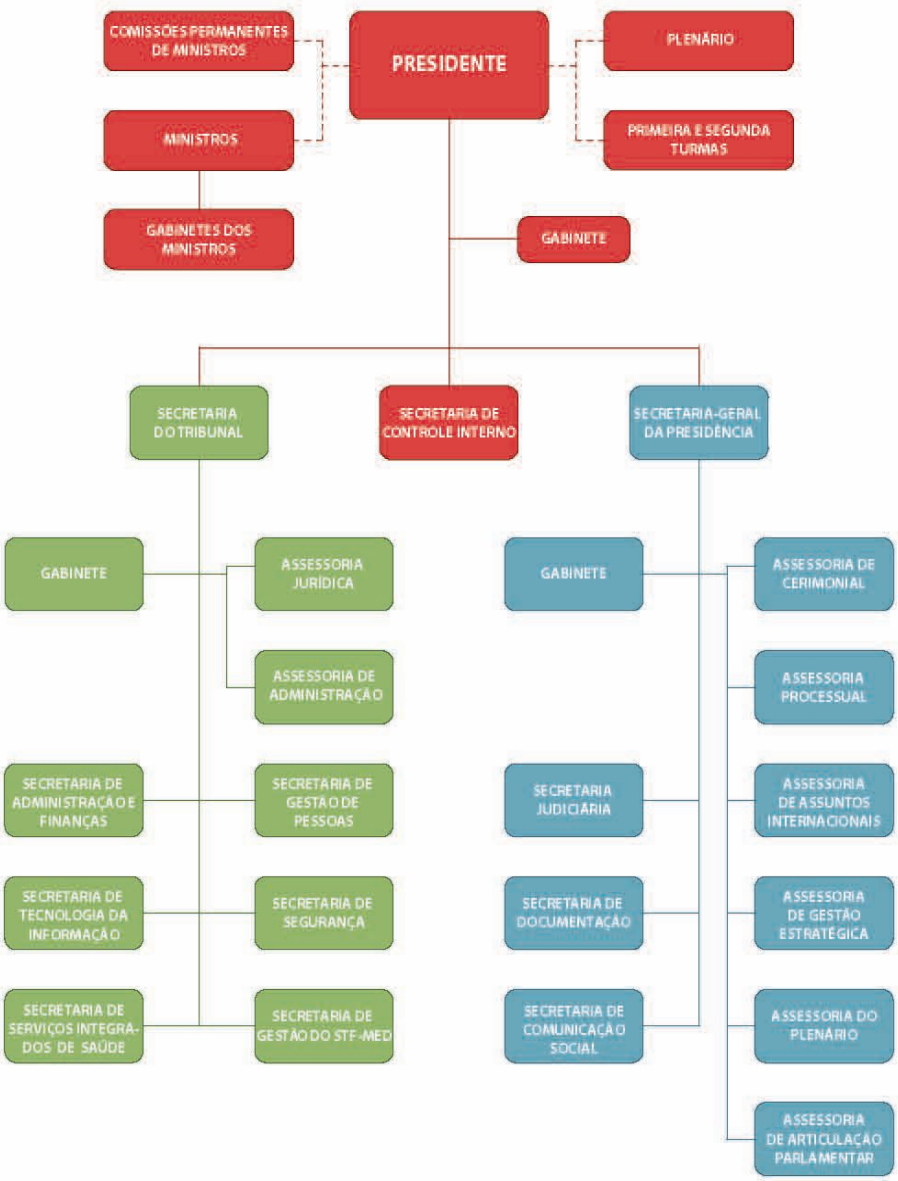
Visão

"Assegurar a concretização dos direitos fundamentais, consideradas as suas várias dimensões, e garantir a estabilidade das instituições republicanas."[2]

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**

2 Conforme a Portaria/GP-STF 4, de 8 de janeiro de 2015.

Organograma[*]



[*] Versão simplificada do organograma do Supremo Tribunal Federal, conforme o Ato Regulamentar 19, de 16 de outubro de 2014.

Destaques de 2014

Posses na Presidência do STF

Ministro Ricardo Lewandowski e Ministra Cármen Lúcia, respectivamente, na Presidência e na Vice-Presidência

No dia 10 de setembro de 2014, ocorreu a cerimônia de posse do Ministro Ricardo Lewandowski e da Ministra Cármen Lúcia nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Corte, respectivamente.

O Presidente

Cientista Político, Bacharel em Direito, *Master of Arts* em Relações Internacionais, Mestre, Doutor e Livre-Docente em Direito do Estado, natural do estado do Rio de Janeiro, aos 65 anos de idade, o Ministro Ricardo Lewandowski se tornou o 55º Presidente da Suprema Corte desde o Império e o 44º a partir da República.

Assumiu o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal no dia 16 de março de 2006, tendo sido nomeado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O Ministro Ricardo Lewandowski exerceu a advocacia (1974 a 1990) e foi Conselheiro da Ordem dos Advogados – Seção de São Paulo (1989 a 1990). Ocupou os cargos de Secretário de Governo e de Assuntos Jurídicos de São Bernardo do Campo (1984 a 1988) e também de Presidente da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São

Paulo S.A. (EMPLASA) (1988 a 1989). Pelo quinto constitucional, na classe dos advogados, ingressou na magistratura como Juiz do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, atividade exercida entre 1990 e 1997. Foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por merecimento, onde integrou, sucessivamente, a Seção de Direito Privado, a Seção de Direito Público e o Órgão Especial (1997 a 2006). Foi Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1993 a 1995).

Escreveu, entre outros, os livros: *Proteção dos Direitos Humanos na Ordem Interna e Internacional*, *Pressupostos Materiais e Formais da Intervenção Federal no Brasil* e *Globalização, Regionalização e Soberania*. Além disso, é autor de diversos artigos e estudos científicos publicados em revistas acadêmicas no Brasil e no exterior.

Recebeu vários títulos de cidadania e condecorações, destacando-se a Medalha da Ordem do Mérito Naval, a Medalha da Ordem do Mérito Militar, a Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico e a Medalha da Ordem de Rio Branco.

Exerceu ainda a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (2010 a 2012), tendo coordenado as eleições gerais de 2010, nas quais defendeu a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. Ocupou interinamente o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil durante o período de 15 a 17 de setembro de 2014.

Em seu discurso de posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal, o Presidente Ricardo Lewandowski defendeu uma atuação da Corte em harmonia com os demais Poderes e destacou a necessidade de aprimoramento do Judiciário, com maior eficiência no atendimento à população.

A Vice-Presidente

Natural de Montes Claros, Minas Gerais, a Ministra Cármen Lúcia graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1973 a 1977). É Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais e Especialista em Direito de Empresa pela Fundação Dom Cabral.

Tomou posse como Ministra do Supremo Tribunal Federal no dia 21 de junho de 2006, tendo sido nomeada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Exerceu também a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (2012 a 2013).

Antes de ingressar no Supremo Tribunal Federal, foi advogada, Procuradora e Procuradora-Geral do Estado de Minas Gerais, professora de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, membro da Comissão

de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB, membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Diretora da Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros, membro fundadora do Instituto de Defesa das Instituições Democráticas (IDID), membro do Conselho Editorial da *Revista Interesse Público*, editada pela Nota Dez, membro do Conselho Editorial do *Boletim NDJ*, editado pela NDJ, e membro da Academia Internacional de Direito e Economia.

Escreveu diversas teses e publicações, entre as quais os livros: *Constituição e Constitucionalidade*, *República e Federação no Brasil* e *Direito de/para Todos*. Coordenou a publicação dos livros *Perspectivas do Direito Público: Estudos em Homenagem a Miguel Seabra Fagundes*; *Direito Eleitoral*, coordenação geral juntamente com o Ministro Carlos Mário da Silva Velloso; *Constituição e Segurança Jurídica: Estudos em Homenagem ao Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence*; e *O Direito à Vida Digna*. Colaborou em obras coletivas, entre as quais os artigos: "Natureza e Eficácia das Disposições Constitucionais Transitórias", "Direito à Privacidade e Sigilo Bancário e Fiscal" e "Limites Constitucionais à Competência de Reforma Constitucional". Publicou em edições especializadas diversos artigos, entre os quais: "O Mandado de Injunção na Ordem Constitucional Brasileira", "Aspectos Sociais do Direito Administrativo Contemporâneo", "Direito à Informação e Pesquisas Eleitorais" e "Atos do Poder Público e Sistema Jurídico".

Recebeu prêmios e condecorações, como o Prêmio Rui Barbosa, concedido pela OAB/MG, a Medalha de Honra da Inconfidência, a Medalha da Academia Brasileira de Letras – 100 anos de Academia e a Comenda Jurista Tobias Barreto.

A cerimônia

Pronunciaram-se no Plenário, em homenagem aos Ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, o Ministro Marco Aurélio Mello, em nome dos demais integrantes do Supremo Tribunal Federal; o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot; e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

A sessão solene contou com a presença da Presidente da República, Dilma Rousseff; do Vice-Presidente da República, Michel Temer; do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros; do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves; do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot; e do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, além de diversas autoridades. A cerimônia foi transmitida ao vivo pela TV Justiça e pela Rádio Justiça.

Discurso de posse do Ministro Ricardo Lewandowski na Presidência do STF

"Nos dias de hoje, não são poucas as críticas veiculadas nos meios acadêmicos e na mídia em geral contra aquilo que é visto como um protagonismo mais acentuado – ou até mesmo exagerado – do Poder Judiciário, em particular do Supremo Tribunal Federal, quanto à tomada de decisões relativas a temas de maior impacto sobre a sociedade.

Alguns falam numa 'judicialização da política', enquanto outros mencionam uma 'politização da justiça'. Ambas as expressões traduzem uma avaliação negativa acerca da atuação do Judiciário, ao qual se imputa um extravasamento indevido de suas competências constitucionais. Outra censura assacada contra o Judiciário diz respeito à morosidade na prestação jurisdicional, reclamação que, de resto, aparenta ser universal, tantas são as queixas registradas em outros países com relação à demora na solução dos processos.

Para melhor entendermos essas instigantes questões, faremos menção a um livro publicado no passado recente – mas que já se tornou clássico – denominado *Era dos Direitos*. Esse livro, pequeno em tamanho, porém denso em conteúdo, abriga artigos e depoimentos do jusfilósofo italiano Norberto Bobbio, há pouco falecido. Nele consta uma entrevista na qual Bobbio enunciava três problemas que, no seu entender, ameaçariam a sobrevivência da humanidade: o crescimento acelerado da população mundial, a destruição gradativa do meio ambiente e a disseminação generalizada das armas de destruição em massa.

Indagado se, em meio a tal cenário sombrio, ele divisava algo de positivo, Bobbio respondeu que via com otimismo a crescente importância atribuída aos direitos fundamentais, tanto no plano interno quanto no âmbito internacional. Para Bobbio, isso seria revelador de um progresso moral da humanidade, e de que estaríamos ingressando na 'Era dos Direitos', na qual o grande desafio consistiria em abandonarmos a habitual teorização acerca deles para, agora, colocá-los efetivamente em prática.

Nesse contexto, o Judiciário confinado, desde o século XVIII, à função de simples *bouche de la loi*, ou seja, ao papel de mero intérprete mecânico das leis, foi pouco a pouco compelido a potencializar ao máximo sua atividade hermenêutica de maneira a dar concreção aos direitos fundamentais, compreendidos em suas várias gerações. Ocorre que assegurar a fruição desses direitos, hoje, de forma eficaz, significa oferecer uma prestação jurisdicional célere, pois, como de há muito se sabe, justiça que tarda é justiça que falha. Entre nós, inclusive,

incluiu-se, recentemente, na atual Constituição um novo direito do cidadão: o direito à 'razoável duração do processo'.

Mas inúmeras dificuldades emergem quando se busca colocar em prática esse novo direito. De início, vivemos, atualmente, no mundo todo, o fenômeno que o sociólogo português Boaventura Souza Santos classificou de 'explosão de litigiosidade'. Tal evento, mais do que um signo dos múltiplos conflitos característicos da sociedade moderna, representa, em verdade, uma busca do homem comum, do homem do povo, por seus direitos, que descobriu que pode alcançá-los pela via judicial.

Entre nós, a Constituição de 1988, na prática, 'escancarou' as portas do Judiciário, não apenas porque continuou a dar guarida ao consagrado princípio da inafastabilidade da jurisdição, segundo o qual nenhuma lesão ou ameaça de lesão a direito pode ser subtraída à apreciação do Judiciário, como também porque colocou à disposição dos cidadãos vários novos instrumentos de acesso à Justiça, em especial as ações de natureza coletiva.

Não bastasse isso, o Judiciário, superando uma postura hermenêutica mais ortodoxa, que desvendava o Direito apenas a partir de regras jurídicas positivadas na Constituição e nas leis, passou a fazê-lo também com base em princípios, superando a visão tradicional que se tinha deles, considerados preceitos de caráter meramente indicativo ou programático. Os juízes começaram a extrair consequências práticas dos princípios republicano, democrático e federativo, bem assim dos postulados da isonomia, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da impessoalidade, da eficiência e da dignidade da pessoa humana, ampliando assim o espectro de suas decisões.

A partir dessa nova postura, o Judiciário começou a intervir em questões que antes estavam reservadas exclusivamente aos demais Poderes, participando, de maneira mais ativa, da formulação de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, do meio ambiente, do consumo, da proteção de idosos, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência. O Supremo Tribunal Federal, de modo particular, passou a interferir em situações limítrofes, nas quais nem o Legislativo nem o Executivo lograram alcançar os necessários consensos para resolvê-las.

A Suprema Corte, não raro provocada pelos próprios agentes políticos, começou a decidir questões controvertidas ou de difícil solução, a exemplo da fidelidade partidária, do financiamento de campanhas eleitorais, da greve dos servidores públicos, da pesquisa com células-tronco embrionárias humanas, da demarcação de terras indígenas, dos direitos decorrentes das relações homoafetivas, das cotas raciais nas universidades e do aborto de fetos anencéfalos.

Esse novo papel desempenhado pelo Poder Judiciário fez com que os casos submetidos à sua apreciação crescessem de forma exponencial. Em 2013, segundo o último levantamento do Conselho Nacional de Justiça, tramitaram no Judiciário brasileiro cerca de 95 milhões de processos. Naquele ano, foram ajui-

zados aproximadamente 28 milhões de casos novos, sem contar os feitos que ingressaram no Supremo Tribunal Federal.

Mediante um esforço quase sobre-humano, os magistrados brasileiros – cujo número correspondia a aproximadamente 16.500 juízes – proferiram mais de 25 milhões de sentenças, o que resultou numa média de cerca de 1.600 para cada um deles. Não obstante esse excepcional desempenho, a taxa de congestionamento processual continuou elevadíssima, chegando a quase 71% das ações em trâmite. Isso, em grande parte, porque temos hoje quase 6.500 cargos em aberto, correspondendo a mais de 39% do total de nosso efetivo de juízes, por motivos que vão desde a falta de verbas para preenchê-los até a carência de candidatos motivados ou qualificados.

O Supremo Tribunal Federal, à semelhança do que ocorreu com o Judiciário como um todo, também foi contemplado com uma extraordinária sobrecarga de trabalho no ano passado. Ao longo de 2013, foram distribuídos 44.170 processos aos seus onze Ministros, que proferiram 85 mil decisões, das quais 72.167 monocráticas e 12.833 colegiadas.

Diante desse quadro, há quem diga que o Judiciário vive uma crise institucional ou, no mínimo, está diante de um impasse de difícil superação. Assumindo – apenas para argumentar – que isso corresponde à verdade, seja-nos lícito recordar uma conhecida imagem: quando escrita em chinês, a palavra 'crise' decompõe-se em dois ideogramas – um representando 'perigo' e o outro 'oportunidade'. Valendo-nos dessa janela de oportunidade que o destino aparenta descerrar, buscaremos atingir, na Presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, algumas metas, a seguir explicitadas.

Primeiramente, procuraremos acelerar a prestação jurisdicional intensificando o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões, ao mesmo tempo em que desestimularemos as ações de índole temerária ou protelatória, mediante os meios legais disponíveis.

Depois, daremos prioridade ao julgamento de recursos extraordinários com repercussão geral, mecanismo criado pela Emenda Constitucional 45/2004, que permite que a Suprema Corte deixe de apreciar feitos que se resumam à discussão de interesses intersubjetivos, ou seja, aqueles que não tenham um impacto maior do ponto de vista político, social, econômico ou jurídico. Desde a adoção desse instrumento, o número de processos admitidos na Suprema Corte caiu pela metade, eis que, antes dele, eram aparelhados, em média, mais de 100 mil processos por ano. A racionalização e intensificação do emprego da repercussão geral será prestigiada não apenas porque reduzirá substancialmente o trabalho dos integrantes do Tribunal. Ela merecerá especial destaque, sobretudo, porque a solução de um recurso extraordinário qualquer, qualificado com esse rótulo, permitirá que sejam decididas centenas ou até milhares de ações sobrestadas nos tribunais de origem. Atualmente, tramitam na Corte 333 recursos extraordinários com repercussão geral

reconhecida e apreciação de mérito pendente, os quais mantêm em suspenso, nas instâncias inferiores, enquanto não forem julgados, cerca de 700 mil processos.

Pretendemos, ademais, facilitar e ampliar a edição de súmulas vinculantes, que fornecem diretrizes seguras e permanentes aos operadores do direito sobre pontos controvertidos da interpretação constitucional, por meio de enunciados sintéticos e objetivos. Nessa linha, buscaremos transformar as súmulas tradicionais já editadas em verbetes vinculantes, sempre que tecnicamente viável, de modo a ampliar a celeridade da prestação jurisdicional em todas as instâncias.

Procuraremos, igualmente, estimular formas alternativas de solução de conflitos, compartilhando, na medida do possível, com a própria sociedade, a responsabilidade pela recomposição da ordem jurídica rompida, que, afinal, é de todos os seus integrantes. Referimo-nos à intensificação do uso da conciliação, da mediação e da arbitragem, procedimentos que se mostram particularmente apropriados para a resolução de litígios que envolvam direitos disponíveis, empregáveis, com vantagem, no âmbito extrajudicial.

Pensamos também na denominada 'justiça restaurativa', que já vem sendo praticada, com êxito, no âmbito criminal, onde a atenção do Estado e da sociedade não se dirige, mais, exclusivamente, à punição do infrator, mas lança um olhar especial à mitigação das lesões físicas, morais, psicológicas e materiais sofridas pelas vítimas.

Esse instituto poderá ser empregado, com igual sucesso, em outras áreas do Direito, em especial nos conflitos familiares.

Do ponto de vista normativo, enviaremos, na próxima Legislatura, ao Congresso Nacional, depois da aprovação pelos nossos pares, o novo Estatuto da Magistratura, assim como projetos de lei que possam superar topicamente certos entraves na prestação jurisdicional, sem prejuízo da impostergável tarefa de atualizar e consolidar o regimento interno da Casa.

Propomo-nos, ademais, a respeitar e fazer respeitar a independência e harmonia entre os Poderes, estimulando nos juízes a adoção da salutar atitude de *self restraint*, de autocontenção, praticada pelas cortes constitucionais dos países democráticos. Com isso queremos dizer que o Judiciário só deve atuar, para suprir eventual lacuna normativa ou inércia administrativa, em caráter excepcional e provisório, e apenas quando a decisão pretoriana se mostrar necessária e inadiável, permitindo, como regra, que o Legislativo ou o Executivo – representantes dire-

tos da soberania popular – possam concluir as suas deliberações no tempo que considerem politicamente mais adequado para o País.

Pretendemos, ainda, entreter um permanente diálogo com as instituições essenciais à administração da Justiça, a exemplo do Ministério Público e da Advocacia, cujos objetivos convergem integralmente conosco no tocante ao aperfeiçoamento da jurisdição. Desejamos, igualmente, ampliar a colaboração de especialistas e membros da comunidade no controle de constitucionalidade, incentivando a atuação dos *amici curiae* e a realização de audiências públicas, de forma consentânea com a Democracia Participativa instaurada pela nova Carta Magna.

Entendemos, por outro lado, que o Judiciário deve assumir um protagonismo maior na área externa, empregando, com mais habitualidade, os institutos do direito comunitário e do direito internacional, à semelhança do que ocorre no Velho Continente, onde os juízes foram e continuam sendo os grandes responsáveis pela integração europeia, sobretudo ao garantirem a igualdade de direitos aos seus cidadãos.

É preciso, também, que os nossos magistrados tenham uma interlocução maior com os organismos internacionais, como a ONU e a OEA, por exemplo, especialmente com os tribunais supranacionais quanto à aplicação dos tratados de proteção dos direitos fundamentais, inclusive com a observância da jurisprudência dessas cortes.

Pretendemos, mais, redirecionar a atuação do Conselho Nacional de Justiça, resgatando a sua concepção original de órgão central de planejamento estratégico, fazendo com que passe a atuar a partir de uma visão sistêmica dos problemas que afetam o Judiciário, sem prejuízo de sua competência correicional supletiva. Isso demandará a implantação de um modelo eficiente de informação e comunicação, que não poderá prescindir de uma permanente interlocução com os juízes de todos os graus de jurisdição e com os distintos tribunais do País.

Por fim, deveremos restaurar a autoestima dos honrados magistrados e operosos servidores do Poder Judiciário, cuja importância, no tocante à relevante tarefa de pacificação social, que realizam diuturna e anonimamente, não tem sido adequadamente reconhecida pela sociedade e autoridades em geral. Haveremos de fazê-lo mediante a correta divulgação dos serviços essenciais que prestam ao Brasil, não raro com risco para a própria vida e integridade física.

Particular atenção será dada à recuperação de suas perdas salariais, de modo a garantir-lhes uma remuneração condigna com o significativo múnus público que exercem, bem como assegurar-lhes adequadas condições materiais de trabalho, além de proporcionar-lhes a oportunidade de permanente aperfeiçoamento profissional mediante cursos e estágios aqui e no exterior.

Permitimo-nos concluir com uma frase de Martin Luther King pronunciada em 1963, no *Lincoln Memorial*, em Washington: *I have a dream*; 'Eu tenho um sonho'.

Era um sonho de igualdade e de fraternidade para todos os americanos indistintamente. Nós também temos um sonho: o sonho de ver um Judiciário forte, unido e prestigiado, que possa ocupar o lugar que merece no cenário social e político deste país. Um Judiciário que esteja à altura de seus valorosos integrantes, e que possa colaborar efetivamente na construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária, como determina a Constituição da República, a qual todos os magistrados brasileiros, de forma uníssona, juraram respeitar e defender."

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente

Aposição de retrato

No dia 7 de maio de 2014, foi realizada a aposição do retrato[3] do Ministro aposentado Carlos Ayres Britto na Galeria dos Ex-Presidentes do Supremo Tribunal Federal. Natural de Propriá, em Sergipe, Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto tornou-se Bacharel em Direito em 1966, pela Universidade Federal de Sergipe. É pós-graduado em Aperfeiçoamento em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito de Sergipe, Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Doutor em Direito Constitucional por essa mesma Universidade.

Em 1967, passou a militar na advocacia, tendo integrado o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de 1993 a 1994, e tendo sido membro da Comissão de Constituição e Justiça do órgão nos períodos de 1995/1996 e 1998/1999. Presidiu o Instituto Sergipano de Estudos da Constituição (ISEC) a partir de janeiro de 2002 e foi Vice-Presidente da Associação Brasileira de Cons-

3 A aposição da fotografia na Galeria dos Ex-Presidentes ocorre, tradicionalmente, um ano após o término do mandato. Abaixo do retrato fica gravado, em latão, o período em que o ministro ocupou o cargo de presidente. A galeria fica exposta no Salão Branco do Edifício-Sede do Tribunal e integra o roteiro da visitação pública no Supremo Tribunal Federal.

titucionalistas Democratas (ABCD) e do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), entre 1997 e 1998.

Exerceu os cargos de Consultor-Geral do Estado de Sergipe, de Procurador-Geral de Justiça, de Procurador do Tribunal de Contas e de Chefe do Departamento Jurídico do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe (CONDESE).

Professor dedicado ao magistério superior em disciplinas de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Teoria do Estado, Ética Geral e Profissional, é autor de diversas obras no ramo jurídico e também poeta. O Ministro aposentado e ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto é membro da Academia Sergipana de Letras e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por decreto de 5 de junho de 2003, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Ilmar Galvão, havendo tomado posse em 25 do mesmo mês. Aposentou-se por decreto de 14 de novembro de 2012, publicado no *Diário Oficial da União*, Seção 2, p. 2, em 16 de novembro de 2012, tendo sido homenageado na sessão plenária do dia 14 de novembro de 2012.

Hall dos Bustos

Em 26 de novembro de 2014, ocorreu, no Hall dos Bustos do Supremo Tribunal Federal, a Cerimônia de Entronização do Busto do Ministro Victor Nunes Leal. A aposição do busto[4] foi aprovada após a realização de sessões administrativas, conforme determina o RISTF[5], e aconteceu no momento da celebração do centenário[6] do Ministro Victor Nunes Leal, falecido há quase 30 anos.

4 A confecção do busto, esculpido pelo artista Cícero D`Ávila, correu às expensas do Instituto Victor Nunes Leal (IVNL).

5 RISTF – Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

6 Conforme dispõe o art. 365, § 2º, do RISTF.

Os Ministros Ricardo Lewandowski e Sepúlveda Pertence ressaltaram, em seus discursos, a relevância do Ministro homenageado para a história do País e lembraram a luta que ele travou pela defesa dos direitos democráticos, sendo levado a se aposentar compulsoriamente por esta razão.

Mineiro, Victor Nunes Leal transitou pelos universos do direito, do jornalismo e da política. Ocupou cargos importantes no governo de Juscelino Kubitschek, até ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, em 1960. Nove anos depois, em tempos de ditadura militar, foi aposentado compulsoriamente por meio do Ato Institucional 5 (AI-5). Entre as diversas homenagens concedidas ao Ministro, encontra-se o nome da biblioteca do Supremo, que desde 2001 se chama Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal.

Aposentadoria

Na abertura da sessão plenária do dia 29 de maio de 2014, o Ministro Joaquim Barbosa anunciou sua decisão de se aposentar do cargo de Ministro, antecipando o término de sua gestão na Presidência do Supremo Tribunal Federal, que se encerraria nesse mesmo ano, mas em novembro.

A aposentadoria foi concedida por meio de decreto assinado pela Presidente da República, Dilma Rousseff, e publicado no *Diário Oficial da União* de 31 de julho de 2014.

Indicado pelo ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro Joaquim Barbosa assumiu a cadeira 18, a qual fora ocupada pelo Ministro José Carlos Moreira Alves por 28 anos (1975 a 2003). A cadeira 18 foi criada por força do Ato Institucional 2 (AI-2) e, além do Ministro Moreira Alves, antes somente havia sido ocupada pelo Ministro Oswaldo Trigueiro (1965-1975).

O Ministro Joaquim Barbosa ingressou no Supremo Tribunal Federal em 25 de junho de 2003, tendo sido o primeiro Ministro negro a assumir o mais alto posto da Justiça brasileira.

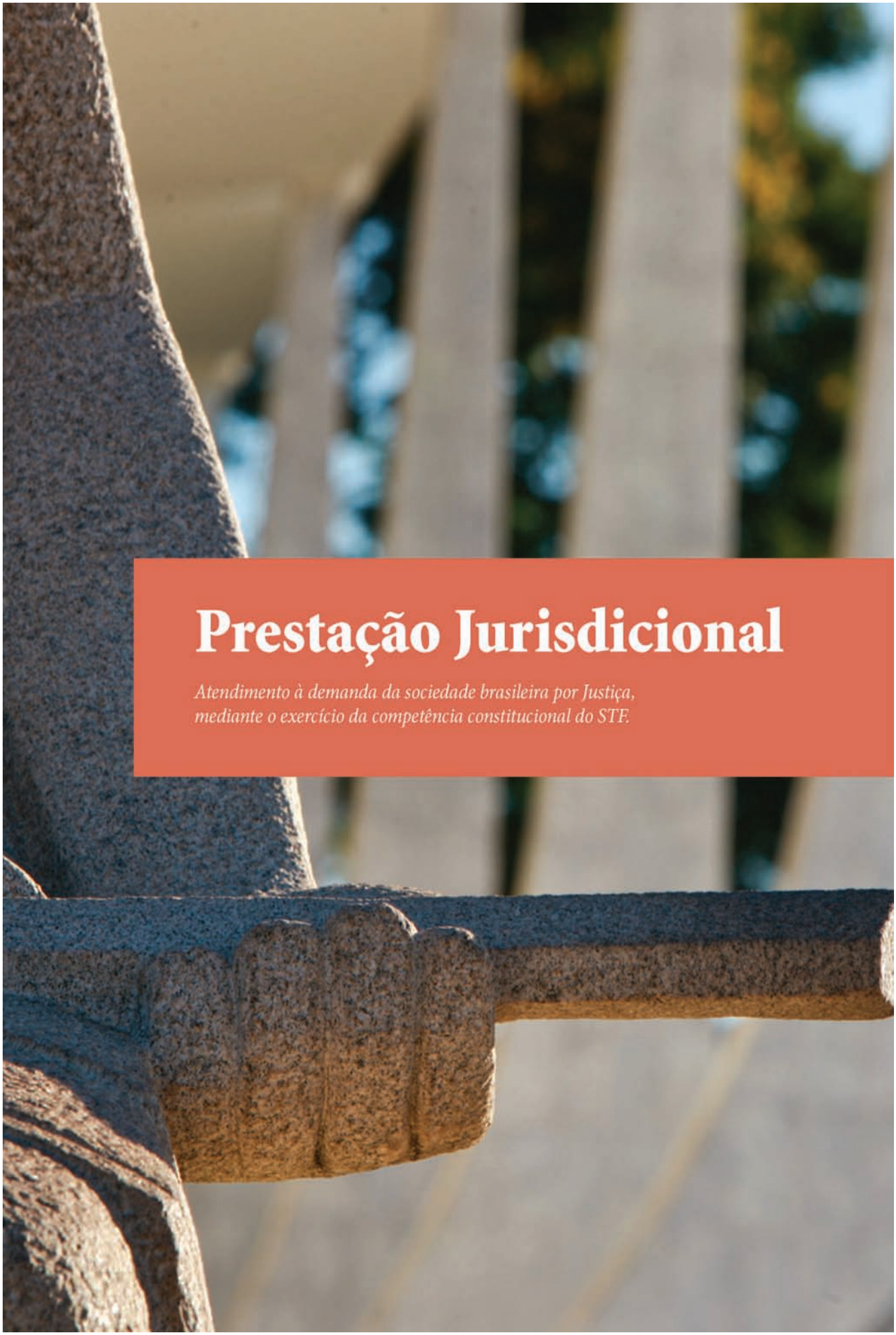
Foi o relator do maior processo em volume já julgado pelo Supremo Tribunal Federal – a AP 470. Foram 53 sessões de julgamento para um processo com 38 réus, 234 volumes, 495 apensos em um total de 50.199 páginas. O julgamento da

AP 470 foi iniciado em 2012 e concluído em 2014[7]. Na ação, foi denunciado um esquema de desvio de recursos públicos para a compra de apoio parlamentar no Congresso Nacional. Inicialmente, foram condenados 25 e absolvidos 12 réus por crimes relacionados a corrupção ativa, corrupção passiva, evasão de divisas, formação de quadrilha, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro e peculato.

Depois de fixada a dosimetria para os condenados, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela execução imediata das penas após a publicação do trânsito em julgado da ação (fase em que não se permite apresentação de novos recursos). Ao final, foram determinadas 24 execuções penais, e criada essa classe processual (EP) no âmbito do Supremo Tribunal Federal, para organizar a dinâmica de cumprimentos das penas de cada um dos condenados.

Mineiro de Paracatu, nascido no dia 7 de outubro de 1954, o Ministro Joaquim Barbosa se afastou do serviço público após quase 41 anos de atividade, dos quais 11 foram dedicados ao Supremo Tribunal Federal. Na sessão plenária de 29 de maio, anunciando formalmente a sua aposentadoria, o Ministro Joaquim Barbosa destacou: "Afasto-me não apenas da Presidência, mas do cargo de Ministro. Tive a felicidade, a satisfação e a alegria de compor esta Corte, no que é talvez o seu momento mais fecundo, de maior criatividade e de importância no cenário político-institucional do nosso país".

7 A AP 470 passou à relatoria do Ministro Roberto Barroso em 17 de junho de 2014, em razão de redistribuição.


Prestação Jurisdicional
Atendimento à demanda da sociedade brasileira por Justiça,
mediante o exercício da competência constitucional do STF.

Prestação jurisdicional pelo STF

Estatísticas e iniciativas para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional

Na sessão plenária de encerramento do Ano Judiciário de 2014[8], realizada no dia 19 de dezembro, o Presidente do Supremo Tribunal Federal destacou a sensível diminuição do acervo[9] global de processos em tramitação no Supremo Tribunal Federal. Em 31 de dezembro de 2014, a redução foi de 15,75%, comparando-se com o resultado do exercício anterior, ainda que em 2014 o ingresso de novas ações no Supremo Tribunal Federal tenha sido 10,90% maior do que no ano anterior. Os dados que serão apresentados até a tabela 16 foram atualizados após o dia 19 de dezembro e se referem a informações publicadas no Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal até 31 de dezembro de 2014.

Tabela 1
Ingresso de novos processos no STF e acervo final

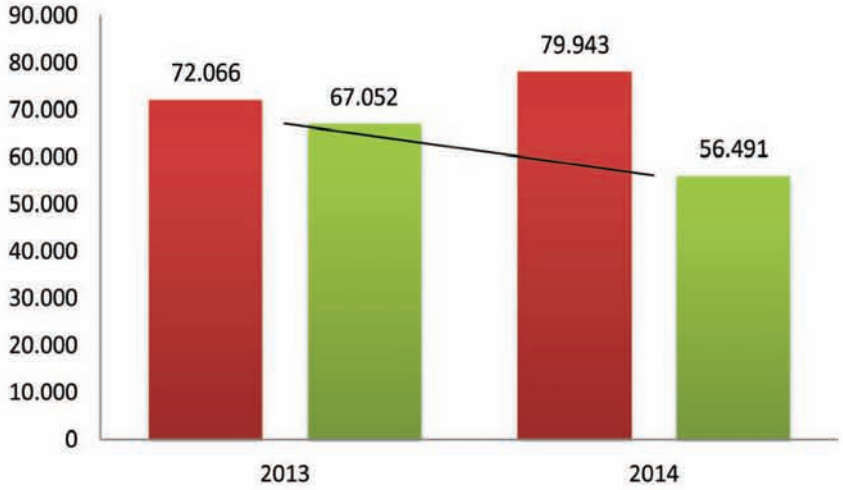
	Novos ingressos	Acervo final
2013	72.066	67.052
2014	79.943	56.491
Diferença	7.877	-10.561
	10,93%	-15,75%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

8 Conforme a Portaria 215/2014, os prazos processuais no Supremo Tribunal Federal foram suspensos no período de 20 de dezembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015 em virtude do recesso forense e das férias dos Ministros. Os prazos voltam a ser contados a partir do dia 2 de fevereiro de 2015, data em que será realizada a sessão solene de abertura do Ano Judiciário, no Plenário do Tribunal. Essa regra está prevista na Lei Complementar 35/1979 (art. 66, § 1º) e também no RISTF (arts. 78, §§ 1º e 2º, e 105).

9 Os dados anunciados em 19 de dezembro de 2014 computavam: 78.110 novos ingressos e 56.053 em acervo final, indicando o acréscimo de 8,36% de novas ações em relação ao exercício de 2013 e redução de 16,41%.

Gráfico 1
Ingresso de novos processos x acervo processual final no STF
Comparativo entre os exercícios de 2013 e 2014



Evolução do acervo processual do Supremo Tribunal Federal

O acervo processual do Supremo Tribunal Federal corresponde ao número de processos em tramitação, identificados em determinada data. Os processos já baixados não são computados nesse cálculo. A tabela 2 e os gráficos 2 e 3 a seguir demonstram a evolução do acervo do Supremo Tribunal Federal nos últimos 5 anos, comparando-se o ingresso de processos originários e recursais:

Tabela 2
Evolução do acervo processual do STF e relação entre as classes originárias e recursais no total do acervo

	2010	2011	2012	2013	2014
Originárias	16.997	18.212	19.659	18.489	15.608
Recursais	73.298	49.183	47.172	48.563	40.883
Total	90.295	67.395	66.831	67.052	56.491
% originárias	19%	27%	29%	28%	28%
% recursais	81%	73%	71%	72%	72%
% total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 2
Evolução do acervo processual do STF

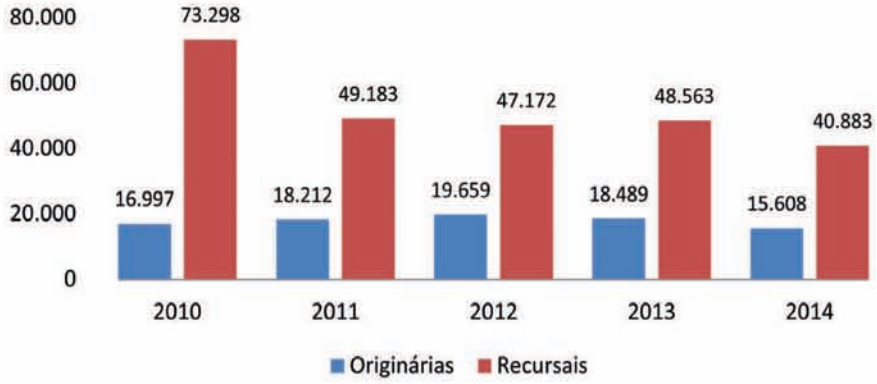
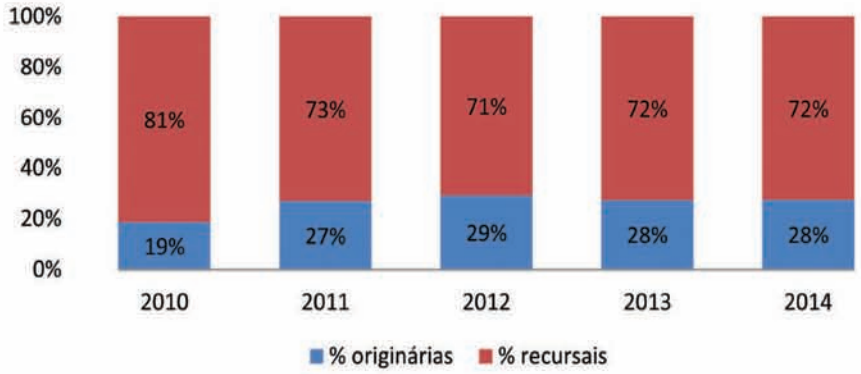


Gráfico 3
Acervo processual do STF
Evolução da participação relativa entre as classes originárias e recursais



A tramitação de processos no Supremo Tribunal Federal é desenvolvida em quatro fases, a saber:

Fase 1 – Recebimento e distribuição

Esta fase é denominada Processamento Inicial e começa com o recebimento e a autuação do processo. O encerramento desta fase não ocorre com o julgamento, mas com a baixa do processo ao arquivo do Supremo Tribunal Federal ou ao juízo ou tribunal de origem. Consideram-se processos recebidos aqueles ajuizados diretamente no Supremo Tribunal Federal (denominados "originários") e também aqueles provenientes de outros juízos ou tribunais (denominados "recursais").

Resultados em 2014 conforme as fases da tramitação processual no âmbito do Supremo Tribunal Federal:

Tabela 3
Recebimento e distribuição de todas as classes

	2010	2011	2012	2013	2014
Recebimento	74.708	63.427	73.464	72.066	79.943
Distribuição	41.014	38.019	46.392	44.170	57.799
% distr./receb.	54,90%	59,94%	63,15%	61,29%	72,30%

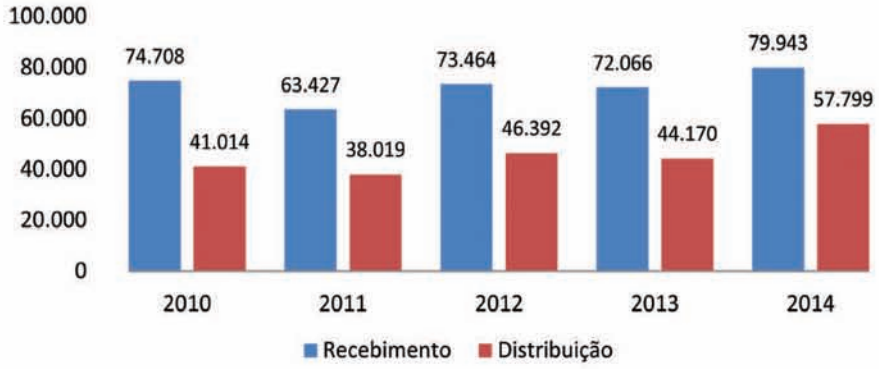
Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Tabela 4
Média anual de distribuição por Ministro do STF[10]

	2010	2011	2012	2013	2014
Média de distribuição por Ministro/ano	4.101	3.802	4.639	4.417	5.780

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 4
Recebimento e distribuição de processos no STF



10 A média corresponde à divisão dos processos na fase "Distribuição" para todos os Ministros, exceto o Ministro Presidente.

Fase 2 – Julgamento

As ações podem ser julgadas monocraticamente (decisão de um Ministro) ou pelo colegiado (decisão de uma das Turmas ou do Plenário). Ademais, um processo pode ter mais de um incidente processual, até o julgamento final.

Após a decisão, pode haver interposição de recurso na forma de: agravo regimental, embargos de declaração, embargos infringentes ou embargos de divergência. Nesse caso, o processo será concluso ao Relator, para nova decisão.

Tabela 5

Acervo inicial do STF, recebimentos, decisões finais e baixa

	2010	2011	2012	2013	2014
Acervo inicial	100.634	90.295	67.395	66.831	67.052
Recebimentos	74.708	63.427	73.464	72.066	79.943
Decisões finais	86.210	80.243	72.185	71.447	92.610
Baixa	85.047	86.327	73.860	71.917	90.164

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 5

Acervo inicial do STF, recebimentos, decisões finais e baixa

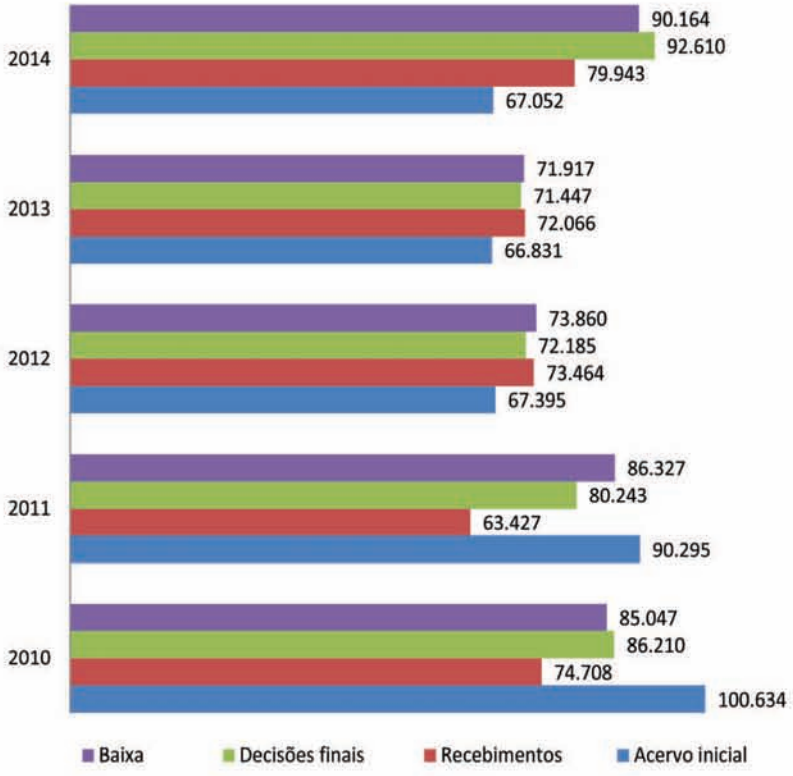


Tabela 6
Quantitativo de decisões por espécie no STF

	2010	2011	2012	2013	2014
Decisão em recurso interno	10.227	11.997	10.684	12.591	15.965
Decisão final	86.210	80.243	72.185	71.447	92.610
Decisão interlocutória	2.803	1.932	1.696	2.527	2.210
Decisão liminar	3.047	2.828	2.976	2.533	2.335
Decisão repercussão geral	139	170	119	110	138
Decisão sobrestamento	7.034	4.899	2.282	806	1.170
Total	109.540	102.169	90.064	90.014	114.428

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 6
Quantitativo de decisões por espécie

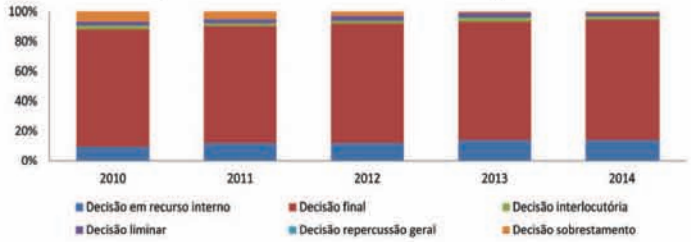


Tabela 7
Quantitativo anual de decisões monocráticas e colegiadas

	2010	2011	2012	2013	2014
Monocrática	98.219	89.074	77.975	75.907	97.358
Colegiada	11.321	13.095	12.089	14.107	17.070
Total	109.540	102.169	90.064	90.014	114.428

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 7
Quantitativo anual de decisões monocráticas e colegiadas do STF

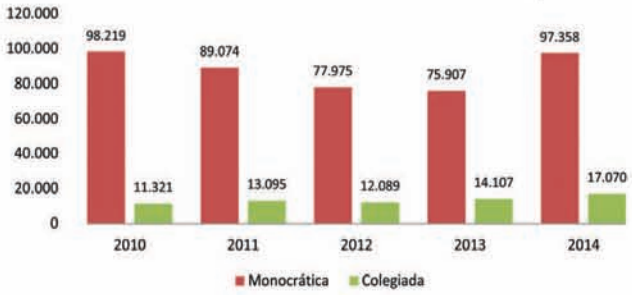


Tabela 8
Decisões monocráticas da Presidência e da Vice-Presidência do STF

	2010	2011	2012	2013	2014
Classe originária	947	1.361	1.224	969	859
Classe recursal	39.601	35.393	27.712	18.447	27.179
Total	40.548	36.754	28.936	19.416	28.038

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Tabela 9
Decisões colegiadas por órgão julgador do STF

	2010	2011	2012	2013	2014
Primeira Turma	3.390	5.470	5.775	5.611	7.467
Segunda Turma	5.399	5.613	5.074	6.047	6.897
Plenário	2.419	1.866	1.129	2.379	2.615
Plenário Virtual	112	146	111	70	91
Total	11.320	13.095	12.089	14.107	17.070

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Tabela 10
Decisões do Plenário do STF

	2010	2011	2012	2013	2014
Controle concentrado (ADI, ADC, ADO e ADPF)	91	115	38	51	181
Criminais	97	63	44	123	82
Demais classes originárias	510	648	256	1.089	958
Classes recursais	1.734	1.039	791	1.116	1.394
Total	**2.432**	**1.865**	**1.129**	**2.379**	**2.615**

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Tabela 11
Taxa de recorribilidade no STF

	2010	2011	2012	2013	2014
Decisões (total)	109.540	102.169	90.064	90.014	114.428
Recursos interpostos	14.406	13.933	13.170	15.049	17.202
Taxa de recorribilidade	13,15%	13,64%	14,62%	16,72%	15,03%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Fase 3 – Comunicações processuais

A fase abrange a publicação das decisões/acórdãos no *Diário de Justiça eletrônico*, as intimações pessoais nos casos previstos na legislação, bem como a expedição de ofícios a órgãos que devam dar cumprimento à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

Em média, a publicação de cada decisão monocrática/acórdão gera a produção de três comunicações (ofícios, mandados e/ou intimações), o que acarreta constante atuação dos advogados e dos entes públicos perante o Supremo Tribunal Federal. Isso se traduz no recebimento de diversas petições.

Até 14 de dezembro de 2014, foram protocoladas no Supremo Tribunal Federal **49.108** petições, e emitidas **17.827** certidões, entre físicas e eletrônicas[11].

Fase 4 – Processamento final

Nesta fase, ocorre a baixa do processo, que é o marco final da tramitação, representando o momento em que se encerram todas as atividades (jurisdicionais e cartorárias) de um processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

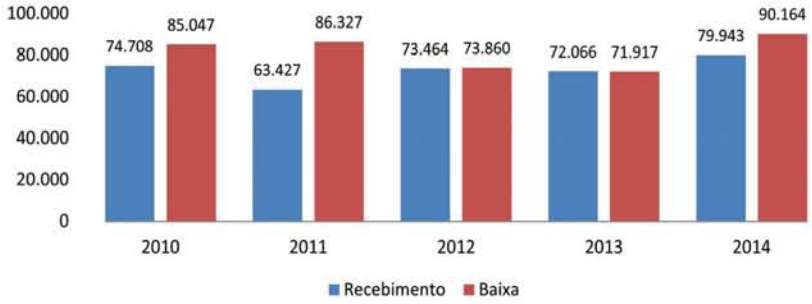
Tabela 12
Recebimento e baixa de processos no STF

	2010	2011	2012	2013	2014
Recebimento	74.708	63.427	73.464	72.066	79.943
Baixa	85.047	86.327	73.860	71.917	90.164
% baixa/recebimento	114%	136%	100,54%	99,79%	112,80%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

11 Fonte: Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 8
Recebimento e baixa de processos no STF



Acervo do Supremo Tribunal Federal em 31 de dezembro de 2014

Tabela 13
Acervo total do STF em 2014

		Quantidade	%	Total	% total
Sem decisão final	Sem nenhuma decisão	21.680	38%	30.873	55%
	Com decisão (exceto decisão final)	9.193	16%		
Com decisão final[12]	Recurso interno pendente	9.299	16%	25.618	45%
	Aguarda providências complementares	16.319	29%		
Total				56.491	100%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 9
Acervo total do STF em 2014

12 Com decisão final: processos que já tiveram decisão final, mas ainda aguardam o julgamento de recurso interno (agravo regimental, embargos de declaração, embargos infringentes ou embargos de divergência) ou a realização de providências complementares, como contagem de prazo, realização de comunicações processuais e publicação de acórdãos.

Tabela 14
Acervo do STF – histórico

	Anteriores a 1990	1990-1999	2000-2006	2007-2011	2012	2013	2014	Total acum.
Recursais	4	188	2.262	7.577	3.254	5.055	22.543	40.883
Originárias	31	312	1.373	5.039	1.644	2.471	4.738	15.608
Total	35	500	3.635	12.616	4.898	7.526	27.281	56.491
% total período/total acum.	0,06%	0,89%	6,43%	22,33%	8,67%	13,32%	48,29%	100%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Conforme demonstrado na tabela a seguir, consideradas as decisões colegiadas e monocráticas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2014, ao todo a Corte prolatou 114.428 decisões, o que corresponde a aumento de 27,12% em comparação com o ano anterior. Foram levados a julgamento do Plenário e do Plenário Virtual o total de 2.706 processos. Desses, 103 constituíam recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida. Cada Ministro do Supremo Tribunal Federal, exceto o Ministro Presidente, recebeu, em média, 5.780 ações em 2014.

Tabela 15
Tramitação processual do STF em 2014

Ano	Processos		Julgamentos		Acórdãos
	Protocolados	Distribuídos	Monocráticos	Colegiados	Publicados
2014	79.943	57.799	97.358	17.070	15.649

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Com o objetivo de aperfeiçoar a eficiência da prestação jurisdicional realizada pelo Tribunal, em 2014 foram adotadas diversas iniciativas – em especial, a edição de normativos – que impactaram na produtividade do Supremo Tribunal Federal.

A título de exemplo, cite-se a Emenda Regimental 49/2014, que transferiu do Plenário para as Turmas o julgamento de: a) ações penais específicas, com a adoção do mesmo modelo existente no Plenário em relação à escolha do relator e do revisor; e b) ações ajuizadas contra atos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Permaneceu na competência do Plenário, entretanto, o julgamento de mandados de segurança impetrados

contra atos do Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República, na condição de Presidentes do CNJ e do CNMP, respectivamente.

Os crimes comuns cometidos por deputados e senadores, bem como os crimes comuns e de responsabilidade atribuídos a ministros de Estado e comandantes das Forças Armadas, membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União e chefes de missões diplomáticas, também passam a ser julgados pelas Turmas do Supremo Tribunal Federal, ressalvada a competência do Plenário em hipóteses específicas.

Essa emenda regimental estabeleceu, ainda, que caberá ao Plenário analisar apenas os mandados de segurança contra atos dos Presidentes da República e das Mesas da Câmara e do Senado Federal, além daqueles impetrados pela União contra atos de governos estaduais ou por um estado contra outro.

Além da Emenda Regimental 49/2014, pode-se elencar, no rol de iniciativas desenvolvidas com foco no aperfeiçoamento da atuação finalística do órgão:

- Resolução 522, de 8 de abril de 2014, que delegou competência à Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal para determinar a devolução ou o encaminhamento de petições protocoladas por advogados ou por órgãos, nos casos em que se referirem a processos já baixados à origem ou que não contiverem na folha de rosto a indicação clara do nome completo das partes, da classe e do número do processo ao qual deveriam se referir.

- Resolução 523, de 2 de maio de 2014, que dispõe sobre a expedição de certidões para fins eleitorais relativas a processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

- Resolução 526, de 22 de maio de 2014, que regulamenta o serviço de atendimento não presencial prestado pelo Supremo Tribunal Federal ao público interno e externo.

- Procedimento Judiciário 9, de 30 de outubro de 2014, que dispõe sobre o plantão da Secretaria Judiciária nos dias úteis, com a edição do Procedimento Judiciário 8, de 17 de outubro de 2014, destinado, exclusivamente, ao atendimento de medidas judiciais urgentes.

- Emenda Regimental 49, de 3 de junho de 2014, que transferiu para as Turmas do Supremo Tribunal Federal a competência para julgamento das ações penais, com algumas exceções.

- Resolução 536, de 16 de outubro de 2014, que trouxe medidas para tornar a publicação de acórdãos mais célere.

- Realização de forças-tarefas, uma das quais destinada a "zerar" o estoque na etapa de distribuição e outra voltada à simplificação dos fluxos de trabalhos, a fim de tornar mais rápido o processamento inicial dos feitos e de evitar novos acúmulos.

Das ações elencadas, é de se destacar no exercício de 2014 a publicação da Resolução 536, de 16 de outubro, que teve como objetivo contribuir para a garantia da razoável duração do processo, com foco no cumprimento do prazo regimental de 60 dias para a publicação dos acórdãos.

Com a edição da Resolução 536/2014, nos casos em que os Ministros não solicitem prorrogação do prazo regimental, o acórdão será publicado com a transcrição do que tiver sido dito em Plenário, resguardando-se aos Gabinetes dos Ministros a possibilidade de solicitar à Presidência do Supremo Tribunal Federal a prorrogação do prazo por mais 60 dias, mediante justificativa.

A publicação das decisões é necessária para que seja dado cumprimento às decisões e as partes possam exercer o direito de recorrer delas. Além disso, é com a publicação que os precedentes se formalizam para uso pelas demais instâncias.

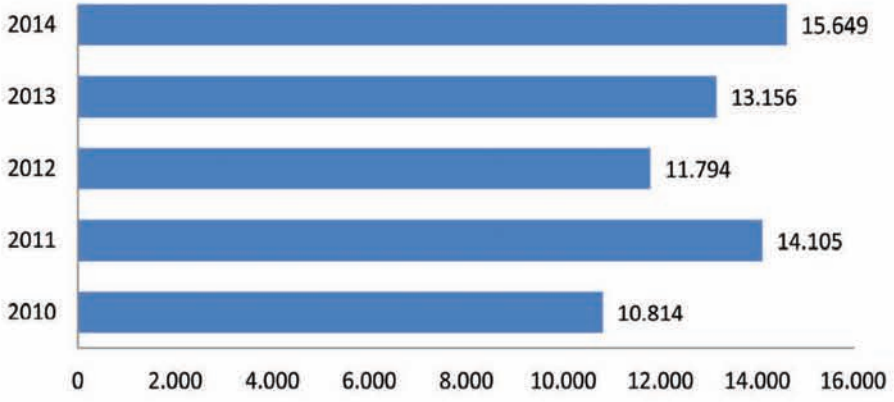
Conforme indicado no gráfico a seguir, em 2014 houve crescimento do número de acórdãos publicados em relação aos quatro exercícios anteriores:

Tabela 16
Quantitativo anual de acórdãos publicados pelo STF

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Quantitativo	10.814	14.105	11.794	13.156	15.649

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 10
Quantitativo anual de acórdãos publicados pelo STF



Aprimoramento dos sistemas de processamento eletrônico-judicial

Desde o advento da Lei 11.419, de 11 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, o Supremo Tribunal Federal tem promovido contínuas melhorias para aprimorar os sistemas de processamento eletrônico-judicial. Das ações implantadas em 2014, destacam-se:

Tabela 17
Melhorias nos sistemas de processamento eletrônico-judicial em 2014

Projeto	Melhoria
PORT-17 – alteração do relatório de processos enviados à Procuradoria-Geral da República	Alteração do relatório de processos eletrônicos encaminhados à Procuradoria-Geral da República via *webservice*, para adequação aos casos de processos físicos convertidos em eletrônicos.
PROCJUD-645 – projeto de integração	1. Alteração no INTEROP, para identificar pelo número único apenas o processo ativo na "reautuação".
	2. Definição de que a baixa no processamento deverá bloquear a baixa para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) quando a origem foi modificada no Supremo Tribunal Federal.
	3. Devolução de processos pelo registro simplificado: o sistema deve emitir uma mensagem na qual informe que o processo está sendo baixado para procedência distinta da que foi enviada quando o deslocamento inicial não for do STJ.
	4. Alteração no sistema Processamento Inicial para "copiar" o número único na retificação/reautuação.
	5. "Marcação" de todas as peças externas como "lidas/baixadas", para diminuir passivo de processos eletrônicos com problemas para gerar o andamento "recebido na origem".
	6. Geração de relatório de processos com devoluções de peças internas já baixadas e andamento de "recebido na origem" não lançado.
	7. Geração de relatório de processos eletrônicos de origem no STJ que possuam mais de uma origem desse órgão e ainda não tenham sido devolvidos.

Projeto	Melhoria
PROCJUD-645 – projeto de integração	8. Geração de novos avisos de processos eletrônicos da Justiça Federal do Rio Grande do Sul para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região/RS/1ª Turma Recursal.
	9. Atualização dos assuntos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que ainda não existam no cadastro de assuntos do STF e no *SmartClient*.
	10. Melhorias na operação de reenvio de processos.
	11. Melhorias na operação de envio complementar de peças.
	12. Alteração da regra para que o lançamento do andamento "processo recebido na origem" seja executado após a leitura do aviso de baixa ou devolução e o *download* da certidão de baixa ou devolução.
	13. Aumento da quantidade de avisos listados no INTEROP, de 100 para 500.
	14. Não disponibilização de avisos lidos ou não lidos que estejam vinculados a andamentos tornados indevidos.
PROCJUD-659 – consulta guia de deslocamento com *link*	Inclusão de *link* para a consulta processual nas guias de deslocamento do sistema eSTF-Processamento.
PROCJUD-660	Alterações na tramitação da classe processual execução penal (EP).
PROCJUD-671 – peticionamento V3 – advogados	Simplificação do peticionamento para advogados (em homologação).
PROCJUD-683 – sistema eSTF-Gabinete	Criação de tela para apresentação de processos reautuados / retificados / rejeitados / devolvidos / autuação cancelada.
PROCJUD-692 – modificação do sistema eSTF-Gabinete	Modificação para tornar opcional a visualização de processos "devolvidos" e de "autuação cancelada".
PROCJUD-695 – alteração do sistema Inteiro Teor de Acórdãos	Alteração para que, na existência de documento com revisão de aparte, o sistema busque, para a formação do inteiro teor do acórdão, o PDF do último documento assinado eletronicamente no grupo de textos iguais.
PROCJUD-724 – eJud – consulta processual	Emissão de relatório acerca dos processos de determinada parte.

Além das ações elencadas, o Supremo Tribunal Federal envidou esforços para a aplicação de súmulas vinculantes e o julgamento de temas sobre repercussão geral, mecanismos criados pela Emenda Constitucional 45/2004 e destinados a dar maior vazão aos processos que tramitam na Corte.

Súmula vinculante

No ano de 2014, foram aprovadas 5 súmulas vinculantes[13], listadas a seguir:

SÚMULA VINCULANTE 37

Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

SÚMULA VINCULANTE 36

Compete à Justiça Federal comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Amador (CHA), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil.

SÚMULA VINCULANTE 35

A homologação da transação penal prevista no art. 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de renúncia ou requisição de inquérito policial.

SÚMULA VINCULANTE 34

A Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho (GDASST), instituída pela Lei 10.483/2002, deve ser estendida aos inativos no valor correspondente a 60 (sessenta) pontos, desde o advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004, quando tais inativos façam jus à paridade constitucional (Emendas Constitucionais 20/1998, 41/2003 e 47/2005).

13 Criada em 2004, pela Emenda Constitucional 45, com o objetivo de acelerar a tramitação de processos judiciais e evitar o acúmulo de processos sobre questões idênticas já pacificadas no Supremo, a Súmula Vinculante cria obrigação para que as demais instâncias do Poder Judiciário brasileiro sigam o entendimento do Supremo Tribunal Federal. Uma súmula vinculante pode ser criada quando há jurisprudência consolidada sobre determinado tema. Para visualizar todas as súmulas vinculantes aprovadas até 2014, acesse <www.stf.jus.br/jurisprudência/sumulas vinculantes>.

SÚMULA VINCULANTE 33

Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o art. 40, § 4º, III, da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.

A primeira súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal data de maio de 2007. A tabela a seguir mostra o quantitativo de súmulas editadas pelo Supremo Tribunal Federal até 2014:

Tabela 18
Quantitativo de súmulas vinculantes editadas pelo STF no período de 2007 a 2014

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Quantitativo	3	10	14	3	1	0	0	5

Fonte: Portal do STF/Jurisprudência/Súmulas Vinculantes.

Repercussão geral

A Emenda Constitucional 45/2004 incluiu a necessidade de a questão constitucional suscitada nos recursos extraordinários possuir repercussão geral para que seja analisada pelo Supremo Tribunal Federal. O instituto foi regulamentado mediante alterações no Código de Processo Civil e no RISTF.

São finalidades do instituto da repercussão geral:

- Delimitar a competência do Supremo Tribunal Federal, no julgamento de recursos extraordinários, às questões constitucionais com relevância social, política, econômica ou jurídica, que transcendam os interesses subjetivos da causa.

- Uniformizar a interpretação constitucional sem exigir que o Supremo Tribunal Federal decida múltiplos casos idênticos sobre a mesma questão constitucional.

As características do instituto demandam comunicação mais direta entre os órgãos do Poder Judiciário, principalmente no compartilhamento de informações sobre os temas em julgamento e feitos sobrestados e na sistematização das decisões e das ações necessárias à plena efetividade e à uniformização de procedimentos.

Nesse sentido, a sistematização de informações destina-se a auxiliar na padronização de procedimentos no âmbito do Supremo Tribunal Federal e dos demais órgãos do Poder Judiciário, de forma a atender os objetivos da reforma constitucional e a garantir a racionalidade dos trabalhos e a segurança dos jurisdicionados.

A preliminar de repercussão geral é analisada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, por meio de sistema informatizado, com votação eletrônica, sem necessidade de reunião física dos membros do Tribunal. Para recusar a análise de um recurso extraordinário, são necessários pelo menos 8 votos. Se esse número não for atingido, o tema deverá ser julgado pela Corte. Depois de o Relator do recurso lançar no sistema sua manifestação sobre a relevância do tema, os demais Ministros têm 20 dias para votar. As abstenções nessa votação são consideradas favoráveis à ocorrência de repercussão geral na matéria.

Uma vez constatada a existência de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal analisa o mérito da questão. A decisão proveniente dessa análise será aplicada posteriormente em casos idênticos pelas demais instâncias do Poder Judiciário.

Dos 785 temas analisados até 2014, 242 tiveram repercussão geral negada e 543 reconhecida. Destas, 230 tiveram o mérito julgado. Em 2014, foram julgados 103 temas com repercussão geral (RG), dos quais 60 foram reconhecidos e 43 foram negados. Nas tabelas 19 e 20, a seguir, encontra-se detalhado o número correspondente a cada tema julgado, sua descrição e a data do julgamento em 2014.

Tabela 19
Relação dos temas com repercussão geral julgados em 2014 pelo STF
– Situação: mérito julgado –

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
18	Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios.	30/10/2014
29	Vício de iniciativa de lei municipal, proposta pelo Poder Legislativo local, que veda a contratação de parentes de primeiro e segundo grau do prefeito e vice-prefeito para ocuparem cargos comissionados.	11/12/2014
31	Exigência de garantia real ou fidejussória para impressão de documentos fiscais de contribuintes inadimplentes.	29/5/2014
82	Legitimidade de entidade associativa para promover execuções, na qualidade de substituta processual, independentemente da autorização de cada um de seus filiados.	14/5/2014
84	Exclusão do valor dos descontos incondicionais da base de cálculo do IPI.	4/9/2014
129	Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.	17/12/2014

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
136	a) Cabimento de ação rescisória que visa desconstituir julgado com base em nova orientação da Corte. b) Creditamento de IPI pela aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.	22/10/2014
156	Extensão da verba de incentivo de aprimoramento à docência prevista no art. 3º da Lei Complementar 159/2004 do estado de Mato Grosso a professores inativos.	22/8/2014
166	Contribuição, a cargo da empresa, incidente sobre 15% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços desenvolvidos por cooperativas.	23/4/2014
177	Revogação, por medida provisória, da isenção da contribuição para o PIS e para a Cofins concedida às sociedades cooperativas.	6/11/2014
224	Imunidade tributária recíproca do responsável tributário por sucessão.	5/6/2014
277	Desvinculação do produto de arrecadação de contribuições sociais da União por emenda constitucional.	13/11/2014
278	a) Sujeição da contribuição ao PIS ao princípio da anterioridade nonagesimal. b) Contagem do prazo nonagesimal para fins de majoração de alíquota estabelecida por ocasião da conversão de medida provisória em lei.	12/2/2014
279	Natureza das Leis 2.123/1993 e 4.069/1962, que garantem aos procuradores federais direito a férias de 60 dias por ano.	20/11/2014
297	Incidência do ICMS na importação de mercadoria por meio de arrendamento mercantil internacional.	11/9/2014
299	Aproveitamento integral de créditos do ICMS pago na operação antecedente em hipóteses de redução parcial da base de cálculo na operação subsequente.	16/10/2014
308	Efeitos trabalhistas decorrentes de contratação, pela administração pública, de empregado não submetido à prévia aprovação em concurso público.	28/8/2014
315	Aumento de vencimentos e extensão de vantagens e gratificações pelo Poder Judiciário e pela administração pública.	28/8/2014
323	Incidência do PIS sobre os atos cooperativos próprios.	6/11/2014
344	Incidência de contribuição previdenciária sobre a participação nos lucros da empresa.	30/10/2014

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
350	Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário.	3/9/2014
368	Incidência do imposto de renda de pessoa física sobre rendimentos percebidos acumuladamente.	23/10/2014
374	Aplicação do art. 109, § 2º, da Constituição Federal aos entes da administração indireta.	20/8/2014
376	Cláusulas de barreira ou afunilamento em concurso público.	19/2/2014
402	Imunidade tributária recíproca quanto à incidência de ICMS sobre o transporte de encomendas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).	12/11/2014
432	Imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação à contribuição para o PIS.	13/2/2014
471	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de interesses de beneficiários do DPVAT.	7/8/2014
476	Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório, pela aplicação da teoria do fato consumado.	7/8/2014
480	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre proventos percebidos em desacordo com o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.	2/10/2014
494	Limites objetivos da coisa julgada em sede de execução.	24/9/2014
511	Compensação de débitos tributários com Requisições de Pequeno Valor (RPV).	23/10/2014
514	Aumento da carga horária de servidores públicos, sem a devida contraprestação remuneratória.	30/10/2014
522	Contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, para fins de concessão de aposentadoria.	1º/10/2014
524	Aposentadoria integral de servidor portador de doença grave não especificada em lei.	22/8/2014
528	Recepção, pela CF/1988, do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para trabalhadora mulher antes do serviço extraordinário.	27/11/2014
555	Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI) como fator de descaracterização do tempo de serviço especial.	9/12/2014
569	Concurso público para a contratação de empregados por pessoa jurídica que integra o chamado "Sistema S".	17/9/2014

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
602	Extensão, a servidores aposentados e pensionistas, dos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos do extinto DNER no Plano Especial de Cargos do DNIT.	28/8/2014
608	Prazo prescricional aplicável à cobrança de valores não depositados no FGTS.	13/11/2014
612	Constitucionalidade de lei municipal que dispõe sobre as hipóteses de contratação temporária de servidores públicos.	11/4/2014
615	Constitucionalidade da cobrança de ICMS, pelo estado de destino, com base no Protocolo ICMS 21/2011 do Confaz, nas operações interestaduais de vendas de mercadorias a consumidor final, realizadas de forma não presencial.	17/9/2014
644	Imunidade tributária recíproca quanto ao IPTU incidente sobre imóveis de propriedade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).	15/10/2014
652	Possibilidade de nomeação de membro do Ministério Público Especial para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas estadual, ainda que a vaga devesse ser reservada à escolha da Assembleia Legislativa, a fim de se garantir a representatividade do Ministério.	22/8/2014
664	Extensão da GDATFA aos servidores inativos no mesmo patamar pago aos servidores em atividade. Fixação do termo final dessa equiparação.	11/12/2014
678	Incidência da inelegibilidade prevista no art. 14, § 7º, da Constituição Federal e na Súmula Vinculante 18, nos casos em que a dissolução da sociedade conjugal ocorre em razão da morte, durante o curso do mandato, do cônjuge anteriormente eleito.	22/5/2014
712	Possibilidade, em caso de condenação pelo delito de tráfico de drogas, de valoração da quantidade e da natureza da droga apreendida, tanto para a fixação da pena-base quanto para a modulação da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006.	4/4/2014
713	Necessidade de representação da ofendida, como condição de procedibilidade da ação penal, em caso de crime de lesão corporal praticado contra a mulher no âmbito doméstico e familiar.	4/4/2014
721	Constitucionalidade de taxa cobrada em razão da expedição de guias de recolhimento de tributos.	18/4/2014

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
722	Competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de dirigente de sociedade de economia mista federal.	25/4/2014
724	Promoção ao oficialato dos militares anistiados que integraram os quadros de praças.	2/5/2014
727	Definição da legitimidade passiva *ad causam* e, portanto, da competência para julgar o mandado de injunção impetrado por servidores públicos municipais, estaduais e distritais em que se pretende a declaração de mora legislativa para edição da lei complementar relativa à disciplina da aposentadoria especial de servidor público, a que alude o § 4º do art. 40 da Constituição Federal.	16/5/2014
728	Constitucionalidade dos índices de correção monetária aplicados para reajustar os benefícios previdenciários nos anos de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.	23/5/2014
737	Possibilidade de vinculação de pensões e de proventos de aposentadoria de servidores públicos efetivos com subsídios de agentes políticos.	30/5/2014
738	Necessidade de registro na Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) e do pagamento de anuidades à referida autarquia para o exercício da profissão de músico.	6/6/2014
148	Individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública.	24/9/2014
748	Constitucionalidade do art. 31 da Lei 8.880/1994, que previu indenização adicional equivalente a 50% da última remuneração recebida pelo empregado no caso de demissão sem justa causa durante o período de vigência da URV.	13/6/2014
755	Possibilidade de fracionamento da execução pecuniária contra a Fazenda Pública, para que parte do valor devido seja pago antes do trânsito em julgado, mediante complemento positivo.	9/8/2014
768	Possibilidade de execução das decisões de condenação patrimonial proferidas pelos Tribunais de Contas por iniciativa do Ministério Público, atuante ou não junto às Cortes de Contas, seja federal, seja estadual.	3/10/2014
771	Constitucionalidade da redução dos valores de indenização do seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007.	23/10/2014
772	Possibilidade de conversão de tempo de serviço especial prestado na atividade de magistério em tempo de serviço comum, após a Emenda Constitucional 18/1981.	3/10/2014

Tabela 20
Relação dos temas com repercussão geral julgados em 2014 pelo STF
– Situação: repercussão geral negada –

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
701	Possibilidade de extensão, aos trabalhadores rurais, do seguro-desemprego concedido aos pescadores artesanais pela Lei federal 10.779/2003 (seguro-defeso).	28/2/2014
702	Incidência do adicional por tempo de serviço (quinquênio) sobre a integralidade dos vencimentos de servidor público.	28/2/2014
706	Possibilidade de concessão da Gratificação de Atividade de Ensino Especial (GAEE), prevista na Lei distrital 4.075/2007, aos professores da rede pública que lecionam disciplinas para turmas mistas, que incluem um ou alguns alunos portadores de necessidades educativas especiais.	14/3/2014
710	Possibilidade de o Poder Judiciário determinar o cumprimento de lei complementar estadual que, sem prévia dotação orçamentária, concedeu reajuste salarial a servidores públicos.	4/4/2014
711	Possibilidade de percepção, por servidor público de universidade estadual, da denominada Vantagem Promoção (VPRO), referente a período retroativo no qual a regulamentação da gratificação permaneceu suspensa.	4/4/2014
714	Concessão de isenção do ICMS na aquisição de veículos automotores por portadores de deficiência física não elencada na legislação estadual correlata.	4/4/2014
715	Limites territoriais da eficácia de decisão prolatada em ação coletiva.	4/4/2014
716	Possibilidade de limitação à liberdade de expressão artística e de imprensa, no tocante às publicações destinadas ao público adulto, em face do princípio do sentimento religioso.	11/4/2014
717	Possibilidade de regularização da situação funcional de servidor da Polícia Federal nomeado por força de decisão judicial e após aprovação em curso de formação, independentemente do resultado final da ação judicial que lhe garantiu continuidade no certame.	11/4/2014
718	Controvérsia acerca da natureza jurídica de reajuste concedido a servidores públicos, se revisão geral anual ou reestruturação da carreira, para fins de repercussão sobre as Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas (VPNI).	11/4/2014

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
719	Possibilidade de emprestar o caráter de revisão geral anual à vantagem pecuniária individual concedida a servidores públicos federais pela Lei 10.698/2003.	18/4/2014
720	Incidência do imposto de renda sobre os valores recebidos por servidor público a título de horas de sobreaviso.	18/4/2014
726	Montante da complementação de pensão devida aos pensionistas de ex-ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA).	16/5/2014
729	Incidência do imposto de renda sobre os valores recebidos a título de Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN).	23/5/2014
730	Base de cálculo de vantagem devida a servidores públicos em razão da prestação de serviços em regime de plantão e de sobreaviso.	23/5/2014
731	Possibilidade de obtenção de quitação eleitoral mediante mera apresentação das contas de campanha, ainda que não aprovadas.	23/5/2014
734	Retroatividade de lei posterior mais benéfica quanto à sanção de natureza administrativa aplicada em decorrência da prática de infração de trânsito.	30/5/2014
735	Direito à nomeação de candidato aprovado em concurso público em face de posteriores contratações temporárias, nas hipóteses em que não fica comprovada a preterição.	30/5/2014
740	Competência para processar e julgar causas relativas a prestações por parte da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), oferecida pela Petrobras a seus empregados e respectivos dependentes.	6/6/2014
741	Validade da exigência do INSS de prévio agendamento para o atendimento de advogados e da restrição a um único requerimento de benefício previdenciário por atendimento.	13/6/2014
742	Estipulação legal de valor mínimo para a propositura de execuções fiscais referentes a contribuições devidas aos conselhos profissionais.	13/6/2014
746	Equiparação do valor do auxílio-alimentação pago aos servidores públicos da Justiça Federal de Santa Catarina ao valor percebido por outros servidores públicos federais, tomado como paradigma.	13/6/2014

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
747	Cabimento de reclamação para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) por alegada usurpação de sua competência por Tribunal de Justiça estadual.	13/6/2014
749	Possibilidade de aplicação de índices negativos para fins de correção monetária do valor devido a título de verba salarial.	20/6/2014
750	Incorporação do Adicional de Local de Exercício (ALE) aos vencimentos dos policiais militares do estado de São Paulo.	20/6/2014
751	Possibilidade de cálculo proporcional do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho (GDASST) nos casos de aposentadoria proporcional.	27/6/2014
752	Legitimidade do consumidor final para propor ação de repetição de indébito tributário relativo a valores do ICMS incidente sobre a demanda contratada de energia elétrica.	2/8/2014
753	Incorporação do valor integral da Gratificação de Atividade Policial (GAP) ao salário-base dos policiais militares do estado de São Paulo.	2/8/2014
759	Incidência de contribuição previdenciária sobre a verba recebida por empregado a título de aviso prévio indenizado.	5/9/2014
760	Competência da Justiça Federal comum para processar e julgar causas em que se discute o direito de servidores estatutários do extinto Departamento de Correios e Telégrafos optantes pelo regime celetista à percepção de quinquênios completados anteriormente.	12/9/2014
762	Validade de norma coletiva de trabalho que fixa limite ao pagamento de horas *in itinere* inferior à metade do que seria devido em relação ao tempo efetivamente gasto pelo trabalhador no trajeto até o local do serviço.	12/9/2014
764	Possibilidade de servidores que passaram a integrar quadro especial em extinção receberem reajustes remuneratórios de acordo a Lei estadual 13.444/2010.	26/9/2014
765	Absorção da parcela remuneratória denominada Vencimento Básico Complementar (VBC), prevista na Lei 11.091/2005, que estruturou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos da Educação (PCCTAE).	26/9/2014
766	Verificação dos requisitos legais necessários para concessão de benefício previdenciário.	26/9/2014

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
767	Extensão do adicional noturno a professores públicos estaduais, na forma em que foi previsto no estatuto dos servidores públicos civis do estado.	26/9/2014
769	Restituição de valores referentes à parcela denominada comissão de corretagem cobrada de consumidor que adquire imóvel diretamente de construtora ou de incorporadora.	3/10/2014
770	Possibilidade de condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios nas execuções não embargadas, nos casos em que a parte exequente renuncia aos valores excedentes a quarenta salários mínimos, a fim de possibilitar o pagamento por meio de requisição.	3/10/2014
773	Incidência de contribuição previdenciária sobre a Gratificação Especial de Localidade (GEL), transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).	10/10/2014
776	Regulamentação do pagamento de adicional noturno para servidor público estadual.	31/10/2014
780	Legitimidade do conhecimento de ofício da incompetência para o julgamento de execução fiscal na hipótese de inobservância do art. 578 do Código de Processo Civil.	21/11/2014
783	Possibilidade de arbitramento de honorários advocatícios no curso de execução provisória.	21/11/2014
785	Possibilidade de adesão ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) após a formalização de contrato de financiamento estudantil com o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES).	12/12/2014
787	Validade da aplicação da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos depósitos efetuados na conta vinculada ao FGTS.	12/12/2014

Julgamentos em destaque

Abaixo, encontram-se relacionados os julgamentos do Supremo Tribunal Federal que foram destaque no ano de 2014. Para a identificação do julgamento de maior destaque no mês, utilizou-se como critério o interesse da sociedade, indicado pela quantidade de acessos no sistema de busca de notícias no Portal do STF.

Tabela 21
Julgamentos em destaque em 2014 mensalmente conforme acessos no Portal do STF

Data do julgamento	Portal STF – Notícia	Processo relacionado	Nº de acessos
19/2/2014	Supremo Tribunal Federal decide que cláusula de barreira em concurso público é constitucional.	RE 635.739	35.904
26/3/2014	Lei mineira que efetivou professores sem concurso é inconstitucional.	ADI 4.876	37.965
9/4/2014	Aprovada súmula vinculante sobre aposentadoria especial de servidor público.	PSV 45	65.774
23/4/2014	Supremo Tribunal Federal declara inconstitucional contribuição sobre serviços de cooperativas de trabalho.	RE 595.838	22.642
28/7/2014	Supremo Tribunal Federal julga 18 temas de repercussão geral no primeiro semestre.	Diversos	17.897
27/8/2014	Ação judicial sobre concessão de benefício deve ser precedida de requerimento ao INSS.	RE 631.240	30.766
17/9/2014	Entidade do "Sistema S" não está obrigada a realizar concurso.	RE 789.874	17.658
16/10/2014	Supremo Tribunal Federal aprova 4 novas súmulas vinculantes.	PSV 19, 68, 86 e 88	37.888
13/11/2014	Prazo prescricional para cobrança de valores referentes ao FGTS é de 5 anos.	ARE 709.212	54.730
4/12/2014	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) pode afastar aposentadoria especial.	ARE 664.335	19.686

Fonte: Secretaria de Comunicação Social do STF.

Breve descrição dos julgados[14]

RE 635.739

O Supremo Tribunal Federal considerou constitucional a utilização da regra de barreira em concursos públicos. Por unanimidade, o Plenário deu provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 635.739, com repercussão geral, interposto pelo estado de Alagoas contra acórdão do Tribunal de Justiça estadual (TJAL). O acórdão recorrido declarara a inconstitucionalidade de norma de edital que previa a eliminação de candidato que, mesmo tendo obtido nota mínima suficiente para aprovação, não foi incluído entre os candidatos classificados em posições correspondentes ao dobro do número de vagas oferecidas. O entendimento do Supremo Tribunal Federal deve ser aplicado em casos análogos que estão com a tramitação suspensa em outros tribunais.

ADI 4.876

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu pela procedência parcial da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.876, para declarar a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar 100/2007, de Minas Gerais. De acordo com o processo, ajuizado pelo Procurador-Geral da República, a lei impugnada promoveu a investidura de profissionais da área de educação em cargos públicos efetivos sem a realização de concurso público, contrariando o art. 37, II, da Constituição Federal. A Corte seguiu o voto do Relator da matéria, Ministro Dias Toffoli, que propôs a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, nos termos do art. 27 da Lei 9.868/1999 (Lei das ADIs), de forma a preservar a situação dos servidores já aposentados, bem como daqueles que preenchessem ou viessem a preencher, até a data de publicação da ata do julgamento, os requisitos para a aposentadoria. A decisão também não atingiu os ocupantes de cargos efetivos aprovados em concurso público. Foi excepcionada, ainda, a estabilidade adquirida pelos servidores, de acordo com o art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Esse dispositivo considerou estáveis no serviço público os servidores civis da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, da administração direta, indireta, fundacional e autárquica em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos 5 anos continuados e que não tivessem sido admitidos na forma do art. 37 da CF/1988. Em relação aos cargos abrangidos pela lei mineira e para os quais não houvesse concurso público em andamento ou com prazo de validade ainda em curso, a Corte deu efeito prospectivo à decisão, para que produzisse efeitos somente a partir de 12 meses contados da publicação da ata do julgamento. Quanto aos cargos para os quais houvesse concurso em andamento ou dentro do prazo de validade, a decisão surtiu efeitos imediatos.

14 Descrição elaborada com base nas notícias divulgadas no Portal do STF em 2014.

PSV 45

O Plenário do Supremo Tribunal Federal aprovou, por unanimidade, a Proposta de Súmula Vinculante (PSV) 45. A proposta prevê que, até a edição de lei complementar que regulamente norma constitucional sobre a aposentadoria especial de servidor público, deverão ser seguidas as normas vigentes para os trabalhadores sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social. O verbete refere-se apenas à aposentadoria especial em decorrência de atividades exercidas em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física dos servidores. Quando publicada, esta será a 33ª súmula vinculante da Suprema Corte. O verbete foi proposto pelo Ministro Gilmar Mendes em decorrência da quantidade de processos sobre o mesmo tema recebidos pelo Supremo Tribunal Federal nos últimos anos. Na maior parte dos casos, os processos suscitam decisões semelhantes em favor dos servidores. Segundo levantamento apresentado pelo Ministro Teori Zavascki durante a sessão, de 2005 a 2013 o Tribunal recebeu 5.219 mandados de injunção – ação que pede a regulamentação de norma da Constituição em caso de omissão dos Poderes competentes –, dos quais 4.892 referiam-se especificamente à aposentadoria especial de servidores públicos, prevista no art. 40, § 4º, III, da Constituição Federal.

RE 595.838

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, deu provimento a recurso e declarou a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei 8.212/1991 (art. 22, IV) que prevê contribuição previdenciária de 15% incidente sobre o valor de serviços prestados por meio de cooperativas de trabalho. A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 595.838, com repercussão geral reconhecida, no qual uma empresa de consultoria questiona a tributação. A Lei 9.876/1999, que inseriu a cobrança na Lei 8.212/1991, revogou a Lei Complementar 84/1996, na qual se previa a contribuição de 15% sobre os valores distribuídos pelas cooperativas aos seus cooperados. No entendimento do Tribunal, ao transferir o recolhimento da cooperativa para o prestador de serviço, a União extrapolou as regras constitucionais referentes ao financiamento da seguridade social.

Diversos

Os temas de repercussão geral julgados em 2014 estão elencados nas Tabelas 19 e 20 do presente relatório.

RE 631.240

O Plenário do Supremo Tribunal Federal deu parcial provimento ao RE 631.240, com repercussão geral reconhecida, em que o INSS defendia a exigência de prévio requerimento administrativo antes de o segurado recorrer à Justiça para a concessão de benefício previdenciário. Por maioria de votos, o Plenário acompanhou o Relator, Ministro Roberto Barroso, no entendimento de que a exigência não fere a garantia de livre acesso ao Judiciário, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, pois, sem pedido administrativo anterior, não fica caracterizada lesão ou ameaça de direito.

RE 789.874

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que o Serviço Social do Transporte (SEST) não está obrigado a realizar concurso público para a contratação de pessoal. O Relator do RE 789.874, Ministro Teori Zavascki, sustentou que as entidades que compõem os serviços sociais autônomos, por possuírem natureza jurídica de direito privado e não integrarem a administração indireta, não estão sujeitas à regra prevista no art. 37, II, da Constituição Federal, mesmo que desempenhem atividades de interesse público em cooperação com o Estado. O recurso teve repercussão geral reconhecida, e a decisão do Supremo Tribunal Federal vai impactar pelo menos 57 processos com o mesmo tema que estão sobrestados (suspensos). O recurso extraordinário foi interposto pelo Ministério Público do Trabalho contra acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, sob a alegação de que os serviços sociais autônomos, integrantes do chamado "Sistema S", deveriam realizar processo seletivo para contratação de empregados, com base em critérios objetivos e impessoais. A justificativa é que se trata de pessoas jurídicas de criação autorizada por lei que arrecadam contribuições parafiscais de recolhimento obrigatório, na forma do art. 240 da Constituição Federal de 1988, caracterizadas como dinheiro público.

PSV 19, 68, 86 e 88[15]

O Plenário do Supremo Tribunal Federal aprovou quatro propostas de súmula vinculante com o objetivo de conferir agilidade processual e evitar o acúmulo de processos sobre questões idênticas e já pacificadas no Tribunal. As propostas aprovadas tratam da gratificação para inativos na carreira da seguridade social e trabalho (PSV 19), da continuidade da persecução penal em caso de descumprimento de cláusulas de transação penal (PSV 68), da competência da Justiça Federal para julgar crimes de falsificação de documentos expedidos pela Marinha do Brasil (PSV 86) e da impossibilidade de o Judiciário aumentar vencimento de

15 Em 2014, o Supremo Tribunal Federal aprovou, no total, 5 súmulas vinculantes, conforme indicado nas páginas 40 e 41.

servidores públicos sob o argumento de isonomia (PSV 88). As súmulas vinculantes têm força normativa e devem ser aplicadas pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. Todas as propostas aprovadas tiveram parecer favorável da Procuradoria-Geral da República.

ARE 709.212

O Plenário do Supremo Tribunal Federal atualizou sua jurisprudência para modificar de 30 anos para 5 anos o prazo de prescrição aplicável à cobrança de valores não depositados no FGTS. A decisão majoritária foi tomada no julgamento do ARE 709.212, com repercussão geral reconhecida. Ao analisar o caso, o Supremo declarou a inconstitucionalidade das normas que previam a prescrição trintenária.

ARE 664.335

O Supremo Tribunal Federal julgou o ARE 664.335, com repercussão geral reconhecida, e fixou duas teses que deverão ser aplicadas a pelo menos 1.639 processos judiciais movidos por trabalhadores de todo o País que discutem os efeitos da utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) sobre o direito à aposentadoria especial. Na primeira tese, os Ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram, por maioria de votos, que "o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo a sua saúde, de modo que, se o Equipamento de Proteção Individual (EPI) for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá respaldo à concessão constitucional de aposentadoria especial". A outra tese fixada no julgamento, também por maioria de votos, é a de que, "na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual (EPI), não descaracteriza o tempo de serviço especial para a aposentadoria". Por unanimidade de votos, o Plenário negou provimento ao recurso do INSS, que questionava decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina segundo a qual, mesmo que o uso de EPI elimine ou reduza a insalubridade, a circunstância não afasta a contagem do tempo de serviço especial se tiver havido exposição ao agente nocivo. Embora o argumento do INSS tenha sido abrangido pela primeira tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, o Plenário negou provimento ao recurso porque, no caso dos autos, o trabalhador é um auxiliar de produção que trabalhou, entre 2002 e 2006, no setor de usinagem de uma empresa de Chapecó/SC, onde era exposto, de modo habitual e permanente, a ruídos que chegavam a 95 decibéis. Essa circunstância está abrangida pela segunda tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal.

Relacionamento e
Papel Institucional
Transparência e comunicação institucional.

Audiências públicas

As audiências públicas[16] foram regulamentadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal pela Emenda Regimental 29/2009, que atribuiu competência ao Presidente ou ao Relator, nos termos dos arts. 13, XVII, e 21, XVII, do RISTF, para *"convocar audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com experiência e autoridade em determinada matéria, sempre que entender necessário o esclarecimento de questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral e de interesse público relevante"*. O procedimento a ser observado consta do art. 154, parágrafo único, do RISTF, e tem por objetivo subsidiar decisões em processos judiciais no Supremo Tribunal Federal a respeito de temas específicos, por meio da promoção de exposições orais de instituições e especialistas no assunto em pauta. Em 2014, foram realizadas duas audiências públicas, a saber:

- 17 de março – Alterações no marco regulatório da gestão coletiva de direitos autorais no Brasil.

- 26 de maio – Internação hospitalar com diferença de classe no SUS.

Alterações no marco regulatório da gestão coletiva de direitos autorais no Brasil

Referência: ADI 5.062 e ADI 5.065

Convocada pelo Ministro Luiz Fux, a audiência ocorreu na tarde do dia 17 de março de 2014, na sala de sessões da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal. Participaram 24 expositores, entre os quais parlamentares, músicos, acadêmicos, produtores culturais, entidades representativas de compositores, autores teatrais e roteiristas, além de representantes de órgãos governamentais, como o Ministério da Cultura e o Ministério das Relações Exteriores.

O Ministro Luiz Fux é Relator das ADIs 5.062 e 5.065, ajuizadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) e pela União Brasileira de Compositores (UBC). Nas ações, as duas entidades contestam alterações promovidas pela Lei 12.853/2013, entre elas: a caracterização das atividades desempenhadas por associações e pelo ECAD como "de interesse público"; as regras para conferir publicidade e transparência aos valores arrecadados a título de direitos autorais; e a participação dos titulares dos direitos sobre cada obra.

As novas regras foram editadas após investigações conduzidas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre supostas irregularidades praticadas pelo

16 No Portal do STF, disponível em <www.stf.jus.br>, na aba "Processos", pode-se obter mais informações sobre a realização de audiências públicas no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

ECAD na arrecadação e distribuição dos recursos advindos dos direitos autorais, como abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores.

Os participantes da audiência debateram a gestão coletiva de direitos autorais com as alterações trazidas pela Lei 12.853/2013.

Internação hospitalar com diferença de classe no SUS

Referência: RE 581.488

Convocada pelo Ministro Dias Toffoli, a audiência foi realizada em 26 de maio de 2014, na sala de sessões da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal. Participaram 14 expositores, entre os quais as partes do processo – Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREMERS), município de Canela, estado do Rio Grande do Sul e União, representada pelo Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro – e os inscritos por entidades representativas de usuários, entidades hospitalares e conselhos de Estado. Também falaram a respeito do tema a Procuradoria-Geral da República, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), entre outros.

Em relação à internação hospitalar, a diferença de classe é entendida como a possibilidade de melhoria no tipo de acomodação do paciente e a contratação de profissional de sua preferência mediante o pagamento de complemento. O tema chegou ao Supremo Tribunal Federal no RE 581.488, com repercussão geral reconhecida, interposto pelo CREMERS contra decisão da Justiça Federal da 4ª Região desfavorável a sua pretensão de restabelecer a prática, proibida desde 1991.

As audiências públicas foram transmitidas ao vivo pela TV Justiça e pela Rádio Justiça, com base no art. 154, parágrafo único, V, do RISTF.

Transparência e comunicação institucional

Para conceder maior transparência[17] às suas ações, o Supremo Tribunal Federal se vale de diferentes meios, tais como a Central do Cidadão, o Portal do STF, a emissora de rádio e tevê, a assessoria de imprensa, o *Twitter*, o *YouTube* e a publicação de informativos periódicos, entre outros.

Central do Cidadão em 2014

Com o objetivo de aperfeiçoar os serviços prestados pelo Tribunal e estabelecer um canal direto de comunicação com o cidadão, a partir de solicitações, manifestações, sugestões, reclamações, críticas ou denúncias relacionadas à atuação do Tribunal, criou-se a Central do Cidadão, por meio da Resolução 361, de 21 de maio de 2008.

À Central do Cidadão[18] compete a tarefa de responder a todas as solicitações e manifestações recebidas do público externo. Cabe a ela também orientar, transmitir informações e redirecionar pedidos referentes a outros órgãos públicos.

A partir da entrada em vigor da Lei 12.527/2011, em maio de 2012, e em conformidade com a Resolução/STF 528/2014, a Central do Cidadão assumiu também as atribuições do denominado Serviço de Informações ao Cidadão, com competência para receber e responder aos pedidos de acesso à informação,

17 No Portal do STF (<www.stf.jus.br>), nas abas "Publicações", "Imprensa", "Acesso à Informação", "Estatísticas" e "Jurisprudência", é possível acessar por diferentes meios e formatos as informações produzidas pelo Supremo Tribunal Federal com o objetivo de auxiliar a sociedade no acompanhamento das ações realizadas pelo Supremo Tribunal Federal.

18 Formulário de solicitação de informações está disponível no Portal do STF (<www.stf.jus.br/Central do Cidadão>). O atendimento também pode ser realizado por meio de telefone, de carta ou pessoalmente.

além de gerenciar os encaminhamentos internos, na forma e prazo definidos pela Lei.

Com a publicação do Ato Regulamentar 19, de 16 de outubro de 2014, a Central do Cidadão passou a integrar a estrutura da Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal.

Os atendimentos realizados por meio da Central do Cidadão em 2014 estão indicados na tabela a seguir:

Tabela 22
Chamados recebidos e finalizados pela Central do Cidadão do STF em 2014

Mês	Recebidos	Média diária Recebidos	Finalizados**	Média diária Finalizados
Janeiro	5.546	178,90	5.391	173,90
Fevereiro	4.965	177,32	5.554	198,36
Março	4.710	151,94	4.683	151,06
Abril	5.243	174,77	4.806	160,20
Maio	5.155	166,29	5.936	191,48
Junho	4.411	147,03	4.122	137,40
Julho	4.604	148,52	5.062	163,29
Agosto	4.477	144,42	4.980	160,65
Setembro	4.692	156,40	5.009	166,97
Outubro	4.969	160,29	5.026	162,13
Novembro	4.430	147,67	4.852	161,73
Dezembro*	4.450	143,54	4.528	146,06
Soma	**57.652**	**160**	**59.949**	**167**

Fonte: Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal – Central do Cidadão.
* Dados estimados pela média dos primeiros 15 dias do mês de dezembro de 2014.
** Algumas vezes, é necessário realizar mais de uma resposta para um mesmo relato, razão pela qual o número de finalizados (respostas enviadas) é superior ao de recebidos.

O sistema STF-Cidadão possibilita ao solicitante responder a uma pesquisa de satisfação. As perguntas da pesquisa, implantada em 2013, referem-se a: qualidade, clareza e tempo para o envio das respostas, cordialidade do atendente e percepção geral do atendimento. Há também um campo para críticas, elogios e reclamações.

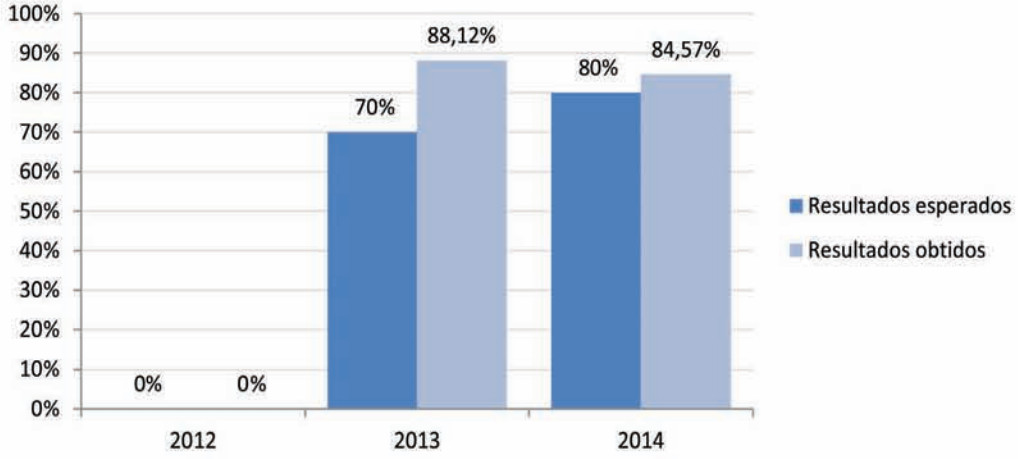
Inicialmente, estabeleceu-se para 2014 a meta de 70% de satisfação no atendimento. Todavia, como ela foi superada já em 2013, chegando a 88%, na 7ª Reunião de Avaliação da Estratégia (Planejamento Estratégico do STF – Ciclo: 2012-2014), essa meta foi alterada para 80%. Os resultados alcançados em 2014 são apresentados na tabela e no gráfico a seguir:

Tabela 23
Estatística da Central do Cidadão em 2014
Índice de satisfação no atendimento

Dados de mensuração do indicador Valores aferidos no último dia útil de cada mês, exceto dezembro – apurados até 15/12/2014													
Ano/indicador	Mês												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
2013	-	-	-	-	-	95,3	91,8	75,8	89,6	86,6	85,9	82,8	88,12
2014	80,8	91,2	84,9	88	82,1	85,2	84,1	89,0	87,2	84,3	75,9	82,2	84,57

Fonte: Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal – Central do Cidadão.

Gráfico 11
Indicador de satisfação dos atendimentos
realizados pela Central do Cidadão



Em 5 de junho, a Resolução 528/2014 regulamentou a aplicação da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) no âmbito do Supremo Tribunal Federal, substituindo a Portaria 210, de 26 de junho de 2012.

O texto da resolução, aprovado pela Corte em sessão administrativa, realizada em 28 de maio de 2014, dispõe sobre os procedimentos para viabilizar o direito de acesso dos cidadãos às informações públicas produzidas ou custodiadas pela Corte.

A resolução determina que cabe à Central do Cidadão prestar de imediato as informações disponíveis de natureza pública.

Comunicação institucional

Ações em destaque realizadas pela TV Justiça e pela Rádio Justiça

Em 2014, todas as sessões plenárias do Supremo Tribunal Federal foram transmitidas ao vivo e simultaneamente pela TV e pela Rádio Justiça. Devem ser destacados a cobertura do primeiro e do segundo turno das Eleições Nacionais de 2014 e o aprimoramento das grades de programação.

Foi realizado o 1º Concurso de Documentários da TV Justiça, com o objetivo de selecionar 52 documentários brasileiros. Até 10 de dezembro de 2014, computou-se o recebimento definitivo de aproximadamente 94% dos documentários inscritos.

Das produções realizadas pela TV Justiça no ano de 2014, destacam-se: veiculação de mais de 21.737 matérias, 11.844 programas inéditos, transmissão ao vivo e cobertura jornalística de 83 sessões plenárias e audiências públicas do Supremo Tribunal Federal, inclusão de 3.206 matérias no *site* da emissora, 6.867 edições inéditas do *Jornal da Justiça*. Ressalta-se, ainda, a produção de 1.659,70 horas de legenda oculta pela TV Justiça até novembro de 2014, com o objetivo de garantir a acessibilidade aos programas veiculados (a legenda oculta é uma exigência do Ministério das Comunicações e se destina à inclusão social de pessoas com deficiência auditiva).

Em 2014, foram produzidos e veiculados pela Rádio Justiça mais de 6.700 programas, com destaque para a estreia do programa *Plenário em Pauta*, que detalha, com o apoio de consultor jurídico da emissora, as decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal. Registram-se também transmissões ao vivo e coberturas jornalísticas dos seguintes eventos: audiências públicas realizadas pelo Supremo Tribunal Federal, audiência pública promovida pelo Conselho Nacio-

nal de Justiça, VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário e Encontro da Subcomissão para América Latina da Comissão de Veneza, entre outros.

Atualização técnica da Rádio Justiça e da TV Justiça

Além de dar prosseguimento aos projetos destinados à modernização técnica das emissoras, concluiu-se, em 2014, a regularização das outorgas relacionadas à TV Justiça, após apresentação dos protocolos no Ministério das Comunicações. A regularização, publicada em 18 de agosto de 2014, no *Diário Oficial da União* – Seção 1, traz despacho que aprova a alteração das características técnicas (aumento de potência, de 7,5 kW para 9 kW) da estação retransmissora da TV Justiça, por meio do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, em São Paulo/SP, canal 64D.

Difusão de informação pelo Portal do STF

No que diz respeito à publicação de notícias no Portal do STF para divulgar as ações realizadas pelo Tribunal, produziram-se cerca de 2 mil matérias. As mais acessadas foram:

Tabela 24
Notícias mais acessadas no Portal do STF em 2014

Publicação	Assunto	Nº de acessos	Mais acessadas
19/2/2014	Supremo Tribunal Federal decide que cláusula de barreira em concurso público é constitucional.	35.904	4ª
9/4/2014	Aprovada súmula vinculante sobre aposentadoria especial de servidor público.	65.774	1ª
27/8/2014	Ação judicial sobre concessão de benefício deve ser precedida de requerimento ao INSS.	30.766	5ª
16/10/2014	Supremo Tribunal Federal aprova 4 novas súmulas vinculantes.	37.888	3ª
13/11/2014	Prazo prescricional para cobrança de valores referentes ao FGTS é de 5 anos.	54.730	2ª

Fonte: Secretaria de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal.

Twitter do Supremo Tribunal Federal

O *Twitter* do Supremo Tribunal Federal[19] alcançou a marca de 559 mil seguidores em dezembro de 2014, conforme demonstrado a seguir:

19 <twitter.com/stf_oficial>.

Tabela 25
Twitter do STF – 2014

Twitter do STF – número de seguidores em 2014	
Janeiro	426 mil
Junho	475 mil
Dezembro	559 mil

Fonte: Secretaria de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal.

Supremo Tribunal Federal no YouTube

A conta oficial do Supremo Tribunal Federal no *YouTube* acumula mais de 25 milhões de visualizações dos vídeos, os quais incluem sessões plenárias, audiências públicas e o quadro *Saiba Mais*. Em 2014, foram quase 4 milhões de acessos, assim distribuídos:

Tabela 26
YouTube do Supremo Tribunal Federal – 2014

Mês	Vídeos postados	Número de visualizações
Janeiro	6	218.778
Fevereiro	22	308.570
Março	19	451.946
Abril	16	390.765
Maio	49	218.778
Junho	12	193.869
Julho	8	217.757
Agosto	20	263.316
Setembro	32	333.669
Outubro	29	401.752
Novembro	35	467.358
Dezembro	21	289.576

Fonte: Secretaria de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal.

Clipping – Supremo Tribunal Federal

A tabela a seguir apresenta o cômputo mensal de notícias nas quais houve menção ao Supremo Tribunal Federal:

Tabela 27
Matérias "clipadas" por mídia

Mês	TV	Rádio	Impressos	Revistas	*Sites*	*Blogs*
Janeiro	562	931	6.177	99	18.464	584
Fevereiro	802	1.112	7.508	161	23.005	731
Março	416	763	6.811	216	19.638	475
Abril	517	684	6.986	198	23.150	534
Maio	548	645	8.002	215	24.576	820
Junho	331	316	6.098	225	18.344	689
Julho	322	471	6.521	200	2.864	1.142
Agosto	522	599	6.630	242	27.618	982
Setembro	672	699	6.842	266	31.157	1.201
Outubro	652	258	8.676	258	30.111	960
Novembro	734	951	8.209	239	23.721	784
Dezembro	430	550	4.266	134	12.151	392
Total	6.508	7.979	82.726	2.453	254.799	9.294

Fonte: Secretaria de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal.
Dados computados até 15/12/2014.

Publicações especializadas do Supremo Tribunal Federal

No contexto da transparência e da comunicação institucional, o Supremo Tribunal Federal também disponibiliza para a sociedade, no Portal do STF, as seguintes publicações[20]:

Informativo STF Semanal: trata-se de periódico semanal que contém resumos não oficiais das decisões proferidas pelo Tribunal. Embora não constitua repositório oficial ou tradicional de jurisprudência, divulga os julgamentos realizados pelo Plenário e por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal. Durante o período

20 Para saber sobre essas e outras publicações produzidas pelo Supremo Tribunal Federal, acesse <www.stf.jus.br/Publicações>.

de janeiro a dezembro de 2014, foram publicados 38 *Informativos STF* (do número 734 ao número 771), com 683 matérias relativas a 472 processos. Em virtude das férias forenses, o *Informativo STF* não é veiculado nos meses de janeiro e julho.

Informativo STF por Temas: trata-se de periódico mensal que organiza as sínteses dos julgamentos divulgados pelo *Informativo STF Semanal* por ramos do Direito e por assuntos. Esse produto é encaminhado via *e-mail* aos juízes de primeiro grau (cadastrados), por meio de mala direta denominada *Canal Direto com o Magistrado*, bem como às seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. No período de janeiro a dezembro de 2014, foram publicadas as edições 36 a 44 do *Informativo STF Mensal*, relativas aos meses de fevereiro a junho e agosto a novembro, com 450 matérias veiculadas. No mês de fevereiro de 2014, foi divulgada a compilação dos *Informativos Mensais* de 2013 (do número 694 ao número 733), com 490 matérias veiculadas.

Revista Trimestral de Jurisprudência (RTJ): publicada em versão eletrônica e impressa, é repositório oficial da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 99 do RISTF. Ao longo de 2014, estiveram em produção os números 225, 226, 227 e 228, referentes aos períodos de outubro de 2013 a junho de 2014. A *RTJ* 225, de forma atípica, é composta de 5 tomos, necessários para disponibilizar a íntegra do acórdão prolatado na AP 470.

Coletânea Temática de Jurisprudência: trata-se de publicação disponível em versão eletrônica no *site* do Tribunal. Tem como conteúdo um índice temático formado com os principais aspectos sobre o tema da obra. As anotações são inseridas com base na relação de pertinência entre o trecho inserido e o item do índice temático. A série contempla, hoje, os seguintes temas: *Direito Penal e Processual Penal*, *Extradição*, *Desapropriação para a Reforma Agrária e Comissões Parlamentares de Inquérito*. A eles, deve ser acrescido volume sobre *Repercussão Geral*. Cada um dos volumes é atualizado periodicamente, com base em acórdãos e decisões monocráticas publicados no *Diário da Justiça eletrônico* e no material produzido para o *Informativo STF*.

Legislação Anotada: trata-se de publicação disponível em versão eletrônica no *site* do Tribunal. Cada um dos volumes consiste na transcrição da Constituição Federal de 1988 ou de legislação infraconstitucional, glosadas por trechos de acórdãos publicados no *Diário da Justiça eletrônico* e no *Informativo STF*, além de decisões monocráticas. Essas anotações são inseridas com base na relação de pertinência entre o trecho inserido e os artigos, parágrafos, incisos ou alíneas da legislação comentada. A série contempla, hoje, a seguinte legislação: CF/1988, Lei 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e OAB), Lei 9.868/1999 (ADI, ADC e ADO) e Lei 9.882/1999 (ADPF). Desde 2008, a obra *A Constituição e o Supremo* é produzida também em versão impressa. Atualmente, estão em andamento os trabalhos de revisão para a publicação da 5ª edição. Cada um dos volumes da série *Legislação*

Anotada é atualizado periodicamente, com base nos acórdãos publicados no *Diário da Justiça eletrônico* e no material produzido para o *Informativo STF*.

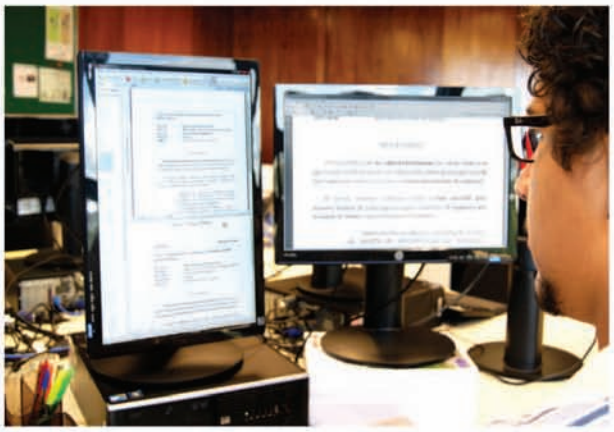
Catálogo bilíngue Supremo Tribunal Federal: o catálogo bilíngue do Supremo Tribunal Federal, em versões português/inglês e português/espanhol, é obra de divulgação institucional distribuída a autoridades pela Presidência. Entre outras informações, narra a história da Corte, descreve sua estrutura organizacional e composição, explica como funciona o controle de constitucionalidade brasileiro e elenca algumas curiosidades sobre o Tribunal. A 4ª edição da obra foi produzida no primeiro semestre de 2014 e impressa para distribuição a partir de julho.

Boletim Repercussão Geral: periódico nos formatos impresso e digital, no qual é apresentada a síntese dos processos com repercussão geral reconhecida e mérito julgado ou ainda pendente de julgamento, com repercussão geral negada e com reafirmação da jurisprudência pelo Plenário Virtual no período a que se refere. O número 3 do *Boletim* foi divulgado no dia 2 de setembro de 2014 e compreende o período de 3 de fevereiro a 1º de julho de 2014.

Ações para ampliação da base de conteúdos e aperfeiçoamento do acesso ao público

Acórdãos: de janeiro a dezembro de 2014, foram inseridos, na base de jurisprudência da Corte, 15.724 acórdãos antigos, publicados nos anos de 1965 a 1969. O banco de dados de jurisprudência permite que qualquer pessoa tenha acesso ao histórico de julgados do Supremo Tribunal Federal.

Súmulas vinculantes: foram disponibilizados no Portal do STF os enunciados das Súmulas Vinculantes 33 a 37, indicando data de aprovação, fonte de publicação, referência legislativa e precedente. A atualização desse serviço garante ao jurisdicionado o acesso à jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.



Ocerização[21] dos acórdãos: foram ocerizados 150 acórdãos publicados antes de dezembro de 2012, totalizando 1.774 páginas. A conversão de caracteres de imagens em texto, realizada em acórdãos publicados no formato imagem, torna viável a pesquisa de termos e o procedimento de cópia e colagem dos votos.

21 Ocerização: trata-se de técnica que converte diferentes tipos de documentos em um documento com dados pesquisáveis e editáveis. A ocerização é feita após a digitalização.

Revisão do banco de questões de ordem: a base de dados de questões de ordem, disponível na página de pesquisa de jurisprudência do Portal do STF, foi revisada com a inclusão de 68 acórdãos. A manutenção da integridade das bases de pesquisa visa à difusão da jurisprudência do Tribunal, sempre com o intuito de facilitar o acesso pelo usuário.

Visitação pública

Qualquer pessoa pode visitar o Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Poder Judiciário e guardião da Constituição Federal. O programa de visitação pública Portas Abertas tem por objetivo esclarecer o visitante sobre o funcionamento da Suprema Corte e sobre as atividades de seus Ministros. Além disso, apresenta a história do Tribunal e as contribuições da Suprema Corte para o engrandecimento e fortalecimento jurídico-institucional do País. As visitações ocorrem em fins de semana e feriados (sem agendamento) ou durante a semana (com agendamento[22]).

Em 2014, foram realizadas 194 ações de visitação pública agendadas durante a semana, e computados 17.516 visitantes em fins de semana e feriados.

Merece destaque a visita guiada do dia 26 de agosto de 2014, que contou com palestra do Ministro Luiz Fux. O Ministro falou para 150 oficiais-alunos da Escola de Alto Comando e Estado-Maior do Exército.

Nas visitações agendadas, houve a participação de estudantes de instituições de ensino de nível superior de diferentes regiões do Brasil e do exterior; juristas de Portugal; defensores públicos do Mercosul; servidores provenientes do intercâmbio promovido pelo Programa Joaquim Nabuco, do Supremo Tribunal Federal; e integrantes de embaixadas; entre outros.

22 Para saber como fazer uma visita ao Supremo Tribunal Federal, acesse <www.stf.jus.br/Sobre o STF/Visitação Pública>.

Memória institucional e cidadania

Exposição

190 Anos da Carta Imperial de 1824

O evento marcou o aniversário de 190 anos da outorga da Carta Imperial de 1824. Produzida entre março e agosto de 2014, a exposição foi aberta ao público em setembro de 2014.

O Arquivo e a Preservação da Memória Documental do STF

Inaugurada no dia 19 de dezembro de 2014, a exposição é composta de painéis com reproduções de decisões e de processos que fazem parte dos documentos históricos do Supremo Tribunal Federal. Na seleção, há informações sobre processos julgados desde a época do Império até os dias atuais.

Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal

Pesquisa de satisfação

Aplicada em março de 2014, a pesquisa de satisfação de usuários internos e externos da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal teve como objetivo detectar a percepção dos usuários em relação ao espaço físico da biblioteca e aos serviços e produtos por ela oferecidos. Com a análise dos dados colhidos, espera-se pro-

mover de forma mais adequada as melhorias necessárias ao bom atendimento ao público. Em relação aos produtos disponibilizados pela biblioteca, constatou-se que o mais conhecido e utilizado pelos usuários internos é o "Atos Normativos", seguido por "Novas Aquisições". Com relação aos usuários externos, identificou-se que o produto de maior utilização pelos que frequentam a biblioteca é o "Novas Aquisições". Por meio da pesquisa de satisfação, foi possível identificar aspectos positivos do atendimento e da estrutura da biblioteca do Supremo Tribunal Federal, assim como diversos pontos passíveis de melhoria.

Outras ações, no âmbito da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, também foram destaque em 2014:

Projeto Livro Livre

No mês de abril, em comemoração ao Dia Mundial do Livro e ao Dia do Direito do Autor, a biblioteca aderiu ao Projeto Livro Livre. Conhecido mundialmente, esse projeto tem como objetivo facilitar o acesso gratuito a livros e assim incentivar a leitura. Em uma estante exposta permanentemente na parte externa da biblioteca, ficam à disposição de qualquer interessado os mais diversos tipos de livros: literatura, didáticos, gibis, entre outros. O projeto também estimula os leitores a participar da campanha por meio de doações e compartilhamento de livros.

Evento de incentivo à leitura

A biblioteca promoveu, no dia 15 de outubro, um evento para os filhos de servidores e colaboradores do Tribunal em comemoração ao Dia das Crianças. Por entender que a leitura é essencial para a construção do conhecimento, o encontro teve como objetivo despertar o prazer de ler desde a primeira infância. O evento contou com a participação de contadores de história e com a presença de uma escritora de livros infantis. As crianças conheceram a biblioteca do Tribunal, assistiram ao vídeo *A biblioteca é genial* e, ao fim, foram presenteadas com livros e cadernos para colorir.

Reforma da Sala de Coleções Especiais

No período de março a maio, a Sala de Coleções Especiais, que abriga os livros doados à biblioteca pelo Ministro Hahnemann Guimarães e pelos juristas Levi Carneiro e Pontes de Miranda, passou por reforma. Com o objetivo de intensificar a divulgação do acervo e dar a ele maior visibilidade, a sala ganhou novo leiaute, com a instalação de novas estantes e a substituição da divisória de madeira por um painel de vidro em toda a lateral externa. Além dessas melhorias, em setembro de 2014 o local recebeu uma identidade visual. Para atender a uma demanda antiga dos usuários, criou-se também um espaço para estudo em grupo.

Digitalização de livros de andamento de grandes formatos

O projeto de digitalização de andamentos processuais teve início, oficialmente, em 15 de abril de 2014. O escopo do projeto compreende a digitalização e a indexação de 1,5 milhão de páginas e tem prazo de execução previsto para 2 anos. Para tanto, adquiriu-se um *scanner* planetário e contrataram-se 10 estagiários de nível superior, das áreas do Direito e da Arquivologia, e 5 estagiários de nível médio. No projeto, até o momento, foram digitalizadas 284 mil páginas e indexadas outras 55 mil.

Livraria do Supremo

Com a finalidade social de possibilitar ao maior número de pessoas o acesso às edições do Supremo Tribunal Federal, a Livraria do Supremo disponibiliza livros impressos produzidos pelo Tribunal e DVDs de programas da TV Justiça. As obras são vendidas a preço de custo[23], que equivale ao valor da impressão ou gravação e despesas

23 Autorizada inicialmente pela Resolução/STF 378/2008, a venda de publicações editadas pelo Supremo Tribunal Federal e de reprodução dos programas exibidos pela TV e Rádio Justiça (livros, CD-ROM e DVDs) é atualmente regulamentada pela Resolução 421/2009.

postais. Além de adquirir os produtos diretamente na livraria, localizada nas instalações do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, os interessados também podem solicitá-los pela *internet* e recebê-los pelos Correios, que enviam para todo o País. Ao longo de 2014, a Livraria do Supremo comercializou 1.459 obras, segundo dados atualizados até 9 de dezembro.

Doação de obras institucionais

Trata-se da doação de publicações do Supremo Tribunal Federal às bibliotecas de órgãos do Poder Judiciário, às instituições da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), da Procuradoria-Geral da República e da Advocacia-Geral da União, além de outros órgãos que participam do intercâmbio de edições junto ao Tribunal, e a autoridades em geral, com vistas à difusão de obras produzidas pela Suprema Corte. Além das doações regulares, há um estoque de publicações – armazenadas no acervo da Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência – que é distribuído quando solicitado. De janeiro a dezembro de 2014, foram doados 3.614 volumes.

Publicações em destaque

Ministro Celso de Mello: 25 Anos no STF

Livro produzido em comemoração pelos 25 anos de atuação do Ministro Celso de Mello no Supremo Tribunal Federal, completados em agosto de 2014.

Plaquetas

Trata-se de livretos de caráter institucional, produzidos, em regra, com o conteúdo das atas de sessões solenes realizadas no Supremo Tribunal Federal para comemorações diversas. As plaquetas são publicadas em formato eletrônico, disponível para acesso no Portal do STF. Entre elas, inclui-se, ainda, a plaqueta *Notas sobre o Supremo Tribunal* (*Império e República*), de autoria do Ministro Celso de Mello, a qual, além de disponibilizada em formato eletrônico, é impressa para distribuição e venda na Livraria do Supremo. Ao longo de 2014, o Supremo Tribunal Federal publicou em seu *site* os seguintes volumes:

- *Aposentadoria do Ministro Xavier de Albuquerque – 1983*;
- *Aposentadoria do Ministro Clóvis Ramalhete – 1982*;
- *Aposentadoria do Ministro Cunha Peixoto – 1981*;
- *Aposentadoria do Ministro Antonio Neder – 1981*;

- *Curiosidades sobre o STF: O Supremo Tribunal Federal*;
- *Exoneração do Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Rezek*;
- *Comemoração do Centenário da Proclamação da República*;
- *Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República)*, 4. ed.;[24]
- *Os 150 anos do Poder Legislativo*;
- *Supremo Tribunal – 1828-1988*;
- *Supremo Tribunal – 1828-2003*;
- *Sesquicentenário do Supremo Tribunal Federal*;
- *Abertura do Ano Judiciário 2014*;
- *Centésimo Sexagésimo Aniversário do Supremo Tribunal Federal – 1988*;
- *Comemoração do Centenário de Instalação do Supremo Tribunal Federal – 1991*;
- *Posse na Presidência do Ministro Djaci Falcão – 1975.*

Atuação internacional

O Supremo Tribunal Federal, como órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, atua como centralizador das comunicações realizadas entre os órgãos judiciais nacionais e os organismos ou autoridades estrangeiros.

Acordo de cooperação

No dia 27 de agosto de 2014, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, e o Presidente do Tribunal Supremo de Angola, Juiz Conselheiro Cristiano André, assinaram protocolo de cooperação que estabelece linhas estruturantes para um programa de formação para magistrados

24 A plaqueta *Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República)*, 4. ed., foi publicada tanto em formato eletrônico como em formato impresso. A distribuição da versão impressa teve início em dezembro.

do país africano no Brasil. O acordo parte dos laços de amizade entre os Poderes Judiciários dos 2 países e da intenção de ambos os Estados de consolidar e intensificar ações, programas e demais mecanismos e instrumentos para a cooperação entre as Cortes Supremas, proporcionando a troca efetiva de experiências na modernização e no aperfeiçoamento dos sistemas judiciais dos dois países. Além da troca de experiência, os dois Judiciários compartilharão documentos, material bibliográfico, estudos e estatísticas, entre outras informações.

Programas de intercâmbio

Programa Joaquim Nabuco

Com o objetivo de estimular a cooperação de práticas e conhecimentos no âmbito dos Tribunais integrantes do Mercosul e prezar pela criação de um espaço regional de diálogo na área jurídica entre os países do bloco e associados, o Supremo Tribunal Federal promove o Programa Joaquim Nabuco (PJN). Em 2014, foram selecionados 9 servidores, encaminhados em grupos de 3 para as Cortes Supremas do Chile, Peru e Colômbia.

Em relação ao mesmo programa, na modalidade recepção de servidores e magistrados estrangeiros, entre os dias 1º e 12 de setembro de 2014, o Supremo Tribunal Federal recebeu magistrados e servidores das Cortes Supremas e Constitucionais do Mercosul e Estados Associados. Participaram 2 magistrados e 2 servidores da Corte Suprema do Chile, o Vice-Presidente e o Secretário-Geral do Tribunal Constitucional do Peru e 2 magistrados do Uruguai.

Durante esse período, os participantes da 11ª edição do PJN tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento do Supremo Tribunal Federal, por meio de visitas internas aos diversos órgãos e setores do Tribunal. Os participantes também realizaram visitas a outros Tribunais Superiores, como o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral, ao Congresso Nacional, à Procuradoria-Geral da República, à Ordem dos Advogados do Brasil, à Advocacia-Geral da União e à Escola da Magistratura, sendo promovida a troca de experiências e a obtenção de variado material para subsidiar análises de direito comparado.

Programa Teixeira de Freitas

No dia 19 de março, foi publicada a Resolução 520/2014, que formalizou o Programa Teixeira de Freitas, cujas finalidades são: a) recepcionar no Supremo Tribunal Federal estudantes estrangeiros de graduação e de pós-graduação participantes do Programa de Intercâmbio Acadêmico Jurídico-Cultural para estu-

dantes do curso de Direito dos países membros do Mercosul e Associados; b) propiciar experiência prática, bem como fomentar a pesquisa e o aperfeiçoamento acadêmico; c) estimular o conhecimento da realidade jurídica do Brasil; d) apoiar o desenvolvimento de linhas de cooperação no campo da formação jurídica e da pesquisa em Direito.

A recepção dos estudantes estrangeiros pelo Supremo Tribunal Federal faz parte do Programa de Estímulo à Cooperação e ao Intercâmbio na Área Jurídica para os Países Membros do Mercosul, criado pelo termo de compromisso firmado em 21 de novembro de 2008 no VI Encontro de Cortes Supremas dos países membros e associados do Mercosul, e conta com o apoio da Universidade de Brasília (UnB) no processo seletivo.

Em 2014, foram selecionados 5 estudantes. Após conhecerem as diversas áreas do Tribunal e visitarem outras instituições da República, os estudantes realizaram estágio nos Gabinetes dos Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli, Luiz Fux e Gilmar Mendes.

Portal internacional

Com o objetivo de promover o acesso às informações sobre o Supremo Tribunal Federal, bem como às suas principais decisões e, ainda, à agenda internacional dos Ministros da Suprema Corte brasileira, o portal internacional agrega diversos serviços que servem de veículo facilitador da integração do Judiciário brasileiro com seus parceiros estrangeiros. O portal apresenta versões em inglês, espanhol e português e é constantemente atualizado.

Em 2014, foram publicadas notícias de destaque, que tratam das ações nacionais com relevância internacional e das atividades propriamente internacionais do Supremo Tribunal Federal, além de 106 *clippings* – compilações de notícias. No *clipping*, as notícias são publicadas no idioma original; contudo, nas demais publicações do sítio, exige-se a tradução para o espanhol e para o inglês. O portal internacional teve 256.649 acessos de diferentes usuários no período citado.

Informe de jurisprudência *MercoJur*

O boletim eletrônico de jurisprudência comparada das Cortes Supremas e Constitucionais dos Estados-Partes do Mercosul e Associados foi idealizado para ser uma ferramenta de informações relevantes e específicas sobre o desenvolvimento jurídico das Cortes Supremas e Constitucionais do Mercosul.

Em 2014, foram publicadas 12 edições do *Newsletter de Jurisprudência dos Países do Mercosul e Associados* – denominado *MercoJur* –, sempre entre os dias 17 e 20 de cada mês. Os dias de publicação do boletim correspondem aos picos de acesso ao portal internacional.

Visitas oficiais e eventos internacionais com a participação do Supremo Tribunal Federal

No campo da atuação internacional, é de se mencionar a participação do Supremo Tribunal Federal em eventos e visitas oficiais com o objetivo de ampliar a cooperação internacional. Ao longo de 2014, destacaram-se as seguintes ações:

- Apoio institucional à representação do Brasil na Comissão Europeia para a Democracia através do Direito, intitulada Comissão de Veneza, que consiste em um órgão consultivo do Conselho da Europa sobre questões constitucionais. Ressalte-se a 98ª Sessão Plenária da Comissão de Veneza – realizada nos dias 21 e 22 de março, que teve como objeto a opinião consultiva sobre a situação da Ucrânia, a revisão da Constituição da Romênia, a análise sobre imunidades parlamentares e o estudo sobre direitos das crianças nas Constituições, entre outros – e a 101ª Reunião Plenária da Comissão de Veneza, realizada de 11 a 13 de dezembro de 2014, na qual o Ministro Ricardo Lewandowski foi eleito Presidente da Subcomissão para a América Latina.

- Visita oficial do então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, às Cortes Supremas e Tribunais Constitucionais nos países africanos Gana, Benin e Angola, no período de 1º a 9 de março de 2014, com o objetivo de aprofundar o diálogo e a cooperação internacional. A escolha desses países se assentou nos laços históricos que os ligam ao Brasil.

- Visita oficial à Coreia do Sul, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, no período de 25 de setembro a 3 de outubro de 2014. Na oportunidade, o Presidente participou do Terceiro Congresso da Conferência Mundial sobre Justiça Constitucional – *Justiça Constitucional e Integração Social*, visitou a Corte Constitucional da Coreia e outros órgãos do Poder Judiciário coreano e participou de reunião da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP), na qual estiveram presentes, além do Brasil, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Também foi realizado encontro do Presidente do Supremo Tribunal Federal com o Presidente do Tribunal Constitucional Peruano, com vistas à assinatura de protocolo de cooperação.

- Visita oficial a Portugal, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, no período de 30 de outubro a 3 de novembro de 2014, a convite da Academia de Jurisprudentes de Língua Portuguesa, para participar, no Supremo Tribunal de Justiça, do seminário *O Conselho Superior da Magistratura e o Conselho Nacional de Justiça: as experiências comparadas de Portugal e Brasil na organização das magistraturas*. Na ocasião, o Ministro Lewandowski, além de ser empossado como membro da Academia de Jurisprudentes da Língua Portuguesa, realizou visita de cortesia ao Tribunal Constitucional português, onde se encontrou com o seu Presidente, Doutor Joaquim José Coelho de Sousa Ribeiro.

- Visita oficial à Suprema Corte peruana, no período de 12 a 14 de maio de 2014, na qual o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, fez exposição sobre o papel do Supremo Tribunal Federal no sistema político brasileiro. O Presidente participou também do Seminário Peru *Summit*, promovido pela revista *The Economist*, no qual falou sobre a independência dos Poderes e a importância do Judiciário para a estabilidade da democracia brasileira.

- Evento no *King's College London*, em janeiro de 2014, no qual o Ministro Joaquim Barbosa, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, proferiu palestra sobre as recentes mudanças ocorridas no sistema judicial brasileiro, discorreu sobre decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2013, sobre os contínuos desafios enfrentados pelo Brasil na questão da inclusão racial e sobre a educação no País. O Ministro Presidente abordou, ainda, questões relacionadas aos esforços que estão sendo envidados para erradicar a corrupção no Brasil.

- Visita oficial ao Tribunal Constitucional do Chile, no período de 29 a 31 de julho de 2014, da qual participaram o Ministro Gilmar Mendes e a Ministra Cármen Lúcia, a convite do tribunal daquele país, no âmbito do Programa de Cooperação e Intercâmbio de Magistrados e Funcionários do Judiciário de Países Membros do Mercosul.

- Visita à Corte Eleitoral do Uruguai, pelo Ministro Teori Zavascki, no período de 24 a 27 de outubro de 2014, a convite da Corte uruguaia e na qualidade de representante do Ministro Dias Toffoli, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de atuar como observador internacional, para o acompanhamento do processo eleitoral naquele país.

- Participação do Ministro Marco Aurélio, em novembro de 2014, no *International Symposium L'Impact de la révolution numérique sur le droit – Grands salons de la Sorbonne Paris de Gaulle*, na França.

- Comemoração pelos 25 anos do Conselho Constitucional da Argélia, no período de 24 a 28 de novembro de 2014. Na ocasião, o Ministro Teori Zavascki representou o Supremo Tribunal Federal nos eventos comemorativos e em seminário, tendo proferido discurso de apresentação da CJCPLP e da Conferência Ibero-Americana de Justiça Constitucional.

Governança
Ações de planejamento, execução e controle
que orientam o desempenho da instituição.

Planejamento e controle

Planejamento estratégico

Em 2014, encerrou-se o ciclo do planejamento estratégico do STF para o período 2012-2014.[25]

As ações do planejamento estratégico foram desenvolvidas a partir das perspectivas de atuação Sociedade, Institucional, Processos Internos, Pessoas e Estrutura, alinhadas a 10 objetivos estratégicos a seguir elencados:

1. Promover maior celeridade nos trâmites judiciais e administrativos.
2. Fortalecer a transparência institucional e facilitar o acesso às informações de caráter público.
3. Fortalecer e harmonizar as relações institucionais do Supremo Tribunal Federal no âmbito nacional e internacional.
4. Aprimorar a gestão administrativa e financeira do Tribunal.
5. Disseminar a cultura do planejamento e da visão estratégicos no Tribunal.
6. Aperfeiçoar a comunicação interna.
7. Aperfeiçoar a gestão de pessoas.
8. Aprimorar a proteção e a assistência à saúde do servidor.
9. Promover a cultura de sustentabilidade e responsabilidade social.
10. Aprimorar a qualidade dos serviços e dos produtos de tecnologia da informação.

As principais ações realizadas em 2014, desenvolvidas em conformidade com os objetivos estratégicos elencados, estão expressas ao longo deste relatório e dispostas conforme a estrutura de organização do conteúdo: Prestação Jurisdicional, Relacionamento e Papel Institucional, Governança e Gestão.

Durante o período 2012-2014, foram estabelecidos e reformulados os indicadores institucionais[26] discriminados na tabela a seguir, os quais foram acompanhados e avaliados em Reuniões de Avaliação e Estratégia (RAEs). Durante as reuniões, foram identificadas as necessidades de ajustes nas metas e os andamentos relacionados à execução de ações programadas.

25 Instituído por meio da Portaria/STF 246/2012, em conformidade com o aprovado em sessão administrativa de 5 de agosto de 2009.

26 A apuração das metas e dos resultados dos indicadores é registrada em processos internos que permitem a análise gerencial e o controle interno.

Tabela 28
Indicadores estratégicos – planejamento estratégico STF. Ciclo 2012-2014

Código	Indicador
1	Indicador de Congestionamento (ICNG)
2	Indicador de Impacto da Repercussão Geral (IMRG)
3	Indicador de Julgamentos de Controle Concentrado de Constitucionalidade (IJCC)
4	Indicador de Trâmite Processual (ITPR)
5	Indicador de Satisfação dos Cidadãos Atendidos pela Central do Cidadão (ISCAT)
6	Indicador de Parcerias Efetivas Vigentes no Ano (IPEF)
7	Indicador de Execução Financeira do Orçamento (IEFO)
8	Indicador de Eficiência dos Procedimentos de Contratação (IEPC)
9	Indicador de Contratações Planejadas (ICP)
10	Indicador de Melhoria Contínua (IMEC)
11	Indicador de Alcance das Metas Estratégicas (IAME)
12	Indicador de Desempenho dos Projetos Estratégicos (IDPE)
13	Indicador de Comunicação Interna (ICIN)
14	Indicador de Adequação à Tabela de Dotação de Cargos (IDCP)
15	Indicador de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão Ocupados por Servidores Efetivos do Quadro de Pessoal do STF (IFCP)
16	Indicador de Bem-Estar no Trabalho (IBET)
17	Indicador de Competências Desenvolvidas (ICDE)
18	Indicador de Absenteísmo por Doença (IABS)
19	Indicador de Consumo Anual de Insumos (ICAI)
20	Indicador de Satisfação dos Usuários no Atendimento de Chamados (ISUAC)
21	Indicador de Satisfação do Cliente de Solução de Software (ISCSS)
22	Indicador de Alinhamento de TI com Negócio (IATIN)

Além do monitoramento das áreas internas do Supremo Tribunal Federal que já haviam estabelecido planejamentos estratégicos setoriais, a exemplo da Secretaria Judiciária, em 2014 também foi desenvolvido o planejamento estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas, alinhado ao planejamento institucional. A ação foi desenvolvida a partir de curso de capacitação em Gestão Estratégica com o uso do *Balanced Scorecard*, no qual participaram todos os chefes e substitutos da unidade.

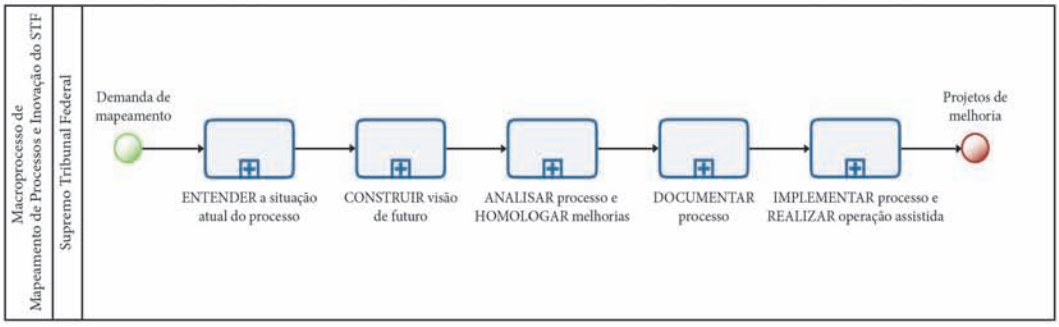
Gestão por processos

A prática de gestão por processos organizacionais foi introduzida no Tribunal em 2012. A capacitação de servidores habilitou-os a aplicar a metodologia de mapeamento de processos e inovação e a realizar ciclos de mapeamento de processos, com o objetivo de avaliar as atividades realizadas pelas unidades do Tribunal e definir os ganhos a serem alcançados.

A ação propiciou o conhecimento detalhado do trabalho realizado, de suas etapas e seus pormenores nos processos mapeados, contribuindo para organizar e aperfeiçoar procedimentos de trabalho, eliminar retrabalho, documentar e disseminar conhecimento. A edição das Resoluções/STF 522 e 523, de 2014, que tratam de atividades da Secretaria Judiciária do Tribunal, é exemplo de melhoria efetivada após a análise de processos de trabalho.

De abril de 2012 a maio de 2014, o Supremo Tribunal Federal realizou 7 ciclos de mapeamento de processos de trabalho, tendo sido a Secretaria de Gestão de Pessoas priorizada no último deles. Ao final, foram mapeados cerca de 160 macroprocessos organizacionais ou processos intermediários, e validadas 1.211 melhorias em processos de trabalho, das quais 417 foram implantadas, resultando em 34,43% de melhorias efetivamente realizadas em 2014.

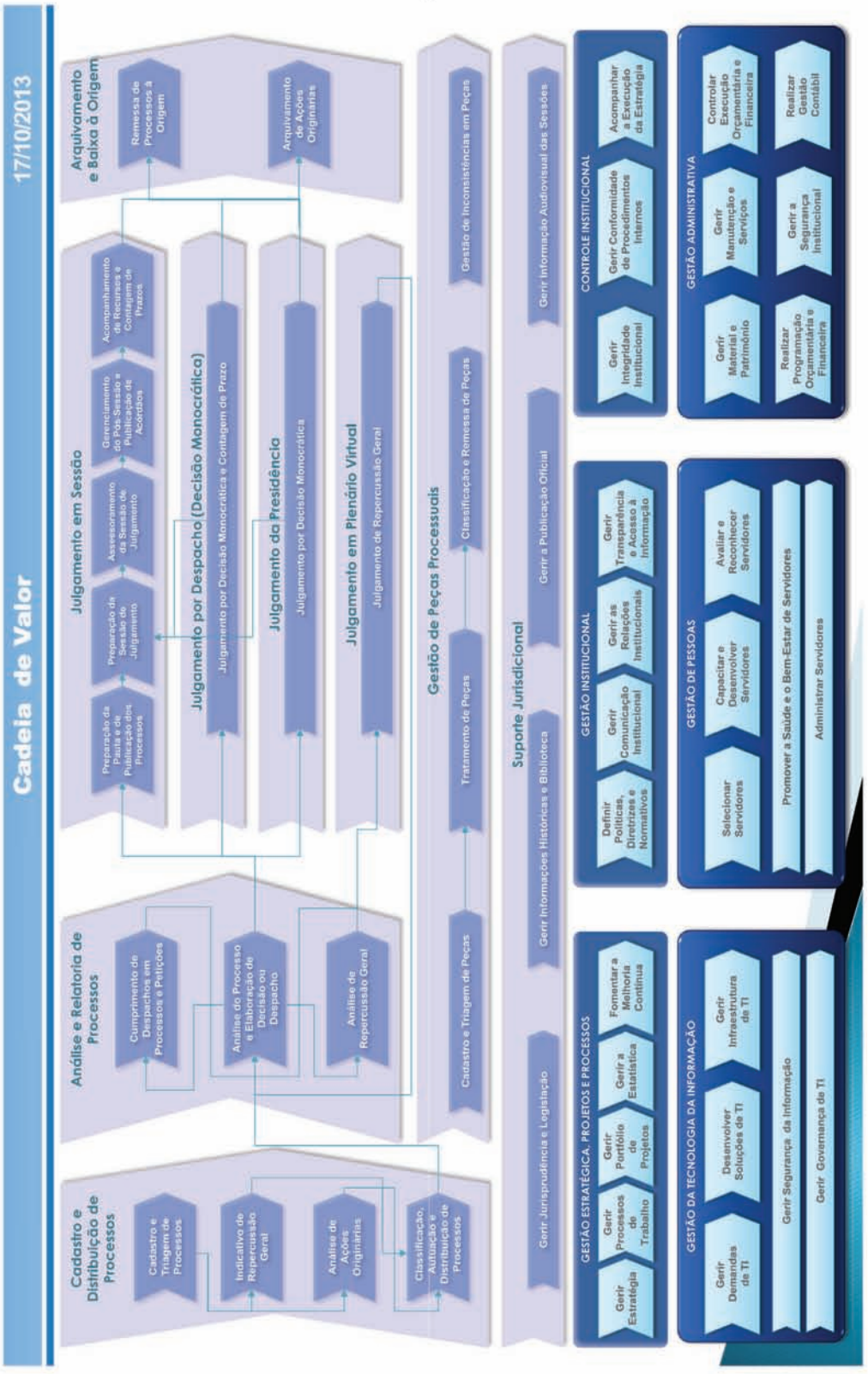
Figura 1
Exemplo de fluxo de processo modelado



A metodologia e as ferramentas para a prática do mapeamento, todos os processos mapeados e as correspondentes modelagens, as agendas de melhorias e as ações efetivadas são divulgados para as unidades internas do Tribunal por meio da *intranet*. Tal acessibilidade confere maior transparência às atividades desenvolvidas e possibilita maior consciência e conhecimento para gestores e servidores sobre as interconexões sistêmicas dos processos de trabalho, contribuindo para o aperfeiçoamento e a eficácia da Cadeia de Valor do Tribunal.

Por meio da Cadeia de Valor, a organização explicita uma visão simplificada e global das atividades desenvolvidas nos processos finalísticos, de suporte e gerenciais, suas correlações e dependências destinadas a agregar valor aos produtos e serviços prestados.

Figura 2
Cadeia de Valor do Supremo Tribunal Federal



A gestão por processos organizacionais, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, está disciplinada pela Instrução Normativa 172, de 15 de maio de 2014, e foi estruturada a partir da abordagem *Business Process Management* (BPM) – ou Gerenciamento de Processos de Negócios. O normativo permitiu ao Tribunal formalizar as atividades relacionadas à análise e sedimentação da cultura de revisão anual de seus processos de trabalho, com vistas a viabilizar o aprimoramento de aspectos de gestão.

Benchmarking do modelo de gestão por processos do Supremo Tribunal Federal

O Supremo Tribunal Federal foi convidado a apresentar o modelo de gestão por processos no BPMDay Brasília, evento realizado em 19 de março de 2014. Na ocasião, servidores representantes do Tribunal fizeram exposição do trabalho com o tema *Vencendo resistências com resultados: o modelo de gestão por processos no STF*. No dia 3 de abril de 2014, também a convite, o mesmo tema foi apresentado no Seminário de Gestão por Processos – Melhorias e Resultados nos Correios.

Além disso, o convite se estendeu para a elaboração de um capítulo do livro *Coletânea de casos em gerenciamento de processos na administração pública*, denominado "Vencendo resistências com resultados: o modelo de gestão por processos no Supremo Tribunal Federal".

O Supremo Tribunal Federal foi convidado a falar sobre seu modelo de gestão por processos no 6º Fórum Nacional Estratégia na Prática & Gestão por Processos, realizado nos dias 28 e 29 de agosto de 2014, no qual foi apresentado o trabalho *Gestão por processos no Supremo Tribunal Federal: um olhar sobre o fenômeno, a cultura e a psicologia da organização*.

Controle interno

Por meio da Resolução/STF 539, de 12 de novembro de 2014, o Tribunal estabeleceu os procedimentos administrativos do órgão que estão sujeitos à análise da Secretaria de Controle Interno, unidade vinculada diretamente ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

No que concerne à prestação de serviços por terceiros, em 17 de novembro de 2014 foi editada a Resolução 540, que disciplinou a alteração do quantitativo de postos de trabalho terceirizado no Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de reduzir despesas com serviços continuados que envolvem mão de obra terceirizada.

Responsabilidade socioambiental

Projeto de ressocialização

O Programa de Ressocialização de Sentenciados do Supremo Tribunal Federal foi iniciado em dezembro de 2008, com a celebração do convênio entre a Corte Constitucional e o Governo do Distrito Federal. O objetivo do projeto é contribuir para a recuperação social dos sentenciados por meio de capacitação técnica e o exercício de uma atividade remunerada.

O programa, que oferece 40 vagas para sentenciados em regime de progressão de pena, encerrou o segundo semestre de 2014 com 27 reeducandos contratados, que foram distribuídos em diferentes unidades do Supremo Tribunal Federal.

Agenda Ambiental

No âmbito do programa Agenda Ambiental do Supremo Tribunal Federal, as ações pautaram-se na reestruturação da coleta seletiva no Supremo Tribunal Federal e no desenvolvimento da conscientização da necessidade de preservação do meio ambiente – tema continuamente difundido no Tribunal por meio de campanhas divulgadas na *intranet*, nos murais etc.

Em 11 de agosto de 2014, foi assinado o Termo de Adesão do Supremo Tribunal Federal à Agenda Ambiental da Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente.

No contexto da coleta seletiva, a tabela a seguir destaca as principais ações promovidas em 2014:

Tabela 29
Coleta seletiva no STF – principais ações em 2014

• Credenciamento de 4 instituições (associações e cooperativas) para recolher os resíduos sólidos recicláveis do Supremo Tribunal Federal.
• Parceria com a Associação Amigos do Futuro, que estabelece a doação, pelo Supremo Tribunal Federal, dos cartuchos e *toners* usados em impressoras e equipamentos de fac-símile. Em contrapartida, a associação se compromete a dar a correta destinação ao material recebido, fornecer diagnóstico e apresentar propostas para o Programa de Gestão Ambiental do Tribunal.
• Aumento do número de postos de coletas de pilhas e baterias – "Papapilhas". Até outubro de 2014, foram recolhidas 4.470 pilhas e baterias, entregues ao Serviço de Limpeza Urbana (SLU) para o descarte ecologicamente correto.
• Coleta de remédios vencidos, para dar a destinação ecologicamente correta.
• Parceria com o Projeto Biguá de Ações Comunitárias de Saneamento Ambiental da CAESB, com a instalação de coletores de óleo de cozinha usado, para dar a correta destinação ao líquido.
• Coleta de borra de café para preparar compostagem, adubo orgânico a ser utilizado nos jardins e no bosque do Tribunal. A coleta foi iniciada em março, e, até o mês de outubro, já haviam sido recolhidos mais de 14 mil quilogramas de borra de café.

Programa de voluntariado

Adote um Sorriso

O programa Adote um Sorriso incentiva o voluntariado junto ao público interno do Tribunal e promove o exercício da cidadania. No primeiro semestre de 2014, o Tribunal promoveu campanha interna por meio da qual os servidores efetuaram doações, que posteriormente foram revertidas em atendimentos odontológicos aos terceirizados. Foram beneficiados 110 terceirizados.

Natal Solidário

No segundo semestre, pelo quinto ano consecutivo, por meio de parceria entre a Empresa Brasileira de Correios e a Central do Servidor, voluntários do Supremo Tribunal Federal adotaram 149 cartas escritas por crianças e endereçadas ao Papai Noel.

Biblioteca Cidadã

O projeto disponibiliza livros aos terceirizados, com o intuito de auxiliar os estudos e incentivar a leitura. Em 2014, foram instaladas estantes de fácil acesso em diferentes pontos do complexo arquitetônico do Supremo Tribunal Federal, nas quais são dispostos os livros doados pelo público interno do Tribunal. Ao longo do ano, foram doados mais de 300 exemplares.

Instrutoria Solidária

Também em 2014, no âmbito do programa Instrutoria Solidária do Supremo Tribunal Federal, foram oferecidas 81 oportunidades de capacitação a terceirizados, com vagas em eventos diversos, como: curso a distância do *Balanced Scorecard* (BSC); curso a distância Atendimento ao Público com Excelência; Oficina de Direito Administrativo; Oficina de Direito Constitucional; e programa Notório Saber, em palestra proferida pelo Ministro Dias Toffoli, que versou sobre o tema "Reflexões sobre a Democracia e as Eleições – o exercício da cidadania".

Programa de estágio de estudantes

Para atender a demandas internas, em 2014 o Supremo Tribunal Federal alterou o Contrato 87/2010/STF-CIEE, com o objetivo de aumentar a quantidade de vagas de estagiários de nível superior, que passaram de 296 para 324. No contrato, também estão contempladas 90 vagas para estudantes do ensino médio.

Doação de sangue

Todos os anos o Supremo Tribunal Federal promove campanhas periódicas de doação de sangue. Conforme auditoria realizada pelo Hemocentro de Brasília, em 2014 o Supremo Tribunal Federal foi órgão de referência para a coleta de sangue no Distrito Federal. A entidade avaliou desde a gestão da campanha realizada no Tribunal para atrair voluntários até as condições de higiene, o acolhimento dos doadores e as informações a eles prestadas.

Gestão
Organização e modernização administrativas
pautadas por excelência operacional.

Organização administrativa

Reestruturação orgânica

Entre as medidas internas de reestruturação administrativa, merece destaque a ação promovida por meio do Ato Regulamentar 19, publicado em 20 de outubro de 2014, que alterou a estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal. A ação teve por objetivo redefinir estruturas hierárquicas e promover ajustes, conforme identificados pelos gestores do Tribunal, para melhor adequar as atividades desenvolvidas pelas unidades. A criação de uma unidade interna dedicada a ações em educação a distância no âmbito da atuação do Supremo Tribunal Federal foi uma das inovações introduzidas, a qual tem por objeto não só o aumento na quantidade de treinamentos mas também a customização dos cursos oferecidos, contribuindo para o alcance de objetivos estratégicos do Tribunal.

Manutenção e modernização das instalações do Supremo Tribunal Federal

Diversas ações destinadas à modernização do complexo arquitetônico do Supremo Tribunal Federal encontram-se em andamento. Em 2014, destacam-se as seguintes ações concluídas:

- Revisão e atualização dos projetos de prevenção e combate a incêndio;

- Fornecimento e instalação de sistema de energia elétrica ininterrupta, composto basicamente de dois *no-breaks* modulares de 250 kVA cada um, com a respectiva infraestrutura, sendo um instalado no Centro de Transmissão da Rádio/TV Justiça, no Colorado, e outro no Edifício Anexo I;

- Fornecimento, montagem e instalação de plataforma de percurso vertical externa semicabinada, com caixa enclausurada, no Edifício Anexo I do Supremo Tribunal Federal;

- Elaboração dos projetos básico e executivo do sistema de exaustão e ventilação da garagem do Edifício Anexo I do Supremo Tribunal Federal;

- Elaboração de projeto executivo de adequação do sistema de fornecimento de energia elétrica do Edifício Anexo II do Supremo Tribunal Federal;

- Elaboração de projeto básico completo para execução de obra de impermeabilização das lajes de cobertura do Edifício Anexo I – Blocos A e B;

- Elaboração dos projetos básico e executivo para ampliação e modernização dos sistemas de exaustão e ventilação da cozinha industrial do restaurante, localizado no Edifício Anexo I do Supremo Tribunal Federal.

Recursos tecnológicos

Em 21 de outubro de 2014, foi editada a Instrução Normativa 179, que regulamentou o controle de acesso e o uso do Centro de Dados do Supremo Tribunal Federal, ambiente que visa a proteger os equipamentos e sistemas de TI contra fogo, calor, umidade, roubo, arrombamento, acesso indevido, sabotagem, impacto, pó e magnetismo. O Centro de Dados do Supremo Tribunal Federal é composto por 2 ambientes: a sala-cofre e a sala de apoio, cujo acesso é restrito ao pessoal técnico que detém as credenciais necessárias.

O Centro de Dados abriga equipamentos responsáveis por todos os serviços de TI do Tribunal, incluindo a guarda de todos os documentos e processos digitalizados, bem como hospeda equipamentos de outras Secretarias da Corte.

A edição desse normativo buscou atender aos princípios orientadores da atividade de segurança da informação no Supremo Tribunal Federal, conforme estabelecido no art. 1º da Resolução 396, de 23 de abril de 2009, a saber: confidencialidade, disponibilidade e integridade.

Gestão de pessoas

Atualização cadastral

Conquanto o Supremo Tribunal Federal já monitorasse os registros cadastrais do seu quadro de pessoal, no dia 19 de março de 2014, foi editada a Instrução Normativa 168, que normalizou a obrigatoriedade da atualização cadastral dos servidores. O recadastramento dos servidores ativos foi realizado entre 14 de abril e 30 de maio; e o dos aposentados, no período de 1º de julho a 4 de novembro.

No período considerado, o Tribunal contava com 1.068 servidores no quadro, dos quais 74 estavam em exercício provisório em outros órgãos ou cedidos a eles. Havia ainda 60 servidores de outros órgãos que se encontravam em exercício provisório no Supremo Tribunal Federal ou cedidos à Corte e 29 servidores sem vínculo efetivo com a administração pública.

Novas funções e cargos em comissão

Em 2014, o Projeto de Lei 4.359/2012 foi aprovado e transformado na Lei 13.028/2014, que criou 52 funções de confiança de nível FC-02, 2 funções comissionadas de nível FC-04 e 3 cargos em comissão de nível CJ-01. Igualmente, foi aprovado o Projeto de Lei 5.382/2013, convertido na Lei 13.029/2014, que criou 33 cargos em comissão de nível CJ-03 e 90 funções de confiança de nível FC-03 no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal.

A criação desses cargos e funções permitiu melhorar a estrutura de assessoramento jurídico dos Ministros, bem como uniformizar a concessão das funções destinadas aos substitutos eventuais de chefes de seção, corrigindo distorções no tratamento dispensado aos servidores com encargo de substituição. A distribuição dos cargos foi regulamentada no Tribunal por meio da Resolução/STF 537/2014.

Concurso público

Também em 2014, deu-se prosseguimento à posse de candidatos aprovados no concurso público realizado pelo Supremo Tribunal Federal em 2013. O quadro geral com o detalhamento das vagas e nomeações está disponível para acesso ao público no Portal do STF, em "Sobre o STF". Até dezembro de 2014, foram preenchidas todas as 34 vagas ofertadas no Edital 1/STF, de 11 de outubro de 2013, além de vagas do cadastro reserva, totalizando a nomeação de 118 candidatos no decorrer do ano, dos quais 104 tomaram posse e entraram em exercício no Supremo Tribunal Federal.

Ambientação de novos servidores e Momento da Estabilidade

Com o objetivo de proporcionar a formação da cidadania corporativa, mediante o compartilhamento e a sensibilização para o cumprimento da missão, da visão de futuro e dos valores do Supremo Tribunal Federal, bem como para divulgar informações acerca das políticas e normas do órgão, ao ingressar no Tribunal, o novo servidor deve participar do Programa de Ambientação, estruturado nas seguintes fases: Acolhimento Inicial, Ambientação Setorial e Curso de Ambientação. A Ambientação Setorial é desenvolvida diretamente na unidade de lotação de cada servidor recém-ingresso e corresponde ao acompanhamento setorial, sob a orientação de um servidor indicado pelo gestor da unidade, denominado tutor, que exerce essa função pelo período de um mês.

Após a conclusão do período do estágio probatório, é realizado encontro com os servidores aprovados, cujo objetivo é a reflexão acerca de sua relação com o trabalho na Corte.

Capacitação

Para atender demandas de formação em línguas estrangeiras, em especial em virtude dos acordos e ações de cooperação e intercâmbio com outros países firmados pelo Supremo Tribunal Federal, são oferecidas bolsas para estudo de outros idiomas. Em 2014, foram contemplados 27 servidores após processo seletivo conjugado com a capacidade financeira e operacional do Tribunal.

No contexto da especialização, foram oferecidas bolsas de pós-graduação e classificados 12 servidores que se candidataram. Consideradas as bolsas concedidas anteriormente, em dezembro de 2014 encontravam-se ativas 20 bolsas de pós-graduação e 51 para línguas estrangeiras.

O Supremo Tribunal Federal também mantém programa de participação obrigatória aos gestores, denominado Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), em observância ao disposto no art. 5º, § 3º, da Lei 11.416/2006. Em 2014, foram promovidos 13 eventos do PDG, totalizando 48 horas de treinamento, com 774 participantes[27], dos quais 473 gestores, 148 substitutos e 153 servidores sem função gerencial.

27 Um servidor pode ser contabilizado mais de uma vez por ter participado em mais de um evento do PDG.

Das ações realizadas, destaca-se o projeto Notório Saber, que em 2014 contou com palestra proferida pelo Ministro Roberto Barroso, que versou sobre o tema "Reflexões sobre a competência e o funcionamento do STF", e palestra proferida pelo Ministro Dias Toffoli, que falou sobre o tema "Reflexões sobre a democracia e as eleições – o exercício da cidadania".

Na tabela abaixo, segue o resumo das ações realizadas no contexto do Plano de Capacitação Anual do Supremo Tribunal Federal:

Tabela 30
Resultados do Plano de Capacitação Anual do STF (PCA) 2014

Número de ações	Modalidade	Aprovados*
73	Treinamentos internos (24 eventos internos para as unidades do Supremo Tribunal Federal e 5 eventos no Ciclo de Capacitação para Gabinetes de Ministros).	1.948
15	Termos de cooperação com outros órgãos do Poder Judiciário.	46
132	Eventos externos.	359
220: total de ações no âmbito do Plano de Capacitação Anual do Supremo Tribunal Federal (PCA) 2014		

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do Supremo Tribunal Federal.
*Um servidor pode ser contabilizado mais de uma vez por ter participado em mais de um evento do PCA 2014.

Bem-Estar

A cada 2 anos, o Supremo Tribunal Federal realiza a Pesquisa de Bem-Estar com o objetivo de diagnosticar a percepção coletiva dos servidores do Supremo Tribunal Federal em relação aos fatores estruturantes de qualidade de vida no trabalho: relações socioprofissionais, condições de trabalho, reconhecimento e crescimento profissional e elo trabalho-vida social.

Nos primeiros meses de 2014, em parceria com os professores-consultores da UnB, foram elaborados o relatório técnico-científico da Pesquisa de Bem-Estar 2013, contendo a análise dos resultados do ano de 2013, e o relatório comparativo entre as duas aplicações da pesquisa 2011 e 2013, que buscou analisar o impacto das ações realizadas durante o intervalo da aplicação das pesquisas. O trabalho resultou na entrega de um relatório geral e de um relatório com análise por unidade. Além disso, a pesquisa foi divulgada para o público interno e houve a entrega do documento à administração, com propostas de melhoria para auxiliar a gestão na busca de soluções para os problemas detectados. Entre as soluções já implantadas com base em estudos anteriores, encontra-se o Programa de Qualidade de Vida do STF – Viva Bem.

Valorização e disseminação do conhecimento interno

Para incentivar a disseminação das competências individuais e estimular o desenvolvimento do capital intelectual dos servidores, o Supremo Tribunal Federal desenvolve o Programa de Formação de Multiplicadores de Conhecimento, que, em 2014, capacitou 40 participantes; e o programa Desenvolvendo Talentos, que ofereceu, ao longo do ano, 101 oportunidades de capacitação.

Saúde do servidor

Entre as ações com foco na saúde do servidor, destacaram-se, em 2014: imunização contra a gripe; programa Saúde do Homem; campanha de descarte legal de medicamentos; análise ergonômica dos postos de trabalho; avaliações pré-admissionais (médica e psicológica) dos candidatos do concurso do Supremo Tribunal Federal; palestra *A importância do gestor na consolidação da acessibilidade e da cultura inclusiva no STF*; apresentação do programa STF sem Barreiras no curso de ambientação dos novos servidores; elaboração do plano de ação e publicação de matérias do Lanche Certo; coleta itinerante de escovas dentais, tubos de cremes dentais e suas embalagens, para reciclagem em parceria com diversas Secretarias – ação do programa Odontologia Sustentável –; promoção da Semana do Meio Ambiente; pesquisa de satisfação Saúde da Boquinha; programa de ginástica laboral; programa Sorria STF; e atendimento contínuo a crianças no berçário do Supremo Tribunal Federal, entre outros.

STF-Med

O plano de saúde dos Ministros e servidores, ativos e aposentados, e dos pensionistas do Supremo Tribunal Federal, STF-Med, instituído em 2001 sob o modelo de autogestão, é supervisionado por um conselho deliberativo. Das ações realizadas em 2014, destacam-se: monitoramento da rentabilidade dos recursos próprios aplicados; mudanças no fluxo de trabalho, para atender às novas normas do Regulamento Geral do STF-Med, alterado pela Resolução 529, de 5 de junho de 2014, publicada no dia 9 do mesmo mês; e alteração da rotina de trabalho no reembolso odontológico.

Cidadania Corporativa

O Supremo Tribunal Federal desenvolve o programa Cidadania Corporativa, instituído em 2009, em cumprimento ao disposto no Anexo III da Portaria Conjunta 3/2007. Ao longo do ano, são realizadas ações voltadas para a sensibilização permanente das pessoas que atuam no Tribunal. Pretende-se, com essas ações, formar a cidadania corporativa, com enfoque na prática de valores institucionais. Em 2014, o programa destacou os valores Credibilidade e Celeridade. A cidadania corporativa no âmbito do Supremo Tribunal Federal é desenvolvida a partir dos seguintes valores estabelecidos: Acessibilidade, Celeridade, Responsabilidade Social e Ambiental, Respeito nas Relações Interpessoais, Transparência, Valorização do Capital Humano, Credibilidade e Ética.

Gestão orçamentária e financeira

Orçamento

No exercício de 2014, a dotação orçamentária do Supremo Tribunal Federal foi de R$ 564,1 milhões, conforme expresso no Anexo I da Lei 12.952, de 20 de janeiro de 2014 (Lei Orçamentária Anual – LOA).

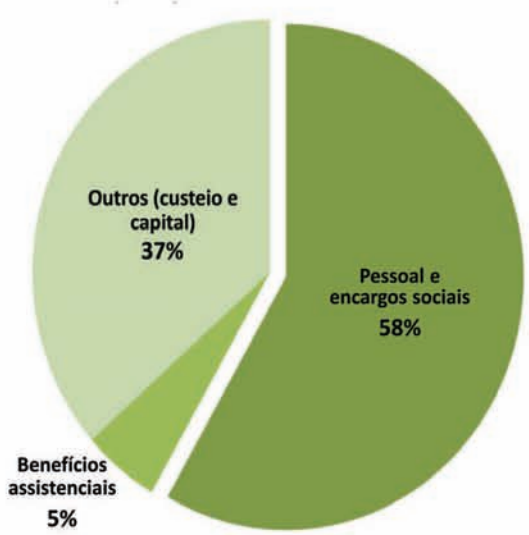
A execução orçamentária em 2014 alcançou 89% da dotação orçamentária destinada ao Supremo Tribunal Federal, conforme detalhado na tabela e nos gráficos a seguir:

Tabela 31
Orçamento STF – dotação X execução em 2014 (em R$ 1,00)

	Dotação	Empenhado	Liquidado	% execução
Pessoal e encargos sociais	336.952.917,00	332.105.973,99	332.105.973,99	100%
Benefícios assistenciais	30.163.795,00	30.034.553,26	30.034.553,26	100%
Outros (custeio e capital)	210.865.153,00	161.254.399,10	154.485.526,55	73%
Total	577.981.865,00	523.394.926,35	516.626.053,80	89%

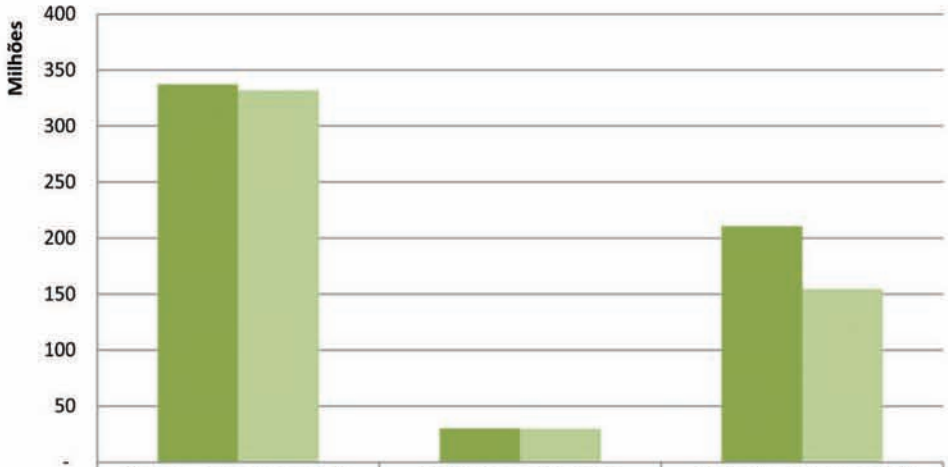
Fonte: Secretaria de Administração e Finanças do Supremo Tribunal Federal.
Dados apurados até 31/12/2014.

Gráfico 12
Distribuição orçamentária do STF em 2014



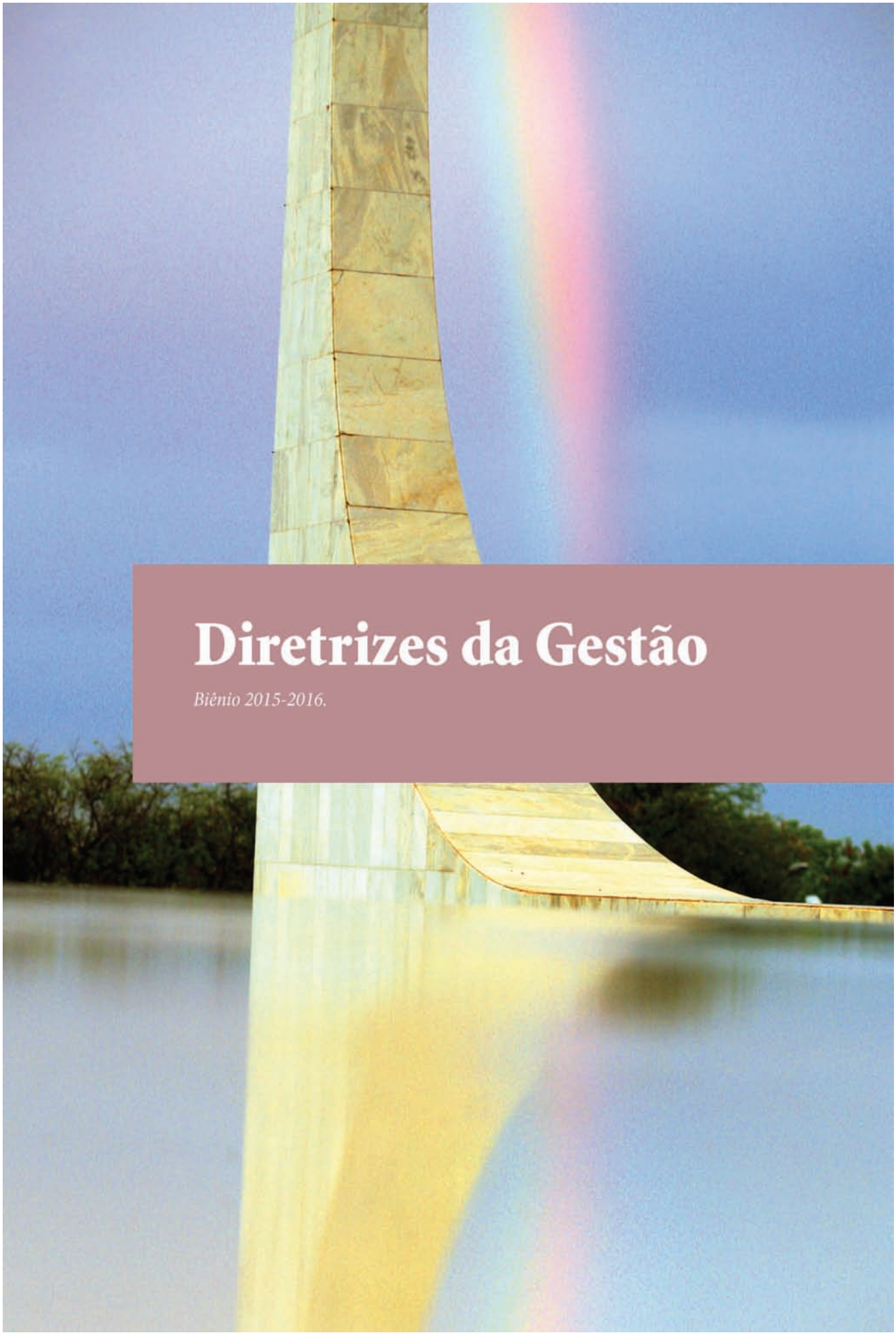
Fonte: Secretaria de Administração e Finanças do Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 13
Dotação X execução – acumulado 2014 (em R$ 1,00)



	Pessoal e encargos sociais	Benefícios assistenciais	Outros (custeio e capital)
Dotação	336.952.917,00	30.163.795,00	210.865.153,00
Liquidado	332.105.973,99	30.034.553,26	154.485.526,55

Fonte: Secretaria de Administração e Finanças do Supremo Tribunal Federal.
Dados apurados até 31/12/2014.


Diretrizes da Gestão
Biênio 2015-2016.

Diretrizes da gestão para o biênio 2015-2016

PORTARIA 5, DE 8 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre as diretrizes de gestão do Supremo Tribunal Federal para o biênio 2015-2016.

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o dever de dar transparência às ações e aos projetos cogitados e realizados no Tribunal;

CONSIDERANDO a necessidade de informar a comunidade jurídica, em particular, e a sociedade civil, como um todo, acerca das metas institucionais que serão priorizadas no próximo biênio; e

CONSIDERANDO, ainda, a importância de empregar com a maior eficiência possível os recursos humanos e financeiros da Corte;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas as seguintes diretrizes para as ações da Presidência no biênio 2015-2016:

I – promover permanente diagnóstico e identificação dos entraves a uma prestação célere e eficaz, propondo as soluções administrativas, técnicas e normativas cabíveis;

II – intensificar as relações com os demais Poderes e outras Instituições essenciais à administração da Justiça, com vistas a buscar a convergência de esforços nas tarefas que lhes são comuns;

III – dar prioridade, nos julgamentos do Plenário, a processos de maior impacto na sociedade, a exemplo dos recursos extraordinários com repercussão geral e das ações originárias com efeitos *erga omnes*;

IV – acelerar a edição de súmulas vinculantes, por representarem orientações objetivas e permanentes aos operadores do Direito para a solução de temas constitucionais controvertidos;

V – melhorar a comunicação e o compartilhamento de informações processuais entre o Tribunal e os demais órgãos do Poder Judiciário para dar maior eficácia à jurisdição constitucional;

VI – realizar estudos empíricos sobre a produção jurisdicional da Corte, agregando valor aos dados estatísticos resultantes, promovendo a sua divulgação periódica;

VII – estimular o uso de instrumentos de participação social na solução das controvérsias submetidas ao Tribunal de maneira a robustecer a legitimidade das decisões por ele tomadas;

VIII – envidar esforços para a permanente valorização dos magistrados e dos servidores da Corte e do Poder Judiciário em geral;

IX – aprimorar a interlocução do STF com organismos internacionais, tribunais supranacionais e cortes de outros países, objetivando fortalecer a proteção dos direitos fundamentais enquanto valores que integram o patrimônio comum da Humanidade.

Art. 2º As diretrizes e ações acima discriminadas serão levadas em conta no planejamento estratégico do Supremo Tribunal Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**

Levantamento de dados
Secretaria-Geral da Presidência
Secretaria do Tribunal

Compilação
Assessoria de Gestão Estratégica da
Secretaria-Geral da Presidência

Revisão e diagramação
Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência da
Secretaria de Documentação

Projeto gráfico
Núcleo de Programação Visual da
Secretaria de Comunicação Social

Fotos
Carlos Humberto
Fellipe Sampaio
Gervásio Baptista
Nelson Junior
Dorivan Marinho

RELATÓRIO ANUAL

CNJ 2014

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO ANUAL

CNJ 2014

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente	Ministro Ricardo Lewandowski
Corregedor Nacional de Justiça	Ministra Nancy Andrighi
Conselheiros	Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
	Ana Maria Duarte Amarante Brito
	Guilherme Calmon Nogueira da Gama
	Flavio Portinho Sirangelo
	Deborah Ciocci
	Saulo José Casali Bahia
	Rubens Curado Silveira
	Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
	Gilberto Valente Martins
	Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira
	Gisela Gondin Ramos
	Emmanoel Campelo de Souza Pereira
	Fabiano Augusto Martins Silveira
Secretário-Geral	Fabrício Bittencourt da Cruz
Diretor-Geral	Rui Moreira de Oliveira

EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação Social

Secretária de Comunicação Social	Giselly Siqueira
Projeto gráfico	Eron Castro
Revisão	Luciana Barreto Machado Rezende

2015

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Sumário

Estrutura Orgânica 13
Estrutura Orgânica do CNJ 14
Organograma 14
Composição 20
Plenário 21
Presidência 24
Corregedoria Nacional de Justiça 25
Comissões 25
Secretaria-Geral 26
Diretoria-Geral 27
Departamento de Pesquisas Judiciárias 28
DMF 28
Ouvidoria 29

Estratégia do CNJ 31
Mapa Estratégico 32

Gestão Orçamentária 35
Gestão Orçamentária 36
Orçamento do Conselho Nacional de Justiça 36
Orçamento do Poder Judiciário 37
Orçamento do Poder Judiciário 37
Judiciário da União 37
Judiciário Estadual 39
Atuação do CNJ 42

Gestão de Pessoas ... 47

Capacitação ... 48
Cursos Abertos à Sociedade ... 48
Ciclo de Capacitação com Tutoria ... 49
Curso a distância em parceria com o TCU ... 50
Cursos inéditos desenvolvidos pelo CNJ ... 51
Cursos presenciais ... 52
Análise dos resultados ... 54
Educação corporativa ... 56

Eventos realizados ... 57
Seminário de Gestão por Competências e do Conhecimento ... 57

Outras ações ... 58
Projetos e Sistemas do CEAJud ... 58
Sistema de Cadastro Nacional de Instrutores Internos ... 58

Propostas, previsões e projetos para 2015 ... 59
Desenvolvimento de novos cursos ... 59
Curso Cidadão ... 59
Projeto Estúdio ... 59
Desenvolvimento de manual sobre gestão por competências ... 59

Infraestrutura e Tecnologia ... 61

Infraestrutura e Tecnologia ... 62
Implantação do PJe nos Tribunais ... 62
Implantação do PJe no CNJ ... 62
Gestão Documental: Implantação do SIGA-DOC no CNJ ... 63

Aprimoramentos ... 63
Aprimoramento do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei ... 63
Aprimoramento do Sistema de Metas Nacionais ... 63
Aprimoramento do Sistema de Malote Digital ... 63
Implantação do Sistema de Acompanhamento de Processos Disciplinares contra Magistrados ... 64
Reformulação do Sistema de Cadastro Nacional de Adoção ... 64
Reformulação do Processo de Desenvolvimento de Software ... 64
Aperfeiçoamento do MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade) ... 64
Aprimoramento da infraestrutura tecnológica do CNJ ... 65

Fiscalização e Correição ... 67

Fiscalização e Correição ... 68
Inspeções ... 68
Justiça Plena ... 70
Procedimentos de Competência da Corregedoria ... 71
Magistrados punidos por decisão Plenária em 2014 ... 71
Magistrados afastados preventivamente em 2014 ... 72
Auditorias de Acompanhamento de Gestão ... 72
Ação Coordenada de Auditoria ... 73

Alinhamento e Integração ... 77

Pesquisas ... 78
Relatório Justiça em Números ... 78
Censo Nacional do Poder Judiciário ... 80
Pesquisa sobre conflitos fundiários ... 81
Reincidência e itinerários criminais no Brasil: um estudo de corte sobre a população egressa do sistema de justiça criminal no ano de 2006 ... 81
Relatório sobre a Meta 18 ... 82
Parceria entre CNJ e a Revista Científica Direito GV, da Fundação Getúlio Vargas ... 83
Selo Justiça em Números ... 83
Tribunais laureados ... 84
Cooperação Jurídica Internacional ... 87

Eventos realizados ... 90
Reunião preparatória para o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário ... 90
VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário ... 90
3º Seminário de Metodologia do IBGE ... 91
Seminário CNJ Acadêmico ... 91
Seminário "Justiça Pesquisa" ... 91

Propostas, projetos e previsões para 2015 ... 92
Cadernos temáticos do Censo do Poder Judiciário ... 92
Aprimoramento da Resolução CNJ n. 76/2009 e 184/2013 ... 92
II Edital da Série "Justiça Pesquisa" ... 92
Assessoramento para elaboração do Supremo em Números ... 92
"Da esfera infracional para a criminal: quantos envolvidos em crime, condenados, são egressos do sistema socioeducativo?" ... 93

Atuação Institucional ... 95

Atuação Institucional ... 96

Mutirão Carcerário ... 96

Sistema Socioeducativo ... 97

Mutirão do Sistema Socioeducativo ... 97

Selo Infância e Juventude ... 97

Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade – CNIUIS ... 98

Estratégia Nacional de Segurança Pública – ENASP ... 98

Geopresídios ... 104

Fórum Nacional de Alternativas Penais (FONAPE) ... 104

Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário ... 104

Fórum da Saúde ... 106

Cadastro Nacional de Adoção – CNA ... 107

Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos – CNCA ... 108

Carta de Constituição de Estratégias da Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente ... 109

Termo de Cooperação Técnica – CNJ e Childhood Brasil ... 112

Movimento Permanente pela Conciliação ... 113

Conciliações - Justiça Federal ... 117

Programa de Gestão Socioambiental ... 119

Política Nacional de Gestão de Pessoas e Programa de Modernização de Gestão de Pessoas ... 120

Projeto "Diagnóstico e fortalecimento dos judiciários estaduais por meio do Conselho Nacional de Justiça – CNJ" – Banco Mundial ... 122

Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição ... 126

Diagnóstico ... 126

Propostas apresentadas ... 127

Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar ... 129

Fórum Nacional de Precatórios - FONAPREC ... 136

Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) ... 140

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) ... 141

Diagnóstico sobre a atuação da Justiça Militar, nos âmbitos federal e estadual ... 144

CNJ Acadêmico ... 145

Outras Informações ... 147

Comunicação ... 151

Canais de Comunicação ... 151

Repercussão do CNJ na mídia impressa e on-line ... 152

Eficiência Operacional ... 155
Força de trabalho ... 156
Gestão de Desempenho ... 156
Programa de Ressocialização de Sentenciados ... 157
Programa de Gestão por Competência ... 157
Pesquisa de Clima Organizacional ... 157
Ações de Qualidade de Vida ... 158
Melhoria das Instalações Prediais ... 159
Planejamento das Contratações 2014 ... 162
Procedimentos Licitatórios ... 162
Gestão de Contratos ... 163
CNJ Gestão ... 164
Gestão de Processos ... 164
Biblioteca do CNJ ... 164
Atualização do Informativo de Jurisprudência ... 165
Plano de Auditoria de Longo Prazo ... 166
O Plano Anual de Auditoria ... 166

Julgados do CNJ em Números ... 169
Julgados do CNJ em Números ... 169

Outras Informações ... 170
Instruções Normativas Editadas pela Diretoria-Geral ... 170
Pareceres de análise de mérito de anteprojetos de lei para criação de cargos, funções e unidades judiciárias ... 171
Apoio ao grupo da redistribuição da força de trabalho ... 171
Assessoramento para elaboração do Selo Infância e Juventude ... 171
Assessoramento para a elaboração do informativo de jurisprudência do CNJ ... 172
Assessoramento na elaboração do 3º Relatório do Brasil sobre Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos ... 172
Assessoramento na elaboração do 3º Relatório do Brasil sobre Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) ... 173
Chamada Pública sobre Juizados Especiais Cíveis ... 173

Providências para o Aperfeiçoamento do Poder Judiciário ... 177

Resoluções e Recomendações ... 178

Resoluções ... 179

Recomendações ... 180

Recomendações de Melhorias à Gestão Estratégica ... 183
Metas Nacionais Para 2015 ... 184
Metas da Corregedoria Nacional de Justiça para 2015 ... 186

APRESENTAÇÃO

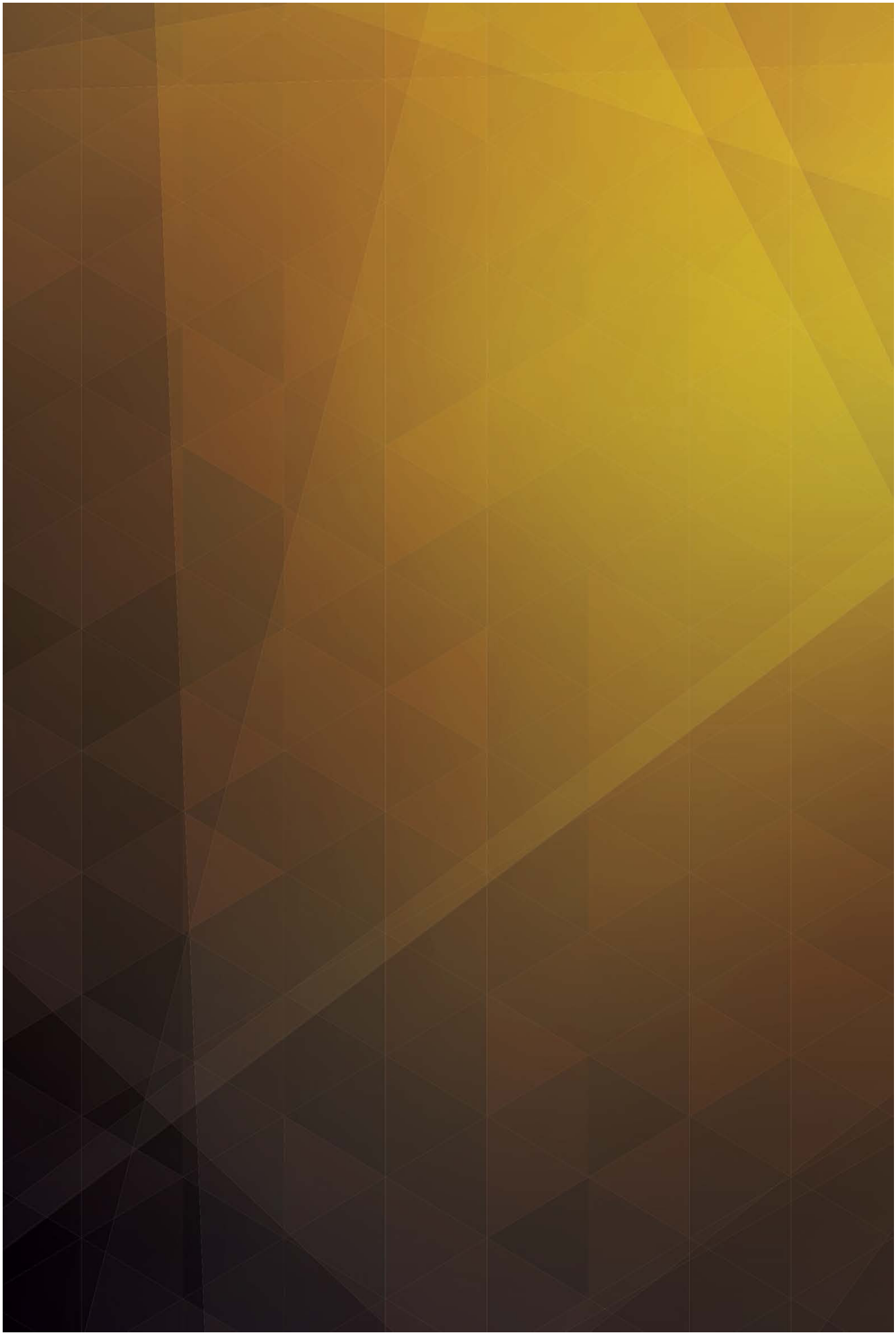
Em atendimento ao disposto no artigo 103-B, § 4º, inciso VII, da Constituição Federal, e do Regimento Interno, art. 4º, XII, apresenta-se o **Relatório Anual do Conselho Nacional de Justiça**, com as principais atividades realizadas ao longo do exercício de 2014.

O relatório foi compilado a partir das informações prestadas pelas Comissões Permanentes, Unidades do CNJ e Corregedoria Nacional de Justiça.

Inicialmente o relatório apresenta a estrutura orgânica do Conselho, o organograma com a distribuição funcional das unidades que o compõem e uma síntese das atribuições de seus órgãos.

A seguir, o documento apresenta o Mapa Estratégico e os principais dados orçamentários do Poder Judiciário da União e do próprio CNJ, bem como da Justiça Estadual.

Na terceira parte do Relatório foram incluídas as principais ações desenvolvidas ao longo do ano de 2014. A apresentação das informações segue os "temas estratégicos" do Planejamento Estratégico do CNJ (2010-2014) - gestão de pessoas, infraestrutura e tecnologia, fiscalização e correição, alinhamento e integração, atuação institucional e eficiência operacional, além de um resumo das Resoluções e Recomendações aprovadas no período.



Estrutura Orgânica

PODER JUDICIÁRIO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Estrutura Orgânica do CNJ

Organograma

I – PLENÁRIO

1. Conselheiros
   1.1. Gabinetes
2. Comissões
3. Ouvidoria
   3.1. Gabinete da Ouvidoria

II – PRESIDÊNCIA

1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Presidência

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

1. Coordenadoria de Auditoria
   1.1. Seção de Auditoria Interna
2. Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão

2.1. Seção de Acompanhamento da Execução Contratual

SECRETARIA-GERAL

1. Gabinete da Secretaria-Geral
2. Núcleo de Apoio às Comissões Permanentes e Temporárias e ao acompanhamento de Projetos
3. Departamento de Pesquisas Judiciárias
4. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
5. Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário
6. Secretaria de Cerimonial e Eventos
   6.1. Seção de Cerimonial
   6.2. Seção de Eventos

7. Secretaria de Comunicação Social

7.1. Seção de Comunicação Institucional

7.2. Coordenadoria de Imprensa

8. Secretaria Processual

8.1. Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição

8.1.1. Seção de Protocolo e Digitalização

8.1.2. Seção de Autuação e Distribuição

8.2. Coordenadoria de Processamento de Feitos

8.2.1. Seção de Apoio ao Plenário

8.2.2. Seção de Processamento

8.2.3. Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações

8.2.4. Seção de Acompanhamento das Decisões

8.2.5. Seção de Jurisprudência

9. Departamento de Gestão Estratégica

9.1. Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário

9.1.1. Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário

9.1.2. Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia

9.1.3. Seção de Desenvolvimento de Metodologias e Inovação

9.2. Divisão de Desenvolvimento Institucional

9.2.1. Seção de Planejamento Institucional

9.2.2. Seção de Gestão de Processos

9.2.3. Seção de Organização e Normatização

10. Departamento de Acompanhamento Orçamentário

10.1. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário da União

10.1.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário da União

10.2. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário Estadual

10.2.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário Estadual

11. Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

11.1. Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação

11.2. Divisão de Gestão do Processo Judicial Eletrônico

11.2.1. Seção de Gestão Negocial do Processo Judicial Eletrônico

11.2.2. Seção de Sustentação do Processo Judicial Eletrônico

11.3. Coordenadoria de Gestão de Sistemas

11.3.1. Seção de Qualidade e Padronização

11.3.2. Seção de Gestão de Sistemas da Presidência, da Corregedoria e dos Gabinetes

11.3.3. Seção de Gestão de Sistemas da Secretaria-Geral

11.3.4. Seção de Gestão de Sistemas da Diretoria-Geral

11.4. Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura

11.4.1. Seção de Gestão de Segurança da Informação

11.4.2. Seção de Gestão de Banco de Dados

11.4.3. Seção de Gestão de Telecomunicações

11.4.4. Seção de Gestão de Serviços e Aplicações

11.4.5. Seção de Gestão de Atendimento ao Usuário

11.4.6. Seção de Gestão de Microinformática

DIRETORIA-GERAL

1. Gabinete do Diretor-Geral

1.1. Seção de Passagens e Diárias

2. Núcleo de Suporte Logístico e Segurança

2.1. Seção de Apoio aos Conselheiros e aos Juízes

2.2. Seção de Segurança e Transportes

3. Comissão Permanente de Licitação

3.1. Seção de Licitações

4. Assessoria Jurídica

5. Secretaria de Administração

5.1. Seção de Material e Patrimônio

5.2. Seção de Compras

5.3. Seção de Gestão de Contratos

5.4. Seção de Almoxarifado

5.5. Seção de Arquitetura

5.6. Seção de Engenharia e Manutenção Predial

5.7. Seção de Serviços Gerais

5.8. Seção de Elaboração de Editais

5.9. Seção de Arquivo

6. Secretaria de Orçamento e Finanças

6.1. Seção de Contabilidade

6.2. Seção de Análise e Liquidação

6.3. Seção de Planejamento Orçamentário

6.4. Seção de Execução Orçamentária e Financeira

7. Secretaria de Gestão de Pessoas

7.1. Seção de Registros Funcionais

7.2. Seção de Benefícios

7.3. Seção de Legislação

7.4. Seção de Seleção e Gestão de Desempenho

7.5. Seção de Educação Corporativa

7.6. Seção de Pagamento

7.7. Seção de Governança em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário

III – CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

1. Juízes Auxiliares

2. Gabinete da Corregedoria

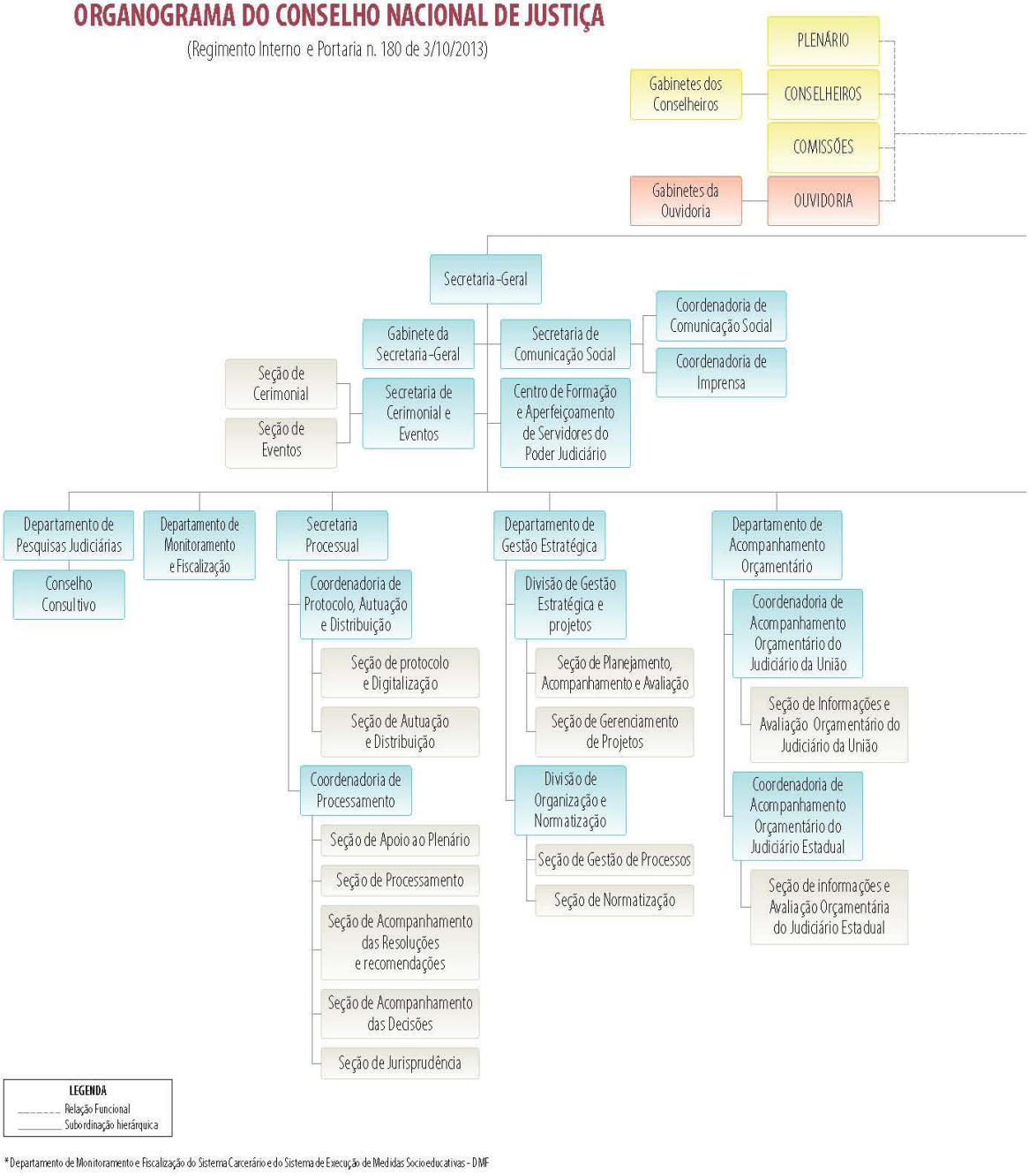
3. Assessoria da Corregedoria

PODER JUDICIÁRIO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

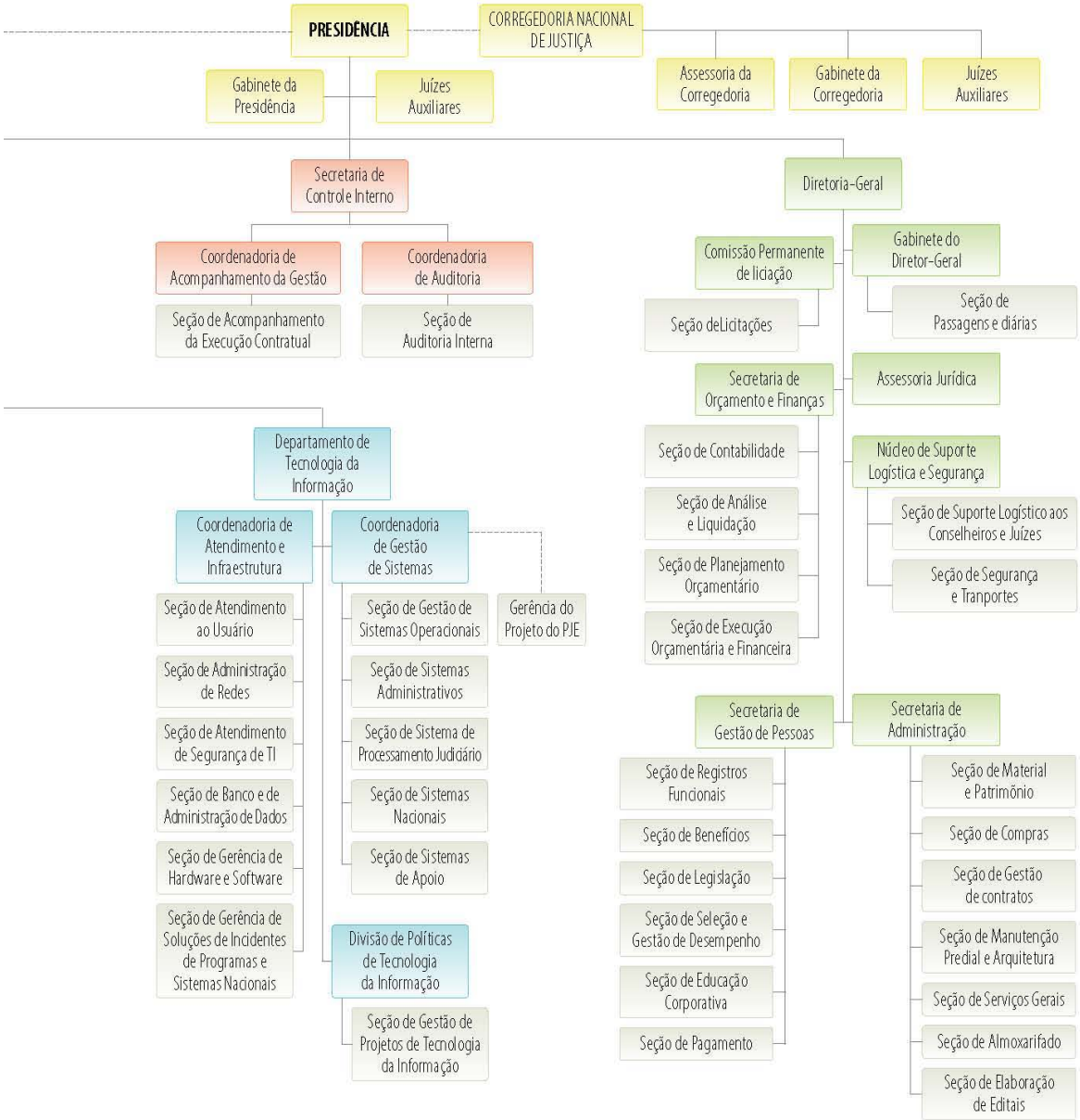
ORGANOGRAMA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

(Regimento Interno e Portaria n. 180 de 3/10/2013)



*Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF

RELATÓRIO ANUAL
CNJ 2014



Composição

O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal:

I - o Presidente do Supremo Tribunal Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 2009)

II - um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV - um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V - um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI - um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII - um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII - um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX - um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

X - um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XI - um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XII - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XIII - dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Segundo o Regimento Interno, integram o CNJ:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Corregedoria Nacional de Justiça;

IV - Conselheiros;

V - Comissões;

VI - Secretaria-Geral;

VII - Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ);

VIII - Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF);

IX - Ouvidoria.

Acrescente-se à composição a "Diretoria-Geral", criada por meio da Portaria nº 84/2010, com fundamento em decisão do Plenário (Sessão Ordinária n. 104, de 6 de maio de 2010).

Plenário

O Plenário é órgão colegiado do CNJ, integrado por quinze Conselheiros, presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. (Art. 103-B, § 1º, CF)

O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) oficiam perante o Plenário, podendo pronunciar-se. Ao Plenário do CNJ compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados.

São atribuições do Plenário:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados;

III - receber as reclamações, e delas conhecer, contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializado, sem prejuízo da competência disciplinar e correcional concorrente dos Tribunais, decidindo pelo arquivamento ou instauração do procedimento disciplinar;

IV - avocar, se entender conveniente e necessário, processos disciplinares em curso;

V - propor a realização pelo Corregedor Nacional de Justiça de correições, inspeções e sindicâncias em varas, tribunais, serventias judiciais e serviços notariais e de registro;

VI - julgar os processos disciplinares regularmente instaurados contra magistrados, podendo determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas previstas em lei complementar ou neste Regimento, assegurada a ampla defesa;

VII - encaminhar peças ao Ministério Público, a qualquer momento ou fase do processo administrativo, quando verificada a ocorrência de qualquer crime, ou representar perante ele nos casos de crime contra a administração pública, de crime de abuso de autoridade ou nos casos de improbidade administrativa;

VIII - rever, de ofício, ou mediante provocação, os processos disciplinares contra juízes de primeiro grau e membros de Tribunais julgados há menos de um ano;

IX - representar ao Ministério Público para propositura de ação civil para a decretação da perda do cargo ou da cassação da aposentadoria;

X - instaurar e julgar processo para verificação de invalidez de Conselheiro;

XI - elaborar relatórios estatísticos sobre processos e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional;

XII - elaborar relatório anual, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, discutido e aprovado em sessão plenária especialmente convocada para esse fim, versando sobre:

a) avaliação de desempenho de Juízos e Tribunais, com publicação de dados estatísticos sobre cada um dos ramos do sistema de justiça nas regiões, nos Estados e no Distrito Federal, em todos os graus de jurisdição, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação e classificação processual, recursos humanos e tecnológicos;

b) as atividades desenvolvidas pelo CNJ e os resultados obtidos, bem como as medidas e providências que julgar necessárias para o desenvolvimento do Poder Judiciário;

XIII - definir e fixar, em sessão plenária de planejamento especialmente convocada para este fim, com a participação dos órgãos do Poder Judiciário, podendo serem ouvidas as associações nacionais de classe das carreiras jurídicas e de servidores, o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário, visando ao aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como ao maior acesso à Justiça.

O rol completo das atribuições do Plenário do CNJ está descrito no art. 4.º do Regimento Interno.

Presidência

Conforme o mencionado na seção anterior, o CNJ é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e, nas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. A eleição para presidente, com mandato de dois anos, é realizada entre os ministros do STF.

O ministro Ricardo Lewandowski é o sétimo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, tendo tomado posse em 10 de setembro de 2014.

As atribuições do Presidente do CNJ estão descritas no art. 6.º do Regimento Interno do Conselho, entre as quais se destacam:

I - velar pelo respeito às prerrogativas do Conselho Nacional Justiça;

II - dar posse aos Conselheiros;

III - representar o CNJ perante quaisquer órgãos e autoridades;

IV - convocar e presidir as sessões plenárias do CNJ, dirigindo-lhes os trabalhos, cumprindo e fazendo cumprir o presente Regimento;

V - executar e fazer executar as ordens e deliberações do Conselho Nacional de Justiça.

Em 2014, a atuação institucional da Presidência do CNJ foi marcada pela representação do Conselho perante diversos órgãos e entidades e, sobretudo, pelo desenvolvimento de várias ações nas suas diferentes áreas de atuação: planejamento estratégico, proposição de políticas judiciárias, modernização tecnológica do Judiciário, ampliação do acesso à Justiça, pacificação e responsabilidade social e garantia de efetivo respeito às liberdades públicas e execuções penais.

Corregedoria Nacional de Justiça

A Corregedoria Nacional de Justiça atua na orientação, coordenação e execução de políticas públicas voltadas à atividade correcional e ao bom desempenho da atividade judiciária dos tribunais.

O objetivo principal da Corregedoria é alcançar mais efetividade na prestação jurisdicional, atuando com base nos seguintes princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal).

Entre os papéis da Corregedoria Nacional de Justiça está o de exercer o controle disciplinar e promover a correta administração da justiça, zelando, assim, pelo bom funcionamento dos serviços judiciários.

Conforme o art. 103-B, § 5.º, da Constituição, o cargo de Corregedor Nacional da Justiça será exercido por Ministro do Superior Tribunal de Justiça, é atualmente exercido pela ministra Nancy Andrighi, que tomou posse como Ministra-Corregedora em 26 de agosto de 2014.

Comissões

O CNJ possui seis comissões permanentes que estudam temas e atividades específicas de interesse do Conselho na busca de soluções para o Judiciário.

As atuais comissões foram designadas pela Portaria da Presidência n. 157 de 10 de setembro de 2013:

a) Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas;

b) Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania;

c) Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento;

d) Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;

e) Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar;

f) Comissão Permanente de Jurisprudência.

Secretaria-Geral

A Secretaria-Geral é órgão administrativo subordinado à Presidência e dirigido pelo Secretário-Geral, designado pelo Presidente do CNJ, com a competência de assegurar assessoria, apoio técnico e administrativo necessários à preparação e à execução de sua gestão administrativa, das atividades do Plenário, da Presidência do CNJ, da Corregedoria Nacional de Justiça, dos Conselheiros e das Comissões, nos termos previstos no Regimento Interno e em regulamento específico.

A estrutura organizacional da Secretaria-Geral é composta pelas seguintes unidades:

» Gabinete da Secretaria-Geral (GSG);

» Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ);

» Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF);

» Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud);

» Secretaria de Cerimonial e Eventos (SCE);

» Secretaria de Comunicação Social (SCS);

» Secretaria Processual (SPR);

» Departamento de Gestão Estratégica (DGE);

» Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DOR);

» Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).

Diretoria-Geral

A Diretoria-Geral, criada pela Portaria n.84/2010, tem por finalidade desenvolver atividades de assessoramento e apoio técnico e administrativo necessários à preparação e à execução da gestão administrativa do CNJ.

A estrutura organizacional da Diretoria-Geral é composta pelas seguintes unidades:

» Gabinete do Diretor-Geral;

» Núcleo de Suporte Logístico e Segurança;

» Comissão Permanente de Licitação;

» Assessoria Jurídica;

» Secretaria de Administração;

» Secretaria de Orçamento e Finanças;

» Secretaria de Gestão de Pessoas.

À Secretaria de Administração compete coordenar atividades relacionadas a material, patrimônio, contratações e aquisições de bens e serviços, manutenção e conservação predial e assuntos correlatos.

À Secretaria de Gestão de Pessoas tem como competências: planejar e coordenar ações para o desenvolvimento de recursos humanos; acompanhar, atualizar e divulgar atos referentes à área de gestão de pessoas, bem como orientar as unidades do Conselho quanto ao cumprimento das normas estabelecidas; expedir, relativamente à sua área de atuação, certidões, declarações e certificados, inclusive de eventos de educação corporativa; propor a edição de atos normativos afetos à área de Gestão de Pessoas; elaborar relatórios, consolidar dados das unidades subordinadas, analisar indicadores e instruir processos afetos à Secretaria, por meio da produção de expedientes técnicos e da proposição de encaminhamentos de demandas diversas; desenvolver outras atividades correlatas.

À Secretaria de Orçamento e Finanças compete realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Conselho, compreendendo toda a despesa a ele consignada no Orçamento Geral da União e outras atividades correlatas.

Departamento de Pesquisas Judiciárias

O Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), criado pela Lei n. 11.364, de 26 de outubro de 2006 (com alterações da Lei 11.618/2007), tem os seguintes objetivos:

» Desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira;

» Realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário;

» Fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias.

DMF

Compete ao DMF, nos termos do § 1º, do art. 1º, da Lei n. 12.106, de 2 de dezembro de 2009:

I - monitorar e fiscalizar o cumprimento das recomendações e resoluções do CNJ em relação a prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes;

II - planejar, organizar e coordenar, em cada tribunal, mutirões para reavaliação de prisão provisória e definitiva, de medida de segurança e de internação de adolescentes e para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias;

III - acompanhar e propor soluções diante de irregularidades verificadas no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas;

IV - fomentar a implementação de medidas protetivas e de projetos de capacitação profissional e reinserção social do interno e do egresso do sistema carcerário;

V - propor ao Conselho Nacional de Justiça, em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas, a uniformização de procedimentos, bem como de estudos para aperfeiçoamento da legislação sobre a matéria;

VI - acompanhar e monitorar projetos relativos à abertura de novas vagas e ao cumprimento da legislação pertinente em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas;

VII - acompanhar a implantação e o funcionamento de sistema de gestão eletrônica da execução penal e de mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;

VIII - coordenar a instalação de unidades de assistência jurídica voluntária no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas.

A coordenação do DMF é realizada por um juiz auxiliar nomeado pelo Presidente do Conselho e supervisionado por um conselheiro designado pelo Plenário do CNJ.

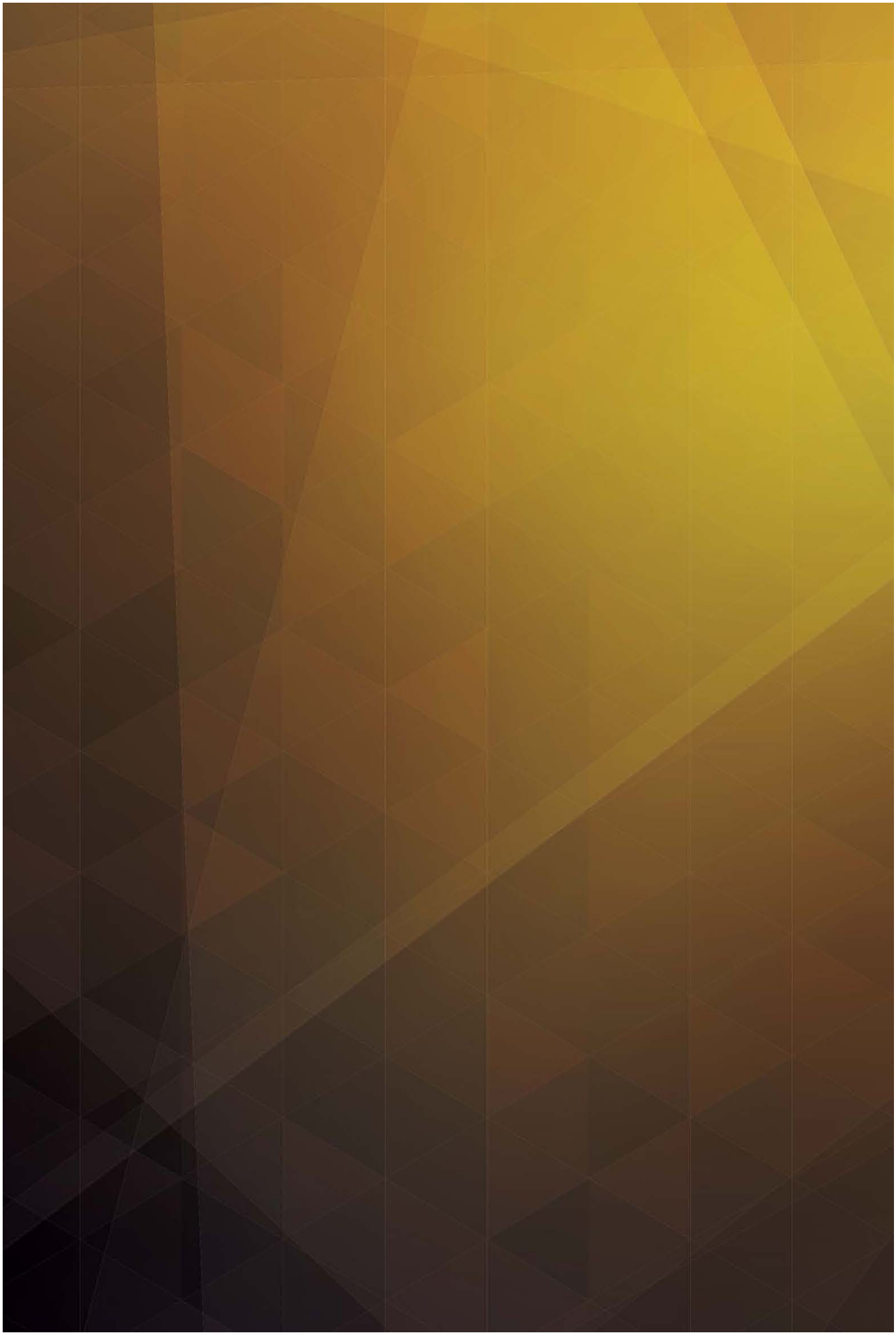
Ouvidoria

Em cumprimento ao disposto no § 7.º do art. 103-B da Constituição Federal, criou-se, por meio da Resolução n. 67, de 3 de março de 2009, a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça. A Ouvidoria é coordenada pelo Ouvidor--Geral, função que é exercida por Conselheiro eleito pela maioria do Plenário, juntamente com o seu substituto.

A função atualmente exercida pelo Conselheiro Fabiano Silveira e pela Conselheira Deborah Ciocci, como Ouvidora--Substituta.

Na esteira do que prevê o dispositivo constitucional mencionado, a Resolução n. 103, de 24 de fevereiro de 2010, determinou a criação de ouvidorias no Poder Judiciário, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, podendo representar diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

A Ouvidoria é o canal de comunicação da sociedade com o CNJ, serviço posto à disposição do cidadão para esclarecer dúvidas e apresentar reclamações, denúncias, elogios ou manifestações quanto aos serviços prestados pelo órgão e às atividades por ele desempenhadas.



Estratégia do CNJ

Mapa Estratégico

O Conselho Nacional de Justiça é o órgão a quem compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e dos deveres funcionais dos magistrados, nos termos do art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal (com a redação dada pela EC n. 45, de 30 de dezembro de 2004).

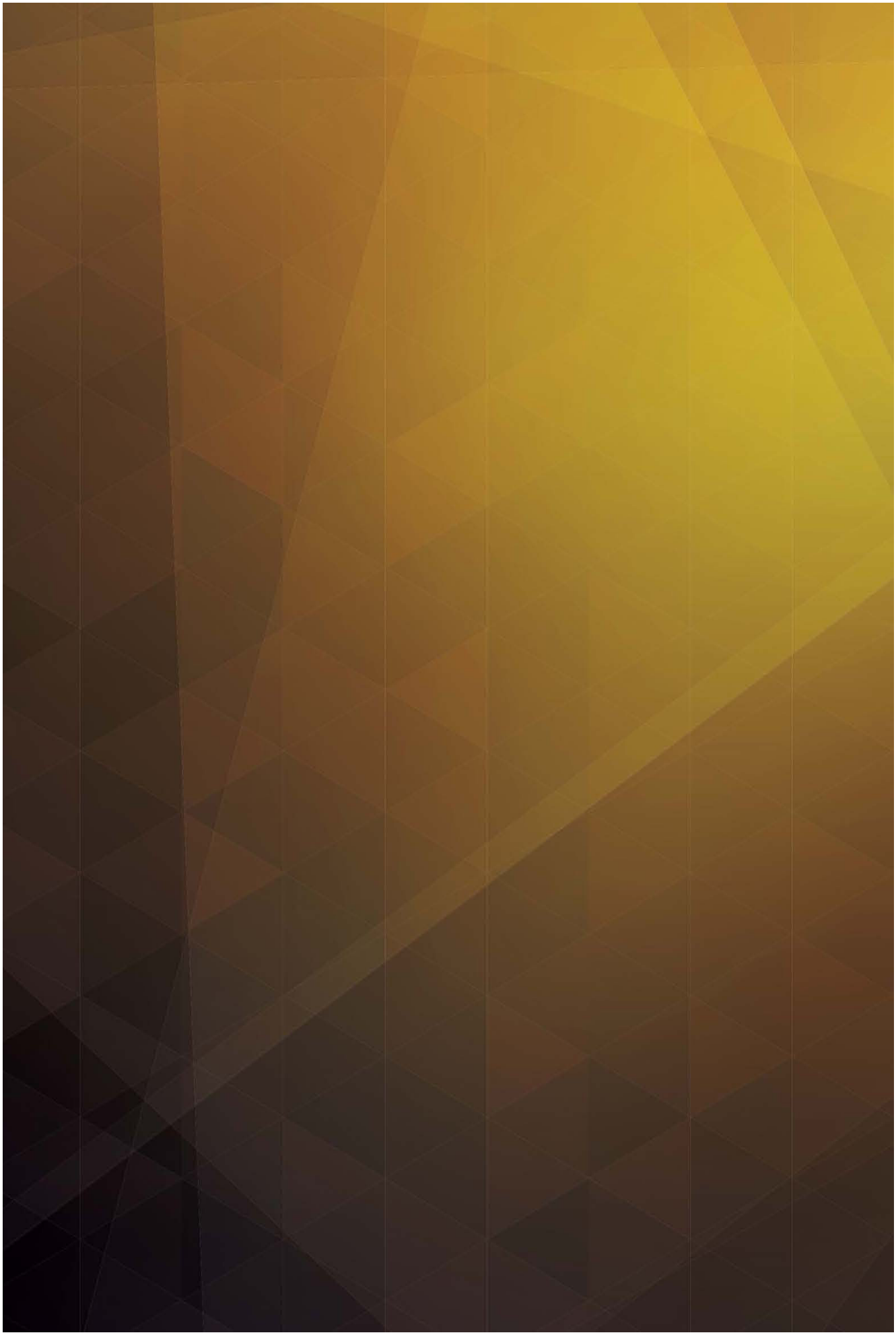
Por meio da Portaria nº 18, de 19 de fevereiro de 2010, foi instituído o seu Plano Estratégico, definido para o período de 2010 a 2014, como desdobramento da Resolução n. 70, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

No mapa estão distribuídos os *temas estratégicos* em que o Conselho deve se concentrar, a *missão institucional*, a *visão de futuro* e os *objetivos do órgão*, os quais se desdobram em *metas* e *iniciativas*, sintetizando, dessa forma, as prioridades do CNJ. Sua função precípua é a de balizar políticas públicas nacionais voltadas ao aperfeiçoamento da Justiça e à melhoria da prestação jurisdicional.

A metodologia adotada para avaliar o desempenho da estratégia é o *Balanced Scorecard* (BSC). Esse método prevê a representação gráfica dos objetivos estratégicos, agrupados em perspectivas logicamente organizadas.

O Mapa Estratégico do CNJ estabelece um padrão de gerenciamento cujo pressuposto é a utilização eficiente de recursos orçamentários, visando ao desenvolvimento de competências e atitudes profissionais e ao incremento no uso de tecnologias da informação. Esses balizamentos funcionam como suporte à melhoria de seus processos internos de trabalho, em especial naquelas áreas de atuação nas quais a eficiência é essencial para o alcance da missão institucional.

Mapa Estratégico do Conselho Nacional de Justiça
CNJ
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
Missão: Contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da Sociedade.
Visão de Futuro:
Ser um instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário
Atributos de Valor para a Sociedade
Credibilidade
Agilidade
Ética
Imparcialidade
Probidade
Transparência
Sociedade
Processos Internos
Recursos
Fiscalização e Correição
Garantir a conformidade aos Princípios Constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário
Fiscalização
Inspeção
Correição
Auditoria
Prevenir e corrigir desvios de conduta dos membros e/ou órgãos do Poder Judiciário
Alinhamento e Integração
Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário
Desdobramento da Estratégia
Continuidade das Ações
Gestão da Estratégia
Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário
Geração de Informações
Garantir o cumprimento das deliberações do CNJ
Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário
Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais
Conhecimentos e práticas jurídicas e administrativas
Iniciativas de Sucesso
Atuação Institucional
Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições
Sinergias
Prevenção
Acesso
Execução
Aprimorar a comunicação com públicos externos
Papéis e ações do Judiciário
Dados processuais e administrativos
Transparência / Clareza
Ouvidoria
Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio da atuação institucional efetiva
Unidades do Judiciário
Universidades, Faculdades e Centros de Pesquisa
Organizações (OAB, MP, DP, AGU e Associações de Classe)
Inclusão Social e Desenvolvimento
Conscientização de Direitos, Deveres e Valores
Eficiência Operacional
Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos
Tecnologia
Alocação de Pessoas
Otimização de Rotinas
Buscar a excelência na gestão de custos operacionais
Economicidade
Responsabilidade ambiental
Gestão de Pessoas
Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Conselheiros, Magistrados e Servidores
Gestão e Execução da Estratégia
Gestão Administrativa
Gestão de Projetos
Motivar e comprometer Conselheiros, Magistrados e Servidores com a execução da Estratégia
Comunicação Interna
Cultura orientada a Resultados
Qualidade de Vida/Clima Organizacional
Infraestrutura e Tecnologia
Garantir a infraestrutura apropriada às suas atividades
Segurança física da Informação
Segurança das pessoas
Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI
Suporte à Estratégia
Segurança da Informação
Orçamento
Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia
Gestão Orçamentária



Gestão Orçamentária

Esta seção apresenta informações sobre atividade desenvolvidas pelo CNJ relacionadas aos seguintes objetivos estratégicos:

- Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.

Gestão Orçamentária

A Gestão Orçamentária consiste em assegurar a eficiência e a efetividade para o cumprimento da missão institucional.

A seguir, apresenta-se o orçamento do CNJ para 2014 e respectivo detalhamento em grandes grupos de despesa, bem como informações sobre o orçamento do Poder Judiciário no período.

Orçamento do Conselho Nacional de Justiça

O orçamento do Conselho Nacional de Justiça foi fixado pela Lei n. 12.952, de 20 de janeiro de 2014, no valor de R$ 219,2 milhões, com o seguinte detalhamento:

» R$ 50,4 milhões referentes a despesas com pessoal e benefícios;

» R$ 87,2 milhões alocados para a manutenção das atividades do CNJ;

» R$ 81,6 milhões para atender às despesas com os projetos de Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira, Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário, Reforma do Edifício do Conselho Nacional de Justiça e Reforma dos pavimentos do Edifício Siderbras destinados ao Conselho Nacional de Justiça.

Cumpre destacar que R$ 15 milhões foram contingenciados, conforme Portaria Conjunta n. 1, de 27 de março de 2014.

A fim de tornar os gastos financeiros mais eficientes, foram realizadas reuniões periódicas com os Coordenadores de Ação para acompanhamento da execução orçamentária, bem como a implantação da Instrução Normativa n. 44/2012, que dispõe sobre regras e diretrizes para as contratações no âmbito do CNJ.

Orçamento do Poder Judiciário

Orçamento do Poder Judiciário

O orçamento do Poder Judiciário, aprovado pelas leis orçamentárias da União e dos Estados para o ano de 2014, totalizou R$ 72 bilhões, sendo R$ 34,8 bilhões no Orçamento Geral da União, que inclui o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, e R$ 37,2 bilhões nos orçamentos estaduais.

Esses montantes corresponderam, respectivamente, a 1,99% do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, excluído o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, e a 5,32% dos orçamentos estaduais.

Em relação ao produto interno bruto (1), significaram 0,66% para o Judiciário da União e 0,74% para o Judiciário dos Estados.

Judiciário da União

A abertura do orçamento aprovado por categoria econômica e grupo de despesa revela uma predominância das dotações destinadas ao pagamento da folha de pessoal, que corresponde a 75,24% da dotação total. Essa dotação representa 10,8% do total aprovado no orçamento fiscal e da seguridade social para o mesmo tipo de despesa.

CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	PODER JUDICIÁRIO		OGU - OFSS	PARTICIPAÇÃO % DO PODER JUDICIÁRIO
	R$ 1,00	% do GND	R$ 1,00	
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.230.064.262	75,247%	242.003.371.222	10,839%
3 - Outras Despesas Correntes	7.047.847.069	20,22%	949.660.245.136	0,742%
4 - Investimentos	1.560.341.949	4,48%	81.406.076.737	1,917%
5 - Inversões Financeiras	20.295.800	0,06%	75.833.712.206	0,027%
Total dos GND 1, 3, 4 e 5	**34.858.549.080**	**100,00%**	**1.348.903.405.301**	**2,584%**

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2014

1 () Produto interno bruto estimado no projeto de lei orçamentária da União para 2013: R$ 4.973,6 milhões.

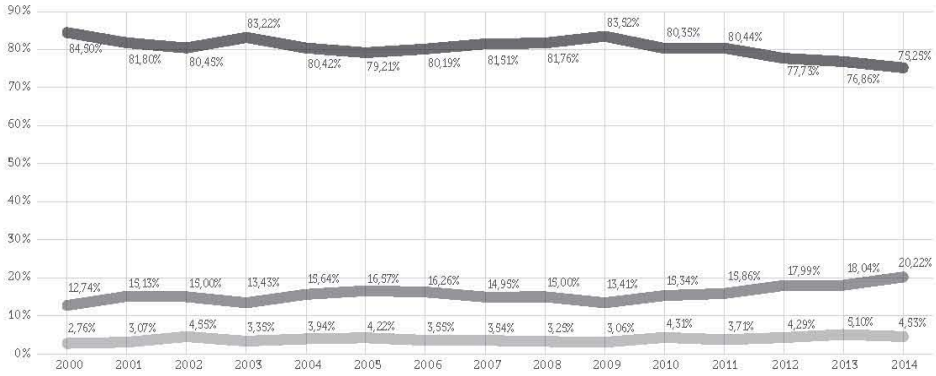
A Justiça do Trabalho destaca-se na participação percentual no orçamento do Judiciário da União, detendo 44,2%, seguido da Justiça Federal com 25,8% e da Justiça Eleitoral com 17,43%.

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	
	R$ 1,00	Participação %
STF	564.146.036	1,62%
STJ	1.133.154.967	3,25%
JF	8.998.633.172	25,81%
JMU	434.709.854	1,25%
JE	6.077.120.836	17,43%
JT	15.410.737.549	44,21%
TJDFT	2.020.784.552	5,80%
CNJ	219.262.114	0,63%
Total	34.858.549.080	100,00%

Fonte: Lei Orçamentária 2014

Importante destacar a participação percentual no orçamento das dotações para despesas com a folha de pagamento de pessoal. Um exame das dotações disponibilizadas para essas despesas nos orçamentos a partir do ano de 2000 revela que esse percentual oscila na faixa entre 80 e 85%. Desde 2009, vem decrescendo, atingindo 75,2% em 2014, o percentual mais baixo desde o ano de 2000. Esse comportamento parece indicar a falta de recomposição da remuneração dos magistrados e servidores.

Quadro Geral do Orçamento do Poder Judiciário - Ano 2000 a 2014



Excluídos os valores das dotações para precatórios, que constavam do orçamento do PJ até 2009

Pessoal Outras Despesas Correntes Investimento e Inversões Financeiras

Fonte: Leis Orçamentárias 2000 a 2014

Judiciário Estadual

Também no Judiciário Estadual a dotação para despesas de pessoal é a mais significativa, absorvendo 74,8% do orçamento e representa 8,74% desse tipo de dotação no orçamento dos Estados.

CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL		ORÇAMENTO DOS ESTADOS	PARTICIPAÇÃO % DO PODER JUDICIÁRIO
	R$ 1,00	% do GND	R$ 1,00	
1 - Pessoal e Encargos Sociais	29.413.869.010	74,831%	336.193.483.357	8,749%
2 - Juros e Encargos da Dívida	6.000	0,000%	24.658.749.448	0,000%
3 - Outras Despesas Correntes	8.356.942.229	21,26%	249.842.466.063	3,345%
4 - Investimentos	1.479.387.143	3,76%	89.192.280.771	1,659%
5 - Inversões Financeiras	56.415.550	0,14%	12.316.678.684	0,458%
6 - Amortização da Dívida	345.113	0,00%	20.997.180.362	0,002%
9 - Reserva de Contingência	-	0,00%	6.190.774.359	0,000%
Total dos GND	**39.306.965.046**	**100,00%**	**739.391.613.045**	**5,316%**

Fonte: Leis orçamentárias de 2014

Em valores orçamentários absolutos, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo lidera com R$ 8,4 bilhões, seguido dos Tribunais de Justiça dos Estados de Minas Gerais com R$ 4,4 bilhões, do Rio de Janeiro com R$ 3,8 bilhões e do Rio Grande do Sul com R$ 2,5 bilhões. No outro extremo aparecem os Tribunais de Justiça dos Estados de Roraima com R$ 147 milhões, do Acre com R$ 189,4 milhões, Amapá com R$ 235,2 milhões e Alagoas com R$ 392,9 milhões.

Quando considerada a participação de cada tribunal no orçamento do Estado, a situação é bem distinta. Lideram em participação os Tribunais de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com 8,61%, de Rondônia, com 8,41%, de Santa Catarina, com 7,39% e do Maranhão, com 7,31%.

No outro extremo aparecem os Tribunais de Justiça dos Estados do Acre, com 3,55%, do Amazonas, com 3,56%, de Pernambuco, com 3,73% e do Ceará, com 3,82%.

ESTADO	LOA DO ESTADO	LOA DO TJ	PIB	% PIB	% LOA
	A	B	C	B/C	B/A
	R$ Milhares				
AC	5.331.877	189.425	11.129.116	1,70%	3,55%
AL	8.307.204	392.912	36.117.272	1,09%	4,73%
AP	5.151.660	235.202	11.348.893	2,07%	4,57%
AM	14.600.472	520.049	81.693.772	0,64%	3,56%
BA	36.083.946	1.712.387	202.311.029	0,85%	4,75%
CE	21.304.305	814.496	111.340.303	0,73%	3,82%
DF	23.471.906	2.020.785	208.149.353	0,97%	8,61%
ES	15.502.548	1.009.535	123.629.419	0,82%	6,51%
GO	21.313.845	1.311.707	140.808.472	0,93%	6,15%
MA	14.121.576	1.032.917	66.042.024	1,56%	7,31%
MT	13.345.588	916.628	90.378.024	1,01%	6,87%
MS	12.089.917	605.673	62.315.240	0,97%	5,01%
MG	66.026.354	4.412.029	488.673.409	0,90%	6,68%
MG (TJM)	66.026.354	46.917	488.673.409	0,01%	0,07%
PA	19.412.591	865.349	111.831.513	0,77%	4,46%
PB	10.068.416	645.783	44.853.570	1,44%	6,41%
PR	37.201.461	2.008.782	302.913.638	0,66%	5,40%
PE	30.364.427	1.131.456	132.108.816	0,86%	3,73%
PI	7.665.423	413.535	31.139.531	1,33%	5,39%
RJ	77.088.941	3.880.024	585.129.272	0,66%	5,03%
RN	12.148.628	883.729	45.687.992	1,93%	7,27%
RS	51.019.832	2.558.095	333.623.607	0,77%	5,01%
RS (TJM)	51.019.832	36.373	333.623.607	0,01%	0,07%
RO	6.975.299	586.546	35.229.966	1,66%	8,41%
RR	2.932.585	147.074	8.796.613	1,67%	5,02%
SC	21.293.336	1.573.925	213.929.321	0,74%	7,39%
SP	189.112.039	8.427.298	1.707.725.314	0,49%	4,46%
SP (TJM)	189.112.039	52.110	1.707.725.314	0,003%	0,03%
SE	8.288.845	477.706	33.154.275	1,44%	5,76%
TO	9.168.590	398.520	22.853.560	1,74%	4,35%
TOTAL	**739.391.613**	**39.306.965**	**5.242.913.315**	**0,750%**	**5,32%**

Fonte: Leis Orçamentárias 2014

Atuação do CNJ

O CNJ, com o apoio do Comitê Técnico de Orçamento e Finanças (CTOF), composto por representantes dos tribunais e Conselhos Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, participou do processo de elaboração e aprovação dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício 2015, tarefa realizada em associação com os representantes do Poder Executivo. No decurso dos trabalhos, foram apresentadas sugestões de redação aos textos das leis, visando especialmente ao aperfeiçoamento dos instrumentos que viabilizam as correções de rumo durante a execução dos créditos orçamentários aprovados na LOA.

Cabe destacar o retorno do dispositivo da LDO que exige o parecer prévio do CNJ sobre os projetos de lei dos órgãos do Poder Judiciário que impliquem aumento de gastos com pessoal e encargos sociais. Na LDO para o exercício de 2014, por emenda parlamentar, o texto da lei havia sido alterado para permitir o encaminhamento desses projetos de lei apenas com a comprovação da solicitação de parecer.

Retoma-se, assim, importante papel deste Conselho, alinhado com sua atribuição constitucional de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, que não fere a autonomia administrativa e financeira dos tribunais e resulta em melhor e mais racional utilização dos recursos públicos.

O CNJ acompanhou a execução orçamentária 2014 dos tribunais. Como ferramenta para esse acompanhamento, foi utilizado o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, no que se refere ao orçamento da União, além das publicações exigidas pela Resolução CNJ nº 102 em relação aos orçamentos dos Tribunais de Justiça.

Acompanhou, também, as publicações quadrimestrais do relatório de gestão fiscal – RGF, em especial quanto à verificação da observância dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas com pessoal e encargos sociais, a fim de adotar eventuais medidas corretivas. Do limite de 6% da Receita Corrente Líquida, destinado às despesas com pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União, estão sendo utilizados 48,3%.

ÓRGÃO	LIMITE LEGAL		LIMITE PRUDENCIAL 95% DO LIMITE LEGAL	DESPESA LÍQUIDA DO PERÍODO	
	(% da RCL)	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	% do limite utilizado
	A	B = (A*RCL)/100	C = B * 0,95	D	E=(D/B)/100
STF	0,073726	498.871	473.928	230.892	46,28%
CNJ	0,017000	115.031	109.280	36.595	31,81%
STJ	0,223809	1.514.417	1.438.696	604.384	39,91%
JF	1,628936	11.022.291	10.471.176	5.837.503	52,96%
JM	0,080576	545.222	517.961	210.787	38,66%
JE	0,922658	6.243.219	5.931.058	2.906.413	46,55%
JT	3,053295	20.660.299	19.627.284	9.810.369	47,48%
TOTAL	**6,000000**	**40.599.350**	**38.569.383**	**19.636.943**	**48,37%**
	676.655.840	**Receita Corrente Líquida - RCL (R$ 1.000,00)**			

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2014.

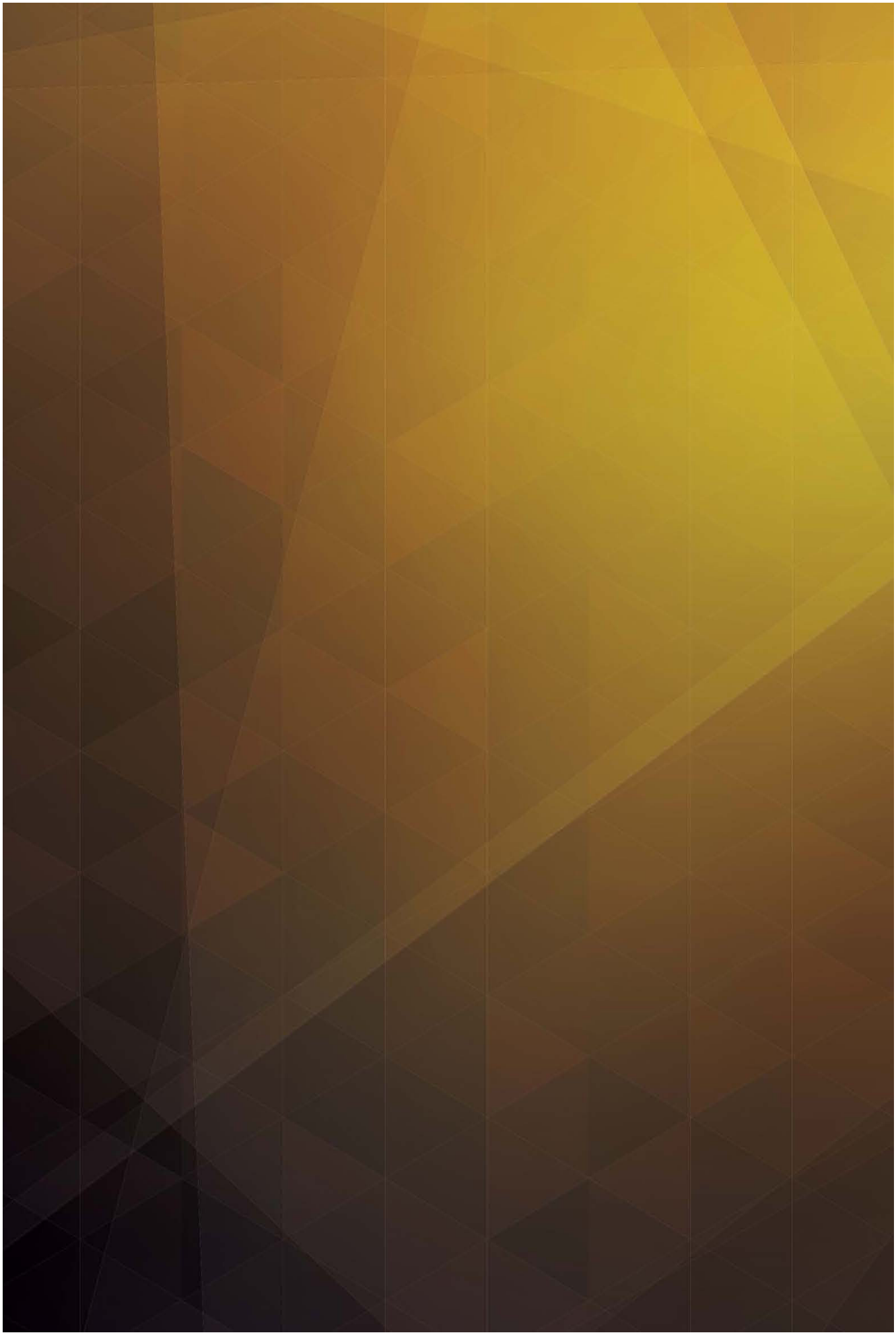
Em relação ao judiciário estadual temos diferentes situações em relação ao uso do limite da LRF para despesas com pessoal. Ainda que no total a utilização dos limites seja de 80,5%, vários tribunais situam-se em percentual próximo do Limite de Alerta[2], que corresponde a 90% do limite total. Dois tribunais ultrapassaram esse limite: O Tribunais de Justiça dos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia.

2 () De acordo com a LRF, art. 59, § 1º, inciso II, os Tribunais de Contas deverão alertar os Órgãos sempre que o montante das despesas com pessoal ultrapassar 90%.

PODER JUDICIÁRIO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ÓRGÃO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	LIMITE LEGAL		LIMITE PRUDENCIAL 95% DO LIMITE LEGAL	DESPESA LÍQUIDA DO PERÍODO	
	R$ 1.000,00	% da RCL	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	% do limite utilizado
	A	B	C = A * B	D = C * 0,95	E	F = E / C
TJAC	4.231.275	6,00%	253.876	241.183	149.206	58,77%
TJAL	5.808.702	6,00%	348.522	331.096	253.747	72,81%
TJAP	3.856.792	6,00%	231.408	219.837	158.699	68,58%
TJAM	11.129.107	6,00%	667.746	634.359	413.774	61,97%
TJBA	25.901.553	6,00%	1.554.093	1.476.389	1.427.981	91,89%
TJCE	14.150.078	6,00%	849.005	806.554	719.380	84,73%
TJES	11.545.498	6,00%	692.730	658.093	602.702	87,00%
TJGO	15.328.390	6,00%	919.703	873.718	631.517	68,67%
TJMA	9.964.478	6,00%	597.869	567.975	495.659	82,90%
TJMT	10.615.090	6,00%	636.905	605.060	527.481	82,82%
TJMS	7.672.818	6,00%	460.369	437.351	356.450	77,43%
TJMG	46.167.217	5,91%	2.728.483	2.592.058	2.449.286	89,77%
TJMMG	46.167.217	0,09%	41.550	39.473	27.212	65,49%
TJPA	14.666.624	6,00%	879.997	835.998	584.839	66,46%
TJPB	7.312.162	6,00%	438.730	416.793	392.842	89,54%
TJPR	26.970.684	6,00%	1.618.241	1.537.329	1.216.412	75,17%
TJPE	17.961.556	6,00%	1.077.693	1.023.809	868.269	80,57%
TJPI	6.103.600	6,00%	366.216	347.905	306.028	83,56%
TJRJ	47.896.310	6,00%	2.873.779	2.730.090	2.651.438	92,26%
TJRN	7.219.044	6,00%	433.143	411.486	335.824 C	77,53%
TJRS	27.691.638	5,88%	1.628.268	1.546.855	1.334.572	81,96%
TJMRS	27.691.638	0,12%	33.230	31.568	15.548	46,79%
TJRO	5.084.652	6,00%	305.079	289.825	267.260	87,60%
TRRR	2.725.806	6,00%	163.548	155.371	102.775	62,84%
TJSC	17.351.263	6,00%	1.041.076	989.022	888.146	85,31%
TJSP	134.129.207	5,95%	7.980.688	7.581.653	6.002.892	75,22%
TJMSP	134.129.207	0,05%	67.065	63.711	37.853	56,44%
TJSE	5.839.876	6,00%	350.393	332.873	312.194	89,10%
TJTO	5.915.094	6,00%	354.906	337.160	305.083	85,96%
TOTAL	**493.238.512**		**29.594.311**	**28.114.595**	**23.835.070**	**80,54%**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2014.



Gestão de Pessoas

Esta seção apresenta informações sobre atividade desenvolvidas pelo CNJ relacionadas aos seguintes objetivos estratégicos:

- Desenvolver conhecimentos, habilidade e atitudes dos Conselheiros, Magistrados e Servidores;
- Motivar e comprometer conselheiros, Juízes e Servidores com a execução da Estratégia.

Capacitação

As ações de capacitação visam a difundir as competências necessárias ao cumprimento da missão institucional do CNJ e do Poder Judiciário, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados pelos agentes públicos à sociedade e promovem a valorização dos servidores.

Cursos Abertos à Sociedade

Em 2014, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário - CEAJUD iniciou o Projeto Cursos Abertos à Sociedade. O objetivo da iniciativa é oferecer gratuitamente à população capacitação e treinamento por meio do portal de educação a distância do CNJ.

As aulas foram ministradas a distância, na modalidade autoinstrucional, ou seja, sem a participação de tutor. Foram abertas 22.558 vagas, e qualquer cidadão pode se inscrever.

QUADRO GERAL DOS CICLO DE CAPACITAÇÃO À DISTÂNCIA EM 2014		
Ciclo de Capacitação	Período	Inscritos
Ciclo 1	Agosto a Outubro	14.224
Ciclo 2	Outubro a Novembro	8.333
Total		**22.558**

Dos cinco cursos oferecidos na modalidade, quatro foram sem qualquer custo para o CNJ. Apenas o curso Gestão Documental no Poder Judiciário gerou um investimento de R$ 5.361,65 para despesas com a produção do conteúdo inédito.

Treinamento	Valor empenhado (R$)	Valor executado	N. de matriculados	N. de certificados**
Gestão Documental no Poder Judiciário	5.361,65	5.361,65	6.656	3.963
Conhecendo o PJ e o Papel do CNJ	Não se aplica	Não se aplica	9.270	4.020
Novo acordo ortográfico	Não se aplica	Não se aplica	2.208	615
Orçamento Público	Não se aplica	Não se aplica	181	91
Improbidade Administrativa	Não se aplica	Não se aplica	4.243	1.446
Total	**5.361,65**	**5.361,65**	**22.558**	**10.135**

*Há turmas ainda em andamento. **Informação obtida no dia 20/11.

Ciclo de Capacitação com Tutoria

Nesse exercício ocorreu um grande ciclo de capacitação por meio do portal de educação a distância do CNJ. Os cursos foram oferecidos com tutoria e apenas para servidores efetivos do Poder Judiciário federal ou estadual.

Foram oferecidas 5 mil vagas, em 99 turmas simultâneas. O curso contou ainda com cinco coordenadores e o envolvimento de toda a equipe do CEAJUD.

CICLO DE CAPACITAÇÃO COM TUTORIA					
Treinamento	Valor empenhado (R$)	Valor executado (R$)	Turmas	Vagas	Servidores capacitados
Administração Judiciária	60.343,20	60.343,20	12	600	335
Depoimento Especial	35.433,20	35.433,20	5	250	190
Desenvolvimento de Competências Gerenciais	31.170,60	31.170,60	6	300	227
Direito da Infância e Juventude	101.904,00	101.904,00	9	450	351
Docência Online	46.156,50	46.156,50	10	550	320
Ética	51.951,00	51.951,00	2	100	80
Gestão de Projetos	7.992,48	7.992,48	6	300	180
Gestão Estratégica com o uso do BSC	31.170,60	31.170,60	5	250	135
Improbidade Administrativa	24.576,90	24.576,90	10	500	320
Introdução ao Direito Constitucional	54.348,60	54.348,60	20	1000	610
Licitação e Contratos	25.775,70	25.775,70	5	250	133
Orçamento Público	26.974,50	26.974,50	5	250	140
Processo Penal	21.579,60	21.579,60	4	200	125
Coordenação de Tutoria	33.302,00	33.302,00	-		-
TOTAL	**552.678,88***	**552.678,88**	**99**	**5.000**	**3.146**

Curso a distância em parceria com o TCU

Em 2014 o CNJ deu sequência à parceria do ano anterior junto ao Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU) e realizou o treinamento de Auditoria Governamental a partir do portal EAD do CNJ.

O curso, de 80 horas, foi realizado com tutores, monitores e coordenadores do TCU e oferecido a servidores do Poder Judiciário. O curso teve a duração de três meses.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL					
Treinamento	Valor empenhado (R$)	Valor executado (R$)	Turmas	Vagas	Servidores capacitados**
AudGov	239.772,80	225.386,40	11	329	312

Cursos inéditos desenvolvidos pelo CNJ

O CEAJud trabalhou na produção de cursos inéditos na modalidade a distância. Contando com a expertise de especialistas na área para o desenvolvimento de conteúdo, a metodologia interativa inovadora foi desenvolvida internamente, pela própria equipe do CEAJud.

Os cursos foram desenvolvidos para o projeto de cursos abertos e foram os que mais tiveram inscrições realizadas (15.926) no total.

CURSOS INÉDITOS DESENVOLVIDOS PELO CNJ
1. CONHECENDO O PODER JUDICIÁRIO E O PAPEL DO CNJ
Objetivo: Informar os cidadãos sobre o funcionamento do Poder Judiciário, sua estrutura, órgãos e atribuições. Ao final do curso o aluno deverá ser capaz de: • Explicar a organização da Administração Pública brasileira; • Distinguir os três poderes da União, suas funções típicas e atípicas • Descrever a estrutura do Poder Judiciário Brasileiro; • Compreender o funcionamento e organização do Poder Judiciário; • Identificar as principais atribuições dos tribunais do Poder Judiciário; • Descrever a estrutura do Conselho Nacional de Justiça; • Identificar as principais atribuições do Conselho Nacional de Justiça; • Indicar as formas de acionar o Conselho Nacional de Justiça. **Carga horária:** 20 horas/aula
2. GESTÃO DOCUMENTAL DO PODER JUDICIÁRIO
Objetivo: Informar o que é gestão de documentos, detalhar o funcionamento do Proname, suas normas, os requisitos necessários à gestão documental e os instrumentos apropriados para o tratamento dos documentos de arquivo do Poder Judiciário. Ao final do curso o aluno deverá ser capaz de: • Definir o que é informação arquivista; • Apresentar os pressupostos relativos ao princípio da proveniência; • Detalhar a abordagem das três idades; • Detalhar as funções arquivistas; • Identificar a evolução das formas de registro e dos suportes da informação; • Apontar as disposições constitucionais, legais e constantes de Resoluções e Recomendações do CNJ, sobre gestão documental no Poder Judiciário; • Conhecer o Proname e seus instrumentos, a aplicação de suas normas de funcionamento e dos instrumentos de gestão arquivista para o Poder Judiciário; • Detalhar o modelo de gestão documental. **Carga horária:** 20 horas/aula
3. GESTÃO POR COMPETÊNCIA – Em desenvolvimento
4. OFICINA PARA PAIS E MÃES – Em desenvolvimento

Cursos presenciais

A Resolução CNJ nº 70/2009 estabeleceu, no tema estratégico Eficiência Operacional, a implantação ou aprimoramento das unidades ou núcleos de controle interno em todos os tribunais ou conselhos ligados ao Conselho Nacional de Justiça.

Posteriormente, a Resolução CNJ nº 86/2009 regulamentou a atuação das unidades ou núcleos de controle interno e consignou, no parágrafo único do art. 5º, a possibilidade de o CNJ promover e organizar cursos, seminários, teleconferências, encontros e outros eventos destinados à plena capacitação de servidores dos tribunais, ensejando a maior eficiência na gestão, assim como melhores resultados e eficácia na transferência da tecnologia disponível para a atividade de controle interno.

Em decorrência de "Ação Coordenada de Auditoria", a Secretaria de Controle Interno propôs a adoção de ações para que a totalidade dos servidores lotados nas unidades ou núcleos de controle interno sejam permanentemente capacitados, em eventos internos e externos, para que seja possível alavancar a realização de auditorias, inspeções administrativas e fiscalizações

Assim, constatou-se a necessidade de a Secretaria de Controle Interno do CNJ, ouvido o Comitê Técnico de Controle Interno, promover estudos e aprovar políticas específicas de treinamento e capacitação em vários objetos ou áreas para os profissionais lotados nas unidades ou núcleos de controle interno dos tribunais ou conselhos, devendo identificar aspectos positivos e negativos da proposta de capacitação e suas repercussões na prática profissional.

Ressalte-se que o CEAJud, em parceria com a Secretaria de Controle Interno do CNJ, adotou providências para implantação das políticas de treinamento e capacitação aprovadas pelo Comitê Técnico de Controle Interno, instituído pela Portaria CNJ nº 107/2013.

O citado comitê aprovou proposição ao CNJ para realização das seguintes ações presenciais de treinamento em 2014:

a. Auditoria da folha de pagamento

b. Auditoria de obras

c. Auditoria de orçamento de obras

d. Avaliação de controles internos

e. Planejamento, Licitação, Contratação, Execução e Fiscalização de Obras Públicas de Edificações Administrativas

f. Gestão de riscos

Os referidos cursos permitiram a continuidade do processo de capacitação iniciado pelo Conselho em 2010 e foram destinados a todos os servidores lotados nas unidades ou núcleos de controle interno dos tribunais e conselhos ligados ao CNJ.

As ações de capacitação foram efetivadas em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU), que realizou os últimos treinamentos oferecidos pelo CNJ.

CURSOS PRESENCIAIS					
Treinamento	Valor empenhado (R$)	Valor executado (R$)	Turmas	Vagas	Servidores capacitados**
Gestão de Riscos	47.715,92	45.076,56	7	40	224
Avaliação de Controles Internos	31.969,20	25.575,36	4	40	140

CURSOS PRESENCIAIS					
Treinamento	Valor empenhado (R$)	Valor executado (R$)	Turmas	Vagas	Servidores capacitados**
Auditoria em Folha de Pag. com ACL	30.370,80	30.370,80	5	30	147
Auditoria de Orç. de Obras Públicas	37.883,52	37.883,52	4	30	106
Plan., Licit., Cont... de Obras Públicas*	32.368,80	32.368,80	4	30	110
Desoneração da Folha de Pagamento	6.713,52	6.713,52	3	30	
Total	**185.021,76**	**177.988,56**	**27**	**920**	**727**

*Solicitação de reforço no empenho: R$ 6.473,76 (não contabilizado).

Análise dos resultados

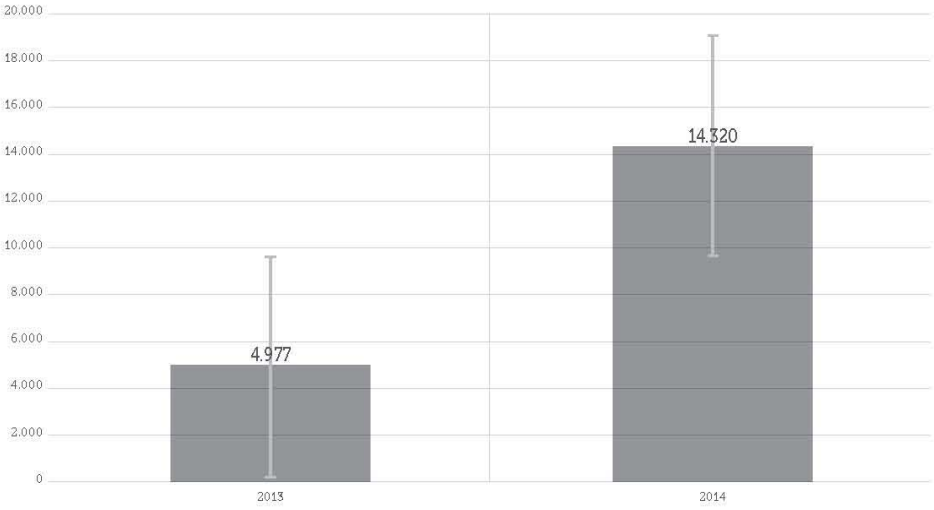
As expectativas para 2014, em termos de capacitação, foram amplamente superadas. O Projeto Cursos Abertos à Sociedade permitiu o aumento em 187% no número de treinamentos concluídos pelo CEAJud, seja de forma presencial ou EaD.

Enquanto em 2013 o CEAJud capacitou 4.977 servidores, em 2014 foram 14.320 pessoas, entre Servidores e cidadãos participantes dos Cursos Abertos.

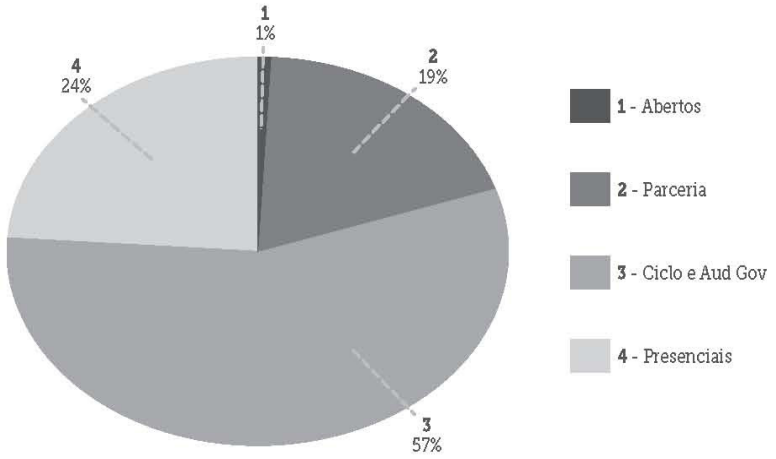
Os resultados atingidos com a produção de cursos inéditos também foram considerados bastante produtivos e satisfatórios, colocando o CNJ em um novo patamar de representatividade educacional em relação ao Poder Judiciário.

O relacionamento com Escolas de Governo de outros poderes também foi bastante positivo. O CNJ, por meio do CEAJud, formalizou parcerias com a ENAP (Poder Executivo), ILB (Poder Legislativo) e com outras escolas do próprio Poder Judiciário.

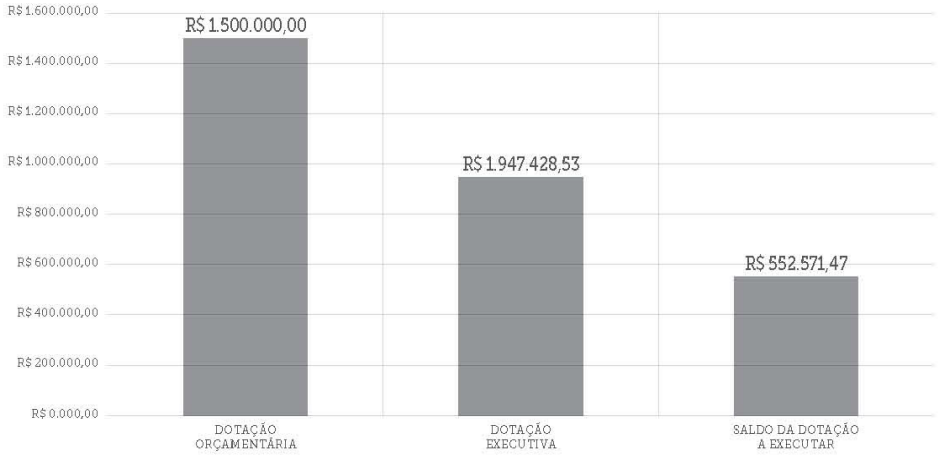
TOTAL DE CAPACITADOS 2013 X 2014



ORÇAMENTO EXECUTADO - CURSOS 2014



EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO CEAJUD EM 2014



Educação corporativa

No âmbito interno, a Secretaria de Gestão de Pessoas proporcionou a seus servidores e gestores o desenvolvimento de competências necessárias ao incremento da produtividade no cumprimento de suas atividades, por meio da oferta de cursos, bolsas de pós-graduação e de língua estrangeira, treinamentos, seminários e outros eventos, contribuindo para a realização dos objetivos estratégicos do Órgão.

No ano de 2014, foram preenchidas 1.104 vagas em eventos de capacitação realizados pelo CNJ, totalizando aproximadamente 17 mil horas de participação de servidores em treinamentos. Desse total, 231 vagas foram preenchidas por eventos externos, 725 por eventos internos, e 148 por participação em eventos do Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL).

Neste ano, ainda foram concedidas 38 novas bolsas de estudo de língua estrangeira, 17 para cursos de pós-graduação *lato sensu* e duas para cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Atualmente, o Programa de Bolsa de Estudos conta com 60 servidores ativos na modalidade de língua estrangeira e 26 na modalidade de pós-graduação.

Ao longo de 2014, cerca de 274 servidores participaram de pelo menos um evento de capacitação.

Eventos realizados

II Encontro Nacional de Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário -Com o propósito de atender à Política Nacional, o CEAJud, em parceria com a Comissão de Eficiência Operacional, promoveu o II Encontro Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, que ocorreu entre 13 e 15 de agosto de 2014.

O encontro teve como objetivo aperfeiçoar as competências dos servidores e magistrados do Judiciário, compartilhar experiências, metodologias e tecnologias, instrumentalizar os tribunais para a aplicação da Resolução de Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário, disseminar a cultura EAD e melhores práticas.

No evento foram tratados assuntos relacionados à importância da formação e do aperfeiçoamento para a execução da estratégia do Poder Judiciário, Plano Estratégico de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, Formação e Aperfeiçoamento nas Escolas Nacionais da Magistratura e Fórum de Educação a Distância.

O CEAJud também criou a Comunidade Virtual da Rede Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores com o objetivo de instrumentalizar os tribunais para a aplicação da Resolução da Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário e manter contato com as Cortes na implementação de ações de formação e aperfeiçoamento.

Seminário de Gestão por Competências e do Conhecimento

Realizado nos dias 10 a 11 de março, no Conselho da Justiça Federal, o Seminário de Gestão por Competências e do Conhecimento teve por objetivo contribuir para a implementação dessas Gestões no Poder Judiciário, debater os desafios e as dificuldades dessa efetuação e promover o intercâmbio de informações e conhecimento.

Outras ações

Projetos e Sistemas do CEAJud

Aplicativo que permite os servidores do Poder Judiciário fazerem cursos a distância por meio de seus smartphones e tablets. Entre as vantagens do serviço está a mobilidade. O aplicativo dá flexibilidade ao usuário para aprender em praticamente qualquer lugar, como filas de banco e aeroportos. Além disso, devido à pequena tela dos aparelhos móveis, os cursos serão adaptados para o consumo rápido, o que contribuirá para a rápida aprendizagem. Outra vantagem é o amplo alcance.

O CEAJud App está sendo desenvolvido em três fases, a serem implementadas a cada seis meses. Na primeira, o aplicativo é usado para enviar informações sobre os cursos e eventos do CEAJud. Essa etapa já está em funcionamento. Para usá-lo, basta fazer *download* do aplicativo a partir do Google Play. Na segunda fase, o aplicativo vai permitir que os usuários façam inscrições nos cursos. E na terceira, o aluno usará o aplicativo para fazer o curso por meio do seu dispositivo móvel. O aplicativo encontra-se em sua primeira fase.

Sistema de Cadastro Nacional de Instrutores Internos

É uma ferramenta de integração de informações sobre tutoria e instrutoria no Poder Judiciário e seus parceiros nos demais Poderes da República. O seu objetivo é centralizar informações de magistrados e servidores que tenham interesse em atuar como tutores e instrutores em cursos presenciais e a distância (EaD). As informações do Cadastro ficarão à disposição para livre consulta dos órgãos dos três poderes. O Cadastro conterá ainda contatos de organizações que atuam na área de capacitação e tenham interesse em deixar suas informações disponíveis para consulta dos órgãos citados.

Propostas, previsões e projetos para 2015

Desenvolvimento de novos cursos

Já estão em andamento projetos para a construção de ao menos três cursos inéditos no primeiro semestre de 2015, como, por exemplo, Justiça Restaurativa e Curso sobre Gestão por competências. A intenção é produzir ainda mais cursos com o tema ligado à cidadania para ser oferecido à população em geral.

Ademais, o CEAJud pretende realizar uma seleção de conteudista para selecionar alguns outros conteúdos para a produção de cursos.

Curso Cidadão

O CEAJud pretende capacitar 40 mil cidadãos no projeto "Cursos para a Sociedade". O projeto consistirá em pequenos cursos com temáticas voltadas à cidadania.

Projeto Estúdio

O CEAJud, com o intuito de possuir a autonomia de gravar vídeo aulas e assim atingir um novo patamar na metodologia EaD, pretende realizar processo licitatório para aquisição de equipamentos para gravação de pequenos vídeos em qualidade para web.

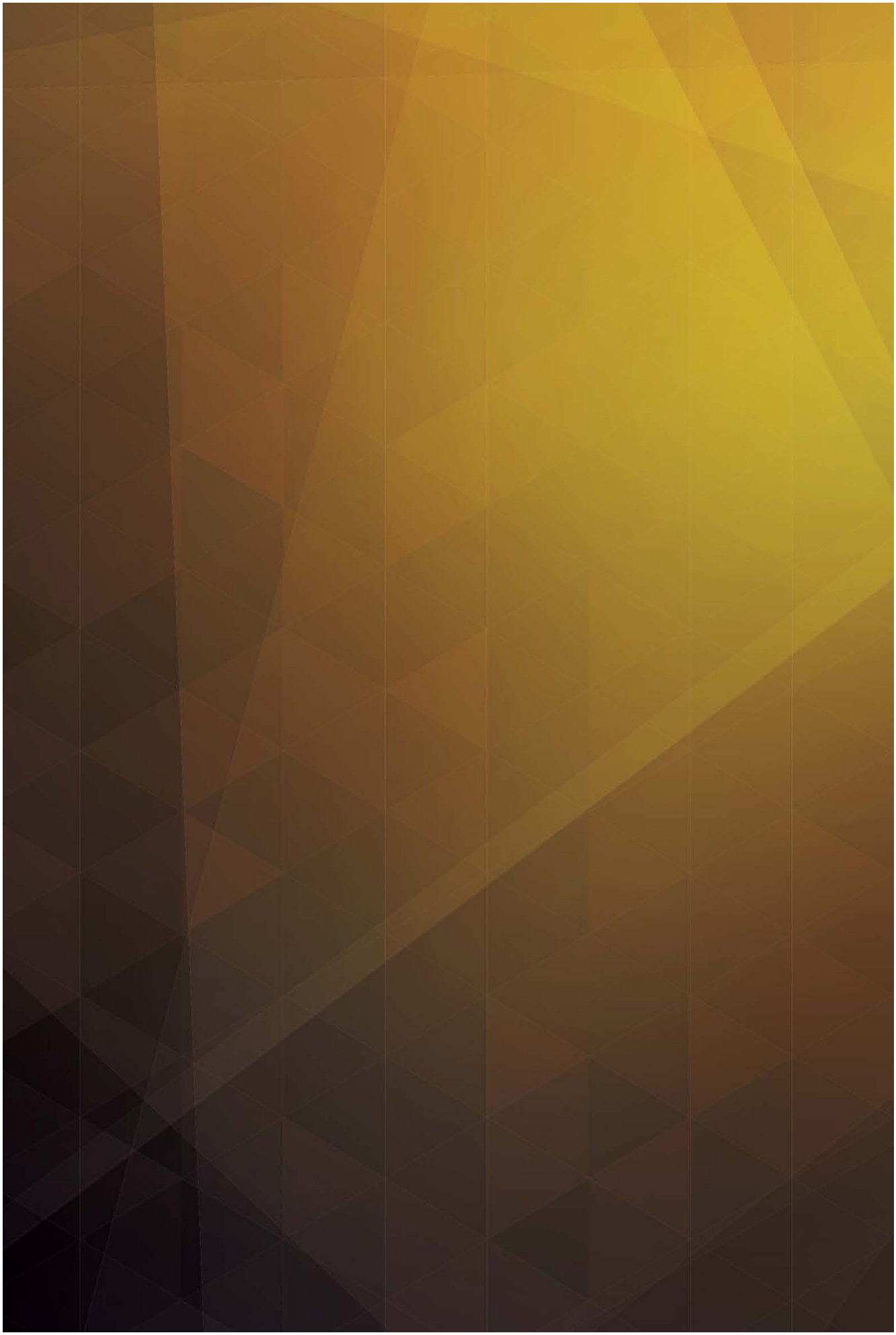
Desenvolvimento de manual sobre gestão por competências

O CNJ vai elaborar manual para orientar os tribunais e órgãos do Poder Judiciário no mapeamento de suas competências. O projeto surgiu com a edição da Resolução n. 192/2014.

Realizar o III Encontro Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, em parceria com o CEAJud.

Implementar o Plano Estratégico Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário, em parceria com o CEAJud.

Realizar o Seminário de Gestão por Competências e Gestão do Conhecimento, em parceria com o CEAJud.



Infraestrutura e Tecnologia

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas aos seguintes objetivos estratégicos:

- Garantir a infraestrutura apropriada às suas atividades;
- Garantir a disponibilidade dos sistemas essenciais de TI.

Infraestrutura e Tecnologia

Implantação do PJe nos Tribunais

Trata-se de medida cujo objetivo é o provimento aos tribunais de instrumento tecnológico capaz de agilizar os trâmites judiciais e proporcionar maior segurança dos atos praticados.

Em 2014, com a atuação da Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura, deu-se o início da implantação do sistema PJe em 13 tribunais estaduais, onde já tramitam, neste sistema, 330.000 feitos em 450 unidades judiciárias.

Na Justiça Federal, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região prosseguiu a implantação, estendida a 81.000 processos em 100 unidades judiciárias e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deverá iniciar a implantação em dezembro de 2014.

Na Justiça do trabalho tramitam no PJe 2.204.294 processos em 1.246 unidades judiciárias. Assim, espera-se a maximização da celeridade dos julgamentos realizados pelos Tribunais e o fortalecimento do programa de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) no Poder Judiciário, proporcionando resultados mais positivos para os jurisdicionados.

Projetos e ações futuros: Continuidade de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos demais Tribunais, especialmente nos da Justiça Estadual.

Implantação do PJe no CNJ

A implantação do PJe no CNJ foi realizada com o objetivo de agilizar os trâmites judiciais e proporcionar maior segurança dos atos praticados.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça, tramitam no PJe 50.756 processos, em 15 gabinetes.

Projetos e ações futuros: Desenvolvimento de nova versão 2 do Processo Judicial Eletrônico (PJe2).

Gestão Documental: Implantação do SIGA-DOC no CNJ

Para a assinatura e a tramitação de documentos e processos, foi instituída uma nova ferramenta informatizada: Sistema Informatizado de Gestão de Documentos e Processo Administrativo Digital (SIGA-DOC).

A implantação do sistema SIGA-DOC é resultado do Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o CNJ e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, tem por objetivo a cooperação e o intercâmbio na área de Tecnologia da Informação e Gestão Documental.

O SIGA-DOC foi instituído no âmbito do CNJ por meio da Instrução Normativa n. 27 de 15 de maio de 2014. Desde o dia 26 de maio de 2014, o sistema tem sido utilizado para autuação e tramitação de novos processos, documentos e atos administrativos.

Aprimoramentos

Aprimoramento do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei

Houve a reformulação completa do sistema Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL).

Aprimoramento do Sistema de Metas Nacionais

Em 2014, o CNJ unificou os sistemas de Metas Nacionais dos anos anteriores a 2014, de modo a propiciar ao usuário a facilidade de uso de único sistema, eliminando o desenvolvimento de novo sistema a cada ano.

Aprimoramento do Sistema de Malote Digital

Com o intuito de melhorar a sua arquitetura, incluir novas funcionalidades solicitadas pelos Tribunais e diminuir a quantidade de manutenções da versão antiga, o CNJ promoveu a reformulação da versão atual do sistema de Malote Digital.

Implantação do Sistema de Acompanhamento de Processos Disciplinares contra Magistrados

Neste ano, foi disponibilizado novo sistema, em substituição ao CADICOR, de forma a permitir o recebimento de dados de PADs e respectivo tratamento dos processos contra Magistrados.

Reformulação do Sistema de Cadastro Nacional de Adoção

O CNJ, por meio da Resolução 190/2014, promoveu a reformulação do sistema para proporcionar maior usabilidade e automatização das tarefas dos usuários, permitindo o cruzamento de informações para tomadas as decisões.

Reformulação do Processo de Desenvolvimento de Software

Trata-se da reformulação completa do processo de desenvolvimento de software de forma a torná-lo mais adequado às boas práticas preconizadas na literatura técnica atual e utilizadas por organizações de sucesso.

Espera-se que o novo processo permita a harmonização de procedimentos e melhoria nas entregas de produtos de software, uma vez que serão utilizados métodos padronizados e mais ágeis para a construção de códigos, o que deve resultar em melhoria na satisfação dos usuários.

Aperfeiçoamento do MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade)

A fim de aprimorar e fortalecer o intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração da Justiça, o CNJ realizou o aperfeiçoamento do MNI.

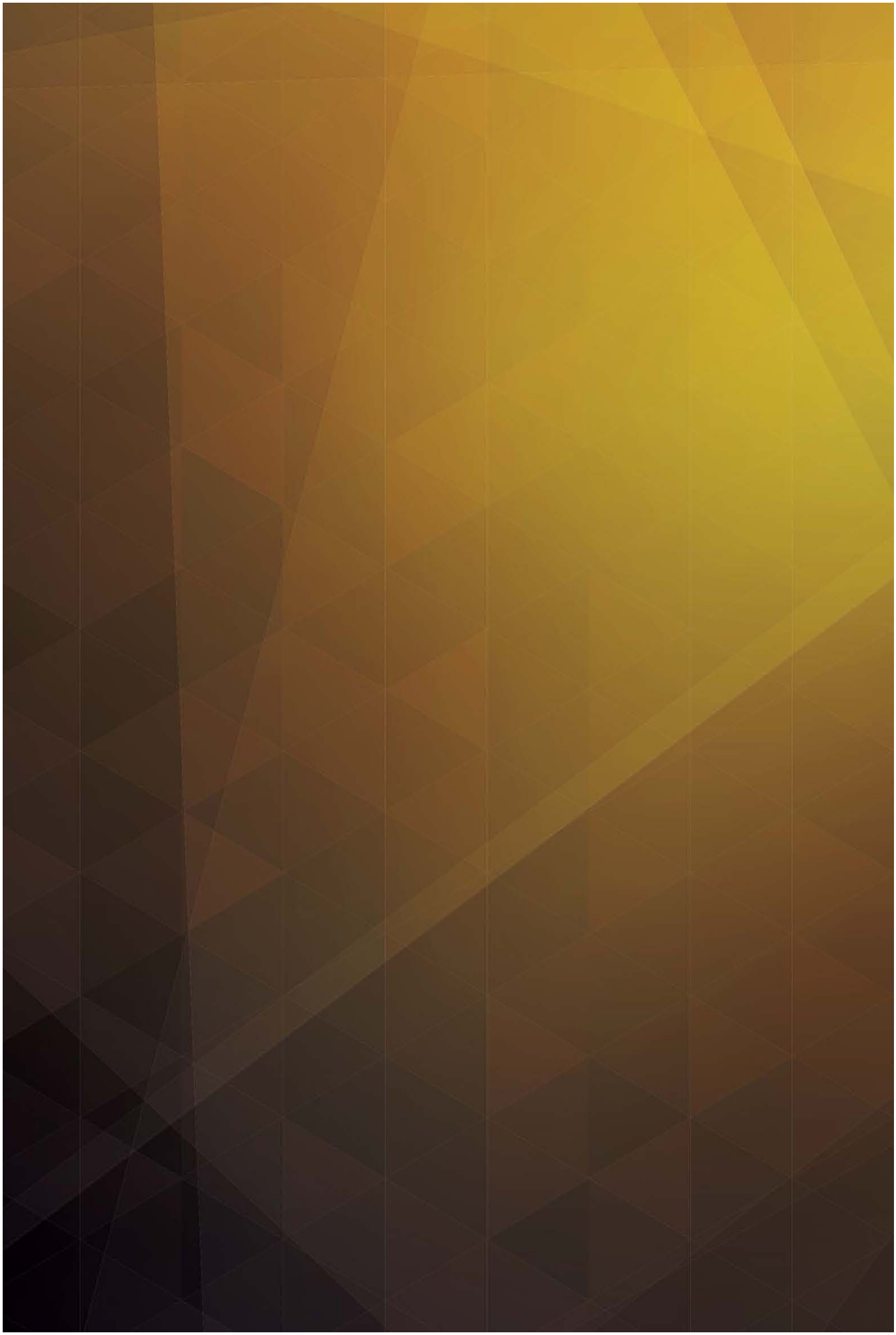
Espera-se a maximização do intercâmbio de dados como os de cabeçalhos, movimentações, assuntos, classes, polos processuais, partes do processo, documentos, tipos de documentos, entre diversos outros elementos, que independe das implementações existentes em cada órgão, o que facilita imensamente a comunicação entre sistemas distintos.

Projetos e ações futuros: Reavaliação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) para uso no PJe2.

Aprimoramento da infraestrutura tecnológica do CNJ

Foram realizadas melhorias na rede de comunicação e armazenamento de dados, bem como foram incorporados, no ambiente computacional do CNJ, equipamentos servidores e microcomputadores novos, com o intuito de promover a modernização da infraestrutura de hardware, softwares e comunicação de dados do CNJ de modo a propiciar aos usuários (internos e externos) e sistemas os recursos necessários para o desempenho de suas funções.

Projetos e Ações futuros: Incorporação de novos recursos para o aprimoramento da segurança da rede do CNJ e da disponibilidade de sistemas e serviços do CNJ.



Fiscalização e Correição

Esta seção apresenta informações sobre atividade desenvolvidas pelo CNJ relacionadas aos seguintes objetivos estratégicos:

- Garantir conformidade aos Princípios Constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário;
- Prevenir e corrigir desvio de conduta dos membros e/ou órgãos do Poder Judiciário.

Fiscalização e Correição

Inspeções

Com o intuito de melhorar o atendimento prestado pelo Poder Judiciário, a Corregedoria Nacional de Justiça promove audiências públicas nos tribunais, inspeciona as unidades judiciárias e administrativas, bem como os cartórios extrajudiciais. O resultado dessas visitas e reuniões compõe relatórios que apresentam as deficiências e as boas práticas encontradas, além de determinações e recomendações às Unidades para melhorar seu desempenho.

Igualmente, as inúmeras diligências e medidas decorrentes da inspeção são documentadas em atas, das quais se dá plena ciência à Presidência e aos demais Conselheiros do CNJ.

Das inspeções resultam procedimentos de acompanhamento e correição de irregularidades, bem como para apuração de eventuais faltas disciplinares.

No ano de 2014, foram realizadas as seguintes correições/inspeções/revisões de inspeções:

INSPEÇÕES, CORREIÇÕES E REVISÕES REALIZADAS EM 2014		
TRIBUNAIS	PERÍODO	PORTARIAS
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (correição – continuação da realizada em maio de 2013 – administrativo-judicial-extrajudicial)	20 a 24 de janeiro de 2014	Portaria no 92, de 13 de novembro de 2013
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (correição – continuação da realizada em maio de 2013 – administrativo-judicial-extrajudicial)	3 e 4 de fevereiro de 2014	Portarias no 95, de 13 de novembro de 2013 e n. 1, de 29 de janeiro de 2014
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (correição – administrativo-judicial)	17 a 20 de março	Portaria n. 7, de 14 de fevereiro de 2014
Tribunal de Justiça do Estado do Pernambuco (inspeção-precatórios-administrativa)	17 a 18 de março de 2014	Portarias n. 9, de 18 de fevereiro de 2014 e 11, de 24 de fevereiro de 2014
Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Comarca de Xinguara (correição judicial)	14 e 15 de maio de 2014	Portarias n. 16, de 24 de abril de 2014 e n. 20 de 8 de maio de 2014
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (correição – precatórios)	16 a 20 de junho de 2014	Portaria no 22, de 30 de maio de 2014
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (correição – todas as áreas, exceto extrajudicial)	28 de julho a 1º de agosto de 2014	Portarias no 29, de 18 de junho de 2014, n. 30, de 1º de julho de 2014 e n. 32, de 16 de julho de 2014
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (judicial, disciplinares e precatórios)	24 a 26 de setembro de 2014	Portaria n. 56, de 22 de setembro de 2014
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (precatórios)	20 a 24 de outubro de 2014	Portaria n. 59, de 9 de outubro de 2014
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	25 a 28 de novembro de 2014	Portaria n. 63, de 12 de novembro de 2014
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Programada para 2014	

Fonte: As portarias de Inspeção estão publicadas no site do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br) – Corregedoria.

Justiça Plena

O Sistema de Acompanhamento dos Processos de Relevância Social visa a coordenar ações que possam dar efetividade à jurisdição em demandas de grande interesse da sociedade, possuindo como coordenadores e participantes o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça, a Advocacia-Geral da União, a Secretaria de Direitos Humanos, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Defensoria Pública da União e dos Estados, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Secretaria de Políticas para as Mulheres e as Corregedorias estaduais.

Atualmente, há 57 processos finalizados, quatro processos pendentes de inclusão e 134 sob acompanhamento (1)

JUSTIÇA PLENA
Processos em Destaque

a. Caso "Ceci Cunha", com julgamento realizado nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 2012, que condenou todos acusados pela morte da deputada federal Ceci Cunha;
b. Casos "Damião Ximenes Lopes" e "Sétimo Garibaldi", que levaram à condenação internacional do Brasil por violação de direitos humanos;
c. Caso do "ex-goleiro Bruno", com recente julgamento de alguns acusados;
d. Processos que envolvem os Grupos de Extermínio nos Estados do Ceará, Bahia e Goiás;
e. Interceptações telefônicas ilegais no Paraná – caso "Escher";
f. Caso da garota que ficou presa em cela masculina no Pará;
g. Caso Manoel Bezerra de Mattos, advogado e vereador do município de Itambé e vice-presidente do PT de Pernambuco, no qual a apuração do episódio e do envolvimento de cinco suspeitos tramitava perante a Justiça Estadual da Paraíba (Comarca de Caaporã), quando houve pedido de federalização por parte da Procuradoria-Geral da República. A 3ª Seção do STJ, em decisão inédita, transferiu para a esfera federal.
h. Chacina de Unaí;
i. Massacre do Carandiru;
j. Processos envolvendo o prefeito de Coari-AM, Manoel Adail Pinheiro, acusado da prática de exploração sexual de vulneráveis, em razão de indícios de que a tramitação dos processos era morosa, supostamente em virtude da atuação de membros do Poder Judiciário amazonense.

1 () A consulta pública em: www.cnj.jus.br/corregedoria/saprs/?a=consultaPublica6d=consultaPublica6f=formPesquisar

Procedimentos de Competência da Corregedoria

São procedimentos de competência da Corregedoria Nacional de Justiça: Reclamações, Representações por Excesso de Prazo, Pedidos de Providências, Sindicâncias, Avocações, Reclamações para Garantia das Decisões e Notas Técnicas.

No ano de 2014 foram recebidos e analisados pela Corregedoria Nacional de Justiça o seguinte quantitativo de procedimentos:

PROCESSOS ANALISADOS PELA CNJ NO ANO DE 2014	
Recebidos	4.772
Julgados	5.564
Baixados	5.766
Em tramitação	2.953

Fonte: os dados foram retirados do PJE em novembro/2014.

Magistrados punidos por decisão Plenária em 2014

No ano de 2014, foram punidos por decisão Plenária 5 (cinco) magistrados, dos quais 2 (dois) foram aposentados compulsoriamente, 1 (um) foi punido com pena de disponibilidade e 2 (dois) com advertência:

MAGISTRADOS PUNIDOS POR DECISÃO PLENÁRIA EM 2014		
Aposentadoria Compulsória	Disponibilidade	Advertência
0007158-87.2010.2.00.0000	0005845-23.2012.2.00.0000	0001901-13.2012.2.00.0000
0003651-84.2011.2.00.0000		0004639-37.2013.2.00.0000

Magistrados afastados preventivamente em 2014

MAGISTRADOS AFASTADOS PREVENTIVAMENTE EM 2014
No ano de 2014, foram afastados preventivamente 5 (cinco) magistrados: • PAD 0000683-76.2014.2.00.0000 – 1 magistrado afastado; • PAD 0005930-09.2012.2.00.0000 – 1 magistrado afastado; • PAD 0005448-95.2011.2.00.0000 – 2 magistrados afastados; • PAD 0003374-63.2014.2.00.0000 – 1 magistrado afastado

Auditorias de Acompanhamento de Gestão

No exercício de 2014, a Secretaria de Controle Interno realizou exames de auditoria com o objetivo de avaliar a gestão no tocante ao cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA) e no Planejamento Estratégico do CNJ, o que abrange a execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a adequação e a legitimidade dos gastos realizados no período, em relação ao orçamento aprovado.

Os exames de auditoria compreenderam ainda os resultados alcançados quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia na gestão dos recursos e sua avaliação, com base em indicadores de desempenho.

Para dar cumprimento aos referidos exames, a Secretaria de Controle Interno procedeu, por amostragem, à análise da regularidade das contratações realizadas pelo CNJ, incluindo os processos licitatórios e os atos relativos a dispensa e inexigibilidade de licitação, bem como efetuou:

a. Avaliação das metas do Plano Plurianual (PPA), da gestão orçamentária e financeira;

b. Avaliação contábil;

c. Avaliação de controles internos.

Além disso, na vigência do Plano Anual de Auditoria de 2014, a SCI promoveu análises com vistas à avaliação do resultado dos projetos do CNJ, compreendendo avaliação da eficiência, eficácia e efetividade da alocação de recursos públicos nos projetos sob a responsabilidade da Secretaria-Geral do CNJ.

Ação Coordenada de Auditoria

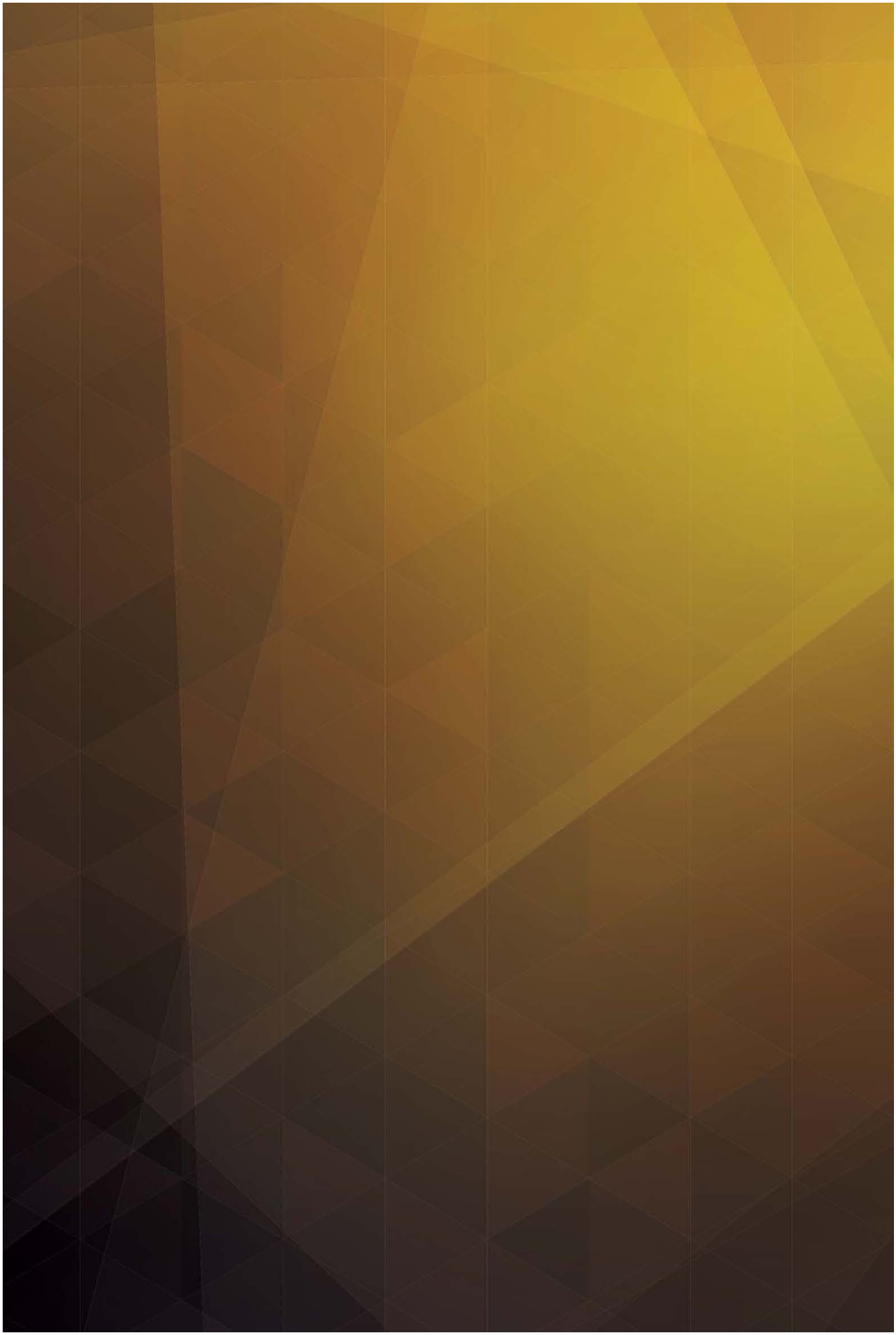
A Secretaria de Controle Interno, após ouvir o Comitê Técnico de Controle Interno, instituído pela Portaria CNJ n. 107/2013, propôs ao Plenário do CNJ a realização de Ação Coordenada de Auditoria na área de Tecnologia da Informação.

A citada ação, realizada em outubro de 2014, teve como escopo a verificação do cumprimento, pelos tribunais e conselhos, da implantação das diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ n. 182/2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de solução de tecnologia da informação (planejamento da contratação, análise de viabilidade da contratação, sustentação do contrato, estratégia para a contratação e análise de riscos).

PRINCIPAIS AÇÕES DE AUDITORIA APROVADAS PARA O ANO DE 2014 Parecer 1/2013 – SCI/Presi/CNJ
Divulgar, na página do tribunal ou conselho na internet, o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) e o Plano Anual de Auditoria (PAA), aprovados pelo presidente do tribunal.
Incluir, no Plano Anual de Auditoria do exercício de 2014 a 2017, a realização de exames de auditoria de, pelo menos, duas das seguintes áreas: contabilidade, tecnologia da informação, licitações, terceirização de atividades, obras e construção, sistema de registro de preços, passivos, pessoal e sistemas de controles internos em cada ano, tendo em vista que as respostas das matrizes indicaram que referidas áreas se apresentam com baixo percentual de realização de exames de auditoria.
Solicitar à Administração Superior, no prazo de 60 dias, a realização de levantamento de dados de servidores do tribunal ou conselho que tenham formação multidisciplinar, em especial contabilidade, administração, economia, direito, tecnologia da informação, engenharia civil entre outros e que manifestem interesse em atuar temporariamente na realização de exames de auditoria.
Encaminhar, no prazo de 60 dias, à Administração Superior plano de capacitação para o exercício de 2014 e, até 30 de outubro de cada ano, plano de capacitação para o ano seguinte, nas seguintes áreas: d.1. Elaboração de programa de auditoria; d.2. Papéis de trabalho; d.3. Técnicas de auditoria; d.4. Matrizes de planejamento, de procedimentos e de achados e de relatório.
Elaborar, no prazo de 120 dias, planejamento e cronograma para migrar a responsabilidade dos serviços de assessoramento na definição de estratégias para gerenciamento de riscos para a equipe da Administração, conforme consta na Declaração de Posicionamento do Institute of Internal Auditors (IIA), caso ainda exerça tal atividade.

PODER JUDICIÁRIO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PRINCIPAIS AÇÕES DE AUDITORIA APROVADAS PARA O ANO DE 2014 Parecer 1/2013 – SCI/Presi/CNJ
Incluir, no Plano Anual de Auditoria, a partir de 2015, a avaliação/diagnóstico de pelos menos uma área vinculada ao sistema de controles internos administrativos, com o objetivo de detectar irregularidades de atos intencionais, como também erros de atos não intencionais.
Submeter ao presidente do tribunal ou conselho, no prazo de 90 dias, processo de trabalho definido e documentado para realização de auditorias, a fim de evitar que durante a realização de exames de auditoria haja alteração de procedimentos.
Regulamentar, no prazo de 120 dias, processos de trabalho de acompanhamento da implementação da recomendação ou determinação, ações de monitoramento das providências adotadas pela unidade auditada, a utilização da técnica de controle de inspeção administrativa para dar resposta mais rápida em relação a eventuais questionamentos ou problemas identificados no dia a dia, a utilização da técnica de controle de fiscalização na forma de vigilância, de sindicância (sobre os atos de outrem) para comprovar se o objeto dos programas institucionais existe, se corresponde às especificações estabelecidas e se atende às necessidades para as quais foi definido.
Recomendar ao Presidente de Tribunal ou Conselho sobre a necessidade de alterar, no prazo de 150 dias, em decorrência das atividades de exames de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, previstas na Resolução CNJ n. 171/2013, o fluxo dos processos de trabalho para que a unidade ou núcleo de controle interno atue utilizando as técnicas de controle previstas na referida resolução e se abstenha de exercer atividades próprias e típicas de gestão, tais como: i.1. Atividades ou atos que resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos; i.2. Instrução de processo com indicação de autorização ou aprovação de ato que resulte na assunção de despesas, que devem ser praticados pelo gestor; i.3. Formulação e implementação de políticas nas áreas de planejamento orçamentário e financeiro; i.4. Promoção ou participação na implantação de sistemas gerenciais; i.5. Participação em comissão de sindicância; i.6. Decisão ou aprovação do objeto a ser contratado; i.7. Enfrentamento de questões jurídicas provocadas pelo gestor, entre outras; e i.8. Exercício de práticas de atividades de assessoria jurídica, que possam comprometer a independência de atuação da unidade ou núcleo de controle interno.



Alinhamento e Integração

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas aos seguintes objetivos estratégicos:

- Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário;
- Garantir o cumprimento das deliberações do CNJ;
- Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário;
- Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário;
- Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais.

Pesquisas

Relatório Justiça em Números

O Sistema Nacional de Estatísticas do Poder Judiciário - SIESPJ tem como principal objetivo a coleta de dados estatísticos padronizados e confiáveis, que possibilitem a realização de comparações, diagnósticos, análises estatísticas, mensurações e avaliações de desempenho e produtividade de órgãos, unidades, magistrados e servidores, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões no processo de planejamento e gestão estratégica das instituições do Judiciário.

O Relatório Justiça em Números divulga anualmente informações sobre o panorama do Judiciário Brasileiro com base nos dados coletados no ano anterior. É uma pesquisa permanente do Departamento de Pesquisas Judiciárias, regida pela Resolução n. 76 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, de 12 de maio de 2009, e compõe o Sistema Nacional de Estatísticas do Poder Judiciário – SIESPJ, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, contendo informações dos seguintes tribunais: Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais de Justiça Militar, Tribunais de Justiça.

O SIESPJ abrange os indicadores estatísticos fundamentais dispostos nas seguintes categorias:

I - Insumos, dotações e graus de utilização:

a) Receitas e despesas;

b) Estrutura;

II - Litigiosidade:

a) Carga de trabalho;

b) Taxa de congestionamento;

c) Recorribilidade e reforma de decisões;

III - Acesso à Justiça;

IV - Perfil das Demandas.

O Relatório Justiça em Números é hoje a maior referência de dados do Poder Judiciário, constituindo fonte para diversas pesquisas e análises, seja do CNJ seja de pesquisadores e órgãos interessados em estudar o Judiciário. Os relatórios completos com os resultados do Justiça em Números pode ser acessados na Portal CNJ na internet (1).

RESULTADOS GERAIS DO PODER JUDICIÁRIO
Relatório Justiça em Números

- Em 2014, os principais resultados apresentados pelo Relatório Justiça em Números a respeito do Poder Judiciário foram os seguintes: em 2013, ano-base do Relatório 2014, tramitaram na Justiça brasileira aproximadamente 95 milhões de processos, sendo que 70% já estavam pendentes desde o início de 2013, e 28,3 milhões ingressaram no decorrer do ano passado, correspondendo a um aumento de 1,2% no número de casos novos e de 4,2% no número de casos pendentes em relação aos anos anteriores.
- O total de processos baixados vem aumentando desde 2010, com crescimento de 9,3% no quinquênio 2010-2014, porém, em decorrência da alta taxa de demanda, desde 2011 o quantitativo de processos baixados é inferior ao de casos novos. Em razão disto, houve acréscimo de 1,8% na carga de trabalho dos magistrados, que tiveram, em média, 6.041 processos para julgamento cada.
- Não obstante os investimentos crescentes de 1,5% nos gastos totais, 1,8% no quantitativo de magistrados e 2% no quantitativo de servidores, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário cresceu 0,9 pontos percentuais, significando que para cada 100 processos em tramitação em 2013, aproximadamente 29 foram baixados no período.
- Do total de processos em tramitação – entre novos e pendentes, 90,1% encontram-se na 1ª instância, respondendo a fase de conhecimento por 44,8% dos feitos e a fase de execução por 45,3%. Apesar dos novos casos de conhecimento na 1ª instância serem em percentual maior do que os de execução (respectivamente, 59% e 24%), o peso dos casos pendentes recai substancialmente sobre os processos de execução, que representam 54% desse total.
- Assim sendo, a alta taxa de congestionamento do Poder Judiciário é causada pela grande quantidade de processos pendentes na fase de execução da 1ª instância, tendo em vista que a taxa de congestionamento nesta fase é de aproximadamente 86%, enquanto, na fase de conhecimento, o percentual cai para 60%.
- Caso fossem retirados todos os processos de execução fiscal do Poder Judiciário, a taxa de congestionamento que hoje é de 70,9% sofreria redução de 10 pontos percentuais e o total de processos seria reduzido de 95 milhões para 63,9 milhões.
- No caso do 2º grau a taxa de congestionamento é a menor, registrando 47% de congestionamento em 2013, enquanto que a maior taxa foi registrada nos processos de execução de título extrajudicial fiscal (91%). A tendência é que este último indicador continue expressivo no próximo ano, pois o quantitativo de casos novos de processos de execução fiscal ultrapassa em 565.466 o total de processos baixados dessa classe.
- Em relação aos recursos humanos, o Poder Judiciário estava composto no ano passado por 16.429 magistrados, sendo que 13.841 (84%) atuam na 1ª instância e 2.305 (14%) são desembargadores. Além disso, o Judiciário contou com 412,5 mil funcionários, sendo 276,6 mil (67%) servidores efetivos, requisitados e comissionados sem vínculo e 135,7 mil (33%) representados por força de trabalho auxiliar (terceirizados, estagiários, juízes leigos e conciliadores). Do total de servidores (excluindo a força de trabalho auxiliar), 78,7% atuam na área judiciária – área fim do tribunal. Em suma, 90% das despesas totais do Judiciário estão relacionadas a gastos com recursos humanos, o que representa um aumento de 2,7% em relação a 2012.

1 ( ) O acesso aos dados do BI e a base de dados para download podem ser acessados pelo endereço eletrônico: http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros

Censo Nacional do Poder Judiciário

Motivados pelo Pedido de Providências n. 0002248-46.2012.2.00.0000, que contempla o desenho de ações afirmativas para o preenchimento de cargos no Poder Judiciário, inclusive para os cargos de Juiz Substituto, o Plenário e as Comissões de Articulação Federativa e Parlamentar e de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas demandaram ao Departamento de Pesquisas Judiciárias a realização de um Censo Nacional do Poder Judiciário. O projeto pretendeu levantar, sistematizar e analisar as informações socioeconômicas e funcionais dos magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro. Sabia-se muito pouco sobre as características socioeconômicas ou aquelas relacionadas ao trabalho deste público. O censo teve o objetivo de preencher essa lacuna informativa, além de avaliar as ações e políticas de gestão de pessoas já existentes no âmbito do Poder Judiciário, possibilitando também a formulação de novas propostas. Adicionalmente, o censo permitirá comparações entre distintos tribunais, permitindo cotejar o perfil dos servidores com elementos importantes para o planejamento das políticas públicas do Poder Judiciário, em nível nacional.

Em junho de 2014, foi lançado o primeiro produto do Censo, com os resultados preliminares. O relatório, denominado Vetores Iniciais e Dados Estatísticos (VIDE), traz as principais estatísticas e esclarecimentos metodológicos, com o objetivo de discutir interna e externamente uma primeira extração dos dados coletados durante o Censo do Poder Judiciário. Em novembro de 2014, os relatórios por tribunal também foram concluídos, permitindo um olhar mais aprofundado sobre a gestão de pessoas em cada tribunal, sendo enviados diretamente às Cortes e disponibilizados pela internet, na página do CNJ.

Pesquisa sobre conflitos fundiários

Projeto destinado a verificar a atuação do Poder Judiciário na resolução de conflitos fundiários, por meio de levantamento quantitativo das ações judiciais pertinentes à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária; aos conflitos possessórios; às ações originadas do combate ao trabalho escravo; às questões de regularização fundiária; às questões indígenas e outros temas correlatos. O DPJ recebeu e sistematizou os dados coletados pelos tribunais competentes para o julgamento das matérias elencadas sobre os processos (distribuídos, julgados e em tramitação), tendo como referência os códigos das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ e compreendendo o período de 2009 a 2013.

Reincidência e itinerários criminais no Brasil: um estudo de corte sobre a população egressa do sistema de justiça criminal no ano de 2006

O Departamento de Pesquisas Judiciárias, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do CNJ – DMF realizou a pesquisa "Reincidência e itinerários criminais no Brasil: um estudo de corte sobre a população egressa do sistema de justiça criminal no ano de 2006". O objetivo central do projeto foi determinar a taxa de reincidência criminal nos estados com maior concentração de penas privativas de liberdade, especificando a taxa de reincidência por espécie de delito, por perfil demográfico e socioeconômico do autor e, ainda, a taxa de reincidência dos apenados submetidos a penas privativas de liberdade e também a outras modalidades de sanção criminal, tais como penas alternativas ou meramente restritivas de direitos.

Em 24 de abril de 2014, a equipe do Ipea apresentou os resultados obtidos ao Conselho Nacional de Justiça. Considerados os limites metodológicos apontados e as críticas apresentadas pelos Conselheiros presentes, pelos representantes da Secretaria-Geral, do DMF e do DPJ, sugeriu-se que fosse avaliada a divulgação de um extrato dos principais resultados para fins de lançamento da pesquisa. A elaboração de tal documento ainda se encontra em fase de discussão perante as equipes do Ipea e do DPJ.

Relatório sobre a Meta 18

O Departamento de Pesquisas Judiciárias desenvolveu pesquisa, por meio de questionário eletrônico, cujo principal objetivo foi levantar informações a respeito dos recursos humanos e de sua capacitação, gestão dos processos e volume de processos das varas, além de permitir a obtenção da opinião dos magistrados sobre possíveis dificuldades e sugestões para o melhor andamento e julgamento dos processos sobre improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.

O relatório indica, de modo geral, que há discrepâncias estruturais entre as varas para o cumprimento da Meta 18. Ainda assim, as varas participantes da pesquisa apontaram convergências no que tange à grande quantidade de processos a ser julgada e ao reduzido número de servidores. Como obstáculos para o processamento célere dos processos de improbidade e de crimes contra a administração pública, foram apontados ainda a grande quantidade de réus em cada um dos feitos e a correspondente dificuldade de fazer a notificação prévia e de cumprir as cartas precatórias.

Também foram identificados como desafios administrativo-processuais a designação de peritos, tendo em vista a longa duração dos processos e o pagamento a posteriori pela perícia, bem como a dificuldade de cumprimento das medidas que decretam a indisponibilidade dos bens dos réus.

O relatório aponta, ainda, propostas administrativas, gerenciais e mesmo legislativas apresentadas pelas varas para aprimorar o cumprimento da Meta 18.

Parceria entre CNJ e a Revista Científica Direito GV, da Fundação Getúlio Vargas

O Departamento de Pesquisas Judiciárias e a Revista Direito GV da Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizaram a chamada pública de artigos sob o título "A política e a pesquisa judiciária: balanços e perspectivas sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça". Trata-se de uma oportunidade singular de reflexão sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não apenas quanto a sua atividade correcional, mas como órgão formulador de políticas judiciárias, cujo planejamento e implementação precisam ser observados a partir de critérios empíricos e científicos. A chamada de artigos é fruto de tratativas iniciadas ainda em 2012 e tornada pública em 2013. Os artigos foram recebidos até 31/07/2013, para publicação no segundo número da revista de 2013, com lançamento em 2014. O objetivo da chamada foi convocar a comunidade acadêmica brasileira a realizar um balanço da atuação do Conselho[2].

Selo Justiça em Números

Trata-se de selo destinado a reconhecer os tribunais que cumprem os prazos da Resolução do CNJ nº 76/2009 e que apresentem as melhores iniciativas, projetos, rotinas e boas práticas desenvolvidas, assim como ações concretas realizadas com o intuito de aumentar a qualidade da informação e produção de dados estatísticos mais fidedignos para o Relatório anual Justiça em Números. Instituído pela Portaria 186/2013, o selo compreende quatro categorias (diamante, ouro, prata e bronze), proporcionais ao nível de adesão dos tribunais aos requisitos de qualidade da informação.

2 () A revista publicada encontra-se no seguinte endereço eletrônico: http://direitogv.fgv.br/publicacoes/revista/edicao/revista-direito-gv-18. Os artigos publicados foram os seguintes:

- "A relevância dos limites discricionários do juiz generalista", de Igor de Lazari, Carlos Bolonha e Henrique Rangel.
- "O Capital Jurídico e o Ciclo da Litigância", de Ivo Teixeira Gico Jr.
- "Função social na tutela possessória em conflitos fundiários", de Marcus Eduardo de Carvalho Dantas.
- "Transparência pública e a atuação normativa do CNJ", de Rosane Leal da Silva, Patrícia Adriani Hoch e Lucas Martins Righi.
- "O CNJ e os discursos do direito e desenvolvimento", de Ivan Candido da Silva de Franco e Luciana Gross Cunha.
- "Good Governance e o Conselho Nacional de Justiça", de Antonio César Bochenek, Vinicius Dalazoana e Vinicius Rafael Rissetti.
- "Em busca de justiça ao jovem: a difícil articulação entre os Poderes", de Karyna Batista Sposato e Marisa Meneses de Andrade.

Tribunais laureados

Em 2014, a premiação laureou os seguintes tribunais (Portaria CNJ n. 181/2014):

SELO DIAMANTE			
TRIBUNAL		PONTUAÇÃO	
(1)	Tribunal Superior do Trabalho	45	Diamante
(2)	TRT 01ª Região (RJ)	45	Diamante
(3)	TRT 23ª Região (MT)	40	Diamante
(4)	TRF 4ª Região	40	Diamante
(5)	TJ - Rio Grande do Norte	45	Diamante
(6)	TJ - Mato Grosso do Sul	40	Diamante

SELO OURO			
TRIBUNAL		PONTUAÇÃO	
(1)	TRT 05ª Região (BA)	35	Ouro
(2)	TRT 12ª Região (SC)	35	Ouro
(3)	TRT 15ª Região (SP)	35	Ouro
(4)	TRT 16ª Região (MA)	35	Ouro
(5)	TRT 21ª Região (RN)	35	Ouro
(6)	TJ – Acre	35	Ouro
(7)	TJ - Alagoas	35	Ouro
(8)	TJ - Amazonas	35	Ouro
(9)	TJ - Ceará	35	Ouro
(10)	TJ - Roraima	35	Ouro
(11)	TJ - Santa Catarina	35	Ouro
(12)	TRE - São Paulo	35	Ouro
(13)	TRE - Piauí	30	Ouro
(14)	TRE - Rio de Janeiro	30	Ouro
(15)	TRT 08ª Região (PA/AP)	30	Ouro
(16)	TRT 11ª Região (AM/RR)	30	Ouro
(17)	TRT 17ª Região (ES)	30	Ouro
(18)	TJ - Amapá	30	Ouro
(19)	TJ – Pará	30	Ouro

SELO PRATA			
TRIBUNAL		PONTUAÇÃO	
(1)	TRT 03ª Região (MG)	25	Prata
(2)	TJ - Tocantins	25	Prata
(3)	TJM - São Paulo	25	Prata

SELO BRONZE			
TRIBUNAL		PONTUAÇÃO	
(1)	Superior Tribunal de Justiça	10	Bronze
(2)	Superior Tribunal Militar	10	Bronze
(3)	TRF 3ª Região	10	Bronze
(4)	TRF 5ª Região	10	Bronze
(5)	TRT 04ª Região (RS)	10	Bronze
(6)	TRT 06ª Região (PE)	10	Bronze
(7)	TRT 07ª Região (CE)	10	Bronze
(8)	TRT 10ª Região (DF/TO)	10	Bronze
(9)	TRT 13ª Região (PB)	10	Bronze
(10)	TRT 14ª Região (RO/AC)	10	Bronze
(11)	TRT 19ª Região (AL)	10	Bronze
(13)	TRT 20ª Região (SE)	10	Bronze
(13)	TRT 24ª Região (MS)	10	Bronze
(14)	TJ - Distrito Federal	10	Bronze
(15)	TJ - Mato Grosso	10	Bronze
(16)	TJ - Minas Gerais	10	Bronze
(17)	TJ – Paraíba	10	Bronze
(18)	TJ – Pernambuco	10	Bronze
(19)	TJ - Rio de Janeiro	10	Bronze
(20)	TJ – Rondônia	10	Bronze

PODER JUDICIÁRIO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SELO BRONZE			
TRIBUNAL		PONTUAÇÃO	
(21)	TJ - São Paulo	10	Bronze
(22)	TRE – Acre	10	Bronze
(23)	TRE – Alagoas	10	Bronze
(24)	TRE – Amapá	10	Bronze
(25)	TRE – Amazonas	10	Bronze
(26)	TRE – Bahia	10	Bronze
(27)	TRE – Ceará	10	Bronze
(28)	TRE - Distrito Federal	10	Bronze
(29)	TRE - Espírito Santo	10	Bronze
(30)	TRE – Goiás	10	Bronze
(31)	TRE – Maranhão	10	Bronze
(32)	TRE - Mato Grosso do Sul	10	Bronze
(33)	TRE - Minas Gerais	10	Bronze
(34)	TRE – Pará	10	Bronze
(35)	TRE – Paraíba	10	Bronze
(36)	TRE – Paraná	10	Bronze
(37)	TRE – Pernambuco	10	Bronze
(38)	TRE - Rio Grande do Sul	10	Bronze
(39)	TRE – Rondônia	10	Bronze
(40)	TRE – Roraima	10	Bronze
(41)	TRE - Santa Catarina	10	Bronze
(42)	TRE – Sergipe	10	Bronze
(43)	TRE – Tocantins	10	Bronze
(44)	TJM - Minas Gerais	10	Bronze
(45)	TJM - Rio Grande do Sul	10	Bronze

Cooperação Jurídica Internacional

O Conselho Nacional de Justiça instituiu, por meio da Portaria nº 190, de 23 de setembro de 2013, Grupo de Trabalho para realizar estudos sobre as políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário que envolvam questões de cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal.

O Grupo de Trabalho realizou 17 reuniões (presenciais e/ou por videoconferência) no período de 7 de outubro de 2013 a 17 de setembro de 2014. Na reunião de 26 de fevereiro de 2014, os integrantes do Grupo deliberaram no sentido da divisão das atividades em subgrupos.

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL
Atividades do Grupo de Trabalho e dos Subgrupos

a. Realização do Seminário "Jurisdição Brasileira e Cooperação Internacional" no dia 23.10.2014, no Auditório do CJF, com a participação de Magistrados Federais, Estaduais e do Trabalho.

b. O Ministério das Relações Exteriores, através do Ofício nº 71 SLRC/CASC, inaugurou a relação institucional entre o CNJ e aquele Ministério quanto à internalização da Convenção de Haia relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Atos Públicos Estrangeiros, de 1961, ao ordenamento jurídico brasileiro.

c. Participação no "VII Congresso Iberoamericana sobre Cooperación Judicial", organizado pela REDLAJ, realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2013, em Buenos Aires.

d. Reunião para tratar da supressão da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros – Convenção de 1961; Sequestro Internacional de Crianças – Convenção de 1980; Adoção Internacional – Convenção de 1993.

e. Minuta de ato normativo sobre a aplicação da Convenção da de Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de menores (1980).

f. Participação do CNJ na XVII Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras. Objeto da reunião foi a inclusão da adoção internacional no CNA.

g. Reunião para tratar da Cooperação cooperação jurídica internacional em matéria penal; Áreas fronteiriças; e Cartas Rogatórias em matéria penal.

h. Análise da legislação que trata do combate à corrupção, Crime organizado e tráfico de drogas.

i. Implementação no TRF-4 da especialização de varas federais para processarem pedidos de cooperação jurídica passiva em matéria penal – Resolução nº 101/2014/TRF4.

j. Parceria do Subgrupo com a Autoridade Central Administrativa Federal/ACAF e as Escolas dos Tribunais Regionais Federais para participação de magistrados federais no Programa de Visitantes Voluntários 2014 (Cooperação Internacional. Subtração Internacional de Crianças), realizado no período de 10 a 20 de agosto de 2014, nos EUA (Washington e Boston).

k. Manual de Boas Práticas: Aplicação da Convenção dade Haia de 1980.

l. Seminário "Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças – Convenção da de Haia de 1980".

m. Seminário com os Organismos Internacionais credenciados perante a Autoridade Central (ACAF).

n. VI Encontro Nacional de Magistrados da Infância e Juventude, Curso de Atualização dos Magistrados Gaúchos e XVI Encontro do FONAJUVFonajuf.

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL Atividades do Grupo de Trabalho e dos Subgrupos
o. Reunião com o Coordenação-Geral de Cooperação Jurídica Internacional/MJ e a Divisão de Cooperação Jurídica Internacional/MRE para tratar dos documentos legalizados pelo Brasil para efeito no Exterior (2011 a 2013).
p. Ministério das Relações Exteriores encaminhou o Ofício nº 61/DCJI/SLRC/DAC, relatando os procedimentos de apostilamento na Espanha, Portugal e Estados Unidos, com base nos dispositivos da Convenção de Haia relativa à Supressão da Exigência da Legalização de Atos Públicos Estrangeiros.
q. Ministério das Relações Exteriores deu ciência ao GT da Mensagem conjunta Conjunta do Ministério da Justiça; Relações Exteriores; Educação; Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que encaminhou exposição de motivos à Casa Civil da Presidência da República quanto ao texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização dos Documentos Públicos Estrangeiros.
r. Seminário em Cartagena (Colômbia) organizado pelo Ministério da Justiça da Espanha e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional, realizado nos dias 15 a 18 de julho de 2014, com a participação de representante do CNJ.

As atividades do Grupo de Trabalho, nos termos do art. 5º da Portaria nº 190/2013, encerraram no mês de outubro de 2014 com a apresentação das atividades desenvolvidas e encaminhamentos finais, abaixo descritos:

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL Encaminhamentos finais
a) Expedição de ofício ao Conselho da Justiça Federal para avaliar a conveniência de constituir Comissão Permanente naquele órgão para o fim de tratar do tema "Cooperação jurídica internacional e a competência da Justiça Federal"; a.1) Como um dos temas a serem tratados na Comissão Permanente, deve ser considerado aquele referente aos atos processuais/instrutórios realizáveis por videoconferência, inclusive no que tange a juízes de diferentes países.
b) Expedição de ofício ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho para o fim de avaliar a conveniência de constituir Comissão Permanente naquele órgão para o fim de tratar do tema "Cooperação jurídica internacional e a competência da Justiça do Trabalho"; b.1) Como um dos temas a serem tratados na Comissão Permanente, deve ser considerado aquele referente aos atos processuais/instrutórios realizáveis por videoconferência, inclusive no que tange a juízes de diferentes países.
c) Expedição de ofício ao Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça para o fim de avaliar a conveniência de constituir Comissão Permanente naquela instituição para o fim de tratar do tema "Cooperação jurídica internacional e a competência da Justiça Estadual"; c.1) Como um dos temas a serem tratados na Comissão Permanente, deve ser considerado aquele referente aos atos processuais/instrutórios realizáveis por videoconferência, inclusive no que tange a juízes de diferentes países.
d) Expedição de ofício à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para fins de solicitar informações quanto à apreciação do Ofício n. 344/GP/2013 – solicitação de inclusão de representante do CNJ no Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras no tema da Adoção Internacional (qual encaminhamento foi dado pela SDH);

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL
Encaminhamentos finais

e) Aprovação do Manual de Boas Práticas para fins de aplicação da Convenção sobre Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças;

f) Aprovação do relatório final do Grupo de Trabalho para o fim de submissão ao Plenário do CNJ e, assim, formalização do encerramento das atividades do GT;

g) Expedição de Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, quanto à necessária atuação daquele órgão na construção de um "protocolo mínimo de uniformização de procedimentos referentes à habilitação e efetivação da adoção internacional", que se refira a todos os Tribunais Brasileiros, bem como a indicação de magistrado auxiliar da Corregedoria no processo permanente de ajustes do tema de adoção internacional;

h) Solicitação ao Plenário do CNJ de criação de Comissão Permanente de Cooperação Jurídica Internacional, com juiz auxiliar da Presidência vinculada;

i) Publicação da minuta de Resolução aprovada a respeito da figura do magistrado de cooperação internacional (pedido da autoridade Francesa);

j) Apresentação de Nota Técnica ao Plenário/CNJ sobre a conveniência de a República Federativa do Brasil manifestar adesão à Convenção da Apostila;

k) Expedição de Ofício aos TRFs da 3ª e 5ª Regiões comunicando que os TRFs da 1ª, 2ª e 4ª Regiões deliberaram pela concentração de competência em matéria de cumprimento das Convenções de Haia e Interamericana sobre aspectos civis do sequestro internacional de crianças. Tal providência endossa a recomendação da SDH.

Por fim, cabe destacar que os documentos, memórias de reuniões e ações do Grupo de Trabalho constam do Processo Comissão nº 0006592-36.2013.2.00.0000.

Eventos realizados

Reunião preparatória para o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário

Realizada em Brasília, em setembro de 2014. Subsídio às apresentações referentes ao Relatório Justiça em Números 2014.

VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário

O VIII Encontro Nacional do Judiciário ocorreu nos dias 10 e 11 de novembro, na cidade de Florianópolis/SC, conforme previsão na Resolução nº 70, de 18 março de 2009, que determina a realização de encontros envolvendo a cúpula da Justiça, visando à avaliação da estratégia em curso e o estabelecimento de metas.

Esse ano no evento, de forma inovadora, além do debate e aprovação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o biênio 2015 e 2016, das Metas Específicas para os segmentos de Justiça e da diretriz estratégica que orienta os tribunais, foram analisados os principais dados do Relatório Justiça em Números 2014.

Nesta oitava edição, a reunião contou com mais de 500 participantes e proporcionou uma discussão sobre o Projeto Judicial Eletrônico – PJe com os técnicos da área de cada tribunal e ainda com o intuito de democratizar os debates contou com a participação de diversas associações de magistrados e servidores, que trouxeram suas contribuições, sugestões e opiniões, feito inédito no histórico dos encontros do Poder Judiciário.

Como decorrência, ao final do evento, após intensos debates entre os presidentes e representantes dos 90 tribunais brasileiros, que integraram as reuniões setoriais de cada um dos segmentos de justiça, foram aprovadas de forma democrática e participativa as sete Metas Nacionais a serem perseguidas pela Justiça no próximo ano, além de 13 específicas, a fim de garantir uma prestação judicial mais célere e eficiente ao cidadão.

Entre as Metas Nacionais estão medidas que buscam aumentar a produtividade, reduzir o congestionamento processual, aumentar os casos solucionados por conciliação, impulsionar os processos de execução, priorizar o julgamento de processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa e os processos das ações coletivas e dos recursos repetitivos.

Também foi aprovada uma diretriz estratégica, cujo objetivo é zelar pelas condições de saúde e qualidade de vida no trabalho de magistrados e servidores, privilegiando-se, assim, o bem-estar, o estilo de vida e o comprometimento dos colaboradores do Judiciário.

3º Seminário de Metodologia do IBGE

Realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 2014. Apresentação da palestra "A Justiça em Números: uma década de informações sobre o Poder Judiciário", na sessão temática "Integração de bases de dados".

Seminário CNJ Acadêmico

Realizado em maio de 2014. Organização de seminário para apresentação de dissertações e teses concluídas ou com data agendada para defesa no âmbito do referido Programa.

Seminário "Justiça Pesquisa"

Realizado em novembro de 2014. Seminário previsto no edital do projeto "Justiça Pesquisa", que prevê a discussão coletiva dos resultados apresentados pelas instituições contratadas.

Propostas, projetos e previsões para 2015

Cadernos temáticos do Censo do Poder Judiciário

Valendo-se da grande abrangência dos dados levantados pelo Censo do Poder Judiciário, o DPJ planeja para o primeiro semestre de 2015 a divulgação de Cadernos temáticos sobre o Poder Judiciário, contemplando, entre outros temas, a saúde de magistrados e servidores, o perfil de formação dos profissionais do Judiciário e os desafios do Poder Judiciário segundo as opiniões de magistrados e servidores.

Aprimoramento da Resolução CNJ n. 76/2009 e 184/2013

O DPJ participará do aprimoramento das Resoluções CNJ nºs 76 e 184, a fim de promover ajustes que garantam a atualização e efetividade das normas referentes ao Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário e aos critérios de criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário.

II Edital da Série "Justiça Pesquisa"

Devido ao êxito e à grande repercussão alcançada pela primeira edição da Série Justiça Pesquisa, em 2015 o DPJ lançará a segunda chamada pública referente ao projeto, ampliando o escopo da pesquisa empírica sobre o Poder Judiciário e aprofundando temas de interesse coletivo sobre o sistema de justiça no país.

Assessoramento para elaboração do Supremo em Números

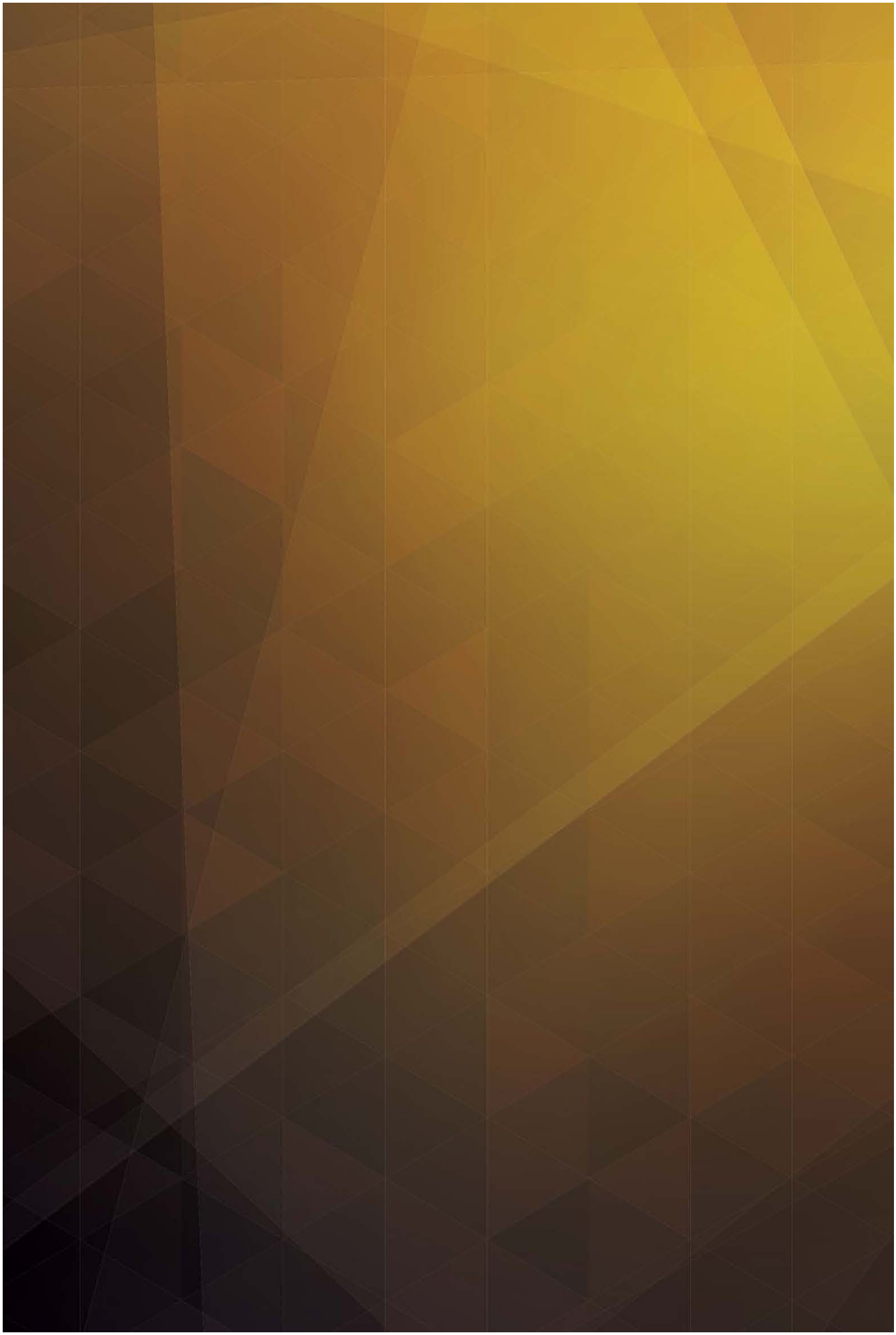
Em oportunidade inédita, no intuito de divulgar os dados referentes ao Supremo Tribunal Federal, assim como já ocorre com os outros tribunais do país por meio do Relatório Justiça em Números, em 2015, o DPJ assessorará o STF na elaboração metodológica e nos marcos teóricos da publicação Supremo em Números.

"Da esfera infracional para a criminal: quantos envolvidos em crime, condenados, são egressos do sistema socioeducativo?"

O objetivo é realizar uma pesquisa junto às Varas de Execução Penal e de Execução de Penas e Medidas Alternativas do Distrito Federal, em forma de diagnóstico, a fim de detectar o quantitativo de condenados que já estiveram no sistema socioeducativo. A pesquisa será realizada através metodologia de cruzamento de dados provenientes da Vara da Infância e Juventude, Vara Regional de Atos Infracionais e das Varas de Execução Penal e de Penas e Medidas Alternativas do TJDFT.

Para operacionalizar a coleta de dados, em um primeiro momento, foi solicitado à COSIST - Coordenação de Projetos e de Sistemas da 1ª Instância do TJDFT uma listagem de todos os processos distribuídos até dezembro de 2013, para a VEP e VEPEMA, com condenados com idade entre 18 a 25 anos. O relatório deve exibir o número do processo de execução, número do processo de origem (se houver), nome do réu, sexo, data de nascimento, idade, filiação e tipo penal (se houver). Posteriormente, as citadas informações serão cruzadas com os dados constantes no cadastro de processos baixados na Vara da Infância e Juventude e na Vara Regional de Atos Infracionais do TJDFT.

O resultado do cruzamento permitirá verificar o quantitativo de jovens que migraram da esfera infracional para a esfera criminal.



Atuação Institucional

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas aos seguintes objetivos estratégicos:

- Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições;
- Aprimorar a comunicação com públicos externos;
- Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.

Atuação Institucional

Mutirão Carcerário

Com o objetivo de garantir e promover os direitos fundamentais na área prisional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, desde agosto de 2008, o Mutirão Carcerário.

Em síntese, a linha de atuação nos mutirões é baseada em dois eixos: a garantia do devido processo legal com a revisão das prisões de presos definitivos e provisórios; e a inspeção nos estabelecimentos prisionais do Estado.

A iniciativa reúne juízes que percorrem os estados para analisar a situação processual das pessoas que cumprem pena, além de inspecionar unidades carcerárias, com o objetivo de evitar irregularidades e garantir o cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Ao longo do ano de 2014 foram realizados mutirões carcerários nos seguintes estados:

QUADRO RESUMO DOS MUTIRÕES CARCERÁRIOS REALIZADOS EM 2014		
Estado	Processos Analisados	Benefícios Concedidos
Bahia	9.979	300
Goiás	9.097	176
Mato Grosso	8.431	024
Minas Gerais	5.740	169
Pará	7.282	356
Pernambuco	6.053	246
Santa Catarina	1.083	004
São Paulo	4.816	136
Tocantins	2.413	033
Total	54.894	1.444

Sistema Socioeducativo

O objetivo do Sistema Socioeducativo é promover a análise e discussão acerca das medidas socioeducativas aplicadas em todo o país, bem como trocar experiências e promover a interação entre magistrados e profissionais que atuam diretamente na aplicação das medidas socioeducativas.

Em 2014, foi realizado o Encontro Nacional do Sistema Socioeducativo, nos dias 13 e 14 de março de 2014, em Vitória/ES.

Mutirão do Sistema Socioeducativo

O Mutirão do Sistema Socioeducativo foi instituído em razão da edição da Resolução CNJ n. 165, que consolida e edita normas gerais sobre a execução de medidas socioeducativas no âmbito do Poder Judiciário, e da constatação da situação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, verificada durante a realização do Projeto Justiça ao Jovem.

Em 2014 foram realizados mutirões no Estado do Piauí e Alagoas.

No Estado do Piauí, ocorrido em fevereiro de 2014, foi realizada a verificação de 394 processos de execução de medida socioeducativa. Desse total, 25% foram beneficiados com a extinção ou adequação da medida.

No Mutirão do Sistema Socioeducativo do Estado de Alagoas, realizado em maio de 2014, com a verificação de 577 processos de execução de medida socioeducativa, dos quais 140 foram beneficiados com a extinção ou adequação da medida.

Selo Infância e Juventude

Realizado em parceria com o UNICEF, o objetivo do Selo Infância e Juventude é promover uma política de fortalecimento, acompanhamento e otimização das Coordenadorias da Infância e Juventude vinculadas às Presidências dos Tribunais de Justiça.

A premiação anual categorizada em Bronze, Prata, Ouro e Diamante concedida aos tribunais que se inscreveram e comprovaram a realização de boas práticas na área da Infância e Juventude e o preenchimento dos requisitos definidos em edital.

No dia 14 de outubro de 2014 durante a 197ª Sessão Plenária do CNJ, o Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do CNJ, juntamente com a representante do UNICEF, Esperanza Vives, efetuaram a entrega da comenda aos 12 tribunais agraciados.

Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade – CNIUIS

Com o mapeamento do sistema de execução das medidas socioeducativas do país, em cumprimento à Resolução nº 77 do CNJ, os juízes das Varas da Infância e Juventude realizam inspeções bimestrais nas Unidades de Internação e de Semiliberdade sob sua responsabilidade e preenchem o formulário eletrônico no sistema CNIUIS.

Estratégia Nacional de Segurança Pública – ENASP

Resultado de parceria entre os Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ), do Ministério Público (CNMP) e do Ministério da Justiça (MJ) foi constituída, em 22 de fevereiro de 2010, a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP, com o objetivo de promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar as ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área.

A Portaria nº 153/2013/CNJ designou o Conselheiro Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF como representante do Conselho Nacional de Justiça junto à ENASP.

O Comitê Gestor do Grupo de Persecução Penal da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública é integrado por representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias Civis de todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal, do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares e do Conselho Nacional de Dirigentes Gerais dos Órgãos Periciais Forenses.

As metas de 2014 foram escolhidas pelo Comitê Gestor do Grupo de Persecução Penal/ENASP, sendo estabelecidas da seguinte forma:

- **Meta de Persecução Penal de Ações Penais em Tramitação:** Total de ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31 de dezembro de 2009 (denúncia recebida) e que não tenham sido julgadas até 31 de julho de 2013, excluídas as suspensas.

ESTOQUE INICIAL	AÇÕES PENAIS JULGADAS (*)	EM TRAMITAÇÃO
59.602	17.271	42.331

(*) Até 27.11.2014

- **Meta de Persecução Penal de Ações Penais Suspensas:** Total de ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31 de dezembro de 2009 (denúncia recebida) e que se encontram suspensas no dia 31 de julho de 2013.

ESTOQUE INICIAL	AÇÕES PENAIS JULGADAS (*)	EM TRAMITAÇÃO
22.633	2.2655	19.978

(*) Até 27.11.2014

- **Meta de Efetividade da Execução:** Total de condenações de crimes dolosos contra a vida com trânsito em julgado até o dia 31 de dezembro de 2012, cuja execução não tenha iniciado até o dia 1º de março de 2014.

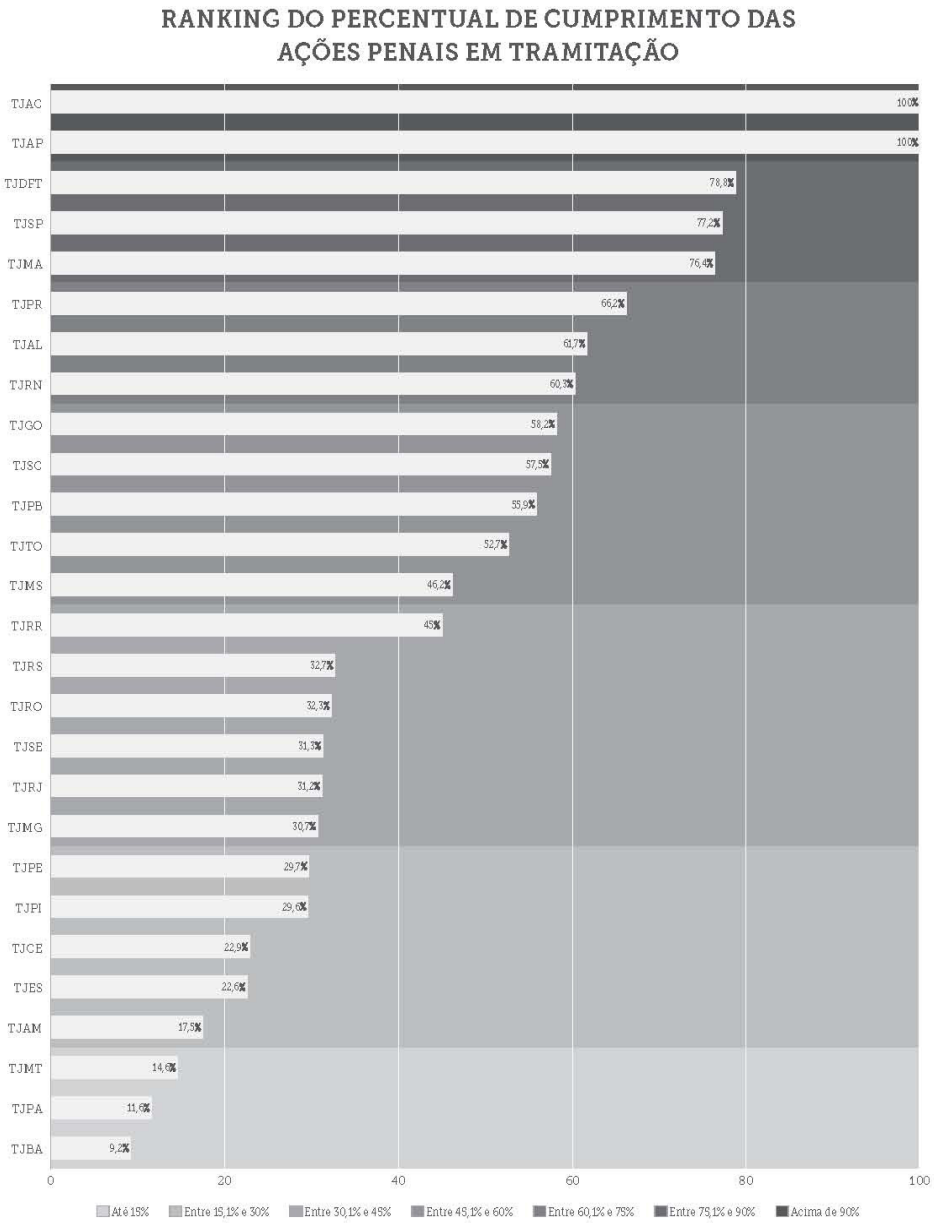
ESTOQUE INICIAL	AÇÕES PENAIS JULGADAS (*)	EM TRAMITAÇÃO
6.390	552	5.838

(*) Até 27.11.2014

Os dados relativos ao cumprimento das metas são inseridos pelos tribunais por meio do sistema de Metas ENASP, disponível no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, lançados pelos tribunais até o 20º dia de cada mês, e com data de encerramento no mês de outubro de 2014, permitindo aferir o desempenho dos Tribunais de Justiça em relação às três metas de Persecução Penal.

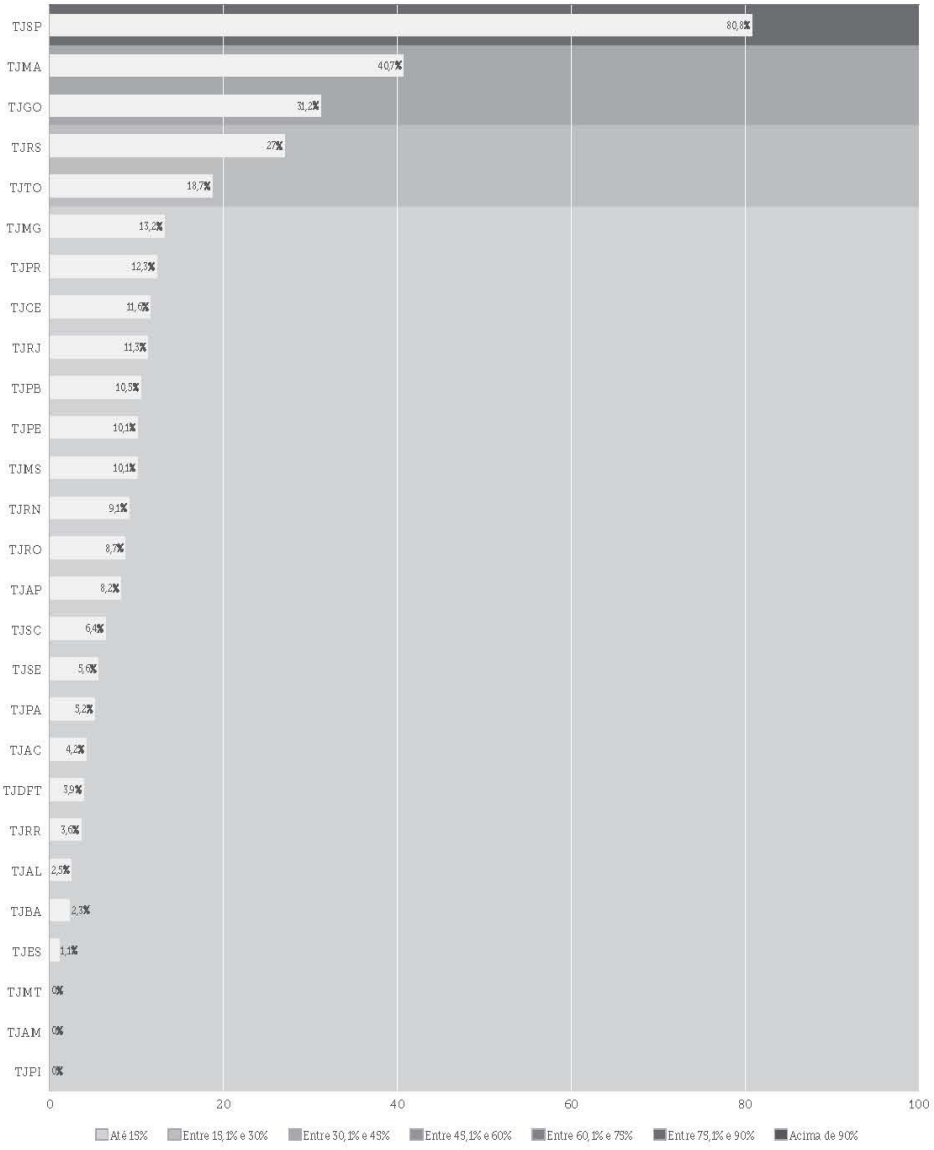
Em 27 de novembro de 2014, o desempenho dos tribunais, conforme dados disponíveis no Processômetro, se resumiu da seguinte forma:

- **Meta de Persecução Penal de Ações Penais em Tramitação:**

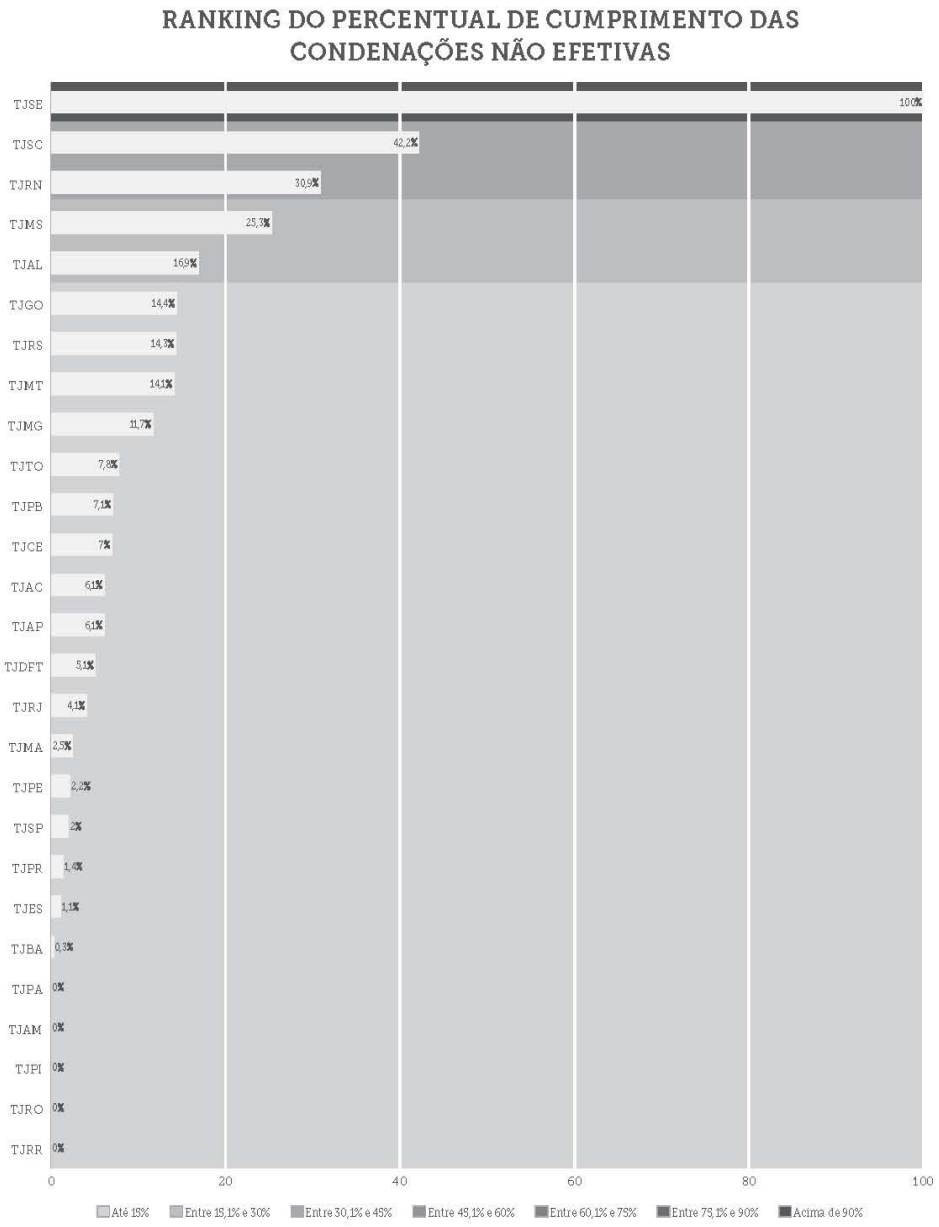


• Meta de Persecução Penal de Ações Penais Suspensas:

RANKING DO PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DAS AÇÕES PENAIS SUSPENSAS



• Meta de Efetividade da Execução:



Para valorizar as unidades judiciais e tribunais com excelentes desempenhos no cumprimento das metas, por meio da Portaria Interinstitucional do CNJ/CNMP/MJ, foi institucionalizado o Selo Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública da seguinte forma:

- **Selo ENASP Diamante:** Tribunal de Justiça que julgar 80% do total dos estoques de ações penais em tramitação e ações penais suspensas das metas de persecução penal (outubro/2014);
- **Selo ENASP Ouro:** unidade judicial que liquidar os estoques de ações penais em tramitação e ações penais suspensas das metas de persecução penal (outubro/2014);
- **Selo ENASP Prata:** unidade judicial que julgar 80% do total dos estoques de ações penais em tramitação e ações penais suspensas das metas de persecução penal (outubro/2014).

Os Tribunais de Justiça foram oficiados (Processo n. 0000295-76.2014.2.00.0000) para apresentarem as informações das unidades judiciais com o quantitativo de estoque inicial e julgados, para cada meta de Persecução Penal, para fins de análise quanto ao cumprimento dos requisitos para concessão do Selo.

Em reunião realizada no dia 12 de novembro de 2014, no Plenário do CNJ, com os Gestores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal foram aprovadas, por unanimidade, as metas ENASP/2015:

- **Meta de Persecução Penal de Ações Penais em Tramitação:** Total de ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31 de dezembro de 2009 (denúncia recebida) e que não tenham sido julgadas até 31 de outubro de 2014, excluídas as suspensas.
- **Meta de Persecução Penal de Ações Penais Suspensas:** Total de ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31 de dezembro de 2009 (denúncia recebida) e que se encontram suspensas no dia 31 de outubro de 2014.
- **Meta de Efetividade da Execução:** Total de condenações de crimes dolosos contra a vida com trânsito em julgado até o dia 31 de dezembro de 2013, cuja execução não tenha iniciado até o dia 1º de março de 2015.

As informações relacionadas às metas ENASP estão disponíveis no Processo (PJe) n. 0000295-76.2014.2.00.0000.

Geopresídios

Ao objetivo do sistema Geopresídios é apresentar uma radiografia da situação dos estabelecimentos penais do país, servindo como ferramenta de aprimoramento das políticas públicas voltadas para o sistema carcerário.

Para o futuro pretende-se reformular a apresentação do sistema, de modo a possibilitar a compilação dos dados por meio do Cadastro Nacional de Inspeção em Execuções Penais – CNIEP.

Fórum Nacional de Alternativas Penais (FONAPE)

Realizado em São Luís/MA, nos dias 7 e 8 de agosto de 2014, com o objetivo de instalar um fórum permanente de debates, promover análise e discussão acerca das alternativas penais aplicadas em todo o país, trocar experiências e promover a interação entre magistrados que atuam diretamente na aplicação das medidas.

Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário

A Presidência do CNJ instituiu, por meio da Portaria nº 43, de 1º de abril de 2014, Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de elaborar estudos relativos às condições de saúde física e emocional de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

O GT realizou diversas reuniões para discussão do tema e definição dos "produtos" a serem entregues, tendo como preocupação central lançar as bases para a implementação de uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, a ser desenvolvida de modo democrático e colaborativo com vistas à superação das principais causas do absenteísmo e do adoecimento de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Para tanto, o GT contou com o apoio técnico do Departamento de Gestão Estratégica, do Departamento de Pesquisas Judiciárias e da Secretaria de Comunicação Social do CNJ.

Foram apresentadas as seguintes propostas:

POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO Principais propostas incluídas no Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho	
PROPOSTA	OBJETIVO
1 – Resolução sobre a Política de Atenção Integral à Saúde de magistrados e servidores do Poder Judiciário.	Instituir a Política de Atenção Integral à Saúde de magistrados e servidores.
2 – Indicadores na área da saúde.	Instituir indicadores padronizados para conhecer e monitorar as condições de saúde de magistrados e servidores.
3 - Meta nacional	Propor meta nacional voltada à promoção da saúde de magistrados e servidores.
4 – Questionário sintético	Coletar informações sobre as estruturas e atividades médicas atualmente existentes nos tribunais, a fim de conhecer sua realidade nessa área.
5 – Incentivo à realização do Congresso Brasileiro dos Serviços de Saúde do Poder Judiciário - 2015.	Fomentar o debate acerca da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores, promover a formação e a atualização científicas e a integração entre os profissionais de saúde que atuam no Poder Judiciário.
6 – Plano de Comunicação	Difundir ao público interno a responsabilidade individual e coletiva para com a saúde e a manutenção de ambientes, processos e condições de trabalho saudáveis.

A proposta de Resolução que instituirá a referida política foi disponibilizada para consulta pública no período de 8/10 a 7/11/2014.

Dada a sua importância, o tema foi alçado à condição de Diretriz Estratégica, no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 10 e 11 de novembro do corrente ano. Eis o texto:

A Diretriz Estratégica irá orientar a atuação dos tribunais em 2015 nos seguintes termos: "É diretriz estratégica, aplicável a todos os órgãos do Poder Judiciário, zelar pelas condições de saúde de magistrados e servidores, com vistas ao bem-estar e à qualidade de vida no trabalho".

Fórum da Saúde

O Fórum da Saúde do CNJ promove encontros nacionais periódicos com os agentes do Sistema de Justiça e do Sistema de Saúde, com o finalidade de debater os temas e de racionalizar e minimizar os impactos da judicialização da saúde ([1]).

Além das reuniões regulares com os membros do Comitê Executivo Nacional do Fórum, nesse ano de 2014, forma realizadas reuniões nos Comitês Estaduais de Saúde com finalidade de difundir os trabalhos realizados pelo Comitê Executivo Nacional, dentre as quais destacam-se as reuniões realizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul.

Nos dias 14 a 16 de maio de 2014, o CNJ promoveu a I Jornada de Direito da Saúde, com a finalidade de debater os problemas inerentes à judicialização da saúde. Nessa jornada foram aprovados 45 enunciados interpretativos sobre o direito à saúde ([2]).

Importante ressaltar que a organização da Jornada se pautou, durante os trabalhos realizados, nos princípios da publicidade, liberdade e democracia, fato este que possibilitou a aprovação de enunciados que refletiram a multidisciplinariedade dos envolvidos, dentre os quais pode-se destacar com grande participação, os magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, advogados, procuradores públicos, médicos, gestores públicos do Sistema de Saúde e representantes do Sistema de Saúde Suplementar.

Os enunciados aprovados, que não possuem qualquer poder vinculante, foram editados de forma a servir de apoio aos magistrados na tomada de decisões em processos que envolvam os temas da Saúde Pública, Saúde Suplementar e BioDireito e possibilitaram atender uma antiga demanda dos magistrados que relatavam falta de subsídios técnicos no exercício da jurisdição.

Além disso, a atuação do Fórum da Saúde do Conselho Nacional de Justiça tem como finalidade:

- Buscar meios mais efetivos para obtenção de melhores resultados nas demandas relativas à saúde, sem excessos e abusos;

1 () Informações sobre os eventos podem ser obtidas no link http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/saude-e-meio-ambiente/forum-da-saude/eventos/i-encontro-do-forum-nacional-da-saude

2 () http://www.cnj.jus.br/images/ENUNCIADOS_APROVADOS_NA_JORNADA_DE_DIREITO_DA_SAUDE_%20PLENRIA_15_5_14_r.pdf)

- Fornecer aos magistrados informações científicas de credibilidade na área da saúde, por meio da incorporação, no site do CNJ, das Notas Técnicas da CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS), bem como de pareceres do Conselho Federal de Medicina e de estudos elaborados por especialistas[i];
- Disseminar nacionalmente as boas práticas promovidas pelos Fóruns Estaduais e fomentar o intercâmbio de informações entre os interessados ([3]);
- Estimular os Tribunais a dar cumprimento à recomendação do Conselho Nacional de Justiça relativa à especialização de varas de saúde e priorização de processo de saúde suplementar (pedido de providências - n. 0002150-61.2012.2.00.0000);
- Divulgar os Enunciados Interpretativos aprovados na I Jornada de Direito da Saúde.

O Comitê Executivo Nacional do Fórum da Saúde tem-se reunido regularmente e, mais recentemente, em razão de interesses convergentes as reuniões têm sido conjuntas ao Fórum da Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público.

Recentemente foi aprovado o planejamento para o ano de 2015, no qual podemos destacar o interesse em realizar a II Jornada do Fórum da Saúde, que deverá ser realizado conjuntamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

O planejamento prevê ainda a assinatura de protocolo com os Tribunais de Justiça para incentivo da mediação para os casos judicializados e prejudiciais relacionados à temática da Saúde.

Cadastro Nacional de Adoção – CNA

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA), implantado pela Resolução nº 54, de 29 de abril de 2008, alterada pela Resolução nº 93/2009, constitui um instrumento para auxiliar os magistrados das varas da infância e da juventude na condução dos procedimentos de adoção.

3 () (http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/saude-e-meio-ambiente/forum-da-saude/iniciativas-dos-comites-estaduais).

No CNA, estão concentradas as informações referentes aos pretendentes habilitados e às crianças/adolescentes aptos a serem adotados.

A finalidade deste cadastro é agilizar os processos de adoção, por meio do mapeamento de informações unificadas, e viabilizar a implantação de políticas públicas relacionadas ao tema com maior precisão e eficácia.

O instrumento amplia as possibilidades de consulta aos pretendentes cadastrados, facilitando, assim, a adoção de crianças e adolescentes em qualquer comarca ou Estado da Federação.

Além disso, garante que apenas quando esgotadas as chances de adoção nacional possam as crianças e os adolescentes serem encaminhados para adoção internacional, respeitando, dessa forma, o que dispõe o art. 31 do ECA.

Por outro lado, conforme Portaria nº 131, de 16 de outubro de 2012, foi criado Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a viabilidade da criação de um cadastro de pretendentes estrangeiros junto ao CNA.

Em 07 de novembro de 2012, a Corregedoria Nacional de Justiça editou a Recomendação nº 08 que dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta por meio de guarda.

Atualmente, estão cadastrados 5634 crianças e adolescentes aptos à adoção e 32.844 pretendentes habilitados.

Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos – CNCA

O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) foi implantado pela Resolução nº 93/2009 e regulamentado pela IN 03/2009 da Corregedoria Nacional de Justiça.

A finalidade do cadastro é concentrar as informações referentes às crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar no País, de todas as Comarcas das unidades da Federação.

Esta ferramenta permite a definição exata das condições de atendimento e o número das crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar, o que possibilita a observância do caráter transitório e excepcional da medida e viabiliza a implementação de políticas públicas voltadas ao tema.

O CNCA está disponível no sítio do CNJ e o acesso é exclusivo aos órgãos autorizados.

Estão cadastrados atualmente 45.524 crianças e adolescentes acolhidos e foram expedidas 170.583 guias de acolhimento. Consta o registro de 4.196 entidades de acolhimento.

Carta de Constituição de Estratégias da Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente foi subscrita em 02 de outubro de 2012 pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego, com os objetivos, em síntese, de:

- Articular esforços para adoção de medidas concretas que possam dar efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente;
- Articular o fortalecimento dos serviços públicos das políticas sociais voltadas às crianças e aos adolescentes;
- Promover o reordenamento e monitoramento da rede de acolhimento e das unidades de atendimento socioeducativo;
- Elaborar ações para acelerar o processo de erradicação de trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador;

- Adotar a Estratégia Nacional de Defesa da Convivência Familiar de Crianças e Adolescentes, a Estratégia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, a Estratégia Nacional de Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo e a Estratégia Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

As ações do CNJ para implementação de Políticas para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes estão disponíveis no Processo Administrativo n. CNJ-ADM-2014/01894 e nos Processos Comissões (PJe) n. 0005971-05.2014.2.00.0000, 0005972-87.2014.2.00.0000, 0005973-72.2014.2.00.0000 e 0005975-42.2014.2.00.0000.

As ações foram divididas em matrizes:

- **Matriz 1:** estratégia nacional de defesa da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes;
- **Matriz 2:** estratégia nacional de enfrentamento da violência sexual e outras violências contra crianças e adolescentes;
- **Matriz 3:** estratégia nacional de aperfeiçoamento do sistema socioeducativo;
- **Matriz 4:** estratégia nacional de erradicação do trabalho infantil.

AS AÇÕES DO CNJ EM RELAÇÃO AS MATRIZES

Matriz 1: Estratégia Nacional de Defesa da Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes

Objetivo geral: Reduzir o número de crianças e adolescentes institucionalizados e qualificar o seu atendimento nos serviços de acolhimento.

Ações do CNJ:

Por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nº 0005971-05.2014.2.00.0000 todos os Tribunais de Justiças dos Estados e do Distrito Federal foram oficiados, em outubro de 2014, para que deem ciência da Resolução Conjunta CNAS/CONANDA N. 1/2009 e das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes às Coordenadorias da Infância e da Juventude do Tribunal, bem como aos magistrados com competência na área.

Publicação do Provimento 32/2013, da Corregedoria Nacional de Justiça, quanto às audiências concentradas: Dispõe sobre as audiências concentradas nas Varas da Infância e Juventude. O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescente Acolhidos (CNCA) já foi calibrado e recebe semestralmente e eletronicamente a estatística dessas audiências, inclusive com a expedição da guia de acolhimento (art. 2º "d" do Provimento).

AS AÇÕES DO CNJ EM RELAÇÃO AS MATRIZES

Matriz 2: Estratégia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e Outras Violências Contra Crianças e Adolescentes

Objetivo geral: Articular esforços, em âmbito nacional, para garantir às crianças e aos adolescentes o direito ao desenvolvimento integral livre de todas as formas violências.

Ações do CNJ:

A Recomendação nº 15/2014, da Corregedoria Nacional de Justiça, no seu art. 1º, "a", atendeu à meta de aposição de carimbo nos autos de ações penais relacionadas aos crimes de violência sexual e tráfico de crianças e adolescentes. Da mesma forma, a mesma Recomendação, no art. 1º, "b", atende à meta de julgamento até o final de 2014 das ações penais relacionadas ao tema da violência sexual e tráfico contra criança e adolescente.

O CNJ já divulgou no seu sítio eletrônico a metodologia do Depoimento Sem Dano (). Além disso, há o acompanhamento por parte do CNJ da atuação das Coordenadorias da Infância e da Juventude acerca da implantação do método com recrutamento de profissionais capacitados e com espaços próprios para realização de tais depoimentos. No âmbito dos cursos de formação e aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário, o CEAJud já ofereceu curso sobre depoimento especial:

2013:

- 216 servidores capacitados - curso a distância.
- 66 servidores capacitados - módulo presencial.

2014:

- 112 servidores capacitados - curso a distância.
- Em andamento:
- 80 servidores - curso a distância;
- 50 servidores - módulo presencial.

O CNJ instituiu, em junho de 2014, o Fórum Nacional do Poder Judiciário ao Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas através da Resolução n. 197, com a previsão da formação do Comitê Nacional e dos Comitês Estaduais. Assim, de modo integrado com as Coordenadorias da Infância e da Juventude, tais Comitês foram oficiados a fim de cumprir as metas previstas - Processo Judicial Eletrônico (PJe) n. 0005972-87.2014.2.00.0000.

Matriz 3: Estratégia Nacional de Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo

Objetivo geral: Articular ações para a efetiva implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

Ações do CNJ:

O CNJ, através da Resolução n. 165/2012, tem buscado estimular os Juízes no sentido de que observem estritamente o disposto na Lei do SINASE e, assim, priorizem a aplicação de medidas socioeducativas diversas do meio fechado.

Resolução n. 165/2012 - Dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas.

Os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nº 0005973-72.2014.2.00.0000, foram oficiados para dar ciência às Coordenadorias da Infâncias e da Juventude da necessidade de cumprimento das metas estabelecidas na matriz.

A Corregedoria Nacional de Justiça editou a Recomendação nº 15/2014 dispondo sobre a celeridade das ações penais que tenham como vítima crianças e adolescentes.

AS AÇÕES DO CNJ EM RELAÇÃO AS MATRIZES
Matriz 4: Estratégia Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil **Objetivo geral:** Articular esforços para a priorização da erradicação do trabalho infantil. **Descrição das Ações:** a) Levantar e analisar as autorizações, com dados sensíveis relativos a empresas tomadoras, endereço, atividade, juiz prolator; b) Analisar a RAIS/CAGED para levantamento prévio, confirmando dados in loco e produzindo relatórios finais; c) Agendar reuniões com as autoridades de cada instituição para introduzir a temática, sensibilizar e pactuar perante os Tribunais de Justiça e Ministérios Públicos de todos os Estados e Distrito Federal, a expedição de atos que visem a desestimular a expedição de tais autorizações; d) Realizar seminários de sensibilização com a categoria. As ações relacionadas a matriz 4 estão em estudo.

Termo de Cooperação Técnica – CNJ e Childhood Brasil

O Termo de Parceria, assinado em 09 de outubro de 2012, tem como objetivo imprimir efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como meio de minimizar indicadores negativos que registram a existência de uma realidade de desrespeito à dignidade das crianças e dos adolescentes.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – CNJ E CHILDHOOD Eventos realizados
I Oficina de capacitação de pesquisadores e servidores do Poder Judiciário, tendo como objetivo a testagem do protocolo brasileiro de entrevistas com crianças. Parceria da UNICEF com a Childhood Brasil. Data: 04 e 05 de setembro de 2014. Local: Universidade Católica de Brasília - Campus Asa Norte. Tribunais participantes: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Servidores capacitados: 8 (oito).
II Oficina de capacitação de pesquisadores e servidores do Poder Judiciário, tendo como objetivo a testagem do protocolo brasileiro de entrevistas com crianças. Parceria da UNICEF com a Childhood Brasil. Data: 03 de outubro de 2014. Local: Fórum Leal Fagundes/TJDFT. Tribunais participantes: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Servidores capacitados: 07 (sete).

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – CNJ E CHILDHOOD Eventos realizados
Curso de formação de "formadores" em Depoimento Especial, com a supervisão do National Children's Advocacy Center (NCAC), do Alabama (EUA). Data: 16 a 24 de outubro de 2014. Local: São Paulo. Tribunais participantes: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Magistrados e Servidores capacitados: 09 (nove).
O Curso de formação de "formadores" em Depoimento Especial encerrou o processo formativo de transferência de tecnologia de entrevista forense dos Estados Unidos para o Brasil.
Seminário – A escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: diretrizes para consolidação de uma política pública para o Estado Brasileiro. Realização: Tribunal de Justiça de São Paulo, Escola Paulista da Magistratura (EPM), Escola Judicial dos Servidores do TJSP (EJUS), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Childhood Brasil, com o apoio da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, UNICEF, National Children Advocacy Center e Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSP. Data: 21 de outubro de 2014. Participantes: magistrados, servidores, integrantes do Ministério Público, da Procuradoria e da Defensoria Pública, advogados, assistentes sociais, psicólogos, membros das Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social e demais interessados.
As ações e documentos decorrentes do Termo de Parceria estão no Processo Administrativo CNJ-ADM-2014/01852.

Movimento Permanente pela Conciliação

O Movimento Permanente pela Conciliação comporta diversas ações, que visam garantir não só o acesso formal à Justiça, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, mas também implica acesso à ordem jurídica justa, por meio de política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade.

Para cumprir tais finalidades, o CNJ mantém um programa permanente de capacitação e diversos eventos anuais com o objetivo de fortalecer a justiça consensual, a exemplo da Semana Nacional de Conciliação, que neste ano teve a sua nona edição.

Entre os principais objetivos do programa, destacamos:

» Colaborar na organização dos serviços de conciliação, mediação e outros métodos consensuais de solução de conflitos, para promover a criação de Juízos de resolução alternativa de conflitos, órgãos judiciais especializados na matéria;

» Capacitar em métodos consensuais de solução de conflitos magistrados de todos os ramos da Justiça, servidores, mediadores, conciliadores e demais facilitadores da solução consensual de controvérsias;

» Desenvolver relações de cooperação entre os órgãos públicos competentes, instituições públicas e privadas da área de ensino, para promoção da cultura da solução pacífica dos conflitos;

» Promover e apoiar ações para implementação de práticas autocompositivas junto a empresas públicas e privadas e agências reguladoras;

» Promover eventos para divulgação de boas práticas na utilização de técnicas e habilidades autocompositivas;

» Premiar e disseminar boas práticas autocompositivas;

» Reduzir a taxa de congestionamento do Poder Judiciário.

Para cumprir tais objetivos, o Movimento permanente pela Conciliação desenvolve ações em duas frentes:

Capacitação

» Curso de Formação de Instrutores em Mediação Judicial e Conciliação

» Curso de Formação de Supervisores em Mediação Judicial e Conciliação

» Curso de Formação de Prepostos em Conciliação e Mediação para diversos setores

» Curso de Especialização em Mediação Familiar

» Curso de Formação de Instrutores de Oficinas de Parentalidade e Divórcio

Acompanhamento institucional:

» Prêmio Conciliar é Legal

» Semana Nacional de Conciliação

Em 2014, foram realizados apenas os seguintes cursos de formação:

» V Curso de Formação de Instrutores: 01-05/dez/2014

» IV Curso de Formação de Instrutores: 05-09/mai/2014

» III Curso de Formação de Instrutores: 24-28/fev/2014

» Curso de Mediação de Família: 26-28/mai/2014

» III Curso de Formação de Supervisores: 10-12/mar/2014

» II Curso de Formação de Prepostos: 29/mai/2014

» I Curso de Formação de Prepostos: 7/abr/2014

» Curso de Formação de Instrutores em Curitiba: 02-06/jun/2014

» Curso de Mediação Judicial: 20/out a 04/nov/2014

Eventos realizados:

Prêmio Conciliar é Legal - O Prêmio busca identificar, premiar, disseminar e estimular a realização de ações de modernização no âmbito do Poder Judiciário que estejam contribuindo para a aproximação das partes, a efetiva pacificação e, consequentemente, o aprimoramento da Justiça.

O Prêmio Conciliar é Legal reconhece as práticas de sucesso, estimula a criatividade e dissemina a cultura dos métodos consensuais de resolução dos conflitos.

Neste ano, foram premiadas as seguintes categorias:

» Tribunal Estadual

» Tribunal Regional do Trabalho

» Tribunal Regional Federal

» Instrutores de mediação e conciliação

» Sociedade civil

» Prêmio Especial

» Prêmio Semana Nacional de Conciliação

Diversas práticas foram inscritas, com a entrega de prêmios aos escolhidos pelo Comitê Gestor Nacional do Movimento pela Conciliação.

Semana Nacional de Conciliação - A Semana Nacional de Conciliação é um esforço concentrado para conciliar o maior número possível de processos em todos os tribunais do país. Trata-se de uma campanha de mobilização, realizada anualmente, que envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito. O CNJ atua apoiando as ações dos tribunais e promovendo a divulgação.

Os dados estatísticos consolidados ao final do evento mostram o valoroso resultado. Somada à redução do estoque de processos nos tribunais (redução da taxa de congestionamento do Poder Judiciário), é estimulada a prática da conciliação, a qual traz vários ganhos sociais, além da solução do conflito.

Nesse ano, foram feitas parcerias com alguns grandes demandantes para incentivar um maior número de propostas conciliadoras.

Os números prévios de 2014 foram os seguintes:

» 257.879 audiências realizadas, sendo:

» 199.626 Justiça Estadual

» 8.664 Justiça Federal

» 49.589 Justiça do Trabalho

» A média de audiências realizadas foi de 83,48%

» Foi de 50,68% o percentual de acordos realizados

» Foram negociados R$1.156.626.125,17

Os dados revelam que, embora a Justiça Federal tenha marcado pouco mais de 11.000 audiências, o resultado final foi muito bom, com mais de 50% de acordos realizados nas audiências efetivamente ocorridas.

Encontro Nacional de NUPEMEC e CEJUSC - O encontro objetiva reunir os coordenadores dos Núcleos e Centros de mediação e conciliação dos tribunais, fim de que promover o debate e a troca de experiências entre os partícipes que atuam diretamente nas áreas de justiça consensual.

O encontro objetiva também a aprovação de enunciados, além da apresentação de rotinas para implantação de centros, na medida em que a maioria dos tribunais ainda está iniciando a implantação, em cumprimento à Resolução 125.

Propostas, previsões e projetos o para 2015:

MOVIMENTO PERMANENTE PELA CONCILIAÇÃO Propostas, previsões e projetos o para 2015
• Formação de instrutores de mediação em todos os Estados; • Produção do Manual de Mediação e Conciliação específico para a Justiça do Trabalho e para a Justiça Federal; • Capacitação de prepostos; • Auxílio aos tribunais para a instalação de CEJUSC - Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Meta 3 do Planejamento Estratégico); • Fortalecimento das redes de parceria para a justiça consensual, em especial com os grandes demandistas.
Em 2015 também serão realizados, além de encontros nacionais: • Competição Nacional de Mediação • Conferência Nacional de Mediação • Prêmio Conciliar é Legal • Semana Nacional de Conciliação

Conciliações - Justiça Federal

No ano de 2014 foram realizadas 03 reuniões presenciais com os Desembargadores Federais Coordenadores dos Núcleos de Conciliação dos Tribunais Regionais Federais, sendo que na reunião do dia 21 de maio de 2014 foram estabelecidas as metas relacionados aos Sistema Financeiro de Habitação (SFH), com previsão de designação de audiências de conciliação em 3.400 processos envolvendo o SFH e a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e de conciliação de 4.000 processos que envolvem contratos da Caixa Econômica Federal para fornecimento de crédito, sendo 1.100 processos em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 250 no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, 1.400 no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 700 no Tribunal Regional Federal da 4ª Região e 550 no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Até o mês de novembro, a Justiça Federal atingiu a meta de conciliação de contratos envolvendo o SFH, com designação de 3.917 audiências de conciliação e 1.587 realizadas, resultando em 47% de acordos e R$ 41,3 milhões recuperados. Três Tribunais Regionais Federais já alcançaram a meta para o ano: TRF da 2ª Região (Espírito Santo e Rio de Janeiro) designou 865 audiências (345 audiências a mais do que a meta estipulada) e realizou 544 audiências, com 46% de acordos; TRF da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul) designou 816 audiências (meta era de 640 audiências) e realizou 38% de acordos; TRF da 5ª Região (Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe), designou 737 audiências (meta de 580 audiências) e realizou 39% de acordos. O TRF da 1ª Região (Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins), apesar de ainda não ter atingido a meta, apresenta o maior percentual de acordo em audiências realizadas - 61%, tendo como meta 1.255 audiências, designou 1.105. O TRF da 4ª Região (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), designou 394 audiências, com 51% de acordos.

Em agosto foi proposta a elaboração de curso/manual para formação de instrutores e conciliadores da Justiça Federal (Resolução n. 125/CNJ), deliberando-se pela composição de grupo, com representante dos Tribunais Regionais Federais, para apresentar os conteúdos e concluir o material. O material está sendo revisado para aprovação. Na mesma oportunidade, o TRF da 4ª Região apresentou projeto para criação do Fórum Interinstitucional Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos no âmbito Federal, que está em análise no CNJ.

Por fim, cabe destacar que os documentos, memórias de reuniões e ações do Grupo de Trabalho constam do Processo Comissão nº 0001258-66.2014.2.00.0000.

Programa de Gestão Socioambiental

Nos últimos cinco anos, o CNJ ampliou o comprometimento institucional em relação à responsabilidade socioambiental. O Planejamento Estratégico foi revisto para o período de 2015/2019, incluindo a responsabilidade social e ambiental como um valor de atributo judiciário para a sociedade. Por sua vez, o Programa CNJ Gestão, instituído por meio da Instrução Normativa nº 57/2014, incluiu a Gestão Socioambiental no rol das matérias que irão promover a excelência organizacional por meio de consultorias em gestão às unidades do CNJ.

Em 2014, o Departamento de Pesquisas Judiciárias compôs o Grupo de Trabalho responsável pela realização do I Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, que poderá oferecer instrumentos capazes de formalizar novo ato normativo acerca do tema. Foi elaborada uma proposta de Resolução que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável – PLS-PJ. O documento, que foi estruturado por servidores do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Assessoria de Gestão Socioambiental do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Coordenadoria de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, esteve aberto por trinta dias para consulta pública. Posteriormente foram feitos alguns ajustes no documento, sob a perspectiva de possibilitar que o trabalho a ser realizado pelas unidades ou núcleos socioambientais e comissões gestoras do PLS-PJ seja desenvolvido de modo assertivo.

As unidades ou núcleos socioambientais deverão ter caráter permanente para o planejamento, implementação, monitoramento de metas anuais e avaliação de indicadores de desempenho. Por sua vez as comissões gestoras serão constituídas por no mínimo cinco servidores, e, obrigatoriamente, por um servidor da unidade ou núcleo socioambiental, da unidade de planejamento estratégico e da área de compras ou aquisições, que terão a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS-PJ do ser órgão.

Vale ressaltar que o PLS-PJ é um instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

O Conselho Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias, deverá publicar anualmente o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, que será estruturado pela consolidação das informações prestadas nos relatórios de acompanhamento dos PLS-PJ de todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário.

Após a publicação da minuta de resolução existe, ainda, a possibilidade da elaboração de um curso via CEAJUD seguindo os preceitos de economicidade publicados na Instrução Normativa 59/2014 CNJ.

Política Nacional de Gestão de Pessoas e Programa de Modernização de Gestão de Pessoas

As ações destinadas à elaboração da Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário ganharam destaque no ano de 2014. Consoante a necessidade de adequar o modelo de gestão de pessoas do Poder Judiciário às exigências da sociedade atual, bem como às recomendações contidas no Acórdão TCU n. 3023/2013, a Secretaria de Gestão de Pessoas, em parceria com a Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), iniciou um trabalho de elaboração de minuta de resolução que dispõe sobre uma política nacional para o Judiciário. Após uma primeira etapa de reuniões com representantes de tribunais superiores, o CNJ disponibilizou em consulta pública, por meio do portal eletrônico do Conselho, minuta de resolução regulamentadora da temática. A consulta pública foi realizada de 18 de setembro a 17 de outubro para receber sugestões de toda a sociedade sobre a proposta inicial de resolução que instituirá a Política.

A Política Nacional de Gestão de Pessoas será instituída com as finalidades de:

» Contribuir para o alcance dos propósitos estratégicos do Poder Judiciário e para a realização da justiça;

» Estabelecer princípios e diretrizes em gestão de pessoas;

» Fomentar o desenvolvimento de competências essenciais dos órgãos, bem como de competências profissionais dos servidores;

» Subsidiar o gerenciamento de riscos em gestão de pessoas;

» Instituir mecanismos de governança a fim de assegurar a aplicação e o acompanhamento dos resultados desta Política e do desempenho da gestão de pessoas; e

» Tornar públicas as premissas que fundamentam a atuação das unidades de gestão de pessoas.

Na proposta de resolução encontram-se dispostos os princípios e as diretrizes nacionais sobre os quais deverão fundamentar-se as práticas de gestão de pessoas empreendidas nos órgãos do Poder Judiciário, que envolvam os diversos aspectos associados ao planejamento, ingresso, acompanhamento, desenvolvimento, condições de trabalho e valorização de servidores.

Além disso, a mencionada proposição destina-se também a instituição de um modelo de governança da Política de Gestão de Pessoas, a ser gerida e implementada pela Rede de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, constituída pelo Comitê Gestor Nacional e pelos Comitês Gestores Locais, sob a coordenação da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ.

Entre as diretrizes estabelecidas às ações de gestão de pessoas destacam-se: a distribuição da força de trabalho, segundo critérios objetivos e em conformidade com a necessidade do órgão e dos serviços prestados à sociedade; a movimentação de servidores de acordo com a necessidade do órgão, as atribuições do cargo e as competências individuais, por meio de procedimento transparente; e a provisão de cargos em comissão e funções de confiança, mediante o atendimento de critérios previamente estabelecidos, sob orientação meritocrática, promovendo, sempre que possível, processo seletivo que assegure concorrência e transparência.

A proposta estabelece ainda a orientação de realizar ações de qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua, favorecendo a valorização dos servidores, a adoção de hábitos saudáveis, a melhoria das relações de trabalho e o aumento do desempenho.

As mais de 200 sugestões encaminhadas por ocasião da consulta pública realizada encontram-se sob a análise da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, com vista à consolidação do texto final da minuta de resolução. Após essa etapa, a proposição será submetida à apreciação do Plenário do CNJ, para então, se aprovada, entrar em vigor.

Projeto "Diagnóstico e fortalecimento dos judiciários estaduais por meio do Conselho Nacional de Justiça – CNJ" – Banco Mundial

O Banco Mundial doou recursos ao Conselho Nacional de Justiça para a contratação de consultoria destinada a investigar em detalhes os motivos das disparidades entre os tribunais judiciários estaduais do Brasil, e a desvelar como esse quadro de desigualdades pode ser mitigado. Além de compreender os critérios, métodos e processos atualmente empregados para a gestão orçamentária e de recursos humanos, o projeto requer a construção de modelos decisórios efetivos a serem aplicados nessas esferas dos tribunais. Os modelos desenvolvidos deverão atuar em prol da modernização dos tribunais com maiores dificuldades na gestão dos seus processos de alocação de recursos.

O projeto contém três momentos distintos. O primeiro deles ocorrido entre março e julho de 2013 realizou um estudo exploratório sobre dados e documentos disponíveis, a fim de avaliar a situação orçamentária e de recursos humanos dos tribunais de justiça e definir um conjunto principal de indicadores. Essa etapa teve o objetivo de subsidiar a etapa posterior, que compreendeu a coleta e a análise de dados qualitativos sobre decisões alocativas de recursos orçamentários e humanos no período de agosto/2013 a março/2014. De um grupo de dez Tribunais da Justiça de Unidades da Federação – inicialmente identificados por representarem as situações extremas (mais ou menos críticas) – foram selecionados três casos paradigmáticos, em razão do respectivo porte, a saber: como representante de Tribunal de Justiça de "grande porte", o TJMG; como tribunal representativo do "médio porte", o TJMT; e, por fim, o TJTO na condição de órgão judiciário de "pequeno porte".

A última fase do projeto, em andamento em 2014, compreende a aplicação, nesses três tribunais, do modelo decisório para a gestão orçamentária e de recursos humanos construído anteriormente. Esta aplicação dar-se-á por intermédio da realização de atividades de consultoria e ações de capacitação, com o fim de contribuir para a melhoria da qualidade do gasto público e para a redução das desigualdades existentes entre os tribunais de justiça do país. Estabeleceu-se contratualmente a entrega de 13 produtos em 3 etapas diferentes, conforme tabela que se segue:

PODER JUDICIÁRIO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PROJETO "DIAGNÓSTICO E FORTALECIMENTO DOS JUDICIÁRIOS ESTADUAIS POR MEIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ"	
PRODUTOS	ETAPA
Produto 1: Plano de trabalho detalhado das três etapas do projeto de consultoria. **Produto 2:** Relatório a ser entregue ao CNJ contendo: a. descrição das fontes de dados e análise das estatísticas de recursos humanos e orçamentários nos 27 Tribunais de Justiça brasileiros; b. descrição do processo de definição dos indicadores, suas fontes de dados e metodologias de cálculo; c. análise das estatísticas compiladas dos 27 Tribunais de Justiça brasileiros; d. descrição do processo de definição da metodologia de análise de decisão empregada na oficina; e. çapresentação dos conteúdos da oficina e sistematização das discussões ocorridas entre os presentes; f. análise dos resultados da pesquisa sobre análise decisória; g. descrição pormenorizada das análises que levaram à definição dos 10 tribunais de Justiça identificados para fazerem parte da segunda etapa (2.2. - pesquisa qualitativa); g. revisão do item do plano de trabalho relativo à próxima etapa (2.2) do projeto.	Diagnóstico quantitativo da alocação de recursos orçamentários e humanos no Judiciário Estadual
Produto 3: Relatório entregue ao CNJ contendo: a. a descrição do processo de definição dos métodos utilizados, dos instrumentos de pesquisa, das estratégias de amostragem e dos métodos de coleta das informações qualitativas sobre os 10 Tribunais da Justiça estadual selecionados para a pesquisa qualitativa desta etapa do projeto; b. os instrumentos de coleta de dados a serem utilizados. **Produto 4:** Relatório entregue ao CNJ contendo: a. a listagem e a síntese dos conteúdos dos documentos coletados junto aos tribunais analisados; b. a descrição das lógicas e dos protocolos de categorização e demais procedimentos de organização e sistematização dos dados qualitativos coletados; c. a análise completa dos dados qualitativos coletados. **Produto 5:** Relatório entregue ao CNJ contendo: a. sistematização dos conteúdos apresentados durante a oficina desta etapa, com ênfase nos três modelos decisórios apresentados; b. sistematização das discussões ocorridas durante a oficina ocorrida nesta etapa do projeto; c. as propostas de modelos decisórios de alocação de recursos (humanos e orçamentários) para cada um dos 3 (três) tribunais selecionados para participação nos subprojetos.	Elaboração de modelos alocativos a partir de diagnóstico qualitativo da alocação de recursos orçamentários e humanos em 10 Tribunais do Judiciário Estadual

PROJETO "DIAGNÓSTICO E FORTALECIMENTO DOS JUDICIÁRIOS ESTADUAIS POR MEIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ"	
PRODUTOS	ETAPA
Produto 6: Relatório entregue ao CNJ contendo: a. a revisão e o detalhamento do item do plano de trabalho relativo a esta etapa 2.3 do projeto; b. o mapeamento dos fluxos/processos organizacionais das áreas de recursos humanos/gestão de pessoas e de gestão orçamentária da Unidade da Federação n. 1, com ênfase nas decisões alocativas de recursos. **Produto 7**: Relatório entregue ao CNJ contendo: a. o mapeamento dos fluxos/processos organizacionais das áreas de recursos humanos/gestão de pessoas e de gestão orçamentária da Unidade da Federação n. 2, com ênfase nas decisões alocativas de recursos. **Produto 8**: Relatório entregue ao CNJ contendo: a. o mapeamento dos fluxos/processos organizacionais das áreas de recursos humanos/gestão de pessoas e de gestão orçamentária da Unidade da Federação n. 3, com ênfase nas decisões alocativas de recursos. **Produto 9**: Relatório entregue ao CNJ contendo: a. as sugestões de redesenho nos fluxos/processos organizacionais orçamentários e relativos à gestão de recursos humanos, dos 3 tribunais incluídos nesta etapa; b. o manual detalhado para a implantação dos processos organizacionais redesenhados, enfatizando os processos de decisão alocativa de recursos humanos e orçamentários assim como as ações de promoção do acesso à justiça para a população pobre. c. o registro das discussões internas sobre o redesenho de processos organizacionais relativos às duas áreas (Recursos humanos e orçamento) entre consultores e gestores dos 3 (três) Tribunais de Justiça incluídos nos subprojetos e processo de discussão, consultas e escolha das ações especificas de acesso à justiça para a população pobre; **Produto 10**: Relatório entregue ao CNJ contendo o detalhamento das ações necessárias (subprojetos) à implantação dos modelos decisórios alocativos de recursos humanos e orçamentários dos 3 (três) tribunais estaduais e ações propostas para melhorar a gestão dos tribunais e oferecer iniciativas concretas de promoção do acesso equitativo à justiça em favor da população pobre. **Produto 11**: Relatório entregue ao CNJ contendo um modelo de decisão alocativa genérico, aplicável ao conjunto dos tribunais de justiça estaduais brasileiros e um manual para cada tribunal visando a implantação do modelo e descrevendo as ações de melhoria do acesso à justiça para a população pobre. **Produto 12**: Relatório entregue ao CNJ com o detalhamento: (1) dos conteúdos, materiais didáticos utilizados e comprovações das atividades de capacitação dos magistrados e servidores dos 3 (três) tribunais de Justiça estaduais, atestando o número de horas de treinamento realizadas; e (2) descrevendo as ações de promoção do acesso à justiça para a população pobre. **Produto 13**: relatório contendo a avaliação dos processos de trabalho mapeados e redesenhados nos 3 tribunais, com indicadores de desempenho dos processos medidos antes e depois da atuação da consultoria no que diz respeito aos itens (1) e (2) do produto 12.	Consultoria e capacitação nos três Tribunais nos quais as deficiências de gestão mostraram-se mais agudas (Subprojetos)

Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

O Presidente do CNJ instituiu, por meio da Portaria n. 155, de 6 de setembro de 2013, grupo de trabalho – GT com o objetivo de elaborar estudos e formular propostas para a implementação de política nacional voltada à priorização do primeiro grau de jurisdição dos tribunais brasileiros.

Em 16 de dezembro de 2013, o GT entregou relatório final ao Presidente do CNJ, elencando as principais atividades desenvolvidas e as propostas concretas de aperfeiçoamento do primeiro grau de jurisdição.

Diagnóstico

O primeiro grau de jurisdição é o segmento mais sobrecarregado do Poder Judiciário. Apesar de a carga de trabalho sobre os magistrados de primeiro grau ser 93% superior, o número de servidores por magistrado de segundo grau é 15% superior: 14 servidores por magistrado no segundo grau e 12 no primeiro.

Essa desproporção é mais acentuada na Justiça do Trabalho, na qual existem 17 servidores por magistrado de segundo grau e apenas 8 por magistrado de primeiro (109% de diferença). Vale rememorar, a propósito, que a taxa de congestionamento do segundo grau da Justiça do Trabalho é pouco superior à metade da de primeiro grau (27% contra 50%), a revelar a medida da desigualdade.

Esses dados, vale ressaltar, representam a realidade média dos tribunais, de modo que o cenário de contradição entre primeiro e segundo graus é ainda mais grave em diversos tribunais.

A própria Corregedoria Nacional de Justiça, em inspeções realizadas, diagnosticou e apontou a desproporção de servidores entre o primeiro e o segundo graus - como também de cargos em comissão e funções gratificadas – como um dos principais problemas a serem superados pelos tribunais.

Tais distorções explica em parte o acúmulo histórico de processos no primeiro grau, principal razão da ineficiência dos serviços judiciários prestados, refletida na morosidade sistêmica atual.

Embora não haja dados estatísticos consolidados sobre o tema, essa realidade também revela uma histórica destinação privilegiada de recursos orçamentários ao segundo grau em detrimento do primeiro.

Propostas apresentadas

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO (PORTARIA N. 155/2013)	
PROPOSTAS	OBJETIVOS
1- Diretriz estratégica	Vincular a Política de Priorização do Primeiro Grau ao Plano Estratégico do Poder Judiciário, a teor da Resolução CNJ n. 70.
2 – Audiência pública	Fomentar o diálogo social na identificação de problemas e soluções para a melhoria da eficiência do primeiro grau de jurisdição.
3 - Resolução sobre a institucionalização da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.	Institucionalizar a priorização do primeiro grau como política nacional e permanente do Poder Judiciário.
4 - Resolução sobre a distribuição de força de trabalho e de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário.	Definir regramentos mínimos para equalizar a distribuição da força de trabalho e do orçamento no primeiro e segundo graus de jurisdição.
5 - Resolução Conjunta sobre a criação de Unidades Avançadas de Atendimento (Competência Delegada).	Incentivar a instituição de Unidades Avançadas de Atendimento da Justiça Federal – UAA, como instrumentos de aproximação social e redução gradativa da competência delegada.
6 - Resolução sobre a regulamentação do Trabalho Voluntário no âmbito do Poder Judiciário.	Instituir e incentivar a prestação de serviço voluntário nos órgãos do Poder Judiciário.
7 - Acordo de Cooperação Técnica sobre a implementação de Prática Jurídica Acadêmica.	Implementar a prática jurídica acadêmica nos órgãos do Poder Judiciário.
8 - Nota Técnica sobre a "desjudicialização" da execução fiscal.	Emitir a opinião institucional do CNJ acerca do modelo de execução fiscal no Brasil e incentivar o debate sobre a necessidade de alterações legislativas.

Foi apresentado, ainda, plano de comunicação com o objetivo de fomentar o debate social sobre a necessidade de se conferir atenção prioritária ao primeiro grau de jurisdição e também mapa consolidado das sugestões encaminhadas pelo público externo.

AÇÕES E INICIATIVAS RELACIONADAS
a. **Diretriz estratégica** - Foi aprovada no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em 2013, a seguinte diretriz estratégica: *"É diretriz prioritária do Poder Judiciário, a orientar programas, projetos e ações dos planos estratégicos dos tribunais, aperfeiçoar os serviços judiciários de primeira instância e equalizar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre primeiro e segundo graus."*
b. **Audiência pública** - Ocorreu nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2014, e seu conteúdo integral, inclusive manifestações e documentos enviados, está disponível no Portal do CNJ (4)
c. **Resolução CNJ nº 194, de 26 de maio de 2014** - Institui a Política de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição - Aprovada pelo Plenário do CNJ, em sessão realizada no dia 19 de maio de 2014, a proposta de Resolução com o objetivo de institucionalizar a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.
d. **Resolução CNJ nº 195, de 3 de junho de 2014** - Estabelece parâmetros para a distribuição proporcional do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus - Aprovada pelo Plenário do CNJ, em sessão realizada no dia 19 de maio de 2014, a proposta de ato normativo (convertida na Resolução CNJ n. 195, de 3 de junho de 2014).
e. **Resolução sobre distribuição da força de trabalho no âmbito do Poder Judiciário** - Submetida ao Plenário do CNJ, na Sessão realizada no dia 16/6/2014, proposta de Resolução com vistas a estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.
f. **Resolução sobre a regulamentação do trabalho voluntário no âmbito do Poder Judiciário** - Foi submetida ao Plenário (ainda pendente de julgamento), na sessão realizada no dia 16/6/2014, proposta de resolução para regulamentar essa modalidade de trabalho no Poder Judiciário, sob a relatoria do Conselheiro Paulo Teixeira.

Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar

O Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar realizou ao longo de 2014 uma série de eventos, debates e encontros, cujo foco foi a adoção de medidas para redução da violência doméstica e familiar. A seguir, seguem-se os principais eventos ocorridos.

MOVIMENTO PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR Principais ações em 2014
Evento sobre Mulheres Paz e Segurança Realizado no Instituto Rio Branco. Coordenação do Instituto Iguapé. Instituições envolvidas: Itamaraty, Instituto Pandiá Calógeras (Ministério da Defesa) e a ONU Mulheres Brasil, Governos do Reino Unido e Noruega. (13/03/2014)
Audiência Pública: Debate sobre o Projeto de Lei 4501 de 2012 que dispõe sobre a repressão à violência contra a mulher, alterando dispositivos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, e dá outras providências Direção de mesa. Local: Câmara dos Deputados. (10/04/2014.
Debate sobre alteração na Lei Maria da Penha na Câmara dos Deputados Debate realizado na Câmara dos Deputados, na Comissão de Seguridade Social e Família. A audiência pública discutiu a proposta 4501, apresentada pela deputada Aline Corrêa (PP/SP) que, entre outros pontos, propõe a aplicação da suspensão condicional do processo de violência contra a mulher, para a negociação de acordo com o agressor. Para que o processo fosse suspenso, teria de haver prévia autorização da vítima. Atualmente, não é possível a suspensão condicional do processo, em nenhuma hipótese.
Seminário Internacional: "Tiempo de actuar. Voces desde América Latina. La erradicación de la violência sexual, incluída aquella cometida em situaciones de conflito" Participação em mesa redonda: Acceso a la justicia para las víctimas. Como garantizar el enjudiciamiento y castigo de los responsables". O sucesso da experiência brasileira com a Lei Maria da Penha. Local: Cidade do México. Data: 12 a 13 de maio de 2014.
Pesquisa sobre as Coordenadorias Estaduais. Realização de pesquisa acerca da situação das Coordenadorias de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A pesquisa foi realizada com formulários entregues aos representantes estaduais presentes no V FONAVID e complementação das informações por contato telefônico com os representantes das coordenadorias. O objetivo do trabalho foi estabelecer um quadro da atual estrutura das coordenadorias, tendo em conta a ausência de dados atualizados no bojo do CumpriDec da Res 128 (Março de 2014).
VIII Jornada Maria da Penha em parceria com TJDFT O evento contou com a participação de 160 convidados entre coordenadores dos núcleos de violência doméstica de todos os 27 tribunais pátrios, representantes do Poder Executivo com a presença das Secretarias estaduais e da polícia e pesquisadores da área. Ao final dos trabalhos e debates, foi editada a carta a Carta da VIII Jornada de Trabalhos da Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

PODER JUDICIÁRIO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

MOVIMENTO PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
Principais ações em 2014

Palestra Inaugural do Núcleo de Estudos em Direito da Mulher em Situação de Violência de Gênero, Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Palestra de Abertura do VI FONAVID

Fórum Nacional de Juízes. Tema: O Poder Judiciário e a Lei Maria da Penha. Campo Grande – MS.

Fomento do acordo de cooperação técnica entre a Polícia Militar/DF e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios a Coordenadoria de Violência Doméstica do TJDFT

O acordo referenciado visa à atuação conjunta nos atendimentos de famílias em contexto de violência doméstica e familiar, em processos que tramitam perante os Juizados, bem como a fiscalização do cumprimento de medidas protetivas de urgência, previstas na Lei Maria Penha.

Oficina sobre feminicídio: assassinato de mulheres por razões de gênero

Parceria da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) com a ONU Mulheres e CNJ. Realização de 26 a 27 de novembro de 2014. A Oficina de Trabalho sobre Homicídios contra Mulheres, teve por objetivo debater com magistrados da área a tipificação penal do feminicídio, bem como o modelo do Protocolo Latino Americano para Investigação Eficaz de Mortes Violentas por Razões de Gênero (ONU Mulheres/ACNUDH). A iniciativa buscou sensibilizar e buscar soluções adequadas para o enfrentamento da impunidade nos casos de violência de gênero.

Entre 2000 e 2010, 43,7 mil mulheres brasileiras foram assassinadas, sendo cerca de 41% delas em suas próprias casas e, muitas vezes, por companheiros ou ex-companheiros. Entre 1980 e 2010, dobrou o índice de assassinatos de mulheres no País, passando de 2,3 assassinatos por 100 mil mulheres para 4,6 assassinatos por 100 mil mulheres. Esse número coloca o Brasil na sétima colocação mundial em assassinatos de mulheres.

Reunião entre representantes da ONU Mulheres e Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ/CNJ

Fomentar a participação de representante do CNJ em reunião que abordará pesquisa realizada no México sobre Feminicídio.

Apoio à criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional para adaptação do Protocolo de Feminicídio

Em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres e o apoio da Embaixada da Áustria, está se desenvolvendo projeto para a adaptação à realidade do "Modelo de Protocolo Latino Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres em Razão do Gênero", que será coordenado por um grupo de trabalho com representação de quatro setores: Polícia Civil, Polícia Científica, Ministério Público e Magistratura.

Projetos a serem desenvolvidos em 2015

MOVIMENTO PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR Projetos a serem desenvolvidos em 2015		
PROJETO	DETALHAMENTO	FASE ATUAL
IX Jornada da Lei Maria da Penha Local de realização: TJSP Data: março/2015.	A realização do evento atende à determinação contida na Carta da VIII Jornada da Lei Maria da Penha. **Objetivos:** a. Avaliar o cumprimento da Lei nº11.340/2006 - Lei Maria da Penha, delimitando os avanços e desafios da norma, divulgar as políticas judiciárias exitosas; b. Promover debates e intercâmbios de experiências entre as coordenadorias da Mulher.	O TJSP aceitou sediar o evento, as tratativas sobre a parceria estão em pleno trâmite, tendo sido enviada proposta no sentido do CNJ custear passagens dos palestrantes e o tribunal ficar responsável pelas despesas gráficas e de coffee breaks, bem como logística para albergar o evento.
Pesquisa DPJ: O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha.	A pesquisa anterior considerou os dados até o ano de 2011. Passados mais de três anos, é necessário se reavaliar os níveis de adesão dos Tribunais à Lei n. 11.340/2006 e propor novas medidas de efetivação da norma, tomando por base a exata realidade hoje encontrada nos tribunais. Obviamente, o transcurso deste longo lapso de tempo alterou as nuances antes encontradas, o que demonstra a premência da realização de nova pesquisa, a fim de oportunizar a elaborar de políticas públicas mais efetivas e promovedoras da concretização dos anseios sociais de uma Justiça mais justa e eficiente, finalidade última deste Conselho.	Proposta encaminhada ao DPJ, para realização de pesquisa sobre a aplicação da Lei Maria da Penha, nos moldes daquela realizada em 2012, com dados até 2011, publicada em 2013.
Fomentar em todo país a assinatura de acordos de cooperação técnica entre coordenadorias da mulher e polícia, seguindo o modelo de acordo firmado pelo TJDFT.	Dar maior efetividade à Lei Maria da Penha fomentando parcerias entre os diversos interessados no implemento da norma.	Os acordos referenciados visam à atuação conjunta nos atendimentos de famílias em contexto de violência doméstica e familiar, em processos que tramitam perante aos Juizados, bem como a fiscalização do cumprimento de medidas protetivas de urgência, previstas na Lei Maria Penha.

MOVIMENTO PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR Projetos a serem desenvolvidos em 2015		
PROJETO	DETALHAMENTO	FASE ATUAL
Renovação do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre CNJ, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Ministério Da Justiça/Secretaria de Reforma do Judiciário, Secretaria de Políticas Para as Mulheres da Presidência da República e o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra A Mulher (Proc Físico/CNJ nº 344.351)	**Objetivos do acordo** a. Promover a formação de servidores, gestores públicos e magistrados na temática de gênero e de violência contra as mulheres; b. Incentivar e apoiar a criação e o fortalecimento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e outros serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; c. Realizar encontros, campanhas e cursos multidisciplinares de capacitação de multiplicadores para a implementação da Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2006; d. Participar de Programas Nacionais que visem à efetivação da Lei Maria da Penha e das ações previstas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher; e. Instituir Grupo de Trabalho para adoção de medidas voltadas ao cumprimento de ações integradas de prevenção previstas no artigo 8º da Lei Maria da Penha, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, habitação, esportes e trabalho; f. Intercambiar informações, documentos e apoio técnico-institucional necessários à fiel execução do objetivo delineado neste instrumento; g. Contribuir para a efetivação do fluxo de encaminhamento das denúncias referentes à aplicação da Lei Maria da Penha registradas na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 e na Ouvidoria da SPM para os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; h. Unificar os registros de casos e processos para fins de estatística e divulgação dos dados referentes à Lei Maria da Penha; i. Fornecer apoio técnico e assessoria para a elaboração do material, indicações e programa dos cursos de formação na temática de gênero e de violência contra as mulheres.	O Processo foi encaminhado para o Seção de Gestão de Contratos para estudo da viabilidade de sua renovação, considerando que o acordo vigente (nº 031/2011) se encerra em 21/03/2015.

MOVIMENTO PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR Projetos a serem desenvolvidos em 2015		
PROJETO	DETALHAMENTO	FASE ATUAL
Novo Memorando de entendimento entre a ONU Mulheres e o CNJ, em face do encerramento da vigência previsto no anteriormente firmado (22/3/2011 a 21/3/2013), MoU n. 2/2011.	O documento a ser firmado entre a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres e este Conselho tem por propósito estabelecer cooperação técnica em atividades que possam contribuir para a divulgação, consolidação e implementação dos instrumentos previstos na Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, intitulada Lei Maria da Penha.	O Documento encontra-se pronto na Seção de Gestão de Contratos e aguarda apenas a definição do prazo de vigência entre os parceiros.
Renovação do Acordo de Cooperação entre a Presidência da República, CNJ, CNMP, e Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, para efetivação de políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, cujo objeto consiste no apoio ao Programa Rede Integrada dos Serviços Públicos de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180). (Proc Físico/CNJ nº 350.979)	(Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180). "Casa da Mulher Brasileira" intermediação de diálogo com os tribunais pátrios para implementação do programa. O único tribunal que mencionou que não teria condições de aderir foi o TJAP por motivos orçamentários (fl. 53).	O Processo foi encaminhado para o Seção de Gestão de Contratos para estudo da viabilidade de sua renovação, considerando que o acordo vigente (n. 001/2013) se encerra em 13/03/2015.
Curso (a distância) para capacitação de magistrados e servidores que trabalham com a Lei Maria da Penha. Parceria com ENFAM.	Capacitação de magistrados e servidores que atuam com a Lei Maria da Penha.	As tratativas iniciais com representantes da ENFAM já se iniciaram, faltando definir cronograma de atividades para o projeto.
Campanha pela Igualdade de Gênero. Parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB		Tratativas iniciadas com representantes da AMB. Minuta do projeto pronta.

PODER JUDICIÁRIO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

MOVIMENTO PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR Processos físicos vinculados ao movimento		
Processo	Detalhamento	Situação
344.351	Termo de Cooperação Técnica nº 031/2011, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, o Ministério da Justiça/Secretaria de da Reforma do Judiciário, a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República e o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, cujo objeto é estabelecer cooperação técnica em atividades que possam contribuir para a divulgação, consolidação e implementação dos instrumentos previstos na Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, intitulada Lei Maria da Penha. Data de assinatura: 22/03/2011 Data de vencimento: 21/03/2015	A minuta do novo termo que substituirá o anterior que irá vencer em breve já está elaborada, faltando apenas, para encaminhá-la à Assessoria Jurídica deste Conselho, informação sobre o prazo de vigência.
347.083	Acordo de Cooperação Técnica nº 061/2011, celebrado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, o Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça e o Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais, cujo objeto é fortalecer a implementação da Lei Maria da Penha, formular e divulgar as ações de enfrentamento à impunidade e à violência contra as mulheres. Neste feito está sendo acompanhada a Campanha Compromisso e Atitude Data de assinatura: 06/12/2011 Data de vencimento: 13/12/2014	SPM encaminhou a minuta do novo Termo de Cooperação que irá substituir o anterior que vencerá em breve. Encaminhamos a minuta à Assessoria Jurídica deste Conselho para que a analisassem e avaliassem sua legalidade. A Assessoria Jurídica emitiu Parecer indicando a aprovação do texto da minuta, porém, com uma ressalva, qual seja, a necessidade de o ajuste ser integrado com plano de trabalho, conforme determinação legal e regulamentar. Diante disso, entrei em contato com a SPM, que nos informou que o plano de trabalho será feito anualmente após a formalização do acordo. Sendo assim, será necessário incluir no acordo uma cláusula que trate do assunto.
352.314	Processo autuado para documentação de atividades desenvolvidas pela coordenação do movimento no biênio 2013/2015.	

MOVIMENTO PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR Processos físicos vinculados ao movimento		
Processo	Detalhamento	Situação
350.979	Acordo de Cooperação entre a Presidência da República, CNJ, CNMP, e Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, para efetivação de políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, cujo objeto consiste no apoio ao Programa Rede Integrada dos Serviços Públicos de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180). Data de assinatura: 13/03/2013 Data de vencimento: 13/03/2015	O Processo foi encaminhado para o Seção de Gestão de Contratos para estudo da viabilidade de sua renovação, considerando que o acordo vigente (n. 001/2013) se encerra em 13/03/2015. "Casa da Mulher Brasileira" intermediação de diálogo com os tribunais pátrios para implementação do programa. O único tribunal que mencionou que não teria condições de aderir foi o TJAP por motivos orçamentários (fl. 53).

MOVIMENTO PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR Processos em Comissão PJe	
CumpriDec 1473-65.2011	Resolução 128/CNJ - Criação - Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Processo de Relatoria do Presidente do CNJ. O processo teve seu último andamento em 29/03/2014.
Comissão nº 4385-64	Governo do Estado de Goiás - Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial x Conselho Nacional de Justiça - CNJ

PODER JUDICIÁRIO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Fórum Nacional de Precatórios - FONAPREC

FONAPREC Resumos das ações desenvolvidas
0.1. Realização de cinco Reuniões Ordinárias do Comitê Nacional do Fonaprec e uma Reunião Extraordinária, conforme determina o Regimento Interno do Fonaprec, nas seguintes datas: 22/01/2014, 26/02/2014, 24/04/14, 06/08/14, 08/10/2014 e 03/12/2014.
0.2. Incorporação do módulo de precatório do TRF5 na versão nacional do PJe - A incorporação do módulo de precatórios do TRF5 na versão nacional do PJe, o que foi acolhido pelo Grupo de Uniformização da Versão Nacional do PJe, com a promessa de efetivação da migração até dezembro de 2014. Ressalte-se que a inserção do referido módulo de precatórios na versão nacional representará um avanço muito significativo para implementação efetiva do precatório digital. É que, incorporando-se a versão nacional, abre-se a possibilidade de implantação imediata e sem qualquer custo para todos os tribunais do precatório digital.
0.3. Aprovação da minuta de revisão da Resolução/CNJ nº 115/2010 pelo Comitê Nacional do Fonaprec - Após a coleta de sugestões dos gestores de precatórios dos tribunais, de representantes e associações de credores e devedores e de outros interessados, a exemplo do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRT's – Coleprecor, o grupo de trabalho apresentou suas conclusões, incorporando parte das sugestões oferecidas, bem como justificando o motivo de não acolhimento das demais. A minuta apresentada foi analisada pelo Comitê Nacional do Fonaprec em dezembro de 2014, oportunidade em que foram deliberadas outras alterações.

Pareceres Técnicos Aprovados Pelo Comitê Nacional			
Parecer técnico	Procedimento / caso	Deliberação	Data aprovação
01/2014	PP 4841-14 / Índice de correção monetária	Aguardar a modulação de efeitos das ADI's 4357 e 4425 (vencido Marco Innocenti, aprovado por maioria)	22/01/2014
02/2014	CONS 5292-39 / Repasse de verbas – Ordem cronológica	Ordem cronológica por ente devedor e não por tribunal. Enunciado 1/2014 (aprovado enunciado na sessão de 26/02/2014).	22/01/2014
03/2014	CONS 3266-68 – Destinação do saldo de recursos reservados pag acordos	Direcionamento da sobra de recursos destinados aos acordos para pagamento por ordem cronológica.	26/02/2014

Pareceres Técnicos Aprovados Pelo Comitê Nacional			
Parecer técnico	Procedimento / caso	Deliberação	Data aprovação
04/2014	Resolução 145/12 do TJ Paraná (DISTRIBUÍDA (26/02/2014)	1) os precatórios parcelados, no âmbito do regime geral, que estavam em dia na data da decisão do STF proferida na ADI n. 2356/DF (25.10.2010), considerando a norma do artigo 78 do ADCT, devem ter o seu saldo remanescente calculado com incidência de juros de 6% ao ano, a contar do mês de janeiro do ano subsequente ao do pagamento da primeira parcela; 2) os precatórios parcelados com atraso no pagamento de suas parcelas anuais, na data da decisão do STF proferida na ADI n. 2356/DF, devem ter o saldo remanescente calculado considerando também juros de 6% ao ano, sendo que seu termo inicial deve retroagir à data da expedição do precatório; 3) nos precatórios parcelados que estavam com atraso no pagamento das parcelas anuais, na data da decisão proferida na ADI n. 2356/DF, mas que tiveram parcelas quitadas antes do advento da Resolução nº 145/2002, também devem ter juros calculados de forma retroativa, para se obter o saldo remanescente devido, abatendo-se os valores pagos nas respectivas datas em que ocorreram tais pagamentos; 4) consolidados os valores anuais remanescentes, em 25.11.2010, data da decisão proferida na ADI n. 2356/DF referente às parcelas vencidas não pagas e vincendas do precatório anteriormente parcelado, pertencente ao regime geral, deve ser dado ao referido precatório, a partir daquela data, tratamento jurídico igual aos precatórios comuns que são pagos em parcela única.	24/04/14
05/2014	PCA 1357-88 – Doenças Graves Criado grupo de estudos	1) Pelo acolhimento parcial do pedido de abstenção da exigência pelo presidente do tribunal de que o laudo médico seja obrigatoriamente da rede pública de atendimento, mas que preferencialmente assim seja comprovado, conforme o acesso local ao SUS; 2) Pela rejeição do pedido de abstenção da exigência pelo presidente do tribunal de que o laudo seja subscrito por especialista, pois essas doenças graves ensejam, para o tratamento, o acompanhamento por médicos especialistas; 3) Pelo acolhimento do pedido de abstenção da exigência pelo presidente do tribunal de que o médico tenha registro no CRM local, dada a possibilidade de atuação desses profissionais no país, nos termos regulados pelo Conselho Federal de Medicina (Resolução CFM nº. 1.948/2010); 4) Pela rejeição do pedido de abstenção da exigência pelo presidente do tribunal de que o laudo médico que atesta a moléstia profissional venha acompanhado de outras provas que demonstrem o liame entre a doença e o exercício das atividades profissionais; e 5) Pela rejeição do pedido de abstenção da exigência pelo presidente do tribunal de conferir taxatividade à relação das doenças de que trata o art. 13 da Resolução CNJ nº 115/2010.	06/08/04

PODER JUDICIÁRIO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Pareceres Técnicos Aprovados Pelo Comitê Nacional			
Parecer técnico	Procedimento / caso	Deliberação	Data aprovação
06/2014	CONS 7082-58 – Precatório expedido após acordo homologado judicialmente (exigência do art. 5º, inciso I e IX, Res. 115) (Distribuída em 26/01/2014)	CONSULTA – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO E RPV – AUSÊNCIA DA FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA – ACORDO ENTRE AS PARTES EM JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU ANTERIOR À PRÉVIA EXECUÇÃO – IMPOSSIBILIDADE - VÍCIO INSANÁVEL – ART 730 DO CPC - ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – RESOLUÇÃO N. 115/2010-CNJ. 1. O precatório requisitório ou requisição de pequeno valor formalizado com supressão da fase de execução de sentença é vício insanável. 2. Ausente a fase de execução estabelecida na legislação processual, ainda que em face de composição entre parte credora e ente público devedor, o precatório está eivado de vício e o ofício requisitório deve ser devolvido ao juízo da execução, atendendo ao que estabelece a Resolução n. 115/2010, expedida pelo Conselho Nacional de Justiça. 3. Consulta conhecida e respondida negativamente.	06/08/14
07/2014	PP 7250-60 – Suspensão da Recomendação 1.18 TJSC, que det. Pagamento precatório seja preferencialmente ao beneficiário e não ao advogado. Requerente OAB. (Distribuída em 24/04/14)	Havendo cláusula especial na procuração que permita ao advogado receber valores e dar quitação, só deverá ser procedido ao pagamento nos termos da determinação exarada na Inspeção na hipótese de se constatarem elementos capazes de evidenciar a sua necessidade.	08/10/14
08/2014	PP 4044-38 – Atualização de Precatórios – Corregedoria (Distribuída em 06/08/14)	Arquivado, de ofício, em face do arquivamento do procedimento originário PP 4044-38. Matéria a ser debatida no bojo da nova resolução 115.	08/10/14

Enunciados Aprovados

a. **Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios** para desenvolvimento do precatório digital como módulo do sistema PJe. Segundo o termo de cooperação, caberá ao TJDFT o desenvolvimento das funcionalidades e do fluxo para o trâmite dos precatórios eletrônicos no PJe e a implantação de um projeto-piloto de precatório eletrônico no tribunal, o fornecimento de desenvolvedores para a construção das funcionalidades, a realização de testes, o treinamento e capacitação de magistrados e servidores e a cessão da estrutura do Instituto Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro para a multiplicação de conhecimentos sobre o sistema.

b. Já o CNJ se compromete a apoiar o desenvolvimento do precatório eletrônico no sistema PJe, orientando os técnicos do TJDFT e disponibilizando pessoal para definição de requisitos e homologação de funcionalidades, apoiar a instalação e configuração do banco de dados e do próprio Sistema PJe nas dependências do TJDFT, efetuar a manutenção no Sistema PJe, avaliar as solicitações de correções e melhorias e capacitar no mínimo dois profissionais da área de Tecnologia da Informação do TJDFT. A iniciativa representa um avanço no tratamento dos precatórios em todo o cenário nacional, pois a tramitação dos precatórios em meio eletrônico certamente trará mais transparência, celeridade e controle dos pagamentos realizados. Sede do CNJ. 16 de junho de 2014.

c. **Definição do novo modelo de Mapa Anual de Precatórios**. Este grupo de trabalho foi criado pelo Fonaprec para dar concretude ao sistema instituído pela Resolução CNJ nº 115, que prevê a elaboração e divulgação no Portal deste Conselho na internet de Mapa Anual sobre a situação dos Precatórios expedidos por todos os órgãos do Poder Judiciário. A divulgação desse mapa permitirá ao cidadão ter acesso ao montante da dívida com precatórios dos Entes Federados (União, Estados e Municípios). Foi proposto modelo de Mapa Anual dos Precatórios a ser divulgado no Portal do CNJ, desenvolveu-se formulário de captação dos dados dos Tribunais e atualizou-se o sistema já existente de forma a viabilizar o recebimento das informações, a elaboração do mapa e sua divulgação na Internet.

d. **Desenvolvimento do sistema de captação e envio eletrônico de dados sobre precatórios ao CNJ para formação do Mapa Anual de Precatórios**. Serviço automatizado de arquitetura REST foi desenvolvido para permitir a captação e envio de informações ao CNJ, em face da obsolescência do sistema anteriormente utilizado.

e. **Reunião com Gestores de Precatórios**. Objetivo do Evento foi propiciar a colheita de sugestões dos gestores de precatórios sobre minuta de Revisão da Resolução 115/CNJ, apresentada pelo Grupo de Estudos de Implantação do Precatório Digital e Revisão da Resolução nº 115/10, do CNJ, antes de sua apresentação ao Comitê Nacional. A medida privilegia a cooperação entre os grupos de trabalho instituídos no âmbito do Fonaprec, propiciando o aprimoramento da proposta apresentada por meio da troca de experiência, uma vez que os gestores têm condição de mensurar a operabilidade das alterações constantes na minuta. Local: Supremo Tribunal Federal. Data: 24 a 25 de julho 2014.

f. **Reunião dos Credores e Devedores de Precatórios**. Objetivo da reunião foi promover debates e colher sugestões para minuta de Revisão da Resolução do CNJ nº 115/2010, antes de sua apresentação ao Comitê Nacional de Precatórios. Local: Plenário deste Conselho. 27 de agosto de 2014.

g. **Grupo de Estudos sobre Doenças Graves**. Objetivo de apresentar uma proposta de uniformização do procedimento de deferimento da preferência de que trata o art. 100, §2º, da CF/88 aos portadores de doenças graves, a fim de subsidiar a regulamentação da matéria no âmbito deste Conselho. O relatório de conclusão dos trabalhos foi encaminhado aos elaboradores da minuta de Revisão da Resolução/CNJ 115/2010. Conclusão dos trabalhos em 06 de agosto de 2014.

1. **Análise dos dados encaminhados pelos tribunais para formação do Mapa Anual de Precatórios**. Medida determinada em razão de diversas inconsistências encontradas nas informações sobre precatórios encaminhadas ao CNJ.

Projetos a serem desenvolvidos em 2015

FONAPREC Propostas de Ações e Projetos – 2015
a. Realização do **Encontro Nacional de Precatórios**. Parceria com Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Prevista para ocorrer de 11 a 12 de fevereiro de 2015.
b. Realização da **Primeira Reunião Ordinária do Comitê Nacional do Fonaprec**. Local: TJSP. Data prevista: 11 de fevereiro de 2014.
c. **Apresentação de Ato Normativo ao Plenário deste Conselho – Aprimoramento da Resolução nº 115/2010 que trata de precatórios**. A minuta de revisão da resolução foi analisada e aprovada pelo Comitê Nacional em reunião ordinária realizada em 03 de dezembro de 2014. Submissão da proposta em audiência pública para coleta de sugestões, promovendo ampla discussão acerca da matéria, com vistas a democratizar a participação dos interessados no tema. Ressalte-se que a minuta aprovada no âmbito do Comitê Nacional apreciou todas as sugestões trazidas nas reuniões realizadas com gestores de precatórios nos tribunais, credores e devedores, sendo que as sugestões não incorporadas ao texto foram refutadas com transcrição de justificativas, conforme se pode constatar pelo relatório final de conclusão do grupo de trabalho.
d. **Conclusão do módulo de segunda instância do precatório digital, compatível com PJe. Implantação do sistema pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**.

Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname)

A Portaria nº 616/2009 da Presidência do CNJ instituiu o Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário. O Departamento de Pesquisas Judiciárias integra esse Comitê que tem as seguintes competências: elaborar e encaminhar ao Conselho proposta de instrumentos de gestão documental e normas do Proname; manter atualizado no portal do CNJ os instrumentos de gestão documental; apoiar a realização de treinamentos de servidores e magistrados em questões relacionadas com gestão documental; acompanhar e verificar a aplicação das normas do PRONAME e, quando for o caso, sugerir ao CNJ medidas corretivas. Do mesmo modo que a Portaria n. 616/2009, a Recomendação nº 37/2011 estabelece que o Departamento de Pesquisas Judiciárias tem como objetivo apoiar o Secretário Geral da Presidência, ou juiz por ele designado, nas atividades do Comitê do Proname (Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário). Esse trabalho caracteriza-se pela participação e secretariado nas Reuniões do Comitê Gestor do Proname, bem como auxílio à execução das atividades necessárias para o desenvolvimento dos projetos do Comitê e dos Subcomitês.

Em 2014 foi elaborado, pelos membros do Subcomitê da Capacitação em parceria com o CEAJUD, com assessoramento do DPJ, o primeiro curso de Gestão Documental à distância, aberto aos públicos interno e externo. As três primeiras edições do curso já foram concluídas.

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) visa à articulação e à atuação conjunta entre órgãos públicos que trabalham com a fiscalização, o controle e a inteligência como forma de aperfeiçoar a prevenção e o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. A Enccla foi instituída em 2003 e é coordenada pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) integra o grupo de instituições públicas engajadas com a Enccla, que reúne cerca de 70 órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, tanto no âmbito federal quanto no estadual, além do Ministério Público.

Coordenados pela Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, uma vez por ano, esses órgãos se encontram para estabelecer ações e metas para o desenvolvimento de política pública eficaz para coibir crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Entre as ações instituídas em 2014, três contaram com a participação do CNJ.

ENCCLA – AÇÕES INSTITUÍDAS EM 2014 COM A PARTICIPAÇÃO DO CNJ
Ação 10 - Implementar e publicar consulta integrada aos cadastros com informações referentes a condenações ou sanções que impliquem restrição a participar de licitação ou contratar com a Administração Pública ou para ocupar cargo ou função pública (continuidade da Ação 11/2013).
Ação 12 - Acompanhar a efetiva implantação do Sistema de Informações de Registro Civil - SIRC e Sugerir mecanismos que aumentem a segurança do registro civil de pessoas naturais, inclusive tardio, em razão do elevado número de fraudes envolvendo falsidade documental ou ideológica.
Ação 13 - Propor mecanismos que assegurem a efetividade das decisões judiciais que determinam a perda de bens.

Ação 10 – O CNJ auxiliou o grupo responsável pela Ação 10 na implantação e publicação de consulta pública para permitir, pela internet, o acesso aos nomes de pessoas e empresas impedidas de contratar com a Administração Pública e de participar de licitações públicas por causa de condenações ou sanções sofridas. O grupo decidiu adicionar as informações dos cadastros existentes, como o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa ou por Ato de Inelegibilidade (CNCIAI) e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), aos sistemas de compras já utilizados pela Administração Pública Federal, suas autarquias e fundações (Siasgnet e Comprasnet). O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) encomendou ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) as alterações sugeridas pelas instituições integrantes da Ação 10.

Ação 12 – Também foi destaque 2014, na Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla), realizada em Teresina/PI, a instituição do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) e a criação da Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC). As duas medidas, tomadas este ano, foram os principais resultados da Ação 12, que é coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Ministério da Previdência Social (MPS) desde o início do ano e tem por objetivo prevenir fraudes previdenciárias praticadas com a falsificação de documentos de registro civil, como certidões de nascimento e óbito.

Criado pelo Decreto nº. 8.270, da Presidência da República, em 26 de junho passado, o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) melhora a segurança jurídica nos registros civis no País ao estabelecer base de dados única para todos os registros feitos em cartórios de registro civil das pessoas naturais. Já a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC), instituída pelo Provimento nº 38 da Corregedoria Nacional de Justiça, em julho deste ano, interliga os oficiais responsáveis por emitir certidões de casamento, união estável, entre outros documentos, permitindo a localização dos registros civis em meio eletrônico.

Ambas as iniciativas ajudam a prevenir fraudes à Previdência realizadas por meio da falsificação de certidões de nascimento e óbito. Além do CNJ e do MPS, a Ação 12 foi desenvolvida com a colaboração do Conselho da Justiça Federal (CJF), do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil (CONCPC), do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça (DEEST/MJ), do Departamento de Polícia Federal (DPF), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério Público Federal (MPF), da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento.

Ação 13 – O CNJ fez parte ainda do esforço pelo cumprimento da Ação 13, que tinha como propósito tornar mais efetivos acórdãos e sentenças judiciais que determinam a perda de bens. A medida foi instituída diante das dificuldades encontradas para regulamentar dispositivos da Lei de Lavagem de Dinheiro, que foi objeto de ação de ação do Enccla em 2013. Um dos desafios enfrentados foi a recusa de alguns registradores em cumprir a decisão judicial de transferir imóveis ou outros bens, principalmente quando havia diferença entre o nome do condenado e o nome em que foi registrado o bem com perda decretada pela Justiça.

Por causa dos entraves ao cumprimento de sequestros, arrestos, hipotecas legais ou outras medidas assecuratórias processuais-penais referentes a bens móveis ou imóveis, em alguns processos, os autos acabavam sendo arquivados sem que os bens fossem transferidos. Para evitar que as decisões não tivessem efetividade, o grupo responsável pela Ação 13 elaborou minuta de Resolução do CNJ que esclarece aos juízes quais procedimentos devem ser adotados em processos de perda de bens. O texto da proposta deverá ser apresentado em breve ao presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski.

Diagnóstico sobre a atuação da Justiça Militar, nos âmbitos federal e estadual

O Grupo de Trabalho (GT) criado pela Portaria n. 60/2013 ([4]) concluiu seu diagnóstico sobre a atuação da Justiça Militar, nos âmbitos federal e estadual. No relatório, o grupo recomenda a criação de câmaras especializadas dentro dos tribunais de Justiça (TJs) dos estados para julgar os processos criminais militares estaduais, o que daria maior agilidade à conclusão desses casos.

Atualmente, nos Estados em que não há Tribunal de Justiça Militar (TJM) – que são todos com exceção de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – os processos são julgados em primeira instância por auditorias militares e, em grau de recurso, passam a ser analisados pelas Câmaras dos tribunais estaduais, juntamente com todos os demais processos de competência da Justiça comum. Pela proposta do grupo, a ideia é que Câmaras especializadas em matéria militar, mas não necessariamente exclusivas, sejam criadas na estrutura do Judiciário Estadual para julgar essas ações, que exigem conhecimento técnico específico.

No esforço para reduzir custos dos processos nas cortes militares, o GT propõe ainda a redução, de 15 para 11, do número de ministros que compõem o Superior Tribunal Militar (STM).

No texto conclusivo, o grupo sugere também uma "reestruturação" da Justiça Militar. A ideia é ampliar a competência das cortes especiais no primeiro e no segundo grau para que possam julgar, além de crimes militares, questões relacionadas ao regime e à carreira militar, como ações relativas a pensões, reajustes, salários e processos disciplinares. Estes processos são julgados hoje pela Justiça comum.

O aumento do trabalho não significa, no entanto, acréscimos na estrutura desse ramo da Justiça. Segundo o relatório, a medida implicaria no aumento de carga de trabalho aproximada de 480 processos para cada magistrado, o que contribuiria para a maior eficiência do sistema judicial.

4 () A composição do grupo foi alterada posteriormente pela Portaria n.º 207, de 12 de novembro de 2013, depois revogada pela Portaria n.º 216, de 29 de novembro de 2013, que designou a atual formação do GT.

O texto acrescenta ainda que a Justiça militar federal deve julgar apenas infrações cometidas por militares, excluindo a competência para julgar civis. A recomendação decorre de uma "lacuna" na Constituição, que não define o crime militar, o que, desta forma, também sujeita civis ao foro especial da JMU.

As conclusões do grupo serão encaminhadas à Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar, na forma de um anteprojeto de Proposta de Emenda Constitucional. Também será enviado aos presidentes do STJ, STM, TJMs, TJs Regionais Federais, ao procurador-geral da República e ao procurador-geral da Justiça Militar.

CNJ Acadêmico

O CNJ firmou o Termo de Cooperação nº 01/2010 com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES para a realização de atividades de fomento à pesquisa mediante o incentivo e a concessão de bolsas de estudo com vigência até o primeiro trimestre de 2015.

O objetivo do Programa é ampliar a busca por aprimoramento do Sistema Judiciário, por meio do incentivo à realização de pesquisas, do intercâmbio de informações, da difusão de novos conhecimentos, do estímulo à formação de um quadro de pesquisadores e, principalmente, da apropriação do conhecimento científico para a identificação de seus problemas e respectivas soluções.

Doze projetos submetidos foram recomendados pelos consultores do CNJ e da CAPES, são eles:

1. Alternativas Penais na Perspectiva da Vítima: Justiça Restaurativa como um Novo Paradigma da Justiça Criminal para a Eficácia das Políticas Públicas de Reinserção Social;

2. Descarcerização e Sistema Penal - A Construção de Políticas Públicas de Racionalização do Poder Punitivo;

3. Problemas Crônicos do Poder Judiciário Brasileiro: Estudo Diagnóstico sobre suas Causas e Propostas de Aprimoramento dos Instrumentos para uma Prestação Jurisdicional mais Eficiente;

4. Multidoor Courthouse System Avaliação e Implementação do Sistema de Múltiplas Portas (Multiportas) como Instrumento para uma Prestação Jurisdicional de Qualidade, Célere e Eficaz;

5. Instrumentos e Interferências no Desempenho do Judiciário Brasileiro;

6. Limites e Possibilidades da Eficácia da Prestação Jurisdicional no Brasil;

7. Construindo um Judiciário Responsivo: uma Análise da Atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e das suas Relações com os demais Poderes da República;

8. Conselho Nacional de Justiça: Atuação, Competências e Interfaces;

9. A Utilização da Tecnologia da Informação para o Aprimoramento do Poder Judiciário: Limites e Desafios;

10. Tecnologias Semânticas e Sistemas de Recuperação de Informação Jurídica;

11. Transparência, Interoperabilidade e Universalização dos Sistemas Processuais Informatizados no Brasil; e

12. Juizados Especiais e Turmas Recursais da Justiça Federal: Diagnósticos e Prognósticos para os Principais Problemas no Processo de Revisão das Decisões Judiciais.

Outras Informações

Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário - Aprovada pelo Plenário – Resolução nº 192, de 8 de maio de 2014 (Processo Comissão PJe nº 0005857-03.2013.2.00.0000).

Análise das propostas de alteração da Resolução nº 71/2009 (Processo Comissão PJe nº 0001553-34.2008.2.00.0000). Em andamento.

Proposta de Alteração da Resolução nº 35/2007 (Processo Comissão PJe nº 0002625-46.20142.00.0000). Conclusão dos trabalhos com pedido de inclusão em pauta.

Proposta de normatização sobre a padronização dos alvarás judiciais (Processo Comissão PJe nº 0004072-11.2010.2.00.0000). Em análise.

Proposta de Alteração da Resolução nº 83/2009 (Processo Comissão PJe nº 0002626-31.20142.00.0000). Em análise.

Proposta de alteração da Resolução nº 64/2008 (Processo Comissão PJe nº 0002628-98.20142.00.0000). Em análise.

Teto Remuneratório da Magistratura (Processos Comissão PJe nº 0006164-25.2011.2.00.0000 e 0005452-35.2011.2.00.0000). Em análise.

Análise das sugestões quanto à melhoria operacional e gestão de pessoas nos Juizados Especiais Cíveis (Processo Comissão PJe nº 0003321-82.2014.2.00.0000). Em andamento.

Procedimento que trata da composição e eleição do órgão especial dos Tribunais (Processo Comissão PJe nº 0000198-47.2012.2.00.0000). Em análise.

Proposta de Alteração da Resolução nº 75/CNJ (Processo Comissão PJe nº 0006269-02.2011.2.00.0000). Origem a partir de inúmeros procedimentos julgados por outros Conselheiros e encaminhados à presidência da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas para revisão das regras estabelecidas pela Resolução nº 75 do Conselho Nacional de Justiça, que disciplina o concurso para ingresso na carreira da magistratura. Conclusão dos trabalhos com pedido de inclusão em pauta.

Procedimento que trata das competências dos leiloeiros rurais (Processo Comissão PJe nº 0007793-97.2012.2.00.0000). Julgado pelo Plenário.

Análise de nota técnica sobre Adicional por Tempo de Serviço (Processo Comissão PJe nº 0002980-90.2013.2.00.0000). Aprovada pelo Plenário, com a edição da respectiva Nota Técnica.

Proposta de regulamentação das custas judiciais (Processo Comissão PJe nº 0000788-24.2012.2.00.0000). Conclusão dos trabalhos com pedido de inclusão em pauta.

Proposta de alteração da Resolução nº 133 (Processo Comissão PJe nº 00006147-81.2014.2.00.0000). Em análise.

Proposta de Resolução – Afastamento de Juízes por gozo de férias (Processo Comissão PJe nº 0004054-48.2014.2.00.0000). Em análise.

Proposta de Resolução tratando de ações e políticas públicas voltadas à sustentabilidade ambiental, social e econômica (Processo Comissão PJe nº 0005176-96.2014.2.00.0000). Em andamento: consulta pública.

Proposta de alteração da Resolução nº 81/2009 (Processo Comissão PJe nº 0003282-22.2013.2.00.0000). Origem a partir de inúmeros procedimentos julgados por outros Conselheiros e encaminhados à Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas para revisão das regras estabelecidas pela Resolução. Procedimento com pedido de inclusão em pauta.

Proposta de alteração da Resolução nº 139/2011 (Processo Comissão PJe nº 0005177-81.2014.2.00.0000). Em análise.

Proposta de edição de ato normativo quanto ao pagamento, no Poder Judiciário, via cartão de débito e crédito (Processo Comissão PJe nº 0004055-33.2012.2.00.0000). Em análise.

Análise de proposta quanto ao estímulo de política de prestação de serviço judiciário que racionalize os recursos materiais sempre insuficientes (Processo Comissão PJe nº 0004052-78.2014.2.00.0000). Em andamento.

Proposta de ato normativo que regulamenta auxílio moradia para a magistratura (Processo Comissão PJe nº 0005293-87.2014.2.00.0000). Plenário aprovou a Resolução nº 199/2014.

Procedimento que trata da revisão geral anual de subsídios e de remuneração (Processo Comissão PJe nº 0001176-24.2012.2.00.0000). Em análise.

Proposta de alteração da Resolução nº 106 (Processo Comissão PJe nº 0003176-60.2013.2.00.0000). Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 170/2013 para realizar estudos e apresentação de propostas para o aperfeiçoamento da Resolução nº 106, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.

Realizado workshop no Plenário do CNJ, no dia 30.04.2014, com participação dos representantes dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais de Justiça, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Grupo de Trabalho finalizou suas atividades e apresentou a minuta de ato normativo para análise da Comissão de Eficiência.

Proposta de criação do Cadastro Nacional de Magistrados (Processo Comissão PJe nº 0002772-72.2014.2.00.0000). Em andamento.

Proposta de regulamentação sobre a precedência de remoção sobre a nomeação originária (Processo Comissão PJe nº 0005246-84.2012.2.00.0000). Os Tribunais Estaduais, Federais e do Trabalho apresentaram informações em relação ao tema. Processo analisado e arquivado.

Procedimento que trata do pagamento de passivos a magistrados e servidores (Processo Comissão PJe nº 0007039-29.2010.2.00.0000). Em análise.

Proposta de regulamentação – Depósitos Judiciais (Processo Comissão PJe nº 0003762-34.2012.2.00.0000). Os Tribunais Superiores, Estaduais, Federais e do Trabalho apresentaram informações em relação ao tema. Em análise.

Estatuto dos Servidores do Judiciário - A Comissão de Eficiência analisou, em maio de 2014, a PEC nº 59/2013, que trata do Estatuto dos Servidores do Judiciário, e tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O CNJ emitiu nota técnica no ano de 2009 - Nota Técnica nº 9/2009/CNJ - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO - PP 200910000004787 e 200910000019717, entretanto, devido à importância da matéria, deliberou-se pela emissão de nova nota técnica.

Banco de Tutores - Disponível na plataforma do CEAJUD.

Instituição da Tabela de Remuneração de Instrutores Internos - Cf. art. 8º, § 1º, Res. nº 192/2014. Aguarda edição de ato normativo pela Presidência do CNJ.

Criação do Banco de Cursos a Distância – Cf. art. 12º, §1º, Res. nº 192/2014.

Comunicação

Canais de Comunicação

Caso de sucesso nas redes sociais no Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) chega a novembro de 2014 com um milhão de fãs e um alcance que supera a marca de 13 milhões de pessoas no Facebook, número que o mantém em lugar de destaque entre os perfis de órgãos públicos de todo o mundo, como o da NASA e o da Casa Branca nos Estados Unidos e os do Ministério da Saúde, Exército Brasileiro, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Prefeitura de Curitiba no Brasil.

O desempenho é 100% orgânico, ou seja: sem o investimento em anúncios e histórias patrocinadas. Também é resultado de uma estratégia que vem sendo aplicada nos últimos dois anos e inclui a consolidação de uma equipe exclusiva para a produção de conteúdo e monitoramento dos canais digitais. No Twitter, o Conselho Nacional de Justiça (@CNJ_oficial) está prestes a alcançar 270 mil seguidores e já publicou mais de 15 mil mensagens; e no Instagram, canal criado em 2013, são quase 9 mil seguidores e 300 publicações.

PORTAL CNJ 2014
Visitas: 6.595.621
Visitantes únicos: 3.659.927
Visualizações de páginas: 16.157.752
Média de páginas visitadas por cada internauta: 2,45
Duração média da visita: 2 minutos e 30 segundos
Porcentagem de novas visitas: 52,60%

PODER JUDICIÁRIO CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

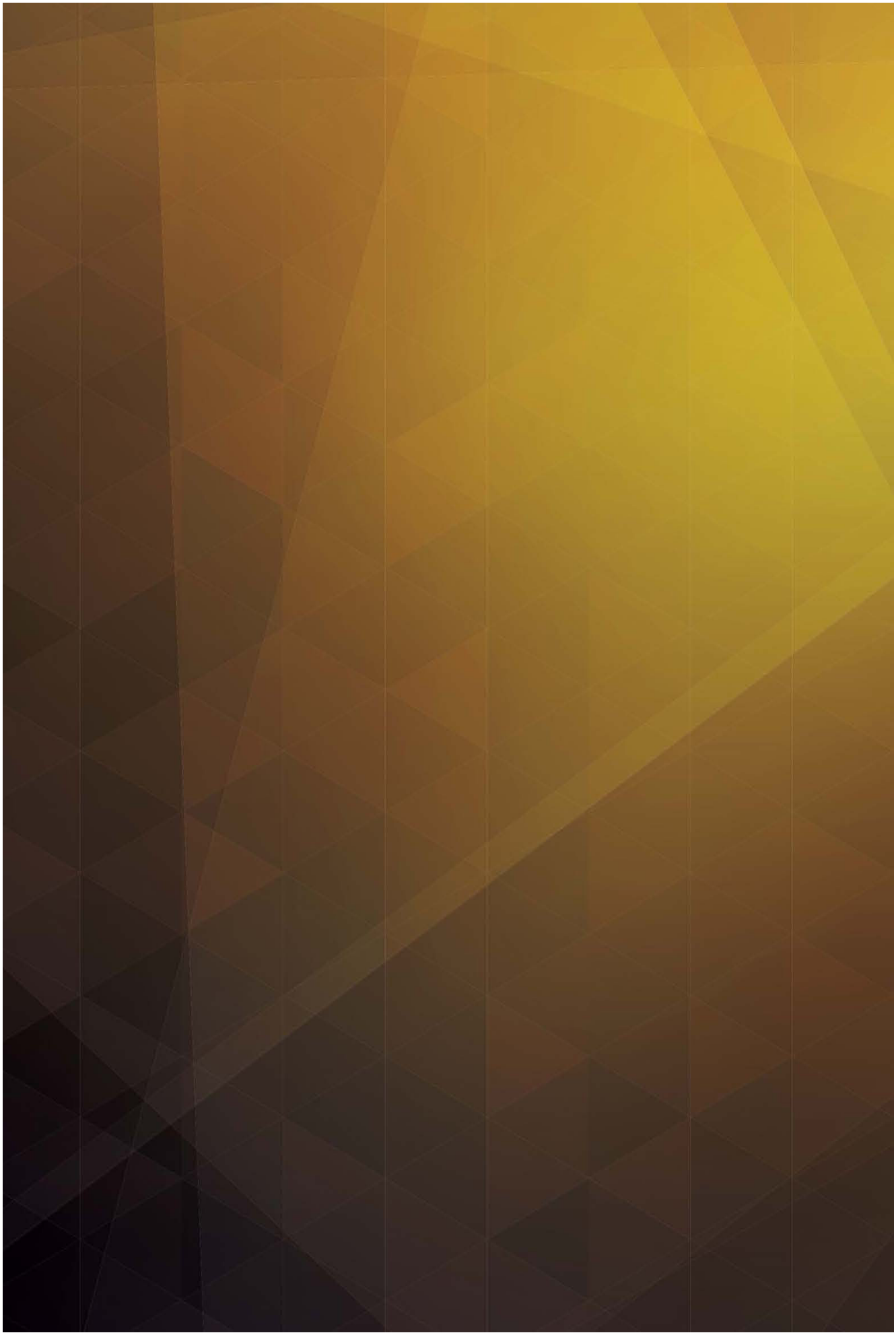
Repercussão do CNJ na mídia impressa e on-line

Durante o período de fevereiro a novembro de 2014, foram veiculadas 44.097 matérias com citações ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ): 10.062 Impresso, 8.203 TV, 25.832 Internet.

Além disso, de janeiro até novembro, atendemos cerca de 2.250 demandas da imprensa e publicamos 1.082 matérias no portal do CNJ produzidas pela assessoria.

TEMAS DE MAIOR REPERCUSSÃO NA IMPRENSA EM 2014
• Regulamentação do pagamento de auxílio-moradia a magistrados;
• Aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa;
• Posse do ministro Ricardo Lewandowski como presidente do CNJ;
• Publicação do Relatório Justiça em Números;

TEMAS DE MAIOR REPERCUSSÃO NA IMPRENSA EM 2014
• Balanço parcial do cumprimento da Meta 4 pelos tribunais brasileiros – julgamentos de ações de improbidade e crimes contra a administração pública;
• Diagnóstico do sistema prisional, que apresentou dados sobre a nova população carcerária;
• VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário – metas aprovadas para 2015;
• Semana Nacional do Júri;
• Atuação do Judiciário na Copa – Fórum da Copa;
• Balanço do programa Espaço Livre – retirada de 50 carcaças de aeronaves dos aeroportos brasileiros;
• Balanço de um ano da Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013, que impede os cartórios brasileiros de se recusarem a converter uniões estáveis homoafetivas em casamento civil;
• Mortes no presídio de Pedrinhas do Maranhão;
• Resultado do Censo do Poder Judiciário;
• Aprovação da Resolução do CNJ n. 170, em fevereiro, a qual regulamenta a participação de magistrados em eventos patrocinados;
• Mutirões carcerários;
• Aprovação da Resolução CNJ n. 190, que permite a inclusão dos pretendentes domiciliados no exterior (brasileiros ou estrangeiros, devidamente habilitados nos tribunais estaduais) no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).



Eficiência Operacional

Esta seção apresenta informações sobre atividade desenvolvidas pelo CNJ relacionadas aos seguintes objetivos estratégicos:

- Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos
- Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

Força de trabalho

Em 2014, foram nomeados 179 candidatos egressos do concurso público de 2013, nos meses de janeiro, fevereiro, maio, junho, julho, agosto, setembro e novembro, para ocuparem cargos decorrentes da Lei nº 12.463/2011 e de vacâncias ocorridas no período. Desses candidatos, 138 tomaram posse, sendo 79 analistas judiciários e 59 técnicos judiciários, para atuar nas áreas administrativa, judiciária e de apoio especializado (arquivologia, ciências sociais, estatística, pedagogia, psicologia, análise de sistemas e programação de sistemas).

Desta forma, restarão 43 cargos a serem providos em 2015, sendo cinco de analistas judiciários e 38 de técnicos judiciários. A validade do concurso segue até julho de 2015, podendo ser prorrogado por mais dois anos.

Para que os novos servidores fossem acolhidos e integrados, além de sensibilizados quanto ao cumprimento da missão e da visão do CNJ, foram realizadas quatro edições do Programa de Ambientação nos meses de fevereiro, junho, setembro e novembro, que contaram com a apresentação das unidades que compõem o Conselho e com realização de dinâmicas de integração. No mesmo período ocorreu o ingresso de 32 servidores requisitados e de 8 servidores sem vínculo com a Administração Pública e o desligamento de 43 requisitados e 7 sem vínculo.

Quanto aos juízes auxiliares, foram 10 juízes auxiliares requisitados e três conselheiros nomeados, sendo que 22 juízes e três conselheiros foram desligados nesse período.

Dessa forma, a força de trabalho atual do CNJ é composta de 250 servidores efetivos, 70 requisitados, 22 sem vínculo, oito juízes auxiliares e 15 conselheiros.

Gestão de Desempenho

Em relação à temática de gestão de desempenho dos servidores, o CNJ possui instrumento de avaliação que inclui autoavaliação, avaliação pela chefia e avaliação consensual.

Haverá aplicação de treinamento piloto (SGP) para gestores quanto à sistemática de gestão de desempenho, que será estendida às demais unidades em 2015.

Programa de Ressocialização de Sentenciados

Programa instituído com o objetivo de promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva, destinado a sentenciados que cumprem pena em regimes aberto e semiaberto.

Com o intuito de dar continuidade a iniciativa implementada desde o ano de 2009, em 24/6/2014, foi firmado novo contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF, o qual prevê o preenchimento de dez vagas no âmbito do CNJ, dando sequência às ações voltadas à reinserção de sentenciados no ambiente de trabalho e na sociedade.

Atualmente sete vagas estão preenchidas e os reeducandos estão alocados nas áreas administrativas, de transporte e de serviços gerais.

Programa de Gestão por Competência

Para dar início ao desenvolvimento do Programa de Gestão por Competência do CNJ, foi solicitada proposta da Universidade Federal do Pará para mapeamento de competências do Conselho, sob coordenação do Professor Doutor Thiago Dias Costa, com intenção de início para maio de 2015.

Pesquisa de Clima Organizacional

Durante o ano de 2014, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) iniciou uma série de ações para realização de uma pesquisa de clima organizacional. Iniciou com a elaboração de projeto para efetivação da pesquisa, incluindo capacitação aos servidores envolvidos na implementação da ferramenta. Para subsidiar o processo de realização da pesquisa, foi criado um grupo de trabalho com representantes do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Departamento de Gestão Estratégica, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Comunicação Social e Departamento de Tecnologia da Informação.

Foi contratado treinamento em formato de Oficinas com a Professora Doutora Cristiane Faiad, da Universidade de Brasília. O treinamento foi dividido em três módulos, dos quais dois já foram realizados. A capacitação tem possibilitado transferência de conhecimento para a equipe envolvida, incluindo conceitos sobre o tema Clima Organizacional, além da elaboração do instrumento para a coleta dos dados.

Foram realizados grupos focais com servidores chaves da instituição para subsidiar a elaboração dos itens que comporão o instrumento de pesquisa. No momento, os itens finais do instrumento estão em fase final de análise, para, então, ser enviado a avaliadores renomados da área.

Após esta etapa, relatório sobre construção do instrumento e cronograma de realização da pesquisa será levada à nova gestão para análise. Concluída a fase de aplicação da pesquisa, será ministrado o terceiro e último módulo do curso, que consistirá em treinamento para análise e apresentação dos dados.

A equipe da SGP espera que a realização do diagnóstico de Clima Organizacional no CNJ aponte necessidades de intervenção, pontos a serem modificados e situações a serem implementadas ou aperfeiçoadas. A partir das informações geradas pela pesquisa, espera-se que o Conselho explore ao máximo suas potencialidades e supere suas limitações, físicas, pessoais ou gerenciais diagnosticados, de modo a aumentar os padrões de qualidade de seus serviços e atingir melhores resultados.

Ações de Qualidade de Vida

Em 2014 a Secretaria de Gestão de Pessoas iniciou o planejamento de ações para promoção do bem-estar dos servidores/colaboradores do CNJ no ambiente corporativo. A Seção de Benefícios pretende iniciar ações de qualidade de vida em 2015. O intuito é promover a saúde, aprimorar as relações órgão/servidores, criar um ambiente positivo de trabalho e diminuir afastamentos por doenças.

Melhoria das Instalações Prediais

Desde a criação do Conselho Nacional de Justiça, o Supremo Tribunal Federal disponibilizou parte de suas dependências para instalação das unidades deste Conselho.

Com o crescimento gradativo do órgão, o CNJ também passou a ocupar espaços do edifício então afetado ao Tribunal de Contas da União e do prédio do Tribunal Superior do Trabalho.

Em 14 de junho de 2012, o imóvel com área de 7.548 m², situado à SEPN 514, foi transferido para uso do CNJ.

Como o prédio foi recebido em situação precária, necessitando de vários reparos importantes, deu-se início a elaboração de projetos para a realização da reforma completa do edifício, cujas ações foram dificultadas pela ausência de plantas, projetos, laudos técnicos e registros de manutenções anteriores.

Apesar dos esforços envidados, somente mediante a consolidação da equipe técnica da Seção de Manutenção Predial e Arquitetura, e com a alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2014 destinados à reforma, houve significativo avanço na instrução dos processos que viabilizaram a realização de diversos procedimentos licitatórios em 2014.

Nesse interim, como o espaço não seria suficiente para acomodar todas as unidades do CNJ, a Administração, dando cumprimento à diretriz da Presidência, deu continuidade às tratativas com a Secretaria de Patrimônio da União - SPU, tendo por objetivo acomodar todas as unidades em um mesmo espaço, com área aproximada de 13.000 m².

As negociações resultaram na disponibilização de quatro pavimentos do edifício da extinta Siderbras (Setor de Autarquias Sul), com área de 2.080 m², que também precisaria passar por reforma completa.

Após a formalização do recebimento do imóvel, ficou deliberado que a reforma completa do edifício seria realizada, em conjunto, pelos cinco órgãos que ocupariam o imóvel, sendo vedada qualquer intervenção individualizada.

Diante desse cenário, não seria possível o imediato início das obras e a consequente desocupação do STF.

Após uma nova rodada de negociação com a Presidência da República e a Secretaria de Patrimônio da União, o CNJ celebrou com a EBC - Empresa Brasil de Comunicação o Termo de Cessão de Uso Gratuito e Temporário do imóvel situado à SCRN 702/703, pelo período de 3 anos, na condição de o CNJ realizar as reformas necessárias às instalações das unidades.

Para viabilizar a instalação definitiva do CNJ em um único endereço, também foi registrado junto à Presidência da República e à Secretaria de Patrimônio da União o interesse no recebimento dos edifícios atualmente ocupados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Setor de Autarquias Sul.

Com a disponibilização desses edifícios ao CNJ, a desocupação do STF foi ratificada pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Administrativa de 30/04/2014.

Para promover a desocupação do espaço utilizado pelas unidades do Conselho Nacional de Justiça no Anexo I do Supremo Tribunal Federal, estão em andamento as reformas de adequação das instalações prediais do CNJ, a saber:

• **SEPN 514 - área 7.548 m²** - O escopo da reforma contempla recuperação da cobertura, reforço estrutural das lajes e vigas, readequação das instalações elétricas, lógicas e sanitárias, sistema de prevenção e combate a incêndio, sistema de CFTV - vigilância eletrônica, substituição de aparelhos de ar condicionado e dos elevadores, troca de pisos, divisórias e persianas, pintura, recuperação da fachada e instalação de brises e adequação da área externa.

Como o prédio permanecerá ocupado durante as reformas, os serviços serão executados gradativamente por pavimento, com deslocamento provisório das unidades para uma área de rocagem.

Até o presente momento, foi concluída a reforma do 3º pavimento, cuja ocupação se deu em agosto/2014, viabilizando a transferência do Plenário, dos Gabinetes dos Conselheiros, do Gabinete da Presidência, da Secretaria-Geral e da Secretaria de Cerimonial e Eventos para o prédio da SEPN 514.

Os demais andares serão reformados no prazo de até quinze meses.

• **SCRN 702/703 - área 2.503 m²** - O projeto de reforma foi elaborado para a instalação das Secretarias de Controle Interno, de Orçamento e Finanças e de Gestão de Pessoas, do CEAJud, das Seções de Elaboração de Editais, de Gestão de Contratos e de Compras, da Comissão Permanente de Licitações e das salas de treinamento (para uso compartilhado com a EBC).

A reforma tem como objetivo a readequação das instalações elétricas, lógicas e sanitárias, a implantação do sistema de prevenção e combate a incêndio, a substituição de aparelhos de ar condicionado, pisos, divisórias e persianas, pintura e a recuperação da fachada e da calçada externa.

Os pavimentos 4º, 3º, 2º e 1º foram concluídos e ocupados pelas Secretarias de Controle Interno, de Orçamento e Finanças e de Gestão de Pessoas, Seção de Elaboração de Editais e Comissão Permanente de Licitações.

Os serviços nas demais áreas do prédio serão concluídos no primeiro semestre de 2015.

• **Continuidade das reformas das instalações prediais** - Os serviços de reforma dos edifícios serão executados de acordo com o seguinte cronograma estimativo:

SEPN 514			
DEMANDA	PRAZO	INÍCIO	TÉRMINO
Térreo	4 meses	Janeiro	Abril
1º Pavimento	4 meses	Maio	Agosto
2º Pavimento	4 meses	Setembro	Dezembro
Subsolo/Almoxarifado	4 meses	Setembro	Dezembro
Substituição dos elevadores	360 dias	Janeiro	Dezembro
Instalação de brises na fachada	180 dias	Julho	Dezembro

SCRN 702/703			
DEMANDA	PRAZO	INÍCIO	TÉRMINO
Térreo	70 dias	Janeiro	Março
Subsolo	70 dias	Abril	Junho
Cobertura	60 dias	Abril	Maio

Planejamento das Contratações 2014

A Secretaria de Administração é a unidade responsável pela centralização e o acompanhamento dos processos de contratações previstos para 2014.

O Planejamento das Contratações foi aprovado pelo Diretor-Geral, em 26 de fevereiro de 2014, por meio da Portaria n. 90/2014, facultando às unidades demandantes apresentarem, em até 30 dias, proposta de alteração do planejamento.

Assim, em 15 de maio de 2014, foi aprovada a nova versão do cronograma (Portaria n. 166 de 15 de maio de 2014).

Com o intuito de aprimorar o monitoramento das contratações, também foram designados servidores responsáveis pela interlocução entre a Secretaria de Administração e as unidades demandantes (Portaria n.12 de 5 de junho de 2014).

Para o encerramento do exercício financeiro, foram estabelecidos os procedimentos licitatórios que deverão ser concluídos em 2014 e os prioritários para o início do exercício financeiro de 2015 (Portaria DG n. 290 de 20 de novembro de 2014).

Procedimentos Licitatórios

Registra-se, até o momento, a conclusão de quarenta e dois Pregões Eletrônicos, além de outros cinco estarem em andamento. Ocorreram três certames fracassados, e um certame revogado pelo interesse da Administração Pública.

Estão previstos a serem realizados até o final do exercício de 2014 aproximadamente outros doze Pregões Eletrônicos.

O valor total adjudicado com as licitações concluídas para a aquisição de bens ou serviços foi de R$ 22.340.574,24, dos R$ 30.675.545,12 estimados. Assim, a economia auferida no valor global de todos os certames realizados foi de 27,17%.

TOTAL DE LICITAÇÕES/2014	CONCLUÍDAS	DESERTAS	FRUSTRADAS	REVOGADAS	EM ANDAMENTO	EDITAL
64	42	0	3	1	5	13

CONTRATAÇÕES
• Serviços de manutenções preventivas e corretivas nos veículos em garantia da frota do CNJ;
• Criação dos módulos: relatório; pesquisa de satisfação; abastecimento; manutenções;
• Aquisição e instalação de impressoras térmicas, tipo cupom não fiscal;
• Contratação de empresa especializada em prestar apoio administrativo na área de vigilância armada e desarmada;
• Aquisição e a instalação de solução de controle de acesso, munida de catracas e cancelas eletrônicas, controladoras de acesso às portas e outros equipamentos afins;
• Aquisição de equipamento de inspeção de bagagens por raios x;
• Contratação de empresa para instalar extintores, mangueiras e componentes de hidrante nas edificações do CNJ;
• Aquisição e instalação de sinalização de emergência;
• Contratação de serviços de segurança contra incêndios, primeiros socorros e prevenção contra incêndio;
• Serviços de manutenções preventivas e corretivas nos extintores e nas mangueiras de combate a incêndio do CNJ;
• Registro de preços de serviços de chaveiro nas dependências do CNJ;

Gestão de Contratos

Em cumprimento ao Acórdão nº 2.859/2013 do TCU, a Seção de Gestão de Contratos, com o apoio da Seção de Análise e Liquidação, tem envidado esforços para promover a revisão dos contratos cujas empresas foram beneficiadas com a desoneração da folha de pagamento - Plano Brasil Maior.

Nesse sentido, foram aditados os contratos de TI e TIC que têm por objeto a prestação de serviços de mão de obra residente: Contratos nº 42/2011, 49/2011 e 24/2010.

Para revisão dos contratos sem planilhas de custos que também podem ser alterados em decorrência da desoneração da folha de pagamento, foi designado, por meio da Portaria DG nº CNJ-POR-2014/00159, grupo de trabalho para identificação dos contratos que poderão ser revistos e o possível montante a ser apurado, a fim de fornecer elementos para definição do parâmetro a ser adotado pela Administração.

CNJ Gestão

O DGE criou o CNJ Gestão, que disponibiliza um serviço de consultoria interna em gestão, na modalidade coaching, para promover a excelência organizacional pela disseminação de metodologias, técnicas e boas práticas de gestão administrativa. Entre seus principais objetivos temos:

I – Oferecer consultorias em gestão às unidades do CNJ;

II – Promover a gestão do conhecimento e ampliação do capital intelectual;

III – Propiciar um ambiente favorável ao compartilhamento de metodologias, técnicas e boas práticas administrativas.

Foram realizadas oficinas de elaboração de "planos de ação".

Gestão de Processos

No ano de 2014 foram atualizados todos os fluxogramas dos processos das unidades do CNJ que demonstram as rotinas de trabalho das áreas. Apenas os fluxos do Departamento de Tecnologia da Informação não foram atualizados por estar em processo de mudanças na estrutura e metodologia de trabalho. No período de atualização, alguns processos de trabalho foram redesenhados com a implantação de melhorias nas atividades das unidades.

Biblioteca do CNJ

Para atender à demanda de informação doutrinária, legislativa e jurisprudencial, o Departamento de Pesquisas Judiciárias iniciou, em abril de 2013, a elaboração do projeto de instalação da Biblioteca do CNJ. Foram encaminhados todos os processos para aquisição de mobiliário, equipamentos e livros visando esta instalação. O Termo de Referência para aquisição de software para gerenciamento do acervo foi concluído em 2014.

Para atender à demanda, em 2014, foram renovadas as assinaturas eletrônicas das bases de dados jurídicas, disponíveis na intranet na seção "Biblioteca Eletrônica", onde os conselheiros, magistrados, servidores e demais usuários podem fazer suas pesquisas e recuperar informações.

Atualização do Informativo de Jurisprudência

No primeiro semestre de 2014, a Comissão dirigiu e supervisionou, com apoio das assessorias dos gabinetes dos Conselheiros que a integram e a contribuição do Departamento de Pesquisas Judiciárias, a coleta de dados e informações para a edição de um novo informativo da jurisprudência do órgão. Esse trabalho foi concluído ao longo do semestre e no mês de junho de 2014 foi lançado, assim, o Informativo de Jurisprudência nº 2 do Conselho Nacional de Justiça, contendo a coletânea das decisões atualizadas do CNJ, de modo a difundir a jurisprudência administrativa do órgão ([1]).

No segundo semestre do corrente ano, a Comissão vem realizando estudos visando a propiciar a sistematização da jurisprudência consolidada do Plenário do CNJ, de modo a permitir maior agilidade ao processo decisório do órgão, sobretudo através da coleta de temas suscetíveis de serem objeto de uniformização de entendimento, mediante a edição de novos Enunciados Administrativos. No momento, a Comissão está também se dedicando à elaboração de proposta de alteração pontual do Regimento do Interno do CNJ para simplificar procedimentos internos de utilização de Enunciados Administrativos nas decisões colegiadas e monocráticas dos conselheiros; de definição da temática relacionado à conceituação do "interesse geral", como elemento definidor da atuação do Conselho ao exame de pedidos e reclamações individuais; e de modificação do regramento atinente aos recursos administrativos, com vistas a garantir a atuação do Conselho em temas de maior relevância e abrangência para o Poder Judiciário Nacional.

Além da modificação regimental, a Comissão tem-se empenhado em levantar os temas mais recorrentes no CNJ, os entendimentos sedimentados e as matérias com maior repercussão, para possibilitar a edição de Enunciados Administrativos.

Importante registrar que o trabalho que passou a ser desenvolvido pela Comissão no segundo semestre de 2014 está sendo desenvolvido juntamente com a Presidência do CNJ.

1 () O Informativo está disponível à pesquisa e à consulta mediante acesso ao portal do CNJ no endereço http://www.cnj.jus.br/cidadao/publicacoes/informativo-jurisprudencia.

Para acompanhamento dessas propostas, foi instaurado o processo de Comissão nº 0006737-58.2014.2.00.0000, para tramitação eletrônica dos documentos e resultados obtidos.

Plano de Auditoria de Longo Prazo

Com o propósito de atender à missão da Secretaria de Controle Interno, em 2013, foi aprovado o Plano de Auditoria de Longo Prazo para o período de 2014 a 2017.

O Plano de Auditoria de Longo Prazo tem por objetivo principal garantir mais abrangência das ações de auditoria de forma que abarque todas as áreas do CNJ em um determinado período de tempo.

O PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO 2014/2017 Áreas Contempladas
a. Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial
b. Avaliação de controles internos e a suas interligações
c. Gestão documental
d. Avaliação de resultados (planejamento estratégico, projetos, programas)
e. Gestão das contratações
f. Gestão de Recursos Humanos, incluindo passivos
g. Gestão de Tecnologia da Informação.

As áreas ou temas de auditoria abordados no planejamento de longo prazo são trazidos em seu sentido amplo, a título diretivo, e devem ser detalhados ou acrescidos por ocasião da elaboração do Plano Anual de Auditoria (PPA) específico para cada ano.

O Plano Anual de Auditoria

o Plano Anual de Auditoria para 2014 objetivou estabelecer o planejamento das atividades de auditoria do Conselho, com vistas a avaliar a gestão dos recursos aplicados pelo CNJ e as providências adotadas pelas unidades auditadas, conforme dispõe a Resolução CNJ n. 171/2013.

Ressalte-se que, para a elaboração do referido plano, foram consideradas as variáveis materialidade, relevância, criticidade e risco.

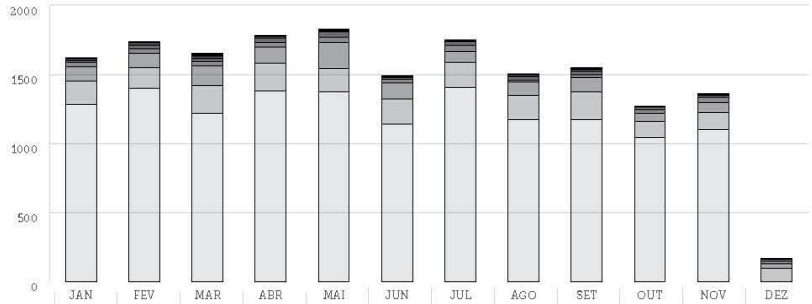
O PLANO ANUAL DE AUDITORIA Exames de Auditoria para 2014
a. Licitações, Dispensas e Inexigibilidade de licitação – com o objetivo de verificar, entre outros, se: a.1. o julgamento das propostas ocorreu em observância ao normativo legal; a.2. as aquisições de bens e serviços estão previstas no planejamento de contratações; a.3. o Projeto Básico ou Termo de Referência possui elementos suficientes que justifiquem a demanda e os requisitos necessários para a contratação ou aquisição; a.4. os contratos ou outros instrumentos que os substituam estabelecem com clareza e precisão as condições para sua execução.
b. Avaliação dos aspectos legais e operacionais da execução orçamentária e financeira do CNJ, com o objetivo de verificar se: b.1. a proposta orçamentária está alinhada ao planejamento estratégico do CNJ; b.2. a execução do orçamento é realizada de forma eficiente; b.3. a utilização dos recursos financeiros é realizada de forma eficiente; e b.4. os processos de trabalho da Secretaria de Orçamento e Finanças são eficientes.
c. Avaliação dos aspectos legais, normativos e operacionais da política contábil do CNJ, com o objetivo de verificar se: c.1. foi dado o tratamento contábil adequado às despesas com pessoal; c.2. os ativos imobilizado e intangível estão representados de forma fidedigna; c.3. os demonstrativos e a evidenciação contábil atendem às exigências normativas; c.4. existe contabilidade de custos no CNJ.
d. Avaliar, em termos operacionais, a implementação do Processo Judicial eletrônico (PJe) nos Tribunais de Justiça Estaduais, com o objetivo de prever os problemas passíveis de prejudicar o alcance das metas e objetivos estabelecidos na Resolução CNJ nº 185/2013 e assim estabelecer ações para mitigar a chance de concretização dos riscos, e, com isso, propiciar maior alcance de resultados na implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) e apontar possíveis oportunidades de melhoria.

Atendimentos da Ouvidoria em 2014 - A Ouvidoria recebeu em 2.014 mais de 18 mil manifestações. São, em sua maioria, reclamações e pedidos de informação que se referem, com maior frequência, à demora no andamento de processos no Poder Judiciário.

Analisadas as demandas segundo os meios de recebimento na Ouvidoria, destaca-se que o formulário do sistema eletrônico de atendimento e o correio eletrônico foram os meios mais utilizados para acesso à Ouvidoria, totalizando 99,31% dos atendimentos, em razão principalmente da facilidade, da rapidez e do baixo custo dessa forma de comunicação. Registre-se que os números de atendimentos telefônicos espelham apenas a pequena parcela de ligações registradas no sistema.

Verificando-se a natureza das manifestações, as reclamações representam 78,1% das demandas e pedidos de informações representam 10,68%, conforme gráfico abaixo. Destacamos os pedidos de acesso à informação, previstos na Lei nº 12.527/2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, que contabilizaram 355 registros e representaram 1,93% do total de demandas.

DEMANDA POR TIPO



	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Denúncia	7	8	21	7	9	6	3	6	13	2	4	1
Elogio	9	18	16	16	11	4	11	11	14	8	5	8
Sugestão	18	28	23	32	39	14	22	27	26	20	18	8
Pedido de acesso à informação	31	33	33	32	37	27	48	15	19	26	34	20
Solicitação	102	106	141	117	187	113	80	97	107	95	77	32
Informação	166	147	202	196	172	185	178	175	201	120	122	99
Reclamação	1286	1399	1216	1383	1371	1140	1407	1171	1171	1041	1100	6678

Obs.: a manifestação pode ser classificada com mais de um tipo.

O tema de maior frequência diz respeito à lentidão no andamento de processos judiciais, representando 46,98% do total de demandas. Em seguida, o número de relatos a respeito de decisão judicial é significativo, atingindo o percentual de 4,05% do total, seguido de manifestações a respeito de matéria de natureza jurisdicional, com 3,74%.

Julgados do CNJ em Números

Julgados do CNJ em Números

Nesta parte do relatório, destaca-se, em números, uma das principais operações do Conselho, que é a avaliação da legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário e o julgamento de processos disciplinares e reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

A seguir, são demonstrados os principais indicadores da movimentação processual do CNJ.

Número de sessões plenárias
No ano de 2014 foram realizadas 25 sessões plenárias, das quais 20 (vinte) sessões foram ordinárias e cinco extraordinárias, tendo sido julgados em Plenário 770 processos.

(*) Encontram-se pendentes de realização, duas sessões extraordinárias e uma sessão ordinária.

Número de processos autuados e arquivados até 5 de dezembro de 2014
No ano de 2014, foram autuados 7.088 processos e 8.424 arquivados.

Outras Informações

Instruções Normativas Editadas pela Diretoria-Geral

INSTRUÇÕES NORMATIVAS EDITADAS PELA DIRETORIA-GERAL NO EXERCÍCIO DE 2014	
INSTRUÇÕES NORMATIVAS	
• Instrução Normativa 25	Altera a Instrução Normativa n. 10, de 8 de agosto de 2012.
• Instrução Normativa 26	Altera o Anexo da Instrução Normativa n. 17, de 27 de fevereiro de 2013 que regulamenta o instituto do Adicional de Qualificação – AQ no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
• Instrução Normativa 27	Dispõe sobre a implantação do processo administrativo digital e do sistema de gestão eletrônica de documentos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
• Instrução Normativa 29	Regulamenta o disposto na Resolução CNJ n. 83, de 10 de junho de 2009, que dispõe sobre a aquisição, a locação e o uso de veículos.
• Instrução Normativa 30	Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
PORTARIAS	
• Portaria nº 112/GP, de 4/6/2010 - Dispõe sobre as atribuições da Diretoria-Geral. Publicada inicialmente no DJE/CNJ n. 103/2010, em 8/6/2010, p. 2-4, e republicada no DJE/CNJ n. 106/2010, em 11/6/2010, p. 2-4, em razão de erros materiais na primeira publicação.	
• Portaria nº 55/GP, de 19/4/2012, alterada pela Portaria nº 231/GP, de 18/12/2013 - Dispõe sobre a estrutura orgânica do CNJ.	
• Portaria nº 47 /DG, de 27/1/2014 - Relação de veículos oficiais do Conselho Nacional de Justiça.	
• Portaria nº 51 /DG, de 17/2/2014 - Dispõe sobre a fixação de valores de indenização de transporte de mobiliário, bagagem, bens pessoais e veículos – ITMBV.	
• Portaria nº 53 /DG, de 23/7/2014 - Constitui Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD, com o objetivo de cumprir as competências descritas no art. 45 da Instrução Normativa n. 18, de 7 de maio de 2009.	
• Portaria nº 90/DG, de 26/2/2014, alterada pela Portaria n. 166/DG, de 15/5/2014 - Dispõe sobre o planejamento das contratações do CNJ para o exercício de 2014.	
• Portaria n. 283/DG, de 20/11/2013 - Atualiza manual para se proceder à estimativa de valor das contratações no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.	
• Portaria n. 288/DG, de 18/11/2013 - Aprova o calendário de encerramento do exercício financeiro de 2014, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, constante do anexo a esta Portaria.	
• Portaria n. 290/DG, de 20/11/2013 - Estabelece cronograma de licitações para conclusão até o encerramento do exercício de 2014, bem como as licitações prioritárias para o início de 2015.	

Pareceres de análise de mérito de anteprojetos de lei para criação de cargos, funções e unidades judiciárias

De acordo com a Portaria nº 48, de 18 de abril de 2013, houve a participação de um servidor do DPJ na composição do Comitê Permanente para elaborar estudos e propor critérios objetivos para a criação de varas e cargos no Poder Judiciário da União, instituído pela Portaria nº 42, de 10 de abril de 2012, cujos integrantes foram designados pela Portaria nº 99, de 12 de junho de 2012. O DPJ apoiou tecnicamente o desenho de critérios objetivos para a criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário, constantes da Resolução nº 184, de 06 de dezembro de 2013.

Com a publicação da Resolução CNJ nº 184/2013, o DPJ passou a produzir pareceres para todos os Projetos de Análise de Mérito sobre Anteprojeto de Lei (PAM) sobre o tema, tendo em vista a previsão do art. 5º, § 1º da referida norma. Determinados procedimentos do CNJ referentes aos PAMs são enviados pelos Conselheiros relatores ao Departamento de Pesquisas Judiciárias para aplicação objetiva dos critérios previstos no Anexo da Resolução.

Apoio ao grupo da redistribuição da força de trabalho

Em apoio ao grupo de trabalho dedicado ao diagnóstico e proposição de ações para aperfeiçoar a alocação de pessoas no âmbito do Poder Judiciário, o DPJ forneceu dados estatísticos diversos e realizou estudos como o de projeção da taxa de congestionamento dos próximos 20 anos, além de simulação da fórmula de distribuição da força de trabalho atualmente empregada em alguns tribunais.

Assessoramento para elaboração do Selo Infância e Juventude

Com o propósito de estimular os tribunais e as coordenadorias específicas a fortalecer suas ações em favor dos direitos da infância e juventude, o DPJ, por solicitação do DMF, elaborou a proposta de Selo Infância e Juventude, propondo indicadores para o acompanhamento e otimização das coordenadorias da Infância e Juventude, com a avaliação qualitativa dessas unidades, cuja avaliação resultaria na concessão do Selo Infância e Juventude.

Além de participar da elaboração da minuta da Portaria CNJ nº 67/2014, que instituiu o Selo, o DPJ também compôs a Comissão avaliadora do mesmo projeto, por força da Portaria CNJ nº 161/2014.

Assessoramento para a elaboração do informativo de jurisprudência do CNJ

O Departamento de Pesquisas Judiciárias auxiliou a Comissão de Jurisprudência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criada pela Portaria 71, de 25 de maio de 2012, na elaboração do projeto editorial do Informativo/Revista de Jurisprudência do CNJ. O projeto objetiva garantir o acesso às decisões selecionadas do CNJ; oferecer subsídios para auxiliar os profissionais do sistema de justiça em suas atividades; e difundir o pensamento institucional do CNJ.

Assessoramento na elaboração do 3º Relatório do Brasil sobre Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos

O Departamento de Pesquisas Judiciárias colaborou com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República na elaboração do 3º Relatório do Brasil sobre o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. O estudo realizado apresentou informações sobre medidas e ações realizadas pelo CNJ que contribuem ao cumprimento dos direitos estabelecidos nos artigos 7º (tortura); art. 8º (escravidão); art. 9º (liberdade e segurança pessoal); art. 10 (condições de detenção); art. 14 (igualdade perante os tribunais); art. 16 (personalidade jurídica); art. 26 (igualdade perante a lei) e; art. 27 (direitos das minorias étnicas, religiosas e linguísticas) do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, bem como outras contribuições para prover o relatório brasileiro.

Assessoramento na elaboração do 3º Relatório do Brasil sobre Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)

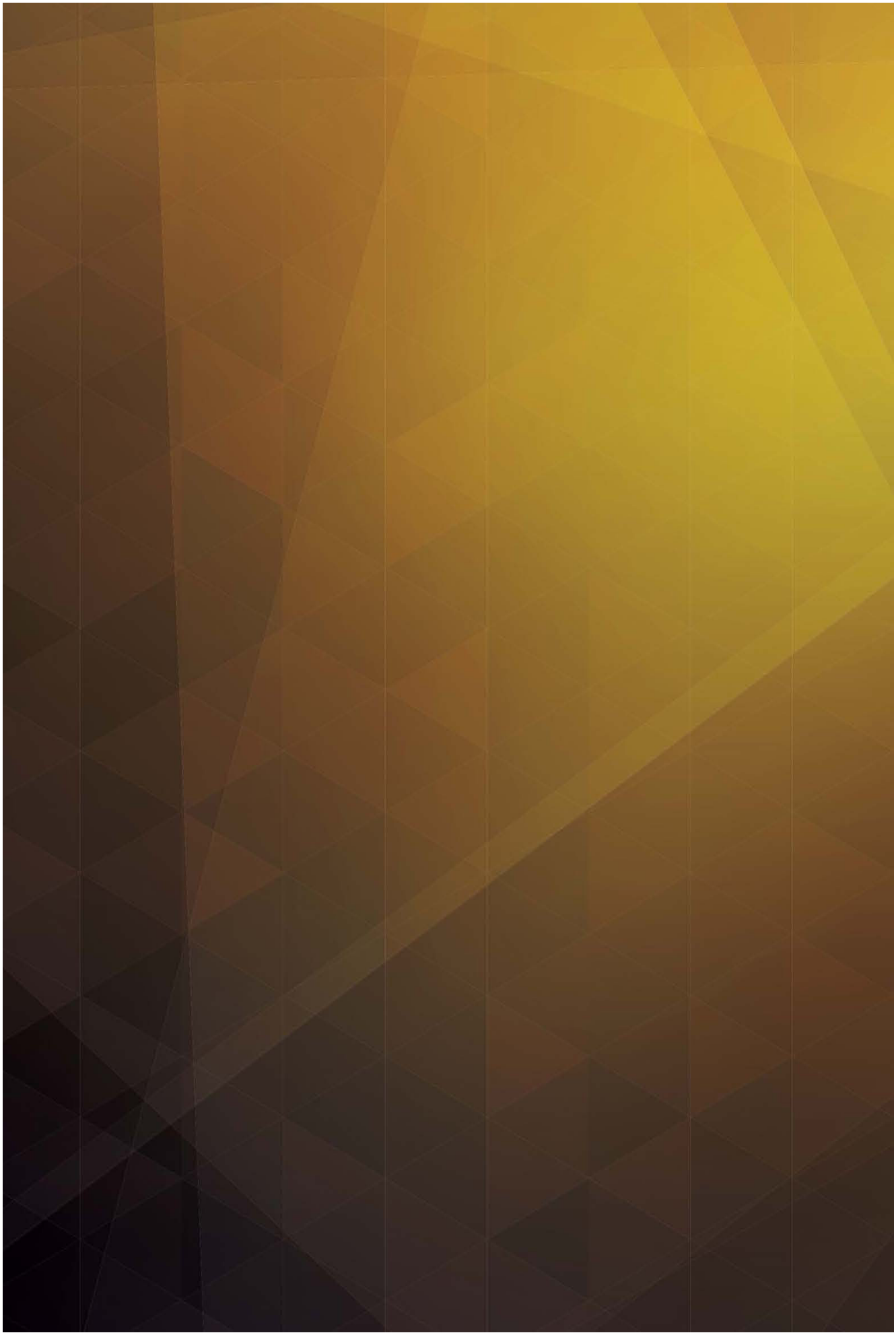
O Departamento de Pesquisas Judiciárias colaborou com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República na elaboração do 3º Relatório do Brasil sobre Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), O estudo realizado apresentou informações sobre medidas e ações realizadas pelo CNJ sobre o enfrentamento à discriminação e atitudes sociais negativas; igualdade de gênero; igualdade racial; povos indígenas, comunidades quilombolas, povos ciganos e outras comunidades tradicionais; pessoas idosas; pessoas com deficiência; crianças e adolescentes; estrangeiros; diversidade, gênero e orientação sexual; direitos sexuais e reprodutivos; maternidade; trabalho e direitos trabalhistas e sindicais; previdência e assistência social; padrão de vida adequado; segurança alimentar e nutricional; água; moradia; saúde; saúde mental; educação; cultura; acesso à informação e comunicação; direito à memória e à verdade; segurança pública; sistema prisional; tortura; trabalho escravo; trabalho infantil; tráfico de pessoas; violência contra a mulher.

Chamada Pública sobre Juizados Especiais Cíveis

Em 2014, o DPJ, tendo em vista a base de dados construída em conjunto com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) a respeito dos Juizados Especiais Cíveis, e que deu origem ao relatório intitulado "Diagnóstico sobre os Juizados Especiais Cíveis", publicado em 2013, abriu chamada pública convidando pesquisadores e demais interessados a apresentar trabalhos sobre o tema.

Os artigos selecionados serão publicados em obra a ser editada pelo CNJ e pelo IPEA e considerará trabalhos que abordem, entre outras, as seguintes questões: concentração do perfil da demanda dos Juizados Especiais Cíveis em litígios de direito do consumidor, as implicações relacionadas aos marcos regulatórios nessa matéria e o papel das agências reguladoras em face do Judiciário; demandas individuais recorrentes e à atuação de associações, Defensoria Pública e Ministério Público nessa área, assim como estudos sobre as possibilidades de execução coletiva de litígios. Análises sobre a mensuração do dano moral e sua relação com o estímulo à litigiosidade, assim como do instituto da conciliação como alternativa à judicialização também são temas que podem ser abordados.

A Portaria CNJ nº 171/2014 nomeou a Comissão de Avaliação dos artigos e estipulou prazo de dois meses para a entrega de relatório com os resultados à Secretaria-Geral.



Providências para o Aperfeiçoamento do Poder Judiciário

Resoluções e Recomendações

O CNJ tem a missão constitucional de aprimorar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Sua atuação busca contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício de toda a população.

Entre as ações executadas com essa finalidade, o CNJ expede diversos atos normativos, como resoluções e recomendações, que influem diretamente na Política Judiciária, com zelo pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura.

Em 2014, o Conselho editou 14 Resoluções e 4 Recomendações contendo regulamentações sobre as atividades do Judiciário.

Resoluções

O Conselho Nacional de Justiça editou as seguintes resoluções:

RESOLUÇÕES EDITADAS EM 2014	
Resolução nº 186	Altera dispositivo da Resolução CNJ n. 156, de 8 de agosto de 2012.
Resolução nº 187	Altera dispositivos da Resolução CNJ n. 81, de 9 de junho de 2009.
Resolução nº 188	Altera dispositivos da Resolução CNJ n.º 77, de 26 de maio de 2009, que dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes.
Resolução nº 189	Altera dispositivos da Resolução CNJ nº 176, de 10 de junho de 2013.
Resolução nº 190	Altera dispositivos da Resolução CNJ n. 54, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a implantação do Cadastro Nacional de Adoção, para possibilitar a inclusão dos pretendentes estrangeiros habilitados nos tribunais e dá outras providências.
Resolução nº 191	Altera a Resolução CNJ n. 165/2012, que dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito da internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas.
Resolução nº 192	Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.
Resolução nº 193	Dispõe sobre a padronização da Carteira de Identidade de Magistrado do Poder Judiciário.
Resolução nº 194	Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências.
Resolução nº 195	Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.
Resolução nº 196	Altera a Resolução CNJ n. 153/2012, que estabelece procedimentos para garantir o recebimento antecipado de despesas de diligências dos oficiais de justiça.
Resolução nº 197	Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas ao tráfico de pessoas (FONATRAPE), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.
Resolução nº 198	Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução nº 199	A ajuda de custo para moradia no âmbito do Poder Judiciário, prevista no art. 65, II, da Lei Complementar 35, de 14 de março de1979, de caráter indenizatório, é devida a todos os membros da magistratura nacional.

(*) Número total de resoluções publicadas: 14

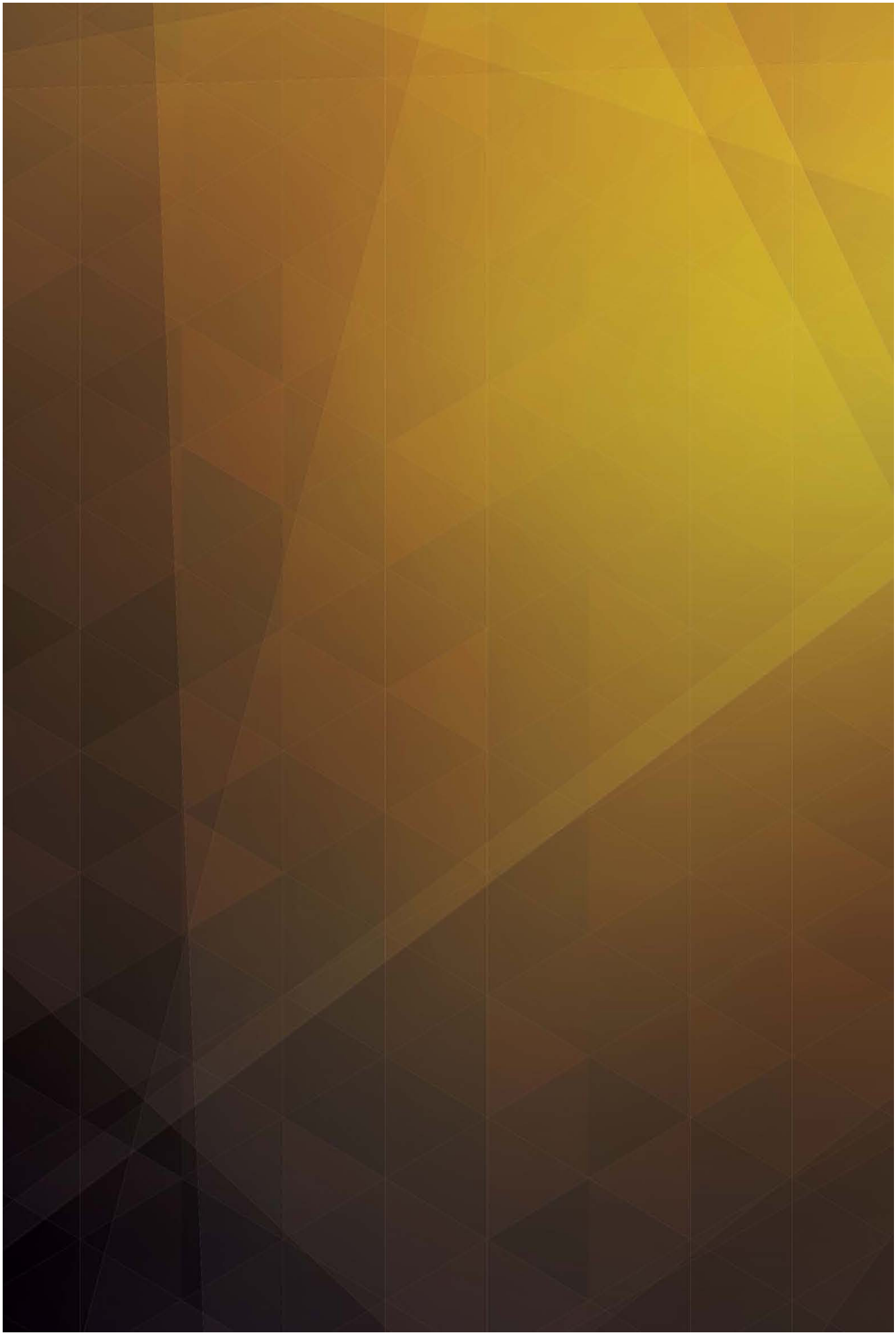
PODER JUDICIÁRIO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Recomendações

O Conselho Nacional de Justiça editou as seguintes resoluções e recomendações:

RECOMENDAÇÕES EDITADAS EM 2014	
Recomendação nº 47	Recomenda aos juízes de direito e aos Tribunais de Justiça que promovam mutirão para realização da Semana Nacional do Tribunal do Júri, especialmente com processos afetos às novas Metas ENASP/CNJ.
Recomendação nº 48	Altera dispositivos da Recomendação nº 27, de 16 de dezembro de 2009.
Recomendação nº 49	Dispõe sobre a necessidade de observância, pelos magistrados brasileiros, das normas - princípios e regras - do chamado Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e, bem assim, do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense, em casos de crime de tortura e dá outras providências.
Recomendação nº 50	Recomenda aos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais Regionais Federais realização de estudos e de ações tendentes a dar continuidade ao Movimento Permanente pela Conciliação.

(*) Número total de recomendações publicadas: 4



Recomendações de Melhorias à Gestão Estratégica

PODER JUDICIÁRIO CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Metas Nacionais Para 2015

METAS NACIONAIS PARA 2015
Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Florianópolis/SC, nos dias 10 e 11 de novembro de 2014, durante o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais para o Judiciário brasileiro alcançar em 2015.
META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (todos os segmentos) Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.
META 2 – Julgar processos mais antigos (todos os segmentos) Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos: • **No Superior Tribunal de Justiça**, 99% dos processos distribuídos até 31/12/2010 e 90% dos processos distribuídos em 2011; • **No Tribunal Superior do Trabalho**, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012;' • Na Justiça Militar da União, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nas Auditorias Militares, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no STM; • **Na Justiça Federal**, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais; • **Na Justiça do Trabalho**, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º e no 2º grau; • **Na Justiça Eleitoral**, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012; • **Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais**, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nas Auditorias Militares, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 2º grau; e • **Na Justiça Estadual**, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.
META 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal e Justiça Estadual) • **Justiça Federal:** Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior. • **Justiça Estadual:** Impulsionar os trabalhos dos CEJUSCs e garantir aos Estados que já o possuem que, conforme previsto na Resolução 125/2010, homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas. Aos que não o possuem, a meta é a implantação de número maior do que os já existentes.
META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados) Identificar e julgar até 31/12/2015: • **Na Justiça Estadual**, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012; • **Na Justiça Federal**, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013; • **Na Justiça Militar da União e dos Estados**, as ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2013; e • **No Superior Tribunal de Justiça**, 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2012 e 60% das distribuídas até 31/12/2013.

METAS NACIONAIS PARA 2015
META 5 – Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal) Baixar em 2015: • **Na Justiça Federal**, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente; e • **Na Justiça do Trabalho**, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.
META 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho Identificar, a partir de 2015, no Superior Tribunal de Justiça, os recursos oriundos de ações coletivas e priorizar o seu julgamento Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: • **Na Justiça Estadual**, até 31/12/12012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau; • **Na Justiça Federal**, até 31/12/12012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau; • **Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho**, até 31/12/12012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau; e • **No Tribunal Superior do Trabalho**, até 31/12/2012.
META 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (STJ, Justiça do Trabalho e Justiça Estadual) • **No Superior Tribunal de Justiça**, reduzir o tempo médio da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos para 180 dias; • **Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho**, identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior; e • **Nos Tribunais de Justiça Estaduais**, gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.
DIRETRIZ ESTRATÉGICA
É diretriz estratégica, aplicável a todos os órgãos do Poder Judiciário, zelar pelas condições de saúde de magistrados e servidores, com vistas ao bem-estar e à qualidade de vida no trabalho.

PODER JUDICIÁRIO CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Metas da Corregedoria Nacional de Justiça para 2015

METAS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Foram estabelecidas no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, as Metas da Corregedoria Nacional de Justiça.

Assim, com o propósito de amenizar a angústia e sofrimento que um processo administrativo causa àquele que o responde e de aplacar os efeitos nefastos da ausência de uma resposta à sociedade e ao próprio requerido, foi estabelecida a:

META 1 - Todo acervo de Procedimentos Disciplinares em curso nas Corregedorias Gerais, bem como os que ingressarem até a data de 10.11.2014 deverão ser julgados em 145 dias, ou seja, até 22.04.2015, conforme prazo previsto na Resolução do CNJ.

Verificada a ampliação da adoção da arbitragem como forma alternativa de solução de conflitos e diante do aumento significativo de demandas decorrentes da aplicação da respectiva lei, bem assim, considerando a participação efetiva do Poder Judiciário na solução de conflitos de modo a colaborar decisivamente para a sua eficiência, a Corregedoria Nacional de Justiça conclamou a:

META 2 - Atribuição de competência para duas varas cíveis, dentre as instaladas nas capitais, para processarem e julgarem os conflitos decorrentes da Lei de Arbitragem, transformando-as em juízos especializados nesta área.

Por fim, considerando o melhor aparelhamento da Justiça Federal sob vários aspectos, especialmente no que concerne ao orçamento e número de funcionários e tendo em conta a bem sucedida atuação dos TRF da 2ª Região e TRF da 4ª Região, que atingiram degraus importantes de expansão da atividade jurisdicional de interiorização nos Estados, além da necessária humanização dos trabalhos da Justiça Federal, sobretudo no que concerne aos processos da previdência social, tendo em vista o dever de atendimento a todo o território brasileiro, conclamou-se a:

META 3 - Instalação de sistema de juízes federais itinerantes para atuar no acervo de processos da competência delegada aos juízes estaduais, devolvendo-a.

WWW.CNJ.JUS.BR

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)

Relator do PLDO: Deputado Vital do Rêgo (-) (33)

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (32)

Designação: 19/03/2014
Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO (34)
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO (2)
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala"C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP-BA)
IX - Agricultura e Desenvolvimetno Agrário	Deputado Moreira Mendes (PSD-RO)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (PMDB-MA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Senador Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira (PMDB)
PR	Deputado João Maia (PR)
PSD	Deputado Eliene Lima (PSD)
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke (PT)
PSDB	Deputado Cesar Colnago (PSDB)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha (PSD)
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães (PMDB)
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)(1)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda (PSDB / GO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel (PMDB)
PSB	Deputado Alexandre Roso (PSB)
PSD	Deputado Roberto Dorner (PSD)
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado (PP)
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto (PT)
PMDB	Deputado Alexandre Santos (PMDB)
PR	Deputado Luciano Castro (PR)
PSD	Deputado Moreira Mendes (PSD)
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** VAGO
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria VAGO	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** VAGO

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-3520

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO
Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente VAGO	**Presidente** VAGO
1º Vice-Presidente VAGO	**1º Vice-Presidente** VAGO
2º Vice-Presidente VAGO	**2º Vice-Presidente** VAGO
1º Secretário VAGO	**1º Secretário** VAGO
2º Secretário VAGO	**2º Secretário** VAGO
3º Secretário VAGO	**3º Secretário** VAGO
4º Secretário VAGO	**4º Secretário** VAGO
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br

Edição de hoje: 774 páginas

(O.S. 10106/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL